



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
(MAPA)
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA - 2013

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
(MAPA)
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidades Consolidadas:

1. Gabinete do Ministro (GM/MAPA);
2. Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA);
3. Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA/MAPA);
4. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA);
5. Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA);
6. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA).

Unidades Agregadas:

1. Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)
2. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA)

SECRETARIA EXECUTIVA

BRASÍLIA - 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	22
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	22
1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	22
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	23
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	28
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	31
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	32
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	32
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES	41
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	41
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	54
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	56
2.4 INDICADORES	75
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	82
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	82
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	83
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	86
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	87
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	87
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	87
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	92
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	113
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	159
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	203
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	204
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	213
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	213
4.2.2 Programação de Despesas	213
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	213
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	214
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	214
4.2.2.4 Análise Crítica	215
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	215
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	239
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	239

4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	239
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	241
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	243
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	243
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	243
4.2.4.2.3	Análise crítica	244
5.	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	245
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	245
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	245
5.2.2	Análise Crítica	245
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	246
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	246
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	257
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	259
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	260
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	261
5.3.6	Análise Crítica	262
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	263
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	263
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral	264
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	264
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	264
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	265
5.4.1.6	Análise Crítica	265
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	267
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	267
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	267
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	267
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	268
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	268
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	268
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	270
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	271
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	271
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	271
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	271
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	271
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	273
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	273
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	274

6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	274
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	274
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	274
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	274
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	275
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	275
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	276
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	277
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	278
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	279
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	279
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	280
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	280
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	280
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	281
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	281
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	283
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	286
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	286
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	287
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	288
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	288
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	288
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	318
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	327
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	380
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	386
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	386
1.1.1.1	Análise Crítica	386
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	386
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	386
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	389
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	389
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	389

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	389
11.2.1 Declaração Plena	389
11.2.2 Declaração com Ressalva	390
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	392
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	392
15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	455
28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	457
28.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	457
28.2 ANÁLISE CRÍTICA	460
33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	461
43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	492
CONCLUSÃO	493
RELATÓRIOS AGREGADOS	495

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	22
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	82
Quadro A.4.1 (A.4.1.1 a A.4.1.3) – Programa de Governo constante do PPA – Temático	87
Quadro A.4.2 (A.4.2.1 a A.4.2.16) – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	92
Quadro A.4.3 (A.4.3.1 a A.4.3.85) – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	113
Quadro A.4.4 (A.4.4.1 a A.4.4.60) – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	159
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	203
Quadro A.4.6 (A.4.6.1 a A.4.6.14) – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	204
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	213
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	214
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	214
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	214
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	215
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	239
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	241
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	243
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos De Movimentação	243
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	245
Quadro A.5.3 (A.5.3.1 a A.5.3.3) – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	246
Quadro A.5.4 (A.5.4.1 a A.5.4.4) – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	257
Quadro A.5.5 (A.5.5.1 a A.5.5.3) – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	259
Quadro A.5.6 (A.5.6.1 a A.5.6.2) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	260
Quadro A.5.7 (A.5.7.1 a A.5.7.2) - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	261
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	264
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	264
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	265
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	265
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	267
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	267
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	268
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	268
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	269
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	270
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	271
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	271

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	273
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	273
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	273
Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	274
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	274
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	276
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	277
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	278
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	280
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	280
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	281
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	286
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	287
Quadro A.10.1 (A.10.1.1 a A.10.1.44) - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	288
Quadro A.10.2 (A.10.2.1 a A.10.2.8) - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	318
Quadro A.10.3 (A.10.3.1 a A.10.3.86) - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	327
Quadro A.10.4 (A.10.4.1 a A.10.4.7) - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	380
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	386
Quadro A.10.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	387
Quadro A.11.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.	389
Quadro A.11.2 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	390
Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	457
Tabela 1 – Principais Parceiros	32
Tabela 2 – Financiamento Rural – Programação de Recursos	395
Tabela 3 – Financiamento Rural – Aplicação de Recursos	397
Tabela 4 – Apoio à Comercialização – 2012 (Valor em R\$ milhões, peso em mil toneladas)	399
Tabela 5 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação	399
Tabela 6 – Percentual de Subvenção por Modalidade de Seguro e Culturas Beneficiárias	400
Tabela 7 – Percentuais de Subvenção para Municípios Prioritários	400
Tabela 8 – Percentuais de Subvenção para Orgânicos	401
Tabela 9 – Percentuais de Subvenção para Produtos do PRONAMP	401
Tabela 10 – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR 2012 – Subvenção por Atividade	402
Tabela 11 – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR 2012 – Subvenção por Estado	403
Tabela 12 – Metas e Resultados da Ação no Exercício	404
Tabela 13 – Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação	404
Tabela 14 – Metas e Resultados da Ação no Exercício	405
Tabela 15 – Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação	405

Tabela 16 – Metas e Resultados da Ação no Exercício	406
Tabela 17 – Informes de Mercados Elaborados em 2012	440
Tabela 18 – AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação	442

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBA - Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas
ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
ABEMEL – Associação Brasileira dos Exportadores de Mel
ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem
ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo
ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIMILHO – Associação Brasileira de Exportadores de Mel (Abemel), Associação Brasileira das Indústrias do Milho
ABINPET – Associação brasileira de Produtos para Animais de Estimação
ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ABIPECS - Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPM – Associação Brasileira dos Produtores de Maçã
ABRAFLOR – Associação dos Plantadores de Floresta
ABRAFRIGO - Associação Brasileira de Frigoríficos
ABRAPA – Associação de Produtores de Algodão
ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados
ACE – Acordo de Cooperação Econômica
ACS – Assessoria de Comunicação Social
AD – *Active Directory*
AFIDI - Autorização Fitossanitária de Importação
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
AGF – Aquisição do Governo Federal
AGROBASE - Base de Dados Nacional do MAPA
AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação
Agronet – Intranet do MAPA
AIE – Anemia Infecciosa Equina
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALC – Acordo de Livre Comércio
ALICEWEB – Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet
AMIS – Sistema Internacional de Informações de Mercado Agrícola
ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX – Agência de Promoção da Exportação
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja e Milho
AQSIQ – Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China
AR – Aviso de Recebimento
ARP - Análise de Risco de Pragas
ATX - *Advanced Technology Extended*
AUDIR – Auditoria de Recursos Humanos
AVIPLAC – Associação dos Avicultores do Planalto Central
BACEN – Banco Central do Brasil
BDU – Base de Dados Única
BINAGRI – Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Social
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC – *Balanced Scorecard*
BSCA – *Brazilian Specialty Coffee Association*

BSE - *Bovine Spongiform Encephalopathy*
BTX - *Balanced Technology Extended*
CAC – Comissão do Codex Alimentarius
CAE - Coordenador de Ação Estadual
CAMEX - Câmara de Comercio Exterior
CAMP/CGSG - Coordenação de Administração de Material e Patrimônio
CAN – Coordenador de Ação Nacional
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS – Conselho Agropecuário do Sul
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CATIR – Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede
CBAP - Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão
CBIO/SDA - Coordenação de Biossegurança de OGM
CCA – Comitê Consultivo Agrícola
CCAB – Comitê do Codex Alimentarius do Brasil
CCCN – Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCM – Comissão de Comércio do Mercosul
CCONT – Coordenação de Contabilidade
CDPC – Conselho Deliberativo da Política do Café
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF – Caixa Econômica Federal
CEI - Comunidade dos Estados Independentes
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CER – Comissão Especial de Recursos
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFO – Certificação Fitossanitária de Origem
CGAC - Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
CGAEC – Coordenação-Geral de Análises Econômicas
CGAL/SDA – Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGAP – Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGDP - Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGEC – Comitê Gestor de Educação Continuada
CGEOF – Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPAD - Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares
CGPC - Coordenação-Geral de Prestação de Contas
CGPF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CGPI/DIEL - Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais
CGPLAN – Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão
CGSG – Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGSR – Comitê Gestor do Seguro Rural
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIG/DEPTA/SDC - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CIMA – Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CIPV – Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais
CIRA - Central de Informações de Risco Agrícola
CMA - Comitê MERCOSUL Livre de Febre Aftosa
CMC - Conselho do Mercado Comum MERCOSUL
CMF – Comissão de Medidas Fitossanitárias

CMN – Conselho Monetário Nacional
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CNB – Comitê de Negociações Bi-Regionais
CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPTIA – EMBRAPA Informática Agropecuária
Coagre – Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
COBIT - Control Objectives for Information and related Technology
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAERO - Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias
CONAP - Cooperativa Nacional de Apicultura
CONAPORTOS - Comissão Nacional de Autoridade dos Portos
CONICQ – Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CONRE – Conselho Regional de Estatística
COODETEC - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, Tecnologia da Nossa Terra
Coopa-DF – Cooperativa do Programa de Assentamento do Distrito Federal
COOPARAISO - Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso
Cooperfrigu – Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi
COPOAM – Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia
COSAVE - Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul
COSBAN - Comitê Sino-Brasileiro de Alto Nível
CPAA - Coordenação de Produtos para Alimentação Animal
CPADS – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CPIP/SDC - Coordenação da Produção integrada da Cadeia Pecuária
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPOrgs - Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação
CPV/DFIP – Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRC/SDC - Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CRG – Corregedoria – Geral da União
CSFI – Culturas de Suporte de Fitossanitário Insuficiente
CSI – Certificado Sanitário Internacional
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CSR/SDA - Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade
CT – Comitê Técnico
CT-Agro – Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio
CTIA - Câmara Temática De Insumos Agropecuários
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CVP - Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul
CZI – Certificado Zoossanitário Internacional
DAC/SRI – Departamento de Assuntos Comerciais
DARP – Divisão de Análise de Risco de Pragas
DAS – Cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCAA/SPAE - Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia
DCONT/CGSG - Divisão de Contratos

DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
DEAGRI - Departamento de Economia Agrícola
DEAGRO/SPA – Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário
DEGER/SPA - Departamento de Gestão de Risco Rural
DENACOOOP/SDC - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DEPROS/SDC - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA/SDC - Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico
DFIP/SDA - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DHCP – Protocolo de Configuração Dinâmica de Host
DICAD/COPE/CGAP – Divisão de Cadastro
DIEL/SDC - Departamento de Infraestrutura e Logística
DIPOA/SDA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV/SDA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DNSF/SRI – Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias
DOU – Diário Oficial da União
DPDAG/SFA – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DPIA/SRI – Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio
DSA/SDA – Departamento de Saúde Animal
DSO/CGSG – Divisão de Suporte Operacional
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
DW – *Data Warehouse*
EBDC - Etileno-Bis-Ditiocarbamatos
EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EGov – Governo Eletrônico
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESIC – Equipe de Segurança da Informação e Comunicações
FA – Febre Aftosa
FAEP – Federação da Agricultura no Estado do Paraná
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBN - Fixação Biológica de Nitrogênio
FCT – Função Comissionada Técnica
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FG – Função Gratificada
FHC - *China's Global Food & Hospitality Expo*
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudanças
FLV – Frutas, Legumes e Verduras
FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FONESA - Fórum Nacional de Executores de Sanidade Agropecuária
FUNCAFÉ – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNDASP – Fundação São Paulo
FUNDAVINHO - Fundo Nacional para Promoção e Ordenamento do Mercado Vitivinícola Brasileiro
FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio
FUNGECAU – Fundo Geral do Cacau

G100 – Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios
G-100 – Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios
G-33 – Grupo de Países em Desenvolvimento
GAP – Gestão e Administração do Programa
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GBEP - Parceria Global de Bioenergia
GECEX – Comitê Executivo de Gestão da CAMEX
GEE - Gases de Efeito Estufa
GGE – Grupo de Gestores Estaduais
GM – Gabinete do Ministro do MAPA
GMC – Grupo Mercado Comum
GPS – Guia de Processo de Software
GSIC – Gestor de Segurança da Informação e Comunicações
GSISTE - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
GTA – Guia de Trânsito Animal
GTCOP – Grupo Técnico de Contratações Públicas
GTDC – Grupo Técnico de Defesa Comercial
GTV – Guia de Trânsito Vegetal
HLB – *Huanglongbing*
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAC – Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio
IC – Inteligência Competitiva
ICAC - Comitê Consultivo Internacional do Algodão
ICP - Infraestrutura de Chaves Públicas e Privadas
ICPAA - Índice de Conformidade de Produtos para Alimentação Animal
IEC - *International Engineering Consortium*
IG – Identificação Geográfica
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDGRAF - Indicações Geográficas e Marcas Coletivas
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INOVAGRO - Inovação no Agronegócio
INTERCOM – Comunicação Interna do MAPA
IP – *Internet Protocol*
IR – Imposto de Renda
ISO – Organização Internacional para Padronização
ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco (AGE parte B item 33 pg 19)
ITIL - *Information Technology Infrastructure Library*
J2EE - *Java2 Platform Enterprise Edition*
LADIC – Laboratório Nacional de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares
LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
LEC – Linha de Crédito Especial
LMR – Limites Máximos de Resíduos
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAGyP - Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina
MAIPS – Mapeamento, Aprimoramento e Implantação de Processo de Serviços
MANUTSFAS – Manutenção das SFAs

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR – Manual do Crédito Rural
MCTI– Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
MEMO – Memorando
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MGP – Metodologia de Gestão de Projetos
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP ou **MPOG** – Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPLS – *Multi Protocol Label Switching*
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MRV - Monitoramento, Reporte e Verificação
NAAP - Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NBR – Norma Brasileira aprovada pela ABNT
NCM – Nomenclatura Comum do MERCOSUL
ND – Natureza de Despesa
NEC – Núcleo Estadual de Comunicação
NIMF – Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias
NIT – Núcleo de Inteligência Territorial
OAC – Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica
OB – Ordem Bancária
OBTV – Ordem Bancária de Transferências Voluntárias
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCEPAR – Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Paraná
OCI – Órgão de Controle Interno
OCS – Organizações de Controle Social
OEPA – Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OIE - Organização Internacional de Epizootias
OIE – Organização Mundial da Saúde Animal
OMC – Organização Mundial do Comércio
OO – Operações Oficiais de Crédito
OPAC – Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade
OSC - Órgão de Solução de Controvérsias
PAD – Procedimento Administrativo Disciplinar
PAEC – Plano Anual de Educação Continuada
PAMA - Programa de Ação Mercosul Livre de Aftosa
PAP – Plano Agrícola e Pecuário
PASEP – Fundo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PASS – Programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PCE – Preocupações Comerciais Específicas
PCT – Projeto de Cooperação Técnica
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDSIC – Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações
PDTI – Plataforma Diretor de Tecnologia da Informação
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PEP – Prêmio para Escoamento de Produtos

PEPRO – Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas
PETI – Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação
PGA – Plataforma de Gestão Agropecuária
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PGRO – Sistema de Registro de Atividades do Proagro
PI – Plano Interno
PIB – Produto Interno Bruto
PI-Brasil - Produção Integrada Agropecuária
PIQ – Padrão de Identidade e Qualidade
PIS – Fundos do Programa de Integração Social
PL – Projeto de Lei
PL/SQL – *Procedural Language Structured*
PLOA – Projeto da Lei Orçamentária Anual
PMBok – *Project Management Body of Knowledge*
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNCEBT - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
PNCRC - Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
POA – Plano Operativo Anual
POSIC – Equipe de Segurança da Informação e Comunicações
PPA – Plano Plurianual
PPP – Parceria Público-Privada
PR – Presidência da República
PRADAM - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Amazônia
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROBIO II- Projeto Nacional de Ações Integradas Público e Privadas para a Biodiversidade
PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias
PROCER – Programa de Crédito Especial Rural
PROCISUR – Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentário e Agroindustrial do Cone Sul
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PRODUSA – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa.
PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda
Progeren - Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PROP – Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas
PROTCULTIV2 - Proteção, Fiscalização e Disponibilização de Cultivares Certificadas
PRRS – *Porcine reproductive and respiratory syndrome*
PSC - Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica
PSI-BK – Programa de Sustentação de Investimento
PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
PTV – Permissão de Trânsito de Vegetais
RA – Relatório de Auditoria
RAE – Reunião de Análise Estratégica
RASFF – Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais
RBQL - Rede Brasileira de Qualidade do Leite
RECOR - Registro Comum das Operações Rurais

REDPA – Rede de Condução de Políticas Agropecuárias
RFB – Receita Federal do Brasil
RGAA - Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação
RH – Recursos Humanos
RIISPOA – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos
RMA – Remessa de Material Avariado
RP – Restos a Pagar
RPA – Revista de Política Agrícola
RTM – Regulamento Técnico Mercosul
SA – Solicitação de Auditoria
SAC - Serviço de Auditoria e Credenciamento
SACU – *Southern African Customs Union*
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SAF – Sistema Agroflorestal
SAG - *Servicio Agrícola y Ganadero*
SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotores
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE - Secretaria Executiva do MAPA
SEAGRI/BA - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX/MDIC - Secretaria de Comércio Exterior
SECEX/TCU - Secretaria de Controle Externo
SECOM – Setor de Promoção Comercial
SEFIP/TCU - Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública
SENAR – Serviço de Aprendizagem Rural
SENASA – Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar
SENASICA - *Servicio Nacional de Sanidad Inocuidad y Calidad Agroalimentaria Oficina de Inspección de Sanidad Agropecuaria*
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento das SFAs
SFA – Superintendência Federal da Agricultura (nos Estados)
SFI – Sistema de Gestão Integrada
SGPC – Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento
SGT – Sub-grupos de Trabalho
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGEST - Sistema de Automação da Gestão Estratégica
SIAPF – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPF - Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento da CEF
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIBRAVET – Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICAR – Sistema de Arrecadação de Multas e Taxas
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SICORP - Sistema de Informações Corporativas
SIECAD - Sistema de Eleição da Comissão de Avaliação de Desempenho
SIF – Serviços de Inspeção Federal
SIGED - Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos
SIGEP – Sistema de Gestão de Estudos Epidemiológicos

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão

SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras

SIORG – Sistema Informatizado de Orçamento e Gestão

SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica

SIPEWEB - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos

SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento

SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISBI-POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SISBOV – Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos

SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior

SISDIA - Sistema de Diagnóstico Animal

SISLAB - Sistema de Gestão Laboratorial

SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SISRES – Sistema de Controle de Resíduos Contaminantes

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SM – Secretaria do MERCOSUL

SMR - Sistema de Mitigação de Risco

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SNPA – Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

SNPC – Serviços Nacional de Proteção Cultivar

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPA - Serviço de Planejamento e Acompanhamento das SFAs

SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia

SPD - Sistema Plantio Direto

SPG - Sistemas Participativos de Garantia

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento de imóveis Especiais da União

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA

SPS – Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

SPS - Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio

SQL - *Structured Query Language*

SRH – Sistema de Recursos Humanos

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

SRTA - Sistema de Registro de Títulos do Agronegócio

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUARI - Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SUE – Subunidade Executora PAMA

SVCA - Sistema de Controle de Veículos Automotores

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TBT/OMC – Comitê de Barreiras Técnicas para o Comércio

TCE – Tomada de Contas Especial

TCT - Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TEC – Tarifa Externa Comum
TEP – Total Equivalente em Petróleo
THESAGRO - Thesaurus Agrícola Nacional
TI – Tecnologia da Informação
TRICOVAB – Fungicida Contra o Vassoura-de-Bruxa
UBABEF – União Brasileira de Avicultura
UE – União Européia
UE/PAMA - Unidade Executora PAMA
UF – Unidade da Federação
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UGE - Unidade Gestora Executora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
URL – *Uniform Resource Locator*
URT - Unidades de Referência Tecnológica
USDA – *United States Department of Agriculture*
USP – Universidade de São Paulo
UTD - Unidades de Teste e Demonstração
UTF - Unidade Técnica FOCEM
VEM – Valor de Escoamento de Produto
VIGIAGRO - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VOIP – *Voice Over Internet Protocol*
ZOPP – Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos

INTRODUÇÃO

O Ministério

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) responde pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. O agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Cumprindo essa responsabilidade, o MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, procura garantir a segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Ministério conta com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios e vinculadas: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); CASEMG, CEAGESP, CEASAMG, CONAB e EMBRAPA. Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 26 Câmaras Setoriais e seis Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Projeto de Regionalização

Visando fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Agropecuária, o MAPA está implementando o Projeto de Regionalização, que levará em conta as realidades e necessidades regionais para aumentar a eficiência dos processos, garantindo a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e também dos alimentos que são exportados. Isso representa mais controle em todo processo de defesa animal e vegetal, desde os insumos usados pelos produtores até o produto final que é certificado e pode ser consumido no Brasil ou exportado.

Dentro da plataforma do projeto, são três os pilares da Regionalização: a Política Agrícola Diferenciada, o Sistema Nacional de Defesa Agropecuária e a Administração. Ao ser elaborada, a política agrícola oferecerá soluções específicas para cada problema, desde o melhoramento da armazenagem, passando pela irrigação, recuperação de solos, instalação de novas estações meteorológicas, acesso ao crédito, seguro rural e apoio à comercialização. Ações que irão gerar mais renda ao produtor, aumentar a produtividade, além de incentivar as boas práticas ambientais.

A parte administrativa do Mapa passará por melhorias nos processos, por meio de maior agilidade e eficiência, valorizando os talentos e o esforço dos profissionais.

O Rio Grande do Sul foi escolhido para receber os primeiros projetos-piloto como forma de valorizar sua diversidade de culturas, minimizar as adversidades climáticas e melhorar a competitividade na fronteira com o Mercosul. A intenção é elaborar uma análise dos gargalos, de forma regional, considerando a importância da execução descentralizada dos programas de governo.

Plano Plurianual

Com a finalidade de contribuir com o Governo Federal na continuidade do Projeto Nacional de Desenvolvimento, que visa à redução das desigualdades regionais com geração de empregos e distribuição de renda; a superação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais; a

aplicação da ciência tecnológica e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro; o fortalecimento da democracia e o estímulo para a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública; e o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do Estado, foi elaborado o Plano Plurianual - PPA 2012-2015, no âmbito do MAPA.

A elaboração do PPA foi precedida pela definição da Visão Estratégica de Futuro do Governo Federal, que pressupõe um modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social, de forma democrática, soberana; e que defende os direitos humanos, a liberdade e a paz; e pela definição de macrodesafios construídos a partir da identificação de oportunidades e desafios, bem como das políticas públicas necessárias para as transformações que se deseja produzir, para o bem da sociedade.

O portfólio de programas temáticos e ações orçamentárias que o Ministério desenvolverá no período de 2012 a 2015 está traduzido e desdobrado em um conjunto de objetivos, metas e iniciativas, cuja definição contou com a participação do corpo técnico do Ministério, de parceiros institucionais e da representação dos segmentos do agronegócio que respondem pela produção agropecuária.

O Relatório

O presente Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno, contemplando, no MAPA:

- a) a Secretaria Executiva (SE) como Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora;
- b) o Gabinete do Ministro (GM), a Secretaria de Política Agrícola (SPA), a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário de Cooperativismo (SDC), a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) como Unidades Jurisdicionadas consolidadas; e
- c) O Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA) como Unidades Jurisdicionadas agregadas.

O Documento exprime os resultados dos esforços do MAPA na implementação, no ano de 2012, dos programas e ações sob sua responsabilidade direta, bem como explicita as ações voltadas para o alcance dos objetivos e metas pelas unidades consolidadas e agregadas.

Dessa forma, foram considerados na composição do Relatório:

- a) os conteúdos gerais previstos para a natureza jurídica das Unidades Jurisdicionadas, conforme itens “b” e “g”, Quadro A1, Parte A, do Anexo II à DN TCU nº 119/2012; e
- b) os conteúdos específicos por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, conforme itens 3, 16, 21, 24 e 31, da Parte B do mesmo Anexo II à DN TCU nº 119/2012.

Porém, alguns dos citados conteúdos não se aplicam não possuíram informações a serem prestadas no exercício, conforme segue:

- a) itens/subitens que não se aplicam (Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)☺
 - 1) 1.1.1 – Relatório de Gestão Individual;
 - 2) 1.1.2 – Relatório de Gestão Consolidado;
 - 3) 1.1.3 – Relatório de Gestão Agregado;

- 4) 5.1 – Reconhecimento de Passivos;
 - 5) 5.4.1.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”;
 - 6) 5.5 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UF.
- b) itens/subitens para os quais não há conteúdo a ser declarado para o exercício (Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012):
- 1) 6.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
 - 2) 6.2.2 - Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público;
 - 3) 6.2.3 - Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;
 - 4) 7.2.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA				Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora				
Denominação Completa: Secretaria Executiva				
Denominação Abreviada: SE/MAPA				
Código SIORG: 3200		Código na LOA: 22101		Código SIAFI: 130.005
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Agricultura				Código CNAE: 7490-1/03
Telefones/Fax de Contato:		(61) 3218-2334	(61) 3218-2257	(61) 3225-9918
Endereço Eletrônico: se@agricultura.gov.br				
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 9º andar, sala 904 – CEP 70.043-900 – Brasília - DF				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome		Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Gabinete do Ministro – GM/MAPA		130.001	Ativa	15
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA		130.007	Ativa	757
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA		420.013	Ativa	3520
Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA		280.106	Ativa	3214
Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA		420.012	Ativa	2035
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI/MAPA		130.020	Ativa	81088
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 1				
Denominação Completa: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira				
Denominação Abreviada: FUNCAFÉ				
Código SIORG: 3670		Código na LOA: 22906		Código SIAFI: 130.137
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Fundos				
Principal Atividade: Economia Cafeeira				Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de Contato:		(061) 3218-2147	(61) 3218-2194	(61) 3322-0337
E-mail: spae@agricultura.gov.br				
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar – CEP 70.043-900 – Brasília - DF				
Número de Ordem: 2				
Denominação Completa: Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário				
Denominação Abreviada: PRODESA				
Código SIORG: 3520		Código na LOA: 22101		Código SIAFI: 135.098
Situação: Em liquidação				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal; Estadual; Municipal				Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de Contato:		(061) 3218-2147	(61) 3218-2194	(61) 3322-0337
E-mail: spae@agricultura.gov.br				
Página na Internet: www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar – CEP 70.043-900 – Brasília – DF				

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, alterada pela Lei nº 8.344, de 27 de dezembro de 1991.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010, que aprova a estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do MAPA.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Portaria nº 17, de 06 de janeiro de 2006, publicada no DOU de 09 de janeiro de 2006.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
130.001	Gabinete do Ministro – GM/MAPA
130.101	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
130.005	Coordenação-Geral de Execução Financeira - CGEF
130.013	Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG
130.007	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
420.013	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA
420.012	Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA
280.106	Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA
130.020	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI/MAPA
130.137	FUNCAFÉ
135.098	PRODESA
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130.001	00001
130.101	00001
130.007	00001
130.005	00001
420.013	00001
420.012	00001
280.106	00001
130.020	00001
130.137	00001
135.098	00001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Finalidade

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é um órgão do Poder Executivo, com O FINALIDADE de formular e implementar as políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento aos consumidores do país e do exterior, provendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

a) **Visão:** “Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

b) **Missão:** “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

Competências:

Gabinete do Ministro:

- I. assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social;
- II. ocupar-se das relações públicas e promover as atividades de agenda, cerimonial, promoção institucional e de eventos, preparo e despacho dos expedientes do Ministro de Estado;
- III. providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- IV. coordenar a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades do Gabinete do Ministro;
- V. promover o desenvolvimento das atividades concernentes à relação do Ministério com o Poder Legislativo, em especial no acompanhamento de projetos de interesse e no atendimento às consultas e requerimentos, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Acompanhamento Legislativo;
- VI. promover as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo; e
- VII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria-Executiva:

- I. assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
- II. supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério:
 1. as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de gestão de documentos de arquivo, de organização e inovação institucional e de pessoal civil; e
 2. as atividades relacionadas à disciplina, às informações documentais agropecuárias e ao acompanhamento das unidades descentralizadas, das entidades vinculadas e dos órgãos colegiados, inclusive das câmaras setoriais e temáticas;
- III. promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes;
- IV. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação dos assuntos da área de competência do Ministério;
- V. realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário;
- VI. orientar e coordenar as análises das prestações de contas dos convênios firmados no âmbito do Ministério; e
- VII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado;

À Secretaria-Executiva compete exercer, ainda, o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, do Sistema de Serviços Gerais - SISG, do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal, do Sistema Nacional de Arquivos, do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA e do Sistema de Organização e Inovação Institucional - SIORG.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:

- I. planejar e coordenar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais.
- II. promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais. Informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

- III. orientar a formulação e consolidar as propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
- IV. promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- V. coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, bem como submetê-los à decisão superior;
- VI. acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;
- VII. gerir os recursos do Fundo Federal Agropecuário e demais transferências e receitas financeiras;
- VIII. desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; e
- IX. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Secretaria de Defesa Agropecuária:

- I. contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere à defesa agropecuária;
- II. planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa agropecuária, em especial:
 - 1. saúde animal e sanidade vegetal;
 - 2. fiscalização e inspeção de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de origem animal e vegetal;
 - 3. fiscalização de insumos agropecuários;
 - 4. análise laboratorial como suporte às ações de defesa agropecuária; e
 - 5. certificação sanitária, animal e vegetal;
- III. coordenar a execução das atividades de defesa agropecuária relativas ao trânsito internacional em fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos e estações aduaneiras, referentes aos produtos e insumos agropecuários;
- IV. formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais concernentes aos temas de defesa agropecuária, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
- V. coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações da Secretaria;
- VI. promover a implantação dos sistemas de gerenciamento da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
- VII. implantar e implementar as ações decorrentes de decisões de organismos e atos internacionais e de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros relativas aos assuntos de sua competência;
- VIII. promover a articulação intra-setorial e intersetorial necessária à execução das atividades de defesa agropecuária;
- IX. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- X. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- XI. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- XII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

À Secretaria de Defesa Agropecuária compete ainda a coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Sistema Brasileiro

de Inspeção de Insumos Agropecuários, e do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos - SISBOV.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo:

- I. contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere ao desenvolvimento do agronegócio;
- II. planejar, fomentar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades, programas e ações de:
 1. cooperativismo e associativismo rural;
 2. pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologia;
 3. assistência técnica e extensão rural;
 4. infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuárias;
 5. indicação geográfica e denominação de origem dos produtos agropecuários;
 6. produção e fomento agropecuário, agroindustrial, extrativista, e agroecológico e de sistemas integrados de produção, bem como de certificação e sustentabilidade;
 7. desenvolvimento de novos produtos agropecuários e estímulo ao processo de agroindustrialização;
 8. padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e de origens animal e vegetal;
 9. proteção, manejo e conservação de solo e água, agroirrigação, plantio direto e recuperação de áreas agricultáveis, de pastagens e agroflorestais degradadas;
 10. agricultura de precisão;
 11. manejo zootécnico e o bem-estar animal; e
 12. agregação de valor aos produtos agropecuários e extrativistas.
- III. coordenar e normatizar as atividades de:
 1. proteção de cultivares, especialmente as do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares- SNPC; e
 2. preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse econômico.
- IV. formular, fomentar, apoiar e coordenar ações governamentais voltadas à pesquisa tecnológica e biotecnológica em agropecuária, agroindústria, extrativismo e biodiversidade;
- V. promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
- VI. promover e implementar ações voltadas para a atividade agropecuária, observando o uso tecnicamente correto dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas, a proteção, a conservação e o manejo do solo e água, da biodiversidade e do meio ambiente, em consonância com as políticas e diretrizes governamentais;
- VII. implementar as ações decorrentes de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros e organismos nacionais e internacionais relativos aos assuntos de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
- VIII. propor ações de desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio;
- IX. coordenar e promover a operacionalização do fomento à equideocultura;
- X. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- XI. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- XII. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- XIII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Política Agrícola:

- I. formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e segurança alimentar;

- II. analisar e formular proposições e atos regulamentares de ação governamental para o setor agropecuário;
- III. supervisionar a elaboração e aplicação dos mecanismos de intervenção governamental referentes à comercialização e ao abastecimento agropecuários;
- IV. promover estudos, diagnósticos e avaliações sobre:
 - 1. os efeitos da política econômica sobre o sistema produtivo agropecuário, incluindo a irrigação;
 - 2. o seguro rural; e
 - 3. o zoneamento agropecuário;
- V. administrar o sistema de informação agrícola;
- VI. identificar prioridades, dimensionar e propor o direcionamento dos recursos para custeio, investimento e comercialização agropecuária, inclusive dos orçamentários, no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR;
- VII. prover os serviços de secretaria-executiva do CNPA e da CER;
- VIII. participar de discussões sobre os temas de política comercial externa que envolvem produtos do setor agropecuário e seus insumos, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
- IX. promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
- X. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- XI. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- XII. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- XIII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Produção e Agroenergia:

- I. contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucro-alcooleira e agroenergética;
- II. formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucro-alcooleiro e agroenergético;
- III. prover os serviços de secretaria-executiva do CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA;
- IV. propor ações e participar de discussões sobre os temas de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
- V. promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
- VI. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- VII. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- VIII. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- IX. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio:

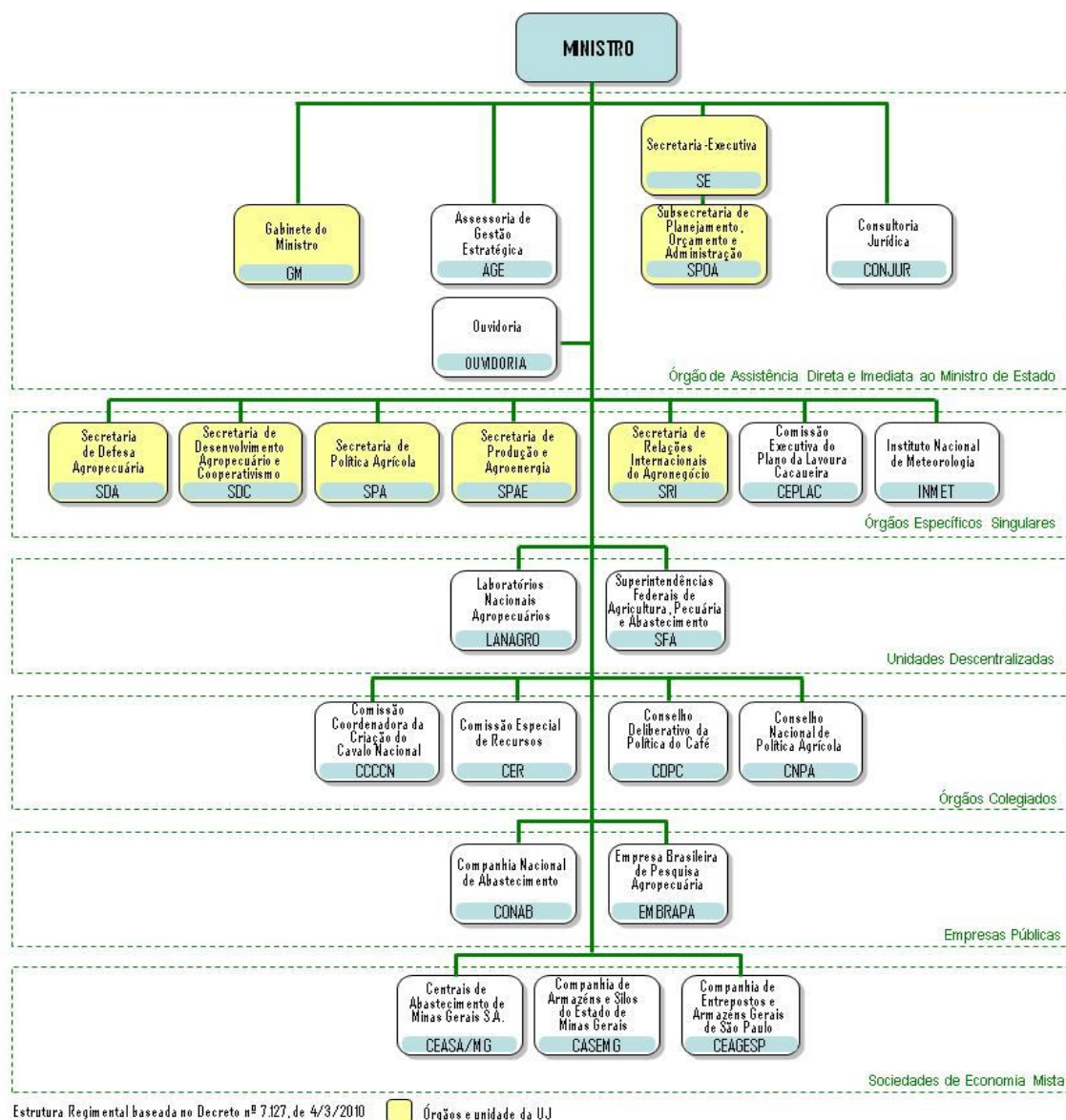
- I. formular propostas e coordenar a participação do Ministério em negociações de atos, tratados e convênios internacionais concernentes aos temas de interesse do agronegócio;
- II. analisar e acompanhar a evolução e a implementação dos acordos, financiamentos externos e deliberações relativas à política externa para o agronegócio, no âmbito dos organismos internacionais, incluindo as questões que afetam a oferta de alimentos, com implicações para o agronegócio;

- III. promover articulação interna no Ministério para a elaboração de propostas e participação nas negociações de acordos e de deliberações relativas à política externa, de interesse do agronegócio, para subsidiar a posição brasileira;
- IV. coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, no âmbito internacional, nas áreas de cooperação, assistência técnica, contribuições e financiamentos externos, em articulação com os demais órgãos da administração pública;
- V. atuar como ponto focal para as áreas de negociação de acordos para a cooperação, assistência técnica, contribuições e financiamentos externos relacionados com o agronegócio, em articulação com os demais órgãos da administração pública;
- VI. acompanhar e participar da formulação e implementação dos mecanismos de defesa comercial;
- VII. promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes no mercado externo;
- VIII. analisar a conjuntura e tendências do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro;
- IX. sistematizar, atualizar e disponibilizar o banco de dados relativos aos históricos das negociações e contenciosos relativos ao agronegócio, no Brasil e no exterior, bem como os principais riscos e oportunidades potenciais às suas cadeias produtivas;
- X. assessorar os demais órgãos do Ministério na elaboração da política agrícola nacional, em termos da compatibilidade com os compromissos internacionais;
- XI. coordenar e acompanhar a implementação de decisões, relativas ao interesse do agronegócio, de organismos internacionais e de acordos com governos estrangeiros, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;
- XII. assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes das unidades organizacionais do Ministério na coordenação, preparação e supervisão de missões e dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais;
- XIII. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- XIV. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- XV. coordenar, orientar, inspecionar e avaliar as missões de assessoramento em assuntos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior;
- XVI. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- XVII. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Organograma

A seguir, é apresentado o Organograma Funcional do MAPA, com destaque para as Unidades Jurisdicionadas foco do presente Relatório.



Sumário das Competências:

Gabinete do Ministro – GM: Assiste ao Ministro de Estado em sua representação política e social. É responsável pelas relações públicas, promoção institucional e de eventos, atividades de agenda e cerimonial, além de providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SE/SPOA: Supervisiona e coordena as atividades das Secretarias integrantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das entidades vinculadas, bem como as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de gestão de documentos de arquivo, de organização e inovação institucional e de pessoal civil, as quais são exercidas por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Exerce, ainda, as atividades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas, prestação de contas, à disciplina, às informações documentais agropecuárias e ao

acompanhamento das unidades descentralizadas e apoio operacional às Câmaras Setoriais e Temáticas dos órgãos colegiados.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE: Executa as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de gestão de documentos de arquivo, de organização e inovação institucional e de pessoal civil, as quais são exercidas por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA: Exerce o papel de unidade central do sistema de fiscalização da produção e comercialização de insumos agrícolas e pecuários; a inspeção higiênico-sanitária de produtos de origens animal e vegetal; a garantia da sanidade vegetal e da saúde animal. Procede aos registros de estabelecimentos, produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal, controle do trânsito interestadual e internacional de animais vivos e produtos de origens animal e vegetal e certificação sanitária agropecuária.

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC: Promove o desenvolvimento do agronegócio executando atividades, programas e ações de cooperativismo e associativismo rural, infraestrutura, logística, propriedade intelectual, tecnologia agropecuária e sistemas de produção e sustentabilidade agropecuária.

Secretaria de Política Agrícola – SPA: Elabora as políticas de crédito rural, apoio à comercialização/armazenamento e abastecimento agropecuários. Promove estudos, diagnósticos e avaliações referentes aos efeitos da política econômica sobre os sistemas produtivos agropecuários. Conduz o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Elabora e divulga o Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o Plano Agrícola e Pecuário – PAP.

Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE: Formula, supervisiona e avalia políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucro-alcooleiro e agroenergético. Procede às atividades de secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira - CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA.

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI: Negocia acordos comerciais e acordos sanitários e fitossanitários e promove o agronegócio brasileiro, para acesso, manutenção e ampliação de mercados e diversificação da pauta exportadora. Atua também na atração de investimentos externos para o setor. Apóia e coordena a participação do MAPA nas demais negociações de temas do interesse do agronegócio.

Atribuições

Chefe de Gabinete do Ministro: Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades, dos programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Secretário-Executivo: Coordenar e promover a consolidação do plano de ação global do Ministério e submetê-lo à aprovação do Ministro de Estado; Supervisionar e promover a avaliação da execução dos projetos e atividades do Ministério; Supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração: Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades, dos programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Secretários: Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução, bem como acompanhar e avaliar as atividades e projetos de suas respectivas unidades e exercer as demais atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno.

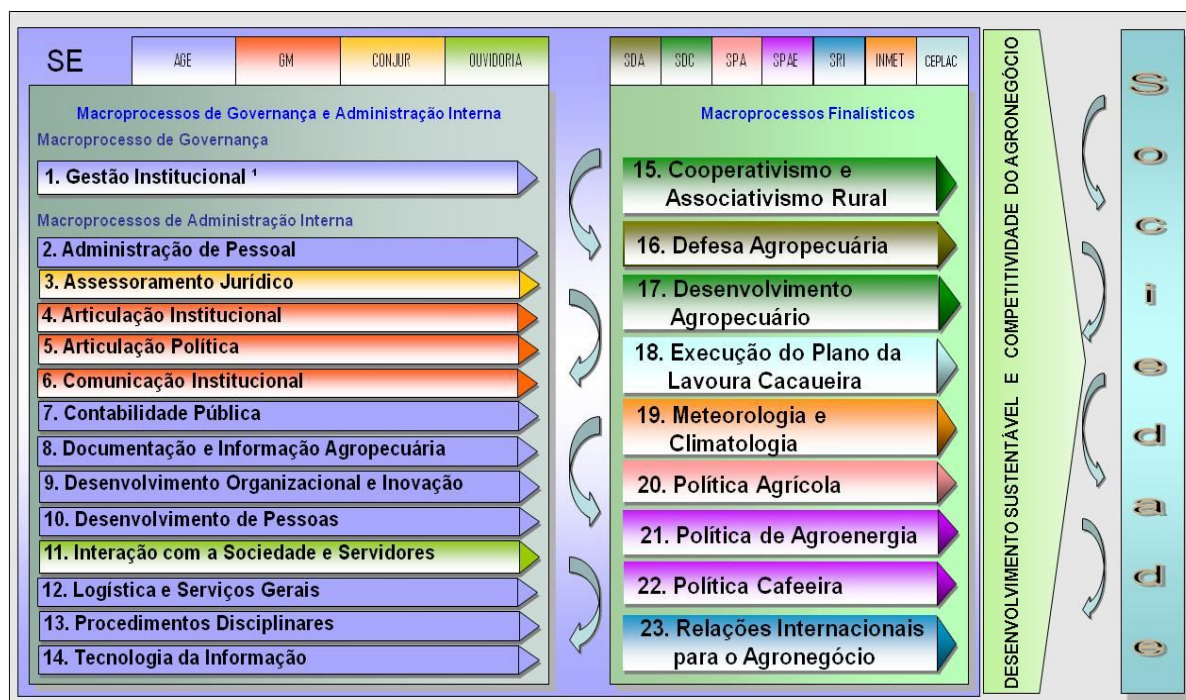
Incumbe, ainda ao:

- Secretário de Política Agrícola exercer os encargos de Secretário-Executivo do CNPA e de Presidente da CER;
- Secretário de Produção e Agroenergia exercer os encargos de Secretário-Executivo do CDPC; e
- Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo promover ações para a operacionalização da CCCCN.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

- Cooperativismo e Associativismo Rural;
- Defesa Agropecuária;
- Desenvolvimento Agropecuário;
- Execução do Plano da Lavoura Cacaueira;
- Meteorologia e Climatologia;
- Política Agrícola;
- Política de Agroenergia;
- Política Cafeeira; e
- Relações Internacionais para o Agronegócio.

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



⁽¹⁾ Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura é definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos, pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no presente Relatório de Gestão.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

Macroprocesso de Governança

- a) Gestão Institucional.

Macroprocesso de Administração Interna

- a) Administração de Pessoal;
- b) Assessoramento Jurídico;
- c) Articulação Institucional;
- d) Articulação Política;
- e) Comunicação Institucional;
- f) Contabilidade Pública;
- g) Documentação e Informação Agropecuária;
- h) Desenvolvimento Organizacional e Inovação;
- i) Desenvolvimento de Pessoas;
- j) Interação com a Sociedade e Servidores;
- k) Logística e Serviços Gerais;
- l) Procedimentos Disciplinares; e
- m) Tecnologia da Informação.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Tabela 1 – Principais Parceiros

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINES
ABAM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE AMIDO DE MANDIOCA
ABBA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE ALIMENTOS E BEBIDAS
ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
ABCC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAMARÕES
ABCS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS
ABCZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU
ABECITRUS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CITRICOS
ABEF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE FRANGO
ABEG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE GADO
ABEMEL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE MEL

ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES E EXPORTADORES DE PIMENTA DO REINO
ABH - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HORTICULTURA
ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO
ABIAP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ARROZ PARBOILIZADO
ABIARROZ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO ARROZ
ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ
ABIC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ
ABICAB – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS
ABICS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL
ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE
ABIFUMO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO
ABILD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE LEITE DESIDRATADO
ABIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS
ABIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS
ABIMAQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
ABIMATE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS DE ERVA-MATE
ABIMILHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS MOAGEIRAS DE MILHO
ABIOVE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS
ABIPECS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS PRODUTORAS E EXPORTADORAS DE CARNES SUÍNAS
ABIQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUEIJO
ABITRIGO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TRIGO
ABPM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ
ABPPM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE PINHÃO MANSO
ABRABE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS
ABRAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS
ABRAFRIGO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRIGORÍFICOS
ABRAMILHO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO
ABRANGE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE GRÃOS NÃO GENETICAMENTE MODIFICADOS
ABRAPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO
ABRARROZ – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ARROZ
ABRASCANOLA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE CANOLA
ABRASEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES
ABTRIGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE TRIGO
ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL
ACNB - ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE NELORE DO BRASIL
AFCP - ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO
AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL
AGENCIAS ESTADUAIS DE DEFESA AGROPECUÁRIA
AIEA - AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA
ALADI - ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INTEGRAÇÃO
ALCA – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
ALCOPAR – SINDICATO DOS PRODUTORES DE ÁLCOOL E AÇÚCAR DO ESTADO DO PARANÁ

AMA-BRASIL – ASSOCIAÇÃO DAS MISTURADORAS DE ADUBOS DO BRASIL
ANA – AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS
ANDA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS
ANDEF – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL AENDA – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
ANEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS
ANFALPET - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO
ANIB - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS
ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO
ANVISA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
APC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE CACAU
APEX - AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO E EXPORTAÇÕES DE INVESTIMENTOS
APM – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE MANDIOCA
APROBIO - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIODIESEL DO BRASIL
APROSOJA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA
ASBIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
ASPLANA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CANA DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DOS ESTADOS
ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL , INCLUSIVE A SECOM/PR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO - ABITRIGO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PEQUENAS E MÉDIAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE LATICÍNIOS - G100
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE CALCÁRIO AGRÍCOLA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE - LEITE BRASIL
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES: ABPM/SC, AGAPOMI/RS, VALEXPORT/PE, BRAPEX/ES, APRUCENES/ES, ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DO ESPÍRITO SANTO, IBRAVIN/RS, ABEPAME/RS, FUNDECITROS, COOPERCITROS, ABECITROS, ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DO VALE DO RIBEIRA/SP, HOLAMBRA II, COMISSÃO EXECUTIVA DA ÁREA LIVRE DA MOSCA DAS FRUTAS/RN, COMITÊ PRÓ-DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA DA METADE SUL/RS, COMFRU/SP E IBRAF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE SUCOS CÍTRICOS - CITRUS BR
ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DE FLORES(AFLORJ, PLANTA RIO, AMIFLOR, MERCAFLOR, AFLORI, RECIFLORA, AFLORAL)
ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES, COOPERATIVAS, SINDICATOS, CONTAG, CNA E ONGS - PREFEITURAS MUNICIPAIS
ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS.
ASSOCON - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CONFINADORES
BACEN - BANCO CENTRAL
BANCOS COOPERATIVOS (BANCOOB E BANSICREDI)
BASA - BANCO DA AMAZÔNIA
BB - BANCO DO BRASIL
BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BIOSUL – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA DO MATO GROSSO DO SUL
BM&F - BOLSA DE MERCADORIAS

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
BRAPEX - ASSOCIAÇÃO DOS EXPORTADORES DE PAPAYA DO BRASIL
BSCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS
CÂMARA DE VEREADORES
CÂMARA DOS DEPUTADOS.
CAMEX - CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
CAMPO - COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA
CATI - COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA INTEGRAL/SP
CBB - CONVENÇÃO DE BIOVERSIDADE BIOLÓGICA
CBB - CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DE PLANTAS
CBCL – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE LEITE
CC/PR - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CECAFÉ - CONSELHO DE EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL
CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CENA/USP - CENTRO DE ENERGIA NUCLEAR NA AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO – CEASA’S
CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPRENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - UNISOL
CENTRO PANAMERICANO DE FEBRE AFTOSA - PANAF TOSA
CEPEA/USP - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA
CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
CICB - CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL
CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA/EMPRESA
CIPV - CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DE VEGETAIS
CNA - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CNC – CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ
CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
CNPC - CONSELHO NACIONAL DA PECUÁRIA DE CORTE
COMISSÃO EUROPEIA (DIREÇÃO GERAL DE AGRICULTURA; DE SAÚDE E DEFESA DO CONSUMIDOR; DE COMÉRCIO; DE RELAÇÕES EXTERIORES)
COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS MERCOSUL – UNIÃO EUROPÉIA
COMITÊ PARA ALTERAÇÕES TARIFÁRIAS TEMPORÁRIAS DA TEC
COMITÊ TÉCNICO DE TARIFAS, NOMENCLATURA E CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL-CT 01
COMPANHIA DE ENTREPÓS TOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP
CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO-AMBIENTE
CONEPE - CONSELHO NACIONAL DE PESCA E AQUÍCULTURA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS - CBCL
CONFESOL – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA
CONGRESSO NACIONAL
CONINAGRO - CONFEDERAÇÃO INTERCOOPERATIVA AGROPECUÁRIA
CONSELHO MUNDIAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – WOCCU
CONSELHO NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO.
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
COOPERATIVAS
COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DE ESPECIARIAS NO PARÁ(TOMÉ AÇU, CASTANHAL) E BAHIA (CAMAMÚ, ITAPEROÁ, VALENÇA, ITUBERÁ E UNA)
COORDENAÇÃO-GERAL PARA AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (COALCA)
COPERSÚCAR - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COSAVE - COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL
CTNBIO - COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA
DCTEC - DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO (DAOP)
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA (DAO)
DEPARTAMENTO DA EUROPA (DEU)
DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS (DAA)
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – DEST/MP
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS (DHS)
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E TEMAS ESPECIAIS (DME)
DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS (DOI)
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL (DPR)
DEPARTAMENTO ECONÔMICO (DEC)
DERAL (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL) – SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PR
DIREÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS (DCJ)
DIREÇÃO-GERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA (DIN)
DNT - DIVISÃO DE NOVOS TEMAS.
EECB/SP - ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CITRICULTURA DE BEBEDOURO
EMATERs NOS ESTADOS
EMBAIXADAS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE ESTADOS ESTRANGEIROS NO BRASIL
EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMPRESAS ESTADUAIS DE PESQUISAS
ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENTIDADES DE CLASSE
ENTIDADES ESTADUAIS DE ATER, EMATER E ASBRAER
ESAF - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA
FAO – FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION
FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ/ FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS/ FAEG
FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP
FEPLANA - FEDERAÇÃO DOS PLANTADORES DA CANA DO BRASIL
FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FLP – FLOWER LABEL PROGRAMME
FORUM - FÓRUM NACIONAL SUCROENERGÉTICO
FÓRUM PERMANENTE DE NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS INTERNACIONAIS - CNA/ OCB/ - ABAG)
FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AGRICULTURA

GIPI - GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
GOVERNOS ESTADUAIS E SECRETARIAS DE AGRICULTURA
IAC - INSTITUTO AGRONOMICO DE CAMPINAS
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE - INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBRAC – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDO DE CONCORRÊNCIAS, CONSUMO E COMERCIO INTERNACIONAL
IBRAF – INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS
IBRAFLO – INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS
IBRAVIN – INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO
IEA – INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA
INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA
INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – MDIC
INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
INPPAZ - INSTITUTO PANAMERICANO PARA PROTEÇÃO DE ALIMENTOS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO: ESALQ/USP, UNESP, UNICAMP, UNB, UFRGS, UFPEL, UFSM, UFPR, UFCE, UFPE, UFV, URCAMP E UFRJ
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: FAO / ITÁLIA, CODEX ALIMENTARIUS / ITÁLIA E OILB / ESPANHA.
INSTITUTO ADOLFO LUTZ/SP
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTOS E SINDICATOS DOS DIFERENTES SEGMENTOS REGULAMENTOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA
IPC – INTERNATIONAL PEPPER COMMUNITY
IRB – INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL.
ITAL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
ITEP/PE - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM PERNAMBUCO
JICA – AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO JAPONESA
MC - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
MCT- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MD - MINISTÉRIO DA DEFESA
MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO: SECEX/DECEX E INMETRO.
MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MERCOSUL - MERCADO COMUM DO SUL
MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA
MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA – SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE (SFC)
MI -MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
MI -MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL: SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS /CODEVASF
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS
MJ -MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
MJ- MINSTÉRIO DA JUSTIÇA

MME - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ANEEL E CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA
MP - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MPA -MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA
MPAS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE
OCA - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DAS AMÉRICAS
OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
OIE - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIZOOTIAS
OIE - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA SAÚDE ANIMAL
OIV - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO VINHO E DA UVA
OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS ESTADUAIS
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO
ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE MERCADO DAS AMÉRICAS-OIMA
ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORPLANA
ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE
ORPLANA - ORGANIZAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL
PREFEITURAS MUNICIPAIS
PREFEITURAS, CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS E ESTADOS
PREFEITURAS; ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES; SINDICATOS; COLÉGIOS AGRÍCOLAS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PROTOCOLO DE MONTREAL
SBFPO – SOCIEDADE BRASILEIRA DE FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS
SDS/MMA – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEAGRI's - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS
SECRETARIA DE AGRICULTURA DA BAHIA: ADAB E EBDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SANTA CATARINA: EPAGRI
SECRETARIA DE AGRICULTURA DO CEARÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO: INCAPER
SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO: CATI DE CAMPINAS, JALES, CATANDUVA, AVARÉ, BEBEDOURO, MOGI DAS CRUZES E LINS; IAC E INSTITUTO BIOLÓGICO.
SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERÍA, PESCA Y ALIMENTACIÓN – ARGENTINA; MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA – PARAGUAI; MINISTÉRIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA – URUGUAI.
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA - SEGEF/MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF/MP
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/MP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS - SPI/MP

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS/MP
SECRETARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL – STN/MF
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO – SFC/CGU/PR
SECRETARIAS ESTADUAIS DE AGRICULTURA
SECRETARIAS ESTADUAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR (OU DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA)
SEMTEC/MEC – SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO
SENADO FEDERAL
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SENAI/CETIQT – CENTRO DA INDÚSTRIA QUÍMICA E TÊXTIL
SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS/MF
SESCOOP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO
SIACAN – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE
SIACESP – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO
SIAMIG - SINDICATO DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SIARGS – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ADUBOS DO RIO GRANDE DO SUL
SICOOB Confederação – CONFERENCIA NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA
SIFAEG - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DE GOIÁS
SIMPRIERT – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MATÉRIAS PRIMAS PARA FERTILIZANTE
SIND/AL - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR E ÁLCOOL NO ESTADO DE ALAGOAS
SIND/BA - SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DA BA
SIND/MT – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DO MATO GROSSO
SIND/SE - SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DE SE
SINDAÇÚCAR/PB -SINDAÇÚCAR/PB – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, NO ESTADO DA PARAÍBA
SINDAÇÚCAR/PE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SINDÁLCOOL - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL DO ESTADO DA PARAÍBA
SINDAN – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL
SINDCANALCOOL - SINDICATO DOS PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DO MA E PA
SINDFRIGO – SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FRIGORIFICOS
SINDICAPE - SINDICATO DOS CULTIVADORES DE CANA DE PERNAMBUCO
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU E AMÊNDOAS VEGETAIS DO ESTADO DO CEARÁ - SINDICAJÚ
SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL - SINDIRAÇÕES
SINDIMAQ - SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DE MÁQUINAS
SISERJ – SINDICATO DA INDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA EMBRAPA, UNIVERSIDADES, FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS E CENTROS TECNOLÓGICOS
SONAL - SINDICATO DA IND. DE FAB. DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DOS ESTADOS DO RN, CE, PI
SRB - SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA
STN – SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL/MF
SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SFAS
SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TEM - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UBA – UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA
UBABEF - UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA
UBRABIO - UNIÃO BRASILEIRA DO BIODIESEL
UDOP – UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA
UFLA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
UNEP - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
ÚNICA - UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNICAFES – UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA
UNIDA - UNIÃO NORDESTINA DOS FORNECEDORES DE CANA DO NORDESTE
UNIVERSIDADES
UPOV - UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DAS OBTENÇÕES VEGETAIS
UVIBRA – UNIÃO BRASILEIRA DE VITIVINICULTURA

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A implantação da gestão estratégica no MAPA teve início em 2006, após a reestruturação do Ministério (Decreto 5351, de 24/01/2005) e criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE). O plano estratégico elaborado sob a coordenação da AGE cobre o horizonte 2006-2015, abrangendo dois ciclos de Planejamento Plurianuais (PPA 2008-2011 e 2012-2015).

Em 2009, após três anos de experiência de implementação da Gestão Estratégica, o Plano Estratégico foi revisado e atualizado, de forma a permitir que os servidores do MAPA dispusessem de uma ferramenta de gestão ajustada à realidade do agronegócio brasileiro.

O modelo de plano estratégico adotado pelo MAPA é o *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School. O foco deste método é a gestão estratégica, que inclui não só o planejamento da estratégia de uma organização, como também o acompanhamento da sua execução, através de um quadro de indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos. O método do BSC pode ser resumido na seguinte equação: Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão da Estratégia

A AGE tem seguido o método básico do BSC, embora algumas adaptações precisassem ser feitas para acomodar o estilo de gestão da equipe ministerial do MAPA. Em 2006, foram elaborados e implantados os instrumentos de gestão estratégica, na seguinte estrutura:

a) **Missão do MAPA:** Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira;

b) **Visão de Futuro do MAPA para 2015:** Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação das políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

c) **Mapa estratégico** com 25 objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas que propõem uma visão equilibrada entre o que o público externo demanda da organização e os meios e as condições que são necessárias para suprir tais demandas, quais sejam:

I. Perspectiva da Sociedade: reúne os objetivos estratégicos relacionados ao que o MAPA pretende atingir para o Poder Executivo e a Sociedade como um todo.

1. Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos: Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo quanto para a produção de bens processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras, celulose.

2. Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio: Participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

3. Garantir a segurança alimentar: Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade devida.

4. Ampliar a participação da agroenergia na matriz estratégica: Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

II. Perspectiva do Agronegócio e Parceiros: agrega o conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros (dos três poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto agentes como os representantes).

5. Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio: produção e disseminação de informações estratégicas qualificadas, quer seja com recursos próprios ou por meio de coordenação da ação de várias organizações. Estas informações estratégicas possibilitariam maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio e ganho de credibilidade pelo MAPA.

6. Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio: Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade, inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.

7. Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio: Consolidar-se como agente principal para o fortalecimento e a harmonização do agronegócio, promovendo, de forma participativa, a integração dos agentes nas cadeias produtivas, objetivando a minimização de distorções e a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos.

III. Perspectiva de Processos Internos: agrupa os objetivos estratégicos que o MAPA terá que alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, que agrupa os que a instituição terá de alcançar seu reconhecimento.

Essa perspectiva foi dividida em quatro temas:

Tema 1: Informação

8. Melhorar a qualidade e o acesso às informações: Aprimorar continuamente as informações, prospecções e cenários técnicos e comerciais gerados, fornecendo-os de forma ágil e tempestiva. Ampliar e aperfeiçoar mecanismos de disseminação das informações, possibilitando a universalização de seu uso como subsídio para tomada de decisão pelos agentes do setor.

9. Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio: Mapear constantemente a dinâmica e as mudanças nos segmentos do agronegócio, por meio da ampliação da capacidade de escuta e processamento de demandas e da busca de outros meios de conhecimento, com o objetivo de identificar as necessidades e as interações entre os elos das cadeias produtivas.

10. Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação: Aumentar a oferta de estudos de prospecção de oportunidades e ameaças para o agronegócio, principalmente por meio de maior integração com centros de estudos e entidades representativas, objetivando melhorias na identificação de formas de aproveitamento de oportunidades e na estruturação de soluções para contingências.

Tema 2: Produtos e Serviços

11. Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos: Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

12. Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias: Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.

13. Estimular a agregação de valor na produção agropecuária: Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produtor.

14. Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio: Buscar a implementação tempestiva de políticas que estimulem a melhor utilização de recursos produtivos, a integração das ações de defesa, a ampliação de seus beneficiários e que incentivem a sustentabilidade do agronegócio, além de estabelecer políticas diferenciadas por segmentos e regiões.

Tema 3: Articulação e Promoção

15. Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA: Ampliar a participação proativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando à conquista e manutenção de mercados para os produtos brasileiros. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e a execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e a aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e na implementação de políticas para o setor.

16. Promover o agronegócio e a imagem do MAPA: Contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno. Ampliar o reconhecimento do MAPA, por meio da disseminação de informações técnico institucionais de suas atividades, promovendo sua imagem junto aos agentes e representantes do agronegócio, do governo e da sociedade.

17. Promover a organização e a integração das cadeias produtivas: Estimular a integração, o adensamento e a verticalização das cadeias produtivas, objetivando a minimização de distorções, distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos e harmonização dos interesses dos diversos agentes. Estimular formas de organização associativa e cooperativa, respeitando peculiaridades regionais e dos segmentos do setor.

Tema 4: Excelência Administrativa

18. Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA: Fortalecer o processo de gestão estratégica, consoante o plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre o planejamento estratégico e o operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.

19. Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira: Articular a alocação e a disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.

20. Melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho: Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando ao aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infraestrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.

IV. Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento: congrega os objetivos estratégicos que congrega os Objetivos que focam o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais.

21. Melhorar a gestão da informação e do conhecimento: Ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais, entre outros, visando à melhoria no atendimento às demandas internas e externas.

22. Valorizar e monitorar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes multidisciplinares: Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e da motivação do corpo funcional,

estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.

23. Desenvolver cultura orientada para resultados: Desenvolver cultura focada em resultados, visando à mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários a estruturar e ampliar a consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

24. Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz: Estruturar e ampliar comunicação interna, de forma distinta e compatível a cada público, para disseminação tempestiva de informações de qualidade, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição.

25. Desenvolver e reter competências do corpo funcional: Desenvolver continuamente competências, de forma a adequá-las, quantitativa e qualitativamente, às necessidades do MAPA, bem como estimular a retenção dos quadros qualificados.

No início do processo de gestão estratégica, para cada um dos objetivos estratégicos, foram propostas 23 iniciativas estratégicas, isto é, projetos de intervenção que tinham como finalidade garantir as mudanças pretendidas pelo MAPA. Cada iniciativa contava com um patrocinador institucional e um responsável técnico que eram seus gestores durante a implementação. O caráter desses objetos estratégicos era transversal, ou seja, várias partes do ministério agiram em conjunto em prol de um objetivo único, ultrapassando as barreiras funcionais da instituição.

A partir de 2007, com o objetivo de melhor adequar o método ao estilo da alta gestão, foi elaborado um sistema de gestão de resultados estratégicos. Os resultados estratégicos são desdobramentos dos objetivos estratégicos, mas, ao contrário destes, os resultados são de responsabilidade apenas de uma unidade organizacional do MAPA, perdendo o caráter transversal dos objetivos estratégicos.

Os resultados estratégicos seguem uma linha mais operacional, agregando projetos elaborados para atender aos objetivos da Perspectiva dos Processos Internos e da Perspectiva de Pessoas, Aprendizagem e Crescimento. Os resultados estratégicos mantêm, portanto, uma relação indireta com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade e da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros.

Desde 2008, a AGE tem centrado esforços para maior participação das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) e Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) no processo de Gestão Estratégica.

Ao longo primeiro semestre de 2011, o MAPA dedicou-se à construção do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, de forma a alcançar maior alinhamento com a estratégia. No segundo semestre de 2011, realizaram-se oficinas de revisão dos Resultados Estratégicos, Indicadores de Desempenho e Projetos Estratégicos nas secretarias e departamentos do MAPA.

No ano de 2012 foi elaborado um Plano de Ação que consiste em um conjunto de resultados estratégicos prioritários para o MAPA. Esses resultados são de responsabilidade das Secretarias do MAPA, Ceplac e Inmet, Conab e Embrapa.

Os objetivos estratégicos, os resultados estratégicos e as áreas responsáveis pelo cumprimento dos últimos se relacionam conforme tabela a seguir. Ressalta-se que não existe uma relação única entre objetivos estratégicos e resultados estratégicos, devido ao caráter transversal dos primeiros elementos. Observa-se ainda, a utilização da seguintes siglas no quadro:

- a) SE: Secretaria Executiva;
- b) SDA: Secretaria de Defesa Agropecuária;
- c) SPA: Secretaria de Política Agrícola;
- d) SDC: Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo Rural;
- e) SPAE: Secretaria de Agroenergia; e

f) AGE: Assessoria de Gestão Estratégica.

I. Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento:

Objetivo Estratégico 22: Valorizar e monitorar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes multidisciplinares

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Gestão de pessoas por competência implantada e consolidada.

Objetivo Estratégico 23: Desenvolver cultura orientada para resultados

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Avaliação de desempenho dos servidores modelada e implantada.
	Gestão de processos implantada.

Objetivo Estratégico 24: Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado

Objetivo Estratégico 25: Desenvolver e reter competências do corpo funcional

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Gestão de pessoas por competência implantada e consolidada.
	Avaliação de desempenho dos servidores modelada e implantada.

II. Perspectiva dos Processos Internos:

Objetivo Estratégico 8: Melhorar a qualidade e o acesso às informações

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
SDC	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.
AGE	Sala de antecipação dos problemas do agronegócio implantada e operacionalizada.

Objetivo Estratégico 9: Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio

Unidade	Resultado Estratégico
AGE	Elaboração e disponibilização das Projeções do Agronegócio

Objetivo Estratégico 10: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação

Unidade	Resultado Estratégico
SPA	Mecanismos de crédito rural aperfeiçoados, focados na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência.
AGE	Elaboração e disponibilização das Projeções do Agronegócio

Objetivo Estratégico 11: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos

Unidade	Resultado Estratégico
SDA	Sistema Zoossanitário em todo território nacional implantado e operacionalizado.
	Insumos Agrícolas assegurados e conformes.
	Insumos Pecuários assegurados e conformes.
	Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal assegurada.
	Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal revisado e implantado.
	Redução da Produção e Comercialização dos Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial

	Defesa Fitossanitária Fortalecida
	SUASA reestruturado e implantado
SDC	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis implantados.
	Fomento da atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados.

Objetivo Estratégico 12: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias

Unidade	Resultado Estratégico
SDC	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.

Objetivo Estratégico 13: Estimular a agregação de valor na produção agropecuária

Unidade	Resultado Estratégico
SDC	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados
	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.
	Fomento da atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados

Objetivo Estratégico 14: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Unidade	Resultado Estratégico
SDA	Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal revisado e implantado.
	Redução da Produção e Comercialização dos Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial
	SUASA reestruturado e implantado
SPA	Mecanismos de Crédito Rural Aperfeiçoados, Focados na Sustentabilidade, Ganhos de Produtividade e de Eficiência
	Instrumentos de Minimização de Riscos Aperfeiçoados que Atendam às Necessidades do Produtor Rural
	Mecanismos de Apoio à Comercialização Modernizados.
SRI	Participação na formulação de diretrizes e regras para disciplinar o comércio internacional
SDC	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.
SPA	Ampliação da oferta de produtos agroenergéticos
	Ampliação do número de beneficiários do Funcafé
AGE	Sala de antecipação dos problemas do agronegócio implantada e operacionalizada.
	Iniciativas e Projetos Governamentais no tema de sustentabilidade acompanhados.

Objetivo Estratégico 15: Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA.

Unidade	Resultado Estratégico
SRI	Novos mercados abertos e manutenção de abertura com superação de barreiras não-tarifárias
	Eliminação de barreiras econômicas para as exportações agrícolas brasileiras.
	Agronegócio brasileiro promovido no exterior

Objetivo Estratégico 16: Promover o agronegócio e a imagem do MAPA.

Unidade	Resultado Estratégico
SRI	Agronegócio brasileiro promovido no exterior

Objetivo Estratégico 17: Promover a organização e a integração das cadeias produtivas

Unidade	Resultado Estratégico
SDC	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis implantados.

Objetivo Estratégico 18: Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA.

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Processo de Gestão Estratégica consolidado.

Objetivo Estratégico 19: Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Gestão por Processos Implantada

Objetivo Estratégico 20: Melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Processo de Gestão Estratégica consolidado.
	Gestão por Processos Implantada.

Objetivo Estratégico 21: Melhorar a gestão da informação e do conhecimento

Unidade	Resultado Estratégico
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
SDC	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.
AGE	Sala de antecipação dos problemas do agronegócio implantada e operacionalizada.

Cada um dos resultados estratégicos representa um fim a ser atingido e, para isso, conta com um conjunto de projetos. Uma vez concluídos, os projetos darão origem a novos produtos e serviços que ajudarão no alcance dos resultados estratégicos e, conseqüentemente, dos objetivos estratégicos a eles relacionados.

A fim de medir o desempenho dos resultados estratégicos, foram estabelecidos indicadores. Com a mudança do foco do acompanhamento do plano estratégico do MAPA, muitos indicadores antes utilizados para medir diretamente o desempenho do objetivo estratégico, foram transportados ou adaptados para o novo modelo, de acompanhamento dos resultados estratégicos.

Juntamente com os indicadores de desempenho do resultado, são acompanhadas as taxas de execução dos projetos ligados ao mesmo. Assim, são levados em consideração tanto o esforço como a efetividade das ações planejadas para se alcançar determinado objetivo estratégico.

O processo de gestão estratégica se dá então em dois momentos principais: o planejamento, onde os objetos estratégicos (resultados, projetos e indicadores) são definidos e o acompanhamento, realizado periodicamente, quando os indicadores de resultado e de execução dos projetos são coletados e analisados.

O ideal é apresentar os resultados em um encontro periódico com todos os responsáveis pelos resultados estratégicos, a chamada Reunião de Análise Estratégica – RAE. A ser realizada, preferencialmente, com periodicidade trimestral.

Vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas

Os assuntos que constituem área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram definidos na Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto 7.127 de 4 de março de 2010.

As duas primeiras Perspectivas, a da Sociedade e a do Agronegócio e Parceiros, e a Perspectiva dos Processos Internos, especialmente nos temas relacionados à Informação, aos Produtos e Serviços e à Articulação e Promoção, agregam os objetivos estratégicos mais aderentes às atribuições legais do Ministério. Tais objetivos representam o impacto efetivo para o público externo das políticas públicas elaboradas e implantadas pelo MAPA.

Os demais objetivos, do tema Excelência Administrativa da Perspectiva dos Processos Internos, e os da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento têm maior relação com os meios através dos quais as políticas públicas serão realizadas. Dessa forma, esses objetivos estratégicos não possuem uma relação direta com os assuntos de competência legal do MAPA.

Assuntos de competência do MAPA	Objetivos Estratégicos
a) política agrícola, abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;	6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
b) produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura;	1 – Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos. 6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 13 – Estimular a agregação de valor na produção agropecuária 17 – Promover a organização e a integração das cadeias produtivas.
c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;	6 – Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio 13 – Estimular a agregação de valor na produção agropecuária 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.
d) informação agrícola;	5 – Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio 8 – Melhorar a qualidade e o acesso às informações 9 – Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio 10 – Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação
e) defesa sanitária animal e vegetal;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos
f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos
g) classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;	3 – Garantir a segurança alimentar 11 – Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos 15 – Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA 16 – Promover o agronegócio e a imagem do MAPA:
h) proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;	2 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;	12 – Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias
j) meteorologia e climatologia;	5 – Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio 8 – Melhorar a qualidade e o acesso às informações

l) cooperativismo e associativismo rural;	7 – Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio 17 – Promover a organização e a integração das cadeias produtivas.
m) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz estratégica.
n) assistência técnica e extensão rural;	12 – Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias:
o) política relativa ao café, açúcar e álcool;	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz estratégica 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
p) planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.	4 – Ampliar a participação da agroenergia na matriz estratégica 14 – Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal

O MAPA é responsável pelos seguintes conjuntos de programas temáticos e objetivos estratégicos do PPA 2012-2015:

Programa Temático: 2012 – Agricultura Familiar

0163	Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.
0171	Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Programa Temático: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

0350	Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando à garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.
0600	Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.
0601	Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.
0618	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.
0623	Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando à disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

0661	Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.
0692	Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando à geração de divisas, empregos e renda.
0743	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando à mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).
0744	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
0747	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas
0750	Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.
0976	Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Programa Temático: 2028 – Defesa Agropecuária

0364	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.
0366	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
0367	Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.
0368	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.
0570	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros

Programa Temático: 2042 – Inovações para a Agropecuária

0842	Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.
0845	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.
0846	Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional – institucional e a gestão, visando à inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.
0968	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.
0969	Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Programa Temático: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional

0613	Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Programa Temático: 2013 – Agricultura Irrigada

0171	Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Cada resultado estratégico está relacionado a uma ou mais iniciativas do PPA 2012-2015, conforme o quadro a seguir:

PPA 2012-2015		Plano Estratégico do MAPA
Programa Temático	Objetivos	Resultados Estratégicos
2014	0350	Mecanismos de Apoio à Comercialização Modernizados.
	0600	Plano estratégico do Inmet
	0601	Instrumentos de Minimização de Riscos Aperfeiçoados que Atendam às Necessidades do Produtor Rural.
	0618	Mecanismos de Crédito Rural Aperfeiçoados, Focados na Sustentabilidade, Ganhos de Produtividade e de Eficiência
	0623	Plano estratégico da Conab
	0661	Número de beneficiários do Funcafé ampliado.
	0692	Novos mercados abertos e manutenção de abertura com superação de barreiras não-tarifárias Participação na Formulação de Diretrizes e Regras para disciplinar o Comércio Internacional Eliminação de barreiras econômicas para as exportações agrícolas brasileiras. Agronegócio brasileiro promovido no exterior.
	0743	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados.
	0744	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados.

	0747	Associativismo Rural e Cooperativismo Sustentável, Estimulado e Promovido.
	0750	Oferta de produtos agroenergéticos ampliada.
	0976	Gestão por Competências Implantada Processo de Gestão Estratégica Consolidado Gestão por Processos Implantada Gestão de Projetos Implantada Plano Operativo Anual (POA) Implantado e Operacional em todo o MAPA. Lei de Acesso à Informação atendida com eficiência e efetividade .
2028	0364	Defesa Fitossanitária Fortalecida. Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional
	0366	Defesa Fitossanitária Fortalecida. SUASA estruturado e implantado
	0367	Rede Lanagro Reconhecida como Referência para a Defesa Agropecuária
	0368	Qualidade dos insumos agrícolas assegurada Conformidade dos insumos pecuários assegurada
	0570	Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada
2042	0842	Plano estratégico da Ceplac
	0845	Plano estratégico da Ceplac
	0846	Plano estratégico da Ceplac
	0968	Plano estratégico da Ceplac
	0969	Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.

Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão

Os principais objetivos estratégicos selecionados são aqueles que estão relacionados diretamente com as ações prioritárias estabelecidas no Plano de Ação Estratégico do MAPA. Portanto, os principais objetivos estratégicos traçados, apresentados conforme a perspectiva em que se encontram, são:

Perspectiva	Objetivos Estratégicos
Perspectiva da Sociedade	Garantir a Segurança Alimentar
	Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio
	Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética
Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio
	Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio
	Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Produtos e Serviços	Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos
	Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
	Buscar maior efetividade na formulação e implementação de políticas públicas para o agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Informação	Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação
	Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio
Perspectiva de Processos Internos – Tema Articulação e Promoção	Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA
	Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA
	Promover a organização e a integração das cadeias produtivas
Perspectiva de Processos Internos – Tema Excelência Administrativa	Ter eficiência e transparência na Execução Orçamentária e Financeira
	Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA
	Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de Trabalho
Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento –	Desenvolver e reter competências do corpo funcional

Tema Pessoas	
Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento – Tema Ambiente de Trabalho	Desenvolver cultura orientada a resultados

Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos

De acordo com o Plano de Ação Estratégico do MAPA estabelecido em 2012, as principais ações planejadas para se atingir os objetivos estratégicos são:

Objetivos Estratégicos	Ações Planejadas
- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos; - Garantir a Segurança Alimentar; - Ser excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agonegócio;	1 – Implantação e operacionalização do Sistema em todo o território nacional.
	2 – Ações de fortalecimento da defesa fitossanitária.
	3 – Ações para reconhecimento da Rede Lanagro como referência para a defesa agropecuária.
	4 – Reestruturação e implantação do SUASA .
- Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio; - Promover a organização e a integração das cadeias produtivas; - Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio.	5 – Implementação de sistemas de produção agropecuária sustentáveis.
	6 – Ações para promoção do associativismo rural e do cooperativismo sustentável.
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação de política públicas para o agronegócio; - Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio; - Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária.	7 – Ações para aperfeiçoamento de mecanismos de crédito rural, com foco na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência.
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação de política públicas para o agronegócio; - Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação; - Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio; - Ser Referência em Informações Estratégicas para o Agronegócio; - Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio.	8 – Aperfeiçoamento de instrumentos de minimização de riscos, para que atendam às necessidades do produtor rural.
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação de política públicas para o agronegócio; - Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA; - Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA; - Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio.	9- Participação na formulação de regras para o comércio internacional.
Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética.	10 – Ampliação da oferta de produtos agroenergéticos.
- Desenvolver e reter competências do corpo funcional; - Desenvolver cultura orientada a resultados.	11 – Implementação da gestão por competências.
- Ter eficiência e transparência na Execução Orçamentária e Financeira - Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	12 – Implantação e operacionalização do Plano Operativo Anual (POA).
- Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA; - Melhorar Continuamente a Infraestrutura e os Processos de	13 – Operacionalização da gestão estratégica no MAPA.

Trabalho; • Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio.	

As ações listadas no quadro acima foram as planejadas para o período, alcançando diferentes graus de execução (o que será explicado nas seções 2.2, 2.3 e 2.4 a seguir).

As ações planejadas estão relacionadas aos objetivos estratégicos da Perspectiva dos Processos Internos e da Perspectiva de Pessoas, Aprendizagem e Crescimento. Devido à relação de causa e efeito, característica do mapa estratégico, a consecução dos objetivos das duas perspectivas da base do mapa estratégico, leva à realização objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade e da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros. Dessa forma, não existem ações diretamente relacionadas aos objetivos estratégicos dessas últimas perspectivas.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Os riscos que podem prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos referem-se a limitações internas do MAPA e a ameaças do ambiente externo.

Como limitações internas do MAPA pode-se destacar:

- falta de cultura organizacional dos gestores em planejamento estratégico.
- excesso de burocracia em processos administrativos, como o de aquisição de insumos
- necessários ao trabalho;
- alta rotatividade de servidores, com custos associados ao tempo despendido para treinamento e compartilhamento do conhecimento tácito da área;
- falta de pessoal, especialmente nas atividades de fiscalização;
- falta de integração entre sistemas de informação.

Como ameaças do ambiente externo ao MAPA pode-se destacar:

- cortes orçamentários impostos pelo Poder Executivo Federal;
- alta de apoio e de adesão de alguns estados e municípios para implantação de ações de abrangência nacional;
- barreiras comerciais impostas por outros países, de forma a prejudicar o agronegócio brasileiro;
- dependência das ações do Poder Legislativo para regulamentação de algumas normas.

Uma das ações planejadas pelo MAPA para auxiliar no alcance de seus objetivos estratégicos é a implantação da gestão por processos. A gestão por processos no MAPA é efetivada por meio de instrumentos de modelagem, aprimoramento e implantação dos processos identificados, visando à melhoria contínua destes processos de serviços.

A implantação da gestão por processos no MAPA conta com a execução de três projetos: Elaboração da Cadeia de Valor com os processos do MAPA; Desenvolvimento do Escritório de Processos; Implementação da Gestão por Processos.

Os resultados alcançados em 2012 foram: elaboração da cadeia de valor do macroprocesso sob a gestão da SDC; desenvolvimento da metodologia de implantação do escritório de processos; revisão da metodologia MAIPS para mapeamento, aprimoramento e implantação de processo de serviços; mapeamento e aprimoramento de cinco processos; elaboração do Manual do Processo de Serviço Comprar; do Manual do Macroprocesso Parceria Institucional (Processos de Serviços: Celebrar Convênio, Celebrar Acordo de Cooperação e Celebrar Contrato de Repasse); do Manual de Formulários utilizados nos processos do Macroprocesso Parceria Institucional; e do Manual do Processo de Serviços Promover Progressão Funcional.

Para o exercício de 2013 espera-se a institucionalização dos processos mapeados e aprimorados.

Para os próximos exercícios, estão planejadas as elaborações das cadeias de valor dos macroprocessos sob gestão das demais Secretarias do MAPA, além do Inmet e da Ceplac.

A Assessoria de Gestão Estratégica, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social, mantém o sítio da gestão estratégica na intranet do MAPA (Agronet). Na Agronet os servidores encontram documentos com histórico da gestão estratégica, peças de comunicação e os relatórios de gestão estratégica.

Alinhado ao objetivo estratégico de “Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento”, a AGE, com o auxílio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, mantém uma comunidade de prática denominada “Gestão Estratégica” no ambiente de comunidades virtuais do MAPA CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede). O CATIR, como espaço de colaboração virtual, é um ambiente disponibilizado para que os servidores criem e compartilhem conhecimentos necessários para a solução de problemas e atendimento das demandas da organização. Na comunidade Gestão Estratégica, todos os servidores do MAPA interessados no assunto podem acessar arquivos e fóruns, tanto na comunidade geral, quanto em subcomunidades específicas.

Em 2012 também foram realizadas oficinas de capacitação em gestão estratégica, nas quais participaram servidores das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) dos estados e DF. Nessas oficinas, além da capacitação do pessoal, são realizadas trocas de informações entre os servidores e palestras em que são apresentados resultados alcançados nessas unidades descentralizadas.

Para divulgação dos objetivos estratégicos, foram distribuídos vários tipos de peças de comunicação da estratégia, tais como: livreto do plano estratégico, folders, cartazes, banners, agenda, *mouse pads*, porta-canetas.

No sítio do MAPA na internet (www.agricultura.gov.br), a ACS divulga resultados de destaque alcançados pela instituição.

No ano de 2012, devido às dificuldades encontradas para o acompanhamento da estratégia e para a realização das reuniões de análise da estratégia na sede, a AGE procurou mobilizar os servidores lotados nas SFAs para a execução da estratégia. Essa mobilização ocorreu tanto por meio de visitas aos estados para realizar palestras e oficinas de capacitação, como por meio de oficinas realizadas em Brasília com a participação de agentes de gestão estratégica dos estados.

Nessas oficinas, procurou-se estimular as SFAs a desenvolverem seus projetos locais que viabilizarão o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Sistema Zoofitossanitário Implantado e Operacional em todo o Território Nacional

Este resultado estratégico corresponde a um conjunto de ações que visa promover a garantia de saúde dos animais, com base na prevenção, controle e erradicação de doenças.

Implantar novo modelo de vigilância epidemiológica em saúde animal

Ações Executadas: Foi desenvolvido o módulo administrativo e operacional do Sistema de Gestão de Estudos Epidemiológicos (SIGEP), que está em fase de ajustes finais para ser disponibilizado aos usuários do Serviço Veterinário Oficial, tendo sido realizado 77,5% do planejado para 2012. Também foi realizada a divisão do desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (SISBRAVET) em três módulos: módulo de notificação de ocorrências zoossanitária; módulo de emergência veterinária; e módulo de gestão dos programas zoossanitários.

Justificativas para não execução de ações: O SIGEP não foi finalizado devido à dependência de desenvolvimento dos módulos de laboratório para encerramento do Sistema. A necessidade de envolvimento da equipe com outros projetos prioritários do Departamento de Saúde Animal foi um obstáculo para a execução das ações planejadas.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Reformular a metodologia de avaliação e os critérios de classificação da qualidade dos serviços veterinários nas esferas federal e estadual.

Ações Executadas: Foi adaptada a ferramenta atualmente utilizada pelo Departamento de Saúde Animal para avaliar os Serviços Veterinários Estaduais voltada para o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, tendo sido realizadas 33,3 % das ações planejadas para o ano de 2012.

Justificativa para a não execução: A falta de uma equipe estruturada para dedicar-se ao projeto e a necessidade de apoio a outros projetos prioritários do Departamento de Saúde Animal prejudicaram a execução das ações planejadas.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Obter o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa e implementar plano de prevenção nacional

Ações Executadas: Foram realizadas 44,4% das ações planejadas para o exercício. As ações executadas foram: - Finalização do monitoramento para avaliação de circulação viral no estado do Rio Grande do Sul, com atualização do relatório correspondente; - Execução do inquérito soropidemiológico para avaliação de circulação viral nos sete estados do Nordeste e na região Centro-Norte do Pará, com os trabalhos de campo e análises laboratoriais finalizados no estado do Maranhão; - Realização de 11 (onze) auditorias em todos os estados do Nordeste e Norte, com áreas não reconhecidas como livres da doença, para avaliação das condições técnicas e estruturais dos serviços veterinários oficiais da região, com elaboração de planos de ações individuais; - Capacitações, relacionadas à vigilância da febre aftosa, realizadas em dois estados do Sul (RS e SC), dois no Sudeste (ES e MG), oito do Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI e RN), um no Norte (RO) e dois no Centro-Oeste (DF e GO); - Finalização da revisão do Plano de Ação para Febre Aftosa – volume I e do manual utilizado no PNEFA com “Coletânea de Imagens”; - Início dos trabalhos de revisão do PNEFA para elaboração de plano de fortalecimento da prevenção da febre aftosa no País.

Justificativas para não execução de ações: Como obstáculo para a execução das ações, pode-se destacar: limitações nas transferências de recursos, por convênios, aos serviços veterinários oficiais da maioria das unidades da federação, para apoiar na manutenção e fortalecimento de suas estruturas e execução das ações descentralizadas do PNEFA, atendendo-se apenas nove unidades da federação; atrasos na execução de campo e realização de testes laboratoriais do inquérito soropidemiológico para avaliação da circulação do vírus da febre aftosa no Nordeste e Pará; problemas com disponibilidade de kits para diagnóstico da febre aftosa; limitações no quadro de servidores para realizar as ações programadas, como auditorias nacionais, revisão e produção de manuais, revisão do PNEFA e apoio à realização de treinamentos nos estados; e restrições administrativas para autorizar o deslocamento de servidores.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Defesa Fitossanitária Fortalecida

Este resultado estratégico corresponde a um conjunto de ações que visam ao aperfeiçoamento do sistema de defesa vegetal, por meio da compatibilização da estrutura física, recursos humanos e base legal do sistema nacional de defesa vegetal, e alinhamento às novas diretrizes técnicas que norteiam o estabelecimento das medidas fitossanitárias.

Aperfeiçoar o Sistema de Controle, Vigilância, Prevenção e Erradicação de Pragas em Território Nacional

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam aperfeiçoar o Sistema de Controle, Vigilância, Prevenção e Erradicação de Pragas no âmbito Nacional, por meio da atualização da lista de pragas quarentenárias presentes, a elaboração de planos de contingência, a definição de Plano de Educação Fitossanitária e a implantação do Sistema de Informação Fitossanitária. As fases previstas para o projeto foram executadas conforme planejadas para o exercício de 2012.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Definir Sistema de Avaliação da Capacidade Fitossanitária Nacional e de Estados

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam conceituar, definir critérios e metodologia de avaliação da Capacidade Fitossanitária Nacional e dos Estados, capacitar técnicos e realizar avaliação. As fases previstas para o projeto foram executadas conforme planejado para o exercício de 2012.

: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Fortalecer o acompanhamento e execução dos convênios

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam ao aperfeiçoamento do sistema de defesa vegetal, por meio da compatibilização da estrutura física, recursos humanos e base legal do sistema nacional de defesa vegetal, e alinhamento às novas diretrizes técnicas que norteiam o estabelecimento das medidas fitossanitárias. As fases previstas para o projeto foram executadas conforme planejado para o exercício de 2012.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Fortalecer e Garantir a segurança da Quarentena Vegetal Nacional

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam garantir a segurança fitossanitária de material de pesquisa e experimentação importado, estabelecendo procedimentos para auditar Estações Quarentenárias credenciadas pelo MAPA e a publicação de normativas pertinentes. As ações para publicação de normas pertinentes foram executadas conforme o previsto para o exercício de 2012. Não foi executada a fase de implantação da Estação Quarentenária Vegetal do MAPA.

Justificativas para não execução de ações: Apesar do andamento normal em relação à publicação de normas pertinentes, a execução deste projeto foi prejudicada pois a Estação Quarentenária Vegetal do MAPA será substituída pela Estação Quarentenária Vegetal da Embrapa.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Estruturar e Regular a Fiscalização Fitossanitária do Trânsito de Vegetais

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam disciplinar e regulamentar a fiscalização fitossanitária do trânsito de vegetais, revisando normas, harmonizando procedimentos e estabelecendo sistemas informatizados de gerenciamento do trânsito de vegetais. As fases previstas para o projeto foram executadas conforme planejado para o exercício de 2012.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Fortalecer a Segurança Fitossanitária na Importação

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício envolvem a análise do risco de pragas e visam prevenir que os produtos de origem vegetal importados pelo Brasil venham com pragas que possam causar prejuízo à produção agrícola nacional. O projeto encontra-se com atraso.

Justificativas para não execução de ações: As fases previstas não foram executadas conforme o planejado devido à falta de pessoal na Divisão de Análise de Risco de Pragas (DARP).

Impacto sobre a estratégia: Os atrasos na realização das ações prejudicam o alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, além de afetar negativamente o objetivo estratégico “Promover o agronegócio e a imagem do MAPA”, da perspectiva de processos internos.

Incrementar Processo de Relatórios para Exportação

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam facilitar a exportação de produtos vegetais, por meio da organização dos relatórios de exportação e negociação dos requisitos fitossanitários com países importadores. O projeto encontra-se com atraso.

Justificativas para não execução de ações: As fases previstas não foram executadas conforme o planejado devido à falta de pessoal na Divisão de Análise de Risco de Pragas (DARP).

Impacto sobre a estratégia: Os atrasos na realização das ações prejudicam o alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, além de afetar negativamente do objetivo estratégico “Promover o agronegócio e a imagem do MAPA”, da perspectiva de processos internos.

Revisão e Implementação do Marco Legal da Sanidade Vegetal

Ações Executadas: As ações planejadas para o exercício visam à revisão e à implementação do marco legal da sanidade vegetal. As fases previstas para o projeto foram executadas conforme planejado para o exercício de 2012.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos” da perspectiva de processos internos.

Rede Lanagro Reconhecida como Referência para a Defesa Agropecuária

As ações planejadas para esse resultado estratégico visam assegurar que os resultados demandados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários sejam confiáveis e disponibilizados em prazo que permita o seu pleno aproveitamento para o desenvolvimento de ações voltadas à defesa agropecuária.

Certificação da CGAL na ABNT NBR ISO 9001

Ações Executadas: No ano de 2012, foi realizado 36,8% do projeto. Foram estabelecidos os fundamentos para implementação da norma, tendo sido finalizadas as seguintes atividades:

1 - Conscientizar servidores: a. Divulgar amplamente a importância do projeto e a necessidade de engajamento de todos os colaboradores da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL; b. Realizar palestras;

2 - Definir produtos e escopo: a. Identificar requisitos legais do produto; b. Levantar as atividades desempenhadas por cada área técnica e administrativa da CGAL; c. Definir os produtos e escopo; d. Documentar os produtos e escopo da CGAL;

3 - Estabelecer política, objetivos e indicadores da qualidade: a. Discutir a política, objetivos e indicadores da qualidade; b. Identificar a política, objetivos e indicadores da qualidade; c. Documentar a política, objetivos e indicadores da qualidade.

Justificativas para não execução de ações: A dificuldade primordial para execução do projeto é que a equipe da CGAL responsável por implementar a ISO 9001 também é responsável por atender as demandas rotineiras das áreas técnicas e da Coordenação da CGAL, o que atrasa a entrega dos resultados previstos.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Acreditação de seis ensaios dos Lanagros na ABNT NBR ISO/IEC 17025

Ações Executadas: Não foram realizadas ações planejadas para o projeto.

Justificativas para não execução de ações: A cultura organizacional pouco voltada para a gestão de projetos dificulta extremamente a execução de projetos na organização. Entretanto, a dificuldade primordial é que a equipe da CGAL responsável por implementar a gestão estratégica também é responsável por atender as demandas rotineiras das áreas técnicas e da Coordenação da CGAL, o que inviabiliza a realização do gerenciamento dos projetos, as coletas e análises dos dados dos indicadores. Outro obstáculo detectado para a realização deste projeto é a necessidade de sua fusão ao projeto de validação de métodos (Validação de seis ensaios conduzidos pelos Lanagros), uma vez que este se encontra contido naquele.

Impacto sobre a Estratégia: As ações não realizadas impactam no alcance do objetivo estratégico “garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Validação de seis ensaios conduzidos pelos Lanagros

Ações Executadas: Não foram realizadas ações planejadas para o projeto.

Justificativas para não execução de ações: A cultura organizacional pouco voltada para a gestão de projetos dificulta extremamente a execução de projetos na organização. Entretanto, a dificuldade primordial é que a equipe da CGAL responsável por implementar a gestão estratégica também é responsável por atender as demandas rotineiras das áreas técnicas e da Coordenação da CGAL, o que inviabiliza a realização do gerenciamento dos projetos, as coletas e análises dos dados dos indicadores. Outro obstáculo detectado para a realização deste projeto é a necessidade de sua fusão ao projeto de acreditação ISO 17025 (Acreditação de seis ensaios dos Lanagros na ABNT NBR ISO/IEC 17025), uma vez que os dois são complementares.

Impacto sobre a Estratégia: As ações não realizadas impactam no alcance do objetivo estratégico “garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), reestruturado e implantado

SUASA tem o objetivo de tornar os processos de fiscalização realizados por estados e municípios equivalentes ao serviço federal para produtos que circulam dentro do país.

Ações Executadas: A implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) objetiva tornar os processos de fiscalização realizados por estados e municípios equivalentes ao serviço federal para produtos agropecuários que circulam dentro do país. As ações planejadas para efetivar o SUASA, são: a implementação dos mecanismos de governança e estabelecimento dos critérios de auditoria; a revisão e codificação das legislações das diferentes

especialidades da defesa agropecuária; a criação de um centro de formação e de inteligência da defesa agropecuária que estabelecerá os referenciais e marcos de capacitação de todos agentes, públicos e privados, participantes do Sistema; educação sanitária nas normas de defesa agropecuária; a execução da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA); e ações de combate aos abatedouros clandestinos de animais. Há atrasos no cronograma das ações planejadas. Como não tem ocorrido o acompanhamento dos indicadores, não é possível determinar o grau de realização das ações. Até o final de 2012, o SUASA foi aderido por Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Bahia, além de sete municípios e dois consórcios (que representam juntos mais de 20 cidades). Além destes, Santa Catarina assinou um protocolo para implantação de um projeto piloto e outros 15 estados e 50 municípios estão em processo de adesão.

Justificativas para não execução de ações: Um dos obstáculos para a implantação do Sistema se refere à necessidade de interesse dos estados e municípios para participarem do SUASA. A ampliação da adesão aos convênios do Suasa é uma das prioridades do Projeto de Regionalização do MAPA para o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária. Outra dificuldade na implantação do Sistema se refere à sua abrangência nacional, o que requer maiores recursos e coordenação para realização das ações.

Impacto sobre a Estratégia: As ações não realizadas impactam no alcance do objetivo estratégico “garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Sistemas de produção agropecuária sustentáveis

Esse resultado estratégico tem como principais eixos de atuação:

- a) Incentivar o desenvolvimento de sistemas agropecuários sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
- b) Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando à mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários.

Fomento ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Ações Executadas: O período de 2012 caracterizou-se pela articulação estratégica de parcerias. Foram realizadas capacitações de técnicos e agricultores no âmbito do Programa Bancos Comunitários de Sementes e no Projeto de Extrativismo Sustentável Orgânico; elaborados e submetidos dois projetos ao Fundo Setorial de Agronegócio (CTagro), relacionados aos produtos fitossanitários apropriados aos sistemas orgânicos de produção, com um deles já aprovado para início em 2013; publicado e finalizado edital MEC/MCTI/MAPA/CNPq para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo e Centros Vocacionais em Agroecologia e Produção Orgânica para o biênio 2013/2014; contratados três consultores no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (PROBIO II) que contribuíram para as metas relacionadas ao estabelecimento de 90 especificações de referência, ao acesso a tecnologias apropriadas a produção orgânica bem como a produção de materiais técnicos. Em termos de articulação de parcerias, destacam-se os projetos do PROBIO II, que tem contribuído de forma decisiva para apoiar o papel da Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (Coagre/SDC) nas políticas públicas de fomento e de construção e aplicação dos regulamentos para a produção orgânica brasileira e a participação ativa na elaboração e instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794, de 20/08/2012. Em termos quantitativos, os principais produtos gerados neste projeto em 2012 foram: 1 - Instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; 2 - Apoio a

303 bancos comunitários de sementes; 3- Consolidação de 13 documentos contendo as diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico; 4 - Seleção de 22 projetos de núcleos de estudo em agroecologia, totalizando o apoio a 36 núcleos na rede federal de educação profissional científica e tecnológica; 5 - Elaboração de 110 fichas agroecológicas e; 6 - Capacitação de 47 técnicos em mecanismos de garantia da qualidade orgânica.

Justificativas para não execução de ações: Em 2012, considerou-se que 80% do que foi planejado foi executado. A implementação de uma gestão descentralizada e participativa e a construção de parcerias tem sido, ao longo dos anos, o principal fator de sucesso para o projeto. Todavia, essa é uma condição temporária. A implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica também é um ponto positivo, desde que haja uma priorização da mesma em nosso Ministério. Os aspectos críticos e recorrentes que podem contribuir para o fracasso do projeto são: limitação e contingenciamento de recursos financeiros; número reduzido de pessoal técnico e administrativo; necessidade de capacitação de pessoal e de uma cultura institucional que priorize em todos os níveis de gestão o alcance das metas previstas no projeto.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Implementação de Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica

Ações Executadas: Em 2012, foi realizado 90% do planejado.

Até o final do exercício, foram credenciados 12 organismos de avaliação da conformidade orgânica (OAC). O credenciamento se dá por demanda dos organismos, não sendo resultado da ação direta do MAPA, e sim resultado indireto de uma política de fomento, da qual a Coagre participa ativamente. Participam o MAPA, como credenciador, os OAC e os produtores com demanda por certificação. Além disso, foram cadastradas 84 organizações de controle social (OCS) até o final de 2012. Esse cadastramento também se dá por demanda das organizações e dos produtores, sofrendo impacto das ações de fomento do MAPA. Há perspectiva de aumento do número de cadastramentos em função da implantação de políticas públicas para aquisição institucional de alimentos orgânicos e de desenvolvimento da produção orgânica, além da recém lançada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Participam o MAPA, como cadastrador, e os produtores em grupo ou por associações. Atualmente são mantidas as 11.904 unidades de produção controladas, no Brasil e no exterior. Pela complexidade da legislação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, ainda há pendências apontadas em cinco processos de credenciamento, sendo cinco organismos participativo de avaliação da conformidade OPAC (nos estados de MS, RO, CE, SC) e três certificadoras (uma na Itália, uma na Argentina e uma no Brasil). Todos esses processos estão em curso e espera-se a conclusão do credenciamento em 2013.

Justificativas para não execução de ações: Os problemas enfrentados são diretamente relacionados ao acompanhamento das atividades dos OAC, tanto pela Coagre quanto pelas SFA UF. As denúncias de não conformidades e o tratamento dado pelos OAC às mesmas devem ser objeto de avaliação quanto à atuação destes organismos. As denúncias, indícios e constatações estão sendo tratados e acompanhados pelos técnicos, tanto da Coagre quanto das SFA. Os problemas maiores são ligados à falta de treinamento qualitativo para a habilitação dos técnicos e o contingente exíguo de algumas SFAs.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Melhorar a Produtividade e Qualidade nos Sistemas Produtivos da Pecuária

Ações Executadas: Ao longo do ano 2012, as ações mais relevantes para melhorar a produtividade e qualidade nos sistemas produtivos da pecuária foram:

1. Elaboração do Decreto que regulamenta o registro genealógico, que se encontra na Casa Civil desde 30/04/12.

2. Elaboração da norma de Produção Integrada do Leite, que se encontra na fase final de revisão para que seja encaminhada à Consultoria Jurídica do MAPA para publicação.
3. Elaboração de cinco manuais de bem estar animal.
4. Capacitação de 1700 técnicos na área de bem estar animal.

Justificativas para não execução de ações: Em 2012, considerou-se que 48% do que foi planejado foi executado. As razões para o não cumprimento do que foi planejado foram:

1. Excesso de burocracia do MAPA consumindo grande parte do tempo dos técnicos com área meio;
2. Falta de pessoal qualificado e com habilidades na área animal nas Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAGs/SFA)
3. Infraestrutura de informática quase precária (computadores com mais de oito anos de uso) reduzindo consideravelmente o desempenho dos técnicos;
4. Pouco envolvimento e apoio da alta administração do MAPA com os projetos técnicos em andamento.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Adesão ao Sistema de Produção Integrada Agropecuária Ampliada

Ações Executadas: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão e a perspectiva é o avanço na execução das ações planejadas para a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) de acordo com as metas contidas no PPA e do Plano Operativo Anual (POA). Em 2012 foram publicadas mais duas Portarias de Comissões que tem atribuição de encaminhar as Normas Técnicas da Produção Integrada ao MAPA para análise e posterior publicação. Além disso, foi desenvolvida parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) para realização de trabalho conjunto com o objetivo de racionalizar o uso de agrotóxicos. Nesse âmbito, também está sendo elaborado material de publicidade conjunto entre o MAPA e a ABRAS para ser distribuído a produtores e consumidores. Também foi realizada uma parceria com a Assessoria de Comunicação do MAPA (ACS/MAPA) com o objetivo de elaborar de uma campanha de promoção e divulgação da PI Brasil.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Ampliar a adesão de produtores rurais na adoção de tecnologias sustentáveis de produção agropecuária

Ações Executadas: Os resultados obtidos estão de acordo com a previsão, Contudo, espera-se um incremento nos resultados para o próximo exercício, em razão das adesões estaduais ao Plano ABC. Cabe destacar que um fator relevante na condução do processo de capacitação de técnicos e produtores rurais nas tecnologias previstas pelo Plano ABC está no estabelecimento de parcerias, o que tem viabilizado a realização de eventos de formação e de capacitação. Os principais resultados alcançados durante o ano foram a implementação de Grupos Gestores Estaduais, a capacitação de técnicos em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável e a elaboração de Planos Estaduais.

Justificativas para não execução de ações: Pouco menos de 30% foi realizado em relação ao que foi planejado para o exercício de 2012.

As ações previstas pelo Plano ABC são em nível nacional e, em um país de grande extensão como o Brasil, a implementação de um plano ocorre de forma gradual. Os motivos para isso são, principalmente, imitações orçamentárias, financeiras e de pessoal e a variabilidade das características e especificidades regionais, o que pressupõe o estabelecimento de um cronograma de metas e de prioridades. Nesse sentido, o Plano ABC está sendo implementado no Brasil mediante a criação de Grupos Gestores Estaduais (GGE), que serão os responsáveis pela construção de Planos Estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. Outra dificuldade enfrentada foi o contingenciamento dos recursos orçamentários.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Associativismo rural e cooperativismo sustentável, estimulado e promovido.

O objetivo das ações previstas nesse resultado é promover e fomentar o associativismo Rural e o cooperativismo brasileiro, além de difundir os programas e ações do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop/SDC), com o fim de proporcionar a melhoria da qualidade de vida para as comunidades através do fortalecimento das cooperativas e associações rurais, proporcionando a inclusão social e acesso a novos mercados.

Ações Executadas: As ações planejadas para promover o associativismo rural e o cooperativismo sustentável foram: promover a intercooperação das cadeias produtivas do agronegócio para acesso aos mercados nacional e internacional; fomentar a educação, a capacitação e a formação cooperativista; e implementar ações de inteligência competitiva e inovação em gestão nas cooperativas e associações. No entanto, não houve cumprimento desse planejamento em 2012.

Justificativas para não execução de ações: Não realização de consulta pública.

Impacto sobre a Estratégia: A não realização das ações prejudicou o alcance do objetivo estratégico “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária” da perspectiva de processos internos.

Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial

As ações relacionadas a esse resultado estratégico têm o fim de promover o fomento à inovação e utilização de ativos de propriedade intelectual no agronegócio, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual, no desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, na agricultura de precisão, na proteção de cultivares, e na indicação geográfica e marcas coletivas. Tais ações são executadas mediante a organização e apoio de cadeias e setores produtivos, a implementação de políticas públicas, leis e de tratados internacionais, integração de ações e a participação efetiva em mecanismos permanentes de articulação, interlocução e cooperação intra e inter institucional.

Fomentar a Inovação no Agronegócio

Ações Executadas: No exercício de 2012, as principais entregas foram:

1. Capacitação de FFAs através de quatro reuniões regionais, com apoio da Embrapa;
2. Formação da Comissão Nacional de Agricultura de Precisão;
3. Apoio à harmonização de padrões e programas de georreferenciamento para profissionais de nível superior;
4. Apoio ao Workshop em Pecuária de Precisão na Embrapa Gado de Leite;
5. Apoio à impressão do livro Agricultura de Precisão, Um Novo Olhar editado pela Embrapa Instrumentação;
6. Impressão de 2 folders sobre AP editados pelo MAPA;
7. Apoio à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a aplicação do curso à distância Gestão na Propriedade, com fornecimento de programa informatizado de gestão – 300 vagas;
8. Apoio à UFSM para a aplicação do curso presencial de Agricultura de Precisão, e à distância de Gestão na Propriedade, com fornecimento de programa informatizado de AP e de gestão.

Justificativas para não execução de ações: Aproximadamente 35% do que foi planejado para essa ação foi realizado durante o ano.

O principal impedimento para o efetivo cumprimento da ação foi a não liberação dos recursos orçamentários previstos.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias”; “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária”; e “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos

Fomento à conservação, à valorização e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação

Ações Executadas: No exercício de 2012, as principais entregas foram:

1. Apoio à conservação de recursos genéticos “*on farm*” por meio das SFAs de MG e do RS;
2. Publicação de três cartilhas sobre hortaliças não convencionais produzidas pela Agricultura Familiar;
3. Realização de workshop sobre redes de recursos genéticos;
4. Apoio para a realização do Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos;
5. Articulação na CTIA/SE/MAPA, nas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), Embrapa e Universidades para formação da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura;
6. Articulação para provimento de recursos financeiros, junto ao CT-BIOTEC/MCTI para bancos de germoplasma de espécies nativas;
7. Apoio à conservação de recursos genéticos às Embrapa Tabuleiros Costeiros; Uva e Vinho; Amazônia Ocidental;
8. Apoio para a Organização das cadeias regionais de recursos genéticos.

Justificativas para não execução de ações: Não liberação dos recursos orçamentários previstos.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias”; “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária”; e “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Organização de cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas

Ações Executadas: Em 2012, as entregas do projeto foram as seguintes:

1. Criação do Grupo temático sobre Signos Distintivos no âmbito do MAPA por meio da realização de reuniões e tratativas com as instituições parceiras;
2. Identificação da cadeia de valor da coordenação de incentivo a IG de produtos agropecuários e modelagem dos processos de trabalho do MAPA relacionados ao incentivo ao uso de IG e Marcas Coletivas;
3. Apoio a aproximadamente 49 projetos regionais de fomento ao uso de IG e Marcas Coletivas;
4. Reformulação do diagnóstico de regiões potenciais IG ou Marcas em andamento.

Justificativas para não execução de ações: Os resultados do ano ficaram abaixo do previsto. Isso é reflexo do processo de recuperação da capacidade instalada do MAPA para atuação no campo das Identificações Geográficas (IGs) e Marcas. A falta de recursos para as atividades fim, a falta de técnicos nas unidades descentralizadas e na sede, e a falta de recursos para realização de capacitação continuada do quadro de pessoal, fizeram com que as ações fossem drasticamente reduzidas desde 2011 até início de 2012. Com o atendimento da demanda de recursos financeiros a partir do 2º trimestre de 2012, baseado no POA da SDC, os indicadores das metas devem ter melhores resultados, gradativamente, até o final de 2012. Mas a restrição do número de técnicos continua sendo um fator limitante no alcance dos objetivos traçados. Para o alcance de 20% do projeto executado houve participação da CIG/DEPTA/SDC, DPDAG/SFA, CGAC/SE, CGPLAN/SE e outras.

Outro ponto crítico muito relevante é a desestruturação de pessoal em curso na SDC e nas DPDAGs/SFA-UF. Alertamos para a necessidade urgente de dimensionamento de pessoal necessários para cada programa do MAPA, bem como a implementação de políticas de remanejamento de pessoal e concursos públicos para incorporação de novos servidores.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias”; “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária”; e “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Revisão das Diretrizes de Distinguiabilidade, Homogeneidade e Estabilidade para a cultura de Cana de Açúcar (*Saccharum spp.*), do Trigo (*Triticum aestivum* L.) e do Arroz (*Oryza sativa* L.)

Ações Executadas: O projeto de revisão das diretrizes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade para a cultura de cana de açúcar é feito em parceria com instituições públicas e privadas do setor sucroalcooleiro, onde a implantação, manutenção e avaliação dos ensaios está a cargo das instituições parceiras. O Serviço Nacional de Proteção Cultivar (SNPC) é responsável pelos custos de deslocamentos dos fiscais federais agropecuários (FFA's) que fazem o acompanhamento dos ensaios. No período foram realizadas reuniões com os avaliadores (melhoristas e fitopatologistas), implantação dos ensaios e revisões bibliográficas das características de doenças. Em relação ao projeto de revisão das diretrizes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade para a cultura do trigo, foram realizadas uma reunião com os avaliadores (melhoristas e fitopatologistas) e a implantação e avaliação dos ensaios, revisões bibliográficas das características de doenças e de marcadores bioquímicos e moleculares. O referido projeto é feito em parceria com instituições públicas e privadas do setor tritícola, onde a implantação, manutenção e avaliação dos ensaios estão a cargo das instituições parceiras. O SNPC é responsável pelos custos de deslocamentos dos FFA's que fazem o acompanhamento dos ensaios. Também foi realizada reunião com avaliadores e implantação dos ensaios para validação dos descritores mínimos de trigo e revisão bibliográfica dos descritores de doenças e marcadores moleculares, metodologias de avaliação. Quanto ao projeto de revisão das diretrizes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade para a cultura de arroz, foram realizadas uma reunião com os avaliadores (melhoristas e fitopatologistas) e a implantação dos ensaios, revisões bibliográficas das características de doenças. Além disso, houve uma reunião com avaliadores e implantação dos ensaios para validação dos descritores mínimos do arroz e a revisão bibliográfica dos descritores de doenças, metodologias de avaliação.

Justificativas para não execução de ações: Todo o planejamento previsto para as três últimas ações para 2012 foi cumprido. No entanto, as restrições impostas pelos limites de despesas com o deslocamento da SDC dificultam a avaliação dos ensaios, tendo em vista que os mesmos estão instalados nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. Tal situação dificulta a harmonização de procedimentos proposta nos objetivos do projeto, tendo em vista a redução do número de visitas dos FFA's deste SNPC.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias”; “Estimular a agregação de valor na produção agropecuária”; e “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Mecanismos de crédito rural aperfeiçoados, focados na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência.

O objetivo desse resultado é ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Processo de crédito rural simplificado proposto.

Ações executadas: O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis. O referido manual sofreu uma revisão, tendo alguns capítulos modificados e outros acrescentados. O MCR está em constante revisão buscando sempre melhorar e simplificar as regras para o acesso ao crédito por parte dos produtores rurais. O Registro Comum das Operações Rurais (RECOR), que é o sistema do Banco Central responsável por todas as informações referentes

ao crédito rural, também sofreu uma revisão e a partir de janeiro de 2013 entrou em vigor uma nova versão do sistema.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos.

Regulamentar Fundo Garantidor de Investimentos.

Ações executadas: Não houve entregas no período.

Justificativas para não execução de ações: A Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco para produtores rurais e suas cooperativas, no seu artigo 8º, parágrafo 1º, especifica que a integralização de cotas pela união será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a crédito do Ministério da Fazenda. A área econômica não tem se mostrado sensível a regulamentação do Fundo Garantidor, embora o tema se encontre em pauta com frequência no MAPA. A proposta do fundo requer aporte do Tesouro Nacional, e para sua implementação é necessário o engajamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no processo. O MAPA buscará evitar que tal item deixe de constar da pauta de negociações do governo.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Avaliar e implementar ajustes no modelo de crédito pecuário.

Ações executadas: O crédito rural é universal, tanto para a agricultura como para a pecuária e está permanentemente sendo aperfeiçoado. A questão se encontra sempre em pauta para identificação de ajustes nas formas de tomada do crédito. Novos aperfeiçoamentos ao crédito destinado a pecuária entrarão na pauta de discussão do próximo Plano Safra.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Linha de Capital de Giro de Longo Prazo

Ações executadas: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizou uma linha de crédito através do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren), que tem como objetivo aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro para capital de giro, com prazo de até três anos. O BNDES disponibiliza também uma linha de crédito para capital de giro destinado as cooperativas, o Procap-Agro, com prazo de dois anos.

Justificativas para não execução de ações: As propostas de dilatação de prazo foram discutidas, mas não houve consenso e posição favorável da área econômica do governo.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Aperfeiçoar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)

Ações executadas: O médio produtor rural a partir da Safra 2012/2013 passa a contar com melhores condições de financiamento, ampliando o acesso ao programa e elevando o volume de recursos destinados ao programa. As medidas adotadas no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 foram tão relevantes, que do total de R\$ 11,5 bilhões destinados ao Pronamp, R\$ 6,0 bilhões já foram aplicados na primeira metade da safra, o que representa 54,4 % do total.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Construção e Implementação do Modelo de Provisionamento Anticíclico

Ações executadas: As principais entregas relacionadas a essa ação foram:

1. Identificação de modelos internacionais de estabilização da renda agrícola;
2. Apresentação e discussão preliminar do modelo selecionado (canadense);
3. Vinda de especialista canadense ao Brasil para participação em seminário específico sobre o modelo de estabilização da renda agrícola.

Justificativa para não execução de ações: Conseguir reunir os representantes desejados de governos (federal e estaduais) e iniciativa privada no referido seminário, para obter massa crítica e poder de decisão. Para enfrentar as dificuldades foram tomadas medidas de reiteração da importância do evento e da participação das pessoas selecionadas para o debate. Além disso, sensibilizar as pessoas-chave do governo para um melhor conhecimento do modelo canadense também é uma medida corretiva a ser tomada. Para o próximo exercício, prevê-se iniciar a identificação de pontos sensíveis e de eventuais entraves à construção de um modelo brasileiro.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos.

Instrumentos de minimização de riscos aperfeiçoados que atendam às necessidades do produtor rural.

A atividade agropecuária está sujeita a uma série de fatores de risco, como a incidência de pragas e doenças, as adversidades climáticas, as oscilações de preços das culturas dentre outros. Na maioria dos casos, os mecanismos existentes como forma de precaução contra os fatores mencionados tornam-se onerosos para o produtor rural, em virtude do elevado risco inerente ao setor primário de produção. As ações desse resultado estratégico visam à participação do setor público no auxílio ao homem do campo na tarefa de resguardar sua produção, garantindo assim sua renda e, conseqüentemente, a elevação do PIB agropecuário do Brasil.

Aperfeiçoamento do Zoneamento Agrícola.

Ações executadas: O percentual de execução total desse projeto foi 55%. O percentual de execução em 2012 em relação ao planejado para o exercício foi de 91,67%. As ações realizadas no exercício foram: discussão de novas diretrizes para metodologia de risco climático; elaboração de nova metodologia de risco; discussão de diretrizes para novos procedimentos licitatórios; elaboração de Projeto Básico com nova metodologia; discussões iniciadas com diretoria da Embrapa acerca da formalização daquela instituição como agente de validação dos resultados do Zoneamento Agrícola; e apresentação interna de novo modelo de zoneamento agrícola.

Justificativas para não execução de ações: A formalização da Embrapa como agente de validação dos resultados do Zoneamento Agrícola não pode ser concluída em 2012, face às mudanças ocorridas na administração da instituição no final do ano, o que gerou atrasos no encaminhamento da questão.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos.

Matriz de Risco Formulada.

Ações executadas: O percentual de execução total do projeto foi 32,5%. O percentual de execução em 2012 em relação ao planejado para o exercício foi de 81,25%. As ações realizadas no exercício foram: avaliação de modelos disponíveis de simuladores de impactos na safra decorrentes de movimentos do mercado e de clima; definição de metodologia para as culturas temporárias (grãos); teste de metodologia pra milho; desenvolvimento de aplicativo em plataforma web para apresentação da matriz.

Justificativas para não execução de ações: Houve um pequeno atraso na implementação da metodologia para outras culturas previstas (trigo, soja, arroz, feijão e algodão); em função dos

ajustes necessários na fase inicial (milho) e do desenvolvimento do aplicativo para apresentação da matriz.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Novas Políticas de Minimização ao Risco Rural Desenvolvidas

Ações executadas: No exercício foram elaborados estudos e implementadas novas políticas, como alocação de recursos específicos para atender a safra de inverno 2011/2012, além de novas medidas de incentivo à Produção de Orgânicos, aos produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e aos produtores localizados em municípios considerados de alta prioridade. Todas as mudanças foram discutidas e aprovadas pelo Comitê Gestor do Seguro Rural.

Justificativas para não execução de ações: Apesar do desempenho adequado, ocorreram atrasos na implementação de novas políticas de incentivo aos produtores rurais. Foram desenvolvidas novas políticas apenas para os produtores de soja, milho, feijão e arroz. Não foram criadas novas políticas para frutas, legumes e verduras, pecuária e florestas devido aos ajustes necessários no modelo inicial.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Comissão Especial de Recursos (CER) reformulada

Ações executadas: O percentual de execução total do projeto foi de 50%. O percentual de execução em 2012 em relação ao planejado para o exercício foi de 50%. As atividades realizadas foram: discussões sobre a reformulação geral da CER com os parceiros institucionais envolvidos; início do desenvolvimento de sistema de suporte à CER.

Justificativas para não execução de ações: No ano de 2012 houve uma série de mudanças de pessoal na área técnica, inclusive na função de coordenador da ação, o que implicou em atraso nas discussões e cumprimento das metas estabelecidas.

Impacto sobre a estratégia: Essa ação impacta nos objetivos estratégicos “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio”, da perspectiva de processos internos

Participação na Formulação de Diretrizes e Regras para Disciplinar o Comércio Internacional

As ações planejadas sob esse resultado estratégico objetivam a participação efetiva nas negociações internacionais bilaterais, regionais e multilaterais, incluindo coordenação com governo e sociedade para preparação das posições do MAPA e do Brasil, além da elaboração de estudos sobre os temas de interesse do agronegócio.

Acompanhamento do MERCOSUL e seus Grupos Institucionais Relacionados à Agricultura

Ações executadas: Foram executados 116% do planejado para o exercício de 2012. No ano de 2012, o MAPA participou das reuniões dos seguintes órgãos do MERCOSUL: i) Comissão de Alimentos que é subordinada ao Subgrupo de Trabalho n.º 3 “Regulamentos Técnicos e Procedimentos de Avaliação da Conformidade - SGT-3” e ii) o Subgrupo de Trabalho n.º 8 “Agricultura - SGT-8”. No âmbito da Comissão de Alimentos, ocorreram as seguintes reuniões: XLI Reunião do SGT N.º 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”; VI Reunião Extraordinária da Comissão de Alimentos do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”; XLVII Reunião do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”, e XLVIII Reunião do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade”. No âmbito do SGT-8, foram realizadas 2 reuniões da Coordenação e reuniões das

seguintes comissões: i) Sanidade Animal (3 reuniões); ii) Sanidade Vegetal (2 reuniões); iii) Grupo de Trabalho Permanente em Quarentena Vegetal (1 reunião); iv) Ad Hoc Vitivinícola (3 reuniões).

Impacto sobre a Estratégia: As ações realizadas impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA” e “Promover o agronegócio e a imagem do MAPA”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Acompanhamento dos temas de interesse do agronegócio nos organismo multilaterais

Ações executadas: Foram executados 100% do planejado para o exercício de 2012.

No ano de 2012 o MAPA participou das três reuniões ordinárias do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Comitê SPS/OMC), realizadas no ano de 2012. Nessas reuniões foram tratados os seguintes assuntos: i) padrões privados e certificação privada; ii) procedimentos de controle, inspeção e aprovação; iii) análise do funcionamento e da implementação do Acordo SPS; iv) cooperação, v) monitoramento de normas internacionais e vi) mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê para solução de diferenças de interesse comercial. Ademais, foram recebidas 1402 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias que os países membros da OMC fazem e que são divulgadas pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. Essas notificações foram encaminhadas para as áreas competentes do MAPA para conhecimento das regulamentações e alterações em medidas SPS ocorridas nos diversos países membros da OMC. Ao mesmo tempo, o Brasil enviou 47 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias propostas ou adotadas pelo país, com vistas à divulgação pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. O envio dessas informações demonstra o esforço do país no cumprimento do princípio da transparência que consta no Acordo SPS da OMC.

Impacto sobre a Estratégia: As ações realizadas impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA” e “Promover o agronegócio e a imagem do MAPA”, da perspectiva de processos internos do mapa estratégico.

Oferta de produtos agroenergéticos ampliada

O objetivo desse resultado estratégico é o de ampliar a produção de produtos agroenergéticos no Brasil, de forma sustentável e competitiva.

Mapear as potencialidades agroenergéticas em quatro estados brasileiros, analisando suas características climáticas, políticas públicas e gargalos para o desenvolvimento da agroenergia.

Ações Executadas: Ainda no primeiro trimestre de 2012, houve a escolha da unidade federativa a ser mapeada e a escolha da entidade parceira e executora do trabalho. Depois disso, nenhum outro produto foi entregue.

Justificativas para não execução de ações: Alguns pontos dificultaram a realização do estudo ainda este ano, como: a contratação de entidade de pesquisa pública federal, devido à dificuldade de empenho dos recursos até o final deste ano; e à ausência de recursos para investimentos dentro do projeto. Além desses fatores, o MAPA não regularizou o chamamento público, o que impossibilita a realização de convênios com outras entidades.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Capacitar 3.000 agentes com 15 tecnologias de produção agroenergética.

Ações Executadas: Ao longo do ano, foram realizadas uma série de eventos de capacitação, a seguir listados:

1. Dia de campo da Canola - Passo Fundo - RS;
2. Negociação do Simpósio de Microorganismos;
3. Negociação do seminário de Destoxificação de torta de pinhão-mansão;

4. Negociação do V Seminário de Mamona;
5. Realização do Simpósio de Microorganismos em Agroenergia: da Bioprospecção ao Bioprocessos;
6. Realização do I Simpósio de destoxificação e reaproveitamento de tortas de pinhão-manso e mamona;
7. Realização do V Congresso Brasileiro de Mamona - 600 participantes - 425 trabalhos inscritos. Foram tratadas tecnologias para produção de biodiesel a partir de óleos vegetais; Mecanização da pequena propriedade rural; produção de híbridos de mamona; pesquisa e avanços no cultivo de pinhão-manso; produção de oleaginosas no semi-árido brasileiro e consórcios agroecológicos;
8. Realização do II Dia de Campo da Canola - 600 participantes. Tecnologia difundida: corte e enleiramento de canola;
9. Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação - 50 participantes. Tecnologias difundidas: produção de bioquerosene a partir de matérias primas agrícolas: biomassa residual, cana-de-açúcar, óleos vegetais e gordura animal;
10. Apoio ao Simpósio Estadual de Agroenergia e a 4ª Reunião Técnica de Agroenergia de 06 a 08 de novembro de 2012, em Porto Alegre. Estiveram presentes aproximadamente 250 participantes, entre estudantes, produtores e pesquisadores. Foram apresentadas novas tecnologias produtivas de cana, oleaginosas e resíduos agrícolas, além dos recentes resultados em pesquisa com adaptação de cultivares de cana na região Sul.

Justificativas para não execução de ações: As ações tiveram andamento adequado ao longo do ano. Houve, porém, atraso na liberação de recursos orçamentários no início do ano.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Elaboração de diretrizes para aproveitamento de resíduos agropecuários para produção de biogás

Ações Executadas: No terceiro trimestre de 2012, foi realizado o levantamento de informações preliminares da cadeia produtiva de biogás junto à Embrapa Agroenergia, à Embrapa Suínos e Aves e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. No entanto, a execução da ação ficou aquém do planejado ao longo do ano.

Justificativas para não execução de ações: A principal dificuldade enfrentada foi o corte no orçamento, de forma que não foi possível a realização do referido projeto.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Monitorar a renovação de 6.459 mil hectares de cana-de-açúcar e a monitorar a ampliação de 5.232 mil hectares de cana-de-açúcar

Ações Executadas: O monitoramento está sendo realizado de acordo com o previsto, por meio dos dados fornecidos pelo acompanhamento de safra de cana-de-açúcar da Conab. O próximo levantamento de dados será realizado no mês de abril de 2013. De acordo com o 3º Levantamento de Safra da Conab, a renovação de canaviais atingiu 54% da meta prevista. Foram alcançados 871 mil hectares de áreas renovadas contra 1.615 mil hectares previstos. Há expectativa de manutenção da renovação em níveis abaixo da meta. Por outro lado, também de acordo com o 3º Levantamento de Safra da Conab, a ampliação de área de produção de cana de açúcar superou o previsto em 70%, tendo atingido 604 mil hectares contra 355 mil hectares estipulados.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu

impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Fomentar e acompanhar o desenvolvimento de novos cultivares de cana resistentes à seca e adaptados ao clima e solos da região centro-oeste.

Ações Executadas: Foram identificados, junto à Embrapa recursos para a utilização no projeto.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Difusão de tecnologia de produção de sorgo sacarino na entressafra da cana

Ações Executadas: O primeiro estágio dessa ação era a realização de seminário em parceria com a Embrapa Milho e Sorgo. O seminário foi realizado em Ribeirão Preto nos dias 20 e 21 de setembro e atingiu os objetivos estabelecidos. O seminário permitiu a) avaliar o mercado sucroenergético e as alternativas e oportunidades para inserção e expansão do sorgo sacarino para produção de etanol e bioenergia; b) avaliar a safra 2011/2012 de sorgo sacarino; c) avaliar, dimensionar e articular mercado e mapear/providenciar safra 2012/2013 e futuras; d) discutir e articular parcerias público-privadas (PPP) para modelos de negócios e nichos territoriais de mercado para o sorgo sacarino; e) discutir gargalos tecnológicos (agroindustriais) e de logística para a expansão do sorgo sacarino em complemento à cana-de-açúcar para etanol; f) identificar, definir elementos e parceiros para compor um programa público privado para o negócio sorgo sacarino em complemento à cana-de-açúcar para etanol; g) definir critérios, articular e divulgar o plano de safra 2012/2013, sistema de produção, disponibilidade de sementes de qualidade, programa de capacitação/treinamento, etc.

Impacto sobre a Estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico “Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética” da perspectiva da sociedade, através do seu impacto no objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio” da perspectiva de processos internos.

Gestão por competências implantada

Gestão por competência é um modelo de gestão baseado nas competências individuais e organizacionais necessárias ao cumprimento da missão institucional e permite direcionar as ações de desenvolvimento de pessoas, identificar talentos e avaliar sua prontidão para assumir atribuições e responsabilidades em diferentes níveis de complexidade, acompanhar o desenvolvimento profissional individual, complementar informações para avaliar o desempenho individual e adequar as políticas de remuneração à efetiva entrega das pessoas para a organização.

Implantação do Plano Anual de Educação Continuada (PAEC)

Ações Executadas: A elaboração do PAEC ocorreu em duas fases: Fase 1 - Diagnóstico das Necessidades de Capacitação através da aplicação de questionário online sobre as competências institucionais e individuais por uma amostra representativa de servidores (final de 2011); e Fase 2 – Oficinas de Levantamento de Necessidades de Capacitação Técnicas, no 1º trimestre de 2012. O PAEC foi aprovado pelo Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC) em 11/04/2012. Várias medidas de apoio à execução do PAEC também foram realizadas ao longo do exercício como: revisão de normativos, publicação de atos, instituição de parcerias com outras entidades e construção do Perfil do Agente de Desenvolvimento com foco em gestão por competências. Além disso, o MAPA foi convidado a participar de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público da Escola Nacional de Administração Pública, em que o público-alvo são as equipes de gestão de pessoas que atuam na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas na Administração Pública Federal. No 4º

trimestre do exercício de 2012, foram iniciadas as atividades em relação à construção do PAEC 2013.

Justificativas para não execução de ações: Aferiu-se que XX% do que foi planejado em relação à ação Implantação do Plano Anual de Educação Continuada foi executado em 2012. As principais justificativas para a não execução de todas as ações foram:

1. Reduzido número de servidores com conhecimento, habilidades e atitudes para formar a equipe da CGDP e sua rede;
2. Descontinuidade da gestão, o que prejudica as ações de médio e longo prazo das políticas de pessoal do MAPA;
3. Contingenciamento de recursos pela equipe econômica do governo;
4. Necessidade de consolidar a política de educação continuada no MAPA.

Impacto sobre a Estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares” e “Desenvolver e reter competências do corpo funcional”, ambos da perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento.

Implementação da Gestão de Pessoas por Competências no MAPA

Ações Executadas: As ações relacionadas à gestão por competências no MAPA foram executadas a partir de demandas específicas das áreas, isto é, os cargos cujos perfis de competências foram desenhados coincidiram com os que ficaram vagos ao longo do ano.

Justificativas para não execução de ações: Aferiu-se que 40% do que foi planejado em relação à ação Implementação da Gestão de Pessoas por Competências foi executado em 2012. As principais justificativas para a não execução de todas as ações foram mudanças organizacionais da área, não havendo a possibilidade de planejar e implantar a gestão por competências do MAPA como um todo.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares” e “Desenvolver e reter competências do corpo funcional”, ambos da perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento.

Implantação da Avaliação de Desempenho

Ações Executadas:

1. Construção de sistema específico, o Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD), que teve como objetivo a automação do processo de avaliação de desempenho;
2. Construção do Sistema de Eleição da Comissão de Avaliação de Desempenho (SIECAD). Realização do 3º ciclo da avaliação de desempenho, com a implantação de todos os requisitos constantes do Decreto n.º 7.133/2010;
3. Implementação de nova sistemática de avaliação de desempenho, a partir da edição de atos normativos relacionados ao processo avaliativo;
4. Curso de Reciclagem e Formação de Agentes de Desenvolvimento de Pessoal abordando a nova sistemática de Avaliação de Desempenho.

Justificativas para não execução de ações: As ações realizadas representaram cerca 60% do que foi planejado para o ano. Os motivos para a não execução completa das ações foram:

1. Falta de conhecimento sobre o processo de avaliação de desempenho e sobre a importância do mesmo por parte dos servidores e gestores do MAPA;
2. Reduzido número de servidores com conhecimento, habilidades e atitudes para formar a equipe de avaliação de desempenho nas unidades descentralizadas;
3. Atraso no desenvolvimento dos sistemas SISAD e SIECAD, dificultando a capacitação adequada dos servidores envolvidos no processo.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance dos objetivos estratégicos “Desenvolver cultura orientada a resultados, da perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento”

Plano operativo anual (POA) implantado e operacional

O Plano Operativo Anual é um instrumento interno de planejamento operacional físico-orçamentário, detalhado ao menor nível de itens de programação para execução das ações orçamentárias e não orçamentárias de responsabilidade do Órgão. Sua abrangência alcança a Sede, as Superintendências Federais de Agricultura nos estados, o Inmet e a Ceplac. O POA é ferramenta de gestão regida pelo princípio da anualidade, com perspectivas de programação e execução mensais.

Implantação do Módulo de Programação do Sistema Informatizado Plano Operativo Anual

Ações Executadas: Em 2012, foi disponibilizado o Módulo de Programação do Plano Operativo Anual para utilização pelos usuários. Este é o primeiro de um conjunto de módulos que irá compor o Sistema de Gestão Integrada (SGI) do MAPA. Nesse módulo foram inseridas pelos usuários as programações para o ano de 2013.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira” da perspectiva de processos internos.

Implantação do Módulo de Execução/Monitoramento do Sistema Informatizado Plano Operativo Anual

Ações Executadas: Em relação ao planejado, nenhum produto foi entregue.

Justificativas para não execução de ações: O atraso na entrega da Implantação do Módulo Programação do Sistema Informatizado Plano Operativo Anual impactou sobremaneira o desenvolvimento da execução e monitoramento do POA. As principais justificativas para esse atraso foram:

1. O grupo de trabalho de coordenação, instituído para estruturar o Sistema SGI/POA, teve dificuldade em definir os requisitos para o desenvolvimento do escopo do projeto por ser um projeto que envolve muitas especificidades referentes às diversas atividades das áreas do MAPA;
2. Prazo muito curto para implementar a etapa de programação junto à CGTI;
- Definição de padronização de termos para as diversas atividades, o que contou com a ajuda das áreas do MAPA;
3. Dificuldade da área de desenvolvimento do sistema para entender a lógica do projeto e as necessidades da área de negócio;
4. Curto espaço de tempo para capacitar todas as unidades na utilização do sistema;
5. Dificuldade dos usuários em entenderem a lógica do sistema e o registro das informações, tendo em vista o nível de detalhamento que cada técnico definiu para sua programação; e
6. Falta do cumprimento do prazo de lançamento das informações no sistema por parte de alguns usuários.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico “Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira” da perspectiva de processos internos.

Gestão estratégica operacional

As ações desse resultado estratégico objetivam fortalecer e consolidar a Gestão Estratégica no MAPA, de forma a institucionalizá-la, de fato, na organização. Para tal, serão envidadas as seguintes iniciativas, entre outras: (a) elaborar e implantar instrumentos de apoio à Gestão Estratégica; (b) realizar periodicamente as RAEs; (c) comunicar e sensibilizar os servidores, especialmente a gerência média; (d) desdobrar a Gestão Estratégica nas Unidades Descentralizadas (SFAs); e (e) automação da Gestão Estratégica.

Institucionalizar o processo de acompanhamento e avaliação das estratégias em todos os níveis do MAPA

Ações Executadas: Foram realizadas duas reuniões de análise estratégica. Além disso, foi realizado o acompanhamento dos resultados, projetos e indicadores estratégicos. Além disso, houve a

capacitação dos novos membros da equipe de gestão estratégica sobre o processo de acompanhamento da estratégia no MAPA.

Justificativas para não execução de ações: Considerou-se uma taxa de execução desta ação de 50%. As justificativas principais para a não execução das ações foram:

1. As mudanças na alta gestão que ocorreram em 2011 tiveram desdobramentos negativos ao longo de 2012, no que diz respeito à continuidade do apoio institucional à realização das quatro reuniões de análise estratégica planejadas;
2. Mudanças na equipe de gestão estratégica; e
3. Falta de cultura organizacional dos gestores em planejamento estratégico.

Impacto sobre a estratégia: As ações impactam no alcance do objetivo estratégico: “Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA” da perspectiva de processos internos.

Implantar a certificação do processo de Gestão Estratégica nas Unidades do MAPA

Ações Executadas:

1. Manual do método de Certificação da Gestão Estratégica;
2. Questionários de avaliação do método de certificação da Gestão Estratégica;
3. Oficina sobre o método.

Justificativas para não execução de ações: Foi estimada uma taxa de execução de 62% das ações planejadas para 2012.

As mudanças de gerência do projeto foram a principal justificativa para o não cumprimento total do planejamento.

Impacto sobre a estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico: “Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA” da perspectiva de processos internos.

Comunicar, capacitar, envolver e comprometer os servidores nos elementos básicos da gestão estratégica

Ações Executadas: Realização de duas Reuniões de Análise Estratégica, eventos nos quais, desde sua preparação, servem como instrumentos de comunicação e envolvimento de diferentes áreas do MAPA.

1. Oficina de capacitação e comunicação da estratégia com os responsáveis pelas áreas Divisão de Defesa Agropecuária – DDA e Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG das Superintendências Federais de Agricultura – SFAs; e
2. Oficina de capacitação e comunicação da estratégia com os responsáveis pelas áreas Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA e Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA das Superintendências Federais de Agricultura – SFAs.

Publicações internas sobre os seguintes eventos:

1. Oficina apresenta desdobramento da estratégia às SFAs – 19/04;
2. -Encontro – Equipe de líderes realiza reunião de acompanhamento da execução da estratégia do MAPA – 06/06;
3. Oficina de capacitação para os SPAs e SePAs – 19/11.

Justificativas para não execução de ações: Contingenciamento de recursos para a realização das ações.

Impacto sobre a estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico: “Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA” da perspectiva de processos internos.

Implantar e disseminar a utilização do Sistema de Automação da Gestão Estratégica (SIAGEST)

Ações Executadas: 1 - Migração da Versão do Sistema Hyperion do 9 para 11;

2. Criação dos novos relatórios: Comparativo de análise das Avaliações e Painel de Contribuição;
3. Treinamento da equipe de gestão estratégica e de 50 usuários finais do sistema;
4. Utilização efetiva do sistema como banco de inserção dos dados relativos a avaliação trimestral da estratégia do MAPA.

Justificativas para não execução de ações: O grau de execução do que foi planejado em relação ao que foi planejado para essa ação foi de 66% em 2012. Os principais pontos de dificuldade que impediram a execução de 100% do que foi planejado foram, principalmente, devido a:

1. Resistência dos usuários com relação à utilização do SIAGEST; e
2. Não realização das reuniões de análise trimestrais, o que provocou a falta de motivação para inserção de dados no sistema.

Impacto sobre a estratégia: A ação impacta no alcance do objetivo estratégico: “Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA” da perspectiva de processos internos.

Implantar a Inteligência Competitiva no MAPA

Ações Executadas:

1. Proposta de desenvolvimento e estratégia de implantação e investimento do projeto de Inteligência Competitiva (IC);
2. Apresentação da idéia do projeto para cinco Câmaras Setoriais, com o apoio da Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais – Secretaria Executiva (CGAC/SE) da proposta de projeto de IC, com o objetivo de obter mais parceiros para as fases posteriores do projeto; e
3. Apresentação para o Secretário Executivo da proposta de projeto de IC, o que resultou na autorização do mesmo para o prosseguimento do projeto, com garantia de recursos financeiros para o exercício de 2013.

Justificativas para não execução de ações: Os principais obstáculos foram relacionados à dificuldade de definir o escopo do projeto e ao papel de cada participante na ação. Além disso, as oportunidades de apresentar o projeto à alta gestão, para assim viabilizar sua efetiva realização, foram escassas ao longo do ano.

Impacto sobre a estratégia: A ação impacta no alcance dos objetivos estratégicos “Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA” e “Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio”, ambos da perspectiva de processos internos.

2.4 INDICADORES

As informações sobre os indicadores utilizados pelo MAPA estão contidas nos quadros abaixo. O quadro apresenta os nomes dos indicadores, suas fórmulas de cálculo, as metas previstas, as metas alcançadas, e seus graus de utilidade e de mensurabilidade. Os graus de utilidade e mensurabilidade estão classificados em: A – alta, M – média ou B-baixa.

Os dados não disponíveis são identificadas com a sigla ND nos quadros seguintes:

Sistema Zoossanitário implantado e operacional em todo território nacional

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDA.R1.1 -Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo legal (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	$(AP \times 100) / SA$ sendo: AP = Suspeitas Atendidas no Prazo; AS = Número Total de Suspeitas Atendidas	100%	94,29	A	A
SDA.R1.2 - Área – Porcentagem da área do território nacional reconhecida como livre de febre aftosa pela OIE.	$(AR \times 100) / AT$, sendo: AR = Área reconhecida pela OIE; AT = Área Total do Brasil;	100%	59,58	A	A
SDA.R1.3 - Rebanho – Porcentagem de bovinos e búfalos do país criados em zonas livres de febre aftosa reconhecidas pela OIE.	$(QB \times 100) / TB$, sendo: QB = Quantidade de bovinos e bubalinos em zona livre de febre aftosa; TB = Total de bovinos e bubalinos existentes no Brasil.	100%	ND	A	A

Defesa Fitossanitária Fortalecida

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDA.R8.1 - Índice de Fitossanidade	$[(TF*P1) + (TF2*P2) + (TF3*P3) + \dots + (TFn*Pn)] \times 100$ $P1+P2+P3+\dots+Pn$ P = peso atribuído para cada praga a saber Cydia pomonella (peso 2), Cancro cítrico (peso 9), HLB (greening) (peso 6) e Mosca-da-carambola (peso 10).	5	5,05	B	B
Observações No momento em que houver a revisão dos indicadores, deverá ser proposto um novo indicador para a área de sanidade vegetal, ou a revisão da fórmula empregada para cálculo do Índice de Fitossanidade, de modo a possibilitar a obtenção de dados mais precisos. Uma vez que o número total de municípios varia conforme os Estados onde a praga ocorre, a cada nova introdução, considerando-se a importância econômica da cultura, ocorre um grande aumento do número total de municípios em relação aos municípios de ocorrência da praga. Cria-se, então, um paradoxo, onde a disseminação da praga pode resultar em um Índice de Fitossanidade mais favorável.					

Rede Lanagro Reconhecida como Referência para a Defesa Agropecuária

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDA.R9.1 - Percentual de tarefas concluídas para certificação da CGAL na ABNT NBR ISO 9.001.	$PTC = NTC/NTT \times 100$, onde: PTC = Percentual de Tarefas Concluídas NTC = Número de Tarefas Concluídas NTT = Número Total de Tarefas	44,6	36,85	A	M
SDA.R9.2 - Percentual Ensaios acreditados segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17025	$PEV = (NEV/NTE) \times 100$ Onde: PEV=Percentual de Ensaios Validados NEV=número de Ensaios Validados NTE=número total de Ensaios	ND	ND	A	A
SDA.R9.3 - Percentual de Ensaios Validados	$PEV = (NEV/NTE) \times 100$ Onde: PEV=Percentual de Ensaios Validados NEV=número de Ensaios Validados NTE=número total de Ensaios	ND	ND	A	A

SUASA estruturado e implantado

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDA.R10.1: Percentual de UFs que aderiram ao SUASA	ND	ND	ND	ND	ND
SDA.R10.2 - Número de municípios que aderiram ao SUASA	ND	ND	ND	ND	ND
Sugestões levantadas: Percentagem de execução do portfólio de projetos do SUASA; Percentagem de instâncias intermediárias em adequada operação.	ND	ND	ND	ND	ND
Observações: no âmbito da SDA não se chegou a consenso sobre os indicadores propostos para mensuração do grau de realização das ações desse resultado estratégico.					

Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDC.R1.1. Área de produção orgânica no Brasil	Área de produção orgânica.	1.600.000 hectares	1.896.812 hectares	ND	ND
SDC.R1.2. Unidades de produção orgânica controladas no Brasil	Total de unidades de produção orgânica controladas	13.000 unidades	11.700 unidades	ND	ND
SDC.R1.3. Valor Bruto da produção relativo à produção integrada agropecuária (PI Brasil)	$VBP \text{ PI Brasil} = \{[Q1 \times P1] + [Q2 \times P2] + \dots + [Qn \times Pn]\}$ onde VBP PI Brasil é o Valor Bruto da Produção relativo à Produção Integrada Agropecuária; Q1 é a quantidade produzida pela cultura 1 sob a PI Brasil; P1 é o preço médio pago por unidade de produto da cultura 1; Q2 é a quantidade produzida pela cultura 2 sob a PI Brasil; P2 é o preço médio pago por unidade de produto da cultura 2; Qn é a quantidade produzida pela cultura n sob a PI Brasil; e Pn é o preço médio pago por unidade de produto da cultura n.	R\$ 10.000.000	R\$ 1.657.871.336	ND	ND
SDC.R1.4. Número de pessoas ligadas ao segmento agropecuário sustentável capacitadas	Número total de pessoas beneficiadas efetivamente alcançado.	7.937 pessoas	6.170 pessoas	ND	ND
SDC.R1.5. Implementação de projetos para intensificar a adoção de sistemas de plantio direto na palha (hectares)	Área (incremental) com sistemas de plantio direto na palha	800.000 hectares	850.000 hectares	ND	ND

Associativismo rural, cooperativismo sustentável, estimulado e promovido.

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDC.R3.1 – Número de entidades assistidas	Número de entidades assistidas	120 unidades	ND	ND	ND
SDC.R3.2 – Número de pessoas capacitadas	Número de pessoas capacitadas	4.250 pessoas	ND	ND	ND

Ampliação do capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SDC.R2.1 - Número de coleções de recursos genéticos de espécies usadas na pesquisa agrícola inserida em rede	Somatório das inserções de novas coleções no cadastro nacional	40 novas inserções	56 novas inserções	ND	ND

nacional / internacional de coleções e validadas para trocas					
SDC.R2.2 - Municípios com pólos de inovação implantados	Somatório do número de municípios que formaram câmaras municipais setoriais para a inovação tecnológica composta por indústrias, serviços, governo, agricultores e financiadores para viabilizar a adoção de tecnologia no campo.	5 novas câmaras municipais setoriais de inovação	ND	ND	ND
SDC.R2.3 - Número de normas para inclusão das espécies vegetais no regime de proteção de cultivares	Número de espécies inseridas no regime de proteção, publicadas por meio de Atos do DOU.	146 espécies protegidas	144* espécies protegidas	A	A
SDC.R2.4 - Número de cultivares protegidas	Número de cultivares protegidas (Certificados Provisórios emitidos)	1978 cultivares protegidas	2069 cultivares protegidas	A	A
SDC.R2.5 - Número de cadeias de valor de produtos agropecuários contempladas com ações de organização e estruturação para uso de indicação geográfica e marca coletiva	Número de projetos de indicação geográfica assistidos no ano.	65 projetos assistidos	50 projetos assistidos	A	A
SDC.R2.6 - Percentual de municípios com ações de organização e estruturação de cadeias de valor de produtos agropecuários para uso de indicação geográfica e marca coletiva.	Número de municípios abrangidos por ações de estruturação de cadeias de valor para uso de IG e MC/ Total de municípios do Brasil (IBGE 2009=5.565)X100.	5% dos municípios brasileiros	5% dos municípios brasileiros	B	B
*Foram incluídas mais de 144 espécies, tendo em vista que dos 11 descritores publicados em 2012, 5 foram relacionados a Gêneros que permitem à inclusão de várias espécies neles incluídas.					

Mecanismos de Crédito Rural Aperfeiçoados, Focados na Sustentabilidade, Ganhos de Produtividade e de Eficiência

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SPA.R1.1 - Custo Médio de Financiamento da Safra	$TMF = \frac{\sum [(TRC * VRC) + (TRLc * VRLC) + (TRLNC * VRLNC)]}{VPR} / (1+i)$ TMF= taxa média de financiamento TRC = taxa de juros recursos controlados VRC = volume de recursos controlados TRLC = taxa de juros recursos livres contabilizados VRLc = volume de recursos livres contabilizados TRLNC = taxa de juros recursos livres não contabilizados VRLNc = volume de recursos livres não contabilizados VPR = volume potencial de recursos para a safra i = taxa de inflação (IPCA)	5	1,26	B	B

Instrumentos de Minimização de Riscos Aperfeiçoados que Atendam às Necessidades do Produtor Rural

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SPA.R2.1 - Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	$I = [(\text{Área total, em hectares, coberta pelo PSR}) / (\text{Área total, em hectares, divulgada pelo IBGE})] \times 100$	10%	11%*	M	A

*É importante esclarecer que muitas apólices de seguro rural são contratadas nos últimos dias do ano, por questões sazonais. Para não prejudicar nenhum produtor rural, todos os anos o período para recebimento dessas operações é estendido durante o início do ano seguinte. No caso do exercício 2012, houve um acordo entre o MAPA e as seguradoras para receber apólices de 2012, pagas com recursos de 2012, até a data de 31/01/2013.

Participação na Formulação de Regras para o Comércio Internacional

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SRLR2.1 - Taxa de Participação do MAPA na Elaboração de Regras Sanitárias e Fitossanitárias Internacionais	$(\text{N}^\circ \text{ de regras sanitárias e fitossanitárias multilaterais e regionais em elaboração com a participação do MAPA nos fóruns de interesse} / \text{N}^\circ \text{ total de regras sanitárias e fitossanitárias de interesse do agronegócio brasileiro em elaboração naqueles fóruns}) \times 100$	ND	ND	ND	ND
SRLR2.2 - Taxa de Participação do MAPA na Elaboração de Regras Comerciais Internacionais	$(\text{N}^\circ \text{ de regras comerciais multilaterais e regionais em elaboração com a participação do MAPA nos fóruns de interesse} / \text{N}^\circ \text{ total de regras comerciais de interesse do agronegócio brasileiro em elaboração naqueles fóruns}) \times 100$	ND	ND	ND	ND

Oferta de produtos agroenergéticos ampliada

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SPAE.R2.1. Número de agentes capacitados em tecnologias produtivas agroenergéticas.	Número de agentes capacitados nos eventos e ações realizadas pelo Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia DCAA/SPAE	750	1800	ND	ND
SPAE.R2.2. Área de cana de baixa produtividade renovada.	Número de hectares de cana-de-açúcar renovados a cada ano-safra, de 2012 até 2015, comparado com a meta estabelecida.	1615	874	ND	ND
SPAE.R2.3. Área cultivada de cana ampliada	Número de hectares de cana-de-açúcar ampliados a cada ano-safra, de 2012 até 2015, comparado com a meta estabelecida.	1308	604	ND	ND

Gestão por Competência Implantada

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SE.R1.1 - Índice de Capacitação em Competências	Somatório das médias ponderadas (Número de horas de capacitação)	30	83.003 horas de	A	M

	multiplicado pelo número de servidores capacitados em um ou mais eventos)/ Número de servidores ativos OBS: O peso de cada tipo de capacitação será o número de servidores capacitados naquele referido evento. $IC = \frac{\sum (Hc \times Sc)}{As}$		capacitação/11.468 servidores ativos = 7,25		
SE.R1.2 - Nível de Atendimento das Competências Estratégicas	Soma dos eventos realizados nas competências gerenciais, organizacionais, técnicas e individuais / Números de eventos planejados nas competências gerenciais, organizacionais, técnicas e individuais x 100. $IA = \frac{\sum (CGr + COr + CTr + CIr)}{\sum (CGp + COp + CTp + Clp)} \times 100$	40%	301 realizados / 621 planejados = 48%	M	M
SE.R1.3 - Percentual de servidores com a avaliação de desempenho mensurada	Percentual de servidores com avaliação de desempenho mensurada por meio do SISAD = Número de servidores avaliados no SISAD/ número de servidores avaliáveis x 100	70%	9.506 avaliados/ 10.529 serv. Avaliáveis = 90%	A	M

Plano Operativo Anual Implantado e Operacional no MAPA

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SE.R5.1 - Percentual de desenvolvimento e implantação do Sistema Plano Operativo Anual	(Soma dos percentuais atribuídos às cinco fases já desenvolvidas dos projetos sobre a soma total dos percentuais atribuídos às fases dos projetos) X 100	50%	50%	A	A

Gestão estratégica operacional

Indicador de desempenho	Forma de Cálculo	Meta para 2012	Alcançado em 2012	Utilidade	Mensurabilidade
SE.R2.1 - Percentual de RAES Corporativas Executadas	Percentual de RAES Corporativas Executadas = (número de RAES realizadas/número de RAES planejadas)*100	100%	50%	A	A
SE.R2.2 - Grau de Entendimento dos Gerentes Médios sobre a Gestão Estratégica	Média das respostas da questão nº 0 do questionário de nível de conhecimento sobre a gestão estratégica (Qual o grau de entendimento sobre a gestão estratégica que você acha que tem?) 0 – Nenhum 1 – Muito Fraco 2 – Fraco 3 – Médio 4 – Bom 5 – Excelente	40	ND	ND	ND

SE.R2.3 - Grau de Implantação da Gestão Estratégica	Média do Grau de implantação do Processo de Gestão Estratégica nas unidades Organizacionais do MAPA (Secretarias, Departamentos, SFAs e Lanagros), aferido por meio de processo de certificação	3	ND	ND	ND

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: É muito tímida a estrutura de controle e de gerenciamento de riscos. O MAPA conta com alguns esforços isolados, sem uma coordenação efetiva. Para estruturar o controle, foi proposta uma unidade específica, em nível de Coordenação-Geral, que está em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Porém, enquanto a oficialização não acontece, já existe um grupo de 07 técnicos construindo mecanismos de controle, gerenciamento de riscos e acompanhamento da gestão interna, em nível de assessoria do Secretário-Executivo. A comunicação interna está em fase de reestruturação. As campanhas e divulgações por outros meios têm sido melhor cuidadas e está em fase final a construção de uma nova intranet. A ética conta com novos instrumentos, desenvolvendo comunicação sistemática e educativa junto aos servidores.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Estrutura normativa e atividades da Unidade de Correição

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 7127, de 04 de março de 2010, “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências”, como uma das unidades da Secretaria-Executiva da Pasta.

Entretanto, tendo em vista que o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MAPA, vigente até a presente data, é anterior à criação da citada unidade, no ano de 2012 o Secretário-Executivo delegou competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, por meio da Portaria nº 12, 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de

24.02.12, que assim dispõe: “Delegar competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE para auxiliar as autoridades deste Ministério, sem prejuízo das respectivas competências, na efetivação de providências relacionadas à admissão e processamento de denúncias e representações, instauração de procedimentos de investigação preliminar, sindicâncias em geral e processos administrativos disciplinares, operando como facilitador da designação e atuação das comissões processantes e de sua interlocução com os órgãos da Administração central do Ministério e unidades descentralizadas”.

Ainda, a Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares é a unidade da Pasta que atua como facilitadora junto à Corregedoria-Setorial do MAPA na Controladoria-Geral da União, prestando informações, dados e subsídios, de forma a auxiliar a citada Corregedoria-Setorial em tudo aquilo que demanda ao Ministério.

Principais resultados obtidos em 2012

A CGPAD/SE, no cumprimento das suas atividades, desenvolveu as ações a seguir descritas:

- a) analisou 30 denúncias, das quais:
 - 1. 15 foram arquivadas após diligências preliminares;
 - 2. 05 foram submetidas a Investigações Preliminares, das quais 02 estão em andamento e 03 foram finalizadas com arquivamento; e
 - 3. as outras 10 foram analisadas e estão aguardando instauração de procedimento disciplinar.

Ou seja, com este resultado percebe-se que 50% das denúncias foram arquivadas, sem qualquer necessidade de instauração de procedimento disciplinar e daquelas que foram submetidas à Investigação Preliminar, que é um procedimento informal e sigiloso, 60% delas foram arquivadas, não resultando, portanto, em constituição de processo disciplinar e/ou sindicância.

Assim constata-se que as denúncias infundadas, vazias, apócrifas, diminuíram, consideravelmente, de 2008 a 2012, pois, no primeiro ano, chegavam a 80% (oitenta por cento) e no último, perfizeram cerca de 50% (cinquenta por cento).

- b) instaurou 36 comissões apuratórias, da competência da Secretaria-Executiva, da seguinte forma:
 - 1. 21 PADs , dos quais 09 foram julgados e 12 encontram-se em andamento;
 - 2. 15 Sindicâncias, das quais 08 foram julgadas e 07 encontram-se em andamento.

Em relação aos anos anteriores, constatou-se um resultado mais eficiente, já que houve aumento gradativo na instauração de procedimentos administrativos disciplinares, com um custo-benefício menor pois, enquanto em 2008 foram gastos R\$ 685.000,00 com 15 procedimentos, em 2012 gastou-se R\$100.959,97 com as 36 comissões constituídas.

- c) coordenou e acompanhou a instauração de 92 procedimentos disciplinares nos âmbito do MAPA em 2012, dos quais 70 foram julgados, sendo destes, 60 válidos (dos quais 37 foram arquivados, sem aplicação de penalidade) e 10 anulados, dispostos da seguinte forma:
 - 1. dos 47 PADs instaurados, 31 foram julgados, dos quais 26 foram válidos (12 arquivados sem aplicação de penalidade) e 05 anulados. Portanto, existem 16 ainda em andamento;
 - 2. das 45 Sindicâncias instauradas, 39 foram julgadas, das quais 34 válidas (25 arquivadas sem indicação de abertura de PAD ou aplicação de penalidade) e 5 anuladas. Restam 06 sindicâncias em andamento;
 - 3. das 17 penalidades resultantes dos citados procedimentos foram: 07 advertências, 05 suspensões, 02 demissões, 02 destituições de cargo e 01 cassação de aposentadoria.

Com isso observa-se que, 76% (70 em 92) dos processos foram julgados, sendo 85% (60 em 70) dos julgados foram considerados válidos e, ainda, que 61% procedimentos julgados (37 em 60) foram finalizados sem aplicação de penalidade e, apenas 49% (os 33 restantes) resultaram em apenas 05 penalidades expulsórias (demissões, destituições e cassação) dentre as 17 aplicadas, ou seja, apenas 29,41% penalidades capitais.

Por intermédio desta constatação é possível concluir que:

- a) em relação aos anos anteriores, verificou-se um aumento gradativo de validações dos procedimentos administrativo disciplinares, pois se em 2012 85% foram válidos, nos anos anteriores os resultados foram os seguintes: em 2008 – 53% (cinquenta e três por cento), em 2009 – 70% (setenta por cento), em 2010 – 75% (setenta e cinco por cento) e em 2011, 79,68%;
- b) além de os procedimentos terem sido eficientes (85% válidos) os resultados demonstram que as apurações apontam para a verdade material comprovada e não necessariamente para a penalização dos servidores, já que 61% dos procedimentos foram arquivados sem aplicação de sanções administrativas e dos 49% que resultaram na aplicação de penaliformes, das quais apenas 29,41% foram expulsórias, sendo 70,59% não expulsórias; e
- c) o que se percebe em comparação com o ano anterior (2011) é que houve uma diminuição considerável quanto às penalidades aplicadas, pois enquanto em 2011 foram aplicadas 102 penalidades em 51 procedimentos, em 2012 foram aplicadas 17 penalidades em 60 procedimentos.

Das demais ações implementadas no ano de 2012 pela Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares, resultaram os seguintes produtos:

- a) 83,95% dos procedimentos disciplinares instaurados, foram lançados no sistema CGU/PAD. Resultado este que nunca havia sido obtido nos anos anteriores;
- b) 04 reuniões por videoconferência, com os interlocutores das SFAs de todos os Estados, realizadas com êxito. Ação inovadora;
- c) apostila “ Normativas atinentes a matéria disciplinar”, elaborada e distribuída a todas as unidades do MAPA. Ação inovadora;
- d) palestras informativas para os servidores de 06 SFAs do MAPA: SP, AC, AP, AM, RJ, CE, devidamente realizadas. Em continuidade à ação denominada “ciclo de palestras”, iniciado em 2009;
- e) Mapeamento de Processo da Coordenação-Geral concluído; e
- f) curso de capacitação, ministrado aos servidores do MAPA qualificando-os como especialistas em Procedimentos Administrativos Disciplinares, realizado na ESAF, de 17 a 28 de setembro de 2012.

Dessa forma, todas as metas da unidade foram concluídas.

Vale ressaltar, entretanto, que para que a citada capacitação surta o efeito esperado, deve haver motivação aos servidores que compõem as comissões. Nesse intuito, deve-se ter reserva de quantitativo específico de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, para distribuição aos membros das Comissões relativas

aos procedimentos administrativos disciplinares, enquanto perdurar a citada função, conforme previsão legal disposta no inciso V do artigo 2º do Decreto Presidencial n.º 6712, de 24.12.2008.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA está em consonância com os preceitos da Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, tendo editado a Portaria MAPA/SE nº 37, de 19 de março de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 9, de 31 de março de 2008, acessível via site da CGU, que dispõe sobre a política de uso do Sistema CGU-PAD, no âmbito do MAPA.

Neste enredo, insta ressaltar que a Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares também é responsável pelo lançamento das informações referentes aos procedimentos disciplinares no Sistema CGU-PAD, conforme disposto na referida Portaria 1043/2007, sendo a Coordenadora-Geral da citada unidade Coordenadora do Sistema CGU-PAD no MAPA, e o Coordenador-Substituto é o Administrador Principal do citado sistema no Órgão, de acordo com o que se observa no próprio site da CGU.

Desta feita, a fim de atender à solicitação da Corregedoria-Setorial do MAPA na CGU, formalizada por meio do Ofício nº 3645/2012/CRG/CGU-PR, autuado no MAPA pelo Documento n.º 70100.009902/2012-19, sobre a consolidação dos procedimentos administrativos disciplinares em trâmite no MAPA e respectivos lançamentos no Sistema CGU-PAD, a Coordenação-Geral encaminhou o Ofício CGPAD - SE / MAPA n.º 388/2012, em 26 de dezembro de 2012, contendo as seguintes e necessárias informações:

a) Relatório Anual de Procedimentos Disciplinares instaurados/julgados no âmbito deste Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 01.01.2012 a 21.12.2012, da seguinte forma¹:

I. PAD's instaurados: 47;

II. PAD's julgados: 36 = 12 arquivados; 06 anulados; 07 advertências; 04 suspensões; 02 demissões; 02 destituições de cargo; 01 cassação de aposentadoria; e 02 instaurações de PAD;

III. Sindicâncias instauradas: 45;

IV. Sindicâncias julgadas: 32 = 25 arquivadas; 05 anuladas; 01 suspensão; e 01 instauração de SIND.

b) Quanto o lançamento consolidado no Sistema CGU-PAD vale informar:

1. nas planilhas anexas ao citado Ofício, foram descritos todos os óbices que impediram a totalidade de lançamentos dos procedimentos no Sistema CGU-PAD. Entretanto, o percentual de lançamentos obtidos foi bastante significativo, em continuidade à ação do ano anterior, contabilizando 88,04% dos procedimentos instaurados devidamente lançados e 78,57% dos procedimentos julgados, respectivamente lançados;

2. foram lançados no Sistema CGU-PAD 83,95% dos procedimentos levados a cabo pelo MAPA em 2012;

3. não há como realizar o comparativo percentual das penalidades aplicadas versus lançadas no Sistema CGU-PAD, uma vez que este não gera relatório consolidado das penalidades aplicadas por cada órgão.

¹ Foram anexadas ao ofício três planilhas, a saber: Planilha 01: MAPA/SEDE - Informações relativas aos procedimentos instaurados/julgados pelo GM/SE/INMET/CEPLAC e demais Secretários do MAPA; Planilha 02: SFA's - Informações relativas aos procedimentos instaurados/julgados pelos Superintendentes das SFA; Planilha 03: CONTROLE CONSOLIDADO - Informações consolidadas de todos os procedimentos instaurados/julgados do MAPA.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Observação: O Programa 2013 não é de responsabilidade do MAPA. Portanto, para este Programa não será apresentado o Quadro A.4.1.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Quadro A.4.1.1– Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2014			
Título	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	10.335.085.191,00	10.335.085.191,00	166.266.356.000,00	
b) Outras Fontes	40.127.723.000,00	0		
c) Subtotais (a + b)	50.462.808.000,00	10.335.085.191,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	216.729.164.000,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
7.633.777.843,28	4.426.146.758,95	158.601.402,27	731.121.304,60	4.227.665.797,20
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Unidade
0350	Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.			CONAB
0600	Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.			INMET
0601	Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.			MAPA
0618	Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção.			MAPA

	visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.	
0623	Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.	CONAB
0661	Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.	FUNCAFÉ
0692	Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.	MAPA
0743	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	MAPA
0744	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	MAPA
0747	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	MAPA
0750	Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.	MAPA
0976	Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	MAPA
Fonte: SIOP/MP		

Análise Crítica: Para a consecução do programa foram delineados 12 objetivos que permitiram o desempenho razoável das metas como especificado a seguir:

a) No apoio à comercialização foram utilizados os instrumentos de política pública que permitiram a aquisição de 562 mil toneladas de produtos com a aplicação de R\$ 650 milhões por intermédio de Aquisições do Governo Federal – AGF. Houve também a movimentação de aproximadamente R\$ 340 milhões por meio de leilão eletrônico, com a negociação de 12,2 milhões de produtos utilizando-se dos instrumentos Prêmio para Escoamento de Produtos - PEP, Valor de Escoamento de Produtos - VEP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO;

b) Quanto à capacidade estática de armazenagem da rede própria da CONAB, composta de 179 armazéns, foi possível ampliá-la em 4,95%;

c) Quanto à ampliação da infraestrutura meteorológica, não foi possível atingir os resultados previstos em decorrência da insuficiência orçamentária, priorizando-se a manutenção da rede existente;

d) No âmbito da prevenção de riscos climáticos, utilizando-se do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR foi possível beneficiar aproximadamente 52 mil produtores em uma área de 7,23 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R\$ 8,8 bilhões;

e) A rede bancária oficial concedeu créditos da ordem de R\$ 82,86 bilhões para custeio, comercialização e investimento, mediante a assinatura de 698.056 contratos de financiamento;

f) O setor cafeeiro obteve financiamentos da ordem de R\$ 2,069 bilhões oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, beneficiando 16.478 produtores;

g) No âmbito da diversificação e consolidação das exportações agropecuárias, foram realizadas 75 missões internacionais o que permitiu a manutenção de alguns mercados e abertura comercial para outros países;

h) No Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC foi possível capacitar 6.175 produtores rurais em práticas conservacionistas;

i) Quanto à agricultura orgânica, foram instituídos 36 Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica; credenciados 12 organismos de avaliação de conformidade orgânica, permitindo o credenciamento de 11.700 unidades de produção orgânica. Houve também a capacitação de 3.650 produtores e técnicos em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos;

Um dos fatores que prejudicaram o alcance das metas foi o contingenciamento orçamentário, aliado ao elevado valor inscrito em restos a pagar não processados.

PROGRAMA 2022 - COMBUSTÍVEIS

Observação: O Programa 2022 não é de responsabilidade do MAPA. Portanto, para este Programa não será apresentado o Quadro A.4.1.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA

Quadro A.4.1.2 - Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2028			
Título	Defesa Agropecuária			
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	390.227.000,00	390.226.936,00	1.276.912.000,00	
b) Outras Fontes (FOCEM)	-	2.500.000,00		
c) Subtotais (a + b)	390.227.000,00	392.726.936,00		
d) Valor Global Previsto no PPA			1.667.139.000,00	
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
227.484.125,05	179.546.790,31	16.517.635,72	47.937.334,74	163.029.154,59

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP		
Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0364	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	Mistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
0366	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária par ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional	Mistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
0367	Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área de defesa agropecuária	Mistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
0368	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	Mistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
0570	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros	Mistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
0620	Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros	Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Crítica: O programa é composto por 6 objetivos que permeiam todas as atividades de defesa e fiscalização da produção agropecuária e permitiu a obtenção dos resultados que se seguem:

- a) Na promoção da sanidade agropecuária, manteve sob controle da praga da vassoura de bruxa 550 mil hectares; a praga da mosca da carambola ficou restrita a 15 municípios localizados no estado do Amapá; a zona livre de febre aftosa ultrapassa 5 milhões de km² e concentra uma população bovina de aproximadamente 182 milhões de cabeças e suína de 30 milhões (90% do rebanho nacional). No que se refere ao controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal, ao término do exercício, existiam aproximadamente 1.500 propriedades certificadas como livres das doenças;
- b) Quanto à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA foi possível capacitar 10.00 técnicos e auxiliares, mediante parceria com o Sistema “S”, além de obter a adesão das 27 unidades federativas ao SUASA, além de 17 municípios;
- c) Quanto à ampliação e qualificação dos serviços laboratoriais obteve-se, junto ao Inmetro, a acreditação de 19 ensaios na ABNT NBR ISO/IEC 17025 aos Lanagros, finalizado o projeto piloto no Lanagro MG para a implementação do Laboratory Information Management System – LIMS. Houve também a realização de 32,58 milhões de análises laboratoriais;
- d) No âmbito da promoção da qualidade dos insumos agropecuários, fator importante para a oferta de produtos de boa qualidade à sociedade, foram intensificadas as fiscalizações na área de sementes, mudas, corretivos e fertilizantes; no setor de insumos pecuários foi possível a realização de 4.131 ações de fiscalização nos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário, resultando na coleta de 1.058 partidas de um total de 13,4 bilhões produzidas no país; na área de resíduos e contaminantes vegetais, deu-se ênfase às culturas de abacaxi, amendoim, banana, batata, milho, laranja, feijão, mamão e hortaliças de modo geral;

e) Para assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas, foram intensificadas as ações de fiscalização nos estabelecimentos comerciais de produtos de origem vegetal, alcançando um índice de conformidade de 83%; na área animal, as ações permitiram um índice de conformidade da ordem de 90%.

Um dos entraves ao alcance das metas foi o alto contingenciamento orçamentário, aliado ao elevado valor inscrito em restos a pagar não processados.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Quadro A.4.1.3 - Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2042			
Título	Inovações para a Agropecuária			
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)
		g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA	
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		666.213.108,00	666.213.108,00	1.636.185.892,00
f) Outras Fontes (FOCEM)		-	-	
g) Subtotais (a + b)		666.213.108,00	666.213.108,00	
h) Valor Global Previsto no PPA		2.302.399.000,00		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
521.542.079,86	218.711.269,82	7.896.926,09	302.830.810,04	210.814.343,73
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0842	Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.	EMBRAPA		
0845	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.	CEPLAC		
0846	Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.	EMBRAPA		
0968	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.	CEPLAC		
0969	Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.	MAPA		

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Como o Programa possui a maioria de seus objetivos a serem alcançados por outras Unidades, a análise crítica será apresentada no nível de objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Quadro A.4.2.1 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0163				
Descrição		Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.				
Programa		2013 – Agricultura Irrigada				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Disponibilizar R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a agricultura irrigada	4			R\$ 4 bilhões	0,00

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A implementação do objetivo deverá ser efetivada a partir do ano de 2013. No período, foram discutidas ações que permitiram a elaboração de projetos em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

Quadro A.4.2.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Objetivos de Programa - Fomente de Responsabilidade da O...						
Identificação do Objetivo						
Código		0171				
Descrição		Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.				
Programa		2013- Agricultura Irrigada				
Órgão Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
250.000,00	250.000,00	90.003,20	78.275,46	2.101,93	11.727,74	76.173,53

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças	Unidade	1	0	0,00	0,00
2	Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem	Unidade	600	240	250.000,00	78.275,46
3	Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem	Unidade	5	0	0,00	0,00

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A agricultura irrigada vem sendo desenvolvida com base em parâmetros da agricultura de sequeiro, com adubação, cultivares, espaçamento e outras práticas culturais. Com a irrigação há a necessidade e pesquisas para adequar e adaptar essas práticas culturais as novas condições de suprimento de água.

Foram firmadas parcerias com a Embrapa, Universidades e outras instituições de pesquisas com objetivo de: i) elaborar manejo hídrico em bovinocultura com ênfase em irrigação, objetivando a elaboração de 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem; ii) cálculo da pegada hídrica em produção leiteira que utiliza a irrigação em pastagem; iii) apoio ao Seminário: Água desafio para a sustentabilidade na agricultura; destacando a evolução de estudo relacionado a certificação hídrica na agricultura e iv) apoio ao XXII Congresso Nacional de irrigação e drenagem.

O contingenciamento orçamentário foi fator impeditivo ao alcance dos resultados previstos no objetivo.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Quadro A.4.2.3 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0601				
Descrição		Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária				
Programa		2014				
Órgão Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

210.266.774,00	365.266.774,00	361.784.754,90	181.619.888,05	84.523.524,19	180.164.866,85	97.096.363,86
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6.7 milhões para 30 milhões de hectares.	milhão de hectares	11,7	5,24	351.999.774,00	171.211.705,84
2	Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)	unidade	90.000	43.538		
3	Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados.	percentual	20	22,1	13.267.000,00	11.395.065,85

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A política de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem alcançado o seu objetivo de avançar na universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais, induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais. Dessa forma, tem contribuído para a redução da inadimplência do segmento rural junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários.

O PSR contempla apólices de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola. Na modalidade agrícola são beneficiadas mais de 70 culturas e o produtor pode ser beneficiado com até R\$ 96 mil de subvenção a cada ano civil, com percentuais que variam de 40% a 70% sobre o prêmio do seguro rural, conforme a cultura selecionada. Para as demais modalidades, o percentual máximo de subvenção sobre o valor do prêmio do seguro rural é de 30%, com limite financeiro de R\$ 32 mil por produtor, a cada ano civil.

O PSR permitiu segurar culturas em uma área de 5,24 milhões de hectares beneficiando 43 mil produtores rurais, com o comprometimento de 329,04 milhões de reais de recursos do Tesouro.

Quadro A.4.2.4 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0618				
Descrição		Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.				
Programa		2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

2.373.544.103,00	2.434.044.103,00	2.433.610.714,29	747.342.300,41	0	1.686.264.781,62	747.345.932,67
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de reais o volume de crédito oficial disponibilizado ao setor agropecuário	Bilhão / Reais	-	-	107,2	82,86
2	Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Unidade	750.000	698.056	-	-

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O Plano Agrícola e Pecuário – PAP permitiu a liberação de aproximadamente 92 bilhões de reais em empréstimos, a juros controlados, que aliado aos instrumentos de equalização, fortaleceu as iniciativas que asseguraram o desenvolvimento da agricultura nas questões relativas ao meio ambiente e à estabilidade de preço dos alimentos. Concorreu, dessa forma, para o aumento da produtividade e da safra, que alcançou no período um recorde de produção.

Quadro A.4.2.5 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0692				
Descrição		Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda				
Programa		Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.100.000,00	3.260.000,00	2.954.856,64	2.806.338,21	226.800,91	148.518,43	2.579.537,30
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras	Unidade	10	75	1.500.000,00	1.121.020,24
02	Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior	Unidade	76	19	1.760.000,00	1.685.317,97

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O MAPA, visando diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros atua em três eixos: negociações comerciais, negociações sanitárias e fito-sanitárias e promoção internacional.

As ações de promoção internacional estruturam-se nas temáticas de inteligência comercial, organização para a exportação e promoção do agronegócio.

No âmbito da inteligência comercial, tem como atividade permanente a manutenção e disponibilização do Agrostat Brasil, base de dados on-line que oferece uma visão detalhada das exportações e importações brasileiras agrícolas e do agronegócio. Com fulcro nos dados disponibilizados nesse instrumento, foram elaborados diversos gráficos e tabelas estatísticas disponibilizados no site do MAPA e informes de mercado contendo análise do intercâmbio comercial entre o Brasil e 80 de seus parceiros comerciais.

Além das publicações “Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira - Principais Mercados e Produtos”, uma análise geral da produção e comércio exterior do setor agropecuário do país, impressa em português e inglês, e “Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Principais Mercados de Destino”, uma análise mais detalhada do comércio exterior da agropecuária brasileira com seus 30 principais mercados de destino.

As atividades de organização para a exportação têm por objetivo despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação e incluíram a realização de sete edições do Agroex – Seminário do Agronegócio para Exportação, nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Bahia e Tocantins.

No âmbito da promoção internacional do agronegócio brasileiro promoveu-se, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a participação oficial brasileira em 11 feiras comerciais internacionais do setor de agricultura e alimentação, em nove mercados selecionados: China, Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, África do Sul, Turquia, Peru e Porto Rico, realizaram a ação de imagem “Sustainable Agriculture Summit – Spotlight on Brazil”, no Reino Unido, além de duas missões de intercâmbio técnico e contatos comerciais com enfoque setorial, à China, França e Espanha, respectivamente para o setor de laticínios, aves e suínos.

No mercado interno foram organizadas missões receptivas para delegações do Chile, Rússia, Hungria, México, Vietnã e China e realizou a ação “Press Trip Rio+20”, com objetivo de conhecer experiências exitosas de agricultura sustentável nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

As ações previstas para o alcance do objetivo foram desenvolvidas a contento, não havendo entraves burocráticos ou orçamentários, sendo todas as metas alcançadas e/ou superadas. No caso específico da meta “realizar 10 missões internacionais para a promoção do agronegócio, incluindo a participação das cooperativas brasileiras”, foi subestimada e readequada quando da revisão do PPA. Os valores inscritos em restos a pagar não impactaram no desempenho do objetivo.

Quadro A.4.2.6 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Quadro 11.4.213 - Objetivos de Programa e Indicadores de Responsabilidade da CS			
Identificação do Objetivo			
Código	0743		
Descrição	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).		
Programa	2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos
4.306.600,00	4.306.600,00	1.994.025,39	559.195,87	69.270,13	1.434.829,22	489.926,04
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura.	Unid.	1.000	232	550.000,00	101.452,46
2	Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC.	Unid.	5.000	6.170	3.756.600,00	457.743,41
3	Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias.	Unid.	1	0	0,00	0,00
4	Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC	% de execução.	70	70	0,00	0,00
5	Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC.	Unid.	40	40	0,00	0,00
6	Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC.	Unid.	0	0	0,00	0,00
7	Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC.	% de execução.	70	70	0,00	0,00
8	Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC.	% de execução.	50	50	0,00	0,00
9	Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC.	% de execução.	50	50	0,00	0,00

10	Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC	Unid.	7	7	0,00	0,00

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: Foram realizadas campanhas publicitárias em canais fechados de televisão, além da edição de cartazes, cartilhas e folderes sobre a agricultura de baixo carbono. Realizou-se cursos de capacitação para técnicos do seguimento, visando habilitar profissionais para elaboração de projetos que possam ser apresentados ao sistema financeiro com objetivo de acessar o crédito ofertado pelo Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra).

Em apoio a essa capacitação, foram implementadas unidades de referência tecnológicas ou de teste e demonstração, de forma a melhorar a difusão das referidas tecnologias, bem como apoiar na capacitação dos técnicos do setor. Cabe destacar, que grande parte das metas (Capacitação, Divulgação, Implantação de URT's e UTD's, Criação do Sistema de Monitoramento e Elaboração de Planos Estaduais) previstas já foram inicializadas e devem estar concluídas, parcialmente até o ano de 2015, pois parte delas estão estabelecidas no ABC para serem finalizadas até 2020.

O contingenciamento orçamentário, aliado à liberação de limite para movimentação e empenho ocorrido apenas no último trimestre do ano foram fatores impactantes ao alcance das metas constantes do objetivo, considerando que 71,96% dos valores empenhados foram inscritos em restos a pagar não processados.

Quadro A.4.2.7– Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0744					
Descrição	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.					
Programa	2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.839.392,00	21.839.392,00	18.352.550,42	14.782.170,54	261.466,69	3.570.379,88	14.520.703,85
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica.	Unidade	45	36	850.000,00	789.520,62
2	Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial.	Unidade	9.000	11.700	122.499,13	105.630,38
3	Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou	Unidade	15.000	3.652	247.934,16	214.816,30

	mecanismos de controle da qualidade orgânica.					
4	Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne.	Unidade	7.000	2.000	100.900,00	50.000,00
5	Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes.	Unidade	300	303	104.719,97	92.956,32
6	Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica.	Unidade	5	2	48.244,17	41.600,71
7	Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável.	Unidade	1	-	0,00	0,00
8	Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária.	Unidade	20	5	0,00	0,00
9	Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.	Unidade	28	27	24.193,30	20.861,76
10	Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica	Unidade	1	1	15.224,20	13.127,75
11	Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal.	Unidade	5	5	71.300,00	80.000,00
12	Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais	Unidade	134	24	52.111,00	46.257,14

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A regularização da produção orgânica requer esforço e atenção dos órgãos envolvidos e tem resultado em constante elevação da qualidade do produto final e da confiança atribuída aos produtos orgânicos pelos consumidores brasileiros. Ao término de 2012, estavam credenciados no MAPA, 12 (doze) Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e 84 Organizações de Controle Social. Isto representa um total de 11.700 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial e uma área total de 1.900.000 hectares.

No contexto dos projetos e atividades de fomento, tem-se atuado em ações voltadas à ampliação do acesso aos insumos e tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção; à capacitação de técnicos e agricultores bem como o incentivo à pesquisa, ao ensino e extensão em agroecologia e sistemas orgânicos de produção; a promoção dos produtos orgânicos e do consumo responsável no mercado interno e externo e a organização e articulação da rede de produção orgânica nacional e em cada unidade da federação.

Foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794/2012. Essa política representa um marco para o movimento orgânico e agroecológico e tem como diretrizes fundamentais a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; o uso sustentável dos recursos naturais; a promoção de sistemas orgânicos de produção e da produção de base agroecológica; a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e das questões culturais, ambientais, geracionais e de gênero.

Quanto a fiscalização de serviços pecuários, trabalhou-se intensamente na modernização do serviço de registro genealógico dos animais, culminando no encaminhamento à Casa Civil da nova proposta de Decreto que regulamenta a Lei Nº 4.716/1965 que trata organização, funcionamento e execução do registro genealógico de animais domésticos.

No âmbito do desenvolvimento das cadeias pecuárias, foram firmadas parcerias com o setor público e privado, Sistema “S”, Embrapa, Universidade Estadual de São Paulo e Organização Mundial de Proteção Animal, o que permitiu avançar no treinamento e expansão nacional do Programa Alimento Seguro da cadeia de leite - PAS-leite, viabilizou o treinamento de mais de 1.700 profissionais em bem-estar animal e publicação de 5 manuais de boas práticas de manejo de bovinos.

Implantado o Programa Nacional de Melhoramento Genético do Gado Jersey e apoiado os programas de melhoramento genético de caprinos leiteiros e de bovinos da raça guzerá. Na área internacional, houve participação ativa das discussões sobre temas relacionados a definição de uma agenda global para uma pecuária sustentável liderado pela FAO e Banco Mundial, que visa à melhoria da utilização dos recursos naturais na cadeia da bovinocultura.

Aprovado e registrado o projeto de melhoramento genético do grupamento genético denominado “Purunã” e instituído o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e propor regulamentação de transporte de animais de produção;

Na área da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), foram capacitadas 2.000 pessoas em Boas Práticas Agrícolas.

O contingenciamento orçamentário, aliado à inscrição em restos a pagar não processados, de algumas ações orçamentárias que integram as iniciativas dificultou sobremaneira o alcance do objetivo.

Quadro A.4.2.8 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo							
Código		0747					
Descrição		Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					
Programa		2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.414.285.957,00	1.424.952.623,00	606.230.555,67	77.405.675,29	71.755.783,51	528.824.880,38	5.649.891,78	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	Unidade	74	58	1.417.337.937,00	75.831.314,29	
2	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	Unidade	7.534	2.468			
3	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais	Unidade					

4	Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios	Unidade	-	-	6.839.000,00	1.347.421,81
5	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda	Unidade	200	168		
6	Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais	Unidade	800	800		
7	Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa.	Unidade	72	28		
8	Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)	Unidade	1.500	1.500	450.000,00	90.480,49
9	Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem	Unidade	1	-	0,00	0,00

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: As ações desenvolvidas permitiram apoiar 1.903 projetos de desenvolvimento do setor agropecuário, nas diversas unidades da federação, além de adquirir 58 patrulhas mecanizadas. No âmbito do cooperativismo e associativismo rural houve a capacitação de 4.592 pessoas.

O maior entrave ao alcance dos resultados foi o contingenciamento orçamentário que representou 57,5% da dotação aprovada, aliado ao limite de disponibilização para movimentação e empenho ocorrido no último trimestre, redundando na inscrição em restos a pagar não processados equivalente a 87,67% do total empenhado.

Quadro A.4.2.9 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo							
Código	0750						
Descrição	Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.						
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.243.209	3.243.209	690.041	645.169	126.351	287.316	603.082	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência		Unidade	4.000	1.500	-	-

	técnica em produção agroenergética					
02	Modernizar 02 unidades artesanais de extração de óleo de dendê	Unidade	2,00	2,00	-	-
03	Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas.	Unidades	30	15	-	-
04	Promover a implantação de 10.000 hectares de dendezaís	hectare	10.000ha	450ha	-	-
05	Promover a renovação de 6.000hectares de dendezaís	hectare	6.000ha	960ha	-	-

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, lançado em 2004 pelo Governo Federal, estipulou uma mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral que hoje se encontra em 5%. Trouxe também, entre seus principais objetivos, o de se produzir biodiesel a partir de diferentes fontes lipídicas e em distintas regiões no país.

As metas de diversificação e de regionalização ainda não foram cumpridas. Atualmente, 80% do biodiesel produzido é derivado de óleo de soja, cuja produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sul do país. Assim, as metas continuam sendo um desafio aos formuladores de políticas públicas.

Estudos da Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE afirmam que a demanda nacional por biodiesel crescerá 16,1% entre 2012 e 2015.

Visando atingir as metas, além de solucionar outros problemas relativos à agroenergia, como a ampliação e renovação de canaviais e o aproveitamento de resíduos da produção agropecuária na produção de energia, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Capacitação de 1.500 pessoas entre produtores, extensionistas, técnicos, estudantes e demais profissionais da área produtiva, quanto às novas técnicas de produção de matérias primas e de produtos agroenergéticos;
- Difusão de 15 tecnologias de produção de matérias primas e de biocombustíveis;
- Levantamento das políticas públicas já existentes, assim como das informações preliminares da cadeia produtiva de biogás, como forma de evitar a duplicidade de ações e subsidiar a elaboração de políticas públicas para o setor.

O contingenciamento orçamentário, da ordem de 78,72%, impactou sobremaneira a execução das metas previstas para o objetivo. Não houve impacto quanto aos valores inseridos em restos a pagar.

Quadro A.4.2.10 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0976				
Descrição		Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.				
Programa		2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80	Unidade	7,5	7,24	7.060.000,00	3.617.689,25
2	Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados	%	-	18	0	0
3	Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)	%	-	57	0	0
4	Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA	%	-	98,44	0	0
5	Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA	%	-	0	0	0
6	Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA	Unidade	-	3	0	0

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados previstos, foram implementadas ações que permitiram:

- capacitar 83.121 servidores, com aplicação de 3.003 horas/aula, correspondendo a uma média de 7,25 horas/aulas por servidor ativo;
- implantar 18% dos processos mapeados e melhorados existentes;
- ampliar para 6.759 o número de servidores participantes das 158 comunidades virtuais, integrantes do Sistema de Comunidade Virtual – CATIR;
- ampliar o índice de atendimento relativo à acessibilidade e navegabilidade dos sistemas de informação do MAPA.

O contingenciamento orçamentário definido pela equipe econômica do governo foi um dos fatores preponderantes para o não atingimento das metas previstas no objetivo. A expectativa é que para o ano de 2013, não havendo contenção orçamentária, seja possível um melhor desempenho no que diz respeito às metas. Os valores inscritos em restos a pagar são diminutos e não impactaram a realização das metas integrantes do objetivo.

PROGRAMA 2022 – COMBUSTÍVEIS

Observação: O Programa 2022 não possui objetivos de responsabilidade do MAPA. Portanto, para este Programa não será apresentado o Quadro A.4.2.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA

Quadro A.4.2.11 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0364					
Descrição	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle					
Programa	2028					
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
124.333.242,00	124.333.242,00	100.412.383,87	94.871.829,29	7.703.083,65	5.540.554,58	87.168.745,64
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Ampliar de 470 mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais	Hectares	470.000	550.000	3.039.262,00	2.637.805,69
002	Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves	%	100,00	94,29	32.024.550,00	29.381.939,19
003	Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças	Número de planos	25	04	19.884.500,00	16.166.946,97
004	Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios par zero	Número de municípios	3,5	1	4.500.000,00	4.247.128,24
005	Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos	Fiscalizações realizadas	1.207.164	1.380.688	8.000.000,00	3.304.851,81
006	Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa	Km2	5.073.062	5.073.062	44.884.930,00	36.983.694,76
007	Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional	Campanhas realizadas	70	54	-	-
008	Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem	Fiscalizações realizadas	-	109.852	-	-
009	Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0	Número de municípios	1	0	10.000.000,00	4.434.072,84

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O objetivo contempla as atividades de sanidade animal e vegetal, inclusive a vigilância sanitária nas fronteiras, portos e aeroportos.

Na sanidade animal destacam-se os programas: Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal; Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; Programa Nacional de Sanidade de Suínos;

Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas e o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

A Zona Livre de Febre Aftosa ultrapassa 5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população bovina de aproximadamente 182 milhões de cabeças e suína de 30 milhões (cerca de 90% do rebanho nacional). A Organização Mundial da Saúde Animal – OIE reconhece como áreas livres de aftosa com vacinação os territórios constituídos pelas unidades da federação AC, BA, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, SP, SE, TO, RS, RO e DF, além de parte do Pará e os municípios de Boca do Acre e Guajará no Amazonas. Santa Catarina é reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. Para 2013 está prevista a inclusão, pela OIE, das UF's de AL, CE, PB, PE, RN, PI, MA e parte do Pará, como livres da febre aftosa com vacinação.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal permitiu certificar como livre da Brucelose e Tuberculose cerca de 1,5 mil propriedades e a expectativa é que para o ano de 2013 ocorram mais 2 mil propriedades certificadas. No período, foram capacitados pelo programa aproximadamente 10 mil veterinários.

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis foi intensificado, o que permitiu em maio de 2012 o reconhecimento pela OIE de todo o território nacional como categoria de país com risco insignificante para a encefalopatia espongiforme bovina – EEB (doença da vaca louca), zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos.

No Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) foram intensificadas as ações de sanidade com a realização de vigilâncias sorológicas em granjas comerciais, criações de subsistência e estabelecimentos de abate de suínos sob inspeção oficial, contribuindo para o incremento da vigilância para as doenças dos suínos e para a comprovação de ausência de atividade viral na zona livre de PSC. A zona livre alcança 15 unidades federativas, correspondendo a cerca de 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos. Foram concluídos os estudos realizados no Acre e nos Municípios de Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará, situados no Estado do Amazonas, sendo essas as próximas localidades a serem incluídas na zona livre da doença.

No programa Nacional de Sanidade Avícola foi editada instrução normativa buscando a implantação de procedimentos de biossegurança em todos os estabelecimentos avícolas comerciais e de reprodução, aprimorando, assim, a prevenção da entrada e disseminação de enfermidades no plantel avícola nacional, visando também à garantia da inocuidade dos produtos avícolas comestíveis.

No Programa Sanidade de Equídeos foi realizado reforço na vigilância para o mormo e a revisão dos procedimentos de atuação em casos de ocorrência de anemia infecciosa equina e mormo.

No âmbito da sanidade vegetal, foram implementadas ações que permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas, dentre as quais se depreende:

a) Mosca da carambola: Foi erradicado o foco detectado no Município de Almeirim/PA. A erradicação pode ser declarada após três ciclos biológicos completos da praga, ou seja, 378 dias, sem capturas. Em 2013 deverão ser mantidas as atividades de erradicação nos Estados do Amapá e Roraima, bem como o monitoramento preventivo nas demais unidades da Federação.

b) Cancro cítrico: Estão sendo desenvolvidos estudos que incluem critérios e procedimentos para adoção do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) e o estabelecimento de Áreas Livres da Praga,

além da oficialização das áreas sob erradicação ou supressão e da caracterização e manutenção da condição fitossanitária de praga. Em 2013 deverá ser constituído Grupo de Trabalho para implementação das alterações necessárias, transformando a proposta atual em uma minuta de decreto.

c) HLB (ex-Greening): Praga restrita aos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A legislação vigente determina que o produtor efetue inspeções regulares, elimine plantas sintomáticas e encaminhe ao Serviço de Defesa Agropecuária do Estado os relatórios com os resultados de suas ações. A não entrega dos referidos relatórios implica em automática inspeção pelos órgãos de sanidade. Tal medida concorreu para que mais de 90% dos produtores aderissem às ações de controle da praga. O trabalho a ser realizado em 2013 consiste na continuidade das ações de controle oficial da praga, visando a sua contenção, para que a huanglongbing (HLB), executado em cooperação com outros países integrantes do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE).

d) Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a erradicação no Município de Bom Jesus/RS, permitiram a quase eliminação da “*Cydia pomonella*” no País.

e) Sigatoka negra: manutenção do sistema de manejo de risco e áreas livres, propiciando o acesso de vinte Estados ao mercado interno e internacional da banana, ressaltando-se que em 13 unidades da Federação são consideradas integralmente livres da praga. Em 2012 foi publicada a Instrução Normativa nº 4 que define procedimentos para revisão do *status* fitossanitário das regiões onde não mais ocorrem detecções da praga, mediante levantamentos realizados ao longo de vários anos, com testes realizados em diferentes laboratórios. Para 2013 está prevista a ampliação da Área Livre de Sigatoka Negra no Estado do Mato Grosso do Sul, incluindo os Municípios de Anaurilândia, Bataiporã, Bataguassu, Nova Andradina e Taquarussu.

f) Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e de sistema de mitigação de riscos da praga nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Foi reconhecido o sistema de mitigação de risco nos Municípios de Santa Isabel do Ivaí-PR e Ribeira do Amparo-BA.

g) Mofo azul do tabaco: assinado novo protocolo para exportação de tabaco para a China, incluindo os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas. Foi publicada a Instrução Normativa nº 3/2012, padronizando os procedimentos de mitigação de risco para Mofo Azul do Tabaco, a serem adotados pelos Estados exportadores que não forem reconhecidos como áreas livres da praga.

Em 2013 espera-se aumentar o volume de exportações, com a inclusão dos Estados do Paraná e Santa Catarina. No que diz respeito à vigilância sanitária nas fronteiras, portos e aeroportos, foram intensificadas as fiscalizações e realizadas campanhas educativas com a distribuição de impressos orientativos aos viajantes.

Um dos fatores que concorreram para o não alcance integral das metas foi a contenção orçamentária definida pela equipe econômica do Governo Federal, aliado ao valor inscrito em restos a pagar não processados.

Quadro A.4.2.12 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0366
Descrição	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária par ampliar o

		alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional				
Programa		2028				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
102.286.618,00	118.365.961,00	3.309.673,67	2.014.400,00	2.000.000,00	1.295.273,67	14.400,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA	Unidade	5.000	0	-	
002	Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária	-	-	-	-	-
003	Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)	-	-	-	-	-
004	Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA	Unidade	200	17	-	-
005	Promover a adesão de todos os Estados e o do Distrito Federal ao SUASA	Unidade	27	27	-	2.000.000,00
006	Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária	Nº de Participantes	-	143.000	1.000.000,00	14.400,00

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram efetuadas articulações com as agências estaduais de defesa agropecuárias e/ou as secretarias estaduais de agricultura que permitiram a adesão de todas as Unidades Federativas ao Sistema Unificado de Saúde – SUASA.

No âmbito das capacitações, foram efetuadas parcerias com as secretarias estaduais de agricultura, que permitiram capacitar 143 mil técnicos.

Encontra-se em curso projetos de aperfeiçoamento e modernização dos processos operacionais da defesa agropecuária com o objetivo de ampliar o alcance e a abrangência dos serviços em todo o território nacional.

A baixa execução orçamentária, decorrente do contingenciamento de 97,2%, estabelecido pela equipe econômica do Governo Federal, aliado aos restos a pagar não processados da ordem de 39,14% do valor empenhado, não permitiu o alcance das metas integrantes do objetivo.

Quadro A.4.2.13 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0367					
Descrição	Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área de defesa agropecuária					
Programa	2028					
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

91.643.694,00	91.643.694,00	84.692.122,60	56.770.961,46	6.083.550,32	27.921.161,44	50.687.411,14
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	Nº de ensaios	29.964.975	32.582.823	90.829.941,08	56.118.923,86
002	Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISSO/IEC 17.025	Métodos acreditados	73	68	504.000,00	399.000,00
003	Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados	Auditorias realizadas	142	116	309.752,92	253.037,60

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: As análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico são executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis laboratórios oficiais (Campinas/SP, Pedro Leopoldo/MG, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Belém/PA e Goiânia/GO) e pelos credenciados. A referida rede de laboratórios dá suporte às ações relacionadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários.

Foram realizadas 32.582.823 análises laboratoriais que deram suporte às atividades de fiscalização e sanidade da defesa agropecuária.

A ampliação e qualificação da oferta de ensaios na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários tem se dado por meio: aprimoramento do processo de credenciamento e de monitoramento de laboratórios; ampliação do escopo acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, junto ao Inmetro; aquisição de equipamentos e implantação de técnicas com respostas analíticas mais eficientes; desenvolvimento, validação e comprovação de desempenho de métodos utilizados pela rede laboratorial; desenvolvimento de sistemas informatizados com vistas à automação dos processos; incentivo ao desenvolvimento, nos Laboratórios Agropecuários - Lanagros, de comparação interlaboratorial, em conformidade com o estabelecido pela ISO 17043, visando avaliar a competência técnica credenciada e incentivar a produção de material de referência, de forma a tornar os Lanagros provedores destes materiais, em conformidade com o estabelecido na ABNT ISO guia série 30.

Um dos fatores que dificultam as atividades da rede Lanagro é o número reduzido de fiscais federais agropecuários em exercício nos laboratórios, o que tem dificultado a realização de auditorias técnicas nos laboratórios da rede credenciada.

Destaca-se também como impactante, o valor inscrito em restos a pagar não processados da ordem de 32,97% do valor empenhado e o contingenciamento de 7,59% da dotação aprovada.

Quadro A.4.2.14 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0368
Descrição	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental
Programa	2028

Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.455.637,00	27.455.637,00	8.583.206,65	7.716.307,98	168.359,34	866.898,67	7.547.948,64
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário	unidade	3.865	4.131	2.100.000,00	791.003,47
002	Aumentar de 4.475 para 5.345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal	unidade	3.582	3.590	4.000.000,00	932.441,99
003	Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal	unidade	798	700	900.000,00	158.385,89
004	Aumentar o número de 1.236 para 1.484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados	Nº	1540	1300	2.000.000,00	447.466,57
005	Construir um índice de risco dos insumos agrícolas	%	0*	0	1.788.000,00	0,00
006	Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna	-	-	-	-	-
007	Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação	unidade	440*	0	953.400,00	0,00
008	Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas	%	0*	0	411.206,00	0,0

* Estas metas foram definidas para o período 2012-2015. Em 2012 não estava previsto realização de metas, pois no cronograma o ano de 2012 tem etapas iniciais de implantação dos projetos
Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado atingiu 81%. No que diz respeito aos produtos que compõem a cesta básica (farinha de mandioca, farinha de trigo, óleo de soja), o índice de conformidade nacional alcançou 87%.

No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos que permitiram a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, corretivos e fertilizantes e agrotóxicos) são fatores de produção que têm sido responsáveis pelos contínuos aumentos da produtividade de culturas e de pastagens. A qualidade e o uso correto desses insumos são preponderantes para que se obtenha maior produtividade, com sustentabilidade ambiental, garantindo-se alimentos seguros e competitivos. No segmento de defensivos agrícolas têm se implementado medidas de redução de riscos relativos à segurança alimentar por meio da regularização e priorização de defensivos com

menor impacto toxicológico e ambiental usados em produtos de consumo, notadamente frutas e hortaliças.

Na área de sementes destaca-se a fiscalização nos segmentos da produção, comercialização e no uso pela ação fiscal diretamente nas propriedades rurais, retirando de circulação grande quantidade de sementes de baixa qualidade, contribuindo dessa forma para o aumento da taxa de utilização de sementes de qualidade e maior produtividade das culturas.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Também tem sido monitorada a presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – BSE, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que possam ser incluídas na cadeia alimentar. No período foram realizadas aproximadamente 4.131 ações de fiscalização nos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário em todo território nacional, resultando na coleta de 1.058 partidas de vacinas, de um total de 13,4 bilhões produzidas no país, cujo índice de conformidade alcançou 93%. Foram efetuadas 3.590 fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais de produtos para alimentação animal.

O cultivo de produtos com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), com ênfase para a soja e o milho, representa 85% e 70%, respectivamente, do total da área total cultivada com essas culturas. As culturas são controladas no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização realizadas com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Foram realizadas 989 fiscalizações em vinte e três unidades da Federação. Essa atuação, tanto na área de pesquisa como na comercial, tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantido a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

Destaca-se como impactante, o contingenciamento de 78,74% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. Para 2013 a expectativa é que não havendo contenção orçamentária seja alcançada a meta prevista.

Quadro A.4.2.15 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0570					
Descrição	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processo visando a oferta de alimentos seguros					
Programa	2028					
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.457.745,00	29.457.745,00	15.710.986,24	13.321.968,83	562.642,41	2.389.017,41	12.759.326,42
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras no âmbito do Plano Nacional de Controle	Análise realizada	15.506	14.878 (95,94%)	-	-

	de Resíduos e Contaminantes – PNCRC em produtos de origem animal					
002	Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal	ud	90%	90%	12.456.077,09	6.632.040,31
003	Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC em produtos de origem vegetal	Análise realizada	2.160	1.047 (48,47%)	-	-
004	Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal	-	-	-	-	-
005	Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram realizadas ações de fiscalização em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas, que em conjunto com as ações de monitoramento da qualidade e segurança (programa nacional de monitoramento de resíduos e contaminantes), contribuíram para atingir o índice 0,83 de conformidade de produtos de origem vegetal. O que significa que do universo amostral captado pelo MAPA em 2012, (2862 estabelecimentos produtores de alimentos e 1558 estabelecimentos produtores de bebidas) 83% dos produtos de origem vegetal estão em conformidade com os padrões de segurança e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O MAPA está investindo em treinamento do seu quadro funcional, para aprimorar sua inserção nas ações de inspeção, para proporcionar um produto de melhor qualidade para o consumidor brasileiro e estrangeiro, visto que o Brasil é um dos maiores *players* da agricultura mundial.

A conformidade do processo produtivo na área de produtos de origem animal atingiu aproximadamente 90% do indicador estabelecido. Um dos fatores que dificultaram o alcance do objetivo foi o forte contingenciamento orçamentário, da ordem de 46,67%, definido pela equipe econômica do Governo Federal, aliado à inscrição em restos a pagar não processados que representou 15,20% do total empenhado.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Quadro A.4.2.16 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0969
Descrição	Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos

		processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.				
Programa		2042- Inovações para a Agropecuária				
Órgão Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.329.409,00	2.329.409,00	1.945.819,85	928.608,77	84.608,04	1.017.211,08	844.000,73
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas	Unidade	232	232	682.350,00	630.464,59
2	Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas	Unidade	65	50	461.000,00	251.524,24
3	Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA	Unidade	0	0	-	-
4	Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares	Unidade	10	10	682.350,00	630.464,59
5	Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP	Unidade	88	88	-	-
6	Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA	Unidade	52	52	73.262,58	73.262,58
7	Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA	Unidade	1.000	745	-	-
8	Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual,	Unidade	9	9	556.192,72	556.192,72

	Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)					

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: As ações implementadas para o alcance do objetivo permitiram: proteger 232 cultivares; organizar 50 cadeias produtivas de diversas culturas; agregar 10 novas espécies de culturas no regime de proteção de cultivares; cadastrar 88 empresas como prestadoras de serviço em agricultura de precisão; capacitar 52 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de recursos genéticos para a agricultura e a alimentação, além de implementar 8 projetos com foco em inovação no agronegócio.

O contingenciamento orçamentário, aliado ao expressivo valor inscrito em restos a pagar não processados, foi fator que colaborou para a redução do atendimento da demanda por inovação tecnológica do agronegócio.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas e Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00E9				
Descrição		Adequação do seguro agrícola, contratável também por associações de irrigantes, aos riscos da agricultura irrigada, que diferem daqueles da tradicional (sequeiro).				
Objetivo		0163				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.2 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade Da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00EA					
Descrição	Ajuste das normas de crédito às peculiaridades da agricultura irrigada, quanto a montante, prazos, taxa de juros, garantias e eliminação de entraves burocráticos.					
Objetivo	0163					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00EE				
Descrição		Criação de linha de crédito específica para investimento, custeio e comercialização em agricultura irrigada, em conformidade com as características regionais e os calendários agrícolas dos cultivos irrigados				
Objetivo		0163				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.4 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00EF				
Descrição		Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, mediante a utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais				
Objetivo		0163				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00EG				
Descrição		Equalização de juros em financiamentos destinados à Agricultura Irrigada				
Objetivo		0163				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00EI				
Descrição		Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimentos, custeio e comercialização				
Objetivo		0163				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: A implementação da iniciativa deverá ser efetivada a partir do ano de 2013.

Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00EY				
Descrição		Apoio à incorporação de novas culturas, como pastagens, principalmente para pequenos e médios produtores de leite.				
Objetivo		0171				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Trata-se de alternativa de grande importância para otimizar a produção leiteira especialmente no período das secas. Essa iniciativa está associada tanto ao crédito específico para agricultura irrigada, como ao apoio aos estudos e pesquisas direcionados a matéria.

Os resultados apenas serão obtidos após o desenvolvimento dos estudos que foram objeto de parceria com os órgãos de pesquisa.

Quadro A.4.3.8 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00F0				
Descrição		Fortalecimento das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural em agricultura irrigada				
Objetivo		0171				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Trata-se de uma iniciativa multissetorial cujas tratativas envolvem, além do MAPA, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A expectativa é que a interação entre os três órgãos permita, a partir de 2013, a implementação de ações que venham a fortalecer as instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Quadro A.4.3.9 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00F2				
Descrição		Integração de redes institucionais de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia em agricultura irrigada				
Objetivo		0171				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Trata-se de uma iniciativa multisetorial cujas tratativas envolvem, além do MAPA, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A expectativa é que a interação entre os três órgãos permita, a partir de 2013, a implementação de ações que venham a fortalecer as instituições de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia em agricultura irrigada.

Quadro A.4.3.10 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		00F3				
Descrição		Promoção de programas de difusão e transferência tecnológica e ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor.				
Objetivo		0171				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para a obtenção dos resultados, é fundamental a divulgação das ações a serem implementadas, aliada à realização de seminários, dias de campo com orientações técnicas aos

produtores que utilizam o segmento de agricultura irrigada. Em decorrência das limitações orçamentárias a expectativa é que referidas atividades sejam desenvolvidas a partir de 2013.

Quadro A.4.3.11 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código		00F7					
Descrição		Promoção do uso da agricultura de precisão, como ferramenta para a otimização e o uso racional da água.					
Objetivo		0171					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa está relacionada a um dos principais desafios da agricultura irrigada: racionalização do uso da água no setor agrícola. Neste sentido foram priorizadas alternativas de manejo bem conduzidas, modernização tecnológica dos equipamentos, aumento da eficiência na condução e na distribuição da água e a aferição dos métodos de cálculo de demandas hídricas.

Tudo isso exige permanente desenvolvimento de estudos e pesquisas para determinar os graus de eficiência de cada método e equipamento de aplicação da água, bem como o balanço hídrico com os níveis de necessidade de cada cultura em cada estágio do seu ciclo evolutivo. Os resultados apenas serão obtidos após o desenvolvimento dos estudos que foram objeto de parceria com os órgãos de pesquisa.

Quadro A.4.3.12 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código		00F9					
Descrição		Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência.					
Objetivo		0171					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos	
250.000,00	250.000,00	90.003,20	78.275,46	2.101,93	11.727,74	76.173,53	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados da iniciativa, foram firmadas parcerias com a Embrapa, Universidades e outras instituições de pesquisas com objetivo de: i) elaborar manejo hídrico em bovinocultura com ênfase em irrigação, objetivando a elaboração de 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem; ii) cálculo da pegada hídrica em produção leiteira que utiliza a irrigação em pastagem; iii) apoio ao Seminário água desafio para a sustentabilidade na agricultura; destacando a evolução de estudo relacionado a certificação hídrica na agricultura e iv) apoio ao XXII Congresso Nacional de irrigação e drenagem. O contingenciamento orçamentário foi fator impeditivo ao alcance dos resultados previstos no objetivo.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Quadro A.4.3.13 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CH				
Descrição		Ampliação e consolidação do mercado de seguro e resseguro.				
Objetivo		0601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para o fortalecimento do seguro rural como um efetivo instrumento de política agrícola, é fundamental o crescimento e consolidação do mercado securitário. No início do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, em 2005, eram apenas 4 seguradoras participantes, enquanto que em 2012 já foram 7 empresas operacionalizando a subvenção. Vale mencionar que outras 2 seguradoras já entraram em contato com o MAPA no intuito de participar do PSR em 2013, o que totalizariam 9 empresas atuando no Programa de Subvenção. Além de promover uma maior concorrência no mercado, o que deve diminuir os custos para o produtor rural, também possibilita a inclusão de novas culturas e localidades aptas a contratar o seguro rural.

Quadro A.4.3.14 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CI				
Descrição		Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas.				
Objetivo		0601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.155.600,00	2.155.600,00	357.063,07	344.303,19	1.497,43	12.759,88	342.805,76
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	

			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram..						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa tem por objetivo fiscalizar as apólices de seguro firmadas entre as seguradoras operantes do PSR e os produtores rurais.

No período, foram fiscalizados 1.425 contratos de seguro dos quais 98,4% apresentavam procedimentos adequados. O contingenciamento orçamentário da ordem de 83,44% impactou diretamente na execução da iniciativa.

Os restos a pagar não interferiram nos resultados alcançados.

Quadro A.4.3.15 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CK				
Descrição		Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária.				
Objetivo		601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Iniciaram-se em 2012, estudos técnicos, tomando como base de dados o sistema de informações de risco agropecuário, para viabilizar a proposição de diretrizes para as políticas de minimização de riscos, em especial o PSR. Foi elaborada proposta para otimizar a aplicação dos recursos, priorizando segmentos de produtores, regiões e produtos específicos. Para 2013 já foram iniciadas novas avaliações, visando à ampliação e otimização da aplicação dos recursos. Com isso, espera-se que haja uma ampliação na base de segurados e na área territorial, bem como uma adequação maior do tipo de produto de seguro oferecido pelas seguradoras ao público-alvo do programa.

Quadro A.4.3.16 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CM				
Descrição		Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos.				
Objetivo		601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
13.267.000,00	13.267.000,00	11.583.663,10	11.395.907,91	882,08	187.755,19	11.395.025,83
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para o acompanhamento, monitoramento e disponibilização das informações necessárias a mitigação dos riscos advindos das adversidades climáticas, foi desenvolvido um sistema articulado de informações de risco agrícola, denominado CIRA (Central de Informações de Risco Agrícola), que incorpora as informações referentes ao zoneamento de risco climático, seguro rural privado, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro e indicadores sócio-econômicos do IBGE. A base de dados foi desenvolvida em plataforma virtual, disponível na rede mundial de computadores.

Esse aplicativo permite o acompanhamento do efeito do clima nas culturas agrícolas, de maneira mais ágil e eficaz, em escala nacional, regional, estadual e municipal, além de identificar, qualificar e quantificar os riscos envolvidos na agricultura, definir o público-alvo das políticas agrícolas de minimização de riscos e tornar a tomada de decisões e resposta às demandas mais rapidamente.

Não houve entraves ao desenvolvimento e implementação da iniciativa e os restos a pagar foram residuais e não impactaram os resultados.

Quadro A.4.3.17 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CN				
Descrição		Pagamento de subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural.				
Objetivo		601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
194.844.174,00	349.844.174,00	349.844.028,73	169.879.676,95	84.521.144,68	179.964.351,78	
85.358.532,27						
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O PSR permitiu segurar culturas em uma área de 5,24 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R\$ 8,8 bilhões e beneficiando 51,99 mil produtores rurais, com o comprometimento de 329,04 milhões de reais de recursos do Tesouro.

Foram introduzidas melhorias no PSR que permitiram a alteração de alguns percentuais de subvenção para a safra 2012/13, com aprovação do comitê gestor interministerial do seguro rural – CGSR, a saber: i) acréscimo de 10% no percentual de subvenção para as culturas de soja, milho,

arroz e feijão nas microrregiões onde essas culturas possuem uma substancial importância econômica, ao mesmo tempo em que estão sujeitas a maior vulnerabilidade climática, conforme parâmetros extraídos do zoneamento agrícola de risco climático; ii) acréscimo de 10% no percentual de subvenção para as culturas de milho, arroz e feijão para os produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); e iii) acréscimo de 20% no percentual de subvenção para os produtores de orgânicos, independentemente da atividade e da região produtora.

Um dos fatores que dificultaram a implementação da iniciativa foi a não disponibilização dos créditos orçamentários em tempo hábil, visto que a suplementação orçamentária apenas ocorreu na segunda quinzena de dezembro, razão pela qual 54,75% dos valores empenhados foram inscritos em restos a pagar não processados.

Quadro A.4.3.18 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02CP				
Descrição		Regulamentação do Fundo de cobertura de catástrofe.				
Objetivo		0601				
Órgão ou Unidade Responsável		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*	Não existe.*
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A regulamentação do Fundo de Catástrofe, de que trata a Lei Complementar Nº 137/2010, está sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, onde as discussões sobre a regulamentação estão sendo efetuadas.

Quadro A.4.3.19 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02EH				
Descrição		Ampliação da participação do médio produtor rural nas políticas públicas destinadas à agropecuária.				
Objetivo		0618				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Nas ultimas safras, o médio produtor rural tem sido preocupação constante das políticas desenvolvidas pelo MAPA. Existe no Brasil uma classe média rural que já não se enquadra no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas que ainda não está consolidada como os grandes produtores do agronegócio. Por isso, o Proger, que era o programa voltado ao médio produtor rural foi reformulado, e na safra 2010/2011 foi lançado o Pronamp, que colocou o médio produtor como prioridade, aumentou o volume de recursos e permitiu que mais agricultores tivessem acesso ao crédito, com condições facilitadas.

A partir da safra 2012/2013, o médio produtor rural vem contando com melhores condições de financiamento, dentre as quais se destacam a redução da taxa de juros e a elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento, o que tem ampliado o acesso de produtores rurais ao programa, concorrendo para o aumento do volume de recursos aplicados e do número de beneficiários.

Quadro A.4.3.20 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02EI				
Descrição		Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário				
Objetivo		0618				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
210.103,00	210.103,00	46.792,26	3.632,26	0,00	43.160,00	3.632,26
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Anualmente é lançado pelo MAPA o Plano Agrícola e Pecuário - PAP, instrumento que contém as diretrizes e ações da política agropecuária para o período de julho a junho do ano subsequente.

O plano agrícola é responsável pela divulgação do volume de recursos que serão aplicados nos diversos programas durante a safra em questão. A cartilha contendo todas as diretrizes do PAP é divulgada no site do MAPA e os técnicos da área responsável pelo plano viajam as diversas regiões do Brasil fazendo a divulgação do mesmo. As cartilhas impressas são distribuídas em todas as entidades e órgãos ligados a agricultura em todo o país.

Não obstante, o forte contingenciamento da ação orçamentária não foi fator impeditivo à divulgação do PAP por terem sido utilizadas outras fontes.

Quadro A.4.3.21 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02EK

Descrição		Concessão de crédito ao médio produtor rural - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)				
Objetivo		0618				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa é implementada mediante a utilização de recursos extra-orçamentários oriundos da rede bancária oficial. Para a renovação da frota, utilizou-se o programa MODERFROTA-PRONAMP com recursos advindos do BNDES.

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Pronamp permitiu a aplicação de R\$ 8.208.008.638,00, a taxas de juros de 5% ao ano, sendo R\$ 254.831.715,00 por intermédio do Banco da Amazônia e R\$ 7.963.176.923,00 via Banco do Brasil. O Pronamp vem apresentando nas últimas safras aumento significativo no valor aplicado tanto em custeio como em investimento. Na safra 2011/2012 foram aplicados um total de R\$ 7,7 bilhões no programa, enquanto que na safra anterior foram aplicados R\$ 5,0 bilhões. Para a safra 2012/2013 estão programados R\$ 11,0 bilhões para serem ofertados aos médios produtores.

Os recursos equalizados destinados ao Pronamp também vem aumentando substancialmente ao longo das safras. Na safra 11/12 foram equalizados R\$ 4,45 bilhões e para a safra 2012/2013 programados R\$ 6,945 bilhões. O número de contratos na safra 2010/2011 foi de 92.000 e na safra 2011/2012 foi de 110.000.

Quadro A.4.3.22 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02EL				
Descrição		Concessão de crédito aos produtores rurais Bancos Públicos.				
Objetivo		0618				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa é implementada mediante a utilização de recursos extra-orçamentários oriundos da rede bancária oficial.

Foram aplicados recursos, a taxas de juros reduzidas, no montante de R\$ 36.290.457.226,00, a saber: Banco do Brasil S.A. R\$ 28.565.316.051,00; Banco da Amazônia S.A. R\$ 699.170.847,00; Banco do Nordeste do Brasil R\$ 2.834.885.643,00 e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social R\$ 4.191.084.685,00.

Aliado aos créditos concedidos, dada a situação de crise enfrentada pelos produtores das regiões atingidas por adversidades climáticas e por suinocultores, produtores de laranja e rizicultores com dificuldades em pagar suas dívidas de safras anteriores a 2011/2012, o Governo autorizou a renegociação das dívidas de custeio e de investimento desses produtores, a criação de linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), e a elevação de limites de crédito de custeio e de investimento.

A maior capitalização dos agricultores na safra 2011/2012, aliada à queda nos depósitos à vista nos bancos comerciais e expectativas de redução das taxas de juros, contribuiu para que houvesse redução no volume de recursos aplicados no financiamento da agricultura empresarial em relação ao período anterior.

Quadro A.4.3.23 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02EP				
Descrição		Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial.				
Objetivo		0618				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: A iniciativa tem por objetivo equalizar as taxas de juros destinadas à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas agropecuárias e está sob a responsabilidade direta da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. No exercício foram alocados R\$ 2.433.844.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 2.433.563.922,03 e liquidados R\$ 747.342.300,41.

Quadro A.4.3.24 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02EQ
Descrição	Monitoramento e aperfeiçoamento dos instrumentos privados de financiamento da produção.
Objetivo	0618
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOPMP/

Análise Crítica: O monitoramento da evolução dos valores e da quantidade dos títulos registrados no Sistema de Registro de Títulos do Agronegócio – SRTA, administrado pela BM&FBOVESPA, e CETIP, tem permitido, junto com outras informações de mercado, a análise do desempenho e fornece elementos para a formulação de propostas de aperfeiçoamento da legislação concernente. Esta análise demonstra a importância desses títulos para complementar o financiamento da produção agropecuária brasileira com recursos de mercado. O crescimento do volume de recursos disponibilizados para o agronegócio ao longo dos últimos anos evidencia o importante papel desse instrumento, cuja relevância se constata também no crescimento da produção e do agronegócio no Brasil.

Quadro A.4.3.25 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02LV					
Descrição	Missões para negociações agropecuárias internacionais					
Objetivo	0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.500.000,00	1.251.217,61	1.121.020,24	218.026,53	130.197,37	902.993,71
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram priorizadas as negociações voltadas à abertura e manutenção de mercados relacionados a questões sanitárias e fitossanitárias, além dos produtos tradicionais. Dentre as negociações, destacam-se os avanços obtidos para o acesso à carne suína nos mercados do Japão, Peru e Coreia do Sul.

Houve negociações para a exportação de carne de frango no sudeste asiático, na Malásia e nos Estados Unidos. As negociações com o Chile já permitiram a obtenção do status sanitário como livre da doença de Newcastle para os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, habilitando-os a exportar para aquele país.

Como relevante também deve se destacar o início das exportações de tabaco oriundos da Bahia e Alagoas para a China, que é considerado o maior mercado importador mundial do produto.

Os restos a pagar não impactaram nos resultados dessa iniciativa.

Quadro A.4.3.26 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02LW				
Descrição		Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior				
Objetivo		0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.600.000,00	1.760.000,00	1.703.639,03	1.685.317,97	8.774,38	18.321,06	1.676.543,59
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foi mantida a estratégia de promover as exportações brasileiras via diversificação de mercados. Com esse objetivo, foram realizadas ações comerciais no Japão, Porto Rico, China, Estados Unidos, África do Sul, Turquia, Peru, Rússia, Reino Unido e França, além de imagem na Inglaterra e no Brasil.

Quadro A.4.3.27 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WK				
Descrição		Concessão de crédito à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa é implementada mediante a utilização de recursos extra-orçamentários oriundos da rede bancária oficial.

Foram aplicados recursos, a taxas de juros reduzidas, da ordem de R\$ 2.823.450.700,00, a saber: Banco do Brasil S.A. R\$ 2.482.023.700,00 e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social R\$ 341.427.000,00, mediante a assinatura de 7.741 contratos.

Quadro A.4.3.28 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WL				
Descrição		Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
550.000,00	550.000,00	127.120,93	101.452,46	18.592,46	25.668,47	
82.860,00						
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa tem por objetivo a promoção de florestas plantadas. Em decorrência do alto contingenciamento orçamentário, a ação teve como foco a articulação, em nível nacional e internacional, e o estabelecimento de parcerias para estruturação de uma agenda. Foi possível o apoio a alguns eventos organizados por instituições parceiras, em especial a CEPLAC, no formato de congresso e seminários com ênfase na promoção de sistemas florestais que incorporam o cacau e a seringueira (heveicultura), inclusive a organização do primeiro seminário de florestas plantadas no distrito federal.

Quadro A.4.3.29 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WN				
Descrição		Elaboração de planos estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Proces sados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realiza da	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa consiste na elaboração de planos estaduais para a agricultura de emissão de baixo carbono. No período foram elaborados sete planos ABC, dos quais dois já foram publicados e formalizados por meio de Ato Normativo. Foram criados os grupos gestores estaduais nos estados de: PB, PI, PA, RR, SC, ES, RJ, MA, RO e AM que têm permitido o desenvolvimento,

a expansão e a adoção dos sistemas sustentáveis de produção agropecuária, tais como: Sistema de Plantio Direto; Integração lavoura-pecuária-floresta e recuperação de pastagens degradadas.

Quadro A.4.3.30 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WO				
Descrição		Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação - MRV				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O Sistema Virtual Multi-Institucional para as ações de MRV está em processo de implantação, sob coordenação da Embrapa. Esse Sistema parte de um arcabouço científico e uma articulação entre diferentes instituições de pesquisa já em andamento. Deve ser ainda aprovado um projeto que deverá financiar o equipamento de sua sede física e alguns sistemas de armazenamento e processamento de dados, que permita a integração dos trabalhos em andamento e resultados conseguidos pelos diversos parceiros do sistema. Juntamente com isso, deve ser finalizado um projeto que estabelece a estratégia de funcionamento, gestão do fluxo de informação, governança, e sistema de financiamento que permitirá o funcionamento rotineiro do Sistema.

Quadro A.4.3.31 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WP				
Descrição		Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável.				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram implantadas 40 unidades piloto (URT ou UTD) nas tecnologias previstas pelo Plano ABC, para desenvolver conhecimento e práticas nas áreas contempladas pelos Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, bem como realizar a difusão para os técnicos do setor e os produtores rurais.

Quadro A.4.3.32 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WS				
Descrição		Mapeamento de áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo, por Estado.				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O mapeamento das áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo têm sido realizado por algumas instituições de pesquisa e assistência técnica em extensão rural, sendo ainda necessário reunir as diversas informações para consolidação dos resultados. A Elaboração dos Planos Estaduais também é uma condicionante para a finalização do mapeamento.

Quadro A.4.3.33 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WT				
Descrição		Mapeamento de áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis.				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O estabelecimento das áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis deve considerar as prioridades de atuação estabelecidas por cada Grupo Gestor

Estadual. Apenas sete estados finalizaram seus planos estaduais, que consideram o estudo dos cenários de degradação e estabelecimento de prioridades em seu território. No âmbito nacional será considerada, além das prioridades estaduais, a finalização do mapeamento das áreas de pastagens degradadas. As ações têm como foco a sensibilização dos produtores em todo território para a divulgação e implementação do plano ABC.

Quadro A.4.3.34 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WU				
Descrição		Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicizada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.756.600,00	3.756.600,00	1.866.904,46	457.743,71	50.677,67	1.409.160,75	
407.066,04						
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A promoção da agricultura de base sustentável, conservacionista, tecnicizada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC), tem sido realizada em diferentes frentes, envolvendo a divulgação do Plano ABC em todo território nacional.

Por se tratar de um país de dimensões continentais, esta implementação está ocorrendo de forma gradual. Vinte e cinco estados já têm seu Grupo Gestor formalizado, sete dos quais já finalizaram o Plano ABC. Essa importante parceria permitiu a realização de cursos de capacitação, beneficiando 1.700 técnicos e produtores rurais, em tecnologias voltadas às mudanças climáticas e redução das emissões dos gases de efeito estufa; elaboração de projetos de agricultura de base sustentável para obtenção de crédito; além da mobilização e do estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições públicas e privadas em âmbito internacional, nacional e estadual para potencializar o atingimento das metas, fundamentais para a competitividade e sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Quadro A.4.3.35 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02WW
Descrição	Realização de campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o Plano ABC
Objetivo	0743
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A inexistência de recursos orçamentários impediu a veiculação de campanhas publicitárias de âmbito nacional. Visando mitigar a ausência de material publicitário sobre o tema, foram elaboradas cartilhas informativas sobre o uso adequado da terra e forma correta de plantio das culturas.

Quadro A.4.3.36 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WY				
Descrição		Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC)				
Objetivo		0743				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal ainda está em sua fase inicial, dependendo ainda do recebimento de maiores informações de diferentes parceiros para a consolidação das resultantes. No contexto do Plano ABC, o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Amazônia (PRADAM) teve suas atividades efetivamente iniciadas em 2012 com o início do processo de contratação de dois consultores, cujo trabalho envolverá o levantamento das áreas degradadas Amazônia (dimensionamento e localização). Está previsto o intercâmbio de informações com o Ministério do Meio Ambiente no que se refere ao projeto denominado TerraClass que tem como objetivo realizar a qualificação, a partir de imagens orbitais, das áreas já desflorestadas da Amazônia Legal.

Quadro A.4.3.37 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02WZ				
Descrição		Aprovação de normas sobre produção agropecuária sustentável.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Estão em revisão as Instruções Normativas: IN 19, que trata dos mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica; IN 54, que trata da estrutura, composição e atribuições das Comissões da Produção Orgânica; IN 50 que institui o selo oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, além da revisão de 13 anexos da IN N° 17 MAPA/MMA, que define normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável.

Foram publicadas duas Instruções Normativas regulamentando sete especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

O MAPA, a ANVISA e o IBAMA definiram os procedimentos para o registro diferenciado de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, conforme preconiza a lei 10.831/2003. Estes procedimentos foram estabelecidos pelo Decreto 6.913/2009 e pela Instrução Normativa Conjunta nº1/2011 que determinam a necessidade de se estabelecer especificações de referência e garantias mínimas destes produtos.

A publicação de especificações de referência depende de um trabalho conjunto entre os três órgãos envolvidos, que hoje não dispõem de número suficiente de servidores para desenvolver as atividades necessárias. Buscou-se apoio do CT_Agro para auxiliar resolução deste gargalo com recursos da ordem de sete milhões de reais, ainda não aprovados.

Quadro A.4.3.38 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02X0				
Descrição		Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
450.000,00	450.000,00	422.087,68	0,00	0,00	422.087,68	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para a consecução do alcance da iniciativa foi firmada parceria com o MEC e o MCTI/CNPQ que permitiu a instituição de 36 núcleos de estudo em agroecologia e sistemas orgânicos de produção. A perspectiva é que até 2015 estejam implantados e em funcionamento, 90 desses núcleos. O principal fator que impactou o desempenho da iniciativa foi a não concessão de limite para movimentação e empenho nos três primeiros trimestres do ano, razão pela qual os recursos disponibilizados no último trimestre ficaram integralmente em restos a pagar não processados.

Quadro A.4.3.39 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02X2				
Descrição		Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
253.650,00	253.650,00	122.658,08	111.381,03	4.809,56	11.277,05	106.571,47
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A fiscalização dos serviços pecuários tem como propósito assegurar a conformidade da genealógica dos animais registrados, dos programas de melhoramento genético, das atividades turfísticas de entidades autorizadas pelo MAPA a executarem esses serviços. Como resultado prático desta ação, espera-se que sejam disponibilizados, aos produtores rurais, animais com genealogia garantida e genética superior e, conseqüentemente impactando no aumento dos índices de produtividade da pecuária, na taxa de desfrute do rebanho nacional e na renda dos produtores. Para consumidor final, espera-se influenciar positivamente na qualidade dos produtos de origem animal e no preço final desses produtos. O contingenciamento orçamentário, da ordem de 51,64% foi fator preponderante para o não alcance dos resultados previstos.

Quadro A.4.3.40 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02X3				
Descrição		Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.260.730,00	1.260.730,00	860.211,85	332.960,33	11.019,07	527.251,52	
321.941,26						
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: As políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica tiveram como prioridade a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; a implementação do

Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e o desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica. Para o controle da garantia da qualidade orgânica, estão credenciadas doze certificadoras, sendo oito certificadoras por auditoria e quatro OPAC/SPG - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica que abrangem 11.719 unidades de produção controladas; quatro Sistemas Participativos de Garantia, com 10.169 unidades orgânicas controladas, e 1.550 unidades geridas por agricultores familiares vinculados aos 84 Organismos de Controle Social, controlados pelo MAPA.

O contingenciamento orçamentário, aliado ao elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar não processados, teve impacto direto na implementação das atividades inerentes à iniciativa.

Quadro A.4.3.41 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02X4				
Descrição		Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: O MAPA apóia 303 bancos comunitários de sementes e mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas usadas como adubos verdes.

No período foi contratada uma consultoria que permitiu a realização de: 15 reuniões técnico-gerenciais; 15 oficinas sobre manejo e uso de adubos verdes e 15 sobre gerenciamento de bancos comunitários de sementes, além de 18 visitas de campo, envolvendo 618 participantes, entre técnicos e produtores. Houve contratação, também, de consultoria para elaborar o conteúdo técnico de cartilha orientadora para obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários.

Quadro A.4.3.42 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02X7
Descrição	Implantação da Comissão Nacional da Produção Orgânica
Objetivo	0744
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram iniciadas as tratativas para a implantação da comissão, com a indicação dos representantes regionais das Organizações Não Governamentais. Para 2013, há a previsão de se obter a indicação dos representantes Governamentais.

A Comissão Nacional da Produção Orgânica teve sua denominação alterada para Subcomissão Temática de Produção Orgânica, em função da instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por meio do Decreto 7.794/2012.

Quadro A.4.3.43 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02X9				
Descrição		Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.953.512,00	18.953.512,00	16.149.571,84	3.950.853,65	162.865,77	2.198.718,19	13.787.987,88
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa tem por objetivo o fortalecimento da competitividade das cadeias pecuárias, a melhoria da qualidade e a segurança dos produtos e das matérias-primas de origem animal, além de sistemas produtivos mais sustentáveis. Aos criadores e técnicos foram disponibilizados treinamentos, protocolos de boas práticas de manejo de animais, material genético animal avaliado e material técnico, que impactam no aumento dos índices de produtividade, na eficiência dos sistemas de produção, na otimização dos recursos naturais e na renda do produtor. Para consumidor final, a percepção está na qualidade dos produtos de origem animal, na preservação ambiental e no preço final desses produtos.

Quadro A.4.3.44 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02XB

Descrição		Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.				
Objetivo		0744				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
922.000,00	922.000,00	798.020,97	386.975,53	82.772,29	411.045,44	304.203,24
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para atingimento das entregas previstas nesta iniciativa foram publicadas 11 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Nesta iniciativa também estão contempladas as ações relacionadas às campanhas de promoção do produto orgânico e educação do consumidor para o consumo responsável. A coordenação e as Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - CPOrgs-UF organizaram uma campanha nacional no final quando da 8ª Semana dos Alimentos Orgânicos, que contou com a parceria de várias organizações governamentais e não governamentais que compõem as CPOrgs- UF. O tema escolhido foi “Produto Orgânico, Melhor para a Vida de Todos e do Planeta”. Aproximadamente 58 mil pessoas participaram da campanha nos 27 estados da federação.

Em 2013 será concluída a revisão de 110 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção e validação final da apresentação, linguagem e conteúdo técnico. Serão consolidadas diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico de 13 espécies florestais não madeireiras.

Quadro A.4.3.45 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02XH				
Descrição		Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário				
Objetivo		0747				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.406.671.271,00	1.417.337.937,00	600.661.274,07	75.831.314,29	71.687.198,23	524.829.959,78	4.144.116,06
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa tem por objetivo o apoio aos pequenos e médios produtores rurais, mediante a aquisição de patrulhas mecanizadas e construção de estradas vicinais. Em decorrência do forte contingenciamento orçamentário, da ordem de 57,62%, aliado ao expressivo valor inscrito em restos a pagar não processados que representou 87,38% do valor empenhado, apenas foi possível viabilizar propostas que redundarão no atendimento de 1.913 projetos.

Quadro A.4.3.46 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02XJ				
Descrição		Concessão de crédito às Cooperativas e Associações - Bancos Públicos				
Objetivo		0747				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa é implementada mediante a utilização de recursos extra-orçamentários oriundos da rede bancária oficial.

Foram aplicados recursos, a taxas de juros reduzidas, no montante de R\$ 5.515.623.156,00, a saber: Banco do Brasil S.A. R\$ 3.920.580.423,00; Banco da Amazônia S.A. R\$ 2.449.573,00; Banco do Nordeste do Brasil R\$ 798.000,00 e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social R\$ 1.591.795.160,00.

As previsões da Iniciativa de concessão de créditos às Cooperativas, embora em algumas linhas de financiamento não correspondesse ao esperado, foram alcançadas em 91,82% dos valores previstos no PPA, o que reflete a ampliação das estratégias desenvolvidas junto ao setor, que tem possibilitado o incremento de negócios e melhoria de processos.

Quadro A.4.3.47 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02XL				
Descrição		Coordenação e fiscalização da atividade agrícola				
Objetivo		0747				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

325.686,00	325.686,00	143.322,78	136.458,70	1.461,62	6.864,08	134.997,08
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: Essa iniciativa tem por objetivo a fiscalização das atividades aeroagrícolas e tem permitido o controle da disseminação de agrotóxicos quando utilizados pela aviação agrícola.

Quadro A.4.3.48 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02XO				
Descrição		Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação				
Objetivo		0747				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
450.000,00	450.000,00	361.983,22	90.480,49	16.434,27	271.502,73	74.046,22
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: No seguimento da armazenagem, está em elaboração o Plano Nacional de Armazenagens que objetiva dotar o país de um parque armazenador equalizado com os crescentes volumes da produção agrícola.

Além do diagnóstico da situação dos armazéns disponíveis e da capacidade estática instalada, foi realizado um estudo para propor a ampliação da participação da armazenagem oficial no cenário existente, assim como medidas de incentivo governamental que possam despertar o interesse privado na construção de novas estruturas em áreas de grandes déficits por esse serviço.

Quadro A.4.3.49 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02XT				
Descrição		Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas				
Objetivo		0747				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processado	Não Processados	

				s		
6.839.000,00	6.839.000,00	5.063.975,60	1.347.421,81	50.689,39	3.716.553,79	1.296.732,42
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: No seguimento do Cooperativismo e Associativismo Rural, o Mapa atuou na instituição e coordenação do Grupo de Trabalho para o Ano Internacional das Cooperativas, com a participação, entre outros, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Organização das Cooperativas do Brasil e União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Ao término do grupo de trabalho foram definidas ações estratégicas, a exemplo da agenda parlamentar prioritária; da articulação política e institucional; da formação e capacitação em cooperativismo; do mapeamento das ações cooperativistas inseridas no PPA 2012/2015 pelos diversos órgãos; da articulação e intercâmbio para a cooperação internacional das cooperativas, da participação na Conferência Rio+20; da instalação da Câmara Temática de Cooperativismo no Mapa da participação em feiras e exposições e do Plano de Comunicação para o Ano Internacional das Cooperativas.

A atuação no âmbito de apoiar as cooperativas foi impactada pelo contingenciamento orçamentário aliado ao fato de 73,40% dos valores empenhados terem sido liberados apenas em dezembro, ficando, portanto, inscritos em restos a pagar não processados.

Quadro A.4.3.50 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	02Y2						
Descrição	Difusão de Tecnologias e Capacitação dos Agentes Produtivos em Produção Agroenergética						
Objetivo	0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.						
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPA E						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.489.709,00	1.489.709,00	377.445,45	371.049,95	0,00	6.395,50	371.049,95	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados previstos na iniciativa, foi firmado termo de parceria com a Embrapa que permitiu a realização de: V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso – Embrapa Algodão; Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação - Embrapa Agroenergia; 1º Simpósio De Destoxificação e Reaproveitamento De Tortas De Pinhão – Embrapa Agroenergia; Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul – Embrapa

Clima Temperado e 1º Congresso Nacional Sobre a Pesquisa de Sorgo Sacarino - Embrapa Milho e Sorgo. O contingenciamento orçamentário de 74,66% foi fator impactante ao desempenho das atividades previstas para a consecução dos resultados da iniciativa.

Quadro A.4.3.51 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02Y3					
Descrição	Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas					
Objetivo	0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.					
Órgão ou Unidade Responsável	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPAЕ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siasi Gerencial

Análise Crítica: A iniciativa não foi implementada.

Quadro A.4.3.52 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02Y6				
Descrição		Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção e processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados (MNO).				
Objetivo		0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.				
Órgão ou Unidade Responsável		Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPAЕ				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
			-			
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siasi Gerencial

Análise Crítica: O Monitoramento da Produção, Comercialização e Exportação de Açúcar e Alcool é feito quinzenalmente por intermédio de um software denominado SAPCANA I, e os dados são publicados periodicamente no Portal Mapa. As atividades permitiram o acompanhar e monitorar a produção de: i) 542 milhões de toneladas de cana; ii) 35 milhões de toneladas de açúcar; iii) 21,6 bilhões de litros de etanol.

Também foram monitorados a comercialização de: 12,7 bilhões de litros de etanol combustível no mercado interno e 2,6 bilhões de litros no mercado externo, bem como 10 milhões de toneladas de açúcar no mercado interno e 21,9 milhões de toneladas no mercado externo.

Quadro A.4.3.53 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio					
Descrição	Consolidação da gestão do conhecimento e da informação; organização da documentação institucional das diversas áreas do Mapa; captação, aquisição e tratamento da informação agrícola nacional; ampliação do acesso da sociedade às informações via Central de Relacionamento; racionalização, atualização e consolidação da legislação do seguimento agropecuário brasileiro; implementação de canais de comunicação para disseminação de informações: ampliação e manutenção de bases de dados sobre o agronegócio; estímulo ao trabalho cooperativo visando a gestão da informação institucional					
Objetivo	Objetivo 0976 – Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visando alcançar agilidade e qualidade da formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.					
Órgão ou Unidade Responsável	BINAGRI/SE					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.060.000,00	7.060.000,00	3.641.359,36	3.617.689,25	237.387,13	23.670,11	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: As atividades decorrentes da iniciativa permitiram: Manutenção da comunidade virtual Gestão do conhecimento no Catir; Alimentação da Base de Dados Nacional – AGROBASE e Base Internacional disponíveis na internet - 10319 registros novos em 2012; Manutenção da sala de videoconferência na Binagri facilitando a realização de 92 eventos técnicos, tais como reuniões e treinamentos virtuais; Sislegis – Sistema de Legislação Agrícola - manutenção e Alimentação da legislação agrícola; Acesso às bases de dados internacionais – prestação de serviços de assinatura de acesso a 15 Bases de Dados Internacionais de periódicos e Ampliação do acesso à informação pública através do Serviço de Informação ao Cidadão-SIC. Foram atendidos 27.836 usuários.

O contingenciamento orçamentário da ordem de 48,42% foi fator impeditivo ao alcance pleno dos resultados previstos.

Quadro A.4.3.54 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	045X
Descrição	Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos
Objetivo	0976
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.762.021,00	1.762.021,00	298.035,36	271.960,22	25.817,52	26.075,14	246.142,70
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: Siafi Gerencial						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A Iniciativa teve por objetivo a melhoria da gestão institucional do Mapa, contando com o suporte de quatro projetos que alavancariam a excelência administrativa: (a) aperfeiçoar os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa; (b) consolidar a Gestão Estratégica, (c) implementar o Modelo de Gestão Institucional; e (d) implementar a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos.

Desses projetos, apenas dois foram parcialmente implantados, devido ao contingenciamento orçamentário estabelecido pela equipe do governo.

Quadro A.4.3.55 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0460					
Descrição	Gerir e manter no âmbito do MAPA os processos e respectivos recursos de Tecnologia da Informação para atender as suas atribuições legais e os serviços ao cidadão.					
Objetivo	0976 – Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.					
Órgão ou Unidade Responsável	22000- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance da iniciativa, foram desenvolvidas as atividades:

- Desenvolvimento de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo o desenvolvimento e manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva) de sistemas de informações e portais;
- Manutenção da Central de Relacionamento para dar continuidade à prestação dos serviços de atendimento aos Usuários da Rede do Mapa;
- Suporte técnico e a manutenção de atualização das licenças de bancos de dados que são à base da infra-estrutura dos sistemas corporativos, os quais gerenciam informações importantes das regulamentações e das políticas aplicadas ao agronegócio Brasileiro.

- d) Administração de todo o ambiente da solução de sistemas de segurança e clusterização do sistema que protege a rede de Banco;
- e) Desenvolvimento de serviços de garantia de funcionamento e suporte técnico aos equipamentos da Rede Corporativa;
- f) Manutenção preventiva e corretiva de impressoras;
- g) Certificação digital - Serviços técnicos especializados em certificação digital para usuários e servidores, dentro das especificações e normas ICP – Brasil.
- h) Renovação das licenças do sistema de segurança corporativo de antivírus.

Não há ação orçamentária para essa iniciativa e por essa razão, os demais itens estão em branco.

PROGRAMA 2022 - COMBUSTÍVEIS

Observação: O Programa 2022 não possui iniciativas de responsabilidade do MAPA. Portanto, para este Programa não será apresentado o Quadro A.4.3.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA

Quadro A.4.3.56 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012H					
Descrição	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Objetivo	0364					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.423.762,00	37.423.762,00	27.864.385,33	24.792.178,62	4.508.337,15	3.072.206,71	20.283.841,47
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance da iniciativa, foram vinculadas quatro ações orçamentárias com o objetivo de promover a defesa agropecuária nas áreas de prevenção e controle das pragas vegetais, erradicação da Mosca da Carambola, controle da Vassoura de Bruxa.

As atividades desenvolvidas permitiram controlar 550 mil hectares de plantações de cacauzeiras como livres da praga Vassoura de Bruxa; manter restrito ao estado do Amapá a praga Mosca da Carambola.

Na área de prevenção e controle de pragas vegetais, foram desenvolvidas ações que permitiram: manter restrita aos estados de SP, PR e MG a praga HLB (ex-Greening); a lagarta da macieira praticamente foi eliminada, ficando restrita apenas às áreas urbanas de SC e RS; manter rigoroso sistema de manejo de risco e áreas livres da Sigatoka Negra, o que propiciou o acesso de 21 Unidades Federativas ao mercado interno e externo de banana; manter o sistema de mitigação de riscos da praga Mosca das Cucurbitáceas nos estados de GO, RS e SP, permitindo a exportação do

produto para Estados Unidos, Argentina e Uruguai; manter controle da praga Mofo Azul do Tabaco nos territórios do RS, BA e AL com a conseqüente liberação da exportação do tabaco para a China, além de publicar instrução normativa padronizando os procedimentos de mitigação de risco para o Mofo Azul do Tabaco.

Destaca-se como impactante, o valor inscrito em restos a pagar não processados da ordem de 11,03% do valor empenhado e o contingenciamento de 25,54% da dotação orçamentária aprovada.

Quadro A.4.3.57 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012I					
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Objetivo	0364					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
78.909.480,00	78.909.480,00	68.675.092,65	66.658.982,04	3.078.929,68	2.016.110,61	63.580.052,36
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance da iniciativa, foram vinculadas quatro ações orçamentárias com o objetivo de promover a defesa agropecuária nas áreas de prevenção e controle da Febre Aftosa controle e erradicação das Doenças dos Animais e Rastreabilidade Agroalimentar.

A extensão territorial considerada como livre da Febre Aftosa contém 98,2% do rebanho bovino e bubalino. As campanhas de vacinação foram realizadas em todo território nacional, permitindo o alcance de mais de 90% de animais vacinados.

As ações de prevenção e controle das demais doenças de animais permitiram a mitigação de riscos decorrentes da Brucelose e Tuberculose animal, da Raiva dos Herbívoros, da Peste Suína Clássica e da sanidade avícola. Os serviços veterinários das Unidades Federativas tiveram papel fundamental para o alcance dos objetivos previstos na iniciativa.

Destaca-se como impactante, o valor inscrito em restos a pagar não processados da ordem de 5,52% do valor empenhado e o contingenciamento de 19,24% da dotação orçamentária aprovada.

Quadro A.4.3.58 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012J					
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos					
Objetivo	0364					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.000.000,00	8.000.000,00	3.872.905,89	3.420.668,63	115.816,82	452.237,26	3.304.851,81
Metas do Exercício Para a Iniciativa						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados da iniciativa foram efetuadas campanhas educativas voltadas ao público alvo (passageiros) nos veículos de comunicação (rádio e televisão), além de a distribuição de impressos orientativos. No desempenho das atividades, foram emitidos 109.852 termos de fiscalização de bagagens quando das fiscalizações de passageiros ingressos no país.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 51,59% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.59 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012U					
Descrição	Automação dos processos operacionais da defesa agropecuária pro meio da Plataforma de Gestão Agropecuária – (PGA)					
Objetivo	0366					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A iniciativa não foi implementada. Foi firmada parceria com a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, mediante Termo de Cooperação Técnica que permitirá a realização de investimentos para a sua consecução.

Quadro A.4.3.60 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012X					
Descrição	Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA					
Objetivo	0366					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.686.618,00	100.686.618,00	3.295.273,67	2.000.000,00	2.000.000,00	1.295.273,67	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Considerando o contingenciamento de 96,94% dos recursos aprovados, foi possível apenas efetuar parceria para estruturação do SUASA, área vegetal no estado Rio Grande do Sul.

Quadro A.4.3.61 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	012Z					
Descrição	Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária					
Objetivo	0366					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000,00	600.000,00	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Em que pese a indisponibilidade de recursos orçamentários, foram realizadas reuniões técnicas com parceiros, sendo criado um grupo de trabalho mediante Portaria MAPA nº 769/2012. As ações deverão ser implementadas a partir de 2013.

Quadro A.4.3.62 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0131					
Descrição	Estruturação de mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA					
Objetivo	0366					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Não foram desenvolvidas ações para o alcance da iniciativa. No período foram mantidas tratativas com o Fórum Nacional de Executores de Sanidade Agropecuária – FONESA com vistas à definição da Coordenação Central e Regionais do sistema.

Quadro A.4.3.63 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0132
Descrição	Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária
Objetivo	0366
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	14.400,00	14.400,00	-	-	14.400,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Tendo em vista o alto contingenciamento orçamentário, apenas foram efetuadas tratativas com algumas Unidades Federativas com o objetivo de promover eventos de educação sanitária.

Quadro A.4.3.64 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa

Código	0134
Descrição	Revisão e consolidação do marco regulatório do SUASA e das legislações referentes à Defesa Agropecuária
Objetivo	0366
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Iniciativa

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Foi elaborado diagnóstico do marco regulatório e criado Comitê de Boas Práticas Regulatórias.

Quadro A.4.3.65 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa

Código	0136
Descrição	Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
Objetivo	0367
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.643.694,00	91.643.694,00	84.692.122,60	56.770.961,46	6.083.550,32	27.921.161,09	50.687.411,14

Metas do Exercício Para a Iniciativa

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A estratégia utilizada para ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuário, com foco na qualidade dos resultados emitidos por esta Rede foi:

- a) Aprimorar o processo de credenciamento e de monitoramento de laboratórios;

- b) Adquirir de equipamentos para modernizar o parque instrumental dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;
- c) Desenvolver e validar, a comprovação de desempenho e implantação de métodos de ensaio com respostas analíticas mais eficientes;
- d) Firmar convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o intuito de acelerar a validação de métodos a serem utilizados na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuário.

Destacam-se como fatores impactantes ao desempenho da iniciativa: i) o valor inscrito em restos a pagar não processados da ordem de 32,97% do valor empenhado; ii) reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários e técnicos de apoio laboratorial em atuação na área.

Quadro A.4.3.66 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0137					
Descrição	Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB)					
Objetivo	0367					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o melhor atendimento das demandas e controle qualitativo da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários – LANAGROS está em construção o SISLAB.

Atualmente, o módulo do Serviço de Auditoria e Credenciamento – SAC e o Sistema de Informações Gerenciais de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos – SIGLA-ANIMAL estão implantados e sendo utilizados. Os módulos “Sistema de Informações Gerenciais de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos-vegetal – SIGLA-VEGETAL” e “Sistema de Diagnóstico Animal – SISDIA” estão em processo de desenvolvimento.

A não padronização dos processos tem dificultado os trabalhos, entretanto, está se buscando a padronização de todos os processos por meio da certificação na ABNT NBR ISO 9001.

Quadro A.4.3.67 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		013D				
Descrição		Ampliar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos genéricos				
Objetivo		0368				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A análise e avaliação dos agrotóxicos, para fins de registro, requer a anuência do IBAMA, ANVISA e MAPA. No período não foi possível ampliar o número de registros, em decorrência dos entraves burocráticos e da carência de técnicos especializados nos três órgãos envolvidos.

Quadro A.4.3.68 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	013E					
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Objetivo	0368					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.455.637,00	18.455.637,00	6.004.064,78	5.371.665,11	109.616,21	632.399,67	5.262.048,90
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: As ações desenvolvidas para implementação da iniciativa permitiram colocar a disposição da sociedade, produtos com melhor qualidade principalmente em função das atividades de fiscalização por seguimento, a saber:

a) Agrotóxicos e afins - tem-se implementado medidas de redução de riscos relativos à segurança alimentar pela regularização e priorização de defensivos com menor impacto toxicológico e ambiental usados em produtos de consumo, notadamente as frutas e hortaliças;

b) Fertilizantes, corretivos e inoculantes – são insumos responsáveis pelos contínuos aumentos na produtividade de culturas e pastagens. A qualidade e uso correto são preponderantes para que se obtenha maior produtividade, com sustentabilidade ambiental, garantindo alimentos seguros e competitivos. A vigilância permanente do poder público sobre a qualidade dos insumos, mediante ações de fiscalização sobre a produção, importação e comercialização são de fundamental importância para a agropecuária nacional. Dessa forma, o MAPA investiu pesadamente na atuação do poder de polícia, impedindo a oferta de produtos não conformes aos produtores agropecuários;

c) Sementes e mudas – a fiscalização foi fator predominante para retirar de circulação grande quantidade de sementes de baixa qualidade, contribuindo, dessa forma, para a oferta de sementes de qualidade e, por conseguinte, aumentar a produtividade das culturas.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 67,43% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.69 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	013F						
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários						
Objetivo	0368						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
7.000.000,00	7.000.000,00	2.027.059,66	1.897.176,30	47.326,22	129.883,36		
1.849.850,08							
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados estabelecidos, a equipe de fiscalização do MAPA, além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas de controle e erradicação de algumas doenças animais (febre aftosa, tuberculose, brucelose e raiva dos herbívoros).

Em decorrência da atuação constante dos fiscais, o índice de conformidade dos insumos pecuários, disponibilizados ao setor produtivo agropecuário, alcançou uma média de 98% das amostras coletadas.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 71,04% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.70 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	013H					
Descrição	Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM					
Objetivo	0368					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000,00	2.000.000,00	552.082,21	447.466,57	11.416,91	104.615,64	436.049,66
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: As atividades pertinentes à iniciativa permeiam 25 estados da federação e o DF, com a realização de aproximadamente 1300 fiscalizações.

O cultivo de produtos com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), com ênfase para a soja e o milho, representa 85% e 70%, respectivamente, do total da área total com essas culturas. A produção no setor agropecuário é controlada por meio de ações de fiscalização realizadas com base

nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Essa atuação, tanto na área de pesquisa como na comercial, tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantido a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

Um dos entraves ao desenvolvimento das atividades foi o alto contingenciamento da ação orçamentária integrante da iniciativa, aliado à insuficiência de pessoal especializado.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 72,40% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.71 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	013K					
Descrição	Integração do sistema de informação de agrotóxicos do MAPA com os demais órgãos reguladores					
Objetivo	0368					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Não houve aplicação de recursos

Quadro A.4.3.72 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0276					
Descrição	Combate à clandestinidade em produtos de origem animal					
Objetivo	0570					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A iniciativa não foi implementada por não ter havido disponibilização de recursos orçamentários.

Quadro A.4.3.73 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		0277				
Descrição		Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal				
Objetivo		0570				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000,00	6.000.000,00	4.579.266,33	2.970.632,63	290.591,45	1.608.633,70	
2.680.041,18						
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A atuação na área de fiscalização permitiu a entrega de produtos de origem animal com índice de conformidade de 99,8%. Na área vegetal, deu-se ênfase às culturas de abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha do Brasil, laranja, feijão, limão, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pêssego, pimentão, tomate, dentre outros.

Destaca-se como impactante o valor inscrito em restos a pagar não processados da ordem de 35,13% do valor empenhado e o contingenciamento de 23,68% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.74 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0278						
Descrição	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal						
Objetivo	0570						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
15.000.000,00	15.000.000,00	6.969.741,30	6.632.040,31	195.788,74	337.700,99	6.436.251,57	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance da iniciativa, o MAPA atuou fortemente no acompanhamento, inspeção e monitoramento dos estabelecimentos que atuam com produtos de origem animal. A atuação permeia as 27 Unidades Federativas estaduais mediante a inspeção dos 3.294 estabelecimentos (frigoríficos, laticínios, etc), o que permitiu a entrega de produtos de maior qualidade à sociedade.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 53,54% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.75 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código		0279					
Descrição		Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Objetivo		0570					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.500.000,00	3.500.000,00	1.205.371,13	1.071.936,38	27.132,52	133.434,75	1.044.803,86	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: As ações foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado atingiu 81%. No que diz respeito aos produtos que compõem a cesta básica (farinha de mandioca, farinha de trigo, óleo de soja), o índice de conformidade nacional alcançou 87%.

No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos que permitiram a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras. Para 2013, além da inspeção e fiscalização, está prevista a capacitação de técnicos em processo produtivo de bebidas não alcoólicas (suco, refresco, etc.) e de cervejas.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 65,56% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Quadro A.4.3.76 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código		027A					
Descrição		Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal					
Objetivo		0570					
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.857.745,00	4.857.745,00	2.956.607,48	2.647.359,51	49.129,70	309.247,97	2.598.229,81	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.							

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Foram implementadas ações que permitiram elaborar padrões de classificação dos grãos com vistas a atender ao pleito dos produtores, visando à melhoria da qualidade dos produtos ofertados ao mercado consumidor.

No período, foram efetuadas fiscalizações em 11.500.000 toneladas de produtos cujo índice de conformidade alcançou 81%.

Destaca-se como impactante o contingenciamento de 39,14% da dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Quadro A.4.3.77 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		044H				
Descrição		Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão, em cooperação com órgãos públicos e privados				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram..						

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: A agricultura de precisão permite a otimização do uso de insumos e redução de perdas; escalonamento de colheita; monitoramento de qualidade, delimitação de indicações geográficas.

Para o alcance do objetivo foi instituído a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), que conta com a participação das principais representações do setor da Agricultura de Precisão – AP e tem caráter consultivo e propositivo. A CBAP tem o objetivo de fortalecer o conjunto de ações entre os ramos de pesquisa, ensino e desenvolvimento de tecnologias voltadas ao setor e por missão promover o desenvolvimento sustentável, social e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade. No período, foram cadastradas no âmbito do MAPA 125 instituições especializadas para fins de acompanhamento e monitoramento da agricultura de precisão no país.

Quadro A.4.3.78 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	044I
Descrição	Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)
Objetivo	0969
Órgão ou Unidade Responsável	420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
460.559,00	460.559,00	325.210,03	198.268,15	25.803,53	126.941,88	172.464,62
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa foi implementada mediante parcerias, a saber: 1) Embrapa que permitiu o apoio ao II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação e a conservação de germoplasma de coco da Bahia; 2) UFSC para apoiar a Indicação Geográfica; 3) SFA-PB apoio à prospecção de frutas com potencial de conservação: mangaba, umbu, cajá e outras; 4) SFA-RJ apoio à implantação de unidades demonstrativas de produção de plantas medicinais. Houve também a reedição de três publicações sobre Hortaliças Não Convencionais com tiragem de 25.000 exemplares. O contingenciamento orçamentário da ordem de 16,15%, aliado a inscrição em restos a pagar não processados da ordem de 39,03%, impactou sensivelmente o desempenho da iniciativa.

Quadro A.4.3.79 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		044J				
Descrição		Consolidação do levantamento nacional de Agricultura de Precisão, em parceria com instituições públicas e privadas				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A iniciativa não foi implementada em 2012. As articulações com os possíveis parceiros não prosperaram, entretanto, com a instituição da CBAP, em 2013 deverá ser iniciada a implementação da iniciativa.

Quadro A.4.3.80 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	044K
Descrição	Desenvolvimento da biotecnologia agropecuária com foco no fortalecimento da bioindústria nacional

Objetivo			0969			
Órgão ou Unidade Responsável			420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram iniciadas as tratativas para o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária com a realização de uma reunião de articulação com o Grupo de Trabalho Agropecuário e a Comissão Técnica de Biotecnologia.

Quadro A.4.3.81 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		044L				
Descrição		Diagnóstico nacional de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (RGAA), em parceria com instituições públicas e privadas				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Iniciadas tratativas com órgãos vinculados ao setor, visando a futuras parcerias no intuito de elaborar diagnóstico nacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação.

Quadro A.4.3.82 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		044N				
Descrição		Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

725.500,00	725.500,00	603.604,87	188.518,70	16.428,13	415.086,17	172.090,57
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para o alcance dos resultados da iniciativa, foram desenvolvidas ações mediante parcerias que permitiram: i) reimpressão do livro: "Agricultura de Precisão - Um novo olhar"; ii) reedição das publicações Folder e Boletim de Agricultura de Precisão; iii) a realização do Workshop de Zootecnia de Precisão em Gado de Leite; iv) realização de curso de capacitação a distância em Agricultura de Precisão; v) realização de "Curso de Geoestatística para Agricultura de Precisão" com participação de 32 pesquisadores, docentes, extensionistas e FFAs para harmonização de técnicas de geoprocessamento em AP.

O expressivo valor inscrito em restos a pagar não processados impactou o alcance dos resultados previstos.

Quadro A.4.3.83 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		044O				
Descrição		Implantação de Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão (NAAP), em parceria com órgãos públicos e privados				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Iniciadas as tratativas com os órgãos afins visando futuras parcerias com o intuito de se implantar o Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão – NAAP.

Quadro A.4.3.84 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa			
Código	044P		
Descrição	Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDGRAF)		
Objetivo	0969		
Órgão ou Unidade Responsável	420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos
461.000,00	461.000,00	386.540,36	251.524,24	17.744,32	135.016,12	233.779,92
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						
Fonte: SIOP/MP						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: As ações implementadas permitiram a organização de 50 cadeias produtivas para o uso das indicações geográficas e marcas coletivas.

Quadro A.4.3.85 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Quadro 1 - Início das Atividades de Programa - Resultados de Responsabilidade da CP						
Identificação da Iniciativa						
Código		044Q				
Descrição		Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV2)				
Objetivo		0969				
Órgão ou Unidade Responsável		420013- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
682.350,00	682.350,00	630.464,59	290.297,68	24.632,06	340.166,91	265.665,62
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não definiu metas para as iniciativas. As metas são das ações orçamentárias que as integram.						

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: No âmbito da propriedade intelectual foram reconhecidas 232 novas variedades de plantas, totalizando 2.037 cultivares protegidas, além do monitoramento de 1.700 cultivares protegidas anteriormente.

Em que pese o expressivo valor inscrito em restos a pagar não processados, não houve impacto direto no alcance dos resultados, posto que se refere a contratos firmados com empresas para análise de DNA que visa a ampliação de banco de dados moleculares das cultivares já protegidas e para a manutenção do Sistema de Gestão Documental denominado Próton.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Quadro A.4.4.1 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20QX
Descrição	Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada.
Iniciativa	00F9
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC

Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
250.000	250.000	90.003	78.275	2.101	11.728	76.174
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Técnico/Produtor capacitado	Unid.	600	240	250.000	78.275

Fonte: SIOP/MP-31.01.2013

Análise crítica: A agricultura irrigada é uma área nova que está sendo desenvolvida no contexto das ações da Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos. No entanto, os projetos previstos para atender as capacitações somente começaram a chegar em meados de novembro. Nesse sentido, com o contingenciamento de parte dos recursos orçamentários previstos na LOA, não foi possível atender ou mesmo prever mais projetos juntos aos parceiros, em nível estadual. Vale destacar que os números apresentados não foram alterados no SIOP/MP devido ao prazo de atualização vencido.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Quadro A.4.4.2 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2B17				
Descrição		Fiscalização de Contratos de Repasse				
Iniciativa		02XH				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
370.000	370.000	150.376	146.751	6.865	3.625	139.886
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contrato fiscalizado	Unidade	1.200	537	370.000	146.751

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A ação de fiscalização sofreu o atraso na liberação de recursos comprometendo a programação das atividades previstas para os dois primeiros trimestres, obrigando nova reprogramação das atividades. Foram fiscalizados 537 Contratos de Repasses sendo: 264 Contratos de Repasse por Amostragem executadas pelas SFA; 233 Contratos de Repasse auditados na Caixa Econômica Federal, em continuidade ao Programa de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços MAPA/CAIXA; 20 Contratos de Repasse em atendimento a denúncias de Órgãos de Controle; e executadas 20 vistorias prévias

Quadro A.4.4.3 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2B18
Descrição	Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética
Iniciativa	02Y2.
Unidade Responsável	Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
800.000	800.000	377.445	371.049	0	6.396	371.049
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Tecnologia Difundida	Unidade	3	4	800.000	371.049

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o alcance das metas para esta Ação, foram realizados os seguintes eventos: V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso, contou com 600 participantes. do II Dia de Campo da Canola com a participação de 600 pessoas; Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação com 50 participantes; 1º Simpósio De Destoxificação e Reaproveitamento De Tortas De Pinhão-Manso e Mamona” contou coma participação de 50 pessoas; Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul contou com a participação de 250 pessoas. Total de 1.500 pessoas capacitadas. A falta do Edital de Chamamento Público aliado a baixos limites orçamentários após o contingenciamento prejudicou significativamente o desempenho da Ação durante o exercício de 2012.

Quadro A.4.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20QU					
Descrição	Fiscalização das operações de Seguro Rural Subvencionadas					
Iniciativa	02CI					
Unidade Responsável	Secretaria de Política Agrícola - SPA					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.155.600	2.155.600	357.063	344.303	1.498	12.760	342.805
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada.	Unidade	5.389	1.425	2.155.600	1.389.106

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Baseado no Plano de Trabalho firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Companhia Nacional de Abastecimento foi previsto a fiscalização de 1.714 operações para o ano de 2012, a serem fiscalizadas quadrimestralmente. Entretanto, foram fiscalizadas apenas 1.425 operações de seguro. Devido ao atraso na liberação de recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural, ficou estabelecida a execução da fiscalização em duas etapas, sendo a primeira em maio, perfazendo 1.179 operações, e a segunda etapa prevista para setembro, com 535 operações. Ressalta-se que devido à diminuição no número de operações contratadas nas seguradoras referente ao 2º quadrimestre de 2012, o montante de operações fiscalizadas foi reduzido para 246 operações. Não houve superação significativa da meta.

Quadro A.4.4.5 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20QW
Descrição	Apoio a Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção
Iniciativa	02X0
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
450.000	450.000	422.087	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Núcleo implantado	Unid.	4	36	450.000	

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Cumprimento das metas: O alcance da meta estabelecida só foi possível com a publicação do edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012 para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica. Neste edital foram selecionados 22 projetos que serão apoiados com um montante total de R\$ 3.744.906,00 para ano de 2012. Com esta seleção, soma-se atualmente um total de 36 núcleos apoiados na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Esta meta é cumulativa, o incremento foi de 10 Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, considerando 26 núcleos anteriormente apoiados. Até 2015, a proposta é de se alcançar 90 Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. **Eventuais problemas de execução:** O edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012 para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica, disponibilizou recursos da ordem de R\$8.900.000,00 para o biênio 2013/2014, dos quais foram empenhados em 2012 um montante total de R\$3.370.000,00, para atendimento aos 22 projetos selecionados, no biênio 2012/2013. Dois programas internos (PI) da COAGRE/MAPA disponibilizaram recursos para totalizar o montante acordado para o MAPA no edital - PI DESENGORG, no valor de R\$ 400.000,00 e PI EDUECO, no valor de R\$ 430.000,00, totalizando R\$830.000,00. Os recursos desta ação foram disponibilizados da seguinte forma: R\$430.000,00 em despesas correntes e R\$20.000,00 despesas de capital. Na negociação do edital, apenas os recursos para despesas correntes foram disponibilizados. Os recursos em despesas de capital foram destinados para aquisição de equipamento de videoconferência para fazer a integração entre a Coordenação e os Núcleos apoiados. Cabe salientar que os recursos financeiros para o edital só foram disponibilizados em final de setembro de 2012, o que atrasou o seu lançamento e afetou a adesão de possíveis beneficiários, pelo pouco tempo concedido à elaboração e apresentação das propostas

Quadro A.4.4.6 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20SQ				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura.				
Iniciativa		02WL				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Valores Pagos
550.000	550.000	127.121	101.452	18.592	25.669	82.860
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Técnico/produtor capacitado	Unid.	1.500	232	550.000	101.452

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A ação de promoção de florestas plantadas é uma ação nova, e está em fase de construção. O foco da ação em 2012 foi a realização de articulação, em nível nacional e internacional, e estabelecimento de parcerias para estruturação de uma agenda de atuação.

Importante articulação dá-se em nível estadual, para a realização de prospecções regionalizadas. No entanto, o contingenciamento de recursos inviabilizou também essa atividade, pois a grande preocupação, quanto à gestão de projetos, é gerar expectativas e não poder atendê-las. Foi possível o apoio a alguns eventos organizados por instituições parceiras, em especial a CEPLAC, no formato de congresso e seminários com foco na promoção de sistemas florestais que incorporam o cacau e a seringueira (heveicultura), inclusive a organização do primeiro seminário de florestas plantadas no distrito federal. O alcance dos eventos apoiados foi significativo. Justificativa de execução: o forte contingenciamento sofrido, e a inviabilização da articulação em nível estadual impediram a realização de um maior número de eventos de capacitação.

Quadro A.4.4.7 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20SR				
Descrição		Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção				
Iniciativa		02XO				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
450.000	450.000	361.983,	90.480	16.434	271.503	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo realizado	Unidade	10	10	450.000	90.480

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Ação realizada com eficiência, ou seja, foi realizada 100,0 % de sua meta física utilizando apenas 80,4% dos recursos disponibilizados para esta finalidade, sem comprometimento das atividades previstas.

Quadro A.4.4.8 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		200E				
Descrição		Formulação, Acompanhamento e Avaliação da Política Agropecuária				
Iniciativa		02EI				
Unidade Responsável		Secretaria de Políticas Agrícolas - SPA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
210.103	210.103	46.792	3.632	0	43.160	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contrato de Prestação de Serviço	Unidade	11	2	210.103	3.632

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A ação de Formulação, Acompanhamento e Avaliação da Política Agropecuária tem como objetivo geral dar suporte à Secretaria de Política Agrícola para acompanhar o mercado agrícola e financeiro de forma técnica possibilitando, assim, que os técnicos da área possam examinar minuciosamente a necessidade ou não de que o Governo intervenha na comercialização de determinados produtos ou atenda a reivindicações de determinados setores. Com isso, foi possível a prorrogação das dívidas de custeio e investimento beneficiando produtores e cooperativas atingidos por fortes estiagem e seca nas regiões Norte, Nordeste e Sul. No mesmo molde, foi necessária a renegociação das dívidas de crédito e custeio e investimento dos produtores de arroz contratadas até 30/06/2011. Também foram beneficiados os avicultores, citricultores, suinocultores e produtores de maçã. Mas, para que seja possível esse acompanhamento é necessária a contratação de serviços de empresas especializadas na matéria. Dessa forma, foi celebrado contrato de prestação de serviços com a empresa CMA, porém, devido a questões relativas à inexigibilidade de licitação não foi possível efetivar o contrato. Assim, apenas nos meses de janeiro, fevereiro e março foram prestados os serviços

Quadro A.4.4.9 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2135				
Descrição		Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER.				
Iniciativa		02X9				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.913.822	12.913.822	12.913.820	12.337.668	0	576.152	12.337.668
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produtor atendido	Unidade.	100	80	12.913.822	12.337.668

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: O cumprimento da meta física ocorreu de acordo com o previsto, conforme os Acordos de Projeto e de Empréstimo assinados entre os governos do Brasil e do Japão para implantação dos projetos nos estados de Tocantins (Projeto de Colonização Pedro Afonso) e Maranhão (Projeto de Colonização Gerais de Balsas). O número de produtores atendidos é de 40 (quarenta) produtores em cada projeto, que são os beneficiários das atividades previstas, perfazendo o total de 80 (oitenta) produtores. Diante do exposto foi solicitada a correção da meta física para 80 produtores atendidos, que é o número correto e previsto inicialmente e não 100 produtores como consta no sistema SIOP. Com o ajuste da meta física, foram atingidos 100% da previsão inicial.

Quadro A.4.4.10 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2157				
Descrição		Julgamento de recursos em processos de sinistros				
Iniciativa		02CM				
Unidade Responsável		Secretaria de Políticas Agrícolas - SPA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
540.000	540.000	468.009	280.254	882	188.755	279.372
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Número de recursos julgados.	Unidade	4.500	1.064	540.000	280.254

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: No exercício de 2012, foram autuados 3.052 recursos, sendo que 1.064 foram julgados, representando um nível de realização de 35% sobre a autuação, ficando aquém da meta física prevista. Causa: mudanças organizacionais sofridas na equipe técnica da CER e carência de pessoal para a realização das análises, que tem trabalhado no limite de sua capacidade. Ressalte-se que o indicador em apreço não reflete de maneira adequada a execução da ação. Para solucionar a questão foi redefinida a mesma no novo PPA. Não houve superação da meta. Os restos a pagar não dependem de ações da área técnica, uma vez que a responsável por administrar a ação é a EMBRAPA.

Quadro A.4.4.11 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2177				
Descrição		Fiscalização de Serviços Agrícolas				
Iniciativa		02XL				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
325.686	325.686	143.322	136.458	1.461	6.864	
134.997						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	380	277	325.686	136.458

Fonte: Siafi gerencial

Análise Crítica: Ação realizada com eficiência, ou seja, foi realizada 92,3% de sua meta física utilizando apenas 42,0% dos recursos disponibilizados para esta finalidade.

Quadro A.4.4.12 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4720				
Descrição		Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.				
Iniciativa		02X3				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.260.730	1.260.730	860.211	332.960	11.019	527.251	
321.941						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade controlada	Unidade.	9.000	11.719	1.260.730	332.960

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Cumprimento das metas: Cumprimento das metas: Atualmente existem 11.719 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial pelos 3 mecanismos de controle regulamentados. Há 12 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, sendo 8

certificadoras por auditoria e 4 OPAC/SPG - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica e um total de 84 Organizações de Controle Social - OCS cadastradas no MAPA e atuando em venda direta de produtos orgânicos ao consumidor. O esforço da coordenação é direcionado às auditorias, fiscalizações, análises de solicitações de credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, capacitação de produtores, técnicos, fiscais e auditores, fomento à formação e análise do cadastramento de Organizações de Controle Social. É de responsabilidade dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica a informação sobre as suas unidades controladas. Cabe à Coordenação de Agroecologia / DEPROS/SDC/MAPA o acompanhamento de rotina das informações apresentadas, especialmente por ocasião das auditorias e a criação e implantação do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. O Cadastro está em fase de implantação eletrônica e, desta forma, o número considerado para alcance da meta foi fornecido pelos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica que somam 10.169 unidades orgânicas controladas e 1.550 unidades geridas por agricultores familiares vinculados às 84 OCS cadastradas no MAPA. Na estruturação do trabalho da coordenação, formou-se um grupo de 12 auditores líderes e foram capacitados 48 fiscais federais agropecuários em fiscalização de mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Realizado processo de eleição dos representantes regionais das organizações não governamentais que irão compor a Comissão Nacional da Produção Orgânica CNPOrg. Em aguardo a indicação dos nomes dos representantes governamentais. Garantido o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação. Cada comissão se reuniu entre duas e quatro vezes durante o ano para discutir as ações necessárias para o desenvolvimento da produção orgânica no estado. **Eventuais problemas de execução:** As atividades relacionadas ao alcance da meta dependem da utilização de recursos em elementos de despesa relacionados a deslocamento, pois são relacionadas à fiscalização in loco, capacitação de fiscais e de produtores e orientação técnica. Ao longo do ano, foram definidos limites insuficientes de deslocamento para a execução adequada das atividades e disponibilizou recursos financeiros fora dos prazos solicitados o que levou a uma reduzida execução financeira no PI. **Superações significativas as metas estabelecidas:** A definição da meta física foi subestimada, internamente considerava-se o alcance de 13.000 unidades controladas no ano de 2012. O número de Organizações de Controle Social poderia ser significativamente maior em 2012, o que teria colaborado para o alcance da meta estabelecida, porém a disponibilidade de recursos financeiros e de pessoal foram insuficientes.

Quadro A.4.4.13 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4721				
Descrição		Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio				
Iniciativa		045W				
Unidade Responsável		Biblioteca Nacional de Agricultura - Binagri				
Unidade Orçamentária		22101-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.060.000	7.060.000	3.641.359	3.617.689	237.387	23.670	3.380.302
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Processo implantado	Unidade.	5	2	7.060.000	3.617.689

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica:

a) Manutenção da comunidade virtual Gestão do conhecimento no Catir;

b) Alimentação da Base de Dados Nacional – AGROBASE e Base Internacional disponíveis na internet 10319 registros novos em 2012;

c) Manutenção da sala de videoconferência na Binagri facilitando a realização de 92 eventos técnicos, tais como reuniões e treinamentos virtuais;

d) Sislegis – Sistema de Legislação Agrícola do Mapa - manutenção e Alimentação da legislação agrícola, disponibilizando a todos os visitantes do Portal do MAPA por meio do Módulo Cidadão, bem como a todos os Servidores nos seus módulos específicos por meio do acesso autenticado via Web e Intranet. O Sistema foi concebido de forma modulada para atender aos diversos perfis de usuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também ao cidadão que necessitar pesquisar as normas que disciplinam o agronegócio brasileiro. Com tratamento e disponibilização das normas nos principais módulos de acesso aos usuários do agronegócio, bem como de gestão interna do Mapa: Módulo do Cidadão; Módulo do Servidor do MAPA; Módulo de Recursos Humanos; Módulo da Fiscalização do MAPA; Módulo da CONJUR do MAPA;

e) Acesso às bases de dados internacionais – prestação de serviços de assinatura de acesso a 15 Bases de Dados Internacionais de periódicos internacionais, por intermédio do Convênio celebrado entre o MAPA e a Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES do Ministério da Educação – com acesso de 01 de janeiro a 31 de dezembro/2012. Os servidores do MAPA; INMET e das Superintendências Federais de Agricultura tiveram acesso aos textos integrais de mais 25000 títulos de periódicos – contidos nas bases selecionadas pelos técnicos do Mapa;

f) Ampliação do acesso à informação pública através do Serviço de Informação ao Cidadão-SIC; foram concluídas as ações no âmbito da Secretaria Executiva na organização e implantação do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão sob a orientação da CGU e atendendo a LAI – Lei de Acesso a informação pública. Atendidos em 2012 27.836 usuários.

Quadro A.4.4.14 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4747				
Descrição		Fiscalização de Serviços Pecuários				
Iniciativa		02X2				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
253.650	253.650	122.658	111.381	4.810	11.277	106.571
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unid.	70	48	253.650	111.381
Fonte: SIOP/MP						

Análise Crítica: Inicialmente deve-se salientar que, no ano de 2011, iniciou-se processo de descentralização da fiscalização do serviço de registro genealógico para os estados onde as Associações possuem suas sedes. Para tanto foi necessário o treinamentos dos fiscais lotados nos estados. Porém, nesses dois últimos anos ainda foram necessários a presença de fiscais da Coordenação em algumas auditorias com objetivo de sanear pendências e avaliar os procedimentos de fiscalização. Ademais, cabe esclarecer que a fiscalização dos jôqueis clubes ainda está centralizada com os técnicos da Coordenação, com apoio dos fiscais lotados nas Superintendências Federais de Agricultura.

Tais fatos podem ter elevado os custos das fiscalizações nestes dois anos. Apesar da greve no mês de agosto, houve um maior empenho por parte dos fiscais a partir do mês de setembro no sentido de compensar a paralisação, o que levou a uma execução de 96% da meta física reprogramada (48/50). Pode-se verificar, com base nos dados do SIAFI, que a execução financeira do recurso empenhado foi da ordem de 92% do orçamento disponibilizado (R\$122.658,08 de R\$ 131.771,11).

A consolidação da descentralização deste serviço para as Superintendências Federais de Agricultura irá impactar na redução dos custos das auditorias e já permitiu superar em parte a falta de fiscais atuantes na área, ampliando de forma acentuada a cobertura das fiscalizações, tornando-a mais eficiente e efetiva e, conseqüentemente impactando na redução das não conformidades.

Quadro A.4.4.15 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4756				
Descrição		Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias				
Iniciativa		02X9				
Unidade Responsável		Gabinete do Ministro - GM				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.202.075	1.202.075	1.201.177	1.112.606	101.119	88.571	1.011.487
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento realizado	Unidade	15		1.202.075	

Fonte: SIOP/MP

ANÁLISE CRÍTICA: O calendário de feiras e exposições agropecuárias estabelecido e a meta de **11** feiras reprogramada no início de **2012** foi totalmente cumprido. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento participou com estande institucional nas seguintes feiras e exposições: 24º SHOW RURAL COOPAVEL, de 06 a 10/02 em Cascavel/PR; EXPODIRETO COTRIJAL, de 05 a 09/03 em Não-me-Toque/RS; TECNOSHOW COMIGO de 09 a 13/04 em Rio Verde/GO; 19ª AGRISHOW de 30/04 a 04/05 em Ribeirão Preto/SP; 12ª AGROTINS de 08 a 12/05 em Palmas/TO; 5ª AGROBRASÍLIA de 15 a 19/05 em Brasília/DF; SALON DU CHOCOLAT de 04 a 08/07 em Salvador/BA; 16ª PEC NORDESTE de 18 a 21/06 em Fortaleza/CE; XXVI WORLD'S POULTRY CONGRESS de 05 a 09/08 em Salvador/BA; 35ª EXPOINTER de 25/08 a 02/09 em Esteio/RS; 25ª FENAGRO de 24/11 a 02/12 em Salvador/BA. **Eventuais problemas de execução:** Não tivemos nenhum problema relacionado à execução. **Superações significativas as metas estabelecidas:** As metas foram cumpridas dentro do cronograma estabelecido. **Restos a Pagar:** Não ficamos com nenhum valor em Restos a Pagar.

Quadro A.4.4.16 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	8533
Descrição	Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais
Iniciativa	02LV
Unidade Responsável	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000	1.500.000	1.251.217	1.121.020	218.027	130.197	902.993
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Missão Apoiada	Unidade	90	75	1.500.000	1.121.020

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: A existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios, tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegido, o que dificulta a expansão das exportações brasileiras desses produtos. Neste contexto, o acesso a novos mercados, além da manutenção dos mercados existentes, é condição fundamental para que o crescimento continue ocorrendo de forma sustentada. Para tanto é preciso firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter melhores condições de acesso para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas.

Com essa finalidade, a ação contempla atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como na implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados. No exercício de 2012 não houve evento que prejudicou o cumprimento das metas propostas para o desenvolvimento do objetivo 0692, sendo realizado 81% da meta financeira estipulada para o ano. Quanto às metas físicas é importante informar que a meta prevista de 10 ações previstas no PPA 2012-2015 não é compatível com as atividades desenvolvidas pela SRI. A proposta é de que seja estabelecido como meta a realização de 90 missões anuais (proposta da SRI para o próximo PPA).

Em 2012 foram realizadas 75 missões. Os restos a pagar, referentes ao objetivo supra citado, foram inscritos pela Coordenação-Geral de Execução Financeira/SPOA/SE/MAPA e referem-se principalmente a despesas com passagens nacionais e internacionais. Os recursos foram descentralizados para aquela Coordenação-Geral que é a unidade responsável pela gestão e acompanhamento dos Contratos firmados com as empresas prestadoras de serviços.

Quadro A.4.4.17 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8538				
Descrição		Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas p/ o Desenvolvimento Sustentável.				
Iniciativa		02Y2				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
689.709	689.709	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Agente Beneficiado	Unidade	500		689.709	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica: Não houve execução da Ação, tendo em vista aos baixos limites orçamentários após contingenciamento de recursos.

Quadro A.4.4.18 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Quadro 11.118 – Ações Vinculadas à Programa Temático de Responsabilidade da CS						
Identificação da Ação						
Código		8542				
Descrição		Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas				
Iniciativa		02Y3				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estudo Realizado	Unidade	5	-	300.000	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica: Não houve execução da Ação, tendo em vista a limitação de recursos orçamentários.

Quadro A.4.4.19 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8548				
Descrição		Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior				
Iniciativa		02LW				
Unidade Responsável		Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.600.000	1.760.000	1.703.639	1.685.317	8.774	18.322	1.676.543
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior	Unidade	14	19	1.760.000	1.685.317

Análise Crítica: A finalidade desta ação é impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações sobre os mercados internacionais para produtos do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior. Para tanto, esta ação contempla as seguintes atividades: a) obtenção e análise de informações estratégicas sobre os mercados internacionais do agronegócio (evolução e tendências da produção e comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente barreiras sanitárias e fitossanitárias) e sua disseminação por meio do portal do MAPA, sistemas de informação, estudos, pareceres ou publicações com o objetivo de auxiliar o

processo de tomada de decisões nos setores público e privado; b) capacitação dos agentes do agronegócio para exportação, por meio da realização de eventos e atividades para informação e formação dos agentes da cadeia produtiva, tais como: seminários objetivando mobilizar e sensibilizar os diversos agentes da cadeia produtiva para integração e exportação; cursos de formação de agentes multiplicadores da cultura da integração para a exportação, e elaboração de cartilhas e manuais informativos sobre processos de integração e procedimentos para exportação de produtos agropecuários; c) integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação por meio do apoio, em articulação com agentes privados e públicos locais, à formação de projetos pilotos de integração, com ênfase em condomínios rurais e consórcios de exportação, e d) divulgação da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da elaboração de material institucional e realização de eventos, no Brasil e no exterior, em parceria com outras unidades do Ministério, com o setor privado e em articulação com outras entidades públicas, objetivando a divulgação de informações que enfatizem a qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos e processos do agronegócio nacional, dirigidos a autoridades governamentais, técnicos, empresários, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil internacional, visando o fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e à neutralização dos ataques internacionais que a prejudicam.

Esta ação recebeu uma suplementação no valor de R\$ 160.000,00, passando do valor inicial determinado na LOA de R\$ 1.600.000,00 para R\$ 1.760.000,00. O valor recebido foi referente a anulação parcial da ação 10.22101.20.691.2105.20QV - Gestão das Atividades dos Adidos Agrícolas, conforme Decreto de 29 de outubro de 2012, publicado no DOU de 30/10/2012. Os restos a pagar, referentes ao objetivo supra citado, não foram inscritos por esta Secretaria e sim pela Coordenação-Geral de Execução Financeira/SPOA/SE/MAPA. Cabe destacar que a maior parte dos gastos desta ação foi feita por meio de descentralização de recursos para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, que executou as ações no exterior por meio de seu Departamento de Promoção Comercial e dos Serviços de Promoção Comercial das Embaixadas e Postos brasileiros.

As descentralizações de créditos orçamentário-financeiros para o MRE foram fundamentadas por duas Portarias do Gabinete do Ministro publicadas no Diário Oficial da União, conforme detalhamento a seguir:

a) Portaria nº 117, de 28/02/12, autorizando a descentralização para o pagamento de despesas referentes às seguintes missões:

1. R\$ 296.795,00 - Missão Comercial ao Japão - Foodex 2012 – o foco foi a participação brasileira, em estande coordenado pelo MAPA e MRE, na Feira de alimentos FOODEX, na província de Chiba, Japão.
2. R\$ 60.458,00 – Missão Comercial a Porto Rico – Expoalimentos Porto Rico – Feira internacional de grande representatividade para o Caribe, com expectativa de gerar US\$ 85 milhões em vendas de produtos, equipamentos e serviços relacionados à indústria de alimentos e bebidas.
3. R\$ 18.000,00 – Missão de Benchmark – Setor Avícola e Suinícola – Missão de benchmark demandada pelo setor avícola para aquisição de conhecimento da experiência de integração entre produtores e indústrias avícolas na França e Espanha. A missão visou buscar informações para aprimorar o sistema de integração brasileiro.
4. R\$ 18.000,00 – Missão de Benchmark – Setor Lácteo – Após missões na América do Norte e Europa, o setor de lácteos dá continuidade às ações de benchmark, com visitas técnicas a agências de fomento e laticínios chineses, além de participação no estande brasileiro da SIAL China 2012.
5. R\$ 114.950,00 – Missão Comercial à África do Sul - SAITEX - (Johanesburgo, África do Sul) – Feira que atrai cerca 13.000 expositores de mais de 40 países. Aconteceu simultaneamente com a Africa's Big Seven Food and Beverage Trade Expo, evento

especializado com mais de 600 empresas e milhares de produtos, divididos em mais de 400 categorias diferentes.

6. R\$ 158.441,00 – Missão Fancy Food Show (Washington D.C., EUA) – Edição de verão da maior feira de alimentos e bebidas especiais da América do Norte.

7. R\$ 65.170,00 – Missão Comercial à Turquia – GIDA (Istambul, Turquia) – com cerca de 600 expositores e recebendo mais de 20 mil visitantes, trata-se da maior feira de alimentação da Turquia e sua área de influência inclui o Mediterrâneo, Oriente Médio, Balcãs e CEI.

8. R\$ 143.754,00 - Missão Comercial à China - Feira FHC 2012 - A atividade principal da Missão Comercial foi a participação brasileira, em estande coordenado pelo MAPA, na Feira SIAL China 2012, maior feira internacional de alimentos, bebidas da China.

9. R\$ 64.030,00 – World Food Moscow (Moscou, Rússia) - Feira de alimentos e bebida. A Rússia é o 5º importador mundial de alimentos e trata-se do maior importador de carne bovina do Brasil, evidenciando a importância da participação brasileira na feira.

10. R\$ 109.896,00 - 4ª Feira Expoalimentária (Lima, Peru) - A feira Expoalimentaria Peru tornou-se uma das maiores feiras de exportação de alimentos e bebidas da América Latina.

11. R\$ 138.320,00 - 16ª Americas Food and Beverage Show (Miami, EUA) - O Brasil foi um dos destaques da 16ª America's Food and Beverage Show , onde foi possível alocar 30 empresas do agronegócio brasileiro. Além dos espaços destinados a cada empresa, houve uma área institucional onde o MAPA pode dirimir dúvidas dos visitantes acerca do agronegócio brasileiro.

b) Portaria nº 941, de 16/10/12, autorizando a descentralização para o pagamento de despesas referentes à seguinte missão: R\$ 75.000,00 - Salão do Chocolate - O Salão do Chocolate de Paris é o maior evento mundial dedicado ao chocolate, por onde passam mais de dois milhões de visitantes. O evento também já ocorreu nos Estados Unidos (11ª edição), Japão (8ª edição), Rússia (3ª edição), China (2ª edição) e em 2012, o Brasil também teve sua 1ª edição, em Salvador. A participação do Brasil no evento visa levar o cacau brasileiro a novos mercados consumidores e a diferenciação/agregação de valor ao cacau, com produtores apresentando seus produtos (amêndoas de cacau e chocolates) de melhor qualidade para consolidar o país como um potencial produtor de cacau e chocolates finos e especiais. Também abre espaço para comercializar parte da produção com maior valor agregado, além de travar contatos que resultem na obtenção de tecnologia de outros países.

c) Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito S/N de 27 de novembro de 2012: R\$ 310.000,00 – Missão Comercial ao Japão – Foodex 2013 e Missão Técnica aos Estados Unidos – Setor Avícola.

No total foi autorizado descentralizar o montante de R\$ 1.572.814,00 para o MRE.

Devido à natureza dos projetos envolvidos, a totalidade dos gastos foi realizada mediante descentralização dos recursos para outras Unidades Gestoras, quais sejam: Coordenação-Geral de Serviços Gerais - CGSG/MAPA (9,37%), referente a despesas com a realização de eventos nacionais e impressão de publicações; e Ministério das Relações Exteriores – MRE (90,48%), referente à realização de missões comerciais internacionais e SFA para apoio À realização do AgroEX (01,5%). Ressalta-se que, não obstante os pagamentos sejam efetuados por meio de outras UG, a coordenação e a execução dos projetos permanecem fundamentalmente a cargo da SRI.

No que tange às missões internacionais para promoção comercial, os eventos de 2012 foram realizados pela SRI/MAPA em parceria com o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR/MRE, com disponibilidade financeira de recursos de ambos os órgãos. O MRE dispõe de capilaridade internacional, por meio das Embaixadas e Consulados Brasileiros, de forma que sua atuação conjunta com a SRI resulta em ganhos de economicidade, eficiência e qualidade para as missões.

Conforme a prática estabelecida, os postos do MRE nos países onde são realizados os eventos se incumbem do contato com os interlocutores locais e da seleção, contratação e pagamento dos serviços solicitados pela SRI. Cabe a esta Secretaria, entre outras atividades: a elaboração do calendário anual de eventos, com base nas demandas do setor agropecuário, nas potencialidades identificadas por meio de estudos de mercado e em restrições comerciais decorrentes de exigências sanitárias e fitossanitárias; a elaboração da estratégia de atuação em cada evento; a arregimentação de expositores; o planejamento e a elaboração do layout básico e das especificações técnicas para contratação da montagem dos estandes; a elaboração e publicação dos catálogos; a definição das peças gráficas utilizadas nos estandes, em conjunto com a área competente neste Ministério; a coordenação da delegação brasileira presente na missão; e o acompanhamento *in loco* e avaliação de cada evento.

Quadro A.4.4.20 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8591				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas.				
Iniciativa		02X9				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.600.500	2.600.500	1.206.957	282.751	19.523	924.206	263.228
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Unidade	1.500	1.900	2.600.500	282.751

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A meta "pessoa beneficiada" foi superada em 400 pessoas beneficiadas da inicialmente prevista. Foi reprogramada no SIOP e teve sua realização de 100%. Apesar do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, conseguimos superar a meta a ser alcançada através do desenvolvimento de parcerias institucionais que apoiaram as ações realizadas. As ações realizadas destinam-se à capacitação do produtor rural, técnicos e extensionistas em Boas Práticas Agrícolas (BPA) e Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil).

Quadro A.4.4.21 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8593				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.				
Iniciativa		02WU				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

3.756.600	3.756.600	1.866.904	457.743	50.677	1.409.161	407.066
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Unid.	5.000	6.170	3.756.600	457.743

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A promoção da agricultura de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC), tem sido realizada em diferentes frentes, envolvendo a divulgação do Plano ABC em todo território nacional. Por se tratar de um país de dimensões continentais, a implementação está ocorrendo de forma gradual. Até agora, 25 estados já tem seu Grupo Gestor Estadual formalizado, 7 dos quais já finalizaram seu Plano ABC Estadual. A parceria com os Estados ermitiu a realização de cursos de capacitação para atualizar e capacitar técnicos nas tecnologias promovidas, em especial das características dessas tecnologias em um contexto de mudanças climáticas e de redução das emissões dos gases de efeito estufa; implantação de URTs para demonstração das tecnologias junto aos produtores; capacitação de técnicos para elaboração de projetos de agricultura de base sustentável para obtenção de crédito; além da mobilização e do estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições públicas e privadas em âmbito internacional, nacional e estadual para potencializar o atingimento das metas, fundamentais para a competitividade e sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Quadro A.4.4.22 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8598				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Pecuárias.				
Iniciativa		02X9				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.635.000	1.635.000	827.616	217.828	42.224	609.788	175.604
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Entidade atendida	Unid.	1.400	800	1.635.000	217.828

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Apesar dos impedimentos legais para firmar parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos sem que haja chamada pública, e o insucesso da CPIP/DEPROS em aprovar a chamada pública (processo 21000.003936/2012-12) junto à CONJUR, executou-se 57 % da meta física reprogramada (800/1000) em função da celebração de Termos de Cooperação Técnica com EMBRAPA nas áreas de melhoramento genético e bem estar animal.

Deve-se destacar que o produto dessa ação foi alterado de pessoa beneficiada para entidade atendida, sem contudo alterar o valor da meta física, permanecendo em 1400. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que existe uma relação de pessoa beneficiada com entidade atendida, de 200 pessoas para 1 entidade, portanto a meta foi ajustada para 5 entidades atendidas (meta reprogramada) que equivale a 1000 pessoas beneficiadas.

Quadro A.4.4.23 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8606				
Descrição		Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.				
Iniciativa		02XB				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
922.000	922.000	798.020	386.975	82.772	411.045	304.203
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Unidade.	38.000	66.423	922.000	386.975

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Cumprimento das metas: Diversas atividades desenvolvidas pela coordenação são apoiadas com recursos desta ação, conhecida internamente como PI Desenorg. Atualmente, são apoiados 303 bancos comunitários, e finalizada uma consultoria para assistência e avaliação técnico-gerencial do Programa Bancos Comunitários de Sementes. Na consultoria foram realizadas um total de 15 reuniões técnico-gerenciais; 15 oficinas sobre manejo e uso de adubos verdes e 15 sobre gerenciamento de bancos comunitários de sementes, além de 18 visitas de campo por meio de oficinas e visitas de campo, envolvendo 618 participantes, entre técnicos e produtores. Para apoiar outra demanda relacionada aos bancos comunitários, em outubro, foi contratado consultor para elaborar o conteúdo técnico de cartilha orientadora para obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários. Para o alcance da meta do objetivo relacionado a esta iniciativa foram utilizados recursos do PI DESENGORG no montante de aproximadamente R\$ 92.956,32 e do Projeto PROBIO II no valor de R\$110.119,62. Foram publicadas 11 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica; 110 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção ainda estão em fase de revisão e validação final da apresentação, linguagem e conteúdo técnico e foram consolidadas diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico de 13 espécies florestais não madeireiras. Para execução das atividades foram utilizados recursos do PI Desenorg e do Projeto PROBIO II, entretanto o recurso nem sempre pode ser utilizado conforme programado em função do limite estipulado para deslocamento mensal. Na Campanha Nacional - Semana do Alimento Orgânico, foi necessário estipular um limite de recursos para os estados, independente das atividades programadas, pois não se conseguiria atender a demanda das CPOrgs. Nesta iniciativa também estão contempladas as ações relacionadas às campanhas de promoção do produto orgânico e educação do consumidor para o consumo responsável. A coordenação e as Comissões da

Produção Orgânica nas Unidades da Federação - CPOrgs-UF organizam uma campanha nacional no final do mês de maio. Em 2012, a 8ª Semana dos Alimentos Orgânicos foi realizada nos dias 27 de maio a 3 de junho. A iniciativa contou com a parceria de várias organizações governamentais e não governamentais que compõem as CPOrgs- UF. O tema escolhido foi “Produto Orgânico, Melhor para a Vida de Todos e do Planeta”. Durante os oito dias de evento, os participantes tem a chance de conhecer detalhes e aprender técnicas de cultivo desses alimentos por intermédio de seminários, dias de campo, oficinas e cursos. A programação é definida em cada estado e também contempla palestras, atividades pedagógicas, debates, exibição de vídeos e atividades culturais. A contabilização do número de pessoas beneficiadas, indicador físico do alcance da meta, é influenciada pelo número de pessoas contabilizadas na campanha em cada estado. Este ano, aproximadamente 58 mil pessoas participaram da campanha nos 27 estados da federação. Para as atividades de ampliação dos mercados de produtos orgânicos foram utilizados, aproximadamente, R\$ 126.100,77 do PI Desenorg e para Tecnologias apropriadas 46.257,14 do PI Desenorg e R\$119.025,63 do Projeto PROBIO II. Em relação às atividades relacionadas à capacitação, 3.652 técnicos e produtores foram capacitados em produção orgânica, com destaque para os temas: adubação verde, bancos comunitários de sementes e mecanismos de garantia da qualidade orgânica. O PI Desenorg também disponibilizou recursos para o edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012 para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica, no montante de R\$ 400.000,00. **Eventuais problemas de execução:** As atividades da coordenação são baseadas em atividades de fomento e desta forma dependem principalmente da disponibilidade de recursos para deslocamento. Desde a instituição de limites para as rubricas relacionadas a deslocamento, a coordenação não recebe limite financeiro suficiente para a execução das atividades planejadas por ela e pelos estados. Por ser uma ação descentralizada, nem sempre a coordenação consegue dispor do limite de recursos necessários à execução de todas as atividades programadas nos estados, o que ocasiona severos problemas na articulação das parcerias estaduais e na execução das atividades nos estados. A disponibilização de recursos financeiros nos últimos meses do ano inviabiliza a execução das atividades planejadas ao longo do ano e conseqüentemente o alcance das metas. A incerteza na disponibilização de recursos tem afetado gravemente as articulações nacionais e estaduais, muitas articulações pactuadas não puderam ser efetivadas por falta de recursos no momento necessário, afetando também a credibilidade do órgão. Ao final da execução financeira, no dia 28/12/12, foi apoiado um projeto capacitação à distância de interesse da Secretaria no valor de R\$ 62.779,37, o que aumentou a execução de recursos, mas não em atividades planejadas para alcance das metas. **Superações significativas as metas estabelecidas:** Para cálculo do número de pessoas beneficiadas, indicador físico de alcance desta ação, são consideradas as pessoas beneficiadas no Programa dos Banco Comunitários de Sementes, pessoas capacitadas em diversas atividades e na campanha nacional. A superação da meta estabelecida fundamenta-se principalmente no aspecto quantitativo do público atingido na Semana do Alimento Orgânico a qual tem um apoio de muitas instituições parceiras nas unidades da federação. Assim, é fundamental também que haja apoio para a execução de metas que extrapolam a questão de pessoas beneficiárias em campanhas promocionais como, por exemplo, as atividades que envolvem o fomento as tecnologias apropriadas.

Quadro A.4.4.24 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	8611
Descrição	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
Iniciativa	02XH
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.406.301.271	1.416.301.271	600.510.898	75.684.562	71.680.333	524.826.336	4.004.229
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	Unidade	6.334	1.931	1.406.301.271	75.684.562

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: A ação de Apoio a Projetos a Pequenos e Médios produtores no setor agropecuário no ano de 2012 atingiu um percentual de 30,5%, ou seja, das 6.334 propostas previstas foram realizadas 1.931, o contingenciamento de recurso feito pela Casa Civil/PR não permitiu alcançar a marca de 100%, porém o orçamento liberado foi utilizado em sua totalidade por este Departamento.

Quadro A.4.4.25 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8622				
Descrição		Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo				
Iniciativa		02XT				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.839.000	6.839.000	5.063.975	1.347.421	50.689	3.716.554	1.296.732
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Entidade assistida	Unidade	700	161	6.839.000	1.347.421

Fonte: SIOP/MP

Análise crítica. A meta foi reduzida em 71,50 % ou seja, em 500 (quinhentas) entidades assistidas em função da restrição orçamentária. O desempenho da ação só não foi melhor em função da conclusão do Chamamento Público ter ocorrido ao final do exercício, o que impossibilitou a celebração de mais convênios em 2012.

Quadro A.4.4.26 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação			
Código	0064		
Descrição	Assistência Financeira às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turísticas (Lei nº 7.291, de 1984)		
Iniciativa	02X9		
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC		
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
602.115	602.115	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Associação atendida	Unidade.	7	0	602.115	0

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Esta ação é exclusiva ao apoio de projetos técnicos na área de equinos propostos por Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas. Os impedimentos legais para celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos sem chamada pública, a inadimplência das entidades turfísticas somadas ao insucesso da Coordenação- CPIP/DEPROS em aprovar junto a CONJUR a proposta de chamada pública (processo 21000.003936/2012) inviabilizaram a execução da meta física e financeira dessa ação orçamentária.

Quadro A.4.4.27 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		099F				
Descrição		Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural				
Iniciativa		02CN				
Unidade Responsável		Secretaria de Política Agrícola - SPA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
174.044.174	329.044.174	329.044.173	149.081.292	84.521.145	179.962.882	64.560.147
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural.	Não existe.	Não existe.	Não existe.	329.044.174	149.081.292

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Para esta ação, R\$ 174 milhões em recursos foram aprovados na LOA. Além deste montante, também foram empenhados mais R\$ 100 milhões de um crédito suplementar e R\$ 55 milhões de um crédito extraordinário, totalizando aproximadamente R\$ 329 milhões de recursos empenhados. Conforme dados extraídos do Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - SISSER, foram consumidos R\$ 318,2 milhões em recursos da subvenção, o que beneficiou mais de 43 mil produtores rurais, cobrindo uma área de 5,2 milhões de hectares. Esta Ação, devido as suas peculiaridades, não possui produto e conseqüentemente não há uma meta física. Em relação à meta financeira, dos recursos disponíveis para esta Ação, no valor de R\$ 329 milhões, conforme dados extraídos do sistema da subvenção econômica, foram utilizados R\$ 318,2 milhões, maior valor gasto em um ano desde o início do Programa de Subvenção. Não houve problemas significativos que prejudicassem o alcance dos objetivos desta Ação. Se considerarmos que a meta inicial era de R\$ 174 milhões, valor aprovado na LOA, houve uma superação significativa da meta, sobretudo em razão da aprovação de créditos adicionais no valor de R\$ 155 milhões, resultado do esforço conjunto de diversos atores envolvidos com o seguro rural. Houve um crédito suplementar no valor de R\$ 100 milhões e um crédito extraordinário no valor de R\$ 55 milhões aprovados em dezembro de 2012, não havendo, portanto, tempo hábil para pagar as despesas dele decorrentes. A propósito, o MAPA,

de acordo com a Resolução nº 13, de 4 de julho de 2006, acerca do Regulamento de Operacionalização da Subvenção Econômica do Prêmio do Seguro Rural, tem até o trigésimo dia do mês subsequente ao da contratação das operações de seguro, para efetuar os respectivos pagamentos às sociedades seguradoras, com base nos Relatórios de Autorização de Pagamento da Subvenção emitido pelo sistema da subvenção econômica. Dessa forma, todas as obrigações financeiras do exercício de 2012 serão devidamente pagas em 2013, conforme disposto. E os restos a pagar decorrentes dos últimos créditos liberados em 2012 estarão detalhados no próximo Relatório de Gestão de acordo com o especificado no Manual de Preenchimento do Relatório de Gestão do TCU.

Quadro A.4.4.28 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		1K40				
Descrição		Implantação e atualização do processo de gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Iniciativa		045X –				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Articulação Institucional – CGAI				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.762.021	1.762.021	298.035	271.960	25.818	26.075	
246.142						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Número de projetos desenvolvidos	unidade	4	2	1.762.021	271.960

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Foram previstas quatro iniciativas estratégicas (projetos) de excelência administrativa: (a) aperfeiçoar os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa; (b) consolidar a Gestão Estratégica, (c) implementar o Modelo de Gestão Institucional; e (d) implementar a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos. Arelada a esta iniciativa existe apenas uma ação orçamentária referente ao projeto (b) Consolidar a Gestão Estratégica, e esta ação propiciou: (a) Realização da Oficina de capacitação dos DDAs e DPDAgs nos resultados estratégicos 2012-2015 em abril e de SePAS e SPAs em Gestão Estratégica e Planejamento Operacional e Inovação em novembro; (b) Início da implantação da Gestão Estratégica na Rede de Laboratórios do Mapa; (c) Treinamento de 150 Servidores no Metodologia de Gestão de Projetos MAPA (d) Elaboração Metodologia de Gestão de Projetos MAPA - definida a MGP-MAPA baseada no SISP-MPOG. (e) Realização de duas Reuniões de Análise Estratégica (f) Realização do Projeto de Cocriação na Cadeia Produtiva da Borracha (g) Aquisição de materiais de consumo a serem utilizados nas oficinas relativos ao Programa de Valorização dos Servidores do Mapa- PROVERH. Destes projetos, apenas dois foram parcialmente implantados, devido à não existência de recursos direcionados a todos os projetos

Quadro A.4.4.29 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	5920
Descrição	Zoneamento Agrícola
Iniciativa	02CM
Unidade Responsável	Secretaria de Políticas Agrícolas – SPA
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.727.000	12.727.000	11.115.653	11.115.653	0	0	11.115.653
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Número de estudos de zoneamento.	Unidade	342	348	12.727.000	11.115.653

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: Ao longo do ano de 2012, a ação se desenvolveu dentro do ritmo esperado, com todo o cronograma mensal (físico e financeiro) cumprido conforme estipulado em contrato, sem atraso ou alterações. Todas as metas e prazos foram cumpridos de acordo com o disposto nos cronogramas mensais de execução, ou seja, foram entregues todos os estudos de risco climático previstos e, tão logo avaliados e aprovados pela equipe técnica do MAPA, foram elaboradas as portarias de zoneamento para publicação no Diário Oficial da União e disponibilização das informações aos agentes financeiros e público em geral. Não houve problemas significativos que prejudicassem o alcance dos objetivos desta Ação.

Quadro A.4.4.30 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UI

Identificação da Ação						
Código		0026				
Descrição		Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural				
Iniciativa		02CN				
Unidade Responsável		Ministério da Fazenda				
Unidade Orçamentária		420012 - Secretaria de Política Agrícola				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.800.000,00	20.800.000,00	20.799.854,74	20.741.307,35	-	1.542,19	20.741.307,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cobertura de déficit nas operações de Seguro Rural.	Não existe.	Não existe.	Não existe.	20.800.000,00	20.741.307,35

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica: No ano de 2012, o valor empenhado para a Ação foi de R\$ 20.800.000,00, e o que foi disponibilizado totalizou R\$ 20.741.307,35. Esse fato acarretou em uma insuficiência para que o Fundo cumprisse sua finalidade de garantir a estabilidade do Seguro Rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe. Como consequência, serão necessários R\$ 22.330.248,48 a mais para o ano de 2013. Todas as medidas possíveis foram tomadas pelo Gestor do Fundo, a fim de solucionar o problema ainda dentro do exercício de 2012, mas não houve garantia por parte dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O recurso disponibilizado foi insuficiente para que o Fundo cumprisse a sua finalidade. Não houve superação significativa. Os restos a pagar não dependem de ações da área técnica, uma vez que a responsável por administrar a ação é o Ministério da Fazenda.

PROGRAMA 2022 - COMBUSTÍVEIS

Quadro A.4.4.30 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8626 - Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia					
Descrição	Promoção da cooperação internacional para a difusão da agroenergia; promoção da defesa dos interesses brasileiros nos fóruns internacionais que tratem da sustentabilidade (ambiental, econômica e social) e da produção nacional dos biocombustíveis; promoção da padronização de especificações técnicas dos biocombustíveis de modo a impulsionar sua comercialização; desenvolvimento do mercado a termo em bolsas internacionais.					
Iniciativa	00L2 Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento)					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Agroenergia					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Produção e Agroenergia					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000	150.000	96.288	92.399	43.673	3.889	48.726
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Cooperação Técnica Prestada	Unidade	10	6	150.000	48.726

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica – O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional. Ressalta-se que foi dada continuidade às tratativas com o BID e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Cabe destacar que em 2012 foi assinado Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Memorando de Entendimento similar, assinado em 2008 com a Holanda, foi renovado por período de dois anos. Ao longo do ano, atendendo a crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou a promover indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), com divulgação em diversos eventos e palestras.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA**Quadro A.4.4.31 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ**

Identificação da Ação						
Código		20QY				
Descrição		Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)				
Iniciativa		012X				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.086.618	100.086.618	3.295.274	2.000.000	2.000.0000	1.295.2740	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	unidade	40.040	1	100.086.618	2.000.000

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A meta foi parcialmente cumprida, tendo em vista que não houve limite financeiro. **Eventuais problemas de execução:** O principal problema encontrado foi à falta de limite financeiro. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não houve. **Restos a pagar:** Os valores estão alocados em diferentes Unidades da Federação.

Quadro A.4.4.32 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20QZ				
Descrição		Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal				
Iniciativa		0276				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	100.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Unidade Federativa apoiada	Unidade	27	27	100.000	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Meta física prevista no POA interno do DIPOA/SDA, e o realizado computado: 601 ações distribuídas na 27 unidades da federação contemplando desde apuração de denúncias até ações conjuntas com outros órgãos, realizadas dentro da rotina de Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em todo o território nacional, competindo com recursos humanos e financeiros destinados a outras ações de competência do DIPOA, dentro do escopo da ação 8938. **Eventuais problemas de execução:** O fato da Elaboração do Plano Nacional de Combate à Clandestinidade não ter sido concluída faz com que não se tenha orientações e padrões de ação. Não existe também a definição de prévia de parcerias e acordos de colaboração interinstitucionais. **Superações significativas das metas estabelecidas:** A meta inicialmente proposta foi bastante superada devido a melhorias e padronização na captação de dados das UF. As metas propostas serão revistas oportunamente.

Quadro A.4.4.33 – Informações Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20R0				
Descrição		Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)				
Iniciativa		012X				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	600.000	-	-	-	-	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Entidade Executora Integrada	unidade	30	0	600.000	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: As providências de Coordenação do Sistema estão atreladas a estruturação do mesmo (iniciativa 012X). Não obstante, foram definidas estratégias de Coordenação do SUASA. Não houve aplicação de recursos.

Quadro A.4.4.34 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20R1				
Descrição		Estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária				
Iniciativa		012Z				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000	600.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Centro Implantado	Percentual de execução física	25	0	600.000	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Foi priorizada a elaboração de diretrizes norteadoras da ação. Não houve aplicação de recursos.

Quadro A.4.4.35 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2019				
Descrição		Fiscalização de Material Genético Animal				
Iniciativa		013F				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000	900.000	165.111	160.224	2.387	4.887	157.837
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	unidade	1.000	700	900.000	160.224

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A ação de fiscalização de Material Genético Animal encerrou 2012 com 87,72% de abrangência da meta física. Mesmo não alcançando as metas previstas, o trabalho realizado ajuda a melhorar a qualidade do material de multiplicação animal ofertado aos produtores, o que leva a um aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional, alinhado com o objetivo de Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio. Em relação às metas orçamentárias, houve um grande contingenciamento do recurso previsto para a execução das

atividades de fiscalização de material genético animal ao longo do ano. Do total de recursos efetivamente liberados (R\$ 174.666,30), exclusivamente para custeio, foram executados 90,68%.

Em virtude da restrição orçamentária, um grande percentual das fiscalizações realizadas em 2012 se deu em estabelecimentos comerciais e industriais na região metropolitana, tendo havido comprometimento das fiscalizações previstas para estabelecimentos fora da região metropolitana, as quais demandam mais recursos para deslocamento. As vistorias para registro e fiscalizações em estabelecimentos avícolas de reprodução, que são desempenhadas em conjunto com os Serviços de Saúde Animal nas Unidades da Federação, foram custeadas em sua maioria por recursos do Departamento de Saúde Animal.

Quadro A.4.4.36 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2124				
Descrição		Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal				
Iniciativa		013F				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	1.020.705	937.934	9.197	82.771	
928.737						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	unidade	5.200	3.590	4.000.000	937.934

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: O resultado alcançado para as metas físicas pode ser considerado muito bom, tendo em vista o pleno atendimento da meta corrigida para o ano de 2012, onde foram realizadas 3.590 fiscalizações das 3582 fiscalizações previstas pelos Coordenadores de Ação Estadual - CAEs (previsto corrigido), ou seja, um percentual de 100,22% de atingimento da meta. No entanto, quando observamos a proposta da LOA para a realização de 5200 fiscalizações, o percentual de atingimento chegou a aproximadamente 70% da proposta, que exigiu correção por parte dos CAEs, em decorrência das restrições orçamentárias, financeiras, a vedação para emissão de pré-empenho e principalmente a falta de Fiscais Federais Agropecuários – FFAs nos serviços para a execução das atividades. Além disso, para atendimento da meta física, os serviços optam por realizar fiscalizações em casas comerciais que demandam menos tempo e permitem aumentar consideravelmente o número de estabelecimentos fiscalizados, prejudicando sobremaneira a programação e as prioridades estabelecidas pela Coordenação.

Cabe ressaltar que, na fiscalização de plantas fabricantes são avaliadas as questões relacionadas aos procedimentos higiênico sanitários, fundamentais à qualidade e à inocuidade dos produtos, apresentando maior significância quando entendemos que a unidade fabril apresenta maior risco de propagação de possíveis contaminantes quando comparamos com a venda por casas comerciais de produtos embalados.

Como resultado do trabalho de fiscalização temos registrado no ano de 2012, 79 estabelecimentos nas categorias de fabricante, fracionador e importador, com 905 análises laboratoriais realizadas em produtos para alimentação animal, cujos resultados parciais indicam 7,6% de não conformidade, 385 Autos de Infração lavrados, 190 termos de apreensão. Com a publicação da Instrução Normativa nº 42, de 16 de dezembro de 2010, o número de registro de produtos vem sendo

consideravelmente reduzido e a isenção será ampliada para outras classificações de produtos. O mesmo foi observado quanto ao número de processos para anuência prévia à importação, reduzido em cerca de 98% após a publicação da Instrução Normativa nº 29, de 14 de setembro de 2010.

Em relação aos Resultados dos Indicadores Estratégicos informamos que o Índice de Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – ICPAA inserido como um indicador de processo se encontra em 93% até o momento. Ao longo do exercício de 2012, alguns laboratórios da rede oficial informaram ausência de material para a realização das análises, por falta de recurso, o que prejudicou a programação de colheita de amostras e o programa de monitoramento dos insumos destinados à alimentação animal. O índice é calculado dividindo-se o número de produtos conformes pelo número total de produtos analisados.

Como restrições é possível mencionar a limitação de movimentação e empenho e a restrição de recursos específicos para deslocamento ao longo de todo o ano, a vedação para emissão de pré-empenho a partir de 25 de novembro de 2011 e a escassez de FFA que além de limitar o número de fiscalizações impacta nos gastos financeiros considerando que os deslocamentos são os maiores gastos da atividade. O que pode ser verificado quando observamos a dotação inicial e a despesa empenhada.

Na tentativa de contornar as restrições expostas a CPAA/DFIP continuou adotando como providência uma mudança no planejamento anual, com determinação de prioridades, tais como: denúncias da ouvidoria, violações, notificações internacionais, colheita de amostras para pesquisa de material de origem animal em produtos destinados a ruminantes (Microscopia), atendimento de solicitação de novos registros, atendimento de solicitações de auditoria para autorização de estabelecimento para fabricação de produtos com medicamentos, além disso, já foi apresentada à Secretaria a necessidade de FFAs e agora espera ser contemplado no próximo concurso público.

Conforme orientação da SE/MAPA, a CPAA não promoveu a realização das reuniões técnicas nacionais, previstas no POA 2012, para harmonização de procedimentos, acompanhamento das ações desenvolvidas, avaliação do setor, elaboração do plano operativo e definição das ações estratégicas para o ano, o que consideramos lamentável tendo em vista a importância dessas reuniões para a melhoria dos serviços prestados pelo MAPA. Por este motivo também se justifica valores empenhados não liquidados.

Cabe ressaltar que a falta de FFA e as restrições orçamentárias impostas ao setor provocam atrasos no atendimento das demandas geradas pela sociedade, como por exemplo a morosidade na concessão de registros de estabelecimentos, na realização de auditorias, emissão de certificados de exportação, podendo comprometer inclusive as relações comerciais internas e com parceiros internacionais.

Não houve liberação de recursos para investimento à esta Coordenação durante todo o ano. Na medida do possível, os empecilhos foram contornados devido à determinação, à criatividade e à mútua colaboração existente entre a unidade organizacional e às demais unidades gerenciais. Alertando mui respeitosamente a esta Secretaria Executiva que no caso de haver repetição das restrições orçamentárias impostas e ainda com a possível determinação para envio de recurso do PI técnico para pagamento de despesas de manutenção de Superintendências, as ações de fiscalização serão ainda mais prejudicadas.

Quadro A.4.4.37 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2132
Descrição	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal
Iniciativa	0136
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
59.591.644	64.487.644	58.166.448	36.740.502	3.754.863	21.425.946	32.985.639	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Análise Realizada		unidade	25.630.000	28.383.609	64.487.644	36.740.502

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Houve superação da Meta física estabelecida na LOA em 11%. **Eventuais problemas de execução:** O número de amostras fiscais de produtos para exportação e de produtos importados depende de fatores não mensuráveis pelo MAPA, como variação cambial e novas demandas analíticas apresentadas por parceiros comerciais, por exemplo; Redimensionamento do número de amostras enviadas em decorrência re-delineamentos de estudos epidemiológicos e ocorrência de surtos ou suspeitas de doenças que impactam na atividade agropecuária nacional. A previsão inicial da meta é estabelecida na PLOA com muita antecedência, com base nos resultados de anos anteriores. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não houve superações significativas das metas estabelecidas. **Restos a pagar:** Dizem respeito a materiais de consumos, bens permanentes e serviços que não foram entregues ou executados no exercício 2012.

Quadro A.4.4.38 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2134				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		012H				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000	10.000.000	4.434.073	3.961.613	327.063	452.460	3.634.550
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	unidade	750.000	821.331	10.000.000	3.981.613

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - A meta foi atingida, tendo em vista que entende-se como unidade de medida “Unidade” as fiscalizações realizadas em estabelecimentos produtores, processadores e armazenadores de vegetais, locais credenciados para a emissão do Certificado Fitossanitários de Origem, documento que acompanha uma partida de produtos vegetais durante o seu transporte para outras Unidades Federativas ou para exportação, comprovando o seu estado fitossanitário. A unidade de medida utilizada para a execução da meta física “Fiscalização realizada”, corresponde à fiscalização fitossanitária realizada sobre produtos vegetais e seus subprodutos por ocasião do seu trânsito para o mercado interno ou exportação. Essa fiscalização recai em diversos meios de transportes utilizados: caminhões, vagões, barcaças, etc.

Quadro A.4.4.39 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2136				
Descrição		Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal				
Iniciativa		0136				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.052.050	27.156.050	26.525.675	20.030.460	2.328.688	6.495.215	
17.701.772						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Análise realizada	Unidade	4.334.975	4.199.214	27.156.050	20.030.460

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A Meta física realizada alcançou 97% da meta prevista na LOA. **Eventuais problemas de execução:** O número de amostras fiscais de produtos para exportação e de produtos importados depende de fatores não mensuráveis pelo MAPA, como variação cambial e novas demandas analíticas apresentadas por parceiros comerciais, por exemplo; Redimensionamento do número de amostras enviadas em decorrência re-delineamentos de estudos epidemiológicos e ocorrência de surtos ou suspeitas de doenças que impactam na atividade agropecuária nacional. A previsão inicial da meta é estabelecida na PLOA com muita antecedência, com base nos resultados de anos anteriores. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não houve superações significativas das metas estabelecidas. **Restos a pagar:** Dizem respeito a materiais de consumos, bens permanentes e serviços que não foram entregues ou executados no exercício 2012.

Quadro A.4.4.40 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2140				
Descrição		Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário				
Iniciativa		013F				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.100.000	2.100.000	841.244	799.017	35.741	42.226	763.276
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	unidade	3.650	4.300	2.100.000	799.017

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Em consideração aos resultados estimados em relação à meta física traçada para 2012, informamos a existência de viés na eficiência técnica da atividade de fiscalização de produtos de uso veterinário, houve concentração das fiscalizações em demandas programadas para estabelecimentos comerciais de baixo risco (81,97% comércio em região metropolitana) em detrimento das fiscalizações em estabelecimento de alto risco e atendimento de denúncias (4,99% Fabricantes e importadores). Cabe ressaltar que a independência das SFA's na programação anual da fiscalização não permite a ociosidade dos fiscais, que tem metas a cumprir, as quais são

quantitativamente atingidas, mas que qualitativamente representam uma redução significativa do espaço amostral onde são estimadas as probabilidades de ocorrências de infrações aos dispositivos legais vigentes tornando distribuição e prevenção esperada da fiscalização menos eficiente do que o previsto e causando inaceitáveis prejuízos aos consumidores.

Quadro A.4.4.41 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2141				
Descrição		Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes				
Iniciativa		013E				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.800.000	4.800.000	2.179.181	2.038.264	42.571	140.917	1.995.693
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	Unidade	9.000	8.386	4.800.000	1.995.693

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: - 93,18% da meta física programada; - 41,57% da meta financeira programada. **Eventuais problemas de execução:** Houve fiscalização efetiva apenas em estabelecimentos e para produtos localizados próximos à sede dos Fiscais Federais Agropecuários, ou seja, onde não havia necessidade de deslocamento. Isto prejudicou a cobertura do universo a ser fiscalizado e pode trazer problemas na conformidade dos fertilizantes, inoculantes e corretivos ofertados aos produtores rurais. Há deficiência de pessoal tanto no efetivo de Fiscais como de agentes administrativos e agentes de nível médio.

Quadro A.4.4.42 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2179				
Descrição		Fiscalização de Sementes e Mudas				
Iniciativa		013E				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.700.000	10.700.000	3.042.703	2.674.123	36.979	368.580	
2.637.144						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	Unidade	18.000	15.633	10.700.000	2.674.123

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Meta Física: A meta de 18.000 fiscalizações foi inicialmente corrigida para 16.721 fiscalizações em virtude da necessidade de adequação ao tamanho das equipes de fiscalização. As restrições de ordem financeira e as limitações para deslocamento das equipes foram determinantes para o não cumprimento da meta. Note-se que em alguns estados (AL, PI, RJ, RR, AM, DF) a fiscalização de semente e mudas dispõe de um único fiscal, o que leva inevitavelmente à extrapolação do limite de diárias estabelecido para o ano.

Nesses casos, priorizou-se a fiscalização mais próxima da Sede, em detrimento dos deslocamentos mais longos com necessidade de diárias. É importante ressaltar que os insumos a serem fiscalizados se encontram nos rincões mais distantes, não são as sementes e mudas disponibilizadas nos comércios das cidades. No entanto, o contingenciamento levou à fiscalização a realizar ações nas cidades e no seu entorno, em detrimento da fiscalização da produção na zona rural. Os resultados são apenas números, mas não refletem a qualidade das sementes e mudas produzidas (verdadeiro objeto da fiscalização). **Meta Financeira:** A provisão empenhada foi R\$ 3.042.703,00 dos quais foram realizados R\$ 2.637.144,00 (86,67% do empenhado). A execução final foi prejudicada pelos resultados obtidos nos Estados do MA, MT, ES e SE, além do PR, onde problemas de ordem político-administrativa prejudicaram as ações. **Eventuais problemas de execução:** A restrição do limite orçamentário liberado mensalmente no PI FISCALSEM para deslocamento foi a grande responsável pelo não atendimento das metas, tanto física quanto orçamentária, visto que os valores disponibilizados nunca chegaram a atender à programação da fiscalização. Também as restrições que limitaram o número de diárias por fiscal colaboraram com o resultado abaixo do esperado, conforme já exposto.

Quadro A.4.4.43 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2180				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		012J				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	2.007.943	1.828.213	66.191	179.729	
1.762.022						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalizações realizadas	Unidade	900.000	1.053.481	4.000.000	1.828.213

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: As ações de fiscalização do trânsito internacional de vegetais e insumos agrícolas ocorrem para atender as demandas de liberação das importações e certificação das exportações, no atendimento aos requisitos internacionais. Neste sentido o MAPA cumpriu as metas programadas, superando-as em razão da maior demanda apresentada pelo mercado internacional. Quanto às metas financeiras, a baixa realização se deu em razão da não liberação do limite orçamentário previstos. **Eventuais problemas de execução:** A baixa liberação de recursos financeiros comprometeu significativamente as ações coordenadas de fiscalização, uma vez que foram canceladas programações de capacitação e reuniões técnicas, itens essenciais para o desenvolvimento da atividade de forma eficiente e harmonizada. Ficaram comprometidas também as ações de aquisição de materiais e equipamentos para melhor estruturação das Unidades Vigiaagro. **Superações significativas das metas estabelecidas:** As ações de fiscalização do trânsito internacional de vegetais e insumos agrícolas estão diretamente relacionadas ao comportamento do mercado internacional, variação cambial e desenvolvimento do agronegócio. Considerando que o comércio exterior, no segmento do agronegócio, tem apresentado incremento de 10% ao ano, justifica-se a superação das metas previstas devido ao crescimento das exportações e importações de produtos e insumos agrícolas.

Quadro A.4.4.44 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2181				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		012J				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	1.864.963	1.592.455	49.625	272.508	1.542.830
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalizações realizadas	Unidade	350.000	327.207	4.000.000	1.592.455

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: As ações de fiscalização do trânsito internacional de animais e insumos pecuários ocorrem para atender as demandas de liberação das importações e certificação das exportações, no atendimento aos requisitos internacionais. Neste sentido o MAPA cumpriu as metas programadas, superando-as em razão da maior demanda apresentada pelo mercado internacional. Quanto às metas financeiras, a baixa realização se deu em razão da não liberação do limite orçamentário previstos. **Eventuais problemas de execução:** A baixa liberação de recursos financeiros comprometeu significativamente as ações coordenadas de fiscalização, uma vez que foram canceladas programações de capacitação e reuniões técnicas, itens essenciais para o desenvolvimento da atividade de forma eficiente e harmonizada. Ficaram comprometidas também as ações de aquisição de materiais e equipamentos para melhor estruturação das Unidades Vigiaagro. **Superações significativas das metas estabelecidas:** As ações de fiscalização do trânsito internacional de animais e insumos pecuários estão diretamente relacionadas ao comportamento do mercado internacional, variação cambial e desenvolvimento do agronegócio. Considerando que o comércio exterior, no segmento do agronegócio, tem apresentado incremento de 10% ao ano, justifica-se a superação das metas previstas devido ao crescimento das exportações e importações de produtos e insumos pecuários.

Quadro A.4.4.45 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2909				
Descrição		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins				
Iniciativa		013E				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.955.637	2.955.637	782.180	659.278	30.066	122.903	
629.212						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização realizada	Unidade	800	1.574	2.955.637	659.278

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Cumprimento das metas: A meta física programada considera a quantidade de fiscalizações de estabelecimentos e produtos. Nota-se um aumento substancial do índice de eficácia obtido para o ano de 2012, em relação aos anos anteriores, o que é justificado pelo maior número de produtos fiscalizados. Este aumento não é justificado pelo aumento do número de fiscais, pelo contrário, nos últimos anos a fiscalização federal de agrotóxicos e afins vem sofrendo com a redução do número de servidores devido a aposentadorias e remoções para outros serviços. O aumento deve-se ao fato de uma maior especialização dos fiscais, justificada principalmente pelas reuniões técnicas realizadas ao longo do ano. Contudo, as empresas fiscalizadas, na sua maioria, ficam fora da área sede das equipes de fiscalização o que demanda, na maioria das vezes, emissão de diária e com a limitação do número dessas diárias por servidor os trabalhos foram dificultados e se concentraram nas regiões próximas à sede dos FFAs o que limita a cobertura da fiscalização e por consequência a sua eficiência. **Eventuais problemas de execução:** Limitação de diárias por servidor. Equipe reduzida de servidores. Atraso na liberação de recurso que interferiu na programação. **Superações significativas das metas estabelecidas:** As metas foram superadas, pois a quantidade prevista está aquém do que é possível realizar, logo, mesmo com os problemas citados, foi possível superar a meta. A Coordenação está gerenciando para aumentar a meta prevista na próxima LOA.

Quadro A.4.4.46 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4723				
Descrição		Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal				
Iniciativa		0277				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000	6.000.000	4.579.266	2.970.633	290.592	1.608.634	2.680.041
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Análise realizada	unidade	21.500	17.993	6.000.000	2.970.633

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A meta física foi ajustada de 21.500 para 17.993 considerando adequação do número de análises realizadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem animal e vegetal. A partir desta adequação haverá a necessidade de ajuste na meta para o exercício de 2013. A meta física prevista foi atingida conforme estabelecido inicialmente. A meta financeira foi considerada insatisfatória, considerando que não foi possível a utilização do recurso previsto inicialmente e R\$ 6.000.000,00 com o contingenciamento realizado. O cancelamento de 02 contratos do PNCRC/Vegetal por orientação do TCU levou a não utilização do recurso previsto, o que impactou na execução orçamentária. Ao mesmo tempo foi realizado reestruturação do escopo analítico do PNCRC/MAPA sendo que várias análises previstas em contratos deixaram de ser utilizadas para serem analisadas nos Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROS. Desta forma, parte do recurso financeiro esperado para utilização não precisou ser utilizado para este fim. Outro fator que explica a baixa execução diz respeito a demora na operacionalização do procedimento de pagamento das notas fiscais que fazem parte dos contratos, o que incorre em demora para liquidação das despesas. Houve inscrição de restos a pagar considerando que ainda restam serviços analíticos a serem pagos junto aos laboratórios contratados que realizam análises laboratoriais do PNCRC/Animal. Para que o pagamento seja realizado existe a necessidade do envio de notas fiscais a CRC/SDA para

conferência, autuação de processo e posterior envio a CGSG e CGEF para os fins. Assim, ainda resta principalmente o envio de notas fiscais para fins de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2012.

Quadro A.4.4.47 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4738				
Descrição		Erradicação da Mosca da Carambola				
Iniciativa		012H				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.500.000	4.500.000	4.247.128	3.010.010	34.661	1.237.118	2.975.349
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Área Controlada	ha	851.487.660	705.339.543	4.500.000	3.010.010

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Atualmente o Brasil tem três estados da federação com a presença da praga. Em Roraima após a detecção da praga em Normandia todo o estado foi declarado em estado de emergência fitossanitária(IN Nº09/2011), sendo que dos dezessete municípios do estado apenas Normandia e Uiramutã, fronteira com a Guiana sendo que o resultado de todas as ações realizadas contiveram a praga no extremo norte do país. Em 2011, dois municípios tinham a presença da praga em 2012 um município foi considerado erradicado, ou seja, uma redução de 50% Em 2012 foram 1707 kg de frutos hospedeiros coletados e enterrados, 26.885 blocos distribuídos por meio da Técnica de Aniquilamento de Machos e 847.800 plantas hospedeiras pulverizadas. O município de Uiramutã ainda com a presença da praga não poderá ser erradicado até que se implemente ações na fronteira com a Guiana onde a praga está presente e não existe nenhuma ação de controle ou erradicação. Portanto, sempre estamos detectando novas aldeias com a praga na região de Uiramutã, sendo no entanto, o controle do lado brasileiro é eficiente porque a praga não se dispersou para o sul do estado resultando em 14 municípios são considerados sem a presença da praga Cabe ressaltar que a erradicação não pode ser declarada devido detecções esporádicas provenientes da República da Guiana. Tal problema se dá devido a falta de ações de erradicação ou mesmo de controle da praga na Guiana, o que vem sendo tratado pelo Ministério da Agricultura com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ministério das Relações Exteriores. No biênio de 2013/2014, espera-se finalizar o processo de assinatura do acordo de cooperação e iniciar um programa de capacitação de técnicos guianenses custeados pela ABC e realizado com a equipe de especialistas em erradicação da praga deste Ministério. No caso do Pará o foco de Almeirim foi detectado em junho de 2011 foi declarado erradicado em novembro de 2012, retirando as sanções impostas para o comércio e trânsito de frutos hospedeiros da praga no baixo rio Amazonas e região de Marajó e Belém, em 15 de novembro de 2012 foi detectado um foco em Monte Dourado, distrito de Almeirim, que está localizado na fronteira do Amapá, apenas 200 mts do município de Laranjal do Jari/AP. Assim sendo dos 144 municípios do estado do Pará, apenas o distrito de Almeirim, denominado Monte Dourado apresenta ocorrência da praga e está sob ações de erradicação. No Amapá a situação é crítica, pois dos 16 municípios 15, onde a meta estabelecida de reduzir de oito municípios para quatro não foi cumprida. Hoje apenas Vitória do Jari apresenta-se sem ocorrência da *Bactrocera carambolae*. O número de espécimes detectados foi de 127.000, este problema é resultado dos problemas de gestão ocorridos na Superintendência tais como operações mãos limpas e a Intervenção ocorrida na Instituição que resultou em paralisação

de ações em 2011 e 2012. Toda essa ação de erradicação nos estados considerados como de alto risco de dispersão da praga que são o Amapá, Pará, Roraima tem como objetivo de prevenir a dispersão da praga para as demais 24 unidades federativas e pólos de fruticultura o que ocasionaria a suspensão das negociações e exportações do agronegócio fruticultura e prejuízos de mais de 100 milhões de dólares. Apesar dos resultados negativos ocorridos no Amapá, da onde a praga se dispersou para Monte Dourado – Almeirim no Pará, ainda temos 5553 *municípios sem a presença da praga*, bem como e erradicar a praga nos 17 municípios onde a mosca da carambola esta presente, resultando na manutenção do agronegócio fruticultura que tem mais de 2 milhões de hectares e gera 5 milhões de empregos diretos e indiretos. Também foi iniciada discussões do IICA para que os governos proponham um Programa Regional de Erradicação da Mosca da Carambola, sob coordenação do Brasil e com a participação da Guiana e Suriname. No caso da Guiana Francesa a proposta de uma ação conjunta foi feita no dia 05/10/2012 a Organização Proteção Fitossanitária da França que solicitou ajuda financeira do Brasil para iniciar as ações na zona tampão de 16 Km em Saint Georges Du Oiapock. Ações de educação sanitária foram iniciadas em Roraima em 2012 com a capacitação de 62 multiplicadores em aldeias indígenas de Maturuka e na cidade de Uiramutã sendo que as ações no Pará e Amapá estão sendo conduzidas à contento. Em 2012, foram realizados 23 cursos para multiplicadores, capacitando 940 pessoas, 7729 alunos foram informados do tema, 1519 famílias assistidas. **Eventuais problemas de execução:** A questão de gestão ocorrida na Superintendência Federal de Agricultura do Amapá que culminaram na Operação Mãos Limpas e na Intervenção iniciada em junho de 2012, resultaram na suspensão de ações de campo, paralisação de veiculos e falta de combustível e total descumprimento da metodologia especificada no Plano de Trabalho de Erradicação do Sul do Amapá, Plano de Contenção do Extremo Norte e Pós Erradicação do Vale do Jari, nos anos de 2011 e 2012. Em 2012 fechou-se o ano com uma altíssima densidade populacional cerca de 127.000 espécimes, esta alta densidade agregada ao descumprimento da portarias de transito, sob responsabilidade da DIAGRO e da metodologia de erradicação estabelecidas no Plano de Trabalho torna a situação critica no estado do Amapá. A equipe técnica não pode realizar a metodologia já comprovada com o sucesso da erradicação do Vale do Jari e agora em Roraima sem apoio de logística pois toda a ação é realizada no campo. Efetivamente, os problemas de gestão na SFA-AP, nos anos de 2011 e 2012 e o não cumprimento das portarias de fiscalização, ação essa sob responsabilidade da Agencia de Defesa Agropecuária do Amapá, e a inadimplência da Agencia de Defesa Agropecuária do Amapá, podem ser considerados como os principais entraves na condução do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola e os resultados negativos ocorridos no Amapá. Salientamos que a ressurgencia do foco em Laranjal do Jari, em 29 outubro de 2012 foi devido a suspensão dos trabalhos em 2011 e 2012 pela SFA-AP, esta suspensão resultou na dispersão da praga para o distrito de Monte Dourado, perdendo-se todo o trabalho realizado com seriedade e comprometimento no Vale do Jari e Almeirim e a perda do status de livre da praga pelo estado do Pará. Os recursos identificados no restos a pagar no PI ERRADMOSCA são provenientes dos empenhos para pagamento do Pregão 60/2012 realizados pela CSGS/SPOA /MAPA e pela Superintendência Federal de Agricultura de Roraima, para aquisição de material como inseticida orgânico, sacos plásticos, luvas de nitrila, e outros produtos utilizados nas ações de erradicação.

Quadro A.4.4.48 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4745				
Descrição		Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados				
Iniciativa		013H				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
2.000.000	2.000.000	552.082	447.466	11.416	104.616	436.050
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalizações Realizadas	unidade	1.500	1.300	2.000.000,00	447.466

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A meta global inicialmente estabelecida para a Ação 4745 em 2012 era de 1.500 fiscalizações, considerando um cenário de atendimento da dotação de R\$ 2.000.000,00,. No entanto, em função das limitações abaixo explicitadas, foram efetivamente realizadas no período apenas 1.300 fiscalizações. Conforme registro disponibilizado no SIPLAN em 16/01/13, esse valor equivale a **86,66%** do total inicialmente proposto. Em 2012 a ação foi realizada em 26 Unidades da Federação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP E TO). O número de fiscalizações realizadas em 2012 representa um incremento de 5,17% em relação ao valor de referência estabelecido na meta contida no Objetivo 0368 do Programa 2028.

Os responsáveis pela área operacional relataram dificuldades de diferentes naturezas em 2012, sendo as restrições orçamentárias estabelecidas pelo Governo Federal e o número reduzido de fiscais lotados nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA (SFA) as mais impactantes para a atividade. O movimento atípico de aposentadoria de servidores no período agravou a deficiência de pessoal mencionada. Também foi apontada como dificuldade para atendimento das metas a restrição em relação ao número de diárias concedido para cada servidor em 2012 (40/ano) e o procedimento interno utilizado pelo MAPA para autorizar a emissão de diárias além do referido limite, este último avaliado como burocrático e pouco célere. Algumas SFA apontaram também como dificuldade operacional o atraso na descentralização dos recursos e no envio das informações relativas às atividades de pesquisa a serem fiscalizadas, sendo este último processo dependente da atuação de outro órgão da Administração (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança/MCTI). Outro fator apontado como limitante para o alcance das metas em 2012 foi o fenômeno da seca nos estados da região nordeste, onde a semeadura das culturas potencialmente alvo das ações de fiscalização foi reduzida ou mesmo inexistente.

A paralização dos fiscais federais agropecuários em agosto de 2012 não foi percebida como fator limitante para a Ação. Usualmente o número de ações de fiscalização nesse mês é reduzido, sendo relevante registrar que a categoria manteve 70% de sua força de trabalho em atividade.

Registra-se também como dificuldade para a realização da Ação em 2012 a demora na aquisição dos kits imunocromatográficos utilizados para detecção rápida dos OGM no campo. Embora a demanda tenha sido apresentada pela área técnica em julho de 2012 a aquisição somente foi efetivamente viabilizada pelo setor competente do MAPA no final do ano, ficando a entrega do produto para o ano seguinte e os recursos relacionados a essa despesa em restos a pagar. Ainda na esfera central ou estratégica registra-se como fator limitante da Ação o quadro reduzido de servidores da carreira de fiscal federal agropecuário e de apoio administrativo na unidade organizacional responsável pela Ação (CBIO/SDA), situação esta informada às instâncias superiores.

Em razão das restrições orçamentárias estabelecidas não foi possível realizar as atividades de capacitação e atualização dos fiscais e demais servidores envolvidos na Ação. Essa situação é prejudicial, uma vez que, sendo o objeto central da fiscalização uma tecnologia de rápida evolução (biotecnologia), torna-se imprescindível uma atualização regular do estado da arte para a adequada atuação dos servidores. A título de contextualização, registra-se que entre 2010 e 2011 foram autorizados para uso comercial no Brasil, 14 novos OGM.

Em 2012 também não houve disponibilização de limites para investimento, o que poderá impactar a ação em médio prazo, em razão da impossibilidade de atendimento de demandas específicas por substituição de veículos e equipamentos de informática utilizados nas ações de fiscalização.

Quadro A.4.4.49 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4746				
Descrição		Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais				
Iniciativa		027A				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.857.745	4.857.745	2.956.607	2.647.359	49.129	309.248	2.598.230
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização Realizada	Unidade	3.600	3.463	4.857.745	2.647.359

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Em relação ao cumprimento da Meta Física atingiu-se 96,19% quando se compara a execução (3.463) com o previsto na LOA2012 (3.600), entretanto quando a comparação é com os valores “corrigidos” a execução dessa Ação supera o programado corrigido (3.418) em 1,32%. Em relação à execução da Meta Orçamentária executou-se somente metade (54,497% = R\$ 2.647.359,00) dos recursos aprovados na LOA2012 (R\$ 4.857.745,00). Se compararmos com a Provisão Recebida (R\$ 2.679.215,43), a execução chegou a 98,81% (R\$ 2.647.359,00) o que demonstra uma boa execução. **Eventuais problemas de execução:** A falta de disponibilização total dos recursos previstos na LOA2013. A insuficiência de fiscais disponíveis para a execução da iniciativa. Esta necessitando urgentemente a promoção de concurso para contratação não só de Fiscais Federais Agropecuários, mas também de Agentes de Atividades Agropecuária para dar suporte técnico nas classificações fiscais e de importações. Com a limitação de uso de diárias (40 diárias ano/técnico) passou a ser obrigatória a autorização do Secretário Executivo, procedimento esse trouxe dificuldades operacionais para a execução da meta. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Com os problemas acima apontados conseguiu-se chegar a esse percentual de execução física por meio de realização de fiscalização no âmbito da cidade de localização do Fiscal, o que levou à diminuir os gastos com o pagamento de diárias e conseqüentemente um baixo rendimento na execução financeira, conforme o demonstrado acima.

Quadro A.4.4.50 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4842				
Descrição		Erradicação da Febre Aftosa				
Iniciativa		012I				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.065.930	44.884.930	38.585.765	36.983.695	2.875.522	1.602.071	34.108.173

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Área Controlada	Km ²	8.515.876	5.073.062	44.884.930	36.983.695

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A meta de manter as zonas livres de febre aftosa implantadas no País foi alcançada integralmente. Comparando-se os rebanhos de bovinos e búfalos de 2011 e 2012, foi alcançado 99,4% da meta de manter bovinos e búfalos do Território Nacional em zonas livres de febre aftosa, variação que pode ser considerada normal, sem qualquer relação com a ocorrência de febre aftosa ou redução nas áreas livres implantadas. É oportuno destacar que, apesar do aumento nos riscos de reintrodução da doença em nossa zona livre, devido à recorrência da doença no Paraguai no final de 2011, próximo a fronteira internacional, as medidas de prevenção adotadas pelo serviço veterinário oficial brasileiro contribuíram para mitigar esse risco com sucesso. O Brasil continua sem registro da doença há quase sete anos, sendo a última ocorrência registrada no Mato Grosso do Sul em 2006. Embora não tenha ocorrido evolução na classificação de risco das áreas previstas (regiões Norte e Nordeste), avançou-se com os trabalhos de estruturação dos serviços veterinários oficiais e com o inquérito soropidemiológico para avaliação da circulação do vírus da febre aftosa em sete estados do Nordeste e na região Centro-Norte do Pará, o que deverá contribuir com uma possível mudança de classificação de risco dos estados envolvidos no primeiro semestre de 2013. Todavia, não se teve os avanços almejados na implementação das medidas técnicas e estruturais necessárias nos três estados da região Norte, que continuaram classificados como alto risco para febre aftosa. Procurando-se contribuir com a melhoria estrutural e fortalecer os trabalhos de vigilância para febre aftosa na região, foram cedidos veículos e motos aos serviços veterinários do Amapá e Roraima adquiridos com recursos do Projeto PAMA/FOCEM. Além disso, os serviços veterinários oficiais destes três estados foram auditados, sendo feitas as devidas recomendações, que proporcionarão as evoluções almejadas em suas classificações de risco.

Das 26 unidades da federação que realizam campanhas de vacinação, em 21 foram alcançados índices superiores aos 90% de animais vacinados nas campanhas realizadas no ano. Na primeira etapa de vacinação do ano, os estados do Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Norte não alcançaram esse índice; na segunda etapa, o Amazonas não o alcançou na região da calha do Rio Amazonas, além dos estados Rio de Janeiro e Roraima. Em função da forte seca ocorrida na região Nordeste, foi necessário prorrogar a vacinação em alguns estados e, no segundo semestre, suspendê-la temporariamente nos estados do Piauí, Paraíba e parte do Pernambuco. **Eventuais problemas de execução:** Os serviços veterinários oficiais de alguns estados atrasaram a colheita de amostras do inquérito soropidemiológico para febre aftosa na região Nordeste e Pará; ocorreram também atrasos no processamento de algumas amostras devido problemas com um dos kits diagnóstico utilizado, que implicou no reproprocessamento de parte das amostras e atrasos na expedição dos resultados; Os serviços veterinários oficiais de dois estados do Nordeste atrasaram na implementação das melhorias técnicas e estruturais recomendadas pelo MAPA e, conseqüentemente, somente foi possível incluí-los no processo de avaliação de circulação do vírus da febre aftosa no último trimestre do ano; Ocorreram mudanças na estruturação do serviço veterinário oficial do Amazonas, com áreas classificadas como alto risco para febre aftosa, que exigiram o adiamento da auditoria prevista para avaliar aquele serviço, o que aconteceu somente no final do ano; Não houve a estruturação satisfatória dos serviços veterinários oficiais dos estados do Amapá e Roraima, agravada pelos impedimentos legais desses estados para receberem as transferências de recursos por convênio; A ocorrência de grave seca no Nordeste e parte de Minas Gerais comprometeu o calendário normal de vacinação previsto para região, obrigando se efetuar prorrogações ou suspensões temporárias de campanhas ao longo do ano. **Restos a pagar:** A maior parte das despesas inscritas em restos a pagar está relacionada à execução do Projeto PAMA/FOCEM.

Quadro A.4.4.51 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8572				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais				
Iniciativa		012H				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.884.500	19.884.500	16.166.947	15.162.750	3.987.690	1.004.197	11.175.060
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Área controlada	ha	13.058.700	12.617.508	19.884.500	15.162.750

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: Para o Departamento de Sanidade Vegetal, a ação de controle da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros constitui esforço da Iniciativa 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais, dentro do Objetivo 364 - Defesa Agropecuária e, possui meta física apurada de modo não cumulativo. Da superfície de área em hectares programados para cobertura de monitoramento e controle integrado da doença, registra-se alcance de 100,0%, com 550 mil ha realizado em relação ao programado na LOA 2012. A cobertura de área controlada da vassoura de bruxa, toma como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos por meio de eventos diversos focados no público alvo, assim como na sociedade dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau. Destaca-se como resultado relevante a criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos, bem como a continuação do seqüenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas. Conjuntamente com DSV/SDA/MAPA, dinamizou-se o plano de contingência da Monilíase do cacauzeiro, visando proteger a cacaucultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença do cacauzeiro, ainda não ocorrente em território brasileiro. Consolidada a análise do exercício registra-se a realização de ações relevantes para o controle da vassoura de bruxa: o lançamento do Programa de Revitalização das áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo que contempla diversas medidas para o enfrentamento da catástrofe advinda da contaminação de mais de 95% das lavouras cacauzeiras do estado, bem como a II Reunião Técnica - Programa Nacional de Pesquisa para Prevenção e Controle da Monilíase do Cacauzeiro. A Ação controle da doença vassoura de bruxa reúne os esforços de controle integrado da doença, campanhas e demais medidas com cobertura de alcance em toda área de cacauzeiros nos estados de atuação: AM, BA, ES, MT,PA e RO.

Quadro A.4.4.52 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8592				
Descrição		Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar				
Iniciativa		012I				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
2.000.000	2.000.000	300.899	293.348	8.128	7.551	285.220
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Fiscalização Realizada	Unidade	300	316	2.000.000	293.348

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Foram realizadas 316 fiscalizações, caracterizadas como auditorias e reauditorias em estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV (ERAS). O número de fiscalizações realizadas ultrapassou em 5% a meta prevista. É importante considerar que é bastante complexo prever o número de fiscalizações realizadas, uma vez que auditorias são requeridas para que propriedades rurais adentrem o rol de estabelecimentos produtores de bovinos para União Européia. Esse número é bastante variável e flutua de acordo com a demanda de mercado. Isso justifica também a diferença entre a dotação (orçamento) e a despesa empenha/liquidada, uma vez que é necessário dispor de orçamento para suprir demandas repentinas de mercado, fato não ocorrido em 2012. Além da realização de fiscalizações para cumprimento de metas e manutenção de acordos, a CSR/SDA trabalhou na promoção de mudanças em sua atuação regulatória e fiscalizatória, com o objetivo de adequação ao disposto nos novos marcos regulatórios, em especial na Lei 12.097/2009 e no Decreto 7.623/2011, além de ter participado ativamente na construção da Plataforma de Gestão Agropecuária. **Eventuais problemas de execução:** Não ocorreram significantes problemas de execução para cumprimento de metas de fiscalização (auditorias e reauditorias). Os principais problemas encontrados para execução das tarefas da CSR/SDA encontram-se em problemas de desenvolvimento da Plataforma de Gestão Agropecuária, entretanto esses problemas não impactam na execução de auditorias e reauditorias, não influenciando então na meta. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não ocorrido. A meta foi superada em apenas 5%. **Restos a pagar:** Não foram inscritas despesas em “restos a pagar”.

Quadro A.4.4.53 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8654				
Descrição		Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária				
Iniciativa		0132				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	14.400	14.400	-	300.000	14.400
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Atividade realizada	unidade	50	2	1.000.000	14.400

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A meta foi parcialmente cumprida, sendo parte delas através de recursos e ações do FONESA. O recurso empregado pelo MAPA foi utilizado na Promoção da Educação Sanitária em eventos estaduais. **Eventuais problemas de execução:** Tendo em vista a nova abordagem que está sendo dada ao programa, não houveram demandas dos Estados, por estar o processo em fase de sensibilização. **Superações significativas das metas estabelecidas:** A superação da meta estabelecida se deve ao fato dos Estados, através das Agências de Defesa

Agropecuária, no âmbito de ações integradas, como os programas sociais de combate a misérias, terem promovido eventos e ações diretas.

Quadro A.4.4.54 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8658				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais				
Iniciativa		012I				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.843.550	32.024.550	29.788.427	29.381.939	195.279	406.488	29.186.660
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Propriedade Atendida	Unidade	947.702	801.505	32.024.550	29.381.939

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Os índices alcançados no cumprimento das metas física (84,6%) e financeira (91,7%) podem ser considerados como muito bons, permitindo o atendimento das ações de prevenção e controle das doenças objeto dos seguintes programas sanitários oficiais: Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; Programa Nacional de Sanidade dos Suínos; Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas e Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Eventuais problemas de execução: Extensão territorial do País e dificuldades de acesso às propriedades e deslocamento em algumas situações. Impossibilidade de alguns serviços estaduais firmarem convênios com o Mapa. **Restos a pagar:** Destacaram-se as despesas para atendimento de necessidades relacionadas a esta ação em laboratórios de diagnóstico da rede LANAGRO – Laboratórios Nacionais Agropecuários e para atendimento ao Ministério da Defesa - Comando do Exército em apoio a ações de prevenção de doenças dos animais desenvolvidas ao longo do ano.

Quadro A.4.4.55 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8938				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal				
Iniciativa		0278				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	15.000.000	6.969.741	6.632.040	195.789	337.701	
6.436.251						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Estabelecimento inspecionado	unidade	3700	3.195	15.000.000	6.632.040

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Consideramos que a meta foi alcançada satisfatoriamente. É importante ressaltar que a meta é estipulada pelo número de estabelecimentos

ativos. Em 2012 o número de estabelecimentos diminuiu e hoje existem ativos 3294 estabelecimentos. **Eventuais problemas de execução:** Carência no quadro de pessoal do DIPOA/SDA, Fiscais Federais Agropecuários – FFA's (697) e de Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – AISIPOA (4.566), diminuição na descentralização dos recursos programados para estas ações e restrições na liberação de Servidores para deslocamentos.

Quadro A.4.4.56 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8939				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal				
Iniciativa		0279				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.500.000	3.500.000	1.205.371	1.071.936	27.132	133.435	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Estabelecimentos inspecionados	unidade	2.600	1.840	3.500.000	1.071.936

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Em relação à meta física, houve execução de 1.840 unidades, que representa 88,21% do previsto corrigido (2086) e 70,77% do previsto na LOA (2600). Em relação à meta financeira, a execução de apenas 30,62% deu-se, principalmente, devido à não disponibilização de R\$ 2.428.064 dos 3.500.000,00 previstos na LOA. Em relação aos valores empenhados houve execução de 88,93%. Apesar das dificuldades causadas pela não disponibilização de recursos, a execução da meta física ficou próxima do planejado tendo em vista a programação de atividades de fiscalização em locais que demandam menor quantidade de recursos para deslocamentos. Entretanto, alerta-se que a distribuição de atividades tendo em vista as restrições financeiras prejudica sobremaneira o atendimento satisfatório dos critérios técnicos.

Eventuais problemas de execução: Os problemas de execução são oriundos dos seguintes motivos: Restrição do número máximo de diárias a serem emitidas para cada servidor e conseqüente aumento da tramitação burocrática para aprovação de viagem destes servidores; Falta de quantitativo adequado de Fiscais Federais Agropecuários que acarretou em descontinuidades frequentes do serviço devido à licenças médicas, férias ou deslocamento para atividades não relacionadas às iniciativas/ações; Déficit de servidores para atividades de apoio que acaba por exigir deslocamento de Fiscais Federais Agropecuários para estas atividades; Inadequada distribuição geográfica dos Fiscais Federais Agropecuários; Greve dos Fiscais Federais Agropecuários; Deslocamento dos Fiscais Federais Agropecuários para atendimento de demandas não relacionadas às iniciativas/ações. Por exemplo: atendimento de demandas do Ministério Público, denúncias de estabelecimentos não registrados etc.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Quadro A.4.4.57 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2B47
Descrição	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG
Iniciativa	044P
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
461.000	461.000	386.540	251.524	17.744	135.016	233.779
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produtor Atendido	unidade	350	2.830	461.000	251.524

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica - Cumprimento das metas: Quando da elaboração da proposta orçamentária da LOA 2012 foi encaminhado o número de 350 produtores atendidos, porém tal número mostrou-se subestimado. Isso porque os eventos e projetos apoiados, em 2012, contemplam cerca de 50 diferentes regiões, com uma média de 55 produtores diretamente envolvidos nas ações, totalizando mais de 2800 produtores, em vez de 350. Para 2013, está prevista a atuação em 85 diferentes regiões e a alteração do produto dessa meta para contemplar de forma mais adequada as atividades da Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários IG, alterando de 'número de Produtores atendidos' para 'número de Projetos/iniciativas apoiadas'. Em 2012 a previsão era atuar em 65 regiões, mas só foi possível atuar em 50, e ainda assim contando com parcerias estabelecidas com outros órgãos de fomento. Isso aconteceu devido a insuficiência de técnicos capacitados em atuar no tema, nos estados, e à gradativa redução de orçamento, sofrida pela Coordenação desde 2010, apesar do aumento da demanda de trabalho. No entanto, avaliamos que, no momento, como não possuímos estrutura em termos orçamentários e de pessoal para absorver mais 100 diferentes projetos, tal situação impactará na meta do PPA para 2015, caso ações alternativas e emergenciais de minimização dos gargalos não sejam tomadas no curto prazo. Com relação à meta financeira prevista, no valor de R\$461.000,00, foram disponibilizados R\$424.862,72 de orçamento, tendo sido empenhados R\$386.540,36. A diferença de R\$38.322,36 não utilizados dizem respeito às sobras dos recursos descentralizados para a execução dos trabalhos junto às Superintendências Federais de Agricultura nas 27 unidades da federação. **Eventuais problemas de execução:** A insuficiência de recursos para as atividades fim, de técnicos nas unidades descentralizadas e na sede, e a insuficiência de recursos para realização de capacitação continuada do quadro de pessoal, são eventos que interferem e prejudicam a execução dos programas. Destacamos a necessidade de continuidade da disponibilização dos recursos financeiros para evitar interrupção das ações de fomento desta coordenação, que se caracterizam pelos resultados de médio e longo prazos. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não se aplica, pois as metas estabelecidas não foram superadas. **Restos a pagar:** Os restos a pagar incluem um convênio firmado em 2012, cujo recurso está nas previsões orçamentárias.

Quadro A.4.4.58 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UI

Identificação da Ação						
Código		2122				
Descrição		Proteção e Fiscalização de Cultivares				
Iniciativa		044Q				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
682.350	682.350	630.465	290.298	24.632	340.167	
265.666						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cultivar Protegida	Unidade	60	232	682.350	290.298

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica - Cumprimento das metas: As metas estabelecidas foram superadas por este SNPC, devido aos ensaios de DHE que foram iniciados na safra agrícola 2011/12, que foram finalizados no ano de 2012. Deve-se ressaltar que este SNPC atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais, e às ações realizadas visando a divulgação da proteção de cultivares, bem como, a capacitação de fiscais federais e obtentores estão permitindo o incremento no número de solicitações de pedidos de proteção, especialmente ornamentais e florestais. Além disso, o esforço para a inclusão de novas espécies no sistema de proteção de cultivares contribui para a superação das metas estabelecidas pelo PPA 2012-2015. **Eventuais problemas de execução:** Podemos ressaltar que o contingenciamento para investimentos em equipamentos e material permanente, restrição aos limites de deslocamentos e a liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos foram impeditivos para a implementação de ações fundamentais que terão efeitos a médio e longo prazo. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Vide cumprimento de metas. **Restos a pagar:** Os restos a pagar estão relacionados aos Termos de Cooperação firmados entre este SNPC e a Embrapa; Contrato de prestação de serviço de Pessoa Jurídica com a empresa Heréditas Tecnologia em Análises de DNA que visa à criação de banco de dados moleculares das cultivares protegidas, bem como a verificação de uso indevido das mesmas. Com a empresa Ikhon Gestão Tecnologia este SNPC possui um contrato de prestação de serviços para manutenção do Sistema de Gestão Documental denominado Próton e do sistema de solicitação de pedidos de proteção de cultivares on line denominado Cultivar Web; repasse de recurso para as SFA's visando suprir deslocamentos de FFA's para fiscalização de ensaios de DHE e Cultivares Exemplo.

Quadro A.4.4.59 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8560				
Descrição		Fomento à Inovação no Agronegócio				
Iniciativa		044N				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
725.500	725.500	603.605	188.519	16.428	415.086	172.091
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	Unidade	3	4	725.500	188.519

Fonte: SIOF/MP

Análise Crítica: A meta física prevista inicialmente para 2012 era de 03 projetos apoiados. No entanto, essa meta foi reprogramada para 04 projetos apoiados, sendo estes realizados e resultando no alcance de 100% da meta prevista para o ano. Estes 4 projetos apoiados são: 1) Termo de Cooperação com a Embrapa Instrumentação, para reimpressão do livro: "Agricultura de Precisão - Um novo olhar". 2) Reedição das publicações Folder e Boletim de Agricultura de Precisão. 3) Termo de Cooperação com Embrapa Gado Leite para apoiar a realização do Workshop de Zootecnia de Precisão em Gado de Leite. 4) Termo de Cooperação com a UFSM para realização de curso de capacitação a distância em Agricultura de Precisão. Também houve despesas com articulações do setor e apoio a ações nas Superintendências do Ministério da Agricultura (SFAs). Dentre estas ações pode-se citar: ações para a organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão, com vistas à formação de um diagnóstico do setor e a regularização da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, por meio de Portaria do Mapa, que culminaram na formação da referida Comissão; apoiou a realização de "Curso de Geoestatística para Agricultura de Precisão" com participação de 32 pesquisadores, docentes, extencionistas e FFAs para

harmonização de técnicas de geoprocessamento em AP; apoio ao desenvolvimento do Programa Balde Cheio que será implementado no Estado do Piauí, através da SFA-PI; participação em eventos para disseminar a Agricultura de Precisão (EXPODIRETO COTRIJAL, 23ª FENAGRI, Tecnoshow COMIGO, 3º Encontro Nacional de Técnicos do Programa Balde Cheio, Feira de Agricultura de Precisão em Não-Me-Toque-RS e AGROVIA 2012).

Quadro A.4.4.60 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8949				
Descrição		Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação				
Iniciativa		044L				
Unidade Responsável		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
460.559	460.559	325.210	198.268	25.804	126.942	172.464
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Apoiado	Unidade	3	5	460.559	198.268

Fonte: SIOP/MP

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A meta física prevista inicialmente para 2012 era de 03 projetos apoiados. No entanto, essa meta foi reprogramada para 05 projetos apoiados, sendo estes realizados e resultando no alcance de 100% da meta prevista para o ano. Estes 5 projetos apoiados são: 1) Termo de cooperação com a Embrapa Cenargen para apoiar o II Congresso Brasileiro de RG. 2) Reedição de três publicações sobre Hortaliças Não Convencionais, sendo ao todo uma tiragem de 25.000 exemplares. 3) Termo de Cooperação com a Embrapa Tabuleiros Costeiros para apoiar a conservação de Germoplasmas de Coco da Bahia (parte do empenho será feito em 2013). 4) Termo de Cooperação com a Embrapa Uva e Vinho (o empenho será feito em 2013). 5) Termo de Cooperação com a UFSC para apoio a Indicação Geográfica. Também houve despesas com articulações do setor e apoio a ações nas Superintendências do Ministério da Agricultura (SFAs), através de custeio de deslocamentos e outras despesas, à conservação de recursos genéticos "on farm" em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Apoio à Prospecção de frutas com potencial de conservação: mangaba, umbu, cajá e outras, através da SFA-PB; Apoio à Implantação de unidades demonstrativas de produção de plantas medicinais, através da SFA-RJ.

Eventuais problemas de execução: Apesar da superação da meta ressalta-se as dificuldades devido as limitações do repasse da verba.

Superações significativas das metas estabelecidas: A superação da meta física se deve à forte articulação da coordenação com o setor e ao fato de se ter buscado parcerias que exigissem menores valores de contribuição.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo Constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2105
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.926.664.381	4.452.492.423	4.361.615.909	4.296.137.468	60.735.999	65.478.441	4.235.401.469

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No geral, a dotação orçamentária prevista para o exercício de 2012 atendeu o planejamento estabelecido, com toda a liberação dos recursos orçamentários na forma prevista, principalmente no que diz respeito às ações voltadas ao funcionalismo, à manutenção da Unidade, à manutenção de soluções e processos de TI e à realização de publicidade de utilidade pública.

Algumas ações não foram realizadas a contento, porém por razões não totalmente ligadas a orçamento:

- houve dificuldade em contratar laboratórios para realização dos exames periódicos de servidores e empregados. Espera-se cumprimento da meta em 2013;
- não foi possível implementar todas as contratações de adidos agrícolas, conforme intenção inicial, por conta de deficiência na divulgação da metodologia de contratações acordada com o MRE;
- a capacitação de servidores baseou-se na continuidade das ações com foco em uma gestão estratégica orientada para resultados, gestão por competência e compartilhada. Houve prejuízo à execução por conta do contingenciamento orçamentário da ação, do reduzido número de servidores na área de desenvolvimento de pessoas; da complexidade para a definição dos conteúdos programáticos dos cursos específicos das áreas técnicas; e das dificuldades relacionadas aos processos licitatórios;
- não houve execução de ações voltadas à melhoria da infraestrutura da Sede do Ministério.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência médica aos servidores e empregados – Exames periódicos				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.485.390	105.390	105.390	0	0	105.390	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor Beneficiado	Unidade	8.252	235	105.390	0

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A meta física da Ação 20CW ficou em pouco mais de 1,98%, devido as dificuldades em implantar e contratar os laboratórios para realização dos exames necessários, o que só foi possível em dez/2012.

Quadro A.4.6.2 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20QV				
Descrição		Gestão das Atividades dos Adidos Agrícolas				
Unidade Responsável		Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.496.000	3.146.400	1.664.901	1.563.756	166.988	121.144	
1.396.769						
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Posto de representação mantido	Unidade	08	08	3.146.400	1.684.901

Fonte: SIOF

Análise Crítica: Esta ação foi criada para constituir um centro de custos para atender a tarefa de gerenciamento da função dos Adidos Agrícolas no exercício de suas atividades. Estão contempladas despesas administrativas e técnicas. No primeiro caso, encontram-se despesas tais como auxílio moradia, auxílio familiar, manutenção do escritório (telefone, material de expediente, manutenção e conservação de imóveis e móveis), gastos com viagens e deslocamento (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), serviços e contratos administrativos. Entendem-se como despesas técnicas, os seguintes casos: reunião anual de coordenação com os adidos no Brasil; participação do Adido em missões técnicas, reuniões ou outros eventos compatíveis com a sua função; avaliação técnica “in loco” do desempenho dos adidos; elaboração de material técnico para subsidiar o trabalho dos adidos; elaboração de material técnico a partir do trabalho dos adidos. Essas despesas serão realizadas nos países onde os adidos estirem lotados, portanto, fora do território nacional.

Esta ação teve sua execução prejudicada no exercício de 2012, já que havia previsão de contratação de até dois auxiliares locais por posto de representação, conforme estabelecido no Decreto 6464/2008, que cria a função do adido agrícola. A estimativa de gastos com os auxiliares locais corresponderia a dois terços do orçamento designado para a ação. No entanto em 2012 não foi possível implementar as contratações, conforme intenção inicial. O MAPA acordou uma metodologia para essas contratações com o Departamento de Administração do MRE, porém, de acordo com informações colhidas junto aos próprios adidos, a informação não foi repassada a todos os postos de maneira clara o que pode ter gerado confusão e resistência em alguns postos (de acordo com a metodologia acordada o Chefe do Posto firmaria contrato de prestação de serviço com empresa local fornecedora de mão de obra). Com isso, apenas a adidância em Moscou, Rússia, efetivando essa contratação, ainda assim, o primeiro pagamento foi efetuado a partir de julho/2012.

Quadro A.4.6.3 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	20SS
Descrição	Gestão e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação - CGTI
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.328.000	39.328.000	36.309.149	25.503.339	3.540.163	10.805.810	21.963.176
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Solução Implantada	Unidade	2	2	39.328.000	36.309.149

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A execução física e financeira desta iniciativa foi realizada dentro do esperado e as etapas ocorreram normalmente no âmbito deste Ministério. Os gastos nesta ação no decorrer do exercício de 2012 permitiram que a Coordenação de Tecnologia da Informação – CGTI executasse as seguintes atividades para o atendimento de seu público-alvo:

1. Prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo o desenvolvimento e manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva) de sistemas de informações e portais;
2. Manutenção da Central de Relacionamento do MAPA para dar continuidade a prestação dos serviços de atendimento aos Usuários da Rede MAPA e da Sociedade, possibilitando a prestação dos Serviços de Suporte Técnico em Tecnologia da Informação, atendimento de Recursos Humanos, Binagri e Ouvidoria;
3. Suporte técnico e a manutenção de atualização das licenças dos produtos Oracle que são à base da infra-estrutura dos sistemas corporativos do MAPA, os quais gerenciam informações importantes das regulamentações e das políticas aplicadas ao agronegócio Brasileiro;
4. Administração de todo o ambiente da solução de sistemas de segurança (Firewall e Analisador de Conteúdo) e clusterização do sistema que protege a rede de Banco;
5. Prestação de serviços de garantia de funcionamento e suporte técnico aos equipamentos da Rede Corporativa do MAPA – Sede e Anexo, incluindo atividades necessárias à eliminação de todos os pontos de falha dos andares, criando redundância dos acessos aos servidores de rede da sala cofre e permitindo a possibilidade de crescimento futuro;
6. Manutenção preventiva e corretiva de impressoras no âmbito do MAPA;
7. Certificação digital - Serviços técnicos especializados em certificação digital para usuários e servidores, dentro das especificações e normas ICP – Brasil; e
8. Renovação das licenças do sistema de segurança corporativo de antivírus do MAPA.

Quadro A.4.6.4 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento de Servidores Ativos da União.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.363.883.925	1.393.933.925	1.383.325.616	1.383.325.616	1.706.978	0	1.381.618.638
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de Pessoal Ativo da União			10.387	1.363.883.925	1.383.325.616

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A meta realizada desta ação está dentro do esperado, pois depende exclusivamente da quantidade de servidores na ativa.

Quadro A.4.6.5– Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Responsabilidade da SE							
Identificação da Ação							
Código		2000					
Descrição		Administração da Unidade					
Unidade Responsável		Secretaria Executiva - SE					
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
71.341.840	79.439.507	52.999.246	42.685.311	1.226.426	10.313.936	41.458.885	
Metas do Exercício para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
O PPA não estabeleceu meta física para a ação.							

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A dotação orçamentária prevista para o exercício de 2012 atendeu o planejamento estabelecido pela Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG/SPOA, com toda a liberação dos recursos orçamentários na forma prevista do planejamento.

Quadro A.4.6.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores , Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.440.000	19.446.738	19.173.260	19.173.260	--	--	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	17.053	19.129	19.446.738	19.173.260

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A meta em questão foi realizada dentro da média esperada.

Quadro A.4.6.7 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Código		2010				
Descrição		Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Administração de Pessoas -CGAP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.020.000	1.020.000	941.485	941.485	--	--	941.485
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

01	Criança atendida	Unidade	991	937	1.020.000	941.485

Fonte: SIOF

Análise Crítica: A meta foi realizada dentro do esperado

Quadro A.4.6.8 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxilio Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.537.144	5.737.144	5.540.317	5.540.317	--	--	5.540.317
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	4.722	4.210	5.737.144	5.540.317

Fonte: SIOF

Análise Crítica: A meta da ação está dentro do esperado.

Quadro A.4.6.9 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxilio Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.200.000	41.200.000	40.938.768	40.938.768	--	--	
40.938.768						
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	11.842	11.241	41.200,000	40.938.768

Fonte: SIOF

Análise Crítica: A meta desta ação está dentro do esperado, pois depende exclusivamente da quantidade de servidores na ativa.

Quadro A.4.6.10 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.265.100	8.265.100	1.987.956	1.832.156	81.552	155.800	1.750.604

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	7.000	2.383	8.265.100	1.832.156

Fonte: SIOP

Análise Crítica - Cumprimento das metas: A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas, Unidade Responsável pela gestão da ação 4572, buscou dar continuidade as ações com foco em uma gestão estratégica orientada para resultados, gestão por competência e compartilhada. Encerrou o ano de 2012 realizando eventos de capacitação para 2.383 servidores, distribuídos entre cursos na modalidade presencial, semipresencial, à distância, oficinas, teleconferências e outros.

As atividades de capacitação foram realizadas mediante a contratação dos cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, além daquelas oferecidas por instituições privadas especializadas. Cabe destacar que uma parcela dos cursos voltadas para a melhoria da gestão (como por exemplo, aqueles relacionados a sistemas informatizados do Mapa ou os estruturantes) foi realizada mediante instrutores internos, por servidores do próprio Ministério ou de outros órgãos. Mesmo não tendo sido atingida a meta estabelecida, julga-se que as capacitações realizadas no ano de 2012 contribuíram para a melhoria dos serviços prestados por este Ministério. **Eventuais problemas de execução:** Registra-se que o baixo percentual de execução para a ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ocorreu em razão do contingenciamento, do reduzido número de servidores na área de desenvolvimento de pessoas; da complexidade para a definição dos conteúdos programáticos dos cursos específicos das áreas técnicas; e das dificuldades relacionadas aos processos licitatórios. **Superações significativas das metas estabelecidas:** Não se aplica.

Restos a pagar: Foi realizada a inscrição de restos a pagar no valor de R\$ 55.343,00, sendo R\$ 10.359,00 processados e R\$ 44.984,00 não processados, referentes a eventos de capacitação empenhados e não pagos.

Quadro A.4.6.11 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4641				
Descrição		Publicidade de Utilidade Pública				
Unidade Responsável		Assessoria de Comunicação Social - ACS				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.608.850	15.419.250	15.368.514	12.203.756	2.246.580	3.164.758	12.696.930
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não estabeleceu meta física para a ação						

Fonte: SIOP

Análise Crítica: As atividades de publicidade de utilidade pública desenvolvidas compõem os esforços do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em ampliar conhecimento, incentivar a adoção de soluções oferecidas e apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário. Nesse sentido, as campanhas voltadas para o Programa ABC, o evento Rio+20, o Plano Agrícola, o combate à febre aftosa, a divulgação de eventos, folheterias desenvolvidas etc., alcançaram êxito em suas execuções, em função de retornos avaliados de imprensa, uso de recursos anunciados nas ações, participações em eventos, entre outros.

Dessa forma, o conjunto de estratégias de comunicação atua, em médio e longo prazos para o cumprimento da missão do Mapa de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio, em benefício da sociedade brasileira. Ressalta-se ainda que não houve ocorrência de problemas na execução das atividades, a dotação orçamentária foi suficiente para executar as ações planejadas e os valores inscritos em restos a pagar não impactaram no desenvolvimento do programa.

Atividades

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

Valor Investido: R\$ 135.846,63

Detalhamento da Ação. O conceito de "sustentabilidade" é uma questão prioritária para o Governo Federal. Dentro desse contexto, o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo programas que incentivam a "agricultura sustentável". O Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono - define medidas sustentáveis que ao mesmo tempo proporcionam o aumento da produção e diminuem a emissão de gases de efeito estufa. É fundamental que o setor da "agricultura" assimile a importância da obtenção de resultados na produtividade em consonância com a sustentabilidade do campo. Por isso, a necessidade da difusão do Plano ABC junto ao setor. O plano atua em seis frentes: recuperação de áreas degradadas, plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de resíduos animais.

Com o objetivo de implementar e difundir o Plano ABC, o Ministério da Agricultura vem incentivando a criação de Grupos Gestores, a exemplo da região sul, que está em processo de criação do Grupo Gestor Estadual do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Meio: REVISTA

Período da Ação: Abril/Maio/Julho/Set/Outubro

Todos Contra a Febre Aftosa 1º Etapa

Valor Investido: R\$ 3.668.222,18

Detalhamento da Ação: O foco desta comunicação deverá ser o estímulo à vacinação e a importância de vacinar contra a febre aftosa. Além disso, realizar uma vacinação de qualidade. - Além de vacinar o seu rebanho, observar se os vizinhos estão fazendo o mesmo para que a doença não se espalhe por toda a região. O animal infectado significa a impossibilidade de comercialização dos produtos e conseqüentemente perda de mercado. Ter o rebanho livre da febre aftosa implica em ganho de mercado interno externo.

Meio: TV Aberta, TV Fechada e Rádio.

Período da Ação: Maio 2012

Anúncios Cooperativismo

Valor Investido: R\$ 153.073,67

Detalhamento da Ação: Com o objetivo de novas estratégias para o segmento de cooperativismo e gênero será realizado um evento "I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo". E a "II Exposição de produtos e Serviços Cooperativismo"

Meio- Revista

Período da Ação: Maio/Junho/Julho/Agosto/Setembro/Novembro

Selo Certificação de Qualidade

Valor Investido: R\$ 2.366,48

Detalhamento da Ação: O selo tem como objetivo identificar todos os produtos orgânicos.

Meio- Não teve mídia

Período da Ação: Junho

RIO +20

Valor Investido: R\$ 1.045.478,32

Detalhamento da Ação: principal objetivo da Rio+20 foi renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Foi, portanto, uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92) que ocorreu há 20 anos na cidade do Rio de Janeiro.

Meio: Mobiliário Urbano e Jornal

Período da Ação: Junho 2012

Plano Agrícola 2012/2013

Valor Investido: R\$ 5.200.892,78

Detalhamento da Ação: Comunicar os produtores que já foi lançado plano agrícola de 2012/2013, o valor liberado e o que pode ser financiado. Informar também que todas as informações podem ser obtidas no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Meios- Revista, Jornal, Rádio, Tv e Peças de Internet.

Período da Ação: 14 de Julho a 2 de Setembro

Expointer

Valor Investido: R\$ 1.601.286,04

Detalhamento da Ação: O objetivo deste conceito é permear cancelar toda e qualquer peça ou campanha que o MAPA venha a fazer daqui pra frente. Bem, a primeira campanha que o MAPA fará e já será derivada deste conceito é a "Campanha de Mídia Regional". O MAPA tem um calendário de eventos dos agronegócios voltados para agricultura ou pecuária.

Meios- Tv, Jornal, Revista e Rádio

Período da Ação: 13 de Julho a 31 de Agosto

Regionalização

Valor Investido: R\$ 372.907,24

Detalhamento da Ação: Não teve mídia

Período da Ação: Setembro e novembro de 2012

Fenagro

Valor Investido: R\$ 651.713,23

Detalhamento da Ação: Detalhamento da Ação: O objetivo deste conceito é permear cancelar toda e qualquer peça ou campanha que o MAPA venha a fazer daqui pra frente. Bem, a primeira campanha que o MAPA fará e já será derivada deste conceito é a "Campanha de Mídia Regional". O MAPA tem um calendário de eventos dos agronegócios voltados para agricultura ou pecuária.

Meio- TV Aberta, TV Fechada, Rádio, Jornal, Revista e Mídia Exterior.

Período da Ação: 17 de novembro a 02 de dezembro de 2012

Aftosa 2º Etapa

Valor Investido: R\$ 1.891.959,76

Detalhamento da Ação: O foco desta comunicação deverá ser o estímulo à vacinação e a importância de vacinar contra a febre aftosa. Além disso, realizar uma vacinação de qualidade.

- Além de vacinar o seu rebanho, observar se os vizinhos estão fazendo o mesmo para que a doença não se espalhe por toda a região.

- Creio que também é importante abordar que animal infectado significar impossibilidade de comercialização dos produtos e consequentemente perda de mercado. Ter o rebanho livre da febre aftosa implica em ganho de mercado interno e externo.

Meio - TV Aberta, TV Fechada e Rádio

Período da Ação: 23 de outubro a 30 de novembro de 2012

Criação e editoração de divulgação.

Valor Investido: R\$ 228.110,00

Detalhamento da Ação: Referente à criação e editoração gráfica de: publicações, folheteria, materiais e peças de comunicação

Período da Ação: Janeiro a Dezembro de 2012

Impressão de Material informativo.

Valor Investido: R\$ 111.555,35

Detalhamento da Ação: Referente impressão de material gráfico: publicações, folheteria, materiais e peças de comunicação

Período da Ação: Janeiro a Dezembro de 2012

Quadro A.4.6.12 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4716				
Descrição		Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas				
Unidade Responsável		Secretaria Executiva - SE				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
49.856.216	49.856.216	47.340.079	37.101.848	915.001	10.238.232	36.186.847
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Superintendência mantida	Unidade	27	27	49.856.216	37.101.848

Fonte: SIOF

Análise Crítica: Observa-se que toda dotação foi descentralizada; A relação dotação descentralizada/empenhada atingiu um índice de 95%, índice este dentro da meta estabelecida pela Assessoria. Sobre esta relação há de se considerar a alteração do cronograma de execução orçamentária; A meta Física estabelecida no PPA da Ação Orçamentária é proporcionar condições operacionais a 27 Superintendências, em suas atividades administrativas, como ente de suporte a ações finalísticas; As dotações destinadas à ação orçamentária do PI_MANUTSFAS, têm seus valores relativos e absolutos reduzidos nos últimos anos e aliado à carência de servidores administrativos para atender todas as demandas executivas e gerenciais tem levado a administração da SFA à contratação de serviços de mão de obra terceirizados, que onera entre 50% a 60% da Dotação Anual do PI-MANUTSFAS; Da análise acima se depreende que no quesito “Manutenção Predial das Bases Físicas” as últimas dotações destinadas ao MANUTSFAS têm-se mostrado insuficientes, mas mesmo assim estratégias foram estabelecidas em parcerias com as unidades no sentido de atender pelo menos três prioridades de cada SFA; No que se refere à emissão de empenhos, as SFAs possuíam muitos processos licitatórios relacionadas à manutenção predial e esta ação difere, pela morosidade, de outros processos de licitações previsíveis, como aquisições de bens e serviços administrativos. As despesas não processadas dentro de Restos a Pagar, foram reflexos das alterações feitas no cronograma de execução orçamentária, retardando em muitos casos a rotina de tramitação dos processos, quer na licitação, quer na análise jurídica, principalmente nas licitações referentes à manutenção predial; Ainda com relação ao item anterior, nos meses de outubro a dezembro, a rotina de gerenciamento da execução orçamentárias das SFAs foi prejudicada, em virtude de mudanças de estratégias na execução orçamentária da alta direção do MAPA com reflexos diretos nas SFAs; A execução orçamentária da Ação Orçamentária de 2013 está revestida de incertezas. Até a presente data as descentralizações estão ocorrendo de forma fracionada, a programação do plano operativo está sendo prejudicada quanto a sua execução, e constata-se que houve mais uma restrição orçamentária do PI-MANUTSFAS principalmente no que se refere ao custeio. Estes fatores contribuem negativamente na programação estabelecida. Após a definição dos procedimentos que serão adotados para a execução orçamentária, medidas de ajustes terão imperativamente que ser implementadas; Com todas as dificuldades encontradas em 2012, ainda assim entende-se que a gestão física e orçamentária do MANUTSFAS foi satisfatória, exceto na questão de restos a pagar, pelos motivos já descritos.

Quadro A.4.6.13 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	09HB
Descrição	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

		Federais				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
261.332.680	261.332.680	249.048.805	249.048.805	--	--	249.048.805
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
O PPA não estabeleceu meta física para a ação						

Fonte: SIOP

Análise Crítica: A meta é dependente do quantitativo de servidores estatutários ativos.

Quadro A.4.6.14 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Responsabilidade da Ação						
Identificação da Ação						
Código		10HD				
Descrição		Implantação do Projeto de Melhoria da Infraestrutura da Sede do MAPA				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSC				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.896.000	5.896.000	0	0	0	0	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Implantado	Percentual de execução física	9	0	5.896.000	0

Fonte: SIOP

Análise Crítica: Não houve execução no exercício de 2012.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	22900	130137
Recursos Sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	174901	130137

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		2.921.936.605	2.508.571.788	642.607.903	558.623.204
	PLOA		2.921.936.605	2.508.571.788	697.713.345	721.892.476
	LOA		2.921.936.605	2.508.571.788	933.198.944	960.617.126
CRÉDITOS	Suplementares		58.950.000	426.800.000	117.613.338	20.239.881
	Especiais	Abertos	0	0	0	300.000
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	55.000.000	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	-1.300.000	-16.010.600	-4.912.963
Outras Operações			0	0	0	0
Total			2.980.886.605	2.934.071.788	1.089.801.682	976.244.044

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		99.506.838	255.985.778	0	0	0	0
	PLOA		121.401.396	171.132.240	0	0	0	0
	LOA		1.428.665.210	143.964.312	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		10.000.000	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	28.954.675	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-5.776.000	-15.012.308	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			1.461.843.885	128.952.004	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial.

Obs.: A dotação da LOA 2012 é elevada em relação a 2011, tendo em vista a exclusão do "Programa 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário" na apuração das informações relativas ao exercício de 2011 e o referido Programa inexistir no exercício de 2012

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	3.564.544.508	3.067.194.992	99.506.838	289.195.778	0	0
	PLOA	3.619.649.950	3.249.011.530	121.401.396	184.732.240	0	0
	LOA	3.855.135.549	3.553.846.458	1.428.665.210	986.319.237	0	39.125.845

CRÉDITOS	Suplementares		176.563.338	447.039.881	10.000.000	1.300.000	0	0
	Especiais	Abertos	0	300.000	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	55.000.000		28.954.675	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-16.010.600	-6.212.963	-5.776.000	-15.012.308	0	0
	Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total			4.070.688.287	3.994.973.376	1.461.843.885	972.606.929	0	39.125.845

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.2.4 Análise Crítica

As dotações previstas em lei para 2011 e 2012 não apresentam grande variação, se excluirmos as emendas parlamentares. As ações orçamentárias têm mantido o mesmo patamar, ano após ano, com algumas exceções de variação como é o caso da subvenção ao prêmio do seguro rural. É fato que a negociação para mudança deste patamar esbarra nas limitações impostas pelo próprio Governo ao seu orçamento, sob o argumento de que convivemos com fatores conjunturais inibidores da receita pública. Há projetos represados por dificuldade de expansão orçamentária.

Os limites para movimentação e empenho, por outro lado, represam a execução do orçamento na medida em que disponibiliza apenas uma parte das dotações. Se considerarmos o que é necessário para despesas de funcionamento e outras obrigatórias, sobra muito pouco para as discricionárias.

Regra geral, as propostas orçamentárias encaminhadas ao Congresso, no que tange à Secretaria-Executiva e órgãos singulares da Administração Direta, são mantidas quando da edição da lei, ocorrendo, apenas, as habituais emendas de acréscimo para finalidades específicas.

É importante destacar que os créditos extraordinários ocorridos em 2012 (R\$ 83,9 milhões) devem-se a reforço ao subsídio do seguro rural (R\$55,0 milhões) para atender a questões conjunturais vinculadas à gestão da política agrícola e a despesas de capital (R\$28,9 milhões), incluídas por iniciativa do Governo, ao final do exercício.

A utilização da reserva de contingência evidenciada nas informações relativas a 2011 atendeu a necessidades de ajustes formais entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Congresso Nacional para acomodar a receita oriunda de arrecadação própria.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Receb e dora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130101	130010	2210120122210520R3			887.718,73
				221012012821054000			110.612,00
				221012057220422127			1.487.370,05
				221012057320424715			12.027,99
				221012060320288572			7.651,25

		221012012520282124		23.773,59
		221012012520282140		41.078,93
		221012012520282141		31.148,27
		221012012520282179		51.338,25
		221012012520282909		12.359,82
		221012012520284745		12.130,66
		221012012520284746		15.021,44
		221012012520288938		120.265,97
		221012012520288939		12.933,60
		221012012821054572		59.169,40
		221012054120148593		13.149,53
		221012060120148591		3.078,00
		221012060320282134		29.307,40
		221012060320288572		159.993,58
		221012060420284842		739.765,90
		221012060420288658		737.920,40
		2210120605201420SR		3.555,30
		221012060520148611		7.681,00
		2210120607201320QX		1.593,00
		221012066520148606		11.284,67
		221012066520422B47		5.044,00
		221012069120148533		3.805,63
		221012069120148548		1.910,00
	130021	221010927200890181	36.898,43	
		221012012120141K40		13.206,04
		221012012221052000		8.704,56
		221012012221054716		866.276,31
		221012012520142177		4.613,04
		221012012520142B17		5.412,42
		221012012520144720		12.119,06
		221012012520144747		149,36
		221012012520282019		379,04
		221012012520282124		10.358,45
		221012012520282140		10.688,79
		221012012520282141		9.352,42
		221012012520282179		44.304,60
		221012012520282909		6.330,94
		221012012520284745		7.653,32
		221012012520284746		34.956,47
		221012012520288938		117.906,68
		221012012520288939		18.526,30
		221012012821054572		72.059,98
		221012054120148593		5.242,70
		221012057220428560		7.995,58
		221012060120148591		1.265,59
		221012060320282134		24.661,42
		221012060320282180		662,56
		221012060320288572		33.570,23
		221012060420282181		2.172,70

			221012060420284842			252.980,81
			221012060420288658			90.046,06
			2210120605201420SR			5.458,50
			221012060520148611			1.103,66
			2210120607201320QX			520,00
			221012066520148606			15.933,48
			221012066520422B47			4.823,55
			221012069120148533			2.256,50
	130022	59.493,69	221010927200890181			
			221012012120141K40			13.164,88
			221012012221052000			10.859,99
			221012012221054716			1.372.469,07
			221012012520142177			2.100,00
			221012012520142B17			1.627,50
			221012012520144720			7.454,62
			221012012520282019			9.125,63
			221012012520282124			31.530,41
			221012012520282140			29.380,62
			221012012520282141			17.784,00
			221012012520282179			47.823,94
			221012012520282909			24.030,94
			221012012520284745			5.043,99
			221012012520284746			27.682,26
			221012012520288938			157.678,22
			221012012520288939			36.074,00
			221012012821054572			78.397,50
			221012060120148591			886,50
			221012060220148598			3.300,00
			221012060320282134			136.579,86
			221012060320282180			45.180,00
			221012060320288572			392.413,04
			221012060420282132			400,00
			221012060420282181			38.627,12
			221012060420284842			28.483,56
			221012060420288658			94.430,41
			2210120605201420SR			3.546,40
			221012060520148611			885,00
			221012066520422B47			7.294,50
	130023	53.413,91	221010927200890181			
			221012012120141K40			8.204,60
			221012012221052000			6.365,41
		20.401,35	2210120122210520TP			
			221012012221054716			1.199.163,42
			221012012520142177			1.062,00
			221012012520142B17			1.239,00
			221012012520144720			8.797,42
			221012012520282019			3.088,23
			221012012520282124			13.068,44
			221012012520282140			10.979,85

		221012012520282141		29.846,62
		221012012520282179		45.093,14
		221012012520282909		4.000,00
		221012012520284745		4.930,99
		221012012520284746		128.516,65
		221012012520288938		54.350,41
		221012012520288939		10.190,64
		221012012821054572		56.961,60
		221012036720288654		6.500,00
		221012060120148591		1.307,65
		221012060320282134		34.203,89
		221012060320288572		32.748,16
		221012060420282181		18.462,01
		221012060420284842		22.115,99
		221012060420288658		69.874,26
		2210120605201420SR		5.040,30
		221012060520148611		1.116,50
		221012066520148606		1.062,00
	130024	221010927200890181	47.027,41	
		221012012120141K40		5.891,40
		221012012221052000		3.846,05
		2210120122210520TP	24.281,62	
		221012012221054716		1.627.987,42
		221012012520142B17		942,10
		221012012520144720		8.719,93
		221012012520282019		2.740,00
		221012012520282124		18.725,82
		221012012520282140		25.292,97
		221012012520282141		30.111,36
		221012012520282179		60.512,24
		221012012520282909		9.692,37
		221012012520284745		4.803,73
		221012012520284746		127.993,64
		221012012520288938		60.832,58
		221012012520288939		21.575,13
		221012012821054572		46.485,10
		221012054120148593		3.099,12
		221012057220428560		261,36
		221012057220428949		1.090,33
		221012060120148591		1.019,50
		221012060220148598		8.902,80
		221012060320282134		161.903,40
		221012060320282180		5.127,36
		221012060320288572		200.358,17
		221012060420284842		24.108,96
		221012060420288658		54.822,47
		2210120605201420SR		3.504,41
		2210120607201320QX		3.988,01
		221012066520148606		4.621,35

		221012066520422B47		3.203,91
130025		221010927200890181	104.945,25	
		221012012120141K40		8.905,87
		2210120122210520TP	7.537,18	
		221012012221054716		888.830,06
		221012012520142177		12.639,18
		221012012520142B17		530,00
		221012012520144720		885,00
		221012012520282019		13.435,53
		221012012520282124		19.300,61
		221012012520282140		9.956,15
		221012012520282141		34.390,59
		221012012520282179		47.449,38
		221012012520282909		7.247,26
		221012012520284745		2.000,00
		221012012520284746		642.789,88
		221012012520288938		65.293,30
		221012012520288939		39.071,42
		221012012821054572		8.301,50
		221012060220148598		1.387,20
		221012060320282134		174.871,55
		221012060320282136		72.000,00
		221012060320282180		20.304,30
		221012060320288572		452.355,36
		221012060420282181		2.761,00
		221012060420284842		15.975,88
		221012060420288658		26.700,62
		2210120605201420SR		1.245,50
		221012066520148606		3.095,70
		221012066520422B47		4.161,00
		221012069120148548		1.500,00
130026		2210120122210520R2		1.437.117,14
130027		221010927200890181	34.241,15	
		221012012120141K40		5.581,18
		221012012221052000		4.226,30
		2210120122210520TP	20.913,00	
		221012012221054716		732.506,40
		221012012520142177		5.902,35
		221012012520144720		6.089,62
		221012012520282124		10.705,92
		221012012520282140		15.981,65
		221012012520282141		19.364,54
		221012012520282179		18.692,94
		221012012520282909		10.010,21
		221012012520284745		5.658,54
		221012012520284746		15.287,71
		221012012520288938		58.155,31
		221012012520288939		15.463,61
		221012012821054572		55.566,41

			221012036720288654			7.900,00
			221012057220428560			1.628,46
			221012060320282134			36.534,32
			221012060320282180			1.167,15
			221012060320288572			83.484,66
			221012060420284842			23.600,74
			221012060420288658			53.716,44
			2210120605201420SR			3.825,30
			221012066520148606			12.837,60
	130028	38.667,32	221010927200890181			
			221012012120141K40			6.104,74
			221012012221052000			2.455,50
			221012012221054716			600.009,28
			221012012520142177			2.240,00
			221012012520142B17			675,72
			221012012520144720			8.258,62
			221012012520282019			808,00
			221012012520282124			9.914,41
			221012012520282140			6.302,50
			221012012520282141			35.885,79
			221012012520282179			55.953,53
			221012012520282909			4.794,35
			221012012520284745			7.951,36
			221012012520284746			14.480,00
			221012012520288938			91.758,44
			221012012520288939			9.061,26
			221012012821054572			39.962,36
			221012060220148598			617,36
			221012060320282134			6.979,40
			221012060320288572			21.757,40
			221012060420284842			44.152,00
			221012060420288658			30.106,00
	130029	66.048,61	221010927200890181			
			221012012120141K40			5.788,37
			221012012221052000			3.876,35
		6.281,32	2210120122210520TP			
			221012012221054716			1.179.407,26
			221012012520142177			14.249,85
			221012012520142B17			2.689,50
			221012012520144720			16.011,92
			221012012520282019			5.570,00
			221012012520282124			38.881,30
			221012012520282140			49.626,41
			221012012520282141			182.726,94
			221012012520282179			97.791,85
			221012012520282909			10.203,00
			221012012520284745			29.670,26
			221012012520284746			105.160,81
			221012012520288938			304.256,36

		221012012520288939			77.024,98
		221012012821054572			64.483,56
		221012057220428560			200,00
		221012057220428949			1.060,50
		221012060120148591			1.332,00
		221012060220148598			3.334,22
		221012060320282134			436.107,88
		221012060320282180			108.957,00
		221012060320288572			1.082.744,90
		221012060420282181			31.000,00
		221012060420284842			1.116.719,80
		221012060420288658			577.566,80
		221012060520148611			12.996,26
		221012066520148606			15.442,47
		221012066520422B47			14.134,67
		221012069120148533			2.328,90
		221012069120148548			200,00
	130030	2210120122210520R2			828.240,18
	130031	2210120122210520R3			1.048,62
		221012012821054572			1.995,40
		221012057220422127			1.437.809,36
		221012060320282143			135.182,99
	130032	221012012120141K40			939,81
		221012012520282179			1.879,62
		221012012520284745			76.388,04
		221012012520284746			1.796,61
		221012012520422122			939,81
		221012012821054572			17.305,05
		221012060320282136			1.163.615,98
		221012060420282132			502.857,52
	130056	221010927200890181	144.193,54		
		221012012120141K40			4.911,27
		221012012221052000			1.684,90
		2210120122210520TP	9.199,67		
		221012012221054716			2.635.361,46
		221012012520142177			12.288,80
		221012012520144720			25.610,15
		221012012520144747			24.285,38
		221012012520282019			8.968,31
		221012012520282124			118.917,90
		221012012520282140			35.993,85
		221012012520282141			314.833,42
		221012012520282179			457.417,52
		221012012520282909			77.793,22
		221012012520284745			60.289,25
		221012012520284746			105.840,27
		221012012520288592			6.323,74
		221012012520288938			469.058,82
		221012012520288939			222.601,66

		221012012821054572		58.472,90
		221012054120148593		58.532,20
		221012057220428949		25.610,94
		221012060220148598		7.254,26
		221012060320282134		259.469,07
		221012060320282136		591.352,68
		221012060320282180		13.200,00
		221012060320288572		512.872,63
		221012060420282181		10.500,00
		221012060420284842		914.182,60
		221012060420288658		899.814,39
		2210120605201420SR		2.545,30
		221012060520148611		7.981,93
		221012066520148606		14.200,70
		221012066520422B47		12.225,85
130057		2210120122210520R2		447.727,97
130058		221012012520282140		1.629,50
		221012012520282141		979,14
		221012012520282179		8.000,00
		221012012520284745		2.480,83
		221012012520284746		1.739,70
		221012012821054572		32.455,35
		221012060320282136		5.818.530,82
		221012060320288572		1.770,90
		221012060420282132		13.386.026,52
		221012060420284842		409.160,00
		221012060420288658		3.250,60
		221012066520284723		1.225,80
130060		221010927200890181	66.982,06	
		221012012120141K40		3.919,89
		221012012221052000		2.772,16
		221012012221054716		1.195.466,98
		221012012520142177		1.388,36
		221012012520142B17		885,00
		221012012520144720		1.707,39
		221012012520144747		2.690,86
		221012012520282124		11.700,25
		221012012520282140		2.464,39
		221012012520282141		40.732,28
		221012012520282179		74.547,29
		221012012520284745		5.510,36
		221012012520284746		187.518,28
		221012012520288592		500,00
		221012012520288938		59.511,48
		221012012520288939		26.708,21
		221012012821054572		35.108,13
		221012054120148593		3.518,73
		221012060120148591		891,11
		221012060220148598		1.920,12

			221012060320282134			21.307,03
			221012060320282180			37.751,27
			221012060320288572			224.558,37
			221012060420282181			30.102,09
			221012060420284842			7.915,19
			221012060420288658			80.317,15
			221012060520148611			530,00
			221012066520148606			3.987,88
			221012066520422B47			1.422,54
	130062	3.034,86	221010927200890181			
			221012012120141K40			9.927,64
			221012012221052000			5.693,01
			221012012221054716			1.737.355,62
			221012012520142177			5.267,44
			221012012520144720			5.534,62
			221012012520144747			3.514,81
			221012012520282019			4.317,94
			221012012520282124			44.419,27
			221012012520282140			13.953,51
			221012012520282141			23.224,86
			221012012520282179			233.238,12
			221012012520282909			9.897,08
			221012012520284745			16.432,73
			221012012520284746			399.379,70
			221012012520288592			44.600,44
			221012012520288938			320.535,87
			221012012520288939			41.592,70
			221012012520422122			5.900,00
			221012012821054572			74.815,00
			221012054120148593			7.800,00
			221012060320282134			224.397,20
			221012060320282180			109.463,91
			221012060320288572			637.748,10
			221012060420282132			329,37
			221012060420282181			173.057,17
			221012060420284842			4.927.466,49
			221012060420288658			1.812.288,74
			2210120605201420SR			2.024,00
			221012066520148606			37.953,23
			221012066520284723			8.967,80
			221012066520422B47			7.064,44
	130063	426.193,31	221010927200890181			
			221012012120141K40			6.690,92
			221012012221052000			6.008,06
			221012012221054716			2.935.218,03
			221012012520142B17			708,00
			221012012520144720			19.371,68
			221012012520282019			4.283,00
			221012012520282124			10.681,98

		221012012520282140		12.838,82
		221012012520282141		14.975,88
		221012012520282179		6.096,00
		221012012520282909		10.735,00
		221012012520284745		1.800,10
		221012012520284746		67.203,32
		221012012520288938		127.507,15
		221012012520288939		16.538,60
		221012012821054572		42.073,40
		221012057220428560		1.876,08
		221012057220428949		3.176,45
		221012060120148591		6.771,00
		221012060220148598		2.623,23
		221012060320282134		199.891,43
		221012060320282136		171.787,96
		221012060320282180		169.178,86
		221012060320288572		294.415,60
		221012060420282132		515.661,03
		221012060420282181		138.587,14
		221012060420284842		209.913,59
		221012060420288658		524.352,90
		2210120605201420SR		2.411,30
		221012066520148606		12.694,65
		221012066520422B47		27.218,10
130064		2210120122210520R2		258.876,13
130067	106.216,36	221010927200890181		
		221012012120141K40		7.103,36
		221012012221052000		32.778,50
	20.501,63	2210120122210520TP		
		221012012221054716		6.012.598,52
		221012012520142177		17.260,31
		221012012520142B17		13.128,00
		221012012520144720		34.279,64
		221012012520144747		16.487,00
		221012012520282019		11.126,84
		221012012520282124		87.088,47
		221012012520282140		51.741,90
		221012012520282141		279.992,26
		221012012520282179		228.509,23
		221012012520282909		77.016,06
		221012012520284745		32.916,13
		221012012520284746		175.573,62
		221012012520288592		17.371,20
		221012012520288938		399.928,54
		221012012520288939		118.671,76
		221012012821054572		62.826,50
		221012054120148593		496,05
		221012057220428560		2.901,00
		221012060120148591		6.251,00

			221012060320282134			88.191,74
			221012060320282180			332.292,08
			221012060320284738			7.278,30
			221012060320288572			62.685,25
			221012060420282181			186.787,85
			221012060420284842			1.466.742,34
			221012060420288658			283.810,71
			2210120605201420SR			1.645,50
			221012060520148611			1.206,50
			221012066520148606			7.616,00
			221012066520422B47			5.554,25
	130068		2210120122210520R2			505.348,09
	130069	21.976,08	221010927200890181			
			221012012120141K40			3.652,30
			221012012221052000			2.455,50
			221012012221054716			896.681,18
			221012012520142177			8.437,66
			221012012520142B17			1.077,28
			221012012520144720			8.055,24
			221012012520282124			19.705,94
			221012012520282140			5.648,17
			221012012520282141			14.340,19
			221012012520282179			34.484,50
			221012012520282909			1.200,00
			221012012520284745			8.426,85
			221012012520284746			18.744,72
			221012012520288938			103.867,34
			221012012520288939			16.790,44
			221012012821054572			45.879,88
			221012054120148593			4.824,00
			221012060320282134			34.515,40
			221012060320282180			5.474,75
			221012060320284738			31.863,42
			221012060320288572			242.079,18
			221012060420284842			9.364,75
			221012060420288658			49.545,87
			2210120605201420SR			3.933,50
			221012060520148611			802,53
			221012066520422B47			968,00
	130070	67.145,80	221010927200890181			
			221012012120141K40			6.537,31
			221012012221052000			3.936,40
		6.331,93	2210120122210520TP			
			221012012221054716			2.694.946,81
			221012012520142177			14.172,64
			221012012520142B17			9.863,00
			221012012520144720			5.300,62
			221012012520144747			11.055,62
			221012012520282019			25.133,67

		221012012520282124		23.600,10
		221012012520282140		26.045,04
		221012012520282141		252.187,82
		221012012520282179		360.598,15
		221012012520282909		68.974,16
		221012012520284745		40.382,40
		221012012520284746		80.777,45
		221012012520288592		4.586,08
		221012012520288938		655.613,14
		221012012520288939		51.012,00
		221012012520422122		1.400,00
		221012012820148622		1.593,00
		221012012821054572		48.835,10
		221012054120148593		3.800,00
		221012060320282134		48.114,08
		221012060320282136		115.024,27
		221012060320282180		241.267,51
		221012060320288572		31.786,76
		221012060420282132		583.251,47
		221012060420282181		206.055,54
		221012060420284842		391.003,46
		221012060420288658		107.109,91
		2210120605201420SR		1.781,30
		221012060520148611		13.630,00
		221012066520148606		5.818,50
		221012066520422B47		1.773,50
	130072	221010927200890181	63.211,92	
		221012012120141K40		6.369,18
		221012012221052000		5.541,44
		2210120122210520TP	25.214,63	
		221012012221054716		2.191.407,57
		221012012520142177		12.956,12
		221012012520142B17		16.768,64
		221012012520144720		29.891,50
		221012012520144747		2.980,06
		221012012520282019		11.684,60
		221012012520282124		57.465,76
		221012012520282140		7.786,87
		221012012520282141		40.592,53
		221012012520282179		75.690,20
		221012012520282909		35.250,47
		221012012520284745		17.267,19
		221012012520284746		46.629,16
		221012012520288938		530.685,74
		221012012520288939		55.694,75
		221012012520422122		580,00
		221012012820148622		6.337,12
		221012012821054572		26.352,69
		221012054120148593		11.813,00

		221012057220428560		4.768,00
		221012060120148591		4.752,63
		221012060220148598		17.796,30
		221012060320282134		104.054,44
		221012060320282136		155.500,00
		221012060320282180		49.200,00
		221012060320288572		380.015,01
		221012060420282132		124.999,99
		221012060420282181		65.000,00
		221012060420284842		100.242,73
		221012060420288658		92.126,60
		2210120605201420SR		2.705,30
		221012060520148611		7.817,00
		221012066520148606		18.604,54
		221012066520422B47		20.270,65
130074		221010927200890181	195.891,54	
		221012012120141K40		18.239,38
		221012012221052000		67.072,96
		2210120122210520TP	18.478,29	
		221012012221054716		4.468.161,40
		221012012520142177		23.946,00
		221012012520142B17		17.010,00
		221012012520144720		22.087,62
		221012012520144747		22.446,83
		221012012520282019		16.179,56
		221012012520282124		84.492,66
		221012012520282140		39.728,56
		221012012520282141		417.769,74
		221012012520282179		174.226,72
		221012012520282909		45.680,97
		221012012520284745		12.166,00
		221012012520284746		192.801,58
		221012012520288592		1.750,00
		221012012520288938		423.804,02
		221012012520288939		58.241,76
		221012012820148622		4.664,80
		221012012821054572		78.788,50
		221012054120148593		71.232,50
		221012057220428560		1.450,00
		221012057220428949		49.450,00
		221012057320142B18		19.900,00
		221012060120148591		12.729,00
		221012060220148598		3.600,00
		221012060320282134		144.990,85
		221012060320282180		364.280,00
		221012060320288572		310.495,39
		221012060420282132		19.787,71
		221012060420282181		485.487,86
		221012060420284842		1.379.368,95

		221012060420288658		1.356.214,03
		2210120605201420SR		4.365,30
		221012060520148611		50.920,50
		221012066520148606		62.557,40
		2210120665202820QY		
		221012066520422B47		11.670,10
		221012069120148533		2.665,50
		221012069120148548		370,00
130075		2210120122210520R2		536.295,47
130077	221010927200890181	17.073,78		
	221012012120141K40			13.363,60
	221012012221052000			4.319,80
	2210120122210520R2			61.308,00
	2210120122210520TP	7.921,21		
	221012012221054716			1.168.423,88
	221012012520142177			10.355,47
	221012012520142B17			5.781,61
	221012012520144720			5.107,62
	221012012520144747			2.564,81
	221012012520282019			7.082,80
	221012012520282124			39.892,30
	221012012520282140			2.459,85
	221012012520282141			44.878,61
	221012012520282179			132.412,96
	221012012520282909			45.279,73
	221012012520284745			36.894,41
	221012012520284746			13.538,48
	221012012520288592			80.227,20
	221012012520288938			378.280,23
	221012012520288939			23.045,89
	221012012821054572			81.437,22
	221012054120148593			31.734,50
	221012057220428560			3.886,00
	221012060120148591			6.559,91
	221012060220148598			3.685,82
	221012060320282134			239.531,31
	221012060320282180			49.591,50
	221012060320288572			542.498,47
	221012060420284842			1.194.807,28
	221012060420288658			955.244,05
	2210120605201420SR			2.545,30
	221012060520148611			6.195,45
	221012066520148606			13.965,00
	221012066520284723			4.085,00
	221012066520422B47			3.284,79
	221012069120148548			2.847,50
130078	2210120122210520R2			147.881,54
130080	221010927200890181	70.824,53		
	221012012120141K40			3.694,54

			221012012221052000			2.862,76
			221012012221054716			1.299.963,00
			221012012520142177			8.837,17
			221012012520142B17			2.761,00
			221012012520144720			2.769,62
			221012012520144747			5.101,77
			221012012520282019			7.259,00
			221012012520282124			27.164,81
			221012012520282140			25.907,93
			221012012520282141			47.380,84
			221012012520282179			95.793,60
			221012012520282909			11.633,51
			221012012520284745			20.697,47
			221012012520284746			43.496,47
			221012012520288592			42.800,76
			221012012520288938			270.929,87
			221012012520288939			26.980,61
			221012012821054572			48.178,59
			221012054120148593			31.085,70
			221012057220428560			3.188,08
			221012060220148598			1.310,00
			221012060320282134			240.068,45
			221012060320282180			15.650,00
			221012060320288572			208.587,94
			221012060420284842			30.012,44
			221012060420288658			326.998,52
			2210120605201420SR			3.744,40
			221012066520284723			700,00
			221012066520422B47			8.370,63
			221012069120148533			1.485,00
			221012069120148548			387,86
	130081		2210120122210520R2			668.436,87
	130083	16.342,09	221010927200890181			
			221012012120141K40			9.129,65
			221012012221052000			1.841,30
			221012012221054716			712.543,90
			221012012520142177			2.345,00
			221012012520142B17			3.001,00
			221012012520144720			4.169,62
			221012012520282124			8.172,09
			221012012520282140			2.758,81
			221012012520282141			14.522,95
			221012012520282179			38.435,46
			221012012520282909			14.224,91
			221012012520284745			4.779,00
			221012012520284746			25.085,92
			221012012520288938			166.523,61
			221012012520288939			22.052,35
			221012012821054572			59.928,50

			221012054120148593			1.995,11
			221012060220148598			5.605,00
			221012060320282134			9.992,40
			221012060320282180			16.000,00
			221012060320284738			2.100,00
			221012060320288572			60.877,49
			221012060420282181			6.701,00
			221012060420284842			27.615,50
			221012060420288658			54.727,31
			2210120605201420SR			3.185,30
			221012066520148606			831,00
			221012066520422B47			2.473,50
	130088		221010927200890181	15.969,33		
			221012012120141K40			9.141,49
			221012012221052000			2.655,50
			221012012221054716			696.305,69
			221012012520144720			12.955,12
			221012012520282124			7.912,50
			221012012520282141			31.642,00
			221012012520282179			33.762,36
			221012012520282909			8.258,00
			221012012520284745			4.170,00
			221012012520284746			9.938,17
			221012012520288938			60.876,69
			221012012520288939			300,00
			221012012821054572			108.382,30
			221012060320282134			3.239,40
			221012060320282180			46.500,00
			221012060320284738			15.217,54
			221012060320288572			59.225,00
			221012060420282181			30.561,00
			221012060420284842			6.438,75
			221012060420288658			110.116,39
			2210120605201420SR			3.752,49
			221012066520148606			22.693,50
			221012066520422B47			5.063,00
	130090		221010927200890181	32.012,82		
			221012012120141K40			10.558,68
			221012012221052000			10.188,94
			221012012221054716			1.120.597,76
			221012012520142B17			3.675,00
			221012012520144720			10.864,12
			221012012520282124			4.952,69
			221012012520282140			8.214,51
			221012012520282141			19.682,69
			221012012520282179			56.256,69
			221012012520282909			450,00
			221012012520284745			5.394,50
			221012012520284746			36.251,72

		221012012520288938		52.885,88
		221012012520288939		11.193,80
		221012012821054572		80.797,24
		221012060320282134		5.809,80
		221012060320282180		58.549,42
		221012060320284738		38.106,30
		221012060320288572		64.755,34
		221012060420282181		48.167,61
		221012060420284842		52.146,50
		221012060420288658		55.032,17
		2210120605201420SR		3.295,30
		221012066520422B47		7.692,80
130091		2210120122210520R2		352.113,61
130093		221012012120141K40		8.808,29
		221012012221052000		2.614,05
		221012012221054716		723.945,98
		221012012520142177		2.830,00
		221012012520142B17		1.874,05
		221012012520144720		4.078,39
		221012012520282124		6.456,35
		221012012520282140		24.547,76
		221012012520282141		13.334,21
		221012012520282179		45.125,39
		221012012520282909		9.756,21
		221012012520284746		6.108,58
		221012012520288938		21.855,50
		221012012520288939		24.824,98
		221012012821054572		67.122,75
		221012057220428560		4.355,56
		221012060220148598		1.278,46
		221012060320282134		6.490,90
		221012060320282180		41.000,00
		221012060320284738		874.757,06
		221012060320288572		147.291,70
		221012060420282181		36.500,00
		221012060420284842		322.667,53
		221012060420288658		48.917,40
		221012066520148606		6.770,00
		221012066520422B47		3.967,03
130094		221010927200890181	64.150,77	
		221012012120141K40		9.442,48
		221012012221052000		5.453,58
		221012012221054716		2.667.589,54
		221012012520142177		3.193,00
		221012012520144720		12.454,62
		221012012520144747		2.044,81
		221012012520282019		2.096,50
		221012012520282124		12.363,87
		221012012520282140		29.566,45

				221012060320282143			19.023,94
				221012060320288572			3.796,00
			130132	2210120122210520R3			3.590,08
				221012012821054572			4.377,40
				221012057320424715			1.147.699,26
				2210120601201420SQ			7.500,00
				221012060120148544			87.600,00
				221012060320282143			828.958,51
			130133	2210120122210520R3			142.707,30
				221012012821054572			4.377,40
				2210120572204214IL			14.980,61
				221012057220422127			1.413.951,74
				221012057320424715			370.124,18
				2210120601201420SQ			17.500,00
				221012060120148544			233.094,29
				221012060320282143			1.127.950,80
				221012060320288572			2.992,00
			130134	221012012821054572			5.231,16
				221012057320424715			196.404,62
			130135	2210120122210520R3			2.659,60
				221012012821054572			1.995,40
				221012057220422127			3.000,00
				221012057320424715			166.649,00
				221012060320282143			1.971,32
			130136	2210120122210520R3			1.048,62
				221012012821054572			1.995,40
				221012057320424715			197.899,82
				221012060320282143			99.426,27
			135098	221012060520148611			15.663.500,00
			137043	221012022210520R3			36.800,00
				221012057320424715			137.482,00
				221012060320282143			86.696,00
				Total:		2.072.099,67	
		Rece bidos	-		-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	420013	135009	221012060520148611	-	-	797.950,00
			135010	221012060220148598	-	-	97.650,00
			135012	221012060120148591	-	-	7.000,00
			135013	221012057220428949	-	-	4.180,08
				221012012520422122	-	-	14.918,18
			135015	221012057220428560	-	-	43.865,00
				221012060220148598	-	-	122.386,15
			135017	221012012520422122	-	-	12.000,00
			135021	2210120607201320QX	-	-	18.500,00
			135024	2210120607201320QX	-	-	6.260,93
			135026	221012057220428560	-	-	17.220,00
			135030	2210120607201320QX	-	-	52.538,84
				221012060220148598	-	-	65.700,00
			135031	221012060120148591	-	-	100.117,95

			135033	221012012520422122	-	-	6.850,00
				221012066520422B47	-	-	10.000,00
			135038	221012057220428949	-	-	40.000,00
			135039	221012012520422122	-	-	26.000,00
			135041	221012012520422122	-	-	36.949,03
			135048	221012060120148591	-	-	35.147,08
			153163	221012057220428560	-	-	17.760,66
				221012066520148606	-	-	62.779,37
				221012057220428949	-	-	65.369,13
				221012060520148611	-	-	66.090,84
				221012012820148622	-	-	350.073,84
			153164	221012057220428560	-	-	226.400,00
				221012012520422122	-	-	50.000,00
			240005	221012012820148622	-	-	310.000,00
			364102	221012066520148606	-	-	366.012,67
				2210120606201420QW	-	-	422.087,68
		420012	135100	2210120125201420QU	-	-	358.633,07
			135027	221012012220142157	-	-	539.999,97
			135081	221012012221052000	-	-	256.760,00
		130001	135046	221012012221052000	-	-	87.039,00
		130020	240005	221012012221052000	-	-	2.857,00
				221012069120148533	-	-	7.875,31
				221012069120148548	-	-	1.572.814,00
				2210120691210520QV	-	-	27.570,99
		130007	364102	221012066520284723	-	-	90.000,00
				221012060420282132	-	-	457.500,00
				221012060320282136	-	-	80.000,00
			160509	221012060420284842	-	-	3.973.970,00
			364102	221012012520282909	-	-	90.000,00
		130005	154051	221012060320288572	-	-	233.102,52
			170009	221012012821054572	-	-	144.544,71
			373001	221012012221054716	-	-	267.650,97
			154003	221012012220144721	-	-	816.752,75
		280106	135004	221012057320142B18	-	-	137.177,29
			135011	221012057320142B18	-	-	102.110,00
			135016	221012057320142B18	-	-	75.775,16
			135031	221012057320142B18	-	-	42.483,00
		-	Total	-	-	-	12.816.423,17
	Rece bidos	22906	130005	221012012221052000	-	-	192.480,00
		-	Total	-	-	-	192.480,00
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Conce dente	Receb e dora		4 - Investimentos	5 – Inver sões Finan	6 - Outras Despesas de Capital	

						ceiras	
Movimentação Interna	Concedidos	130101	130010	2210120122210520R3	74.475,48	-	-
				221012057320424715	74.073,69	-	-
			130011	2210120122210520R2	2.802.130,18	-	-
				22101205452014147S	3.777.300,00	-	-
				221012054520142161	4.900.000,00	-	-
			130014	221012012221054716	60.000,00	-	-
				221012060320282134	80.290,50	-	-
				221012060320288572	114.490,08	-	-
				221012060420284842	1.125.279,92	-	-
				221012060420288658	39.986,00	-	-
			130016	221012060320282136	300.702,74	-	-
				221012060420282132	1.147.053,14	-	-
			130017	221012060420282132	5.737.825,00	-	-
			130018	221012012221054716	56.550,61	-	-
				221012060320282134	321.060,00	-	-
				221012060320288572	500.300,00	-	-
				221012060420284842	2.637.793,00	-	-
				221012060420288658	142.624,00	-	-
			130021	221012012221054716	60.331,00	-	-
			130022	221012012221054716	68.627,35		
				221012060320288572	1.498.450,00		
			130023	221012012221054716	93.285,06		
			130025	221012012221054716	468.391,21		
				221012060320282134	131.595,99		
				221012060320288572	550.901,77		
			130026	2210120122210520R2	12.732,00		
			130027	221012012221054716	70.000,00		
				221012060320282134	96.552,00		
				221012060320288572	751.628,00		
			130028	221012012221054716	154.372,93		
			130029	221012012221054716	181.399,76		
				221012060420284842	1.941.587,00		
			130030	2210120122210520R2	9.220,69		
			130031	2210120122210520R3	63.506,00		
				221012057220422127	21.907,72		
				221012060320282143	59.677,70		
			130032	221012060320282136	4.410,70		
				221012060420282132	101.588,90		
			130056	221012012221054716	193.257,78		
				221012060320288572	1.204.746,57		
				221012060420284842	4.314.484,50		
			130057	2210120122210520R2	33.960,55		
			130058	221012060320282136	2.697.500,00		
				221012060420282132	207.095,33		
				221012060420284842	607.227,92		
			130060	221012012221054716	59.740,00		
				221012060320282134	6.000,00		

			130102	221012060420282132	606.928,36		
			130103	221012060320282136	10.955,00		
				221012060420282132	1.538.506,39		
			130122	221012012221052000	448.405,45		
				2210120122210520R3	117.148,85		
			130125	2210120122210520R3	28.732,00		
				221012057220422127	52.093,00		
				221012057320424715	24.625,68		
				221012060320282143	36.267,00		
			130126	221012012221052000	10.600,00		
				2210120122210520R3	65.902,99		
				221012057320424715	147.171,78		
			130127	221012012221052000	72.866,00		
				2210120122210520R3	26.821,50		
				221012057320424715	79.808,04		
			130128	2210120122210520R3	10.000,00		
				221012057320424715	102.433,88		
			130129	221012057320424715	7.880,37		
			130132	221012012221052000	112.600,00		
				2210120122210520R3	80.000,00		
				221012057320424715	214.343,56		
			130133	221012012221052000	831.158,81		
				2210120122210520R3	173.506,08		
				221012057220422127	49.946,00		
				221012060320282143	89.996,83		
			130135	221012057220422127	8.000,00		
			135098	221012060520148611	563.799.508,01		
			137043	221012057320424715	26.500,00		
			Total:		641.099.871,23		
		Recebidos	-	Total	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	Total	-	-	-	-
	Recebidos	-	Total	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	130.175.965,49	133.997.474,63	118.562.796,27	127.291.914,01
a) Convite	43.599,86	-	43.599,86	-
b) Tomada de Preços	-	158.172,94	-	158.172,94
c) Concorrência	23.835.005,95	23.888.974,06	21.703.691,11	23.381.536,36
d) Pregão	106.297.359,68	109.950.327,63	96.815.505,30	103.752.204,71

e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	36.807.732,11	29.382.917,23	34.859.704,29	28.898.930,96
g) Dispensa	27.956.368,47	20.574.547,90	26.985.300,35	20.314.754,01
h) Inexigibilidade	8.851.363,64	8.808.369,33	7.874.403,94	8.584.176,95
3. Regime de Execução Especial	776.295,49	737.969,01	776.295,49	737.969,01
i) Suprimento de Fundos	776.295,49	737.969,01	776.295,49	737.969,01
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	3.043.270.987,73	3.013.805.137,20	3.035.521.730,50	3.013.799.215,00
j) Pagamento em Folha	3.025.902.761,18	2.996.236.187,40	3.018.159.454,10	2.996.230.503,08
k) Diárias	17.368.226,55	17.568.949,80	17.362.276,40	17.568.711,92
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	3.211.030.980,82	3.177.923.498,07	3.189.720.526,55	3.170.728.028,98

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 - Despesas de Pessoal	2.952.913.115	2.921.303.061	2.696.253.715	2.921.303.061	0	0	2.945.169.808	2.921.303.061
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.359.689.563	1.346.807.134	1.359.689.563	1.346.807.134	0	0	1.359.339.762	1.346.807.134
03 - Pensões	658.725.632	648.075.201	658.725.632	648.075.201	0	0	658.725.632	648.075.201
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	649.320.810	640.931.228	649.320.810	640.931.228	0	0	643.284.480	640.931.228
Demais elementos do grupo	285.177.111	285.489.498	28.517.711	285.489.498	0	0	283.819.934	285.972.408
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 - Outras Despesas Correntes	576.651.854	498.834.212	359.449.784	454.589.435	315.267.500	177.259.139	261.384.353	321.574.273
45 - Subvenções Econômicas	328.525.468	255.007.788	148.562.586	253.100.388	264.484.026	129.054.275	64.041.441	125.953.513
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	112.326.877	109.779.636	90.868.626	88.596.351	32.029.161	25.919.168	80.297.716	83.860.468
46 - Auxílio-Alimentação	40.938.769	41.936.834	40.938.769	41.936.834	0	0	40.938.769	41.936.834
Demais elementos do grupo	94.860.740	92.109.954	79.079.804	70.955.862	18.754.313	22.286.495	76.106.427	69.823.459
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 - Investimentos	21.534.823	19.810.180	547.629	1.301.884	21.105.371	18.508.296	429.452	1.301.884
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.531.686	17.420.565	450.614	1.253.242	19.197.714	16.167.323	333.972	1.253.242

52 - Equipamentos e Material Permanente	1.753.137	2.389.615	97.015	48.642	1.657.657	2.340.973	95.480	48.642
42 - Auxílios	250.000	0	0	0	250.0000	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.626.805,79	1.587.674,21	1.591.429,25	1.076.772,53
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.626.805,79	1.587.674,21	1.591.429,25	1.076.772,53
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	611.438,43	405.938,97	602.646,36	405.578,25
g) Dispensa	428.300,63	384.763,01	419.508,56	384.763,01
h) Inexigibilidade	183.137,80	21.175,96	183.137,80	20.815,24
3. Regime de Execução Especial	2.397,00	-	2.397,00	-
i) Suprimento de Fundos	2.397,00	-	2.397,00	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	5.950,99	-	5.950,99	-
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	5.950,99	-	5.950,99	-
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	2.246.592,21	1.993.613,18	2.202.423,60	1.482.350,78

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome 1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	192.480	600.810	99.418	79.497	93.371	521.313	99.109	79.497
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	154.800	84.000	83.278	61.147	71.831	22.853	82.969	61.147
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.680	516.810	16.140	18.380	21.540	498.460	16.140	18.350
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	3.000	0	0

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2.3 Análise crítica

As alterações orçamentárias ocorridas no exercício em decorrência de créditos suplementares foram devidas a remanejamento das dotações para ajuste de natureza da despesa ou para atender à necessidade de ajuste programático. Os créditos extraordinários atenderam a duas situações: reforço de dotação para subsídio ao seguro rural e despesas de capital, por iniciativa do órgão central.

No que se refere ao contingenciamento, houve limitação de movimentação e empenho, fazendo com que algumas ações fossem prejudicadas por impossibilidade de liberação integral dos correspondentes orçamentos. Este esforço de ajuste aos limites é repetido ano após ano. A execução orçamentária e financeira é tratada em duas frentes: a programação do Ministério e aquela resultante de emendas parlamentares. Cada uma delas tem especificidades e, por suas características distintas, acabam constituindo subdivisões dentro da própria lei orçamentária. Enquanto o orçamento não for construído, no âmbito dos poderes, de forma realista, com base na real capacidade de arrecadação do Estado, teremos que conviver com esta limitação.

Foram empenhados créditos de movimentação em 2012 no valor de R\$ 192.480, a maior parte destinada a passagens e despesas com locomoção, com ênfase para as o atendimento ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Destaque-se que as despesas pagas no exercício atenderam, em volume maior, a restos a pagar de 2011 relativos a crédito descentralizado pela Unidade Gestora: 447002 - FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA - FNMC, para atender Termo de Cooperação entre o FNMC e o MAPA na elaboração de material de divulgação de apoio à capacitação do Plano Agrícola de Baixa Emissão de Carbono (PLANO ABC), em integração com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	132.654.223	31.002	132.623.221	0
2010	910.633	195.000	582.633	133.000
2009	333.155	0	0	333.155
2008	411.700	0	230.000	181.700
2007	0	0	0	0
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	38.031.548	7.485.965	21.691.378	8.854.206
2010	10.958.592	8.562.277	2.066.977	329.338
2009	356.400	356.400	0	0
2008	208.534	158.534		50.000
2007	830.520	340.000	0	490.520

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Gerencial - SIAFI Gerencial

Nota: Exclui o Programa 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

UGs Consultadas:

130001 - Gabinete do Ministro - GM

130005 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF

130007 - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

130020 - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI

280106 - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE

420012 - Secretaria de Política Agrícola - SPA

420013 - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC

5.2.2 Análise Crítica

Os Limites de Pagamento estabelecidos pelos Decretos Anuais de Programação Orçamentária e Financeira, se comparados aos limites de Movimentação e Empenho para o exercício, apresentam um desequilíbrio, por serem, sempre, menores. Tal desequilíbrio se agrava, sobremaneira, quando nos limites de pagamento são considerados:

- as Ordens Bancárias - OBs emitidas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI no último dia útil de cada exercício, cujos saques na conta única do Tesouro Nacional efetivam-se no exercício financeiro seguinte;
- os Restos a Pagar – RPs de exercícios anteriores; e
- as despesas empenhadas no exercício corrente.

Verifica-se que os limites de pagamento, ano a ano, têm demonstrado ser insuficientes para cobrir todos os compromissos de exercícios anteriores e, ainda, atender às despesas do exercício corrente.

A gestão da Secretaria-Executiva, apesar disso, tem sido eficiente, já que é adotado o critério de liberação de recursos financeiros para cobrir as **despesas efetivamente liquidadas**.

Adicionalmente, é prática comum na execução orçamentária e financeira, em contradição ao princípio legal da anualidade, utilizar o instituto de restos a pagar de forma a garantir a continuidade da gestão no exercício seguinte. Esta prática não tem sido coibida pelos órgãos competentes, muito ao contrário, tem sido incentivada através da liberação de recursos para ações específicas em cima do vencimento do prazo limite para empenho.

Contribui, também, para o volume crescente de restos a pagar a grande defasagem entre os limites fixados para pagamento e aqueles destinados a movimentação e empenho em cada exercício. Gera-se uma expectativa de recebimento que não se configura real durante o exercício.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Referência									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Defesa Agropecuária = SDA									
CNPJ: 00.396.895/0042-01				UG/GESTÃO: 130007/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	673320	135033/13203	352.000,00	-	10.000,00	10.000,00	Abr/12	Abr/15	1
3	-	200336/00001	238.392,00	-	238.392,00	238.392,00	Set/12	Dez/12	1
3	-	110407/00001	661.380,00	-	661.380,00	661.380,00	Nov/12	Dez/12	1
3	-	110407/00001	1.032.230,00	-	1.032.230,00	1.032.230,00	Jul/12	Dez/12	1
3	-	110407/00001	1.063.230,00	-	1.063.230,00	1.063.230,00	Abr/12	Dez/12	1
3	-	110407/00001	1.272.130,00	-	1.272.130,00	1.272.130,00	Mar/12	Dez/12	1
3	-	364102/36201	717.500,00	-	457.500,00	457.500,00	Dez/08	Dez/12	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI									

Quadro A.5.3.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo									
CNPJ: 00.396.895/0001-25				UG/GESTÃO: 420013					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	781207/2012	45.685.872/0001-79	104.200,00	4.200,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	781002/2012	09.008.757/0001-04	419.300,00	21.250,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780915/2012	07.864.244/0001-61	195.952,00	16.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780912/2012	05.201.972/0001-68	210.058,40	10.058,40	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780887/2012	07.738.836/0001-37	799.650,00	68.920,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780441/2012	80.883.648/0001-92	442.521,00	44.252,10	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780348/2012	08.431.751/0001-74	214.942,00	21.494,20	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780341/2012	04.656.212/0001-82	208.000,00	8.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	780340/2012	83.052.191/0001-62	148.777,50	29.755,50	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	779934/2012	05.054.945/0001-00	445.000,00	46.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777561/2012	87.613.204/0001-86	106.000,00	6.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777487/2012	88.370.879/0001-04	102.491,00	2.491,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777457/2012	75.924.290/0001-69	153.749,90	3.749,90	0,00	0,00	20/12/12	20/12/13	1
1	777363/2012	05.025.553/0001-12	335.000,00	35.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777327/2012	90.873.787/0001-99	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777324/2012	89.030.639/0001-23	105.600,00	5.600,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777323/2012	87.613.592/0001-03	104.000,00	4.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777321/2012	92.410.422/0001-53	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777320/2012	87.613.568/0001-66	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777306/2012	92.410.463/0001-40	102.083,00	2.083,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777233/2012	01.613.464/0001-36	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1

1	777204/2012	18.428.854/0001-39	204.948,75	4.948,75	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777197/2012	18.602.086/0001-98	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777053/2012	18.602.078/0001-41	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	19/12/12	19/12/13	1
1	777052/2012	18.278.051/0001-45	106.250,00	6.250,00	0,00	0,00	27/12/12	27/12/13	1
1	777040/2012	76.208.867/0001-07	159.600,00	13.350,00	0,00	0,00	27/12/12	27/12/13	1
1	777013/2012	18.457.291/0001-07	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777011/2012	18.125.120/0001-80	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/12	31/12/13	1
1	777007/2012	83.021.857/0001-15	106.200,00	12.200,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	777006/2012	01.593.132/0001-37	105.000,00	10.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	776915/2012	76.205.699/0001-98	206.140,00	6.140,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	774442/2012	87.098.021/0001-00	108.000,00	8.000,00	0,00	0,00	19/11/12	19/02/13	1
1	774437/2012	83.021.808/0001-82	128.340,08	18.000,00	0,00	0,00	01/11/12	01/02/13	1
1	774345/2012	76.995.414/0001-60	102.400,00	2.400,00	0,00	0,00	06/11/12	06/11/13	1
1	774315/2012	42.516.773/0001-75	164.000,00	14.000,00	0,00	0,00	26/12/12	26/12/13	1
1	774214/2012	01.612.381/0001-22	196.708,00	9.434,00	0,00	0,00	18/10/12	18/01/13	1
1	773557/2012	18.602.052/0001-01	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	18/12/12	18/12/13	1
1	773449/2012	88.186.424/0001-33	100.000,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	06/11/12	12/12/13	1
1	772099/2012	76.416.957/0001-85	598.937,50	119.787,50	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	772017/2012	04.077.251/0001-25	408.164,00	8.164,00	0,00	0,00	20/12/12	20/12/13	2
1	771402/2012	18.260.497/0001-42	106.300,25	6.300,25	0,00	0,00	06/11/12	06/11/13	1
1	771385/2012	05.054.945/0001-00	272.690,00	250.000,00	0,00	0,00	21/12/12	21/12/13	1
1	771371/2012	76.021.450/0001-22	510.204,08	10.204,08	0,00	0,00	26/10/12	26/10/13	1
1	771233/2012	18.449.132/0001-60	108.696,00	8.696,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	771231/2012	91.997.056/0001-18	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	771208/2012	87.613.139/0001-99	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	13/11/13	1
1	771207/2012	94.442.282/0001-20	105.600,00	5.600,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	05/11/13	1
1	771206/2012	87.613.212/0001-22	102.051,00	2.051,00	0,00	0,00	05/12/12	05/12/13	1
1	771205/2012	87.612.925/0001-71	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	21/11/12	17/12/13	1
1	771204/2012	91.984.492/0001-52	103.500,00	3.500,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1
1	771192/2012	87.613.154/0001-37	103.500,00	3.500,00	0,00	0,00	28/12/12	28/12/13	1

1	771191/2012	87.261.509/0001-76	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	28/11/12	28/11/13	1
1	771189/2012	92.411.115/0001-97	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	06/07/12	06/07/13	1
1	771186/2012	09.686.519/0001-40	937.500,00	37.500,00	900.000,00	900.000,00	05/11/12	05/02/13	1
1	770850/2012	90.221.565/0001-91	103.500,00	3.500,00	0,00	0,00	06/07/12	06/07/13	1
1	770748/2012	90.484.296/0001-56	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	14/11/13	1
1	770617/2012	92.411.875/0001-02	102.600,00	2.600,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	13/11/13	1
1	770616/2012	87.613.188/0001-21	106.000,00	6.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	14/11/13	1
1	770615/2012	87.612.891/0001-15	102.000,00	2.040,00	99.960,00	99.960,00	06/07/12	13/11/13	1
1	770613/2012	33.205.055/0001-97	227.510,00	11.700,00	215.810,00	215.810,00	06/07/12	20/09/13	1
1	770609/2012	87.612.909/0001-89	106.950,00	6.950,00	100.000,00	100.000,00	01/11/12	12/12/13	1
1	770576/2012	87.708.889/0001-44	103.500,00	3.500,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	14/11/13	1
1	770575/2012	94.726.320/0001-77	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	14/11/13	1
1	770573/2012	88.587.183/0001-34	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	05/11/13	1
1	770571/2012	87.612.735/0001-54	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	06/07/12	05/11/13	1
1	770278/2012	01.612.552/0001-13	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	28/06/12	13/02/13	1
1	769839/2012	18.125.138/0001-82	102.100,00	2.100,00	0,00	0,00	28/06/12	28/06/13	1
1	769838/2012	92.411.156/0001-83	105.412,00	5.412,00	100.000,00	100.000,00	04/07/12	05/11/13	1
1	769778/2012	13.460.266/0001-69	114.700,00	3.100,00	85.229,23	85.229,23	11/06/12	29/11/12	2
1	769460/2012	93.244.606/0001-53	102.000,00	4.500,00	0,00	0,00	20/06/12	20/06/13	1
1	769459/2012	87.612.883/0001-79	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	22/06/12	13/11/13	1
1	769360/2012	92.005.586/0001-03	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	09/10/12	05/11/13	1
1	769358/2012	01.612.776/0001-25	102.948,00	2.948,00	100.000,00	100.000,00	20/06/12	13/11/13	1
1	769356/2012	92.403.567/0001-27	104.500,00	4.500,00	0,00	0,00	18/06/12	18/06/13	1
1	769355/2012	01.830.793/0001-39	521.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21/06/12	21/06/13	1
1	769346/2012	87.612.917/0001-25	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	18/06/12	13/11/13	1
1	769316/2012	01.612.381/0001-22	402.908,11	16.560,00	386.348,11	386.348,11	14/05/12	14/12/12	2
1	769307/2012	82.777.236/0001-01	109.000,00	9.000,00	0,00	0,00	10/05/12	10/02/13	1
1	769245/2012	01.612.781/0001-38	103.890,00	3.890,00	100.000,00	100.000,00	13/04/12	27/06/13	1
1	768793/2011	04.217.901/0001-90	102.630,00	2.630,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	24/03/13	1
1	768727/2011	17.935.388/0001-15	450.800,00	12.050,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1

1	768720/2011	87.613.196/0001-78	102.600,00	2.600,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	20/04/13	1
1	768717/2011	08.096.596/0001-87	153.200,00	3.200,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	768620/2011	87.490.306/0001-51	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	30/12/11	25/04/13	1
1	768502/2011	89.030.639/0001-23	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	20/04/13	1
1	768035/2011	87.613.113/0001-40	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	26/04/13	1
1	768022/2011	94.706.140/0001-23	104.500,00	7.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/11	20/04/13	1
1	768021/2011	87.612.990/0001-05	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	30/12/11	29/05/13	1
1	768018/2011	88.437.923/0001-90	102.960,00	2.960,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	30/05/13	1
1	768015/2011	87.613.501/0001-21	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	29/05/13	1
1	768013/2011	87.297.271/0001-39	102.080,00	2.080,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	16/05/13	1
1	767639/2011	04.204.318/0001-45	104.000,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/11	20/04/13	1
1	767398/2011	92.411.933/0001-90	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	12/05/13	1
1	767394/2011	01.612.292/0001-86	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	20/04/13	1
1	766307/2011	03.507.415/0001-05	250.000,00	25.000,00	225.000,00	225.000,00	30/12/11	24/03/13	1
1	766305/2011	87.613.089/0001-40	105.200,00	5.200,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	24/03/13	1
1	764109/2011	03.563.335/0001-06	100.000,00	2.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	3
1	763784/2011	45.089.885/0001-85	162.000,00	12.000,00	150.000,00	150.000,00	30/12/11	24/03/13	1
1	763738/2011	27.273.416/0001-30	519.520,00	169.520,00	350.000,00	350.000,00	30/12/11	27/06/13	1
1	763715/2011	13.106.211/0001-55	160.000,00	12.800,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	763642/2011	83.052.191/0001-62	222.500,00	44.500,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	763473/2011	04.215.090/0001-99	102.150,00	2.150,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	21/04/13	1
1	763458/2011	01.613.052/0001-04	136.773,50	6.773,50	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	762987/2011	75.771.246/0001-66	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	26/12/11	17/11/13	1
1	762775/2011	93.021.632/0001-12	820.000,00	400.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	3
1	762732/2011	75.924.290/0001-69	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	30/05/13	1
1	762566/2011	78.511.052/0001-10	104.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/11	13/06/13	1
1	762561/2011	77.817.054/0001-79	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	29/05/13	1
1	762558/2011	92.406.180/0001-24	102.150,00	2.150,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	01/05/13	1
1	762551/2011	76.205.640/0001-08	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	29/05/13	1
1	762547/2011	76.205.962/0001-49	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	28/12/13	1

1	762546/2011	16.298.614/0001-31	102.060,00	2.060,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	01/05/13	1
1	762537/2011	92.406.289/0001-61	100.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/11	30/05/13	1
1	762533/2011	26.042.515/0001-48	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	3
1	762532/2011	18.602.060/0001-40	103.720,00	3.720,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	21/06/13	1
1	762528/2011	01.612.364/0001-95	103.425,00	3.425,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	25/04/13	1
1	762527/2011	92.000.215/0001-20	105.060,00	5.060,00	100.000,00	100.000,00	28/12/11	27/04/13	1
1	762522/2011	87.592.861/0001-94	102.630,00	2.630,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	21/04/13	1
1	762520/2011	01.601.857/0001-20	102.630,00	2.630,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	28/04/13	1
1	762518/2011	04.215.918/0001-09	106.555,00	6.555,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	3
1	762513/2011	87.568.911/0001-06	102.765,00	2.765,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	15/06/13	1
1	762512/2011	01.610.869/0001-10	129.667,50	29.667,50	100.000,00	100.000,00	30/12/11	05/06/13	1
1	762510/2011	77.008.068/0001-41	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	21/04/13	1
1	762509/2011	87.590.998/0001-00	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	20/04/13	1
1	762311/2011	01.612.269/0001-91	102.400,00	2.400,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	30/05/13	1
1	762306/2011	91.997.072/0001-00	109.140,00	9.140,00	100.000,00	100.000,00	22/12/11	20/04/13	1
1	762126/2011	76.402.882/0001-83	124.410,00	4.410,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	762103/2011	76.206.499/0001-50	212.500,00	42.500,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	762102/2011	76.920.826/0001-30	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	762101/2011	77.116.663/0001-09	125.000,00	5.000,00	120.000,00	120.000,00	30/12/11	28/12/13	1
1	762100/2011	75.587.204/0001-70	124.800,00	4.800,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	761958/2011	95.590.832/0001-11	103.050,00	3.050,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	05/06/13	1
1	761838/2011	92.411.099/0001-32	105.110,00	5.110,00	100.000,00	100.000,00	22/12/11	20/04/13	1
1	761835/2011	94.449.030/0001-23	100.000,00	2.000,00	98.000,00	98.000,00	30/12/11	20/04/13	1
1	761834/2011	92.000.231/0001-13	103.470,00	3.470,00	100.000,00	100.000,00	30/12/11	31/05/13	1
1	761832/2011	92.411.172/0001-76	102.600,00	2.600,00	100.000,00	100.000,00	22/12/11	21/04/13	1
1	761828/2011	06.113.682/0001-25	714.290,00	14.290,00	350.000,00	350.000,00	30/12/11	12/10/13	1
1	761598/2011	25.089.137/0001-95	166.111,11	21.111,11	145.000,00	145.000,00	30/12/11	30/04/13	1
1	761576/2011	76.208.495/0001-00	102.300,00	2.300,00	0,00	0,00	26/12/11	26/12/13	1
1	760540/2011	08.358.889/0001-95	334.420,00	11.500,00	0,00	0,00	26/12/11	26/12/13	1
1	760451/2011	75.845.529/0001-05	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1

1	759939/2011	55.356.653/0001-08	106.840,00	4.840,00	102.000,00	102.000,00	26/12/11	16/02/13	1
1	759918/2011	78.113.834/0001-09	122.500,00	2.500,00	120.000,00	120.000,00	30/12/11	16/02/13	1
1	759917/2011	76.205.665/0001-01	222.500,00	4.500,00	218.000,00	218.000,00	30/12/11	31/12/13	1
1	759853/2011	82.930.181/0001-10	145.000,00	10.000,00	135.000,00	135.000,00	30/12/11	06/03/13	1
1	759852/2011	12.200.200/0001-77	143.200,00	15.200,00	128.000,00	128.000,00	30/12/11	30/12/12	1
1	759847/2011	25.089.137/0001-95	141.137,50	28.227,50	112.910,00	112.910,00	30/12/11	16/02/13	1
1	759843/2011	25.089.137/0001-95	137.145,00	13.747,50	123.397,50	123.397,50	30/12/11	25/05/13	1
1	759841/2011	75.963.256/0001-01	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1	759839/2011	06.113.682/0001-25	306.200,00	6.200,00	300.000,00	300.000,00	19/12/11	12/10/13	1
1	759608/2011	94.726.312/0001-20	104.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	26/12/11	08/03/13	1
1	759562/2011	75.771.295/0001-07	104.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	26/12/11	30/05/13	1
1	759561/2011	91.566.885/0001-46	120.000,00	20.000,00	0,00	100.000,00	06/12/11	06/12/12	2
1	759560/2011	95.587.648/0001-12	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	26/12/11	26/12/12	1
1	759556/2011	78.103.884/0001-05	155.400,00	5.400,00	0,00	0,00	26/12/11	26/12/13	1
1	759068/2011	75.475.442/0001-93	154.125,00	4.125,00	150.000,00	150.000,00	26/12/11	29/05/13	1
1	759067/2011	95.680.831/0001-68	102.750,00	2.750,00	0,00	100.000,00	09/12/11	09/12/12	4
1	758493/2011	76.206.481/0001-58	120.000,00	7.500,00	112.500,00	112.500,00	30/12/11	28/12/13	1
1	758484/2011	75.443.812/0001-00	101.350,00	3.850,00	0,00	0,00	31/12/11	31/12/13	1
1	758466/2011	04.508.933/0001-45	408.200,00	8.200,00	400.000,00	400.000,00	30/12/11	06/07/13	1
1	757939/2011	32.001.836/0001-05	102.100,00	2.100,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1	757936/2011	83.021.808/0001-82	327.000,00	27.000,00	300.000,00	300.000,00	30/12/11	07/07/13	1
1	756858/2011	76.205.665/0001-01	104.025,00	4.025,00	0,00	100.000,00	21/11/11	21/02/12	4
1	756731/2011	76.282.680/0001-45	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	26/12/11	31/05/13	1
1	756413/2011	76.206.606/0001-40	108.698,00	8.698,00	0,00	100.000,00	27/09/11	10/02/12	4
1	755947/2011	05.706.676/0001-19	104.166,67	4.166,67	100.000,00	100.000,00	02/08/11	10/02/13	1
1	755891/2011	08.946.175/0001-06	20.408,16	408,16	0,00	20.000,00	20/07/11	18/01/12	2
1	755838/2011	87.297.982/0001-03	120.000,00	20.000,00	100.000,00	100.000,00	12/07/11	11/04/12	2
1	755464/2011	04.846.614/0001-40	102.040,82	2.040,82	0,00	0,00	24/05/11	24/02/12	2
1	755097/2010	08.472.930/0001-50	134.100,00	4.200,00	0,00	129.900,00	31/12/10	21/12/12	2
1	755076/2010	05.654.989/0001-70	102.050,00	2.050,00	0,00	100.000,00	31/12/10	26/06/12	4

1	755071/2010	04.811.676/0001-16	167.763,25	6.711,75	0,00	161.051,50	31/12/10	29/09/13	1
1	754286/2010	01.614.415/0001-18	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	31/12/10	14/06/12	4
1	754107/2010	87.612.909/0001-89	108.000,00	8.000,00	0,00	100.000,00	31/12/10	20/06/12	4
1	754056/2010	24.530.446/0001-96	205.000,00	5.000,00	0,00	200.000,00	31/12/10	20/06/12	4
1	753922/2010	88.370.879/0001-04	103.050,00	3.050,00	0,00	100.000,00	31/12/10	20/06/12	4
1	753920/2010	87.613.030/0001-51	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	31/12/10	05/11/13	4
1	753517/2010	03.254.331/0001-46	244.600,00	21.800,00	222.800,00	222.800,00	31/12/10	12/08/12	2
1	753308/2010	92.403.583/0001-10	108.000,00	8.000,00	0,00	100.000,00	31/12/10	20/06/12	4
1	753292/2010	04.867.340/0001-75	107.590,00	14.340,00	0,00	93.250,00	31/12/10	30/06/13	1
1	753200/2010	94.442.282/0001-20	208.000,00	8.000,00	0,00	200.000,00	31/12/10	16/06/12	2
1	752147/2010	93.459.410/0001-86	61.500,00	1.500,00	60.000,00	60.000,00	30/12/10	21/09/12	4
1	751965/2010	01.612.906/0001-20	100.000,00	2.200,00	0,00	100.000,00	29/12/10	30/10/12	4
1	751963/2010	07.805.545/0001-14	992.686,50	79.439,72	0,00	433.647,98	31/12/10	29/06/12	2
1	751962/2010	13.175.948/0001-20	93.300,00	8.000,00	0,00	85.300,00	31/12/10	21/07/12	2
1	751959/2010	18.795.732/0001-80	145.511,00	11.736,00	0,00	133.775,00	31/12/10	04/07/12	4
1	750399/2010	63.057.855/0001-79	444.000,00	44.000,00	400.000,00	400.000,00	08/12/10	12/06/13	1
1	750365/2010	89.780.738/0001-22	127.200,00	3.000,00	0,00	124.200,00	20/12/10	10/01/12	4
1	750287/2010	25.441.650/0001-01	240.000,00	40.000,00	0,00	0,00	23/11/10	24/05/12	3
1	750039/2010	02.765.685/0001-92	60.000,00	4.800,00	0,00	55.200,00	08/12/10	12/06/13	1
1	748741/2010	03.009.157/0001-76	418.595,10	38.054,10	0,00	380.541,00	24/09/10	31/12/12	2
1	744387/2010	63.761.902/0001-60	1.938.800,00	38.800,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1	744364/2010	78.103.884/0001-05	105.600,00	5.600,00	0,00	100.000,00	29/12/10	20/10/12	4
1	744361/2010	78.279.981/0001-45	102.200,00	2.200,00	0,00	100.000,00	23/12/10	20/10/12	4
1	744357/2010	80.059.264/0001-50	104.000,00	4.000,00	0,00	100.000,00	04/11/10	31/12/12	2
1	744354/2010	82.939.406/0001-07	100.000,00	2.500,00	0,00	97.500,00	03/11/10	04/04/12	4
1	744353/2010	18.468.033/0001-26	121.100,00	21.100,00	0,00	100.000,00	04/11/10	06/07/12	4
1	744347/2010	95.988.309/0001-48	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	31/12/10	20/06/12	4
1	743985/2010	54.488.986/0001-10	175.328,67	15.226,00	0,00	160.099,67	01/09/10	31/10/12	2
1	743984/2010	24.651.200/0001-72	109.880,00	9.880,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	3
1	742843/2010	01.613.120/0001-27	100.000,00	2.500,00	0,00	0,00	23/12/10	31/12/13	1

1	742731/2010	82.939.980/0001-90	129.072,69	31.572,69	97.500,00	97.500,00	31/12/10	28/12/13	1
1	742397/2010	13.447.289/0001-33	108.695,65	8.695,65	0,00	100.000,00	16/09/10	22/06/12	2
1	742382/2010	01.613.338/0001-81	714.300,00	14.300,00	0,00	700.000,00	22/11/10	27/09/12	2
1	741724/2010	83.052.191/0001-62	104.000,00	4.000,00	0,00	100.000,00	15/12/10	18/01/12	4
1	741204/2010	84.306.661/0001-30	614.100,00	14.100,00	0,00	0,00	12/11/10	12/11/12	3
1	741149/2010	77.816.510/0001-66	109.050,00	9.050,00	0,00	100.000,00	22/11/10	11/07/12	4
1	741142/2010	25.105.255/0001-40	102.500,00	2.500,00	0,00	100.000,00	22/11/10	05/01/12	4
1	739183/2010	82.939.414/0001-45	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	22/11/10	06/07/13	1
1	738561/2010	04.076.733/0001-60	140.500,00	4.000,00	0,00	0,00	20/12/10	30/06/13	1
1	738412/2010	80.912.140/0001-75	102.150,00	12.150,00	0,00	90.000,00	22/11/10	05/01/12	4
1	737527/2010	83.102.533/0001-01	100.000,00	2.500,00	0,00	0,00	20/12/10	30/06/13	2
1	736723/2010	83.009.860/0001-13	204.800,00	4.800,00	0,00	200.000,00	03/11/10	22/06/12	4
1	736418/2010	44.231.645/0001-00	203.878,00	4.078,00	0,00	199.800,00	21/12/10	31/12/12	1
1	736417/2010	95.990.180/0001-02	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	10/11/10	05/01/12	4
1	736147/2010	83.021.881/0001-54	103.840,00	3.840,00	0,00	100.000,00	11/11/10	15/06/12	4
1	735787/2010	95.585.444/0001-42	102.225,00	2.225,00	100.000,00	100.000,00	22/12/10	18/06/13	1
1	732142/2010	76.919.083/0001-89	415.090,00	12.090,00	0,00	403.000,00	26/05/10	25/11/12	2
1	723507/2009	03.452.299/0001-03	110.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	29/12/09	20/05/13	1
1	723484/2009	02.926.712/0001-61	165.600,00	15.600,00	0,00	150.000,00	30/12/09	26/02/12	4
1	722659/2009	17.914.128/0001-53	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/09	18/01/13	1
1	720660/2009	88.073.291/0001-99	383.758,18	36.616,15	0,00	347.142,00	30/12/09	04/11/12	2
1	720272/2009	18.671.271/0001-34	102.000,00	2.040,00	0,00	99.960,00	31/12/09	07/01/12	4
1	720261/2009	18.668.624/0001-47	103.750,00	3.750,00	100.000,00	100.000,00	31/12/09	09/01/13	1
1	720256/2009	04.873.600/0001-15	816.327,25	16.327,25	500.000,00	800.000,00	30/12/09	21/12/12	2
1	720249/2009	01.616.255/0001-46	100.580,00	3.080,00	97.500,00	97.500,00	21/12/09	25/03/13	1
1	720245/2009	27.784.990/0001-52	58.800,00	5.000,00	0,00	53.800,00	31/12/09	15/02/12	2
1	720244/2009	63.057.855/0001-79	760.650,00	61.185,00	0,00	233.155,00	31/12/09	24/05/12	2
1	720233/2009	18.239.608/0001-39	100.180,00	2.680,00	0,00	97.500,00	31/12/09	11/12/12	2
1	720230/2009	18.241.356/0001-82	100.000,00	2.500,00	0,00	97.500,00	31/12/09	08/11/12	2
1	720227/2009	18.306.670/0001-04	105.650,00	8.150,00	0,00	97.500,00	30/12/09	20/11/12	2

1	720194/2009	18.241.778/0001-58	108.680,00	11.680,00	0,00	97.500,00	31/12/09	07/01/13	2
1	718554/2009	27.744.176/0001-04	257.500,00	7.500,00	0,00	0,00	30/12/09	24/12/12	3
1	715325/2009	45.089.885/0001-85	301.000,00	7.000,00	294.000,00	294.000,00	31/12/09	18/06/13	1
1	709831/2009	34.671.016/0001-48	427.087,61	27.087,61	200.000,00	400.000,00	18/12/09	30/12/12	2
1	708876/2009	95.594.776/0001-93	269.364,00	19.364,00	0,00	250.000,00	31/12/09	17/06/12	4
1	708873/2009	80.620.172/0001-05	200.850,00	5.850,00	0,00	120.000,00	22/12/09	31/12/12	1
1	706619/2009	18.306.654/0001-03	143.000,00	43.000,00	0,00	100.000,00	22/12/09	31/12/12	1
1	706216/2009	61.854.352/0001-07	217.600,00	17.600,00	0,00	200.000,00	31/12/09	20/10/12	4
1	706144/2009	76.950.088/0001-74	340.000,00	6.800,00	0,00	333.200,00	29/12/09	27/10/12	2
1	704388/2009	94.702.818/0001-08	246.380,00	6.380,00	0,00	240.000,00	31/12/09	21/11/12	2
1	704237/2009	05.493.395/0001-25	360.658,50	9.835,20	0,00	350.823,30	31/12/09	18/05/12	4
1	702617/2008	01.067.107/0001-10	100.424,80	3.105,93	0,00	64.879,18	31/12/08	27/12/12	2
1	702539/2008	14.105.704/0001-33	2.632.250,00	132.250,00	0,00	2.500.000,00	31/12/08	30/06/12	2
1	702223/2008	15.412.257/0001-28	1.122.174,80	122.174,80	0,00	1.000.000,00	31/12/08	30/04/12	4
1	702216/2008	15.412.257/0001-28	833.334,00	83.334,00	0,00	750.000,00	30/12/08	30/04/12	4
1	701723/2008	25.441.650/0001-01	882.660,00	93.660,00	0,00	789.000,00	29/12/08	30/04/12	4
1	701066/2008	25.441.650/0001-01	844.000,00	144.000,00	230.000,00	700.000,00	24/12/08	31/12/12	1
1	701024/2008	04.322.004/0001-47	171.215,00	25.000,00	0,00	146.215,00	31/12/08	23/11/12	2
3(*)		135030	54.798,00	0,00	54.798,00	0,00	01/01/12	31/03/13	4
3		135030	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	25/11/11	25/11/12	1
3		135031	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	11/09/12	11/12/13	1
3		135039	90.000,00	0,00	26.000,00	64.000,00	09/11/12	31/01/15	1
3		135021	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	02/10/12	02/12/12	1
3		135030	65.700,00	0,00	65.700,00	0,00	07/12/12	07/07/13	1
3		153163	250.123,84	0,00	250.123,74	0,00	31/10/12	31/12/12	1
3		135038	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	29/06/12	29/12/12	1
3		135010	144.410,00	0,00	144.410,00	0,00	05/09/12	05/09/13	1
3		135012	48.000,00	0,00	7.000,00	48.000,00	15/12/11	15/12/12	1
3		135015	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	30/10/12	30/10/13	1
3		135031	79.900,00	0,00	79.900,00	0,00	11/09/12	11/12/12	1

3		135015	253.822,30	0,00	0,00	179.140,00	13/12/11	30/12/13	1
3		135033	123.450,00	0,00	10.000,00	0,00	23/11/12	30/12/14	1
3		135033	50.600,00	0,00	6.850,00	0,00	23/10/12	31/12/14	1
3		135017	32.200,00	0,00	12.000,00	0,00	25/05/12	25/12/13	1
3		135024	7.160,00	0,00	7.160,00	0,00	02/10/12	02/10/13	1
3		153114	123.541,00	0,00	123.541,00	0,00	05/10/12	05/12/12	1
3		135011	103.560,40	0,00	17.755,21	103.560,40	20/10/11	31/12/12	1
3		153163	212.000,00	0,00	212.000,00	0,00	17/12/12	27/01/14	1
3		153164	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	09/11/12	31/10/13	1
3		135013	73.600,00	0,00	33.125,72	0,00	11/09/12	11/12/13	1
3		135048	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	21/12/11	21/12/12	1
3		135048	77.000,00	0,00	6.900,00	0,00	10/10/12	10/10/13	1
3		135024	13.154,20	0,00	13.154,20	0,00	02/10/12	02/12/12	1
3		135015	49.440,00	0,00	49.440,00	0,00	02/10/12	02/12/13	1
3		135041	117.940,00	0,00	40.000,00	0,00	23/11/12	23/04/15	1
3		364102	1.500.000,00	0,00	830.000,00	0,00	01/10/12	01/10/13	1
3		135048	20.000,00	0,00	18.000,00	20.000,00	02/12/11	02/12/12	1
3		135048	20.000,00	0,00	18.000,00	20.000,00	02/12/11	02/12/12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SICONV

OBS: Modalidade 3 : Os "Termos de Cooperação" não estão sendo operacionalizados no Sistema SICONV, portanto, não geram número de controle

Quadro A.5.3.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia									
CNPJ: 00.396.895/0013-69					UG/GESTÃO: 280106/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
03	001	Embrapa Agroenergia	30.000	-	30.000	-	Abr	Dez	4
03	002	Embrapa Algodão	150.254	-	150.254	-	Jun	Dez	4
03	003	Embrapa Agroenergia	55.000	-	55.000	-	Jun	Dez	4
03	004	Embrapa Milho e Sorgo	166.477	-	166.477	-	Ago	Dez	4
03	005	Embrapa Agroenergia	67.300	-	67.300	-	Set	Dez	4
03	006	Embrapa Clima Temperado	100.00	-	100.000	-	Out	Dez	4
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI Gerencial									

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome:		Secretaria de Defesa Agropecuária					
CNPJ:		00.396.895/0042-01					
UG/GESTÃO:		130007/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)			
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
Convênio	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	6	3	6	5.336.862,00	34.633.881,42	31.656.988,95	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-	
Totais	6	3	6	5.336.862,00	34.633.881,42	31.656.988,95	

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
CNPJ:	00.396.895/0001-25					
UG/GESTÃO:	420013					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	79	135	129	14.218.954,00	15.264.100,00	6.937.345,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	18	19	9	2.184.784,00	1.922.485,00	1.704.612,00
Termo de Compromisso						
Totais	97	154	138	16.403.738,00	17.186.585,00	8.641.957,00

Quadro A.5.4.3 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Produção e Agroenergia					
CNPJ:	00.396.895/0013-69					
UG/GESTÃO:	280106/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	01	01	0	100.000	100.000
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	05	04	06	418.777	746.160	771.906
Termo de Compromisso						
Totais	05	05	07	418.777	846.160	871.906

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.5.4.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio					
CNPJ:	00.396.895/0072-19					
UG/GESTÃO:	130020/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	1	-	-	267.431,77
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	0	0	1	-	-	267.431,77

Fonte: SICONV

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Defesa Agropecuária					
CNPJ: 00.396.895/042-01			UG/GESTÃO: 130007/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	352.000,00	10.000,00	84.000,00	2,84
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	352.000,00	10.000,00	84.000,00	2,84

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.5.2 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 420013		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	172	29.647.774,00	14.218.954,00	15.428.820,00	47,96
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	24	3.672.901,00	2.252.539,00	1.420.362,00	61,32
Termo de Compromisso					
Totais	196	33.320.675,00	16.471.493,00	16.849.182,00	49,43%

Fonte: SICONV

Quadro A.5.5.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia					
CNPJ: 00.396.895/0013-69			UG/GESTÃO: 280106/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação		418.777	418.777	-	100%
Termo de Compromisso					
Totais		418.777	418.777	-	100%

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
CNPJ: CNPJ: 00.396.895/0069-13			UG/GESTÃO: 420013		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	56		
		Montante Repassado	R\$ 9.031.251,76		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	26		
		Montante Repassado	R\$ 8.203.504,97		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	159		
		Montante Repassado	R\$ 31.290.922,07		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	R\$ 965.470,38		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	106		
		Montante Repassado	R\$ 12.764.561,39		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	R\$ 27.160,00		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	R\$ 697.839,19		

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.6.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia					
CNPJ: 00.396.895/0013-69			UG/GESTÃO: 280106/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade		05	
		Montante Repassado		418.777	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01	05	
		Montante Repassado	100.000	846.160	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			

		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	01	07	
		Montante Repassado	200.000	871.906	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.7.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
CNPJ: CNPJ: 00.396.895/0069-13			UG/GESTÃO: 420013		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			56	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	04	
			Contas Não Analisadas	10	
		Montante Repassado (R\$)			1.804.850,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	21	
			Quantidade Reprovada	20	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01	
			Montante Repassado (R\$)	7.226.401,76	
2011	Quantidade de contas prestadas			159	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		128	
		Quantidade Reprovada		24	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		7	
		Montante repassado (R\$)		7.491.334,56	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			106	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		92	
		Quantidade Reprovada		10	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		600.000,00	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		878.092,46	

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.7.2 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia				
CNPJ: 00.396.895/0013-69		UG/GESTÃO: 280106/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	
			Contas Não Analisadas	
		Montante Repassado (R\$)		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	
			Montante Repassado (R\$)	
2011	Quantidade de contas prestadas		01	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)	100.000	
2010	Quantidade de Contas Prestadas		01	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	01	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado	200.000	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.6 Análise Crítica

No que se refere à gestão das Prestações de Contas dos Convênios celebrados, a Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC, subordinada a Secretaria Executiva, que tem como atribuição institucional coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as prestações de contas de Convênios, celebrados no âmbito do Ministério, bem como, é a responsável pelo aperfeiçoamento dos procedimentos internos relativos à comprovação do regular emprego de recursos públicos, originários de transferências voluntárias, bem como atua por delegação da Secretaria Executiva – SE, na análise das prestações de contas de contratos de repasse já encerrados, que tenham sido auditados pela Controladoria Geral da União – CGU, a partir de Sorteio Público de Municípios, com a indicação de impropriedades e/ou irregularidades, e ainda, na análise de prestações de contras de contratos de repasse, que tenham sido alvo de denúncia formal.

O tramite de analise dentro da Coordenação Geral de Prestação de Contas acontece da seguinte forma: após o recebimento dos documentos de prestação de contas, a documentação é encaminhada ao Protocolo Geral para a formalização do processo de prestação de contas. Ao retornar é realizada conferencia da documentação por meio de nota informativa encaminhada ao conveniente, solicitando o atendimento aos itens que por acaso estejam pendentes, com prazo de atendimento de 10 (dez) dias. Ao mesmo tempo, é gerada nota informativa para registro de comprovação, sendo encaminhada a Secretaria finalística para realização do registro; com atendimento da Nota

Informativa e encaminhamento de documentação complementar, o processo é encaminhado a um técnico designado para a realização da análise financeira. Caso o técnico verifique a necessidade de esclarecimentos é gerada uma Nota Técnica, com prazo de atendimento de 30 dias, a partir do recebimento do Ofício. Em caso de não atendimento da Nota Técnica, no prazo concedido, resulta no início dos procedimentos de instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Caso a entidade encaminhe a documentação solicitada, o processo é novamente encaminhado à área técnica, se as justificativas forem acatadas o processo é aprovado, caso contrário é emitido uma nova Nota Técnica concedendo novo prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

Raramente um processo é aprovado ou encaminhado para a instauração de Tomada de Contas Especial – TCE em sua primeira análise, usualmente o processo passa de 3 a 4 análises, levando-se em conta o prazo para atendimento e o cumprimento dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, antes da emissão de um parecer final.

Até o dia 31/12/2012 verificamos a apresentação de 55 (cinquenta e cinco) prestações de contas, destas 45 (quarenta e cinco) sofreram pelo menos uma análise. As análises resultaram em 21 (vinte e um) processos com prestação de contas aprovadas e 20 (vinte) processos com a prestação de contas reprovada, ou seja, a conveniente foi instada a apresentar documentação complementar. Cabe registrar que depois de transcorrido o prazo concedido – 30 (trinta) dias – não havendo manifestação será iniciado procedimento de instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.

Quanto aos 11 (onze) processos de prestação de contas registrados como não analisados, ressalta-se que embora não tenha havido uma análise financeira, foi realizada uma análise prévia que culminou em nota informativa encaminhada aos convenientes para atendimento e envio de documentação complementar visando à realização da análise financeira.

Durante o exercício de 2012 o DCAA não realizou nenhuma celebração mediante Termo de Convênios, limitou-se apenas a realizar descentralizações à Embrapa com o objetivo de apoiar algumas iniciativas voltadas às pesquisas envolvendo o tema “Agroenergia”, nelas são possíveis discutir, juntamente com a comunidade científica os gargalos e a viabilidade técnica dos projetos em questão.

Tais dificuldades devem-se ao fato de que ainda não foi estabelecido um modelo ideal de Edital para realizar Chamamento Público e a situação ainda é agravada pelos baixos limites orçamentários disponibilizados.

No que diz respeito às inadimplências de prestações de contas de convênios apontadas pelas auditorias da CGU informamos que a conveniente sanou todas as pendências e que foram dadas as respectivas baixas no portal de convênios.

Para um melhor gerenciamento das transferências foi solicitado à Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas do MAPA a inclusão no plano de capacitação anual a realização de cursos visando o aprimoramento das fiscalizações dos termos em questão.

O Convênio 749470/2010 teve suas contas aprovada no exercício de 2012 e foi feito o lançamento no SICONV no dia 03/07/2012, conforme pronunciamento de análise de prestação de contas nº 088/2012 CGPC/SE/MAPA. O Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios foi inserido por se tratar de série histórica.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
130001	Gabinete do Ministro - GM/MAPA		1.040,00	7.427,29	8.467,29
420013	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA			2.543,06	2.543,06
130020	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA		50.731,83		50.731,83
420012	Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA			7.058,37	7.058,37
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	51.771,83	17.028,72	68.800,55

Fonte: SIAFI

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.5.10 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	130001	Limite de Utilização da UG	R\$ 40.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Sidney Silva Brasil	111.858.951-15	20.000,00		5.337,45	5.337,45
Manoel Oliveira da Silva	110.617.403-82	20.000,00	1.040,00	2.089,84	3.129,84
Total Utilizado pela UG			R\$ 1.040,00	R\$ 7.427,29	R\$ 8.467,29
Código da UG 2	420013	Limite de Utilização da UG	R\$ 7.500,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Eurípedes Alves dos Reis	096.732.701-63	4.000,00			
Maristela Gonçalves de Freitas	270.547.051-49	3.500,00		2.543,06	2.543,06
Total Utilizado pela UG			-	2.543,06	2.543,06
Código da UG 2	420012	Limite de Utilização da UG	15.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Deusdedit Guimarães Rocha Filho	225.909.191-15	15.000,00		7.058,37	7.058,37
Total Utilizado pela UG				7.058,37	7.058,37
Código da UG 2	130020	Limite de Utilização da UG	R\$ 113.700,00		
Bivanilda Almeida Tapias	830.360.756-15	17.040,00	8.377,17		8.377,17
Esequiel Liuson	286.750.248-94	8.500,00	1.773,08		1.773,08
Gilmar Paulo Henz	371.098.800-44	48.300,00	16.453,56		16.453,56
Rinaldo Junqueira de Barros	002.213.008-05	39.860,00	23.357,37		23.357,37
Total Utilizado pela UG			49.961,18	-	49.961,18
Total Utilizado pela UJ			51.001,18	17.028,72	68.029,90

Fonte: SIAFI

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo B e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			92	51.001,18	15	17.028,72	68.029,90
2011			31	16.823,00	38	22.319,00	39.142,00
2010			17	4.630,00	31	16.858,00	21.488,00

Fonte: SIAFI

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo B e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							28	68.029,90	69	39.142,00	48	21.488,00

Fonte: SIAFI

5.4.1.6 Análise Crítica

A UG 130001 não teve conteúdo a ser declarado.

No caso da UG 420013, utiliza o CPGF de maneira razoável, sempre antes consultando o almoxarifado central sobre a existência dos materiais que serão adquiridos, afim de que não faça uso dessa medida excepcional quando houver materiais disponíveis na casa. Utiliza a modalidade “Fatura”, evitando, sempre que possível, o “Saque”.

A UG 420012 tem minimizado a utilização dessa modalidade de despesa, limitando a atender situações emergenciais face à inexistência de materiais no almoxarifado central do MAPA. A despesa realizada, no valor de R\$ 7.058,37, foi para aquisição de material de consumo (ND 3390-30-36), mediante a modalidade de suprimento de fundos, através de cartão corporativo do governo federal, para atender necessidade da Secretaria, conforme documentação constante nos documentos de nºs 70600.000812/2012-13 (Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos) e 70600.000828/2012-26 (Prestação de contas), em conformidade com a legislação constante do Decreto nº 93.872/86, art. 45 inc. 3, para garantir o bom funcionamento do serviço. Quadro de resumo da operação:

Valor do Empenho	R\$ 8.000,00
Valor da Despesa	R\$ 7.058,37
Anulação de Empenho	R\$ 941,63

Conforme UG 130020, o suprimimento de fundos especial para os adidos agrícolas foi disponibilizado por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na modalidade crédito. Nas situações em que, comprovadamente, não for possível sua utilização na modalidade crédito, fica autorizada a utilização do CPGF na modalidade saque com o objetivo de atender às necessidades específicas dos adidos agrícolas em cada missão. O valor total dos saques no exercício de 2012 foi de R\$ 50.731,83, no entanto as despesas totalizaram R\$ 49.961,18. A diferença foi recolhida por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.456	1.456	69	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.455	1.455	69	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.273	1.273	56	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	57	57	4	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	125	125	9	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	195	195	44	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.651	1.651	113	4

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	225
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	72
1.2. Exercício de Função de Confiança	23
1.3. Outras Sit Previstas em Leis Específicas (Lei 9007/95; L. compl. 75/93; 9.020/95; 6.999 82 e 10.683/2003)	130
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	9
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	7
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	2
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	4
5.2. Serviço Militar	-

5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	3
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	242

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	520	520	196	118
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	520	520	196	118
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	242	242	96	40
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	24	24	6	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	61	61	18	11
1.2.4. Sem Vínculo	193	193	76	63
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	331	331	58	34
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	323	323	58	33
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	5	5	-	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	851	851	254	152

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	100	116	145	394	188
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	100	116	145	394	188
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	109	162	180	297	106
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	1	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	63	143	109	142	64
2.3. Funções Gratificadas	46	19	70	154	42
3. Totais (1+2)	209	278	325	691	294

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	19	68	336	492	-	17	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	4	86	398	-	22	11
2.3. Funções Gratificadas	-	2	19	46	168	94	-	1	1
3. Totais (1+2)									
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	266.102,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.102,79
	2010	96.735,87	0,00	8.061,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.797,19
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	43.098.410,53	183.368,55	31.652.449,28	2.783.613,07	3.506.535,33	684.035,00	466.169,94	46.387,98	141.943,45	82.562.913,13
	2011	40.141.020,69	158.797,28	32.977.507,24	2.570.030,12	3.619.684,90	744.061,00	343.610,18	0,00	459.540,23	81.014.251,64
	2010	35.598.268,98	164.651,70	31.305.364,86	2.176.762,17	3.553.586,59	588.281,89	431.479,70	60.013,44	577.386,89	74.455.796,22
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	11.419,44	0,00	0,00	0,00	27.159,36	0,00	356.040,00	0,00	0,00	394.618,80
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	1.273.959,37	0,00	111.671,52	43.051,35	81.384,94	23.946,00	5.567,34	21.058,09	12.571,58	1.573.210,19
	2011	7.745.531,90	0,00	1.387.206,75	306.917,94	522.780,81	175.642,12	35.466,39	321.906,12	70.956,26	10.566.408,29
	2010	6.982.551,34	0,00	1.357.543,50	246.129,68	529.408,33	181.252,32	28.462,64	14.681,70	48.709,54	9.388.739,05
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	114.318,80	22.863,76	34.878,46	0,00	3.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.709,02
	2011	33.547,28	128.799,16	24.508,38	0,00	3.606,54	0,00	0,00	0,00	0,00	190.461,36
	2010	7.644,24	148.683,44	11.431,88	0,00	3.809,99	0,00	0,00	0,00	0,00	171.569,55
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	29.504.789,55	8.875.680,26	18.034.872,75	648.467,75	1.801.592,81	461.253,99	403.850,39	2.523,71	71.600,00	59.804.631,21
	2011	29.131.258,04	8.576.688,64	17.568.380,11	674.073,64	1.829.462,78	483.803,24	364.670,13	0,00	203.816,82	58.832.153,40
	2010	28.183.979,70	9.735.103,39	17.952.514,49	569.072,79	1.856.094,38	388.674,92	381.808,00	8.000,00	256.280,04	59.331.527,71
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	13.733.581,15	1.930.088,92	2.815.604,89	642.860,97	1.577.991,21	403.644,50	93.017,97	7.899,29	39.886,46	21.244.575,36
	2011	12.172.768,30	1.791.430,74	3.008.909,97	521.206,45	1.544.352,44	401.767,24	128.142,82	14.366,88	123.968,53	19.706.913,37
	2010	13.623.671,58	1.919.766,73	2.995.633,99	617.591,49	1.593.117,61	465.784,11	106.480,76	0,00	104.377,57	21.426.423,84

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	536	37
1.1 Voluntária	454	35
1.2 Compulsória	3	-
1.3 Invalidez Permanente	78	2
1.4 Outras	1	-
2. Proporcional	272	3
2.1 Voluntária	235	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	34	3
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	808	40

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	233	5
1.1. Integral	143	-
1.2. Proporcional	90	5
2. Em Atividade	245	6
3. Total (1+2)	478	11

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O MAPA não dispõe de acesso as informações para um controle de apuração de possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos, uma vez que órgão fiscalizador e auditor das inconsistências juntos aos órgãos federais, estaduais, municipais e Distrito Federal, são feitos pelo Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão, especificamente pela AUDIR – Auditoria de recursos humanos. Para tanto o Ministério do Planejamento, notificou o MAPA, por meio do ofício 377/AUDIR/SEGE/MP, onde relacionou 28 casos de possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito deste Ministério.

6.1.6 Providencias Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Conforme item anterior, o MAPA recebeu, por meio de ofício 377/AUDIR/SEGE/MP, a relação contendo nomes com 28 servidores/empregados, com indícios de possíveis irregularidades de

acumulação de cargo, função e empregos públicos. A providencia adotada pela Coordenação-Geral de Administração de Pessoas – CGPA foi de notificar, por ofício, esses servidores/empregados através para apresentarem documentação/justificativa das possíveis irregularidades apresentadas. O que resultou na abertura dos processos abaixo listados.

Qtd.	Matrícula	Nome	Nº do processo	Situação
SERVIDORES				
1	1085645	César de Araújo Galvão	21000.009679/2012-14	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
2	1423187	Elvison Nunes Ramos	21000.009684/2012-27	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
3	6002244	Ivanete Maia Dias Ledo	21000.009693/2012-18	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
4	1084802	João Batista de Carvalho Neto	21000.009678/2012-70	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
5	1574477	Marcelo Augusto de Freitas	21000.009686/2012-16	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
6	1197	Maria Ferreira de Barros Cunha		Servidora não apresentou a documentação.
7	6002267	Odete Marlene Chiesa	21000.009680/2012-49	Aguardando resposta do servidor.
8	2493684	Paulo Ferreira de Oliveira Junior	21000.009695/2012-15	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
9	1110806	Roberto Lopes de Oliveira	21000.009689/2012-50	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
10	53953	Sergio Vilanova Linhares	21000.009694/2012-62	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
APOSENTADOS				
11	16	Aluizio de Souza Lima	21000.009699/2012-95	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
12	1083962	Decio Carvalho de Resende	21000.009692/2012-73	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
13	23665	Francisco de Assis Alves Batista	21000.009691/2012-29	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
14	652	Hiroshi Takano	21000.009683/2012-82	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
15	1877	Jorge Cury	21000.009698/2012-41	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
16	31332	José Oliveira Brito	21000.000615/2013-39	Documentação enviada à Jurídica para análise
17	1081878	Lirioncio Soares Pego	21000.009697/2012-04	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
18	1081882	Maria da Graça Ferreira	21000.009690/2012-84	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
19	1110478	Rene Suman	21000.010335/2012-58	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
20	6027856	Roque Sebastião Lage	21000.007958/2012-43	Documentação enviada à Jurídica para análise
21	508	Selma Viana de Assis P. Conceição	21000.009688/2012-13	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
22	6002277	Valdir Espinheira do Carmo	21000.009696/2012-51	Não apresenta acúmulo irregular de cargos.
EMPREGADOS				
23	1670615	Domingos Savio Chaves Berg	21000.009687/2012-61	Aguardando resposta do servidor
24	1670628	Gilson Lima Cavadas	21000.010378/2012-33	Processo encontra-se na CGPAD.
25	1672108	José Rogério Teixeira Meirelles	21000.000961/2013-17	Documentação enviada à Jurídica para análise
26	1672130	Maria Dolores da Silva	21000.009685/2012-71	Não apresenta acúmulo irregular

				de cargos.
27	1936294	Osvaldo Alves de Sousa	21000.009906/2012-10	O empregado tem até dia 24/02/13 para optar pelo cargo.
28	1670771	Otávio José da Silva	21000.010161/2012-23	Aguardando receber Ofício de acumulação irregular.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	43	11	43	11
Concessão de aposentadoria	41	29	43*	27
Concessão de pensão civil	16	20	16	20
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	29	3	29	3
Totais	129	63	88	61

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

* Dois atos provenientes de dezembro/2011 foram lançados em janeiro/2012.

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	38	23	38	23
Cancelamento de concessão	1	1	1	1
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	39	24	39	24

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	43
Concessão de aposentadoria	41	-	-	-
Concessão de pensão civil	10	-	-	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-

Alteração do fundamento legal de ato concessório	29	-	-	-
Total	80	-	-	49-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	1	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	1-	-	-	-

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)*

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

*Obs.: Não houve nenhuma ocorrência de ato sujeito a remessa física no biênio 2011-2012.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	1	8	-	-
Concessão de aposentadoria	4	3	-	-
Concessão de pensão civil	2	1	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	7	12	-	-

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Ainda não foi desenvolvido estudo para definição de um padrão de avaliação, por meio de indicadores, da força de trabalho dentro de um exercício. Existem apenas estudos estatísticos do quantitativo de RH em períodos

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Todos os Postos de Trabalho de terceirização para a substituição de servidores efetivos foram extintos até o final de 2010.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Todos os Postos de Trabalho de terceirização para a substituição de servidores efetivos foram extintos até o final de 2010.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Todos os Postos de Trabalho de terceirização para a substituição de servidores efetivos foram extintos até o final de 2010.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA													
Nome: Divisão de Suporte Operacional – DSO da Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG													
UG/Gestão: 130005							CNPJ: 00.396.895/0001-25						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	E	22101/014/2012	02.717.460/0001-60	29/06/2012	26/12/2012	94	94	01	01			E
2012	V	E	22101/036/2012	02.717.460/0001-60	27/12/2012	24/06/2013	94	94	01	01	00	00	A
2007	L	E	22101/001/2007	00.588.541/0001-82	01/01/2012	31/12/2012	188	188	100	100	-	-	A
Observações:													
O contrato 22101/001/2007 – Natureza é Excepcionalidade													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Fiscais dos Contratos

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais													
UG/Gestão: 130005					CNPJ: 00.396.895/0011-05								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	22101/045/2008*	50.276.237/0001-78	01.12.11	31.11.12	-	-	161	143	67	71	E
2008	12	O	22101/045/2008*	50.276.237/0001-78	01.12.12	31.11.13	-	-	161	143	67	71	P
2010	07	O	22101/058/2010	38.036.000/0001-14	28.12.11	28.12.12	00	00	03	03	00	00	P
2009	10	O	22101/035/2009	24.930.315/0001-04	31.01.12	01.02.13	00	00	39	39	00	00	P
2010	12	O	22101/055/2010	72.620.735/0001-29	03.01.12	02.01.13	30	30	90	90	40	40	P
2012	09	O	22101/005/2012	01.011.976/0001-22	27.04.12	26.04.13	00	00	70	70	01	01	P
2012	12	O	22101/035/2012	01.183.525/0001-72	14.11.12	13.11.13	00	00	02	02	04	04	P
2010	09	O	22101/004/2010	38.056.404/0001-70	31.01.12	30.01.13	00	00	40	40	00	00	P
Observações: * Contrato de prestação de serviços técnicos especializados relativos a atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem competência legal dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), unidades de Campinas-SP, Recife-PE, Goiânia-GO, Belém-PA, Pedro Leopoldo-MG, Porto Alegre-RS e da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL), em Brasília-DF. Os colaboradores estão distribuídos da seguinte forma: Lanagro-MG =32, Lanagro-GO =07, Lanagro-PA=28, Lanagro-PE =30, Lanagro-RS =32, Lanagro-SP =64 e CGAL =21.													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Transportes;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Fiscais dos Contratos

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	51	40	32	23	263.647,81
1.1 Área Fim	13	9	8	7	-
1.2 Área Meio	38	31	24	16	-
2. Nível Médio	108	118	112	110	633.010,15
2.1 Área Fim	15	17	17	17	-
2.2 Área Meio	93	101	95	93	-
3. Total (1+2)	159	158	144	133	896.657,96

Fonte: Extrator-SIAPE/DW - Posição de 31/12/2012

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota é o DECRETO Nº 6.403 DE 17 DE MARÇO DE 2008, e a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 15 DE MAIO DE 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, que Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais, da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

A frota do Ministério tem grande importância nas ações no que cabe aos transportes dos servidores. Os cuidados com a frota são de responsabilidade da Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG, onde são executados todos os atendimentos as Unidades do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

A Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG tem 40 (quarenta) veículos na sua frota, discriminados por grupo conforme relação abaixo:

Relação Veículos Mapa

Grupo / Veículos	Quantidade Veículos
Veículo de Representação	04 Veículos
Veículo Institucional	08 Veículos
Veículo de Serviços Comuns	28 Veículos

Média Anual Quilômetros Rodados

Grupo / Veículos	Quantidade Km
Veículo de Representação	635,25 Km
Veículo Institucional	1.607,90 Km
Veículo de Serviços Comuns	1.332,42 Km

Idade Média Da Frota

Grupo / Veículos	Idade Média
Veículo de Representação	2010/2011 - 02 Anos
Veículo Institucional	2009/2010 – 03 Anos
Veículo de Serviços Comuns	2008/2009 - 04 Anos

Custo Anual

Custo	Valor R\$
Combustível	R\$ 151.726,35
Lubrificantes	R\$ 4.084,82
Manutenção Periódica	R\$ 113.450,95
Seguro Obrigatório	R\$ 4.322,60

Responsável Pelo Serviço De Transporte

Nome	Matricula Siape	Função
Giuseppe de Cassio Machado Modicamore.	000008958	Chefe Serviço de Transporte
Jose Augusto Da Silva	000010294	Chefe Transporte Substituto

Como a frota do Ministério ainda esta nova, conforme dados acima, o Ministério não tem de planos de adquirir veículo em 2013.

Para um melhor controle da frota o Ministério tem um SISTEMA DE CONTROLE DE VEICULOS AUTOMOTORES – SCVA que é um programa no qual registra os veículos e as informações de Saídas e chegada, manutenções, consumo de combustível, controle de motoristas, idade da frota e outras informações.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	03	03
	Município - Brasília - DF	03	03
	Município 2		
	Município “n”		
	UF “n”		
	Município 1		
	Município 2		
	Município “n”		
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS 1		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SPIUNET – Planejamento

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel –R\$			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
22101	9701029475009	21	4	13.297.670,79				
22101	9701029485004	21	3	25.457.327,13				
22101	9701029505005	21	4	1.037.246,10				
Total							0	0

Fonte: SPIUNET - Planejamento

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
x	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
x	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
x	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a Respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
As questões abordadas nesse questionário deveriam ser mais objetivas. O PDTI do MAPA está disponível apenas pela Agronet do Ministério, conforme link: http://agronet.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos_portal/boletim_pessoal_04_26_01_2012_PDTI.pdf .	

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Planejamento da área:

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, como instrumento de planejamento e orientação a todas as contratações e serviços executados na área de TI, deve ter seus princípios e diretrizes alinhados aos objetivos de negócio, para possibilitar o melhor uso dos recursos de TI no cumprimento dos objetivos institucionais do órgão.

A missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA consiste em promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Para isso, uma série de objetivos estratégicos foram estabelecidos, dentre eles: melhorar a gestão da informação e do conhecimento, desenvolver comunicação interna ágil e eficaz e melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio. A tecnologia da informação é fundamental para o alcance desses objetivos. A utilização adequada dos recursos e serviços de TI melhora a gestão da informação e contribui para o desenvolvimento da comunicação com qualidade no acesso às informações.

O PDTI do MAPA, enquanto resultado do processo de planejamento que envolve a área de TI, se propõe a identificar, por meio da análise das estratégias institucionais, as necessidades de informação e serviços de TI do órgão. Além disso, estabelece diretrizes, metas e ações que, com o auxílio dos recursos humanos, materiais e financeiros, buscam satisfazer as demandas das áreas de negócio.

Perfil dos recursos humanos envolvidos

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento é composta por 16 (dezesesseis) servidores efetivos do MAPA, 10 (dez) servidores requisitados da Embrapa e 7 (sete) servidores requisitados de outros Ministérios que são responsáveis pela gestão de serviços de Tecnologia de Informação, tais como:

- a) administração de banco de dados, rede de comunicação de dados;
- b) suporte de infra-estrutura básica;
- c) gestão de contrato de serviços terceirizados;
- d) segurança da informação;
- e) gestão de projeto de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação; e
- f) atendimento e suporte ao usuário.

Por meio da análise das atividades desempenhadas para manutenção da estrutura e dos serviços de TI, do volume expressivo de demandas e à luz das necessidades identificadas pelo PDTI do MAPA, verifica-se que o quadro de pessoal possui um contingente insuficiente para conduzir a implementação de todas as atividades. Portanto a terceirização de serviços de tecnologia – desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas informatizados; e suporte à infraestrutura de informática – é de grande importância na atualidade para o MAPA. A falta de plano de carreira de tecnologia – atrativo para o mercado de TI – proporciona significativo índice de necessidade de serviços terceirizados. Neste contexto, é fundamental a atenção dos Gestores no controle e nas exigências de qualidade dos serviços prestados.

Segurança da Informação

A Gestão de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é realizada pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, instituído por meio da Portaria nº 986, de 13 de outubro de 2008.

Principal entidade tática e operacional do processo de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações no MAPA, o Comitê é composto por representantes de todas as áreas do Ministério,

e é coordenado pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações – GSIC, nomeado por meio da Portaria nº 1.009, de 11 de outubro de 2010.

O MAPA conta também com uma Equipe de Segurança da Informação e Comunicações – ESIC, responsável por assessorar o Comitê na implementação das ações de Segurança da Informação, alinhadas às diretrizes estabelecidas em sua Política de Segurança da Informação e Comunicações – PoSIC, cuja atualização foi publicada por meio da Portaria nº 795, de 5 de setembro de 2012; e no Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações – PDSIC, publicado em 17 de fevereiro de 2012, que norteia e oferece subsídios para a execução dos Projetos de Segurança da Informação e Comunicações.

Desenvolvimento e produção de sistemas

O atendimento às demandas de desenvolvimento e de manutenção de sistemas enviadas à CGTI é feito pela Divisão de Sistemas e Gestão de Banco de Dados, estrutura pertencente à Coordenação de Sistemas. As atividades de planejamento e gestão são realizadas pelos Gestores Técnicos dessa Divisão, alocados para acompanhar cada projeto, e as atividades de desenvolvimento são realizadas por equipe de fornecedor externo. O Processo de Software do MAPA é composto por seis processos, a saber:

- a) Processo Controlar Demanda – contém todas as atividades necessárias ao atendimento de demandas encaminhadas à CGTI;
- b) Processo Atender Demanda de Manutenção Curta – contém as atividades necessárias ao atendimento de demandas de pequenas manutenções;
- c) Processo Atender Demanda de Projeto – contém as atividades necessárias ao atendimento de demandas de grandes manutenções ou de novos sistemas;
- d) Processo Gerenciar Configurações – contém as atividades necessárias ao gerenciamento das configurações dos elementos de software produzidos ou mantidos;
- e) Processo Gerenciar Mudanças – contém as atividades necessárias ao gerenciamento de mudanças relativas à produção de software (requisitos, artefatos, mudanças de ambiente, etc.);
- f) Processo Gerenciar Projetos – contém as atividades necessárias à iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento dos projetos de software, sejam eles de manutenção ou de novos sistemas.

Com o fim de reunir todas as informações relativas ao Processo de Software do MAPA, foi criado o GPS – Guia do Processo de Software do MAPA, aplicativo para cadastramento, publicação e automação do fluxo de trabalho (workflow) dos processos. Esse aplicativo também permite o acompanhamento do portfólio dos projetos de software em andamento na CGTI. O propósito deste documento é descrever, em linhas gerais, a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas em utilização na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Contratação e gestão de bens e serviços de TI

A Instrução Normativa nº 4/2008 da SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, publicada em 20/05/2008, estabelece regras de como a Administração Pública deverá conduzir o processo de elaboração de projetos para a contratação de determinado serviço de TI e os riscos inerentes a cada projeto. Para isso é necessário maior alinhamento dos projetos estratégicos dos ministérios com suas estratégias de TI, melhorar a governança do processo, o controle, capacidade de comprar e compartilhar mais as soluções de softwares.

Sendo assim o MAPA elaborou um manual de Aquisição de Bens e Serviços de TI com o objetivo de estabelecer processo formal de contratação para bens e serviços de tecnologia da informação, promovendo a conformidade, celeridade, economicidade e eficiência do processo com base nas orientações contidas no Cobit 4.1, itens AI5.1 – Controle das Aquisições e AI5.3 – Seleção de

fornecedores, no Manual On Line de Legislação, Jurisprudência de Contratação de Serviços de TI, IN nº 4/2008 e Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	O segundo critério de sustentabilidade ambiental, empregados pelo MAPA, refere-se a aquisição e utilização, sempre que possível, de materiais biodegradáveis, além de do descarte adequado de materiais nocivos ao meio ambiente.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	O primeiro Critério de Sustentabilidade, refere-se a aquisição de equipamentos, por parte da contratada, com menos de 06 (seis) meses de uso, devendo, ainda, atender os critérios de sustentabilidade ambiental no que se refere ao consumo de energia elétrica (PROCEL) e consumo de recursos hídricos. O Segundo critério de Sustentabilidade, refere-se a aquisição de equipamentos de ares condicionados, pelo Ministério com baixo Consumo de Energia e alta eficiência energética, todos portando o selo PROCEL.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não ()	

8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
	Comunicação pelo intercom (comunicação interna)				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
	Palestras, folders, comunicações oficiais, etc e comunicação pelo intercom (comunicação interna).				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Programa Esplanada	2012					
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	24.452	25.253	33.431	R\$ 173.284,32	R\$ 192.603,07	R\$ 273.997,50
Água	34.480	34.437	35.960	R\$ 544.841,70	R\$ 494.863,40	R\$ 474.949,39
Energia	4.533.903	4.481.051	4.611.254	R\$ 1.946.984,15	R\$ 1.792.583,82	R\$ 1.778.430,55
			Total	R\$ 2.665.110,17	R\$ 2.480.050,29	R\$ 2.527.377,44

Fonte: Almoxarifado = Papel. Divisão Suporte Operacional – Água e energia:

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-007.497/2012-1	2241/2012 - TCU - Plenário	9.2	DE	Despacho nº 012/AECI-GM, de 12 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:					
9.2.1 - se abstenha de autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico por Registro de Preço 02/2012;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Temos a informar que o Pregão nº 02/2012, foi revogado, conforme pode-se observar no site do COMPRASNET endereço www.comprasnet.gov.br .					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.2 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-007.497/2012-1	2241/2012 - TCU - Plenário	9.2	DE	Despacho nº 012/AECI-GM, de 12 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:					
9.2.2 - se abstenha de exigir, como condição de qualificação técnica na fase de habilitação, que os licitantes possuam em seu quadro permanente os profissionais com as certificações requeridas;					

Providências Adotadas	
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Temos a informar que o Pregão nº 02/2012, foi revogado, conforme pode-se observar no site do COMPRASNET endereço www.comprasnet.gov.br .	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.1.3 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-007.497/2012-1	2241/2012 - TCU - Plenário	9.2	DE	Despacho nº 012/AECI-GM, de 12 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que: 9.2.3 - ao lançar processo licitatório, atente para as condições expressas no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, de forma a não utilizar sistema de registro de preços quando as peculiaridades do objeto a ser executado, sua localização e ambiente de implementação indiquem que só será possível uma única contratação;					
Providências Adotadas					
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Temos a informar que o Pregão nº 02/2012, foi revogado, conforme pode-se observar no site do COMPRASNET endereço www.comprasnet.gov.br .					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.4 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 020.615/2011-6	3426/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 068/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200

Descrição da Deliberação	
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:	
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP	2120
Síntese da Providência Adotada	
Foi dada ciência ao responsável pelo menor sob guarda no dia 13/07/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O resultado foi obtido dentro do prazo estabelecido.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Ocorrências dentro da normalidade	

Quadro A.10.1.5 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 020.615/2011-6	3426/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 068/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi cessado imediatamente o pagamento da pensão ao menor sob guarda.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Pagamento cessado dentro do prazo estabelecido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.6 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 020.615/2011-6	3426/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 068/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi tornada sem efeito a portaria de concessão de pensão ao menor sob guarda, cessado o pagamento, revertida a cota para o outro beneficiário da pensão (viúvo), providenciado o cadastramento no Sistema SISACnet e encaminhados os documentos comprobatórios ao Tribunal de Contas da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento total da determinação do TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.7 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 011.370/2012-2	3600/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 075/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi cessado imediatamente o pagamento da pensão ao menor sob guarda.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Pagamento cessado dentro do prazo estabelecido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.8 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 011.370/2012-2	3600/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 075/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso esses não sejam providos;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi dada ciência à responsável pela menor sob guarda no dia 13/07/2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado foi obtido dentro do prazo estabelecido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.9 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	TC 011.370/2012-2	3600/2012 - TCU - 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 075/2012/AECI/GM, de 27 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - GAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi tornada sem efeito a portaria de concessão de pensão à menor sob guarda, cessado o pagamento, revertida a cota para a outra beneficiário da pensão(viúva), providenciado o cadastramento no Sistema SISACnet e encaminhados os					

documentos comprobatórios ao Tribunal de Contas da União.
Síntese dos Resultados Obtidos
Cumprimento total da determinação do TCU.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Ocorrências dentro da normalidade

Quadro A.10.1.10 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:					
1.8.1 utilize a modalidade pregão obrigatoriamente na forma eletrônica, salvo se houver comprovada e justificada inviabilidade, não se tratando de opção discricionária, de acordo com o § 1º do art. 4º do Decreto 5.450/2005;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Temos a informar que a CGSG nesta nova gestão está atenta ao disposto no § 1º do art. 4º do Decreto 5.450/2005					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.11 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:					
1.8.2. especifique, nas próximas licitações para contratação de serviços de natureza contínua, as categorias profissionais a serem contratadas e não apenas os serviços a serem executados;					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Temos a informar que a CGSG nesta nova gestão está atenta à determinação acima.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.1.12 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:					
1.8.3. realize estudo visando otimizar a utilização de postos de vigilância desarmada, substituindo os postos cuja função principal seja o atendimento ao público por recepcionistas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Temos a informar que a CGSG nesta nova gestão estará providenciando o referido estudo e tão logo seu término, será encaminhado ao TCU o resultado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.13 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842

Descrição da Deliberação	
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:	
1.8.4. ao licitar os serviços de vigilância armada, desarmada e eletrônica, desmembre o objeto em dois contratos: um para a prestação de serviços de engenharia de instalação, disponibilização e manutenção dos equipamentos de vigilância eletrônica e outro para a prestação de vigilância armada e desarmada, incluindo o monitoramento dos equipamentos previamente instalados, caso não consiga demonstrar factualmente que a aquisição conjunta é economicamente mais vantajosa;	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Temos a informar que a Licitação para os serviços de vigilância deste Ministério está sub judice e que nela este Ministério já providenciou a retirada dos equipamentos de vigilância eletrônica. Esclarecemos que este Ministério já autuou processo nº 21.000.006616/2012-14 visando a contratação de empresa para elaboração de projeto básico de vigilância eletrônica, tendo em vista este Ministério não possuir especialista para a elaboração do referido projeto básico.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.1.14 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:					
1.8.5. atente ao item 8.2, letra "a", da Decisão 265/2002 - Plenário;					
<i>“8.2 - determinar à Coordenação-Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:</i> <i>a) abstenha-se de incluir em edital de licitação para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, cláusulas que restrinjam ou inviabilizem o caráter competitivo do certame, a exemplo do percentual mínimo de encargos sociais fixado no edital relativo à Concorrência nº 01/2001, sob pena de a Administração não vir a selecionar a proposta mais vantajosa, conforme determina a Lei n.º 8.666/93, em seu art. 3º,”</i>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Esclarecemos que o MAPA em seus editais não esta usando do percentual mínimo de encargos sociais fixados em edital.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.1.15 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC-024.277/2007-0	5346/2012 - TCU – 1ª Câmara	1.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SE					8842
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que:					
1.8.6. abstenha-se de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos referidos tributos, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG					2121
Síntese da Providência Adotada					
Em atenção à determinação acima este Ministério não está incluindo parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos referidos tributos, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.16 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 030.664/2012-8	6059/2012 - TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 128/2012/AECI/GM, de 17 de outubro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP	2120
Síntese da Providência Adotada	
Foi dada ciência à responsável pelos menores sob guarda.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O resultado foi obtido dentro do prazo estabelecido.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Ocorrências dentro da normalidade	

Quadro A.10.1.17 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 030.664/2012-8	6059/2012 - TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 128/2012/AECI/GM, de 17 de outubro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Não foi cessado o pagamento da pensão aos menores sob guarda, uma vez que a genitora dos mesmos deu entrada no Tribunal de Contas da União contra o disposto no Acórdão 1ª Câmara/TCU nº 6059/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O recurso da interessada gerou efeito suspensivo, razão pela qual o pagamento não foi cessado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.18 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

18	TC 030.664/2012-8	6059/2012 - TCU – 1ª Câmara	9.3	DE	Memorando nº 128/2012/AECI/GM, de 17 de outubro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:					
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP					2120
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhada cópia do recurso dos interessados ao Tribunal de Contas da União, que por meio do Ofício nº 70279/2012-TCU/SEFIP comunicou a CGAP que recebeu o recurso e que foi aplicado o efeito suspensivo do disposto no Acórdão 1ª Câmara/TCU nº 6059/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O item foi totalmente atendido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ocorrências dentro da normalidade					

Quadro A.10.1.19 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC 018.815/2007-4	3855/2012 - TCU – 1ª Câmara	9.1	DE	Memorando nº 065/2012/AECI/GM, de 17 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que proceda à instauração da tomada de contas especial do Convênio Siafi 404.757, no prazo de 30 (trinta) dias, com vistas a cumprir o contido no Acórdão 426/2009 - 1ª Câmara, reiterado pelo Acórdão 2.157/2010 - 1ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
Visando esgotar os procedimentos administrativos necessários foram realizadas notificações, via AR, ao gestor da Fundação e a própria Instituição, bem como autuado processo específico de instrução da TCE. Conclusão e encaminhamento à CGU previstos para março de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Foram realizadas 03 (três) notificações, com encaminhamento via AR, porém todas retornaram. Duas retornaram com a informação dos Correios de “ausente”, após 3 tentativas, e uma com a informação de “Mudou-se”. Nova Notificação esta sendo realizada através de Edital de Notificação com publicação no Diário Oficial da União.					

Quadro A.10.1.20 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que: 9.1.2 - avalie a oportunidade e conveniência de delimitar o conjunto de produtos passíveis de serem importados/exportados em cada ponto de fronteira em função da espécie desses produtos, considerando a localização geográfica, status zoossanitário e fitossanitário, análises de risco, requisitos e controles sanitários, com os objetivos de otimizar a alocação de recursos materiais e humanos nesses pontos e de formar corredores de exportação dotados de infraestrutura adequada e quadro de pessoal especializado para atender as suas necessidades específicas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
A delimitação do conjunto de produtos passíveis de serem importados/exportados em cada ponto de fronteira em função da espécie desses produtos, localização geográfica, situação sanitária, análise de risco, requisitos e controles sanitários, constitui uma ferramenta fundamental para otimização da alocação de recursos humanos e definição de corredores de exportação e importação, e já está sendo elaborada para as importações e exportações de animais vivos. A delimitação dos portos e postos de fronteira autorizados a realizar importações e exportações de animais vivos, de produção, está respaldada no art. 11 do Regulamento do Sistema de Defesa Sanitária Animal aprovado pelo Decreto nº 24.548/1934, entretanto, este instrumento legal não atribui ao MAPA a competência legal para restringir portos, aeroportos e postos de fronteira habilitados para realização de importações e exportações de produtos de origem animal. No caso de vegetais e seus produtos, a previsão legal da competência do MAPA para definição de portos e postos de fronteira autorizados a realizar importações e exportações de vegetais, está respaldada no art. 3º do Regulamento do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo Decreto nº 24.114/1934. O inciso XII, do art. 37, e o inciso XI, do art. 38, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.741/2006, ratificaram este respaldo, embora sejam aplicáveis apenas para importações animais, vegetais e seus produtos, não estando incluídas as exportações. Apesar do respaldo previsto nos atos infra-legais citados, a definição de pontos de ingresso e egresso habilitados e conseqüentes corredores de importação e exportação é uma tarefa muito complexa, que requer mais que um levantamento da disponibilidade de infraestrutura específica para realização de fiscalização de mercadorias, que requeiram procedimentos especiais e da disponibilidade de recursos humanos, mas uma análise da logística do comércio internacional do agronegócio brasileiro e da distribuição das concentrações produtivas. Embora não exista uma norma geral definindo os pontos de ingresso e egresso habilitados para o trânsito internacional das diversas espécies de animais, vegetais e seus produtos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento já está definindo pontos habilitados para importação e exportação, bem como corredores sanitários para algumas mercadorias. No caso de animais vivos, a divisão do território nacional em zonas e compartimentos diferenciados segundo a sua situação sanitária de suas populações animais, permite a definição de pontos de ingresso habilitados e o estabelecimento de corredores sanitários, o que já vem sendo realizado para bovinos e aves (IN SDA nº 17/2010), por					

exemplo, o que aumenta a eficiência da fiscalização e mitiga o risco sanitário, haja vista que a principal forma de introdução e difusão de doenças é o trânsito de animais.
Na área vegetal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento já definiu para algumas espécies vegetais, como trigo (IN SDA nº 39/2009) e maçã, por exemplo, critérios para autorização do ingresso, com base na disponibilidade de infraestrutura, e no risco inerente aos países de origem destas mercadorias.
Síntese dos Resultados Obtidos
Vide providência adotada acima.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Considerando que a competência do MAPA para definir os pontos de ingresso habilitados e os corredores sanitários está definida em atos infra-legais, entendemos que o estabelecimento desta competência deverá ser prevista de forma explícita em lei, que possa prever inclusive as penalidades cabíveis para a importação e exportação de mercadorias por pontos de ingresso e egresso desprovidos de infraestrutura e recursos humanos adequados às necessidades da fiscalização, ou localizados em áreas geográficas, que possam por em risco as concentrações produtivas.

Quadro A.10.1.21 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que:					
9.1.3 - promova a inclusão no Manual do Vigiagro de dispositivos próprios suficientemente detalhados para a fiscalização de bagagens, que contenham critérios uniformes de riscos fitozoosanitários para a abordagem de veículos e passageiros, observadas as respectivas peculiaridades de cada região, com os devidos registros informatizados para controle, nos moldes do que já é feito nos aeroportos, a exemplo dos canais de parametrização da Receita Federal do Brasil;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
O Manual de Procedimentos Operacionais do VIGIAGRO, aprovado na forma do anexo da Instrução Normativa MAPA nº 36, de 10 de novembro de 2006, será revisado no ano de 2013.					
O Manual do VIGIAGRO deverá ser alterado e desdobrado em dois atos normativos, uma Instrução Normativa Ministerial, a ser publicada no Diário Oficial da União, onde serão estabelecidas as obrigações e penalidades administrativas dos importadores, exportadores e demais usuários do Sistema VIGIAGRO, e uma Norma Interna, a ser publicada em Boletim de Pessoal do Ministério, onde serão estabelecidos os procedimentos operacionais de fiscalização.					
A Edição de uma Norma Interna permitirá maior agilidade no procedimento de revisão e atualização dos procedimentos operacionais de fiscalização, o que, no caso da fiscalização de bagagem será importante, dada a impossibilidade de estabelecimento de procedimento único a ser adotado tanto para atuação em portos, como em aeroportos e postos de fronteira, dadas as peculiaridades de cada modalidade de transporte.					

A edição da Norma Interna deverá observar como base o relatório de resultados do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação do risco de introdução de doenças através do transporte de produtos de origem animal em bagagens de passageiros procedentes do exterior e estabelecimento de critérios de amostragem para a fiscalização do VIGIAGRO/MAPA”, aprovado pelo Edital CNPq/MAPA/SDA nº 064/2008, em fase de conclusão pela Universidade de Brasília.

I) O referido projeto avaliou, em relação aos vãos e produtos:

a) A frequência de interceptação de produtos proibidos, de acordo com o país de procedência dos vãos internacionais;

b) Os principais tipos de produtos apreendidos em bagagens de passageiros desembarcados;

c) A situação zoossanitária do país de procedência e de origem do viajante;

d) A frequência de positividade de resultados nas análises laboratoriais realizadas.

II) O projeto avaliou, ainda, em relação aos passageiros:

a) A nacionalidade;

b) O país de domicílio;

c) As características culturais do país de procedência;

d) A idade aproximada;

e) O sexo;

f) O motivo da viagem (turismo ou negócios);

g) A condição do viajante (estar ou não acompanhado da família);

Os resultados do projeto permitirão identificar os produtos, vãos e perfis de passageiros, que representam risco sanitário, e o estabelecimento de critérios de seleção e amostragem para a fiscalização de bagagem em aeroportos, possibilitando a edição da Norma Interna, que atenda à recomendação do Tribunal de Contas da União.

Para a fiscalização de bagagens no trânsito internacional transfronteiriço, a maior dificuldade seria a manutenção e alimentação de dados de prevalência de interceptações de produtos proibidos, fundamentais para estabelecimento de critérios de risco e definição das amostragens a serem adotadas, que atualmente não é possível, uma vez que estes dados se encontram nos formulários emitidos nos procedimentos de fiscalização. Desta forma, será elaborado em 2013, um módulo do SIGVIG, com aplicação específica no trânsito internacional de passageiros e fiscalização de bagagens, o que permitirá a geração de dados em tempo real, e sua avaliação concomitante, permitindo a avaliação do risco e adoção de critérios de amostragem na fiscalização, de acordo com a dinâmica do trânsito internacional de viajantes, por quaisquer modalidades de transporte.

Acrescente-se ainda, que no âmbito da CONAERO, criada pelo Decreto nº 7554/2011, foi instituído o Comitê de Integração de Sistemas e Informações, cujo objetivo é integrar, a princípio, todos os sistemas de informação de todos os órgãos e entidades envolvidos no processo de embarque e desembarque, doméstico e internacional de passageiros nos aeroportos brasileiros.

Esta integração e o consequente compartilhamento de informações de passageiros, por meio do uso de novas tecnologias, aumentarão a agilidade na tomada de decisões de todos os agentes envolvidos no processamento de passageiros, permitindo a liberação de pessoas de forma mais rápida e mais segura

Síntese dos Resultados Obtidos

Em andamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Vide providência acima.

Quadro A.10.1.22 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Descrição da Deliberação	
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que: 9.1.4 - avalie a conveniência e oportunidade de se equipar os portos, aduanas, postos e travessias oficiais da fronteira com detectores de materiais orgânicos, a exemplo daqueles instalados nos aeroportos internacionais, de forma a conferir maior efetividade às fiscalizações de bagagens que possam conter produtos de origem animal e/ou vegetal;	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Síntese da Providência Adotada	
Visando conhecer todo o processo adotado pelo “Servicio Agrícola y Ganadero” – SAG do Chile para criação, implantação e manutenção da brigada canina utilizada para inspeção não invasiva de bagagens, está sendo programada uma missão brasileira para o período de 18 a 22 de março de 2013, oportunidade em que, poderão ser obtidos os subsídios necessários à implantação deste procedimento no Brasil, conforme especifica o processo: 21000.007942/2012-31.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Em andamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Em relação à conveniência e oportunidade, entendemos que a instalação de detectores de materiais orgânicos seria de grande importância para aumentar a eficiência da fiscalização em portos e postos de fronteira, a exemplo do que vem sendo adotado nos terminais de passageiros de aeroportos internacionais. Em relação aos portos, com a instituição da CONAPORTOS, criada pelo Decreto nº 7861/2012, foram instituídas as Comissões Locais, que tem entre suas atribuições propor à administração portuária, a adequação de infraestrutura, instalações e equipamentos aos requisitos de segurança, qualidade e celeridade recomendáveis às atividades exercidas nos portos organizados e apoiar a implantação de mecanismos que assegurem a eficiência na liberação de produtos para operadores, que atendam os requisitos estabelecidos pelos órgãos e entidades públicos nos portos. A exemplo dos resultados positivos obtidos no âmbito da CONAERO, criada pelo Decreto nº 7554/2011, entendemos ser a CONAPORTOS, o fórum correto para avaliação e análise da implementação de detectores de materiais orgânicos nos portos, principalmente por não ser, a deficiência destes equipamentos uma realidade apenas do Sistema VIGIAGRO, mas também dos outros órgãos intervenientes no trânsito internacional de passageiros, como o Departamento de Polícia Federal e a Receita Federal do Brasil. Por outro lado, diferentemente do procedimento adotado em terminais de passageiros de aeroportos e portos, onde os passageiros desembarcam com suas bagagens e podem ser direcionados aos locais de inspeção não invasiva e invasiva, nas passagens de fronteira, os passageiros que as transpõem, não transitam apenas a pé, a forma de trânsito mais comum é por meio de veículos particulares, vans e ônibus, o que torna o procedimento mais moroso. Uma alternativa para a fiscalização em postos de fronteira seria a utilização de cães farejadores treinados, que fariam a inspeção dos veículos de forma mais ágil e eficiente, minimizando os transtornos resultantes da retenção de veículos nas passagens de fronteira. Este procedimento é bastante utilizado em países como o Chile, mas requer a elaboração de um projeto amplo, que contemple a compra dos animais, designação de servidores responsáveis pela manutenção dos mesmos e a construção de instalações para sua manutenção. Por fim, da mesma forma que no CONAERO e CONAPORTOS, estão sendo discutidas em fóruns governamentais de preparação para o recebimento dos grandes eventos, dentre eles, o encontro mundial da juventude católica, previsto para este ano, as dificuldades e alternativas viáveis para a execução da fiscalização de viajantes em trânsito internacional, de forma que, estão sendo realizadas gestões para aquisições conjuntas de equipamentos de inspeção não invasiva de bagagens, visando atender aos interesses de todos os órgãos anuentes e aperfeiçoar a operacionalização destes equipamentos.	

Quadro A.10.1.23 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que: 9.1.5 - adote providências no sentido de criar metas e indicadores de desempenho específicos para as atividades de inspeção de bagagens, os quais sirvam para o diagnóstico e planejamento do trabalho das Uvagos, e de estabelecer rotinas de visitas gerenciais, munidas de dados provenientes dos referidos indicadores, a fim de melhor controlar o desempenho das atividades desenvolvidas nas aduanas existentes no país e de se aferir a regularidade e o desempenho dentro dos padrões requeridos;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
Entendemos que esta recomendação será atendida, com a implantação do módulo do SIGVIG de aplicação específica no trânsito internacional de passageiros e fiscalização de bagagens, o que permitirá a geração de dados em tempo real, e a criação de metas e indicadores de desempenho. É necessário destacar a principal diferença entre os modais de transporte de passageiros: o rodoviário e o aéreo. Nos aeroportos internacionais, os passageiros desembarcam com suas bagagens e podem ser direcionados aos locais de inspeção não invasiva e invasiva. Já no caso das fronteiras, considerando que os viajantes se deslocam principalmente por meio de veículos particulares, vãs e ônibus, dificulta o direcionamento para um único canal de inspeção. A que se considerar ainda a dificuldade de controle no ingresso de pessoas nas Unidades de fronteiras localizadas nas cidades gêmeas, onde os limites fronteiriços são irrelevantes e existe uma relação comercial com dinâmica específica. Diante de tantas particularidades aplicadas a fiscalização fronteiriça, o Vigiagro está propondo um estudo, por meio do projeto de cooperação técnica MAPA/IICA, com o objetivo de desenvolver metodologia de fiscalização de passageiros específica para fronteira Como resultado desse estudo e ainda os dados gerados pelo SIGVIG, será possível estabelecer metas e indicadores de desempenho e conseqüentemente maior controle das ações de fiscalizações nas fronteiras.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ainda não foram obtidos resultados. Depende da implantação do módulo do SIGVIG em andamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.24 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que:					
9.1.6 - adote providências para que sejam realizadas rotineiramente, direta ou indiretamente, fiscalizações ostensivas em estradas secundárias e pontos críticos de acesso ao País, preferencialmente em conjunto com outros órgãos fiscalizadores, nacionais ou dos países vizinhos, incluindo a obtenção de recursos, realização de acordos com as forças policiais federais e estaduais, investimentos em serviços de inteligência e disciplinamento normativo das ações;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
Resposta a esta recomendação inclusa no item 9.1.7.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há conteúdo a ser declarado.					

Quadro A.10.1.25 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que:					
9.1.7 - adote prática de interlocução e entrosamento com os órgãos que atuam ostensivamente nas vias alternativas de acesso à fronteira, e promova acordos de cooperação, treinamentos e outras ações que possam auxiliar no combate das pragas e doenças que possam ingressar no País					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757

Síntese da Providência Adotada
Estas recomendações vêm sendo adotadas por meio das Operações Ágata, atividades estabelecidas com a publicação do Decreto nº 7496, de 08/06/11 – Plano Estratégico de Fronteiras, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa e apoio do Ministério da Justiça que tem como objetivo reforçar a percepção da presença do Estado na faixa de fronteira, visando uma repressão a crimes como contrabando, descaminho, prostituição, tráfico de drogas e de armas e trânsito clandestino de produtos agropecuários, entre outros. O MAPA participou de diversas edições das Operações Ágata, do Ministério da Defesa, sendo que a 4ª edição, por exemplo, ocorrida no período de 02 a 17/05/2012, compreendeu as localidades fronteiriças do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, e abrangeu os estados brasileiros do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em Pacaraima, estado de Roraima, foi realizada uma barreira sanitária, em ação conjunta com o Ministério da Defesa, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, entre outros. Os resultados da Operação Ágata 4, em Pacaraima - RR, foram: a abordagem de 180 veículos e 416 passageiros; Fiscalização de 50 bagagens, que resultou na apreensão de 5kg de banana, 5kg de “none” (fruta exótica no Brasil) e 160 pintos de um dia por estarem clandestinos, sem certificação fitossanitária, no caso das frutas, ou zoossanitária, no caso dos animais; Distribuição de folders da campanha “Mala Legal”, como ação de educação sanitária; Houve integração entre os diversos órgãos públicos que atuam nas áreas fronteiriças, informação aos usuários e presença de Estado, tornando possível o cumprimento do objetivo principal da Operação Ágata 4. Concluímos que a Operação Ágata 4 foi muito importante para consolidar as ações do Vigiagro/SDA/MAPA nos pontos de fronteira.
Síntese dos Resultados Obtidos
Vide providências adotadas acima.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Providências ocorreram dentro da normalidade.

Quadro A.10.1.26 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que: 9.1.8 - promova estudos com vistas a obter soluções possíveis para garantir repasses automáticos e regulares de recursos a Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento congênere, para financiamento de projetos e programas de defesa fitozoossanitária, a exemplo do que ocorre com as transferências do Fundo Nacional de Saúde - FNS, efetuadas nos moldes do art. 3º da Lei 8.142/1990, de forma a não haver descontinuidade de repasse de recursos que venha a prejudicar as ações de defesa sanitária;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757

Síntese da Providência Adotada
A Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, através do Departamento de Saúde Animal – DSA e Departamento de Sanidade Vegetal – DSV, rotineiramente elaboram Convênios com as Agências de Defesa Agropecuária nos Estados, para aplicação nos Programas de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.
No ano de 2012, o montante de recursos repassados por estes dois Departamentos totalizou R\$ 71.525.801,64 (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e um reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$55.189.878,67 na área animal e R\$ 16.335.922,97 na área vegetal;
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.1.27 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiagro, em 2006:					
9.3.1 - providencie, com a Secretaria da Receita Federal, meios para efetuar a troca automática de informações entre os sistemas Siscomex e SIGVIG, evitando a duplicidade de procedimentos, a exemplo do cadastramento dos importadores/exportadores e deferimento de liberação de importação, com base no art. 6º do Decreto nº 660, de 25.09.1992 (subitem 9.2.5 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
Em 2008, foi criado no âmbito da Câmara de Comercio Exterior - CAMEX, por meio da Resolução Camex 16, de 20/03/2008, o Grupo técnico de facilitação do comércio - GTFAC, para funcionar como grupo de assessoramento técnico do conselho de ministros na formulação e implementação das políticas sobre “facilitação de comércio”. Um dos problemas levantados pelo grupo é exatamente o excesso de burocracia e a falta de integração entre os sistemas dos órgãos anuentes e o SISCOMEX.					
O Siscomex foi desenvolvido pelo SERPRO para o MDIC, Ministério da Fazenda e Banco Central e, posteriormente, foram incluídos os demais órgãos anuentes. Entretanto, por ser um sistema desenvolvido em linguagem antiga não comporta nenhuma melhoria e tão pouco a integração com outros sistemas segundo informações do SERPRO.					
Assim sendo, reconhecida a necessidade de integração entre os sistemas dos vários órgãos intervenientes, e a necessidade de acesso as informações de toda a operação de importação ou exportação pelos órgãos, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto do “novo Siscomex”. No novo projeto, a informação será incluída em um portal único pelo interessado e então a informação será acessada pelo órgão anuente no próprio sistema para o caso dos órgãos que					

não disponham de sistema ainda ou por meio de integração de sistema para os órgãos que já possuem sistemas próprios, o qual nos enquadrámos com o uso do SIGVIG.

Além disso, destacamos que a Receita Federal em parceria com a Aliança Procomex, esta desenvolvendo um projeto para mapeamento dos processos de toda a cadeia de comércio exterior, do qual o MAPA faz parte. E também nesse grupo, a necessidade de integração de sistemas foi apresentada como uma das principais medidas para a modernização e agilização do comércio exterior.

Na oportunidade, é importante esclarecer que o MAPA celebrará convênio com a RFB firmando parceria para a efetiva realização do projeto de desenvolvimento do portal único, dentre outras atividades, conforme ofício 1045/2012- RFB/SUARI.

Síntese dos Resultados Obtidos

Em andamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ressaltamos que a necessidade de integração entre o Siscomex e demais sistemas dos anuentes, bem como o desenvolvimento de novas ferramentas no Siscomex é consenso entre todos os envolvidos no comércio exterior e providências nesse sentido vêm sendo tomadas em todas as esferas, porém esse é um projeto a ser realizado a médio e longo prazo devido à complexidade para desenvolvimento de novo sistema com grande número de órgãos envolvidos.

Quadro A.10.1.28 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiaagro, em 2006:					
9.3.2 - identifique as necessidades de adequação da infraestrutura das unidades de Vigilância Agropecuária Internacional nos aeroportos, portos organizados, aduanas especiais (portos secos) e pontos de fronteira, públicos ou privados, ou qualquer outro recinto alfandegado, situado em zona primária ou secundária, segundo as exigências constantes da IN/Mapa nº 4/2005 (subitem 9.1.1 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
A necessidade de adequação de infraestrutura nas unidades do Sistema Vigiaagro, está sendo objeto de avaliação nas auditorias técnico-fiscais e operacionais, conforme disposto na Portaria MAPA nº 316/2006, que foram retomadas no último trimestre de 2012.					
A avaliação das necessidades de adequação por auditores capacitados em curso de formação específico possibilita que esta avaliação tenha uma visão externa à da unidade, onde as deficiências na infraestrutura fazem parte da realidade e do cotidiano das operações realizadas.					
Após a consolidação das necessidades de adequação essa coordenação definirá a abordagem a ser adotada junto aos					

administradores dos recintos onde estão instaladas as Unidades Vigiagro para a efetiva adequação da infraestrutura.
Síntese dos Resultados Obtidos
Recomendação ainda em andamento. Não foram obtidos resultados.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
No ano de 2012, foi solicitada à Secretaria Executiva do MAPA a liberação de recursos dos PIS técnicos do Vigiagro, Fiscplanta e Fiscanimal, para aquisição de mobiliário e material de informática para as Unidades Vigiagro, contudo nenhum recurso para investimento foi descentralizado para os PIs. A demanda será encaminhada novamente à Secretaria Executiva no exercício 2013.

Quadro A.10.1.29 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.6	DE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.6 - determinar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) que envie ao Tribunal, aos cuidados da 8ª Secex, no prazo de 90 dias, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das providências indicadas neste acórdão, com a identificação dos responsáveis;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Síntese da Providência Adotada					
Apresentado Plano de Ação solicitado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O Plano de Ações, ora apresentado pela Coordenação do VIGIAGRO em resposta à demanda do Tribunal de Contas da União referente ao Acórdão 2961/2012 – TCU, enumera uma série de providências e compromissos. A consecução dos mesmos exigirá a participação e empenho não apenas desta Coordenação mas também de instâncias superiores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e, eventualmente, de outros parceiros institucionais. Dessa forma, reiteramos a disposição da Coordenação do VIGIAGRO em buscar de forma incansável, com empenho e dedicação, a obtenção de recursos e demais condições que possibilitem atender os compromissos assumidos, para que possamos aprimorar o cumprimento de nossa missão institucional em benefício da sociedade.					

Quadro A.10.1.30 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

30	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.1 proponha aos demais participantes do Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (PAMA) a realização de diagnóstico conjunto entre os países, identificando as deficiências e as intervenções necessárias, com vistas a permitir a integração das ações de combate à aftosa nas diferentes esferas de governo e entre os países;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Na última reunião do Comitê MERCOSUL Livre de Febre Aftosa – CMA, realizada no período de 27 a 28/9/2012, considerando o trabalho realizado em conjunto com os países da região no transcorrer do Projeto e o acúmulo de experiência registrado nos informes de missões, a Delegação Brasileira propôs a elaboração e circulação de um relatório com sistematização das observações e recomendações de todas as missões realizadas nos países contemplados com o Projeto, desde o início de sua execução, antes da reunião de trabalho programada para elaboração do Programa Operativo Anual 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Unidade Executora/PAMA enviou aos países beneficiários do PAMA a Nota/UE-PAMA Nº 165/12, de 24/10/12, com um informe sobre as observações e recomendações das missões CVP/PAMA, desde o início do Projeto, para serem consideradas no momento da elaboração do POA 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Existe um conhecimento considerável sobre a situação sanitária da região em relação à febre aftosa, em parte, registrado no Anexo I do COF/PAMA Nº 07/07, nos relatórios de diversas missões conjuntas realizadas na região e nos fóruns regionais sobre o assunto que talvez dispense o diagnóstico proposto, cabendo se aproveitar melhor o material disponível para elaboração de projetos cada vez mais efetivos.					

Quadro A.10.1.31 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.2 sugira aos demais países, com base no diagnóstico que vier a ser elaborado, a realização de planejamento plurianual com objetivos e metas detalhados, com vistas a orientar os Planos Operativos Anuais (POA) em relação às ações necessárias a serem realizadas de forma coordenada pelos países;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Aproveitar-se-á o momento da avaliação do Projeto Piloto “COF/PAMA Nº 07/07” e eventual elaboração de um novo					

projeto para sugerir um planejamento plurianual detalhado, que melhor oriente a elaboração dos Planos Operativos Anuais (POA) para execução das ações previstas.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há ainda resultados para serem apresentados.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O Projeto Piloto COF/PAMA Nº 07/07 está no final de sua execução e dispõe de modelos próprios, havendo sempre algo a ser melhorado, particularmente depois da execução desse Piloto. Por isso, será mais oportuno e viável apresentar quaisquer sugestões de planejamento plurianual em sua eventual renovação.

Quadro A.10.1.32 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.3 realize acompanhamentos e revisões periódicas no planejamento que for acordado entre os países;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
A Sub-Unidade Executora do Brasil, procurando seguir a recomendação acima, no que foi possível do planejamento atual e nos limites de sua atuação, suspendeu algumas aquisições de equipamentos, previstas no POA 2012, no “subcomponente 4d” (Fortalecimento das estruturas de vigilância e informação nacional), reprogramando os recursos correspondentes em outros subcomponentes, no POA 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Disponer-se-á de mais recursos para continuar investindo em outros subcomponentes de maior impacto na execução do Projeto em 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve mudanças significativas no planejamento original do Projeto no âmbito regional. Por isso, atuou-se apenas no âmbito nacional, onde seus resultados finais dependem ainda que se concretize a prorrogação do Projeto nas instâncias nacionais, para sua execução em 2013, pois se encontra suspensa desde novembro de 2012, após o final de sua vigência inicial. Como fator favorável à execução final, previu-se valores suficientes na proposta orçamentária 2013.					

Quadro A.10.1.33 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU -	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-

		Plenário			TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.4 proponha à Unidade Executora do PAMA (UE-PAMA) a inclusão de componente de planejamento e desenvolvimento tecnológico das ações de combate à febre aftosa, com o apoio do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), entre as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto, nos moldes previstos na Decisão CMC nº 25/05;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Far-se-á a proposição à Unidade Executora/PAMA e demais instâncias competentes (CVP e CMA), naquilo que couber e de forma oportuna, em uma eventual renovação do Projeto no âmbito regional.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em função da finalização do Projeto Piloto COF/PAMA Nº 07/07 e considerando-se que a inclusão de quaisquer componentes ou sub-componentes exigirá discussões e aprovações nas instâncias competentes, superiores à Unidade Executora, bem como a publicação de <i>Addendum</i> ao projeto, considerou-se ser mais oportuno fazer a proposição quando de sua eventual renovação. É válido registrar, como experiências regionais negativas a serem consideradas no desenvolvimento tecnológico integrado, a limitada participação dos outros países da América do Sul na adoção do Sistema Continental de Vigilância-SlivCont, produzido e gerido pelo Panaftosa. Além disso, para melhor conduzir a vigilância epidemiológica na zona de alta vigilância criada entre vários países da região, no Grupo <i>Ad hoc</i> de febre aftosa/Comitê Veterinário Permanente-CVP, o Brasil apontou a necessidade de se produzir e dispor de um sistema integrado de informações, que, apesar de todos reconhecerem sua importância, não encontraram forma de viabilizá-lo.					

Quadro A.10.1.34 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
34	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.5 oriente as ações que vierem a ser planejadas no PAMA para que reforcem, preferencialmente, aspectos regionais, em especial os relativos a intercâmbio técnico científico, harmonização de procedimentos, sistema de informação conjuntos, mecanismos de identificação animal e cadastros de espécies susceptíveis, sistema de detecção e comunicação integrados, planos emergenciais conjuntos, entre outras;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027

Síntese da Providência Adotada
Os valores correspondentes à suspensão das aquisições previstas no POA 2012, no “subcomponente 4d” (Fortalecimento das estruturas de vigilância e informação nacional), acrescidos de outros saldos, foram redirecionados para o “subcomponente 3a” do POA 2013 (Adequar laboratórios dos serviços nacionais).
Síntese dos Resultados Obtidos
Atividade contemplada no POA 2013, aprovado nas instâncias regionais.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O fortalecimento das estruturas laboratoriais do Lanagro/Pedro Leopoldo/MG, particularmente da unidade NBS 4 em implantação, onde funciona a unidade descentralizada do laboratório de referência da OIE/FAO do Panaftosa, pode ser uma das melhores contribuições do Projeto para o fortalecimento dos aspectos regionais, além de ser a forma mais fácil de operacionalizar na fase em que o projeto se encontra.

Quadro A.10.1.35 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
35	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.6 sugira aos demais países do Cone Sul, nos fóruns de discussão, a necessidade de se considerar a priorização das ações integradas nos planos operativos anuais (POA);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
O serviço veterinário oficial brasileiro, presidindo o CVP em 2012, liderou as discussões que aprovaram medidas prioritárias de apoio regional ao Paraguai, juntamente com o Panaftosa, no sentido de executar o inquérito soroepidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa naquele país e contribuir com a restituição de seu status sanitário. Além disso, foram enviados vários técnicos para apoiar os trabalhos de campo.					
Na elaboração do POA 2013, o SUE/Brasil também respaldou a proposta de atividades no subcomponente 1.1 do POA 2013 (Contratação de Consultorias Técnicas) e outras atividades de apoio regional à execução de inquérito soroepidemiológico na Bolívia.					
Além de se continuar participando de várias missões regionais nas fronteiras internacionais, laboratórios e de assistência ao Paraguai e Bolívia em 2012, a SUE/Brasil respaldou o calendário de 13 (treze) missões técnicas conjuntas para 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Inquérito soroepidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa executado no Paraguai com apoio regional;					
Plano Operativo Anual 2013 aprovado com as adequações no subcomponente 1.1, para apoiar a Bolívia em seu inquérito soroepidemiológico;					
Diversas missões técnicas conjuntas realizadas em 2012 e outras treze aprovadas para serem realizadas em 2013 nas regiões de fronteira, laboratórios e de assistência ao Paraguai e Bolívia.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

Gestor
A disponibilidade de recursos financeiros no âmbito do Projeto COF/PAMA, o apoio do Panaftosa em algumas atividades, a disponibilidade do serviço veterinário oficial do Paraguai e Bolívia para receber as ajudas ofertadas e, por outro lado, a vontade e esforço dos demais países da região para concretizarem as atividades de interesse regional, foram fatores bastante favoráveis à priorização das ações integradoras acima elencadas.

Quadro A.10.1.36 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
36	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que: 9.1.7 formule, nas próximas aquisições a serem realizadas com recursos do PAMA-Focem, o respectivo plano de aquisição conforme previsão legal do COF - PAMA e do Regulamento do Focem;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Para as aquisições de 2012, foi formulado o Plano de Aquisições anual nos moldes disponibilizado pela UE/PAMA e continuar-se-á com essa providência até o final do Projeto.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Plano de Aquisições 2012 formulado e enviado à UE/PAMA no final de 2011.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não ocorreram maiores dificuldades na implementação dessa medida, principalmente porque já era adotada desde 2011, após a UE/PAMA disponibilizar o modelo no final de 2010.					

Quadro A.10.1.37 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
37	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.8 providencie, quando for realizar gastos acima do limite de US\$ 100 mil, para serviços; US\$ 500 mil, para aquisição de bens e US\$ 2 milhões, para obras, a devida autorização prévia junto à Unidade Técnica Focem da					

Secretaria do Mercosul (UTF/SM), conforme previsão legal do COF - PAMA nº 07/07 e suas alteração, bem como o Regulamento do Focem;	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA	2027
Síntese da Providência Adotada	
Será solicitada a devida autorização da Unidade Técnica do FOCEM-UTF, via Unidade Executora/PAMA, caso venha ocorrer alguma aquisição acima dos limites estabelecidos.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Todas as aquisições no ano cumpriram os limites estabelecidos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram em 2012 e nem há previsões de novas aquisições, pela SUE/Brasil, acima dos limites estabelecidos pelo COF-PAMA Nº 07/07, que exija qualquer pedido de autorização à UTF para execução até o final previsto do Projeto. Não há maiores dificuldades em acionar esse mecanismo, caso seja necessário.	

Quadro A.10.1.38 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
38	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.9 adote, quando da realização de outros projetos financiados pelo Focem, modelo de "relatório de acompanhamento" similar ao desenvolvido pela Diretoria de Saúde Animal, por intermédio da criação de sistema ou da utilização de planilhas eletrônicas, contendo todas as informações necessárias a respeito da execução físico-financeira do programa;					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Continuar-se-á adotando os instrumentos de controle eletrônicos atuais, aperfeiçoando-se sempre o que for necessário e colocando-se à disposição de outras áreas que venham ser beneficiadas com recursos do referido fundo ou quaisquer outras fontes externas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não surgiram novos projetos em que fosse possível aplicar os mesmos instrumentos de controle, o que se avalia plenamente passível de serem adotados em função dos bons resultados alcançados no controle do PAMA/FOCEM.					

Quadro A.10.1.39 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
39	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.10 encaminhe ao Comitê Mercosul Livre de Febre Aftosa a premência de se reformular a matriz de marco lógico, desenvolvendo indicadores de processos e de resultados que deverão ser utilizados para monitorar e acompanhar a gestão do PAMA;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Procurar-se-á intervir junto ao Comitê MERCOSUL Livre de Febre Aftosa oportunamente, no sentido de elaborar uma matriz de marco lógico que contemple indicadores de processos e resultados para melhor acompanhar o PAMA em uma eventual renovação do PAMA/FOCEM.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há conteúdo a ser declarado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A fase final em que se encontra o Projeto não favorece quaisquer mudanças nesse sentido na matriz do marco lógico original, entendendo-se ser mais apropriado aproveitar a oportunidade de uma provável renovação do Projeto para se propor a melhoria nos indicadores, de forma a proporcionar um melhor acompanhamento dos próximos projetos. De qualquer forma, há que se considerar o grande número de indicadores na matriz de marco lógica do Projeto atual, que certamente poderão ser melhorados para uma melhor gestão dos próximos projetos.					

Quadro A.10.1.40 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
40	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1. com base no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na qualidade de subunidade executora do PAMA, que:					
9.1.11 insira em seu Módulo de Acompanhamento, desenvolvido por recomendação do TCU, os indicadores que vierem a ser gerados, com vistas a sistematizar o sistema de coleta e de acompanhamento das atividades do programa.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					

A SUE/Brasil utilizará qualquer Módulo de Acompanhamento que venha ser desenvolvido e disponibilizado para acompanhamento de projetos de mesma natureza, onde se espera contemplar os indicadores apropriados.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A inserção de “Módulo de Acompanhamento” com indicadores apropriados, diferente dos atuais, dependerá de aprovação e operacionalização no âmbito regional, sendo oportuno apenas na eventual renovação do Projeto.

Quadro A.10.1.41 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
41	TC 032.004/2011-7	1158/2012 - TCU - Plenário	9.4	RE	Ofício nº 381/2012-TCU/SECEX-8, de 22.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
9.4. determinar ao MAPA que insira, em tópico específico de seu relatório de gestão referente aos exercícios de 2012 e 2013, informações sobre as medidas adotadas para solução das fragilidades apontadas no relatório de auditoria (peça 10) e os resultados obtidos;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA					2027
Síntese da Providência Adotada					
Foi inserido no Relatório Gestor de 2012 e se repetirá em 2013 um tópico específico com informações sobre as medidas adotadas ou que serão adotadas para solucionar as fragilidades apontadas no relatório de auditoria do TCU, conforme recomendado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Maior transparência nas medidas adotadas pelo MAPA e melhor acompanhamento dos interessados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve maiores dificuldades para adoção da medida recomendada pelo TCU.					

Quadro A.10.1.42 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
42	TC 001.988/2012-3	1454/2012 - TCU - Plenário	9.6	RE	Memorando nº 141/2012/AECI/GM, de 25 de outubro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					3520
Descrição da Deliberação					
Reiterar, também, a recomendação contida no subitem 9.3 do Acórdão 2.513/2009 aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa e do Desenvolvimento Agrário - MDA, para que adotem providências, no tocante aos correspondentes segmentos agronegócio e agricultura familiar, no sentido de que os órgãos e as entidades sob as respectivas supervisões passem a considerar os cenários projetados sobre as "Mudanças Climáticas" no planejamento					

e na elaboração das políticas públicas destinadas ao setor, considerando, em especial, as ações de adaptação do setor.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – DEPROS/SDC	3520
Síntese da Providência Adotada	
Foi instituído pelo MAPA, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.390/2010 e tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de GEE no setor agropecuário assumidos pelo país. O Plano ABC é composto por sete programas, seis deles referentes às tecnologias de mitigação, e ainda um último programa com ações de adaptação às mudanças climáticas: • Programa 1: Recuperação de Pastagens Degradadas; • Programa 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); • Programa 3: Sistema Plantio Direto (SPD); • Programa 4: Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); • Programa 5: Florestas Plantadas; • Programa 6: Tratamento de Dejetos Animais; • Programa 7: Adaptação às Mudanças Climáticas. A abrangência do Plano ABC é nacional e seu período de vigência é de 2010 a 2020, sendo previstas revisões e atualizações em períodos regulares não superiores há dois anos, para readequá-lo às demandas da sociedade, às novas tecnologias e incorporar novas ações e metas, caso se faça necessário.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Apesar das dificuldades enfrentadas pelos órgãos no cumprimento das solicitações, algumas medidas relevantes já foram adotadas, gerando benefícios efetivos. Por exemplo, elaboração pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Mapa do Plano Agricultura de Baixo Carbono – Plano ABC, o qual busca consolidar uma economia de baixa emissão de carbono no setor, por meio do aperfeiçoamento contínuo de práticas sustentáveis de manejo nos diversos setores da agricultura brasileira. Ainda é necessário, contudo, criar ações adaptativas do setor, pois, diante das mudanças do clima, os níveis de produção de alimentos podem ser drasticamente afetados, conforme apontam estudos da área.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.1.43 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					3520
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
43	TC 028.719/2012-3	7194/2012 - TCU – 2ª Câmara	1.7.1	DE	Memorando nº 127/2012/AECI/GM, de 17 de outubro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que adote, se ainda não o fez, providências com vistas à apuração integral das impropriedades elencadas na presente representação, relativas ao Contrato de Repasse n. 170.754-97/2004/MAPA/CAIXA/PRODESA (SIAFI n. 517.125), devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo-o, nessa hipótese, à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar, ao término do referido prazo, a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					3520

Síntese da Providência Adotada
Foi comunicado pela CAIXA por meio do Ofício nº 2716/2012/SN de Repasses, de 13/11/2012, que o processo de Tomada de Contas Especial para o Contrato de Repasse acima mencionado, encontra-se em fase de elaboração do relatório do tomador para o envio à Controladoria Geral da União – CGU.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.1.44 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
44	TC 009.171/2011-8	827/2012 - TCU - Plenário	1.7	DE	Não houve comunicação expedida.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Descrição da Deliberação					
Determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, assim que concluído o processo de tomada de contas especial 21.000.003099/2011-32, instaurado em razão de irregularidades na execução do convênio Siconv 700592/2008, celebrado entre o Município de Marquinho/PR e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o encaminhe a este Tribunal de Contas da União.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC					108088
Síntese da Providência Adotada					
A Tomada de Contas foi encaminhada à SPOA/SE/MAPA conforme Despacho nº 111/2011 CGPC/SE/MAPA de 04/05/2011.					
Conforme pesquisa no Sistema de Gestão de Documentos o processo de Tomada de Contas Especial foi encaminhado à Controladoria Geral da União em 25/05/2011.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O processo de Tomada de Contas foi encaminhado para julgamento					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A morosidade para a instauração em razão de ter que esperar o recebimento da correspondência pela Conveniente e assim iniciar os procedimentos de Tomada de Contas Especial					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2.1 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3200
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	023.610/2008-6	2533/2008			

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14
Descrição da Deliberação	
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 43 da Lei nº 8.443/92 e 237, inciso VII; art. 250, inciso IV, e 276 do Regimento Interno/TCU, em: 9.1. conhecer desta representação, haja vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, para no mérito julgá-la parcialmente procedente; 9.2. revogar a medida cautelar concedida pelo Acórdão nº 1.981/2008 – Plenário e autorizar o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) a dar continuidade à Concorrência nº 02/2008, mas unicamente em relação aos serviços estritamente necessários à migração dos sistemas desenvolvidos em Dataflex/Oraflex para a plataforma J2EE (tecnologia java); 9.3. determinar ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) que: 9.3.1. abstenha-se de utilizar este contrato para serviços de manutenção dos sistemas após a migração para a plataforma J2EE ou para a migração de sistemas em PL/SQL. A prestação desses serviços deve ser objeto de contratações específicas, devendo ser respeitadas as orientações do Acórdão nº 2.471/2008 – Plenário; 9.3.2. apresente, no prazo de 60 dias, o cronograma de migração dos sistemas desenvolvidos em Dataflex e de desativação dos links com o Serpro; 9.3.3. faça constar em seus processos licitatórios: a demonstração da importância e pertinência com o objeto da licitação dos critérios de pontuação técnica adotados, o orçamento detalhado em planilhas e os cálculos e projeções que levaram ao dimensionamento do objeto da contratação; 9.3.4. abstenha-se em suas futuras licitações: de limitar o número máximo de empresas participantes em consórcio, de considerar atividades específicas quanto à certificação ISO 9001:2001 ou de atribuir pontuação marginalmente crescente em relação ao número de certificados comprobatórios de mesmo ou similar teor; 9.4. determinar à 5ª Secretaria de Controle Externo que monitore a apresentação das informações previstas no item 9.3.2 acima, bem como os desdobramentos econômicos da contratação; 9.5. dar ciência desta decisão ao órgão, à representante e ao interessado do TC-024.247/2008-9.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	2118
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
a) Sistemas com todas as fases concluídas e em uso no MAPA • SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotores • SICORP - Sistema de Informações Corporativas • SRH – Sistema de Recursos Humanos • SISRES – Sistema de Controle de Resíduos Contaminantes b) Sistemas em andamento 1. SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Considerações sobre a não Conclusão do Sistema Na migração DATAFLEX/ORAFLEX, o sistema SIPE se destaca pelo envolvimento de 14 áreas de negócios. O SIPE, que compartilha informações de estabelecimento, produto e processos de fiscalização, porém com viés diferenciado de atributos e informações, será uma grande ferramenta de trabalho para a SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária e SDC – Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo. A complexidade de mudança nas formas operacionais e necessidades de passagem para sistema demandariam adequações operacionais, dado as especificidades das diversas áreas de atuação do MAPA. A fase de levantamento de requisitos do Sistema SIPE foi morosa tanto em função das áreas de negócio quanto em função do Consórcio BPM, em razão da necessidade de compreensão do agronegócio e entendimentos com as áreas finalísticas. Disponibilizamos os módulos de produtos e estabelecimento do sistema SIPE para homologação no 2º semestre de 2012, entretanto, na homologação dos módulos as áreas de negócios identificaram e solicitaram várias melhorias que estão sendo executadas. Dessa forma, não foi possível concluir todo o desenvolvimento do SIPE no exercício de 2012. • Módulos Específicos do SIPE Módulo SAC – Serviço de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios - Executado Módulo de Estabelecimento - Em homologação Módulo de Produto.	

02	025.221/2009-5	1681/2011	9.1	RE	Aviso nº 867/Seses-TCU-Plenário
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Descrição da Deliberação					
9.1 recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que elabore cronogramas de ações voltadas aos seguintes objetivos: 9.1.1 desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, de acordo com as prioridades definidas pela Administração do Ministério; 9.1.2 implantação de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com seu orçamento anual e a complexidade de seus processos;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN					13301
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A recomendação da técnica de mapeamento de processo requer a identificação dos processos, para que se estabeleça o plano de providências com as devidas priorizações. Como a implantação dessa sistemática envolve um grande esforço de mudança de comportamento, o MAPA já iniciou várias atividades no cumprimento das recomendações, como: - Correspondências da Secretaria-Executiva aos órgãos solicitando observância no cumprimento das recomendações, bem como, prestassem informações quanto aos processos internos com priorização para construção de agenda de trabalho, inclusive quanto à sistemática e rotina de controle interno. - Planejamento de ações de desdobramento da Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, com registros dos processos de serviços de cada órgão, iniciando a execução do plano, com o detalhamento da Cadeia de Valor de dois Macroprocessos DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO e COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC. - Mapeamento de Processos de Serviços: 1 - Macroprocesso Desenvolvimento Agropecuário: 1.1 - Processos de Serviços: Celebrar Convênios, Celebrar Contrato de Repasses e Celebrar Acordo de Cooperação, ligado ao macroprocesso Parcerias Institucionais; 1.2 – Início do mapeamento do Processo de Serviço Incentivar o Uso dos Signos Distintivos, Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. 2 - Macroprocesso Desenvolvimento de Pessoas: 2.1 - Processo de Serviço Promover Progressão Funcional; 3 - Macroprocesso Logística e Serviços Gerais: 3.1 - Processo de Serviço Comprar - Elaboração de proposta de estruturação da gestão da Secretaria-Executiva, com unidade que execute a sistemática de rotina de controle interno primário, inclusive sendo trabalhada com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para inclusão no Decreto de Estrutura Regimental do MAPA.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Para cumprimento dessa recomendação faz-se necessário várias reuniões com as áreas de negócios responsáveis pelos macroprocessos, dado as especificidades das complexas áreas de atuação do MAPA, fato que levou-se a estabelecer a estratégia de detalhamento de macroprocessos sobre a responsabilidade de um órgão singular específico, para delimitação do tempo necessário para o cronograma com outros órgãos finalísticos. Alinhado o isto, o MAPA passou por acentuado processo de mudança dos titulares da alta administração.					

Quadro A.10.2.3 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

03	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.1	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.1 - Recomendar à SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SDA/MAPA) que:					
9.1.1 - proceda a adequação no Sistema SIGVIG para que somente forneça o número do protocolo quando houver a efetiva entrega da documentação pertinente, para a devida análise da completude documental do cadastro do importador/exportador, e que as alterações de ordem dos protocolos de requerimento de fiscalizações somente sejam efetuadas em conformidade com os normativos específicos e desde que justificadas em campo próprio da tela de consulta, esta aberta via internet para todos os interessados em acompanhar o fluxo de movimentações de pedidos, a fim de garantir ampla transparência ao processo;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Entendemos que o fato do interessado incluir um requerimento e o mesmo ser numerado pelo sistema não gera nenhuma dificuldade ou falta de transparência, uma vez que o processo junto ao MAPA somente tem início quando validado por servidor do MAPA na Unidade Vigiaagro onde se encontra a mercadoria. Além disso, o sistema dispõe de ferramenta que possibilita emissão de relatório com os requerimentos validados por Unidade Vigiaagro, o que garante a transparência do processo. Essa regra de sistema, “gerar numeração do requerimento logo após o mesmo ser incluído pelo interessado”, foi definida considerando a possibilidade de transparência ao processo e as atividades de fiscalização realizadas pelas Unidades do Sistema Vigiaagro e ainda o custo para desenvolvimento de uma ferramenta específica no sistema para a renumeração dos requerimentos após a validação por servidor MAPA. Ressaltamos que a criação de uma ferramenta que divulgue as alterações na ordem de protocolo não garantiria a sequência de atendimento conforme registro de protocolo. Hoje o atendimento é realizado de maneira sequencial a ordem de entrada, porém o andamento do processo está diretamente relacionado à conformidade da documentação que compõe o processo e também da disponibilidade, pelo interessado, da carga para inspeção. Ou seja, a sequência de fiscalização depende única e exclusivamente do interessado, que é o responsável pela apresentação da documentação e da carga para análise técnica. Entendemos que não seria necessário esse custo adicional ao desenvolvimento do sistema, pois já existe ferramenta específica, na qual todo o processo pode ser auditado de maneira a corrigir eventuais falhas na sequência de atendimento da demanda. Na nova versão do SIGVIG, em desenvolvimento pela equipe de informática do MAPA, o acesso ao sistema será via certificação digital e toda a documentação referente à operação digitalizada e anexada eletronicamente. Não haverá mais a figura do protocolo de processo na Unidade Vigiaagro, todas as fases da fiscalização serão registradas em meio eletrônico somente, ou seja, não haverá mais necessidade de apresentação de papel nos processos de fiscalização. O sistema contará ainda com ferramenta para o interessado informar quanto à disponibilidade da carga para a inspeção física quando demandada pela fiscalização. Com o processo eletrônico as solicitações de alterações bem como as alterações a serem realizadas pelo interessado se darão por via eletrônica e as mesmas ficarão registradas no sistema. Portanto, após a implementação da nova versão do sistema, todas as comunicações com os interessados se darão por via eletrônica, o que agilizará a fiscalização e garantirá a transparência de todo o processo aos interessados. A previsão para início da nova versão é setembro de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Vide justificativa acima.					

Quadro A.10.2.4 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiaagro, em 2006: 9.3.3 - mapeie os produtos e impactos do programa e construa indicadores de desempenho, com base nos produtos chave identificados, em questões relevantes sobre o desempenho e na experiência das Superintendências Federais de Agricultura, viabilizando nos sistemas eletrônicos, se necessário, a disponibilidade de dados para seu cálculo, e adote-os nacionalmente de forma padronizada (subitem 9.1.22 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
No PPA 2012/2015, as Ações do Vigiaagro estão inseridas no Programa 2028/Defesa Agropecuária, cujo indicador é o Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários. O Objetivo é promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle. E a Iniciativa é a Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários (012J). Como Produto, utilizamos Fiscalização realizada, cuja definição é dada pelo Manual do Vigiaagro (IN MAPA 36/06), a saber: Termos de Fiscalização Emitidos; Requerimentos de Fiscalização de Embalagem de Madeira despachados; Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros emitidos; Termos de Retenção de Mercadoria/Produto; e Termos de Fiscalização de Bagagem/Encomenda emitidos. Em relação aos indicadores, é importante esclarecer que, considerando as características diferenciadas dos trabalhos realizados nas Unidades do Sistema Vigiaagro, sempre tivemos dificuldades em estabelecer indicadores de desempenho para avaliação da atividade desenvolvida. Em 2009, com o apoio da Coordenação Geral de Planejamento do Ministério da Agricultura, foi realizada reunião específica para análise e aprimoramento dos indicadores do Vigiaagro. Entretanto, devido à ausência de dados das atividades desenvolvidas a reunião não obteve o efeito desejado. Com a implantação do SIGVIG, vislumbramos a possibilidade de coletar os dados em tempo real, e desenvolver ferramentas para promover a análise do desempenho das atividades realizadas pelas Unidades do Vigiaagro. Além disso, é importante destacar que, com objetivo de aperfeiçoar o controle, em 2013, o MAPA iniciou a utilização do Sistema de Gestão Integrada – SGI, que é um sistema informatizado para controle dos programas orçamentários e da execução da meta física. No SGI será realizado o POA – Plano Operativo Anual e a descentralização dos recursos orçamentários e metas físicas a serem realizadas. Pelo SGI, será possível avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pelas Superintendências Federais de Agricultura, de acordo com o planejamento anual.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Vide acima.					

Quadro A.10.2.5 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiaagro, em 2006:					
9.3.4 - promova a divulgação ostensiva das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários nas regiões de fronteira, mediante, por exemplo, fixação de placas, cartazes e informativos em locais visíveis, utilização da mídia local, distribuição de folhetos aos motoristas que passam pelos postos de fiscalização, entre outras formas (subitem 9.1.16 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Foi expedido o Ofício Circular nº 40/2013-VIGIAGRO, de 01/02/2013, às Superintendências Federais de Agricultura, que possuem Unidades localizadas em fronteira, solicitando a adoção das medidas necessárias com vistas a promover a divulgação ostensiva das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários nas regiões de fronteira.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Esta iniciativa, no entanto, fica condicionada a disponibilização de recursos financeiros que permitam contemplar a confecção do material de Educação Sanitária a ser disponibilizado nas diferentes formas mencionadas.					

Quadro A.10.2.6 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiaagro, em 2006:					
9.3.5 - adote medidas, juntamente com o Ministério dos Transportes e com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-Infraero, no sentido de realizar a instalação ou a reativação dos incineradores que atendam à legislação					

ambiental nos portos e aeroportos, de forma que o procedimento de incineração do lixo de bordo ou do produto descartado resultante de apreensões ocorra no próprio local (subitem 9.2.8 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Em 24 de outubro de 2005, foi publicado Decreto instituindo o Grupo Executivo Interministerial com a finalidade de acompanhar e propor as medidas emergenciais necessárias para a implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, visando a prevenção e controle no território nacional. Por determinação do Grupo Executivo, foi formado Grupo de Trabalho, com participação, entre diversos órgãos governamentais, do Departamento de Saúde Animal e da Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária Internacional, para elaboração do Plano Geral de Preparação para uma Pandemia de Influenza em Aeroportos. No referido Plano de Preparação ficou definido que na etapa de tratamento dos resíduos sólidos em áreas aeroportuárias, priorizados aqueles resultantes de meios de transporte advindos de vôos internacionais e de apreensão de mercadorias com entrada no território nacional por meio de bagagens acompanhadas de passageiros e tripulantes ou por mecanismos de importação em vigência no país (SISCOMEX; remessa expressa; remessa postal etc.), em zona primária, conforme os seguintes métodos: I. Autoclavagem, no mínimo à 133°C/3 bar/20 minutos; II. Hidrólise alcalina associada à pré-processo de preparação do resíduo; III. Incineração. Posteriormente a edição do Plano de Preparação, a Infraero ficou responsável pela aquisição dos equipamentos de autoclaves. Inicialmente foi definido que seriam contemplados os dez principais aeroportos. Entretanto, a aquisição foi estendida para diversos outros aeroportos. Em relação a instalação de incineradores em portos, não obtivemos êxito. Entretanto, com a publicação do Decreto nº 7.861, de 06/12/2012, que instituiu a CONAPORTOS (Comissão Nacional das Autoridades nos Portos), entendemos que teremos a oportunidade de reabrir a discussão sobre o tratamento de resíduos sólidos, considerando que dentre as competências da Conaportos está o estabelecimento de mecanismos que assegurem a eficiência na liberação de bens e produtos para operadores que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Vide acima	

Quadro A.10.2.7 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão					

1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiagro, em 2006:	
9.3.6 - adote providências para promover concurso público para provimento de cargos de fiscais e agentes administrativos para as Unidades de Vigilância Agropecuária, de modo a adequar o quantitativo de pessoal à demanda de trabalho (subitem 9.2.3 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
A Coordenação do VIGIAGRO solicitou a Secretaria de Defesa Agropecuária, através do Memorando 014/2013, datado de 28.01.13, em caráter emergencial, concurso público para contratação de 45 Fiscais Federais Agropecuários com formação em Engenharia Agrônoma, de 40 FFAs com formação em Medicina Veterinária e para 125 Agentes de Atividades Agropecuárias.	
Em 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou edital 04/06 para provimento do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, disponibilizando 390 vagas, sendo disponibilizadas 38 vagas ao Sistema Vigiagro.	
Em 2010, o MAPA publicou o edital para provimento do cargo de Agente Administrativo 01/09 disponibilizando 288 vagas. A Coordenação Geral do Sistema Vigiagro foi contemplada com 2 vagas. As Unidades do Sistema Vigiagro não receberam servidores deste concurso.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.2.8 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					14
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC-026.155/2011-7	2961/2012 - TCU - Plenário	9.3	RE	Memorandos nº 148 e 153/2012/AECI/GM, de 14 de novembro de 2012 e 03 de dezembro de 2012, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Descrição da Deliberação					
9.3 - dar ciência à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) acerca das recomendações a seguir discriminadas, ainda não implementadas, oriundas do Acórdão 1.318/2006 - Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizada no Programa Vigiagro, em 2006:					
9.3.7 - implemente mecanismos que incentivem a permanência de servidores em locais pouco atrativos ou de difícil acesso, mediante, por exemplo, concursos de remoção que possuam critérios que favoreçam servidores que atuem nessas localidades, seja sob o aspecto financeiro, seja mediante maior facilidade na remoção para unidades mais concorridas (subitem 9.2.4 do Acórdão 1.318/2006 - Plenário);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Existe um Projeto de Lei (PL nº 4.264/2012), em tramitação no Congresso Nacional, que institui a indenização aos integrantes de carreiras em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos transfronteiriços, que contempla os integrantes da carreira de Fiscais Federais Agropecuários do					

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
O referido PL prevê a indenização no valor de R\$ 91,00 por dia de trabalho na localidade e exclui a possibilidade de sua percepção nos dias em que não ocorrer a efetiva prestação de serviço, inclusive por motivo de férias e outros afastamentos, exclui a cumulatividade da indenização com o pagamento de diárias ou de qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade, assegurando-se ao servidor, na ocorrência de cumulatividade, o pagamento da verba indenizatória de maior valor.
Caso o PL venha a ser aprovado, consideramos um incentivo que possa ajudar na manutenção de servidores nos locais pouco atrativos e de difícil acesso.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Vide acima.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº: 201203296	22.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP			2120
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à Unidade no sentido de prosseguir com as providências adotadas para obter as cópias das Declarações de Bens e Rendas ou autorizações para acesso eletrônico às declarações faltantes, instaurando, se for o caso, o devido procedimento para as causas de tais omissões, conforme dispõe o art. 3º da Lei 8.730/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP			2120
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que já foram sanadas todas as inadimplências quanto a apresentação e/ou autorização de acesso ao Imposto de Renda, inclusive culminando com a aplicação do art. 3º da Lei 8730/93 quando foram exonerados 02 (dois) servidores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após o indicativo na SA nº 2012.03313/06, de que 187 servidores não haviam entregado a Declaração de Bens e Rendas, foram adotados pela CGAP vários procedimentos (chamativos no intercom, correspondência, telefone, etc) para resolver a questão e no final do período somente 2 servidores não entregaram a DBR. Na condição de ocupantes de cargo DAS sem vínculo os 2 servidores foram exonerados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falhas nos controles internos proporcionaram o não acompanhamento adequado da rotina de entrega das DBR. A correção se deu pela implantação do controle de forma eletrônica, com registro no novo sistema SRH, além do que foi implantada a rotina de que em qualquer forma de ingresso de servidores/empregados é obrigatória a apresentação da DBR junto com a documentação de cadastro.			

Quadro A.10.3.2 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório nº: 201203296	23.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP			2120
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à CGAP informar cronograma com as providências efetivas que serão adotadas para manter, no âmbito do MAPA, os atos de admissões, concessões de aposentadorias e pensões cadastradas no SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP			2120
Síntese da Providência Adotada			
Conforme consta do relatório, os atos pendentes de registro no SISAC se referem às admissões de servidores desde 2002, sem o respectivo lançamento. Conforme relatório da CGU, os atos pendentes totalizam em 1.038, sendo que 925 são relativos às Superintendências e 113 da Sede. Em busca de solução, encaminhamos Ofício nº 148/2012-SPOA/SE-MAPA, de 17/09/2012, com um cronograma de ação, constando os estados de maior concentração de pendências. No dia 01/10/2012 o técnico se deslocou ao estado com maior incidência, São Paulo, onde constam 233 incidências. Durante o treinamento e verificações, constatou-se que a Superintendência estava fazendo os atos de admissão no SISAC, porém com o código específico da SFA, além do que, estavam apenas editando sem encaminhar o processamento à CGU. Resta-nos levantar com os estados o quanto foi processado com seus controles e o que faltam para serem lançados. Até a presente data apenas os estados da BA, AL, RR, PB, MG, ES, RS, e MS encaminharam o relatório.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Pela atuação de modo descentralizado administrativamente, foram repassadas pela CGAP informações para todas as Superintendências da necessidade de acabar com este passivo de registros no SISAC. Um técnico da CGAP se deslocou para a SFA/SP, que possuía a maior pendência, para resolver a questão e lá foi resolvido o passivo. Na Sede, havia somente 113 atos pendentes de registro e todos foram devidamente lançados no sistema SISAC, ou seja, não há mais pendências na Sede.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Havia indefinição sobre de quem seria a responsabilidade pelos registros no SISAC. Se a Sede cuidaria de todo o MAPA ou se as Superintendências também teriam responsabilidade. Foi definido que cada SFA cuida dos lançamentos no SISAC dos atos de admissão e aposentadoria dos seus respectivos servidores. Agora há condições de monitorar e orientar sobre estes registros.			

Quadro A.10.3.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 3.1 Item “c” Exigir a devolução de R\$ 1.111.120,00.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP	16686
Síntese da Providência Adotada	
Foram promovidas as análises dos relatórios de execução dos cursos constantes do Plano Anual de Educação Continuada – Projeto Mapa do Saber e dos relatórios de consultoria, relativos ao contrato firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Fundação São Paulo – FUNDASP, tendo sido apurado que a Fundação São Paulo deverá restituir ao Mapa a quantia de R\$ 4.710.164,37 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Cabe destacar que essa análise teve como objetivo apurar os serviços efetivamente prestados pela FUNDASP e aqueles pagos por este Ministério, e não teve como foco a apuração de irregularidades, nem apontar os agentes causadores das irregularidades. Ressalta-se que essa apuração de responsabilidade está a cargo da Comissão instaurada na Controladoria-Geral da União. A FUNDASP, discordando dos valores apresentados pelo Mapa impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, a fim de suspender a exigibilidade de cobrança dos valores indicados pelo Mapa. O Juiz da 8ª Vara Federal deferiu a liminar para suspender a exigibilidade da cobrança, com a condição de que o valor consignado na guia de depósito corresponda ao montante integral da dívida, com os acréscimos legais incidentes até a data de sua efetivação. O Mapa prestou as informações solicitadas pela justiça, demonstrando que o valor depositado em juízo pela FUNDASP (três milhões, trinta e três mil e novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos) não corresponde ao montante devido a este Ministério. Considerando que todos os esforços empregados na busca por uma solução administrativa não lograram êxito, o Mapa está acionando as instâncias pertinentes para adoção das medidas legais que o caso requer, objetivando o ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos à FUNDASP.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Processo em andamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Vide providência adotada acima.	

Quadro A.10.3.4 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.8	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 1.1 Item “a” Apurar as responsabilidades individuais pelas irregularidades detalhadas no item 3.2.5 do relatório da CGU, desde o direcionamento da contratação até as falhas graves na execução.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares - CGPAD			81025
Síntese da Providência Adotada			
O assunto remete à necessidade de se apurar as responsabilidades individuais pelas irregularidades detalhadas no item 3.2.5 do Relatório de Auditoria Especial da CGU, nº 00190.021911/2011-41, desde o direcionamento da contratação até as falhas graves na execução, ocorridas no Contrato de Concessão de Bolsa de Estudo.			

Foi constituída Comissão de Sindicância Investigativa, por meio de Portaria de lavra do Secretário-Executivo do MAPA, nº 019, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no Boletim de Pessoal nº 07, de 09 de março do corrente ano, tendo como integrantes Railton Lopes dos Santos, matrícula SIAPE Nº 198900, Antônio Carlos de Magalhães Vieira, matrícula SIAPE Nº 1111803-2 e José Ribamar Pereira Camões, matrícula SIAPE Nº 6002199, os quais foram incumbidos de investigar as irregularidades insertas nos autos de nº 21000.006266/2010-16, bem como em seus apensos e anexos. Últimas movimentações: Proferido Termo de Julgamento em 06.09.2012, publicado no Boletim de Pessoal nº 25, de 10.09.2012, quanto à Sindicância Investigativa, que tramitou por meio dos autos de nº 21000.002585/2012-14, acolhendo seu Relatório Final, o qual sugeriu a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Em 28.01.13 foi julgado pedido de reconsideração formulado nos autos de nº 70100.007561/2012-39, publicado no Boletim de Pessoal nº 03, de 31.01.2013, por intermédio do qual, o Secretário-Executivo excluiu dois dos servidores do rol de possíveis envolvidos no PAD a ser instaurado. Situação atual: Na referida data o processo retornou a esta CGPAD para composição de Comissão de PAD.
Síntese dos Resultados Obtidos
Normal, dentro do possível.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Ressalta-se apenas o ponto negativo: uma vez que não há a quantidade necessária de servidores disponíveis ao laboro e há total dificuldade em se motivar o servidor a realizar este múnus público, sem qualquer bônus em contrapartida, é quase impossível realizar os procedimentos com a celeridade devida. Assim, a fim de motivar os servidores envolvidos na presente atividade, sugere-se a reserva de um quantitativo específico de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, a serem distribuídas aos membros das Comissões relativas aos procedimentos administrativos disciplinares, enquanto perdurar a citada função.

Quadro A.10.3.5 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.9	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: (em andamento) 1.1 Item “a” Apurar as responsabilidades individuais pelas irregularidades detalhadas no item 3.2.6 do relatório da CGU, considerando que o preço de referência foi estabelecido acima dos preços de mercado e, quando da contratação, não houve o envio de contraproposta para obter o melhor preço para a Administração. Quantificar os prejuízos advindos de tais irregularidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD			81025
Síntese da Providência Adotada			
O assunto é referente ao subitem 3.2.6, que dispõe sobre a contratação de serviços de análise laboratorial, efetivada por meio dos autos de nº 21000.007855/2010-11. Foi constituída Comissão de Sindicância Investigativa, por meio de Portaria de lavra do Secretário-Executivo do MAPA, nº 017, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no Boletim de Pessoal nº 07, de 09 de março seguinte, tendo como integrantes Railton Lopes dos Santos, matrícula SIAPE Nº 198900, Antônio Carlos de Magalhães Vieira, matrícula SIAPE Nº 1111803-2 e Durval Fernando Vaz da Costa, matrícula SIAPE Nº 1081671, os quais foram incumbidos de investigar as irregularidades insertas nos autos de nº 21000.007855/2010-11, bem como em seus apensos e anexos. Últimas movimentações: Após o recebimento do Relatório Final da citada Sindicância, que correu nos autos de nº			

21000.002583/2012-11, antes de julgar, o Secretário-Executivo, em 24.08.2012, determinou que o processo fosse baixado em diligências, a fim de subsidiar futura decisão de mérito.
Em 27.08.2012 o processo foi enviado a CGAL/SDA para manifestação, nos termos do DESPACHO CGPAD/SE Nº 202/2012, cuja resposta retornou em 18.10.12, sendo submetida à análise.
Em conformidade com a resposta proferida pela CGAL/SDA, observou-se a necessidade de encaminhamento dos autos a SPOA, o que foi determinado conforme Despacho do Secretário-Executivo, proferido em 18.01.2013 e cumprido pela CGPAD, por meio do MEMO CGPAD nº 26/2013, de 22.01.13.
Situação atual: Os autos retornaram à CGPAD, por meio do Documento nº 70100.000420/2013-76, em 18.02.2013 e estão sob análise, a fim de subsidiar o Secretário-Executivo quanto a posterior decisão.
Síntese dos Resultados Obtidos
Anormal. Sendo necessária a intervenção da CGPAD para se obter uma conclusão, no mínimo, viável.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Ressalta-se apenas o ponto negativo: uma vez que não há a quantidade necessária de servidores disponíveis ao laboro e há total dificuldade em se motivar o servidor a realizar este múnus público, sem qualquer bônus em contrapartida, é quase impossível realizar os procedimentos com a celeridade devida. E, muitas vezes, como ocorreu em tela, sendo a comissão responsável por diversos processos, ficando sobrecarregada e, ainda, respondendo seus membros pelas demais responsabilidades de seu cargo/ofício, a conclusão do trabalho acaba por ser prejudicada. Assim, a fim de motivar os servidores envolvidos na presente atividade, sugere-se a reserva de um quantitativo específico de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, a serem distribuídas aos membros das Comissões relativas aos procedimentos administrativos disciplinares, enquanto perdurar a citada função.

Quadro A.10.3.6 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório nº: 201203296	6.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomendamos ao MAPA que promova a definição das atribuições da CGPC, para que processos dessa natureza não sejam tramitados indevidamente àquela unidade, contribuindo para a demora na conclusão e instauração de processos de tomadas de contas especiais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN			13301
Síntese da Providência Adotada			
A definição de competências das unidades administrativas de hierarquia abaixo de diretoria ou departamento compõe os regimentos internos, os quais são publicados com base em Decreto de Estrutura Regimental sancionado.			
A estrutura organizacional vigente teve sua aprovação em 2010 com a edição do Decreto Nº 7.127/2010. Logo após observou-se a necessidade de se adequar alguns artigos, com a conseqüente revisão da estrutura organizacional. Em decorrência foi autuado o processo nº 70.000.000542/2011-29 no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, que aprovou as modificações efetuadas. Com a substituição da alta cúpula ministerial, o processo foi sobrestado com o objetivo de se processar novas adequações na estrutura do Órgão. Atualmente o processo está no Ministério do Planejamento aguardando posicionamento da Secretaria-Executiva, quanto a ajustes recomendados pela equipe técnica do MP, para fins de aprovação da proposta de estrutura organizacional e os tramites processuais para sua publicação.			

Não obstante o projeto de decreto estar na fase de aprovação, a equipe da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão vem envidando esforços no sentido de atuar junto aos órgãos e unidades administrativas do MAPA no aperfeiçoamento e melhorias dos procedimentos com a formatação dos projetos de regimentos internos, para a publicação tão logo seja aprovado o Decreto da Estrutura Organizacional.
.
Síntese dos Resultados Obtidos
A implementação da providência depende da publicação de novo Decreto de Estrutura Regimental do MAPA.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Está sendo negociada com o MP, a abordagem de ampliação do segmento de controle primário consoante aos consagrados princípios de governança voltados para resultados.
A descontinuidade administrativa ocorrida no período, em função da rotatividade de dirigentes.

Quadro A.10.3.7 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório nº: 201203296	1.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos ao Gestor que inclua em suas licitações critérios de sustentabilidade ambiental que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e 89 de 307 matérias primas, e que dê preferência à aquisição de bens/produtos que colaborem para o menor consumo de água e/ou energia no Ministério, em observância ao disposto no Decreto 5.940/2006 e IN SLTI nº 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG através da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração – SPOA promoverá campanha junto às áreas envolvidas nas aquisições de bens ou serviços visando o atendimento à recomendação acima, bem como providenciará memorando a Comissão Permanente de Licitação, a Divisão de Suporte Operacional, a Divisão de Comunicação Administrativa, a Divisão de Compras, a Divisão de Material e Patrimônio, a Divisão de Contratos de forma que essas áreas tenham conhecimento dos dispostos nos atos normativos. Na oportunidade, esclarecemos que nos processos de licitações já está sendo observada a referida recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.8 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.4	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 9.1 Item “i” Realizar constante atualização dos bens nos sistema de patrimônio quando da saída dos equipamentos do local de armazenagem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG encaminhou Memorando à Coordenação de Administração de Material e Patrimônio - CAMP solicitando que a recomendação acima seja atendida na íntegra, bem como emitirá relatórios mensais encaminhando-os as Unidades do MAPA que movimentarão bens naquele mês. Esclarecemos que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da CGSG está contratando os serviços de Manutenção e Suporte Técnico para atualização do sistema de Patrimônio e Almoxarifado. Está sendo preparado Memorando comunicando as Unidades do MAPA sobre a necessidade quanto à movimentação de bens móveis que a mesma seja solicitada via e-mail a cgsg.mapa@agricultura.gov.br.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.9 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.4	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
10.1 Item “j” Rever os critérios adotados para a entrega das impressoras portáteis adquiridas mediante o Pregão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA já está providenciando ação para encaminhamento das impressoras acima a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA que irá providenciar a entrega das mesmas aos fiscais agropecuários, conforme consta no Pregão 57/2011.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não há conteúdo a ser declarado.			
Quadro A.10.3.10 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.6	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 1.1 Item “a” Apurar responsabilidades pela ausência de providências e de aplicação de penalidade à contratada.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG concorda com a recomendação acima e providenciou Memorando ao Senhor Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração para as providências de abertura de procedimento disciplinar.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.11 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.6	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 2.1 Item “b” Adotar providências para aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços que prevê multa, inscrição no SICAF e, se for o caso, instauração de processo de declaração de idoneidade.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG enviou Memorando à Coordenação de Administração de Material e Patrimônio - CAMP solicitando atendimento à recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.12 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.7	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
2.1 Item “b” Com intuito de dar continuidade ao processo de substituição de terceirizados por servidores efetivos, adotar providências visando alterar o Contrato n.º 55/2010, de modo que as atividades próprias do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo sejam exercidos por servidor concursado. Deverá ser providenciado um novo certame licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Temos a informar que está em andamento o levantamento recomendado pela CGU com relação à elaboração de concurso público para substituição de terceirizados do contrato acima pela Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGAP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.13 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.10	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
2.1 item “b” - Adotar imediatas providências para a deflagração de novo certame licitatório, sendo necessários tais serviços, procedendo-se a devido dimensionamento da necessidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			

A Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais, no âmbito de sua competência, já está providenciando a elaboração de um novo Termo de Referência com a finalidade de atender a recomendação acima.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.14 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.10	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
4.1 Item “d”. Providenciar a glosa referente à aquisição de 150 exemplares do livro “Nova Composição do Congresso Nacional”, adquirido no âmbito do processo nº 21000.005522/2011-39 por se tratar de item que não faz parte do objeto do pregão eletrônico, tampouco integra o rol de competências/atribuições do MAPA.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Acatamos a recomendação na sua totalidade. Esclarecemos que a Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG solicitou ao Senhor Subsecretário a abertura de Procedimentos Disciplinares para apuração de responsabilidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.15 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.10	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
5.1 item “e” - Em futuras licitações, na eventualidade de utilização de metodologias estatísticas que sejam determinantes para a conclusão do procedimento licitatório, realizar consulta a profissionais da área para aperfeiçoamento do processo e determinação de suas propriedades; além disso, fornecer, de forma explícita, o			

detalhamento completo da metodologia utilizada na determinação dos valores dos pesos e dos coeficientes de variação para melhor entendimento e transparência; bem como realizar testes de confirmação da premissa defendida.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Embora a Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG, através da Divisão de Contratos – DCONT tenha utilizado as metodologias estatísticas que determinam valores dos pesos e coeficientes de variação e, após auditoria realizada por essa CGU, foi solicitado laudo técnico de estatístico da empresa AXIMOMAS BRASIL, CONRE 1ª Região nº 8984 para apreciação e validação das formulas apresentadas. Esclarecemos sobre o referido laudo que este já foi encaminhado a essa CGU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.16 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.10	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
6.1 item “F” - Considerando a ineficácia da metodologia estatística utilizada para o julgamento da proposta de preços vencedora do pregão, adotar providências visando ao levantamento dos preços praticados no mercado em relações aos serviços objeto do contrato.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Quanto à prorrogação do contrato, foi efetuada pesquisa de preços tanto do mercado quanto do praticado pela Administração Pública Federal na qual ficou demonstrado que os valores praticados no contrato celebrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA estão 142,36% abaixo dos valores pesquisados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.17 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório nº: 201203296	4.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Elaboração do inventário anual dos bens móveis e imóveis de acordo com o previsto nos artigos 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64, tornando a confecção do inventário, rotina do controle interno da gestão de Bens móveis e imóveis do Ministério, sob pena de responsabilidade pelo extravio de bens móveis ensejada pelo descontrole sob o patrimônio do Ministério.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Através da Portaria nº 33 de 22 de maio de 2012 foi criada a Comissão responsável pelo inventário do Material e Patrimônio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Em 05 de julho de 2012, foi publicada nova Portaria de nº 60 alterando a composição de seus membros. Informamos que o inventário encontra-se em andamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.18 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Relatório nº: 201203296	4.1.2.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Fazer gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o intuito de regularizar a data de avaliação vencida dos bens imóveis do Ministério da Agricultura.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Em 18 de maio de 2012, o Ofício nº87/2011-SPOA/SE-MAPA foi encaminhado à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal solicitando a avaliação dos bens imóveis desse Ministério, conforme art. 67 do Decreto Lei nº 9760, de 05 de setembro de 1946, regulamentado pela Orientação Normativa GEAD-04/2003 de 25 de fevereiro de 2003, bem como pela Portaria nº 34 de 22 de maio de 2012, a qual cria Grupo de Trabalho com vistas ao atendimento do disposto na solicitação de Auditoria nº 201203311/03 da CGU de 14 de maio de 2012 itens II e III que estabelecem procedimentos de avaliação, depreciação e registro no SPIUnet dos bens imóveis sob a responsabilidade desse Ministério.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.19 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Relatório nº: 201203296	4.1.2.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Dar continuidade às melhorias nos controles internos da gestão de bens imóveis, que serão implementadas através da Portaria/SPOA/SENº 34, de 22/05/2012, principalmente no que se refere a criação de rotinas para controle do vencimento da data de avaliação dos imóveis, criação de fluxograma das atividades de gestão de bens móveis e imóveis, treinamento do pessoal responsável pela gestão dos bens imóveis e regularização do saldo de contas de imóveis no SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Essa recomendação está sendo acatada conforme a Portaria acima citada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.20 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Relatório nº: 201203296	20.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à Unidade que responda a todas as impugnações feitas a seus Editais de licitação, em cumprimento ao § 1o, do artigo 41, da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Informamos que tal recomendação foi repassada aos membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL para observância quanto ao cumprimento do §1º do art. 41, da lei 8666/93.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.21 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Relatório nº: 201203296	20.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomendamos que os atos dos procedimentos licitatórios realizados pela Unidade sejam devidamente motivados e que ela procure atuar com tempestividade na celebração de seus contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que tal recomendação foi repassada a Divisão de Contratos – DCONT para observação desta recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.22 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Relatório nº: 201203296	20.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Tendo em vista as impropriedades relatadas, recomenda-se reavaliar a conveniência do Termo Aditivo celebrado e a			

realização de novo certame para a contratação de serviço de manutenção dos arquivos deslizantes do Ministério, sem prejuízo de avaliar a economicidade da contratação prorrogada.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Informamos que o contrato com o prestador do serviço será encerrado em 30/06/2013. No decorrer do primeiro semestre de 2013, iniciaremos novo processo licitatório para o serviço acima.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.23 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Relatório nº: 201203296	20.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Realize uma vistoria completa em todos os equipamentos referentes a essa contratação, atualizando as informações constantes no patrimônio e envie a relação atualizada à CGU.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através da Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais autuou processo para aquisição de serviços de manutenção e suporte do Sistema de Controle Patrimonial e Material, o que permitirá que se promova os controles mais eficazes conforme recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.24 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	Relatório nº: 201203296	20.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG		2121
Descrição da Recomendação		
Recomendação 2: Não utilize descrições abrangentes na localização dos equipamentos, haja vista que a descrição deve conter o número da sala onde se encontra tal equipamento.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG		2121
Síntese da Providência Adotada		
Informamos que estão em andamento o inventário físico patrimonial do MAPA instituído através da Portaria nº 33 22-05-2012, sendo alterado pela Portaria nº 60 de 05-07-2012 por movimentação de membros. Tão logo concluído o referido inventário, teremos os bens e suas localizações conforme recomendação acima.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Não há conteúdo a ser declarado.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há conteúdo a ser declarado.		

Quadro A.10.3.25 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	Relatório nº: 201203296	20.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Realize trabalho de conscientização em todas as unidades sobre a importância de se informar à CGSG, sempre que houver mudanças nas localizações dos equipamentos, de forma que essa possa ter um controle eficiente e atualizado da localização de todos os equipamentos adquiridos pelo MAPA.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que está em andamento o inventário físico patrimonial do MAPA. Tão logo concluído o referido inventário, teremos os bens e suas localizações conforme recomendação acima, bem como, campanhas de conscientização sobre a movimentação de bens patrimoniais.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.26 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	Relatório nº: 201203296	20.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 4: Instaure, se ainda não o fez, procedimento administrativo para apurar responsabilidades pelo desaparecimento dos bens, incluindo em tais apurações a identificação e responsabilização dos servidores que deram causa à definição para adquirir quantidade excessiva bens; haja vista, que à época da auditoria, existiam em encaixotados em depósito 96 equipamentos adquiridos a mais de um ano, sob risco de furto e obsolescência, podendo ensejar a redução da vida útil e do valor do um bem, inclusive devido ao aparecimento de modelo tecnologicamente superior.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foi instaurado inquérito junto a Polícia Federal para apuração de responsabilidade quanto ao desaparecimento de bens patrimoniais deste Ministério. O Boletim de Ocorrência é o de nº 948/2012. Ainda, como medida administrativa, foi encaminhado Despacho nº 558/CGSG/SPOA/SE/MAPA solicitado pelo Senhor Subsecretário de Planejamento Orçamento e Administração – SPOA para abertura de procedimentos disciplinares.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.27 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Abster-se de utilizar mão de obra terceirizada para exercer função de servidores, não só apenas formalmente descrito no contrato (aspecto objetivo), mas também na execução das atividades de fato (aspecto subjetivo), em cumprimento ao Decreto Nº 2.271/97, e ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
O Coordenador de Logística e Serviços Gerais encaminhou Memorando ao Fiscal do Contrato bem como a todas as unidades deste Ministério para orientação no sentido de que se promova a recomendação acima.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.28 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Adotar providências visando ao cancelamento das permissões de acesso ao Sistema SCDP dos terceirizados a seguir: CPF ***294.811.**, ***172.781.**, ***023.766.**, ***511.431.**, ***577.611.**, ***272.901.**, ***392.448.**, ***.096.041.**, ***.682.055.**, ***.208.206.**, ***.194.311.**, ***.447.701.**, ***.688.511.**, ***.930.231.**, ***.059.300.**, ***.799.951.**, ***.409.686.**, ***.830.511.**, ***.901.081.**, ***.890.214.**, ***.251.803.**, ***.484.771.**, ***.593.171.**, ***.404.041.**, ***.393.101.**, ***.813.681.**, ***.595.291.**, ***.414.681.**, ***.275.311.**, ***.966.761.**, ***.303.796.**, ***.654.671.**, ***.260.211.**, ***.965.301.**, ***.282.351.**, ***.498.601.**, ***.881.761.**, ***.429.321.**, ***.273.591.**, ***.217.701.**, ***.714.221.**, ***.168.523.**, ***.156.831.**, ***.053.671.**, ***.458.371.**, ***.139.311.**, ***.851.411.**, ***.869.541.**, ***.014.301.**, ***.598.421.**, ***.357.071.**, ***.539.731.**, ***.010.141.**, ***.303.711.**, ***.038.511.**, ***.021.151.**, ***.622.601.**, ***.903.041.**.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Estamos comunicando à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, através de Memorando, para que providencie o cancelamento de senhas que estejam em uso por funcionários terceirizados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.29 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14
Descrição da Recomendação	
Recomendação 3: Verificar junto a CGTI do MAPA a existência de terceirizados com acesso a sistemas corporativos do Governo, ou sistemas internos do órgão que não se enquadrem com as atividades executadas pelo terceirizado. Caso haja, fazer o cancelamento do acesso.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
Estamos comunicando à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, através de Memorando, para que providencie o cancelamento de senhas que estejam em uso por funcionários terceirizados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.30 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 4: Instituir a distinção entre e-mails de servidores e terceirizados (exemplo: “nome.sobrenome.terceirizado@agricultura.gov.br”), evitando potenciais riscos na segurança da informação.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Estamos comunicando à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, através de Memorando, para que providencie a mudança de identificação do e-mail dos funcionários terceirizados, conforme recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.31 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 5: Orientar ao fiscal do Contrato N° 55/2010, celebrado com a Empresa CNPJ 72.620.735/0001-29, que promova intensificação na fiscalização das atividades exercidas pelos terceirizados, não permitindo execução de atividades similares a de servidores, sob o risco de apuração de responsabilidade no caso de não cumprimento de suas funções.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
O Coordenador de Logística e Serviços Gerais encaminhou Memorando ao Fiscal do Contrato para que se promova a recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.32 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 6: Orientar todas as Secretarias e Departamentos desse Ministério quanto a proibição de terceirizados executarem atividades similares a de servidores, principalmente aqueles alocados no apoio administrativo, onde se possui um maior risco em potencial de se executar essas atividades, além de reforçar a proibição da utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
O Coordenador de Logística e Serviços Gerais encaminhou Memorando ao Fiscal do Contrato bem como a todas as unidades deste Ministério para orientação no sentido de que se promova a recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.33 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	Relatório nº: 201203296	20.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 7: Fazer levantamento atualizado, caso ainda não tenha sido feito, do quantitativo de servidores necessários, lotação ideal, incluindo um planejamento de previsão futura com as potenciais aposentadorias e pedidos de exoneração de servidores, enviando o estudo ao MPOG, objetivando conseguir autorização do mesmo para realização de concurso público.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP			2120
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação foi integralmente cumprida no exercício de 2012. A CGAP efetuou levantamento do quantitativo de vagas disponíveis, da previsão de aposentadoria com base na percepção do abono de permanência, nas aposentadorias compulsórias, etc. Foram realizadas várias reuniões de trabalho com o Ministério do Planejamento, que culminaram no acerto do quantitativo de vagas a serem providas de acordo com a disponibilidade proposta para o orçamento de 2013. Diante disso a CGAP elaborou a Nota Técnica nº 011, de outubro de 2012 (documento nº 70100.008976/2012-20) posteriormente encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por intermédio do Ofício nº 1037/2012-SE/MAPA, objetivando autorização para a realização do certame seletivo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As informações apuradas pela CGAP indicam a necessidade de um quantitativo muito alto de reposição de pessoal, tanto pela vacância de cargos quanto pelo crescimento do agronegócio. Na outra vertente o Ministério do Planejamento, para a autorização de concursos públicos, está trabalhando com a previsão de disponibilidade financeira e orçamentária, o que inviabiliza a imediata reposição do pessoal necessário ao Ministério. Há necessidade de anualmente solicitar ao Ministério do Planejamento a reposição de parte das vagas disponíveis.			

Quadro A.10.3.34 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	Relatório nº: 201203296	20.1.2.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Considerando que o Ministério da Agricultura informou que está instaurando sindicância para apuração de responsabilidade, informar os resultados à Controladoria Geral da União.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
A Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais solicitou através de Memorando informações sobre o andamento dessa recomendação e o encaminhará a essa CGU tão logo recebida a resposta.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.35 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	Relatório nº: 201203296	20.1.2.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Reiteramos a recomendação contida no Relatório de Auditoria Nº 2011108569 e Relatório de Auditoria Especial Nº 00190.021911/2011-41 com vistas à alteração do contrato para que as atividades próprias do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, não sejam exercidas por terceirizados no posto de Técnico em Secretariado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que está em andamento a recomendação acima.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.36 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	Relatório nº: 201203296	20.1.2.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			

Recomendação 1: Reavaliação dos Processos Licitatórios (LANAGRO/GO - nº 21005.000004/2012-60, LANAGRO/MG - nº 21181.000001/2012-95, LANAGRO/PA - nº 21003.000025/2012-03, LANAGRO/PE - nº 21002.000082/2011-11, LANAGRO/RS - nº 21043.000901/2011-36, LANAGRO/SP - nº 21053.000270/2011-36), retirando dos mesmos, caso haja, todos os postos que possuam atribuição semelhante a de servidores em desconformidade com o Parágrafo 2º, Artigo 1º, do Decreto Nº 2.271/1997, tanto na área meio como na área fim dos laboratórios.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG	2121
Síntese da Providência Adotada	
As ações quanto a recomendação acima foram efetuadas no decorrer do exercício de 2012 que culminaram com a extinção dos cargos que possuíam atribuição semelhante à de servidores em desconformidade com o parágrafo 2º, artigo 1º, do decreto nº 2.271/1997, com a expedição de Ofícios à FUNDEPAG para que se proceda o desligamento dos mesmos.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.37 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	Relatório nº: 201203296	20.1.2.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: No que tange à abertura de processo licitatório e consequente celebração do Contrato Nº 45/2008, celebrado com a empresa CNPJ 50.276.237/0001-78, em desconformidade com o Decreto Nº 2.271/1997, com postos de trabalho semelhante às funções de servidores, mesmo após conhecimento do Ministério, do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e Ministério Público do Trabalho, em 05 de novembro de 2007, adotar providências visando a apuração de responsabilidades, se for o caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais encaminhou Memorando sugerindo a abertura de procedimentos disciplinares conforme recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.38 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	Relatório nº: 201203296	20.1.2.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Recomenda-se providências visando alteração contratual com extinção dos cargos de apoio administrativo contratados junto à empresa, CNPJ 50.276.237/0001-78, similares aos cargos de Analista Técnico – Administrativo e Assistente Técnico - Administrativo, além da extinção dos postos de Assistente de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório similares aos cargos da Lei 13.312, de 19/08/2010 e de todos os postos que resulte em atividades inerentes a de servidores. Caso, o Ministério entenda que as atividades prestadas pela empresa em epígrafe são imprescindíveis, que não poderão ser paralisadas, prover com urgência, gestão junto ao MPOG, para o firmamento de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com vistas a obter prazo e respectivo cronograma para o Ministério substituir os terceirizados por servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Síntese da Providência Adotada			
As ações quanto a recomendação acima foram efetuadas no decorrer do exercício de 2012 que culminaram com a extinção dos cargos que possuíam atribuição semelhante à de servidores em desconformidade com o parágrafo 2º, artigo 1º, do decreto nº 2.271/1997, com a expedição de Ofícios à FUNDEPAG para que se proceda o desligamento dos mesmos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.39 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	Relatório nº: 201203296	21.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Nas futuras contratações de TI elabore o documento de planejamento da contratação de forma a refletir as etapas de planejamento definidas no Art. 10º da IN 04/2010: I - Análise de Viabilidade da Contratação; II - Plano de Sustentação; III - Estratégia da Contratação;			

IV - Análise de Riscos; e V - Termo de Referência ou Projeto Básico	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	2118
Síntese da Providência Adotada	
Embora o documento de planejamento da contratação não tenha sido elaborado, todas as contratações foram precedidas de planejamento, realizado por meio de levantamento da necessidade/viabilidade da contratação junto a todas as áreas envolvidas no processo. Além disso, os Termos de Referência contêm tópicos referentes ao Planejamento da Contratação, como justificativa da solução escolhida, descrição detalhada dos serviços, estimativa de volume e custos de serviços e adequação orçamentária. Foram alocados dois servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, responsáveis por gerenciar todas as contratações de TI e verificar a aderência aos padrões da IN 04.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.40 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	Relatório nº: 201203296	21.1.1.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Quando as contratações de TI forem para todo o território nacional, planeje-as de forma que restrições decorrentes de características regionais ou da infraestrutura local sejam indicadas apenas para aquela região/local e não influenciem na totalidade das aquisições.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI			2118
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A escolha do padrão BTX para todo o Brasil e não apenas para as regiões de maior temperatura embasou-se na análise de que alguns estados apresentam grandes oscilações de temperatura, como é o caso dos estados do sul, que apesar de localizados na região mais fria do país, enfrentam temperaturas elevadas no verão, conforme relatado em http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=340: “As temperaturas (no Rio Grande do Sul) apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geada e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C”. Pensando justamente num padrão que atendesse todo o território nacional, suportando as variações de temperatura sem ocasionar aquecimento interno dos microcomputadores, o MAPA exigiu o padrão BTX. Esses equipamentos foram adquiridos para serem instalados em todo o território nacional em locais de fronteira. Alguns desses locais não possuem instalações mínimas adequadas de refrigeração e, com a tecnologia BTX, evita-se qualquer possibilidade futura de problemas de aquecimento e possível travamento dos equipamentos adquiridos. A arquitetura BTX é apropriada para ventilação forçada, característica técnica que o MAPA considerou necessária pelos motivos acima expostos. Em relação às vantagens quanto ao custo ATX x BTX, avaliamos em pesquisa de mercado que os preços entre equipamentos ATX e BTX são bastante similares.			

Acatamos as recomendações. Nas contratações a nível nacional não serão utilizados requisitos que variam de acordo com as especificidades de cada região. (fonte BTX).
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.41 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	Relatório nº: 201203296	21.1.1.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Nas futuras aquisições de computadores, defina no planejamento a utilização de índices de benchmark usuais de mercado para definir o desempenho esperado do equipamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI			2118
Síntese da Providência Adotada			
As novas contratações de computadores utilizarão índices de benchmark como requisito tecnológico para todas as contratações realizadas a partir de junho/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O entendimento técnico foi de que a utilização de um índice de benchmark (Sysmark, PCmark, SPECint, etc...) poderia levar o MAPA a adquirir um equipamento com qualidade inferior à atualmente utilizada no Ministério. Como o índice resultante desses benchmarks é composto pela soma de vários componentes internos do computador, um componente bom poderia fornecer um índice elevado, embora os demais componentes não fossem de boa qualidade. Além disso, as especificações mínimas foram exigidas com base nos padrões atuais do parque computacional do Ministério, de modo a garantir a aquisição de máquinas com no mínimo o mesmo desempenho das atuais. As especificações foram definidas também para assegurar que todos os componentes das máquinas adquiridas possuam bons padrões de desempenho, evitando que ao término da garantia estejam defasados.			

Quadro A.10.3.42 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	Relatório nº: 201203296	21.1.1.4	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI			2118

Descrição da Recomendação	
Recomendação 1: Estude a possibilidade de que a CGTI participe do planejamento de futuras contratações que envolvam as redes de cabeamento telefônico do MAPA, bem como possa vir a ser a responsável por esse tipo de contratação.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	2118
Síntese da Providência Adotada	
As contratações que envolvem cabeamento eletrônico ficam a cargo da Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG, atuando a CGTI apenas no caso de contratações de serviços VOIP. Em 2013 serão realizados estudos de viabilidade da contratação de serviços de VOIP pela CGTI.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não há conteúdo a ser declarado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.43 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	Relatório nº: 201203296	20.1.1.5	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Nas futuras contratações de TI elabore o documento de planejamento da contratação de forma a refletir as etapas de planejamento definidas no Art. 10º da IN 04/2010: I - Análise de Viabilidade da Contratação; II - Plano de Sustentação; III - Estratégia da Contratação; IV - Análise de Riscos; e V - Termo de Referência ou Projeto Básico			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI			2118
Síntese da Providência Adotada			
A CGTI alocou dois servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, responsáveis por gerenciar todas as contratações de TI e verificar a aderência aos padrões da IN 04.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora não tenham sido elaborados os artefatos previstos na IN 04, a contratação foi precedida de planejamento, conforme fls. 03 a 06 do Volume I do processo 21000.003195/2010-08, as quais contém um levantamento/motivação da necessidade da contratação junto às áreas envolvidas no processo e sua adequação orçamentária. Além disso, o Termo de Referência contém tópicos referentes ao Planejamento da Contratação, como justificativa (Item 3), descrição detalhada dos serviços (Item 6), obrigações das partes (Item 7), estimativa de volume de serviços (Item 9), estimativa de custo (item 14) e adequação orçamentária (Item 15). (em relação ao pregão eletrônico nº 44/2010, citado			

no item do RA).

Quadro A.10.3.44 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	Relatório nº: 201203296	20.1.1.6	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Nas futuras contratações de TI elabore o documento de planejamento da contratação de forma a refletir as etapas de planejamento definidas no Art. 10º da IN 04/2010: I - Análise de Viabilidade da Contratação; II - Plano de Sustentação; III - Estratégia da Contratação; IV - Análise de Riscos; e V - Termo de Referência ou Projeto Básico			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI			2118
Síntese da Providência Adotada			
A CGTI alocou dois servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, responsáveis por gerenciar todas as contratações de TI e verificar a aderência aos padrões da IN 04.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora não tenham sido elaborados os artefatos previstos na IN 04, a contratação foi precedida de planejamento, conforme fls. 03 a 28 do Volume I do processo 21000.003553/2010-74, as quais contém um levantamento/motivação da necessidade da contratação junto a todas as áreas envolvidas no processo. Além disso, o Projeto Básico contém tópicos referentes ao Planejamento da Contratação, como justificativa (Item 2), descrição detalhada dos serviços contendo procedimentos, critérios de aceitação, metodologia e avaliação da qualidade (Item 4), acordos de níveis de serviços (Item 9), avaliação das necessidades de adequação para execução contratual (Item 11), estimativa de volume de serviços (Item 12), obrigações das partes (Itens 13 e 14), forma de pagamento (item 18) e procedimentos para transferência de conhecimento (Item 4.2.3). (em relação ao pregão eletrônico nº 26/2010, citado no item do RA).			

Quadro A.10.3.45 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	Relatório nº: 201203296	20.1.1.6	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200

Descrição da Recomendação	
Recomendação 2: Nas futuras contratações de TI, indique por itens o objeto sempre que esse fracionamento se mostrar tecnicamente e economicamente viável, permitindo à administração adquirir a proposta mais vantajosa aos seus interesses.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	2118
Síntese da Providência Adotada	
Novo Termo de Referência será elaborado, conforme recomendação da CGU, que determina a separação do 3º nível (Serviços de Suporte Técnico Local Especializado). Início dos trabalhos em novembro de 2012 e previsão de término para julho de 2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não se aplica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A justificativa para o não parcelamento embasou-se na análise das disposições da lei 8.666/93, a qual determina em seu art.23, § 1º, que “as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.	
Ao constatar a interdependência entre os três serviços especificados, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação considerou técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração o não parcelamento do objeto. A análise técnica foi de que a subdivisão em itens poderia comprometer a eficiência na prestação dos serviços, gerar procedimentos burocráticos de atendimento, dificultar a gestão contratual e onerar a Administração em função da perda da economia de escala.	
Além disso, o objetivo da contratação era implementar um serviços centralizado de gestão de demandas, com centralização das informações, de modo a formar uma base única de conhecimento para facilitar o gerenciamento das informações e a tomada de decisões.	

Quadro A.10.3.46 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	Relatório nº: 201203296	24.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Analisar criteriosamente todos os saldos de empenhos não liquidados até o dia 31/12 de cada exercício financeiro de maneira a evitar a inscrição desnecessária destes em restos a pagar.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Ministro			15
Síntese da Providência Adotada			
Saldos cancelados			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.47 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	Relatório nº: 201203296	24.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Melhorias no controle interno primário, especialmente em relação aos Restos a Pagar não processados, anulando-os em até 31 de dezembro, quando os mesmos não atenderem às hipóteses previstas no Art. 35 do Decreto nº. 93.872/86.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Ministro			15
Síntese da Providência Adotada			
Salvos cancelados			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.48 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	Relatório nº: 201203296	24.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Reiteramos a recomendação 1.1.1.2, do Relatório de Gestão Nº 201108569, exercício 2010, com vistas a manter de forma organizada documentação que respalde a inscrição de restos a pagar nas situações previstas no art. 35 do Decreto nº 93.872/86.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Ministro			15
Síntese da Providência Adotada			
Salvos cancelados			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.49 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	Relatório nº: 201203296	6.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Agilizar as devidas providências para instaurar o processo de Tomada de Contas Especial do Convênio nº 404757, sob pena de responsabilidade solidária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Síntese da Providência Adotada			
Visando esgotar os procedimentos administrativos necessários foram realizadas notificações, via AR, ao gestor da Fundação e a própria Instituição, bem como autuado processo específico de instrução da TCE. Conclusão e encaminhamento à CGU previstos para março de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Providências em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram realizadas 03 (três) notificações, com encaminhamento via AR, porém todas retornaram. Duas retornou com a informação dos Correios de “ausente”, após 3 tentativas, e uma com a informação de “Mudou-se”. Nova Notificação esta sendo realizada através de Edital de Notificação com publicação no Diário Oficial da União.			

Quadro A.10.3.50 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	Relatório nº: 201203296	6.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Proceder imediatamente a análise conclusiva da prestação de contas do convênio SIAFI 315254, haja vista a morosidade com que a Unidade tratou o assunto.			
Providências Adotadas			

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Síntese da Providência Adotada	
Foram realizadas juntadas de documentação complementar à prestação de contas. Elaboração de Nota Técnica e baixa no Siafi com previsão de término em março de 2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Em andamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foi dada prioridade em elaboração de Nota Técnica conclusiva uma vez que não houve identificação de nenhum dano ao Erário na execução do TCT e sim falhas formais, em face da quantidade de documentos que compõem os autos. Também como é sabido, ainda há insuficiência de pessoal qualificado na Área Administrativa com atuação específica em análise de prestação de contas.	

Quadro A.10.3.51 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	Relatório nº: 201203296	6.1.1.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Adotar as providências necessárias para cobrar a prestação de contas e realizar a devida análise visando atestar a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao projeto em questão (SIAFI 298457), estabelecendo cronograma para a solução definitiva da pendência.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Saúde Animal/SDA			2027
Síntese da Providência Adotada			
O Departamento de Saúde Animal (DSA) adotou providências junto ao Centro Pan-americano de Febre Aftosa (Panaftosa), executor do convênio SIAFI 298457, buscando a finalização do relatório de prestação de contas. O Panaftosa encaminhou o relatório em questão, que foi analisado pelo Diretor e pelo Coordenador do Termo de Cooperação Técnica (TCT) e, posteriormente, enviado à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores, para análise. Após análise da ABC/MRE e, caso não sejam necessários ajustes, o relatório será encaminhado para consideração da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e posterior envio aos órgãos de fiscalização e controle. Essas informações foram transmitidas à SDA por meio do Mem. DSA 881/2012, de 11/10/2012, e Mem. DSA 1.030/2012, de 21/12/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Vide acima.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A complexidade do procedimento atrasa a análise final da prestação de contas.			

Quadro A.10.3.52 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	Relatório nº: 201203296	7.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Promover ajustes nos sistemas de controle da execução dos destaques com o objetivo de proporcionar transparência da gestão desses projetos com a elaboração de documentos/relatórios que registrem tanto a avaliação dos resultados parciais obtidos com periodicidade semestral, quanto a alocação do quantitativo necessário de bolsistas em relação às atividades desenvolvidas e ao perfil exigido.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Síntese da Providência Adotada			
Determinado às Unidades que realizam Destaque para se adequarem, caso ainda não o fizeram, à recomendação da CGU. Resposta da CGAL: O acompanhamento da execução do projeto já é feito por meio de relatórios individuais e planilhas de controle de bolsistas em atividade. O processo 21000.003747/09-36 que foi objeto da auditoria CGU/PR Nº 201203227 (bolsistas de nível superior) será finalizado em 31 de dezembro de 2012. Nesta ocasião será elaborado o relatório final completo e uma avaliação individual dos bolsistas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação já era atendida pela SDA.			

Quadro A.10.3.53 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	Relatório nº: 201203296	9.1.2.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Promover estudos de melhorias para elaboração, aferição e avaliação da utilidade e mensurabilidade dos indicadores utilizados para avaliação dos Programas/Ações do Ministério em conjunto com as coordenações responsáveis por cada Ação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Síntese da Providência Adotada			
Providências: Pelo DIPOA: Utilizar o SIG/DIPOA a partir de dezembro de 2012. Pelo DSA: Promover estudos com as áreas afins, apoiados por outras áreas deste Ministério e instituições com maior experiência no tema, visando reavaliar os indicadores das ações 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e 4842-Erradicação da febre aftosa no sentido de aprimorá-los e buscar uma melhor gestão dos			

programas sanitários.
Síntese dos Resultados Obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Resposta do DIPOV: informamos que os indicadores de desempenho das Ações 8939 e 4746 são os mesmos utilizados e aprovados pela Assessoria de Gestão Estratégica deste Ministério – AGE/MAPA os quais até o presente momento estão atendendo seus objetivos. Resposta do DIPOA: Ação 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – DIPOA. O indicador citado na página nº.184, APPCC, não diretamente utilizado pelo Departamento para avaliar a eficiência ou eficácia da ação (Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal), a utilização de outros indicadores mais úteis são utilizados no POAIDIPOA e serão mais efetivos com a implantação do SIG/POA em implantação pela Secretaria Executiva do MAPA. Resposta do DSA: No item 9.1.2.2 do relatório de auditoria (fls. 184/187), os dois indicadores da ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa foram considerados como não mensuráveis, devido à ausência de comparabilidade das unidades de medida com um universo maior ou temporal. Os indicadores seguiram o estabelecido no PPA 2008-2011. No entanto, no PPA 2012-2015, foram modificados para “Área do Território Nacional reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de febre aftosa (%)”. No SIPLAN, a execução também já considera o indicador da mesma forma do PPA 2012-2015. Mas, continuar-se-á com os estudos para melhorar os indicadores utilizados. Nas partes concernentes à ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, especificamente quanto ao item 9.1.2.2 do relatório de auditoria (fls. 185/188), onde três indicadores da ação supracitada foram considerados como não mensuráveis pelos auditores, apontando ausência de comparabilidade de suas unidades de medida com um universo maior ou temporal e que se limitavam a medições numéricas, informamos que, por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015, foi definido um novo e único indicador que melhor refletisse o desempenho dos programas sanitários de maior relevância ora vigentes, a saber: *Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratórias e nervosas das aves). *Fórmula de cálculo: Nº de suspeitas atendidas no prazo legal dividido pelo total de suspeitas atendidas. Esse indicador mede a resposta do serviço veterinário oficial frente às notificações de suspeitas das doenças, refletindo a capacidade técnica e estrutural desses serviços para prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais.

Quadro A.10.3.54 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	Relatório nº: 201203287	15.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
1.1.2.1 Divergência entre a quantidade de contratos de repasse na situação de “A Comprovar” com vigência expirada informada no Relatório de Gestão 2010, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA (91 contratos) e a quantidade registrada no sistema SIAFI (184 Contratos) e divergência entre a quantidade de Contratos de Repasse na situação de “A aprovar” com prazo de análise vencido, informada no Relatório de Gestão 2010, do PRODESA (94 contratos) e quantidade registrada no sistema SIAFI (81 contratos)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas pela DIEL/SDC ações junto a CAIXA de forma a sanar este problema pontual e posteriormente			

serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação por meio de reuniões e definições de atribuições, formalizadas por Protocolo de Intenções. Prazo até maio de 2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatções e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.55 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	Relatório nº: 201203287	15.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
1.1.2.2 Divergência entre os nº SICONV informados no relatório de gestão referentes aos Contratos de Repasse nº 0304065-08, nº 0304095-64 e nº 0316476-39, e os registrados no SICONV			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas pela DIEL/SDC ações junto a CAIXA de forma a sanar este problema pontual e posteriormente serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Prazo até maio de 2013. Não obstante, a numeração utilizada nos Contratos acima é oriunda de controle paralelo específico da CAIXA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatções e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.56 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	Relatório nº: 201203287	15.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			14

Descrição da Recomendação	
1.1.2.3 Celebração de 607 contratos de repasse sem respaldo contratual entre CAIXA e MAPA.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Sem precisar o período em que foram celebrados os Contratos de Repasse ficamos impossibilitados de fornecer a resposta requerida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.57 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	Relatório nº: 201203287	15.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
1.1.2.4. Divergência entre a relação de contratos de repasse vigentes no exercício de 2010, apresentadas no Relatório de Gestão e relação de contratos de repasse registrados no SICONV.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas pela DIEL/SDC ações junto a CAIXA de forma a sanar este problema pontual e posteriormente serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Prazo até maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.58 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	Relatório nº: 201203287	15.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Descrição da Recomendação		
1.1.2.5 Divergência entre a quantidade de contratos de repasse firmados no exercício de 2009 e 2010, pela UG 135098, informados no item 6.1.2 e no subitem 6.1 (do anexo I) do Relatório de Gestão 2010 do PRODESA.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Síntese da Providência Adotada		
Serão desenvolvidas pela DIEL/SDC ações junto a CAIXA de forma a sanar este problema pontual e posteriormente serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Prazo até maio de 2013.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatatórias e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há conteúdo a ser declarado.		

Quadro A.10.3.59 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	Relatório nº: 201203296	16.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que solicite a adoção de medidas pela CAIXA visando obter a prestação de contas daqueles contratados inadimplentes. Caso não obtenha a prestação de contas ou a devolução dos recursos, providenciar o registro da inadimplência no SICONV e no SIAFI, promovendo as tomadas de contas especiais cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatatórias e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.60 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	Relatório nº: 201203296	16.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que solicite à CAIXA que elabore cronograma de análise dos contratos de repasse que estejam na situação de “A APROVAR” com mais de 90 dias do recebimento da prestação de contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.61 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
61	Relatório nº: 201203296	16.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Recomenda-se à SDC/MAPA que demande a adoção de controles internos administrativos pela CAIXA visando a observância do prazo de noventa dias para análise das prestações de contas dos instrumentos de transferências, contado da data de recebimento, conforme art. 76 da Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			

Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.62 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	Relatório nº: 201203296	16.1.3.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que fixe cronograma, com prazos e etapas, para a CAIXA aprimorar os mecanismos de controle de acompanhamento das transferências concedidas no âmbito do PRODESA, com vistas a manter atualizados os dados no SIAFI, que deve apresentar informações fidedignas que reflitam a real situação dos Contratos de Repasse Decorrentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.63 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	Relatório nº: 201203296	16.1.3.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-

		PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Descrição da Recomendação		
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que fixe cronograma, com prazos e etapas, para a CAIXA aprimorar os procedimentos de acompanhamento e controle das transferências concedidas no âmbito do PRODESA, visando evitar inconsistências entre o sistema corporativo da Entidade (SIAPF) e o sistema corporativo da União (SIAFI), garantindo maior confiabilidade aos dados utilizados para o subsídio da tomada de decisões gerenciais.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Síntese da Providência Adotada		
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há conteúdo a ser declarado.		

Quadro A.10.3.64 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	Relatório nº: 201203296	16.1.3.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que fixe cronograma, com prazos e etapas, para a CAIXA aprimorar os controles internos administrativos no âmbito do PRODESA, com vistas a manter adequada atualização do SICONV, que deve apresentar informações fidedignas que reflitam a real situação dos Contratos de Repasse sob responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.65 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	Relatório nº: 201203296	16.1.3.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que fixe cronograma, com prazos e etapas, para a CAIXA adotar procedimentos efetivos de acompanhamento e controle das transferências concedidas no âmbito do PRODESA, visando evitar inconsistências entre o sistema corporativo da Entidade (SIAPF) e o Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, objetivando dar confiabilidade aos dados utilizados para o subsídio da tomada de decisões gerenciais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.66 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	Relatório nº: 201203296	16.1.3.4	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que determine à CAIXA, com cronograma contendo prazos e etapas, para adotar procedimentos efetivos de acompanhamento e controle das transferências concedidas no âmbito do PRODESA,			

visando evitar inconsistências entre as informações apresentadas no Relatório de Gestão do PRODESA e as informações registradas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Síntese da Providência Adotada	
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.67 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	Relatório nº: 201203296	16.1.3.5	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que aprimore o planejamento das fiscalizações de modo que a execução ocorra tempestivamente e alcance abrangência suficiente do objeto realizado, de forma a garantir a eficácia da fiscalização.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
As providências já foram tomadas e o calendário de fiscalização será instituído até março de 2013 pelo DIEL/SDC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.68 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	Relatório nº: 201203296	16.2.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que adote mecanismos de controle apropriados de acompanhamento das transferências concedidas no âmbito do PRODESA, com vistas a manter adequada atualização do SICONV, que deve apresentar informações fidedignas, refletindo a real situação dos Convênios geridos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.69 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
69	Relatório nº: 201203296	16.2.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que fixe cronograma, contendo prazos e etapas, para aprimorar os controles internos administrativos de acompanhamento e controle das transferências concedidas no âmbito do PRODESA, visando evitar inconsistências entre as informações apresentadas no Relatório de Gestão do PRODESA e as informações registradas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Previsão de término dos trabalhos em maio de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano			

de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.70 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
70	Relatório nº: 201203296	16.2.3.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que providencie a publicação dos respectivos extratos dos convênios SICONV n.º 759841, n.º 762518 e n.º 762530, embora extemporânea.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
As publicações dos extratos dos convênios SICONV nºs 759841/2011 e 762518/2011 encontram-se na Seção 3 dos Diários Oficiais de 24/10/2012 e 07/11/2012, respectivamente. A Publicação do Convênio SICONV nº 762530 está em andamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.71 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
71	Relatório nº: 201203296	16.2.3.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que aperfeiçoe os controles internos administrativos com vistas a garantir a eficácia dos Convênios, o que se cumprirá com a publicação no D.O.U, conforme previsto no Art. 46 da Portaria Interministerial			

n.º 507, de 24/11/2011, que determina que: “A eficácia de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura”.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Síntese da Providência Adotada	
Os controles já estão aperfeiçoados e operantes.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.72 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
72	Relatório nº: 201203751	25.1.1.1 Item 2.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
2.1.3.1 Prorrogação da vigência do convênio SICONV nº 733670/2010 de ofício, extemporânea ao prazo legal vigente.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Demanda atendida por meio da Informação nº 053/CGPI/DIEL/SDC, de 10 de maio de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Demanda atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.73 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
73	Relatório nº: 201203296	26.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Descrição da Recomendação		
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que realize levantamento dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados ao final do exercício de 2011, visando identificar outros casos que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos dispostos no art. 1º, do Decreto 7.468/2011, providenciando, se necessário, o cancelamento e informando o resultado das providências adotadas para esta CGU-PR.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo		3520
Síntese da Providência Adotada		
Com relação a esta Constatação tenho a informar que as Notas de Empenho nºs 2009NE900175, 2007NE900891 e 2007NE900907 foram canceladas. Quanto a Nota de Empenho nº 2008NE900890, informamos que foi celebrado o Convênio nº 702896/2008, tendo sua prestação de contas sido aprovada por meio da Nota Técnica – NT/CGPC/SE/MAPA nº 420/2012.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Demanda atendida.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há conteúdo a ser declarado.		

Quadro A.10.3.74 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
74	Relatório nº: 201203296	26.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à SDC/MAPA providenciar o imediato encaminhamento dos processos de formalização dos convênios à CGPC/SE/MAPA quando solicitados a fim de viabilizar a cobrança das prestações de contas vencidas e possibilitar a adoção de providências caso não haja a apresentação das contas pelos convenientes. Nos casos de impossibilidade de encaminhamento dos referidos processos por motivos de aditivção do instrumento ou outro qualquer, encaminhe aviso à CGPC/SE/MAPA quanto à impossibilidade de envio do processo, apresentando a motivação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Síntese da Providência Adotada			
Será providenciada uma reunião com a CGPC/SE com o DIEL/SDC e Gabinete da SDC para verificação do fluxo de informações. Prevista até janeiro de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por			

aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.75 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
75	Relatório nº: 201203296	26.1.3.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que observe o Art. 46 da Portaria Interministerial n.º 507, de 24/11/2011, que determina que: “A eficácia de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Os controles já estão aperfeiçoados e operantes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Demanda atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.76 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
76	Relatório nº: 201203296	26.1.3.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que fortaleça os mecanismos de controle e acompanhamento das transferências concedidas, com vistas a manter adequada atualização do SICONV, que deve apresentar informações fidedignas à realidade dos Convênios geridos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Síntese da Providência Adotada	
Serão desenvolvidas ações conjuntas de controle e avaliação entre a DIEL/SDC e CAIXA por meio de reuniões e definições de atribuições formalizadas, por Protocolo de Intenções. Prazo de término em maio de 2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatações e as freqüentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.77 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	Relatório nº: 201203296	26.1.3.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que observe o Art. 46 da Portaria Interministerial n.º 507, de 24/11/2011, que determina que: “A eficácia de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
Os controles já estão aperfeiçoados e operantes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Demanda atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.78 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
78	Relatório nº: 201203296	26.1.3.5	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Descrição da Recomendação	
Recomendação 1: Recomenda-se à SDC/MAPA que adote rotinas de controle e fiscalização das Transferências Voluntárias de forma a permitir o acompanhamento tempestivo da execução, possibilitando que eventuais impropriedades sejam identificadas e sanadas ainda durante a vigência da Transferência e execução do seu objeto.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	3520
Síntese da Providência Adotada	
Os controles já estão aperfeiçoados e operantes.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Demanda atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há conteúdo a ser declarado.	

Quadro A.10.3.79 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
79	Relatório nº: 201203296	26.1.3.5	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SDC/MAPA que estabeleça um cronograma de medidas a serem adotadas visando à correção das impropriedades constadas na execução dos Convênios SIAFI n.º 701723/2008, n.º 704237/2009, n.º 748741/2010 e n.º 751963/2010, informando, para esta CGU-PR, o estágio atualizado das providências adotadas e a situação de cada um dos citados convênios, até que ocorra o saneamento das citadas impropriedades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo			3520
Síntese da Providência Adotada			
O cronograma será definido pela DIEL/SDC, objeto da reunião para o alinhamento de controle e fiscalização que ocorrerá em janeiro/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi elaborada Nota Técnica nº 39/2012-GAB/SDC ao Secretário da SDC, com uma proposta de atendimento ao Plano de Providências Permanente desta SDC, descrevendo as Constatções e as frequentes recomendações apontadas pela CGU. Está sendo criado um Grupo de Trabalho, pela DIEL/SDC com vistas a sanar as inconsistências relatadas por aquele órgão de controle, bem como, estabelecer um cronograma para o desenvolvimento das ações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.80 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria de Produção e Agroenergia			3214
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
80	Relatório nº: 201203296	14.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SPAE/MAPA que adote rotinas de controle e fiscalização das Transferências Voluntárias de forma a permitir o acompanhamento tempestivo da execução, possibilitando que eventuais impropriedades sejam identificadas e sanadas ainda durante a vigência da Transferência e execução do objeto.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia/DCAA			14150
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP/SE			16686
Síntese da Providência Adotada			
O Departamento acatou todas as recomendações apontadas no Relatório de Auditoria CGU/PR nº 201118486 pertinentes ao Convênio 732115/2010 (citado no item 14.1.1.1 do RA nº 01203296) adotando as seguintes providências: - Capacitação dos técnicos das áreas envolvidas, no Portal de Convênios, para que estejam aptos a acompanhar toda a execução dos Termos de Convênios celebrados - As capacitações estão previstas no PAEC/2013 e serão desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas do MAPA; - Para realização da fiscalização e acompanhamento dos termos celebrados só poderão ser nomeados técnicos das áreas afins com conhecimento específico sobre a legislação pertinente à Celebração de convênios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O DCAA procedeu à gestão das transferências voluntárias, inclusive quanto ao controle e fiscalização.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica.			

Quadro A.10.3.81 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
81	Relatório nº: 201203296	19.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à Unidade realizar periodicamente palestras de treinamento com os supridos de modo a evitar descumprimentos de normas quanto à execução da despesa, sem prejuízo de monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos para as despesas de Cartão de Pagamento do Governo Federal.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010

Síntese da Providência Adotada
Neste exercício, começamos a orientar o suprido sobre as práticas constatadas e a melhorar sua atuação e controle nesses tipos de despesas: -Foi enviado o Memorando nº 243 informando a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, órgão onde o suprido tem lotação, sobre as impropriedades apontadas pela Auditoria; -Foi emitido o Memorando nº 347 reiterando os termos citados, e advertindo com o bloqueio da modalidade saque, caso o suprido se mantenha na prática verificada; -Em outubro enviamos email ao suprido e que já foi respondido prontamente. Já planejamos realizar palestras sobre Suprimento de Fundos a partir de 2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não há conteúdo a ser declarado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.3.82 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
82	Relatório nº: 201203296	19.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos à Unidade que ao diligenciar os responsáveis pelo acompanhamento da execução de processos de aquisições e contratações, o faça informando que todos os empenhos serão anulados no final do exercício, exceto aqueles em que houver solicitação de inscrição em restos a pagar, fundamentada em um dos incisos do art.35 do Decreto 93.872/86. Da forma atual, todos os saldo de empenhos são inscritos em restos a pagar, exceto aqueles em que o Gestor responsável solicita a anulação do saldo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010
Síntese da Providência Adotada			
Estamos encaminhando documento sugerindo à SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA que envie cópia aos responsáveis pelo acompanhamento da execução de processos de aquisições, visando nos informar os empenhos que deverão ser inscritos em restos a pagar. Comunicamos, ainda, que anularemos os saldos daqueles em que não houver manifestação. Elaboraremos uma relação de empenhos (com saldos) por contrato e área demandante e enviaremos em seguida para facilitar esse levantamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.83 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	3200

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
83	Relatório nº: 201203296	19.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Solicite à SPOA e Secretaria Executiva que estabeleçam formulário para ser usado pelos fiscais de contrato, onde serão registrados as ordens de serviço demandadas, os produtos ou serviços recebidos e os saldos dos empenhos, especialmente nos casos em que houver grande quantidade de demandas como por exemplo passagens aéreas, carimbos, manutenção do edifício, estandes ou publicidade, etc. Desta forma, percebe-se antecipadamente a necessidade de reforço de empenho, os limites contratuais e no final do exercício o valor necessário para inscrição em restos a pagar.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF			81010
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhamos documento sugerindo à SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MAPA que solicite aos responsáveis pelo acompanhamento da execução de processos de aquisições a utilização de formulário para ser usado pelos fiscais de contrato, conforme modelo que anexamos ao documento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há conteúdo a ser declarado.			

Quadro A.10.3.84 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
84	Relatório nº: 201203296	3.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Reitera-se a recomendação para que a CGPC/SE/MAPA adote procedimentos de controle visando a observância do prazo de noventa dias para análise das prestações de contas dos instrumentos de transferências, contado da data de recebimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Síntese da Providência Adotada			
Para minimizar este problema os técnicos da Coordenação passarão doravante a orientar os convenientes por telefone e e-mail visando à celeridade do atendimento às Notas Técnicas, assim reduzindo o prazo do ciclo de análise. Será utilizada rotina de acompanhamento financeiro, notificações eletrônicas e prestação de contas no SICONV a partir de 02.01.2013.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Ainda em implantação da nova rotina de acompanhamento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Todos os convênios celebrados até o dia 31/07/12, data em que foi implantado o sistema de pagamentos por OBTV no SICONV, têm suas prestações de contas analisadas após o prazo final de vigência. No dia 26/11/12 foi implementado o módulo de notificações no SICONV que abrange somente convênios vigentes, desse modo, devido à inexistência de uma funcionalidade oficial e eletrônica após o término da vigência, o meio de comunicação formal entre o concedente e convenientes ainda é o meio físico (carta). Com isso, um ciclo completo de análise, diligenciamento e resposta do conveniente chega a durar 45 dias e, de acordo com a série histórica de trabalho, são utilizadas em média 3,5 análises para concluir um processo de Prestação de Contas que esgote todas as medidas administrativas, perfazendo um prazo médio de 160 a 180 dias. O respeito ao prazo de 90 dias do artigo 76 da Portaria 507 ocorrerá facilmente com os convênios celebrados sob o regime sistematizado de pagamentos das OBTV's no SICONV, já que quase toda a prestação de contas será realizada ainda durante a execução do convênio. No entanto, para os convênios anteriores a esta inovação, as análises poderão ultrapassar este prazo.

Quadro A.10.3.85 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
85	Relatório nº: 201203296	3.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Reitera-se a recomendação para que a CGPC/SE/MAPA estabeleça canais de comunicação com os convenientes, antes do vencimento do prazo para prestação de contas, a fim de diminuir as diversas análises realizadas numa só prestação de contas e garantir a eficiência e eficácia na aprovação da prestação de contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Síntese da Providência Adotada			
Uso da rotina de acompanhamento financeiro, notificações eletrônicas e prestação de contas no SICONV e acompanhamento dos convênios celebrados antes da OBTV no SICONV. A partir de 02.01.2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não há conteúdo a ser declarado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com a implementação da OBTV no SICONV (31/07/2012) e a possibilidade de inserção de um técnico para acompanhamento financeiro dentro do sistema, esta recomendação torna-se perfeitamente possível de ser realizada com os convênios que têm o início da vigência posterior a esta data. Os convênios anteriores a esta data e que ainda estejam em vigência terão suas execuções acompanhadas por uma equipe da Coordenação que buscará orientar os convenientes por telefone, e-mail e SICONV quanto aos procedimentos necessários para que a prestação de contas ao final chegue a uma condição mais favorável para análise do que o usual.			

Quadro A.10.3.86 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
86	Relatório nº: 201203296	3.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Reitera-se a recomendação para que a CGPC/SE/MAPA adote atividades de controle com vistas ao acompanhamento dos prazos concedidos aos convenientes quando dos diligenciamentos a fim de tornar mais célere a adoção de providências com vistas a aprovação ou não da prestação de contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC			108088
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação já foi atendida. A coordenação já monitora todos os prazos legais para apresentação da prestação de contas e respostas às diligências realizadas em planilha EXCEL, que combina dados lançados pelas tramitações feitas no setor, bem como informações importadas do SIAFI gerencial e do SICONV. Todos os casos de não cumprimento de prazos ou não atendimento de diligências feitas, pela Coordenação aos convenientes, são encaminhados para providências (inscrição na inadimplência efetiva e/ou instauração de TCE) e, em casos de aprovações, os processos são encaminhados para registro.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior controle em relação aos prazos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O tempo entre o envio das solicitações a conveniente e seu efetivo recebimento, o que acarreta em demora nas inscrições em inadimplência e nos atendimentos de diligências.			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**Quadro A.10.4.1 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº: 201203296	8.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Adotar providências no sentido de melhorar os controles internos na gestão de concessão de passagens aéreas para o cumprimento das legislações pertinentes, obedecendo aos prazos requeridos na Portaria MPOG nº 98, de 16/07/2003, com emissão de bilhetes aéreos com antecedência mínima de dez (10) dias e Portaria MPOG Nº 295, de 22/04/2010,			

com prestação de contas até cinco (5) dias contados do retorno da viagem.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária	757
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Providências para o ano de 2013: - Divulgação junto as Unidades da SDA, - Solicitar reunião para aperfeiçoamento da operacionalização dos processos operacionais.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Acatamos a recomendação, porém a operacionalização do sistema segue um rito próprio que não depende em sua plenitude da Secretaria, pois envolve outros Órgãos bem como a Empresa contratada para emissão dos bilhetes de passagem. No âmbito da Secretaria todo empenho será realizado para evitar descumprir os prazos legais.	

Quadro A.10.4.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório nº: 201203296	9.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Adotar providências com o intuito de aperfeiçoar a sistemática de operação do SIGPLAN (atualmente SIOP), com a correta e tempestiva inserção das informações no sistema, evitando divergências de dados entre as Coordenações e o SIGPLAN, e por consequência dúvidas na qualidade do acompanhamento das Ações de responsabilidade do Ministério.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Resposta do DIPOV/SDA: O sistema SIGPLAN não é coordenado pelo MAPA, portanto se houve divergência, na forma do relatado acima, os esclarecimentos deverão ser prestados pelo Gestor desse Sistema e não pelos Coordenadores das Ações, os quais somente possuem acesso no Sistema SIPLAN para fazerem apenas os lançamentos das metas físicas, uma vez que os lançamentos financeiros são extraídos automaticamente do SIAFI. Resposta da CGAL: O acompanhamento da Ação 2132-Funcionamento do Sistema de Apoio Animal e instruções para inserção das informações nos sistemas estão a cargo da Secretaria Executiva do MAPA. Resposta do DIPOA: Ação 8938 PI: Inspanimal. A inserção das informações no sistema pelo Departamento ocorre da seguinte forma: os dados físicos e financeiros são lançados no SIOR e SIPLAN que são gerenciados pela CGPLAN/SPONSE/MAPA, já os dados financeiros são inseridos pelo Ministério do Planejamento a partir de sistemas como o SIAFI, não sendo possível ao DIPOA interferir visando melhorar a tempestividade de tal procedimento. Resposta da CBIO: a ação de aperfeiçoamento do SIGPLAN não esta sob a responsabilidade direta desta Coordenação ou Secretaria, mas sim da Secretaria Executiva. As áreas técnicas do MAPA têm acesso apenas ao SIPLAN (sistema interno do MAPA) e não diretamente ao SIGPLAN. Resposta do DSA: Foi estabelecido que as áreas do Departamento envolvidas no lançamento regular de dados nos sistemas em funcionamento se reunião no início de cada mês para avaliação e acompanhamento, e, quando necessário, intervirão para correta e tempestiva inserção das informações nos sistemas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Vide acima.

Quadro A.10.4.3 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório nº: 201203296	9.1.2.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Prover melhorias nos controles internos das informações referentes as Ações dos Programas sob responsabilidade do Ministério, tanto na sua execução física e financeira, para que os dados sejam apresentados corretamente no Relatório de Gestão, e quando solicitados pelos órgãos de controle e cidadão (Lei de Acesso à informação - Lei Nº 12.527/2011).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária			757
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Resposta do DIPOV/SDA: Constantemente os CAN's das Ações 8939 e 4746 cobram para que os CAE's façam os lançamentos corretos na execução das metas físicas junto ao SIPLAN. Com base nas informações contidas no SIPLAN é elaborado o Relatório de Gestão. Resposta da CGAL: O acompanhamento da Ação 2132-Funcionamento do Sistema de Apoio Animal e instruções para inserção das informações nos sistemas estão a cargo da Secretaria Executiva do MAPA. Resposta do DIPOA: Ação 8938 (PI: Inspanimal - DIPOA): o DIPOA programa e acompanha mensalmente a execução física e financeira da ação (Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal) através do SIOR, SIPLAN e ferramentas internas criadas com esta finalidade. Resposta da CBIO: A proposição de melhorias neste caso deve partir da área responsável pela elaboração do relatório e não das áreas técnicas unilateralmente, as quais, na verdade, apenas atendem ao pedido de informações da primeira. Assim sendo, é entendimento que a recomendação não é de responsabilidade desta unidade organizacional. Resposta do DSA: os controles serão efetuados pelos sistemas disponibilizados, com avaliação mensal durante reunião entre as áreas do Departamento responsáveis pelos lançamentos de informações no nível Central, intervindo para eventuais correções de informações de forma oportuna, onde for necessário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Vide acima.			

Quadro A.10.4.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio			81088
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório nº: 201203296	13.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio		81088
Descrição da Recomendação		
Recomendação 1: Recomendamos a SRI monitorar o cumprimento da Comunicação via e-mail nº 261/2012/SRI por parte dos adidos agrícolas no que tange à excepcionalidade da utilização do cartão de pagamento na modalidade saque, conforme Instrução Normativa N.º 27, de 7/6/2011e ainda, respeitando o limite de 30% para saque permitido e estabelecido pelo Decreto n.º 6.370/2008, em 2011.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio		81088
Justificativa para o seu não Cumprimento		
A SRI entende que a excepcionalidade da utilização do cartão de pagamento na modalidade saque está amparada pela art. 45, § 6º, inciso I, do Decreto 93.872 de 23/12/1986.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Os adidos agrícolas têm no Cartão de Pagamento do Governo Federal, o único instrumento para manutenção dos postos no exterior, pois não é possível neste momento a criação de UG no exterior para gerir as despesas de manutenção dos postos por questões de entraves operacionais e econômicos.		
Os adidos estão distribuídos em oito países diferentes e cada um tem suas peculiaridades próprias que dificultam padronização de procedimentos operacionais. Alguns alegam que o Cartão Corporativo não é aceito em todos os estabelecimentos comerciais, e que as compras realizadas são pagas em espécie no ato de entrega dos produtos. Além disso, as despesas de maior vulto são referentes a serviços prestados, portanto, não sendo possível pagamento via cartão na modalidade CRÉDITO, na maior parte das vezes.		
Quanto ao limite de 30% para saque permitido esse limite não chegou nem perto de ser atingido.		
Além disso, a SRI entende que a excepcionalidade da utilização do cartão de pagamento na modalidade saque está amparada pela art. 45, § 6º, inciso I, do Decreto 93.872 de 23/12/1986.		
Mesmo com as limitações expostas acima, a SRI encaminhou a Comunicação nº 261/2012/SRI de 19/09/2012, recomendado aos adidos que especialmente nas compras, procurem usar o cartão na modalidade CRÉDITO, desde que aceito nos estabelecimentos comerciais, utilizando a modalidade SAQUE para pagamento de prestação de serviços.		

Quadro A.10.4.5 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.5	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 2.1 Item “b” Adotar imediatas providências com vistas à deflagração de novo certame para contratação dos serviços de seguro saúde para adidos agrícolas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG			2121
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em atenção à recomendação acima, temos a informar que o contrato mantido para os serviços de seguro saúde dos adidos agrícolas foi encerrado e não será deflagrado novo certame visto que a Subsecretaria de Planejamento,			

Orçamento e Administração – SPOA está providenciando um novo modelo para atender ao Decreto que determina os benefícios aos adidos agrícolas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há conteúdo a ser declarado.

Quadro A.10.4.6 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório nº: 201203296	2.1.1.1 Subitem: 6.1.7	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 1.1 Item “a” Apurar as responsabilidades individuais pelas irregularidades, bem como quantificação do dano e ressarcimento ao erário referente à terceirização irregular no valor de R\$ 3.353.302,80.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares - CGPAD			81025
Justificativa para o seu não Cumprimento			
É referente ao processo de contratação de serviço de Secretariado e Contínuo, mas não houve solicitação, por parte da CGU (Aviso Ministerial), de instauração de procedimento disciplinar quanto ao assunto em tela.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há o que pronunciar, já que não houve solicitação quanto a este item.			

Quadro A.10.4.7 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório nº: 201203296	21.1.1.2	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Instaure, conforme indicado no item 1.1.1.4 deste relatório, procedimento administrativo para apurar responsabilidades dos servidores que deram causa à definição para adquirir quantidade excessiva de bens; haja vista, que à época da auditoria, existiam em encaixotados em depósito 96 equipamentos adquiridos a mais de um ano, sob risco de furto e obsolescência, podendo ensejar a redução da vida útil e do valor do bem, inclusive devido ao aparecimento de modelo tecnologicamente superior.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	2118
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Não há que se falar em aquisição excessiva de equipamentos, já que a CGTI adquiriu conforme a demanda, informando ainda à área responsável pelo recebimento e armazenamento dos equipamentos dos materiais permanentes a quantidade e a localização de entrega dos equipamentos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Visando instruir o processo 21000.009543/2010-42 de toda documentação relacionada ao Pregão 75/2010, já que o mesmo contém de forma muito simplificada a documentação necessária para esclarecer às recomendações do relatório da CGU, e com o objetivo de demonstrar que não houve aquisição excessiva de equipamentos, foi solicitada a inclusão no processo da documentação comprobatória por meio do MEMORANDO/COINT/ CGTI/SPOA/SE/MAPA N° 105/2012, de 17 de outubro de 2012.	

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função*	Final do Exercício Financeiro *
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	-	-
	Entregaram a DBR	1	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	858	-	-
	Entregaram a DBR	800	-	-
	Não cumpriram a obrigação	58	-	-

Fonte: Sistema SRH/DICAD - Posição em 31.12.2012

*A grande maioria dos servidores autorizaram o acesso à declaração, não havendo necessidade de novo encaminhamento quando da perda/saída do cargo ou função.

1.1.1.1 Análise Crítica

Para gerenciamento o Mapa desenvolveu o sistema NOVO SRH, no qual a DICAD cadastra e gera relatórios gerenciais. A CGAP convoca os servidores constantemente através de Comunicação Interna, Intercon, e-mails, e ainda convoca os inadimplentes através de avisos no contracheque.

A forma de recebimento das DBR é sempre em papel, ou seja, a Declaração do IR ou a Autorização de Acesso. A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção da DBR é a Divisão de Cadastro - DICAD/COPES/CGAP.

Não são realizadas análises das DBR, entregues ao MAPA, a fim de identificar eventuais incompatibilidade de patrimônio com a renumeração recebida, até porque mais de 90% dos servidores entregaram a Autorização de Acesso ao IR. A forma de guarda da DBR é na pasta funcional do Servidor e cópia em arquivo próprio em ordem alfabética.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

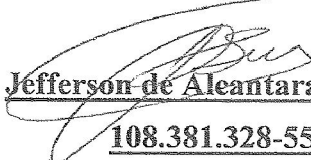
10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Jefferson de Alcantara e Silva**, CPF nº108.381.328-55, **Coordenador Geral de Prestação de Contas**, exercido na **Secretaria Executiva** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 06 de março de 2013.


Jefferson de Alcantara e Silva
108.381.328-55

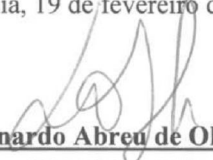
Coordenador Geral de Prestação de Contas/Secretaria Executiva

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Leonardo Abreu de Oliveira**, CPF nº 701.781.781-87, **Coordenador de Apoio Operacional**, exercido na **Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.


Leonardo Abreu de Oliveira
701.781.781-87
Coordenador/SDC

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **RONIL CARLOS DA SILVA**, CPF nº 059.876.951-04, **Coordenador de Apoio Operacional**, exercido na **Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de fevereiro de 2013.

Ronil Carlos da Silva

059.876.951-04

Coordenador de Apoio Operacional - SPAE

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A setorial de contabilidade mantém contato permanente junto a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG a qual nos apresentou cópia do Termo de Referência referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Com isso, acompanhou de forma pontual essa implantação no decorrer do exercício. Diante do exposto, esclarece:

- a) A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;
- b) Apesar dos esforços das autoridades, conforme acima descrito, até o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- c) Não foi adotada metodologia para estimar a vida útil econômica do ativo, haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;
- d) Não foi adotada metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
- e) Os cálculos não estão sendo realizados;
- f) Não foi adotada metodologia para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
- g) Não há impactos a informar, haja vista não utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
GABINETE DO MINISTRO/MAPA	130001
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF	130101
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA – SPAE/MAPA	280106
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA/MAPA	420012
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação	

orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRO/SPOA		130005	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) 002 FALTA REG. CONT. DEB-CRED LANCADOS PELO BANCO b) 004 FALTA E/ OU ATRASO DE REMESSA RMA c) 006 FALTA DE ATUALIZ. MONET. DE ATIVOS CIRCULANTES d) 101 FALTA E/ OU ATRASO DE REMESSA DO RMB e) 104 SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMANENTE. f) 158 DEMAIS IMPROPRIEDADES REGISTRO DE CONTRATOS g) 170 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXTIRADA h) 185 TRANSF. VOLUNT. S/ COMPROV. E NÃO ENV. P/ INADIMP Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA / MAPA		130007	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: i) 006 FALTA DE ATUALIZ. MONET. DE ATIVOS CIRCULANTES Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERN. DO AGRONEGOCIO		130020	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: j) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM, FUNDO Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SECRETARIA DE DESENV. AGROPECUARIA E COOPERAT.			420013
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: k) 008 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULAN l) 169 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA m) 170 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

INFORMAÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA

A Secretaria de Política Agrícola - SPA é uma Unidade Jurisdicionada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e funciona essencialmente como núcleo estratégico na execução da política agrícola brasileira formulando e orientando políticas públicas para o setor rural. Assumindo essa missão, a SPA assessora o Ministro e outros órgãos do Governo no que concerne à política agrícola.

A Secretaria conta, em sua estrutura, com um Departamento de Economia Agrícola - DEAGRI, cuja principal atribuição é de subsidiar a formulação de políticas e diretrizes para o setor e acompanhar a implementação das ações governamentais relacionadas à produção agropecuária; com um Departamento de Gestão de Risco Rural - DEGER, responsável por desenvolver estudos para a formulação e implementação das políticas de gerenciamento do risco do setor agropecuário e o desenvolvimento do seguro rural no País; e com um Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário - DEAGRO, Unidade que, dentre outras atribuições, coordena a implementação da ação governamental para o abastecimento alimentar e dos demais produtos agropecuários, a distribuição, o suprimento e a comercialização de produtos agropecuários, e o incentivo à comercialização de produtos das cadeias produtivas da agricultura e da pecuária. Cabe, ainda, ao DEAGRO criar instrumentos para promover a utilização eficiente dos meios logísticos de escoamento da produção agropecuária.

Compete ainda à SPA participar, em articulação com os demais órgãos do Ministério, de discussões sobre os temas que abrangem produtos do setor agropecuário e seus insumos. A SPA representa o Mapa em discussões sobre política agrícola no âmbito da Organização Mundial para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias (REDPA), ligada ao Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), entre outros fóruns internacionais de discussão de políticas agrícolas.

O Brasil é membro observador da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, como tal, acompanha e participa dos debates acerca dos grandes temas de política agrícola, desfrutando atualmente o status de “país de relacionamento aprofundado”.

As reuniões promovidas pela Organização baseiam-se em documentos elaborados pelos representantes dos países participantes ou pelo Secretariado da OCDE e representam uma oportunidade para que as partes interessadas possam conhecer detalhadamente as políticas implementadas por países de expressão no cenário econômico internacional, bem como debatê-las.

Os estudos e relatórios gerados pelo Comitê de Agricultura constituem marco de referência para as demais organizações internacionais e governos nacionais, e influem na formação da opinião internacional, podendo, ainda, se constituir em vantagens ou constrangimentos em outros espaços da participação brasileira como, por exemplo, nas negociações junto à OMC.

Em 2012 a SPA participou das reuniões do Comitê de Agricultura e do Fórum Mundial Agrícola da OCDE, em cuja oportunidade foram realizadas apresentações sobre a política agrícola brasileira e

seus instrumentos, com ênfase para as decisões contidas no Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013. A SPA cooperou com essa organização na elaboração de informe sobre a agricultura brasileira. A SPA participou também de reuniões referentes ao Grupo de Agricultura do G20, contribuindo para o posicionamento brasileiro nesse fórum com vistas à elaboração de relatório dos Secretários de Agricultura, sobre segurança alimentar, à cúpula desse fórum.

O Conselho Agropecuário do Sul - CAS foi criado pelos Ministros da Agricultura dos Países do MERCOSUL, mais Chile e Bolívia, para possibilitar a ação conjunta dos Ministros desses países em suas áreas de atuação. Para facilitar essa integração e dar suporte aos Ministros, foi criada a Rede de Condução de Políticas Agropecuárias - REDPA, compostas por representantes da área de política agrícola dos países integrantes reunidos em vários grupos.

Em 2012 a SPA participou dos seguintes eventos:

- a) XXIX Reunião Técnica Ordinária da Rede de Cooperação para Análise das Políticas Agropecuárias – REDPA onde foi feito informe das atividades realizadas pela REDPA e seus Grupos de trabalho durante o exercício de 2011/2012 e a revisão das mesmas, realizada em Buenos Aires. Além disso ocorreu a XX Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul – CAS e a XXII Conferência Regional para América Latina e Caribe;
- b) XXX Reunião Técnica Ordinária da REDPA quando foi realizado informe com relação ao projeto BPR a ser entregue aos ministros na reunião do CAS;
- c) XXII Conferência Regional para América Latina e Caribe, realizada em Santa Cruz de La Sierra quando foram apresentados os resultados 1) “Diálogo ministerial sobre as prioridades das políticas agrícolas dos países”. Evolução das conversas do G20 (Argentina) e propostas para a Conferência Rio+20 (Brasil). Foi transferida a Presidência pro tempore do CAS para a Argentina e conseqüentemente também da REDPA;
- d) XXXI Reunião Técnica Ordinária da REDPA para preparar a agenda da XXIV Reunião do CAS, bem como os temas a serem tratados pelos Ministros, quando foi acordada a seguinte agenda:
 - 1. Intercâmbio de experiências em políticas agropecuárias;
 - 2. Políticas em biotecnologia;
 - 3. G-CARD;
 - 4. Relação China-CAS.
- e) XXXIII Reunião Técnica Ordinária da Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias – REDPA e Coordenadores dos Grupos Técnicos, realizada em Buenos Aires – Argentina, quando os Grupos de trabalho relataram suas atividades e ficaram de preparar propostas de trabalho. Sobre o projeto BIO foi acertado que será feita avaliação para finalizar o Projeto.
- f) XXIV Reunião Ordinária do CAS, em Punta del Este – Uruguai, quando foram discutidos os seguintes temas: a) Políticas da Agricultura Familiar; b) Apoio Estatal para a comercialização de produtos da agricultura familiar; c) Seguros agropecuários e d) Gestão da água.

A participação do Brasil no Comitê Consultivo Internacional do Algodão - ICAC se reveste de fundamental importância para as negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC e também privadas principalmente no que tange a difusão e divulgação da qualidade do algodão brasileiro entre os principais importadores. Três resultados são notáveis nesta participação:

a) na sua trajetória para tornar-se um grande exportador de algodão, o Brasil em 2012 obtém um novo recorde nas suas exportações, tornando-se o terceiro mais importante ofertante mundial: um milhão de t. exportadas, com receita cambial superando US\$ 2 bilhões.

b) o País é hoje um fornecedor confiável para países como China e Coréia do Sul e o algodão brasileiro que antes era cotado com deságio sobre os preços de Nova York, hoje tem ágio nas cotações

c) o painel ganho pelo Brasil no âmbito da OMC contra o subsídio americano ao setor, além de todo ineditismo, se tornou uma pressão de fato para que aquele mude sua política por meio da nova Lei Agrícola a ser votada no Congresso dos EUA. Por outro lado, enquanto tal mudança não se realiza, o Governo Americano já pagou ao Instituto Brasileiro do Algodão, um montante próximo a R\$ 600 milhões, a título de indenização pelos prejuízos causados pelos subsídios, o que tem permitido ao setor se estruturar para sua organização nacional e regional.

Em junho de 2011 os Ministros de Agricultura dos países do G20, inclusive do Brasil, aprovaram um abrangente plano de ação sobre volatilidade de preços e agricultura. Uma de suas principais decisões foi a de instituir o Sistema Internacional de Informações de Mercado Agrícola, denominado AMIS, que contempla a criação de um Grupo de Informação de Mercado Agrícola, um Fórum de Resposta Rápida, de coordenação de políticas em resposta a crises agrícolas, bem como um secretariado em apoio a essas iniciativas, a ser sediado na FAO.

Em 2012 a SPA participou de reunião do Grupo de Informação de Mercado Agrícola, tendo realizado apresentação sobre a evolução do mercado brasileiro das commodities afetas ao Grupo (arroz, milho, soja e trigo). A SPA procedeu, no âmbito desse mesmo Grupo, ao envio sistemático de informações e relatórios sobre os referidos produtos.

A Secretaria elabora, anualmente, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP, que é um instrumento contendo as diretrizes e ações da política agropecuária para o período de julho a junho do ano subsequente.

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 se destaca pela orientação estratégica de regionalização da política agrícola, como forma de melhor responder aos desafios específicos das realidades locais da atividade agropecuária, e pela redução das taxas de juros destinadas ao crédito rural, de 6,75%, para 5,5% ao ano, assim como pelo fortalecimento do Programa de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp) e do Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC).

O médio produtor rural passa a contar com melhores condições de financiamento, dentre as quais se destacam a redução da taxa de juros e a elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento no Programa. E o programa ABC, criado como parte do esforço do Governo de estímulo à implantação e ao desenvolvimento de sistemas produtivos agrícolas ambientalmente sustentáveis, também teve sua taxa de juro reduzida para 5%. Esse programa se destaca pelo objetivo de estimular a recuperação de áreas e pastagens degradadas, o plantio direto na palha, o plantio de florestas comerciais e o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta.

Para a safra 2012-2013, que se iniciou em julho de 2012, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) contempla uma disponibilidade de R\$ 115,2 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, sendo R\$ 86,9 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 28,3 bilhões para investimentos, com destaque para os programas ABC (R\$ 3,4 bilhões), Procap-Agro (R\$ 3,0 bilhões), Pronamp (R\$ 4 bilhões) e Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK) no valor de R\$ 6,0 bilhões.(Quadro 12)

Tabela 2 - Financiamento Rural - Programação de Recursos			
Safras 2011/2012 e 2012/2013 (R\$ bilhões)			
Fonte de Recursos ou Programas	2011/2012 Programação Jul a Dez 2011 (a)	2012/2013 Programação Jul a Dez 2012 (b)	Comparação Var (%) (a/b)
1. Custeio e Comercialização	80,2	87	8,5
1.1.Juros Controlados	64,1	70,6	10,1
1.2.Juros Livres	16,1	16,4	1,9
2. Investimento	27	28,3	4,8
2.1.Programas do BNDES	10,5	10	-4,8
2.2.Demais Fontes/Programas	10	7,9	-21,0
2.3.Linhas Especiais e Juros Controlados	6,5	10,4	60,0
3.AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2)	107,2	115,3	7,6
4.Agricultura Familiar (Pronaf)	16	18	12,5
5.AGRICULTURA TOTAL (3+4)	123,2	133,3	8,2

Objetivos do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012:

- a) colher 170 milhões de toneladas de grãos, fibras e oleaginosas;
- b) garantir a segurança alimentar;
- c) estabelecer e implementar políticas agrícolas regionalizadas, com foco nas realidades locais, priorizando investimentos em armazenagem, irrigação, correção, recuperação e conservação de solo, máquinas e equipamentos agrícolas, contribuindo para aumentar a capacidade produtiva e a competitividade do produtor rural;
- d) garantir volume adequado de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sobretudo a taxas de juros controladas;
- e) garantir níveis adequados de apoio à comercialização da produção agropecuária;
- f) melhorar as condições de acesso aos recursos de financiamento no âmbito do crédito rural oficial, mediante aumento do limite de financiamento e redução dos custos financeiros para o produtor, elevando a sua liquidez;
- g) ampliar a cobertura do seguro rural e do Proagro;
- h) assegurar a continuidade do apoio ao médio produtor rural;
- i) incentivar as boas práticas agrícolas e pecuárias;
- j) fortalecer as cooperativas do setor agropecuário;
- k) incentivar a agricultura de baixo carbono, reforçando o apoio às práticas agrônômicas que assegurem a mitigação dos gases causadores de efeito estufa;
- l) fortalecer a produção de biocombustíveis.

Aplicação e Resultados do Plano Agrícola e Pecuário - Políticas de Crédito Rural

A SPA mantém intercâmbio sistemático de informações com representantes das principais instituições financeiras que participam do SNCR, bem como com órgãos públicos envolvidos com o tema, a fim de acompanhar periodicamente a evolução da aplicação de recursos do crédito rural no agronegócio. Para tanto, realiza reuniões mensais com estes agentes, colhendo dados relativos às modalidades de custeio, comercialização e investimento, que são posteriormente reunidos, consolidados, analisados e divulgados. Esta ação envolve os técnicos da Coordenação-Geral de Análises Econômicas - CGAEC, do Departamento de Economia Agrícola – DEAGRI.

Também constitui atribuição do Departamento a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário – PAP, documento norteador das políticas públicas voltadas ao setor rural. O Plano é divulgado anualmente, com vigência de julho do ano corrente a junho do ano seguinte.

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 aumentou a oferta de recursos por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e reduziu em 18,5% os encargos financeiros de suas linhas de crédito para custeio, comercialização e investimento mantendo, assim, níveis elevados de apoio creditício em consonância com a redução da taxa básica de juros da economia.

O Plano também buscou melhorar as condições de financiamento do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), dentre as quais se destacam redução da taxa de juros e elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento no Programa.

Crédito de custeio e comercialização

Para o ano safra 2012/2013, a oferta de recursos para custeio e comercialização com taxas de juros controladas foi ampliada em 10,0%, passando de R\$ 64,1 bilhões para R\$ 70,6 bilhões. As taxas de juros tiveram uma redução passando de 6,75% a.a. para 5,5% a.a. para a maior parte das linhas de crédito destinadas à agricultura empresarial. O montante destinado ao custeio e comercialização da safra totalizou R\$ 87,0 bilhões (Quadro 1).

Crédito de investimento

Do orçamento de R\$ 28,3 bilhões previstos para a modalidade investimento é importante salientar a programação feita para os programas financiados com recursos do BNDES e administrados pelo MAPA, que totalizou R\$ 10,0 bilhões.

Dentre as linhas especiais a juros controlados financiadas pelo BNDES destaca-se o Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK), que teve uma programação de aplicação na safra no valor de R\$ 6,0 bilhões.

Criado em junho de 2009 para combater os efeitos da crise financeira internacional, o PSI-BK permite a compra de máquinas agrícolas com juros mais baixos (2,5% a.a nos meses de novembro e dezembro de 2012, e 3,0% a.a a partir de janeiro de 2013) e prazos mais longos (até 10 anos).

Desempenho do crédito rural no primeiro semestre da safra 2012/2013

Dados relativos à aplicação de recursos do crédito rural, entre os meses de julho a dezembro de 2012, mostram que foram investidos R\$ 59,9 bilhões na agricultura empresarial, representando uma expansão de 14,5% em comparação a igual período do ano anterior.

O volume de recursos aplicados em custeio e comercialização foi de R\$ 46,3 bilhões, valor 13,6% maior que o mesmo período da safra anterior. A aplicação em investimento somou R\$ 13,6 bilhões, sendo R\$ 2,8 bilhões destinados aos programas do BNDES, R\$ 4,7 bilhões ao PSI-BK e R\$ 6,1 bilhões aos demais programas de investimento. (Quadro 13).

Tabela 3 - Financiamento Rural - Aplicação de Recursos			
Safras 2011/2012 e 2012/2013 (R\$ milhões)			
Fonte de Recursos ou Programas	2011/2012 Aplicação Jul a Dez 2011 (a)	2012/2013 Aplicação Jul a Dez 2012 (b)	Comparação Var (%) (a/b)
1. Custeio e Comercialização	40,7	46,3	13,8
1.1.Juros Controlados	34,2	38	11,1
1.2.Juros Livres	6,5	8,2	26,2
2.Investimento	11,6	13,6	17,2
2.1.Programas do BNDES	2,6	2,8	7,7
2.2.Demais Fontes/Programas	5,6	6,1	8,9
2.3.Linhas Especiais e Juros Controlados	3,3	4,7	42,4
3.AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2)	52,3	59,9	14,5
4.Agricultura Familiar (Pronaf)	7,4	9,7	31,1
5.AGRICULTURA TOTAL (3+4)	59,7	69,6	16,6

Apoio à Comercialização

Quanto ao apoio à comercialização a SPA segue trazendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. O orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC) para aquisições, despesas e equalização de preços agrícolas para o ano de 2012 foi de R\$ 3,4 bilhões. Desse total, R\$ 2,3 bilhões estavam destinados para Aquisição do Governo Federal (AGF), inclusive oferta de contratos de opção e R\$ 1,1 bilhões para equalização de preços agrícolas. A receita com a venda dos estoques públicos atingiu R\$ 766,04 milhões. Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2012, a comercialização de 2.105,92 mil t de grãos, fibras e outros (arroz, feijão, milho, sisal e trigo), num total de R\$ 483,75 milhões de recursos aplicados.

Buscando o fortalecimento de sistemas produtivos da sociobiodiversidade, alguns produtos já haviam sido incluídos na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, entre eles a amêndoa de babaçu, borracha natural extrativista, carnaúba (cera e pó cerífero), castanha-do-brasil, fibra de piaçava, fruto do açaí, fruto do baru, fruto da mangaba, fruto do pequi, e fruto do umbu.

Em 2012, foram executados R\$ 4,3 milhões em subvenções da PGPM Bio para amêndoa de babaçu, borracha natural extrativista, fibra de piaçava e Açaí, beneficiando o total de 9.281 famílias nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Rondônia. É fundamental destacar que as comunidades beneficiadas encontram-se, em sua maioria, em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, portanto, os impactos das ações implementadas são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos aplicados. Desde o início do programa, em 2009, já foram realizadas 34.907 operações totalizando R\$ 10 milhões de apoio a comercialização dos produtos da biodiversidade.

A SPA desenvolve atividades de apoio à comercialização, cujas operações são operacionalizadas pela Conab, e atividades de programação de recursos de crédito rural para custeio e investimento no agronegócio.

A seguir estão descritos os principais resultados alcançados pelas políticas orientadas por esta Secretaria.

Instrumentos de apoio à comercialização

Aquisição do Governo Federal (AGF)

Instrumento de aquisição de produto agrícola pelo Preço Mínimo de Garantia do Governo Federal. Para se beneficiar deste instrumento, o produtor deverá depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado pela Conab. O produto deve estar limpo, seco e classificado. A operação é feita por intermédio da própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2012 foram adquiridas 577,0 mil toneladas, sendo 308,6 mil toneladas de AGF e 268,4 de Contrato de Opção de produtos agrícolas. As operações de AGF totalizaram de R\$ 181,18 milhões, sendo aplicados na compra de trigo (R\$ 170,21 milhões), de sacaria (R\$ 11,10) e de arroz (R\$ 0,15 milhões).

Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP)

Visa garantir ao produtor o Preço Mínimo, sem que o Governo tenha a necessidade de adquirir o produto por AGF. Além disso, com esse mecanismo, o Governo pode conduzir uma política de complemento do abastecimento para regiões com déficit nesta área e melhorar a distribuição espacial dos produtos agrícolas, sem a necessidade de comprá-los. Em 2012 foram escoados 1.679,58 mil toneladas com operações de PEP assim distribuídas: 1.594,04 mil t de trigo, 7,18 mil t de sisal, 78,03 de uva e 0,34 mil t de laranja. O Governo desembolsou nessas operações o total de R\$ 181,82 milhões sendo R\$ 158,29 milhões com trigo, R\$ 0,67 milhões com sisal, R\$ 20,62 milhões com uva e R\$ 2,23 milhões com laranja.

Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas

O instrumento visa sinalizar o preço futuro de mercado para os produtores, e representa uma garantia de preço. O Contrato de Opção Pública funciona como um seguro ao produtor contra a queda de preços e permite ao Governo indicar ao mercado a expectativa de preços do Governo, com o objetivo de estabilizar a renda do produtor e os preços ao consumidor. Em 2012 foram negociadas 5,08 mil t de milho no valor de R\$ 1,39 milhões.

Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PROP)

Mecanismo idêntico ao Contrato de Opção de Venda do Governo. A diferença é o lançamento do prêmio por empresas privadas, interessadas em comprar o produto. O governo garante a operação dentro de determinados limites. Em 2012 não houve operações nesta modalidade.

Prêmio de Opção de Venda Privado de Produtos Agrícolas (PEPRO)

O Mecanismo oferece ao produtor rural e/ou sua cooperativa a possibilidade de vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do prêmio equalizado arrematado em leilão. Em 2012 foram comercializadas 112,45 mil toneladas, sendo 25,73 mil toneladas de laranja e 86,72 mil toneladas de trigo com gastos para o Governo de R\$ 119,49 milhões, dos quais R\$ 115,16 milhões para a laranja e R\$ 4,33 milhões para o trigo.

Valor de Escoamento de Produto (VEP)

O Valor de Escoamento de Produto (VEP) tem o mesmo objetivo do PEP no que se refere ao abastecimento, mas é executado com estoques do governo. Em 2012, foram comercializadas 235,80 milhões toneladas de milho com gastos de R\$ 77,84 milhões.

Linha Especial de Crédito de Comercialização

Instrumento de apoio à comercialização dos produtos amparados pela PGPM a critério dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda. Visa aumentar a liquidez na comercialização, em complemento ao tradicional EGF. A vantagem dessa linha de crédito é a maior flexibilidade operacional do financiamento a preços acima do Preço Mínimo de Garantia, que é base do EGF. Dessa forma, o tomador pode levantar um volume maior de recursos para compra e estocagem do produto.

Venda do Estoque Público

É feita por meio de leilões operados pela Conab, para regular o abastecimento e o preço dos produtos agrícolas no mercado. Em 2012 foram vendidas 1.279,20 mil toneladas dos estoques remanescentes de safras passadas, cuja receita foi da ordem de R\$ 688,20 milhões.

Tabela 4 - Apoio à Comercialização – 2012 (Valor em R\$ milhões, peso em mil toneladas)

Produto	Aquisição (AGF) + (Contrato Opção)		Opção Pública		PEP		PEPRO		TOTAL GERAL	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
ARROZ	161,00	268,70							161,0	268,7
LARANJA					2,23	0,34	115,16	25,73	117,39	26,07
MILHO			1,39	5,08					1,39	5,08
SACARIA	11,00	11,20							11,00	11,2
SISAL					0,67	7,18			0,67	7,18
TRIGO	170,21	297,40			158,29	1.594,04	4,33	86,72	332,83	1.978,16
UVA HIBRI/AMER.					20,62	78,03			20,62	78,03
TOTAL	342,21	577,30	1,39	5,08	181,82	1.679,59	119,49	112,45	644,91	2.374,42

Fonte: MAPA/SPA/DEAGRO/CSAC

Em relação ao objetivo 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária, a SPA foi responsável pela execução de três ações: Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, Zonemaneto Agrícola e Julgamento de Recursos em Processos de Sinistro.

Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823, de 2003)

Tabela 5 - Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação	
Proposta da SPA	R\$ 189.466.774,00
LOA	R\$ 174.044.174,00
Crédito Suplementar	R\$ 100.000.000,00
Crédito Extraordinário	R\$ 55.000.000,00
Limite SIOR	R\$ 329.044.174,00
Descentralizado para SPA	R\$ 329.044.174,00

Esta Ação tem por objetivo viabilizar o acesso do produtor rural ao benefício concedido pelo Governo Federal no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, que consiste no pagamento, pelo MAPA, de parte do prêmio de seguro rural contratado pelo produtor nas modalidades agrícola, pecuária, de floresta e aquícola. Atualmente operações subvencionadas são fiscalizadas pela parceria firmada entre o MAPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e se realiza por amostragem de, no mínimo, 2% do total das apólices contratadas.

O quadro a seguir, contém os percentuais de subvenção, por modalidade de seguro e culturas beneficiárias, bem como os limites financeiros por beneficiário que vigoraram no exercício de 2012.

Tabela 6 – Percentual de Subvenção por Modalidade de Seguro e Culturas Beneficiárias

Modalidades de Seguro	Grupos de Culturas/ Atividades	Percentuais de Subvenção %	Limites em R\$
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	70	96.000,00
	Ameixa, aveia, canola, caqui, cevada, centeio, figo, kiwi, linho, maçã, nectarina, pêra, pêssego, sorgo, tritcale e uva.	60	
	Algodão, arroz, milho e soja.	50	
	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, amendoim, atemóia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cherimóia, chuchu, couve-flor, ervilha, escarola (chicória), fava, girassol, goiaba, graviola, jiló, laranja, lichia, lima, limão e demais cítricos, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pimentão, pinha, quiabo, repolho, sisal, tangerina, tomate, vagem e demais hortaliças e legumes.	40	
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, eqüinos, ovinos e suínos	30	32.000,00
Florestas	Silvicultura	30	32.000,00
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura	30	32.000,00
VALOR MÁXIMO SUBVENCIONÁVEL			192.000,00

Fonte: DEGER/SPA/MAPA

Os dados apresentados nesse quadro constam do Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR 2010/2012, divulgado pelo Decreto nº 7.059, de 29/12/2009. É importante mencionar que foram mantidos os percentuais de subvenção e os limites financeiros vigentes no ano de 2011.

Além desses percentuais de subvenção, para a safra 2012/2013 foram criados três incentivos aos produtores, os quais ampliam o percentual já concedido pelo Programa de Seguro Rural. Esses incentivos deverão vigorar até 2015:

a) **Incentivo aos produtores localizados em municípios considerados de alta prioridade** – o município para ser considerado “microrregião prioritária” deve reunir dois fatores importantes: produzir culturas que sejam de fundamental importância para a economia local, e que estejam sujeitas a maior vulnerabilidade climática, conforme os parâmetros extraídos do zoneamento agroclimático.

As culturas contempladas por esse incentivo são a soja, o milho (1ª e 2ª safra), o arroz e o feijão. Essas culturas terão o acréscimo de 10% sobre o percentual de subvenção padrão.

A lista com os municípios contemplados encontra-se na página do Mapa (www.agricultura.gov.br).

Tabela 7 – Percentuais de Subvenção para Municípios Prioritários

PERCENTUAIS DE SUBVENÇÃO PARA MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS			
Modalidade de Seguro	Atividade	Percentual de Subvenção %	Limite em R\$
Agrícola	Feijão e milho 2º safra	80	96.000,00
	Soja, milho 1º safra e arroz	60	

Fonte: DEGER/SPA/MAPA

b) **Incentivo à produção de orgânicos** - para a safra 2012/2013, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural oferece aos produtores rurais de orgânicos melhores condições para se protegerem contra os fenômenos climáticos adversos.

No caso dos produtos orgânicos devidamente certificados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Governo Federal concede um auxílio de até 20% a mais no percentual de subvenção já autorizado da cultura segurada. Neste caso, a tabela com os percentuais de subvenção fica assim:

Tabela 8 - Percentuais de Subvenção para Orgânicos

PERCENTUAIS DE SUBVENÇÃO PARA ORGÂNICOS			
Modalidades de Seguro	Grupos de culturas	Percentuais de Subvenção %	Limites em R\$
Agrícola	Feijão, milho segunda safra e trigo.	90	96.000,00
	Ameixa, aveia, canola, caqui, cevada, centeio, figo, kiwi, linho, maçã, nectarina, pêra, pêssego, sorgo, triticale e uva.	80	
	Algodão, arroz, milho e soja.	70	
	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, amendoim, atemóia, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, cherimóia, chuchu, couve-flor, ervilha, escarola (chicória), fava, girassol, goiaba, graviola, jiló, laranja, lichia, lima, limão e demais cítricos, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pepino, pimentão, pinha, quiabo, repolho, sisal, tangerina, tomate, vagem e demais hortaliças e legumes.	60	
Pecuário		50	32.000,00
De Florestas		50	32.000,00
Aquícola		50	32.000,00
VALOR MÁXIMO SUBVENCIONÁVEL			192.000,00

Fonte: DEGER/SPA/MAPA

c) **Incentivo aos produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP** – os produtores beneficiários do PRONAMP também contam com um incentivo a mais na safra 2012/2013. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural oferece ao médio produtor rural, nas lavouras de milho, arroz e feijão, 10% a mais no percentual já autorizado para essas culturas. Desta forma, nas lavouras de milho e arroz, o produtor que também for beneficiário do PRONAMP, pode receber até 60% de subvenção federal, e no caso dos produtores de feijão, esse benefício pode atingir até 80% do valor subvencionado pelo Governo Federal.

Tabela 9 - Percentuais de Subvenção para Produtores do Pronamp

PERCENTUAIS DE SUBVENÇÃO PARA PRODUTORES DO PRONAMP			
Modalidade de Seguro	Atividade	Percentual de Subvenção %	Limite em R\$
Agrícola	Feijão	80	96.000,00
	Milho e arroz	60	

Fonte: DEGER/SPA/MAPA

As ações para o aprimoramento do PSR tiveram continuidade ao longo de 2012, envolvendo órgãos federais, representações de produtores rurais e as empresas que compõem o mercado securitário.

Em 2012, foram aprovados aproximadamente R\$ 329 milhões em recursos para esta Ação, 29,8% a mais que o valor alocado em 2011. Esse valor foi integralmente disponibilizado aos produtores interessados em contratar esta modalidade de garantia, no entanto, foram utilizados R\$ 318,1 milhões, aproximadamente 97% do total disponibilizado. O valor utilizado é 25,5% maior que o total utilizado no ano de 2011.

Com o valor utilizado foi possível a contratação de 63.328 apólices de seguro, dando cobertura para 5,2 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 8,7 bilhões. Vale frisar que primeiramente foram disponibilizados R\$ 174 milhões para esta Ação, e ao fim do exercício outros dois créditos adicionais foram aprovados e empenhados, um autorizado pela Lei N° 12.752, de 19 de dezembro de 2012, que liberou o crédito suplementar no valor de R\$ 100 milhões, e o segundo

pela Medida Provisória Nº 598, de 27 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 55 milhões, ambos os créditos destinados para o pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural, o que impulsionou o número de contratações pelo PSR.

Além disso, continua em estudo pelo Ministério da Fazenda a regulamentação do Fundo de Catástrofe, de que trata a Lei Complementar Nº 137/2010. Durante 2012 foi elaborada a minuta do estatuto de funcionamento do Fundo, que vem sendo discutida por agentes do mercado de seguro rural para o acolhimento de críticas e sugestões.

Embora não tenha sido estabelecida meta física para esta Ação, já que por suas peculiaridades não existe um produto e nem uma unidade de medida, os quadros a seguir permitem demonstrar melhor a execução orçamentária e os principais resultados obtidos.

Tabela 10 - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR2012 - Subvenção por Atividade

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR 2012					
SUBVENÇÃO POR ATIVIDADE			SUBVENÇÃO POR ATIVIDADE		
Atividades	Apólices (unidade)	Área Segurada (ha)	Importância Segurada (R\$ milhões)	Prêmio do Seguro (R\$ milhões)	Subvenção (R\$ milhões)
Total Geral	63.328	5.243.617	8.782.214.953	571.375.574	318.167.937
Soja	26.718	3.002.343	3.550.711.684	226.052.051	116.265.997
Uva	9.400	44.655	664.009.719	42.820.662	25.357.891
Milho	5.401	609.469	571.391.672	85.144.866	57.911.355
Safrinha	4.863	456.279	542.412.636	42.197.118	29.187.549
Trigo	4.079	304.666	512.160.569	32.450.279	16.618.786
Milho	3.498	321.024	695.270.955	18.899.660	10.016.708
Arroz	2.018	19.807	477.183.311	59.403.487	33.593.922
Maçã	1.269	46.844	349.214.883	7.293.872	2.887.530
Café	1.111	6.172	187.194.725	15.123.604	6.021.969
Tomate	1.051	132.828	278.553.872	3.650.526	1.436.305
Cana de açúcar	762	3.848	47.457.484	3.840.510	1.517.916
Cebola	667	43.902	146.829.440	5.537.567	3.970.356
Feijão	643	2.113	43.592.116	4.878.245	2.903.811
Pêssego	390	1.013	25.549.235	3.869.655	2.307.753
Ameixa	289	1.187	18.638.963	3.872.813	2.313.281
Caqui	272	209.937	510.540.192	6.652.493	1.267.744
Florestas	135	704	15.562.892	1.144.649	454.620
Alho	131	7.288	7.530.529	695.367	412.504
Cevada	116	21.134	77.496.626	3.888.816	1.940.928
Algodão	89	350	15.661.457	561.790	166.816
Pecuária	69	4.650	3.906.678	169.343	99.122
Canola	48	152	3.849.007	473.419	282.257
Pêra	48	73	3.220.861	434.504	172.649
Goiaba	43	76	2.547.707	382.415	227.901
Nectarina	33	1.006	7.255.689	426.941	169.985
Melancia	33	234	4.578.071	267.138	106.063
Tangerina	33	63	1.169.130	104.349	40.948
Pimentão	29	61	1.307.440	125.947	74.524
Kiwi					

Batata	18	801	11.526.490	513.354	204.910
Figo	17	32	1.284.916	171.312	102.175
Atemóia	12	26	1.092.129	108.395	43.069
Laranja	7	167	609.492	23.682	9.305
Berinjela	6	13	446.900	29.666	11.722
Pepino	6	14	352.594	29.376	11.606
Repolho	6	39	472.080	24.454	9.638
Manga	4	56	723.408	68.197	27.183
Abóbora	3	38	152.160	8.934	3.502
Mandioca	3	59	132.000	6.230	2.420
Beterraba	3	11	101.880	5.147	1.987
Aveia	2	473	397.600	17.399	10.367
Melão	1	0	6.000	583	209
Alface	1	6	77.760	4.127	1.627
Cenoura	1	3	42.000	2.632	1.029

Tabela 11 - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR2012 - Subvenção por Estado

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR 2012					
SUBVENÇÃO POR ESTADO					
Estado	Apólices (unidade)	Área Segurada (ha)	Importância Segurada (R\$ milhões)	Prêmio do Seguro (R\$ milhões)	Subvenção (R\$ milhões)
Total	63.328	5.243.617	8.782.214.953	571.375.574	318.167.937
Paraná	22.666	1.746.197	2.198.688.133	165.037.359	96.147.797
Rio Grande do Sul	16.533	1.118.337	2.163.068.213	127.977.961	71.775.323
São Paulo	9.319	505.895	1.356.660.950	83.783.498	44.881.996
Santa Catarina	5.561	180.465	556.883.651	52.054.135	27.558.116
Mato Grosso do Sul	3.398	679.758	706.702.327	64.144.745	38.238.838
Minas Gerais	2.514	235.967	653.844.588	23.026.377	10.961.852
Goiás	1.981	348.113	536.959.636	23.774.566	12.221.336
Mato Grosso	590	225.382	326.822.428	13.306.549	7.440.576
Bahia	314	81.222	129.251.477	9.471.340	4.718.681
Piauí	147	48.967	53.699.843	3.963.613	1.930.182
Maranhão	76	27.172	34.987.168	2.428.416	1.203.905
Tocantins	71	22.902	29.532.772	1.519.952	665.263
Rondônia	60	6.626	6.733.036	385.180	190.790
Alagoas	57	12.494	17.897.257	152.752	59.668
Distrito Federal	21	2.829	4.313.214	210.807	108.932
Espírito Santo	9	611	4.104.783	49.456	16.967
Pernambuco	8	632	1.837.147	82.073	45.752

Rio de Janeiro	2	47	193.330	4.108	1.172
Ceará	1	0	35.000	2.689	789

Tabela 12 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Execução/Previsão (%)
Financeira	329.044.174	318.167.937	97%
Física	Não há	Não há	

*Do montante executado, R\$ 518.706.,06 referem-se ao reconhecimento de dívida, por se tratar de despesas referentes ao exercício de 2011, não inscritas em restos a pagar.

Zoneamento Agrícola

Tabela 13 – Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 13.000.000,00
LOA	R\$ 12.727.000,00
Limite SIOR	R\$ 11.115.653,65
Descentralizado para SPA	R\$ 11.115.653,65

A ação tem por objetivo elaborar os estudos de zoneamento agrícola de risco climático, que vem sendo divulgado pelo MAPA desde 1996 e constitui-se em um conjunto de indicadores tecnológicos que definem as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, por município, tipo de solo e cultivar, de maneira a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos.

As adesões ao PROAGRO e PROAGRO MAIS estão condicionadas, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional, à observância dos indicadores do zoneamento. Também o regulamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural faz a mesma exigência aos produtores para que eles tenham acesso àquele benefício.

A ampliação no número de zoneamentos executados proporciona um leque maior de culturas estudadas e com risco quantificado, o que permite ao produtor o plantio mais seguro e dentro de um calendário mais adequado à sua região, consequentemente minimizando o risco da atividade agrícola.

O contrato para execução do mencionado zoneamento, para o período 2008-2012, previa aumento no número de culturas e Unidades da Federação contempladas com este trabalho, passando de 23 culturas zoneadas em 2007 para 44 até o ano de 2012 (aumento de 91,3%). Os zoneamentos são executados sob o amparo do contrato nº 22101/056/2007 de Zoneamento Agrícola do Brasil e de Termos Aditivos, firmados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a empresa executora Agroconsult Ltda, cuja vigência estendeu-se até o ano 2012 e é decorrente do processo de licitação nº 21000.014578/2006-17, objeto da concorrência nº 1/2007.

Essa empresa especializada foi responsável pela execução, revisão anual e ajustes metodológicos dos estudos de zoneamento e mantém em seu quadro de colaboradores uma equipe multidisciplinar de cerca de 50 especialistas. A ação conta ainda com o assessoramento técnico da EMBRAPA, que é responsável pelo desenvolvimento da metodologia básica utilizada nos mencionados estudos.

Para a fiscalização, acompanhamento técnico da execução dos zoneamentos agrícolas, consolidação de informações técnicas sobre as cultivares e demais procedimentos administrativos para a publicação das portarias no DOU, essa Ação conta com 12 servidores em exercício na Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário do DEGER/SPA.

O nível de realização da ação em 2012 atingiu 100% da meta física estabelecida, oportunidade em que foram executados 384 zoneamentos previstos em contrato e publicadas 576 portarias de zoneamentos no Diário Oficial da União. Todas as portarias estão disponíveis ao público no portal do MAPA (www.agricultura.gov.br).

Foram disponibilizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 12.727.000,00 para esta Ação, tendo sido empenhados e liquidados R\$ 11.115.653,65 (87,34%).

Tabela 14 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Execução/Previsão (%)
Financeira	11.115.653,65	11.115.653,65	100%
Física	348	348	100%

Atualmente, os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 44 culturas, sendo 20 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, cevada, feijão phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, mamona, mandioca, melancia, milheto, milho, soja, sorgo, trigo e consórcio entre milho e braquiária) e 24 culturas permanentes (açaí, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, nectarina, palma forrageira, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira, sisal e uva), alcançando 24 Unidades da Federação.

Ao longo dos últimos cinco anos, foi dada prioridade na divulgação, pelo MAPA, de zoneamentos de novas culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como amendoim, canola, dendê, girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Bioenergia, assim como para culturas de interesse regional, como espécies frutíferas, pimenta-do-reino e pupunha, em atendimento a demandas originárias da agricultura familiar. O intuito da expansão dos estudos é, além de minimizar os riscos de produção, proporcionar cada vez mais opções de plantio ao produtor rural nas diversas regiões agrícolas do país.

Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros

Tabela 15 – Demonstrativo da Execução Físico-Orçamentária da Ação

Proposta da SPA	R\$ 540.000,00
LOA	R\$ 540.000,00
Limite SIOR	R\$ 539.999,97
Descentralizado para SPA	R\$ 539.999,97

Essa ação tem como objetivo dar suporte à Comissão Especial de Recursos - CER para decidir, em instância recursal administrativa única, sobre os pedidos de cobertura apresentados pelos produtores rurais e indeferidos pelos agentes financeiros, em operações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e do PROAGRO MAIS, que são administrados pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

No exercício de 2012 foram autuados 3.052 recursos, sendo que 1.064 foram julgados, representando um nível de realização de 35% sobre a autuação, ficando aquém da meta física prevista, em função das mudanças organizacionais sofridas na equipe técnica e pela carência de pessoal para a realização das análises. Cabe ressaltar, no entanto, que a equipe tem trabalhado no limite de sua capacidade, dada a estrutura atual de servidores da CER.

O monitoramento agroclimático, que garante suporte fundamental às análises da CER e ao zoneamento agrícola de risco climático, teve continuidade em 2012, com a execução do Termo de Cooperação Técnica para desenvolvimento, operacionalização e manutenção do Sistema Agritempo e implantação da Central de Informação de Risco Agrícola, Módulo Matriz de Risco e Módulo de Simulação, firmado em 20.03.12 entre o MAPA e a EMBRAPA Informática Agropecuária - CNPTIA, com destaque orçamentário para aquele Centro no valor de R\$ 539.999,97.

Esse Termo de Cooperação Técnica tem como objetivo efetuar o acompanhamento sistemático do efeito clima nas culturas agrícolas, permitindo acesso ágil e eficaz, em escala nacional, regional, estadual e municipal, aos parâmetros climáticos que influenciam o desenvolvimento e a produtividade das lavouras, tais como: precipitação pluviométrica, temperatura, déficit hídrico, ocorrências de geadas e granizos, disponibilidade de água no solo, evapotranspiração real e potencial, estiagem agrícola e veranicos.

A partir de 2009 foi iniciado o desenvolvimento de nova funcionalidade no Agritempo, o chamado módulo CIRA (Central de Informações de Risco Agrícola), cujo objetivo é a obtenção de informações sobre as operações de custeio agrícola amparadas pelo PROAGRO e registradas no Banco Central do Brasil (Sistemas RECOR e PGRO). Este sistema de monitoramento agrícola terá as seguintes características: carga das informações do zoneamento agrícola, do BACEN e do seguro rural privado, além de indicadores socioeconômicos do IBGE, geração de relatórios a partir do cruzamento dessas informações com eventos climáticos (sistema Agritempo) e verificação tempestiva das causas das comunicações de perdas. Pretende-se a ampliação das funcionalidades desse sistema, com a incorporação de dados das operações de financiamento de custeio agrícola e a incorporação de ferramentas de geoprocessamento.

Tabela 16 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Execução/Previsão (%)
Financeira	539.999,97	468.009,48	86,67%
Física	4.500	1.064	23.64%

INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

O fato de que o Brasil vem desempenhando, cada vez mais, um papel preponderante no comércio internacional de produtos do agronegócio, exige do país uma atuação mais efetiva e coordenada para defender seus interesses. Para tanto, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI tem por objetivo dotar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA de uma ferramenta institucional para a defesa e promoção do agronegócio brasileiro no mercado externo. A existência da SRI reflete o reconhecimento da importância do agronegócio para a economia nacional, no sentido de criar mecanismos para assegurar a correta e devida inserção deste setor no comércio internacional de produtos agropecuários.

A SRI funciona, essencialmente, como núcleo estratégico na coordenação, promoção e supervisão dos assuntos relacionados à política externa para o agronegócio, assim como suas implicações para a elaboração das demais políticas sob a responsabilidade do Ministério. Para tanto, assessora o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros órgãos de Governo em assuntos dessa natureza e representa os interesses do agronegócio nacional nessa área em diferentes foros internacionais.

A Secretaria tem participação em várias frentes de negociações internacionais. No âmbito da Organização Multilateral do Comércio – OMC (negociações multilaterais), a SRI atua tanto no Comitê de Agricultura como no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Nesses dois fóruns, discute-se as políticas praticadas pelos países membros da OMC, constituindo-se em um mecanismo que visa dar transparência ao que os países fazem em termos de apoio ao setor doméstico de produção. Além disso, nesses dois Comitês procede-se, ainda, à revisão e ao aprimoramento das regras e disciplinas que são aplicadas ao comércio internacional.

No plano bilateral, a Secretaria tem ação decisiva na negociação de acordos sanitários e fitossanitários com diversos parceiros comerciais, os quais permitem a abertura de mercados para a exportação de produtos nacionais, como, por exemplo, carnes e produtos derivados. A SRI tem

igual papel importante nas negociações que são conduzidas entre o MERCOSUL e diversos países e/ou blocos comerciais no sentido de criar áreas de integração comercial.

As atividades de promoção do agronegócio brasileiro no exterior têm como objetivo combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, abrangendo público multiplicador e formador de opinião, como autoridades governamentais, representantes setoriais, acadêmicos, imprensa e empresários locais. Tais ações buscam informar e esclarecer sobre os ataques internacionais sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior e a qualidade e sanidade do produto brasileiro. Além disso, divulga-se os setores do agronegócio brasileiro, assim como incentiva-se a aproximação entre empresários brasileiros e estrangeiros, visando à identificação de oportunidades de negócios e parcerias.

Ainda como parte das ações de promoção destaca-se as atividades relacionadas à organização interna para as exportações. Nesse sentido, são desenvolvidas ações com o objetivo de fomentar e acompanhar a integração contratual das cadeias produtivas para exportação, trabalhando com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Essas ações podem ser assim especificadas: a) AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação (fomento da exportação do agronegócio); b) AgroInt - Curso de Integração para Exportação (formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação); c) Passo a passo para Exportação - constituição de manual de procedimentos para exportação de produtos do agronegócio; e d) Desenvolvimento da Integração.

Atividades da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio no Exercício de 2012

Realizações na área temática de assuntos comerciais

a) Temas de âmbito multilateral:

1. Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC;

b) Temas de âmbito regional, bilateral e birregional

1. Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL;
2. Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL;
3. Acordos já firmados;
4. Acordos em Negociação;
5. Atividades referentes aos Grupos de Monitoramento de Comércio Bilateral.

c) Outros Temas:

1. Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e GECEX;
2. GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial;

Realizações na área temática de assuntos comerciais

a) Temas de âmbito multilateral:

1. Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC;

Notificações Agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC

A SRI elaborou em 2012 as notificações referentes aos compromissos assumidos na OMC para o Acordo sobre Agricultura. As notificações contemplaram informações até o ano-safra 2010/2011 de medidas de apoio interno, apoio às exportações e a barreiras tarifárias às importações.

Negociação para a entrada de novos membros na OMC

Em 2012 a SRI participou do processo negociador para a entrada de Cazaquistão e Tajiquistão na OMC. Outros países membros continuam em processo de negociação.

Contencioso entre o Brasil e a União Européia – reconsolidação das tarifas para carnes processadas de frango

Houve sinalização da Comissão Europeia de que a cota de 79 mil toneladas para carne de frango processada, incluindo marinada, poderá ser implantada a partir de janeiro de 2013.

A cota livre de tarifas foi aprovada nesta comissão e ainda deve ser aprovada pelo Parlamento Europeu, para então ser efetivada, no início do próximo ano.

Contencioso entre o Brasil e os EUA - subsídios aos produtores americanos de algodão

Em 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC deu ganho de causa ao Brasil sobre este assunto, determinado que os EUA eliminassem os programas governamentais envolvidos. Após essa decisão, os EUA solicitaram tempo para tramitar as modificações exigidas para o setor no Congresso americano.

O Brasil considerou que os EUA não havia posto em prática, de forma satisfatória, as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias. Assim sendo, em 2006, o Brasil solicitou ao OSC a abertura de um Painel de Implementação das decisões de 2005. Em 18 de dezembro de 2007, a OMC anunciou oficialmente sua decisão a favor do Brasil na disputa com os EUA sobre os subsídios pagos aos produtores de algodão e deu aos EUA seis meses para que reforme seus programas de subsídios aos produtores de algodão e comunique as mudanças à OMC.

Em agosto de 2009 foi divulgada a decisão dos árbitros que examinaram o pedido brasileiro de autorização para retaliar os Estados Unidos no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão.

Entretanto, em 2010, antes da entrada em vigor as contramedidas autorizadas, Brasil e EUA entraram em acordo. Em 2011, A SRI continuou a acompanhar o cumprimento do citado acordo, inclusive participando das reuniões de consultas para uma solução mutuamente acordada.

Neste ano, houve pressão brasileira para que os Estados Unidos removam, até o início do ano que vem, os seus subsídios ao algodão presentes na lei agrícola, que está sendo discutida no Congresso americano.

Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento – SGPC

A SRI vem acompanhando a implantação do acordo firmado em dezembro de 2010 sobre a conclusão da Rodada São Paulo, que estabelece preferências tarifárias de 20% sobre 70% das linhas tarifárias no comércio externo entre os países signatários. A SRI participou da formulação da proposta que resultou no acordo final, elaborando a lista de produtos sensíveis do Mercosul que ficou isenta do compromisso de redução tarifária.

Atualmente está em fase de internalização no Brasil a Rodada São Paulo do SGPC, que aprofundou as concessões tarifárias para o Mercosul e para um grupo de sete países: Cuba, Coreia do Sul, Egito, Índia, Indonésia, Malásia e Marrocos.

Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL

a) **Grupo Mercado Comum – GMC** - No ano de 2011, o GMC destacou o trabalho de eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), da operacionalização do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCES, e concluiu as discussões acerca do aumento de produtos abrangidos pela Decisão CMC nº 39/11 (mecanismo de elevação tarifária transitória da TEC por motivos de desequilíbrio comerciais derivados da conjuntura econômica internacional), que se tornou a Decisão nº 25/12, da continuação dos trabalhos do Programa de Consolidação da União Aduaneira, e do aumento da TEC para produtos lácteos e pêsego em calda.

Nesse aspecto, logrou êxito na prorrogação por mais um ano, até dezembro de 2014 da TEC de 28% para os lácteos e aumento definitivo de 35% para o pêsego em calda.

O GMC avaliou também o trabalho do Sub Grupo Nº 08 “Agricultura”, sob coordenação deste MAPA e aprovou resoluções oriundas das Comissões Técnicas Setoriais.

b) **Comissão de Comércio do MERCOSUL-CCM** - A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio representou o MAPA na Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, órgão assessor do Grupo Mercado Comum – GMC, responsável pelo cumprimento dos instrumentos de política comercial acordados entre os Estados Partes para o funcionamento da União Aduaneira.

No âmbito da CCM, a SRI atuou em resposta às consultas realizadas acerca de temas agrícolas, a saber: merluza, uvas e uvas passas, cítricos e abacate. Ademais, apresentou uma consulta à Argentina questionando a necessidade de teste adicional para Febre Aftosa em bovinos e bubalinos importados; as restrições não-sanitárias impostas a frutas (notadamente banana e melancia) e questões sanitárias impostas a bananas e gelatina.

Os temas continuam pendentes na agenda da CCM para 2013.

c) **Comitê Técnico nº 1- Tarifas e Nomenclatura – CT-1** - As elevações e rebaixas tarifárias que ocorrem na Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL são todas negociadas no âmbito deste Grupo.

Durante o ano de 2012, a SRI atuou ajudando o setor na elaboração e avaliação de pedidos de abertura tarifária para fins estatísticos de frutas (caquis frescos, purê de açaí, acerola, banana, goiaba e manga; polpa de pêsego, e suco de açaí, acerola, banana, goiaba e manga); e na avaliação do pedido de revisão dos itens da Nomenclatura Comum do Mercosul referentes ao algodão com o objetivo de fechar códigos desnecessários que geravam alguns desvios estatísticos.

d) **Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum** - A lista de exceção é um mecanismo que permite aos países do MERCOSUL aplicar tarifas diferenciadas da aplicada e terceiros mercados. O Brasil pode alocar até 100 produtos na Lista, que é revisada semestralmente.

O MAPA, por meio da SRI, defendeu a permanência de produtos de interesse na referida lista, a saber: alho, cogumelo, pêsego em calda, vinho, álcool combustível, ácido fosfórico, ácido sulfúrico, fosfato bicálcico e algodão.. Defendeu, também, a manutenção dos fertilizantes na lista de exceção com tarifa zero, por se tratarem de insumos agrícolas com forte impacto nos custos de produção da agricultura.

e) **Resolução GMC nº 08/08 – Redução Temporária da TEC por Motivo de Desabastecimento Temporário** - A Resolução GMC nº 08/08 concede aos membros do MERCOSUL a possibilidade de redução temporária da TEC, para quotas determinadas de produtos

específicos, nos casos de desabastecimento de algum produto do bloco, desde que devidamente justificado.

Durante o ano de 2012, a SRI atuou tecnicamente dando suporte para a renovação pelo MERCOSUL da redução temporária da TEC para a importação de 30.000t de sardinha de óleo de palmiste, caseinato de cálcio, caseinato de sódio, soro de leite em pó e lactose em pó.

f) Decisão CMC nº 39/11 – mecanismo de elevação tarifária transitória da TEC por motivos de desequilíbrio comerciais derivados da conjuntura econômica internacional - A Decisão 39/11 concede aos membros do Mercosul a possibilidade de elevar temporariamente ao nível consolidado na OMC, as tarifas de até 100 produtos nos casos em que se constate desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional.

Durante o ano de 2012, a SRI atuou tecnicamente dando suporte para a elaboração da Lista de 100 produtos brasileira e defendendo a inclusão das batatas pré-cozidas e pré-fritas na referida Lista.

g) Reunião do Diálogo Bilateral entre o MAPA/Brasil e o MAGyP/Argentina - Em 2012, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Brasil, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca – MAGyP, da Argentina, deram seguimento às discussões de temas afetos ao agronegócio dos dois países.

Foram realizadas reuniões, com a participação dos Ministros da Agricultura. Nesse âmbito, os técnicos dos dois ministérios se reuniram em mesas temáticas, quais sejam: (i) Gestão Estratégica (biotecnologia, meio ambiente, projeção e prospecção de mercados); (ii) políticas de Apoio; (iii) Assuntos Sanitários e Fitossanitários; (iv) Negociações Internacionais; e (v) Cooperação Técnica. A SRI participou da coordenação dos trabalhos pelo lado brasileiro, bem como participou das mesas temáticas.

Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL – Acordos Firmados

a) Acordos de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e Chile (ACE-35), MERCOSUL e Bolívia (ACE-36), MERCOSUL – PERU (ACE-58) e MERCOSUL – CAN (ACE-59) - São Acordos firmados entre alguns países-membros da ALADI, não exigindo a participação de todos os membros da Associação. São utilizados como uma forma de aprofundar o processo de integração regional, por meio de sua progressiva multilateralização.

No caso do acordo com o Chile e Bolívia parte substancial do comércio está totalmente desgravada. Os acordos com Peru e CAN (Equador e Colômbia) ainda estão em fase de desgravação, sendo que muitos produtos agrícolas estão excluídos e ou gozam apenas de quotas, razão pela qual, em 2012 a SRI atuou na administração e no monitoramento do comércio bilateral, com vistas ao seu aprofundamento.

Com relação ao Peru, foi apresentada lista de compensações visando a extensão para os produtos brasileiros das mesmas condições de acesso a mercado outorgadas aos EUA no acordo de livre comércio celebrado entre EUA-Peru.

b) Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e o México (ACE – 53) - Após o ex-presidente Lula e o presidente Calderon terem mandatado, em agosto de 2009, a exploração de todas as possibilidades de ampliação e aprofundamento do ACE 53, incluindo um acordo de livre comércio, durante o ano de 2010 foram realizadas diversas reuniões exploratórias nas quais as partes esclareceram e pormenorizaram diversos temas, além de elaborarem os Termos de Referência para um futuro Acordo.

Tal trabalho culminou com o lançamento oficial das negociações, em novembro de 2010, para a consecução de um Acordo Estratégico de Integração Econômica Bilateral. Cabe ressaltar que a SRI participou ativamente das reuniões exploratórias e da elaboração dos Termos de Referência, bem como realizou diversas consultas ao setor privado.

Cabe ressaltar que a SRI participou ativamente das reuniões exploratórias e da elaboração dos Termos de Referência, bem como realizou diversas consultas ao setor privado. Em 2012 não houve negociações bilaterais. Porém, o Ministério das Relações Exteriores informou que pretende retomar as negociações em 2013, depois de resolvida a questão referente às regras de origem do ACE nº 55 (setor automotivo).

c) **Acordo Mercosul/SACU (Southern African Customs Union)** - Pela Decisão CMC 36/00, de junho de 2000, o GMC foi instruído a iniciar negociações com a República da África do Sul, com vistas a um acordo para a criação de uma área de livre comércio e maior cooperação econômica e de investimentos.

Em 15/12/2000, foi assinado o Acordo Marco entre as partes, com o objetivo de fortalecer as relações existentes, promover o incremento do intercâmbio comercial e estabelecer as condições para a pretendida área de livre comércio. Posteriormente, em outubro de 2003 as negociações evoluíram para envolver a South African Customs Union (SACU), união aduaneira formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia.

A SACU pretendia ir diretamente para um acordo de livre comércio, mas aceitou iniciar com um acordo de preferências fixas. Após a XII Rodada de Negociações, que ocorreu em Buenos Aires, em 17 e 18/04/2008, as negociações foram encerradas. A lista de ofertas do Mercosul conta com 1.076 códigos NCM/SH 2007, e a oferta da SACU com 1.026 códigos, em sua nomenclatura, também em SH 2007.

Os setores contemplados pelo acordo foram: agrícola, pesqueiro, têxtil e vestuário, aparelhos de ótica, autopeças, plásticos e suas obras, químicos, siderúrgicos, eletro-eletrônicos, móveis, BIT, BK, e ferramentas, entre outros.

O Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU foi assinado pelos Estados-Partes do Mercosul durante o encontro de cúpula do bloco na Costa do Sauípe, em dezembro de 2008. Os países-membros da SACU assinaram em 3 de abril de 2009, na capital do Lesoto.

O Acordo já foi aprovado no Congresso Nacional, restando o Decreto Presidencial. Sua entrada em vigor ocorrerá após a finalização dos trâmites internos de ratificação por todas as partes signatárias. Em 2012, o Acordo Mercosul/SACU ainda não estava em vigência.

d) **Acordo MERCOSUL – Israel** - A SRI participou da negociação do acordo com Israel, que foi aprovado pelo Congresso em 2010, tornando-se o primeiro acordo de livre comércio extrarregional do MERCOSUL.

A SRI acompanhou em 2012 os temas que deverão ser tratados na Comissão Administradora do Acordo em 2013.

Assunto de interesse da SRI diz respeito à proposta brasileira do Art. 2º do Texto de Salvaguardas. Este artigo dispõe que se uma parte for aplicar uma salvaguarda global, a mesma não poderá ser aplicada a outra parte do Acordo, caso o volume de comércio não seja significativo. O objetivo da retirada desse artigo é evitar que esse texto seja solitado ao Mercosul em outras negociações de outros Acordos Comerciais.

e) **Acordo MERCOSUL – Índia** - O Acordo com a Índia entrou em vigor em junho de 2009. Em junho de 2010 foi realizada a segunda reunião administradora do acordo que tem entre outras atribuições a de buscar um aprofundamento do mesmo.

A SRI participou dessa reunião e apresentou pedido de aprofundamento do acordo com base nas consultas aos setores privados para a elaboração da proposta brasileira do setor agrícola.

Em 2011, a Índia confirmou o seu interesse de aprofundar as negociações no 1º semestre de 2012. Não houve negociação em 2012.

f) **Acordo Mercosul – Egito** - A SRI participou da negociação do acordo Mercosul-Egito assinado durante a reunião de Cúpula realizada em San Juan, Argentina, nos dias 2 e 3 de agosto deste ano de 2010.

O acordo isentará de cobrança de tarifas alfandegárias sobre 95% das exportações brasileiras àquele país, que alcançaram US\$1,4 bilhão, em 2009; e 99% das vendas do Egito ao Mercosul, que atingiram US\$100 milhões, no mesmo ano.

A isenção das tarifas seguirá um cronograma que começará imediatamente após a ratificação do mesmo pelos parlamentos dos países envolvidos, estendendo-se em até dez anos dependendo do produto. Em 2012, o Acordo Mercosul-Egito ainda não estava em vigência.

g) **Acordo Mercosul – Palestina** - Em 20.12.2011, na cidade de Montevidéu, durante encontro de Cúpula do Mercosul, foi assinado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Palestina, baseado no Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o bloco e a Autoridade Nacional Palestina, de dezembro de 2010.

O Acordo reafirma o interesse dos países-membros do Mercosul em ampliar entendimentos com parceiros no Oriente Médio e no mundo árabe. As negociações foram baseadas em um Comitê formado em outubro de 2011, que se reuniu pela primeira vez em Ramalá.

O ALC deverá seguir os trâmites internos de cada país até a sua adequada vigência. Em 2012, o Acordo ainda não estava em vigência.

h) **Adesão da Venezuela ao MERCOSUL** - Em 31 de julho de 2012, a Venezuela tornou-se membro pleno do Mercosul. Com essa adesão, além de ter que incorporar as normativas comuns do Bloco, deverá, num determinado período de tempo, adotar a Tarifa Externa Comum (TEC), a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e um cronograma de desgravação tarifária entre os parceiros dessa União Aduaneira.

O livre comércio na região, denominado liberalização, tem a previsão de ocorrer a partir de janeiro de 2013. A SRI por meio do DAC acompanhou em 2012 as negociações do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 69, Brasil e Venezuela poderão incrementar seu comércio bilateral. Ressalta-se este acordo está na dependência da aprovação pelos Congressos brasileiro e venezuelano para que possa entrar em vigor.

É importante salientar que a Venezuela firmou em separado, Acordos de Cooperação Econômica (ACE) com o Brasil, Argentina e Uruguai, foram depositados na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e está previsto a redução a zero das tarifas no comércio entre a Venezuela e os sócios do MERCOSUL.

Em relação ao ACE com o Brasil está previsto tarifa zero exceto para todos os produtos venezuelanos, exceto de itens de produtos automotivos. Por sua vez, a Venezuela garantirá tarifa zero aos produtos brasileiros a partir de 2014, contudo do total de produtos, 777 terão redução gradual de tarifas até chegar a zero em 2018.

Com o Uruguai foi efetuado acréscimo ao acordo já assinado em 2008, sendo que também em 2008 foi assinado acordo com o Paraguai, que até o momento presente aguarda aprovação de seu Congresso.

No acordo com a Argentina, estão previstas a criação de regras à parte para automotivos e açúcar e uma lista de 610 produtos com cronograma gradual de redução tarifária até zero em 2018 para as exportações argentinas.

Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL – Acordos em Negociação

a) **Acordo MERCOSUL – União Européia** - As negociações entre o Mercosul e União Europeia sobre um acordo de livre comércio (denominado Acordo de Associação Birregional) foram lançadas em 1999, mas interrompidas em 2004.

Em 2010, as negociações foram relançadas e, desde então, foram realizadas reuniões do Comitê de Negociações Bi-Regionais (CNB), a mais recente, XXV Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE, ocorreu em Brasília, nos dias 22-26 de outubro de 2012.

As negociações têm se concentrado na elaboração do marco normativo (acesso a mercado em bens, defesa comercial, solução de controvérsias, concorrência, investimentos, serviços, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, entre outros).

Por ocasião do último CNB, vários Grupos de Trabalho reuniram-se e continuaram seus trabalhos, esclarecendo posições e apresentando novas propostas. Avanços continuaram a ser registrados em vários Grupos de Trabalho, em especial nos de Serviços e Estabelecimento; Alfândegas, Facilitação de Comércio e Assuntos Relacionados; e de Compras Governamentais.

Uma discussão construtiva sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável teve lugar no nível de Negociadores-Chefes, que levou a uma melhor compreensão das respectivas posições.

Os Negociadores-Chefe concordaram que a Reunião Ministerial Mercosul-União Europeia, a ser realizada em paralelo à Cúpula UE-CELAC, em Santiago do Chile, em janeiro de 2013, proporcionará uma oportunidade importante para orientação sobre os próximos passos das negociações.

b) **Acordo MERCOSUL – Jordânia** - Em 2010 foi retomada a negociação do acordo MERCOSUL-Jordânia com o objetivo de fechá-lo até a Cúpula do MERCOSUL em Foz do Iguaçu em dezembro de 2010, o que não foi possível devido a questões relacionadas com os requisitos específicos de origem para têxteis proposto pelos jordanianos e que não foi aceito pela Argentina. Por outro lado, a oferta da Jordânia para produtos agrícolas excluía os principais produtos exportados pelo Brasil para aquele país, como carne de aves e bovina.

Desde 2011, a referida negociação foi suspensa, sem previsão de sua retomada.

c) **Acordo Mercosul – Canadá** - Mercosul e Canadá realizaram algumas discussões exploratórias para avaliar a possibilidade de lançamento de negociações de um acordo de livre comércio. Para isso, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior (MDIC), com o objetivo de obter informações adicionais acerca do interesse do setor privado brasileiro nessa negociação, abriu consulta pública por meio da Circular Secex nº 45/12.

A SRI tem recebido e analisado as respostas da referida consulta, relacionadas com o setor agrícola.

d) **Adesão do Equador ao MERCOSUL** - Em 2012 ocorreram encontros entre Mercosul e Equador com a finalidade de analisar os estudos preliminares para a adesão dos equatorianos ao Mercosul.

O processo de incorporação passa por várias etapas, desde o exame de adequação do novo membro ao Bloco até a submissão do pedido ao Parlamento do país. A SRI tem participado das reuniões apresentando sugestões pontuais sobre o tema. Os negociadores brasileiros não estimam quanto tempo levarão as articulações para a adesão do Equador ao Mercosul.

e) **Adesão da Bolívia ao Mercosul** Após reunião da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em dezembro de 2012, em Brasília, o Ministério das Relações Exteriores informou que a Bolívia será integrada ao grupo em até quatro anos. O país será o sexto membro do bloco comercial.

Será criado um grupo de trabalho, com prazo de 180 dias para estabelecer cronogramas e tarefas relativos à adesão, que se processará em até quatro anos. Entre as atividades, está a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) e a criação do Programa de Liberalização Comercial entre a Bolívia e os demais membros do Mercosul.

O protocolo de adesão da Bolívia foi formalizado no dia 07/12/2012, que contou com a participação do presidente boliviano, Evo Morales. O documento afirma que mesmo não sendo um membro oficial do Mercosul a Bolívia integrará as delegações do grupo nas negociações com terceiros.

Atividades referentes aos Grupos de Monitoramento de Comércio Bilateral

a) **Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil – Argentina** - Dada a importância da pauta comercial com este sócio do MERCOSUL, em 2012 foram realizadas várias reuniões de monitoramento do comércio bilateral sendo que a SRI participou ou encaminhou posicionamento à maioria delas.

Os principais temas de interesse tratados foram o comércio de trigo e farinha de trigo, lácteos, registro de vacinas de febre aftosa da Argentina, exigências brasileiras para a importação de cítricos, uvas, dentre outros.

b) **Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Uruguai** - Em 2012, a SRI participou das reuniões de monitoramento do comércio com o Uruguai principalmente no que se refere a lácteos

c) **Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Paraguai** - Em 2012, não houve reuniões com o Paraguai.

Outros Temas

a) **Câmara de Comércio Exterior - CAMEX e Comitê Executivo de Gestão – GECEX** - O Comitê Executivo de Gestão - GECEX é o núcleo executivo colegiado da CAMEX, que se reúne

mensalmente para tratar das questões referentes ao comércio exterior. Trata-se de um grupo ampliado, com representantes de vários órgãos do governo.

O Conselho de Ministros da CAMEX é a instância decisória no âmbito do Poder Executivo em questões relacionadas ao comércio exterior. Além do Ministério da Agricultura, compõem a CAMEX e o GECEX, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (que a preside), das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil. A SRI, por meio do Departamento de Assuntos Comerciais, tem a função de analisar e elaborar relatórios sobre os temas a serem tratados nas reuniões e discuti-los previamente com o Ministro da Agricultura, auxiliando na preparação do posicionamento do Ministério.

Em 2012, os temas de interesse direto do MAPA tratados nessas reuniões foram: conclusão da lista de 100 produtos abrangidos Decisão CMC nº 39/11 (mecanismo de elevação tarifária transitória da TEC por motivos de desequilíbrio comerciais derivados da conjuntura econômica internacional), pedido de aumento definitivo da TEC (ou, a prorrogação) para 28% para os lácteos e de 35% para o pêssego em calda.

b) **GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial** - Em 2011, a SRI participou das reuniões técnicas que avaliaram a aplicação dos instrumentos de defesa comercial (salvaguarda, medidas compensatórias e antidumping), a serem submetidas ao GECEX e/ou CAMEX.

c) **Grupo Técnico de Contratações Públicas – GTCOP** - A SRI compõe o Grupo Técnico de Contratações Públicas – GTCOP, criado por meio da Resolução CAMEX nº 49, de 5 de julho de 2010, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da CAMEX – GECEX, com o objetivo de examinar e recomendar o posicionamento brasileiro nos processos negociadores internacionais que tratem de Contratações Públicas.

Os principais temas analisados neste ano pelo GTCOP foram: (i) Revisão do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL (Decisão CMC nº 23/2006); (ii) Protocolo de Contratações Públicas em negociação entre MERCOSUL e União Européia; e (iii) Protocolo de Contratações Públicas que será negociado entre o Brasil e a União Européia.

d) **Conselho Agropecuário do Sul – CAS** - O CAS é formado pelos Ministros da Agricultura dos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, foi criado em 2003 com o objetivo de possibilitar a ação conjunta dos Ministros em suas áreas de atuação.

Além da Secretaria Técnico- Administrativa, o CAS conta com grupos de apoio, quais sejam: (i) Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias - REDPA; (ii) Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul – PROCISUR; (iii) Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul – CVP; (iv) Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul – COSAVE. Em 2012, a SRI participou da coordenação dos trabalhos relacionados ao CAS pelo lado brasileiro.

e) **Câmaras Setoriais** - O DAC representou a SRI em várias reuniões das diversas Câmaras Setoriais, a saber: Câmara de Lácteos, Seguros do Agronegócio; Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Cadeia Produtiva da Cachaça, Cadeia Produtiva da Borracha Natural, Fruticultura; Carne Bovina; Uva e Vinho; e Cacau entre outras.

Essas participações visaram apresentar as posições do MAPA nos diferentes foros de negociação, visando dar transparência e buscar composição com o setor privado das propostas defendidas pelo MAPA em tais foros.

f) **Nova Agenda Agrícola da Rodada Doha** - A SRI tem participado das reuniões da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério de Relações Exteriores atualizando aos membros do governo brasileiro da Nova Agenda da Rodada de Doha.

Na última reunião de 2012, em 29/11 foi enfatizado de que a situação da Rodada está um pouco diferente, visto que há uma nova dinâmica de negociação. Anteriormente eram dispostos na mesa os pacotes de interesse (deal breakers), e, atualmente, apresentam - se temas que possam promover o desenrolar das negociações. Ademais, que o País tem papel central e fundamental nas negociações, em vista da expectativa dos EUA é de que o Brasil assuma papel moderador das vozes mais exaltadas, e em contrapartida, os países de menor influência vislumbram que o Brasil sensibilizará os países mais desenvolvidos sobre suas limitadas possibilidades negociadoras.

No tema Implementação de Disciplinas sobre Administração de Quotas Tarifárias, de forma sucinta o argumento é que na movimentação transfronteiriça devem haver transparência e desburocratização, além da necessidade de realização de exercício sobre o tema. Sobre o tema Facilitação de Comércio, que seja na proporção que permita um resultado satisfatório ao Brasil, incluindo os interesses dos pequenos, sem que estes sejam compulsórios (ex. capacitação técnica).

Verificou-se oportunidade de atender a todas as partes, por meio da Single Window, e que para o Brasil esta opção pode ser uma condição desejável, a qual requer mais amadurecimento.

No tocante ao documento proposto pelo G-33 (grupo de países em desenvolvimento), evidencia-se que este documento pode favorecer ao Brasil frente aos EUA e a UE, contudo ainda há necessidade de definição do conceito de pequena propriedade, seja com base em tamanho ou renda.

Realizações na área temática de assuntos sanitários e fitossanitários

Atividades Desenvolvidas no Âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC

Atividades no âmbito do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio – (Comitê SPS/OMC)

O Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) é parte integrante do Decreto nº 1355/94 que Promulga a Ata Final que incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, (sigla em inglês).

O Comitê SPS trata dos dispositivos relacionados ao Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (caracterizadas pelo controle da inocuidade dos alimentos, saúde animal e sanidade vegetal) constituídos com a devida incorporação no ordenamento jurídico dos países, uma vez que esta é a condição de acesso à OMC.

Considerando que medidas sanitárias e fitossanitárias constituem meios legítimos de preservar a saúde dos consumidores e a integridade da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais no território de um país membro, estas também podem e, frequentemente, são utilizadas como medidas de protecionismo comercial. Na esfera do Acordo, o termo “sanitária” corresponde à inocuidade dos alimentos e saúde animal, enquanto “fitossanitária” é restrita às questões de sanidade vegetal.

As atividades realizadas no âmbito do Comitê buscam preservar a legitimidade das medidas e combater ações de caráter protecionistas ou de restrições que afetem o comércio do agronegócio do Brasil com os países membros.

O Comitê reúne-se três vezes ao ano, na sede da OMC em Genebra, e oportuniza que os países utilizem os mecanismos dispostos no Acordo para tratar questões comerciais.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI participou das três reuniões ordinárias do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Comitê SPS/OMC), realizadas no ano de 2012, e contou com representantes do Ministério das Relações Exteriores. Durante essas reuniões foram tratados nas negociações multilaterais e bilaterais, os assuntos constantes da Agenda preparada pelo Secretariado do Comitê e aprovada pelos países membros, dentre eles destacam-se: i) padrões privados e certificação privada; ii) procedimentos de controle, inspeção e aprovação; iii) análise do funcionamento e da implementação do Acordo SPS; iv) cooperação, v) monitoramento de normas internacionais e vi) mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê para solução de diferenças de interesse comercial.

O tema padrões privados ganha relevância na medida em virtude de ter sido identificado que empresas que definem estes requisitos não cumprem com as diretrizes e recomendações internacionais, o que causa dificuldades ao sistema produto, sem garantias de melhoria na segurança do produto. Esta disposição pode comprometer a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

Apesar de se tratar de uma relação entre entes privados, e da discordância dos países desenvolvidos, o Brasil tem liderado a busca da conformidade com o disposto no Artigo 13, que pode responsabilizar os países membros que sejam sede das empresas que violem o acordo SPS.

O mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê é outro artifício disponível para solução de diferenças que precede o dispendioso e complexo litígio perante o órgão de solução de controvérsias da OMC. Neste sentido, é de interesse do Brasil utilizar este mecanismo e, para tanto, tem sido desenvolvida uma proposta brasileira de regulação deste dispositivo com vistas a uma utilização mais efetiva para os interesses do agronegócio.

A longa negociação prevista para este tema encontra como principal obstáculo, a resistência dos países desenvolvidos em criar mecanismos de intervenção do estado nas empresas certificadoras. A estratégia do Brasil de liderar os países em desenvolvimento à uma persistente manutenção do item na pauta, busca expor os fatores limitantes ao comércio causados pela regulamentação privada e, conseqüentemente, levar à uma adequação às regras do Acordo. O receio das certificadoras em que seja regulamentado e fiscalizado por governos têm sido observadas, o deve levar a promover a adequação das exigências com as regras internacionais e, por conseguinte, com as regulamentações oficiais. Esta adequação reduz os custos sobre a produção e a pressão de exigências sobre o produtor e a indústria. No ano de 2013, em parceria com a CNA, está projetada uma avaliação das exigências das certificadoras sobre os produtores, com o objetivo de obter informações atualizadas para nortear as negociações para o tema, a exemplo do que foi realizado em 2009..

A posição do Brasil sobre a proposta de disciplina do uso dos bons ofícios é bem mais rígida e abrangente para a busca de soluções do que a incipiente proposta apresentada pelo Comitê, o que será ainda, objeto de negociações com os membros nas próximas reuniões.

A SRI participa ativamente da elaboração de documentos, deliberações e encaminhamentos no âmbito do Comitê SPS com a coordenação de Grupos de Trabalho e envio de comentários aos diferentes temas abordados, bem como negocia encaminhamentos que contemplem o atendimento das posições brasileiras.

Em 2012, a atuação e liderança brasileira, resultaram na coordenação de um grupo de trabalho internacional, que buscará um consenso para a questão da transparência do mecanismo de bons ofícios, o que em conjunto com as propostas de outros países, terá como objetivo encontrar um entendimento que viabilize o avanço do importante mecanismo de busca de soluções para impasses comerciais restritivos ao acesso e a manutenção de mercados.

As reuniões do Comitê SPS permitem apresentar Preocupações Comerciais Específicas (PCE), oportunidade, relatar aos demais países membros os problemas no comércio bilateral, causados pelo não cumprimento ou total ou parcial das normas e princípios do Acordo SPS.

As PCEs promovem a oportunidade de minimizar demoras nos processos de avaliação e o uso de recursos administrativos utilizados com protecionismo e viabiliza avanços nas negociações para abertura e manutenção de mercados.

No ano de 2012 foram apresentadas pelo Brasil PCEs contra a África do Sul, devido as restrições à importação de carne suína.

As reuniões do Comitê SPS contam com a presença dos delegados de diversos países que tem parceria comercial com o Brasil. Na oportunidade, a delegação brasileira promove encontros bilaterais, com vistas a resolver pendências SPS que afetam negativamente o comércio. Em 2012 foram realizadas 20 reuniões bilaterais com autoridades do México, Coréia do Sul, Senegal, Marrocos, Madagascar, Taiwan, Indonésia, EUA, União Européia, Egito, África do Sul, Austrália, Marrocos, Equador, Japão e China.

As propostas brasileiras apresentadas ao Comitê SPS para o atendimento aos dispositivos do Acordo relativos ao princípio científico e a necessidade de aporte de recursos para os especialistas independentes da FAO e OMS, tiveram considerável apoio de diversos países, consolidando a liderança no uso dessas premissas no combate e prevenção às barreiras sanitárias.

As ações acima em conjunto com a articulação com o setor privado viabilizaram a solicitação do Ministro do MAPA ao Diretor Geral da FAO, ao Ministro da Saúde e ao Ministro das Relações Exteriores, para que sejam realizadas gestões para a regularização do aporte de recursos por parte da FAO e OMS. A medida visa estabelecer a manutenção e intensificação das operações independentes dos grupos de especialistas, que realizam avaliação de riscos para o estabelecimento de limite de resíduos de medicamentos veterinários, pesticidas, contaminantes e aditivos alimentares.

O estabelecimento dos limites favorecem os organismos reguladores em questões de produção e de proteção à saúde do consumidor, pois permitem conhecer os níveis seguros a serem utilizados e minimizam a aplicação de barreiras sanitárias no comércio internacional.

Notificações Sanitárias e Fitossanitárias

No ano de 2012 foi promovida a continuidade ao trabalho de notificações referentes ao Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), em cumprimento ao artigo de transparência do referido Acordo SPS da OMC. A plataforma consolida o compromisso da transparência e da qualidade da regulamentação brasileira em conformidade com o Acordo, baseado no reduzido número de questionamentos e conteúdo. A publicação da OMC sobre as notificações do Acordo SPS destacaram o Brasil como o segundo maior emissor.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se:

a) Recebimento de 1402 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias divulgadas pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. Essas notificações foram encaminhadas para as áreas competentes do Mapa para conhecimento das regulamentações e alterações em medidas SPS nos diversos países membros da OMC, possibilitando a realização de comentários julgados pertinentes, e a divulgação na página oficial e aos setores deste Ministério. Além disso, as notificações são disponibilizadas semanalmente no sítio do Mapa com ementa em português e link com a notificação completa na OMC nos idiomas oficiais do organismo;

b) Envio de 47 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias propostas ou adotadas pelo Mapa, com vistas à divulgação pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. O envio dessas informações demonstra o esforço do país no cumprimento do princípio da transparência que consta no Acordo SPS da OMC;

c) Em 2012 a OMC publicou relatório com o ranking das notificações dos países membros, no qual o Brasil figura como o segundo maior notificador, o que sinaliza o cumprimento das metas de transparência do Brasil.

Ações e Notificações referentes ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio:

a) No ano de 2012 foram intensificadas as atividades junto ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT). No período foram consolidadas as atividades de notificação constantes no Acordo TBT/OMC da mesma forma acima descrito para questões SPS. Isso permitiu avaliação e seleção de atos regulatórios brasileiros e dos outros países.

b) Em 2012 foram encaminhadas 09 solicitações de notificações de atos do MAPA aos organismos (IMETRO e MRE) encarregados de preparar e informar ao TBT/OMC. Nesta plataforma foram identificadas e processadas 373 notificações de atos regulatórios dos diversos países, que foram informadas aos setores competentes do MAPA para avaliação e manifestação nos prazos propostos.

Atividades Desenvolvidas no Âmbito de Outras Organizações Multilaterais

Representação do Brasil no Codex Alimentarius FAO/OMS

O Codex Alimentarius estabelece normas, diretrizes e recomendações para garantir alimentos inócuos e com qualidade, tais documentos são referência para o comércio internacional de produtos alimentares. Essa organização foi criada em 1963, como uma parceria da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). A representação dos órgãos reguladores e produtores no Codex são fundamentais para o acompanhamento e participação efetiva na elaboração das normas internacionais. Desde a implantação da OMC, este organismo é referência para questões que envolvem o comércio internacional. Atualmente, o Codex possui 186 membros países e uma organização (UE), possui também 215 organizações observadoras.

As normas Codex abrangem os principais alimentos, sejam estes processados, semiprocessados ou crus, substâncias e produtos usados na elaboração dos alimentos, na medida em que seja necessário para alcançar os principais objetivos. As diretrizes referem-se aos aspectos de higiene e propriedades nutricionais dos alimentos, que abrange os códigos de práticas e as normas de: aditivos alimentares, pesticidas e resíduos de medicamentos veterinários, contaminantes, rotulagem, classificação, métodos de amostragem e análise de riscos. Desde a sua criação, o Codex estimulou investigações científicas sobre os alimentos e contribuiu para que aumentasse consideravelmente a consciência da comunidade internacional acerca de temas fundamentais, como a qualidade e inocuidade dos alimentos e a saúde pública.

O fato de existir referências as normas Codex no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (Acordo SPS) significa que o Codex tem implicações comerciais e possui expressivo alcance para a resolução de diferenças comerciais. Pode-se exigir dos membros da OMC que justifiquem cientificamente suas intenções de aplicar medidas mais restritivas que as estabelecidas pelo Codex, em matérias relativas à inocuidade dos alimentos. Isso consiste num importante instrumento de defesa durante o processo de negociação para o acesso e manutenção de produtos agrícolas.

No MAPA, a SRI possui um serviço de coordenação para o Codex, onde são coordenadas atividades que constituem a elaboração das propostas brasileiras.

As posições levadas pelas delegações brasileiras às diversas atividades do Codex Alimentarius são construídas no âmbito do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB/Inmetro/MDIC). Nessa consolidação participam diversos órgãos governamentais e representantes privados, sendo que o ponto de contato é o Ministério das Relações Exteriores.

Em virtude das atividades do Mapa, no que se refere à regulação da inocuidade e qualidade dos alimentos, esse Ministério possui importante participação nas negociações referentes à elaboração das normas e padrões do Codex Alimentarius. No ano de 2012, o Brasil participou de diversas Sessões dos Comitês e Grupos de Trabalho do Codex realizadas em diferentes países. Nessas reuniões trabalhou-se a elaboração de diversas normas, padrões e recomendações sobre questões sanitárias e fitossanitárias aplicadas ao comércio mundial de alimentos.

Em 2012, a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) aprovou 20 normas e revisões, inclusive diversos limites máximos de resíduos (LMRs) para agrotóxicos e medicamentos veterinários e contaminantes, que são reconhecidamente seguros a nível internacional e que influenciam no comércio internacional de alimentos.

O Brasil vem liderando iniciativas que contam com o apoio de diversos países, para promover a preservação do princípio científico na adoção de critérios para avaliação da inocuidade dos alimentos no comércio internacional, conforme consta nas regras da instituição. As ações são fundamentais para minimizar as investidas políticas que tornam o comércio internacional e são restritivas para o comércio de produtos nos quais o Brasil é competitivo.

O Brasil liderou as negociações que possibilitaram a aprovação dos LMRs propostos para o medicamento veterinário ractopamina, retido desde 2006 por razões não científicas e sem respaldo nas regras internacionais, para atender interesses da União Européia e aliados. Devido aos benefícios produtivos e frente às garantias de limites que promovem segurança à saúde dos consumidores fornecidas pelos especialistas independentes da FAO e OMS, é possível viabilizar o processo regulatório para o uso da substância.

As ações promoveram ainda a inclusão do medicamento veterinário zilpaterol na lista de prioridade do grupo de especialistas da FAO/OMS, com o objetivo de obter as informações necessárias para a busca da aprovação.

Ambos os medicamentos são tecnologias de produção que promovem aumento de produtividade, competitividade e desenvolvimento sustentável pela redução da quantidade de grãos para terminação do animal, da gordura, produção de dejetos e do uso da água na produção animal.

Esses são exemplos de metas alcançadas foram amplamente defendidas por ter segurança atestada cientificamente pelos especialistas internacionais da FAO e OMS e por garantir a preservação do legítimo direito de dispor de tecnologias que permitam melhoria da produtividade e da competitividade dos produtos do agronegócio do Brasil. Esta iniciativa visou evitar as investidas protecionistas e ideológicas que alguns blocos e países utilizam no comércio internacional e que afetam diretamente os interesses brasileiros.

Os LMRs para diversos defensivos agrícolas e respectivas culturas, também se destacaram como ação do Brasil, com vistas a obter da comunidade internacional limites de segurança nos produtos para a utilização no sistema produtivo.

As ações do MAPA na formulação e defesa da posição brasileira permitiram a eliminação da proposta de exemplos à diretriz Codex para o estabelecimento de critérios microbiológicos. As manobras dos países que buscavam inserir critérios inatingíveis para o sistema produtivo e regulatório do Brasil, foram devidamente neutralizados por negociações lideradas pelo país com sólida base científica.

A inserção de especialistas de universidades brasileiras no suporte científico e nas negociações internacionais tem consolidado o trabalho de excelência e o reconhecimento do Brasil como protagonista nas tomadas de decisão na formulação de diretrizes internacionais.

Dentre os documentos aprovados no Codex alguns foram elaborados sobre a liderança de técnicos do MAPA e a atuação desses técnicos tem sido constantemente reconhecida por outros países.

Foram amplamente intensificadas a articulação entre os países da América Latina e Caribe em defesa de temas de interesse para a região e pela utilização de videoconferências, e também reuniões presenciais concomitantes às reuniões dos Comitês. Essa ação proporciona melhor argumentação nas sessões do Codex e possibilita intensificar a participação dos países da região.

Além disso, houve interação com inúmeros outros países, como EUA, Canadá, Austrália, países da África e da Ásia em defesa dos princípios científicos no processo decisório do Codex. Isso foi bastante importante para melhoria da relação com os países e organizações observadoras.

Em 2012 também foi iniciada a consolidação de um projeto com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), com o propósito de contribuir para o fortalecimento das atividades do Codex nos países das Américas. O objetivo é buscar o fortalecimento da estrutura dos 33 países em desenvolvimento da região para obter um sólido bloco de apoio que reflita no processo decisório da elaboração de normas e diretrizes internacionais.

Representação do Brasil na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV

A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV é um tratado internacional sobre sanidade vegetal com 177 partes contratantes, sendo o Brasil um dos membros desde sua criação em 1929. O texto atual da Convenção foi ratificado e promulgado pelo país por meio do Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006.

O texto da Convenção, aprovado em 1997, cria a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF), órgão que administra e conduz a CIPV com a participação de todos os membros, e o Comitê de Normas (CN) responsável pelo desenvolvimento e estabelecimento das Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias (NIMFs), com 25 participantes das diversas regiões da FAO (Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

As NIMFs são as normas de referência, no âmbito fitossanitário, para o Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Portanto, os regulamentos para o comércio internacional de plantas e produtos vegetais estabelecidos pelos países devem ser baseados nas NIMFs para não suscitar questionamentos na OMC. Por isso, as NIMFs são de grande relevância para o Brasil, um grande exportador de produtos agrícolas. Em 2012, a CMF adotou duas novas NIMFs e dois novos protocolos de diagnóstico para pragas.

A SRI participou, em articulação com a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA da composição das posições brasileiras que foram levadas à discussão nas principais reuniões da CIPV.

O Brasil fez gestões para impedir o avanço do estabelecimento de uma NIMF específica para o trânsito internacional de grãos, haja vista já haver orientações suficientes para o tema, bem como impedir que obstáculos fossem criados desnecessariamente.

Ademais, a delegação brasileira contribuiu com as discussões quanto à necessidade e viabilidade de se estabelecer uma NIMF dedicada a contêineres marítimos usados no comércio internacional de quaisquer produtos além daqueles de origem vegetal. O Brasil considera que não há dados suficientes para demonstrar que o risco fitossanitário seja alto, por conseguinte o esforço para se estabelecer uma norma internacional não seria necessário.

Mecanismos específicos de negociação bilateral

Comitês Consultivos Agrícolas

O Comitê Consultivo Agrícola (CCA) é um mecanismo de consulta entre os setores oficiais de agricultura do Brasil e de outro país, tendo como principal função negociar os temas relevantes ao comércio bilateral. Os comitês consultivos possuem pauta ordinária com periodicidade fixada e podem atender às necessidades extraordinárias do diálogo bilateral, dependentes da existência de pauta relevante e do interesse bilateral nas discussões. A agenda das reuniões é consensualmente acordada entre os pontos de contato dos dois países designados para a troca de informações.

Em fevereiro de 2012 foi realizada a 5ª Reunião do CCA Brasil-Canadá, em Brasília. Os principais temas discutidos foram:

- a) Discussão sobre “Low Level Presence” de Organismos Geneticamente Modificados (OGM): por considerarem semelhantes suas posições em relação ao tema, houve convite para participação brasileira em discussões em outros fóruns para aprofundamento das discussões. O Brasil aceitou participar de conferência no Canadá.
- b) Isenções da Tarifa Externa Comum (TEC) para trigo e cevada: o Canadá solicitou que trigo e malte canadenses fossem anualmente incluídos na lista de isenções da TEC, ou que se acordasse outra solução aceitável para o tema. O Brasil, na ocasião, ponderou que a atual situação proporciona ao Canadá uma situação mais vantajosa do que a solicitada. Os países acordaram manter as conversações sobre o assunto.
- c) Cooperações Técnicas: foram solicitadas cooperações técnicas pela parte brasileira na área de Bem Estar Animal (com data de execução: abril/2013); Biosegurança, Farmacovigilância e Metodologias na área de Febre Aftosa e Limites Máximos de Resíduos em produtos veterinários; em programas de minimização de risco – seguro rural; colaboração no âmbito agrícola-ambiental; mensuração e monitoramento; manejo integrado de pragas; e sistemas agroflorestais. Também foi discutido ações no âmbito da Global Alliance Research.
- d) Discussão sobre movimento internacional de grãos: o Brasil manifestou preocupação com uma possível regulamentação quarentenária na exportação de grãos quanto ao desvio de uso de grãos. Os países concordaram que é necessário a articulação de posições entre os países e acordaram reunião bilateral sobre o tema.
- e) Exportação de batatas sementes: o Canadá solicitou comentários brasileiros sobre questionamentos canadenses envolvendo a Instrução Normativa que regula o tema sementes. O Brasil apresentou, na ocasião, os comentários requeridos.
- f) Acesso de mercado de mamão brasileiro: na ocasião, foi questionado pela parte brasileira o estado da análise do pedido de definição de LMR para tiabendazol e dietilditiocarbamato (EBDC)

para mamão brasileiro. O Canadá não atestou o recebimento dos documentos necessários e o Brasil comprometeu-se a enviá-los novamente.

g) Acesso de mercado de carne suína e bovina brasileira: o Brasil informou que a análise dos comentários da visita canadense para avaliar os produtos em questão e que encaminharia em breve para ciência canadense.

h) Acesso de mercado para sêmen e embriões caprinos e ovinos canadenses: as minutas de certificados canadenses foram aceitas em quase a sua totalidade e encaminharia o documento para análise canadense.

i) Exportação de carne de frango brasileira: no que diz respeito à detecção de quinolonas em carregamentos brasileiros, o Brasil assegurou estar trabalhando ativamente para minimizar as ocorrências e se prontificou a aprofundar discussões.

Ainda em fevereiro de 2012 foi realizada a 5ª Reunião do CCA Brasil-Estados Unidos, em Brasília. Foram discutidos os seguintes temas:

a) Restrições brasileiras a importação de gado, carne e produtos cárneos bovinos devido à BSE: os Estados Unidos manifestaram interesse em participar da próxima reunião do comitê de experts em BSE do MERCOSUL, bem como propuseram troca de informações sobre o tema.

b) Acesso a carne bovina fresca/congelada brasileira ao mercado americano: o MAPA reiterou a solicitação de publicação de proposta de norma para amparar a entrada do produto brasileiro nos EUA.

c) Restrições brasileiras à importação de carne e produtos cárneos suínos dos EUA devido à triquina: ficou acordado que documentos com informações adicionais para subsidiar a análise brasileira seriam encaminhados ao Brasil.

d) Exportações brasileiras de animais vivos e produtos derivados de ruminantes: foi reforçado o interesse brasileiro em exportar animais vivos para reprodução. Os EUA afirmaram que irão solicitar informações adicionais para análise.

e) Exportações brasileiras de sêmen e embriões bovinos: por ocasião do pedido brasileiro, os Estados Unidos iniciarão protocolo contendo requisitos para importação dos produtos do estado de Santa Catarina.

f) Registro de rótulos de produtos de origem animal: os Estados Unidos propuseram avançar em elaboração de proposta que cumpriria com requisitos do MAPA e legislação do USDA.

g) Tópicos de Cooperação discutidos: novas tecnologias – clonagem de animais e inovação biotecnológica na agricultura; cooperação trilateral em biotecnologia; promoção a programas existentes – possível cooperação trilateral no Haiti e/ou Honduras; cooperação em questões agrícolas na conferência Rio+20; Conferência Entre Partes servindo como encontro das partes para o Protocolo de Cartagena sobre biodiversidade (COP-MOP); fortalecimento do secretariado do CODEX; ractopamina; e biocombustíveis.

Foi realizada no dia 19 de novembro de 2012, na cidade de Seul, a 4ª Reunião do CCA Brasil - Coreia do Sul. Foram discutidos os seguintes temas:

a) Cooperação em matéria de transferência de tecnologia agrícola: o lado brasileiro propôs cooperação em tecnologia nas áreas de produção de segunda geração de bio-etanol e horticultura em estufa. O lado coreano manifestou interesse na troca de informações e projetos de pesquisa conjunto

em áreas de interesse mútuo, através do canal de comunicação existente entre a Administração de Desenvolvimento Rural da Coréia e da Embrapa do Brasil.

b) Ponto de contato para cooperação agrícola: ambos os lados concordaram em designar seus respectivos pontos de contato uma comunicação bem sucedida entre os países.

c) Cooperação em matéria de investimento agrícola no Brasil: A delegação coreana expressou seu interesse em fazer investimentos agrícolas no Brasil. O lado brasileiro deu uma visão geral sobre o agronegócio brasileiro e apontou algumas oportunidades para investimentos externos na cadeia produtiva.

d) Intercâmbio técnico na área de tecnologia agrícola: o lado coreano manifestou o interesse em enviar um técnico ao MAPA para formação profissional na área de saúde animal / área da saúde pública. O lado brasileiro solicitou que a Coréia do Sul informe os principais pontos de interesse, a fim de buscar possibilidade de formação dentro das áreas relevantes.

Outros mecanismos específicos:

III Reunião do Mecanismo de Consultas SPS Brasil – União Européia

Em 26 e 27 de novembro de 2012, em Bruxelas, aconteceu a III Reunião do Mecanismo de Consultas SPS Brasil – União Européia. Foram discutidos os seguintes temas:

- a) Missões do Brasil à UE;
- b) Revisão da Decisão 777/2007/CE;
- c) Aprovação de MS e MG para exportar material genético de Gallus gallus para a EU;
- d) Condições de importação impostas pelo Brasil relacionadas ao vírus Schmollenberg;
- e) Banimento das importações de carne e produtos cárneos devido à BSE;
- f) Aprovação de novas áreas para exportação de carne: Estados de RO, TO e DF;
- g) Betagonistas: Split system – bovinos e suínos (SC);
- h) Certificados para exportação de carne suína da Alemanha, França e Itália para o Brasil;
- i) Procedimentos brasileiros para importação de produtos de origem animal (incluindo aprovação de rótulos e registro do produto pré-exportação);
- j) Exportação de citrus para a EU.

Como resultados da reunião a UE aprovou a alteração dos requisitos para produtos processados de carne (Decisão 2007/777/CE) com novos parâmetros que facilitarão a oferta de matéria prima e processamento, com vistas à elaboração de produtos de melhor qualidade (menor temperatura no processo industrial), bem como a aceitação do pedido brasileiro para reconhecimento de áreas livres de cancro cítrico no Brasil, mediante envio de informações adicionais;

Outras negociações que também ocorreram no ano de 2012:

- a) Exportação brasileira de produtos lácteos pasteurizados;
- b) Negociações sobre Cota Hilton I e II;

c) Mudanças no Sistema RASFF;

d) França: Articulação e negociação para controle e monitoramento da Mosca-da-Carambola na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

As relações bilaterais mantiveram seu bom andamento, incluindo como resultado as seguintes tratativas:

a) Realização da IV Reunião do Comitê Técnico de promoção Comercial e de Investimentos Brasil-França;

b) Realização da XIV Reunião da Comissão Mista Brasil-EU.

III Sessão da Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena - AQSIQ no âmbito do Comitê Sino-Brasileiro de Alto Nível - COSBAN

No dia 13 de fevereiro de 2012 foi realizada, na cidade de Brasília, a III Sessão da Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena - AQSIQ no âmbito do Comitê Sino-Brasileiro de Alto Nível – COSBAN, na qual foram discutidos os seguintes temas:

a) Exportações de peras frescas chinesas ao Brasil: A AQSIQ e o MAPA concordaram em incrementar as consultas bilaterais e a envidar esforços para, assim que possível, chegar ao consenso quanto aos requisitos fitossanitários para peras e concluir o processo de avaliação para inspeção e quarentena, visando à exportação de peras frescas chinesas ao Brasil.

b) Exportações chinesas de pescados (produtos aquáticos) ao Brasil: a China encaminhou a documentação para habilitação de 54 estabelecimentos chineses produtores de pescado. Após a reunião, o MAPA concluiu o registro de 41 desses estabelecimentos.

c) Exportações chinesas de leite e produtos derivados ao Brasil: a AQSIQ forneceu uma proposta de Certificado Sanitário Internacional para leite e produtos lácteos. Após a reunião, o MAPA avaliou a referida proposta e encaminhou, às autoridades sanitárias chinesas, os requisitos sanitários para habilitação de fábricas chinesas à exportação de produtos lácteos ao Brasil.

d) Exportações brasileiras de folhas de tabaco para a China: Baseados no resultado de análise de risco de pragas e visita in locu, a AQSIQ e o MAPA discutiram sobre os requisitos fitossanitários para a exportação de folhas de tabaco para charuto dos estados da Bahia e Alagoas para China. Foi realizada missão pré embarque para exportação de tabaco daqueles estados e concluído o protocolo de exportação. O mesmo procedimento ocorreu com tabaco proveniente dos estados de Santa Catarina e Paraná.

e) Exportações brasileiras de milho para a China: A AQSIQ concordou em enviar uma equipe de especialistas ao Brasil para realizar visita in locu, às áreas de produção de milho, de modo a agilizar a análise de risco. A missão de inspeção foi realizada e o Protocolo sobre Requisitos Fitossanitários para Exportação de Milho do Brasil para a China está em fase de ajustes.

f) Exportações brasileiras de citrus para a China: a AQSIQ forneceu ao MAPA, um relatório prévio de análise de risco e solicitou que este Ministério forneça documentos técnicos adicionais para maiores análises pelos especialistas chineses.

g) Habilitação de estabelecimentos brasileiros de carne suína: em junho de 2010, o MAPA enviou um conjunto de 26 questionários à China. Deste conjunto, 13 estabelecimentos foram visitados em 2010. No início de 2011, o Brasil recebeu o relatório da missão informando que 3 estabelecimentos foram aprovados, 3 foram recusados e 5 deveriam apresentar relatórios de correção das não

conformidades encontradas. Ficou acordado entre as partes que a autoridade sanitária chinesa realizaria visita in locu em outros 10 estabelecimentos, a qual ocorreu no final de março de 2012. Até o momento, nenhum dos estabelecimentos visitados na última missão foi habilitado.

h) Habilitação de estabelecimentos brasileiros produtores de carne de aves: o governo chinês recebeu 47 questionários de estabelecimentos brasileiros produtores de carne de aves e com base nos resultados da avaliação desses documentos, a China se comprometeu em realizar visita in locu a estes estabelecimentos, a qual ocorreu no final de março de 2012. Até o momento, nenhum dos estabelecimentos visitados na última missão foi habilitado.

i) Habilitação de estabelecimentos brasileiros produtores de carne bovina: O MAPA forneceu à China, relatórios de inspeção detalhados de 9 estabelecimentos produtores de carne bovina, com o objetivo de habilitar tais estabelecimentos. Até o momento, nenhum dos estabelecimentos foi habilitado.

j) Exportações brasileiras de gelatina comestível de origem animal: ficou a cargo do MAPA o encaminhamento de uma nova proposta de Certificado Sanitário Internacional para gelatina comestível, o que ocorreu em outubro de 2012. Até o momento, não recebemos manifestação chinesa quanto à referida proposta.

k) Exportações brasileiras de sêmen e embriões bovinos: a AQSIQ informou que a avaliação de risco para que sêmen e embriões bovinos sejam exportados para a China está em sua fase final. O MAPA forneceria um convite e uma proposta de roteiro para realização de uma visita in locu nas unidades de coleta de sêmen e embriões. Os referidos documentos foram enviados aquele país em julho de 2012 e reiterados em setembro de 2012. Até o momento, não recebemos manifestação chinesa quanto à referida proposta. O MAPA propôs um protocolo para a exportação de tais produtos.

l) Exportações brasileiras de carne e pele comestíveis de asininos: a AQSIQ e o MAPA finalizaram o texto do protocolo de carne e pele comestíveis de asininos para exportação à China e o mesmo foi assinado.

m) Exportações brasileiras de ovos e derivados para consumo: o MAPA deverá fazer um pedido formal e fornecer materiais técnicos relacionados, de modo que a AQSIQ possa realizar a avaliação da solicitação, de acordo com as leis, regulamentos e procedimentos chineses.

n) Exportações brasileiras de alimento para animais de companhia: a AQSIQ e o MAPA fortalecerão ainda mais a comunicação de forma a confirmar o certificado sanitário internacional, fato que não ocorreu até o momento.

Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Uruguai

No dia 13 de abril de 2012, em Brasília-DF, aconteceu a 17ª Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Uruguai. Foram discutidos os seguintes temas:

a) Instrução Normativa dos Critérios e Procedimentos para o Controle dos Fatores Higiênico-sanitários para Produtos de Origem Vegetal;

b) Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC);

c) Ofício Circular Nº 166 CPV/DFIP (MAPA) (Registro de produtos veterinários);

d) IN 51/2011 (MAPA) (Fracionamento de cargas para inspeção);

- e) Arroz – cumprimento de decisão judicial (Ofício interno MAPA);
- f) Aplicação Decreto 24.114/34;
- g) Restrição na Importação de Vegetais no Uruguai (Resolução s/n CAAMI);
- h) Seminário sobre aprovação de rótulos de Carnes e Pescados.

Os temas avançaram satisfatoriamente para ambos os países, não havendo, até o presente momento, novas reclamações sobre os temas.

Reunião bilateral sobre assuntos sanitários e fitossanitários entre o Brasil e a Coréia do Sul realizada no dia 19 de novembro de 2012, na cidade de Seul, na qual foram discutidos os seguintes temas:

- a) Exportação de carne bovina e suína do estado de Santa Catarina para a Coréia: o lado coreano informou que a segunda auditoria, in locu, no estado de Santa Catarina está sendo planejada e será conduzida no primeiro semestre de 2013;
- b) Exportação de mangas brasileiras para a Coréia: o lado coreano informou que a análise de risco para importação de mangas brasileiras será concluída após os resultados da visita in locu realizada entre os dias 19 e 23 de novembro;
- c) Exportação de peras e sementes de vegetais da Coréia para o Brasil: o lado brasileiro informou que a análise de risco para importação de peras sul coreanas poderia ser finalizado em março de 2013, além de mencionar a possibilidade da realização de uma missão brasileira. Com relação as sementes de vegetais, o Brasil informou que a análise de risco de pragas seria retomada em abril de 2013 e seria concluída o mais breve possível.

Outras negociações desenvolvidas no âmbito bilateral

Em 2012 foram concluídas negociações de exigências sanitárias e fitossanitárias que permitiram o acesso de produtos agropecuários brasileiros a diversos países. Dentre elas, destacam-se:

1. **Argentina:** Suspensão do embargo de carne suína do Brasil pela Argentina. Tratava-se de embargo de cunho comercial, refletido na área sanitária.
2. **Turquia:** Certificado Zoosanitários Internacionais para a exportação de bovinos destinados ao abate.
3. **União Européia:** abertura do mercado de tripas bovinas para os países membros da UE
4. **Uruguai:** Reconhecimento da área livre de Febre Aftosa brasileira para a exportação de carne suína.
5. **Venezuela:** Extensão do prazo de validade de habilitação dos estabelecimentos exportadores de produtos cárneos.
6. **Arábia Saudita:** Em dezembro de 2012 a Arábia Saudita suspendeu a proibição da importação de gado vivo do estado do Pará e encaminhou seus requisitos para confecção de certificado sanitário.
7. **México:** Em novembro de 2012, o SENASICA informou aceitar os CSIs apresentados para exportação de mel, assim como aquele para exportação de pele suína cozida/desidratada. Em janeiro de 2012 o México confirmou a aceitação do CSI brasileiro para exportação de carne de aves desidratada.
8. **Nova Zelândia:** Em março de 2012 o Brasil informou aceitar a proposta de CZI para importação de aves ornamentais da Nova Zelândia.

9. **Jordânia:** Em abril de 2012 o Brasil enviou à Jordânia, lista de estabelecimentos habilitados a exportar produtos de aves e bovinos àquele país, além dos entrepostos autorizados.
10. **Israel:** Em janeiro de 2012 Israel solicitou alterações nas propostas de CSI brasileira para exportar alimentos para animais e para animais de estimação àquele país. As exigências foram acatadas pelo Brasil e o certificado publicado em fevereiro do mesmo ano.
11. **Índia:** requisitos fitossanitários indianos publicados e mercado aberto para importação de maçã do Brasil e de soja em grão do Brasil.
12. **Paquistão:** Em dezembro de 2012 foi acordado o CZI para exportação de sêmen bovino.
13. **Estados Unidos da América:** aceitação do CSI para carne suína de Santa Catarina.
14. **Chile:** reconhecimento do Estado do Mato Grosso do Sul como livre da doença de Newcastle.
15. **China:** habilitação do Brasil para a exportação de milho e folhas de tabaco oriundas dos estados da Bahia e Alagoas.
16. **Cingapura:** aprovação do novo modelo de certificado sanitário internacional para carne suína desossada.
17. **Sri Lanka:** aprovação do certificado zoossanitário para exportação de sêmen bovino.

Cabe mencionar a existência de negociações, ainda em curso, com vistas à remoção de barreiras sanitárias e fitossanitárias para acesso brasileiro a outros mercados, dentre as quais se destacam:

1. **África do Sul:** Em fevereiro de 2012 a África do Sul publicou a aplicação de tarifas provisórias para a carne de frango brasileira (frango inteiro e cortes desossados congelados), sob a justificativa de conter o dumping praticado pelo Brasil. Embora os produtores sul-africanos detenham 84% do mercado local de carne de frango, 70% das importações eram oriundas do Brasil em 2011. Os produtos sob investigação de dumping representam apenas 3% do mercado sul-africano. Em fevereiro de 2012 a África do Sul encaminhou documento com as dificuldades encontradas pelo setor vinícola daquele país em exportar seus produtos ao Brasil. Este Ministério respondeu em abril do mesmo ano que, dentre as atribuições deste MAPA, os empecilhos apresentados não eram procedentes. Em fevereiro de 2012 a Brazil Foods demonstrou interesse em exportar pizzas e lasanhas congeladas para a África do Sul. Em outubro do mesmo ano a empresa reiterou pedido de manifestação deste Ministério, frente à necessidade de ampliar mercados na África do Sul, já que dois dos seus principais produtos estavam sobretaxados. Em dezembro de 2011 a África do Sul encaminhou proposta de CSI para importação de lanolina e derivados para aquele país, em fevereiro de 2012 reiterou o pedido de manifestação brasileira sobre a proposta. Em setembro do mesmo ano o DNSF/SRI indicou estar apto a cumprir os requisitos sanitários solicitados pela África do Sul. Em março de 2012 a ABIPECS solicitou a este Ministério que fossem realizadas consultas junto à OMC frente o embargo sofrido pelo Brasil desde outubro de 2005, quando a carne suína brasileira teve sua importação proibida na África do Sul devido ao surto de febre aftosa ocorrido no Mato Grosso do Sul. Em dezembro de 2012 o DNSF/SRI foi informado do interesse da África do Sul em representar à OMC em fevereiro de 2013, o pedido de implementação de medidas que previnam a entrada do vírus causador de PRRS por meio de carne suína importada, para efetivação em 01/03/2013. Em abril de 2012, empresa sul-africana demonstrou interesse em exportar sucos de frutas ao Brasil e foi solicitada informação sobre a adequação da mesma aos requisitos brasileiros. No mesmo mês este Ministério informou que a documentação para importação de sucos da África do Sul devem ser emitidos pela Cape Chamber of Commerce, organismo oficial cadastrado para a emissão dos certificados de análise e de origem para bebidas em geral. Em junho de 2012 a África do Sul notificou o DNSF/SRI de detecção de Salmonella heidelberg em carne de frango brasileira mecanicamente recuperada e solicitou providências deste Ministério quanto ao caso. Em julho de 2012 o DNSF/SRI encaminhou à África do Sul, proposta de CSI para exportação de farinha de carne e ossos de bovino. Em outubro do mesmo ano o DNSF/SRI recebeu contra-proposta sul-africana. Em novembro o adido brasileiro em Pretória solicitou receber um posicionamento quanto a uma contra-proposta de CSI brasileira. Em outubro de 2012 a África do Sul solicitou os requisitos brasileiros para importação de equinos vivos. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Em resposta, a partir do

dia 13 do mesmo mês, as autoridades sanitárias sul-africanas barraram a importação de bovinos vivos, carnes e derivados de bovinos oriundos de todo o Brasil. Os carregamentos em trânsito seriam analisados individualmente. Aqueles cujos certificados fossem emitidos após 13/12/2012 seriam rechaçados. Solicitaram, ademais, receber informações adicionais sobre o caso, como o relato do Brasil enviado à OIE sobre o caso. Os mesmos foram entregues em 21 de dezembro do mesmo ano, entretanto, trata-se de período de recesso na África do Sul.

2. **Arábia Saudita:** Em abril de 2012 a Arábia Saudita informou que a partir do dia 04 daquele mês, os carregamentos de carne resfriada ou congelada deveriam cumprir estritamente com o disposto nos requisitos vigentes (Gulf Standards). Em outubro do mesmo ano, aquele reino solicitou receber convite para conhecer o controle sanitário feito pelo Brasil em empresas exportadoras de carnes e derivados, lista das habilitadas a exportar carne e derivados de aves e bovinos e solicitou o registro eletrônico das mesmas junto ao sítio eletrônico saudita da “Autoridade Geral Saudita de Alimentos e Remédios”. A UBABEF remarcou que aquele reinado era, à época, o maior importador de carne de aves do Brasil, e solicitou urgência desse Ministério no atendimento ao pleito saudita. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Sobre o caso, em 17 de dezembro as autoridades sanitárias sauditas proibiram temporariamente a importação de carne bovina resfriada, congelada ou enlatada provenientes do Brasil. Em 21/12/2012 o DNSF/SRI encaminhou proposta de alteração no CSI para carne bovina e derivados para a Arábia Saudita.

3. **Austrália:** Em maio de 2012 o DNSF/SRI reiterou às autoridades sanitárias da Austrália os procedimentos para habilitar o sistema de inspeção de lácteos e carnes daquele país. A última solicitação australiana sobre o tema datava de setembro de 2011, mas já havia sido respondida em julho de 2011 e foi reiterada em janeiro de 2012. Em agosto de 2012 a Austrália solicitou exportar abelhas rainhas ao Brasil. Em novembro do mesmo ano o DNSF/SRI solicitou maiores informações sobre o controle de praga quarentenária existente naquele país. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Em resposta, em 18/12/2012 a Austrália solicitou receber informações adicionais sobre o caso.

4. **Angola:** Em 23 e 27 de abril de 2012 o Brasil enviou técnico à Angola para dar prosseguimento à execução do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária”, firmado pelo MRE em 23/06/2010.

5. **Bangladesh:** Em fevereiro de 2012 o DNSF/SRI enviou à Bangladesh, proposta de CZI para exportar sêmen bovino àquele país.

6. **Camarões:** Em abril de 2012, Camarões expressou seu interesse em importar com urgência sementes de milho híbrido do Brasil. Solicitou informação sobre as sementes e volume disponíveis para exportação. Em junho de 2012 o DNSF/SRI solicitou os requisitos de Camarões para importar tal produto.

7. **Catar:** Em outubro de 2012 o DNSF/SRI enviou proposta de CZI para exportação de equinos vivos ao Catar.

8. **Costa do Marfim:** Em agosto de 2012 o Brasil reteve dois carregamentos de amêndoas de cacau daquele país por infestação e suspendeu temporariamente as importações do produto da Costa do Marfim.

9. **Gâmbia:** Em fevereiro de 2012 o DNSF/SRI encaminhou a Gâmbia, minuta de instrução normativa com os requisitos para importar castanha de caju daquele país. Em agosto de 2012, Gâmbia informou ter interesse em importar gado vivo do Brasil, nos mesmos termos negociados com o Líbano.

10. **Ilhas Maurício:** Em outubro de 2012 a BRF informou ao Adido brasileiro em Pretória que o CSI para exportar carne de frango às Ilhas Maurício não amparava a exportação de produtos e derivados, uma vez que era antigo (data de 1992). Em dezembro de 2012 o DNSF/SRI informou que o certificado vigente amparava, igualmente, carnes e produtos de origem avícola, e não apenas carnes, como mencionado. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Em 14/12/2012 o DNSF/SRI encaminhou proposta de alteração no CSI para carne bovina e derivados para as Ilhas Maurício.

11. **Irã:** Em junho de 2012 o DNSF/SRI informou que, diferentemente do Irã, não impõe às indústrias o prazo de validade para carnes. Enquanto no Irã esse prazo é de 12 meses, no Brasil costuma ser de 24 meses, a critério e responsabilidade da empresa produtora. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Sobre o caso, em 13/12/2012 o Irã informou informalmente que, caso viesse a tomar alguma medida restritiva, seria apenas em relação ao Estado do Paraná. Em 21/12/2012 o DNSF/SRI encaminhou proposta de alteração no CSI para carne bovina e derivados para o Irã.
12. **Israel:** Em agosto de 2012 Israel demonstrou interesse em importar ovelhas e sêmen de caprinos. Em setembro do mesmo ano, o DNSF/SRI informou não poder cumprir com todos os requisitos solicitados por aquele país. Em fevereiro de 2012 o DNSF/SRI propôs à Israel, CSI para exportar carne bovina desossada àquele país. Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Sobre o caso, em 21/12/2012 o DNSF/SRI encaminhou proposta de alteração no CSI para carne bovina e derivados a Israel.
13. **Líbano:** Em 07 de dezembro de 2012, o Brasil notificou às autoridades internacionais, um caso de EEB atípico no Estado do Paraná. Sobre o caso, o Líbano informou confiar no sistema brasileiro (importa a maioria de seu gado em pé e carne bovina do Brasil) mas solicitou maiores informações em 17/12/2012 além excluir o Paraná na lista dos exportadores.
14. **Mauritânia:** Em julho de 2012 a Mauritânia encaminhou respostas ao questionário brasileiro para exportar produtos de pesca ao Brasil.
15. **México:** Em 30 de outubro de 2012 as autoridades mexicanas propuseram realizar missão em estabelecimentos brasileiros processadores de carne bovina e suína entre os dias 15 e 30 de novembro, data que não pode ser aceita pelo Brasil devido ao curto tempo disponível para organização da viagem. A contra-proposta brasileira para que a mesma ocorresse em dezembro de 2012 foi informalmente rejeitada por aquelas autoridades, sob a alegação de dificuldades durante o período de transição política. Em novembro de 2012, as autoridades mexicanas reiteraram a necessidade de adequação do CSI para exportação de lácteos aos requisitos mexicanos mais atuais, publicados em 2010. Para isso, é necessário, antes, solicitar a renovação das habilitações vencidas. Em dezembro de 2012 o MAPA encaminhou nova proposta de CZE para exportação de aves ornamentais ao México, para o qual ainda não foi recebida resposta.
16. **Namíbia:** Em fevereiro de 2012 a Namíbia encaminhou respostas ao questionário brasileiro para exportar produtos de pesca ao Brasil. Em novembro do mesmo ano este Ministério solicitou maior detalhamento sobre as informações prestadas.
17. **Nigéria:** Em abril de 2012 o DNSF/SRI encaminhou à OMC, minuta de instrução normativa contendo os requisitos fitossanitários para importação de grão de gergelim da Nigéria.
18. **Paquistão:** Em fevereiro de 2012 o Paquistão sugeriu alteração na proposta de CZI para o Brasil exportar carne de aves àquele país. Novas informações foram trocadas entre os países em novembro e o CSI para carne de aves segue em negociação.
19. **Senegal:** Em dezembro de 2011 o DNSF/SRI sugeriu alteração do CSI de exportação de lácteos. Em agosto de 2012 a Embaixada do Brasil em Senegal realizou reunião com a Ministra da Agricultura, que enfatizou a importância social da indústria de aves no país, que emprega uma fatia importante da população senegalesa. Ela entende ser importante o fortalecimento da indústria nacional antes de abrir o mercado ao Brasil e também aos Estados Unidos, que tem feito forte pressão para abrir o mercado. Segundo dados da Ministra, após a proibição da importação de carne de aves sob a justificativa infundada de proteger o território nacional da entrada de influenza aviária de alta patogenicidade, a produção nacional quintuplicou em seis anos. Ademais, ela solicitou receber cooperação brasileira em vigilância sanitária. Em reunião com o Primeiro Ministro daquele país, no mesmo mês, o Premier informou que não conseguiriam manter a barreira não tarifária por muito mais tempo, que planejavam uma reunião interministerial para discutir o tema e alternativas, como o acesso brasileiro ao mercado de processados do Senegal. Também informou que viam o Brasil como um bom parceiro para cooperação na área de produção avícola.

20. **Sudão:** Em maio de 2012 o Sudão encaminhou seus requisitos para importar embriões de bovino do Brasil e informou exigir visto consular nos certificados de exportação. Em julho o DNSF/SRI enviou proposta de CZI para amparar tais importações.
21. **Tanzânia:** Desde 14 de agosto de 2012 a Tanzânia parou de emitir licenças de importação para carne de aves com vistas a proteger o território nacional contra gripe aviária e considerando que a produção de aves do país havia melhorado (o Ministério da Agricultura da Tanzânia sugeriu oficialmente que se utilizasse a produção nacional de carne de aves como fonte do produto). Em maio e setembro de 2012, a Tanzânia perguntou sobre o andamento da ARP de castanha de caju e demonstrou interesse em exportar o produto para processamento no Brasil durante nossa entressafra, para posterior reexportação aos EUA. O interesse seria quebrar o monopólio indiano nas exportações de castanha de caju.
22. **Tunísia:** Em junho de 2012 o DNSF/SRI encaminhou atualização na proposta de CZI para exportar gado vivo àquele país, devido ao tempo transcorrido e à ausência de manifestação da Tunísia.
23. **Vanuatu:** Em maio de 2012 o DNSF/SRI enviou contraproposta de CSI para exportar carne de aves à Vanuatu.
24. **Canadá:** avanços para abertura do mercado canadense para carne suína in natura de Santa Catarina e carne bovina in natura, desossada e maturada de estados brasileiros livres de febre aftosa.
25. **Estados Unidos da América:** início das negociações para exportação brasileira de sêmen e embriões bovinos.
26. **Colômbia:** em 2012, foi dada seqüência a negociações para abertura do mercado de carnes suína, bovina e aves.
27. **China:** recebida missão daquele país com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de habilitação para exportação de folhas de tabaco oriundas dos estados de Paraná e Santa Catarina.
28. **Cingapura:** foram iniciadas as negociações para a exportação de ovos para consumo e equínos vivos.
29. **Coréia do Sul:** foi dado prosseguimento às negociações para a habilitação do Brasil para exportar carne suína do estado de Santa Catarina, com visita técnica sul-coreana programada para o primeiro semestre de 2013. Foram iniciadas as negociações para exportação de mangas brasileiras e penas de pato.
30. **Filipinas:** está em negociação o certificado zoossanitário para exportação de búfalos para reprodução do Brasil para as Filipinas. Foi dado prosseguimento às negociações para exportação de carne bovina e de aves do Brasil.
31. **Hong Kong:** está em negociação o certificado sanitário para exportação de ovos e derivados para aquele país.
32. **Indonésia:** está em negociação o certificado sanitário para exportação de carne de frango cozida, temperada, desfiada e liofilizada para aquele país e negociação para carne de aves e carne bovina (reconhecimento do princípio da regionalização para febre aftosa).
33. **Japão:** está em negociação o certificado sanitário para aditivo palatilizante a base de fígado de frango para alimentos de animais de companhia. Foi dado prosseguimento às negociações para exportação de citrus e habilitação do Brasil para exportar carne suína do estado de Santa Catarina.
34. **Malásia:** estão em negociação os requisitos sanitários para exportação de produtos para alimentação animal brasileiros, o certificado sanitário internacional para carne suína e o certificado zoossanitário para equínos vivos.
35. **Tailândia:** está em negociação a habilitação para exportação de ovinos, caprinos, bubalinos e bovinos, bem como sêmen de caprino e ovino e carnes.
36. **Taiwan:** está em negociação o certificado zoossanitário para exportação de caprinos, ovinos, aves ornamentais, terrestres e aquáticas, bem como a habilitação do Brasil para exportação de produtos cárneos enlatados.
37. **Vietnã:** Negociação para atualização da lista de estabelecimentos habilitados para exportação de carne bovina, suína e de aves.
38. **Albânia:** Certificado Sanitário Internacional para exportação de carne suína;

39. **Argentina:** Exportação de bovinos vivos; ampliação da zona autorizada a exportar carne suína com osso (inclusão de carne de animais provenientes de estados livres de FA com vacinação), exportação de gelatina e colágeno de couro e pele bovina (supressão da exigência de ausência de pele de pescoço e cabeça) e exportação de produtos vegetais in natura;
40. **Armênia:** Certificado Zoossanitário Internacional para exportação de cães, gatos e lagomorfos;
41. **Bósnia:** Certificado Sanitário Internacional para exportação de carne bovina;
42. **Croácia:** Atualização do Certificado Sanitário Internacional para exportação de carne bovina;
43. **Macedônia:** Atualização do Certificado Sanitário Internacional para exportação de carne bovina e para exportação de carne proveniente de gado não rastreado;
44. **Montenegro:** Certificado Sanitário Internacional para exportação de pescados e seus subprodutos;
45. **Polinésia Francesa:** Certificado Sanitário Internacional para exportação de pescados e seus subprodutos;
46. **Rússia:** Retirada do embargo imposto aos estados brasileiros para exportação de carnes e aprovação de CSI junto à União Aduaneira para exportação de produtos agropecuários;
47. **Sérvia:** Certificado Sanitário Internacional para exportação de pescados e seus subprodutos; Suíça: Requisitos sanitários para exportação de carne de rã;
48. **Turquia:** CSI para exportação de carne bovina; CZI para a exportação de matrizes e reprodutores bubalinos; CSI para a exportação de gelatina.
49. **Ucrânia:** Exportação de material genético bovino, exportação de pescados, exportação de ovos e derivados, exportação de gelatina e exportação de carne de aves, inclusive mecanicamente separada;
50. **Uruguai:** Adequação do requisito referente a BSE no CSI para exportação de produtos destinados à alimentação animal (pet food);
51. **Venezuela:** Protocolo para habilitação de estabelecimentos de abate, processamento e frigoríficos para importação de carne, produtos e subprodutos cárneos.

Como parte dos avanços em negociações existentes, em agosto de 2012 foi realizada reunião bilateral Brasil-Chile, em Brasília. Foram discutidos os seguintes temas:

1. Homologação dos sistemas de inspeção de produtos lácteos: tema de interesse mútuo, onde os países passariam a indicar os seus estabelecimentos habilitados a exportar, sem necessidade de vistoria.
2. Carne bovina desidratada e liofilizada e carne de frango desidratada e liofilizada: a parte brasileira manifestou interesse em retomar as negociações para início das exportações brasileiras. O Chile informou os procedimentos e entregou o documento que encaminhou as informações às autoridades brasileiras.
3. Revisão do protocolo assinado em 2003 referente à Lei de Carnes do Chile: o Brasil solicitou a revisão dos parágrafos 5º e 10º do Convênio de Fiscalização das Normas da Lei 19.162 e seus regulamentos, firmado entre a SDA e o SAG. As autoridades chilenas solicitaram que a parte brasileira apresentasse uma proposta para apreciação.
4. Autorização do modelo de certificado para carne de aves in natura: por solicitação chilena, o Brasil afirmou trabalhar em novo certificado, e que o atual fluxo comercial seria mantido com o certificado vigente.
5. Adoção de pré-listing entre Brasil e Chile para habilitação de estabelecimentos: a parte brasileira solicitou a consideração de pré-listing para habilitação de estabelecimentos, para evitar custos desnecessários e possível interrupção do fluxo comercial, bem como expôs ao Chile a preocupação com habilitação com prazo de validade.
6. Farinha de vísceras de aves: a parte brasileira solicitou atualização quanto ao tema. O Chile informou ter encaminhado comentários, com contra-proposta de CSI.
7. Andamento de Análise de Risco de Pragas (ARP) de interesse chileno: o Chile solicitou atualização das ARPs dos seguintes produtos: Citrus sinensis; Citrus paradisi; Citrus limon; Citrus reticulata; frutos e grãos de romã (arilos). Discutiu-se a possibilidade de um System Approach para

Kiwi e o interesse na exportação de flores de corte (Tulipas spp.; Paeonia spp.; Anemonas spp.; e Ranunculus spp.)

8. Andamento das ARP de interesse brasileiro: o Brasil solicitou atualização das ARPs dos seguintes produtos: papaia e pinus (Pinus taeda).

9. Revisão das exigências de análise e amostragem para a importação de mudas chilenas de morango.

10. Revisão de requisitos de importação de abacate chileno.

11. Comentários enviados à OMC: proposta de normativa para importação de bulbos de lírio (ARP) do Chile.

12. Comentários enviados à OMC: Instrução Normativa 36. Requisitos fitossanitários para a importação de sementes.

13. Exportação de sêmen e suínos vivos brasileiros: representantes do MAPA informaram ter encaminhado proposta de certificado dos requisitos zoonos sanitários para exportação dos produtos em tela, mas não houve resposta chilena. Os chilenos afirmaram não ter ciência do assunto, e a parte brasileira entregou novamente documento para apreciação chilena.

14. Reconhecimento do Mato Grosso do Sul-MS como livre de febre aftosa com vacinação: a parte brasileira solicitou revisão da norma SAG 1172 de 19/02/2010, pedindo a inclusão de cinco municípios do MS como livre de febre aftosa com vacinação.

Ainda durante o ano de 2012, o Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias também se engajou na solução de problemas por meio de videoconferências e teleconferências, com os seguintes países:

a) Canadá

1. Discussão sobre medidas corretivas para prevenção do envio de carregamentos de carne de frango com resíduos de quinolonas. Tratou-se de continuidade de discussões abordadas no âmbito do CCA Brasil-Canadá.

2. Discussão sobre a criação de grupos de trabalho no âmbito do CCA Brasil-Canadá.

b) Estados Unidos:

1. Discussão sobre adequação americana à legislação brasileira quanto à rotulagem de produtos cárneos.

c) Peru:

1. Tratativas para acesso ao mercado peruano dos seguintes produtos brasileiros: carne suína, lácteos, mel, gordura bovina comestível, sêmen suíno, roedores e lagomorfos.

2. Tratativas para acesso ao mercado brasileiro dos seguintes produtos peruanos: lácteos, tripas de ovinos, farinhas de ruminantes, carne ou produtos à base de carne de ovinos e caprinos, carne ou produtos à base de carne de camelídeos, suínos para abate imediato, ovinos para reprodução e engorde, citrus, flores, pêssego e manga.

3. Solicitação de habilitação de entrepostos frigoríficos brasileiros junto ao SENASA.

c) Colômbia:

1. Tratativas para acesso ao mercado colombiano dos seguintes produtos brasileiros: bovinos vivos, peles bovinas para uso industrial, hemoglobina suína para consumo animal, fígado de frango em pó para consumo humano, preparação alimentícia triturada e desidratada de soja e frango, sementes de arroz, carne suína, carne bovina e carne de aves.

2. Tratativas para acesso ao mercado brasileiro dos seguintes produtos colombianos: bovinos em pé, equinos em pé, café verde.

3. Discussão sobre certificados sanitários internacionais brasileiros emitidos por entidades, universidades e instituições de pesquisa.

Acordos bilaterais

Em 2012, foram negociados acordos bilaterais em assuntos sanitários e fitossanitários entre o Brasil e vários países. Foi concluído e assinado o seguinte acordo: Uruguai (Acordo de Livre Circulação de Bens e Serviços - Acordo de Complementação Econômica nº 2 celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai). Encontram-se em negociação os seguintes acordos:

1. **Guiné Bissau:** Em dezembro de 2012, Guiné-Bissau propôs um acordo de cooperação com o Brasil na área de vigilância e inspeção de trânsito internacional de produtos de origem animal e vegetal e formação e um banco de fomento agrícola. Em janeiro do mesmo ano o Brasil informou ser favorável à proposta daquele país.
2. **Myanmar:** Em dezembro de 2011, Myanmar solicitou receber cooperação brasileira com vistas a melhorar geneticamente seu rebanho bovino. Em março de 2012 o Brasil informou ter diversos programas nesse sentido, mas que não poderia custear a cooperação e que precisaria de maior detalhamento sobre os interesses daquele país. Em agosto, Myanmar estendeu seus interesses em cooperação também para a área agrícola, considerando a vocação daquele país no setor.
3. **Palestina:** Em março de 2012 a Palestina propôs ao MAPA e MPA, Acordos de Cooperação acerca do reconhecimento mútuo de certificados de origem de produtos pesqueiros. Em abril do mesmo ano este Ministério encaminhou os modelos que o Brasil utiliza para importar e exportar pescado e derivados.
4. **Turquia:** Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária.
5. **Ucrânia:** Acordo de Cooperação no Campo da Quarentena Vegetal e Proteção de Plantas.
6. **Rússia:** Memorandos bilaterais de cooperação sobre trigo e farelo de soja.
7. **União Européia:** Memorando de entendimento em cooperação técnica na área de bem estar animal.
8. **Geórgia:** Acordo de Cooperação Veterinária.

Atividades desenvolvidas no âmbito do Mercosul

O Mercosul é o principal *locus* de negociações sanitárias e fitossanitárias entre Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

A SRI é responsável pela coordenação dos seguintes órgãos do MERCOSUL: i) Comissão de Alimentos que é subordinada ao Subgrupo de Trabalho n.º 3 “Regulamentos Técnicos e Procedimentos de Avaliação da Conformidade - SGT-3” e ii) o Subgrupo de Trabalho n.º 8 “Agricultura - SGT-8”.

Comissão de Alimentos - Subgrupo de Trabalho de Normas Técnicas – SGT 3

A Comissão de Alimentos é responsável pela harmonização do tema de inocuidade alimentar no Mercosul. A SRI coordenou a Comissão de Alimentos nas quatro reuniões de 2012:

- a) XLI Reunião do SGT N.º 3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” – Buenos Aires, de 26 a 30 de março de 2012;
- b) VI Reunião Extraordinária da Comissão de Alimentos do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” – Buenos Aires, de 25 a 29 de junho de 2012;
- c) XLVII Reunião do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” – Porto Alegre - RS, de 27 a 31 de agosto de 2012;
- d) XLVIII Reunião do SGT-3 “Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade” – Porto Alegre - RS, de 03 a 07 de dezembro de 2012.

As discussões do âmbito do SGT-3 se dão em torno da harmonização de regulamentos técnicos, com vistas a integração dos mercados e eliminação de barreiras não tarifárias. Após a aprovação da Comissão de Alimentos e na Coordenação Nacional do SGT-3, os Projetos de Resolução são elevados ao Grupo Mercado Comum, onde se tornam Resoluções do Grupo Mercado Comum, cuja incorporação ao ordenamento jurídico nacional é obrigatória. Portanto, as discussões que ocorrem no SGT-3, posteriormente tornam-se regulamentos do Mapa.

Em 2012, foi aprovado, no âmbito desta Comissão, o Regulamento Técnico sobre Embalagens e equipamentos celulósicos em contato com alimentos (revisão da Res. GMC 19/94, 12/95, 35/97, 56/97, 52/99 e 20/00); o Regulamento Técnico sobre informação nutricional Suplementar (CLAIMS); a Ficha de Identificação do Projeto de Cooperação sobre Inocuidade de Alimentos e o Regulamento Técnico Mercosul sobre embalagens e equipamentos de papel e cartão destinados a entrar em contato com alimentos durante a cocção e aquecimento em forno.

Os seguintes temas seguem em discussão:

1. Revisão da RES. GMC Nº 73/97 Atribuição de aditivos e seus limites para a categoria 8: Carnes e produtos cárneos;
2. Revisão da Res. GMC Nº 26/03 “RTM para Rotulagem de Alimentos Embalados”.
3. Revisão da Resolução GMC n º 77/94 "RTM definições de bebidas alcoólicas";
4. Preparação de RTM para uso de cobre nu em equipamentos para produção de bebidas destiladas.

Os seguintes temas que aguardam início das discussões:

1. Revisão de limites para aditivos com alumínio em categorias de alimentos harmonizadas no Mercosul;
2. Revisão da Resolução GMC n º 50/97 "RTM Alocação de aditivos, e sua concentração máxima para a categoria de alimentos 7: produtos de panificação e biscoitos";
3. Revisão da Resolução GMC n º 14/95 "RTM sobre Resíduos de Pesticidas em Produtos Alimentares"
4. Revisão da Res. GMC n º 69/93 "requisitos microbiológicos para o queijo"
5. Revisão da Res. GMC n º 79/94 "RTM de identidade e qualidade do queijo"
6. Revisão da Res. GMC Nº 98/94 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade do Alho.
7. Revisão da Res. GMC Nº 99/94 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade do Tomate.
8. Revisão da Res. GMC Nº 100/94 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade da Cebola.
9. Revisão da Res. GMC Nº 85/96 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade do Morango.
10. Revisão da Res. GMC Nº 117/96 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade da maçã.
11. Revisão da Res. GMC Nº 118/96 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade da Pêra.
12. Revisão da Res. GMC Nº 142/96 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade do Pimentão.
13. Revisão da Res. GMC Nº 05/97 “Definições de Padrão de Identidade e Qualidade do Arroz Beneficiado.
14. Revisão da Res. GMC Nº 70/93 – “Identidade e Qualidade de Manteiga”.
15. Revisão da Res. GMC Nº 71/93 – “Identidade e Qualidade de Creme de Leite”.
16. Revisão da Res. GMC Nº 72/93 – “Gordura láctea”.
17. Revisão da Res. GMC Nº 16/94 – “Identidade e Qualidade dos Caseinatos Lácteos”.
18. Revisão da Res. GMC Nº 43/94 – “Identidade e Qualidade de Caseína Alimentícia”.
19. Revisão da Res. GMC Nº 63/94 – “Gordura anidra de leite ou Butteroil”.
20. Revisão da Res. GMC Nº 76/94 – “Identidade e Qualidade de creme de leite a granel para uso industrial”.
21. Revisão da Res. GMC Nº 78/94 – “Identidade e Qualidade de leite UHT”.
22. Revisão da Res. GMC Nº 29/96 – “Identidade e Qualidade de queijo “Dambo””.
23. Revisão da Res. GMC Nº 30/96 – “Identidade e Qualidade de queijo pategrás sanduíche”.

24. Revisão da Res. GMC Nº 31/96 – “Identidade e Qualidade de queijo tandil”.
25. Revisão da Res. GMC Nº 32/96 – “Identidade e Qualidade de queijo tilsit”.
26. Revisão da Res. GMC Nº 34/96 – “Identidade e Qualidade da massa para elaborar queijo mozzarella”.
27. Revisão da Res. GMC Nº 42/96 – “Identidade e Qualidade de queijo tybo”.
28. Revisão da Res. GMC Nº 78/96 – “Identidade e Qualidade de queijo mussarela”.
29. Revisão da Res. GMC Nº 81/96 – “Identidade e Qualidade de queijo ralado”.
30. Revisão da Res. GMC Nº 82/96 – “Identidade e Qualidade de requeijão”.
31. Revisão da Res. GMC Nº 83/96 – “Identidade e Qualidade de queijo prato”.
32. Revisão da Res. GMC Nº 134/96 – “Identidade e Qualidade de Queijo Processado ou Fundido, Processado Pasteurizado e Processado ou Fundido U.H.T.(UAT)”.
33. Revisão da Res. GMC Nº 135/96 – “inclusão do citrato de sódio no regulamento técnico mercosul de identidade e qualidade do leite u.a.t.(u.h.t)”.
34. Revisão da Res. GMC Nº 136/96 – “Identidade e Qualidade de queijo em pó”.
35. Revisão da Res. GMC Nº 137/96 – “Identidade e Qualidade de doce de leite”.
36. Revisão da Res. GMC Nº 138/96 – “Inclusão de coadjuvantes de tecnologia/elaboração no regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade do leite em pó”.
37. Revisão da Res. GMC Nº 145/96 – “Identidade e Qualidade de queijo minas frescal”.
38. Revisão da Res. GMC Nº 01/97 – “Regulamento técnico mercosul de identidade e qualidade do queijo parmesão, parmesano, reggiano, reggianito e sbrinz.”.
39. Revisão da Res. GMC Nº 47/97 – “Identidade e Qualidade de leites fermentados”.
40. Revisão da Res. GMC Nº 48/97 – “Identidade e Qualidade de queijo azul”.
41. Revisão da Res. GMC Nº 44/98 – “Correção da Resolução GMC Nº 145/96 “Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade do Queijo Minas Frescal”.
42. Revisão da Res. GMC Nº 40/94 "Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco"
43. Revisão da Res. GMC Nº 32/07 “Lista Positiva de aditivos para materiais plásticos”
44. Revisão da Resolução GMC 82/93 “Identidade e qualidade (PIQ) do leite em pó”;
45. Revisão da Res. GMC Nº 11/06 “Lista geral harmonizada de aditivos alimentares”
46. Revisão da Res. GMC Nº 46/03 “Rotulagem nutricional de alimentos embalados”.

Ainda no âmbito do SGT-3 - que funciona como órgão de supervisão dos trabalhos das comissões, reúne-se os coordenadores nacionais. Nesta Coordenação são aprovados os temas que serão discutidos pelas Comissões. A SRI apresentou neste foro os temas nos quais o Mapa tem interesse em modificar seus regulamentos internos e, por conseguinte, do Mercosul. São eles:

1. Revisão da Resolução GMC 45/96 - Regulamento Vitivinícola do Mercosul;
2. Res. GMC Nº 77/94 – Definições de Bebidas Alcoólicas – Vinhos;
3. Res. GMC Nº 14/01 – RTM de Produtos de Cervejaria;
4. Revisão do item 8 (Contaminantes ou outras substâncias nocivas à saúde) do P. Res. Nº 01/07 “RTM de Identidade e Qualidade do Tomate (Revogação da Res. GMC Nº 99/94)”

Sub-Grupo de Trabalho Nº 8 – Agricultura

No Subgrupo de Trabalho nº 8 “Agricultura (SGT-8)”, também coordenada pela SRI são discutidas questões de saúde animal, sanidade vegetal, sementes e vinhos. As atividades neste Subgrupo inclui, ainda, a coordenação do Projeto UE – MERCOSUL.

Em 2012, foram realizadas 2 reuniões da Coordenação do SGT-8 e reuniões das seguintes comissões: i) Sanidade Animal (3 reuniões); ii) Sanidade Vegetal (2 reuniões); iii) Grupo de Trabalho Permanente em Quarentena Vegetal (1 reunião); iv) Ad Hoc Vitivinícola (3 reuniões).

Foram aprovadas em 2012, duas resoluções originadas no SGT-8:

a) Requisitos Fitossanitários para *Persea americana* (abacate) por país de destino e origem dos Estados Membros do MERCOSUL (Revogação da RES. GMC Nº 67/99);

b) Requisitos Zoossanitários dos Estados partes do MERCOSUL para o ingresso de caninos e felinos domésticos (Revogação da RES. GMC Nº 4/96 e 5/96).

Os seguintes temas seguem em discussão:

1. Requisitos Fitossanitários para Glycine Max (Soja) segundo país de destino e origem, para os Estados Partes do MERCOSUL (Revogação da Res. GMC Nº 23/06);
2. Sub-standard 3.7.33. Requisitos Fitossanitários para Musa Spp. (Banana);
3. P.Res “Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes do MERCOSUL para a importação de sêmen caprino congelado (Revogação da Res. GMC Nº 27/10)”;
4. P.Res “.Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes do MERCOSUL para a importação de sêmen ovino congelado (Revogação da Res. GMC Nº 26/10)”;
5. P.Res “Requisitos Zoossanitários dos Estados Parte do MERCOSUL para a importação de sêmen eqüino congelado (Revogação da Res. GMC Nº 44/07)”;
6. P.Res “Requisitos Zoossanitário dos Estados Parte do MERCOSUL para importação de suínos para reprodução”;
7. Finalização do sub-estandar de eucalyptus;
8. Finalização do sub-estandar de pinus;
9. Revisão do sub-estandar de batata;
10. Revisão do Regulamento Vitivinícola;
11. Requisitos zoossanitários dos estados parte do Mercosul para a importação de eqüinos com caráter temporário.

Comissão de Comércio do Mercosul – CCM

A Comissão de Comércio do Mercosul tem a função de velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política, comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio; estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos. Desde 1º de janeiro de 1995, a Comissão de Comércio assumiu para si as funções que desempenhavam os Sub-grupos de Trabalho - SGT. A Comissão de Comércio pronuncia-se através de Diretivas ou Propostas. As Propostas serão obrigatórias para os Estados Partes.

No ano de 2012 o Brasil apresentou as seguintes consultas no âmbito da CCM:

a) Argentina: Resolução GMC Nº 23/09. Teste adicional de Febre Aftosa em Bovinos e bubalinos. Resolução SENASA Nº 799/2010. Bovinos vivos.

b) Argentina: Restrições ao comércio de gelatina proveniente de pele de cabeça e pescoço de bovinos, em decorrência de BSE.

c) Argentina: Restrições decorrentes da aplicação da Resolução GMC Nº 53/2006, quanto ao requisito aplicado a praga *Palleucothrips musae* (ou *Brandinothrips musae*).

d) Uruguai: Ampliação da área livre de Febre Aftosa para exportação de carne suína.

Outras atividades desenvolvidas no âmbito bilateral e regional

Principais Missões Brasileiras Realizadas no Exterior com Vistas à Abertura/Manutenção de Mercados:

a) **Índia:** Foi realizada a III Reunião do Mecanismo de Monitoramento Comercial Brasil – Índia (Nova Delhi – 27/03/2012 ; coordenação conjunta MDIC - Brasil e MCI - Índia), teve na pauta os seguintes temas agrícolas, vinculados a questões sanitárias e fitossanitárias, tratados pelo representante do DNSF/SRI/MAPA. Os temas de interesse brasileiro foram os seguintes:

1. Frutas in natura (maçã, uva) - requisitos fitossanitários indianos para exportação brasileira de maçã e uva para a Índia
2. Maçã – requisitos fitossanitários indianos publicados e mercado aberto para importação de maçã do Brasil. Posteriormente à reunião a associação do setor (ABPM) foi informada, via e-mail, da abertura do mercado indiano ao produto brasileiro.
3. Uva – informado que a análise de risco de pragas (ARP) está em fase de conclusão, para em futuro próximo ter os requisitos fitossanitários publicados visando a abertura do mercado indiano para importação de uva do Brasil;
4. Grãos (soja) - requisitos fitossanitários indianos para exportação brasileira de soja para a Índia
5. Requisitos fitossanitários indianos publicados e mercado aberto para importação de soja em grão do Brasil. Posteriormente à reunião, a associação do setor (ANEC) foi informada, via e-mail, da abertura do mercado indiano ao produto brasileiro.
6. Carne bovina/bubalina - interesse brasileiro em importar cortes e recortes de carne bovina e/ou bubalina, para processamento industrial e reexportação
7. Entregue em mãos, ao presidente da mesa (sr. Rahul Khullar – Secretário do Comércio, Ministério da Indústria e Comércio – Índia), cópias dos documentos até então enviados pelo DNSF – SRI – MAPA reiterando interesse brasileiro no assunto.
8. Carne de aves - os requisitos sanitários, para exportação brasileira de carne de aves, já foram negociados e formalizados entre as partes. Entretanto, como formalizado pela UBABEF, para ampliar a escala de exportação, é necessária negociação relativa às altas tarifas de importação indianas. Este tema será discutido nesta reunião.
9. Foi reiterado pelo presidente da mesa que os requisitos sanitários para importação de carne de aves do Brasil já foram publicados e o mercado indiano está aberto para o produto brasileiro. Porém há tarifas elevadas para importação, com disponibilidade do lado indiano para discussão do assunto.
10. Carne suína – como demandado pela ABIPECS há interesse na exportação brasileira de carne suína para a Índia. Os requisitos sanitários indianos devem ser solicitados nesta reunião, para posterior negociação entre as partes.

b) **Argentina:** participação nas reuniões da Comissão de Alimentos do SGT3/Mercosul, do Subgrupo de Trabalho nº 8 “Agricultura” e das discussões do Acordo Mercosul-UE;

c) **Bélgica:** participação de reuniões com a DG-Sanco, DG-Agri e DG-Trade; na III Reunião do Mecanismo de Consultas SPS Brasil – União Europeia e nas discussões do Acordo Mercosul-UE;

d) **Rússia:** participação em reuniões com os representantes da União Aduaneira, a fim de tratar do fim do embargo a produtos de origem animal, oriundos de três estados brasileiros;

e) **Uruguai:** participação na CXXX Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul;

Principais Missões Realizadas no Brasil com Vistas à Abertura/Manutenção de Mercados:

1. Rússia: Missão de especialistas russos para avaliação dos estabelecimentos brasileiros aptos para exportarem seus produtos para a União Aduaneira.
2. UE: Saúde Animal – aves, ovos e pintos de um dia (2012.6455);
3. UE: Carne bovina fresca e tripas – procedimentos de certificação (2012.6370);
4. UE: Sistema de inspeção de pescado (2012.6540);
5. UE: Aditivos alimentares – pós-colheita e tratamentos em frutas (2012.6320);
6. UE: Equinos vivos – saúde animal (2012.6398).

Treinamento e Capacitação

Visando constante aperfeiçoamento e capacitação do quadro de funcionários, os servidores da Coordenação Geral de Acordos Bilaterais e Regionais participaram ou colaboraram com atividades de treinamento ao longo de 2012:

- a) No período de 19 de julho a 15 de agosto de 2012, em Pequim, China, foi realizado o Curso de Formação em Tecnologia de Inspeção da Segurança Alimentar dos Países Lusófonos. Servidor capacitado: 1.
- b) Participação Treinamento sobre inspeção de carne com enfoque na aplicação da legislação europeia, bem como compartilhar experiência entre países da União Europeia e terceiros países, como o Brasil, em inocuidade de alimentos. Eisenstadt, Áustria - no período de 17 a 21 de setembro de 2012, custeado pela DG-SANCO. Servidor capacitado: 1.
- c) Participação em Missão Técnica dos órgãos de Agricultura dos países do Mercosul à União Europeia com o objetivo de realizar um intercâmbio de experiências dos Controles Fronteiriços existentes em países da União Europeia. Valencia, Bruxelas e Madri - no período de 15 a 21 de abril de 2012, custeado pelo Projeto Mercosul-UE. Servidor capacitado: 1.

Atividades de Inteligência Comercial

Agrostat Brasil – Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

Base de dados on-line do MAPA que oferece uma visão detalhada das exportações e importações brasileiras agrícolas e do agronegócio, desde janeiro de 1997.

As estatísticas podem ser consultadas por:

- a) Países, blocos e áreas geográficas de origem/destino;
- b) Unidades da federação e regiões geográficas brasileiras;
- c) Setores, subsetores, produtos e itens tarifários (NCM);
- d) Valor (em US\$) e quantidade (em Kg);
- e) Períodos (meses e anos).

O AgroStat Brasil tem como fonte de dados o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), gerenciado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A atualização dos dados ocorre no início de cada mês.

As mercadorias que integram o sistema são compostas por itens tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e encontram-se reunidas em dois agrupamentos:

- a) Acordo Agrícola OMC e Pescados: corresponde aos itens descritos no acordo agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC), resultante das negociações da Rodada do Uruguai entre 1986 e 1994, além de pescados. São cerca de 1.300 itens tarifários.
- b) Agronegócio: corresponde ao conceito definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que abrange os produtos do agrupamento agrícola além de outros produtos, como por exemplo, celulose, papel e madeira. São cerca de 2.400 itens tarifários.

Ambos agrupamentos estão classificados em quatro níveis hierárquicos:

- a) Nível 1 – setores;
- b) Nível 2 – subsetores;

- c) Nível 3 – produtos;
- d) Nível 4 - itens tarifários da NCM.

Trata-se de uma ferramenta de análise fundamental para todos os interessados no comércio internacional agrícola e do agronegócio. O objetivo do sistema é oferecer ao cidadão, por meio do portal do MAPA (<http://agrostat.agricultura.gov.br>), uma base de dados que permita o acesso interativo e rápido das estatísticas de exportação e importação de produtos do agronegócio.

A apresentação dos itens tarifários da NCM sob a forma de agrupamentos busca atender às necessidades dos agentes (públicos ou privados, individuais ou coletivos) ligados ao setor, com especificações das principais cadeias de produção e agregados de valor. Dessa forma, consiste em uma concepção diversa e simultaneamente complementar à fornecida pelo MDIC no sistema ALICEWEB.

Estatísticas de Comércio Exterior no portal do MAPA

A partir da base de dados AgroStat Brasil são elaborados diversos gráficos e tabelas que são disponibilizados no portal do MAPA (<http://www.agricultura.gov.br/internacional>), no link “Estatísticas de Comércio Exterior”.

Balança Comercial do Agronegócio

Nota à Imprensa: Boletim mensal que apresenta o desempenho do comércio exterior do agronegócio. Abrange estatísticas dos principais produtos e parceiros comerciais.

A divulgação da nota à imprensa possibilita aos formuladores de política pública, bem como ao público em geral conhecer a inserção e competitividade dos produtos brasileiros do agronegócio exportados para o mundo.

Ranking - Exportação e Importação: Arquivos de tabelas mais procuradas, contendo informações resumidas de exportações e importações por produtos, unidades federativas e países de destino/origem. Atualizado mensalmente.

UF: Arquivos de tabelas contendo os produtos exportados e importados de cada unidade da federação. Atualizado trimestralmente.

Países: Arquivos de tabelas contendo os produtos exportados e importados dos principais mercados. Atualizado trimestralmente.

Informes de Produto: Arquivos de tabelas contendo os principais mercados de destino ou origem dos produtos do agronegócio brasileiro. Apresenta ainda as séries históricas dessas tabelas. Atualizado mensalmente.

Informes de Mercado: Relatórios contendo análise do intercâmbio comercial entre o Brasil e seus principais parceiros.

Em 2012, foram elaborados 80 informes para parceiros comerciais brasileiros. Esses relatórios são elaborados no intuito de subsidiar as missões promocionais realizadas no exterior, bem como no recebimento de missões estrangeiras em visita ao Brasil.

Tabela 17 – Informes de Mercados Elaborados em 2012

África do Sul	Albânia	Alemanha	Angola
Arábia Saudita	Argélia	Argentina	Azerbaijão

Bangladesh	Benin	Bielorrússia	Bolívia
Burkina Faso	Camarões	Camboja	Canadá
Casaquistão	Chile	China	Colômbia
Congo	Coréia do Sul	Costa do Marfim	Croácia
Cuba	Egito	Emirados Árabes Unidos	Espanha
Estados Unidos	Etiópia	Filipinas	Finlândia
Gabão	Gâmbia	Gana	Geórgia
Guiné	Holanda	Hong Kong	Hungria
Índia	Irã	Iraque	Japão
Laos	Líbia	Lituânia	Malásia
Mali	Marrocos	Mauritânia	México
Moçambique	Noruega	Paraguai	Peru
Polônia	Portugal	Quênia	Reino Unido
República Democrática do Congo	República Tcheca	Rússia	Senegal
Sri Lanka	Sudão	Tailândia	Taiwan
Tanzânia	Togo	Tunísia	Turquia
Ucrânia	União Européia	Uruguai	Venezuela
Vietnã	Afganistão	Indonésia	Nigéria

Publicações

Consolidação e difusão das estatísticas de comércio exterior da agropecuária brasileira.

Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira - Principais Mercados e Produtos: Análise geral da produção e comércio exterior (exportações e importações) do setor agropecuário do país. Publicação de mais de 100 páginas, impressa em língua portuguesa e inglesa, contendo panorama do comércio exterior da agropecuária brasileira. Público - alvo: eventos de promoção comercial, embaixadas e demais órgãos governo, empresas, associações, instituições de ensino e pesquisadores.

Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Principais Mercados de Destino: Análise do comércio exterior da agropecuária brasileira com seus 30 principais mercados de destino. Publicação de aproximadamente 500 páginas, impressa em língua portuguesa, contendo uma análise mais aprofundada dos informes de mercado elaborados para os 30 principais parceiros comerciais em termos de exportações agrícolas. Público - alvo: governo, empresas, associações, instituições de ensino e pesquisadores.

Atividades de Organização para Exportação: O objetivo da iniciativa é despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação, trabalhando com produtores rurais, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores.

No ano de 2012, a Coordenação-Geral de Organização para Exportação continuou seguindo os principais pilares do Projeto de Desenvolvimento da Integração do Agronegócio para Exportação (ProDIE), criado em 2005, composto das seguintes ações:

- AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação;
- AgroInt - Curso de Integração do Agronegócio para Exportação.

Os eventos atingiram as cinco regiões brasileiras, disseminando informações estratégicas para a exportação de produtos do agronegócio e buscando maior integração das cadeias produtivas. O objetivo é participar das discussões das cadeias produtivas quanto à organização e fomento de

políticas públicas que possam viabilizar a comercialização de seus produtos no mercado internacional.

AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação

O objetivo deste seminário é discutir estratégias de estímulo e aumento à inserção do agronegócio brasileiro no mercado externo, bem como democratizar o acesso às informações referentes aos programas dos órgãos de governo envolvidos com a atividade exportadora, enfatizando a importância da integração contratual como fonte de competitividade em meio ao contexto de globalização.

O seminário tem como público alvo: produtores rurais, cooperativas, sindicatos rurais, associações, agroindústrias, distribuidores e instituições de apoio ao agronegócio. Em 2012, o público do AgroEx totalizou cerca de 1.535 participantes, havendo um incremento de aproximadamente 30% em relação ao ano anterior.

AgroInt – Curso de Integração do Agronegócio para Exportação

O curso tem como objetivo aprofundar os temas apresentados no AgroEx e fomentar a cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação. O curso tem duração de dois dias e tem como público alvo os exportadores, potenciais exportadores e instituições de apoio ao agronegócio.

Os eventos do ano de 2012 estão dispostos conforme quadro abaixo:

Tabela 18 - AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação

EVENTO	LOCAL	DATA	PÚBLICO PARTICIPANTE
45º AgroEx	Patos de Minas/MG	27 de março	312
46º AgroEx	Lajeado/RS	26 de abril	113
47º AgroEx	Primavera do Leste/MT	17 de maio	180
48º AgroEx	Serra Talhada/PE	12 de julho	250
49º AgroEx	Rio Verde/GO	05 de setembro	380
50º AgroEx	Juazeiro/BA	25 de outubro	180
51º AgroEx	Araguaína/TO	22 de novembro	120
TOTAL: 1.535			

Atividades de Promoção do Agronegócio

Missões

Ao MAPA cabe a elaboração técnica das missões, os trabalhos de organização no Brasil, assim como a coordenação e acompanhamento da execução das atividades no exterior.

O MRE se envolve na execução das diversas ações, realizando levantamento de preços, colaborando na definição de prestadores de serviços, na elaboração da programação e no agendamento de atividades no exterior.

Os Postos daquele Ministério no exterior realizam a contratação e efetuam os pagamentos de todos os serviços necessários, uma vez que o MRE é o Órgão responsável pela representação do Governo Brasileiro no exterior.

Os recursos para custeio das ações programadas são destacados pelo MAPA ao MRE, para repasse aos Postos brasileiros nos mercados selecionados. O MRE deve manter, em seus arquivos, toda a documentação referente à execução do objeto, durante o prazo previsto na legislação de regência, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Dentro desta área de atuação foram realizadas ações no Exterior e no Brasil, conforme detalhado a seguir.

Missões no Exterior

Missão Comercial - Participação na Feira FOODEX 2012 (Tóquio, Japão) - Período – 28 de fevereiro a 11 de março

O DPIA/MAPA foi responsável pela coordenação da missão comercial ao Japão, cujo principal evento foi a participação brasileira na Feira FOODEX Japão 2012. O pavilhão brasileiro, cuja montagem foi custeada pelo MAPA, em parceria com o MRE, teve área de 367m², onde foram alocadas 37 empresas e 01 associação setorial. Além dos espaços destinados a cada empresa, o pavilhão abrigou área de recepção, área de degustação, cozinha e depósito de uso coletivo. Coube ao DPIA/MAPA: acompanhar a montagem do pavilhão, organizar o apoio logístico aos participantes brasileiros, receber visitantes e dirimir dúvidas sobre o agronegócio brasileiro, coordenar ação de degustação coletiva, coordenar participação brasileira no evento Modelpress, coordenar programação técnico-institucional paralela ao evento, assim como representar o MAPA institucionalmente junto às autoridades presentes no evento.

O pavilhão brasileiro na Feira contou com a participação de 38 expositores, sendo eles: Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL), BRF, SEARA, JBS, C.Vale, Mar e Terra, Café Canecão, Café Maria Bonita, Expocaccer, Sara Lee, Vinícola Miolo, Vinícola Aurora, Cereser, Cachaça Velho Barreiro, Caipione, Camp, Sucos Maguari, Guaraná Antártica, Sakura, Aromatic, Alca Foods, Bauducco, Marilan, Hikari, Chocolates Garoto, Embaré, Selmi Foods, Pastifício Santa Amália, Apiários Lambertucci, Apis Brasil, Apis Flora, Breyer Bee Products, CONAP, Essenciale, Laboratório Jobim, MN Própolis, Natucentro Própolis e Novomel.

Considerando as informações parciais de algumas empresas, mais de 50% dos mais de mil contatos comerciais realizados durante o evento deverão gerar negócios relevantes, com a perspectiva de negócios para os próximos 12 meses chegando a US\$ 14 milhões.

Ação de Imagem – Evento “Sustainable Agriculture Summit – Spotlight on Brazil” (Londres, Inglaterra) - Período – 25 a 31 de março

O evento “Sustainable Agriculture Summit – Spotlight on Brazil”, realizado pelo Financial Times, em parceria com os ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Embaixada do Brasil em Londres, contou com a presença de representantes de alto nível do governo brasileiro e dos principais setores exportadores do agronegócio, liderados pelo Ministro Mendes Ribeiro Filho. O evento contemplou três formas de interação com o público, a saber: discurso de abertura, realizado pelo ministro Mendes da agricultura brasileiro, entrevista com o moderador, realizada pelo Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto, e palestras setoriais, em que os representantes brasileiros tiveram oportunidade de realizar apresentações sobre sustentabilidade, debater com especialistas e responder a perguntas dos convidados e dos jornalistas presentes no evento.

Missão Comercial - Participação na Feira Food Expo 2012 (San Juan, Porto Rico) - Período – 16 a 24 de abril

Este DPIA/MAPA foi responsável pela coordenação de missão comercial a Porto Rico, cujo principal evento foi a participação brasileira na Feira FOOD EXPO 2012. A feira foi realizada no período de 20 a 22 de abril no Centro de Convenções de Porto Rico, na cidade de San Juan.

A feira contou com 186 expositores, além de pavilhões internacionais dos seguintes países: Brasil, México, Estados Unidos da América, Costa Rica, Panamá, Porto Rico, Peru, Nicarágua e Tailândia. O total de visitantes foi da ordem de 1.625 pessoas. Apesar de Puerto Rico vir passando por uma crise econômica durante os últimos seis anos, os resultados da feira FoodExpo 2012 foram

satisfatórios, de acordo com os depoimentos feitos pelos expositores brasileiros.

O estande, cuja montagem foi custeada pelo MAPA e MRE, teve um tamanho de 90m², onde foi possível alocar 11 empresas do agronegócio brasileiro, sendo elas: ABBA, CENTRAL EXPORTAMINAS, APIS VIDA, CARGILL, CEREAGRO, CLAP FOODS (Maricota), INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DO VALE, JBS, MOCOCA, NELSON WENDT, SUKEST e VELHO BARREIRO.

Além dos espaços destinados a cada empresa, houve uma área institucional onde o DPIA/MAPA pode dirimir dúvidas dos visitantes acerca do agronegócio brasileiro. Também coube ao DPIA/MAPA representar o MAPA institucionalmente junto às autoridades presentes ao evento.

Além da participação na feira, foi realizada rodada de negócios patrocinada pela ABBA, onde as empresas expositoras puderam sentar-se com potenciais compradores previamente selecionados para comercializarem seus produtos. Também foram realizadas reuniões com o SECOM do Consulado brasileiro em Miami, para tratativas de novas atividades de promoção comercial na região da América Central e Caribe.

Considerando o “feedback” das empresas, o resultado da ação comercial foi extremamente positivo. Com base nas respostas apresentadas nas avaliações das empresas, o valor esperado de negócios para os 12 meses seguintes à feira supera a cifra de US\$3 milhões.

Missão Comercial - Participação na Feira SIAL China 2012 (Xangai, China) - Período - 02 a 13 de maio

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou missão à China, visando promover e estimular o comércio entre o Brasil e esse país. A missão, coordenada por este Departamento, teve o objetivo de reunir exportadores brasileiros dos setores de carnes, café, lácteos, sucos e bebidas, chocolates e produtos étnicos para participação na feira SIAL China 2012. A missão reforçou a posição brasileira como fornecedor de alimentos e permitiu a inserção, inclusive dos produtores e industriais de pequeno e médio porte, no mercado chinês, proporcionando a aproximação entre os exportadores brasileiros de alimentos e os potenciais compradores locais.

A missão teve como foco a participação na feira SIAL China 2012, onde houve um estande institucional do Brasil que serviu como ponto de apoio à delegação e de referência aos visitantes. O estande Brasil contou com a participação de 30 empresas, quatro associações e da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia.

Além da participação na feira, houve visitas técnica a dois supermercados, um local e outro gourmet. O objetivo foi que os participantes do Pavilhão Brasileiro conhecessem hábitos alimentares, a apresentação dos produtos, os preços praticados, e outras informações importantes para quem quer vender para naquele mercado.

Participantes: Novomel, Café Tabom, MN Própolis, Frango Guibon, Kerry, Frangos Canção, Jaguáfrango, Instituto Frutal, Cia Muller de Bebidas, Citrosuco, Brasimex, Weber Haus, Cachaça Prazer de Minas, Best Beef, Mococa, Barra Mansa, Mafripar, Apis Vida, Rodopa Alimentos, Cooperfrigu, Chocolates Garoto, Seara Alimentos, Marfrig, Bom Sabor, Vinibrasil, Central Exportaminas, Frigol, Miolo, Lótus International, UBABEF, Abrafrigo, ABIEC, G-100, SEAGRI BA

Considerando o “feedback” das empresas, o resultado da ação comercial foi extremamente positivo. Considerando o resultado médio fornecido pelas empresas que responderam à pesquisa de satisfação, 90% dos participantes têm interesse em participar da próxima edição da feira e a

expectativa de geração de montante financeiro para os próximos 12 meses pode ser estimado em mais de US\$36 milhões.

Missão de Benchmark – Setor de Lácteos à China – Grupo G-100 - Período – 04 a 18 de maio

A Missão do Setor de Lácteos à China foi coordenada por este DPIA/SRI em parceria com a Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios (G-100), pelo terceiro ano consecutivo.

A missão alcançou todos os objetivos propostos e foi muito bem avaliada pelos participantes, que tiveram a oportunidade de visitar as maiores indústrias de lácteos do mundo, conhecer o sistema de produção e tecnologia das indústrias chinesas, além de observar características comerciais do maior mercado consumidor do mundo.

Verificou-se nas visitas às indústrias, um grande esforço por parte do governo e empresas chinesas em garantir a qualidade e sanidade dos produtos lácteos.

Oportunidades de inserção de produtos do setor lácteo brasileiro no mercado chinês foram identificadas, porém, avanços são necessários no que diz respeito à produção e preço.

A participação na Feira Sial China proporcionou à delegação oportunidades comerciais, além da interação com outros setores e o acesso às tendências e inovações de produtos lácteos, bem como percepção de ações estratégicas de marketing e posicionamento no mercado externo.

O encontro com o Adido Agrícola na China, Sr. Ezequiel Liuson, enriqueceu ainda mais a agenda da Missão, proporcionando grande conhecimento sobre a China, seus números, suas demandas, situação política e econômica, acordos fitossanitários e possibilidades de negócios.

Os dirigentes de cooperativas, empresas e instituições do setor lácteo aproveitaram a oportunidade para adquirir novas informações e conhecimentos disponibilizados nos locais de excelência que foram visitados, resultando em uma missão técnica e de prospecção harmoniosa e bastante produtiva.

Missão de Benchmark – Produtores de Suínos e Aves à França e à Espanha - Período – 20 a 29 de maio

A Missão teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre formas alternativas/avançadas de parceria e integração (interprofissões) que tornem a relação entre empresas e produtores mais equânimes e sua eventual aplicabilidade à realidade brasileira.

Na avaliação dos próprios participantes, a missão foi um grande sucesso e as informações coletadas serão muito úteis para a cadeia produtiva de aves e suínos de Goiás e Distrito Federal. Constatou-se que o Brasil não está defasado ante França e Espanha em termos de tecnologia da produção.

Entretanto, em se tratando de organização e integração, os produtores brasileiros ainda estão em um, nível inferior em relação a seus pares europeus. O sistema de “interprofissões” dos países visitados tornou a relação entre os elos da cadeia produtiva mais justa. Cabe destacar principalmente a experiência do Marché du Porc, na região da Bretanha, França, que criou um sistema de eficaz de proteção aos produtores, eliminando ataques especulativos e oscilações abruptas nos preços da carne suína.. Ainda, foi possível observar, no caso espanhol da cadeia de frangos, como é necessário um nível realmente avançado de organização dos produtores, sob pena de perpetuarem-se as maiores vantagens Aos agentes integradores e de distribuição, mesmo em uma organização interprofissional.

A idéia agora é que os produtores elaborem um documento, que servirá de subsídio ao Projeto de Lei em discussão sobre a integração no Brasil, e multipliquem os resultados aos demais produtores.

Missão Comercial - Participação na Feira Summer Fancy Food (Washington, EUA) - Período - 05 a 15 de julho

Este Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPIA/SRI/MAPA) foi responsável pela coordenação de missão comercial aos Estados Unidos, cujo principal evento foi a participação brasileira na Feira Summer Fancy Food 2012. A supracitada missão faz parte do calendário de ações no exterior construído por este departamento, considerando demandas do setor privado. A Summer Fancy Food é considerada a maior feira do mercado norte-americano no setor de alimentos e bebidas gourmet. Realizado desde 1955, o evento reúne mais de 40 mil visitantes de mais de 80 países que buscam a realização de negócios envolvendo os mais de 260 mil produtos expostos.

A participação de empresas brasileiras nesta feira vai ao encontro do objetivo governamental brasileiro de aumentar as exportações do agronegócio voltadas à agregação de valor. Trata-se de oportunidade para a inserção de produtores e empresas agroindustriais, inclusive de pequeno e médio porte, no mercado norte-americano.

O conjunto de ações desenvolvidas nos EUA incluiu:

- a) Participação em estande do Brasil na feira *SUMMER FANCY FOOD 2012*;
- b) Participação em rodada de negócios promovida pela Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas – ABBA;
- c) Ação de degustação dos produtos brasileiros, sob coordenação da Chef Letícia Schwartz;
- d) Visitas comerciais a empresas de alimentos americanas, como Costco Wholesale; Wegman's; Dean de Luca; rede Baltimore Sysco Foodservice e Whole Foods;
- e) Jantar da delegação brasileira com compradores norte-americanos.

A missão cumpriu seu objetivo de possibilitar aos participantes conhecer sobre o mercado local, identificar oportunidades de comércio e fazer contatos de negócios.

Número de expositores: O pavilhão brasileiro na feira contou com a participação de 22 expositores, sendo eles: Cocosamba, Cachaçaria Weber Haus, Ocean Par, Cachaça Tatuzinho, Vinícola Santon S/A, Mar & Terra, Cultiverde, JBS, Sakura Alimentos, Vapza, Dhex Business Development, Doce Vida, Frutos do Mar, Blue Macaw Flora, Brasil Beverages, Amazonia Energy, Cambraia Cafés, Maricota Alimentos, Cotia, Apis Vida, Mococa e Mr. Bey Sobremesas Premium.

Setores representados: Essas empresas representaram os seguintes segmentos do agronegócio brasileiro: mel, lácteos, frutas, água mineral, café, confeitos, chocolate, pão de queijo, vinhos, cachaças, bebidas energéticas, cereais, palmitos, peixes, comidas semi-prontas, sobremesas, picolés de frutas exóticas e açaí.

Participação em estande do Brasil na feira *SUMMER FANCY FOOD 2012*, com espaços individualizados para cada expositor, área comum de recepção e business lounge, cozinha e depósito. A participação na feira contou com Estande Brasil, especialmente projetado e decorado para as empresas expositoras, atendimento ao público sobre o agronegócio brasileiro no estande, degustação de produtos brasileiros tais como café, vinhos e espumante, caipirinha, feijoada, mel,

confeitos, picolés de frutas, açaí, brownie e pão de queijo; reuniões de negócios e distribuição de materiais informativos.

Missão Comercial - Participação na Feira SAITEX 2012 – (Joanesburgo, África do Sul) - Período – 11 a 19 de julho

A missão teve como objetivo dar continuidade a ação iniciada em 2009, visando promover e estimular o comércio entre o Brasil e o continente africano. Este DPIA/MAPA foi responsável pela coordenação de missão, cujo principal evento foi a participação brasileira na Feira SAITEX 2012. O estande, cuja montagem foi custeada pelo MAPA e MRE, teve um tamanho de 180m², onde foi possível alocar 15 empresas do agronegócio brasileiro. Além dos espaços destinados a cada empresa, houve uma área institucional onde o DPIA/MAPA pode dirimir dúvidas dos visitantes acerca do agronegócio brasileiro. Também coube ao DPIA/MAPA representar o Brasil no fórum “BRICS Africa Export Import” onde este departamento ministrou palestra sobre as possibilidades de investimento no agronegócio brasileiro.

A missão foi composta por 15 empresas, sendo elas: Agrobetel, BrasilFoods, COOPERJA, Alimentos Zaeli, Balas Soberana, Vhaleciex, Gratícia, Maricota, ExportaMinas, Mococa, Frangos Guibon, Seara, Paladar, Jaguá Frangos e Sakura alimentos.

A agenda da missão incluiu as seguintes ações:

- a) 13 de julho: Visitas técnicas a três redes supermercadistas (Shoprite Checkers Hyper, Pick n’ Pay, Super Spar) com reuniões junto aos setores de compras de cada estabelecimento visitado.
- b) 14 de julho: Reunião de abertura com palestras sobre a situação sanitária e fitossanitária da África do Sul e informações de mercado do país.
- c) 15 a 17 de julho: Participação na feira SAITEX com estande de 180m² onde as 15 empresas brasileiras puderam expor seus produtos a compradores de diversos países do continente africano.
- d) 18 de julho – Follow up com reuniões de negócios agendadas durante a feira e reunião de fechamento junto à Embaixada do Brasil em Pretória.

Conforme retorno obtido junto às empresas, a feira foi muito positiva para os setores de arroz e balas e confeitos. Empresas destes setores informaram que os contatos foram muito acima do esperado, gerando uma expectativa positiva de concretização de negócios futuros.

As empresas de carne de frango sentiram o impacto do processo antidumping que se encontra em curso naquele país, todavia informaram terem conseguido bons contatos junto a parceiros comerciais de outros países do continente africano.

Missão Comercial – Participação na Feira GIDA Turquia 2012 (Istambul – Turquia) - Período – 01 a 12 de setembro

A missão comercial à Turquia faz parte do calendário de ações no exterior elaborado por este Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPIA/SRI/MAPA), dando continuidade a ações de promoção comercial do agronegócio em países selecionados, considerada a prospecção de mercados potenciais com base em dados de mercado, assim como em demandas do setor produtivo.

A importância do mercado turco, em potencial de crescimento e devido a sua posição regional estratégica, e a extensão das oportunidades ainda não exploradas pelos produtores e empresas

brasileiros motivaram a iniciativa de promoção comercial do agronegócio brasileiro com vistas a ampliar, diversificar e incrementar o valor agregado das exportações para a Turquia e região.

A missão cumpriu seu objetivo de criar oportunidades de negócio e prospecção de parcerias comerciais para o agronegócio brasileiro na Turquia e países da região. Todos os expositores avaliaram positivamente a participação na feira.

O pavilhão brasileiro na Feira contou com a participação de 5 expositores, sendo eles: Central Exportaminas, Abrafrigo, Maricota (Clap Alimentos), Cereagro e Agro Betel.

Setores representados: soja e derivados, arroz e derivados, café, açúcar, frutas, castanhas e mel; gado vivo para corte e matrizes reprodutoras, genética animal, cachaça, balas e doces, alimentos congelados (pão de queijo, salgados, massas e pescados), entre outros.

Ações desenvolvidas:

- a) Participação na Feira GIDA Istambul 2012 – Estande de 99m² especialmente projetado e decorado;
- b) Atendimento ao público sobre o agronegócio brasileiro;
- c) Degustação de produtos brasileiros: pães de queijo, coxinhas, bolinhos de queijo, café, cachaça, bananinha, castanhas, balas e caipirinha;
- d) Audiência com o Cônsul Geral do Brasil na Turquia, Embaixador Luiz Henrique Fonseca;
- e) Recepção do Embaixador e Embaixatriz do Brasil em Ancara e do Ministro da Agricultura da Turquia, em visita ao estande.
- f) Reuniões de coordenação com o SECOM do Consulado Geral do Brasil e com a empresa montadora;
- g) Reunião de coordenação com a delegação brasileira;
- h) Distribuição de catálogo com o perfil das empresas que participaram do estande brasileiro;
- i) Visitas técnico-institucionais: Centro de Distribuição de Alimentos Bayrampasa, região metropolitana de Istambul, sede da rede de supermercados Kiler; Associação de Atacadistas de Produtos Alimentícios de Istambul; Câmara de Comércio de Istambul.

Missão Comercial - Participação na Feira World Food Moscow 2012 (Moscow – Rússia) - Período – 11 a 20 de setembro

A Missão comercial à Rússia foi coordenada por este DPIA/SRI em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A missão alcançou todos os objetivos propostos e foi muito bem avaliada pelos participantes, que tiveram a oportunidade de expor seus produtos em importante feira de alimentos e bebidas da federação Russa.

O estande brasileiro, com 90 m², cuja montagem foi custeada pelo MAPA, acomodou a contento 11 instituições, entre elas empresas dos setores de carne bovina e de frango, cachaça e café.

Lista de empresas expositoras representadas no estande brasileiro: JBS, SEARA, FRIGOL, FRIGON, MARFRIG, CAFÉ CAMPINHO, CACHAÇA VELHO BARREIRO, COOPERFRIGU, RODOPA, BARRA MANSA e ABRAFRIGO

O resultado obtido, assim como o trabalho realizado pelo MAPA foram bem avaliados: 70% dos expositores avaliaram a feira como boa e ficaram muito satisfeitos com os contatos comerciais realizados durante o evento. Foram declarados negócios para os próximos 12 meses de 110 milhões de dólares. Todos manifestaram interesse em participar da edição do próximo ano.

Missão Comercial – Participação na Feira Expoalimentos (Lima – Peru) - Período – 17 a 21 de setembro

Este DPIA/MAPA foi responsável pela coordenação de missão comercial ao Peru, cujo principal evento foi a participação brasileira na Feira EXPOALIMENTÁRIA 2012. A feira Expoalimentaria Peru tornou-se uma das maiores feiras de exportação de alimentos e bebidas da América Latina. A 4ª edição da feira, realizada entre 19 e 21 de setembro de 2012, reuniu 600 expositores de 25 países e regiões, e recebeu 8.160 mil compradores.

A participação do Brasil no evento em 2012 reuniu 25 expositores que representavam cerca de 50 empresas brasileiras em um pavilhão de 116m². A organização da participação do Brasil nesse evento visa à ampliação do fluxo comercial com países da região sul-americana que tem apresentado excelentes índices de crescimento nos últimos anos como Colômbia, Peru e Chile.

Missão Comercial – Participação na Feira America's Food and Beverage (Miami – EUA) - Período – 20 a 26 de setembro

O Brasil foi um dos destaques da 16ª America's Food and Beverage Show, realizada em Miami, nos dias 23 e 24 de setembro de 2012. O estande, cuja montagem foi custeada pelo MAPA e pelo MRE, teve área de 252m², onde foi possível alocar 30 empresas do agronegócio brasileiro. Além dos espaços destinados a cada empresa, houve uma área institucional onde o DPIA/MAPA pode dirimir dúvidas dos visitantes acerca do agronegócio brasileiro. Também coube ao DPIA/MAPA representar o MAPA institucionalmente junto às autoridades presentes ao evento.

Além da participação na feira, foram realizados encontros de networking no próprio pavilhão brasileiro, onde as empresas expositoras puderam sentar-se com potenciais compradores previamente selecionados para comercializarem seus produtos. Também foram realizadas reuniões com o SECOM do Consulado brasileiro em Miami e com a APEX Brasil, em sua sede na mesma cidade.

Resultados obtidos: Com base em feedback de 17 empresas, o montante de negócios esperados para os 12 meses seguintes ao evento suplanta o valor de US\$9 milhões. Mantida a média de expectativa para os demais participantes, a participação brasileira no evento gerará receita bruta de algo próximo de US\$20 milhões para as empresas brasileiras que participaram do estande MAPA.

Empresas Participantes: Catupiry, Docile, Cachaça Pendão, Sabor da Terra, Harald, Extremosul, Riclan S.A., Cotia, Cachaçaria Weber Haus, Peccin, Alibra, Mococa, Central Exportaminas, Maricota Alimentos, 100% Amazonia, Qualinova, Energy, Bel Chocolates, Grupo Pereira, Doce Vida, Marilan, Barion, Chocolates Garoto, Usibras, Cachaça Morro Vermelho, Apis Vida, Coco do Vale, Bodebrown e United Commodities.

Missão Comercial – Participação na Feira ICA ExpoCoop (Manchester, Reino Unido) - Período – 31 de outubro a 02 de novembro

A missão, coordenada em conjunto pelo DPIA/SRI e o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP/SDC), teve por objetivo reunir cooperativas exportadoras

brasileiras do setor de alimentos para participação na feira ICA ExpoCoop, organizada no âmbito das Comemorações do Ano Internacional do Cooperativismo. A missão reforçou a posição brasileira como fornecedor de alimentos, proporcionando a aproximação entre os exportadores brasileiros de alimentos e os potenciais compradores locais, inclusive de cooperativas de pequeno e médio porte.

O estande teve a montagem custeada pelo DENACOOOP/SDC, com um tamanho de 81m², onde foi possível alocar 6 (seis) cooperativas e uma área institucional onde o DPIA/SRI pôde dirimir dúvidas dos visitantes acerca do agronegócio brasileiro. Também coube ao DPIA/SRI representar o Brasil no fórum Destinations, onde foi ministrada palestra sobre as possibilidades de negócios oferecidas pelas cooperativas brasileiras presentes.

A missão foi composta pelas seguintes cooperativas: CONAP (Cooperativa Nacional de Apicultura), COOPARAISO (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso), COPLANA Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Arrozeira EXTREMO SUL, COPOAM (Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia) e Cooperativa Central JUSTA TRAMA. Infelizmente, devido a problemas de última hora, as duas últimas cooperativas não puderam enviar representantes. Não obstante, suas informações constaram do catálogo desenvolvido para a feira e seus estandes foram atendidos por recepcionistas bilíngues contratadas que intercambiaram contatos.

Apoio MAPA - Salon du Chocolat (Paris – França) - Período - 31 de outubro a 04 de novembro

O Salão do Chocolate de Paris é o maior evento mundial dedicado ao chocolate, por onde passam mais de dois milhões de visitantes. O evento também já ocorreu nos Estados Unidos (11^a edição), Japão (8^a edição), Rússia (3^a edição), China (2^a edição) e em 2012, o Brasil também teve sua 1^a edição, em Salvador.

Através de conferências, painéis de discussão, concursos de prestígio e animações temáticas, a feira destaca as novas faces das fábricas de chocolate do futuro, os visionários caminhos utilizados pelos chocolateiros, ‘chefs’ de hoje e as tecnologias de ponta que vão revolucionar o futuro deste segmento.

A participação do Brasil no evento visa levar o cacau brasileiro a novos mercados consumidores e a diferenciação/ agregação de valor ao cacau, com produtores apresentando seus produtos (amêndoas de cacau e chocolates) de melhor qualidade para consolidar o país como um potencial produtor de cacau e chocolates finos e especiais. Também abre espaço para comercializar parte da produção com maior valor agregado, além de travar contatos que resultem na obtenção de tecnologia de outros países.

O Ministério da Agricultura apóia a participação brasileira no evento desde 2009, por recomendação da CEPAL, que acompanha o trabalho e a evolução do setor de cacau fino no Brasil.

O apoio do MAPA restringiu-se ao aluguel da área de 90m² para montagem do pavilhão brasileira na supracitada feira.

Missão Comercial – Participação na Feira Food and Hotel China (Xangai – China) - Período – 07 a 18 de novembro

A missão comercial em apreço foi realizada no período de 07 a 18 de novembro de 2012, sob liderança do MAPA em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A importância estratégica do mercado chinês, em volume e potencial de crescimento, e a extensão das oportunidades ainda não exploradas pelos produtores e empresas brasileiros motivaram a iniciativa de promoção comercial do agronegócio brasileiro com vistas a ampliar, diversificar e incrementar o valor agregado das exportações para a China.

O principal objetivo da Missão Comercial à China foi a participação na 16ª edição da feira China's Global Food & Hospitality Expo - FHC 2012.

No que tange à montagem do pavilhão nacional, o espaço brasileiro foi instalado no Hall N4 do centro de exposições que sediou o evento. O Pavilhão Brasileiro, executado por empresa selecionada pelo Consulado-Geral do Brasil em Xangai, dispunha das seguintes áreas: área multissetorial com estandes individuais para os expositores, estande destinado ao setor de cafés especiais, área institucional e cozinha.

Foram contratados 12 intérpretes português/mandarim que deram suporte aos expositores nos contatos comerciais com os visitantes chineses.

Foi também contratada equipe de cozinha e garçons para ação de degustação coletiva.

Com o objetivo de apoiar a promoção do agronegócio brasileiro e orientar os visitantes do pavilhão, foi publicado catálogo institucional, com informações sobre os segmentos participantes, distribuídos durante o evento.

A expectativa de geração de montante financeiro para os 12 meses seguintes à feira (10 empresas informaram) é de US\$ 17 milhões.

Missões no Brasil

Recepção de Missão do Chile

No período de 06 a 10/02 este DPIA acompanhou a Missão da Região de Araucanía (Chile) composta por membros do governo local e cooperativas chilenas ao Show Rural Coopavel e a cooperativas da região de Cascavel, Campo Mourão e Maringá, no Paraná.

A missão participou da 24ª edição do Show Rural Coopavel, em Cascavel, onde tiveram a oportunidade de conversar com o Vice-Presidente da cooperativa e com o Coordenador-Geral do evento. No estande do MAPA e da Embrapa, o grupo conheceu algumas ações implementadas pelo governo no setor. Ainda visitaram o estande da Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Paraná (OCEPAR), EMATER-PR e COODETEC-PR, além de estandes diversos.

Em Campo Mourão, participou de um dia de campo feito pela COAMO, onde conversaram com o Gerente-Geral da Fazenda Experimental da Cooperativa e puderam ver in loco a prática de extensão tecnológica da cooperativa diretamente a seus cooperados. Ainda tiveram a oportunidade de conhecer a sede da COAMO e reunir-se com o seu Presidente.

Em Maringá, visitaram a sede da COCAMAR e participaram de reunião com coordenador, além de conhecer o parque industrial de embalagem de sucos.

Recepção de Missão da Rússia

No período de 02 a 05 de abril o DPIA coordenou a visita dos dirigentes do grupo Holding Agroindustrial Molotchnvi Produkt, nas cidades de Brasília, São Paulo e Porto Alegre com a seguinte agenda:

- a) Reunião no MAPA com Lelena Fastova onde ocorreu a apresentação sobre o mercado de alimentos no Brasil;
- b) Reunião de Serguei Plastinin e Lelena Fastova com a direção do grupo LUCION e com a direção da empresa SEARA ALIMENTOS / MARFRIG, em São Paulo-SP;
- c) Reunião com a direção da empresa ALIBEM, EM Porto Alegre-RS.

Press Trip Rio+20

O Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio apoiou a coordenação do evento Press Trip Rio+20, ação de promoção da imagem do agronegócio brasileiro, que tem por objetivo promover a visita in loco de jornalistas correspondentes de veículos internacionais de imprensa a experiências de sucesso do agronegócio com foco na temática da sustentabilidade, no período de 06 a 11/05.

O roteiro incluiu visitas aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. O grupo convidado consiste em 04 jornalistas residentes no Brasil, correspondentes de importantes veículos internacionais de imprensa, que estavam envolvidos na cobertura jornalística da Rio+20.

Visita do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Hungria

No período de 18 a 21/06, este DPIA acompanhou a visita do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Hungria, Fazekas Sándor, a Brasília-DF, Bento Gonçalves-RS e Rio de Janeiro-RJ, com a seguinte programação:

- a) Reunião na EMBRAPA e visita a fazenda de produção orgânica Malunga em Brasília-DF;
- b) Reunião na EMBRAPA Uva e Vinho em Bento Gonçalves-RS e visitas a vinícolas;
- c) Reunião com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho no Espaço FIESP – Forte de Copacabana e palestra do Presidente da EMBRAPA sobre Agricultura Tropical.

Recepção de Missão do México

A empresa Link Rural Consultoria solicitou ao DPIA/SRI audiência para um grupo Misto de empresários e políticos mexicanos que buscam informações sobre programas públicos e privados do agronegócio brasileiro. A missão com interesse em conhecer a política agrícola brasileira com ênfase no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 e eixos de ação e os mecanismos de operação das Câmaras Setoriais e Temáticas, do Programa ABC e do Plano Nacional de Agroenergia. O grupo é composto por deputados federais, gerentes e diretores de empresas.

Por esse motivo, este Departamento de Promoção internacional do agronegócio providenciou agenda com temas de interesse da delegação no dia 21 de agosto às 14h30, sala de Reunião da SRI.

A Comitativa foi composta por: Secretario de Desenvolvimento Rural /Governo do Estado de Nayarit; Subsecretario de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural /Governo do Estado de Nayarit; Diretor de Agroindustria da Secretaria de Desenvolvimento Rural /Governo do Estado de Nayarit; Subgerente de Operação Bacia Lerma-Balsas-Comissao Nacional da Agua; Representante do Deputado Federal Ing. Alberto Jimenez Merino; Diretor geral da Empresa TRALOGIC Comercializacion Agropecuária; Diretor agricola da Empresa TRALOGIC de Comercializacion Agropecuária; Consultoria LINK RURAL & responsável técnica da visita.

Visita de delegação do Vietnã

O Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio recebeu solicitação de agendamento de reuniões de trabalho para a delegação Vietnamita da Associação de Agricultores do Vietnã – VFNU em Brasília e Rio de Janeiro. Em atendimento ao comunicado, este Departamento providenciou uma programação que atendesse o que a delegação pretendia: i) conhecer as políticas brasileiras sobre agricultura e para os agricultores; ii) conhecer a relação entre as instituições de agricultores e o estado; e iii) visita de campo em propriedades brasileiras. Diante disso, a delegação foi recebida por servidores deste Departamento no dia 11/09/2012 e no dia 14/09 foi realizada visita de campo em uma propriedade de Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), conhecida como “Fazendinha Agroecológica Km 47”, Embrapa Solos, com apoio da SFA/RJ.

A Associação é uma organização político-social do campesinato vietnamita sob o comando do Partido Comunista do Vietnã.

O objetivo da Associação é de agir na defesa dos interesses dos camponeses junto ao Estado, auxiliando no seu funcionamento e aperfeiçoamento.

A delegação era composta por: Presidente do Comitê Central Executivo da Associação dos Agricultores do Vietnã, Chefe da delegação, **Sr. Nguyen Quoc Cuong**, **Sra. Nguyen Thi Ma**, membro do Comitê Permanente da Associação, Coordenadora-Geral do Fundo de Apoio aos Agricultores; **Sra. Tran Ngoc Thanh**, membro do Comitê Permanente da Associação, Diretora do Departamento dos Assuntos Sociais, Demográfico e de Famílias; **Sr. Nguyen Xuan Dinh**, membro do Comitê Permanente da Associação, Diretor Adjunto do Departamento de Cooperação Internacional; **Sra. Bui Kim Lien**, Funcionária da Coordenação do Fundo de Apoio aos Agricultores; e pela Conselheira da Divisão de ASEAN e Timor-Lest do Ministério de Relações Exteriores, **Sra. Maria Cristina de Castro Martins**.

Recepção de Missão da China

A SRI recebeu delegação chinesa no período de 26 a 29/11, composta por 8 grupos empresariais.

1. China Agriculture International Development COL., Ltd.
2. Heilongjiang Nongken Beidahuang Bussiness Trade Liability Group Co., Ltd.
3. Jiu San Cerals & Oil Industrial Group Co., Ltd.
4. Beijing Zhengda Feedstuff Co., Ltd.
5. Zhengbang Group Co., Ltd.
6. Shandong Guanfeng Seed Science and Technology Co., Ltd.
7. Shenglong Biological Technology Co., Ltd.
8. Luzhou Red Sorghum Modern Agriculture Development Co., Ltd.

A recepção incluiu apresentações institucionais no MAPA, CNA, APEX, MDIC, CNI e FIESP, visitas de campo e contatos com empresas do agronegócio interessadas em parcerias de investimento.

Foram apresentadas oportunidades de investimento pelos representantes dos Estados do Tocantins e Bahia em seus respectivos estados, bem como das associações dos produtores de algodão e dos plantadores de floresta, respectivamente, ABRAPA e ABRAFLO.

Foram realizadas visitas de campo às empresas SLC e Grupo Figueiredo em Cristalina-GO, bem como reuniões na FIESP com empresas brasileiras interessadas em captação de investimentos.

Reunião Sobre As Estratégias Do Agronegócio Brasileiro Para O Mercado Internacional

Foi realizada em 29 de novembro de 2012 a 5ª Reunião sobre as Estratégias do Agronegócio Brasileiro para o Mercado Internacional, nas dependências do hotel Mercure SHN, quadra 5, Bloco

G), em Brasília, DF. Promovida anualmente por esta SRI, o evento contou com a presença de representantes desta Secretaria e da Secretaria de Defesa Agropecuária deste Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de 7 adidos agrícolas no exterior e do ex-adido em Pequim. Os setores produtivos de agronegócio brasileiro, estiveram presentes a União Brasileira de Avicultura (UBABEF), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO), Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPCS), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Associação dos Produtores de Soja e Milho (APROSOJA).

Também se fizeram presentes representantes da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios (G100), Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), Federação da Agricultura no estado do Paraná (Faep), Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi (Cooperfrigu), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação dos Avicultores do Planalto Central (Aviplac), Associação brasileira de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), Associação Brasileira de Exportadores de Mel (Abemel), Associação Brasileira das Indústrias do Milho (Abimilho), *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA), Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid) e da Cooperativa do Programa de Assentamento do Distrito Federal (Coopa-DF). Estiveram também representadas as entidades seguintes governamentais: Ministério de Relações Exteriores (MRE), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Agência de Fomento do Estado do Tocantins, Banco do Brasil e a Agência de Promoção da Exportação (Apex), além da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Ação: ABC – Agricultura de Baixo Carbono

Valor Investido: R\$ 135.846,63

Detalhamento da Ação: O conceito de "sustentabilidade" é uma questão prioritária para o Governo Federal. Dentro desse contexto, o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo programas que incentivam a "agricultura sustentável". O Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono - define medidas sustentáveis que ao mesmo tempo proporcionam o aumento da produção e diminuem a emissão de gases de efeito estufa. É fundamental que o setor da "agricultura" assimile a importância da obtenção de resultados na produtividade em consonância com a sustentabilidade do campo. Por isso, a necessidade da difusão do Plano ABC junto ao setor. O plano atua em seis frentes: recuperação de áreas degradadas, plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de resíduos animais. Com o objetivo de implementar e difundir o Plano ABC, o Ministério da Agricultura vem incentivando a criação de Grupos Gestores, a exemplo da região sul, que está em processo de criação do Grupo Gestor Estadual do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Meio: REVISTA

Período da Ação: Abril/Maio/Julho/Set/Outubro

Ação: Todos Contra a Febre Aftosa 1º Etapa

Valor Investido: R\$ 3.668.222,18

Detalhamento da Ação: O foco desta comunicação deverá ser o estímulo à vacinação e a importância de vacinar contra a febre aftosa. Além disso, realizar uma vacinação de qualidade. - Além de vacinar o seu rebanho, observar se os vizinhos estão fazendo o mesmo para que a doença não se espalhe por toda a região. O animal infectado significa a impossibilidade de comercialização dos produtos e conseqüentemente perda de mercado. Ter o rebanho livre da febre aftosa implica em ganho de mercado interno externo.

Meio: TV Aberta, TV Fechada e Rádio.

Período da Ação: Maio 2012

Ação: Anúncios Cooperativismo

Valor Investido: R\$ 153.073,67

Detalhamento da Ação: Com o objetivo de novas estratégias para o segmento de cooperativismo e gênero será realizado um evento "I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo". E a "II Exposição de produtos e Serviços Cooperativismo"

Meio- Revista

Período da Ação: Maio/Junho/Julho/Agosto/Setembro/Novembro

Ação: Selo Certificação de Qualidade

Valor Investido: R\$ 2.366,48

Detalhamento da Ação: O selo tem como objetivo identificar todos os produtos orgânicos.

Meio- Não teve mídia

Período da Ação: Junho

Ação: RIO +20

Valor Investido: R\$ 1.045.478,32

Detalhamento da Ação: principal objetivo da Rio+20 foi renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Foi, portanto, uma segunda etapa da Cúpula da Terra (ECO-92) que ocorreu há 20 anos na cidade do Rio de Janeiro.

Meio: Mobiliário Urbano e Jornal

Período da Ação: Junho 2012

Ação: Plano Agrícola 2012/2013

Valor Investido: R\$ 5.200.892,78

Detalhamento da Ação: Comunicar os produtores que já foi lançado plano agrícola de 2012/2013, o valor liberado e o que pode ser financiado. Informar também que todas as informações podem ser obtidas no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Meios- Revista, Jornal, Rádio, Tv e Peças de Internet.

Período da Ação: 14 de Julho a 2 de Setembro

Ação: Expointer

Valor Investido: R\$ 1.601.286,04

Detalhamento da Ação: O objetivo deste conceito é permear cancelar toda e qualquer peça ou campanha que o MAPA venha a fazer daqui pra frente. Bem, a primeira campanha que o MAPA fará e já será derivada deste conceito é a "Campanha de Mídia Regional". O MAPA tem um calendário de eventos dos agronegócios voltados para agricultura ou pecuária.

Meios- Tv, Jornal, Revista e Rádio

Período da Ação: 13 de Julho a 31 de Agosto

Ação: Regionalização

Valor Investido: R\$ 372.907,24

Detalhamento da Ação: Não teve mídia

Período da Ação: Setembro e novembro de 2012

Ação: Fenagro

Valor Investido: R\$ 651.713,23

Detalhamento da Ação: Detalhamento da Ação: O objetivo deste conceito é permear cancelar toda e qualquer peça ou campanha que o MAPA venha a fazer daqui pra frente. Bem, a primeira campanha que o MAPA fará e já será derivada deste conceito é a "Campanha de Mídia Regional". O MAPA tem um calendário de eventos dos agronegócios voltados para agricultura ou pecuária.

Meio- TV Aberta, TV Fechada, Rádio, Jornal, Revista e Mídia Exterior.

Período da Ação: 17 de novembro a 02 de dezembro de 2012

Ação: Aftosa 2º Etapa

Valor Investido: R\$ 1.891.959,76

Detalhamento da Ação: O foco desta comunicação deverá ser o estímulo à vacinação e a importância de vacinar contra a febre aftosa. Além disso, realizar uma vacinação de qualidade. - Além de vacinar o seu rebanho, observar se os vizinhos estão fazendo o mesmo para que a doença não se espalhe por toda a região. - Creio que também é importante abordar que animal infectado significar impossibilidade de comercialização dos produtos e conseqüentemente perda de mercado. Ter o rebanho livre da febre aftosa implica em ganho de mercado interno e externo.

Meio - TV Aberta, TV Fechada e Rádio

Período da Ação: 23 de outubro a 30 de novembro de 2012

Ação: Criação e editoração de divulgação.

Valor Investido: R\$ 228.110,00

Detalhamento da Ação: Referente à criação e editoração gráfica de: publicações, folheterias, materiais e peças de comunicação

Período da Ação: Janeiro a Dezembro de 2012

Ação: Impressão de Material informativo.

Valor Investido: R\$ 111.555,35

Detalhamento da Ação: Referente impressão de material gráfico: publicações, folheterias, materiais e peças de comunicação

Período da Ação: Janeiro a Dezembro de 2012

28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 -

28.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Quadro B.16.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				BRA/IICA/05/002	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”.					
Código do Contrato: 111.393					
Objetivo da Consultoria: Realizar a padronização dos formulários dos três processos de serviços que compõem o Macroprocesso de Parcerias Institucionais em conformidade com a legislação pertinente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/10/2011	31/01/2012	25.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Formulários de 1 processo de serviços do Macroprocesso de Parcerias Institucionais.			23/01/2012 (reprogramada)	7.000,00	
Formulários de 1 processo de serviços do Macroprocesso de Parcerias Institucionais.			27/01/2012 (reprogramada)	7.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Sérgio Faria de Albuquerque				CPF: 306.007.071-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O Contrato foi prorrogado para 31 de janeiro de 2012 para finalização dos produtos. Foi previsto a padronização de formulários dos três processos de Parcerias Institucionais (Celebrar Convênio, Formalizar Termo de Cooperação, Formalizar Contrato de Repasse). A padronização desses formulários será insumo ao Manual de Parcerias Institucionais.					

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”.					
Código do Contrato: 112.003					
Objetivo da Consultoria: Elaborar O manual do macroprocesso de Parcerias Institucionais, reunindo o mapeamento existente dos seus processos: Celebrar Convênio; Formalização de Contratos de Repasse; Formalização de Acordo de Cooperação, a legislação pertinente, os formulários utilizados e orientações gerais para celebração de parcerias institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo- SDC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/01/2012	30/03/2012	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano de trabalho detalhando todas as etapas, cronograma de execução e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos.			18/01/2012	5.000,00	
Documento contendo os procedimentos e as atividades detalhadas em cada subprocesso.			01/02/2012	12.500,00	

Documento contendo alinhamento com a legislação relacionada, os formulários padronizados e orientações gerais para a execução das atividades constantes no macroprocesso de Parcerias Institucionais.	07/02/2012	15.000,00
Manual do macroprocesso de Parcerias Institucionais da SDC, contemplando os itens 5.2 e 5.3, contendo os fluxos, detalhamento das atividades, procedimentos, formulários e legislações pertinentes, de acordo com os normativos vigentes para formulação de manuais.	23/03/2012	17.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Renato Tarciso Barbosa de Sousa		CPF: 373.368.941-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O resultado final desta consultoria resultou na elaboração do Manual de Parcerias Institucionais que está contribuindo para a realização das atividades da área quanto à realização dos contratos de parcerias do MAPA. Este trabalho levou em conta o mapeamento dos processos: Celebração de Convênio; Formalização de Contratos de Repasse. Formalização de Acordo de Cooperação.		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”.					
Código do Contrato: 112.002					
Objetivo da Consultoria: Elaborar o modelo de gestão do escritório de processos do MAPA e atualização da metodologia de mapeamento de processos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/01/2012	30/03/2012	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano de trabalho detalhando todas as etapas, cronograma de execução e metodologia para desenvolvimento dos trabalhos.			23/01/2012	6.500,00	
Documento com o modelo de gestão contendo: atividades e responsabilidades do escritório de processo, perfil e quantitativo de pessoas e tecnologias a serem utilizadas, para funcionamento do escritório de processos do MAPA.			30/03/2012	22.750,00	
Metodologia MAIPS aperfeiçoada sob a ótica do modelo de gestão.			30/03/2012	19.500,00	
Capacitação de pessoal para atuação no escritório de Processos do MAPA com realização de 3 workshops para até 15 participantes.			30/03/2012	16.250,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Walmir Eiras de Sá				CPF: 296.942.567-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O resultado deste trabalho está contribuindo para a reestruturação de algumas áreas do MAPA quanto ao suporte à gestão institucional, visando melhorar os procedimentos e a aplicação do modelo de gestão, possibilitou também o aperfeiçoamento da metodologia criada pela unidade de modernização do MAPA, quanto ao mapeamento da gestão. Os três Workshops possibilitaram aos participantes um melhor entendimento do modelo de gestão e do próprio aperfeiçoamento da metodologia de mapeamento, aprimoramento e implementação de processos de serviço.					

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto".					
Código do Contrato: 111.465					
Objetivo da Consultoria: Elaborar Relatório Final do PCT BRA/IICA 05/052 - Projeto de Cooperação Técnica MAPA/IICA/ABC. "Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas versões da ABC e outra de caráter avaliativo".					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/11/2011	30/03/2012	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Proposta de Execução da Consultoria, contendo todo detalhamento das atividades a serem desenvolvidas e cronograma correspondente.	30/11/2011	3.750,00
Relatório final do PCT BRA/IICA 05/002 - Projeto de Cooperação Técnica MAPA/IICA/ABC "Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", conforme modelo padrão estabelecido pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE.	30/03/2012	10.000,00
Relatório final do PCT BRA/IICA 05/002 - Projeto de Cooperação Técnica MAPA/IICA/ABC "Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", com caráter avaliativo, na versão final.	30/03/2012	11.250,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Mauro Márcio Oliveira		CPF: 124.902.026-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve necessidade de aditativação de prazo tendo em vista que quatro consultorias finalizaram seus trabalhos em março de 2012, esta consultoria foi proposta para realização do relatório final do PCT no modelo determinado pela ABC e a elaboração de um relatório avaliativo do projeto. Estes relatórios demonstraram como foram realizados os produtos de cada objetivo seus benefícios e ainda o que podemos melhorar quando da contratação de consultorias.		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”.					
Código do Contrato: 112.004					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver o aprimoramento do processo relativo a compras, inclusive Licitação que deverá incluir o processo de licitação, com análise de risco e manual de padronização de procedimentos e formulários do referido processo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/01/2012	30/03/2012	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano de trabalho detalhando todas as etapas, cronograma de execução e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos.			23/01/2012	9.750,00	
Manual do processo de serviço relativo a Compras inclusive Licitação, contendo os fluxos, detalhamento das atividades, procedimentos, formulários e legislações pertinentes, de acordo com os normativos vigentes para formulação de manuais.			30/03/2012	29.250,00	
Plano de ação das melhorias a serem implementadas, a identificação dos riscos categorizados e ações de tratamento, detalhamento responsáveis e prazos.			30/03/2012	13.000,00	
- Plano de ação de implementação, contendo responsáveis pelas atividades e cronograma de implantação.			30/03/2012	13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ailton Luiz Gonçalves Feitosa				CPF: 259.277.361-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Para a unidade responsável pelo processo de compras este mapeamento possibilitou alterações em procedimentos que resultaram na melhoria de atividades. Foi elaborado o manual do processo que servirá de base para que a unidade possa orientar novos integrantes. Elaborado também um plano de ação com a identificação dos riscos e ações de tratamento.					

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”.					
Código do Contrato: 112.001					
Objetivo da Consultoria: Estruturação da cadeia de valor da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, com identificação de clientes, seus produtos, serviços, fornecedores e insumos, em consonância com as competências do Órgão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/01/2012	30/03/2012	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Insumos Externos					
Não há conteúdo a ser declarado					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano de trabalho detalhando todas as etapas, cronograma de execução e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos.			18/01/2012	5.000,00	
Documento contendo a relação dos clientes e produtos oferecidos pela SDC e caracterização dos produtos e serviços.			17/02/2012	12.500,00	
Documento contendo a relação dos fornecedores, produtos e serviços adquiridos e utilizados pela SDC e caracterização dos produtos e serviços.			13/03/2012	12.500,00	
Documento contendo a cadeia de valor com demonstrativo da utilização dos insumos para a geração dos produtos e serviços.			23/03/2012	20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernando Luiz de Oliveira Maia				CPF: 113.936.961-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os trabalhos desenvolvidos pela consultoria além de apresentarem os procedimentos para a elaboração do detalhamento da cadeia de valor, propiciaram novos conhecimentos à equipe, que desenvolverá o processo de elaboração dos demais macroprocessos da Cadeia de Valor do MAPA.					

28.2. ANÁLISE CRÍTICA

A contratação de consultoria na modalidade produto é importante tendo em vista que os consultores são detentores de conhecimentos específicos e especializados nos temas que foram contratados. Essa característica é fundamental para o Ministério em virtude de proporcionar aos servidores a transferência de conhecimentos com a sua participação nos processos executados, possibilitando a melhoria dos trabalhos desenvolvidos, bem como agilidade para dar suporte às demandas internas e externas. Dentre os produtos contratados, ressaltam-se as consultorias: Elaboração do Manual de Parcerias Institucionais, a padronização dos formulários do Processo de Parcerias Institucionais, que permitirá simplificação e maior organização das atividades e informações; a elaboração do modelo de gestão de escritório de processos que propiciou a reestruturação de unidades do MAPA para suporte a gestão.

33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA, para cada perspectiva (perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos, perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento e governança e controles).

Perspectiva da Sociedade:

Unidades e papel que cada uma exerce para o alcance das metas do objetivo estratégico

- a) Gabinete do Ministro (GM);
- b) Assessoria de Gestão Estratégica (AGE);
- c) Secretaria Executiva (SE);
- d) Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA);
- e) Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC);
- f) Secretaria de Política Agrícola (SPA);
- g) Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA);
- h) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI).

As unidades acima exercem ações para o alcance dos objetivos localizados nas perspectivas inferiores do mapa estratégico: Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento e Perspectivas de Processos Internos. Os objetivos localizados nas perspectivas superiores, Perspectiva do Agronegócio e Parceiros e Perspectiva da Sociedade, são atingidos como consequência do alcance dos objetivos das perspectivas inferiores. Isso porque, conforme o método utilizado no MAPA, o *Balanced Scorecard*, existe uma relação de causa e efeito entre os objetivos do mapa estratégico.

Portanto, o papel que cada unidade exerce para o alcance dos objetivos situados na Perspectiva da Sociedade, refere-se às ações de cada unidade para o alcance, primeiramente, dos objetivos das perspectivas inferiores. Ou seja, a entrega de resultados para a sociedade depende do alcance dos objetivos da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros cujos resultados, por sua vez, dependem do desempenho dos objetivos da Perspectiva de Processos Internos e da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

As tabelas seguintes mostram o papel de cada unidade para o alcance dos objetivos das duas perspectivas da Perspectiva de Processos Internos e da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento:

Objetivo Estratégico 22: Valorizar e monitorar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes multidisciplinares

Unidade	Papel
SE	Implantar e operacionalizar gestão de pessoas por competência

Objetivo Estratégico 23: Desenvolver cultura orientada para resultados

Unidade	Papel
SE	Modelar e implantar a avaliação de desempenho dos servidores
	Implantar a gestão de processos

Objetivo Estratégico 24: Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz

Unidade	Papel
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado

Objetivo Estratégico 25: Desenvolver e reter competências do corpo funcional

Unidade	Papel
SE	Implantar e operacionalizar gestão de pessoas por competência
	Modelar e implantar a avaliação de desempenho dos servidores

Perspectiva dos Processos Internos:**Objetivo Estratégico 8: Melhorar a qualidade e o acesso às informações**

Unidade	Papel
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
SDC	Ampliar o capital intelectual protegido, fomentar a inovação no agronegócio e promover o desenvolvimento territorial.
AGE	Implantar e operacionalizar a sala de antecipação dos problemas do agronegócio

Objetivo Estratégico 9: Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio

Unidade	Papel
AGE	Elaborar e disponibilizar as Projeções do Agronegócio

Objetivo Estratégico 10: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação

Unidade	Papel
AGE	Elaborar e disponibilizar as Projeções do Agronegócio

Objetivo Estratégico 11: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos

Unidade	Papel
SDA	Implantar e operacionalizar o Sistema Zoossanitário em todo território nacional
	Assegurar a conformidade dos Insumos Agrícolas
	Assegurar a conformidade dos Insumos Pecuários
	Assegurar a qualidade dos Produtos de Origem Vegetal
	Revisar e implantar o Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal
	Combater a produção e comercialização dos Produtos de Origem Animal sem inspeção oficial
	Fortalecer a Defesa Fitossanitária
	Reestruturar e implantar o SUASA
SDC	Implantar Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis
	Fomentar a atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados

Objetivo Estratégico 12: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias

Unidade	Papel
SDC	Ampliar o capital intelectual protegido, fomentar a inovação no agronegócio e promover o desenvolvimento territorial.

Objetivo Estratégico 13: Estimular a agregação de valor na produção agropecuária

Unidade	Papel
SDC	Implementar Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis

	Ampliar o capital intelectual protegido, fomentar a inovação no agronegócio e promover o desenvolvimento territorial.
	Fomentar a atividade dos pequenos e médios produtores com redução dos custos logísticos de escoamento da produção agrícola e fiscalização de serviços regulamentados

Objetivo Estratégico 14: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio

Unidade	Papel
SDA	Revisar e implantar o Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal
	Combater a produção e comercialização dos Produtos de Origem Animal sem inspeção oficial
	Reestruturar e implantar o SUASA
SPA	Aperfeiçoar mecanismos de Crédito Rural, focados na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência
	Aperfeiçoar Instrumentos de Minimização de Riscos que atendam às necessidades do Produtor Rural
	Modernizar mecanismos de apoio à comercialização
SRI	Participação na formulação de diretrizes e regras para disciplinar o comércio internacional
SDC	Ampliar o capital intelectual protegido, fomento da inovação no agronegócio e desenvolvimento territorial.
SPAE	Ampliar o número de beneficiários do Funcafé
AGE	Implantar e operacionalizar a sala de antecipação dos problemas do agronegócio
	Acompanhar iniciativas e Projetos Governamentais no tema de sustentabilidade

Objetivo Estratégico 15: Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA.

Unidade	Papel
SRI	Novos mercados abertos e manutenção de abertura com superação de barreiras não-tarifárias
	Eliminação de barreiras econômicas para as exportações para as exportações agrícolas brasileiras.
	Promover o agronegócio brasileiro no exterior

Objetivo Estratégico 16: Promover o agronegócio e a imagem do MAPA.

Unidade	Papel
SRI	Promover o agronegócio brasileiro no exterior

Objetivo Estratégico 17: Promover a organização e a integração das cadeias produtivas

Unidade	Papel
SDC	Implementar Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis

Objetivo Estratégico 18: Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA.

Unidade	Papel
SE	Consolidar o Processo de Gestão Estratégica
	Implantar o Modelo de Gestão Institucional do MAPA

Objetivo Estratégico 19: Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira

Unidade	Papel
SE	Gestão por Processos Implantada

Objetivo Estratégico 20: Melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho

Unidade	Papel
SE	Consolidar o Processo de Gestão Estratégica

	Gestão por Processos Implantada

Objetivo Estratégico 21: Melhorar a gestão da informação e do conhecimento

Unidade	Papel
SE	Processo de Gestão Estratégica Consolidado
SDC	Ampliar o capital intelectual protegido, fomentar a inovação no agronegócio e promover o desenvolvimento territorial.
AGE	Implantar e operacionalizar a sala de antecipação dos problemas do agronegócio

Não há como detalhar os recursos das ações integrantes dos programas do PPA por objetivo estratégico da Perspectiva da Sociedade, tendo em vista que as ações são transversais e realizadas na Perspectiva dos Processos Internos e na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, conforme explicado no item anterior.

As unidades não consolidadas, que constituem órgãos específicos singulares, com importante papel na consecução dos objetivos, são: Ceplac e Inmet.

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac

Unidade	Papel
Ceplac	Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação, e organização da produção
	Planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo, fortalecendo os arranjos locais, com ênfase em sistemas agroflorestais e na atração de investimentos
	Promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira e o desenvolvimento da produção de cacau no País
	Promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau
	Ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento das atividades agrosilvopastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental
	Administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau – FUNGECAU
	Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência
	Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas
	Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério
	Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério, além de exercer demais atribuições atribuídas pelo Ministro

A missão da Ceplac é: “Promover a competitividade e sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, tendo o cliente como parceiro.”

As ações desempenhadas pela Ceplac contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet

Unidade	Papel
Inmet	Promover a execução de estudos e levantamentos meteorológicos e climatológicos aplicados à agricultura e outras atividades correlatas
	Coordenar, elaborar e executar programas e projetos de pesquisas agrometeorológicas e de acompanhamento das modificações climáticas e ambientais
	Elaborar e divulgar, diariamente, a nível nacional, a previsão do tempo, avisos e boletins meteorológicos especiais
	Estabelecer, coordenar e operar as redes de observações meteorológicas e de transmissão de dados, inclusive aquelas integradas à rede internacional
	Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência
	Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas
	Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério
	Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério, além de exercer demais atribuições atribuídas pelo Ministro

A missão do Inmet é: “Prover informações meteorológicas confiáveis à sociedade brasileira e influir construtivamente no processo de tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do país.” Esta missão deve ser atingida por meio do monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima, fundamentados em pesquisa aplicada, no trabalho em parceria e no compartilhamento do conhecimento, com ênfase em resultados práticos e confiáveis.

As ações desempenhadas pelo Inmet contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

As unidades não consolidadas, que constituem entidades da administração indireta vinculadas ao Ministério, com importante papel na consecução dos objetivos estratégicos do MAPA, são: Conab e Embrapa.

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Unidade	Papel
Conab	Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal
	Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários
	Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária
	Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários
	Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno
	Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências
	Participar da formulação da política agrícola

A missão da Conab é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

As ações desempenhadas pela Conab contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Garantir a segurança alimentar.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Unidade	Papel
Embrapa	Planejar, orientar, controlar, executar e supervisionar atividades de pesquisa agropecuária, para produzir conhecimentos tecnológicos empregados no desenvolvimento da agricultura nacional;
	Apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades do Poder Executivo, ou organismos vinculados, com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política agrícola e da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agrícola;
	Estimular e promover a descentralização operativa de atividades de pesquisa agropecuária de interesse regional, estadual, distrital e municipal, mediante ações de cooperação técnico-científica com organismos de objetivos afins;
	Coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, mediante convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A missão da Embrapa é: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.”

As ações desempenhadas pela Embrapa contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; e Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

Perante essas unidades e instituições, a Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA (AGE) atua orientando os gestores sobre como aplicar o método de gestão da estratégia, *Balanced Scorecard*, e o método de gestão de projetos, desenvolvido também no âmbito da AGE. Portanto, os assessores do MAPA orientam os gestores interessados das demais unidades a desenvolver seus projetos estratégicos e a monitorar seus desempenhos.

Um exemplo dessa atuação foram as oficinas realizadas nas unidades da Ceplac da Bahia e do Pará, com o propósito orientar os gerentes na formulação de projetos estratégicos para a Comissão.

Seguem os Indicadores relacionados aos Objetivos Estratégicos da Perspectiva da Sociedade:

a) Aumento da produção de produtos não alimentares e não energéticos:

Indicador: Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos

Descrição	Mede o incremento da produção de matérias primas críticas não-alimentares e não-energéticas
Fórmula	(valor da produção no ano X - média do valor da produção entre 2000 e 2003) / média do valor da produção entre 2000 e 2003 * 100 Valor da produção do produto n = quantidade produzida x preço Valor da produção no ano X = soma do valor da produção de n1, n1, n3, nx n: nº de produtos
Unidade de Medida	Percentual
Polaridade	Quanto maior, melhor.

	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	228	228*

Fonte: IBGE

* Dados preliminares

Entre os anos de 2010 e 2011 houve um grande incremento no indicador que passou de 164% para 228%, impulsionado pelo aumento na quantidade produzida de algodão e no aumento no preço da borracha natural. Apesar de não se dispor dos dados consolidados de produção dos produtos que compõem o indicador, em 2012, prevê-se incremento para todos os produtos, com exceção de borracha, em decorrência dos preços mais baixos em relação a 2011.

b) Ampliação da participação da agroenergia na matriz energética:

Indicador: Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira.*

Descrição	O indicador avalia a ampliação do mercado de matérias-primas biocombustíveis e, conseqüentemente, sua utilização. Mede a participação de biocombustíveis na geração de energia total do País.	
Fórmula	$(N^{\circ} \text{ KWh gerados por biocombustíveis} / N^{\circ} \text{ KWh gerados total}) \times 100$	
Unidade de Medida	Percentual	
Polaridade	Quanto maior, melhor.	
	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	29,5%	ND**

Fonte: Balanço Energético Nacional 2012-EPE

* Inclui outras fontes renováveis, onde há uma pequena participação de energia solar e eólica.

**Dados oficiais da EPE para o ano de 2012 deverão ser divulgados em julho/2013.

Fórmula do indicador: Conversão das diferentes fontes de energia em petróleo equivalente (TEP, ou Total Equivalente em Petróleo), de forma a mensurar a sua participação relativa. Esse procedimento permite mensurar a participação das fontes renováveis, entre elas as derivadas da agroenergia.

c) Garantia da segurança alimentar:

Indicador: Volume de produção agropecuária per capita

Descrição	O indicador explicita a relação entre a produção agropecuária nacional e o abastecimento, sendo baseado na premissa de que quanto maior a produção per capita maior será o nível de abastecimento no país. Mede o somatório do volume total de produção de grãos, proteína animal, frutas e hortaliças em relação ao total de habitantes do país.	
Fórmula	Volume total (kg) da produção agropecuária / N° total de habitantes no país Composição do volume total da produção agropecuária: - Grãos: Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, milho, soja (considerando 18% de conversão para óleo) e trigo - Proteína animal: Carne bovina, carne suína e carne de frango - Frutas: abacate, banana, cacau, café caqui, castanha de caju, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, uva - Hortaliças: Batata-doce, batata-inglesa, mandioca e tomate	
Unidade de Medida	Kg/ habitante	
Polaridade	Quanto maior, melhor.	
	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	1043 kg/hab	1103 kg/hab*

Fonte: CONAB (Grãos); PS&D e FAS/ USDA (Proteínas); Sidra/IBGE (Frutas e Hortaliças); IBGE (n° total de habitantes)

*Dados preliminares

Os dados preliminares de 2012 referentes ao volume de produção agropecuária per capita apontam para uma expectativa de 1.103 kg de produtos por habitante por ano, um aumento de 5,7% em relação a 2011, puxado, principalmente, pelo crescimento na safra de milho.

Indicador: Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal

Descrição	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de alimentos e bebidas. Quanto maior a conformidade de alimentos e bebidas inspecionados pelo MAPA, maior será a inocuidade e qualidade dos produtos	
Fórmula	$IC = 0,6 * IA + 0,4 * IV$ IC = Índice de conformidade IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal ($0,7 * (\text{n}^\circ \text{relatórios de auditoria conformes} / \text{n}^\circ \text{total relatórios de auditoria}) + 0,3 * (\text{n}^\circ \text{de amostras de produtos em conformidade} / \text{total de amostras analisadas})$) IV = Índice de conformidade de produtos processados de origem vegetal ($(0,5 * \text{n}^\circ \text{de estabelecimentos inspecionados} / \text{n}^\circ \text{de estabelecimentos registrados}) + (0,5 * \text{n}^\circ \text{de amostras de produtos em conformidade} / \text{n}^\circ \text{total de amostras analisadas})$)	
Unidade de Medida	Número absoluto	
Polaridade	Quanto maior, melhor.	
	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	0,84	0,86

Fonte: DIPOA/DIPOV

d) Impulso do desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio:

Indicador: Variação do PIB do agronegócio

Descrição	Mede o crescimento do PIB do agronegócio de um ano em relação ao ano anterior.	
Fórmula	$(\text{PIB do agronegócio (R\$) no ano X} - \text{PIB do agronegócio (R\$) no ano X-1}) / \text{PIB do agronegócio (R\$) no ano X-1} * 100$	
Unidade de Medida	Percentual	
Polaridade	Quanto maior, melhor.	
	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	4,38%	-1,91%*

Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP

* Dados até agosto de 2012

Indicador: Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio

Descrição	Mede o crescimento do volume de exportações de produtos do agronegócio de um ano em relação ao ano anterior.	
Fórmula	$(\text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período X} - \text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período X-1}) / \text{Volume de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período X-1} * 100$	
Unidade de Medida	Percentual	
Polaridade	Quanto maior, melhor.	
	Exercício anterior	Exercício corrente
Alcançado	23,7%	0,9%*

Fonte: MDIC

* Dados até agosto de 2012

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

A Perspectiva do Agronegócio e Parceiros agrega o conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pela instituição para prestar bons serviços e obter o reconhecimento dos parceiros (dos três poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto agentes como os representantes).

Os objetivos que compõem essa perspectiva são: Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; e Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio.

A geração de informações estratégicas sobre o agronegócio possibilita maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio. Os resultados mais relevantes quanto a esse assunto são:

Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)

Lançada em abril de 2012, tem como objetivo obter maior controle da movimentação dos rebanhos do país, a fim de facilitar do acesso do Brasil a novos mercados, oferecendo transparência no processo de criação e transporte de animais nos 27 Estados brasileiros. A plataforma garante maior credibilidade, transparência, agilidade na coleta de dados sobre o trânsito de bovinos e a integração de vários sistemas de controle, inclusive sanitário.

A partir do ano de 2012, as Guias de Trânsito Animal (GTAs) passaram a ser eletrônicas, emitidas a partir do sistema da PGA. Os estados que já faziam esse controle de forma eletrônica também terão que migrar as informações para o sistema, que será fornecido pelo Governo federal.

Nessa primeira etapa, as Guias de Trânsito Animal (GTAs) emitidas pelas unidades federativas estão deixando de ser preenchidas manualmente e sendo feitas por meio eletrônico. Todas as informações referentes ao rebanho brasileiro estão sendo centralizadas no MAPA, garantindo agilidade no processo de elaboração de políticas de apoio ao setor e a interrupção do trânsito de bovinos entre regiões e Estados, no caso de problemas sanitários.

Além da Base de Dados Única (BDU), a nova PGA também abrigará outros dois módulos, com informações sobre o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) e o Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF).

O desenvolvimento de programas e sistemas voltados para o setor pecuário foi parte do acordo de cooperação firmado entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Mapa em outubro de 2009.

Núcleo de Inteligência Territorial (NIT)

Iniciativa conjunta do MAPA e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), lançada em outubro de 2012.

O NIT permitirá uma abordagem regionalizada da produção brasileira por meio da aplicação de inteligência geográfica às políticas agrícolas, usando como base dados captados até mesmo em tempo real. Também acompanhará ações de desmatamento, além da dinâmica do avanço da atividade agrícola no território nacional.

Tais informações serão disponibilizadas a partir do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura (SomaBrasil) pela qual será possível inspecionar as atividades agropecuárias pela internet com dados fornecidas por satélite.

Inteligência Competitiva (IC)

O projeto de Inteligência Competitiva tem como objetivo desenvolver a atividade de inteligência capaz de aumentar a competitividade do agronegócio. A IC objetiva apoiar a tomada de decisão estratégica, de forma que o decisor seja capaz de compreender e responder o ambiente que o envolve.

Ao longo de ano de 2012, foram realizados estudos preliminares sobre a melhor tecnologia, público-alvo e estrutura de governança para a implantação do núcleo de inteligência competitiva do agronegócio com a participação do MAPA. Ocorreu ainda a prototipação de um portal de inteligência para a cadeia produtiva do leite e derivados.

Perspectivas de Processos Internos

Política Agrícola

A Secretaria de Política Agrícola elabora, anualmente, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP, que é um instrumento contendo as diretrizes e ações da política agropecuária para o período de julho a junho do ano subsequente.

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 se destaca pela orientação estratégica de regionalização da política agrícola, como forma de melhor responder aos desafios específicos das realidades locais da atividade agropecuária, e pela redução das taxas de juros destinadas ao crédito rural, de 6,75%, para 5,5% ao ano, assim como pelo fortalecimento do Programa de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp) e do Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC).

O médio produtor rural passa a contar com melhores condições de financiamento, dentre as quais se destacam a redução da taxa de juros e a elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento no Programa. E o programa ABC, criado como parte do esforço do Governo de estímulo à implantação e ao desenvolvimento de sistemas produtivos agrícolas ambientalmente sustentáveis, também teve sua taxa de juro reduzida para 5%. Esse programa se destaca pelo objetivo de estimular a recuperação de áreas e pastagens degradadas, o plantio direto na palha, o plantio de florestas comerciais e o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta.

Para a safra 2012-2013, que se iniciou em julho de 2012, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) contempla uma disponibilidade de R\$ 115,2 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, sendo R\$ 86,9 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 28,8 bilhões para investimentos, com destaque para os programas ABC (R\$ 3,4 bilhões), Procap-Agro (R\$ 3,0 bilhões), Pronamp (R\$ 4 bilhões) e Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK) no valor de R\$ 6,0 bilhões.

Além disso, a SPA, através do Departamento de Economia Agrícola – DEAGRI, busca sempre aprimorar e divulgar as informações referentes ao apoio creditício ao produtor rural, com o objetivo de dar transparência e maior acesso aos valores disponibilizados ao crédito rural.

Mensalmente o DEAGRI realiza reuniões do Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural – GACR, com representantes dos bancos oficiais e cooperativos, para a consolidação de todas as informações oriundas do crédito rural no mês e na safra. Posteriormente as informações são divulgadas através do site do Ministério, ficando disponível ao público em geral.

Projeções do Agronegócio Brasileiro

Na AGE, destacam-se a elaboração do estudo Projeções do Agronegócio Brasileiro. O trabalho tem como objetivo indicar possíveis direções do desenvolvimento e fornecer subsídios aos formuladores

de políticas públicas quanto às tendências dos principais produtos do agronegócio. Os resultados buscam, também, atender a um grande número de usuários dos diversos setores da economia nacional e internacional para os quais as informações ora divulgadas são de enorme importância. As tendências indicadas permitirão identificar trajetórias possíveis, bem como estruturar visões de futuro do agronegócio no contexto mundial para que o país continue crescendo e conquistando novos mercados.

É uma visão prospectiva do setor, base para o planejamento estratégico de várias atividades no Mapa. Com base nessa visão prospectiva, são produzidas publicações onde são incorporadas novas informações de modo a manter atualizadas as principais tendências da agricultura para os próximos anos. Por este motivo, instituições que trabalham com a visão de longo prazo têm a preocupação de atualizar sistematicamente suas projeções.

O trabalho tem sido realizado por um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura e da Embrapa, que interagem nas diversas fases da preparação deste. Também fazem também parte do trabalho, pessoas/instituições que analisam os resultados preliminares e informam seus comentários, pontos de vista e idéias sobre os resultados das projeções.

Produtos e Serviços do Agronegócio

A Perspectiva de Processos Internos agrupa os objetivos estratégicos que o MAPA terá que alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, que agrupa os que a instituição terá de alcançar seu reconhecimento.

Essa perspectiva foi dividida em quatro temas: 1) Informação; 2) Produtos e Serviços; 3) Articulação e Promoção; e 4) Excelência Administrativa.

Os objetivos que compõem o tema deste item 2 (Produtos e Serviços), são: Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos; Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.

Os resultados estratégicos mais relevantes relacionados aos objetivos estratégicos desse tema (Produtos e Serviços), bem como seus produtos, são:

Resultados Estratégicos	Produtos
Sistema Zoofitossanitário Implantado e Operacional em todo o Território Nacional	- Desenvolvido o módulo administrativo e operacional do Sistema de Gestão de Estudos Epidemiológicos (SIGEP), que está em fase de ajustes finais para ser disponibilizado aos usuários do Serviço Veterinário Oficial; - Realizada a divisão do desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (SISBRAVET) em três módulos: módulo de notificação de ocorrências zoossanitária; módulo de emergência veterinária; e módulo de gestão dos programas zoossanitários; - Adaptada a ferramenta atualmente utilizada pelo Departamento de Saúde Animal para avaliar os Serviços Veterinários Estaduais voltada para o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; - Finalização do monitoramento para avaliação de circulação viral no estado do Rio Grande do Sul, com atualização do relatório correspondente; - Execução do inquérito soro-epidemiológico para avaliação de circulação viral nos sete estados do Nordeste e na região Centro-Norte do Pará, com os trabalhos de campo e análises laboratoriais finalizados no estado do Maranhão; - Realização de 11 (onze) auditorias em todos os estados do Nordeste e Norte, com áreas não reconhecidas como livres da doença, para avaliação das condições técnicas e estruturais dos serviços veterinários oficiais da região, com elaboração de planos de

	ações individuais; - Capacitações, relacionadas à vigilância da febre aftosa, realizadas em dois estados do Sul (RS e SC), dois no Sudeste (ES e MG), oito do Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI e RN), um no Norte (RO) e dois no Centro-Oeste (DF e GO); - Finalização da revisão do Plano de Ação para Febre Aftosa – volume I e do manual utilizado no PNEFA com “Coletânea de Imagens”; - Início dos trabalhos de revisão do PNEFA para elaboração de plano de fortalecimento da prevenção da febre aftosa no País.
Defesa Fitossanitária Fortalecida	- Plano de Educação Fitossanitária Elaborado; - Conceituação de Capacidade Fitossanitária Elaborada; - Capacitação dos técnicos do DSV e dos Estados para elaboração, avaliação e acompanhamento de convênios na área fitossanitária; - Capacitação das SFAs para avaliação e acompanhamento de convênios na área fitossanitária; - Definição da Sistemática de Supervisão dos Convênios por parte da SFAs; - Informatização do procedimento administrativo de importação de material de pesquisa; - Revisão da IN embalagem de madeira; - Edição da IN sobre Certificado Fitossanitário; - Elaboração da IN Tratamentos Fitossanitários; - Revisão das IN 54 (PTV) e 55 (CFO); - Elaboração da IN sobre Autorização Fitossanitária de Importação – AFIDI; - Implantação do sistema informatizado GTV, SIPEWEB; - Revisão do Projeto de Lei de Sanidade Vegetal; - Constituição de Grupo de Trabalho para elaboração da Minuta de Decreto que regulamenta a nova Lei de Sanidade Vegetal; - Internalização e Adequação de NIMF para caracterização de áreas livres, locais de produção livres e áreas de baixa prevalência de pragas quarentenárias presentes ou de importância econômica.
Rede Lanagro Reconhecida como Referência para a Defesa Agropecuária	- Desenvolvido o Projeto de Certificação da CGAL na ABNT NBR ISO 9001, incluindo: conscientização de servidores por meio de divulgação ampla quanto à importância do projeto e a necessidade de engajamento de todos os colaboradores da CGAL; realização de palestras; discussão e estabelecimento de política, objetivos e indicadores da qualidade.
SUASA reestruturado e implantado	- Adesão ao Programa pelo Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Bahia, além de sete municípios e dois consórcios (que representam juntos mais de 20 cidades); - Assinado em Santa Catarina um protocolo para implantação de um projeto piloto; - Estão em processo de adesão outros 15 estados e 50 municípios.
Mecanismos de crédito rural aperfeiçoados, focados na sustentabilidade, ganhos de produtividade e de eficiência.	- Revisão do Manual de Crédito Rural (MCR), que codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis. - Divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 - Apresentação e discussão preliminar do modelo provisionamento anticíclico selecionado (canadense), após pesquisa sobre modelos internacionais de estabilização da renda agrícola.

Instrumentos de minimização de riscos aperfeiçoados que atendam às necessidades do produtor rural	- Discussão de novas diretrizes para metodologia de risco climático; elaboração de nova metodologia de risco; discussão de diretrizes para novos procedimentos licitatórios; elaboração de Projeto Básico com nova metodologia; discussões iniciadas com diretoria da Embrapa acerca da formalização daquela instituição como agente de validação dos resultados do Zoneamento Agrícola; e apresentação interna de novo modelo de zoneamento agrícola. - Avaliação de modelos disponíveis de simuladores de impactos na safra decorrentes de movimentos do mercado e de clima; definição de metodologia para as culturas temporárias (grãos); teste de metodologia pra milho; desenvolvimento de aplicativo em plataforma web para apresentação da matriz. - Elaborados estudos e implementadas novas políticas, como alocação de recursos específicos para atender a safra de inverno 2011/2012, além de novas medidas de incentivo à Produção de Orgânicos, aos produtores do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e aos produtores localizados em municípios considerados de alta prioridade. Todas as mudanças foram discutidas e aprovadas pelo Comitê Gestor do Seguro Rural.
Participação na Formulação de Regras para o Comércio Internacional	- Relançamento das negociações visando a um Acordo de Associação Inter-regional Mercosul-União Européia, após hiato de seis anos, na Cúpula Mercosul-UE, realizada em Madri, em maio de 2010, com base em flexibilizações de posições em temas centrais (setor automotivo e compras governamentais, de parte do Mercosul, e oferta agrícola, de parte da UE). - Abertura de nova consulta Mercosul-UE, por meio da Circular Secex nº 44, de 25 de setembro de 2012, levando-se em conta a necessidade de atualização do posicionamento do setor privado brasileiro sobre as negociações do ALC entre os dois Blocos, com a maioria das manifestações favoráveis às negociações de um acordo de livre comércio entre os dois Blocos. - Realização de quatro reuniões de acompanhamento do acordo com os EUA sobre o Paineiro do Algodão.
Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implementados	- Instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; - Apoio a 303 bancos comunitários de sementes; - Consolidação de 13 documentos contendo as diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico; - Seleção de 22 projetos de núcleos de estudo em agroecologia, totalizando o apoio a 36 núcleos na rede federal de educação profissional científica e tecnológica; - Elaboração de 110 fichas agroecológicas - Capacitação de 47 técnicos em mecanismos de garantia da qualidade orgânica. - Elaboração de manuais de bem estar animal. - Execução das ações planejadas para a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) de acordo com as metas contidas no PPA e do Plano Operativo Anual (POA). - Parceria estratégica com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) para realização de trabalho conjunto com vistas ao uso racional de agrotóxicos. - Continuidade da execução do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), com a implementação de Grupos Gestores Estaduais, a capacitação de técnicos capacitados em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável e a elaboração de Planos Estaduais.

Articulação e Promoção

Câmaras Temáticas e Setoriais

A Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas tem como principal atribuição coordenar e apoiar os trabalhos das Câmaras desenvolvendo as seguintes funções:

- I. Estabelecer canais de articulação entre o Mapa e outras instituições públicas e privadas, para atendimento às proposições das Câmaras;
- II. Estimular as Câmaras para priorizar a discussão de questões estruturais das cadeias produtivas, colaborando para a formação de políticas de longo prazo;
- III. Identificar oportunidades para as diferentes cadeias produtivas;
- IV. Definir estratégias de ação para implementação de políticas públicas;
- V. Promover o intercâmbio entre as diversas Câmaras Setoriais e Temáticas;

- VI. Estimular ações e agendas que promovam a organização das cadeias produtivas representadas pelas Câmaras;
- VII. Estimular e apoiar a criação de Câmaras nos estados;
- VIII. Oferecer apoio operacional em nível requerido pelas Câmaras Setoriais e Temáticas; e
- IX. Gerenciar as proposições apresentadas pelas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Ao longo do ano calendário 2012, a Coordenação realizou em torno de 130 reuniões de câmara, gerando ao redor de 206 proposições e 254 deliberações, oriundas das câmaras setoriais e temáticas.

Dentre os principais resultados dos trabalhos da Coordenação em 2012 destacam-se:

a) Assuntos diversos:

- I. Participação na elaboração da proposta de criação de um Sistema de Inteligência Competitiva para o Agronegócio (IC) no âmbito do MAPA;
- II. Apresentação de proposta para celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o MAPA e o SEBRAE, visando desenvolvimento de ações em prol do Agronegócio;
- III. Criação e Instalação de duas câmaras: Setorial da Cadeia Produtiva de Animais de Estimação e Temática de Cooperativismo Agropecuário;
- IV. Realização de Treinamento, em Brasília, para Equipes de Coordenação de Câmaras Setoriais estaduais e palestras, nos estados, para estimular criação e ação de câmaras em seus respectivos estados;
- V. Reestruturação da Câmara Temática e Seguro em duas Câmaras: Crédito e Comercialização, e de Seguro do Agronegócio;

b) Câmaras Setoriais da Área Animal:

I. Cadeia Produtiva de Aves e Suínos

- 1. Extensão dos benefícios do Programa Brasil Maior referentes à desoneração da folha de pagamento aos setores de aves e suínos;

II. Cadeia Produtiva da Carne Bovina

- 1. Elaboração de proposta de adequação do Plano Agrícola e Pecuário para a pecuária de corte, destacando-se a inserção do confinamento no âmbito do Programa ABC. Cadeias da Área Animal, com ênfase na LEC para lã de diferentes espessuras, dentre outros;
- 2. Elaboração de proposta para a adequação das linhas de crédito e criação do fundo de aval para viabilizar financiamento, em condições diferenciadas, para produtores que tenham animais sacrificados no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).
- 3. Elaboração de proposta para a isenção da incidência do PIS/PASEP e da COFINS sobre rações e suplementos minerais destinados à Pecuária de corte.

III. Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos

- 1. Elaboração dos projetos sobre tratamento de efluentes e resíduos de abate, complementar a Planta-padrão para pequenos abatedouros de Caprinos, Ovinos, Suínos e Bovinos, com ênfase para o abate de caprinos e ovinos;
- 2. Elaboração de proposta de adequação do Plano Agrícola e Pecuário, destacando-se a criação de Linha de Crédito para a Retenção de Matrizes Caprinas e Ovinas e alteração da LEC da lã (preços diferenciados para diferentes espessuras);
- 3. Celebração de Termo de Cooperação Técnica entre a Embrapa Caprinos e Ovinos e MAPA para dar continuidade ao Programa de Melhoramento Genético e Teste de Progênese para Caprinos Leiteiros;
- 4. Elaboração de proposta para a alteração da IN 37, que trata do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite de Cabra.

IV. Cadeia Produtiva do Leite e Derivados

1. Realização de Workshop sobre Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação na Cadeia de Lácteos;
 2. Elaboração de proposta de adequação do Plano Agrícola e Pecuário, destacando-se a criação de linhas específicas para o leite no programa ABC;
 3. Elaboração de proposta para a Regularização da Produção do Queijo Artesanal, em substituição à atual legislação vigente;
 4. Elaboração de proposta sobre procedimentos para a análise do leite em tanques comunitários pela RBQL, no âmbito da reformulação da Instrução normativa Nº 62/2011;
 5. Elaboração de Protótipo Não-Funcional de Inteligência Competitiva para a Cadeia do Leite e Derivados.
- V. Cadeia Produtiva de Eqüídeos**
1. Elaboração de proposta de Alteração da IN nº 48 que trata dos Planos de apostas de entidades turfísticas, Revisão do Código Nacional de Corridas e Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, com ênfase nos Programas de Vigilância para Mormo e AIE;
 2. Apresentação de Termo de referencia ao MAPA para a atualização do Estudo sobre o “Complexo do Agronegócio Cavalo”, por meio de celebração de Termo de Cooperação entre MAPA (SDC) e ESALQ;
- VI. Cadeia Produtiva do Mel e Produtos das Abelhas**
1. Descentralização dos recursos do MCT para o Projeto sobre tipificação de méis;
 2. Elaboração de proposta ao IBAMA para a adequação das legislações sobre Meliponicultura;
 3. Elaboração de proposta da cadeia apícola no âmbito da reformulação do RIISPOA;
 4. Elaboração de normas no âmbito da ABNT para a cadeia apícola.
- c) Câmaras Setoriais da Área Vegetal:**
- I. Cadeia Produtiva do Cacau**
1. Implantação do Plano de Contingência para Combater a Monilíase do Cacaueiro, com conjunto com o DSV/MAPA e CEPLAC;
 2. Aprovação do Registro de Defensivo TRICOVAB para a cultura do Cacau.
- II. Cadeia Produtiva de Citricultura**
1. Implantação de Medidas de Apoio a Comercialização de Laranja, compreendendo a renovação da LEC contratada em 2011 e realização de 16 leilões (PEP e PEPRO), com a comercialização de 26 milhões de caixas de laranja, beneficiando mais de 1,5 mil produtores em 2012;
 2. Ampliação para cinco anos do prazo de pagamento das dividas de custeio, dos citricultores, com vencimento em 2012;
 3. Criação de uma linha de crédito para manutenção de pomares com limite de R\$ 150 mil, juros de 5,5% ao ano, prazo de até cinco anos para pagamento;
 4. Apresentação de Proposta isenção de impostos Federais (PIS e COFINS) no suco de laranja 100%;
 5. Instituição de Normativo fixando a quantidade mínima de cinquenta por cento de polpa ou suco de laranja no Néctar de Laranja - IN nº 21, de 28.08.2012;
 6. Elaboração de proposta e participação nas discussões do GT para atualização da legislação do Sistema de Mitigação de Risco de Citrus.
- III. Cadeia Produtiva de Bebidas (Cachaça e Viticultura)**
1. Assinatura do Protocolo de Intenções entre o Brasil e Estados Unidos, visando o reconhecimento da Cachaça como produto brasileiro, por aquele país;
 2. Implantação do Programa de Monitoramento de Contaminantes da Cachaça – parceria MAPA, MCT, ITEP e IBRAC;
 3. Instituição de IN prorrogando o prazo de vigência da entrega em vigor dos limites de carbamato de Etila;

4. Construção da Agenda Estratégica da Associação Pernambucana dos Produtores de Cana de Açúcar e Rapadura, tendo como referencia a Agenda Estratégica da Câmara Setorial da Cachaça;
5. Instituição de Normativo fixando a quantidade mínima de cinquenta por cento de polpa ou suco de uva no Néctar de Uva - IN nº 24, de 30.08.2012;
6. Aprovação da criação do Fundo Nacional para Promoção e Ordenamento do Mercado Vitivinícola Brasileiro – FUNDAVINHO;
7. Fixação do Preço Mínimo da Uva Industrial para a safra 2012, pelo CMN;
8. Apresentação de proposta para instituição de normativo para regulamentar os procedimentos gerais para o controle do envelhecimento de bebidas alcoólicas e outros produtos - Portaria nº 128/2012, submetida à Consulta Pública;
9. Instituição de normativo que estabelece os padrões de identidade e qualidade e a classificação dos fermentados acéticos - IN nº 6, de 03/04/12;
10. Apresentação de proposta para instituição de normativo que aprova os requisitos e procedimentos administrativos para o registro de estabelecimento e produto, bem como para a produção e envasilhamento em estabelecimento de terceiro e para contratação de unidade volante para envasilhamento de produto – Envase Móvel - Portaria nº 142/2012, submetida à Consulta Pública;
11. Apresentação de proposta para instituição de normativo que estabelece os novos requisitos para o registro de estabelecimentos familiares rurais para a produção de vinho - Portaria nº 151/2012, submetida à Consulta Pública.

IV. Cadeia Produtiva de Flores e Plantas ornamentais

1. Implantação do Curso de Capacitação Técnica em Floricultura, em parceria com SENAR/CNA;
2. Apresentação de proposta para revisão do Decreto de Sementes;
3. Apresentação de proposta para revisão da Instrução Normativa que trata das Normas Gerais de Olerícolas e Ornamentais.

V. Cadeia Produtiva de Hortaliças

1. Regulamentação de novo registro de defensivos agrícolas para culturas de pequeno suporte fitossanitário (Minor Crops) – grupo de hortaliças;
2. Participação no II Encontro Nacional sobre Registros de Agrotóxicos para Culturas de Suporte de Fitossanitário Insuficiente – CSFI (Minor Crops), com destaque para as câmaras de frutas e hortaliças.

VI. Cadeia Produtiva de Fruticultura

1. Definição dos novos Padrões de Identidade e Qualidade da Manga;
2. Alocação, pelo MAPA, de Recursos financeiros e materiais para o Programa de Combate a Mosca da Carambola;
3. Apresentação de proposta de instituição de normativo que autorize os engenheiros agrônomos receitar produtos registrados para uma determinada cultura, para outras culturas não constantes nas bulas;
4. Apresentação de proposta de instituição de normativo que autorize os engenheiros agrônomos receitar produtos registrados para uma determinada cultura, para outras culturas não constantes nas bulas;
5. Apresentação da proposta de criação da Agência de Registro e Fiscalização de Agroquímicos;
6. Participação no II Encontro Nacional sobre Registros de Agrotóxicos para Culturas de Suporte de Fitossanitário Insuficiente – CSFI (Minor Crops), com destaque para as câmaras de frutas e hortaliças;
7. Realização e Divulgação do resultado da pesquisa sobre hábitos alimentares de FLVs, visando incentivar o aumento do consumo de FLV – parceria coma CNA e Frente Parlamentar Mista da Fruticultura.

VII. Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas

1. Elaboração do relatório para a formalização do Locus Institucional do Setor de Florestas Plantadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
 2. Elaboração de proposta ao MAPA para a aceitação de “Protocolo mínimo” para extensão de uso de defensivos agrícolas para o setor florestal, que já tenham registro para outras culturas”;
 3. Elaboração de proposta para a avaliação da “Extensão de uso” do produto imidacloprid (Evidence 700 WG) para a cultura de eucalipto, com vistas ao controle da praga “vespa de galha” (*Leptocybe invasa*), psíldeo-de-concha e percevejo bronzeado, no território nacional;
 4. Elaboração de proposta para a ampliação dos limites de financiamento dos projetos de florestas plantadas, bem como o aumento do período de carência, no âmbito do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC).
- VIII. Cadeia Produtiva de Borracha Natural**
1. Apresentação de Proposta de Ação contra Redução da Tarifa Externa Comum da Borracha Natural;
 2. Implementação do Projeto de Co-criação na Cadeia Produtiva da Borracha Natural.
- IX. Cadeia Produtiva de Horticultura**
1. Implantação do Plano Nacional Para Desenvolvimento Estratégico da Olericultura no Brasil ano 2012.
- X. Cadeia Produtiva do Açúcar e Alcool**
1. Apresentação de Proposta de Emenda Parlamentar que altera dispositivos da Lei 4.870, de 01 de dezembro de 1965, em especial os artigos 36 e 64, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências;
 2. Apresentação de Proposta de Aumento da Mistura de Alcool Anidro a Gasolina de 20% para 25%.
- XI. Cadeia Produtiva do Palma de Óleo e Oleaginosas e Biodiesel**
1. Intensificação do Diálogo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e INCRA para promover ações de Regularização Fundiária em Áreas Produtoras de Palma de Óleo;
 2. Apresentação de Propostas ao MDA para aumento do Limite de Crédito Rural disponibilizado ao agricultor familiar pelo Pronaf Eco Dendê;
 3. Formação do Grupo Temático de Tributação para realizar diagnóstico de impostos incidentes sobre o setor produtivo de biodiesel.
- XII. Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados**
1. Manutenção do Preço Mínimo da Mandioca estabelecida no PAP 2012/13;
 2. Registro de Defensivos Agrícolas para a Cultura da Mandioca de acordo com a legislação de culturas de pequeno suporte fitossanitário (Minor Crops).
- XIII. Cadeia Produtiva do Tabaco**
1. Assinatura de Protocolo com a República Popular da China para Fins de Exportação de Tabaco oriundos do Estado de Alagoas e Bahia;
 2. Promoção de Debates e Ações junto aos Órgãos Competentes e Representantes da Sociedade Civil para Análise da Proposta de Revisão da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) que propunha restrições ao plantio de tabaco.
- XIV Cadeia Produtiva do Arroz**
1. Elaboração de proposta de adequação de norma da Conab para comercialização do arroz em casca e compra simultânea de arroz beneficiado;
 2. Elaboração de propostas específicas para o setor rizícola a SPA/MAPA, através da Câmara Temática de Seguro do Agronegócio, para inclusão no PAP 2013/2014, como a imediata liberação dos recursos pendentes da subvenção do governo ao prêmio relativo ao seguro agrícola;

3. Apresentação de proposta de instrumentos de compensação das cargas tributárias, devolvendo parte dos tributos da cadeia produtiva ao exportador, como o REINTEGRO e a REINTEGRA, articuladas com a SPA/ MAPA;
4. Elaboração de proposta para a Conab, objetivando o levantamento e reclassificação dos estoques da Conab com o objetivo de melhor gestão do armazenamento da próxima safra.
5. Constituição de Grupo de Trabalho composto pelo Ministério da saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, SEBRAE, Embrapa e outras entidades em prol de ações de valorização do consumo de Arroz e Feijão.

XV Cadeia Produtiva do Algodão

1. Elaboração de proposta à SPA para o apoio à comercialização visando a revisão do Preço Mínimo do Algodão, para o próximo Plano Agrícola Pecuário;
2. Apresentação de proposta de atualização da IN 63/2002 do MAPA, visando à revisão do padrão de classificação do algodão em pluma.
3. Apresentação de proposta de uniformidade de padrão de procedimentos na emissão e interpretação dos Certificados Fitossanitários pelo MAPA, com o DSV/SDA/MAPA.
4. Apresentação de proposta quanto à questão da restrição de aplicação de defensivos agrícolas via aérea, normatizada pelo IBAMA.
5. Apresentação de proposta de revisão da IN 54 do MAPA, que trata das condições de credenciamento de laboratórios.
6. Apresentação de proposta visando contornar a questão do peso das cargas nos caminhões por eixo à Câmara Temática de Infraestrutura e Logística, e posteriormente ao Ministério dos Transportes.

XVI. Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno

1. Apresentação à SPA/MAPA de proposta para revisão do Zoneamento Agrícola do Trigo para o Estado do Rio Grande do Sul.
2. Apresentação de proposta de edição de medida provisória para a manutenção da Isenção de PIS-Cofins sobre a farinha de Trigo Nacional.
3. Elaboração de proposta à SPA para o apoio à comercialização visando à revisão do Preço Mínimo do Trigo, para o próximo Plano Agrícola Pecuário;
4. Apresentação à SPA de proposta de inclusão dos estados da região Centro-Oeste nos leilões de PEP originados no Paraná.
5. Apresentação de proposta de revisão da norma da ANVISA sobre Limites Máximo de Tolerância de Micotoxinas no Trigo, a fim de conciliar os padrões do trigo e da farinha de trigo.
6. Apresentação à SPA de proposta de criação de LEC para aquisição de trigo para abastecimento da indústria nacional moageira.

XVII. Cadeia de Produtiva do Feijão

1. Apresentação de proposta de revisão da IN 12, do Padrão de Classificação do Feijão.
2. Elaboração de proposta de contemplar no Plano Agrícola e Pecuário 2013-14 a realização de Leilões de Opções de Venda de Feijão;
3. Apresentação de proposta para modificar a metodologia de divulgação pela Conab das safras dos feijões, faseolus (carioca e preto) e vigna (caupi) separadamente, pois há confusões no mercado sobre a real disponibilidade de cada uma das espécies.
4. Apresentação de proposta de diferenciação de preço mínimo do feijão preto para a agricultura familiar.

XVIII. Cadeia Produtiva de Fibras Naturais

1. Elaboração de proposta à Secretaria de Política Agrícola do MAPA e à Conab para que o armazenamento dos estoques públicos das Conab seja obrigatoriamente feito em sacos de fibra de Juta e Malva de origem nacional;
2. Apresentação de proposta para a Sericicultura ser reconhecida como atividade da agricultura familiar junto ao MDA, proporcionando ao setor acesso aos programas

governamentais de fomento, bolsas de pesquisa e outros, relacionados ao modelo de agricultura.

3. Viabilização de equipamentos seguros para o descortçamento da juta e da malva, visando à melhoria das condições de trabalho do agricultor, através da ABIMAQ.

4. Apresentação à iniciativa privada para o incentivo ao uso de fibras naturais renováveis pelos setores de autopeças, móveis e outros, tendo como mote, a sustentabilidade ambiental e a Responsabilidade Social Empresarial - RSE.

5. Apresentação à SPA/ MAPA de proposta de instituição de PEP para o Sisal.

6. Articulação com programas do MDA, visto às características de produção familiar do setor de fibras naturais, com o objetivo de inteirar o setor com os programas do ministério.

7. Apresentação de proposta de revisão dos padrões das fibras naturais, junto ao DIPOV/MAPA.

8. Elaboração de propostas específicas para as fibras naturais à SPA/MAPA, através da Câmara Temática de Seguro do Agronegócio, para inclusão no PAP 2013/2014.

XIX. Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo

1. Apresentação de proposta de Construção de Armazém da Conab em Luiz Eduardo Magalhães-BA, de forma a viabilizar a efetiva implementação das ações de garantia de preço e abastecimento de grão na região.

2. Apresentação de proposta de inclusão do grupo das gramíneas na Instrução Normativa Conjunta 01/10, que estabelece as diretrizes e exigências para o registro dos agrotóxicos, seus componentes e afins para culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

XX. Cadeia Produtiva da Soja

1. Apresentação ao DSV/MAPA de proposta para viabilização do Plano Nacional da Fitossanidade da Soja, onde serão delineadas propostas para a Sanidade do grão da leguminosa.

2. Constituição de Grupo de Trabalho para apresentar proposta para a cobrança dos royalties sobre Biotecnologia na cultura da soja, através de norma à nível governamental, no sentido de orientar a forma de cobrança dos royalties sobre Biotecnologia e outras questões que afetam a atividade na produção de sementes.

3. Apresentação de proposta de padronização de coleta de amostras para classificação da soja;

4. Apresentação de proposta quanto à questão da restrição de aplicação de defensivos agrícolas via aérea na cultura da soja, normatizada pelo IBAMA.

d) Câmaras Temáticas

I. De Agricultura Sustentável e Irrigação

1. Proposta de Projeto de Lei que Institui o Dia do Plantio Direto.

II. De Crédito e Comercialização

1. Apresentação da proposta de criação do Capítulo "Da Agricultura Empresarial" no Projeto de Novo Código Comercial em tramitação no Congresso Nacional;

2. Proposta para revisão da regulamentação de Recursos Livres do Manual de Crédito Rural (MCR): Enquadramento de financiamento agrícola com orientação a mercado (recursos livres e taxas livres);

3. Apresentação da proposta de criação do Capítulo "Da Agricultura Empresarial" no Projeto de Novo Código Comercial em tramitação no Congresso Nacional.

III. De Infraestrutura e Logística

1. Constituição de Grupo de Trabalho para elaboração de um Plano de Armazenagem.

IV. Câmara Temática de Insumos Agropecuários

1. Proposta do Grupo Temático PET de criação de uma Câmara Setorial para Animais de Estimação.

V. Câmara Temática de Seguros do Agronegócio

1. Proposta de Descontingenciamento de Recursos destinados ao Seguro Rural.

Custos Operacionais

Com relação aos custos, o trabalho é realizado por uma equipe de 15 pessoas. Os custos diretos limitam-se às despesas de diárias e passagens correspondentes à participação em 18 reuniões de Câmaras fora de Brasília e outras viagens de interesse, num total de R\$ 55.550,24, sendo R\$ 26.000,77 referentes a Diárias e R\$ 29.549,47 correspondentes a passagens. Tais despesas foram custeadas pela Secretaria-Executiva do MAPA, uma vez que a CGAC não dispõe de PI próprio. A participação dos membros das Câmaras nas reuniões é financiada pelas próprias entidades, nos termos do Art. 31 da Lei nº 8028/1990: *“Art. 31. Fica vedada a realização de dispêndios a qualquer título com remuneração pessoal, pagamento ou reembolso de gastos de transporte, estadia ou alimentação, por motivo de participação em Conselho, Comissão ou outros órgãos colegiados da Administração Pública Federal direta, que não possuam competência judicante”*

Indicadores Operacionais

- a) Reuniões de Câmara realizadas: 130;
- b) Envolvimento cerca de 3200 pessoas, de 508 Entidades/órgãos, sendo 418 Representativas do Setor Privado e 90 Órgãos Públicos das Esferas Federal, Estadual e Municipal;
- c) Média de Membros presentes por reunião – 18 membros;
- d) Média de outros participantes – 9 participantes;
- e) Participação Média por reunião – 24 pessoas.

Excelência Administrativa

Processo de Implantação da Gestão Estratégica

A implantação da gestão estratégica no MAPA teve início em 2006, após a reestruturação do ministério (Decreto 5351, de 24/01/2005) e criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE). O plano estratégico elaborado sob a coordenação da AGE cobre o horizonte 2006-2015, abrangendo dois ciclos de Planejamento Plurianuais (PPA 2008-2011 e 2012-2015).

Em 2009, após três anos de experiência de implementação da Gestão Estratégica, o Plano Estratégico foi revisado e atualizado, de forma a permitir que os servidores do MAPA disponham de uma ferramenta de gestão ajustada à realidade do agronegócio brasileiro.

O modelo de plano estratégico adotado pelo MAPA é o *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School. O foco deste método é a gestão estratégica, que inclui não só o planejamento da estratégia de uma organização, como também o acompanhamento da sua execução, através de um quadro de indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos.

O método do BSC pode ser resumido na seguinte equação:

Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão da Estratégia

A AGE tem seguindo o método básico do BSC, mas algumas adaptações precisaram ser feitas para acomodar o estilo de gestão da equipe ministerial que gerenciou o MAPA. Em 2006, foram elaborados e implantados os instrumentos de gestão estratégica, na seguinte estrutura:

a) **Missão do MAPA:** Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

b) **Visão de Futuro do MAPA para 2015:** Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação das políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

c) **Mapa estratégico** com 25 objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas que propõem uma visão equilibrada entre o que o público externo demanda da organização e os meios e as condições que são necessárias para suprir tais demandas.

Para cada um dos objetivos estratégicos, foram propostas 23 iniciativas estratégicas, isto é, projetos de intervenção que tinham como finalidade garantir as mudanças pretendidas pelo MAPA. Cada iniciativa contava com um patrocinador institucional e um responsável técnico que eram seus gestores durante a implementação. O caráter desses objetos estratégicos era transversal, ou seja, várias partes do ministério agiam em conjunto em prol de um objetivo único, ultrapassando as barreiras funcionais da instituição.

A partir de 2007, com o objetivo de melhor adequar o método ao estilo da alta gestão, foi elaborado um sistema de gestão de resultados estratégicos. Os resultados estratégicos são desdobramentos dos objetivos estratégicos, mas, ao contrário destes, os resultados são de responsabilidade apenas de uma unidade organizacional do MAPA, perdendo o caráter transversal dos objetivos estratégicos.

Os resultados estratégicos seguem uma linha mais operacional, agregando projetos elaborados para atender aos objetivos da Perspectiva dos Processos Internos e da Perspectiva de Pessoas, Aprendizagem e Crescimento. Os resultados estratégicos mantêm, portanto, uma relação indireta com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade e da Perspectiva do Agronegócio e Parceiros.

Cada um dos Resultados Estratégicos representa um fim a ser atingido e, para isso, conta com um conjunto de Projetos. Uma vez concluídos, os Projetos darão origem a novos produtos e serviços que ajudarão no alcance dos Resultados Estratégicos e, conseqüentemente, dos Objetivos Estratégicos a eles relacionados.

A fim de medir o desempenho dos Resultados Estratégicos, foram estabelecidos Indicadores. Com a mudança do foco do acompanhamento do plano estratégico do MAPA, muitos Indicadores antes utilizados para medir diretamente o desempenho do Objetivo Estratégico, foram transportados ou adaptados para o novo modelo, de acompanhamento dos Resultados Estratégicos.

Juntamente com os Indicadores de desempenho do Resultado, são acompanhadas as taxas de execução dos Projetos ligados ao mesmo. Assim, são levados em consideração tanto o esforço como a efetividade das ações planejadas para se alcançar determinado objetivo estratégico.

O processo de gestão estratégica se dá então em dois momentos principais: o planejamento, onde os objetos estratégicos (Resultados, Projetos e Indicadores) são definidos, e o acompanhamento, realizado periodicamente, quando os indicadores de resultado e de execução dos projetos são coletados e analisados.

O ideal é apresentar os resultados em um encontro periódico com todos os responsáveis pelos Resultados Estratégicos, a chamada Reunião de Análise Estratégica – RAE. A AGE sugere aos gestores do MAPA que a RAE seja realizada trimestralmente.

Apesar de quase todas as unidades vinculadas ao Mapa possuírem seus próprios planejamentos estratégicos, buscou-se um alinhamento entre os elementos estratégicos das organizações. Desta forma, além dos Resultados Estratégicos das Secretarias, integram a Estratégia Corporativa os Resultados Estratégicos de Inmet, Ceplac, Embrapa e Conab.

A missão da Ceplac é: “Promover a competitividade e sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, tendo o cliente como parceiro.”. As ações desempenhadas pela Ceplac contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

A missão do Inmet é: “Prover informações meteorológicas confiáveis à sociedade brasileira e influir construtivamente no processo de tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do país.”. Esta missão deve ser atingida por meio do monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima, fundamentados em pesquisa aplicada, no trabalho em parceria e no compartilhamento do conhecimento, com ênfase em resultados práticos e confiáveis. As ações desempenhadas pelo Instituto contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

A missão da Conab é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”. As ações desempenhadas pela entidade contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; Garantir a segurança alimentar.

A missão da Embrapa é: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”. As ações desempenhadas pela empresa contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do MAPA, em especial: Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; e Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

Gestão de Processos de Trabalho

As bases metodológicas para a gestão de processos do MAPA foram concluídas no ano de 2012, com o desenvolvimento da metodologia de implantação do escritório de processos e a revisão da metodologia MAIPS para mapeamento, aprimoramento e implantação de processo de serviços.

No entanto, os processos que efetivamente receberam atenção no último período foram os de áreas administrativas com mapeamento e aprimoramento de cinco processos, elaboração do Manual do Processo de Serviço Comprar; do Manual do Macroprocesso Parceria Institucional (Processos de Serviços: Celebrar Convênio, Celebrar Acordo de Cooperação e Celebrar Contrato de Repasse); do Manual de Formulários utilizados nos processos do Macroprocesso Parceria Institucional; e do Manual do Processo de Serviços Promover Progressão Funcional.

Em relação aos processos finalísticos do MAPA, foi elaborada a cadeia de valor da SDC. No ano de 2013, ainda serão feitos ajustes nesse trabalho.

Para o exercício de 2013 espera-se a institucionalização dos processos mapeados e aprimorados. Para os próximos exercícios, estão planejadas as elaborações das cadeias de valor dos macroprocessos sob gestão das demais Secretarias do MAPA, além do Inmet e da Ceplac.

Gestão da Infraestrutura

Infraestrutura laboratorial:

Os três projetos estabelecidos para o Objetivo Estratégico SDA-R9, complementam-se de forma a levar a Rede Laboratorial à ampliação e modernização do atendimento das demandas da defesa agropecuária. No ano de 2012, a CGAL conseguiu acompanhar apenas um dos projetos (Certificação da CGAL na ISO 9001). Para este projeto, os principais resultados alcançados foram o estabelecimento dos fundamentos para implementação da referida norma e o início da elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão e respectivos Formulários para os registros (documentos do Sistema de Gestão da Qualidade).

Com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da CGAL, que é o órgão competente do MAPA para orientar as ações dos Lanagros, espera-se colocar em prática a aplicação do mapa estratégico elaborado especificamente para a CGAL e Lanagros, e conseqüentemente, com as apurações dos respectivos indicadores de desempenho, as ações da Rede laboratorial seriam mais bem gerenciadas com vistas a alcançar a Visão estabelecida.

Para tanto, há a necessidade de reformatação da CGAL de modo que seja possível que os colaboradores responsáveis pela implementação do sistema de gestão da qualidade possam empregar tempo e atenção necessários, além de obter o suporte da alta direção do MAPA para a execução das tarefas constantes do projeto.

Infraestrutura física:

a) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de prédios:

Apesar de a Unidade ter planejamento para investimento no Exercício de 2012 decorrentes das despesas previstas no orçamento geral da União no exercício de 2012 e o enviado para Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República em junho de 2012, recebeu recursos para tal. Mesmo assim, foram realizadas pequenas ações visando à redução de gastos com água, energia elétrica, as quais compõem o Programa Esplanada Sustentável, ao qual o MAPA aderiu em 2012.

b) Ações no prédio: i) eliminação do aquário de peixes externo contribuindo para redução de custos da água; ii) desligamento programado do sistema de refrigeração central do edifício anexo, proporcionando redução de água e energia elétrica; iii) alteração no sistema de limpeza noturno com alteração de funcionamento, proporcionando uma redução no consumo de energia;

c) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de veículos: modernização e atualização do Sistema de Controle de Veículos Automotores – SCVA, proporcionando melhor controle dos combustíveis e manutenções da frota e seus custos.

d) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle do mobiliário: realizado trabalho de reaproveitamento e conserto dos mobiliários existentes para seu reaproveitamento.

e) Modernização e diminuição de custos com manutenção e controle de equipamentos: realizados diversos termos aditivos aos contratos em vigor, afim de atender a manutenção dos equipamentos ora existentes, bem como reduzir custos para recuperação dos bens móveis e equipamentos.

Infraestrutura de redes de comunicação de dados:

A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, durante o ano de 2012 teve como um dos seus objetivos a ampliação e modernização da infraestrutura de redes além da capacidade de processamento e comunicação existentes no Ministério da Agricultura; e visando melhorar os serviços oferecidos.

Durante o ano de 2012 foram executadas as seguintes atividades:

- a) Implantação de VoIP (Voice over Internet Protocol), por meio do Processo nº 21.000.007158/2012-22, cujo objeto é a contratação de Serviços de telecomunicações, por meio de uma rede IP multiserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching);
- b) Fornecimento de estatísticas mensais dos indicadores de acesso a página, mensagens enviadas e recebidas, tentativa de acesso não autorizado para o Comitê de Segurança da Informação;
- c) Mitigação de riscos de ambiente, equipamentos e sistema operacional junto à equipe de segurança (*Risk Manager*);
- d) Procedimentos diários de vistoria visual e lógica dos ativos de rede do MAPA;
- e) Administração diária de todos os usuários de rede;
- f) Administração diária de todas as máquinas de usuários da Rede MAPA;
- g) Administração diária de 08 (oito) Firewall's na SEDE e 33 Firewall's (trinta e três) nas Unidades Regionais;
- h) Administração diária de 209 (duzentos e nove) servidores de rede na Sala Cofre do MAPA e 03 (três) em média em cada uma das 27 (vinte e sete) SFA's e 6 (seis) Laboratórios;
- i) Substituição do antigo DHCP (Linux) para um DHCP baseado no Windows com redundância no AD;
- j) Planejamento e Execução para a substituição dos bancos de produção do antigo Storage NetApp para o novo Storage em redundância e espelho dos dados;
- k) Planejamento para a substituição dos servidores críticos de rede que perderam a garantia do fabricante;
- l) Estudos voltados para possibilitar o upgrade dos firewalls para uma conexão de rede 10 Gb;
- m) Planejamento e execução do uso de espaço nos novos Storages (Volumes);
- n) Preparo dos procedimentos para que o login Rede Sede e SFA sejam criados via RH;
- o) Implantação do novo escopo de endereços para o Anexo B 2º. Andar “222” devido à quantidade de máquinas e a indisponibilidade de endereços IPs;
- p) Planejamento e execução da nova infra para a rede de backup para o Cluster do ambiente PGA;
- q) Especificação da infraestrutura para a plataforma de BI;
- r) Expansão do volume nos Storages com vista a corrigir máquinas virtuais (Storage insuficiente

espaço);

s) Reavaliação da política de backup – retenção e rotina de restore de verificação;

Infraestrutura de tecnologia da informação:

Quanto a Infraestrutura de TI, a CGTI teve como objetivo principal melhorar a qualidade de atendimento dos serviços oferecidos.

Durante o ano de 2012 foram executadas as seguintes atividades:

a) A Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI atendeu as solicitações relacionadas no inventário de necessidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2011-2012 do Mapa que foi aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em 31 de agosto de 2011. O PDTI é um instrumento de planejamento norteador de todas as contratações de serviços de terceiro e de serviços executados na área de Tecnologia da Informação. No documento foram estabelecidas diretrizes, metas e ações que, com o auxílio de recursos humanos, materiais e financeiros foi possível atender grande parte das demandas das áreas de negócio do Mapa;

b) No ano de 2011, esta CGTI elaborou proposta voltada para a composição de uma estrutura básica de TI contemplando a criação um quadro mínimo de servidores efetivos para a área de Tecnologia da Informação do MAPA via concurso público consubstanciado nas orientações constantes do disposto no art. 2º, do Decreto nº 6.944/2009, de 21 de agosto de 2009. Em 03 de abril de 2012, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mendes Ribeiro Filho encaminhou Aviso nº 072/2012/GM-MAPA a Exma. Srª Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando a realização de concurso público (processo nº 21000.014778/2011-37) para a recomposição da força de trabalho na área de TI. Desta forma busca-se evitar o risco de perda de conhecimento organizacional pela dependência excessiva de colaboradores externos e atenderá também às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU e as recomendações da Controladoria Geral da União – CGU, que constantemente cobram dos dirigentes desta pasta providências para a realização de concurso público. Esta Ação visa o fortalecimento da capacidade institucional de maneira a propiciar ao MAPA, a melhoria das condições de funcionamento e do melhor desempenho no exercício das competências da CGTI, especialmente em relação ao que consta do Plano Plurianual – PPA, ação de modernização e Manutenção de Soluções e Processos de TI;

c) Desenvolvimento de novos sistemas de informação e atendimento de diversas solicitações relacionadas a melhorias nos sistemas de informação, gestão de banco de dados e administração de dados;

d) Adoção de técnicas de gestão de projetos de manutenção e desenvolvimento de sistemas para facilitar a gestão do atendimento das solicitações dos usuários;

e) Melhoria no processo de gestão de atendimento de ordens de serviço, evitando o envolvimento direto dos técnicos prestadores de serviços com os gestores e usuários dos sistemas;

f) Atendimento via conta “cpd.cgti@agricultura.gov.br” de aproximadamente 6300 (seis mil trezentos) e-mails diversos (criar conta, alterar senha, liberação de sítios internet e etc. em atendimentos diversos);

g) Procedimentos diários de vistoria visual e lógica dos ativos de rede do MAPA.

Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

Gestão de Competências Humanas:

O Projeto de Implementação da Gestão de Pessoas por Competências no Mapa visa direcionar as ações de desenvolvimento de pessoas, identificar talentos e avaliar sua prontidão para assumir atribuições e responsabilidades em diferentes níveis de complexidade, acompanhar o desenvolvimento profissional individual, complementar informações para avaliar o desempenho e adequar as políticas de remuneração. Este projeto envolve etapas relacionadas ao mapeamento de competências técnicas e gerenciais e à implantação do processo de seleção dos cargos a partir das competências.

Quanto ao mapeamento de competências, durante o exercício de 2012, os cargos que tiveram seus perfis de competências desenhados foram os que tiveram necessidade de serem preenchidos ao longo do ano, ou seja, os produtos foram entregues a partir de demandas específicas.

Em relação ao processo de seleção de cargos a partir das competências, no ano de 2012 o MAPA regulamentou, por meio da Portaria nº 778, de 21 de agosto de 2012, o provimento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS do Ministério. Posteriormente, a Portaria de 28 de dezembro de 2012 aprovou a Metodologia de Seleção Interna de servidores e empregados públicos para os Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 101.1 a 101.3, e Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), Funções Comissionadas Técnicas (FCT) e Funções Gratificadas (FG), no âmbito do MAPA, conforme os critérios indicados no art. 1º da Portaria nº 778, de 21 de agosto de 2012. Esses processos de seleção interna ocorrem após o mapeamento das competências para os postos disputados.

Para otimizar o aproveitamento de competências do pessoal, está previsto, para o próximo exercício, o mapeamento das competências de cada cargo, das unidades internas e dos servidores; a elaboração de um plano para o projeto de implantação de gestão por competências, a partir de um convite do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para participar de um projeto piloto, com os seguintes desdobramentos: gestão por competências, capacitação e avaliação de desempenho; e a implantação de um Sistema Informatizado de Apoio a Seleção de Cargos (Implantação do Sistema Banco de Talentos).

Comunicação Interna:

Tudo o que é expressivo de uma organização para seus públicos compõe a comunicação interna. E, para evitar qualquer tipo de mal entendido e distorções nos elementos usados na comunicação no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a ACS atualizou os manuais de Editoração e Identidade Visual, além de criar o Manual de Redação. Por meio dessas ferramentas de trabalho é possível aumentar o sucesso do diálogo entre o ministério e seus demais públicos e, cada vez mais, evitar discursos destoantes na qualidade das suas publicações.

As ferramentas de trabalho são importantes para diminuir as dúvidas e estabelecer padrões a ser seguidos, mas a principal parte do processo de comunicação envolve pessoas, pois esses são os principais fatores para construir uma imagem que faça com que servidores e sociedade em geral se identifiquem com o Mapa. Para promover a integração das unidades descentralizadas e das vinculadas ao ministério, além de sistematizar a produção e a distribuição de notícias produzidas por essas unidades de forma a manter a sociedade e os públicos específicos atualizados, a ACS, em parceria com a CGDP, promoveu, em outubro de 2012, a 1ª Oficina de Integração da Comunicação do Mapa. Durante o encontro, os interlocutores conheceram mais sobre a estrutura da assessoria, suas rotinas e projetos, além de, por meio de metodologia baseada no método ZOPP, contribuir com os seguintes eixos: Relacionamento com a Imprensa, Gerenciamento de Crise, Relacionamento Institucional, Alinhamento da Comunicação do Mapa com SFAs e Vinculadas, Mídias Sociais,

Comunicação Interna, Programas de Capacitação, Avaliação de Desempenho, Ampliação da Visibilidade do Mapa no Exterior.

Os tópicos foram desenvolvidos e incluídos no Plano de Comunicação que tem como objetivo geral sistematizar procedimentos da comunicação do Mapa em todas as suas esferas de atuação, e como objetivos específicos: qualificar o conteúdo e a divulgação das informações relevantes aos públicos de relacionamento do Mapa; Integrar e compartilhar as ações de comunicação com as demais atividades do Mapa, buscando coerência, unidade da linguagem e a racionalização de recursos; Implantar ferramentas de mensuração de resultados dos processos de comunicação; Elaborar plano de comunicação interna; Implementar programa de capacitação visando nivelamento em comunicação; e Desenvolver projeto estratégico para a criação de Núcleos Estaduais de Comunicação (NECs).

Ambiente de Trabalho:

Este assunto contou no período de 2007 a 2009 com projeto específico denominado Clima Organizacional, acompanhado de uma pesquisa de Clima Organizacional (única) aplicada no Ministério, por meio *on-line*.

No entanto, houve grandes dificuldades estruturais, como a falta de uma equipe especializada na tabulação e análise dos resultados da amostra, de acompanhamento dos relatórios gerados e de *feedback* para os membros da organização. Não houve, portanto, possibilidade do desenvolvimento de planos de ações que contemple as soluções possíveis. O orçamento para a aplicação das melhorias também sofreu descontinuidade de gestão e de priorização.

Considerando somente a aplicação de uma única pesquisa no âmbito do MAPA, também não foi possível comparar resultados.

Gestão da Informação e do Conhecimento:

A Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri) é a coordenadora dos processos de informação documental no Mapa, tendo responsabilidades especialmente ligadas ao objetivo estratégico de: *Melhorar a gestão da informação e do conhecimento: Ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais, entre outros, visando à melhoria no atendimento às demandas internas e externas.*

Para atendimento da Política de Gestão do Conhecimento e Informação do MAPA, instituída em 2010, foram desenvolvidas ações em consonância com as diversas áreas do Mapa, especialmente Desenvolvimento de Pessoas, Comunicação Social e Arquivo, com foco nas seguintes diretrizes:

- a) Incentivar as ações que envolvem a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, por meio de ações do Conselho Editorial ao estimular a produção intelectual dos servidores do MAPA, orientando a divulgação dos conhecimentos na forma impressa e digital;
- b) Estimular o trabalho cooperativo para a criação, o compartilhamento do conhecimento e a disseminação dos aspectos relacionados à inovação com a comunidade de prática CATIR permitindo aos servidores discutir assuntos de interesse comum. Todas as colaborações postadas são organizadas, mantidas e divulgadas cooperativamente possibilitando a formação de rede social.
- c) Administrar portais e bases de dados de interesse do Mapa, com dados produzidos internamente ou externos, podendo-se citar especialmente:
 1. O acesso a Bases de Dados Internacionais, por meio de Convênio celebrado entre o MAPA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
 2. Manutenção das Bases de Dados de Bibliográficas de interesse do Agronegócio;

3. Manutenção do THESAGRO – Thesaurus Agrícola Nacional como instrumento de controle terminológico, de indexação e de recuperação da informação documental agrícola.

d) Organizar a informação institucional e das áreas, promovendo as seguintes ações de gestão documental:

1. Parceria na implantação do SIGED - Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
2. Participação na Comissão CPADS para Classificação e indexação dos documentos do Mapa;
3. Preservação da memória documental agrícola.

Os principais resultados quantitativos obtidos pela Binagri no ano de 2012 foram:

- a) Atendimentos pelo SIC/Mapa: 27.836 demandas;
- b) Alimentação da Base de Dados Nacional – AGROBASE: 10.453 registros;
- c) Ingressaram na Binagri por doações: 11.134 documentos;
- d) Intercâmbio bibliográfico: 8.641 documentos;
- e) Alimentação do Sistema Internacional AGRIS/FAO: 1.334 registros.

Governança e Controles

Principais controles do gestor:

O método de gestão estratégica objetiva medir o desempenho dos Resultados Estratégicos, através do acompanhamento dos indicadores e projetos a eles relacionados. Esse acompanhamento deve ser realizado periodicamente, quando os dados dos indicadores de resultado e de execução dos projetos são coletados e analisados.

O ideal é apresentar os resultados em um encontro periódico com todos os responsáveis pelos Resultados Estratégicos, a chamada Reunião de Análise Estratégica – RAE. Para que essa reunião seja bem sucedida, ela deve contar com a participação efetiva e o comprometimento dos principais gestores da organização. A AGE sugere aos gestores do MAPA que a RAE seja realizada trimestralmente.

No ano de 2012, porém, ocorreram apenas duas RAEs, das quais nem todos os gestores participaram. Isso prejudicou o acompanhamento da estratégia e, conseqüentemente, a utilização do método *Balanced Scorecard* como meio de garantir a atualização das informações corporativas e a aferição dos resultados alcançados.

As principais dificuldades para controle do gestor são as resistências dos servidores à gestão estratégica e das gerências para acompanhamento da estratégia, como a não coleta de dados dos indicadores e não acompanhamento formalizado dos projetos estratégicos.

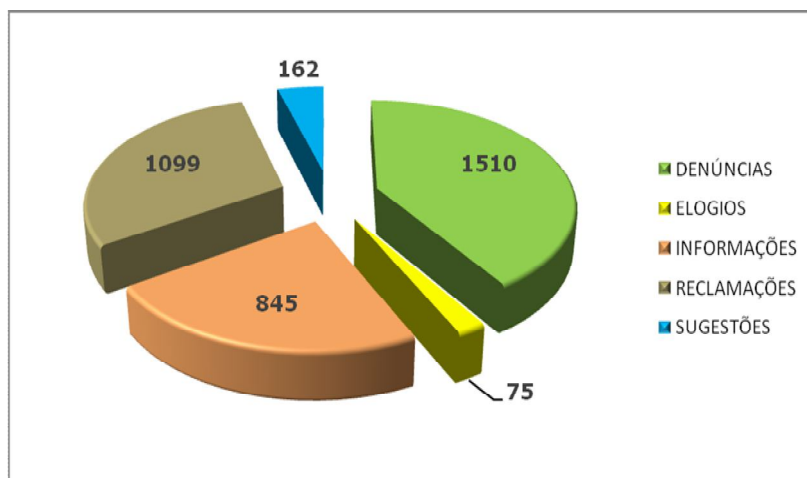
A estratégia de atuação para os próximos exercícios envolve ações para maior alinhamento da estratégia às atividades operacionais, de forma que cada servidor consiga perceber sua colaboração individual para o cumprimento dos objetivos estratégicos; simplificação do material utilizado para gestão da estratégia; integração dos sistemas informatizados de acompanhamento da estratégia aos sistemas de controle operacionais e compra de um sistema de informação para gestão de projetos.

Ouvidoria e Corregedoria:

Ouvidoria

A Ouvidoria/MAPA iniciou o ano de 2012 com 2.153 pendências, reduzindo este número, ao final do ano, para 664.

O número de demandas recebidas no ano de 2012, totalizando 3.691 demandas, distribuídas da seguinte forma:



Dessas demandas, 3.210 foram concluídas e 481 encontram-se em atendimento.

Observa-se que o cidadão vem descobrindo a Ouvidoria como um espaço à sua disposição para representá-lo junto à gestão pública, vendo nela uma parceira para estreitar seu relacionamento com o Ministério da Agricultura.

Um fato positivo colocado em prática no ano de 2012 foi o procedimento adotado pela Ouvidoria no sentido de melhorar a análise das demandas e a qualificação das respostas, com o objetivo de dar transparência ao processo, procurando, dentre outros procedimentos, utilizar uma linguagem de fácil compreensão.

Como sugestões para o próximo exercício, destacam-se:

- a) Incluir nas reuniões das Câmeras Setoriais as reclamações e as sugestões recebidas de cidadãos por meio da Ouvidoria para serem discutidas com a cadeia produtiva demandada; e
- b) Minimizar o tempo de atendimento das demandas nas áreas técnicas do MAPA, com o objetivo de satisfazer os anseios do cidadão.

Corregedoria

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, em 2012, no cumprimento das suas obrigações regimentais desenvolveu as ações a seguir descritas:

- a) Análise de 30 denúncias, das quais:
 - 1. 15 foram arquivadas após diligências preliminares;
 - 2. 05 foram submetidas a investigações preliminares, das quais 02 estão em andamento e 03 foram finalizadas com arquivamento e;
 - 3. as outras 10 foram analisadas e estão aguardando instauração de procedimento disciplinar.

Ou seja, com este resultado percebe-se que 50% das denúncias foram arquivadas, sem qualquer necessidade de instauração de procedimento disciplinar e daquelas que foram submetidas a Investigação Preliminar, que é um procedimento informal e sigiloso, 60% delas foram arquivadas, não resultando, portanto, em constituição de processo disciplinar e/ou sindicância.

Assim constata-se que as denúncias infundadas, vazias, apócrifas, diminuíram, consideravelmente, de 2008 a 2012, pois, no primeiro ano, chegavam a 80% (oitenta por cento) e no último, perfizeram cerca de 50% (cinquenta por cento).

b) Instauração de 36 Comissões pela Secretaria-Executiva, da seguinte forma:

1. 21 PADs dos quais 09 foram julgados e 12 encontram-se em andamento;
2. 15 sindicâncias, das quais 08 foram julgadas e 07 encontram-se em andamento.

Em relação aos anos anteriores, constatou-se um resultado mais eficiente, já que houve aumento gradativo na instauração de procedimentos administrativos disciplinares, com um custo benefício menor, pois enquanto em 2008 foram gastos R\$ 685.000,00 com 15 procedimentos, em 2012 gastou-se R\$100.959,97 com as 36 comissões constituídas.

c) Dos 92 procedimentos disciplinares instaurados nos âmbito do MAPA em 2012, 70 foram julgados, sendo destes, 60 válidos (dos quais 37 foram arquivados, sem aplicação de penalidade) e 10 anulados, dispostos da seguinte forma:

1. dos 47 Processos Administrativos Disciplinares instaurados, 31 foram julgados, dos quais 26 foram válidos (12 arquivados sem aplicação de penalidade) e 05 anulados. Portanto, existem 16 ainda em andamento;
2. das 45 Sindicâncias instauradas, 39 foram julgadas, das quais 34 válidas (25 arquivadas sem indicação de abertura de PAD ou aplicação de penalidade) e 5 anuladas. Restam 06 sindicâncias em andamento;
3. das 17 penalidades resultantes dos citados procedimentos foram: 07 advertências, 05 suspensões, 02 demissões, 02 destituições de cargo e 01 cassação de aposentadoria.

Com isto observa-se que, 76% (70 em 92) dos processos foram julgados, sendo 85% (60 em 70) dos julgados foram considerados válidos e, ainda, que 61% procedimentos julgados (37 em 60) foram finalizados sem aplicação de penalidade e, apenas 49% (os 33 restantes) resultaram em apenas 05 penalidades expulsórias (demissões, destituições e cassação) dentre as 17 aplicadas, ou seja, apenas 29,41% penalidades capitais.

Em relação aos anos anteriores, constatou-se um aumento gradativo de validações dos procedimentos administrativo disciplinares, pois se em 2012 85% foram válidos, nos anos anteriores os resultados foram os seguintes: em 2008 – 53% (cinquenta e três por cento), em 2009 – 70% (setenta por cento), em 2010 – 75% (setenta e cinco por cento) e em 2011, 79,68%.

Além de os procedimentos terem sido eficientes (85% válidos), os resultados demonstram que as apurações apontam para a verdade material comprovada e não necessariamente para a penalização dos servidores, já que 61% dos procedimentos foram arquivados sem aplicação de sanções administrativas e dos 49% que resultaram na aplicação de penaliformes, das quais apenas 29,41% foram expulsórias, sendo 70,59% não expulsórias.

O que se percebe em comparação com o ano anterior, é que houve uma diminuição considerável quanto às penalidades aplicadas, pois, enquanto em 2011 foram aplicadas 102 penalidades em 51 procedimentos, em 2012 foram aplicadas 17 penalidades em 60 procedimentos.

d) Das demais ações implementadas no ano de 2012 pela Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares, resultaram os seguintes produtos:

1. 90% dos procedimentos disciplinares instaurados foram lançados no sistema CGU/PAD. Resultado este que nunca havia sido obtido nos anos anteriores;
2. 04 reuniões de videoconferência, com os interlocutores das SFAs de todos os Estados, realizadas com êxito. Ação inovadora;

3. apostila “ Normativas atinentes a matéria disciplinar” elaborada e distribuída a todas as unidades do MAPA. Ação inovadora;
4. palestras informativas devidamente realizadas para os servidores de 06 SFAs do MAPA: SP, AC, AP, AM, RJ, CE. Em continuidade à ação denominada “ciclo de palestras”, iniciado em 2009;
5. mapeamento de processo da coordenação-geral concluído;
6. curso de capacitação, ministrados aos servidores do MAPA qualificando-os como especialistas em Procedimentos Administrativos Disciplinares, realizado na ESAF, de 17 a 28 de setembro de 2012.

Dessa forma, todas as metas da unidade foram concluídas e inclusive, foi publicada a Portaria nº 12, 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de 24.02.12, por meio da qual o Secretário-Executivo delegou competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE.

Por fim, vale ressaltar que para que a citada capacitação surta o efeito esperado, deve haver motivação aos servidores que compõem as Comissões. Nesse sentido, faz-se imprescindível implementar a designação de GSISTE àqueles que forem membros de comissões processantes disciplinares, conforme previsão legal disposta no inciso V do artigo 2º do Decreto Presidencial n.º 6.712, de 24.12.2008.

Assim, a fim de motivar os servidores envolvidos na presente atividade, deve-se ter reserva de um quantitativo específico de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, a serem distribuídas aos membros das Comissões relativas aos procedimentos administrativos disciplinares, enquanto perdurar a citada função.

43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

PROJETO PILOTO COF/PAMA/FOCEM Nº 0707

Efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc.

Foi finalizada a execução do projeto no mês de outubro, dentro do prazo da vigência estabelecido. Embora tenha sido autorizada sua prorrogação no âmbito regional até 2014, não foi possível concretizá-la no âmbito nacional por questões burocrática, impedindo qualquer execução após aquele mês.

Com isso, foi devolvida ao Tesouro Nacional a quantia R\$ 205.109,19 (US\$ 99,524.19) que restaram de três atividades programadas e não executadas, economias nas aquisições ou descumprimento de algumas entregas de bens contratados. Além desse valor, ficou faltando ser desembolsada ao Brasil uma última parcela no valor equivalente US\$ 378,000.00.

Foram executados 91% da última parcela de recursos externos recebida no final de 2011. As perdas cambiais nas transações financeiras realizadas ao longo do ano com a última parcela de recursos externos recebida totalizaram US\$ 33,076,23, sem maiores impactos na execução do plano de aquisições previsto para o exercício.

Apesar da execução parcial do projeto no Brasil, considera-se satisfatória e sem comprometimento de seu objeto. Durante sua execução no País, ocorreram avanços significativos em prol da erradicação da doença, com melhorias no *status* sanitário de vários estados e ampliações da zona livre de febre aftosa com vacinação, e não houve o reaparecimento da doença desde a última ocorrência em 2006.

Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos

Foram contratados bens e serviços para reforçar as estruturas de fiscalização, vigilância e o diagnóstico laboratorial em locais estratégicos, que certamente contribuíram com o cumprimento do objeto do projeto. Entre os bens adquiridos no período, citamos a instalação de postos de fiscalizações nas fronteiras de Rondônia e Mato Grosso com a Bolívia, aquisição de veículos e equipamentos de informática para os serviços veterinários oficiais do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá e Roraima, equipamentos e insumos diagnósticos para laboratórios da rede Lanagro e a construção de currais no território boliviano, na fronteira com Rondônia. Alguns bens que não foram adquiridos ou aqueles contratados e não entregues pelos fornecedores, representaram a menor parte prevista do projeto e não causaram maiores impactos ao cumprimento de seu objeto.

CONCLUSÃO

Desenvolvendo cada ação, trabalhando cada iniciativa, o MAPA buscou em 2012 atingir – com melhores resultados possíveis - os objetivos de todos os Programas constantes do seu Planejamento Plurianual 2012-2015, quais sejam os de participação intensiva (Agricultura Irrigada; Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; e Inovação para a Agropecuária), de participação pontual (Combustíveis) e de manutenção da gestão (Gestão e Manutenção do MAPA).

A partir desse propósito, foram alcançados resultados em benefício da economia do País, que se materializaram em, por exemplo:

- a) atingimento de novos patamares de produção e exportação em 2012. Os mais de cinco milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais produziram 166,2 milhões de toneladas de grãos, superando em 2,03% o volume de 162,9 milhões da safra 2010/2011, correspondendo a uma participação do agronegócio no PIB nacional da ordem de 22%;
- b) destinação, pelo Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2012/2013, de R\$ 115,25 bilhões para custeio e investimentos agropecuários, volume 7,5% superior ao da última safra e obteve a excepcional conquista da redução da taxa de juros, de 6,75% para 5,5% ao ano, em consonância com a redução da taxa básica de juros da economia;
- c) adoção de diversas ações em benefício das cadeias produtivas, como as emergenciais de apoio à prorrogação das dívidas; a liberação de estoques públicos aos suinocultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e aos pequenos produtores da região Nordeste;
- d) liberação da venda de 250 mil toneladas de milho dos estoques públicos, visando mitigar a crise dos suinocultores na região sul, além de autorização para remover 400 mil toneladas do cereal para atender aos pequenos produtores da região nordeste; e
- e) investimentos em pesquisa agropecuária, que garantem as inovações tecnológicas e a dinamização ao setor agropecuário; a introdução de melhorias no Prêmio do Seguro Rural (PSR) para a safra 2012/2013 que garantirão a cobertura de oito milhões de hectares de culturas e capitais da ordem de R\$ 11 bilhões; e as ações desenvolvidas no âmbito do comércio internacional, especialmente os esforços para sustar os embargos à carne suína produzida no Brasil;
- f) manutenção da sanidade animal e vegetal, qualidade dos produtos, com reflexos à saúde da população brasileira.

A atividade agropecuária brasileira ocupa lugar de destaque na economia nacional. O aumento contínuo na produção gerada nesta atividade traz reflexos positivos para a economia do País. Além dos resultados positivos em relação ao mercado doméstico, cabe destacar o crescimento contínuo das exportações e o impacto destas no desempenho da balança comercial agropecuária que tem se mostrado historicamente positivo, contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira. Tais resultados contribuem para aumentar e consolidar a credibilidade externa do País.

Esse cenário positivo tem no acesso ao mercado internacional uma condição fundamental para que o mesmo continue ocorrendo de forma sustentada.

Apesar dos resultados alcançados, desempenho de referência nacional e internacional, a agropecuária ainda terá, nos próximos anos, desafios a serem enfrentados que dependerão de inúmeros fatores, dentre os quais as novas soluções tecnológicas, reforçando, desta forma, o papel de destaque da pesquisa. Além disso, é importante o incentivo governamental para o uso de

tecnologias e práticas sustentáveis, como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

A crescente demanda por alimentos tendo em vista o crescimento populacional mundial, a busca por novas e mais eficientes fontes renováveis e limpas de energia, a necessidade de reequilibrar a dinâmica global em termos de usos adequados de seus recursos naturais e o atendimento às novas demandas por alternativas tecnológicas para fazer frente aos cenários de mudanças climáticas são exemplos dos desafios a enfrentar.

A existência de barreiras e/ou obstáculos no comércio internacional gera a necessidade de negociações constantes, quer seja para a manutenção de mercados em que o Brasil já está presente, quer seja para a abertura de novos mercados. Para tanto, é preciso negociar e firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter maiores acessos para produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas, mas que, via de regra, são altamente protegidos. Também, há que haver ações específicas de divulgação do padrão de qualidade e sanidade dos produtos do agronegócio nacional, para não limitar a competitividade e o aproveitamento de oportunidades de mercado.

RELATÓRIOS AGREGADOS

A seguir, são agregados a este os Relatórios de Gestão do Funcafé e do PRODESA, em conformidade à DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé

BRASÍLIA - 2013

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

UNIDADE AGREGADA: FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA
(FUNCAFÉ)

BRASÍLIA - 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado	9
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	16
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	16
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	18
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	18
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	19
2.4 INDICADORES	21
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	22
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	22
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	24
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	27
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	27
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	27
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	27
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	30
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	32
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	32
4.1.7 Análise crítica	32
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	33
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	33
4.2.2 Programação das Despesas	33
4.2.2.1 <u>Programação das Despesas Correntes</u>	33
4.2.2.2 <u>Programação das Despesas de Capital</u>	34
4.2.2.3 <u>Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência</u>	35
4.2.2.4 <u>Análise Crítica</u>	36
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	36
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	37
4.2.4.1 <u>Execução da Despesa com Créditos Originários</u>	37
4.2.4.1.1 <u>Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários</u>	37
4.2.4.1.2 <u>Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários</u>	37
4.2.4.2.3 <u>Análise Crítica</u>	38
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	39
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos à Pagar de Exercícios Anteriores	39
5.2.2 Análise Crítica	39
5.3 Transferências de Recursos	39

5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	39
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	39
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	40
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contrato de Repasse	40
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	41
5.3.6	Análise Crítica	42
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	43
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	43
5.4.1.1	<u>Suprimento de Fundos - Visão Geral</u>	43
5.4.1.3	<u>Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)</u>	43
5.4.1.4	<u>Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ</u>	43
5.4.1.5	<u>Prestações de Contas de Suprimento de Fundos</u>	44
5.4.1.6	<u>Análise Crítica</u>	44
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	45
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	45
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	45
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	47
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	48
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	54
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	54
36	PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	55
36.1	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	56
36.2	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS CONTRATADOS	58
36.3	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS	63
36.4	DISTRIBUIÇÃO DA APLICAÇÃO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO	63
36.5	BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS	64
36.6	REEMBOLSOS AO FUNCAFÉ E REMUNERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	65
36.7	CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS DO FUNCAFÉ	66
36.8	ANÁLISES E COMENTÁRIOS FINAIS	67
	CONCLUSÃO	68

LISTA DE QUADROS, DE TABELAS E GRÁFICO

Quadro A.1.3 - Identificação - Relatório de Gestão Agregado	9
Quadro A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	24
Quadro A.4.2 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	27
Quadro A.4.3.1 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	27
Quadro A.4.3.2 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	28
Quadro A.4.3.3 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	28
Quadro A.4.3.4 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	28
Quadro A.4.3.5 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	29
Quadro A.4.3.6 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	29
Quadro A.4.3.7 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	29
Quadro A.4.4.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	30
Quadro A.4.4.2 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	30
Quadro A.4.4.3 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	30
Quadro A.4.4.4 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	31
Quadro A.4.4.5 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	31
Quadro A.4.4.6 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	31
Quadro A.4.6.1 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	32
Quadro A.4.6.2 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	32
Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	33
Quadro A.4.8.1 - Programação de Despesas Correntes - UO 22906	34
Quadro A.4.8.2 - Programação de Despesas Correntes - UO 74901	34
Quadro A.4.9.1 - Programação de Despesas de Capital - UO 22906	34
Quadro A.4.9.2 - Programação de Despesas de Capital - UO 74901	35
Quadro A.4.10.1 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - UO 22906	35
Quadro A.4.10.2 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - UO 70901	36
Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	36
Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários	37
Quadro A.4.13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários	70
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	39
Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	72
Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	40
Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	40
Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	40
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	41
Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	43
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	43
Quadro A.5.11 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	43
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	44
Quadro A.10.1 (A.10.1.1 a A.10.1.2) - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	45
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de	47

atendimento no exercício	
Quadro A.10.3 (A.10.3.1 a A.10.3.8) - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	48
Quadro A.10.6 - Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv	54
Tabela 1 - Contratações em 2012	57
Tabela 2 - Recursos do Funcafé liberados em 2012	58
Tabela 3 - Liberações detalhadas 2012	59
Tabela 4 - Aplicações em 2012, por UF	73
Tabela 5 - Aplicações em 2012, por UF e instituição financeira	74
Tabela 6 - Distribuição das aplicações dos recursos do Funcafé, por UF e número de beneficiários (2008-2012)	64
Tabela 7 - Remunerações pagas às instituições financeiras em 2012	65
Tabela 8 - Reembolsos por linha de financiamento	75
Tabela 9 - Manutenção dos estoques de café do Funcafé	66
Gráfico 1 - Valores aplicados por linha de financiamento do Funcafé em 2012	63

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICS	Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel
ACS/GM	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica
AGROCREDI	Cooperativa de Crédito em Guaxupé e Região
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil S/A
CAO	Coordenação de Apoio Operacional
CAS	Conselho Agrícola do Cone Sul
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CDPC	Conselho Deliberativo da Política do Café
CDAI/CAFÉ	Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café
CDPD/CAFÉ	Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
CDPE/CAFÉ	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café
CDPM/CAFÉ	Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café
CAUC	Cadastro Único de Convênios
CADIN	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CGAA	Coordenação-Geral de Açúcar e Alcool
CGAE	Coordenação-Geral de Agroenergia
CGPC	Coordenação-Geral de Prestação de Contas
CGSG	Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGPD	Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGFUNCAFÉ	Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé
CGPE	Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CIMA	Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC	Conselho Nacional do Café
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CREDIMINAS	Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.
CREDIVAR	Cooperativa de Crédito Rural e de Pequenos Empresários
CENTRAL ES	Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo
DCAA	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia
DCAF	Departamento do Café
DEROP	Departamento de Regulação, Supervisão e Controles das Operações do Crédito Rural e do Proagro
DOU	Diário Oficial da União
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAC	Financiamento para Aquisição de Café
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNPROCAFÉ	Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira
GBEP	Global Bioenergy Partnership
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná

INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINO	Medida Institucional Normativa
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIA	Organização Internacional do Açúcar
OIC	Organização Internacional do Café
PAEC	Plano Anual de Educação Continuada
PPA	Plano Plurianual
PEDSCANAVIEIRO	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Canavieiro
PEDSCAFEEIRO	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Cafeeiro
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PI CAFÉ	Produção Integrada de Café
RAES	Relatórios de Ação Estratégica
SDC	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE	Secretaria Executiva
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICOR	Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Produção e Comercialização
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRI	Secretaria de Relações Internacionais
TCU	Tribunal de Contas da União
UF	Unidade da Federação
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UAC'S	Unidades Armazenadoras de Café
UO	Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé praticados pela Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE e Departamento do Café - DCAF, no decorrer do exercício de 2012, cujo detalhamento das atividades desenvolvidas e resultados está consubstanciado em sua Seção III.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União - DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de janeiro de 2012, assim como com a Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, e está estruturado em quatro Seções: I - Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Introdução, III - Desenvolvimento; e IV - Conclusão.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela SPAE no exercício de 2012 decorreram dos limites orçamentários do Fundo para a plena execução de algumas ações do Objetivo 0661 do Programa 2014, e tempestividade na liberação desses limites disponibilizados, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não constam do presente Relatório, tendo em vista que não se aplicam ao Funcafé ou não tiveram conteúdo.

Item/Subitem	Assunto
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
11.6	Parecer da Auditoria Independente
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Destaca-se que os itens 10.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93 e 11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis serão informados pela Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP/SPOA e Coordenação de Contabilidade - CCONT/SPOA, respectivamente, à Secretaria-Executiva do MAPA, que consolidará essas informações no Relatório de Gestão deste Ministério também referente ao exercício de 2012.

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.3 – Identificação - Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE/MAPA			
Código SIORG: 3200		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130005
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agricultura			Código CNAE: 7490-1/03
Telefones/Fax de contato		(61) 3218-2334	(61) 3218-2257 (61) 3225-9918
Endereço eletrônico: se@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 9º andar - CEP: 70043-900 – Brasília/DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada			
Denominação completa: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira			
Denominação abreviada: Funcafé			
Código SIORG: 3670		Código LOA: 22906	Código SIAFI: 130137
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Políticas públicas para o setor cafeeiro			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato		(61) 3218-2194	(61) 3218-2147 (61) 3322-0337
Endereço eletrônico: funcafe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar - CEP: 70043-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.351/2005 e Decreto nº 7.127/2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MAPA nº 121, de 15-5-2006; Decreto-Lei nº 2.295/1986, Decreto nº 94.874/1987 e Lei nº 9.239/1995; Decreto nº 4.623/2003 e Resolução CDPC nº 4/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Relatório de Atividades do Funcafé (publicação anual) e Informe Estatístico do Café (mensal)			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
280106	Secretaria de Produção e Agroenergia -SPAÉ		
130137	Secretaria de Produção e Agroenergia/Funcafé		
130138	Gabinete do Ministro/MAPA/Funcafé		
130140	Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG		
130160	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MG		
130163	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/ES		
130165	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/RJ		
130167	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SP		

130170	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/PR
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
280106	00001
130137	00001
130138	00001
130140	00001
130160	00001
130163	00001
130165	00001
130167	00001
130170	00001

Fonte: SPAE/CAO; Siafi.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE foi criada pelo Decreto nº 5.351/2005, com vigência a partir 1º de fevereiro, em substituição à Secretaria de Produção e Comercialização - SPC, como instância apoiadora da formulação de políticas governamentais para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético.

Para tanto, é composta pelo Gabinete, Coordenação de Apoio Operacional - CAO, Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia - DCAA e Departamento do Café - DCAF. E a gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé é atribuição da SPAE, por meio do DCAF.

Em relação às competências institucionais, de acordo com o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 7.127/2010, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, compete à SPAE:

- I. contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucroalcooleira e agroenergética;
- II. formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético;
- III. prover os serviços de secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA;
- IV. propor ações e participar de discussões sobre os temas de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
- V. promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
- VI. propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
- VII. auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;
- VIII. subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica - AGE com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
- IX. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

A SPAE também participa de reuniões e discussões no âmbito da Organização Internacional do Açúcar - OIA e da Organização Internacional do Café - OIC e de outros organismos internacionais.

Como se trata de Relatório Agregado do Funcafé será destacado o Departamento do Café - DCAF, que conforme o art. 28 do Decreto nº 7.127/2010, compete:

- I. subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor cafeeiro;
- II. planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos do setor cafeeiro;
- III. propor, coordenar e acompanhar a oferta e a demanda de cafés para exportação e consumo interno;
- IV. planejar, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Funcafé, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização;
- V. promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais para o café emanadas do CDPC;
- VI. propor, coordenar e controlar a formação dos estoques públicos de café e a gestão das unidades armazenadoras de café;
- VII. promover estudos, diagnósticos e avaliar os efeitos das políticas econômicas sobre a cadeia produtiva do café;
- VIII. identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Funcafé em custeio, colheita, comercialização, investimento, capacitação de recursos humanos e extensão rural, inclusive dos existentes no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SCNR;
- IX. desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do café nos mercados interno e externo, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;
- X. formular proposta e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados ao setor cafeeiro, em articulação com as demais unidades do Ministério; e
- XI. coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

Em relação ao Funcafé, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/1986, regulamentado pelo Decreto nº 94.874/1987, e ratificado pela Lei nº 9.239/1995, os recursos desse Fundo podem ser investidos:

- I. prioritariamente:
 - a) à formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e as de modernização das técnicas de estocagem.
- II. subsidiariamente, às seguintes áreas da cafeicultura:
 - a) racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;
 - b) pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;
 - c) cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;
 - d) absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;
 - e) incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;
 - f) aprimoramento da mão de obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;
 - g) melhoria da infraestrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;
 - h) apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café solúvel;
 - i) promoção e propaganda destinada ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;

- j) pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

E o art 6º da Lei nº 10.186/2001 estabelece que os financiamentos com recursos do Funcafé, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 2.295/1986, somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições emanadas pelo MAPA. Com base no parágrafo único desse artigo, o CMN poderá também autorizar prorrogações e composições de dívidas relativas aos financiamentos desse Fundo, estabelecendo as condições a serem cumpridas para esse efeito.

O DCAF é a unidade da SPAE que promove a secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e respectivos Comitês Diretores, participa de reuniões realizadas por órgãos e instituições públicas e privadas com o propósito de desenvolver o setor cafeeiro, incluindo a Organização Internacional do Café - OIC, com sede em Londres.

Neste contexto, o DCAF/SPAE buscou, no exercício de 2012, realizar as ações previstas no Objetivo 0661 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, executadas com recursos do Funcafé, a fim de promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas ao agronegócio café, tendo como público-alvo produtores, pesquisadores, técnicos, associações, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores. Também participou das reuniões ordinárias da OIC realizadas nos meses de março e setembro de 2012, em Londres, respectivamente.

Entre as principais ações realizadas em 2012, com recursos do Funcafé, destacam-se:

- a) elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Cafeeiro – PEDSCafeeiro, período 2012/2015;
- b) realização dos levantamentos da safra, estoques privados e custos de produção de café;
- c) apoio à realização do 13º Simpósio Nacional do Agronegócio Café, BA; Fenicafé 2012, MG; Conferência Internacional de Coffea Canephora, ES; 20º Seminário do Café da Região do Cerrado Mineiro; MG; 11º Concurso de Qualidade Cafés da Bahia, BA; e a participação dos cafés do Brasil nas feiras de cafés especiais SCAJ World Specialty Coffee Conference & Exhibition 2012, Tóquio, e The 11th Seoul Int'l Café Show 2012, Seul;
- d) Programa de Difusão e Transferência de Tecnologia Cafeeira para a realização de projetos e atividades de difusão tecnológica de pronta aplicação para as lavouras de café, com ênfase na cafeicultura em Minas Gerais, maior Estado produtor, desenvolvendo ações de capacitação de produtores e de técnicos diretamente ou junto a suas cooperativas e associações, com o número estimado de beneficiários diretos em 5.000 e indiretos em 17.000, buscando sua competitividade, geração de renda e empregos;
- e) Programa Pesquisa Café, o qual apresentou como um dos principais resultados o lançamento da cultivar BRS Ouro Preto, primeira lançada pela Embrapa, recomendada especialmente para Rondônia, com potencial de produtividade média de 70 sacas/ha, enquanto a produtividade média do café no Estado é de 11 sacas/ha. As ações de transferência e validação de tecnologias desenvolvidas pelo Consórcio focaram na melhoria da qualidade do produto, no aumento da produtividade com agregação de valor, no manejo de boas práticas agrícolas e de pós-colheita, além do emprego de tecnologias de irrigação visando à racionalização do uso da água e a preservação ambiental;

f) cooperação técnica para promover o desenvolvimento qualificado e a excelência em gestão da atividade cafeeira nas regiões produtoras mineiras, a qual beneficiará 2.750 produtores, especialmente de pequeno e médio porte, e suas associações/cooperativas em 126 municípios do Estado, por meio da capacitação de extensionistas da Emater-MG em tecnologias desenvolvidas pelo Consórcio Pesquisa Café. Este projeto piloto deverá servir de modelo para ações estratégicas em outros Estados produtores; e,

g) financiamentos ao agronegócio café de R\$ 2,52 bilhões, com contratação de 26 instituições financeiras, sendo 22 bancos e quatro cooperativas de crédito, atendendo a 16.478 beneficiários entre produtores, cooperativas, indústrias, torrefadores e beneficiadores de café. As linhas de crédito, que apresentaram a redução de taxa efetiva de juros de 6,75% a.a. para 5,5% a.a., a partir de 1º-7-12, foram destinadas para custeio, colheita, estocagem, Aquisição de Café - FAC, capital de giro para indústrias de café solúvel e de torrefação, contratos de opções e de mercados futuros, e para a linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas de produtores rurais.

Quanto às dificuldades que impactaram a realização dos trabalhos ao longo do exercício, destaca-se o limite orçamentário estabelecido para o Funcafé, por mais um exercício, diante do montante aprovado na LOA 2012, prejudicando a plena execução das ações promocionais dos cafés brasileiros, de capacitação e de publicidade. Desta forma, diante destes limites em 2012, priorizou-se a destinação de recursos à execução do Programa Pesquisa Café, mas que somente foram autorizados e liberados em setembro de 2012.

A execução das ações de conservação dos estoques e administração da Unidade não foi prejudicada, assim como a de financiamentos e remuneração às instituições decorrentes desses financiamentos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Ver Anexo I - fl. 69.

As competências da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE estão listadas no item “Finalidade e Competências Institucionais da Unidade” deste Relatório.

O Secretário de Produção e Agroenergia tem como atribuição planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos, ações e atividades das unidades organizacionais da Unidade, assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados às políticas públicas para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético, regulamentar as matérias de competência da SPAE/MAPA, praticar os atos de gestão orçamentária e financeira à conta dos créditos disponibilizados e demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, e coordenar ações quando de atuação junto aos organismos e fóruns internacionais.

O Gabinete tem como atribuições prestar assistência ao Secretário de Produção e Agroenergia, inclusive instruindo e monitorando processos, também coordenando a elaboração de documentos, a programação de agenda de trabalho, a seleção de expedientes dirigidos ao Secretário, preparo de correspondência e documentos para despacho, assim como promover, orientar e controlar as atividades de apoio operacional e administrativo.

A Coordenação de Apoio Operacional - CAO coordena e orienta as atividades de administração geral, as quais incluem manutenção de controles e registros de frequências, férias e licenças dos servidores localizados na Secretaria, material, patrimônio, reprografia, protocolo e arquivo da documentação corrente, emissão de diárias e passagens, registros de conformidade documental, controle e acompanhamento de prestações de contas de convênios e de demandas dos órgãos de

controle interno e externo, elaboração e consolidação de Relatório de Gestão Anual e serviço de apoio orçamentário e de execução financeira da SPAE e do Funcafé, incluindo a contabilidade dos atos e fatos relativos à operacionalização desse Fundo.

O Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia - DCAA é composto por uma Diretoria e duas Coordenações-Gerais: Coordenação-Geral de Agroenergia - CGAE e Coordenação-Geral de Açúcar e Alcool - CGAA, e tem como atribuições: subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor canavieiro e à agroenergia; planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos da cana-de-açúcar e do açúcar, do álcool e demais matérias primas de origem agrícola; acompanhar o comportamento da produção e da comercialização da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e demais matérias primas agroenergéticas; desenvolver estudos e pesquisas visando subsidiar formulação de planos e programas relativos à cana-de-açúcar, ao açúcar, ao álcool e às demais matérias-primas agroenergéticas; e assessorar nos assuntos vinculados ao Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA e do Conselho Nacional de Políticas Energéticas - CNPE.

Cabe também ao DCAA representar o MAPA nos fóruns internacionais a Organização Internacional do Açúcar - OIA, Conselho Agrícola do Cone Sul - CAS; *Global Bioenergy Partnership* - GBEP, Grupo de Bioenergia do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, subsidiar as discussões visando à inserção do etanol como uma *commodity* - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, bem como aos setores alcooleiro e de agroenergia, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério.

O Departamento do Café - DCAF, unidade responsável pelos atos de gestão dos recursos consignados no orçamento do Fundo de Defesa Economia Cafeeira - Funcafé, é composto por uma Diretoria e duas Coordenações-Gerais: Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE e Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé - CGFuncafé.

O DCAF tem como atribuições subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor cafeeiro, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Funcafé em linhas de financiamento, investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, difusão e transferência de tecnologia, capacitação de agricultores e técnicos, promoção dos cafés brasileiros no país e no exterior, propor a celebração de convênios, termos de cooperação, acordos e contratos, participar de reuniões e discussões realizadas no âmbito da Organização Internacional do Café - OIC, monitorar a produção e comercialização do produto, e praticar demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento.

E, ainda, promove a secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e Comitês Diretores de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café - CDPE/Café, de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café, de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café e do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café, além de coordenar e participar do desenvolvimento, implementação e execução de sistema para automatização da operacionalização das linhas de financiamento deste Fundo. Outros assuntos relacionados à cadeia produtiva do café também são promovidos ou acompanhados em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério.

Em relação às atribuições da Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE/DCAF, destacam-se: a elaboração e acompanhamento do orçamento anual do Funcafé; a gestão de campanhas de publicidade, em parceria com Assessoria de Comunicação Social - ACS/GM; a gestão de convênios e de termos de cooperação - exame, orientação de processo, aprovação e acompanhamento da execução; a participação de reuniões e discussões sobre ações e projetos para o

setor cafeeiro; a secretaria-executiva do CDPC e Comitês Diretores; a elaboração do relatório anual de atividades do Funcafé, com subsídios das áreas competentes; o acompanhamento da agenda da OIC e outros assuntos da Organização; e a organização e administração de informações sobre atos normativos atinentes ao café e ao Funcafé.

Quanto à Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé - CGFuncafé/DCAF, atribui-se: a elaboração e gestão dos contratos de aplicação de recursos destinados às linhas de crédito do Funcafé firmados com instituições financeiras, assim como acompanhamento dos retornos financeiros e efetividade dessas aplicações financeiras; o levantamento da estimativa anual de receita do Funcafé; a gestão dos estoques oficiais de café, incluindo a manutenção e conservação desses estoques, o acompanhamento de leilões e gestão de processos sobre passivos, nas esferas administrativa e judicial; a elaboração mensal do Informe Estatístico do Café; e o desenvolvimento e execução de sistema para automatização da operacionalização das linhas de financiamento deste Fundo.

Os macroprocessos da SPAE/DCAF/Funcafé e os principais produtos deles decorrentes serão abordados nos itens “Macroprocessos Finalísticos” e “Macroprocessos de Apoio”, os quais foram conduzidos pelos gestores da Unidade mediante a realização de reuniões com representantes de órgãos e instituições públicas e privadas, inclusive com outras Unidades do MAPA, no sentido de se discutir e definir as políticas públicas para o setor. Os trabalhos de gestão e administrativos desenvolvidos pelas equipes observaram os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O macroprocesso finalístico da SPAE/DCAF/Funcafé e os principais processos e subprocessos deles decorrentes estão descritos a seguir.

Macroprocesso Finalístico SPAE/DCAF/Funcafé	Processo	Subprocesso
Políticas para o setor cafeeiro	- Formulação de Políticas Públicas	- identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Funcafé em linhas de financiamento, pesquisa, capacitação e treinamento, promoção. - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas para o setor cafeeiro.
	- Linhas de Financiamentos	- elaborar e gerenciar os contratos de aplicação de recursos destinados às linhas de crédito do Funcafé firmados com instituições financeiras, assim como acompanhar os retornos financeiros.
	- Pesquisa e Desenvolvimento	- promover ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação do café e, ainda, de difusão e transferência de tecnologia, para a disseminação e aplicação de tecnologias com ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região produtora, ampliando os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.
	- Capacitação de Produtores e de Técnicos	- desenvolver ações de capacitação e treinamento de produtores, técnicos e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, levando em conta a utilização de mecanismos de transferência de tecnologia com foco no atendimento de demandas e necessidades locais e regionais, as características de produção, tamanho da

		propriedade etc., abrangência de atividades operacionais de campo, gestão administrativa, financeira, ambiental e social, modalidades de financiamento, comercialização e marketing, entre outros temas, estimulando os produtores a agregarem valor ao seu café.
	- Promoção e publicidade	- promover ações integradas voltadas para a melhoria da imagem do café brasileiro, baseadas nos conceitos de diversidade, origem, qualidade e sustentabilidade, para consolidar e ampliar o agronegócio café nos mercados interno e externo, garantir visibilidade e traduzir a qualidade do produto e o seu valor agregado, mediante a participação em eventos como feiras nacionais e mundiais de alimentos e bebidas e de cafés especiais; apoio a eventos no país (seminários, congressos e congêneres), exposições temáticas, concursos de qualidade, e realização de campanha de publicidade.
	- Transferências Voluntárias	- elaborar e gerenciar temas de cooperação e convênios para a realização e/ou apoio a projetos alinhados com as políticas públicas definidas e demandas do setor.
	- Gestão dos Estoques Oficiais	- gerenciar os estoques oficiais de café, incluindo a manutenção e conservação desses estoques, o acompanhamento de leilões e gestão de processos sobre passivos, nas esferas administrativa e judicial.
	- Estudos e Pesquisas	- desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar a formulação de políticas públicas, planos e programas destinados ao setor cafeeiro.
	- Informações Técnicas	- elaborar o Relatório de Atividades do Funcafé (anual) e o Informe Estatístico do Café (mensal).
	- Sistema Funcafé	- desenvolver e executar o sistema para automatização da operacionalização das linhas de financiamento do Funcafé.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

O macroprocesso de apoio essencial ao funcionamento da SPAE/DCAF/Funcafé e principais processos estão apresentados a seguir.

Macroprocesso de apoio	Principais processos
Gestão e Administração	Administração de pessoal
	Gestão de transferências voluntárias
	Gestão dos contratos de financiamento
	Gestão orçamentária e financeira
	Gestão da informação
	Desenvolvimento do Sistema Funcafé
	Secretaria-Executiva de reuniões do CDPC e Comitês Diretores

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

As ações de pesquisas e desenvolvimento e transferência de tecnologias, de capacitação de técnicos e agricultores, promocionais do café brasileiro, levantamentos da safra, estoques privados e custos de produção de café, assim como a operacionalização de linhas de crédito para financiamentos e de

outros instrumentos de política agrícola são efetivadas, mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos visando ao desenvolvimento da cafeicultura brasileira.

Entre os principais parceiros internos destacamos a Secretaria de Política Agrícola - SPA, Secretaria de Relações Internacionais - SRI, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, Assessoria de Comunicação Social - ACS/GM e Superintendência Federal de Agricultura - SFA nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Quanto aos parceiros externos, destacamos a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (Unidade Embrapa Café), vinculadas ao MAPA, Ministérios da Fazenda - MF, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, e das Relações Exteriores - MRE.

Em relação ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, executado no âmbito do Consórcio Pesquisa Café e coordenado pela Embrapa Café, reúne atualmente mais de 45 instituições de pesquisa, ensino, extensão rural e entidades privadas, nas principais regiões produtoras do país, incluindo a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Instituto Agronômico de Campinas - IAC, Instituto Agronômico do Paraná - Iapar, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - Pesagro - Rio, Universidade Federal de Lavras - Ufla e Universidade Federal de Viçosa - UFV, entre outras.

Para a operacionalização das linhas de financiamento do Funcafé destinadas ao setor cafeeiro, há parceria com instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SCNR, entre elas o Banco do Brasil, Banestes, BicBanco, BPNBrasil, Bradesco, Itaú, Rabobank, Safra, Santander Brasil, Votorantim, Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob, Crediminas e Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Central ES.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

a) Mesmo estando previstas nas competências da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE a formulação de políticas governamentais para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético, conforme apresentado no item “1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade”, a Secretaria promoveu a elaboração dos Planos Estratégicos para o Desenvolvimento dos Setores Canavieiro e Cafeeiro - PEDSCanavieiro e PEDSCafeeiro, concluídos em junho de 2012, tendo como horizonte temporal o período 2012 a 2015. Estes Planos têm sido acompanhados por meio de Relatórios de Ação Estratégica - RAEs, os quais são emitidos trimestralmente e encaminhados à Assessoria de Gestão Estratégica - AGE deste Ministério;

b) Os citados Planos Estratégicos apresentam vinculação direta com o que preceitua o disposto nos artigos 26, 27 e 28 do Anexo I do Decreto nº 7.127/2010, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

c) Em relação ao Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o produto café está relacionado no Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor, assim como as respectivas metas e iniciativas, bem como no Programa 2105 - Gestão e manutenção do MAPA, ações Publicidade de Utilidade Pública/Funcafé e Administração da Unidade/Funcafé;

d) A SPAE/DCAF está inserida no planejamento estratégico² do MAPA, sendo responsável pelo objetivo estratégico “Buscar maior efetividade na formulação e implementação de políticas públicas para o agronegócio café”.

e) O objetivo estratégico traçado foi o de ampliar a produtividade da cafeicultura e acesso ao crédito dos beneficiários do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé.

f) As ações planejadas pela SPAE/DCAF para alcançar o objetivo de ampliar a produtividade da cafeicultura e acesso ao crédito dos beneficiários do Funcafé, no exercício de 2012, foram:

1. elaborar e implementar o PEDSCafeeiro, que inclui manter a participação da produção brasileira no mercado mundial, promover o aumento da demanda interna de café e o aumento gradual da produtividade, atender à demanda interna crescente pelo produto, qualificar a produção nacional e promover ações específicas levando em conta as peculiaridades regionais;
2. automatizar a operacionalização das linhas de crédito do Funcafé;
3. operacionalizar linhas de crédito do Funcafé para custeio, colheita, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café - FAC, entre outras;
4. promover a pesquisa, desenvolvimento, inovação, difusão e transferência de tecnologias;
5. promover a capacitação e treinamento de produtores e técnicos do setor;
6. realizar os levantamentos da safra, de estoque privado e de custos de produção de café;
7. apoiar ações promocionais do café brasileiro no país e no exterior.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em relação a alterações realizadas ao longo do exercício de 2012 para a SPAE/DCAF se ajustar ao planejamento estratégico, não houve necessidade de adequações na revisão dos macroprocessos da Unidade, nas estruturas de pessoal e imobiliária.

² Plano Estratégico / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – 2. ed. – Brasília: Mapa/ACS, 2009.

Quanto às estratégias de divulgação interna, técnicos da SPAE/DCAF foram envolvidos nos processos de elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Cafeeiro - PEDSCafeeiro. Hierarquicamente os escalões superiores à SPAE como a Secretaria Executiva e o Gabinete do Ministro foram informados da elaboração e conclusão deste instrumento de planejamento, aprovando-o.

Outras estratégias consideradas relevantes: durante esse período, foram consultados os respectivos segmentos da cadeia produtiva do café, bem como suas representações institucionais, que interagiram com as equipes da Unidade na formulação das propostas das políticas setoriais coordenadas pela SPAE/DCAF. E do ponto de vista formal, o PEDSCafeeiro foi submetido ao Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, discutido e aprovado pelos Conselheiros.

No que diz respeito às estratégias adotadas pela SPAE/DCAF para atingir os objetivos estratégicos em 2012, os principais riscos que podem impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos traçados são:

- a) mesmo contando com recursos do Funcafé, o contingenciamento e/ou demora na liberação de limites orçamentário e financeiro desse Fundo, no âmbito do MAPA, afetam diretamente a execução e o alcance de objetivos propostos no PEDSCafeeiro;
- b) tempestividade na liberação de recursos aos beneficiários das linhas de crédito do Funcafé, principalmente para aquelas que apresentam período de contratação a partir de 1º de abril de cada ano como estocagem, FAC, recuperação de cafezais danificados e contratos de opções de mercados futuros, considerando que essa liberação se inicia, por demanda do MAPA ao MF, após definição e aprovação pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, seguida dos trâmites jurídico-administrativos para contratação de instituições financeiras que efetuarão o repasse aos beneficiários.

Por último, na área de tecnologia destaca-se o desenvolvimento, desde o primeiro trimestre de 2012, do sistema para automatização das linhas de crédito do Funcafé, cuja equipe envolvida nesse trabalho inclui analistas e técnicos da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE e gestores de negócio da SPAE/DCAF. Trata-se de uma ferramenta para auxiliar na gestão dessas linhas, a fim de possibilitar mais agilidade na disponibilização dos financiamentos aos beneficiários, transparência no fluxo operacional, segurança e celeridade da informação para os gestores.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Os resultados alcançados pela execução das ações planejadas pela Unidade em 2012 para o setor cafeeiro, com recursos do Funcafé, foram:

1. elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento para o Setor Cafeeiro - PEDSCafeeiro;
2. desenvolvimento do sistema para automatização das linhas de crédito do Funcafé, iniciado no 1º trimestre de 2012 e com previsão para conclusão no 1º trimestre de 2014;
3. manutenção e conservação de estoques governamentais de café;
4. realização dos levantamentos da safra, estoques privados e custos de produção de café, sob a coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
5. apoio ao Programa de Difusão e Transferência de Tecnologia Cafeeira, mediante convênio firmado com a Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - FunProcafé, para promover projetos e atividades de difusão tecnológica de pronta aplicação para as lavouras de café, com ênfase na cafeicultura em Minas Gerais, desenvolvendo ações de capacitação de produtores e de técnicos diretamente ou junto a suas cooperativas e associações, mediante Congressos de Pesquisas, Dias de Campo, cursos de atualização em cafeicultura para técnicos de extensão rural, cursos rápidos de preparação de técnicos e produtores e, ainda, veiculações pela internet de boletins técnicos que

visam fornecer o material de suporte para as ações de difusão de tecnologia, com o número estimado de beneficiários diretos em 5.000 e indiretos em 17.000;

6. apoio ao Programa Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café e executado pelo Consórcio Pesquisa Café, composto por mais de 45 instituições de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e universidades localizadas nos principais Estados produtores. Dentre as ações realizadas, destacam-se:

a. continuidade de projetos/ações em vigência do Programa Pesquisa do Café, com 355 planos de ação classificados em focos temáticos que buscam atender às prioridades do setor cafeeiro para garantir seu desenvolvimento no médio e longo prazos;

b. ações de difusão, transferência e validação de tecnologias desenvolvidas com foco na melhoria da qualidade do produto, no aumento da produtividade com agregação de valor, no manejo de boas práticas agrícolas e de pós-colheita, além do emprego de tecnologias de irrigação visando à racionalização do uso da água e a preservação ambiental;

c. cooperação técnica com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater-MG para promover a capacitação de extensionistas em tecnologias desenvolvidas no âmbito do Consórcio e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a produtores de café e suas associações nos principais municípios produtores de café do Estado de Minas Gerais, com capacitação de 166 extensionistas, que serão responsáveis por dar assistência técnica a 2.750 produtores de café, especialmente de pequeno e médio porte;

d. lançamento da cultivar BRS Ouro Preto, primeira lançada pela Embrapa, recomendada especialmente para Rondônia, com potencial de produtividade média de 70 sacas/ha, enquanto a produtividade média do café no Estado é de 11 sacas/ha;

e. planejamento do VIII Simpósio Pesquisa de Cafés do Brasil, a ser realizado em setembro de 2013, com público esperado de aproximadamente 1.000 pessoas. Além da apresentação de trabalhos e da realização de minicursos para atualização tecnológica, os participantes contarão com a presença de renomados pesquisadores e expoentes do agronegócio para a discussão de diversos temas relevantes à atualidade cafeeira;

f. alocação de recursos para promover reuniões técnicas com os pesquisadores e coordenadores institucionais das entidades consorciadas, entre outros eventos congêneres, visando a gestão e o acompanhamento da programação de pesquisa no âmbito do Consórcio;

7. linhas de crédito do Funcafé de R\$ 2,52 bilhões, com contratação de 26 instituições financeiras, sendo 22 bancos e quatro cooperativas de crédito, destinadas aos financiamentos de custeio, colheita, estocagem, Aquisição de Café - FAC, capital de giro para indústrias de café solúvel e de torrefação, contratos de opções e de mercados futuros, e para a linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas de produtores rurais, atendendo a 16.478 beneficiários entre produtores, cooperativas, indústrias, torrefadores e beneficiadores de café. Estas linhas serão detalhadas em capítulo específico, conforme o ITEM 24 da PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012;

8. apoio à Conferência Internacional de *Coffea Canephora*, Vitória-ES;

9. apoio ao 13º Simpósio Nacional do Agronegócio Café (13º Agrocafé), Salvador-BA;

10. apoio à Fenicafé 2012, Araguari-MG, que congregou o XVII Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura no Cerrado, a XV Feira de Irrigação em Café do Brasil e o XIV Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada.;

11. apoio ao 20º Seminário do Café da Região do Cerrado Mineiro, Patrocínio-MG;

12. apoio ao 11º Concurso de Qualidade Cafés da Bahia, Vitória da Conquista-BA; e

13. apoio à participação e promoção dos cafés brasileiros nas feiras *SCAJ World Specialty Coffee Conference & Exhibition 2012*, Tóquio, Japão, e *The 11th Seoul Int'l Cafe Show 2012*, Seul, Coreia do Sul.

As metas estipuladas para o setor cafeeiro para o ano de 2012 apresentaram como previsão a utilização de recursos do Funcafé de acordo com as prescrições e valores abaixo, totalizando cerca de R\$ 2,218 bilhões. Cabe ressaltar que os recursos para a implantação da Produção Integrada de

Café - PI Café estão consignados no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA.

PEDSCafeeiro - Metas para 2012, com recursos do Funcafé

Nº	Ações	Programado	Executado	E/P %
1	Irrigação	0,00	0,00	0
2	Pesquisa, desenvolvimento, inovação, difusão e transferência de tecnologia	12,00	8,00	67
3	Cadastro nacional de cafeicultores e do parque cafeeiro	1,70	0,00	0
4	Capacitação de agricultores e técnicos	0,50	0,33	66
5	Produção Integrada de Café - PI Café (implantação) ¹	0,08	0,00	0
6	Comercialização - Estocagem	900,00	1.500,00	167
7	Promoção e Publicidade do café brasileiro	8,00	0,65	8
8	Equalização juros financiamentos	130,00	73,00	56
9	Outras linhas de financiamento do Funcafé ²	1.065,00	1.020,00	96
Total		2.117,28	2.601,98	123

Fonte: SPAE/PEDSCafeeiro.

(1) Recursos orçamentários da SDC/MAPA.

(2) Considerado valores aprovados pelas Resoluções CMN nº 4.068, nº 4.099 e nº 4.139 em 2012.

2.4 INDICADORES

A metodologia da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE para os Relatórios de Ação Estratégica - RAEs prevê a utilização de indicadores para Resultados Estratégicos e para os Projetos deles derivados. Neste Relatório, entretanto, consideram-se os seguintes indicadores da SPAE/DCAF/Funcafé:

- número de beneficiários atendidos com financiamentos do Funcafé; e
- percentual de aplicação dos recursos do Funcafé nos financiamentos da cafeicultura.

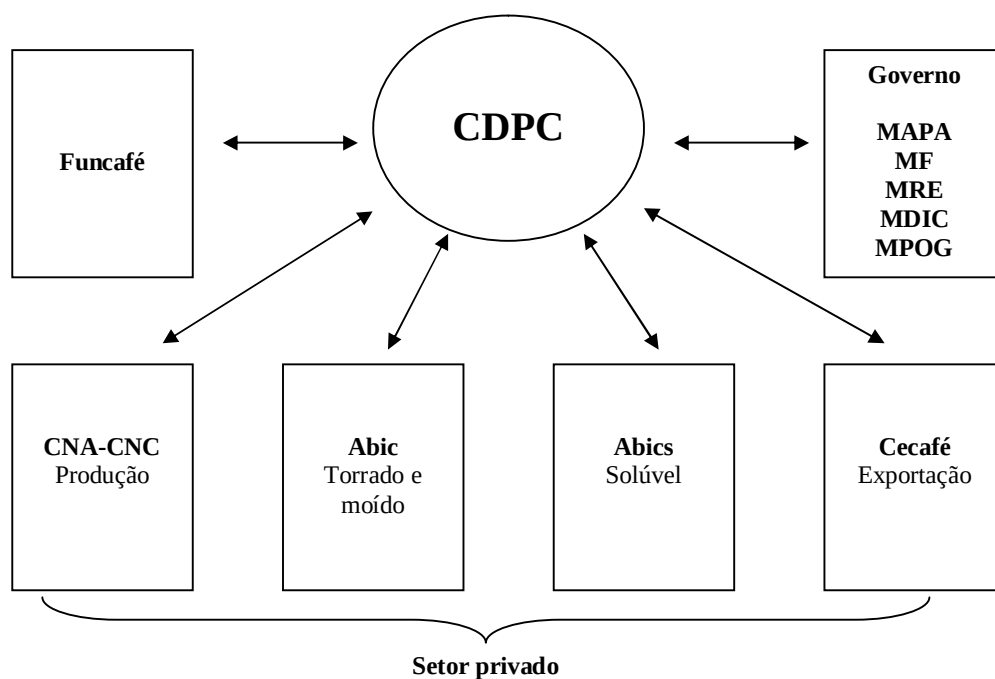
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Conforme os itens “Finalidade e Competências Institucionais da Unidade” e “Organograma Funcional” compete a Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE prover o serviço de secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC.

Criado pelo Decreto nº 2.047/1996, como instância colegiada e deliberativa, o CDPC tem por finalidade, entre outras, aprovar políticas para o setor cafeeiro. De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.623/2003, normativo vigente, compete a este Conselho autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café, aprovar a proposta orçamentária referente aos recursos do Funcafé, regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno, e estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura, sendo constituído pelos seguintes membros:

- a) Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o preside;
- b) Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- c) Secretário de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA;
- d) um representante do Ministério da Fazenda - MF;
- e) um representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- f) um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- g) um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP;
- h) dois representantes do Conselho Nacional do Café - CNC;
- i) dois representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- j) um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café - Abic;
- k) um representante da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel - Abics;
- l) um representante do Conselho de Exportadores de Café do Brasil - Cecafé.



CDPC - Reuniões Ordinárias 2012	
61ª Reunião Ordinária	12 de fevereiro
62ª Reunião Ordinária	3 de maio
63ª Reunião Ordinária	2 de agosto
64ª Reunião Ordinária	8 de novembro

E a Resolução CDPC nº 4, de 28 de novembro de 2006, criou os quatro Comitês Diretores com o objetivo de prestar assessoramento e avaliar preliminarmente os assuntos que são levados à deliberação deste Conselho, os quais são presididos pelo Diretor do Departamento do Café; a saber:

a) **Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café:** proceder à análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, estoques, custos de produção e aos demais assuntos correlacionados ao agronegócio café, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

1. Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
2. Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
3. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CecaFé;
4. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
5. Conselho Nacional do Café - CNC;
6. Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
7. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

CDPD/Café - Reunião Ordinária 2012	
19ª Reunião Ordinária	19 de julho

b) **Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café - CDPE/Café:** proceder à análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.

1. Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
2. Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
3. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CecaFé;
4. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
5. Conselho Nacional do Café - CNC;
6. Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
7. Ministério da Fazenda - MF;
8. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

CDPE/Café - Reunião Ordinária 2012	
18ª Reunião Ordinária	29 de fevereiro

c) **Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café:** proceder à análise, discussão, aprovação, gestão e fiscalização das ações, de contratos e convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no país e exterior.

1. Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
2. Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
3. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CecaFé;
4. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
5. Conselho Nacional do Café - CNC;
6. Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ACS/GM;

CDPM/Café - Reuniões Ordinárias 2012	
46ª Reunião Ordinária	29 de fevereiro
47ª Reunião Ordinária	8 de novembro

d) **Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café:** proceder à análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à OIC.

1. Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
2. Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
3. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé;
4. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
5. Conselho Nacional do Café - CNC;
6. Ministério da Fazenda - MF;
7. Ministério das Relações Exteriores - MRE.

Ressalta-se que as funções exercidas pelos representantes no CDPC e nos respectivos Comitês Diretores, com mandato de dois anos, não são remuneradas, correndo as despesas com transporte e diárias correm por conta dos Ministérios e entidades representadas.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	

44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica

Itens 4 e 6: O código de ética aplicável a esta Unidade é o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171/94. O tema foi divulgado aos servidores em 13 de outubro de 2010, mediante a palestra “Ética e Disciplina” ministrada por representantes da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares - CGPAD/SE, no auditório deste Ministério, na qual foram abordados o Decreto nº 1.171/94, a Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos), a Lei nº 8.429/92 (sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito), e a Lei nº 9.784/99 (processo administrativo).

Item 5: Não existem documentos formais específicos da SPAE que padronizem procedimentos e instruções operacionais. No endereço <http://agronet.agricultura.gov.br/> estão disponíveis manuais técnicos de contratação, gestão e fiscalização de contratos, de material e patrimônio, de comunicações administrativas, entre outros temas, que tratam de procedimentos internos a serem adotados na execução dos trabalhos, assim como em outros sistemas - SIGED, SCDP, SICONV, SIOP, SIOR, SIAFI etc. Destaca-se, também, o manual elaborado pela CGU-PR com um conjunto de orientações e recomendações para ajudar e apoiar a boa gestão, prevenindo e evitando a ocorrência de problemas e irregularidades na administração dos diversos órgãos e entidades.

Item 7: As delegações de autoridade e competência usualmente são acompanhadas de definições de responsabilidades indicadas no Regimento Interno da Unidade e, em alguns casos, mediante publicação de Portaria deste Ministério. Destaca-se que o Regimento Interno da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE mais recente foi aprovado pela Portaria MAPA nº 121, de 15-5-2006, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 16-5-2006, Seção 1, p. 3-6, com base no Decreto nº 5.351/2005. Nos anos de 2011 e 2012 foram promovidas discussões para atualização desse Regimento e de demais Unidades do MAPA, mas ainda não publicado.

Item 18: As atividades de guarda, estoque e inventário de responsabilidade da unidade são realizadas pela Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSC/SPOA/SE. Nas respectivas salas são fixadas o Termo de Responsabilidade de Bens Inventariados.

Item 20: As atividades de controle adotadas pela SPAE são adequadas e revistas/ajustadas de acordo com a necessidade de aperfeiçoamento desse controle. Como exemplo, cita-se, no âmbito do DCAF, o desenvolvimento de sistema para automatização das linhas de crédito destinadas à cafeicultura e operacionalizadas com recursos do Funcafé, a fim de possibilitar melhor gerenciamento dessas linhas, aprimorando seus instrumentos de controle interno e de gestão (o projeto iniciou no 1º trimestre de 2012 e a previsão para conclusão é no 1º trimestre de 2014).

Itens 23 e 25: As informações relevantes são identificadas, documentadas, armazenadas e disponibilizadas tempestivamente aos servidores, mediante cópia dos comunicados/informações e/ou envio por e-mail (lista de distribuição da Secretaria).

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização está sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. E o Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor, com as respectivas iniciativas e ações, sob a gestão da SPAE/DCAF e executado com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, será abordado no próximo item.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0661				
Descrição		Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor				
Programa		2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Órgão Responsável		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.894.388.395,00	2.894.388.395,00	2.678.390.663,44	1.936.606.612,78	169.766,35	727.288,42	1.792.531.158,95
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	Unidade	-	-	1,60 bi	2,069 bi
2	Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé (no período de 2012 a 2015)	Unidade	13.583	16.478	-	-

Fonte: Siafi Gerencial e SIOP.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3.1 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02GM
Descrição	Financiamentos ao agronegócio café
Objetivo	0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.733.713.343,00	2.733.713.343,00	2.520.634.664,37	2.013.405.407,71	-	507.229.256,66	2.013.405.407,71
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Financiamento concedido	Unidade	12.000	16.478	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.2 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02GT					
Descrição	Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café					
Objetivo	0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.000.000,00	130.000.000,00	74.276.056,59	73.363.379,34	-	912.677,25	73.363.379,34
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituição financeira remunerada	Unidade	15	38	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.3 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código		02GP					
Descrição		Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé					
Objetivo		0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
5.000.000,00	5.000.000,00	2.163.298,39	2.037.183,88	3.820,25	126.114,51	2.033.363,63	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estoque conservado		saca	14.000	14.103	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.4 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02GR
Descrição	Promoção do café brasileiro no país e no exterior
Objetivo	0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio

		café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	616.854,04	616.854,04	-	-	616.854,04
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento realizado	Unidade	20	6	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.5 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0489					
Descrição	Capacitação dos agentes do agronegócio café					
Objetivo	0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
500.000,00	500.000,00	333.000,00	333.000,00	-	-	333.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa capacitada	Unidade	500	6000	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.6 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02GO					
Descrição	Informações do agronegócio café					
Objetivo	0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café					
Observação	Trata-se de Medida Institucional Normativa - MINO					

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.3.7 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02GN				
Descrição		Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura				
Objetivo		0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000,00	12.000.000,00	7.597.564,97	2.359.319,55	641.510,99	5.238.245,42	1.717.808,56
Metas do Exercício Para a Iniciativa						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa desenvolvida	Unidade	150	355	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4.1 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		0012				
Descrição		Financiamentos ao agronegócio café				
Iniciativa		02GM - Financiamentos ao agronegócio café				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.733.713.343,00	2.733.713.343,00	2.520.634.664,37	2.013.405.407,71	-	507.229.256,66	2.013.405.407,71
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Financiamento concedido	Unidade	12.000	16.478	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.4.2 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		0A27				
Descrição		Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café				
Iniciativa		02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.000.000,00	130.000.000,00	74.276.056,59	73.363.379,34	-	912.677,25	73.363.379,34
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituição financeira remunerada	Unidade	15	38	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.4.3 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2825				
Descrição		02GP - Conservação dos Estoques Reguladores de Café				
Iniciativa		Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

5.000.000,00	5.000.000,00	2.163.298,39	2.037.183,88	3.820,25	126.114,51	2.033.363,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estoque conservado	saca	14.000	14.103	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.4.4 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2C94				
Descrição		Promoção do café brasileiro				
Iniciativa		02GR - Promoção do café brasileiro no país e no exterior				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	616.854,04	616.854,04	-	-	616.854,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento realizado	Unidade	20	6	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.4.5 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4717				
Descrição		Capacitação de Técnicos e Produtores do agronegócio café				
Iniciativa		0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
500.000,00	500.000,00	333.000,00	333.000,00	-	-	333.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa capacitada	Unidade	500	6000	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

Quadro A.4.4.6 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4803				
Descrição		Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura				
Iniciativa		02GN - Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000,00	12.000.000,00	7.597.564,97	2.359.319,55	641.510,99	5.238.245,42	1.717.808,56
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa desenvolvida	Unidade	150	355	-	-

Fonte: Siafi Gerencial; SIOP.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ está sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Ao Funcafé aplicam-se informações sobre as Ações 2000 - Administração da Unidade e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública, sob a gestão da SPAE/DCAF, descritas no item a seguir.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.175.052,00	5.175.052,00	1.672.426,97	1.568.896,22	9.032,93	103.530,75	1.559.863,29

Fonte: Siafi Gerencial e SIOP.

Quadro A.4.6.2 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4641				
Descrição		Publicidade de Utilidade Pública				
Unidade Responsável		Secretaria de Produção e Agroenergia / Departamento do Café				
Unidade Orçamentária		22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	-	-	

Fonte: Siafi Gerencial e SIOP.

4.1.7 Análise Crítica

Com a nova configuração do PPA 2012-2015, o antigo Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira foi substituído pelo Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Entende-se que o limite estipulado para cada órgão é escasso, e é definido por normas legais, as quais têm que ser obedecidas, e que o referido limite tem que ser compartilhado com várias Unidades Orçamentárias - UOs, cuja prioridade na distribuição é definida no âmbito dos respectivos Ministérios.

Considerando essa freqüente escassez, as ações de Promoção do Café Brasileiro, Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café e Pesquisa e Desenvolvimento do Café tiveram suas plenas execuções comprometidas, embora as metas físicas dessas duas últimas tenham sido superadas.

Em relação à Publicidade de Utilidade Pública, não houve realização pois se priorizou recursos para o Programa Pesquisa Café, e as ações de Conservação dos Estoques Reguladores de Café e Administração da Unidade apresentaram execução dentro do previsto pela Unidade no exercício.

A nova configuração supracitada, juntamente com a avaliação das metas adotadas no PPA 2008-2011, deu origem a duas novas metas, quais sejam: aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé e aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé, no período de 2012 a 2015, ambas alcançadas no exercício de 2012.

Neste sentido, o desempenho positivo do Objetivo 0661 pode ser observado nos financiamentos concedidos ao setor cafeeiro, por meio da contratação de R\$ 2,52 bilhões junto às instituições financeiras. Desse montante, foi aplicado R\$ 1,5 bilhão até 31-12-2012 atendendo a 16.478 beneficiários entre produtores, cooperativas, indústrias, torrefadores e beneficiadores de café. O detalhamento desses financiamentos será apresentado no ITEM 24 DA PARTE B deste Relatório.

Quanto aos montantes listados como “Restos a Pagar”, apresenta-se as seguintes considerações:

a) Financiamentos ao Agronegócio Café: trata-se da linha de crédito de estocagem de café (R\$ 221.257.117,07) contratadas pelas financeiras em 2012, cujo prazo de contratação com os beneficiários finais se inicia em abril e se estende até janeiro do ano seguinte; e para a linha de custeio das lavouras de café (R\$ 285.972.139,59) o prazo de contratação pelos beneficiários finais é de outubro a julho;

b) Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café: correspondente a valores por elas reembolsados nos últimos dias úteis que precederam o encerramento do exercício de 2012;

c) Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob a responsabilidade do Funcafé: trata-se de despesas com manutenção das unidades armazenadoras de café no mês de dezembro/2012;

d) Pesquisa e Desenvolvimento do Café: a plena execução até o fim do exercício foi prejudicada por motivo de liberação de recursos orçamentários e financeiros à Embrapa Café apenas em setembro de 2012.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	22906	130137
Recursos Sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira / Funcafé-MAPA	74901	130137

Fonte: SPAE/DCAF.

4.2.2 Programação das Despesas

4.2.2.1 Programação das Despesas Correntes

Quadro A.4.8.1 - Programação de Despesas Correntes - UO 22906

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	27.675.052,00	42.966.963,00
	PLOA		-	-	-	-	27.675.052,00	42.966.963,00
	LOA		-	-	-	-	27.675.052,00	42.966.963,00
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	--	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	27.675.052,00	42.966.963,00

Fonte: SPAE/DCAF; Siafi Gerencial.

Quadro A.4.8.2 - Programação de Despesas Correntes - UO 74901

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	130.000.000,00	130.000.000,00
	PLOA		-	-	-	-	130.000.000,00	130.000.000,00
	LOA		-	-	-	-	130.000.000,00	130.000.000,00
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	130.000.000,00	130.000.000,00

Fonte: SPAE/DCAF; Siafi Gerencial e SIOP.

4.2.2.2 Programação das Despesas de Capital

Quadro A.4.9.1 - Programação de Despesas de Capital - UO 22906

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		3.000.000,00	2.100.000,00	-	-	-	-
	PLOA		3.000.000,00	2.100.000,00	-	-	-	-

CRÉDITOS	LOA	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-	-	-
	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-	-	-

Fonte: SPAE/DCAF ; Siafi Gerencial.

Quadro A.4.9.2 - Programação de Despesas de Capital - UO 74901

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
	PLOA	-	-	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
	LOA	-	-	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-

Fonte: SPAE/DCAF; Siafi Gerencial.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10.1 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - UO 22906

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	27.675.052,00	42.966.963,00	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-
	PLOA	27.675.052,00	42.966.963,00	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-
	LOA	27.675.052,00	42.966.963,00	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	27.675.052,00	42.966.963,00	3.000.000,00	2.100.000,00	-	-

Fonte: SPAE/DCAF; Siafi Gerencial.

Quadro A.4.10.2 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - UO 74901

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	130.000.000,00	130.000.000,00	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
	PLOA	130.000.000,00	130.000.000,00	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
	LOA	130.000.000,00	130.000.000,00	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		130.000.000,00	130.000.000,00	2.733.713.343,00	2.539.706.307,00	-	-

Fonte: SPAE/DCAF; Siafi Gerencial.

4.2.2.4 Análise Crítica

Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ: o gestor deverá examinar a compatibilidade dos limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário em relação às necessidades de crédito da UJ para cumprimento da sua programação de trabalho. E, ainda, análise do comportamento da proposta orçamentária, desde a elaboração pela UJ, até a publicação da LOA, explicitando as consequências das alterações ocorridas.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior: o gestor deverá examinar as alterações ocorridas na programação orçamentária que sejam relevantes para a gestão, analisando as suas razões e os seus impactos, positivos ou negativos, nas atividades da UJ.

Além disso, o gestor poderá apresentar outras informações e ponderações sobre as dificuldades e oportunidades surgidas durante o exercício, entre as quais a abertura de créditos adicionais, os cancelamentos de créditos e solicitações de créditos adicionais não atendidas que afetaram os processos de gestão orçamentária da UJ.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebe-dora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130137	130140	20122210520000001	-	-	18.070,90
		130137	130160	20605201428250001	-	-	1.717.111,06
		130137	130163	20605201428250001	-	-	88.146,53
		130137	130167	20605201428250001	-	-	150.403,73

		130137	130170	20605201428250001	-	-	305.707,62
		130137	130005	20122210520000001	-	-	192.480,00
		130137	130083	20605201428250001	-	-	3.558,25
		130137	135097	2060120142C940001	-	-	120.514,04
		130137	135097	20572201448030001	-	-	5.421.818,00
		130137	135100	20122210520000001	-	-	1.392.484,69
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	170013	130137	28846091100JP0001	-	-	14.685.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	130137	135097	20572201448030001	2.578.182,00	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Quadro A.4.12 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	-	-	-	-
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	2.044,31	4.023,76	2.031,06	1.387,06
i) Suprimento de Fundos	2.044,31	4.023,76	2.031,06	1.387,06
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	61.222,99	128.009,51	61.222,99	128.009,51
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	61.222,99	128.009,51	61.222,99	128.009,51
5. Outros	2.595.746.185,04	2.112.539.378,97	2.087.598.127,05	1.717.587.979,88
6. Total (1+2+3+4+5)	2.595.809.452,34	2.112.671.412,24	2.087.661.381,10	1.717.717.376,45

Fonte: Siafi Gerencial.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

Ver Anexo II - fls. 70 e 71.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício: não houve modificação das ações no exercício de 2012, portanto, não se aplica ao Funcafé.

Contingenciamento no exercício: não houve execução orçamentária e financeira no grupo de despesa (4). Desta forma, o contingenciamento não afetou os resultados.

Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária: houve restrições orçamentárias e financeiras referente aos limites de movimentação e empenho e de pagamento prejudicando os resultados esperados. As limitações impostas pelos Decretos de Programação Financeira nos últimos anos tem afetado muito a execução. Sempre há uma defasagem enorme entre o limite de movimentação e empenho e o limite de pagamento e a inscrição de valores expressivos em restos a pagar prejudicam os limites de pagamento do exercício subsequente.

5 DA PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	-	-	-	-
2011	194.641,78	-	194.641,78	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	508.148.071,24	-	-	508.148.663,95
2011	394.759.394,01	256.897.221,82	132.861.579,48	592,71

Fonte: Siafi.

5.2.2 Análise Crítica

Impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores: os limites de pagamento de RP impactaram negativamente o exercício financeiro em questão por utilizar o limite de pagamento do exercício subsequente.

Razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro: no caso das Unidades Gestoras ligadas à UJ ocorreram situações como o aguardo de decisão judicial.

Evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ: o valor expressivo em Restos a Pagar restringe-se apenas ao exercício anterior. A estratégia é no sentido de adotar compromissos orçamentários restritos aos limites de pagamento disponibilizados.

Existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto: os valores inscritos estão de acordo com as normas vigentes, ou seja, com prazo até 30 de abril de 2012 para execução.

Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP: o valor mais expressivo desse RP se refere a Termo de Cooperação executado mediante descentralização de crédito para a Embrapa e Conab, gestoras de suas execuções.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Ver Anexo III - fl. 72.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE / Funcafé					
CNPJ:	00.396.895/0013-69					
UG/GESTÃO:	130137/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	6	10	24	829.340,00	1.342.815,00	3.184.516,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	3	2	2	9.775.249,42	10.603.443,60	6.846.915,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	9	12	26	10.604.589,42	11.946.258,60	10.031.431,00

Fonte: DCAF/SPAE

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia / Funcafé					
CNPJ: 00.396.895/0013-69			UG/GESTÃO: 130137/00001		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	3	1.066.040,00	1.066.040,00	-	100,00%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	3	1.066.040,00	1.066.040,00	-	100,00%

Fonte: Siconv; SPAE/DCAF.

1) Convênio MAPA/SEAB-PR nº 701645/2008.

2) Convênio MAPA/Emater-MG nº 756003/2011.

3) Convênio MAPA/FunProcafé nº 773592/2012.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contrato de Repasse

Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente		
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia / Funcafé		
CNPJ: 00.396.895/0013-69		UG/GESTÃO: 130137/00001
Exercício da	Quantitativos e Montante	Instrumentos

Prestação das Contas	Repassados		(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	5	3	-
		Montante Repassado	836.365,00	9.775.249,42	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	22	2	-
		Montante Repassado	2.142.575,00	10.603.443,60	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	8	2	-
		Montante Repassado	1.305.391,00	6.864.915,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SPAE/DCAF.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia / Funcafé					
CNPJ: 00.396.895/0013-69			UG/GESTÃO: 130137/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	3	-
		Montante Repassado (R\$)		596.340,00	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-
			Montante Repassado (R\$)	260.000,00	-
2011	Quantidade de contas prestadas			10	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		10	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		1.068.465,00	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas			23	-

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		23	-
		Quantidade Reprovada		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE		-	-
		Quantidade		1	-
		Montante Repassado		3.458.866,00	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: SPAE/CAO.

5.3.6 Análise crítica

A Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, como medida de controle de inadimplemento, adota a rotina de verificação da situação dos convenientes no Cadastro Único de Convênio - CAUC e Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados - CADIN, bem como, das certidões exigidas pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/11 no ato da formalização do Processo do convênio e da liberação dos recursos. E, ainda, mantém atualizada toda a documentação da entidade proponente até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao convênio, atendendo ao disposto no art. 17, da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Conforme o Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios, em volume e números, os convênios realizados por este Departamento do Café - DCAF/SPAE diminuíram ao longo dos últimos três anos devido à redução dos limites orçamentários e financeiros estabelecidos para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé e por força do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, a partir de 2011, que tornou obrigatória a realização do Chamamento Público, o qual ainda não foi divulgado no âmbito deste Ministério. Ressalta-se que os convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, a partir da publicação deste Decreto, estão sendo realizados mediante decisão fundamentada pela área técnica e assinatura da Excepcionalidade de chamamento público pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevista no § 2º, art. 4º, Inciso III do dispositivo. Destaca-se, ainda, que todos os projetos que receberam apoio financeiro e institucional do MAPA/Funcafé para execução de objeto da mesma natureza já eram realizados com as respectivas entidades há pelo menos cinco anos, cujas prestações de contas dos convênios anteriores tinham sido devidamente aprovadas.

Dessa forma, com o objetivo de promover os Cafés do Brasil no país e no exterior e realizar o Programa de Difusão e Transferência de Tecnologia Cafeeira foram celebrados seis convênios com entidades representantes da cafeicultura nacional. Os objetos destes convênios incluíram apoio à realização de seminário, simpósio, participação em uma feira nacional e duas internacionais, Concurso de Qualidade e o Programa de Difusão e Transferência de Tecnologia Cafeeira. Estes seis convênios formalizados em 2012 tiveram seus respectivos empenhos liquidados.

Em relação ao Termo de Cooperação, foram efetivadas três descentralizações de crédito – duas à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Unidade Embrapa Café, para apoio à realização da Conferência Internacional de *Coffea canephora* e ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café 2012, e uma descentralização de crédito à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab para os Levantamentos da safra de café, estoques privados e custos de produção nas regiões produtoras em 2012.

Quanto às rotinas de controle e fiscalização, em 2012, a SPAE procedeu ao acompanhamento e fiscalização direta dos convênios firmados, por meio de designação formal de servidor lotado no Departamento do Café - DCAF, com conhecimento da legislação vigente e operacionalização no Portal dos Convênios / SICONV. Em referência às descentralizações de crédito, para o referido

período, foi solicitado para a Embrapa Café informações sobre o cumprimento do objeto da Conferência Internacional e demonstrativo de execução das metas e pagamentos efetuados, assim como o relatório do Programa Pesquisa Café contendo a descrição das atividades realizadas, levando em conta as metas do Plano de Trabalho e respectivos anexos com o detalhamento de investimento e custeio das instituições consorciadas. Em relação à Conab, os citados levantamentos foram divulgados pela Companhia e anexados ao processo, e também foi solicitado o envio de relatório dessas atividades e demonstrativo de execução das metas do Plano de Trabalho e respectivos pagamentos. Também foram promovidas reuniões / discussões com a participação de dirigentes e técnicos dos respectivos órgãos.

Por último, cabe ressaltar que as prestações de contas dos convênios firmados com recursos do Funcafé são analisadas pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Secretaria Executiva - CGPC/SE e, depois de concluídas, enviadas à SPAE.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos - Visão Geral

Quadro A.5.8 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
130137	SPAE/Funcafé	-	906,75	1.131,96	2.038,71
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	906,75	1.131,96	2.038,71

Fonte: Siafi.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo - CPGF

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG		Limite de Utilização da UG		Sem limite	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Hamilton José Cabral	180.011.061-87	2.000,00	906,75	1.131,96	2.038,71
Total Utilizado pela UG					2.038,71

Fonte: Siafi.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	3	906,75	11	1.131,96	2.038,71
2011	-	-	-	-	11	1.387,06	1.387,06

2010	-	-	3	1.123,90	11	1.662,90	2.786,80

Fonte: Siafi.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	5	1.131,96	2	1.387,06	4	2.786,90

Fonte: Siafi.

5.4.1.6 Análise Crítica

O Suprimento de Fundos no âmbito da SPAE sempre é concedido de acordo com os normativos vigentes para atender despesas miúdas de pronto pagamento. A demanda mais expressiva da SPAE é por material de expediente e material de informática. As aquisições são precedidas de consultas formuladas ao almoxarifado que informam a inexistência do material em seus estoques, após tais procedimentos o material é adquirido para consumo imediato. O uso do CPGF foi instituído por esta Secretaria devido às lacunas existentes nos processos licitatórios, tais como a lentidão do processo e atraso na entrega de material e/ou serviços.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 025.221/2009-5	Acórdão nº 1681/2011	9.1	RE	Memorando Circular nº 025/SE, de 13-7-2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que elabore cronogramas de ações voltadas aos seguintes objetivos: 9.1.1 desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, de acordo com as prioridades definidas pela Administração do Ministério. 9.1.2 implantação de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com o seu orçamento anual e a complexidade de seus processos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)					3214
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE					2118
Síntese da Providência Adotada					
Em relação ao principal processo interno da SPAE/Funcafé, encontra-se em fase de desenvolvimento, desde o primeiro trimestre de 2012, o sistema para automatização das linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura, operacionalizadas com recursos do Funcafé. A equipe envolvida nesse trabalho inclui analistas e técnicos da CGTI/SPOA/SE e gestores de negócio da SPAE/DCAF. Trata-se de uma ferramenta para auxiliar na gestão destas linhas de crédito, a fim de possibilitar mais agilidade na disponibilização aos beneficiários, transparência no fluxo operacional, segurança e celeridade da informação para o gestor do Funcafé na tomada de decisão, considerando informações sobre a movimentação dos recursos, tais como: os valores desembolsados às instituições financeiras, aplicados aos beneficiários finais, reembolsados ao Funcafé, a remuneração das instituições financeiras e os beneficiários atendidos, pois atualmente são recebidas e controladas com a utilização de planilhas Excel. O Sistema Funcafé apresentará soluções para um melhor gerenciamento das linhas de crédito disponibilizadas ao setor cafeeiro a cada orçamento anual aprovado, aprimorando seus instrumentos de controle interno e de gestão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há resultado a ser apresentado, tendo em vista que o Sistema Funcafé está em fase de desenvolvimento. A entrega dos primeiros módulos desse sistema está prevista para maio de 2013, e a partir daí será possível observar/avaliar os resultados obtidos. O projeto de desenvolvimento do Sistema Funcafé iniciou no 1º trimestre de 2012 e a previsão para conclusão é no 1º trimestre de 2014. O percentual de execução total do projeto, até 31 de dezembro de 2012, foi de 44%. E o percentual de execução em 2012 em relação ao planejado para o exercício foi de 51%.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O desenvolvimento do Sistema Funcafé tem apresentado as seguintes dificuldades: - complexidade do negócio; - falta de mapeamento dos processos da área de negócio;					

- complexidade da integração e consolidação de dados com o Siafi.

A SPAE/DCAF adotou as seguintes medidas diante destas dificuldades:

- realização de reuniões com outros integrantes da SPAE/DCAF com o objetivo de harmonizar o entendimento do negócio pela equipe técnica do projeto;
- mapeamento dos macroprocessos da operacionalização das linhas de crédito do Funcafé para entendimento inicial do fluxo de trabalho;
- detalhamento dos processos de trabalho em cada etapa de levantamento de requisitos do projeto;
- automatização do recebimento dos dados do Siafi;
- o envio de dados ao Siafi será feito manualmente (a automatização do envio de dados ao SIAFI será realizada posteriormente).

Quadro A.10.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 000.828/2011-4	Acórdão nº 3304/2011	9.4	DE	Ofício nº 76/2012-TCU/SECEX-8, de 11-1-2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Descrição da Deliberação					
Determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal abaixo listados, que, a partir de 1º de janeiro de 2012, registrem e operacionalizem obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, conforme determinado pelo Decreto 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, condicionando rigorosamente os correspondentes repasses de recursos ao prévio cumprimento dessa determinação, ressalvados os casos previstos no art. 2º da referida portaria interministerial. (...) UG 22.906, Unidade Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)					3214
Síntese da Providência Adotada					
Os atos e procedimentos de Convênios firmados no âmbito da SPAE/DCAF, com recursos do Funcafé, têm sido operacionalizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - Siconv desde 2008, conforme as funcionalidades disponíveis no Sistema, cujas ações estão cadastradas e são atualizadas a cada exercício, conforme o Decreto 6.170/2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, e o orçamento do Funcafé aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os atos e procedimentos de Convênios, com recursos do Funcafé são operacionalizados no Siconv. Os registros de acompanhamento e fiscalização passaram a ser efetuados no Siconv a partir de 2012, ano em que essa funcionalidade foi disponibilizada no Sistema.					
Em relação às transferências voluntárias, mediante Termo de Cooperação, são realizadas por meio de descentralização de crédito à Conab e à Embrapa, pois a funcionalidade ainda não existe no Siconv. A Portaria Conjunta dos Secretários Executivos do MPOG/MF/CGU nº 8, de 7-11-2012, aprovou a minuta-padrão de Termo de Cooperação para descentralização de crédito, a fim de orientar os órgãos e entidades envolvidos na celebração deste instrumento e na realização de descentralização de créditos. E o COMUNICA SIASG nº 051233, de 31 de dezembro de 2008, também veiculou orientação da SOF/MP e da STN/MF sobre a operacionalização deste Termo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os sucessivos atrasos no cronograma de implementação integral do Portal de Convênios/Siconv têm impossibilitado os órgãos/instituições públicas e privadas de cumprirem integralmente as exigências contidas no Decreto 6.170/2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 000.828/2011-4	Acórdão nº 3304/2011	9.7	DE	Ofício nº 76/2012-TCU/SECEX-8, de 11-1-2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					000014
Descrição da Deliberação					
9.7. reiterar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão 788/2006 - Plenário no sentido de que, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (Direta e Indireta) que realizam transferências voluntárias de recursos mediante convênios, acordos, ajustes, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, em especial (...) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, elabore estudo técnico com vistas a dotar os órgãos e entidades repassadores de recursos públicos federais da estrutura de recursos humanos e materiais mínima necessária ao bom e regular cumprimento de seus fins, a ser apresentado a este Tribunal no prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação ciência deste acórdão, o qual deverá comportar, para cada órgão ou entidade: 9.7.1. identificação da estrutura de recursos humanos e materiais atualmente disponível para o cumprimento dessa finalidade; 9.7.2. identificação da estrutura de recursos humanos e materiais mínimos necessários à sua boa atuação nas três etapas de controle da transferência voluntária de recursos públicos federais (o exame e aprovação dos pedidos, o acompanhamento concomitante da execução e a análise das prestações de contas), tomando-se como parâmetro, sobretudo, o montante anual de recursos repassados e o objeto da atuação de cada órgão ou entidade; 9.7.3. as providências a serem adotadas pelo órgão ou entidade e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para dotar o órgão ou entidade dos recursos mínimos mencionados no item 9.7.2; 9.7.4. o cronograma de implementação dessas providências, contemplando toda a programação e o prazo de conclusão.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP/SE					16686
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)					3214
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Quanto à elaboração de estudo técnico pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e demais órgãos da Administração Pública (Direta e Indireta), a fim de dotar esses órgãos e entidades repassadores de recursos públicos federais da estrutura de recursos humanos e materiais mínima necessária ao bom e regular cumprimento de seus fins, até o encerramento de 2012, a SPAE/DCAF desconhece a elaboração deste tipo de estudo técnico. Entretanto, na elaboração do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC 2013, no segundo semestre 2012, sob gestão da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP/SE, a SPAE apresentou a demanda de necessidades internas de desenvolvimento e de capacitação de servidores, a qual incluiu o tema gestão de convênios/Siconv. No caso do Departamento do Café - DCAF/Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE, com o objetivo de promover a atualização de servidoras que têm conhecimento da legislação e já operacionalizam o Siconv.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em relação ao item 9.7 (9.7.1 a 9.7.4) do Acórdão nº 3304/2011 – TCU, entendemos que se trata de iniciativa a ser adotada no âmbito do MAPA, por meio da Secretaria Executiva em articulação com as demais unidades deste Ministério, as quais também executam transferências voluntárias, e não somente a SPAE, já que este estudo técnico deverá levar em conta levantamentos a serem realizados incluindo a identificação da estrutura de recursos humanos e materiais atualmente disponível, providências pelo MAPA e MPOG para dotar o órgão dos recursos mínimos					

necessários, assim como o cronograma de implementação dessas providências, contemplando toda a programação e o prazo de conclusão.

Quanto à atuação nas três etapas de controle da transferência voluntária - exame e aprovação dos pedidos, acompanhamento concomitante da execução e análise de prestações de contas - a SPAE/DCAF já promove essa atuação, exceto a análise de prestação de contas, promovida pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC/SE.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº: 201203296	17.2.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomendamos ao gestor que avalie a viabilidade e oportunidade de implementar controles internos administrativos sobre o cálculo da remuneração pela Selic prévia, devida ao Fundo enquanto os recursos não forem aplicados na concessão de crédito aos mutuários finais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE			2118
Síntese da Providência Adotada			
Nos contratos firmados com as instituições financeiras em 2011 e 2012 há cláusula sobre a remuneração dos recursos do fundo, onde é estabelecido que o pagamento da Selic prévia deve ocorrer até o dia 10 de cada mês enquanto a instituição financeira não aplicar o recurso na totalidade, conforme a cláusula transcrita a seguir:			
1.1 “CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO DO FUNCAFÉ			
Conforme disposto no MCR 9-1-1-e, os recursos do Funcafé devem ser remunerados com observância dos seguintes encargos financeiros: a) enquanto não aplicados nas finalidades previstas: pela Taxa Selic; b) uma vez aplicados em operações de crédito: pela taxa efetiva de juros de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), observadas as alterações nas taxas autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional; c) no período compreendido entre a data de vencimento das parcelas do financiamento ou do pagamento antecipado pelos mutuários e a data de reembolso dos recursos ao Funcafé: pela Taxa Selic, calculada sobre os valores a serem reembolsados. d) a remuneração de que trata a alínea “a” desta cláusula sétima deverá ser reembolsada ao Fundo até o dia 10 (dez) de cada mês e demonstrada no Anexo II - TAXA SELIC PAGA AO FUNCAFÉ REFERENTE AOS RECURSOS ENQUANTO NÃO APLICADOS NAS FINALIDADES PREVISTAS, deste contrato que deverá ser encaminhado mensalmente ao Gestor do Funcafé.” O ANEXO II mencionado na cláusula contratual acima transcrita, além de fazer parte dos contratos assinados, foi encaminhado posteriormente em meio eletrônico para todos as instituições financeiras do Funcafé, contendo as fórmulas de cálculo da Selic prévia.			

O sistema Funcafé, em fase de desenvolvimento em conjunto com a CGTI/SPOA/SE, também contemplará funcionalidade para o cálculo da Selic prévia. Previsão de término em maio de 2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Com a utilização da planilha contendo as fórmulas da “Selic prévia” está sendo possível uma padronização, por parte das instituições financeiras, e uma conferência de forma mais rápida pela equipe do Funcafé dos cálculos da Selic devida ao Fundo enquanto os recursos não forem aplicados na concessão de crédito aos mutuários finais.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve fator negativo e/ou positivo na adoção da providência. Para algumas instituições financeiras houve a necessidade de esclarecimentos via e-mail e/ou telefone sobre a utilização da planilha.

Quadro A.10.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório nº: 201203296	17.2.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomendamos ao Funcafé que padronize o cálculo da remuneração pela taxa Selic referente ao período em que os financiamentos quitados ou vencidos não forem reembolsados pelo agente financeiro ao Fundo, incluindo a fórmula em contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE			2118
Síntese da Providência Adotada			
Planilha-modelo com o cálculo da remuneração pela Taxa Selic, incidente no período entre o recebimento das parcelas pagas pelos mutuários e o recolhimento ao Funcafé pela instituição financeira, foi desenvolvida por essa Coordenação e esta em fase de testes			
Para a padronização, a metodologia utilizada foi aplicar sobre o valor total pago pelo mutuário (principal + juros), a variação percentual da Taxa Selic calculada com base nos fatores acumulados da TMS disponibilizados no site do Banco Central do Brasil, no período entre a data de pagamento efetuado pelo mutuário e a data de recolhimento pela instituição financeira ao Funcafé			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ainda não há resultados. A planilha desenvolvida está em fase de testes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Conforme já mencionado, a ferramenta está em fase de teste. Durante essa fase, é possível que haja resistência por parte de algumas instituições financeiras na adoção da planilha, tendo em vista a possibilidade da mudança na rotina da instituição financeira no envio de informações ao Funcafé. Isso pode ser considerado um fator negativo. Como fator positivo, é possível citar a padronização da forma de cálculo da Selic referente ao período em que os financiamentos quitados ou vencidos não forem reembolsados pela instituição financeira ao Fundo, incluindo a fórmula em contrato.			

Quadro A.10.3.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório nº: 201203296	17.2.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Recomendamos ao gestor que atue junto à Secretaria de Política Agrícola e o Banco Central do Brasil para obter acesso aos dados do Novo Recor, com vistas a validar informações repassadas pelos agentes financeiros, envidando esforços para que os controles atualmente implementados por meio de planilhas eletrônicas sejam incorporados a rotinas automáticas do sistema em desenvolvimento para o Fundo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE			2118
Síntese da Providência Adotada			
Desenvolver funcionalidade(s) para comunicação/integração do sistema Funcafé, que está em desenvolvimento, com o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - Sisor (novo Recor) do Banco Central do Brasil - Bacen, a partir do desenvolvimento da segunda versão do sistema Funcafé, com início previsto para abril de 2013. O desenvolvimento das funcionalidades previstas dependerá de autorização pelo BACEN, órgão responsável pelo Sisor.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Conforme informado, a comunicação/integração com o Sisor está prevista para a segunda versão do sistema e dependerá de tratativas com o BACEN, órgão gestor do sistema.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em 29 de outubro de 2012, servidores do DCAF/SPAE e da CGTI do MAPA participaram de reunião com integrantes do Departamento de Regulação, Supervisão e Controles das Operações do Crédito Rural e do Proagro -DEROP do Bacen. Na ocasião a equipe do DEROP/Bacen apresentou o Sisor, detalhando os campos que serão preenchidos pelas instituições financeiras no novo sistema. Os representantes do DCAF/SPAE expuseram sobre o Sistema Funcafé, o qual está em fase de desenvolvimento, e da intenção de integração/comunicação desse sistema com o Sisor. No desenvolvimento do sistema Funcafé, inicialmente, está previsto que a instituição financeira repassadora de recursos do Funcafé preencherá campo informando o Número de Referência BACEN de cada operação realizada com recursos do Fundo. O intuito é que com esse número de referência, o sistema Funcafé, em fases futuras, identifique e valide junto ao Sisor as operações de Funcafé informadas pelas instituições financeiras.			

Quadro A.10.3.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório nº: 201203296	18.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)		3214
Descrição da Recomendação		
Recomendação 1: Recomenda-se à SPAE/FUNCAFÉ que adote rotina de verificação da situação dos convenientes no Cadastro Único de Convênios (CAUC) e junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), tanto no momento da assinatura do Termo de Convênio como no momento da transferência dos recursos, guardando o estrito cumprimento às disposições dos Arts. 11 e 25 da Lei Complementar 101/2000 e ao art. 2º da IN/STN n.º 05/2001 e providenciando a anexação aos autos da documentação comprobatória das consultas realizadas.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)		3214
Síntese da Providência Adotada		
A rotina de verificação da situação dos convenientes no CAUC e CADIN, assim como a validade das certidões exigidas pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/11, está sendo realizada pelo DCAF nos momentos de formalização do processo e respectivo cadastro do proponente no Siconv, da assinatura do Termo de Convênio e transferência dos recursos, com consultas desses documentos e atualizações no Siconv impressas e anexadas ao processo até o encerramento das obrigações do convênio, conforme o art. 17 e art. 22, § 3º, desta Portaria Interministerial.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Nos convênios celebrados, até o encerramento das obrigações, foram verificadas e atualizadas as validades das certidões exigidas e consulta ao CAUC e Siafi-CADIN, conforme a Portaria Interministerial nº 507/11.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não houve fator positivo ou negativo que facilitasse ou prejudicasse a adoção de providências pelo gestor, considerando que se trata de rotina de verificação pelos servidores que atuam na implementação de convênios.		

Quadro A.10.3.5 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº: 201203296	18.1.1.1	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SPAE/Funcafé que se abstenha de celebrar ajustes com convenientes que apresentem, na data da celebração do Termo de Convênio, certidões com validades expiradas, restrições junto ao Cadastro Único de Convênios - CAUC ou junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, sob pena de apuração de responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Síntese da Providência Adotada			
A rotina de verificação da situação dos convenientes no CAUC e CADIN, assim como a validade das certidões exigidas pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/11, está sendo realizada pelo DCAF nos momentos de formalização do processo e respectivo cadastro do proponente no Siconv, da assinatura do Termo de Convênio e transferência dos recursos, com consultas desses documentos e atualizações no Siconv impressas e anexadas ao processo até o encerramento das obrigações do convênio, conforme o art. 17 e art. 22, § 3º, desta Portaria Interministerial.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Nos convênios celebrados, até o encerramento das obrigações, foram verificadas e atualizadas as validades das certidões exigidas e consulta ao CAUC e Siafi-CADIN, conforme a Portaria Interministerial nº 507/11, inclusive no ato da assinatura do instrumento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve fator positivo ou negativo que facilitasse ou prejudicasse a adoção de providências pelo gestor, considerando que se trata de rotina de verificação pelos servidores do DCAF/SPAE que atuam na celebração de convênios.

Quadro A.10.3.6 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório nº: 201203296	18.1.1.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SPAE/FUNCAFÉ que adote rotinas de controle e fiscalização das Transferências Voluntárias de forma a permitir o acompanhamento tempestivo da execução, possibilitando que eventuais impropriedades sejam identificadas e sanadas ainda durante a vigência da Transferência e execução do objeto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafé)			3214
Síntese da Providência Adotada			
Quanto às rotinas de controle e fiscalização, a SPAE retomou, em 2012, o acompanhamento e fiscalização direta dos convênios firmados, por meio de designação formal de servidor lotado no DCAF, com conhecimento da legislação vigente e operacionalização no Portal dos Convênios/Siconv.			
Ressalta-se que no exercício de 2011, considerando as restrições orçamentárias e financeiras para as despesas de deslocamento, a fim de evitar a falta de fiscalização, foi solicitado às SFA's locais ou próximas à execução do objeto que indicassem servidor para realização desta fiscalização. Após o encerramento da vigência do instrumento, o processo do Convênio foi restituído pela SFA à SPAE, quando foi constatado que o acompanhamento e relatório final emitido pelo servidor designado, na maior parte dos casos, não tinha sido realizado em conformidade, por motivo desse servidor desconhecer os procedimentos e normativos sobre a matéria, o próprio Portal dos Convênios/Siconv, e também por ser assunto não afeto a sua atividade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
No exercício de 2012 as rotinas de fiscalização e controle foram efetuadas por servidores do DCAF/SPAE, que tem amplo conhecimento da matéria e operacionalizam o Siconv.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato de servidores do DCAF/SPAE terem amplo conhecimento da matéria e também operacionalizarem o Siconv permite que as rotinas de fiscalização sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente.			

Quadro A.10.3.7 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

7	Relatório nº: 201203296	18.1.1.3	Aviso nº 594/2012/GM/CGU-PR, de 28 de setembro de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/Funcafê			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Recomenda-se à SPAE/Funcafê que, com relação ao Convênio SIAFI n.º 755456/2011, apresente manifestação quanto às constatações apontadas no Relatório de Fiscalização n.º 201118482, estabelecendo, se necessário, um cronograma de medidas a serem adotadas visando à correção das impropriedades constadas, informando, para esta CGU-PR, o estágio atualizado das providências adotadas e a situação do convênio, até que ocorra o saneamento das citadas impropriedades.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafê)			3214
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC/SE			108088
Síntese da Providência Adotada			
Em relação às constatações apontadas no Relatório de Fiscalização nº 201118482, a prestação de contas do Convênio nº 755456/2011 foi analisada e aprovada pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC/SE e, posteriormente pela SPAE, após as devidas correções de impropriedades pela conveniente, por orientação da CGPC/SE (Processo nº 21000.000.002178/2012-15), também com aprovação no Siconv.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As impropriedades constatadas foram corrigidas pela conveniente, sob orientação da CGPC/SE. Após essas correções, a prestação de contas foi concluída e aprovada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica.			

Quadro A.10.3.8 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva - SE			3200
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório nº: 201109006	1.1.2.1, 1.1.3.1, 1.1.3.2	VERIFICAR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafê)			3214
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os controles internos no que tange ao gerenciamento dos processos de pagamento de faturas, de modo a não incorrer em pagamentos com atraso e, consequentemente, em despesas com multas e juros de mora.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/DCAF (Funcafê)			3214
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MG			000014
Síntese da Providência Adotada			
Através do Memo nº 237/2012/DCAF/SPAE/MAPA de 30 de maio de 2012, enviamos correspondência à Superintendência Federal de Minas Gerais - SFA/MG informando que grande parte dos pedidos financeiros chegaram após as datas de vencimento. Solicitamos então à SFA/MG o envio das faturas com pelo menos um dia de antecedência para evitar o pagamento de multas.			
A solicitação foi atendida, sendo que as faturas em atraso no ano de 2012 representaram apenas 14%, aproximadamente, do total de pedidos enviados.			

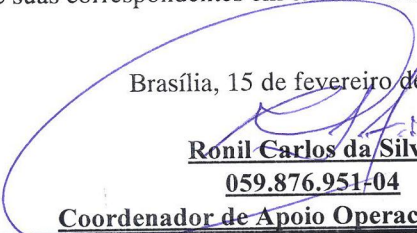
Síntese dos Resultados Obtidos
A Unidade acatou o que foi solicitado, diminuindo o número de faturas enviadas em atraso.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O maior problema no atraso dos pagamentos das contas foi a forma de repasse das mesmas, onde primeiramente eram enviadas à cada Unidade Armazenadora e posteriormente à outra unidade para pagamento. A partir do momento em que foi pedido às empresas que esse envio fosse feito de forma direta, houve maior rapidez no pagamento. Outro ponto positivo foi a cessão de todas as unidades à Conab, órgão que regulará suas despesas.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>RONIL CARLOS DA SILVA</u>, CPF nº 059.876.951-04, Coordenador de Apoio Operacional, exercido na Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, 15 de fevereiro de 2013.  <u>Ronil Carlos da Silva</u> <u>059.876.951-04</u> Coordenador de Apoio Operacional - SPAE

36 PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor

Ação Orçamentária 0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café

Ação Orçamentária 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio

1.1.1.1 Dados gerais das ações

Tipo	Assunto
Finalidade	Alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura, com base em normativos do Conselho Monetário Nacional - CMN.
Descrição	Concessão de financiamentos para colheita, custeio, estocagem e Aquisição de Café - FAC, entre outros que vierem a ser aprovados pelo poder público, em especial pelo CMN.
Unidade Gestora	130137 - Secretaria de Produção e Agroenergia
Unidade Orçamentária	74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé
Área responsável pela gestão	Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE Departamento do Café - DCAF Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé - CGFuncafé
Coordenador nacional da ação	Marconni Sobreira
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Coordenador-Geral de Apoio ao Funcafé (Portaria MAPA nº 336, publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2009, Seção 2, p. 4)

A Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.595/2012 destinou R\$ 2.733.713.343,00 à Ação 0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café e R\$ 130.000.000,00 à Ação 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio. A origem desses recursos são aqueles consignados ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé no Orçamento Geral da União, Unidade Orçamentária - UO 74901 - Recursos sob a supervisão do Funcafé.

Para a execução dessas ações observaram-se os seguintes normativos:

Normativo	Assunto
LOA nº 12.595/2012	Estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.
Resolução CMN nº 3.995, de 28-7-2011	Dispõe sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos ao amparo de recursos do Funcafé e institui Linha de Financiamento de Capital de Giro para Indústria de Capital de Giro e para Indústria de Café Solúvel.
Resolução CMN nº 4.014, de 29-9-2011	Altera disposições das linhas de crédito ao amparo de recursos do Funcafé.
Resolução CMN nº 4.068, de 26-4-2012	Altera as condições das linhas de financiamento ao amparo do Funcafé e estabelece o direcionamento dos recursos do Fundo para o exercício de 2012. Total direcionado: R\$ 2.065.000.000,00
Resolução CMN nº 4.099, de 28-6-2012	Altera as condições das operações de crédito rural ao amparo de recursos do Funcafé, dentre elas, reduz a taxa efetiva de juros de 6,75% para 5,5% ao ano para operações contratadas a partir de 1º/7/2012 e altera o limite de crédito por beneficiário da linha de crédito para financiamentos do custeio das lavouras de café.

Resolução CMN nº 4.139, de 27-9-2012	Eleva o montante de recursos direcionados para as operações de crédito rural de estocagem ao amparo de recursos do Funcafé para R\$ 1.500.000,00.
Resolução CMN nº 4.180, de 1-1-2013	Dispõe sobre o redirecionamento de recursos do exercício de 2012 do Funcafé.

36.1 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.995/2011 dispõe que os financiamentos ao amparo do Funcafé passam a vigorar conforme redação do Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural - MCR.

Conforme o MCR 9, Seção 8, com redação dada pela Resolução nº 4.068/2012, o CMN, no exercício de 2012, direcionou R\$ 2.715.000.000,00 para financiamentos à cafeicultura com recursos do Funcafé da seguinte forma:

- a) **Operações de custeio:** até R\$ 500.000.000,00 (ampliado para R\$ 550.000.000,00 pela Resolução CMN nº 4.099/2012 e para R\$ 730.000.000,00 pela Resolução CMN nº 4.180/2013), para contratação no período de 1º-10-2012 a 31-7-2013;
- b) **Operações de estocagem:** até R\$ 900.000.000,00 (ampliado para R\$ 1.500.000.000,00 pela Res. 4.139/2012), para contratação no período de 1º-4-2012 a 31-1-2013;
- c) **Financiamento para Aquisição de Café (FAC):** até R\$ 250.000.000,00, para contratação no período de 1º-4-2012 a 30-12-2012;
- d) **Financiamento de Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros:** até R\$ 50.000.000,00 (reduzido para R\$ 10.000.000,00 pela Resolução CMN nº 4.180/2013), para contratação no período de 1º-4-2012 a 28-2-2013;
- e) **Financiamento de Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel:** até R\$ 25.000.000,00, para contratação até 30-11-2012;
- f) **Financiamento de Capital de Giro para Indústrias de Torrefação:** até R\$ 200.000.000,00 para contratação até 30-11-2012;
- g) **Financiamento para Recuperação de Cafezais Danificados:** até R\$ 40.000.000,00, para contratação no período de 1º-3-2012 a 31-10-2012; e
- h) **Linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura;** até R\$ 100.000.000,00 para contratação até 31-10-2012.

Por falta de demanda pelos beneficiários, parte dos recursos do Funcafé inicialmente direcionados pela Resolução CMN nº 4.068/2012 para os financiamentos de opções e de operações em mercados futuros, e a totalidade dos recursos direcionados para recuperação de cafezais e composição de dívidas, foram redirecionados, pela Resolução CMN nº 4.180/2013, para financiamentos de custeio.

Após a publicação da LOA e de Resolução do CMN com o direcionamento da aplicação dos recursos consignados para o Funcafé e destinados às linhas de crédito para financiamentos à cafeicultura, a Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, mediante Aviso no Diário Oficial da União - DOU, tornou pública a contratação de instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, interessadas em operacionalizar os recursos do Fundo no exercício.

Na manifestação de interesse na operacionalização dos recursos, as instituições financeira apresentam os valores demandados para cada linha de crédito disponibilizada no ano, bem como a documentação necessária à habilitação como, por exemplo, certidões da Receita Federal, FGTS, INSS, CADIN, balanço patrimonial e relatório de gestão.

Geralmente, os valores demandados superam os limites estabelecidos pelo CMN para cada linha de crédito, havendo então a necessidade de distribuição/rateio do montante disponível para o exercício.

Até o ano de 2011 a distribuição dos recursos do Fundo às instituições financeiras levava em consideração as demandas de cada instituição, o seu desempenho na aplicação de recursos do Fundafé e o número de beneficiários atendidos em anos anteriores. Em 2012, com o intuito de tornar essa distribuição mais racional e transparente foram estabelecido critérios mais técnicos com a finalidade de promover prioridades na distribuição dos mencionados recursos.

Foram consideradas também informações como carteira de operações de crédito rural, patrimônio líquido, volume de recursos do Fundafé aplicado e número de beneficiários atendidos em 2011.

Considerando as alterações nos valores direcionados às linhas de crédito conforme Resoluções do CMN já referidas, os recursos do Fundo, no exercício de 2012, foram contratados por 26 instituições financeiras apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Contratações em 2012

R\$

Instituição financeira	Valor Contratado
Banco ABC Brasil	41.671.000,00
Banco Banestes	52.324.000,00
Banco Bicbanco	67.587.000,00
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	16.767.000,00
Banco Bonsucesso S.A.	12.400.000,00
Banco BPN Brasil	19.572.000,00
Banco Bradesco	112.496.000,00
Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	145.743.000,00
Banco de Tokyo	10.000.000,00
Banco do Brasil	722.100.000,00
Banco Fibra	122.671.000,00
Banco Itaú BBA	160.112.000,00
Banco Itaú Unibanco S.A.	126.985.000,00
Banco Intercap S.A.	22.450.000,00
Banco Original do Agronegócio S.A.	9.033.000,00
Banco Original S.A.	9.033.000,00
Banco Pine S.A.	12.450.000,00
Banco RaboBank	92.348.000,00
Banco Ribeirão Preto	37.903.000,00
Banco Safra	136.135.000,00
Banco Santander Brasil	235.989.000,00
Banco Votorantim	130.380.000,00
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais - Crediminas	115.655.000,00
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Central ES	40.761.000,00
Cooperativa de Crédito em Guaxupé e Região - Agrocredi	43.397.000,00
Cooperativa de Crédito Rural e de Pequenos Empresários - Credivar	24.265.000,00
Total	2.520.227.000,00

Fonte: Siafi; SPAE/DCAF.

36.2 LIBERAÇÃO DOS RECURSOS CONTRATADOS

Os recursos contratados são liberados aos agentes financeiros conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do Funcafé e mediante solicitação formal do contratado ao gestor do fundo, observando-se os prazos estabelecidos para contratação de cada linha de crédito.

Com base nos contratos firmados, disponibilizou-se aos agentes financeiros, no exercício de 2012, R\$ 2.069.227.683,00 para aplicação nas linhas de crédito para financiamentos da estocagem, financiamento da aquisição de café - FAC, do custeio, financiamento de capital de giro para indústrias de café solúvel e de torrefação de café, composição de dívidas e financiamentos de contratos de opções e de operações em mercados futuros.

Até 31-12-2012, R\$ 1.545.576.302,00 do total disponibilizado foram aplicados nas finalidades previstas, R\$ 460.161.809,00 estavam em fase de aplicação e R\$ 63.489.572,00 foram devolvidos sem aplicação, devido o encerramento dos prazos regulamentares para as contrações dos financiamentos, conforme as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Recursos do Funcafé liberados em 2012

R\$				
Instituição financeira	Valor disponibilizado	Valor devolvido sem aplicação	Valor aplicado até 31-12-12	Valor em aplicação 31-12-12
Banco ABC Brasil	29.221.000,00	3.125.000,00	26.096.000,00	-
Banco Banestes	52.324.000,00	-	47.824.195,00	4.499.805,00
Banco Bicbanco	52.587.000,00	25.000,00	42.562.000,00	10.000.000,00
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	16.761.667,00	-	16.761.667,00	-
Banco Bonsucesso S.A.	12.400.000,00	-	-	12.400.000,00
Banco BPN Brasil	13.534.000,00	-	13.534.000,00	-
Banco Bradesco	92.496.000,00	37.689,68	32.801.385,91	59.656.924,41
Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	125.743.000,00	-	118.186.250,00	7.556.750,00
Banco de Tokyo	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-
Banco do Brasil	508.397.000,00	18.990.611,87	322.920.773,23	166.485.614,90
Banco Fibra	122.671.000,00	-	88.021.000,00	34.650.000,00
Banco Itaú BBA	152.906.000,00	-	146.506.000,00	6.400.000,00
Banco Itaú Unibanco S.A.	126.985.000,00	19.814.994,90	83.619.394,17	23.550.610,93
Banco Interacap S.A.	22.450.000,00	-	4.000.000,00	18.450.000,00
Banco Original do Agronegócio S.A.	9.033.000,00	33.000,00	8.386.000,00	614.000,00
Banco Original S.A.	9.033.000,00	-	7.833.000,00	1.200.000,00
Banco Pine S.A.	12.450.000,00	-	-	12.450.000,00
Banco RaboBank	76.236.635,22	-	71.802.032,21	4.434.603,01
Banco Ribeirão Preto	32.903.000,00	-	25.566.000,00	7.337.000,00
Banco Safra	104.135.000,00	15.800.000,00	55.636.834,98	32.698.165,02
Banco Santander Brasil	175.565.380,56	-	175.565.317,37	63,19
Banco Votorantim	130.380.000,00	5.663.275,07	101.501.224,91	23.215.500,02
Crediminas	84.593.000,00	-	71.599.727,08	12.993.272,92
Central ES	40.761.000,00	-	40.761.000,00	-
Agrocredi	33.397.000,00	-	13.102.500,00	20.294.500,00
Credivar	22.265.000,00	-	20.990.000,00	1.275.000,00
Total	2.069.227.682,78	63.489.571,52	1.545.576.301,86	460.161.809,40

Fonte: Siafi; SPAE/DCAF, em 31-12-12.

Tabela 3 – Liberações Detalhadas 2012

TABELA 3 - LIBERAÇÕES DETALHADAS 2012								
EM ATENDIMENTO À PARTE B, ITEM 24 - II E III A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012								
Posição: 31/12/2012			BANCO DO BRASIL - CONTRATO Nº 010/2012					
			em R\$					
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
19/07/2012	22.100.000,00	3.400.000,00	-	1.500.000,00	750.000,00	-	-	27.750.000,00
24/07/2012	119.000.000,00	19.200.000,00	-	1.625.000,00	4.400.000,00	2.000.000,00	-	146.225.000,00
01/08/2012	50.203.000,00	27.819.000,00	-	-	17.880.000,00	-	-	95.902.000,00
12/09/2012	-	-	-	-	1.820.000,00	-	-	1.820.000,00
08/10/2012	-	-	30.000.000,00	-	-	-	-	30.000.000,00
14/11/2012	-	-	-	-	-	(2.000.000,00)	-	(2.000.000,00)
26/11/2012	50.000.000,00	-	55.540.000,00	6.250.000,00	4.447.000,00	-	-	116.237.000,00
12/12/2012	-	-	-	(5.575.000,00)	(6.754.000,00)	-	-	(12.329.000,00)
20/12/2012	33.000.000,00	-	57.463.000,00	-	-	-	-	90.463.000,00
11/01/2013	-	(4.661.611,87)	-	-	-	-	-	(4.661.611,87)
Total	274.303.000,00	45.757.388,13	143.003.000,00	3.800.000,00	22.543.000,00	-	-	494.068.000,00
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL - BANCOOB S.A - CONTRATO Nº 007/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
03/08/2012	47.500.000,00	5.000.000,00	-	-	-	-	-	52.500.000,00
18/09/2012	2.413.000,00	5.000.000,00	-	-	-	-	-	7.413.000,00
24/10/2012	-	-	54.830.000,00	-	-	-	-	54.830.000,00
19/12/2012	11.000.000,00	-	-	-	-	-	-	11.000.000,00
Total	60.913.000,00	10.000.000,00	54.830.000,00	-	-	-	-	125.743.000,00
BANCO ABC BRASIL - CONTRATO Nº 018/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
03/07/2012	18.717.000,00	7.379.000,00	-	3.125.000,00	-	-	-	29.221.000,00
04/09/2012	-	-	-	(3.125.000,00)	-	-	-	(3.125.000,00)
Total	18.717.000,00	7.379.000,00	-	-	-	-	-	26.096.000,00
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - BANESTES S.A - CONTRATO Nº 001/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
02/10/2012	-	-	52.324.000,00	-	-	-	-	52.324.000,00
Total	-	-	52.324.000,00	-	-	-	-	52.324.000,00
BANCO BICBANCO - CONTRATO Nº 009/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
12/07/2012	23.316.000,00	6.146.000,00	-	3.125.000,00	5.000.000,00	-	-	37.587.000,00
08/10/2012	-	-	-	(25.000,00)	-	-	-	(25.000,00)
13/12/2012	15.000.000,00	-	-	-	-	-	-	15.000.000,00
Total	38.316.000,00	6.146.000,00	-	3.100.000,00	5.000.000,00	-	-	52.562.000,00
BANCO BNP PARIBAS BRASIL - CONTRATO Nº 021/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
24/08/2012	-	4.861.667,00	-	-	-	-	-	4.861.667,00
20/09/2012	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00
19/12/2012	-	1.900.000,00	-	-	-	-	-	1.900.000,00
Total	10.000.000,00	6.761.667,00	-	-	-	-	-	16.761.667,00
BANCO BONSUCESSO S/A - CONTRATO Nº 026/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros	
19/12/2012	12.400.000,00	-	-	-	-	-	-	12.400.000,00
Total	12.400.000,00	-	-	-	-	-	-	12.400.000,00
BANCO BPN BRASIL - CONTRATO Nº 017/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
26/11/2012	3.000.000,00	5.534.000,00	-	-	-	-	-	8.534.000,00
11/12/2012	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
Total	8.000.000,00	5.534.000,00	-	-	-	-	-	13.534.000,00

CONTINUAÇÃO TABELA 3 - LIBERAÇÕES DETALHADAS 2012
EM ATENDIMENTO À PARTE B, ITEM 24 - II E III A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

Posição: 31/12/2012

em R\$

BANCO BONSUCESSO S/A - CONTRATO Nº 026/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros	
19/12/2012	12.400.000,00	-	-	-	-	-	-	12.400.000,00
Total	12.400.000,00	-	-	-	-	-	-	12.400.000,00

BANCO BPN BRASIL - CONTRATO Nº 017/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
26/11/2012	3.000.000,00	5.534.000,00	-	-	-	-	-	8.534.000,00
11/12/2012	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
Total	8.000.000,00	5.534.000,00	-	-	-	-	-	13.534.000,00

BANCO BRADESCO - CONTRATO Nº 008/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
19/06/2012	60.000.000,00	32.496.000,00	-	-	-	-	-	92.496.000,00
10/01/2013	-	(37.689,68)	-	-	-	-	-	(37.689,68)
Total	60.000.000,00	32.458.310,32	-	-	-	-	-	92.458.310,32

BANCO DE TOKYO - CONTRATO Nº 012/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
02/10/2012	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00
Total	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00

BANCO FIBRA - CONTRATO Nº 019/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
21/06/2012	34.997.000,00	9.224.000,00	-	3.125.000,00	10.000.000,00	-	-	57.346.000,00
20/09/2012	-	-	-	3.125.000,00	-	-	-	3.125.000,00
06/12/2012	62.200.000,00	-	-	-	-	-	-	62.200.000,00
Total	97.197.000,00	9.224.000,00	-	6.250.000,00	10.000.000,00	-	-	122.671.000,00

BANCO ITAÚ BBA - CONTRATO Nº 006/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
17/07/2012	-	-	-	-	4.500.000,00	-	-	4.500.000,00
24/07/2012	-	10.000.000,00	-	-	-	-	-	10.000.000,00
03/08/2012	-	3.500.000,00	-	-	1.500.000,00	-	-	5.000.000,00
09/08/2012	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00
04/09/2012	50.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	-	-	51.000.000,00
02/10/2012	12.700.000,00	-	-	-	-	-	-	12.700.000,00
08/10/2012	-	4.336.000,00	-	-	-	-	-	4.336.000,00
29/11/2012	62.370.000,00	-	-	-	-	-	-	62.370.000,00
Total	125.070.000,00	17.836.000,00	-	-	10.000.000,00	-	-	152.906.000,00

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. - CONTRATO Nº 013/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
04/09/2012	30.000.000,00	20.000.000,00	-	-	15.000.000,00	-	-	65.000.000,00
07/11/2012	32.392.000,00	4.593.000,00	10.000.000,00	-	15.000.000,00	-	-	61.985.000,00
03/12/2012	-	-	-	-	(16.880.000,00)	-	-	(16.880.000,00)
08/01/2013	-	(2.934.994,90)	-	-	-	-	-	(2.934.994,90)
Total	62.392.000,00	21.658.005,10	10.000.000,00	-	13.120.000,00	-	-	107.170.005,10

BANCO INTERCAP S.A. - CONTRATO Nº 024/2012

DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros	
12/09/2012	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00	10.000.000,00
29/11/2012	12.450.000,00	-	-	-	-	-	-	12.450.000,00
Total	12.450.000,00	-	-	-	-	-	10.000.000,00	22.450.000,00

CONTINUAÇÃO TABELA 3 - LIBERAÇÕES DETALHADAS 2012							
EM ATENDIMENTO À PARTE B, ITEM 24 - II E III A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012							
Posição: 31/12/2012				em R\$			

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A. - CONTRATO Nº 023/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros
26/07/2012	3.000.000,00	3.033.000,00	-	-	-	-	-
24/08/2012	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-
26/11/2012	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-
08/01/2013	-	(33.000,00)	-	-	-	-	-
Total	3.000.000,00	3.000.000,00	2.000.000,00	-	1.000.000,00	-	-

BANCO ORIGINAL S.A. - CONTRATO Nº 022/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros
26/07/2012	3.000.000,00	3.033.000,00	-	-	-	-	-
24/08/2012	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-
26/11/2012	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-
Total	3.000.000,00	3.033.000,00	2.000.000,00	-	1.000.000,00	-	-

BANCO PINE S.A. - CONTRATO Nº 025/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados Futuros
19/12/2012	12.450.000,00	-	-	-	-	-	-
Total	12.450.000,00	-	-	-	-	-	-

BANCO RABOBANK - CONTRATO Nº 014/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados
17/07/2012	27.660.050,31	9.600.000,00	-	-	-	-	-
18/09/2012	1.204.094,34	2.080.000,00	-	-	-	-	-
17/10/2012	370.490,57	-	27.810.129,91	-	-	-	-
29/11/2012	-	-	5.311.870,09	-	-	-	-
19/12/2012	2.200.000,00	-	-	-	-	-	-
Total	31.434.635,22	11.680.000,00	33.122.000,00	-	-	-	-

BANCO RIBEIRÃO PRETO - CONTRATO Nº 011/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados
21/06/2012	21.837.000,00	-	-	-	-	-	-
15/10/2012	-	6.066.000,00	-	-	-	-	-
06/12/2012	-	-	5.000.000,00	-	-	-	-
Total	21.837.000,00	6.066.000,00	5.000.000,00	-	-	-	-

BANCO SAFRA - CONTRATO Nº 004/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados
17/10/2012	39.678.000,00	10.457.000,00	4.000.000,00	-	20.000.000,00	-	-
06/11/2012	-	-	-	-	(10.000.000,00)	-	-
04/12/2012	-	-	-	-	(5.800.000,00)	-	-
11/12/2012	30.000.000,00	-	-	-	-	-	-
Total	69.678.000,00	10.457.000,00	4.000.000,00	-	4.200.000,00	-	-

BANCO SANTANDER BRASIL - CONTRATO Nº 005/2012							
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO						
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados
24/07/2012	17.314.000,00	-	-	-	-	-	-
01/08/2012	16.612.357,00	1.760.648,15	-	-	-	-	-
09/08/2012	10.528.285,71	1.467.222,22	-	-	-	-	-
15/08/2012	26.500.000,00	-	-	-	-	-	-
24/08/2012	1.500.000,00	-	-	-	-	-	-
04/09/2012	10.599.858,00	1.900.000,00	-	-	-	-	-
12/09/2012	7.499.800,00	2.200.000,00	-	-	-	-	-
18/09/2012	4.499.835,00	3.763.862,07	-	-	-	-	-
02/10/2012	10.900.000,00	614.000,00	-	-	-	-	-
24/10/2012	2.118.186,00	-	2.036.500,00	-	-	-	-
07/11/2012	-	13.537.540,00	3.097.336,00	-	-	-	-
13/11/2012	-	-	1.930.372,00	-	-	-	-
26/11/2012	1.205.926,00	3.900.000,00	79.652,41	-	-	-	-
11/12/2012	30.000.000,00	-	-	-	-	-	-
Total	139.278.247,71	29.143.272,44	7.143.860,41	-	-	-	-

CONTINUAÇÃO TABELA 3 - LIBERAÇÕES DETALHADAS 2012								
EM ATENDIMENTO À PARTE B, ITEM 24 - II E III A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012								
Posição: 31/12/2012		BANCO VOTORANTIM - CONTRATO Nº 020/2012						em R\$
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
19/06/2012	32.756.000,00	9.099.000,00	-	3.125.000,00	7.000.000,00	-	-	51.980.000,00
08/08/2012	-	(38.275,07)	-	(125.000,00)	-	-	-	(163.275,07)
08/10/2012	-	-	-	-	(4.000.000,00)	-	-	(4.000.000,00)
04/12/2012	-	-	-	-	(1.500.000,00)	-	-	(1.500.000,00)
11/12/2012	78.400.000,00	-	-	-	-	-	-	78.400.000,00
Total	111.156.000,00	9.060.724,93	-	3.000.000,00	1.500.000,00	-	-	124.716.724,93
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS - CREDIMINAS - CONTRATO Nº 002/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
12/07/2012	10.850.000,00	-	-	-	-	-	-	10.850.000,00
09/08/2012	43.743.000,00	-	-	-	-	-	-	43.743.000,00
26/11/2012	-	-	30.000.000,00	-	-	-	-	30.000.000,00
Total	54.593.000,00	-	30.000.000,00	-	-	-	-	84.593.000,00
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CENTRAL ES - CONTRATO Nº 016/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
16/08/2012	9.668.080,00	-	-	-	-	-	-	9.668.080,00
12/09/2012	5.721.920,00	-	-	-	-	-	-	5.721.920,00
08/10/2012	1.768.000,00	-	16.377.000,00	-	-	-	-	18.145.000,00
26/11/2012	-	-	2.826.000,00	-	-	-	-	2.826.000,00
13/12/2012	4.400.000,00	-	-	-	-	-	-	4.400.000,00
Total	21.558.000,00	-	19.203.000,00	-	-	-	-	40.761.000,00
COOPERATIVA DE CRÉDITO EM GUAXUPE E REGIÃO - AGROCREDI - CONTRATO Nº 015/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
12/07/2012	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00
29/11/2012	-	-	10.000.000,00	-	-	-	-	10.000.000,00
19/12/2012	-	-	13.397.000,00	-	-	-	-	13.397.000,00
Total	10.000.000,00	-	23.397.000,00	-	-	-	-	33.397.000,00
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DE PEQUENOS EMPRESÁRIOS - CREDIVAR - CONTRATO Nº 003/2012								
DATAS DAS LIBERAÇÕES	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL
	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	
25/06/2012	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000.000,00
07/11/2012	-	-	11.265.000,00	-	-	-	-	11.265.000,00
19/12/2012	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
Total	11.000.000,00	-	11.265.000,00	-	-	-	-	22.265.000,00
CONSOLIDADO								
Mês	Estocagem	FAC	Custeio	Capital Giro Solúvel	Capital Giro Torrefação	Composição de dívidas	Opções e Mercados	Total
Junho	159.590.000,00	50.819.000,00	-	6.250.000,00	17.000.000,00	-	-	233.659.000,00
Julho	254.957.050,31	61.791.000,00	-	9.375.000,00	14.650.000,00	2.000.000,00	-	342.773.050,31
Agosto	206.254.722,71	44.408.537,37	-	-	24.380.000,00	-	-	275.043.260,08
Devoluções Agosto	-	(38.275,07)	-	(125.000,00)	-	-	-	(163.275,07)
Setembro	121.938.507,34	34.943.862,07	-	3.125.000,00	17.820.000,00	-	10.000.000,00	187.827.369,41
Devoluções Setembro	-	-	-	(3.125.000,00)	-	-	-	(3.125.000,00)
Outubro	77.534.676,57	21.473.000,00	187.377.629,91	-	20.000.000,00	-	-	306.385.306,48
Devoluções Outubro	-	-	-	(25.000,00)	(4.000.000,00)	-	-	(4.025.000,00)
Novembro	161.417.926,00	27.564.540,00	134.050.230,50	6.250.000,00	19.447.000,00	-	-	348.729.696,50
Devoluções Novembro	-	-	-	-	(10.000.000,00)	(2.000.000,00)	-	(12.000.000,00)
Dezembro	297.050.000,00	1.900.000,00	75.860.000,00	-	-	-	-	374.810.000,00
Devoluções Dezembro	-	-	-	(5.575.000,00)	(30.934.000,00)	-	-	(36.509.000,00)
Devoluções Janeiro 2013	-	(7.667.296,45)	-	-	-	-	-	(7.667.296,45)
Total Geral	1.278.742.882,93	235.194.367,92	397.287.860,41	16.150.000,00	68.363.000,00	-	10.000.000,00	2.005.738.111,26

Fonte: SIAFI/SPAE/DCAF

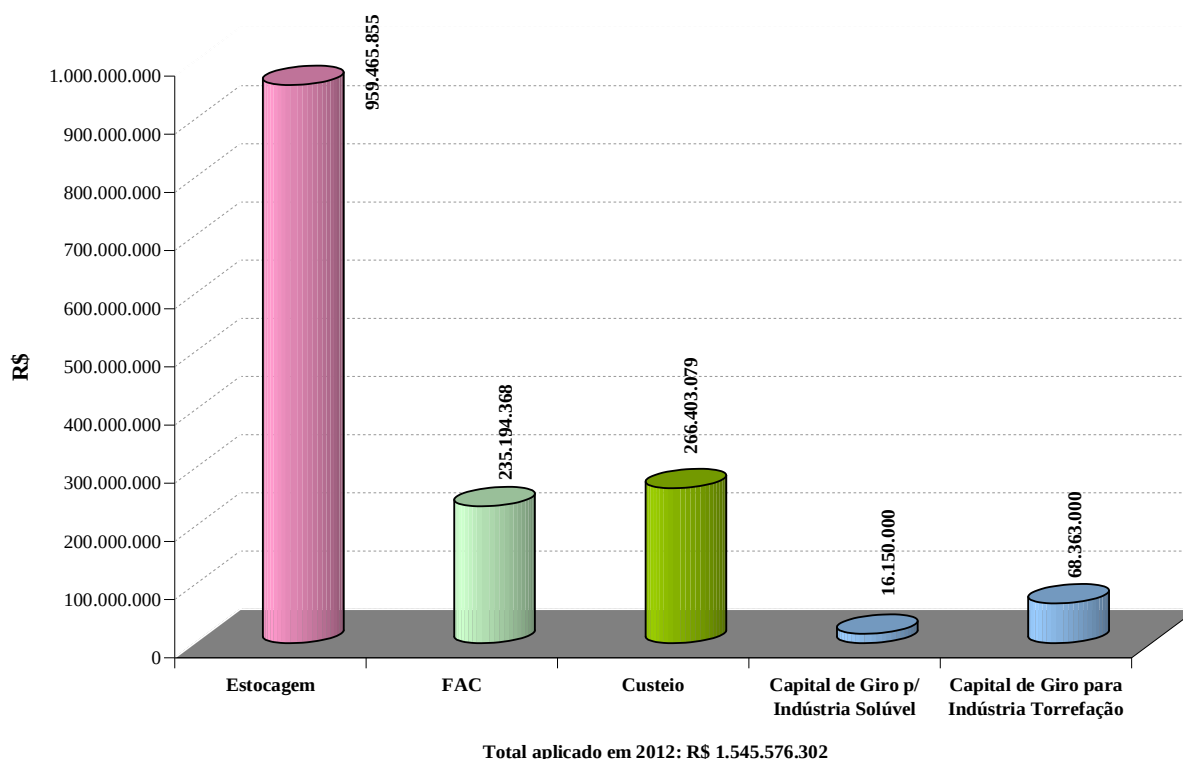
Cabe esclarecer que as devoluções referem-se aos recursos disponibilizados para financiamentos para aquisição de café - FAC, de capital de giro para indústria de café solúvel e de torrefação de café e para composição de dívida devido o encerramento dos prazos de aplicação dessas linhas de crédito.

36.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS

Os prazos de aplicação dos recursos do Funcafé são estabelecidos mediante Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN e conforme as etapas da produção do café, e não coincidem com o ano civil, fato que justifica parte dos recursos disponibilizados às instituições financeiras permanecerem em aplicação em 31-12-2012. O valor em aplicação nessa data refere-se às linhas de crédito para financiamentos de estocagem, cujo prazo de contratação encerrou em 31-1-2012, opções e operações em mercados futuros, cuja contratação pode ocorrer até 28-2-2013, e custeio, cuja contratação ocorreu até 31-7-2012.

Do montante disponibilizado às instituições financeiras no exercício de 2012, R\$ 1.545.576.302,00 haviam sido contratados pelos beneficiários do Funcafé até 31-12-2012, distribuídos nas linhas de crédito para financiamentos de estocagem, FAC, custeio, capital de giro para indústria de café solúvel e para indústria de torrefação, nos valores apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Valores aplicados por linha de financiamento do Funcafé em 2012



Fonte: SPAE/DCAF; Instituições financeiras.

36.4 DISTRIBUIÇÃO DA APLICAÇÃO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Os recursos do Funcafé foram tomados por beneficiários localizados em 15 Unidades da Federação - UF, cinco a mais em relação ao ano de 2011, com destaque para o Estado de Minas Gerais, maior produtor de café, onde foram tomados 69% do total aplicado. A ampliação do número de Estados tomadores ocorreu, principalmente, em financiamentos de capital de giro para indústrias de torrefação, linha de crédito instituída em abril de 2012, com o limite de recursos de até R\$ 200 milhões e de R\$ 1,5 milhão por beneficiário.

As Tabelas 4 e 5 apresentam essa distribuição por UF e instituição financeira repassadora dos recursos (Ver Anexo IV - fls. 73 e 74).

36.5 BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS

Conforme o Capítulo 9 do Manual de Crédito Rural - MCR, os beneficiários dos recursos do Funcafé em 2012 foram os seguintes:

- financiamentos para custeio:** cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção;
- financiamentos para estocagem:** cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção e cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria;
- financiamentos para aquisição de café - FAC:** indústrias torrefadoras de café, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exercem atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café;
- financiamentos de capital de giro para a indústria de café solúvel e de torrefação:** indústrias de café solúvel e de torrefação de café no território nacional;
- financiamentos de contratos de opções e de operações em mercados futuros, para recuperação de cafezais danificados e para composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura:** cafeicultores e suas cooperativas de produção.

Em 2012 houve um aumento de 17,4% no volume de recursos aplicados e de 37% no número de beneficiários atendidos. Os valores aplicados e os beneficiários atendidos com recursos do Funcafé nos últimos cinco anos estão quantificados na Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição das aplicações dos recursos do Funcafé, por UF e número de beneficiários (2008-2012)

UF	Valor em R\$					Quantidade de Contratos									
						Cooperativas					Beneficiários(*)				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
NORTE															
AM	1.269.000	1.590.000	1.505.070	668.420	1.000.000	-	-	-	-	-	3	2	2	2	1
RO	600.000	2.825.277	500.000	1.200.000	1.875.000	23	7	1	2	3	289	89	6	28	26
PA	-	6.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
TOTAL	1.869.000	10.415.277	2.005.070	1.868.420	2.875.000	23	7	1	2	3	292	92	8	30	27
NORDESTE															
AL	345.586	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
BA	12.915.784	20.544.667	11.629.137	4.833.598	7.213.057	5	2	2	-	-	204	225	103	41	22
CE	3.498.870	12.191.354	6.830.000	-	1.500.000	-	-	-	-	-	14	4	2	-	1
PE	-	-	-	-	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PB	2.950.000	2.200.000	4.000.000	-	1.500.000	-	-	-	-	-	4	2	1	-	1
SE	1.849.548	5.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
TOTAL	21.559.788	39.936.021	22.459.137	4.833.598	11.713.057	5	2	2	-	-	228	232	106	41	25
CENTRO-OESTE															
DF	238.654	319.860	204.570	2.675.745	3.626.000	1	2	1	2	1	8	7	3	5	6
GO	2.342.996	6.037.266	5.975.942	9.201.331	7.661.721	-	-	-	-	-	7	18	11	15	13
MS	-	122.282	-	-	1.500.000	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
MT	74.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
TOTAL	2.655.970	6.479.408	6.180.512	11.877.076	12.787.721	1	2	1	2	1	17	26	14	20	20
SUDESTE															
ES	185.757.443	201.968.055	202.152.260	196.915.762	152.618.874	96	43	24	20	17	7.659	6.648	5.166	4.255	2.881
MG	951.846.992	666.466.015	744.854.976	745.796.626	1.062.297.608	368	162	145	167	154	17.045	13.304	5.915	6.595	12.089
SP	328.109.280	187.596.841	161.445.480	297.645.760	258.856.687	45	19	21	13	19	2.847	1.692	1.198	1.063	940
RJ	7.202.251	582.643	-	-	160.000	-	-	-	-	-	17	18	2	7	2
TOTAL	1.472.915.966	1.056.613.554	1.108.452.716	1.240.358.149	1.473.933.169	509	224	190	200	190	27.568	21.662	12.281	11.920	15.912
SUL															
PR	53.267.759	22.968.339	18.932.832	56.734.717	43.317.355	9	2	2	3	7	344	248	35	16	489
SC	-	111.672	-	1.000.000	950.000	-	-	-	-	-	-	1	-	1	5
TOTAL	53.267.759	23.080.011	18.932.832	57.734.717	44.267.355	9	2	2	3	7	344	249	35	17	494
Total geral	1.552.268.483	1.136.524.270	1.158.030.266	1.316.671.959	1.545.576.302	547	237	196	207	201	28.449	22.261	12.444	12.028	16.478

(*) Atendidos por bancos e cooperativas

Fonte: SPAE/DCAF; instituições financeiras.

Ressalte-se que em decorrência dos prazos de aplicação das linhas de crédito do Funcafé não coincidirem com o ano civil, parte dos recursos contratados e disponibilizados em 2011 foram aplicados até julho de 2012, a exemplo dos recursos contratados para custeio das lavouras de café. Esses recursos totalizaram R\$ 213.341.703,31 que foram tomados por 5.400 beneficiários das linhas de crédito de estocagem e custeio das lavouras de café.

36.6 REEMBOLSOS AO FUNCAFÉ E REMUNERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Pelos serviços de aplicação e administração dos recursos do Funcafé, é devido aos agentes financeiros a remuneração de 4,5% ao ano, calculada sobre o valor nominal da operação e devida nas datas de vencimento das parcelas do financiamento ou, no caso de pagamento antecipado pelo mutuário, até as respectivas datas de amortização ou liquidação (MCR 9, Seção 1, item 1, alínea “a”). A Tabela 7 apresenta os valores das remunerações pagas no exercício de 2012.

Tabela 7 - Remunerações pagas às instituições financeiras em 2012

CNPJ	Instituição financeira	R\$
00.000.000.0001-91	Banco do Brasil S.A.	15.532.290,26
00.068.987.0001-86	Cooperativa de Crédito Rural de Araguari Ltda.	15.768,29
00.429.890.0001-51	Cooperativa de Crédito de Campos Altos Ltda.	39.098,62
00.517.645.0001-04	Banco Ribeirão Preto S.A.	1.456.816,33
00.869.687.0001-04	Cooperativa de Crédito Rural de Boa Esperança Ltda.	20.019,49
01.023.570.0001-60	Banco Rabobank Internacional Brasil S.A.	4.364.750,66
01.522.368.0001-82	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	668.490,24
02.038.232.0001-64	Banco Cooperativo do Brasil S.A.	9.906.915,67
07.450.604.0001-89	Banco Industrial e Comercial S.A.	475.814,10
17.298.092/0001-30	Banco Itaú BBA S.A.	5.517.280,66
18.966.739.0001-18	Cooperativa de Crédito da Região de Três Pontas Ltda.	103.012,34
19.449.602.0001-59	Cooperativa de Crédito da Região de Caratinga Ltda.	30.664,65
22.656.789.0001-76	Cooperativa de Crédito do Vale do Paraíso Ltda. - Sicoob	40.415,85
22.760.839.0001-60	Cooperativa Reional de Crédito do Sudoeste Mineiro e Nordeste Paulista	131.027,37
24.048.910.0001-02	Cooperativa de Crédito da Região de Guaraniésia Ltda.	31.972,75
25.353.939.0001-60	Cooperativa de Crédito da Região de Alpinópolis Ltda.	13.629,47
25.683.434.0001-64	Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	3.945.186,09
25.743.311.0001-71	Cooperativa de Crédito de Carmo do Rio Claro Ltda.	3.392,98
25.798.596.0001-48	Cooperativa de Crédito Rural e de Pequenos Empresários	1.301.795,07
28.127.603.0001-78	Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes S.A.	2.786.973,22
28.195.667.0001-06	Banco ABC Brasil S.A.	1.214.464,15
32.428.294.0001-43	Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo	991.532,92
32.467.086.0001-53	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Espírito Santo	3.714,46
42.873.828.0001-02	Cooperativa de Crédito em Guaxupé e Região Ltda.	2.692.178,08
53.923.116-0001-69	Cooperativa de Crédito dos Pequenos Empresários	31.393,38
58.160.789.0001-28	Banco Safra S.A.	3.658.805,79
58.616.418.0001-08	Banco Fibra S.A.	2.905.750,54
59.588.111.0001-03	Banco Votorantim S.A.	4.262.008,87
60.701.190.0001-04	Itaú Unibanco S.A.	2.905.045,11
60.746.948.0001-12	Banco Bradesco S.A.	1.200.628,15
61.033.106.0001-86	BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.	860.526,63
65.229.254.0001-21	Cooperativa de Crédito de Patrocínio e Região Ltda.	11.514,82
66.398.496.0001-01	Cooperativa de Crédito da Região de Araxá Ltda - Sicoob	25.179,93
67.096.909.0001-66	Cooperativa de Crédito Rural - Cocapec	173.590,11
71.009.237.0001-81	Cooperativa de Crédito Rural de Guapé Ltda.	9.416,50
71.146.450.0001-35	Cooperativa de Crédito de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda.	2.471,30
01.604.998.0001-04	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul de Minas Ltda.	20.859,34
90.400.888.0001-42	Banco Santander Brasil S.A.	6.008.985,45
Total		73.363.379,64

Fonte: Siafi.

Os recursos do Funcafé são reembolsados conforme regras estabelecidas pelo CMN e em contratos firmados entre o MAPA/SPAE/DCAF e os agentes financeiros. Em 2012 foi reembolsado aos cofres do Fundo, englobando valores de principal, juros e remunerações pela Taxa Selic, um montante de R\$ 1.997.424.920,69, distribuído conforme apresentado na Tabela 8 (Ver Anexo V - fl. 75.)

As receitas a classificar decorrem de crédito resultante dos saldos residuais verificados após o levantamento executado por Comissão de Apuração constituída no âmbito do MAPA para analisar a movimentação financeira entre o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob e o Funcafé entre 2001 e 2011. Analisaram-se vinte e quatro módulos contratuais firmados entre as partes no período com o recálculo dos juros dos financiamentos aos beneficiários e a Taxa Selic incidente sobre o recurso do Funcafé enquanto disponíveis no caixa do Banco. Também se procedeu ao cotejo dos valores consignados como principal, juros e Taxa Selic com os reembolsos registrados no Siafi.

A diferença preliminar obtida, a favor do Funcafé, no montante de R\$ 4.011.143,97, atualizada até 30-6-2012, foi quitada pelo Bancoob em 30-7-2012.

36.7 CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS DO FUNCAFÉ

O Funcafé possui no total 33.419 sacas de cafés de 60 kg, as quais estão distribuídas nas Unidades Armazenadoras de Café - UAC's localizadas nos Estados de Minas Gerais (16.488 sacas de café), Paraná (6.181 sacas) e São Paulo (10.750 sacas).

Em 26-4-2012, a Secretaria do Patrimônio da União - SPU assinou com a Companhia Nacional de Abastecimento de Minas Gerais - Conab/MG contratos de cessão de uso gratuito dos imóveis correspondentes às UAC's de Minas Gerais. Em julho de 2012, a SPAE foi informada que os contratos de segurança armada e de limpeza das UAC's venceriam somente em 31-7-2012 e 17-11-2012, respectivamente. Os procedimentos de transferência da titularidade de assinaturas de contas de água, energia elétrica e telefonia das referidas UAC's já foram concluídos. E a UAC de Maringá III foi entregue à Prefeitura do Município de Maringá em 15-2-2012.

A Tabela 9 apresenta o gasto mensal com manutenção das UAC's em 2012, distribuídos por Estado.

Tabela 9 - Manutenção dos estoques de café do Funcafé

R\$					
Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo	Paraná	Total
Fevereiro	221.645,07	5.714,77	-	32.866,31	260.226,15
Março	56.431,83	6.697,42	7.359,07	1.388,62	71.876,94
Abril	242.777,84	6.014,85	3.674,78	67.579,57	320.047,04
Mai	150.173,90	6.250,76	3.756,40	24.668,13	184.849,19
Junho	62.011,04	-	3.525,00	18.914,11	84.450,15
Julho	306.989,54	-	3.678,92	16.098,44	326.766,90
Agosto	313.141,27	-	3.669,50	34.573,10	351.383,87
Setembro	225.023,10	-	3.672,99	22.702,37	251.398,46
Outubro	70.991,03	-	3.673,27	19.653,11	94.317,41
Novembro	22.561,66	-	3.595,94	19.939,52	46.097,12
Dezembro	20.460,63	-	-	21.186,34	41.646,97
Total pago	1.692.206,91	24.677,80	36.605,87	279.569,62	2.033.060,20

Fonte: Siafi.

36.8 ANÁLISES E COMENTÁRIOS FINAIS

Em 2012 foram tomadas algumas medidas de estímulo à contratação das linhas de crédito do Funcafé. Dentre elas, destaca-se a redução dos encargos financeiros aplicados às linhas de crédito do Fundo de 6,75% ao ano para 5,5% ao ano para operações contratadas a partir de julho de 2012, e o aumento do limite do crédito de custeio das lavouras de café de R\$ 4.500,00 por hectare, limitado a R\$ 650.000,00 por produtor, para R\$ 5.500,00 por hectare, limitado a R\$ 800.000,00 por produtor.

O efeito da unificação das linhas de crédito para financiamentos de custeio e colheita, estabelecida pela Resolução CMN nº 3.995/2011, passando os itens financiáveis por meio das operações de colheita a integrar os itens em operações de custeio com prazo de contratação entre outubro e julho do ano seguinte pode ser verificado no primeiro semestre de 2012. De cerca de R\$ 200.000.000,00 contratados pelos agentes financeiros em 2011 para aplicação na linha de crédito de custeio, R\$ 194.394.400,00 foram contratados até julho de 2012 pelos beneficiários dessa linha de crédito.

Em comparação ao exercício anterior, houve um aumento de 17,4% no volume de recursos aplicados e de 37% no número de beneficiário.

CONCLUSÃO

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, quanto à gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal.

O Objetivo 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor, apesar de algumas iniciativas e respectivas ações não terem sido executadas em sua totalidade, atingiu as metas elencadas no contexto do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance dos objetivos traçados pela SPAE no exercício, conforme já descrito, decorreram dos limites orçamentários estabelecidos para o Funcafé e tempestividade na liberação desses limites disponibilizados para algumas das ações do Objetivo 0661, decisões estas que não estão na alçada dos gestores do Fundo. Já os financiamentos concedidos ao setor cafeeiro, por meio de linhas de crédito contratadas por instituições financeiras totalizando R\$ 2,52 bilhões, apresentaram desempenho positivo.

Em 2012, o Brasil manteve sua posição de maior produtor e exportador mundial de café e de segundo maior consumidor do produto. A safra desse ano, a maior já produzida no país, chegou a 50,83 milhões de sacas de 60 kg, com a área em produção de 2,049 mil hectares. O café representou 6,7% das exportações brasileiras no agronegócio, que chegaram a aproximadamente 28,7 milhões de sacas de 60 kg, gerando um faturamento de US\$ 6,5 bilhões.

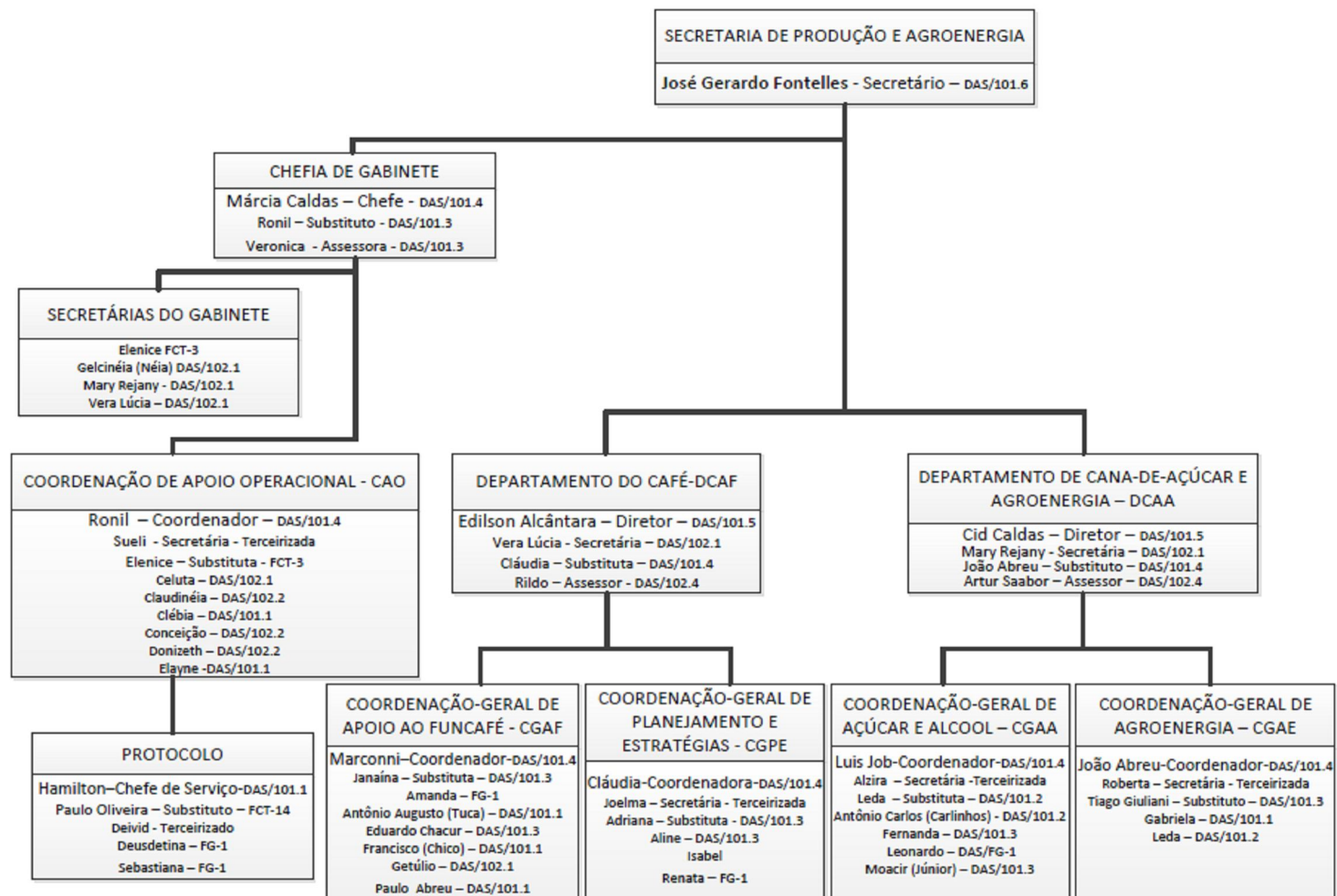
A produção de café tem mantido um crescimento constante nos últimos anos, demonstrando que crescentes tratamentos culturais e investimentos em pesquisa e tecnologia, maior utilização da mecanização e da irrigação, renovação constante dos cafezais, com plantio mais adensado de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a cada região, e boa gestão da atividade estão resultando em safras mais homogêneas e de melhor qualidade. Esses são fatores necessários e importantes para o avanço e modernização da cafeicultura brasileira.

Ressalta-se que o Consórcio Pesquisa Café, criado para fomentar a pesquisa cafeeira no país, reúne hoje 50 instituições consorciadas e promove o maior Programa de Pesquisa do Café do mundo, desenvolvendo cerca de 1.000 projetos desde sua criação, em 1997, potencializando conhecimentos, recursos e instalações pelo desenvolvimento da cafeicultura. Em 1997 o Brasil possuía 2,3 milhões de hectares de área cultivada, com produtividade média de 12 sacas/ha, e em 2012, com praticamente a mesma área e a adoção das tecnologias geradas no Programa o país saltou para 24 sacas/ha. Esse arranjo institucional atua em todos os segmentos da cadeia produtiva, tendo por base a sustentabilidade, a qualidade, a produtividade, a preservação ambiental, o desenvolvimento e o incentivo a pequenos e grandes produtores.

E os financiamentos concedidos ao setor têm permitido melhorias nos tratamentos culturais e colheita das lavouras, assim como a aquisição de insumos, mão de obra, operações com máquinas e equipamentos, arruação, transporte para o terreiro e secagem, inclusive certificação de cafés, a estocagem do produto e capital de giro para indústrias.

Anexo I

Organograma Funcional



Anexo II

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	75.174.787,97	64.833.531,24	74.255.986,64	62.935.036,72	918.801,33	1.898.494,52	74.255.986,64	62.740.394,94
45 - Equalização de Preços e Taxas	74.276.056,59	63.398.135,31	73.363.379,34	61.520.870,20	912.677,25	1.877.265,11	73.363.379,34	61.326.228,42
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	829.340,00	986.465,00	829.340,00	967.872,29	-	18.592,71	829.340,00	967.872,29
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.124,08	214.984,42	-	214.984,42	6.124,08	-	-	214.984,42
Demais elementos do grupo	63.267,30	233.946,51	63.267,30	231.309,81	-	2.636,70	63.267,30	231.309,81
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

5. Inversões Financeiras	2.520.634.664,37	2.047.837.881,00	2.013.405.407,71	1.654.976.981,51	507.229.256,66	392.860.899,49	2.013.405.407,71	1.654.976.981,51
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.520.634.664,37	2.047.837.881,00	2.013.405.407,71	1.654.976.981,51	507.229.256,66	392.860.899,49	2.013.405.407,71	1.654.976.981,51
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Anexo III

Quadro A.5.3 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE / Funcafé									
CNPJ: 00.396.895/0013-69				UG/GESTÃO: 130137/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	701645/2009	76.416.957/0001-85	798.560,00	165.520,00	-	798.560,00	14/01/2009	31/08/2013	1
1	732142/2010	76.919.083/0001/89	415.090,00	12.090,00	-	415.090,00	26/05/2010	25/11/2012	1
1	756003/2011	19.198.118/0001-02	125.000,00	25.000,00	-	125.000,00	08/11/2011	08/01/2013	1
1	769225/2012	00.702.952/0001-57	100.000,00	20.000,00	80.000,00	80.000,00	09/03/2012	09/04/2012	7
1	769236/2012	21.242.912/0001-40	118.700,00	38.700,00	80.000,00	80.000,00	27/03/2012	19/05/2012	7
1	773893/2012	22.238.745/0001-26	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	12/09/2012	12/10/2012	1
1	773789/2012	19.125.327/0001-18	245.990,00	49.650,00	196.340,00	196.340,00	19/09/2012	19/12/2012	1
1	773854/2012	00.702.952/0001-57	50.000,00	10.000,00	40.000,00	40.000,00	26/09/2012	25/12/2012	1
1	773592/2012	04.420.652/0001-36	420.000,00	87.000,00	333.000,00	333.000,00	26/09/2012	26/09/2013	1
3	Descentralização	26.461.699/0001-80	1.625.949,42	-	1.625.949,42	1.625.949,42	29/05/2012	31/12/2012	4
3	Descentralização	03.348.003/0147-66	149.300,00	-	149.300,00	149.300,00	28/05/2012	30/06/2012	4
3	Descentralização	03.348.003/0001-10	8.000.000,00	-	8.000.000,00	8.000.000,00	13/09/2012	31/12/2012	4
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									

Fonte: Siconv; DCAF/SPAE.

Anexo IV

Tabela 4 – Aplicações em 2012, por UF

Tabela 4 - Aplicações em 2012, por UF

Linha de financiamento	R\$																Part.% linhas
	MG	SP	ES	RJ	PR	SC	PE	CE	BA	PB	MS	AM	RO	DF	GO	Total	
Estocagem	796.233.630	104.657.220	34.191.996	-	17.800.357	-	-	-	1.560.932	-	-	-	375.000	-	4.646.721	959.465.855	62,08
FAC	122.700.084	75.237.084	27.726.476	-	9.530.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	235.194.368	15,22
Custeio	125.313.894	49.195.383	80.825.403	10.000	1.691.274	-	-	-	4.502.125	-	-	-	1.000.000	1.050.000	2.815.000	266.403.079	17,24
Capital de Giro Indústria Solúvel	-	8.800.000	5.925.000	-	1.425.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.150.000	1,04
Capital de Giro Indústria torrefação	18.050.000	20.967.000	3.950.000	150.000	12.870.000	950.000	1.500.000	1.500.000	1.150.000	1.500.000	1.500.000	1.000.000	500.000	2.576.000	200.000	68.363.000	4,42
Recuperação de cafezais danificados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Composição de dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos Opções e Mercados Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.062.297.608	258.856.687	152.618.874	160.000	43.317.355	950.000	1.500.000	1.500.000	7.213.057	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.875.000	3.626.000	7.661.721	1.545.576.302	-
Participação % de cada UF	68,73	16,75	9,87	0,01	2,80	0,06	0,10	0,10	0,47	0,10	0,10	0,06	0,12	0,23	0,50	100,00	100,00

Fonte: SPAE/DCAF; instituições financeiras, em 31-12-2012.

Anexo IV

Tabela 5 – Aplicações em 2012, por UF e Instituição Financeira

Tabela 5 - Aplicações em 2012, por UF e instituição financeira

																R\$
Instituição financeira	MG	SP	ES	RJ	PR	SC	PE	CE	BA	PB	MS	AM	RO	DF	GO	Total
Banco ABC Brasil	23.096.000	3.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.096.000
Banco Banestes	110.000	-	47.519.195	10.000	-	-	-	-	185.000	-	-	-	-	-	-	47.824.195
Banco Bicbanco	30.916.000	600.000	8.100.000	-	2.946.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.562.000
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	16.761.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.761.667
Banco BPN Brasil	8.000.000	5.534.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.534.000
Banco Bradesco	22.357.978	10.443.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.801.386
Bancoob	8.970.242	97.011.008	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.375.000	830.000	-	118.186.250
Banco de Tokyo	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000
Banco do Brasil	239.705.501	37.417.144	28.252.621	150.000	10.470.662	650.000	-	-	2.517.125	-	1.500.000	-	500.000	1.046.000	711.721	322.920.773
Banco Fibra	67.771.000	7.500.000	4.625.000	-	8.125.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.021.000
Banco Itaú BBA	115.170.000	28.336.000	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000	-	-	-	-	-	146.506.000
Banco Intercap S.A.	4.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000
Banco Itaú Unibanco S.A.	49.586.806	17.978.752	10.403.836	-	2.400.000	-	1.500.000	-	-	-	-	1.000.000	-	750.000	-	83.619.394
Banco Original do Agronegócio S.A.	4.700.000	3.286.000	-	-	-	-	-	-	400.000	-	-	-	-	-	-	8.386.000
Banco Original S.A.	6.033.000	1.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.833.000
Banco RaboBank	61.041.100	-	-	-	-	-	-	-	3.810.932	-	-	-	-	-	6.950.000	71.802.032
Banco Ribeirão Preto	21.066.000	4.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.566.000
Banco Safra	38.657.000	8.499.835	-	-	6.880.000	300.000	-	-	300.000	-	-	-	-	1.000.000	-	55.636.835
Banco Santander Brasil	144.814.876	24.764.251	1.467.222	-	4.518.968	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175.565.317
Banco Votorantim	86.034.500	6.000.000	1.490.000	-	7.976.725	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.501.225
Crediminas	71.599.727	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.599.727
Central ES	-	-	40.761.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.761.000
Agrocredi	10.916.210	2.186.290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.102.500
Credivar	20.990.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.990.000
Total	1.062.297.608	258.856.687	152.618.874	160.000	43.317.355	950.000	1.500.000	1.500.000	7.213.057	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.875.000	3.626.000	7.661.721	1.545.576.302
Participação %	68,7	16,7	9,9	0,0	2,8		0,1	0,1		0,1		0,1	0,1	0,2	0,5	99,4

Fonte: SPAE/DCAF; Instituições financeiras, em 31-12-2012.

Anexo V

Tabela 8 - Reembolsos por linha de financiamento

R\$

Linha de financiamento/mês	Colheita	Custeio	Estocagem	Dação em Pagamento	CPR	FAC	Granizo	Finespecial	Res. 3.966 - Composição	CapGiro	Opções e Mercados Futuros	Receitas a Classificar	Total
Janeiro	85.594.536,53	35.089.489,74	91.184.622,05	7.306.477,94	207.176,65	118.013.351,58	280.866,18	5.852.259,44	30.259.842,27	-	-	-	373.788.622,38
Fevereiro	4.396.431,67	7.870.478,88	185.881.989,79	3.083.712,24	-	32.453.016,21	5.088.419,57	309.489,36	-	-	-	-	239.083.537,72
Março	34.865.938,70	58.905.812,45	114.258.504,07	5.847.621,05	-	22.415.730,44	1.425.558,53	480.209,08	589.287,28	25.474.950,15	-	-	264.263.611,75
Abril	6.099.439,67	2.244.174,04	111.215.420,51	9.006.135,92	7.420.835,50	45.966.032,24	1.725.349,06	-	183.888,04	-	-	-	183.861.274,98
Maio	1.044.603,38	721.031,02	72.557.629,37	7.301.135,84	3,36	49.814.716,15	-	70.274,21	15.931,93	-	-	-	131.525.325,26
Junho	540.579,42	2.556.122,79	3.250.774,99	5.348.066,37	12.152,36	19.738.784,69	209.687,58	54.792,94	13.477,96	-	-	-	31.724.439,10
Julho	1.011.534,51	12.351.457,95	54.576.849,61	866.857,22	-	37.600.692,73	368.959,31	-	56.420,07	1.028.890,79	-	4.011.143,97	111.872.806,16
Agosto	1.419.599,06	14.479.473,61	40.527.144,00	1.624.932,90	-	20.460.506,68	315.685,98	237.931,42	71.315,99	790.895,51	-	-	79.927.485,15
Setembro	1.958.296,94	14.455.658,75	20.369.786,42	2.221.962,64	650.270,00	19.373.599,36	556.999,27	1.038.867,22	1.426.617,83	878.087,26	-	-	62.930.145,69
Outubro	4.752.044,58	51.181.872,66	28.202.340,58	2.839.036,67	-	54.408.274,12	397.734,08	1.697.070,20	7.032.409,91	855.822,90	53.900,33	-	151.420.506,03
Novembro	12.647.670,18	72.175.715,31	29.595.478,36	26.636.175,75	7.364.844,68	17.647.800,35	68.701,56	4.593.686,51	29.722,84	854.019,97	52.226,20	-	171.666.041,71
Dezembro	7.952.824,28	157.641.870,86	8.486.838,02	5.826.971,89	54.884,58	322.365,17	723.862,73	6.308.437,50	73.306,44	7.969.763,29	-	-	195.361.124,76
Total	162.283.498,92	429.673.158,06	760.107.377,77	77.909.086,43	15.710.167,13	438.214.869,72	11.161.823,85	20.643.017,88	39.752.220,56	37.852.429,87	106.126,53	4.011.143,97	1.997.424.920,69

Fonte: Siafi.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO -
SDC

RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO - EXERCÍCIO 2012
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO -
SDC**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Agregada:

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2013 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	06
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	06
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado	06
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2013 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	07
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	07
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	07
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	07
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Últimos Três Exercícios	07
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes	08
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	08
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas e de Contratos de Repasse	09
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II, DA DN TCU Nº 119, DED 18/1/2012 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	10
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	10
ANEXO I	11

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro A.1.3 – Identificação – Relatório de Gestão Agregado	06
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	07
Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	07
Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	08
Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	08
Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	09
Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	11
Tabela 1 – Contratações no Exercício – por UF	10
Tabela 2 – Taxa de Administração pelos Serviços Prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços	10

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DN – Decisão Normativa

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PPA – Plano Plurianual

PRODESA - Programa Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SE – Secretaria Executiva

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPF – Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento

TCE – Tomada de Contas Especial.

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade da Federação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA não figura no Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015). As ações que o compunham estão agora inseridas no Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, a exemplo da Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse em 2012, e constam no Relatório de Gestão Consolidado de 2012 apresentado pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SE/MAPA).

O Programa, contudo, deixou resquícios para a gestão do exercício de 2012, abordadas no presente Relatório, cujas informações incluem Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Item 5.2), contratos de repasse ainda vigentes sob a operacionalização da Caixa Econômica Federal – CEF e outras informações julgadas relevantes (Item 12).

Os demais itens componentes do Relatório, previstos na DN TCU 119/2012, não possuem conteúdo a ser declarado.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2013 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.3 – Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA		Código SIORG: 7990-1/03	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE/MAPA			
Código SIORG: 3200		Código SIORG: 3200	
Código SIORG: 3200			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agricultura			
Telefones/Fax de contato:		(61) 3218-2334	(61) 3218-2257
E-mail: se@agricultura.gov.br		(61) 3225-9918	
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 9º andar, sala 904 CEP: 70.043-900			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário			
Denominação abreviada: Prodesa			
Código SIORG: 3520		Código na LOA: 22101	
Código SIORG: 3520		Código SIAFI: 135.098	
Situação: Em liquidação			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal; Estadual; Municipal.		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:		(061) 3218-2462	(061) 3226-3594
E-mail: sdcc@agricultura.gov.br		(061) 3218-2461	
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “D” – Anexo “A” – Sala 200, Brasília/DF – CEP: 70043-900			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 – DOU: 24/01/2005 Decreto nº 6.348, de 08/01/2008 – DOU: 09/01/2008 Portaria nº 85, de 10/04/2006 – REGIMENTO Interno da SDC/MAPA – DOU: 11/04/2006 Decreto nº 7.127, de 04.03.2010			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Não há conteúdo a ser declarado.			

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2013 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.894.692	100.000	3.794.692	0
2010	62.370.243	443.750	49.962.315	11.964.178
2009	29.108.184	1.153.454	18.363.735	9.590.995
2008	2.422.440	97.500	353.887	1.971.053
2007	2.719	2.719	0	0
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	472.774.028	2.682.995	335.088.647	135.002.387
2010	101.834.438	26.520.825	28.956.567	46.357.045
2009	9.060.353	0	588.984	8.471.369
2008	5.463.827	0	0	5.463.827
2007	1.129.162	0	217	1.128.945

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

A relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício, que estão relacionados ao extinto PRODESA, é composta apenas por Contratos de Repasse, conforme Anexo I – Quadro A.5.3.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Últimos Três Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ:	03557406000168					
UG/GESTÃO:	135098/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Contrato de Repasse	1.492	1.460	2.348	425.827.888,60	632.189.179,79	217.063.807,51
Termo de Compromisso						
Totais	1.492	1.460	2.348	425.827.888,60	632.189.179,79	217.063.807,51

Fonte: SIAPF

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 03557406000168				UG/GESTÃO: 135098/00001	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Contrato de Repasse	4.690	1.466.927.783,66	663.602.153,01	803.325.630,65	45,24
Totais	4.690	1.466.927.783,66	663.602.153,01	803.325.630,65	45,24

Fonte: SIAPF

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
CNPJ: 03557406000168		UG/GESTÃO: 135098/00001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos
			(Quantidade e Montante Repassado)
			Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	1.081
		Montante Repassado	239.036.987,48
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1.006
		Montante Repassado	243.534.733,46
2011	Contas prestadas	Quantidade	1.614
		Montante Repassado	348.473.332,78
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	141
		Montante Repassado	31.496.725,98
2010	Contas prestadas	Quantidade	1.284
		Montante Repassado	220.858.831,90
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	18
		Montante Repassado	3.556.500,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	09
		Montante Repassado	918.906,00

Fonte: SIAPF

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
CNPJ: 03557406000168			UG/GESTÃO: 135098/00001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			1.512
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	256
			Contas Não analisadas	09
		Montante repassado (R\$)		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1.240
			Quantidade Reprovada	0
			Quantidade de TCE	10
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	08
	Montante repassado (R\$)			3.558.750,00
2011	Quantidade de contas prestadas			1.200
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1.196
		Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE		01
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		04
		Montante repassado (R\$)		487.500,00
2010	Quantidade de contas prestadas			1.330
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1.330
		Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE		0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0
		Montante repassado		0
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade		01
		Montante repassado		106.060,00

Fonte: SIAPF

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II, DA DN TCU Nº 119, DED 18/1/2012 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Em 2012, foram selecionadas 1917 operações pelo Gestor, no valor total de R\$ 585.486.170,91 (Quinhentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e setenta reais e noventa e um centavos) das quais foram firmados 1492 contratos, no valor total de R\$ 453.655.653,93 (Quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

Tabela 1 – Contratações no Exercício – por UF

UF	Seleção		Contratação	
	QTD	Valor R\$	QTD	Valor R\$
AC	8	3.217.500,00	4	1.852.500,00
AL	22	11.796.500,00	18	9.505.250,00
AM	1	1.365.000,00	1	1.365.000,00
AP	1	438.750,00	0	0,00
BA	40	25.187.812,50	22	15.149.062,50
CE	43	21.022.750,00	29	15.465.250,00
DF	6	2.229.160,01	6	2.229.160,01
ES	60	28.428.307,00	47	22.680.704,06
GO	88	19.908.000,00	58	14.381.250,00
MA	28	13.126.575,00	18	9.018.750,00
MG	191	60.426.700,00	126	40.983.323,46
MS	35	9.282.000,00	33	8.892.000,00
MT	37	13.913.250,00	29	11.836.500,00
PA	22	15.892.500,00	13	9.262.500,00
PB	58	16.487.250,00	43	13.094.250,00
PE	32	14.403.320,00	14	5.758.057,50
PI	29	7.098.000,00	11	2.778.750,00
PR	292	67.260.817,75	263	59.178.067,75
RJ	24	10.496.050,00	14	6.059.800,00
RN	48	16.533.500,00	29	10.839.500,00
RO	20	14.088.750,00	17	10.432.500,00
RR	16	11.551.750,00	8	8.870.500,00
RS	474	99.044.509,02	417	88.521.821,52
SC	161	48.013.250,00	150	45.956.000,00
SE	24	7.437.750,00	14	4.805.250,00
SP	83	19.737.344,63	57	13.953.157,13
TO	74	27.099.075,00	51	20.786.750,00
BRASIL	1917	585.486.170,91	1492	453.655.653,93

Fonte: SIAPF

Tabela 2 - Taxa de Administração pelos Serviços Prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços

Valores em R\$ 1,00

COBRADO ATÉ 2012	COBRADO EM 2012	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2012	RECEBIDO EM 2012	A RECEBER 31/12/12
54.081.596,37	7.823.691,62	22.540.729,58	0,00	55.364.969,44

OBS: Incluído no total recebido até 2012, recebido em 2012 e a receber 31/12/2012 o valor da atualização monetária.

Fonte: SIAPF

ANEXO I

Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MAPA					UG/GESTÃO: 135098/00001					
CNPJ: 03557406000168					Informações sobre as transferências					
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Repassse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	009671985	000000	MUNICIPIO DE MACAPA - AP	300.000,00	30.000,00		300.000,00	30/12/1999	30/05/2012	Adimplente
2	009936610	000000	MUNICIPIO DE ORIZONA - GO	70.000,00	76.398,60		70.000,00	27/12/2000	31/01/2014	Adimplente
2	026116933	000000	MUNICIPIO DE RIO GRANDE DO PIAUI - PI	243.750,00	7.539,00			28/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	026146414	000000	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	97.500,00	3.000,00			11/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	026146529	000000	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	97.500,00	3.000,00			11/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	026651429	000000	MUNICIPIO DE TAMANDARE - PR	97.500,00	22.050,00			18/08/2009	30/04/2012	Adimplente
2	038672288	000000	MUNICIPIO DE PEJUCARA - RS	97.500,00	6.000,00			17/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038672842	000000	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	97.500,00	8.500,00			30/08/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038742948	000000	MUNICIPIO DE URUSSANGA - SC	487.500,00	11.500,00			20/08/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038743412	000000	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - MA	780.000,00	67.826,09			09/10/2012	02/04/2014	Adimplente
2	038812481	000000	MUNICIPIO DE CARMO DA CACHOEIRA - MG	195.000,00	3.979,59			10/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038951751	000000	MUNICIPIO DE SANANDUVA - RS	466.759,02	9.525,69			06/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	011564407	415959	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DOS PRODUTORES DE OEIRAS LTDA	100.900,00	6.054,00		100.900,00	29/12/2000	11/09/2014	Inadimplente
2	010931822	421034	MUNICIPIO DE BACURI - MA	80.000,00	9.750,00		58.166,53	21/12/2000	31/07/2013	Inadimplente
2	013086711	444205	MUNICIPIO DE APICUM-ACU - MA	110.912,00	5.545,60		110.912,00	31/12/2001	31/07/2013	Adimplente
2	013484854	444914	MUNICIPIO DE PINHEIRO MACHADO - RS	89.608,82	23.761,18		89.608,82	31/12/2001	30/12/2012	Adimplente
2	013503779	445029	MUNICIPIO DE ELDORADO - MS	200.000,00	36.190,65		200.000,00	31/12/2001	30/07/2013	Inadimplência Suspensa
2	013232718	446549	MUNICIPIO DE TANCREDO NEVES - BA	1.000.000,00	50.007,00		1.000.000,00	31/12/2001	05/03/2014	Inadimplência Suspensa
2	013251480	447837	MUNICIPIO DE TUTOIA - MA	46.250,00	1.264,45		16.169,00	31/12/2001	30/08/2013	Inadimplente
2	013260815	447970	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PARAISO - MA	86.000,00	8.600,00		86.000,00	31/12/2001	31/07/2013	Inadimplente
2	013263098	449176	MUNICIPIO DE GRAJAU - MA	80.000,00	8.000,00		80.000,00	31/12/2001	31/01/2012	Concluído
2	013545653	449202	MUNICIPIO DE CURURUPU - MA	120.000,00	13.333,33		16.512,00	24/01/2002	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
2	012901587	449367	MUNICIPIO DE FRANCISCO MACEDO - PI	100.000,00	4.816,15		10.000,00	31/12/2001	30/08/2015	Adimplente

2	013055327	449519	MUNICIPIO DE MORROS - MA	43.774,64	2.188,73		43.774,64	28/12/2001	31/07/2013	Inadimplente
2	013056562	449523	MUNICIPIO DE TUTOIA - MA	46.250,00	1.264,45		14.763,00	31/12/2001	31/07/2012	Adimplente
2	013056894	449526	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM - MA	200.000,00	20.000,00		200.000,00	28/01/2002	31/07/2013	Inadimplência Suspensa
2	009736200	464028	MUNICIPIO DE TEIXEIRAS - MG	40.000,00	4.362,60		27.016,00	30/12/1999	30/12/2012	Adimplente
2	009729193	465131	MUNICIPIO DE PASSA VINTE - MG	30.000,00	1.500,00		24.000,00	30/12/1999	31/12/2013	Adimplente
2	009706361	470140	MUNICIPIO DE BARROSO - MG	50.000,00	2.500,00		13.175,00	30/12/1999	30/06/2013	Excluído
2	009718289	470148	MUNICIPIO DE CANTA - RR	550.000,00	-		275.000,00	30/12/1999	08/10/2013	Adimplente
2	009721119	470154	MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR	300.000,00	-		76.641,00	30/12/1999	30/12/2013	Excluído
2	009730120	470157	MUNICIPIO DE PIEDADE DO RIO GRANDE - MG	40.000,00	4.750,00		31.592,00	30/12/1999	31/03/2013	Adimplente
2	009730361	470158	MUNICIPIO DE PIEDADE DO RIO GRANDE - MG	66.000,00	29.045,00		51.295,20	30/12/1999	31/03/2013	Excluído
2	009731250	470159	MUNICIPIO DE MIRADOURO - MG	70.000,00	31.257,23		49.000,00	30/12/1999	30/12/2013	Adimplente
2	009732389	470160	MUNICIPIO DE RODEIRO - MG	20.000,00	5.015,00		17.900,00	30/12/1999	30/06/2012	Concluído
2	009762747	470168	MUNICIPIO DE BALSAS - MA	600.000,00	131.347,26		94.020,00	30/12/1999	28/06/2013	Excluído
2	009775671	470187	MUNICIPIO DE RIBEIRO GONCALVES - PI	70.000,00	7.153,38		70.000,00	31/12/1999	11/09/2014	Inadimplência Suspensa
2	009715016	470191	MUNICIPIO DE ZE DOCA - MA	83.000,00	9.559,00		41.500,00	30/12/1999	31/07/2013	Adimplente
2	009745969	470234	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	106.060,00	5.303,00		52.306,28	31/12/1999	30/05/2013	Adimplente
2	009578293	470951	MUNICIPIO DE FLORES DO PIAUI - PI	26.754,00	2.676,76		26.754,00	17/12/1999	11/09/2014	Excluído
2	009773916	472358	MUNICIPIO DE MARCOS PARENTE - PI	60.000,00	6.000,00		31.374,00	31/12/1999	11/09/2013	Excluído
2	009811730	472367	MUNICIPIO DE MACAPA - AP	400.000,00	12.902,20		400.000,00	31/12/1999	30/05/2012	Inadimplência Suspensa
2	015100186	474979	MUNICIPIO DE ARAPIRACA - AL	1.900.000,00	1.354.993,44		1.900.000,00	13/12/2002	24/06/2013	Adimplente
2	015065246	478152	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	220.000,00	20.000,00		220.000,00	20/12/2002	25/01/2012	Excluído
2	009883174	480295	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE DE MINAS - MG	76.000,00	4.432,39		76.000,00	30/06/2000	30/04/2012	Adimplente
2	009887868	480302	MUNICIPIO DE CURRAIS - PI	60.000,00	9.942,35		19.314,00	23/05/2000	11/09/2013	Excluído
2	015872693	491633	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	550.000,00	22.000,00		550.000,00	23/12/2003	25/01/2012	Excluído
2	015882710	491832	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	700.000,00	145.440,00		700.000,00	23/12/2003	25/01/2012	Excluído
2	016624874	517049	MUNICIPIO DE ANGELICA - MS	200.000,00	40.463,38		200.000,00	14/12/2004	30/08/2012	Concluído
2	017032265	517074	MUNICIPIO DE MACAPA - AP	780.000,00	674.875,52		780.000,00	15/12/2004	31/10/2013	Adimplente
2	018260971	535864	MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	195.000,00	53.950,81		195.000,00	16/12/2005	30/08/2012	Adimplente
2	017639358	537652	MUNICIPIO DE PIANCO - PB	97.500,00	18.285,00		97.500,00	26/12/2005	31/12/2012	Adimplente

2	018258041	541405	MUNICIPIO DE COLONIA LEOPOLDINA - AL	292.500,00	16.087,50		292.500,00	29/12/2005	05/09/2012	Adimplente
2	018258156	541406	MUNICIPIO DE IBATEGUARA - AL	536.250,00	29.493,75		536.250,00	28/12/2005	02/12/2013	Adimplente
2	018586228	541420	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS - MG	828.750,00	321.100,91		828.750,00	29/12/2005	28/02/2012	Concluido
2	018589953	541437	MUNICIPIO DE CLAUDIA - MT	292.500,00	8.775,00		292.500,00	28/12/2005	31/05/2013	Adimplente
2	018590083	541438	MUNICIPIO DE CLAUDIA - MT	341.250,00	10.237,50		341.250,00	28/12/2005	31/05/2013	Adimplente
2	018720504	541464	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO SUL - RS	39.000,00	7.800,00		39.000,00	29/12/2005	31/05/2013	Adimplente
2	017639025	546174	MUNICIPIO DE PETROLINA DE GOIAS - GO	121.875,00	9.819,24		121.875,00	28/12/2005	30/06/2013	Adimplente
2	018261996	546183	MUNICIPIO DE ARACAGI - PB	97.500,00	7.500,00		97.500,00	29/12/2005	30/12/2012	Adimplente
2	018898019	546357	MUNICIPIO DE CHAPADA DO NORTE - MG	292.500,00	8.775,00		292.500,00	31/12/2005	30/09/2013	Adimplente
2	017638770	548933	MUNICIPIO DE MAMANGUAPE - PB	136.500,00	6.825,00		136.500,00	29/12/2005	31/12/2012	Adimplente
2	018613863	549049	MUNICIPIO DE CALDAS BRANDAO - PB	136.500,00	10.068,00		136.500,00	30/12/2005	30/06/2012	Adimplente
2	018823816	549070	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA DO PALMAR - RS	136.500,00	27.300,00		136.500,00	29/12/2005	30/12/2012	Adimplente
2	018872288	549151	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO - RS	39.000,00	964,25		39.000,00	31/12/2005	30/12/2013	Adimplente
2	018590533	549164	MUNICIPIO DE SERRA BRANCA - PB	195.000,00	29.924,00		195.000,00	29/12/2005	30/12/2012	Adimplente
2	018878761	549187	MUNICIPIO DE CAUCAIA - CE	195.000,00	9.750,00		195.000,00	30/12/2005	30/01/2012	Adimplente
2	018596898	550919	MUNICIPIO DE PILOES - RN	141.375,00	8.625,00		141.375,00	30/12/2005	20/03/2013	Adimplente
2	018845669	550996	MUNICIPIO DE IGACI - AL	195.000,00	305.000,00		195.000,00	30/12/2005	19/10/2013	Adimplente
2	019734384	563825	MUNICIPIO DE CACOAL - RO	68.250,00	7.694,83		68.250,00	30/06/2006	30/10/2012	Adimplente
2	019703336	568476	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	78.000,00	2.340,00		78.000,00	29/06/2006	31/12/2013	Adimplente
2	020130182	570935	MUNICIPIO DE CANANEIA - SP	97.500,00	4.140,00		97.500,00	28/08/2006	23/12/2012	Adimplente
2	019708908	572454	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO CAI - RS	34.125,00	4.406,35		34.125,00	19/10/2006	30/12/2012	Adimplente
2	020166584	575046	MUNICIPIO DE MURICI - AL	682.500,00	79.500,00		682.500,00	30/11/2006	30/08/2013	Adimplente
2	019694761	575770	MUNICIPIO DE ALEGRETE - RS	39.000,00	24.787,02		39.000,00	13/12/2006	28/05/2013	Adimplente
2	020126765	575776	MUNICIPIO DE PORTALEGRE - RN	141.375,00	7.068,75		141.375,00	30/11/2006	19/12/2012	Adimplente
2	020223043	575788	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS - TO	29.250,00	2.197,59		29.250,00	05/12/2006	05/05/2012	Concluido
2	020229744	580929	MUNICIPIO DE BURITAMA - SP	286.455,00	158.254,55		286.455,00	27/12/2006	05/09/2013	Adimplente
2	020337397	580930	MUNICIPIO DE CIPO - BA	1.170.000,00	35.100,00		1.170.000,00	21/12/2006	05/11/2012	Adimplente
2	020127562	581285	MUNICIPIO DE CANTA - RR	945.750,00	29.250,00		945.750,00	28/12/2006	03/12/2013	Adimplente
2	020128704	581293	MUNICIPIO DE UIRAMUTA - RR	487.500,00	14.625,00		487.500,00	28/12/2006	30/05/2013	Adimplente
2	020228615	581317	MUNICIPIO DE LAGOA DO OURO - PE	292.500,00	13.807,08		292.500,00	27/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	021397920	581328	MUNICIPIO DE RIO BRANCO - AC	1.950.000,00	97.500,00		1.950.000,00	21/12/2006	31/07/2012	Adimplente
2	019704685	583095	MUNICIPIO DE FRUTAL - MG	58.500,00	68.292,67		58.500,00	26/12/2006	31/07/2012	Concluido
2	019707766	583098	MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL - RS	58.500,00	24.100,00		58.500,00	29/12/2006	30/12/2012	Concluido
2	019733473	583116	MUNICIPIO DE CAPOEIRAS - PE	292.500,00	8.750,85		292.500,00	29/12/2006	29/12/2013	Inadimplente

2	019734052	583117	MUNICIPIO DE TRIUNFO POTIGUAR - RN	156.000,00	8.450,73		312.000,00	28/12/2006	20/01/2013	Adimplente
2	020167944	583151	MUNICIPIO DE TRINDADE - PE	263.250,00	94.749,86		526.500,00	29/12/2006	31/05/2012	Excluído
2	020212898	583202	MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO - PR	97.500,00	23.907,51		97.500,00	29/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	020213362	583205	MUNICIPIO DE SANTA MARIA D'OESTE - PR	87.750,00	3.274,09		87.750,00	28/12/2006	30/06/2013	Adimplente
2	020213581	583206	MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO - PR	390.000,00	80.145,09		390.000,00	29/12/2006	31/12/2013	Adimplente
2	020215532	583213	MUNICIPIO DE RONCADOR - PR	97.500,00	3.020,00		97.500,00	12/12/2006	30/07/2013	Adimplente
2	020220424	583225	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO NORTE - RS	73.125,00	2.193,75		73.125,00	29/12/2006	30/12/2013	Adimplente
2	020227691	583238	MUNICIPIO DE COLATINA - ES	97.500,00	9.500,00		97.500,00	15/12/2006	01/04/2012	Adimplente
2	021413971	583440	MUNICIPIO DE IPORA - PR	97.500,00	6.317,00		97.500,00	29/12/2006	30/11/2012	Concluído
2	021414008	583441	MUNICIPIO DE ITAMBE - PR	97.500,00	22.366,21		97.500,00	29/12/2006	30/06/2013	Adimplente
2	021546789	583466	MUNICIPIO DE SANTA MARIA D'OESTE - PR	82.875,00	2.486,25		82.875,00	30/12/2006	30/07/2013	Adimplente
2	020220193	587334	MUNICIPIO DE PINHEIRO MACHADO - RS	73.125,00	2.480,00		73.125,00	12/12/2006	25/05/2012	Concluído
2	020332944	587340	MUNICIPIO DE ITABAIANA - SE	1.950.000,00	100.000,00		1.950.000,00	22/12/2006	28/02/2013	Inadimplência Suspensa
2	021225113	587351	MUNICIPIO DE MONTALVANIA - MG	195.000,00	15.600,00		195.000,00	29/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	021242279	587396	MUNICIPIO DE CANDIOTA - RS	585.000,00	19.550,00		585.000,00	29/12/2006	30/12/2012	Concluído
2	021242497	587397	MUNICIPIO DE HULHA NEGRA - RS	585.000,00	30.000,00		585.000,00	29/12/2006	31/12/2013	Adimplente
2	021378030	587423	MUNICIPIO DE TOMAR DO GERU - SE	1.267.500,00	38.025,00		1.267.500,00	29/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	019684088	588798	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM - MA	97.500,00	7.312,50		97.500,00	27/12/2006	29/11/2013	Adimplente
2	020230210	589301	MUNICIPIO DE ABAETETUBA - PA	39.000,00	1.950,00		39.000,00	26/12/2006	30/09/2013	Adimplente
2	020230324	589302	MUNICIPIO DE BAIÃO - PA	29.250,00	1.462,50		29.250,00	28/12/2006	30/04/2012	Adimplente
2	020230438	589303	MUNICIPIO DE BAIÃO - PA	26.325,00	1.316,25		26.325,00	28/12/2006	30/04/2012	Adimplente
2	020231121	589304	MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA - PA	29.250,00	4.750,00		29.250,00	27/12/2006	29/04/2013	Adimplente
2	021242615	589326	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	2.047.500,00	471.927,19		2.047.500,00	21/12/2006	30/04/2013	Adimplente
2	021377233	589333	MUNICIPIO DE ABAETETUBA - PA	146.250,00	26.600,00		146.250,00	28/12/2006	30/09/2013	Adimplente
2	021368244	589630	MUNICIPIO DE PORTEL - PA	48.750,00	2.437,50		48.750,00	27/12/2006	30/09/2013	Adimplente
2	019697956	589833	MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES - RS	214.500,00	26.861,70		214.500,00	28/12/2006	30/09/2013	Adimplente
2	022715453	594907	MUNICIPIO DE CLAUDIA - MT	351.000,00	79.632,87		351.000,00	22/10/2007	31/08/2013	Adimplente
2	022713733	596202	MUNICIPIO DE APIACAS - MT	292.500,00	9.046,39		292.500,00	13/11/2007	30/08/2013	Adimplente
2	022710883	597395	MUNICIPIO DE ERVALIA - MG	682.500,00	285.182,33		682.500,00	26/11/2007	28/02/2012	Concluído
2	022696655	597964	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	195.000,00	119.608,38		195.000,00	03/12/2007	28/02/2013	Adimplente
2	023414463	600416	MUNICIPIO DE JUINA - MT	195.000,00	15.000,00		195.000,00	13/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023158656	602347	MUNICIPIO DE SALVADOR - BA	390.000,00	64.525,86		390.000,00	17/12/2007	30/01/2014	Adimplente
2	022717507	604488	MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA - PR	97.500,00	16.576,98		97.500,00	28/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023172191	604501	MUNICIPIO DE CORAUBAS - RN	126.750,00	6.337,50		126.750,00	31/12/2007	20/09/2012	Adimplente
2	023965458	604524	MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL - PR	243.750,00	7.679,09		243.750,00	28/12/2007	12/06/2013	Adimplente
2	024231272	604541	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO TRIUNFO - PR	282.750,00	8.967,11		282.750,00	31/12/2007	27/06/2012	Adimplente

2	024304667	604544	MUNICIPIO DE JANDAIA DO SUL - PR	585.000,00	41.070,99		585.000,00	28/12/2007	30/04/2012	Concluído
2	022716145	606071	MUNICIPIO DE MARCACAO - PB	146.250,00	4.387,50		146.250,00	13/12/2007	13/12/2012	Adimplente
2	022718072	606075	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	73.125,00	38.874,13		73.125,00	31/12/2007	31/07/2013	Adimplente
2	022718303	606077	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUAU - PR	73.125,00	5.850,00		73.125,00	31/12/2007	28/04/2012	Excluído
2	022836639	606095	MUNICIPIO DE SAPIRANGA - RS	97.500,00	19.500,00		97.500,00	31/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	023168888	606135	MUNICIPIO DE MOITA BONITA - SE	541.125,00	27.056,25		541.125,00	28/12/2007	30/05/2013	Adimplente
2	023172204	606148	MUNICIPIO DE JANDUIS - RN	156.000,00	4.680,00		156.000,00	31/12/2007	20/08/2013	Adimplente
2	023172318	606149	MUNICIPIO DE SERRINHA DOS PINTOS - RN	156.000,00	5.000,00		156.000,00	31/12/2007	20/07/2013	Adimplente
2	023173001	606152	MUNICIPIO DE ERVAL GRANDE - RS	146.250,00	19.915,40		146.250,00	28/12/2007	30/06/2012	Concluído
2	023434713	606191	MUNICIPIO DE JANGADA - MT	48.750,00	34.367,41		48.750,00	21/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	023809895	606203	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO IVAI - PR	395.850,00	13.032,11		395.850,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023810038	606204	MUNICIPIO DE ROSARIO DO IVAI - PR	415.350,00	13.687,27		415.350,00	31/12/2007	28/02/2012	Concluído
2	023944170	606220	MUNICIPIO DE PARANAGUA - PR	195.000,00	30.117,32		195.000,00	31/12/2007	31/01/2012	Concluído
2	023948380	606253	MUNICIPIO DE ARACRUZ - ES	168.535,71	54.464,29		168.535,71	31/12/2007	01/08/2012	Concluído
2	023960888	606283	MUNICIPIO DE NOVA GUARITA - MT	195.000,00	5.850,00		195.000,00	20/12/2007	31/10/2012	Adimplente
2	023961352	606284	MUNICIPIO DE ALTAMIRA - PA	97.500,00	-		97.500,00	31/12/2007	28/09/2012	Adimplente
2	023963624	606291	MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE - PI	68.250,00	2.110,82		68.250,00	31/12/2007	11/09/2013	Adimplente
2	023969542	606327	MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE - PR	78.000,00	6.713,07		78.000,00	31/12/2007	31/08/2013	Adimplente
2	023976592	606343	MUNICIPIO DE PALMEIRA DAS MISSOES - RS	43.875,00	8.624,89		43.875,00	31/12/2007	31/08/2012	Adimplente
2	023979223	606351	MUNICIPIO DE JOINVILLE - SC	292.500,00	60.000,00		292.500,00	28/12/2007	24/03/2013	Adimplente
2	023982177	606375	MUNICIPIO DE CAPELA - SE	780.000,00	263.288,07		780.000,00	28/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023983088	606382	MUNICIPIO DE IBIUNA - SP	195.000,00	36.183,34		195.000,00	21/12/2007	30/04/2012	Concluído
2	024020868	606428	MUNICIPIO DE CORGUINHO - MS	195.000,00	5.850,00		195.000,00	31/12/2007	29/06/2013	Adimplente
2	024021445	606431	MUNICIPIO DE UMBUA - SE	146.250,00	4.387,50		146.250,00	31/12/2007	31/03/2013	Adimplente
2	024229458	606469	MUNICIPIO DE JANUARIA - MG	78.000,00	5.247,39		78.000,00	28/12/2007	30/01/2012	Excluído
2	024422992	606529	MUNICIPIO DE ALVORADA DO SUL - PR	292.500,00	18.997,04		292.500,00	28/12/2007	31/01/2012	Concluído
2	024423029	606530	MUNICIPIO DE JAGUAPITA - PR	292.500,00	9.656,26		292.500,00	31/12/2007	30/04/2012	Concluído
2	024440200	606563	MUNICIPIO DE CORGUINHO - MS	164.677,50	8.445,00		164.677,50	31/12/2007	29/06/2013	Adimplente
2	024445321	606587	MUNICIPIO DE NAVIRAI - MS	390.000,00	129.183,17		390.000,00	31/12/2007	31/01/2013	Adimplente
2	024489568	606615	MUNICIPIO DE BICAS - MG	29.250,00	1.210,00		29.250,00	31/12/2007	31/10/2012	Adimplente
2	024492742	606631	MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL - TO	741.000,00	37.351,75		741.000,00	31/12/2007	30/05/2013	Adimplente
2	024570157	606646	MUNICIPIO DE GUAPIRAMA - PR	97.500,00	2.775,00		97.500,00	28/12/2007	31/03/2012	Concluído
2	024571286	606656	MUNICIPIO DE UMBUA - SE	146.250,00	35.911,41		146.250,00	31/12/2007	31/03/2013	Adimplente
2	024571840	606660	MUNICIPIO DE CARACOL - MS	243.750,00	7.312,50		243.750,00	31/12/2007	30/01/2012	Concluído
2	024664366	606666	MUNICIPIO DE PEDRO GOMES - MS	487.500,00	14.625,00		487.500,00	31/12/2007	30/01/2012	Concluído
2	024664470	606667	MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO - MS	146.250,00	5.710,20		146.250,00	31/12/2007	31/01/2012	Concluído
2	024664585	606668	MUNICIPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS	1.365.000,00	40.950,00		1.365.000,00	31/12/2007	31/07/2012	Adimplente

2	024665843	606673	MUNICIPIO DE PRESIDENTE ALVES - SP	2.583.750,00	77.512,50		2.583.750,00	31/12/2007	20/11/2012	Adimplente
2	024666640	606675	MUNICIPIO DE TENENTE PORTELA - RS	48.750,00	1.750,00		48.750,00	31/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	024675189	606716	MUNICIPIO DE PADRE BERNARDO - GO	195.000,00	15.450,00		195.000,00	31/12/2007	31/03/2012	Concluido
2	024687132	606762	MUNICIPIO DE NOVA CANAA PAULISTA - SP	146.250,00	4.529,00		146.250,00	31/12/2007	20/06/2012	Concluido
2	024687915	606768	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	195.000,00	9.750,00		195.000,00	31/12/2007	30/09/2013	Adimplente
2	024741306	606784	MUNICIPIO DE JURANDA - PR	97.500,00	4.875,00		97.500,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	024741525	606786	MUNICIPIO DE TUNEIRAS DO OESTE - PR	97.500,00	30.659,94		97.500,00	30/12/2007	30/10/2012	Concluido
2	023963288	609012	MUNICIPIO DE PARNAIBA - PI	975.000,00	225.000,00		975.000,00	31/12/2007	30/08/2013	Adimplente
2	023967720	609014	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR	390.000,00	83.732,93		390.000,00	31/12/2007	31/07/2012	Concluido
2	023970236	609015	MUNICIPIO DE MESQUITA - RJ	146.250,00	29.250,20		146.250,00	26/12/2007	15/02/2013	Adimplente
2	024022024	609018	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR	146.250,00	41.608,78		146.250,00	31/12/2007	31/07/2012	Concluido
2	024400829	609022	SECRETARIA DE ESTADO AGRICULTURA ABASTECIMENTO IRRIGACAO -SE	682.500,00	68.250,00		682.500,00	31/12/2007	26/02/2013	Adimplente
2	022676740	611539	MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	438.750,00	43.875,00		438.750,00	27/12/2007	18/06/2013	Adimplente
2	022679705	611541	MUNICIPIO DE PARAIBANO - MA	146.250,00	12.796,38		146.250,00	31/12/2007	31/05/2013	Adimplente
2	022679819	611542	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA - MA	146.250,00	16.087,50		146.250,00	28/12/2007	30/05/2014	Adimplente
2	022708403	611552	MUNICIPIO DE PONTA GROSSA - PR	97.500,00	30.710,70		97.500,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	022715234	611565	MUNICIPIO DE JACIARA - MT	195.000,00	9.750,00		195.000,00	31/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	022715568	611566	MUNICIPIO DE POXOREO - MT	292.500,00	8.775,00		292.500,00	27/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	023160365	611579	MUNICIPIO DE AVENILOPOLIS - GO	195.000,00	13.881,56		195.000,00	31/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	023170379	611604	MUNICIPIO DE CUIABA - MT	487.500,00	24.375,00		487.500,00	31/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	023176079	611617	MUNICIPIO DE PALMARES DO SUL - RS	48.750,00	2.565,70		48.750,00	28/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	023412087	611627	MUNICIPIO DE BLUMENAU - SC	438.750,00	119.000,00		438.750,00	20/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	023413229	611629	MUNICIPIO DE TAO - SC	126.750,00	124.550,00		126.750,00	28/12/2007	31/01/2012	Concluido
2	023414244	611633	MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA - MA	731.250,00	51.187,50		731.250,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023434827	611636	MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE - MT	48.750,00	1.462,50		48.750,00	31/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	023953492	611666	MUNICIPIO DE COLINAS - MA	341.250,00	17.062,50		341.250,00	31/12/2007	30/11/2012	Adimplente
2	023955443	611677	MUNICIPIO DE LEANDRO FERREIRA - MG	121.875,00	4.914,03		121.875,00	31/12/2007	29/04/2012	Adimplente
2	023959642	611689	MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT	146.250,00	190.427,74		146.250,00	31/12/2007	30/01/2014	Adimplente
2	023960118	611694	MUNICIPIO DE CAMPOS JULIO - MT	146.250,00	15.770,03		146.250,00	31/12/2007	30/06/2012	Concluido
2	023961466	611701	MUNICIPIO DE CONCORDIA DO PARA - PA	243.750,00	12.500,00		243.750,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	023968964	611709	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR	29.250,00	1.460,00		29.250,00	31/12/2007	28/02/2012	Concluido
2	023969989	611711	MUNICIPIO DE ITAPERUNA - RJ	243.750,00	48.750,00		243.750,00	28/12/2007	28/11/2012	Adimplente
2	023970018	611712	MUNICIPIO DE ITAPERUNA - RJ	390.000,00	78.000,00		390.000,00	28/12/2007	28/06/2013	Adimplente
2	023971920	611722	MUNICIPIO DE CACOAL - RO	97.500,00	5.848,94		97.500,00	27/12/2007	30/04/2013	Adimplente

2	023975577	611734	MUNICIPIO DE JARI - RS	58.500,00	17.108,56		58.500,00	20/12/2007	27/12/2012	Adimplente
2	024022794	611757	MUNICIPIO DE ITAARA - RS	43.875,00	1.316,25		43.875,00	31/12/2007	28/08/2012	Concluido
2	024023486	611762	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	14.625,00	13.375,00		14.625,00	31/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	024227969	611771	MUNICIPIO DE CACERES - MT	487.500,00	24.400,00		487.500,00	31/12/2007	31/08/2012	Adimplente
2	024228097	611772	MUNICIPIO DE POXOREO - MT	146.250,00	4.387,50		146.250,00	28/12/2007	30/04/2012	Adimplente
2	024228100	611773	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ - PE	143.325,00	4.240,74		143.325,00	31/12/2007	30/06/2012	Adimplente
2	024394102	611827	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO - PE	292.500,00	43.876,58		292.500,00	31/12/2007	31/12/2012	Inadimplente
2	024397848	611846	MUNICIPIO DE NOBRES - MT	135.525,00	31.890,00		135.525,00	31/12/2007	30/04/2012	Concluido
2	024398531	611853	MUNICIPIO DE PEDRA PRETA - MT	135.525,00	4.475,00		135.525,00	31/12/2007	30/03/2013	Adimplente
2	024399889	611864	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - MT	135.525,00	5.215,00		135.525,00	31/12/2007	31/07/2012	Adimplente
2	024400483	611870	MUNICIPIO DE SINOP - MT	134.550,00	28.163,72		134.550,00	31/12/2007	30/12/2013	Adimplente
2	024422888	611873	MUNICIPIO DE DOM INOCENCIO - PI	263.250,00	7.897,50		263.250,00	31/12/2007	11/09/2014	Adimplente
2	024439398	611874	MUNICIPIO DE CORURIBE - AL	1.950.000,00	386.435,54		1.950.000,00	31/12/2007	23/02/2013	Adimplente
2	024439620	611876	MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA - MA	487.500,00	34.125,00		487.500,00	31/12/2007	31/05/2013	Adimplente
2	024447039	611898	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE - AL	536.250,00	26.812,50		536.250,00	28/12/2007	05/01/2014	Adimplente
2	024488105	611904	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO - MA	266.175,00	7.985,25		266.175,00	31/12/2007	28/06/2012	Concluido
2	024493216	611919	MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA	291.037,50	14.551,87		291.037,50	31/12/2007	29/11/2013	Adimplente
2	024663892	611931	MUNICIPIO DE LARANJAL DO JARI - AP	494.325,00	158.915,01		494.325,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	024664702	611932	MUNICIPIO DE CANA BRAVA DO NORTE - MT	19.500,00	585,00		19.500,00	31/12/2007	31/07/2012	Concluido
2	024664920	611934	MUNICIPIO DE NOVO SAO JOAQUIM - MT	19.500,00	1.306,50		19.500,00	31/12/2007	31/05/2013	Adimplente
2	024668795	611947	MUNICIPIO DE CANGUARETAMA - RN	97.500,00	5.500,00		97.500,00	31/12/2007	20/12/2013	Adimplente
2	024675639	611972	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	243.750,00	167.880,19		243.750,00	31/12/2007	31/07/2013	Adimplente
2	024685643	611988	MUNICIPIO DE LAGOA NOVA - RN	292.500,00	20.586,79		292.500,00	31/12/2007	20/02/2013	Adimplente
2	024685758	611989	MUNICIPIO DE MOSSORO - RN	292.500,00	45.500,00		292.500,00	31/12/2007	20/11/2012	Adimplente
2	024740496	612007	MUNICIPIO DE CALCOENE - AP	195.000,00	5.850,00		195.000,00	31/12/2007	30/04/2013	Adimplente
2	024740614	612009	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP	195.000,00	9.750,00		195.000,00	31/12/2007	31/10/2013	Adimplente
2	024740832	612011	MUNICIPIO DE SERRA DO NAVIO - AP	195.000,00	159.877,74		195.000,00	31/12/2007	31/03/2013	Adimplente
2	023947701	615359	ESTADO DA BAHIA	195.000,00	79.716,00		195.000,00	31/12/2007	31/05/2012	Concluido
2	023961571	615366	ESTADO DO PARA	146.250,00	15.000,00		146.250,00	31/12/2007	30/09/2012	Adimplente
2	023961685	615367	ESTADO DO PARA	97.500,00	10.000,00		97.500,00	28/12/2007	30/09/2013	Adimplente
2	023961799	615368	ESTADO DO PARA	565.500,00	56.550,00		565.500,00	28/12/2007	30/09/2012	Adimplente
2	024290325	615374	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA	7.800.000,00	780.000,00		7.800.000,00	31/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	024290439	615375	ESTADO DO PARA	4.875.000,00	500.000,00		4.875.000,00	31/12/2007	30/09/2013	Adimplente
2	024439284	615385	ESTADO DO PARA	1.462.500,00	150.000,00		1.462.500,00	31/12/2007	30/09/2012	Adimplente

2	024488219	615386	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA	3.900.000,00	390.000,00		3.900.000,00	31/12/2007	31/07/2013	Adimplente
2	024488323	615387	ESTADO DO PARA	2.925.000,00	642.771,52		2.925.000,00	28/12/2007	30/09/2013	Adimplente
2	024569358	615388	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DE MATO GROSSO	780.000,00	80.000,00		780.000,00	31/12/2007	31/12/2013	Adimplente
2	024758140	615391	ESTADO DO PARA	1.072.500,00	109.500,00		1.072.500,00	31/12/2007	30/09/2012	Adimplente
2	023165936	619616	MUNICIPIO DE CAMPANHA - MG	68.250,00	11.150,00		68.250,00	31/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	023414809	619623	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	175.500,00	35.100,00		175.500,00	31/12/2007	31/05/2013	Adimplente
2	023953942	619629	MUNICIPIO DE CAMPANHA - MG	97.500,00	22.336,80		97.500,00	31/12/2007	30/06/2012	Concluido
2	024440083	619644	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	438.750,00	77.656,26		438.750,00	31/12/2007	31/05/2013	Adimplente
2	023410483	620354	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO SAPUCAI - MG	877.500,00	70.200,00		877.500,00	31/12/2007	30/07/2014	Adimplente
2	024039421	620363	MUNICIPIO DE TAO - SC	136.500,00	8.170,00		136.500,00	28/12/2007	31/01/2012	Concluido
2	024442792	620366	MUNICIPIO DE INDAIAL - SC	167.700,00	34.734,00		167.700,00	28/12/2007	31/08/2012	Concluido
2	024491509	620535	ESTADO DE RONDONIA	682.500,00	145.062,99		682.500,00	31/12/2007	30/04/2012	Concluido
2	022679588	621189	MUNICIPIO DE ITAPURANGA - GO	97.500,00	5.116,80		97.500,00	31/12/2007	30/12/2013	Adimplente
2	023952259	621215	MUNICIPIO DE PETROLINA DE GOIAS - GO	97.500,00	3.016,00		97.500,00	28/12/2007	30/06/2013	Adimplente
2	024229563	621244	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	5.752.500,00	548.945,44		5.752.500,00	28/12/2007	31/12/2013	Adimplente
2	024394549	621247	MUNICIPIO DE CANTA - RR	780.000,00	24.123,71		780.000,00	28/12/2007	03/12/2013	Adimplente
2	024394872	621250	MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR	399.750,00	13.000,00		399.750,00	28/12/2007	31/07/2013	Adimplente
2	024395243	621254	MUNICIPIO DE UIRAMUTA - RR	351.000,00	10.530,00		351.000,00	28/12/2007	30/05/2013	Adimplente
2	024442022	621260	MUNICIPIO DE CANTA - RR	262.275,00	7.869,00		262.275,00	31/12/2007	03/12/2013	Adimplente
2	024447362	621265	MUNICIPIO DE ITAPURANGA - GO	487.500,00	125.851,00		487.500,00	31/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	024676540	621267	MUNICIPIO DE VERTENTES - PE	390.000,00	11.700,00		390.000,00	31/12/2007	30/11/2012	Adimplente
2	022720231	621419	ESTADO DO PARA	975.000,00	135.000,00		975.000,00	31/12/2007	30/09/2012	Adimplente
2	026134782	627106	MUNICIPIO DE TOBIAS BARRETO - SE	390.000,00	49.620,72		390.000,00	20/06/2008	30/03/2013	Adimplente
2	026097466	627108	MUNICIPIO DE JANAUBA - MG	136.500,00	7.090,11		136.500,00	23/06/2008	31/01/2013	Concluido
2	026103398	627119	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	146.250,00	23.496,00		146.250,00	20/06/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026096336	628262	MUNICIPIO DE IBIAI - MG	195.000,00	7.100,00		195.000,00	01/07/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026166329	628765	MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO	1.365.000,00	72.742,23		1.365.000,00	03/07/2008	03/07/2012	Adimplente
2	026210581	629108	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	585.000,00	150.000,00		585.000,00	04/07/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026162119	631805	MUNICIPIO DE ELDORADO - SP	136.500,00	4.222,00		136.500,00	17/06/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026110451	631806	MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT	292.500,00	27.725,97		292.500,00	26/06/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026104208	632648	MUNICIPIO DE SERRO - MG	97.500,00	3.037,11		97.500,00	25/06/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026131830	634592	MUNICIPIO DE VITORINO - PR	146.250,00	95.500,00		146.250,00	24/10/2008	24/05/2012	Concluido
2	026136065	634614	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	97.500,00	19.500,00		97.500,00	24/10/2008	30/12/2012	Concluido
2	026098931	634617	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS -	97.500,00	164.830,54		97.500,00	20/10/2008	31/07/2013	Adimplente

			MG							
2	026133548	634776	MUNICIPIO DE CAMAQUA - RS	97.500,00	24.003,95		97.500,00	31/10/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026125922	634780	MUNICIPIO DE NOVA CANTU - PR	97.500,00	9.030,00		97.500,00	30/10/2008	30/01/2013	Concluído
2	026148236	634788	MUNICIPIO DE TUPANDI - RS	97.500,00	2.809,64		97.500,00	30/10/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026148122	634789	MUNICIPIO DE TUPANDI - RS	195.000,00	5.918,76		195.000,00	30/10/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026638908	635149	MUNICIPIO DE GLAUCILANDIA - MG	195.000,00	6.149,00		195.000,00	03/11/2008	30/09/2012	Adimplente
2	026640054	635151	MUNICIPIO DE GUARANTA DO NORTE - MT	146.250,00	7.697,36		146.250,00	28/10/2008	31/08/2013	Adimplente
2	026640168	635152	MUNICIPIO DE GUIRATINGA - MT	146.250,00	35.642,73		146.250,00	04/11/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026640272	635153	MUNICIPIO DE JUINA - MT	195.000,00	9.365,02		195.000,00	30/10/2008	31/01/2013	Adimplente
2	026136733	635323	MUNICIPIO DE CARAA - RS	243.750,00	7.561,13		243.750,00	12/11/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026138660	635520	MUNICIPIO DE ESPUMOSO - RS	97.500,00	64.500,00		97.500,00	04/11/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026093706	635527	MUNICIPIO DE CARLOS CHAGAS - MG	195.000,00	62.192,10		195.000,00	12/11/2008	30/07/2013	Adimplente
2	026134896	635683	MUNICIPIO DE TOMAR DO GERU - SE	146.250,00	7.312,50		146.250,00	24/11/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026074253	635931	MUNICIPIO DE CAPIXABA - AC	243.750,00	7.540,00		243.750,00	19/11/2008	31/07/2012	Excluído
2	026074367	635932	MUNICIPIO DE CAPIXABA - AC	195.000,00	9.300,00		195.000,00	19/11/2008	31/07/2012	Excluído
2	026074471	635933	MUNICIPIO DE CAPIXABA - AC	146.250,00	4.524,00		146.250,00	19/11/2008	31/07/2012	Excluído
2	026173367	635956	MUNICIPIO DE SAO NICOLAU - RS	97.500,00	2.983,22		97.500,00	26/11/2008	30/12/2012	Concluído
2	026098609	636007	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	87.750,00	20.620,00		87.750,00	24/11/2008	31/05/2013	Adimplente
2	026147439	636017	MUNICIPIO DE TAPES - RS	780.000,00	70.154,66		780.000,00	26/11/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026615580	636027	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	117.000,00	36.079,00		117.000,00	24/11/2008	31/05/2013	Adimplente
2	026639473	636034	MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT	146.250,00	91.744,83		146.250,00	24/11/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026074703	636354	ESTADO DO ACRE	1.004.250,00	111.583,00		1.004.250,00	14/11/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026077229	636356	ESTADO DO AMAZONAS	585.000,00	66.712,00		585.000,00	12/11/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026174500	636360	ESTADO DO AMAZONAS	292.500,00	49.378,00		292.500,00	12/11/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026642107	636392	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	146.250,00	3.936,00		146.250,00	28/11/2008	29/02/2012	Concluído
2	026170967	636513	MUNICIPIO DE ARARUNA - PB	390.000,00	12.061,86		390.000,00	18/11/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026649592	636515	MUNICIPIO DE CANARANA - MT	195.000,00	6.030,92		195.000,00	18/11/2008	31/03/2013	Adimplente
2	026103066	636553	ESTADO DO ACRE	633.750,00	70.417,00		633.750,00	01/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026639819	636571	MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT	243.750,00	19.018,00		243.750,00	24/11/2008	31/08/2013	Adimplente
2	026211055	636655	COMPANHIA DESENVOLVIMENTO E ACO REGIONAL	633.750,00	91.610,00		633.750,00	28/11/2008	02/02/2012	Concluído
2	026090073	636950	MUNICIPIO DE SAO BENTO - MA	438.750,00	13.569,58		438.750,00	10/12/2008	29/11/2013	Adimplente
2	026113298	637362	MUNICIPIO DE MARCACAO - PB	97.500,00	5.500,00		97.500,00	08/12/2008	08/12/2012	Adimplente
2	026116265	637580	MUNICIPIO DE GEMINIANO - PI	292.500,00	9.050,00		292.500,00	12/12/2008	30/08/2012	Adimplente
2	026115021	637585	MUNICIPIO DE TABIRA - PE	243.750,00	11.526,37		243.750,00	16/12/2008	16/12/2013	Adimplente
2	026171212	637592	MUNICIPIO DE RIO TINTO - PB	390.000,00	12.061,86		390.000,00	16/12/2008	16/12/2012	Adimplente
2	026121826	640643	MUNICIPIO DE GOIO-ERE - PR	126.750,00	9.876,99		126.750,00	31/12/2008	30/11/2012	Concluído
2	026109548	640651	MUNICIPIO DE UBERLANDIA - MG	195.000,00	48.998,72		195.000,00	31/12/2008	30/07/2012	Concluído

2	026167678	640669	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO TOCANTINS - TO	146.250,00	4.604,79		146.250,00	29/12/2008	29/07/2012	Concluido
2	026171108	640685	MUNICIPIO DE CAMPO DE SANTANA - PB (EX-TACIMA)	292.500,00	10.243,00		292.500,00	30/12/2008	30/09/2012	Adimplente
2	026170520	640686	MUNICIPIO DE PAULA CANDIDO - MG	97.500,00	33.608,62		97.500,00	19/12/2008	30/08/2012	Concluido
2	026210695	640694	MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA - PR	97.500,00	9.377,50		97.500,00	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026652996	640710	MUNICIPIO DE ESPIGAO DO OESTE - RO	107.250,00	5.362,50		107.250,00	22/12/2008	30/04/2012	Concluido
2	027691252	640737	MUNICIPIO DE TEIXEIRAS - MG	1.455.000,00	150.448,35		1.455.000,00	30/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	027856596	640745	MUNICIPIO DE VENTANIA - PR	146.250,00	14.625,00		146.250,00	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	027948545	640757	MUNICIPIO DE SARANDI - PR	536.250,00	59.590,00		536.250,00	31/12/2008	30/10/2012	Concluido
2	028023537	640769	MUNICIPIO DE FENIX - PR	97.500,00	3.015,46		97.500,00	31/12/2008	30/11/2013	Adimplente
2	028117311	640787	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - PR	97.500,00	6.800,00		97.500,00	31/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	028117977	640794	MUNICIPIO DE FORMOSO - MG	175.500,00	5.201,21		175.500,00	31/12/2008	30/03/2013	Adimplente
2	028122537	640798	MUNICIPIO DE KALORE - PR	312.000,00	9.649,48		312.000,00	31/12/2008	30/01/2013	Concluido
2	028115049	640810	MUNICIPIO DE JANIOPOLIS - PR	97.500,00	2.962,77		97.500,00	31/12/2008	30/08/2012	Concluido
2	026131380	640826	MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA - PR	195.000,00	31.439,14		195.000,00	30/12/2008	30/10/2012	Concluido
2	026115687	640827	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DO PIAUI - PI	243.750,00	7.800,00		243.750,00	31/12/2008	30/08/2015	Adimplente
2	026120801	640831	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	243.750,00	143.815,82		243.750,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026162557	640834	MUNICIPIO DE GUAPIARA - SP	243.750,00	63.110,59		243.750,00	31/12/2008	27/02/2013	Adimplente
2	026122623	640837	MUNICIPIO DE IMBITUVA - PR	97.500,00	24.375,00		97.500,00	31/12/2008	30/08/2013	Adimplente
2	026112837	640840	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	195.000,00	21.667,00		195.000,00	30/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026114095	640841	MUNICIPIO DE ARCOVERDE - PE	487.500,00	143.595,78		487.500,00	31/12/2008	12/10/2013	Adimplente
2	026129129	640849	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	107.250,00	90.223,78		107.250,00	26/12/2008	23/10/2012	Concluido
2	026120246	640854	MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA - PR	146.250,00	4.769,20		146.250,00	31/12/2008	30/08/2012	Adimplente
2	026159590	640855	MUNICIPIO DE TRES BARRAS - SC	97.500,00	47.919,94		97.500,00	26/12/2008	31/12/2013	Adimplente
2	026083689	640875	MUNICIPIO DE MUQUI - ES	341.250,00	16.192,62		341.250,00	02/12/2008	30/03/2012	Concluido
2	026134909	640879	MUNICIPIO DE UBAUBA - SE	243.750,00	68.284,08		243.750,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026097029	640884	MUNICIPIO DE ITACAMBIRA - MG	146.250,00	4.523,20		146.250,00	31/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026105787	640891	MUNICIPIO DE SANTA MARIA MADALENA - RJ	292.500,00	9.050,00		292.500,00	30/12/2008	14/12/2013	Adimplente
2	026173586	640899	MUNICIPIO DE INDAIAL - SC	117.000,00	16.880,32		117.000,00	31/12/2008	30/04/2012	Concluido
2	026440229	640903	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC	341.250,00	76.652,34		341.250,00	24/12/2008	29/02/2012	Concluido
2	026617183	640922	MUNICIPIO DE SAO MANOEL DO PARANA - PR	97.500,00	17.040,00		97.500,00	31/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	026639923	640927	MUNICIPIO DE FELIZ NATAL - MT	146.250,00	33.693,49		146.250,00	09/12/2008	31/07/2013	Adimplente
2	026702741	640934	MUNICIPIO DE FLORESTAL - MG	97.500,00	3.016,00		97.500,00	24/12/2008	20/09/2012	Concluido

2	027692509	640956	MUNICIPIO DE ITAPIPOCA - CE	388.000,00	20.421,10		388.000,00	31/12/2008	30/07/2012	Adimplente
2	027691147	640960	MUNICIPIO DE JEQUERI - MG	1.455.000,00	45.000,00		1.455.000,00	30/12/2008	29/06/2012	Adimplente
2	027852503	640968	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	1.901.250,00	598.750,00		1.901.250,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	027852949	640969	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	97.500,00	4.410,00		97.500,00	31/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	027851256	640976	MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI - PR	97.500,00	2.802,00		97.500,00	31/12/2008	30/11/2012	Concluido
2	027856044	640984	MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUACU - PR	97.500,00	8.986,20		97.500,00	31/12/2008	20/05/2012	Concluido
2	027949456	641000	MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI - PR	97.000,00	2.736,00		97.000,00	31/12/2008	30/11/2012	Concluido
2	028012494	641027	MUNICIPIO DE QUEDAS DO IGUACU - PR	97.500,00	2.802,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2008	31/12/2012	Concluido
2	028014098	641050	MUNICIPIO DE ALTO SANTO - CE	487.500,00	15.077,32		487.500,00	31/12/2008	30/10/2013	Adimplente
2	028020249	641056	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	97.500,00	4.800,00		97.500,00	29/12/2008	30/09/2012	Adimplente
2	028020687	641058	MUNICIPIO DE URUANA - GO	97.500,00	3.015,47		97.500,00	31/12/2008	31/07/2012	Adimplente
2	028023087	641063	MUNICIPIO DE COLORADO - PR	146.250,00	6.730,00		146.250,00	31/12/2008	30/09/2012	Concluido
2	028018530	641080	MUNICIPIO DE URUBICI - SC	136.500,00	5.072,50		136.500,00	31/12/2008	09/03/2013	Adimplente
2	028125272	641092	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR	97.500,00	3.015,46		97.500,00	31/12/2008	30/11/2012	Adimplente
2	028118660	641106	MUNICIPIO DE GRAO MOGOL - MG	390.000,00	145.000,00		390.000,00	31/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	028120379	641107	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	146.250,00	5.000,00		146.250,00	31/12/2008	30/10/2012	Concluido
2	028121844	641112	MUNICIPIO DE FRANCISCO ALVES - PR	146.250,00	17.773,97		146.250,00	31/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	028260550	641144	MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR	243.750,00	9.750,00		243.750,00	31/12/2008	31/05/2012	Concluido
2	028261689	641147	MUNICIPIO DE JOAQUIM TAVORA - PR	477.750,00	13.986,45		477.750,00	31/12/2008	31/12/2013	Adimplente
2	028306760	641148	MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - PR	487.500,00	139.750,80		487.500,00	31/12/2008	30/11/2013	Adimplente
2	026781582	641151	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	97.500,00	5.100,00		97.500,00	31/12/2008	30/09/2012	Adimplente
2	026171430	644713	MUNICIPIO DE BOM JESUS - PI	292.500,00	10.800,00		292.500,00	22/12/2008	11/09/2013	Adimplente
2	026112273	645459	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	292.500,00	32.500,00		292.500,00	30/12/2008	30/11/2012	Adimplente
2	026112491	645462	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	292.500,00	32.500,00		292.500,00	30/12/2008	05/04/2012	Adimplente
2	026112505	645463	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	877.500,00	97.500,00		877.500,00	30/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026141959	645467	MUNICIPIO DE NOVO MACHADO - RS	97.500,00	3.990,00		97.500,00	30/12/2008	30/07/2013	Adimplente
2	026112619	645469	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	1.462.500,00	162.500,00		1.462.500,00	30/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026112723	645470	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	146.250,00	16.250,00		146.250,00	30/12/2008	05/04/2012	Adimplente
2	026079041	645475	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026473873	645476	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	87.300,00	21.825,00		87.300,00	26/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	028015794	645479	ESTADO DO PARA	19.500.000,00	2.200.000,00		19.500.000,00	30/12/2008	30/10/2013	Adimplente

2	026120351	645788	MUNICIPIO DE COLOMBO- PR	243.750,00	56.250,00		243.750,00	31/12/2008	30/03/2013	Adimplente
2	026116715	645790	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUI - PI	243.750,00	10.594,88		243.750,00	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026111362	645793	MUNICIPIO DE TAPURAH - MT	132.600,00	28.411,86		132.600,00	23/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026108187	645795	MUNICIPIO DE CORUMBIARA - RO	97.500,00	3.033,28		97.500,00	30/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	026142974	645811	MUNICIPIO DE POUSO NOVO - RS	97.500,00	118.557,71		97.500,00	30/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026167896	645816	MUNICIPIO DE UNISTALDA - RS	97.500,00	91.049,15		97.500,00	09/12/2008	31/03/2012	Concluido
2	026137080	645818	MUNICIPIO DE CORONEL BARROS - RS	97.500,00	3.015,46		97.500,00	09/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026089724	645820	MUNICIPIO DE PACO DO LUMIAR - MA	146.250,00	7.697,37			17/09/2009	29/11/2013	Adimplente
2	026106929	645826	MUNICIPIO DE FERNANDO PEDROZA - RN	243.750,00	12.187,50		243.750,00	29/12/2008	20/06/2012	Excluido
2	026081648	645837	MUNICIPIO DE GUACUI - ES	351.000,00	13.600,00		351.000,00	31/12/2008	01/11/2013	Adimplente
2	026076974	645839	MUNICIPIO DE TAQUARANA - AL	585.000,00	300.436,47		585.000,00	30/12/2008	02/01/2014	Adimplente
2	026076756	645840	MUNICIPIO DE PAO DE ACUCAR - AL	585.000,00	29.250,00		585.000,00	29/12/2008	16/08/2012	Excluido
2	026075062	645841	MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO - AC	146.250,00	4.524,00		146.250,00	31/12/2008	30/07/2012	Concluido
2	026145168	645849	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	97.500,00	5.189,59		97.500,00	16/12/2008	03/05/2013	Adimplente
2	026649373	645868	MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE - MT	136.500,00	13.500,00		136.500,00	31/12/2008	30/03/2013	Adimplente
2	026638895	645882	MUNICIPIO DE PORTELANDIA - GO	117.000,00	3.620,00			13/01/2009	31/03/2012	Excluido
2	026617529	645883	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	97.500,00	19.500,00		97.500,00	30/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	026639588	645884	MUNICIPIO DE CARLINDA - MT	146.250,00	37.069,30		146.250,00	23/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	027689105	645895	MUNICIPIO DE TAQUARANA - AL	194.000,00	29.583,98		194.000,00	31/12/2008	22/08/2012	Adimplente
2	027690892	645899	MUNICIPIO DE PARAIBANO - MA	242.500,00	110.459,31		242.500,00	31/12/2008	31/01/2013	Adimplente
2	027690905	645900	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA - MA	242.500,00	97.239,06		242.500,00	31/12/2008	30/05/2014	Adimplente
2	027694099	645904	MUNICIPIO DE TAVARES - PB	225.040,00	6.960,00		225.040,00	30/12/2008	16/03/2013	Adimplente
2	027694654	645910	MUNICIPIO DE ARARUNA - PB	363.750,00	11.350,00		363.750,00	31/12/2008	15/12/2012	Adimplente
2	027853309	645923	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	341.250,00	68.250,00		341.250,00	30/12/2008	29/03/2013	Adimplente
2	027849212	645927	MUNICIPIO DE ESTANCIA HIDROTERMAL DE CALDAS NOVAS - GO	102.375,00	5.390,00		102.375,00	31/12/2008	31/01/2012	Concluido
2	028004753	645944	MUNICIPIO DE IJUI - RS	292.500,00	73.200,00		292.500,00	31/12/2008	30/10/2012	Concluido
2	028025580	645948	MUNICIPIO DE CAIBATE - RS	97.500,00	7.200,00		97.500,00	31/12/2008	28/02/2012	Adimplente
2	028007383	645964	MUNICIPIO DE TACURU - MS	195.000,00	6.035,00		195.000,00	30/12/2008	30/09/2012	Adimplente
2	028022062	645980	MUNICIPIO DE TACURU - MS	97.500,00	3.594,00		97.500,00	30/12/2008	30/09/2012	Adimplente
2	028015576	645982	MUNICIPIO DE PONTA PORA - MS	487.500,00	305.808,32		487.500,00	30/12/2008	30/05/2012	Concluido
2	028021601	645986	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	97.500,00	10.000,00		97.500,00	31/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	028016822	645988	MUNICIPIO DE IRACEMA - RR	97.500,00	7.300,00		97.500,00	31/12/2008	03/12/2013	Adimplente
2	028016154	645994	MUNICIPIO DE BREJINHO - RN	487.500,00	15.500,00		487.500,00	30/12/2008	20/06/2013	Adimplente
2	028119466	646004	MUNICIPIO DE NAVIRAI - MS	195.000,00	6.030,00		195.000,00	31/12/2008	29/06/2012	Concluido
2	028119352	646006	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - MS	175.500,00	7.308,00		175.500,00	30/12/2008	30/04/2012	Concluido

2	028194983	646009	MUNICIPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA - AL	390.000,00	15.300,00		390.000,00	30/12/2008	03/01/2014	Adimplente
2	026076422	648221	MUNICIPIO DE MARECHAL DEODORO - AL	585.000,00	91.353,84		585.000,00	30/12/2008	27/06/2012	Adimplente
2	028007501	648236	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - PI	1.365.000,00	42.217,00			28/01/2009	30/08/2012	Excluído
2	028019004	648238	MUNICIPIO DE FORMOSA DO RIO PRETO - BA	97.500,00	2.925,00		97.500,00	31/12/2008	04/05/2013	Adimplente
2	026079593	648453	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026077447	648454	ESTADO DO AMAPA	97.500,00	17.389,67		97.500,00	19/12/2008	30/11/2013	Adimplente
2	026079710	648455	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026079606	648456	ESTADO DO CEARA	97.500,00	10.833,33		97.500,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026079156	648457	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026079374	648458	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026079260	648459	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026079488	648460	ESTADO DO CEARA	195.000,00	21.666,67		195.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	027693742	648464	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	4.074.000,00	453.000,00		4.074.000,00	31/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	027854876	648465	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E DO DESENV. AGRARIOO	292.500,00	73.125,00		292.500,00	29/12/2008	30/11/2013	Adimplente
2	027886181	648466	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	97.500,00	9.750,00		97.500,00	12/01/2009	14/09/2013	Adimplente
2	028015680	648468	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA	4.875.000,00	809.940,52		4.875.000,00	31/12/2008	31/01/2013	Adimplente
2	028016718	648469	ESTADO DE RORAIMA	1.079.125,13	119.902,79		1.079.125,13	30/12/2008	19/03/2012	Concluído
2	028025257	648889	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	97.500,00	13.760,50		97.500,00	31/12/2008	30/04/2012	Adimplente
2	026733247	649024	MUNICIPIO DE VITORINO - PR	97.500,00	47.434,92		97.500,00	19/12/2008	19/03/2013	Adimplente
2	026078913	649533	MUNICIPIO DE CRATEUS - CE	292.500,00	37.070,68		292.500,00	09/01/2009	30/10/2013	Adimplente
2	026651867	649536	MUNICIPIO DE ARIQUEMES - RO	229.125,00	18.278,47		229.125,00	26/12/2008	30/04/2012	Concluído
2	026640836	649537	MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT	146.250,00	4.764,08		146.250,00	17/11/2008	31/01/2013	Adimplente
2	027853965	650160	MUNICIPIO DE TAQUARAL - SP	100.000,87	3.799,12		100.000,87	31/12/2008	20/06/2012	Adimplente
2	028019660	650167	MUNICIPIO DE CRISTIANOPOLIS - GO	97.500,00	52.500,00		97.500,00	31/12/2008	31/07/2012	Adimplente
2	028125504	650168	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	536.250,00	15.683,13		536.250,00	31/12/2008	24/01/2013	Adimplente
2	027690674	650333	MUNICIPIO DE POTIRETAMA - CE	291.000,00	9.000,00		291.000,00	05/02/2009	30/04/2013	Adimplente
2	026161426	650715	MUNICIPIO DE PINHAO - SE	97.500,00	4.875,00	97.500,00	97.500,00	12/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	028006818	650721	MUNICIPIO DE CORUMBA - MS	195.000,00	10.263,20		195.000,00	31/12/2008	28/10/2012	Adimplente
2	026090523	651094	MUNICIPIO DE TIMON - MA	682.500,00	35.921,05		682.500,00	27/02/2009	29/02/2012	Concluído
2	026090418	651096	MUNICIPIO DE TIMON - MA	390.000,00	20.526,32		390.000,00	27/02/2009	30/11/2012	Concluído
2	026137863	651354	MUNICIPIO DE DOM FELICIANO - RS	97.500,00	3.016,00		97.500,00	17/12/2008	30/12/2012	Adimplente

2	026195888	651355	MUNICIPIO DE MARIANA PIMENTEL - RS	97.500,00	44.798,16		97.500,00	16/12/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026076641	652611	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DAS FLORES - AL	975.000,00	30.155,00		975.000,00	30/12/2008	21/12/2012	Adimplente
2	026088709	652612	MUNICIPIO DE ESTREITO - MA	585.000,00	76.208,05		585.000,00	10/06/2009	29/11/2013	Adimplente
2	028013856	652616	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DAS FLORES - AL	487.500,00	15.080,00		487.500,00	30/12/2008	26/12/2013	Adimplente
2	026111695	652878	MUNICIPIO DE BRAGANCA - PA	438.750,00	23.092,11		438.750,00	18/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	026077771	652882	MUNICIPIO DE SANTANA - AP	390.000,00	39.000,00		390.000,00	09/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026077885	652883	MUNICIPIO DE SANTANA - AP	97.500,00	51.543,06		97.500,00	09/12/2008	28/11/2012	Adimplente
2	026087567	652884	MUNICIPIO DE BEQUIMAO - MA	292.500,00	9.046,39	158.886,50	158.886,50	07/07/2009	29/11/2013	Adimplente
2	026122956	652885	MUNICIPIO DE IRACEMA DO OESTE - PR	97.500,00	3.022,50		97.500,00	18/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	028021483	652888	MUNICIPIO DE JANAUBA - MG	97.500,00	5.148,50		97.500,00	31/12/2008	30/12/2012	Concluido
2	026131612	652918	MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE - PR	117.000,00	24.075,75		117.000,00	19/12/2008	19/09/2012	Concluido
2	028016049	653219	MUNICIPIO DE SAQUAREMA - RJ	975.000,00	110.000,00		975.000,00	04/09/2009	01/03/2013	Adimplente
2	027690788	659282	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	97.000,00	5.438,00		97.000,00	29/12/2009	30/04/2012	Concluido
2	026117062	666127	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA SERRA - PI	243.750,00	7.539,00			01/03/2010	31/08/2013	Adimplente
2	029751582	705742	ESTADO DO AMAPA	195.000,00	22.223,00		195.000,00	30/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029756152	705754	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	136.500,00	14.667,55		136.500,00	16/12/2009	16/05/2012	Adimplente
2	029755469	705755	MUNICIPIO DE MARMELEIRO - PR	195.000,00	15.000,00		195.000,00	11/12/2009	11/02/2012	Adimplente
2	029754765	705758	MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR	156.000,00	8.900,00		156.000,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	029752942	705759	MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE - PR	195.000,00	39.500,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029752724	705761	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	292.500,00	24.128,53		292.500,00	11/12/2009	09/08/2012	Adimplente
2	029756716	705764	MUNICIPIO DE FLORINIA - SP	97.500,00	15.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	029751030	705767	MUNICIPIO DE ELISIARIO - SP	97.500,00	4.500,00		97.500,00	31/12/2009	20/02/2013	Adimplente
2	029799048	705770	MUNICIPIO DE PINHEIRINHO DO VALE - RS	195.000,00	18.700,00		195.000,00	23/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029711094	705775	MUNICIPIO DE ARACATI - CE	137.280,00	5.720,00		137.280,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	029753968	705779	MUNICIPIO DE NOVO GAMA - GO	97.500,00	20.000,00		97.500,00	24/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	029755240	705828	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	468.000,00	239.999,98		468.000,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	029751927	705839	MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS - MG	487.500,00	45.892,08		487.500,00	17/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	029756370	705846	MUNICIPIO DE UNIAO DA SERRA - RS	97.500,00	20.500,00	97.500,00	97.500,00	04/11/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029755688	705876	MUNICIPIO DE PORTAO - RS	97.500,00	15.518,53		97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029755574	705879	MUNICIPIO DE HARMONIA - RS	195.000,00	11.094,83		195.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	029750785	705903	MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR	117.000,00	13.397,71		117.000,00	18/12/2009	18/06/2012	Adimplente
2	029752160	705924	MUNICIPIO DE ARENAPOLIS - MT	129.675,00	3.325,00		129.675,00	19/11/2009	31/10/2012	Adimplente
2	029756484	705930	MUNICIPIO DE ITAI - SP	243.750,00	150.250,00		243.750,00	31/12/2009	20/05/2012	Adimplente
2	029751144	705932	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	487.500,00	55.000,00		487.500,00	31/12/2009	30/09/2012	Adimplente

2	029774450	706179	MUNICIPIO DE UBAPORANGA - MG	156.000,00	17.000,00		156.000,00	21/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	029771509	706188	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE - PA	390.000,00	26.000,00		390.000,00	30/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029778005	706193	MUNICIPIO DE AGUAS DA PRATA - SP	487.500,00	8.800,00		487.500,00	03/02/2010	03/02/2013	Adimplente
2	029774345	706200	MUNICIPIO DE JULIO MESQUITA - SP	195.000,00	6.000,00		195.000,00	24/12/2009	20/06/2012	Adimplente
2	029774231	706201	MUNICIPIO DE PEDREIRA - SP	292.500,00	7.500,00		292.500,00	29/12/2009	29/04/2013	Adimplente
2	029773768	706210	MUNICIPIO DE PAU D'ARCO - TO	195.000,00	6.030,92		195.000,00	02/12/2009	18/05/2012	Adimplente
2	029774679	706211	MUNICIPIO DE NOVA LONDRINA - PR	195.000,00	6.720,33			28/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029770816	706218	MUNICIPIO DE Balsa Nova - PR	185.250,00	10.332,00		185.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029772419	706225	MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR	195.000,00	35.100,00		195.000,00	18/12/2009	18/04/2012	Adimplente
2	029778223	706226	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUAÇU - PR	146.250,00	2.917,90		146.250,00	17/12/2009	17/04/2012	Adimplente
2	029774565	706227	MUNICIPIO DE SAO VICENTE - RN	107.250,00	4.250,00		107.250,00	02/02/2010	10/07/2013	Adimplente
2	029772305	706229	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IVAI - PR	146.250,00	48.170,00		146.250,00	16/12/2009	05/04/2012	Adimplente
2	029772074	706231	MUNICIPIO DE CATANDUVAS - PR	97.500,00	5.770,00		97.500,00	29/12/2009	27/05/2012	Adimplente
2	029771831	706232	MUNICIPIO DE FAXINAL - PR	78.000,00	38.514,30		78.000,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	029771495	706238	MUNICIPIO DE BAIANOPOLIS - BA	195.000,00	3.979,59		195.000,00	31/12/2009	05/11/2013	Adimplente
2	029773549	706256	MUNICIPIO DE LAMIM - MG	292.500,00	5.841,00		292.500,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	029775937	706259	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	97.500,00	9.198,96		97.500,00	28/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029780047	706272	MUNICIPIO DE NOVO CABRAIS - RS	97.500,00	79.582,04		97.500,00	23/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	029778119	706274	MUNICIPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL - RS	97.500,00	10.600,00		97.500,00	21/12/2009	14/04/2012	Adimplente
2	029772742	706282	ESTADO DO AMAPÁ	195.000,00	22.223,00		195.000,00	30/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029771059	706285	MUNICIPIO DE PEDREIRAS - MA	390.000,00	12.061,85	175.383,00	195.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	029777312	706306	MUNICIPIO DE ARAGUACEMA - TO	158.437,50	5.030,00		158.437,50	18/11/2009	18/05/2012	Adimplente
2	029774013	706313	MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO TOCANTINS - TO	158.437,50	4.901,00			10/11/2009	10/11/2012	Adimplente
2	029778993	706317	MUNICIPIO DE PILOES - PB	243.750,00	6.250,00		243.750,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	029776170	706319	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO - RS	97.500,00	67.490,00	97.500,00	97.500,00	14/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	029771727	706330	MUNICIPIO DE POÇONE - MT	975.000,00	26.334,92		975.000,00	28/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	029779467	706331	MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA - PR	204.750,00	5.250,00			22/03/2010	30/04/2012	Adimplente
2	029780820	706332	MUNICIPIO DE PIRACANJUBA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029778775	706334	MUNICIPIO DE SILVANIA - GO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	28/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	029779803	706336	MUNICIPIO DE SAO GONCALO - RJ	243.750,00	21.780,00		243.750,00	31/12/2009	01/10/2012	Adimplente
2	029771277	706338	MUNICIPIO DE MIRADOR - PR	243.750,00	112.369,50		243.750,00	28/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	029778661	706339	MUNICIPIO DE NORDESTINA - BA	292.500,00	6.009,00		292.500,00	31/12/2009	14/08/2012	Adimplente
2	029778441	706342	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE - PR	97.500,00	1.919,00		97.500,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	029786634	706426	MUNICIPIO DE LUCENA - PB	243.750,00	5.000,00		243.750,00	23/12/2009	23/06/2013	Adimplente
2	029786301	706432	MUNICIPIO DE EMAS - PB	146.250,00	11.136,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029787430	706440	MUNICIPIO DE MATO RICO - PR	146.250,00	93.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente

2	029786415	706453	MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL - PR	97.500,00	36.031,40		97.500,00	22/12/2009	22/04/2012	Adimplente
2	029808498	706621	MUNICIPIO DE ARARAQUARA - SP	146.250,00	13.590,00		146.250,00	24/12/2009	21/06/2012	Adimplente
2	029808166	706623	MUNICIPIO DE BORBOREMA - SP	292.500,00	7.044,00		292.500,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	029808720	706624	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	1.365.000,00	27.857,47		1.365.000,00	30/12/2009	22/06/2012	Adimplente
2	029817373	706626	MUNICIPIO DE SANTA MONICA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	029807923	706628	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	195.000,00	45.113,78		46.488,00	14/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029812470	706630	MUNICIPIO DE JATAIZINHO - PR	243.750,00	78.750,00	243.750,00	243.750,00	17/12/2009	26/08/2012	Adimplente
2	029811905	706632	MUNICIPIO DE ARARUNA - PR	195.000,00	10.000,00		195.000,00	17/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029812585	706635	MUNICIPIO DE MARILENA - PR	97.500,00	4.736,00		97.500,00	22/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029808502	706637	MUNICIPIO DE MOGEIRO - PB	487.500,00	22.500,00		487.500,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	029810981	706640	MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE - MT	129.675,00	3.112,50		129.675,00	23/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029810763	706643	MUNICIPIO DE NOVA GUARITA - MT	129.675,00	2.780,00		129.675,00	31/12/2009	20/05/2012	Adimplente
2	029809631	706645	MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR	195.000,00	99.605,92		195.000,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	029809964	706648	MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIAO - MT	129.675,00	2.647,00		129.675,00	10/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029809850	706653	MUNICIPIO DE GLORIA D'OESTE - MT	129.675,00	18.825,00		129.675,00	23/11/2009	31/10/2012	Adimplente
2	029808616	706655	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RN	117.000,00	7.886,00		117.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029808270	706658	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO - PB	146.250,00	3.750,00			29/12/2009	29/06/2013	Adimplente
2	029811018	706659	MUNICIPIO DE JANGADA - MT	146.250,00	14.150,00		146.250,00	15/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029816139	706660	MUNICIPIO DE CAPELA - AL	243.750,00	5.000,00		243.750,00	31/12/2009	05/01/2013	Adimplente
2	029812702	706667	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	243.750,00	8.750,00		243.750,00	23/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	029810439	706671	MUNICIPIO DE COCALINHO - MT	195.000,00	4.000,00		195.000,00	22/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	029811340	706673	MUNICIPIO DE IBIA - MG	146.250,00	11.750,00		146.250,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	029811236	706675	MUNICIPIO DE GUIDOVAL - MG	195.000,00	7.151,89		195.000,00	22/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	029815552	706677	MUNICIPIO DE GAURAMA - RS	97.500,00	12.000,00		97.500,00	15/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	029810211	706678	MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA - MG	97.500,00	16.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029809295	706681	MUNICIPIO DE AGRONOMICA - SC	195.000,00	37.000,00		195.000,00	23/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	029809527	706683	MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT	146.250,00	4.639,17		146.250,00	21/12/2009	15/08/2012	Adimplente
2	029815332	706688	MUNICIPIO DE FERNAO - SP	97.500,00	19.965,00		97.500,00	29/12/2009	20/02/2012	Adimplente
2	029813495	706697	MUNICIPIO DE APARECIDA D'OESTE - SP	195.000,00	103.000,00		195.000,00	31/12/2009	11/01/2012	Adimplente
2	029815000	706702	MUNICIPIO DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA - PA	292.500,00	7.500,00		292.500,00	30/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	029813509	706703	MUNICIPIO DE CORONEL BARROS - RS	97.500,00	43.844,00		97.500,00	09/11/2009	28/02/2012	Adimplente
2	029817269	706709	MUNICIPIO DE CAMPESTRE DA SERRA - RS	97.500,00	3.780,00		97.500,00	31/12/2009	30/01/2012	Adimplente
2	029811674	706714	MUNICIPIO DE CACEQUI - RS	97.500,00	2.789,97		97.500,00	22/12/2009	22/11/2013	Adimplente
2	029810877	706722	MUNICIPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO - RS	97.500,00	4.306,00		97.500,00	11/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	029808834	706729	MUNICIPIO DE AGUDO - RS	97.500,00	34.468,74		97.500,00	18/12/2009	16/08/2012	Adimplente
2	029816795	706730	MUNICIPIO DE COMODORO - MT	129.675,00	2.825,00		129.675,00	09/12/2009	31/01/2012	Adimplente

2	029815446	706731	MUNICIPIO DE LINDOESTE - PR	156.000,00	9.100,00		156.000,00	30/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	029814188	706736	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL - PR	146.250,00	11.250,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029816912	706737	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL - SP	107.250,00	2.012,46		107.250,00	31/12/2009	20/07/2012	Adimplente
2	029814305	706739	MUNICIPIO DE FERNANDOPOLIS - SP	117.000,00	9.352,80		117.000,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	029813945	706740	MUNICIPIO DE IRAPUA - SP	107.250,00	2.056,00		107.250,00	31/12/2009	25/09/2012	Adimplente
2	029813059	706741	MUNICIPIO DE ALVARES FLORENCE - SP	107.250,00	1.897,40		107.250,00	31/12/2009	20/04/2013	Adimplente
2	029808052	706742	MUNICIPIO DE GUARARAPES - SP	107.250,00	4.470,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2009	02/06/2012	Adimplente
2	029810325	706747	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	292.500,00	19.628,36	292.500,00	292.500,00	30/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029834761	707021	MUNICIPIO DE PINHEIRINHO DO VALE - RS	243.750,00	55.535,00	243.750,00	243.750,00	17/11/2009	31/08/2012	Adimplente
2	029864807	707178	MUNICIPIO DE ABADIANIA - GO	97.500,00	2.910,00		97.500,00	30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029864794	707180	MUNICIPIO DE JUSSARA - GO	97.500,00	9.050,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	029864461	707188	MUNICIPIO DE SENADOR GUIOMARD - AC	487.500,00	25.963,30		487.500,00	30/12/2009	27/02/2013	Adimplente
2	029858772	707189	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	253.500,00	28.600,00		253.500,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	029863665	707200	MUNICIPIO DE APODI - RN	243.750,00	20.750,00		243.750,00	31/12/2009	20/08/2012	Adimplente
2	029859245	707201	MUNICIPIO DE COLINAS DO SUL - GO	97.500,00	3.100,00		97.500,00	29/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029860044	707215	MUNICIPIO DE AROEIRAS - PB	321.750,00	9.952,00		321.750,00	31/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	029859797	707216	MUNICIPIO DE CARAUBAS - PB	146.250,00	3.750,00			30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029857319	707217	MUNICIPIO DE PARARI - PB	146.250,00	8.250,00		146.250,00	30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029861288	707221	MUNICIPIO DE ANGICAL - BA	292.500,00	5.970,00			31/12/2009	05/05/2012	Adimplente
2	029864024	707222	MUNICIPIO DE LAGAMAR - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	029863779	707223	MUNICIPIO DE JABOTICATUBAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	029860609	707224	MUNICIPIO DE ICARAI DE MINAS - MG	97.500,00	5.300,00		97.500,00	29/12/2009	31/01/2013	Adimplente
2	029860263	707225	MUNICIPIO DE URUCANIA - MG	97.500,00	9.450,00		97.500,00	31/12/2009	29/06/2012	Adimplente
2	029863227	707232	MUNICIPIO DE CONCEICAO - PB	195.000,00	5.850,00		195.000,00	30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029861405	707233	MUNICIPIO DE CONCEICAO - PB	97.500,00	2.950,00		97.500,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	029868890	707235	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RS	487.500,00	25.335,66		487.500,00	29/12/2009	20/09/2012	Adimplente
2	029868786	707236	MUNICIPIO DE ALTO FELIZ - RS	97.500,00	85.676,53		97.500,00	29/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	029865052	707237	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA - SP	107.250,00	8.200,00		107.250,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	029868016	707238	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	185.250,00	4.750,00		185.250,00	29/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	029864911	707239	MUNICIPIO DE FREI PAULO - SE	195.000,00	29.878,90		195.000,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	029867437	707243	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CALCADO - ES	156.000,00	20.000,00		156.000,00	31/12/2009	01/03/2012	Adimplente
2	029867761	707248	MUNICIPIO DE CANDELARIA - RS	97.500,00	13.491,44		97.500,00	21/12/2009	02/02/2012	Adimplente
2	029862868	707252	MUNICIPIO DE MANTENOPOLIS - ES	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	029858334	707262	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CALCADO - ES	146.250,00	23.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2009	01/09/2013	Adimplente
2	029866295	707265	MUNICIPIO DE ALEGRETE - RS	97.500,00	9.740,00		97.500,00	11/12/2009	28/03/2012	Adimplente
2	029856408	707269	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	292.500,00	23.532,00		292.500,00	31/12/2009	01/04/2013	Adimplente
2	029861174	707270	MUNICIPIO DE PEDERNEIRAS - SP	97.500,00	46.400,00		97.500,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente

2	029862202	707278	MUNICIPIO DE NOVO MACHADO - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	029867989	707281	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - PR	136.500,00	2.858,10		136.500,00	22/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	029867219	707284	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - PR	136.500,00	6.500,00		136.500,00	22/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029857192	707285	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	28/12/2009	09/10/2012	Adimplente
2	029866527	707288	MUNICIPIO DE QUINTA DO SOL - PR	136.500,00	8.500,00			23/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029866181	707290	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	97.500,00	15.210,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	029858990	707291	MUNICIPIO DE SAO BORJA - RS	195.000,00	37.000,87		195.000,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	029857861	707292	MUNICIPIO DE ENCANTADO - RS	468.000,00	14.460,88		468.000,00	30/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029865720	707296	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	97.500,00	5.238,00		97.500,00	28/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029865502	707298	MUNICIPIO DE ICARAIMA - PR	97.500,00	5.000,00		97.500,00	28/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029862754	707300	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	136.500,00	3.500,00		136.500,00	17/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029862649	707301	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	136.500,00	3.500,00		136.500,00	17/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029866745	707303	MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	129.675,00	2.781,58		129.675,00	17/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	029865270	707305	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA - MT	195.000,00	135.000,00		195.000,00	14/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029858116	707308	MUNICIPIO DE TOMAZINA - PR	243.750,00	28.579,55		243.750,00	24/12/2009	16/02/2012	Adimplente
2	029860481	707311	MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	029857642	707313	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	975.000,00	19.897,96		975.000,00	30/12/2009	17/06/2013	Adimplente
2	029856513	707317	MUNICIPIO DE LADARIO - MS	487.500,00	62.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	029864242	707349	MUNICIPIO DE MARTINOPOLIS - SP	117.000,00	26.200,00		117.000,00	17/12/2009	05/02/2012	Adimplente
2	029862199	707350	MUNICIPIO DE CRUZ ALTA - RS	97.500,00	8.500,00		97.500,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	029858448	707351	MUNICIPIO DE ITAPEJARA DO OESTE - PR	146.250,00	3.100,00		146.250,00	04/12/2009	04/03/2012	Adimplente
2	029876312	707363	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP	243.750,00	10.140,00		243.750,00	31/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	029876645	707366	MUNICIPIO DE AREALVA - SP	243.750,00	10.550,00		243.750,00	24/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	029875401	707395	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA - AL	390.000,00	20.000,00	145.626,00	195.000,00	31/12/2009	10/01/2014	Adimplente
2	029875398	707396	MUNICIPIO DE INDEPENDENCIA - RS	97.500,00	1.986,00		97.500,00	19/11/2009	28/02/2012	Adimplente
2	029875284	707397	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	146.250,00	3.750,00		146.250,00	24/11/2009	30/05/2013	Adimplente
2	029882990	707441	MUNICIPIO DE ARIQUEMES - RO	97.500,00	4.350,00		97.500,00	23/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	029882886	707443	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO	97.500,00	6.850,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029882772	707444	MUNICIPIO DE PAULO JACINTO - AL	146.250,00	4.000,00	131.917,50	146.250,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	029882334	707451	MUNICIPIO DE MARABA - PA	1.316.250,00	110.551,69	128.071,12	236.925,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	029882554	707452	MUNICIPIO DE FLORESTOPOLIS - PR	195.000,00	58.500,00		195.000,00	22/12/2009	18/06/2012	Adimplente
2	029883131	707453	MUNICIPIO DE CASTRO - PR	487.500,00	758.270,04	434.460,00	487.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029923423	707458	MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS - PR	165.750,00	6.906,25	165.750,00	165.750,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	029883350	707583	MUNICIPIO DE MACAUBAS - BA	2.047.500,00	41.785,71	467.649,00	786.649,50	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029932181	707609	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	585.000,00	105.444,00		585.000,00	28/12/2009	28/12/2013	Adimplente
2	029984622	707624	MUNICIPIO DE NORTELANDIA - MT	146.250,00	6.900,00		146.250,00	14/12/2009	10/05/2012	Adimplente

2	029982350	707625	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	487.500,00	55.000,00		487.500,00	31/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	029982245	707626	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	487.500,00	55.000,00		487.500,00	31/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	029983375	707629	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	390.000,00	70.296,00		390.000,00	28/12/2009	28/12/2013	Adimplente
2	029984286	707642	MUNICIPIO DE IRATI - PR	146.250,00	39.381,11	146.250,00	146.250,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029985095	707644	MUNICIPIO DE SILVANOPOLIS - TO	158.437,50	4.900,12		158.437,50	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	029981554	707647	MUNICIPIO DE CIDREIRA - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029983489	707665	MUNICIPIO DE ANANAS - TO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	10/12/2009	10/10/2012	Adimplente
2	029984840	707669	MUNICIPIO DE CORONEL BICACO - RS	97.500,00	8.250,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	029982800	707671	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	195.000,00	25.000,00		195.000,00	29/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	029983607	707672	MUNICIPIO DE VERE - PR	107.250,00	14.950,00		107.250,00	23/12/2009	16/07/2012	Adimplente
2	030012655	707675	MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI - PR	292.500,00	37.500,00		292.500,00	31/12/2009	05/10/2012	Adimplente
2	029983157	707680	MUNICIPIO DE IUNA - ES	234.000,00	21.000,00		234.000,00	28/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	029981448	707685	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	1.316.250,00	213.750,00		1.316.250,00	31/12/2009	11/07/2013	Adimplente
2	029982464	707686	MUNICIPIO DE PALMEIRANDIA - MA	117.000,00	3.618,55		117.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	029986561	707846	MUNICIPIO DE MUTUNOPOLIS - GO	204.750,00	12.050,00		204.750,00	28/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029984955	707847	MUNICIPIO DE MONTIVIDIU DO NORTE - GO	97.500,00	6.424,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029987034	707857	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO - PE	585.000,00	29.500,00		585.000,00	18/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	029989306	707858	MUNICIPIO DE TAILANDIA - PA	487.500,00	20.833,33		487.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	029991016	707898	MUNICIPIO DE ANTONIO OLINTO - PR	97.500,00	5.500,00		60.333,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029989639	707908	MUNICIPIO DE TEIXEIRAS - MG	253.000,00	22.000,00	253.000,00	253.000,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	029990875	707916	MUNICIPIO DE CORUMBIARA - RO	97.500,00	2.750,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/08/2013	Adimplente
2	029983594	707927	MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029988832	707942	MUNICIPIO DE PALMAS - TO	97.500,00	10.840,00		97.500,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	029990323	707950	MUNICIPIO DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS	97.500,00	137.500,00		97.500,00	22/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	029986675	707954	MUNICIPIO DE ITACURUBI - RS	97.500,00	2.353,09		97.500,00	20/12/2009	07/09/2012	Adimplente
2	029988614	707961	MUNICIPIO DE JAGUARUANA - CE	292.500,00	7.500,00	156.341,25	188.867,25	28/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	029985982	707972	MUNICIPIO DE SAO LUIS GONZAGA - RS	195.000,00	35.000,00		195.000,00	11/12/2009	30/01/2012	Adimplente
2	029985878	707983	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	97.500,00	5.726,00		97.500,00	21/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029989189	707993	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	146.250,00	7.500,00		146.250,00	17/11/2009	30/04/2012	Adimplente
2	029987703	707998	MUNICIPIO DE RIBEIRAOZINHO - MT	292.500,00	6.000,00			26/11/2009	30/04/2013	Adimplente
2	029988728	708096	MUNICIPIO DE PERDIGAO - MG	243.750,00	126.347,08		243.750,00	29/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	029986789	708102	MUNICIPIO DE CLAUDIO - MG	243.750,00	66.641,80		243.750,00	22/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	029990105	708114	MUNICIPIO DE MEDINA - MG	682.500,00	14.000,00		682.500,00	03/12/2009	30/05/2012	Adimplente

2	029986123	708115	MUNICIPIO DE TURVOLANDIA - MG	97.500,00	1.980,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	029989858	708118	MUNICIPIO DE INDIANOPOLIS - MG	146.250,00	45.250,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	029989525	708120	MUNICIPIO DE LEOPOLDINA - MG	97.500,00	7.652,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	029988382	708123	MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO - ES	126.750,00	41.250,00		126.750,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	029990437	708219	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO NORTE - ES	97.500,00	27.500,00		97.500,00	31/12/2009	01/09/2012	Adimplente
2	029990761	708241	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030012873	708464	MUNICIPIO DE CENTRAL DE MARANHAO - MA	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	29/11/2013	Adimplente
2	029988050	708473	MUNICIPIO DE PLANALTINA DO PARANA - PR	97.500,00	17.500,00		97.500,00	23/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	029987921	708474	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	117.000,00	11.581,00		117.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	030029833	708480	MUNICIPIO DE CARAA - RS	243.750,00	4.975,00		243.750,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030033365	708484	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	97.500,00	8.900,00	97.500,00	97.500,00	14/12/2009	14/12/2013	Adimplente
2	030029497	708486	MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL - PR	165.750,00	52.250,00	165.750,00	165.750,00	31/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030031762	708494	MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR	146.250,00	6.850,00		146.250,00	09/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030031543	708500	MUNICIPIO DE JURANDA - PR	146.250,00	12.745,00		146.250,00	28/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	030030182	708520	MUNICIPIO DE MAMANGUAPE - PB	243.750,00	6.250,00		243.750,00	30/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030033815	708523	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES - SE	487.500,00	28.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	030030413	708526	MUNICIPIO DE CEU AZUL - PR	146.250,00	3.370,00		146.250,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	030030965	708540	MUNICIPIO DE COLUNA - MG	97.500,00	20.221,60		97.500,00	22/12/2009	31/05/2012	Adimplente
2	030031438	708544	MUNICIPIO DE ANHEMBI - SP	97.500,00	13.000,00		97.500,00	23/12/2009	20/01/2012	Adimplente
2	030033146	708546	MUNICIPIO DE NOVA CANTU - PR	195.000,00	6.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030031210	708548	ESTADO DO AMAPA	292.500,00	33.334,00		292.500,00	30/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030032121	708549	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA - SP	107.250,00	8.958,40			31/12/2009	20/06/2013	Adimplente
2	030031980	708550	MUNICIPIO DE POPULINA - SP	107.250,00	2.500,00	34.384,35	34.384,35	31/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	030031876	708551	MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	10/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030033251	708580	MUNICIPIO DE MATO CASTELHANO - RS	243.750,00	9.193,00		243.750,00	31/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	030030632	708590	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR	97.500,00	4.875,00		97.500,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030096629	708625	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA - MG	97.500,00	12.400,00		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	030096515	708627	MUNICIPIO DE CANUDOS - BA	487.500,00	10.000,00		487.500,00	31/12/2009	05/03/2012	Adimplente
2	030096733	708759	MUNICIPIO DE GUAMIRANGA - PR	97.500,00	7.080,00		97.500,00	31/12/2009	18/05/2012	Adimplente
2	030096847	708761	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA GRANDE - AL	146.250,00	3.000,00		146.250,00	31/12/2009	25/12/2012	Adimplente
2	030096952	708762	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	438.750,00	21.937,50		438.750,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente

2	030123608	709734	ESTADO DE RORAIMA	2.050.075,43	227.786,16		2.050.075,43	31/12/2009	14/06/2013	Adimplente
2	030123712	709735	MUNICIPIO DE CARLINDA - MT	129.675,00	3.000,00		129.675,00	28/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	030396133	713982	MUNICIPIO DE SINIMBU - RS	390.000,00	11.800,00		390.000,00	23/12/2009	13/02/2012	Adimplente
2	030405365	713988	MUNICIPIO DE CATANDUVA - SP	195.000,00	121.000,00		195.000,00	31/12/2009	20/03/2012	Adimplente
2	030417860	713996	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	97.500,00	35.493,00		97.500,00	31/12/2009	26/01/2012	Adimplente
2	030403426	714001	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	97.500,00	1.710,00		97.500,00	18/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	030445079	714004	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RN	126.750,00	4.000,00		126.750,00	30/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	030429477	714009	MUNICIPIO DE CAMACHO - MG	97.500,00	3.552,75		97.500,00	21/12/2009	25/10/2012	Adimplente
2	030416626	714010	MUNICIPIO DE CHIAPETTA - RS	97.500,00	4.043,00		97.500,00	02/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	030419809	714016	MUNICIPIO DE ARACOIABA DA SERRA - SP	146.250,00	81.869,59		146.250,00	31/12/2009	22/06/2013	Adimplente
2	030414123	714020	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO - RS	107.250,00	1.731,00		107.250,00	30/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	030429363	714022	MUNICIPIO DE ITAPEVA - MG	390.000,00	68.450,00		390.000,00	31/12/2009	08/03/2012	Adimplente
2	030419796	714025	MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL - PR	487.500,00	89.895,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030426411	714026	MUNICIPIO DE MONTANHA - ES	292.500,00	20.000,00		292.500,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030392256	714030	MUNICIPIO DE LAGO VERDE - MA	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	28/12/2012	Adimplente
2	030414019	714032	MUNICIPIO DE OURILANDIA DO NORTE - PA	136.500,00	3.500,00		136.500,00	31/12/2009	29/04/2013	Adimplente
2	030431856	714034	MUNICIPIO DE IMBE DE MINAS - MG	156.000,00	18.000,00		156.000,00	22/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030398392	714037	MUNICIPIO DE FENIX - PR	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	030428347	714039	MUNICIPIO DE PAULA FREITAS - PR	195.000,00	11.020,00		195.000,00	30/12/2009	01/03/2012	Adimplente
2	030428233	714042	MUNICIPIO DE INDIANOPOLIS - MG	97.500,00	20.800,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030405146	714052	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO CASTELO - ES	292.500,00	357.959,73		292.500,00	31/12/2009	01/09/2013	Adimplente
2	030405032	714057	ESTADO DE RONDONIA	243.750,00	244.580,00		243.750,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030421391	714058	MUNICIPIO DE SEDE NOVA - RS	97.500,00	1.662,00		97.500,00	03/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	030431741	714060	MUNICIPIO DE CHACARA - MG	243.750,00	6.250,00		243.750,00	29/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030418229	714061	MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR	97.500,00	6.682,06		97.500,00	31/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	030413430	714062	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAU - PR	146.250,00	26.443,53		146.250,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030427091	714068	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA - MA	117.000,00	4.800,00		117.000,00	17/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	030397377	714069	MUNICIPIO DE COCALINHO - MT	129.675,00	3.325,00		129.675,00	23/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030404993	714070	MUNICIPIO DE ARAXA - MG	97.500,00	13.170,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	030391230	714073	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	1.638.000,00	185.000,00		1.638.000,00	31/12/2009	12/11/2013	Adimplente
2	030400795	714075	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - MT	129.675,00	2.675,00			31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030394632	714076	MUNICIPIO DE RIO DE BANANAL - ES	146.250,00	18.750,00		146.250,00	22/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030426294	714078	MUNICIPIO DE ANTONIO OLINTO - PR	175.500,00	42.500,00	175.500,00	175.500,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030424806	714087	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	585.000,00	106.770,57		585.000,00	31/12/2009	20/08/2012	Adimplente
2	030424793	714090	MUNICIPIO DE BONITO - MS	292.500,00	118.086,42		292.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030444606	714092	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE - PA	331.500,00	25.500,00		331.500,00	30/12/2009	29/04/2013	Adimplente

2	030424689	714094	MUNICIPIO DE PETROPOLIS - RJ	195.000,00	74.654,23		195.000,00	23/12/2009	20/06/2012	Adimplente
2	030424575	714096	MUNICIPIO DE LAGOA DOURADA - MG	146.250,00	8.732,73		146.250,00	22/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030424460	714098	MUNICIPIO DE MOTUCA - SP	195.000,00	5.485,00		195.000,00	31/12/2009	29/07/2013	Adimplente
2	030424356	714099	MUNICIPIO DE VASSOURAS - RJ	292.500,00	34.972,20		292.500,00	31/12/2009	27/07/2013	Adimplente
2	030416176	714117	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	97.500,00	72.500,00		97.500,00	28/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030400462	714118	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	2.281.500,00	286.000,00		2.281.500,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030409126	714125	MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS - ES	195.000,00	9.500,00		195.000,00	31/12/2009	01/09/2012	Adimplente
2	030393503	714127	MUNICIPIO DE COMENDADOR GOMES - MG	97.500,00	3.300,00	70.200,00	97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	030394309	714128	MUNICIPIO DE HARMONIA - RS	97.500,00	10.948,00		97.500,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	030403195	714129	MUNICIPIO DE ENCANTO - RN	136.500,00	3.500,00		136.500,00	11/12/2009	10/02/2012	Adimplente
2	030426744	714132	MUNICIPIO DE MOTUCA - SP	243.750,00	6.886,00		243.750,00	31/12/2009	29/07/2013	Adimplente
2	030411837	714135	MUNICIPIO DE VERE - PR	390.000,00	7.960,00		390.000,00	23/12/2009	16/07/2012	Adimplente
2	030391126	714141	MUNICIPIO DE TAPIRA - MG	97.500,00	12.500,00		97.500,00	30/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030413982	714142	MUNICIPIO DE GOVERNADOR DE DIX-SEPT ROSADO - RN	136.500,00	87.783,24	76.753,95	136.500,00	30/12/2009	20/10/2012	Adimplente
2	030396247	714144	MUNICIPIO DE CAPELINHA - MG	195.000,00	16.500,00		195.000,00	16/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	030431637	714147	MUNICIPIO DE RIO CRESPO - RO	321.750,00	-		321.750,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030413108	714150	MUNICIPIO DE TAMARANA - PR	97.500,00	38.610,44		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	030413095	714152	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DE CANAA - ES	195.000,00	6.030,93		195.000,00	22/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030393167	714154	MUNICIPIO DA LAPA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/12/2009	17/04/2012	Adimplente
2	030398288	714160	MUNICIPIO DE PENDENCIAS - RN	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	030423330	714162	MUNICIPIO DE UMBUZEIRO - PB	170.625,00	19.328,00	170.625,00	170.625,00	23/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030412967	714164	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	546.000,00	61.600,00		546.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030425729	714166	MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES - MG	195.000,00	27.820,33		195.000,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030423112	714168	MUNICIPIO DE TUPACIGUARA - MG	97.500,00	6.300,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	030422971	714174	MUNICIPIO DE LIMOEIRO - PE	1.310.400,00	106.600,00		1.310.400,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	030400358	714177	MUNICIPIO DE DOM BOSCO - MG	97.500,00	3.500,00		97.500,00	28/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030410812	714184	MUNICIPIO DE VARGEM BONITA - MG	97.500,00	12.173,08		97.500,00	30/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	030430162	714186	MUNICIPIO DE GROSSOS - RN	97.500,00	2.600,42		97.500,00	31/12/2009	10/06/2012	Adimplente
2	030429030	714187	MUNICIPIO DE JABOTICATUBAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030409012	714188	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL - MS	390.000,00	167.371,88	120.003,00	195.000,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030422753	714190	MUNICIPIO DE PIRAPETINGA - MG	97.500,00	3.473,69		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030422648	714192	MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA - MT	97.500,00	10.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030419682	714193	MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM - MA	117.000,00	5.850,00		117.000,00	31/12/2009	29/11/2013	Adimplente
2	030403081	714196	MUNICIPIO DE OLIMPIA - SP	117.000,00	5.015,00		117.000,00	31/12/2009	20/03/2012	Adimplente

2	030394965	714197	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	97.500,00	6.488,68		97.500,00	11/12/2009	11/04/2012	Adimplente
2	030410708	714198	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR	97.500,00	64.350,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030391678	714200	MUNICIPIO DE GARARU - SE	419.250,00	80.750,00		419.250,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030404119	714202	MUNICIPIO DE CAJUEIRO - AL	243.750,00	5.000,00		243.750,00	31/12/2009	28/06/2013	Adimplente
2	030414789	714203	MUNICIPIO DE IRATI - PR	97.500,00	44.036,23	64.896,00	97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030407418	714207	MUNICIPIO DE TUNAS - RS	97.500,00	8.860,00		97.500,00	22/12/2009	09/07/2012	Adimplente
2	030419463	714209	MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE - PR	107.250,00	60.750,00		107.250,00	16/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	030425497	714210	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO TURVO - SP	341.250,00	6.513,00		341.250,00	23/12/2009	20/02/2013	Adimplente
2	030430058	714211	MUNICIPIO DE ITAGUARA - MG	292.500,00	39.785,00		292.500,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030425383	714214	MUNICIPIO DE GUARARA - MG	117.000,00	2.380,00		117.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030422534	714217	MUNICIPIO DE GADO BRAVO - PB	253.500,00	7.841,00		253.500,00	23/12/2009	23/06/2013	Adimplente
2	030410695	714218	MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS - PA	331.500,00	74.050,00		331.500,00	30/12/2009	27/09/2013	Adimplente
2	030404775	714219	MUNICIPIO DE RESSAQUINHA - MG	97.500,00	5.000,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	030404661	714222	MUNICIPIO DE MARABA - PA	331.500,00	52.500,00		331.500,00	30/12/2009	29/04/2013	Adimplente
2	030414675	714226	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO - PR	97.500,00	2.500,00	75.991,50	97.500,00	22/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030421069	714227	MUNICIPIO DE GOIANAPOLIS - GO	390.000,00	12.000,00		390.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030414561	714228	MUNICIPIO DE PLANALTO - PR	107.250,00	8.910,00		107.250,00	16/12/2009	27/10/2012	Adimplente
2	030411505	714229	MUNICIPIO DE TERRA RICA - PR	195.000,00	71.671,50		195.000,00	29/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	030396352	714231	MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ	439.824,00	8.976,00	439.824,00	439.824,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030422429	714232	MUNICIPIO DE MONTEIRO - PB	195.000,00	4.500,00		195.000,00	29/12/2009	29/06/2013	Adimplente
2	030429927	714233	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DA SERRA - SP	97.500,00	32.500,00		97.500,00	31/12/2009	10/06/2012	Adimplente
2	030404441	714234	MUNICIPIO DE LADAINHA - MG	136.500,00	3.500,00		136.500,00	30/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030419359	714235	MUNICIPIO DE BRUMADINHO - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030391564	714238	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	307.125,00	7.875,00		307.125,00	31/12/2009	28/06/2012	Adimplente
2	030419244	714239	MUNICIPIO DE CORINTO - MG	97.500,00	3.930,00		97.500,00	21/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030412520	714241	MUNICIPIO DE LAGOA DOS GATOS - PE	390.000,00	70.000,00		390.000,00	31/12/2009	05/11/2012	Adimplente
2	030396029	714242	MUNICIPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES - MG	146.250,00	3.750,00		146.250,00	21/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030395888	714250	MUNICIPIO DE RIACHAO DO DANTAS - SE	419.250,00	90.750,00		419.250,00	31/12/2009	26/02/2013	Adimplente
2	030414456	714251	MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA - SP	146.250,00	4.750,00		146.250,00	14/12/2009	05/02/2012	Adimplente
2	030410581	714252	MUNICIPIO DE CONCEICAO DE MACABU - RJ	487.500,00	12.500,00		487.500,00	28/12/2009	31/05/2012	Adimplente
2	030427656	714253	MUNICIPIO DE BREJO DOS SANTOS - PB	146.250,00	4.524,00		146.250,00	23/12/2009	21/10/2012	Adimplente
2	030398738	714254	MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUACU - PR	97.500,00	1.831,20		97.500,00	24/12/2009	28/03/2012	Adimplente
2	030395774	714260	MUNICIPIO DE RONDOLANDIA - MT	129.675,00	5.325,00		129.675,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030397931	714263	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA - MA	975.000,00	41.000,00		975.000,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente

2	030390767	714265	MUNICIPIO DE MATUPA - MT	133.575,00	6.678,00		133.575,00	14/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	030395660	714271	MUNICIPIO DE PETROLINA DE GOIAS - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	28/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	030429582	714273	MUNICIPIO DE SANTA FE DO ARAGUAIA - TO	390.000,00	11.020,45		390.000,00	22/12/2009	22/03/2013	Adimplente
2	030412298	714275	MUNICIPIO DE CATOLE DO ROCHA - PB	195.000,00	40.000,00		195.000,00	23/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030409782	714276	MUNICIPIO DE RIACHINHO - MG	97.500,00	7.650,00		97.500,00	30/12/2009	10/04/2012	Adimplente
2	030397713	714280	MUNICIPIO DE JUNCO DO SERIDO - PB	195.000,00	45.725,00		195.000,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	030421956	714282	MUNICIPIO DE HERVAL - RS	97.500,00	4.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030396916	714286	MUNICIPIO DE TURVELANDIA - GO	97.500,00	10.000,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030401592	714287	MUNICIPIO DE TAQUARI - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030396799	714291	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - GO	97.500,00	5.500,00		97.500,00	24/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030425947	714294	MUNICIPIO DE PIEDADE DE PONTE NOVA - MG	97.500,00	10.400,00		97.500,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	030403864	714296	MUNICIPIO DE SALGADINHO - PE	146.191,50	2.983,50		146.191,50	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030410039	714297	MUNICIPIO DE JAGUARI - RS	195.000,00	3.800,00		195.000,00	14/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	030408767	714298	MUNICIPIO DE ARCOS - MG	292.500,00	9.903,24		292.500,00	29/12/2009	25/06/2012	Adimplente
2	030393499	714302	MUNICIPIO DE CONFRESA - MT	146.250,00	4.075,00	146.250,00	146.250,00	22/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030409564	714310	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	975.000,00	19.990,18			31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030428899	714314	MUNICIPIO DE RONDOLANDIA - MT	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030425833	714315	MUNICIPIO DE LAGOA DOURADA - MG	390.000,00	90.000,00		390.000,00	22/12/2009	31/01/2013	Adimplente
2	030425051	714316	MUNICIPIO DE JOANOPOLIS - SP	487.500,00	44.761,79		487.500,00	30/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	030393949	714318	MUNICIPIO DE BOA VISTA - PB	487.500,00	15.050,00		487.500,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	030407960	714321	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	030419026	714322	MUNICIPIO DE GUARAPUAVA - PR	97.500,00	7.819,09		38.902,50	24/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030396685	714323	MUNICIPIO DE OROBO - PE	195.000,00	21.287,70	2.125,50	2.125,50	31/12/2009	30/11/2013	Adimplente
2	030409459	714324	MUNICIPIO DE ZACARIAS - SP	97.500,00	6.600,00		97.500,00	31/12/2009	20/04/2013	Adimplente
2	030418999	714326	MUNICIPIO DE GUARAPUAVA - PR	195.000,00	34.065,62	6.688,50	195.000,00	30/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030396466	714334	MUNICIPIO DE JURIPIRANGA - PB	341.250,00	25.450,00		341.250,00	23/12/2009	23/06/2012	Adimplente
2	030399754	714335	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	97.500,00	5.450,00		97.500,00	31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	030402516	714341	MUNICIPIO DE IPATINGA - MG	97.500,00	8.500,00			31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030395440	714342	MUNICIPIO DE VOLTA GRANDE - MG	243.750,00	3.760,00		243.750,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030421519	714343	MUNICIPIO DE CENTRALINA - MG	97.500,00	4.700,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	030392693	714351	MUNICIPIO DE SANTAREM NOVO - PA	390.000,00	7.959,18		390.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030418115	714353	MUNICIPIO DE PRESIDENTE ALVES - SP	195.000,00	13.000,00		195.000,00	30/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	030428785	714355	MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT	438.750,00	56.027,56		418.750,00	18/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	030399202	714357	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA - SP	97.500,00	8.950,00		97.500,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente

2	030430494	714363	MUNICIPIO DE SANTANA DA VARGEM - MG	97.500,00	7.000,00		97.500,00	28/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	030406944	714370	MUNICIPIO DE ALFREDO MARCONDES - SP	97.500,00	42.500,00		97.500,00	16/12/2009	05/02/2012	Adimplente
2	030406508	714371	MUNICIPIO DE POCOES - BA	975.000,00	50.000,00	151.905,00	195.877,50	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030401269	714374	MUNICIPIO DE IRANI - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030427436	714378	MUNICIPIO DE OLIMPIO NORONHA - MG	97.500,00	2.880,00		97.500,00	31/12/2009	20/06/2012	Adimplente
2	030417974	714381	MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA - SP	146.250,00	11.083,92		146.250,00	30/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030406058	714387	MUNICIPIO DE SEBASTIANOPOLIS DO SUL - SP	97.500,00	40.066,00		97.500,00	31/12/2009	20/02/2013	Adimplente
2	030408098	714389	MUNICIPIO DE SAO TIAGO DO SUL - SC	195.000,00	8.900,00		195.000,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	030399535	714399	MUNICIPIO DE BRAGANCA - PA	487.500,00	37.500,00		487.500,00	23/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030405584	714408	MUNICIPIO DE VIRGINOPOLIS - MG	112.125,00	11.075,00		112.125,00	29/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030427322	714409	MUNICIPIO DE COLNIZA - MT	195.000,00	49.096,94	128.193,00	195.000,00	21/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030427988	714414	MUNICIPIO DE IRAI DE MINAS - MG	97.500,00	6.111,00	87.730,50	97.500,00	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	030432215	714553	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO	97.500,00	11.690,00		97.500,00	29/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030433126	714555	MUNICIPIO DE CORUMBIARA - RO	97.500,00	-		97.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030432767	714561	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA - RO	97.500,00	15.170,67		97.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030432098	714562	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	97.500,00	-		97.500,00	28/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	030431960	714563	INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA	390.000,00	43.333,33		390.000,00	28/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	030772115	716530	MUNICIPIO DE CUMARU - PE	484.918,66	8.573,60		484.918,66	30/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	030737417	716615	MUNICIPIO DE DUAS BARRAS - RJ	390.000,00	15.600,00		390.000,00	31/12/2009	28/10/2012	Adimplente
2	030772553	716641	MUNICIPIO DE CIPO - BA	195.000,00	41.300,00		195.000,00	31/12/2009	05/03/2012	Adimplente
2	030899875	716685	MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO - RN	97.500,00	2.600,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031639666	716720	MUNICIPIO DE PASSOS - MG	195.000,00	17.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031645471	716725	MUNICIPIO DE PINHAO - PR	195.000,00	15.310,00			31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	031644111	716726	MUNICIPIO DE VITORINO - PR	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030900251	716727	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	390.000,00	169.556,26		390.000,00	29/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031777805	716731	MUNICIPIO DE IGUARACU - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	030772771	716745	MUNICIPIO DE LAGAMAR - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	031013570	716752	MUNICIPIO DE CURRAL DE DENTRO - MG	126.750,00	2.685,00		126.750,00	29/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031646946	716753	MUNICIPIO DE NOVORIZONTE - MG	97.500,00	2.744,09		97.500,00	31/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	031646832	716759	MUNICIPIO DE TEIXEIRA - PB	292.500,00	87.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031646050	716773	MUNICIPIO DE ILICINEA - MG	97.500,00	14.653,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031699516	716785	MUNICIPIO DE VITORINO - PR	97.500,00	5.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031641594	716786	MUNICIPIO DE MATO RICO - PR	97.500,00	5.362,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031788720	716818	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	97.500,00	30.099,05		97.500,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente

2	030775079	716819	MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR	195.000,00	4.150,00		195.000,00	31/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030771860	716820	MUNICIPIO DE GUAIRA - PR	126.750,00	2.025,36		126.750,00	29/12/2009	29/04/2012	Adimplente
2	030898527	716824	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	97.500,00	34.290,00		97.500,00	29/12/2009	29/05/2012	Adimplente
2	030776439	716826	MUNICIPIO DE PALOTINA - PR	195.000,00	5.007,70		195.000,00	29/12/2009	29/03/2012	Adimplente
2	030778147	716828	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	117.000,00	43.916,14		117.000,00	30/12/2009	10/05/2012	Adimplente
2	030894972	716833	MUNICIPIO DE TERRA ROXA - PR	195.000,00	31.200,00		195.000,00	29/12/2009	29/06/2013	Adimplente
2	030776763	716932	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - PE	585.000,00	15.000,00		585.000,00	28/12/2009	18/03/2012	Adimplente
2	030777236	716983	MUNICIPIO DE PORTO ACRE - AC	195.000,00	15.700,00		195.000,00	31/12/2009	29/03/2012	Adimplente
2	030896255	716984	MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO - AC	682.500,00	21.500,00		682.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030896140	716987	MUNICIPIO DE PLACIDO DE CASTRO - AC	195.000,00	7.000,00		195.000,00	31/12/2009	27/08/2013	Adimplente
2	030891133	716989	MUNICIPIO DE MANOEL URBANO - AC	195.000,00	9.269,57		195.000,00	29/04/2010	30/11/2013	Adimplente
2	030778585	716998	MUNICIPIO DE ENEAS MARQUES - PR	97.500,00	2.237,50		97.500,00	31/12/2009	06/08/2012	Adimplente
2	030775633	717004	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	97.500,00	6.356,64		97.500,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	030776325	717005	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	97.500,00	1.981,90		97.500,00	30/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	030896705	717011	MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE - MT	146.250,00	3.750,00			31/12/2009	30/08/2013	Adimplente
2	030774938	717013	MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	146.250,00	19.933,10		146.250,00	28/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030891916	717016	MUNICIPIO DE JACIARA - MT	146.250,00	13.250,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030896692	717017	MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA - MT	146.250,00	19.350,00			31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030774606	717018	MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE - MT	195.000,00	31.475,70		195.000,00	28/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030894085	717019	MUNICIPIO DE PEDRA PRETA - MT	146.250,00	2.985,00			30/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030895011	717020	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT	146.250,00	13.250,00	47.224,13	47.224,13	29/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	030894754	717022	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT	146.250,00	2.984,69		146.250,00	28/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030890222	717023	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT	146.250,00	13.849,04	15.546,38	15.546,38	28/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	030775529	717024	MUNICIPIO DE SORRISO - MT	146.250,00	15.361,11		146.250,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030893957	717025	MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030895458	717026	MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE - MT	146.250,00	18.750,00			31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030889642	717030	MUNICIPIO DE CARNAIBA - PE	585.000,00	11.400,00		585.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	031479431	717032	MUNICIPIO DE BRASILIA DE MINAS - MG	195.000,00	37.100,00		195.000,00	30/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030889538	717033	MUNICIPIO DE GUARACIAMA - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030774710	717035	MUNICIPIO DE MANGA - MG	292.500,00	13.750,00		292.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030775414	717036	MUNICIPIO DE PIRAPORA - MG	682.500,00	67.500,00		682.500,00	29/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031482617	717037	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	031013465	717040	MUNICIPIO DE PIRAMBU - SE	292.500,00	14.100,36		292.500,00	22/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030897166	717045	MUNICIPIO DE CONFRESA - MT	146.250,00	4.075,00		146.250,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030893405	717046	MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT	146.250,00	18.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente

2	031483632	717052	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GOSTOSO - RN	170.625,00	3.500,00		170.625,00	31/12/2009	20/01/2012	Adimplente
2	030772999	717064	MUNICIPIO DE LAJEDINHO - BA	487.500,00	10.000,00		487.500,00	28/12/2009	05/03/2012	Adimplente
2	030779163	717106	MUNICIPIO DE CAPUTIRA - MG	243.750,00	5.425,00		243.750,00	28/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031483965	717114	MUNICIPIO DE ADELANDIA - GO	97.500,00	3.000,00		97.500,00	06/05/2011	31/12/2013	Adimplente
2	030898077	717120	MUNICIPIO DE CARATINGA - MG	1.950.000,00	169.565,22		1.950.000,00	30/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	030776211	717129	MUNICIPIO DE MARATA - RS	146.250,00	5.435,10		146.250,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031485799	717130	MUNICIPIO DE PINHEIRINHO DO VALE - RS	195.000,00	30.985,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030776094	717152	MUNICIPIO DE RIACHO DAS ALMAS - PE	975.000,00	50.777,38		975.000,00	24/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030900365	717155	MUNICIPIO DE PILAR - AL	585.000,00	44.465,29	3.685,50	152.392,50	31/12/2009	19/12/2013	Adimplente
2	031725697	717160	MUNICIPIO DE CANDEIAS DO JAMARI - RO	224.250,00	4.350,00		224.250,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031670729	717161	MUNICIPIO DE ITAPUA DO OESTE - RO EX-JAMARI	438.750,00	8.955,00		438.750,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031784392	717163	MUNICIPIO DE VALE DO ANARI - RO	107.250,00	12.250,00			31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031632618	717166	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO - PI	390.000,00	43.334,00			31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	030779381	717168	MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC	390.000,00	66.000,00		390.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030779277	717169	MUNICIPIO DE SALETE - SC	195.000,00	23.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031479327	717178	MUNICIPIO DE CARACARAI - RR	1.950.000,00	39.795,92		1.950.000,00	31/12/2009	25/12/2012	Adimplente
2	030899219	717186	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO OESTE - SC	292.500,00	146.800,00		292.500,00	04/06/2010	30/03/2012	Adimplente
2	030892931	717187	MUNICIPIO DE NOVA LONDRINA - PR	292.500,00	14.128,79		292.500,00	28/12/2009	26/10/2012	Adimplente
2	030773682	717188	MUNICIPIO DE JANDAIA DO SUL - PR	975.000,00	68.400,00		975.000,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030895563	717200	MUNICIPIO DE NOVA RAMADA - RS	97.500,00	17.063,20		97.500,00	30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030776659	717201	MUNICIPIO DE PASSO DO SOBRADO - RS	97.500,00	6.035,83		97.500,00	30/12/2009	03/04/2012	Adimplente
2	031671963	717203	MUNICIPIO DE PIRAJU - SP	97.500,00	8.150,00		97.500,00	31/12/2009	20/05/2012	Adimplente
2	030619297	718483	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	390.000,00	11.704,00		390.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031789631	719035	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - MA	975.000,00	66.667,00		975.000,00	31/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	030889975	719048	MUNICIPIO DE ALTAMIRA - MA	117.000,00	2.388,00		117.000,00	31/12/2009	31/05/2012	Adimplente
2	030897502	719055	MUNICIPIO DE ANANAS - TO	292.500,00	12.500,00		292.500,00	28/12/2009	28/12/2012	Adimplente
2	030889423	719060	MUNICIPIO DE ARACRUZ - ES	243.750,00	23.035,59	243.750,00	243.750,00	31/12/2009	01/04/2014	Adimplente
2	031559888	719064	MUNICIPIO DE ARARIPINA - PE	195.000,00	8.989,54	193.771,50	195.000,00	12/01/2010	01/06/2013	Adimplente
2	031558644	719069	MUNICIPIO DE AROEIRAS - PB	292.500,00	9.047,00		292.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031560021	719072	MUNICIPIO DE BEBEDOURO - SP	146.250,00	13.340,00		146.250,00	31/12/2009	20/02/2013	Adimplente
2	031785214	719073	MUNICIPIO DE BELEM DO BREJO DO CRUZ - PB	97.500,00	4.800,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030889205	719074	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	185.250,00	15.000,00		185.250,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030897948	719082	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO NORTE - ES	146.250,00	10.000,00		146.250,00	30/12/2009	01/09/2012	Adimplente
2	031559992	719084	MUNICIPIO DE BORACEIA - SP	97.500,00	67.000,00		97.500,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente

2	031477160	719088	MUNICIPIO DE BURITI DOS MONTES - PI	97.500,00	74.500,00			31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030897616	719089	MUNICIPIO DE BURITIS - RO	97.500,00	7.250,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030888845	719090	MUNICIPIO DE BURITIS - MG	487.500,00	62.500,00			29/12/2009	31/10/2013	Adimplente
2	031560135	719091	MUNICIPIO DE BURITIZAL - SP	100.000,88	4.664,12		100.000,88	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030899989	719094	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMERIM - ES	97.500,00	95.500,00		97.500,00	31/12/2009	01/09/2012	Adimplente
2	030900698	719118	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	107.250,00	-	12.065,63	12.065,63	31/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	031559556	719125	MUNICIPIO DE CHA PRETA - AL	399.750,00	29.650,00	20.667,07	399.750,00	31/12/2009	26/12/2012	Adimplente
2	030890118	719130	MUNICIPIO DE CIPOTANEA - MG	146.250,00	4.355,40		146.250,00	04/01/2010	31/07/2012	Adimplente
2	031647962	719131	MUNICIPIO DE COLOMBIA - SP	100.000,88	7.959,52		100.000,88	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	031645703	719134	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO CANINDE - PI	97.500,00	3.016,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030775183	719150	MUNICIPIO DE DESTERRO DO MELO - MG	97.500,00	3.596,48		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031647189	719161	MUNICIPIO DE ELISEU MARTINS - PI	175.500,00	4.500,00		175.500,00	30/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	031699398	719164	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	341.250,00	175.000,00		341.250,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	030900146	719165	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	182.910,00	94.226,37		182.910,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031638869	719169	MUNICIPIO DE ESTREITO - MA	117.000,00	3.510,00		117.000,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	031671630	719183	MUNICIPIO DE GADO BRAVO - PB	243.750,00	12.353,92		243.750,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030777674	719191	MUNICIPIO DE GOUVEIA - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	28/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	030772001	719209	MUNICIPIO DE GUARACIABA - MG	292.500,00	5.950,00		292.500,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030772333	719210	MUNICIPIO DE GUARACIABA - MG	390.000,00	14.770,00		390.000,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030777788	719211	MUNICIPIO DE GUARACIABA - MG	126.750,00	2.533,60		126.750,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	031642736	719215	MUNICIPIO DE GUATAPARA - SP	146.250,00	3.000,00	83.157,75	83.157,75	31/12/2009	25/10/2013	Adimplente
2	030771974	719216	MUNICIPIO DE GUIRICEMA - MG	487.500,00	32.500,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030897270	719217	MUNICIPIO DE IBATIBA - ES	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	030773359	719219	MUNICIPIO DE IBIRAPITANGA - BA	487.500,00	12.500,00		487.500,00	10/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	030897052	719221	MUNICIPIO DE IBITINGA - SP	195.000,00	20.000,00		195.000,00	31/12/2009	20/11/2012	Adimplente
2	030896819	719224	INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO - IPA	292.500,00	32.500,00		292.500,00	28/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031639770	719225	MUNICIPIO DE IPUA - SP	100.000,88	10.778,75		100.000,88	31/12/2009	20/12/2012	Adimplente
2	030773796	719230	MUNICIPIO DE ITAGUACU - ES	146.250,00	58.750,00		146.250,00	30/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030776107	719234	MUNICIPIO DE ITAMARATI DE MINAS - MG	97.500,00	38.770,89		97.500,00	31/12/2009	30/06/2014	Adimplente
2	030778033	719235	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	126.750,00	6.750,00		126.750,00	29/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	030773463	719236	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	146.250,00	57.871,60		146.250,00	30/12/2009	30/09/2012	Adimplente
2	031642172	719243	MUNICIPIO DE JABORANDI - SP	100.000,88	2.040,83		100.000,88	31/12/2009	02/02/2012	Adimplente
2	030773809	719245	MUNICIPIO DE JACINTO - MG	204.750,00	4.200,00		204.750,00	31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	030773578	719248	MUNICIPIO DE JAGUARE - ES	146.250,00	30.429,75	119.588,62	146.250,00	31/12/2009	01/04/2013	Adimplente

2	030900701	719273	MUNICIPIO DE JARU - RO	97.500,00	7.500,00	81.266,25	81.266,25	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	030715783	719279	MUNICIPIO DE JOCA MARQUES - PI	175.500,00	5.568,00			18/12/2009	30/08/2013	Adimplente
2	031649784	719284	MUNICIPIO DE LAGOA DE DENTRO - PB	292.500,00	7.500,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030898308	719294	MUNICIPIO DE MADEIRO - PI	97.500,00	55.500,00		97.500,00	28/12/2009	30/08/2013	Adimplente
2	031640245	719297	MUNICIPIO DE MANAIRA - PB	487.500,00	17.386,00		487.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030890440	719299	MUNICIPIO DE MANTENOPOLIS - ES	195.000,00	4.875,00		195.000,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	031778152	719301	MUNICIPIO DE MARACACUME - MA	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	030898181	719305	MUNICIPIO DE MATIAS CARDOSO - MG	487.500,00	22.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031671744	719311	MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	20/04/2013	Adimplente
2	030898850	719314	MUNICIPIO DE MONTANHA - ES	195.000,00	11.000,00		195.000,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	031642518	719315	MUNICIPIO DE MONTE AZUL PAULISTA - SP	146.250,00	10.350,00		146.250,00	31/12/2009	20/06/2013	Adimplente
2	031792033	719319	MUNICIPIO DE MONTE FORMOSO - MG	78.000,00	38.100,00			31/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	031476927	719326	MUNICIPIO DE MUNHOZ - MG	243.750,00	35.069,27	121.875,00	121.875,00	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	030893288	719334	MUNICIPIO DE NOVA BELEM - MG	97.500,00	7.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030891802	719336	MUNICIPIO DE NOVA CRUZ - RN	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2009	10/06/2012	Adimplente
2	030892596	719339	MUNICIPIO DE NOVO CRUZEIRO - MG	214.500,00	6.900,00		214.500,00	29/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031733094	719340	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - SP	195.000,00	3.700,00		195.000,00	31/12/2009	10/02/2012	Adimplente
2	030895125	719345	MUNICIPIO DE OLHOS D'AGUA - MG	117.000,00	2.450,00		117.000,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031480909	719351	MUNICIPIO DE PALMEIRANDIA - MA	117.000,00	3.618,55		117.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030894199	719355	MUNICIPIO DE PARAIBANO - MA	292.500,00	7.000,00		292.500,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	030894420	719358	MUNICIPIO DE PASSAGEM - RN	117.000,00	4.500,00		117.000,00	31/12/2009	10/02/2012	Adimplente
2	030893392	719359	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA - MA	536.250,00	24.000,00		536.250,00	31/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	031699620	719365	MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB	146.250,00	8.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	030892377	719366	MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO - ES	234.000,00	66.000,00	234.000,00	234.000,00	31/12/2009	01/04/2013	Adimplente
2	030892481	719367	MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO - ES	146.250,00	43.750,00		146.250,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	031644995	719377	MUNICIPIO DE POTIRENDABA - SP	97.500,00	32.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	20/10/2012	Adimplente
2	030890992	719387	MUNICIPIO DE RIO DE BANANAL - ES	195.000,00	117.000,00		195.000,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	031645034	719405	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP	146.250,00	34.250,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031699401	719417	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO - SP	146.250,00	14.621,80	74.002,50	77.497,88	31/12/2009	26/05/2013	Adimplente
2	030891466	719424	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO - GO	97.500,00	8.830,00	31.151,25	31.151,25	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	031673015	719440	MUNICIPIO DE SAO MATEUS - ES	243.750,00	256.250,00		243.750,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	030899657	719450	ESTADO DE RONDONIA	253.500,00	28.170,00		253.500,00	31/12/2009	30/04/2103	Adimplente
2	031635353	719453	FUNDACAO RURAL MINEIRA - COLONIZ E DESENV AGRARIO - RURALMIN	1.209.000,00	310.000,00		1.209.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031673347	719457	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - ES	2.145.000,00	536.250,00		2.145.000,00	31/12/2009	01/04/2013	Adimplente

2	030892159	719461	SECRETARIA ESTADO AGRICULTURA E DESENV. RURAL AGRARIO	97.500,00	10.834,00		97.500,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	031640797	719471	MUNICIPIO DE TAMBÁU - SP	146.250,00	23.639,00		146.250,00	31/12/2009	28/08/2013	Adimplente
2	031786125	719478	MUNICIPIO DE TIMON - MA	195.000,00	10.263,16		195.000,00	31/12/2009	31/01/2013	Adimplente
2	031644559	719482	MUNICIPIO DE TUPI PAULISTA - SP	97.500,00	9.600,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	05/05/2013	Adimplente
2	031643314	719492	MUNICIPIO DE VIRADOURO - SP	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2009	20/02/2013	Adimplente
2	031645148	719494	MUNICIPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO - SP	97.500,00	7.500,00		97.500,00	31/12/2009	20/09/2012	Adimplente
2	031648987	720364	MUNICIPIO DE SAO BENTO - MA	126.750,00	5.281,25			31/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	031632940	720365	MUNICIPIO DE FLORESTOPOLIS - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	18/06/2012	Adimplente
2	031776995	720369	MUNICIPIO DE SAO CARLOS DO IVAI - PR	97.500,00	2.925,00		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031476709	720379	MUNICIPIO DE IGUA TEMI - MS	195.000,00	33.694,58	114.699,00	114.699,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030898631	720381	MUNICIPIO DE JARDIM DE PIRANHAS - RN	219.375,00	5.625,00		219.375,00	29/12/2009	20/01/2012	Adimplente
2	030888950	720384	MUNICIPIO DE CRISOLITA - MG	487.500,00	15.000,00		487.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030715679	721979	MUNICIPIO DE PAULO JACINTO - AL	243.750,00	10.000,00		243.750,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	030716361	721983	MUNICIPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA - AL	390.000,00	19.708,22		195.000,00	31/12/2009	26/02/2013	Adimplente
2	030715450	721986	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - BA	97.500,00	2.500,00			31/12/2009	05/05/2012	Adimplente
2	030716257	721987	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO - SC	195.000,00	29.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030716142	721990	MUNICIPIO DE PEDRA MOLE - SE	126.750,00	3.250,00		126.750,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	030715897	721992	MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - AM	97.500,00	4.875,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030715345	721993	MUNICIPIO DE TEOLANDIA - BA	585.000,00	15.000,00		585.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030890556	722668	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE - MG	487.500,00	23.500,00		487.500,00	29/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031789077	722684	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS - TO	97.500,00	7.341,49		97.500,00	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	031782247	722694	MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO - RN	97.500,00	2.500,00			31/12/2009	10/07/2012	Adimplente
2	030895343	722705	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - RO	239.850,00	13.758,00		239.850,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030893842	722728	MUNICIPIO DE SEABRA - BA	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	04/07/2012	Adimplente
2	030893510	722749	MUNICIPIO DE SENADOR FIRMINO - MG	97.500,00	3.308,85		97.500,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	031481360	722752	MUNICIPIO DE TABOCAS DO BREJO VELHO - BA	390.000,00	11.700,00	276.471,00	390.000,00	31/12/2009	05/03/2013	Adimplente
2	030895781	722767	MUNICIPIO DE NOVA MAMORE - RO	146.250,00	-		146.250,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031634544	722777	MUNICIPIO DE RIACHAO DO JACUIPE - BA	536.250,00	13.750,00		536.250,00	31/12/2009	05/11/2013	Adimplente
2	030737290	722902	MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	1.930.426,96	39.800,00	1.137.793,65	1.930.426,96	28/12/2009	31/05/2013	Adimplente
2	030737636	722907	MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - AM	243.750,00	12.187,50			31/12/2009	30/01/2012	Adimplente
2	030737303	722909	EMPRESA ASSIS.TEC.EXT.RURAL DO EST.DE MINAS GERAIS-EMATER	1.657.500,00	849.988,00		1.657.500,00	30/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031638973	723397	MUNICIPIO DE CURRAL DE DENTRO - MG	97.500,00	3.282,13		97.500,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente

2	031623629	727330	MUNICIPIO DE GOIOXIM - PR	975.000,00	112.500,00		975.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031560687	727334	MUNICIPIO DE BARRA DO QUARAI - RS	224.250,00	25.550,00		224.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031630679	727340	MUNICIPIO DE UNISTALDA - RS	390.000,00	11.800,00		390.000,00	31/12/2009	13/03/2012	Adimplente
2	031670165	727342	MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR	146.250,00	9.202,28		146.250,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031575939	727343	MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS	1.950.000,00	359.621,47		1.950.000,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031643428	727344	MUNICIPIO DE JARAGUARI - MS	243.750,00	4.975,00		243.750,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031561598	727347	MUNICIPIO DE CAPAO DO CIPÓ - RS	292.500,00	25.327,00		292.500,00	31/12/2009	08/03/2012	Adimplente
2	031576068	727348	MUNICIPIO DE ACEGUA - RS	224.250,00	19.000,00		224.250,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031789308	727350	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - PR	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031630013	727351	MUNICIPIO DE VÉRÉ - PR	195.000,00	30.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	031625786	727352	MUNICIPIO DE KALORE - PR	438.750,00	14.040,00		438.750,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031697912	727357	MUNICIPIO DE LOANDA - PR	146.250,00	2.999,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031628855	727358	MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE - PR	97.500,00	3.000,00		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031560573	727359	MUNICIPIO DE CHOPINZINHO - PR	146.250,00	3.494,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031629097	727360	MUNICIPIO DE SÃO JOÃO - PR	97.500,00	5.750,00		97.500,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031629214	727365	MUNICIPIO DE REBOUCAS - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	031628969	727368	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/05/2012	Adimplente
2	031625120	727372	MUNICIPIO DE DOM PEDRITO - RS	585.000,00	22.893,78		585.000,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031623397	727374	MUNICIPIO DE PEJUCARA - RS	224.250,00	385.751,00		224.250,00	31/12/2009	28/02/2012	Adimplente
2	031561715	727379	MUNICIPIO DE ALECRIM - RS	390.000,00	10.000,00		390.000,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031632054	727384	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	224.250,00	5.750,00		224.250,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031561151	727410	MUNICIPIO DE BAGÉ - RS	585.000,00	24.375,00		585.000,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031698605	727416	MUNICIPIO DE SANTANA DA BOA VISTA - RS	224.250,00	8.200,00		224.250,00	31/12/2009	09/01/2012	Adimplente
2	031697139	727420	MUNICIPIO DE NOVO HAMBÚRGIO - RS	224.250,00	18.874,65		224.250,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031633300	727429	MUNICIPIO DE RIO PARDO - RS	390.000,00	13.414,00		390.000,00	31/12/2009	12/05/2012	Adimplente
2	031561829	727431	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	390.000,00	115.815,00		390.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031697795	727432	MUNICIPIO DE PIRATINI - RS	585.000,00	25.000,00		585.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031633852	727475	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	390.000,00	34.000,00		390.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031560354	727477	MUNICIPIO DE CAFÉZAL DO SUL - PR	97.500,00	7.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	031013246	727592	MUNICIPIO DE PONTA GROSSA - PR	195.000,00	29.702,20		195.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031674477	727739	MUNICIPIO DE DIVINÓPOLIS DE GOIÁS - GO	292.500,00	24.500,00		292.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031779513	727743	MUNICIPIO DE GUARANI DE GOIÁS - GO	146.250,00	3.035,00		146.250,00	31/12/2009	31/10/2012	Adimplente
2	031475902	727744	MUNICIPIO DE CARACOL - MS	195.000,00	6.624,00		195.000,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031788166	727745	MUNICIPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA - MS	292.500,00	18.231,00	153.094,50	292.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente

2	031674144	727747	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES - MS	292.500,00	6.500,00		292.500,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031476363	727748	MUNICIPIO DE CAMAPUA - MS	292.500,00	39.731,99	147.186,00	292.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031780425	727750	MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO - MS	292.500,00	152.040,52	154.410,75	292.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031641607	727752	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA - SP	97.500,00	3.500,00		97.500,00	31/12/2009	20/04/2013	Adimplente
2	031767340	727757	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	243.750,00	6.250,00		243.750,00	31/12/2009	18/04/2012	Adimplente
2	031779063	727758	MUNICIPIO DE UBIRATA - PR	292.500,00	96.500,00		292.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031476259	727760	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	877.500,00	22.500,00		877.500,00	31/12/2009	30/04/2014	Adimplente
2	031116238	727787	MUNICIPIO DE LOANDA - PR	438.750,00	9.000,00		438.750,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031483296	727855	MUNICIPIO DE TAMARANA - PR	97.500,00	40.811,01		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031482499	727890	MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR	97.500,00	7.800,00	29.006,25	48.750,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031481474	727895	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	117.000,00	6.500,00		117.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031785870	727896	MUNICIPIO DE FENIX - PR	117.000,00	3.000,00		117.000,00	31/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	031482503	727899	MUNICIPIO DE MATO RICO - PR	146.250,00	3.750,12		146.250,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031645817	727931	MUNICIPIO DE SOBRADO - PB	97.500,00	4.300,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031529290	728313	MUNICIPIO DE CRISOLITA - MG	487.500,00	9.950,00		487.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031634659	728314	MUNICIPIO DE ITAICABA - CE	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	031725700	728315	MUNICIPIO DE OROS - CE	585.000,00	15.000,00		585.000,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	031475785	728317	MUNICIPIO DE ENGENHEIRO NAVARRO - MG	487.500,00	15.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031475671	728318	MUNICIPIO DE SANTANA DO PIRAPAMA - MG	487.500,00	15.500,00		487.500,00	30/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	031672091	728383	MUNICIPIO DE TIGRINHOS - SC	246.315,85	6.315,22		246.315,78	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031781336	728386	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO IVAI - PR	195.000,00	60.000,00		195.000,00	23/09/2010	30/04/2013	Adimplente
2	031698719	728389	MUNICIPIO DE SALTINHO - SC	246.315,78	5.026,85		246.315,78	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031672541	728390	MUNICIPIO DE MIRANORTE - TO	195.000,00	27.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031559222	728392	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031638317	728399	MUNICIPIO DE OURO VERDE - SC	246.315,78	203.684,22		246.315,78	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031637061	728401	MUNICIPIO DE GUARACIABA - SC	975.000,00	19.718,00		975.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031699066	728411	MUNICIPIO DE VARGEAO - SC	246.315,78	203.684,22		246.315,78	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	034248476	728421	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO - SC	390.000,00	65.000,00		390.000,00	19/10/2010	19/03/2012	Adimplente
2	031558530	728426	MUNICIPIO DE CACADOR - SC	246.315,78	10.264,00		246.315,78	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031669920	728429	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA - SC	390.000,00	83.000,00		390.000,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031670501	728432	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO - SC	390.000,00	107.700,00		390.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031483309	729346	MUNICIPIO DE CAPUTIRA - MG	156.000,00	3.900,00		156.000,00	31/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	031481141	729353	MUNICIPIO DE CERRO CORA - RN	195.000,00	7.800,00		195.000,00	31/12/2009	20/11/2012	Adimplente
2	031481256	729356	MUNICIPIO DE CONCEICAO DE IPANEMA - MG	146.250,00	2.984,69		146.250,00	31/12/2009	01/03/2012	Adimplente

2	031485352	729495	MUNICIPIO DE TAPEJARA - PR	146.250,00	4.015,00		146.250,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	031640579	729502	MUNICIPIO DE TUBARAO - SC	487.500,00	134.500,00		487.500,00	29/01/2010	30/12/2012	Adimplente
2	031674696	729515	MUNICIPIO DE MONSENHOR GIL - PI	97.500,00	3.016,00		97.500,00	30/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031633079	729521	MUNICIPIO DE NOVO PLANALTO - GO	97.500,00	3.085,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031482167	729533	MUNICIPIO DE PONTA GROSSA - PR	195.000,00	34.129,31		195.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031635686	729541	MUNICIPIO DE RIACHAO - MA	126.750,00	8.250,00		126.750,00	31/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	031484210	729559	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	97.500,00	3.970,00		97.500,00	31/12/2009	20/05/2012	Adimplente
2	031700006	729598	MUNICIPIO DE IRATI - SC	246.315,78	353.684,22		246.315,78	31/12/2009	23/02/2012	Adimplente
2	031649451	729606	MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO - SC	246.315,75	13.064,25		246.315,75	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031698937	729610	MUNICIPIO DE RIO NEGRINHO - SC	246.315,78	32.284,22		246.315,78	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031649898	729618	MUNICIPIO DE SALETE - SC	246.315,78	4.430,00		246.315,78	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031481924	729732	MUNICIPIO DE JESUITAS - PR	97.500,00	73.847,48		97.500,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	031480344	729738	MUNICIPIO DE JAPARATUBA - SE	1.462.500,00	108.931,12		1.462.500,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031557629	729740	MUNICIPIO DE ALVORADA DO SUL - PR	341.250,00	6.964,29		341.250,00	31/12/2009	28/06/2012	Adimplente
2	031564115	729742	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031628290	729744	MUNICIPIO DE COLORADO - PR	146.250,00	20.000,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031621461	729747	MUNICIPIO DE JARDIM ALEGRE - PR	292.500,00	37.200,00		292.500,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	031628303	729749	MUNICIPIO DE JOAQUIM TAVORA - PR	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	031787588	729750	MUNICIPIO DE KALORE - PR	438.750,00	10.000,00		438.750,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031628740	729751	MUNICIPIO DE LARANJAL - PR	195.000,00	38.068,18		195.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031623733	729752	MUNICIPIO DE LUIZIANA - PR	195.000,00	6.300,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031622604	729756	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA - PR	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031767018	729758	MUNICIPIO DE PARANACITY - PR	195.000,00	62.015,00		195.000,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031622049	729761	MUNICIPIO DE RONDON - PR	195.000,00	139.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031775752	729774	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031620997	729776	MUNICIPIO DE SAO MANOEL DO PARANA - PR	243.750,00	25.250,00		243.750,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031634094	729779	MUNICIPIO DE SAO TOME - PR	195.000,00	38.000,00		195.000,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031622591	729780	MUNICIPIO DE TAPIRA - PR	195.000,00	8.650,00		195.000,00	31/12/2009	09/10/2012	Adimplente
2	031411069	729860	MUNICIPIO DE TUPANCIRETA - RS	97.500,00	4.999,46		97.500,00	31/12/2009	11/10/2013	Adimplente
2	031415279	729865	MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO - RS	97.500,00	4.014,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031412201	729882	MUNICIPIO DE UBIRETAMA - RS	97.500,00	20.680,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031416180	729891	MUNICIPIO DE PANCAS - ES	146.250,00	43.450,00		146.250,00	31/12/2009	01/04/2012	Adimplente
2	031415729	729911	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DOS CRENTES - MA	117.000,00	10.000,00		117.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031417091	729915	MUNICIPIO DE ONDA VERDE - SP	292.500,00	7.500,00		292.500,00	31/12/2009	11/01/2012	Adimplente
2	031416411	729916	MUNICIPIO DE PARAIBUNA - SP	487.500,00	13.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente

2	031416859	729917	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BARREIRO - SP	487.500,00	9.200,00		487.500,00	31/12/2009	06/03/2012	Adimplente
2	031793059	729929	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO - SC	97.500,00	27.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	031644339	729930	MUNICIPIO DE RIO RUFINO - SC	97.500,00	100.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	13/06/2013	Adimplente
2	031414356	729981	MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE - RS	97.500,00	11.625,00		97.500,00	31/12/2009	08/06/2013	Adimplente
2	031412867	729983	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DAS MISSOES - RS	97.500,00	4.540,82		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031410608	729985	MUNICIPIO DE SAO VICENTE DO SUL - RS	97.500,00	42.500,00		97.500,00	31/12/2009	15/04/2013	Adimplente
2	031412198	729988	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	97.500,00	13.715,74		97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031411623	729992	MUNICIPIO DE MURITIBA - BA	975.000,00	25.000,00	483.990,00	503.490,00	31/12/2009	05/05/2013	Adimplente
2	031475347	729993	MUNICIPIO DE QUARTEL GERAL - MG	190.125,00	57.949,41		190.125,00	31/12/2009	31/10/2013	Adimplente
2	031410712	729994	MUNICIPIO DE CARATINGA - MG	1.608.750,00	139.891,30		1.608.750,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031413112	729999	MUNICIPIO DE PIACATU - SP	107.250,00	13.625,00		107.250,00	31/12/2009	05/05/2012	Adimplente
2	031410930	730000	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA - AL	292.500,00	6.000,00		292.500,00	31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	031413330	730006	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	243.750,00	29.315,23		243.750,00	31/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	031674363	730071	MUNICIPIO DE ITAPEVA - MG	877.500,00	20.180,00	90.645,75	877.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031620331	730105	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA SERRA - PI	195.000,00	4.875,00		195.000,00	31/12/2009	31/08/2012	Adimplente
2	031671526	730107	MUNICIPIO DE RIO PARANAIBA - MG	390.000,00	130.000,00		390.000,00	31/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	031634107	730114	MUNICIPIO DE CRISTINA - MG	390.000,00	70.000,00		390.000,00	31/12/2009	25/11/2012	Adimplente
2	031783713	730116	MUNICIPIO DE DOM BOSCO - MG	390.000,00	145.000,00		390.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031648655	730118	MUNICIPIO DE MONTE CARMELO - MG	142.350,00	5.025,00		142.350,00	31/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	031623065	730122	MUNICIPIO DE SACRAMENTO - MG	243.750,00	94.250,00		243.750,00	31/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	031646164	730129	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT	487.500,00	23.000,00		487.500,00	31/12/2009	30/11/2013	Adimplente
2	031779395	730193	MUNICIPIO DE ARARUNA - PR	146.250,00	15.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031621024	730197	MUNICIPIO DE IPORA - PR	243.750,00	5.000,00		243.750,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031786458	730200	MUNICIPIO DE VERE - PR	243.750,00	26.100,00		243.750,00	31/12/2009	24/07/2012	Adimplente
2	031619970	730208	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	458.250,00	39.848,00		458.250,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	031633966	730209	MUNICIPIO DE IBITIARA - BA	390.000,00	100.000,00		390.000,00	31/12/2009	05/03/2014	Inadimplente
2	031647858	730218	MUNICIPIO DE LUPERCIO - SP	117.195,00	5.005,00		117.195,00	31/12/2009	20/04/2013	Adimplente
2	031564229	730221	MUNICIPIO DE ESTANCIA TURISTICA DE BARRA BONITA - SP	146.250,00	67.550,00		146.250,00	31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	031558080	730233	MUNICIPIO DE ANASTACIO - MS	97.500,00	10.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031559774	730238	MUNICIPIO DE BELA VISTA - MS	195.000,00	6.200,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031790544	730240	MUNICIPIO DE CASSILANDIA - MS	146.250,00	5.800,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031575825	730245	MUNICIPIO DE CHAPADA DO SUL - MS	146.250,00	8.650,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031647743	730247	MUNICIPIO DE CORONEL SAPUCAIA - MS	146.250,00	7.100,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031642286	730251	MUNICIPIO DE JARAGUARI - MS	146.250,00	3.000,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031643533	730257	MUNICIPIO DE JUTI - MS	146.250,00	13.750,00		146.250,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente

2	031635467	730258	MUNICIPIO DE LADARIO - MS	243.750,00	7.312,50		243.750,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031643200	730277	MUNICIPIO DE NIOAQUE - MS	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	031646382	730353	MUNICIPIO DE RIO NOVO - MG	97.500,00	2.504,55		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031479765	730354	MUNICIPIO DE ROSARIO DA LIMEIRA - MG	97.500,00	11.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031604512	730377	MUNICIPIO DE CANDIBA - BA	292.500,00	7.500,00	202.000,50	268.866,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031483182	730395	MUNICIPIO DE CORIBE - BA	292.500,00	22.206,08		292.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031479546	730421	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	195.000,00	154.900,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031477274	730434	MUNICIPIO DE GUAJERU - BA	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031483528	730436	MUNICIPIO DE MARAU - BA	487.500,00	22.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031481037	730437	MUNICIPIO DE JOAO DOURADO - BA	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	05/09/2013	Adimplente
2	031791455	730857	MUNICIPIO DE NAZARIO - GO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	26/09/2013	Adimplente
2	031575489	730861	MUNICIPIO DE ITAJA - GO	97.500,00	3.100,00		97.500,00	31/12/2009	22/12/2012	Adimplente
2	031563422	730862	MUNICIPIO DE JUSSARA - GO	146.250,00	8.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031792699	730865	MUNICIPIO DE ITAUCU - GO	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031790877	730866	MUNICIPIO DE BATAYPORA - MS	97.500,00	10.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031771541	730867	MUNICIPIO DE BELA VISTA DE GOIAS - GO	195.000,00	45.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031563318	730871	MUNICIPIO DE MARZAGAO - GO	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2009	24/03/2013	Adimplente
2	031772129	730872	MUNICIPIO DE PIRES DO RIO - GO	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	031563641	730881	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS - GO	97.500,00	5.000,00		97.500,00	31/12/2009	31/01/2013	Adimplente
2	031767674	730882	MUNICIPIO DE BRASNORTE - MT	146.250,00	2.985,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031530099	730883	ESTADO DE GOIAS	4.875.000,00	1.522.500,00		4.875.000,00	31/12/2009	19/05/2014	Adimplente
2	031647639	730888	MUNICIPIO DE CUNHATAI - SC	195.000,00	37.100,00		195.000,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031629870	730890	MUNICIPIO DE PEROBAL - PR	97.500,00	7.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/07/2012	Adimplente
2	031763796	730896	MUNICIPIO DE IMBE DE MINAS - MG	195.000,00	3.979,59	195.000,00	195.000,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	031672988	730898	MUNICIPIO DE AMAJARI - RR	700.000,00	14.300,00		700.000,00	31/12/2009	25/12/2012	Adimplente
2	031628417	730900	MUNICIPIO DE CUPARAQUE - MG	414.375,00	75.625,00		414.375,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031772452	730901	MUNICIPIO DE MAMBAI - GO	97.500,00	6.420,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031530549	730905	MUNICIPIO DE EDEIA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	031773030	730906	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - GO	97.500,00	5.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031769727	730909	MUNICIPIO DE MAURILANDIA - GO	97.500,00	5.000,00	89.212,50	89.212,50	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031780759	730910	MUNICIPIO DE CAMPINORTE - GO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031767905	730911	MUNICIPIO DE PORTELANDIA - GO	487.500,00	32.500,00	487.500,00	487.500,00	26/09/2011	31/08/2012	Adimplente
2	031768252	730913	MUNICIPIO DE IVOLANDIA - GO	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031791788	730916	MUNICIPIO DE ITABERAI - GO	97.500,00	3.150,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	031629766	730918	MUNICIPIO DE CARMO DO RIO VERDE - GO	97.500,00	3.820,00		97.500,00	31/05/2010	17/02/2012	Adimplente
2	031648090	730919	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	243.750,00	10.000,00		243.750,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031620227	730921	MUNICIPIO DE GUARANTA DO NORTE - MT	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente

2	031620009	730923	MUNICIPIO DE JARAGUARI - MS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031532257	730925	MUNICIPIO DE IGUA TEMI - MS	535.986,75	55.913,25		535.986,75	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031620883	730927	MUNICIPIO DE JATEI - MS	97.500,00	16.050,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031619866	730928	MUNICIPIO DE TANGARA DA SERRA - MT	146.250,00	7.500,00		146.250,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031634211	730929	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	97.500,00	7.623,00		97.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031621911	730932	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	700.000,00	14.285,72		700.000,00	31/12/2009	17/06/2013	Adimplente
2	031476582	730933	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE - RR	682.500,00	13.928,57		682.500,00	31/12/2009	29/03/2012	Adimplente
2	031765297	730935	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO ANAUA - RR	700.000,00	22.500,00		700.000,00	31/12/2009	06/03/2013	Adimplente
2	031622718	730936	MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO	195.000,00	-		195.000,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031791122	730938	MUNICIPIO DE CAMPO LIMPO DE GOIAS - GO	97.500,00	5.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031531231	730979	MUNICIPIO DE VISEU - PA	243.750,00	10.156,25			31/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	031621138	730991	MUNICIPIO DE FLORIANO - PI	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031764374	730993	MUNICIPIO DE ALTO SANTO - CE	195.000,00	20.000,00		195.000,00	31/12/2009	28/02/2013	Adimplente
2	031619752	730997	MUNICIPIO DE CORURIBE - AL	2.632.500,00	150.522,00		2.632.500,00	31/12/2009	29/06/2012	Adimplente
2	031765852	730998	MUNICIPIO DE POTIRETAMA - CE	195.000,00	20.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/01/2012	Adimplente
2	031648540	731001	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	9.262.500,00	1.143.500,00	2.193.750,00	9.262.500,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031790211	731006	MUNICIPIO DE JAPORA - MS	97.500,00	17.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031766439	731007	MUNICIPIO DE ARAGUARI - MG	487.500,00	42.392,00		487.500,00	31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031733211	731010	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA PONTE - MG	780.000,00	23.400,00		780.000,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031762553	731012	MUNICIPIO DE SANTO HIPOLITO - MG	97.500,00	7.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/05/2012	Adimplente
2	031766763	731017	MUNICIPIO DE JANAUBA - MG	97.500,00	4.063,00		97.500,00	31/12/2009	13/02/2012	Adimplente
2	031649014	731021	MUNICIPIO DE UNAI - MG	117.000,00	11.700,00	23.751,00	23.751,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031776663	731026	MUNICIPIO DE MONTE SANTO DE MINAS - MG	487.500,00	36.130,00		487.500,00	31/12/2009	31/08/2012	Adimplente
2	031774274	731034	MUNICIPIO DE BARRA LONGA - MG	195.000,00	4.017,00		195.000,00	31/12/2009	29/02/2012	Adimplente
2	031628522	731036	MUNICIPIO DE FREI GASPAR - MG	414.375,00	27.225,00		414.375,00	28/01/2010	30/03/2012	Adimplente
2	031649346	731044	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS - MG	1.504.425,00	151.456,62	750.106,30	750.106,30	13/07/2010	30/07/2013	Adimplente
2	031771874	731046	MUNICIPIO DE CORACAO DE JESUS - MG	487.500,00	52.500,00		487.500,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031774506	731050	MUNICIPIO DE PASSA QUATRO - MG	195.000,00	8.000,00		195.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031563204	731054	MUNICIPIO DE PIRACANJUBA - GO	292.500,00	33.300,00		292.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031792920	731075	MUNICIPIO DE BURITI DE GOIAS - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	31/12/2009	27/05/2012	Adimplente
2	031770630	731085	MUNICIPIO DE JESUPOLIS - GO	97.500,00	5.000,00		97.500,00	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	031532925	731121	MUNICIPIO DE MERCEDES - PR	97.500,00	22.925,00			31/12/2009	20/09/2012	Adimplente
2	031786908	731161	ESTADO DE RORAIMA	1.170.000,00	144.990,46		1.170.000,00	31/12/2009	28/09/2012	Adimplente
2	031478071	731162	ESTADO DE RORAIMA	6.266.325,00	696.258,33		6.266.325,00	31/12/2009	13/05/2013	Adimplente
2	031632386	731168	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	190.125,00	20.000,00		190.125,00	31/12/2009	30/05/2013	Adimplente

2	031622372	731174	MUNICIPIO DE TAPEJARA - RS	97.500,00	4.325,00		97.500,00	31/12/2009	30/08/2012	Adimplente
2	032181756	731887	MUNICIPIO DE QUADRA - SP	146.250,00	9.160,52	146.250,00	146.250,00	01/12/2010	27/09/2012	Adimplente
2	032186439	732212	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	243.750,00	9.843,64		243.750,00	29/07/2010	07/11/2012	Adimplente
2	032186325	732216	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	243.750,00	6.250,00		243.750,00	24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032194056	732390	MUNICIPIO DE JOSE BONIFACIO - SP	390.000,00	130.000,00		390.000,00	07/06/2010	20/05/2013	Adimplente
2	032193927	732391	MUNICIPIO DE PLANALTO - SP	390.000,00	130.000,00		390.000,00	07/06/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032186107	732457	MUNICIPIO DE ANTONIO JOAO - MS	243.750,00	4.974,50		243.750,00	21/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032186094	732458	MUNICIPIO DE BODOQUENA - MS	243.750,00	53.250,00		243.750,00	20/07/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032185747	732460	MUNICIPIO DE CUNHA - SP	585.000,00	11.657,00		585.000,00	26/07/2010	30/01/2012	Adimplente
2	032185633	732461	MUNICIPIO DE ESTANCIA DE ATIBAIA - SP	292.500,00	117.500,00		292.500,00	21/06/2010	20/08/2012	Adimplente
2	032193709	732464	MUNICIPIO DE AUGUSTO PESTANA - RS	243.750,00	9.050,00		243.750,00	05/07/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032185414	732471	MUNICIPIO DE GUARARAPES - SP	585.000,00	18.200,00		585.000,00	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032235489	732472	MUNICIPIO DE NOVA PALMA - RS	585.000,00	101.500,00		585.000,00	11/05/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032185300	732473	MUNICIPIO DE BRAGANEY - PR	224.250,00	117.750,00		224.250,00	09/06/2010	09/03/2012	Adimplente
2	032184606	732479	MUNICIPIO DE TIJUCAS DO SUL - PR	224.250,00	173.750,00		224.250,00	20/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032184593	732480	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	390.000,00	16.250,00		390.000,00	21/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032184488	732481	MUNICIPIO DE ANAURILANDIA - MS	292.500,00	7.300,81			22/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032184374	732482	MUNICIPIO DE SIDROLANDIA - MS	292.500,00	54.386,22			30/12/2010	30/05/2014	Adimplente
2	032184156	732484	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA - PR	780.000,00	18.295,90		780.000,00	30/07/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032184041	732485	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	243.750,00	7.600,00		243.750,00	23/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032183796	732488	MUNICIPIO DE CORBELIA - PR	224.250,00	25.750,00		224.250,00	09/06/2010	09/03/2012	Adimplente
2	032183682	732489	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	438.750,00	51.250,00		438.750,00	02/06/2010	02/03/2012	Adimplente
2	032183578	732490	MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE - PR	292.500,00	37.064,00		292.500,00	19/11/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032183463	732491	MUNICIPIO DE NAZARE PAULISTA - SP	292.500,00	103.873,00		292.500,00	24/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032183244	732493	MUNICIPIO DE ANASTACIO - MS	243.750,00	15.001,08		243.750,00	17/06/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032209091	732494	MUNICIPIO DE JATEI - MS	243.750,00	5.738,00		243.750,00	17/06/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032192902	732496	MUNICIPIO DE SANTA CLARA DO SUL - RS	243.750,00	45.250,00		243.750,00	12/06/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032192567	732507	MUNICIPIO DE ESTRELA - RS	243.750,00	18.149,00		243.750,00	11/06/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032183026	732510	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA - SP	292.500,00	16.000,00		292.500,00	14/12/2010	20/01/2013	Adimplente
2	032190294	732513	MUNICIPIO DE NOVO TIRADENTES - RS	390.000,00	110.000,00		390.000,00	12/05/2010	25/03/2012	Adimplente
2	032182885	732515	MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA - PR	243.750,00	6.250,00		243.750,00	16/12/2010	20/02/2012	Adimplente
2	032182771	732517	MUNICIPIO DE ARACATUBA - SP	390.000,00	70.000,00		390.000,00	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032182667	732518	MUNICIPIO DE BOFETE - SP	292.500,00	21.500,00		292.500,00	07/06/2010	20/08/2012	Adimplente
2	032182553	732519	MUNICIPIO DE PIRACAIA - SP	292.500,00	6.000,00		292.500,00	01/07/2010	01/05/2013	Adimplente
2	032193813	732528	MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES - RS	243.750,00	24.000,00		243.750,00	08/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032189509	732541	MUNICIPIO DE SAO PAULO DAS MISSOES - RS	243.750,00	23.150,00		243.750,00	24/05/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032189277	732549	MUNICIPIO DE PASSA SETE - RS	243.750,00	4.488,00		243.750,00	13/08/2010	30/05/2012	Adimplente

2	032234129	732552	MUNICIPIO DE GARRUCHOS - RS	390.000,00	17.000,00		390.000,00	25/05/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032233091	732556	MUNICIPIO DE COLINAS - RS	243.750,00	206.250,00		243.750,00	09/06/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032232963	732558	MUNICIPIO DE TOROPI - RS	243.750,00	328.750,00		243.750,00	27/05/2010	02/03/2012	Adimplente
2	032188702	732561	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO SUL - RS	243.750,00	8.250,00		243.750,00	26/05/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032233760	732570	MUNICIPIO DE SAO LUIS GONZAGA - RS	585.000,00	45.000,00		585.000,00	22/07/2010	31/01/2012	Adimplente
2	032188033	732575	MUNICIPIO DE GUAPORE - RS	243.750,00	35.537,33		243.750,00	03/08/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032187892	732577	MUNICIPIO DE ARAMBARE - RS	243.750,00	81.250,00		243.750,00	07/06/2010	30/01/2012	Adimplente
2	032187340	732584	MUNICIPIO DE AJURICABA - RS	243.750,00	5.250,00		243.750,00	05/07/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032187122	732586	MUNICIPIO DE LAGOA BONITA DO SUL - RS	243.750,00	23.750,00		243.750,00	13/08/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032187018	732587	MUNICIPIO DE URUGUAIANA - RS	585.000,00	58.500,00		585.000,00	12/05/2010	22/02/2013	Adimplente
2	032186659	732589	MUNICIPIO DE FAXINAL DO SOTURNO - RS	243.750,00	4.814,00		243.750,00	27/05/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032182229	732593	MUNICIPIO DE DUARTINA - SP	243.750,00	5.000,00		243.750,00	18/06/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032182115	732594	MUNICIPIO DE LAGOINHA - SP	292.500,00	5.192,10		292.500,00	08/06/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032233104	732841	MUNICIPIO DE NOVA INDEPENDENCIA - SP	390.000,00	130.000,00		390.000,00	21/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032181974	732842	MUNICIPIO DE MOMBUCA - SP	390.000,00	50.200,00		390.000,00	22/07/2010	22/01/2012	Adimplente
2	032182001	732843	MUNICIPIO DE TUPI PAULISTA - SP	292.500,00	39.500,00		292.500,00	25/08/2010	05/02/2013	Adimplente
2	032233218	732844	MUNICIPIO DE GUARACAI - SP	390.000,00	95.000,00		390.000,00	21/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032185852	732926	MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDOES - SP	292.500,00	187.500,00		292.500,00	27/12/2010	27/11/2012	Adimplente
2	032328122	733009	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	390.000,00	7.710,00		390.000,00	24/06/2010	24/03/2012	Adimplente
2	032328018	733010	MUNICIPIO DE GODOY MOREIRA - PR	243.750,00	5.250,00		243.750,00	22/06/2010	30/01/2012	Adimplente
2	032327981	733011	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	243.750,00	5.875,00		243.750,00	14/12/2010	29/03/2012	Adimplente
2	032327877	733012	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	224.250,00	4.460,00		224.250,00	09/06/2010	09/01/2012	Adimplente
2	032327763	733013	MUNICIPIO DE MERCEDES - PR	224.250,00	4.520,00		224.250,00	11/06/2010	11/06/2012	Adimplente
2	032327659	733014	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR	292.500,00	153.000,00		292.500,00	01/06/2010	01/06/2012	Adimplente
2	032327544	733015	MUNICIPIO DE MARUMBI - PR	487.500,00	10.000,00		487.500,00	12/05/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032327439	733016	MUNICIPIO DE LUNARDELLI - PR	243.750,00	56.250,00		243.750,00	05/07/2010	31/01/2012	Adimplente
2	032444392	733784	MUNICIPIO DE RIBEIROPOLIS - SE	438.750,00	51.250,00		438.750,00	23/08/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032450764	733785	MUNICIPIO DE JUPI - PE	243.750,00	12.000,00			14/01/2011	19/12/2012	Adimplente
2	032450650	733787	MUNICIPIO DE TAMANDARE - PE	292.500,00	41.502,45	292.500,00	292.500,00	23/12/2010	18/12/2012	Adimplente
2	032450545	733788	MUNICIPIO DE IBIRAJUBA - PE	146.250,00	12.000,00			17/12/2010	11/12/2012	Adimplente
2	032450430	733789	MUNICIPIO DE ITAPETIM - PE	682.500,00	19.500,00		682.500,00	24/08/2010	04/11/2012	Adimplente
2	032450326	733790	MUNICIPIO DE ABEL FIGUEIREDO - PA	487.500,00	60.000,00		487.500,00	16/09/2010	16/01/2012	Adimplente
2	032444288	733791	MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	97.500,00	2.500,00		97.500,00	14/06/2010	04/06/2012	Adimplente
2	032446343	733792	MUNICIPIO DE SAO MATEUS - ES	117.000,00	42.000,00		117.000,00	14/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032444174	733793	MUNICIPIO DE ARRAIAS - TO	243.750,00	6.250,00		243.750,00	27/12/2010	27/04/2013	Adimplente

2	032449295	733794	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO	390.000,00	9.500,00		390.000,00	07/12/2010	29/10/2012	Adimplente
2	032449181	733796	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO - ES	146.250,00	13.250,00		146.250,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032447588	733797	MUNICIPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE	487.500,00	36.091,00		487.500,00	02/12/2010	18/08/2012	Adimplente
2	032443931	733799	MUNICIPIO DE NOVA GUARITA - MT	97.500,00	2.500,00			10/08/2010	03/08/2013	Adimplente
2	032447473	733800	MUNICIPIO DE PEDRA MOLE - SE	146.250,00	3.750,00		146.250,00	22/11/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032449077	733804	MUNICIPIO DE CUMBE - SE	97.500,00	7.500,00			20/10/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032448948	733805	MUNICIPIO DE GOVERNADOR DE DIX-SEPT ROSADO - RN	97.500,00	3.500,00			17/12/2010	10/12/2012	Adimplente
2	032450212	733806	MUNICIPIO DE PARNAMIRIM - PE	341.250,00	8.750,00	341.250,00	341.250,00	06/04/2011	03/11/2013	Adimplente
2	032450108	733807	MUNICIPIO DE BOA VISTA - RR	3.607.500,00	180.375,00	165.945,00	165.945,00	16/12/2010	26/10/2013	Adimplente
2	032450095	733808	MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BA	585.000,00	20.000,00		585.000,00	24/12/2010	05/05/2012	Adimplente
2	032449631	733811	MUNICIPIO DE PORCIUNCULA - RJ	438.750,00	11.250,00		438.750,00	15/12/2010	20/01/2014	Adimplente
2	032448720	733812	MUNICIPIO DE MALHADOR - SE	126.750,00	9.200,00		126.750,00	18/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032448616	733813	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO - ES	195.000,00	300.000,00		195.000,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032449850	733816	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	126.750,00	7.050,00		126.750,00	20/07/2010	01/09/2012	Adimplente
2	032449745	733817	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE PIRABAS - PA	624.000,00	16.000,00	624.000,00	624.000,00	17/12/2010	17/12/2012	Adimplente
2	032448502	733818	MUNICIPIO DE CEDRO - PE	195.000,00	14.000,00		195.000,00	13/12/2010	19/12/2012	Adimplente
2	032443713	733819	MUNICIPIO DE MENDES - RJ	195.000,00	21.663,33		195.000,00	16/12/2010	09/05/2013	Adimplente
2	032448498	733820	MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO - PR	117.000,00	5.800,00		117.000,00	28/07/2010	22/11/2012	Adimplente
2	032449527	733821	MUNICIPIO DE SORRISO - MT	195.000,00	9.668,00	195.000,00	195.000,00	16/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032443609	733822	MUNICIPIO DE PATI DE ALFERES - RJ	146.250,00	49.418,00		146.250,00	17/12/2010	16/04/2013	Adimplente
2	032443596	733823	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT	97.500,00	2.500,00		97.500,00	24/12/2010	09/12/2012	Adimplente
2	032443481	733826	MUNICIPIO DE NAZARE PAULISTA - SP	438.750,00	44.455,00		438.750,00	27/12/2010	27/12/2013	Adimplente
2	032440977	733829	MUNICIPIO DE IPUBI - PE	291.000,00	61.000,00			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032448166	733831	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR	341.250,00	27.300,00		341.250,00	17/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032448052	733832	MUNICIPIO DE CASTELO - ES	243.750,00	4.974,49	243.750,00	243.750,00	30/11/2010	01/11/2013	Adimplente
2	032444842	733834	MUNICIPIO DE ANCHIETA - ES	146.250,00	12.750,00			31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032444738	733835	MUNICIPIO DE BELA VISTA DE GOIAS - GO	97.500,00	21.600,00		97.500,00	29/11/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032444624	733837	MUNICIPIO DE CARIRA - SE	195.000,00	13.333,33		195.000,00	30/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032444405	733839	MUNICIPIO DE ALTO DO RODRIGUES - RN	292.500,00	6.586,62			20/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	032447923	733841	MUNICIPIO DE INDIANA - SP	146.250,00	27.250,57		146.250,00	15/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	032447705	733860	MUNICIPIO DE VEREDA - BA	487.500,00	12.500,00		487.500,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032447692	733861	MUNICIPIO DE RIO MARIA - PA	536.250,00	43.750,00	536.250,00	536.250,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032446781	733862	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE - PA	292.500,00	8.775,00	292.500,00	292.500,00	29/11/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032446677	733863	MUNICIPIO DE HIDROLINA - GO	121.875,00	3.125,00		121.875,00	25/11/2010	30/06/2013	Adimplente

2	032446563	733864	MUNICIPIO DE AMAPORA - PR	195.000,00	8.500,00		195.000,00	13/08/2010	30/01/2013	Adimplente
2	032440644	733865	MUNICIPIO DE VALENCA - RJ	146.250,00	12.780,00		146.250,00	09/06/2010	28/04/2013	Adimplente
2	032447255	733867	MUNICIPIO DE MATRINCHA - GO	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032447140	733868	MUNICIPIO DE MIMOSO DO SUL - ES	390.000,00	130.000,00		390.000,00	10/11/2010	01/11/2013	Adimplente
2	032447036	733871	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO SUL - PR	146.250,00	2.524,60		146.250,00	24/09/2010	24/09/2012	Adimplente
2	032446239	733872	MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS - GO	97.500,00	18.500,00	97.500,00	97.500,00	24/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032446125	733873	MUNICIPIO DE HIDROLINA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	25/11/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032446908	733874	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE	195.000,00	5.000,00		195.000,00	02/07/2010	25/06/2012	Adimplente
2	032446011	733876	MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS - RO	273.000,00	-		273.000,00	30/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032445984	733877	MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT	195.000,00	34.855,05	195.000,00	195.000,00	30/12/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032445870	733880	MUNICIPIO DE NOVA CRIXAS - GO	195.000,00	95.000,00		195.000,00	10/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032445766	733881	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA - SP	126.750,00	23.500,00		126.750,00	29/11/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032442571	733882	MUNICIPIO DE CANHOBA - SE	195.000,00	15.000,00		195.000,00	10/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032445652	733883	MUNICIPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR	146.250,00	6.850,00		146.250,00	01/07/2010	01/04/2012	Adimplente
2	032445547	733886	MUNICIPIO DE TOBIAS BARRETO - SE	195.000,00	15.000,00		195.000,00	01/10/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032445432	733887	MUNICIPIO DE BREJINHO - RN	234.000,00	7.020,00			16/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	032445328	733888	MUNICIPIO DE PORTO DO MANGUE - RN	97.500,00	10.000,00		97.500,00	17/11/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032445214	733890	MUNICIPIO DE NOVA MUTUM - MT	146.250,00	56.250,00		146.250,00	18/06/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032442466	733891	MUNICIPIO DE FATIMA - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	26/10/2010	26/04/2013	Adimplente
2	032445100	733892	MUNICIPIO DE HONORIO SERPA - PR	292.500,00	6.000,00		292.500,00	17/09/2010	17/10/2013	Adimplente
2	032445097	733893	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	288.120,00	5.880,00		288.120,00	20/07/2010	01/09/2012	Adimplente
2	032441660	733895	MUNICIPIO DE CAMPO BONITO - PR	195.000,00	11.000,00		195.000,00	16/07/2010	16/04/2012	Adimplente
2	032441556	733896	MUNICIPIO DE ALENQUER - PA	945.750,00	130.250,00		945.750,00	15/07/2010	28/09/2012	Adimplente
2	032441440	733897	MUNICIPIO DE DOURADINA - PR	97.500,00	35.867,15		97.500,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032441336	733898	MUNICIPIO DE GANDU - BA	146.250,00	4.800,00		146.250,00	21/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032442352	733899	MUNICIPIO DE MACUCO - RJ	438.750,00	10.091,25		438.750,00	17/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	032440425	733900	MUNICIPIO DE TRES RIOS - RJ	438.750,00	129.250,00		438.750,00	23/12/2010	23/03/2013	Adimplente
2	032441222	733901	MUNICIPIO DE OURO VERDE - SP	97.500,00	72.500,00		97.500,00	14/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	032442247	733902	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	121.875,00	3.025,00		121.875,00	23/11/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032443263	733903	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO - SP	117.000,00	15.750,00		117.000,00	16/12/2010	16/04/2012	Adimplente
2	032441004	733907	MUNICIPIO DE PALMITAL - SP	117.000,00	3.000,00		117.000,00	20/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032442029	733908	MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ	438.750,00	43.250,00		438.750,00	23/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	032443044	733909	MUNICIPIO DE ARAUA - SE	195.000,00	5.000,00	7.858,50	7.858,50	24/09/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032442916	733910	MUNICIPIO DE ISRAELANDIA - GO	146.250,00	3.218,00		146.250,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032442802	733911	MUNICIPIO DE CANDEIAS DO JAMARI - RO	273.000,00	16.000,00		273.000,00	30/12/2010	30/04/2013	Adimplente

2	032441992	733912	MUNICIPIO DE TANGUA - RJ	438.750,00	11.250,00		438.750,00	30/12/2010	22/06/2012	Adimplente
2	032440080	733913	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU - GO	121.875,00	10.125,00		121.875,00	22/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032440311	733915	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	341.250,00	174.750,00		341.250,00	14/12/2010	01/11/2012	Adimplente
2	032440194	733916	MUNICIPIO DE APERIBE - RJ	292.500,00	13.500,00		292.500,00	20/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032441774	733917	MUNICIPIO DE IGUABA GRANDE - RJ	438.750,00	31.250,00		438.750,00	30/12/2010	01/08/2013	Adimplente
2	032442799	733918	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	438.750,00	11.250,00		438.750,00	21/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032442685	733919	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO - MA	1.462.500,00	37.500,00	532.788,75	532.788,75	23/11/2010	29/11/2013	Adimplente
2	032439731	733920	MUNICIPIO DE APERIBE - RJ	438.750,00	19.250,00		438.750,00	20/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032440207	733921	MUNICIPIO DE CORREGO DO OURO - GO	121.875,00	3.125,00			31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	032439950	733922	MUNICIPIO DE MORRO DO CHAPEU - BA	390.000,00	24.828,04	195.000,00	195.000,00	31/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	032439845	733923	MUNICIPIO DE GLORIA - BA	975.000,00	20.000,00	7.117,50	7.117,50	30/12/2010	05/09/2014	Adimplente
2	032523618	734670	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - RJ	682.500,00	27.500,00		682.500,00	03/12/2010	27/02/2013	Adimplente
2	032526467	734672	MUNICIPIO DE VARGEM ALTA - ES	194.000,00	36.000,00		194.000,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032523504	734679	MUNICIPIO DE ESTRELA DO SUL - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032523490	734681	MUNICIPIO DE CRISTINAPOLIS - SE	117.000,00	97.000,00		117.000,00	22/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032526353	734682	MUNICIPIO DE CABROBO - PE	292.500,00	65.500,00		292.500,00	11/11/2010	06/11/2012	Adimplente
2	032527264	734683	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	195.000,00	15.000,00		195.000,00	02/09/2010	01/03/2012	Adimplente
2	032526917	734685	MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR	438.750,00	59.850,00		438.750,00	09/07/2010	09/03/2012	Adimplente
2	032526790	734686	MUNICIPIO DE PEDRA GRANDE - RN	195.000,00	5.000,00	9.360,00	9.360,00	15/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032526686	734687	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU - PR	195.000,00	6.000,00		195.000,00	29/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032523272	734717	MUNICIPIO DE AGUAS VERMELHAS - MG	438.750,00	41.250,00		438.750,00	29/07/2010	31/01/2012	Adimplente
2	032523168	734718	MUNICIPIO DE CEDRO DE SAO JOAO - SE	146.250,00	7.450,00	146.250,00	146.250,00	28/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032527378	734722	MUNICIPIO DE CURRAL DE DENTRO - MG	438.750,00	8.960,00		438.750,00	09/11/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032526248	734723	MUNICIPIO DE MARABA - PA	390.000,00	39.000,00	390.000,00	390.000,00	09/08/2010	29/04/2013	Adimplente
2	032523054	734725	MUNICIPIO DE AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE	97.500,00	2.500,00			27/10/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032526572	734726	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	487.500,00	42.500,00		487.500,00	10/06/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032522925	734731	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	360.750,00	98.650,00		360.750,00	02/08/2010	02/03/2012	Adimplente
2	032526134	734753	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO OESTE - PR	97.500,00	7.500,00		97.500,00	28/10/2010	24/05/2013	Adimplente
2	032526803	734766	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	146.250,00	4.750,00		146.250,00	21/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032520434	734768	MUNICIPIO DE IUNA - ES	214.500,00	125.500,00		214.500,00	08/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032526020	734770	MUNICIPIO DE RONDON - PR	390.000,00	210.000,00		390.000,00	15/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032520320	734772	MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES	195.000,00	5.000,00		195.000,00	13/12/2010	30/11/2012	Adimplente

2	032525889	734773	MUNICIPIO DE GOVERNADOR LINDEMBERG - ES	243.750,00	6.350,00	243.750,00	243.750,00	23/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032525775	734774	MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA - PR	97.500,00	37.500,00		97.500,00	09/07/2010	09/04/2012	Adimplente
2	032522694	734775	MUNICIPIO DE SALGADO - SE	146.250,00	5.000,00		146.250,00	26/08/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032525661	734776	MUNICIPIO DE TOLEDO - PR	117.000,00	63.517,55		117.000,00	07/07/2010	07/10/2012	Adimplente
2	032522580	734777	MUNICIPIO DE SALGADO - SE	146.250,00	5.000,00		146.250,00	23/08/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032522361	734779	MUNICIPIO DE CONFRESA - MT	146.250,00	2.985,00		146.250,00	26/10/2010	06/10/2013	Adimplente
2	032522257	734780	MUNICIPIO DE MONTE CARMELO - MG	243.750,00	6.858,56			08/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032522142	734781	MUNICIPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA - SE	195.000,00	10.000,00		195.000,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032525557	734782	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR	195.000,00	15.950,00		195.000,00	16/07/2010	13/04/2013	Adimplente
2	032522038	734783	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE - SE	419.250,00	70.750,00		419.250,00	17/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032521900	734784	MUNICIPIO DE ARAPUA - MG	97.500,00	10.500,00		97.500,00	24/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032525441	734785	MUNICIPIO DE MORRINHOS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	03/11/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032521783	734787	MUNICIPIO DE CUMBE - SE	195.000,00	15.000,00		195.000,00	22/11/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032525337	734789	MUNICIPIO DE ENCANTO - RN	214.500,00	20.500,00		214.500,00	21/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	032525119	734791	MUNICIPIO DE RESERVA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/11/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032525005	734792	MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDOES - SP	136.500,00	30.000,00		136.500,00	28/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032521565	734793	MUNICIPIO DE MEDINA - MG	200.048,26	4.082,62	200.048,26	200.048,26	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	032524966	734796	MUNICIPIO DE IUNA - ES	360.750,00	50.249,00		360.750,00	29/10/2010	01/12/2013	Adimplente
2	032521345	734798	MUNICIPIO DE ANDRELANDIA - MG	195.000,00	13.795,91	195.000,00	195.000,00	13/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032524852	734801	MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA - PR	146.250,00	11.750,00		146.250,00	09/07/2010	09/04/2012	Adimplente
2	032524633	734803	MUNICIPIO DE LINDOESTE - PR	97.500,00	2.000,00		97.500,00	25/08/2010	25/05/2012	Adimplente
2	032521127	734804	MUNICIPIO DE RESENDE - RJ	420.854,00	36.596,00		420.854,00	17/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032521013	734805	MUNICIPIO DE PEDRINHAS - SE	146.250,00	3.750,00		146.250,00	09/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032524529	734806	MUNICIPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR	97.500,00	3.300,00		97.500,00	14/06/2010	14/03/2012	Adimplente
2	032524414	734807	MUNICIPIO DE TARTARUGALZINHO - AP	975.000,00	20.000,00			31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032520986	734808	MUNICIPIO DE RIBEIROPOLIS - SE	146.250,00	3.750,00	9.140,63	9.140,63	27/09/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032520872	734809	MUNICIPIO DE CARDOSO MOREIRA - RJ	438.750,00	41.250,00		438.750,00	17/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032524300	734810	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	195.000,00	5.000,00		195.000,00	03/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032520768	734811	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT	195.000,00	5.000,00		195.000,00	09/07/2010	20/07/2012	Adimplente
2	032524297	734812	MUNICIPIO DE MANCIO LIMA - AC	146.250,00	3.050,00	18.617,63	18.617,63	22/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032524183	734813	MUNICIPIO DE ITAJAH - RN	97.500,00	2.500,00		97.500,00	15/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	032524079	734814	MUNICIPIO DE FRUTUOSO GOMES - RN	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	20/12/2010	20/06/2013	Adimplente
2	032520654	734816	MUNICIPIO DE VALENCA - RJ	438.750,00	51.250,00	438.750,00	438.750,00	09/06/2010	25/01/2013	Adimplente
2	032520549	734817	MUNICIPIO DE ENGENHEIRO PAULO DE	438.750,00	38.750,00		438.750,00	30/12/2010	28/04/2013	Adimplente

			FRONTIM - RJ							
2	032523940	734818	MUNICIPIO DE ATILIO VIVACQUA - ES	195.000,00	5.000,00		195.000,00	22/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032523836	734819	MUNICIPIO DE IPIGUA - SP	97.500,00	8.500,00		97.500,00	20/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032523722	734821	MUNICIPIO DE BARRA DO CHAPEU - SP	107.250,00	2.681,25		107.250,00	22/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032575389	735251	MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGARIO - MG	263.250,00	13.050,00	263.250,00	263.250,00	15/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032575275	735252	MUNICIPIO DE PARA DE MINAS - MG	292.500,00	49.391,22	146.250,00	146.250,00	28/12/2010	20/09/2013	Adimplente
2	032575161	735253	MUNICIPIO DE COROMANDEL - MG	97.500,00	6.000,00		97.500,00	30/06/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032575057	735254	MUNICIPIO DE UNAI - MG	107.250,00	10.725,00	107.250,00	107.250,00	29/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032687808	735255	MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO - SP	107.250,00	4.950,00			27/12/2010	19/05/2013	Adimplente
2	032574916	735256	MUNICIPIO DE CARANGOLA - MG	146.250,00	41.050,00		146.250,00	24/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032574802	735258	MUNICIPIO DE CARMO DO PARANAIBA - MG	682.500,00	137.500,00	682.500,00	682.500,00	17/06/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032574799	735259	MUNICIPIO DE BAMBUI - MG	97.500,00	17.800,00		97.500,00	04/11/2010	02/08/2012	Adimplente
2	032574685	735260	MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI - SP	146.250,00	6.893,00		146.250,00	27/08/2010	05/08/2012	Adimplente
2	032574571	735262	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO RIO VERDE - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	21/07/2010	30/08/2012	Adimplente
2	032579036	735263	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	146.250,00	3.750,00		146.250,00	03/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032574466	735264	MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA - MG	97.500,00	8.459,00	97.500,00	97.500,00	24/06/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032578895	735266	MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA - PR	146.250,00	18.866,28		146.250,00	22/10/2010	22/10/2012	Adimplente
2	032574352	735267	MUNICIPIO DE SANTANA DO JACARE - MG	97.500,00	6.900,00	97.500,00	97.500,00	13/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032578563	735270	MUNICIPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA - PA	975.000,00	58.551,68	320.970,00	320.970,00	22/07/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032578458	735271	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUACU - PR	146.250,00	11.100,00	146.250,00	146.250,00	09/07/2010	09/11/2012	Adimplente
2	032578343	735273	MUNICIPIO DE NOVA CANTU - PR	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	02/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032578239	735276	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	117.000,00	15.632,92		117.000,00	15/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032574133	735278	MUNICIPIO DE MOTUCA - SP	145.275,00	12.205,00	72.637,51	72.637,51	28/12/2010	27/04/2013	Adimplente
2	032578125	735279	MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL - PR	97.500,00	4.875,00		97.500,00	03/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032574029	735280	MUNICIPIO DE TRES PONTAS - MG	97.500,00	10.873,20		97.500,00	29/07/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032578011	735281	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - PR	97.500,00	39.381,60	17.774,25	17.774,25	04/08/2010	04/04/2013	Adimplente
2	032577984	735282	MUNICIPIO DE JANIOPOLIS - PR	97.500,00	37.500,00	97.500,00	97.500,00	20/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032577870	735283	MUNICIPIO DE VERE - PR	97.500,00	3.820,00	97.500,00	97.500,00	09/07/2010	09/11/2012	Adimplente
2	032573992	735284	MUNICIPIO DE AURIFLAMA - SP	97.500,00	2.500,00			16/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032577766	735286	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA - ES	195.000,00	64.700,00		195.000,00	29/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032687795	735288	MUNICIPIO DE PECANHA - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	10/11/2010	31/01/2012	Adimplente

2	032687681	735289	MUNICIPIO DE GUAPIARA - SP	109.200,00	10.607,87		109.200,00	31/12/2010	27/04/2013	Adimplente
2	032573660	735290	MUNICIPIO DE UBAPORANGA - MG	487.500,00	11.000,00		487.500,00	04/08/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032573556	735292	MUNICIPIO DE COLUNA - MG	195.000,00	15.000,00		195.000,00	10/06/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032577547	735293	MUNICIPIO DE IBITIRAMA - ES	195.000,00	30.800,00		195.000,00	27/10/2010	01/04/2012	Adimplente
2	032577432	735294	MUNICIPIO DE SERRINHA - RN	292.500,00	15.500,00		292.500,00	31/12/2010	10/07/2013	Adimplente
2	032579140	735295	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE ORIENTE - MG	97.500,00	9.500,00	97.500,00	97.500,00	22/06/2010	30/08/2012	Adimplente
2	032577328	735296	MUNICIPIO DE DONA INES - PB	195.000,00	6.032,00		195.000,00	30/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032577214	735298	MUNICIPIO DE CUITE - PB	195.000,00	15.000,00		195.000,00	21/09/2010	21/12/2013	Adimplente
2	032573440	735299	MUNICIPIO DE DESCOBERTO - MG	243.750,00	3.966,80	243.750,00	243.750,00	27/07/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032577097	735301	MUNICIPIO DE PAO DE ACUCAR - AL	175.500,00	3.700,00		175.500,00	31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	032573118	735304	MUNICIPIO DE ALTO CAPARAO - MG	146.250,00	2.984,69		146.250,00	27/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032576969	735305	MUNICIPIO DE MINADOR DO NEGRAO - AL	175.500,00	3.600,00		175.500,00	21/12/2010	11/12/2012	Adimplente
2	032688040	735306	MUNICIPIO DE ACUCENA - MG	341.250,00	7.000,00		341.250,00	25/06/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032573004	735307	MUNICIPIO DE PEDRALVA - MG	97.000,00	3.000,00			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032572977	735308	MUNICIPIO DE NOVA UNIAO - MG EX-JOSE DE MELO	97.500,00	5.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	31/01/2013	Adimplente
2	032572863	735309	MUNICIPIO DE TAPIRA - MG	131.625,00	16.559,00		131.625,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032579588	735310	MUNICIPIO DE CONCEICAO DAS ALAGOAS - MG	292.500,00	7.500,00		292.500,00	10/06/2010	31/07/2013	Adimplente
2	032572759	735311	MUNICIPIO DE ESTRELA DO SUL - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032576855	735312	MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR	97.000,00	5.734,26	2.366,80	2.366,80	31/12/2010	30/03/2014	Adimplente
2	032576740	735313	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA GRANDE - AL	175.500,00	4.000,00		175.500,00	21/12/2010	11/12/2012	Adimplente
2	032572644	735314	MUNICIPIO DE FRUTAL - MG	351.000,00	87.564,69	206.739,00	206.739,00	24/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	032576522	735316	MUNICIPIO DE MARIA HELENA - PR	97.500,00	6.257,68		97.500,00	10/09/2010	30/08/2013	Adimplente
2	032687912	735317	MUNICIPIO DE ACAIACA - MG	97.500,00	10.975,00		97.500,00	02/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032576417	735319	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	22/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032576303	735320	MUNICIPIO DE GOIANIRA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	24/12/2010	28/06/2012	Adimplente
2	032576072	735323	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA - AL	175.500,00	6.300,00		175.500,00	31/12/2010	29/04/2013	Adimplente
2	032575943	735324	MUNICIPIO DE PLACIDO DE CASTRO - AC	156.000,00	3.200,00		156.000,00	23/12/2010	22/07/2013	Adimplente
2	032575839	735325	MUNICIPIO DE BUJARI - AC	292.500,00	7.500,00		292.500,00	14/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032575725	735326	MUNICIPIO DE GOVERNADOR LINDEMBERG - ES	126.750,00	2.650,00		126.750,00	23/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032575611	735327	MUNICIPIO DE ITAGUACU - ES	390.000,00	35.000,00		390.000,00	17/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032575493	735329	MUNICIPIO DE GOVERNADOR LINDEMBERG - ES	390.000,00	20.000,00		390.000,00	23/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032504501	735470	MUNICIPIO DE ITAUBA - MT	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	19/12/2012	Adimplente
2	032663899	735773	MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC	195.000,00	155.000,00		195.000,00	15/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032663902	735779	MUNICIPIO DE RIQUEZA - SC	476.775,00	123.225,00		476.775,00	10/09/2010	10/01/2012	Adimplente

2	032669266	735797	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	292.500,00	97.500,00		292.500,00	14/12/2010	01/08/2013	Adimplente
2	032669152	735799	MUNICIPIO DE UPANEMA - RN	97.500,00	2.500,00			22/12/2010	17/12/2012	Adimplente
2	032669047	735805	MUNICIPIO DE ITALVA - RJ	487.500,00	30.000,00		487.500,00	31/12/2010	25/08/2013	Adimplente
2	032668469	735806	MUNICIPIO DE AGUIA BRANCA - ES	243.750,00	5.200,00		243.750,00	17/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032668355	735807	MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - SC	97.500,00	102.400,00	97.500,00	97.500,00	29/11/2010	26/07/2012	Adimplente
2	032668240	735809	MUNICIPIO DE IGARATA - SP	243.750,00	46.250,00		243.750,00	18/11/2010	18/05/2012	Adimplente
2	032665736	735811	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE UBA - RJ	97.500,00	12.500,00		97.500,00	30/12/2010	24/12/2012	Adimplente
2	032668805	735813	MUNICIPIO DE CURITIBANOS - SC	146.250,00	10.700,00		146.250,00	18/08/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032668792	735814	MUNICIPIO DE TAO - SC	97.500,00	102.500,00		97.500,00	23/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032668136	735815	MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU - SC	97.500,00	8.500,00		97.500,00	12/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032665622	735817	MUNICIPIO DE BAMBUI - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	28/10/2010	26/01/2013	Adimplente
2	032668022	735820	MUNICIPIO DE PETROLANDIA - SC	146.250,00	68.750,00		146.250,00	07/10/2010	10/08/2012	Adimplente
2	032667995	735822	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	20/09/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032666970	735824	MUNICIPIO DE PEROLA DO OESTE - PR	195.000,00	39.900,00		195.000,00	13/07/2010	12/03/2012	Adimplente
2	032666866	735826	MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032669370	735836	MUNICIPIO DE SETUBINHA - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/06/2010	29/02/2012	Adimplente
2	032668688	735837	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA - SE	97.500,00	2.500,00			22/09/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032666752	735838	MUNICIPIO DE WITMASUM - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	15/10/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032667777	735840	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR	97.500,00	8.500,00		97.500,00	12/07/2010	09/04/2013	Adimplente
2	032665390	735843	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	438.750,00	61.250,00		438.750,00	14/12/2010	01/08/2013	Adimplente
2	032667663	735966	MUNICIPIO DE CORDEIRO - RJ	243.750,00	12.187,50	243.750,00	243.750,00	24/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032665286	735967	MUNICIPIO DE RIO CLARO - RJ	195.000,00	4.000,00			23/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	032666647	735969	MUNICIPIO DE PEIXE BOI - PA	585.000,00	15.000,00	585.000,00	585.000,00	03/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032665172	735970	MUNICIPIO DE PASTOS BONS - MA	121.875,00	3.125,00		121.875,00	16/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	032665068	735971	MUNICIPIO DE RIO DAS FLORES - RJ	390.000,00	12.296,00	390.000,00	390.000,00	17/12/2010	15/04/2013	Adimplente
2	032664927	735972	MUNICIPIO DE SANTA RITA - MA	175.500,00	4.500,00		175.500,00	21/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032666533	735973	MUNICIPIO DE DONA EMMA - SC	97.500,00	5.435,00		97.500,00	01/09/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032666428	735974	MUNICIPIO DE ITAJOBÍ - SP	136.500,00	2.520,00		136.500,00	18/11/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032667559	735975	MUNICIPIO DE SIDROLANDIA - MS	146.250,00	16.798,30		146.250,00	21/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032667443	735976	MUNICIPIO DE TIROS - MG	97.500,00	9.500,00		97.500,00	15/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032667339	735978	MUNICIPIO DE VERE - PR	195.000,00	3.475,50		195.000,00	09/07/2010	09/08/2012	Adimplente
2	032666314	735980	MUNICIPIO DE CAMPINA DO SIMAO - PR	195.000,00	5.850,00		195.000,00	30/08/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032666200	735982	MUNICIPIO DE NEVES PAULISTA - SP	117.000,00	3.000,00		117.000,00	28/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032664813	735985	MUNICIPIO DE MACAMBIRA - SE	195.000,00	13.333,33		195.000,00	20/12/2010	31/12/2012	Adimplente

2	032664709	735986	MUNICIPIO DE GUIMARAES - MA	121.875,00	2.487,25		121.875,00	24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032667225	735988	MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE - RN	97.500,00	4.500,00		97.500,00	16/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	032667111	735989	MUNICIPIO DE CEDRAL - SP	136.500,00	3.500,00		136.500,00	14/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032667007	735990	MUNICIPIO DE QUEIROZ - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	21/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032666083	735991	MUNICIPIO DE ARIRANHA - SP	126.750,00	1.959,80		126.750,00	17/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	032665955	735993	MUNICIPIO DE JATEI - MS	341.250,00	6.964,29		341.250,00	20/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032665840	735994	MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD - SE	146.250,00	22.750,00		146.250,00	30/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032693934	736001	MUNICIPIO DE SENGES - PR	975.000,00	92.792,74		975.000,00	08/11/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032693820	736002	MUNICIPIO DE SAO TOME - PR	224.250,00	4.600,00		224.250,00	17/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032693602	736004	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO CAIUA - PR	224.250,00	8.818,18		224.250,00	03/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032693599	736008	MUNICIPIO DE TOMAZINA - PR	1.267.500,00	25.870,00		1.267.500,00	21/09/2010	14/03/2012	Adimplente
2	032693370	736010	MUNICIPIO DE ITAARA - RS	243.750,00	74.250,00		243.750,00	11/08/2010	05/02/2012	Adimplente
2	032693266	736011	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	585.000,00	86.700,00		585.000,00	28/09/2010	24/01/2013	Adimplente
2	032693152	736012	MUNICIPIO DE VALPARAISO - SP	585.000,00	32.000,00		585.000,00	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032690752	736013	MUNICIPIO DE MATINHOS - PR	195.000,00	18.582,50		195.000,00	17/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032690647	736014	MUNICIPIO DE NOVA LONDRINA - PR	195.000,00	54.923,90		195.000,00	13/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032688155	736015	MUNICIPIO DE LOANDA - PR	195.000,00	4.700,00		195.000,00	17/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032689401	736016	MUNICIPIO DE TIJUCAS DO SUL - PR	97.500,00	23.500,00		97.500,00	30/11/2010	31/01/2013	Adimplente
2	032688719	736017	MUNICIPIO DE ALTO PARANA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032688605	736018	MUNICIPIO DE PARANACITY - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	22/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032692919	736021	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	97.500,00	77.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032688487	736022	MUNICIPIO DE GUARINOS - GO	97.500,00	9.838,00		97.500,00	31/12/2010	10/02/2012	Adimplente
2	032692792	736024	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	25/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032692688	736026	MUNICIPIO DE CORREIA PINTO - SC	320.775,00	56.225,00		320.775,00	23/07/2010	16/01/2012	Adimplente
2	032692574	736027	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	03/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032692469	736028	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAQU - PR	97.500,00	11.760,00		97.500,00	20/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032692355	736031	MUNICIPIO DE TACURU - MS	97.500,00	3.000,00		97.500,00	13/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032692240	736032	MUNICIPIO DE ALCINOPOLIS - MS	195.000,00	115.000,00		195.000,00	14/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032689284	736033	MUNICIPIO DE APARECIDA DO RIO NEGRO - TO	97.500,00	3.015,46		97.500,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032692136	736035	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO CAROBA - PR	97.500,00	11.770,00		97.500,00	30/07/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032692022	736037	MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE - PR	97.500,00	1.881,00		97.500,00	06/09/2010	06/06/2012	Adimplente
2	032691995	736039	MUNICIPIO DE ICARAIMA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032691881	736040	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	03/09/2010	28/05/2013	Adimplente
2	032691663	736042	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	97.500,00	33.000,00		97.500,00	09/12/2010	26/10/2012	Adimplente

2	032691559	736043	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	195.000,00	38.068,18		195.000,00	21/12/2010	21/10/2012	Adimplente
2	032691443	736049	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR	97.500,00	5.500,00		97.500,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032690866	736051	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA PONTA - PA	195.000,00	4.000,00			29/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032691339	736053	MUNICIPIO DE SEVERINIA - SP	97.500,00	4.000,00		97.500,00	16/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	032690200	736054	MUNICIPIO DE ITA - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	14/10/2010	14/03/2012	Adimplente
2	032688269	736055	MUNICIPIO DE ORLANDIA - SP	97.500,00	3.015,46		97.500,00	22/12/2010	22/07/2012	Adimplente
2	032688373	736059	MUNICIPIO DE GUARACI - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	20/05/2013	Adimplente
2	032690083	736060	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	292.500,00	17.500,00		292.500,00	20/10/2010	20/04/2012	Adimplente
2	032691111	736062	MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL - SC	97.500,00	5.000,00		97.500,00	17/08/2010	26/10/2012	Adimplente
2	032689953	736063	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR	97.500,00	4.666,67		97.500,00	29/12/2010	29/09/2012	Adimplente
2	032691007	736065	MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - SC	97.500,00	16.500,00		97.500,00	26/11/2010	26/03/2012	Adimplente
2	032690533	736068	MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC	97.500,00	6.030,00		97.500,00	09/11/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032689734	736069	MUNICIPIO DE CABIXI - RO	97.500,00	15.000,00		97.500,00	27/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032690428	736070	MUNICIPIO DE LINDOESTE - PR	97.500,00	2.000,00		97.500,00	13/08/2010	13/05/2012	Adimplente
2	032689620	736071	MUNICIPIO DE SAO JOAO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	19/07/2010	19/05/2012	Adimplente
2	032690314	736074	MUNICIPIO DE ARIQUEMES - RO	97.500,00	6.450,00		97.500,00	03/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032688823	736076	MUNICIPIO DE SAO SIMAO - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/12/2010	17/05/2012	Adimplente
2	032690970	736077	MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT	195.000,00	4.000,00		195.000,00	01/09/2010	04/09/2012	Adimplente
2	032689066	736080	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT	146.250,00	3.750,00		146.250,00	30/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	032693047	736082	MUNICIPIO DE PADRE BERNARDO - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	25/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032710357	736203	MUNICIPIO DE IBIPORA - PR	487.500,00	41.115,46		487.500,00	30/11/2010	30/05/2012	Adimplente
2	032711822	736204	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	243.750,00	61.250,00		243.750,00	09/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032711718	736205	MUNICIPIO DE BARRA DO JACARE - PR	146.250,00	5.000,00		146.250,00	08/09/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032711604	736206	MUNICIPIO DE PARANAVAI - PR	97.500,00	24.375,00		97.500,00	03/09/2010	28/02/2014	Adimplente
2	032710242	736207	MUNICIPIO DE ALTO PARANA - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032710138	736209	MUNICIPIO DE MARILANDIA DO SUL - PR	390.000,00	216.000,00		390.000,00	24/12/2010	24/06/2012	Adimplente
2	032710024	736210	MUNICIPIO DE QUINTA DO SOL - PR	146.250,00	3.000,00		146.250,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032711591	736211	MUNICIPIO DE CANTAGALO - PR	292.500,00	20.140,57		292.500,00	24/09/2010	24/09/2012	Adimplente
2	032712515	736212	MUNICIPIO DE SERTAO SANTANA - RS	97.500,00	5.500,00		97.500,00	12/06/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032712400	736213	MUNICIPIO DE BOZANO - RS	97.500,00	6.800,00		97.500,00	16/06/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032711486	736214	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	292.500,00	9.813,11	146.250,00	146.250,00	03/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032712952	736215	MUNICIPIO DE ARAGUAPAZ - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	06/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032708533	736217	MUNICIPIO DE VERA - MT	146.250,00	3.750,00		146.250,00	11/06/2010	31/07/2013	Adimplente
2	032709995	736220	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CALCADO - ES	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	01/11/2013	Adimplente
2	032708428	736221	MUNICIPIO DE JANDAIA - GO	97.500,00	2.925,00		97.500,00	26/07/2010	30/11/2012	Adimplente

2	032709881	736222	MUNICIPIO DE ALVARAES - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	07/12/2010	07/12/2012	Adimplente
2	032711154	736228	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES - PR	146.250,00	37.272,52		146.250,00	30/11/2010	26/11/2012	Adimplente
2	032711049	736231	MUNICIPIO DE JURUA - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	16/12/2010	16/12/2012	Adimplente
2	032709663	736232	MUNICIPIO DE MANTENOPOLIS - ES	145.500,00	4.400,00		145.500,00	23/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032710794	736243	MUNICIPIO DE JOANOPOLIS - SP	438.750,00	66.245,00		438.750,00	17/12/2010	27/02/2013	Adimplente
2	032709443	736244	MUNICIPIO DE MARAA - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	29/06/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032709339	736245	MUNICIPIO DE ANAMA - AM	97.500,00	2.500,00		97.500,00	28/06/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032708200	736247	MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO	97.500,00	5.000,00		97.500,00	09/11/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032708197	736257	MUNICIPIO DE CEZARINA - GO	97.500,00	3.500,00		97.500,00	22/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032708083	736258	MUNICIPIO DE TANQUE D'ARCA - AL	195.000,00	4.000,00		195.000,00	17/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032707840	736263	MUNICIPIO DE CLAUDIA - MT	146.250,00	2.985,00		146.250,00	14/07/2010	16/07/2012	Adimplente
2	032712629	736271	MUNICIPIO DE RUBIATABA - GO	97.500,00	16.900,00		97.500,00	19/11/2010	01/10/2012	Adimplente
2	032710576	736274	MUNICIPIO DE OUREM - PA	780.000,00	86.684,05	780.000,00	780.000,00	16/11/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032712733	736294	MUNICIPIO DE CROMINIA - GO	97.500,00	2.920,00		97.500,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032709111	736295	MUNICIPIO DE CHA PRETA - AL	175.500,00	9.500,00		175.500,00	30/12/2010	28/04/2013	Adimplente
2	032709007	736296	MUNICIPIO DE LAJE DE MURIAE - RJ	97.500,00	21.525,00		97.500,00	20/12/2010	28/06/2012	Adimplente
2	032708866	736298	MUNICIPIO DE TERRA ROXA - PR	195.000,00	20.000,00		195.000,00	23/08/2010	23/03/2012	Adimplente
2	032708752	736299	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	195.000,00	22.372,49		195.000,00	25/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032708647	736300	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA - ES	390.000,00	269.000,00		390.000,00	29/12/2010	01/04/2013	Adimplente
2	032707736	736301	MUNICIPIO DE AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE	195.000,00	5.000,00		195.000,00	18/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032713080	736406	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RS	390.000,00	115.600,00		390.000,00	11/06/2010	01/07/2012	Adimplente
2	032751204	736555	MUNICIPIO DE CASA BRANCA - SP	195.000,00	10.500,00		195.000,00	24/09/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032751191	736558	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP	195.000,00	10.000,00		195.000,00	28/10/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032750959	736561	MUNICIPIO DE BURITIZAL - SP	194.000,00	5.000,00		194.000,00	31/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032750844	736563	MUNICIPIO DE PONTAL - SP	195.000,00	3.950,00		195.000,00	20/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032750730	736564	MUNICIPIO DE LEME - SP	195.000,00	14.544,00		195.000,00	10/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032750512	736569	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP	195.000,00	3.160,00		195.000,00	17/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032750407	736571	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO SUL - SP	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2010	27/08/2013	Adimplente
2	032751318	736685	MUNICIPIO DE BOTUCATU - SP	146.250,00	24.040,00	146.250,00	146.250,00	16/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032803436	736984	MUNICIPIO DE IPUEIRAS - TO	1.940.000,00	60.309,00			31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032800472	736985	MUNICIPIO DE BELA VISTA DE GOIAS - GO	585.000,00	43.483,01	585.000,00	585.000,00	21/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	032803218	736986	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	11/11/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032801833	736987	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	438.750,00	21.250,00		438.750,00	28/10/2010	01/09/2012	Adimplente

2	032801165	736992	MUNICIPIO DE CARLINDA - MT	243.750,00	5.000,00		243.750,00	28/09/2010	06/09/2013	Adimplente
2	032799764	736994	MUNICIPIO DE AVENILOPOLIS - GO	97.500,00	64.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032801051	736997	MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO	97.500,00	6.080,00	97.500,00	97.500,00	25/11/2010	27/09/2012	Adimplente
2	032799430	737001	MUNICIPIO DE AMORINOPOLIS - GO	243.750,00	6.250,00		243.750,00	16/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032800922	737003	MUNICIPIO DE BONFIM - RR	955.500,00	19.500,00		955.500,00	05/08/2010	29/08/2012	Adimplente
2	032802963	737007	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	97.500,00	3.100,00		97.500,00	21/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032802859	737009	MUNICIPIO DE CATURAI - GO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	30/11/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032802180	737010	MUNICIPIO DE ORIZONA - GO	97.500,00	3.100,00		97.500,00	05/11/2010	25/11/2012	Adimplente
2	032800704	737011	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	09/08/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032799326	737013	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS - GO	97.500,00	35.000,00		97.500,00	22/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032799108	737014	MUNICIPIO DE BURITI ALEGRE - GO	97.500,00	54.150,00		97.500,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032799545	737015	MUNICIPIO DE SAO BRAS - AL	175.500,00	4.500,00		175.500,00	21/12/2010	14/06/2013	Adimplente
2	032801615	737016	MUNICIPIO DE QUEIMADAS - PB	526.500,00	38.500,00		526.500,00	01/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032803541	737017	MUNICIPIO DE ADELANDIA - GO	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	06/12/2010	06/06/2012	Adimplente
2	032799095	737019	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA - MA	121.680,00	5.260,00		121.680,00	23/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	032799212	737020	MUNICIPIO DE SANCLERLANDIA - GO	146.250,00	4.500,00		146.250,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032798967	737021	MUNICIPIO DE CARMO DO RIO VERDE - GO	97.500,00	2.500,00			24/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	032803988	737023	MUNICIPIO DE OLIVENCA - AL	175.500,00	7.500,00		175.500,00	23/12/2010	23/12/2012	Adimplente
2	032800587	737028	MUNICIPIO DE BURITINOPOLIS - GO	97.500,00	6.400,00		97.500,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032802744	737031	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - GO	97.500,00	6.600,00		97.500,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032802630	737033	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032801383	737034	MUNICIPIO DE TABOLEIRO GRANDE - RN	97.500,00	12.500,00		97.500,00	31/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	032803760	737035	MUNICIPIO DE UIRAPURU - GO	97.500,00	2.500,00			21/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032802526	737036	MUNICIPIO DE VILA PROPICIO - GO	97.500,00	20.720,00		97.500,00	15/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032801279	737038	MUNICIPIO DE FENIX - PR	117.000,00	12.400,00	117.000,00	117.000,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032799878	737039	MUNICIPIO DE DUQUE BACELAR - MA	292.500,00	12.187,50		292.500,00	31/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	032804129	737200	MUNICIPIO DE ENEAS MARQUES - PR	185.250,00	3.665,28		185.250,00	30/08/2010	28/02/2012	Adimplente
2	032804015	737206	MUNICIPIO DE CAMPESTRE DE GOIAS - GO	97.500,00	26.348,88			31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032823905	737260	MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS - RN	136.500,00	30.500,00		136.500,00	10/09/2010	10/03/2012	Adimplente
2	032826190	737262	MUNICIPIO DE MONTANHAS - RN	126.750,00	3.250,00			31/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	032825625	737264	MUNICIPIO DE BARRA DO CHAPEU - SP	97.500,00	3.090,00		97.500,00	22/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032825511	737266	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA - PB	146.250,00	3.750,00		146.250,00	23/11/2010	21/10/2012	Adimplente
2	032823892	737269	MUNICIPIO DE UMARIZAL - RN	97.500,00	3.000,00		97.500,00	31/12/2010	10/02/2013	Adimplente
2	032825406	737270	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	243.750,00	84.040,06	121.875,01	121.875,01	29/12/2010	17/12/2014	Adimplente
2	032826086	737271	MUNICIPIO DE PEDRA GRANDE - RN	117.000,00	13.000,00		117.000,00	02/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	032825289	737274	MUNICIPIO DE FEIRA NOVA - SE	429.000,00	71.000,00		429.000,00	27/12/2010	31/12/2012	Adimplente

2	032825175	737276	MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT	195.000,00	66.623,29	4.699,50	4.699,50	30/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032824920	737278	MUNICIPIO DE CUNHA - SP	210.700,00	4.300,00	210.700,00	210.700,00	22/12/2010	22/12/2012	Adimplente
2	032824816	737279	MUNICIPIO DE IGARATA - SP	136.500,00	32.500,00		136.500,00	13/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	032823788	737280	MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR	146.250,00	3.750,00		146.250,00	23/07/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032823674	737281	MUNICIPIO DE UMBUZEIRO - PB	243.750,00	7.539,00		243.750,00	14/12/2010	13/12/2013	Adimplente
2	032823560	737282	MUNICIPIO DE UMUARAMA - PR	195.000,00	125.000,00		195.000,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032823455	737283	MUNICIPIO DE ESPERANCA NOVA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032824699	737286	MUNICIPIO DE APUI - AM	438.750,00	49.000,00		438.750,00	30/06/2010	30/08/2013	Adimplente
2	032824147	737287	MUNICIPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHAO - MA	121.875,00	3.125,00		121.875,00	23/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	032851001	737402	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	97.500,00	14.500,00		97.500,00	28/12/2010	28/04/2013	Adimplente
2	032828139	737403	MUNICIPIO DE RIACHINHO - MG	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	17/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032851115	737407	MUNICIPIO DE SEDE NOVA - RS	97.500,00	1.683,00		97.500,00	12/08/2010	28/02/2013	Adimplente
2	032850974	737408	MUNICIPIO DE JACUPIRANGA - SP	136.500,00	13.500,00		136.500,00	13/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032827000	737409	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	07/07/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032826973	737410	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO JACINTO - MG	585.000,00	20.000,00		585.000,00	29/06/2010	31/01/2013	Adimplente
2	032828025	737411	MUNICIPIO DE GOIO-ERE - PR	97.500,00	16.093,20		97.500,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032826869	737412	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	13/08/2010	30/01/2013	Adimplente
2	032826755	737413	MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032827998	737414	MUNICIPIO DE VERE - PR	146.250,00	2.802,00		146.250,00	17/09/2010	17/05/2012	Adimplente
2	032827884	737415	MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	26/08/2010	30/01/2013	Adimplente
2	032827770	737416	MUNICIPIO DE TAPIRA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	11/11/2010	16/10/2012	Adimplente
2	032827666	737417	MUNICIPIO DE TAPIRA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032826640	737418	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR	97.500,00	3.200,00		97.500,00	29/06/2010	29/03/2012	Adimplente
2	032827552	737419	MUNICIPIO DE TAPIRA - PR	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032827446	737420	MUNICIPIO DE TAPIRA - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032826536	737421	MUNICIPIO DE ARCOS - MG	92.625,00	9.298,40		92.625,00	29/10/2010	24/04/2013	Adimplente
2	032826317	737423	MUNICIPIO DE ESPERANCA NOVA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032827332	737424	MUNICIPIO DE MARIA HELENA - PR	97.500,00	2.500,00	73.095,75	73.095,75	10/09/2010	30/08/2013	Adimplente
2	032827228	737425	MUNICIPIO DE SAO JOAO - PR	97.500,00	4.620,00		97.500,00	15/10/2010	15/04/2012	Adimplente
2	032826203	737426	MUNICIPIO DE FAXINAL - PR	97.500,00	6.907,69		97.500,00	27/09/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032827114	737427	MUNICIPIO DE MARIA HELENA - PR	97.500,00	7.315,28		97.500,00	10/09/2010	30/08/2013	Adimplente
2	033012573	737656	MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES	146.250,00	3.000,00		146.250,00	09/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033016127	737659	MUNICIPIO DE JURUAIA - MG	195.000,00	33.000,00		195.000,00	14/07/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033016013	737663	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	16/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033016345	737666	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	97.500,00	8.500,00		97.500,00	13/07/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033015872	737670	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO TURVO - SP	109.200,00	3.000,00		109.200,00	16/12/2010	20/06/2013	Adimplente

2	033015768	737673	MUNICIPIO DE MORROS - MA	341.250,00	8.750,00	170.625,00	170.625,00	23/12/2010	29/11/2013	Adimplente
2	033012468	737676	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DA SERRA - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033016231	737680	MUNICIPIO DE TAPARUBA - MG	146.250,00	2.984,69		146.250,00	23/12/2010	29/02/2012	Adimplente
2	033012354	737688	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	97.500,00	3.293,45		97.500,00	24/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033012135	737711	MUNICIPIO DE TIROS - MG	243.750,00	86.250,00		243.750,00	19/07/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033012687	737760	MUNICIPIO DE JUNQUEIROPOLIS - SP	146.250,00	12.950,00	146.250,00	146.250,00	14/12/2010	05/03/2014	Adimplente
2	033011224	737762	MUNICIPIO DE IAPU - MG	97.500,00	3.800,00		97.500,00	27/07/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033011110	737763	MUNICIPIO DE ITAIBE - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	09/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033011006	737765	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	92.625,00	7.425,00		92.625,00	05/08/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033014062	737766	MUNICIPIO DE MONCOES - SP	146.250,00	3.000,00		146.250,00	21/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033013933	737767	MUNICIPIO DE QUELUZ - SP	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	09/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033013829	737768	MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC	292.500,00	27.500,00		292.500,00	12/08/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033013715	737770	MUNICIPIO DE IRAPUA - SP	195.000,00	5.000,00		195.000,00	23/11/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033011994	737771	MUNICIPIO DE MORRINHOS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033010979	737772	MUNICIPIO DE IPERO - SP	97.500,00	9.550,00		97.500,00	22/12/2010	10/05/2013	Adimplente
2	033013601	737774	MUNICIPIO DE LAGOINHA - SP	243.750,00	4.914,22	2.705,63	2.705,63	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033013598	737775	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - SP	108.640,00	15.000,00		108.640,00	31/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	033015099	737778	MUNICIPIO DE GALIA - SP	243.750,00	25.250,00		243.750,00	21/12/2010	20/08/2012	Adimplente
2	033013379	737779	MUNICIPIO DE ANDRADINA - SP	146.250,00	14.625,00		146.250,00	15/12/2010	10/07/2012	Adimplente
2	033013265	737782	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	21/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033013151	737784	MUNICIPIO DE AVAI - SP	146.250,00	9.650,00		146.250,00	23/12/2010	20/11/2012	Adimplente
2	033015216	737785	MUNICIPIO DE FREI ROGERIO - SC	195.000,00	23.500,00		195.000,00	19/08/2010	10/08/2012	Adimplente
2	033010865	737786	MUNICIPIO DE ROMARIA - MG	92.625,00	7.390,14		92.625,00	28/09/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033015102	737787	MUNICIPIO DE TERRA ROXA - SP	146.250,00	10.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033013046	737788	MUNICIPIO DE VISEU - PA	1.755.000,00	74.000,00		1.755.000,00	17/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033014626	737789	MUNICIPIO DE JAGUARUNA - SC	156.000,00	42.000,00		156.000,00	22/12/2010	06/12/2012	Adimplente
2	033011662	737791	MUNICIPIO DE SENADOR MODESTINO GONCALVES - MG	487.500,00	8.840,00		487.500,00	20/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033014407	737794	MUNICIPIO DE BONITO - BA	243.750,00	5.000,00		243.750,00	28/12/2010	05/11/2012	Adimplente
2	033014394	737824	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	97.500,00	-			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033014280	737826	MUNICIPIO DE AURILANDIA - GO	97.500,00	12.564,37	3.588,00	3.588,00	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033014959	737827	MUNICIPIO DE AGUA BRANCA - AL	97.500,00	3.000,00		97.500,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033010751	737829	MUNICIPIO DE PORTO FIRME - MG	487.500,00	10.500,00		487.500,00	24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033012791	737830	MUNICIPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP	146.250,00	21.282,00	146.250,00	146.250,00	20/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	033011442	737831	MUNICIPIO DE PATROCINIO - MG	92.625,00	10.507,25		92.625,00	06/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033011338	737832	MUNICIPIO DE CRUCILANDIA - MG	195.000,00	3.979,60	9.067,50	195.000,00	17/12/2010	20/09/2012	Adimplente

2	032913916	738148	MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	13/08/2010	10/02/2012	Adimplente
2	032913029	738151	MUNICIPIO DE ITAPACI - GO	97.500,00	45.500,00		97.500,00	20/09/2010	31/01/2012	Adimplente
2	032912992	738157	MUNICIPIO DE PINHEIROS - ES	146.250,00	5.000,00		146.250,00	07/12/2010	01/09/2013	Adimplente
2	032912888	738189	MUNICIPIO DE MORRO DA FUMACA - SC	156.000,00	55.000,00		156.000,00	10/08/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032914713	738196	MUNICIPIO DE TURVO - SC	273.000,00	5.739,00		273.000,00	25/08/2010	20/12/2012	Adimplente
2	032913799	738206	MUNICIPIO DE BARROS CASSAL - RS	97.500,00	3.500,00		97.500,00	10/08/2010	30/01/2012	Adimplente
2	032908919	738225	MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL - PR	97.500,00	2.600,00		97.500,00	25/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032913685	738230	MUNICIPIO DE SAO PAULO DAS MISSOES - RS	97.500,00	2.700,00		97.500,00	15/07/2010	30/09/2012	Adimplente
2	032913571	738245	MUNICIPIO DE AUGUSTO PESTANA - RS	97.500,00	7.917,70		97.500,00	07/07/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032909047	738247	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	146.250,00	18.750,00		146.250,00	08/12/2010	08/04/2012	Adimplente
2	032910847	738257	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO - ES	438.750,00	46.250,00		438.750,00	22/12/2010	01/04/2012	Adimplente
2	032912118	738258	MUNICIPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC	195.000,00	38.700,00		195.000,00	29/11/2010	05/10/2012	Adimplente
2	032908469	738262	MUNICIPIO DE URUANA - GO	97.500,00	5.500,00		97.500,00	24/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032914827	738268	MUNICIPIO DE SILVANIA - GO	97.500,00	2.500,00	1.852,50	1.852,50	16/12/2010	16/11/2013	Adimplente
2	032910733	738277	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO - ES	195.000,00	90.000,00		195.000,00	22/12/2010	01/04/2012	Adimplente
2	032912004	738280	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	97.500,00	3.121,50			31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032909266	738285	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO SUL - PR	341.250,00	6.500,00		341.250,00	13/07/2010	13/06/2012	Adimplente
2	032908574	738292	MUNICIPIO DE ARAGUAPAZ - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	06/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033016450	738294	MUNICIPIO DE BRANQUINHA - AL	292.500,00	7.500,00		292.500,00	30/06/2010	11/02/2013	Adimplente
2	032911977	738303	MUNICIPIO DE ESTRELA D OESTE SP	877.500,00	117.500,00	877.500,00	877.500,00	02/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032913466	738310	MUNICIPIO DE RONDINHA - RS	97.500,00	6.500,00		97.500,00	26/08/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032914481	738314	MUNICIPIO DE SANTA JULIANA - MG	92.625,00	58.275,00		92.625,00	16/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032912336	738322	MUNICIPIO DE PARAISO - SC	146.250,00	122.750,00		146.250,00	20/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032911863	738344	MUNICIPIO DE SAO MARTINHO - SC	126.750,00	3.250,00		126.750,00	03/09/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032913352	738346	MUNICIPIO DE PRATA - MG	92.625,00	21.548,00	92.625,00	92.625,00	18/10/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032908792	738348	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	97.500,00	4.249,27		97.500,00	15/07/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032914931	738349	MUNICIPIO DE NOVO PLANALTO - GO	97.500,00	6.900,00		97.500,00	01/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032908805	738353	MUNICIPIO DE IGUATU - PR	146.250,00	14.250,00		146.250,00	16/07/2010	16/04/2012	Adimplente
2	032908688	738354	MUNICIPIO DE TERRA ROXA - PR	126.750,00	3.250,00		126.750,00	17/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032911644	738355	MUNICIPIO DE QUILOMBO - SC	97.500,00	72.500,00		97.500,00	03/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032911530	738356	MUNICIPIO DE PARANAVAI - PR	195.000,00	48.500,00		195.000,00	15/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032910065	738359	MUNICIPIO DE FORTALEZA DO TABOCAO - TO	146.250,00	3.250,00	146.250,00	146.250,00	15/12/2010	15/12/2013	Adimplente
2	032909599	738361	MUNICIPIO DE TOMBOS - MG	97.500,00	12.200,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032909484	738363	MUNICIPIO DE ANGELANDIA - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	16/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032909934	738364	MUNICIPIO DE JABOTI - PR	146.250,00	3.750,00		146.250,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032911311	738367	MUNICIPIO DE ILHOTA - SC	214.500,00	20.500,00		214.500,00	10/11/2010	30/11/2012	Adimplente

2	032911194	738368	MUNICIPIO DE JERONIMO MONTEIRO - ES	292.500,00	67.500,00		292.500,00	28/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032913133	738370	MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	97.500,00	3.900,00	97.500,00	97.500,00	23/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032909820	738371	MUNICIPIO DE LAVRAS - MG	175.500,00	34.500,00		175.500,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032909716	738373	MUNICIPIO DE PIEDADE DO RIO GRANDE - MG	146.250,00	3.750,00	23.941,13	23.941,13	29/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032910952	738376	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO	195.000,00	32.000,00	195.000,00	195.000,00	07/12/2010	07/06/2012	Adimplente
2	032909370	738377	MUNICIPIO DE PATROCINIO - MG	97.500,00	20.500,00		97.500,00	06/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	032909602	738401	MUNICIPIO DE LAGAMAR - MG	121.875,00	3.125,00		121.875,00	13/09/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032955122	738605	MUNICIPIO DE MARUMBI - PR	146.250,00	7.650,00		146.250,00	17/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032955560	738611	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIAO CENTRAL DO PR	585.000,00	26.549,73		585.000,00	30/12/2010	02/02/2012	Adimplente
2	032987081	738616	MUNICIPIO DE HONORIO SERPA - PR	224.250,00	74.750,00		224.250,00	23/07/2010	23/04/2012	Adimplente
2	032956585	738621	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO NORTE - ES	195.000,00	30.790,58	195.000,00	195.000,00	22/12/2010	01/11/2013	Adimplente
2	032986953	738622	MUNICIPIO DE SERRA AZUL - SP	341.250,00	13.750,00		341.250,00	17/12/2010	17/06/2012	Adimplente
2	032956470	738624	MUNICIPIO DE ITARANA - ES	273.000,00	30.000,00		273.000,00	23/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032956366	738628	MUNICIPIO DE SACRAMENTO - MG	92.625,00	9.375,00		92.625,00	16/12/2010	31/07/2014	Adimplente
2	032986848	738629	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO PARAINGA - SP	487.500,00	16.000,00		487.500,00	08/09/2010	30/03/2012	Adimplente
2	032955455	738632	MUNICIPIO DE NOVO CRUZEIRO - MG	341.250,00	24.283,32	170.625,00	170.625,00	30/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032986734	738634	MUNICIPIO DE CHARQUEADAS - RS	243.750,00	21.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032955340	738637	MUNICIPIO DE IBIA - MG	90.187,50	9.812,50		90.187,50	21/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032985155	738640	MUNICIPIO DE MARCELANDIA - MT	195.000,00	43.265,39	11.212,50	11.212,50	15/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032955236	738641	MUNICIPIO DE ESTRELA DO SUL - MG	90.187,50	9.812,50	90.187,50	90.187,50	31/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032985040	738644	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DE CANAA - ES	487.500,00	52.500,00		487.500,00	27/10/2010	01/04/2012	Adimplente
2	032955905	738648	MUNICIPIO DE RIACHAO - MA	121.875,00	3.125,00		121.875,00	15/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032956702	738658	MUNICIPIO DE PILOES - PB	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2010	26/04/2013	Adimplente
2	032956699	738662	MUNICIPIO DE LORETO - MA	121.875,00	19.000,00		121.875,00	27/12/2010	31/05/2012	Adimplente
2	032984783	738663	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	524.300,00	30.700,00		524.300,00	07/12/2010	01/12/2013	Adimplente
2	032956252	738667	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	87.750,00	85.339,08		87.750,00	17/09/2010	30/07/2013	Adimplente
2	032986620	738669	MUNICIPIO DE ANANINDEUA - PA	4.875.000,00	1.517.750,87	245.212,50	245.212,50	22/06/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032956147	738676	MUNICIPIO DE CONCEICAO - PB	292.500,00	7.500,00		292.500,00	04/09/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032986516	738681	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	2.925.000,00	326.000,00		2.925.000,00	02/07/2010	02/12/2013	Adimplente
2	032956033	738686	MUNICIPIO DE SACRAMENTO - MG	92.625,00	20.125,00		92.625,00	24/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	032986401	738687	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO - AL	175.000,00	9.600,00		175.000,00	31/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	032987312	738699	SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES - SETRAN	780.000,00	86.666,67			23/08/2010	30/09/2012	Adimplente

2	032986066	738712	MUNICIPIO DE AXIXA DO TOCANTINS - TO	195.000,00	12.000,00		195.000,00	31/12/2010	21/09/2012	Adimplente
2	032985823	738731	MUNICIPIO DE CENTENARIO - TO	195.000,00	6.030,92	195.000,00	195.000,00	14/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	032985719	738734	MUNICIPIO DE MIRANORTE - TO	97.000,00	4.015,46			31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032985605	738736	MUNICIPIO DE PEDRO AFONSO - TO	438.750,00	59.250,00	438.750,00	438.750,00	21/12/2010	21/12/2012	Adimplente
2	032985592	738739	MUNICIPIO DE CHAPADA DA NATIVIDADE - TO	243.750,00	6.250,00	121.875,00	121.875,00	07/12/2010	07/06/2013	Adimplente
2	032987195	738742	MUNICIPIO DE SAO SALVADOR DO TOCANTINS - TO	195.000,00	40.000,00	195.000,00	195.000,00	13/12/2010	13/12/2012	Adimplente
2	032985373	738751	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	877.500,00	22.500,00	356.177,25	356.177,25	27/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	032985269	738754	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	117.000,00	2.450,00		117.000,00	27/12/2010	26/04/2013	Adimplente
2	033020879	738848	MUNICIPIO DE GUIRICEMA - MG	487.500,00	9.780,00		487.500,00	27/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033020765	738849	MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS - RO	126.750,00	4.750,00		126.750,00	30/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033019633	738851	MUNICIPIO DE JUPIA - SC	97.500,00	25.500,00	97.500,00	97.500,00	09/09/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033020651	739135	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	390.000,00	8.500,00		390.000,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033019529	739138	MUNICIPIO DE COROACI - MG	97.500,00	12.700,00		97.500,00	31/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033020546	739141	MUNICIPIO DE SABAUDIA - PR	97.500,00	5.548,05	97.500,00	97.500,00	23/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033020431	739143	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	97.500,00	5.500,00		97.500,00	16/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033020327	739147	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIAS - GO	146.250,00	38.550,00		146.250,00	22/12/2010	15/08/2012	Adimplente
2	033019300	739149	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT	126.750,00	8.973,08			31/12/2010	15/12/2012	Adimplente
2	033020213	739151	MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL - MT	126.750,00	21.250,00		126.750,00	30/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033020109	739152	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	117.000,00	2.387,76		117.000,00	05/08/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033020096	739153	MUNICIPIO DE LIMA CAMPOS - MA	121.875,00	2.488,00		121.875,00	29/10/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033019297	739154	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ - PB	292.500,00	6.000,00		292.500,00	23/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033019747	739157	MUNICIPIO DE LIVRAMENTO - PB	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	22/11/2010	19/10/2012	Adimplente
2	033131718	739423	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	487.500,00	12.500,00		487.500,00	28/12/2010	28/04/2013	Adimplente
2	033101569	739463	MUNICIPIO DE IBIRACU - ES	97.500,00	7.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033120457	739466	MUNICIPIO DE PROMISSAO - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	22/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033120342	739469	MUNICIPIO DE IBAITI - PR	487.500,00	35.000,00		487.500,00	29/07/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033124218	739472	MUNICIPIO DE TABAPORA - MT	146.250,00	10.814,50		146.250,00	27/08/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033130461	739476	MUNICIPIO DE QUATRO IRMAOS - RS	97.500,00	120.400,00		97.500,00	30/09/2010	30/01/2012	Adimplente
2	033124104	739477	MUNICIPIO DE PARANAITA - MT	243.750,00	71.250,00		243.750,00	22/07/2010	14/07/2012	Adimplente
2	033133207	739480	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - MA	943.616,00	44.384,00		943.616,00	30/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033122165	739481	MUNICIPIO DE VERA - MT	146.250,00	3.750,00		146.250,00	13/07/2010	07/07/2012	Adimplente
2	033135928	739482	MUNICIPIO DE IGARATA - SP	975.000,00	117.500,00		975.000,00	18/11/2010	18/05/2012	Adimplente
2	033121368	739483	MUNICIPIO DE ARVOREDO - SC	146.250,00	48.750,00		146.250,00	15/07/2010	23/02/2012	Adimplente
2	033099834	739484	MUNICIPIO DE CANTANHEDE - MA	585.000,00	18.000,00	292.500,00	292.500,00	23/12/2010	01/07/2013	Adimplente

2	033096328	739488	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	97.500,00	72.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033125350	739489	MUNICIPIO DE SOBRADINHO - RS	97.500,00	67.500,00		97.500,00	20/08/2010	07/12/2012	Adimplente
2	033094481	739493	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	487.500,00	42.500,00	487.500,00	487.500,00	14/10/2010	01/04/2013	Adimplente
2	033101454	739495	MUNICIPIO DE JAURU - MT	146.250,00	21.200,00		146.250,00	27/09/2010	03/09/2013	Adimplente
2	033096214	739496	MUNICIPIO DE BUJARI - AC	97.500,00	3.500,00		97.500,00	14/12/2010	14/03/2013	Adimplente
2	033096100	739498	MUNICIPIO DE BUJARI - AC	97.500,00	5.500,00		97.500,00	14/12/2010	09/06/2013	Adimplente
2	033124436	739500	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUACU - PR	97.500,00	4.250,00		97.500,00	09/09/2010	09/09/2012	Adimplente
2	033094377	739501	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - RJ	390.000,00	40.000,00	390.000,00	390.000,00	20/12/2010	27/02/2013	Adimplente
2	033101349	739543	MUNICIPIO DE VASSOURAS - RJ	682.500,00	13.928,57	682.500,00	682.500,00	23/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033125579	739546	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RS	195.000,00	3.980,00		195.000,00	06/10/2010	01/01/2012	Adimplente
2	033135478	739548	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO NORTE - GO	146.250,00	2.984,69		146.250,00	20/10/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033101235	739551	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE - PA	292.500,00	13.463,33	292.500,00	292.500,00	24/12/2010	27/09/2013	Adimplente
2	033117504	739553	MUNICIPIO DE ANTONIO OLINTO - PR	146.250,00	64.750,00		146.250,00	21/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033099052	739555	MUNICIPIO DE PILAR DE GOIAS - GO	146.250,00	3.750,00			24/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033131154	739556	MUNICIPIO DE MARIANO MORO - RS	97.500,00	132.499,00		97.500,00	15/09/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033117490	739560	MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS - SP	97.500,00	66.000,00		97.500,00	15/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033117386	739562	MUNICIPIO DE URANIA - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	24/11/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033136389	739564	MUNICIPIO DE BREU BRANCO - PA	243.750,00	25.250,00		243.750,00	30/07/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033136943	739566	MUNICIPIO DE PINHEIRAL - RJ	292.500,00	125.500,00	292.500,00	292.500,00	24/12/2010	26/03/2013	Adimplente
2	033124091	739568	MUNICIPIO DE COTRIGUACU - MT	195.000,00	8.936,59	73.125,00	195.000,00	21/07/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033098923	739569	MUNICIPIO DE CAMPO LIMPO DE GOIAS - GO	146.250,00	3.750,00			31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	033136839	739570	MUNICIPIO DE AMARALINA - GO	146.250,00	18.750,00		146.250,00	16/12/2010	30/01/2012	Adimplente
2	033098819	739571	MUNICIPIO DE ARENOPOLIS - GO	146.250,00	3.750,00		146.250,00	05/11/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033120238	739572	MUNICIPIO DE CAETITE - BA	97.500,00	3.000,00	47.638,50	47.638,50	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033110338	739573	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO - SC	190.125,00	4.590,00		190.125,00	23/11/2010	03/06/2012	Adimplente
2	033098369	739577	MUNICIPIO DE MUCURICI - ES	243.750,00	256.250,00	243.750,00	243.750,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033113730	739578	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO NORTE - PR	146.250,00	33.750,00	5.001,75	5.001,75	15/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033110224	739579	MUNICIPIO DE JANIOPOLIS - PR	97.500,00	2.500,00	26.607,75	26.607,75	20/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033117272	739580	MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR	97.500,00	24.500,00		97.500,00	29/11/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033113626	739582	MUNICIPIO DE BOCAIUVA DO SUL - PR	146.250,00	30.250,00		146.250,00	16/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033098255	739585	MUNICIPIO DE RIO DE BANANAL - ES	243.750,00	99.050,00	243.750,00	243.750,00	17/12/2010	01/04/2013	Adimplente
2	033100543	739587	MUNICIPIO DE PENAPOLIS - SP	292.500,00	25.500,00		292.500,00	16/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033096097	739589	MUNICIPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - MA	243.750,00	7.750,00	243.750,00	243.750,00	27/12/2010	28/12/2012	Adimplente
2	033113512	739590	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	117.000,00	2.500,00		117.000,00	21/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033136725	739591	MUNICIPIO DE CRISTINAPOLIS - SE	146.250,00	3.750,00		146.250,00	13/09/2010	28/02/2013	Adimplente

2	033122947	739592	MUNICIPIO DE ALPINOPOLIS - MG	341.250,00	9.330,00		341.250,00	14/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033097677	739595	MUNICIPIO DE PORANGATU - GO	97.500,00	2.925,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033101121	739596	MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT	146.250,00	9.245,83	136.334,26	136.334,26	16/02/2011	01/02/2013	Adimplente
2	033117168	739599	MUNICIPIO DE TOMAZINA - PR	97.500,00	8.700,00		97.500,00	21/09/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033113407	739602	MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA - PR	117.000,00	3.000,00		117.000,00	10/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033135250	739603	MUNICIPIO DE CAMPINORTE - GO	146.250,00	3.000,00		146.250,00	16/12/2010	30/01/2012	Adimplente
2	033129881	739604	MUNICIPIO DE QUEVEDOS - RS	97.500,00	8.000,00		97.500,00	17/08/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033110110	739605	MUNICIPIO DE MARMELEIRO - PR	97.500,00	7.000,00		97.500,00	16/12/2010	28/09/2012	Adimplente
2	033113394	739609	MUNICIPIO DE ITAU - RN	136.500,00	34.230,00		136.500,00	06/12/2010	06/06/2012	Adimplente
2	033131049	739610	MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - PR	97.500,00	6.000,00	97.500,00	97.500,00	20/12/2010	15/09/2012	Adimplente
2	033120124	739611	MUNICIPIO DE RIO PRETO DA EVA - AM	146.250,00	21.250,00		146.250,00	30/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033123963	739617	MUNICIPIO DE QUARTEL GERAL - MG	487.500,00	10.000,00		487.500,00	13/07/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033110006	739618	MUNICIPIO DE OSCAR BRESSANE - SP	117.000,00	3.000,00		117.000,00	10/11/2010	20/11/2012	Adimplente
2	033095303	739622	MUNICIPIO DE PAPANDUVA - SC	146.250,00	3.000,00			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033113280	739624	MUNICIPIO DE IRAPUA - SP	165.750,00	33.750,00		165.750,00	15/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033125245	739626	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BARRA - MG	243.750,00	25.750,00		243.750,00	17/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033113176	739632	MUNICIPIO DE LINHARES - ES	291.000,00	104.700,00	291.000,00	291.000,00	31/12/2010	01/09/2013	Adimplente
2	033125131	739634	MUNICIPIO DE TRES CORACOES - MG	292.500,00	35.880,00		292.500,00	13/07/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033094263	739640	MUNICIPIO DE TABAPUA - SP	100.000,88	6.299,12		100.000,88	10/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033122051	739643	MUNICIPIO DE NOVO CABRAIS - RS	97.500,00	77.000,00		97.500,00	29/12/2010	06/03/2012	Adimplente
2	033120010	739644	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR	97.500,00	130.100,00		97.500,00	29/11/2010	29/09/2012	Adimplente
2	033133863	739649	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA - SP	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	15/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033119981	739651	MUNICIPIO DE VENTANIA - PR	195.000,00	8.000,00		195.000,00	26/11/2010	31/01/2012	Adimplente
2	033121922	739657	MUNICIPIO DE ARAPONGA - MG	292.500,00	5.958,00	292.500,00	292.500,00	26/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033119877	739662	MUNICIPIO DE CRUZ MALTINA - PR	97.500,00	60.000,00		97.500,00	21/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033113062	739665	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - SP	117.000,00	7.375,00	117.000,00	117.000,00	14/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033119763	739669	MUNICIPIO DE JURANDA - PR	146.250,00	33.250,00		146.250,00	25/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033133080	739670	MUNICIPIO DE CAPIVARI DE BAIXO - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	12/11/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033112933	739675	MUNICIPIO DE DOLCINOPOLIS - SP	126.750,00	3.250,00	126.750,00	126.750,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033125027	739676	MUNICIPIO DE MATUPA - MT	195.000,00	79.279,82	4.953,00	4.953,00	19/07/2010	31/07/2013	Adimplente
2	033095072	739677	MUNICIPIO DE LAVINIA - SP	156.000,00	34.000,00	156.000,00	156.000,00	10/12/2010	05/03/2014	Adimplente
2	033119659	739683	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	195.000,00	8.562,25	195.000,00	195.000,00	17/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033136275	739690	MUNICIPIO DE IPUMIRIM - SC	190.125,00	41.875,00		190.125,00	13/07/2010	05/05/2012	Adimplente
2	033119544	739693	MUNICIPIO DE BORBA - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	07/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033130807	739696	MUNICIPIO DE MONTENEGRO - RS	97.500,00	62.500,00		97.500,00	27/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033112601	739705	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	117.000,00	3.000,00		117.000,00	01/12/2010	28/10/2012	Adimplente
2	033119325	739709	MUNICIPIO DE CAAPIRANGA - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	16/12/2010	16/12/2012	Adimplente
2	033127622	739718	MUNICIPIO DE TUPANCI DO SUL - RS	146.250,00	7.050,00		146.250,00	17/09/2010	30/03/2012	Adimplente

2	033127518	739726	MUNICIPIO DE BOA VISTA DO BURICA - RS	97.500,00	6.500,00		97.500,00	20/10/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033112483	739732	MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES - SC	97.500,00	3.100,00		97.500,00	03/09/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033119211	739741	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	29/12/2010	29/09/2012	Adimplente
2	033116811	739747	MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO - ES	243.750,00	6.250,00			28/10/2010	01/09/2012	Adimplente
2	033122833	739754	MUNICIPIO DE MONTE CARMELO - MG	341.250,00	7.500,00		341.250,00	08/09/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033121818	739757	MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN - RS	97.500,00	11.050,00		97.500,00	28/09/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033134660	739758	MUNICIPIO DE MARABA - PA	390.000,00	39.000,00	390.000,00	390.000,00	20/09/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033127955	739768	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	121.875,00	7.477,07		121.875,00	07/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033112265	739771	MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS - RN	136.500,00	3.500,00		136.500,00	30/12/2010	10/08/2012	Adimplente
2	033130794	739774	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	121.875,00	10.625,00		121.875,00	13/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033098140	739781	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	97.500,00	9.800,00		97.500,00	24/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033135697	739783	MUNICIPIO DE SANTAREM	292.500,00	22.048,00		292.500,00	02/08/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033112151	739787	MUNICIPIO DE VIDEIRA - SC	97.500,00	147.000,00		97.500,00	29/09/2010	29/03/2012	Adimplente
2	033107591	739790	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RN	136.500,00	5.000,00			02/12/2010	10/02/2013	Adimplente
2	033109977	739794	MUNICIPIO DE PATROCINIO PAULISTA - SP	100.000,88	26.900,40		100.000,88	13/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	033099502	739796	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	146.250,00	33.750,00		146.250,00	20/07/2010	01/09/2012	Adimplente
2	033107486	739803	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - RN	136.500,00	13.144,32		136.500,00	20/12/2010	20/07/2013	Adimplente
2	033099498	739813	MUNICIPIO DE RUBIATABA - GO	292.500,00	23.348,09		292.500,00	29/11/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033121691	739820	MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS - MG	487.500,00	9.948,98		487.500,00	28/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033109863	739826	MUNICIPIO DE LUIZIANIA - SP	146.250,00	15.750,00		146.250,00	16/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033119094	739832	MUNICIPIO DE QUATRO PONTES - PR	97.500,00	62.470,00	97.500,00	97.500,00	17/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033108847	739835	MUNICIPIO DE PINHEIROS - ES	195.000,00	10.000,00		195.000,00	07/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033101017	739837	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - GO	146.250,00	3.605,00		146.250,00	22/12/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033093916	739840	MUNICIPIO DE MARECHAL THAUMATURGO - AC	585.000,00	14.480,00	585.000,00	585.000,00	22/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033109759	739843	MUNICIPIO DE ARAMINA - SP	100.000,88	4.166,88		100.000,88	05/11/2010	03/10/2012	Adimplente
2	033107372	739846	MUNICIPIO DE SANTANA DA PONTE PENSA - SP	117.000,00	2.345,98	117.000,00	117.000,00	17/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033098036	739850	MUNICIPIO DE BREJO GRANDE - SE	126.750,00	3.250,00	126,75	126,75	29/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033109644	739854	MUNICIPIO DE PANCAS - ES	243.750,00	6.550,00	243.750,00	243.750,00	23/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033111918	739866	MUNICIPIO DE AVAI - SP	100.000,88	14.899,12		100.000,88	23/12/2010	20/11/2012	Adimplente
2	033134556	739867	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR	97.500,00	2.800,00		97.500,00	30/07/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033107268	739872	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	126.750,00	11.250,00		126.750,00	17/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033134440	739875	MUNICIPIO DE PARANHOS - MS	97.500,00	4.500,00	58.197,75	58.197,75	23/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033137303	739880	MUNICIPIO DE SALINOPOLIS - PA	1.950.000,00	50.000,00	319.800,00	319.800,00	23/12/2010	30/09/2014	Adimplente
2	033116707	739885	MUNICIPIO DE MAUES - AM	975.000,00	416.010,73			28/12/2010	28/12/2012	Adimplente

2	033185200	739889	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	292.500,00	44.600,00		292.500,00	17/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033097458	739893	MUNICIPIO DE ITAIBE - MG	97.500,00	12.700,00		97.500,00	22/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033185197	739895	MUNICIPIO DE VARGINHA - MG	146.250,00	29.350,00		146.250,00	16/07/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033122615	739899	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	292.500,00	24.500,00		292.500,00	22/07/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033107154	739908	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	97.500,00	2.158,62	97.500,00	97.500,00	22/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033116694	739911	MUNICIPIO DE TANQUE NOVO - BA	146.250,00	3.750,00	73.125,00	73.125,00	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033121587	739912	MUNICIPIO DE ALTEROSA - MG	585.000,00	30.500,00		585.000,00	12/07/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033122501	739914	MUNICIPIO DE HONORIO SERPA - PR	107.250,00	1.942,80		107.250,00	19/07/2010	19/08/2012	Adimplente
2	033100210	739918	MUNICIPIO DE TAGUAI - SP	97.500,00	5.000,00		97.500,00	20/12/2010	20/04/2012	Adimplente
2	033099384	739919	MUNICIPIO DE RUBIATABA - GO	97.500,00	4.684,12		97.500,00	19/11/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033111804	739923	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	126.750,00	5.530,00		126.750,00	25/11/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033122497	739924	MUNICIPIO DE CAMPINORTE - GO	390.000,00	110.000,00	390.000,00	390.000,00	17/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033126042	739927	MUNICIPIO DE CRISTAL DO SUL - RS	97.500,00	8.000,00		97.500,00	18/08/2010	31/05/2012	Adimplente
2	033099270	739928	MUNICIPIO DE AMARANTE - MA	292.500,00	7.500,00			23/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033116580	739929	MUNICIPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA - PA	243.750,00	12.500,00		243.750,00	22/11/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033121254	739932	MUNICIPIO DE CAMPO DO MEIO - MG	243.750,00	17.950,00		243.750,00	12/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033111791	739935	MUNICIPIO DE TURVO - SC	97.500,00	114.500,00		97.500,00	26/07/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033121149	739938	MUNICIPIO DE MUZAMBINHO - MG	126.750,00	2.500,00		126.750,00	28/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033118966	739942	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	292.500,00	99.162,26	251.082,00	270.240,75	09/12/2010	09/05/2013	Adimplente
2	033116361	739944	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	97.500,00	106.218,61	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	033122383	739949	MUNICIPIO DE CANUDOS DO VALE - RS	97.500,00	4.200,00		97.500,00	11/08/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033106911	739950	MUNICIPIO DE GLORIA - BA	117.000,00	2.400,00		117.000,00	28/12/2010	05/09/2013	Adimplente
2	033116257	739954	MUNICIPIO DE LARANJAL DO JARI - AP	243.750,00	5.000,00		243.750,00	29/12/2010	29/06/2012	Adimplente
2	033128970	739958	MUNICIPIO DE UNA - BA	214.500,00	5.500,00		214.500,00	24/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033106807	739970	MUNICIPIO DE ITANHEM - BA	214.500,00	4.500,00		214.500,00	23/11/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033184942	739974	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - SP	146.250,00	17.950,00		146.250,00	27/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033116038	739979	MUNICIPIO DE NOVA VENEZA - GO	195.000,00	9.000,00		195.000,00	10/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033100980	739983	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMERIM - ES	243.750,00	28.950,00		243.750,00	17/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033111687	739984	MUNICIPIO DE SIDROLANDIA - MS	97.500,00	23.307,50		97.500,00	22/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033136611	739990	MUNICIPIO DE ARRAIAS - TO	97.500,00	8.500,00		97.500,00	27/12/2010	27/04/2013	Adimplente
2	033115900	740001	MUNICIPIO DE SEARA - SC	146.250,00	12.413,00		146.250,00	10/09/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033136507	740002	MUNICIPIO DE CANHOBA - SE	146.250,00	3.800,00		146.250,00	10/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033134336	740009	MUNICIPIO DE BREVES - PA	292.500,00	13.500,00		292.500,00	29/07/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033118747	740015	MUNICIPIO DE MARIAPOLIS - SP	97.500,00	45.873,91		97.500,00	30/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033115897	740016	MUNICIPIO DE AMAMBAI - MS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	09/11/2010	30/05/2012	Adimplente

2	033098705	740019	MUNICIPIO DE TOURINHO - MG	292.500,00	7.890,00		292.500,00	17/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033115783	740020	MUNICIPIO DE DUMONT - SP	97.500,00	27.000,00		97.500,00	29/11/2010	28/05/2012	Adimplente
2	033115679	740026	MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PR	97.500,00	38.000,00		97.500,00	01/09/2010	01/03/2012	Adimplente
2	033111468	740029	MUNICIPIO DE GODOFREDO VIANA - MA	243.750,00	4.974,49		243.750,00	30/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033098692	740038	MUNICIPIO DE CORBELIA - PR	146.250,00	32.691,00		146.250,00	16/12/2010	16/04/2013	Adimplente
2	033134222	740042	MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ	195.000,00	19.302,33	195.000,00	195.000,00	24/12/2010	24/03/2013	Adimplente
2	033118529	740043	MUNICIPIO DE ENVIRA - AM	146.250,00	4.387,00		146.250,00	14/09/2010	14/06/2012	Adimplente
2	033111354	740050	MUNICIPIO DE LAGOA SANTA - GO	97.500,00	7.450,00		97.500,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033134118	740054	MUNICIPIO DE MONJOLOS - MG	97.500,00	15.790,00		97.500,00	23/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033135814	740055	MUNICIPIO DE CAARAPO - MS	195.000,00	15.500,00		195.000,00	21/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033099166	740056	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO PARA - MG	97.500,00	2.500,00			16/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033131591	740061	MUNICIPIO DE ANDRE DA ROCHA - RS	97.500,00	62.500,00		97.500,00	14/12/2010	29/02/2012	Adimplente
2	033115450	740066	MUNICIPIO DE LUPIONOPOLIS - PR	97.500,00	71.500,00		97.500,00	15/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033118300	740067	MUNICIPIO DE MONTE ALTO - SP	146.250,00	5.650,00		146.250,00	25/11/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033097125	740071	MUNICIPIO DE GOIABEIRA - MG	97.500,00	6.500,00		97.500,00	30/09/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033115345	740072	MUNICIPIO DE SERRA DOURADA - BA	195.000,00	5.000,00	92.761,50	92.761,50	31/12/2010	30/11/2014	Adimplente
2	033098588	740073	MUNICIPIO DE PACAEMBU - SP	97.500,00	9.412,00		97.500,00	16/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033094713	740077	MUNICIPIO DE BOM DESPACHO - MG	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033133530	740082	MUNICIPIO DE VIRGINIA - MG	487.500,00	9.600,00		487.500,00	27/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033184724	740084	MUNICIPIO DE TREVISÓ - SC	97.500,00	23.070,00		97.500,00	11/10/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033111135	740085	MUNICIPIO DE PAPANDUVA - SC	487.500,00	11.100,00		487.500,00	15/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033115231	740086	MUNICIPIO DE ENEAS MARQUES - PR	97.500,00	2.222,90		97.500,00	31/08/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033095855	740087	MUNICIPIO DE CARMO DA CACHOEIRA - MG	292.500,00	43.500,00	292.500,00	292.500,00	26/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033097895	740088	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	390.000,00	80.000,00		390.000,00	09/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033109530	740089	MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS - RO	146.250,00	63.330,86		146.250,00	30/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033109425	740124	MUNICIPIO DE JOSE BONIFACIO - SP	146.250,00	3.750,00		146.250,00	29/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033115127	740125	MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE - PR	97.500,00	2.800,00		97.500,00	03/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033123744	740126	MUNICIPIO DE PIRAPORA - MG	633.750,00	86.315,72		633.750,00	19/08/2010	30/03/2014	Adimplente
2	033108733	740129	MUNICIPIO DE IBIRAPUA - BA	214.500,00	4.500,00		214.500,00	16/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033097781	740130	MUNICIPIO DE DOM BOSCO - MG	243.750,00	9.750,00		243.750,00	04/11/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033115013	740133	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - MA	585.000,00	50.305,32	585,00	585,00	22/12/2010	28/06/2013	Adimplente
2	033133425	740134	MUNICIPIO DE SAO JOAO - PR	97.500,00	4.800,00		97.500,00	04/10/2010	04/04/2012	Adimplente
2	033109207	740138	MUNICIPIO DE POTIRENDABA - SP	146.250,00	3.450,18	112.407,75	112.407,75	17/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033100876	740139	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO - MG	292.500,00	29.250,00	292.500,00	292.500,00	24/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033118183	740142	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	195.000,00	8.099,40	195.000,00	195.000,00	24/12/2010	29/09/2012	Adimplente
2	033131486	740144	MUNICIPIO DE IBIACA - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	20/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033111021	740146	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO CLARO -	146.250,00	33.445,59		146.250,00	16/07/2010	31/07/2013	Adimplente

			MT							
2	033124656	740148	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES - MS	146.250,00	6.250,00		146.250,00	21/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033114860	740166	MUNICIPIO DE SANTA MARIA D'OESTE - PR	243.750,00	10.250,00		243.750,00	15/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033131372	740168	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS AUSENTES - RS	195.000,00	3.980,00		195.000,00	01/11/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033109194	740169	MUNICIPIO DE ARIRANHA DO IVAI - PR	146.250,00	2.984,70		146.250,00	13/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033108629	740170	MUNICIPIO DE BASTOS - SP	97.500,00	7.380,00		97.500,00	09/11/2010	05/09/2012	Adimplente
2	033100762	740173	MUNICIPIO DE GUAMIRANGA - PR	195.000,00	25.000,00		195.000,00	16/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033093799	740174	MUNICIPIO DE AGROLANDIA - SC	195.000,00	16.500,00		195.000,00	21/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033109080	740175	MUNICIPIO DE NOVA EUROPA - SP	117.000,00	72.000,00		117.000,00	30/11/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033118079	740178	MUNICIPIO DE IRATI - PR	292.500,00	24.450,00		292.500,00	17/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033106794	740179	MUNICIPIO DE CARAVELAS - BA	214.500,00	8.580,00		214.500,00	28/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033123630	740181	MUNICIPIO DE NOVA BELEM - MG	487.500,00	21.075,05	243.750,00	243.750,00	17/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033095740	740182	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA	195.000,00	3.980,00	195.000,00	195.000,00	22/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033123526	740185	MUNICIPIO DE COLIDER - MT	146.250,00	9.753,00		146.250,00	16/07/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033114422	740186	MUNICIPIO DE AGUAS DA PRATA - SP	146.250,00	3.750,00			15/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033108515	740187	MUNICIPIO DE POUSO REDONDO - SC	97.500,00	32.500,00		97.500,00	29/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033129995	740189	MUNICIPIO DE DAVID CANABARRO - RS	146.250,00	8.970,00		146.250,00	18/08/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033108400	740191	MUNICIPIO DE JARDIM ALEGRE - PR	97.500,00	5.400,01	97.500,00	97.500,00	16/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033099948	740192	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO RETIRO - MG	509.600,00	10.400,00		509.600,00	29/12/2010	31/01/2013	Adimplente
2	033094609	740194	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO NORTE - ES	146.250,00	9.750,00		146.250,00	24/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033114318	740196	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIAO CENTRAL DO PR	585.000,00	15.000,00		585.000,00	30/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033097011	740200	MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA - PR	97.500,00	8.000,00		97.500,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033100658	740201	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	146.250,00	3.750,00		146.250,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033114204	740203	MUNICIPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA - MS	97.500,00	69.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033124322	740204	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - SC	146.250,00	36.950,00		146.250,00	26/11/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033110994	740205	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	292.500,00	97.200,00		292.500,00	25/11/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033134004	740207	MUNICIPIO DE CAPINZAL - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	08/09/2010	28/05/2012	Adimplente
2	033093685	740208	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO - MG	97.500,00	3.200,00			31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033123411	740210	MUNICIPIO DE ELOI MENDES - MG	390.000,00	8.000,00	390.000,00	390.000,00	13/07/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033114191	740211	MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR	97.500,00	42.595,00	97.500,00	97.500,00	17/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033110880	740215	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE MIPIBU - RN	975.000,00	42.000,00		975.000,00	10/03/2011	10/09/2012	Adimplente
2	033114087	740216	MUNICIPIO DE ALENQUER - PA	146.250,00	12.717,40		146.250,00	16/07/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033132733	740217	MUNICIPIO DE SALINAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	10/11/2010	30/09/2012	Adimplente

2	033096984	740218	MUNICIPIO DE MIRANDA - MS	97.500,00	10.500,00		97.500,00	23/12/2010	19/05/2012	Adimplente
2	033113959	740220	MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA - PR	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	02/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033110776	740221	MUNICIPIO DE CAREIRO/CASTANHO - AM	146.250,00	7.312,50		146.250,00	30/06/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033106576	740226	MUNICIPIO DE SAO MATEUS - ES	292.500,00	202.500,00		292.500,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033123307	740229	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT	146.250,00	53.750,00		146.250,00	30/07/2010	15/07/2012	Adimplente
2	033094596	740230	MUNICIPIO DE BRASILIA DE MINAS - MG	195.000,00	26.000,00	195.000,00	195.000,00	16/09/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033136493	740233	MUNICIPIO DE PACATUBA - SE	146.250,00	43.250,00		146.250,00	26/10/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033123294	740236	MUNICIPIO DE MANGA - MG	146.250,00	2.984,69			24/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033124541	740240	MUNICIPIO DE ITATI - RS	146.250,00	218.720,00		146.250,00	17/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033121035	740242	MUNICIPIO DE ATALANTA - SC	195.000,00	50.000,00		195.000,00	26/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033106357	740244	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR	97.500,00	4.875,00		97.500,00	29/12/2010	29/09/2012	Adimplente
2	033095636	740247	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	97.500,00	6.990,24		97.500,00	13/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	033095522	740253	MUNICIPIO DE OLIVEIRA - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	17/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033117722	740254	MUNICIPIO DE FLORIANO - PI	487.500,00	54.167,00	487.500,00	487.500,00	24/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	033093133	740255	MUNICIPIO DE MARITUBA - PA	1.267.500,00	52.814,00	19.012,50	19.012,50	16/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033134992	740261	MUNICIPIO DE MENDES - RJ	195.000,00	31.228,73	19.090,50	19.090,50	16/12/2010	15/05/2013	Adimplente
2	033095417	740263	MUNICIPIO DE AGUA AZUL DO NORTE - PA	390.000,00	7.960,00	390.000,00	390.000,00	29/11/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033117618	740268	MUNICIPIO DE AFRANIO - PE	487.500,00	19.897,96		487.500,00	29/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	033110662	740271	MUNICIPIO DE JAPORA - MS	97.500,00	5.500,00		97.500,00	11/11/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033135700	740272	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	585.000,00	135.930,92	292.500,00	292.500,00	09/08/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033110558	740274	MUNICIPIO DE SANTANA DO ITARARE - PR	126.750,00	50.250,00		126.750,00	09/12/2010	28/06/2012	Adimplente
2	033098473	740278	MUNICIPIO DE NOVA GRANADA - SP	97.500,00	2.500,00			14/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033128200	740281	MUNICIPIO DE JACUIZINHO - RS	97.500,00	7.989,00		97.500,00	17/09/2010	28/01/2012	Adimplente
2	033186443	740316	MUNICIPIO DE CONCEICAO DAS ALAGOAS - MG	487.500,00	77.500,00		487.500,00	26/08/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033186559	740318	MUNICIPIO DE ITAMOGI - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	30/09/2010	31/01/2012	Adimplente
2	033185866	740320	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	487.500,00	42.400,00		487.500,00	23/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033186007	740324	MUNICIPIO DE MUZAMBINHO - MG	485.000,00	10.000,00		485.000,00	20/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033192685	740336	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT	146.250,00	2.985,00			21/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033187240	740337	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	390.000,00	90.000,00		390.000,00	26/08/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033191440	740340	MUNICIPIO DE MATA - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	13/08/2010	08/03/2012	Adimplente
2	033192571	740342	MUNICIPIO DE ITAUBA - MT	146.250,00	3.108,37	57.520,13	57.520,13	25/10/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033187469	740349	MUNICIPIO DE COXIM - MS	145.500,00	4.000,00		145.500,00	31/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033193609	740355	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	97.500,00	7.000,00		97.500,00	07/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033193377	740453	MUNICIPIO DE GAROPABA - SC	97.500,00	22.500,00		97.500,00	23/08/2010	30/12/2012	Adimplente

2	033186995	740497	MUNICIPIO DE ARVOREZINHA - RS	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	23/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033193263	740504	MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES	390.000,00	15.000,00		390.000,00	09/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033190425	740512	MUNICIPIO DE FARROUPILHA - RS	146.250,00	14.625,00		146.250,00	11/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033193713	740519	MUNICIPIO DE IOMERE - SC	195.000,00	17.440,01	195.000,00	195.000,00	21/09/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033189408	740521	MUNICIPIO DE MARCELINO RAMOS - RS	121.875,00	3.006,50		121.875,00	07/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033185647	740522	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	146.250,00	16.250,00	146.250,00	146.250,00	22/12/2010	22/08/2013	Adimplente
2	033189395	740523	MUNICIPIO DE MARQUES DE SOUZA - RS	97.500,00	133.512,16			05/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033192802	740524	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	06/10/2010	01/02/2013	Adimplente
2	033188602	740526	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	390.000,00	34.000,00	390.000,00	390.000,00	27/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033189627	740527	MUNICIPIO DE CANUDOS DO VALE - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	09/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033194392	740534	MUNICIPIO DE PIEDADE - SP	195.000,00	3.075,17		195.000,00	30/12/2010	04/05/2012	Adimplente
2	033185752	740537	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	390.000,00	43.333,33	390.000,00	390.000,00	22/12/2010	22/08/2013	Adimplente
2	033188934	740553	MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES	97.500,00	3.000,00		97.500,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033189281	740556	MUNICIPIO DE PARECI NOVO - RS	97.500,00	61.855,27		97.500,00	04/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033191118	740563	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO NORTE - RS	195.000,00	25.000,00		195.000,00	15/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033187688	740576	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA - SC	97.500,00	3.232,00		97.500,00	20/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033190759	740595	MUNICIPIO DE PASSO DO SOBRADO - RS	243.750,00	26.199,00		243.750,00	18/08/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033193044	740609	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	97.500,00	30.029,50	97.500,00	97.500,00	09/09/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033189063	740616	MUNICIPIO DE TRIUNFO - RS	97.500,00	14.500,00		97.500,00	23/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033188370	740620	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	28/10/2010	01/04/2013	Adimplente
2	033191004	740628	MUNICIPIO DE JACUIZINHO - RS	97.500,00	11.370,00		97.500,00	29/10/2010	28/01/2012	Adimplente
2	033186777	740634	MUNICIPIO DE SAO MARTINHO - RS	97.500,00	6.400,00		97.500,00	22/10/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033192799	740647	MUNICIPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL - RS	97.500,00	3.500,00		97.500,00	18/08/2010	05/07/2013	Adimplente
2	033186881	740654	MUNICIPIO DE DOM FELICIANO - RS	97.500,00	3.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033186663	740665	MUNICIPIO DE PAVERAMA - RS	97.500,00	137.500,00			24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033188599	740671	MUNICIPIO DE PANAMBI - RS	97.500,00	14.500,00	97.500,00	97.500,00	21/12/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033188484	740678	MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - RS	97.500,00	3.075,13		97.500,00	21/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033188266	740682	MUNICIPIO DE IPERO - SP	125.625,76	6.194,24			24/12/2010	10/11/2012	Adimplente
2	033193931	740703	MUNICIPIO DE LAURENTINO - SC	97.500,00	14.130,00		97.500,00	06/08/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033106680	740723	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	292.500,00	27.500,00		292.500,00	17/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033108283	740796	MUNICIPIO DE CANDIDO DE ABREU - PR	195.000,00	16.800,00	195.000,00	195.000,00	10/11/2010	19/07/2013	Adimplente
2	033108179	740800	MUNICIPIO DE PIRACANJUBA - GO	292.500,00	47.500,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033127172	740814	MUNICIPIO DE JOIA - RS	97.500,00	1.288,00		97.500,00	01/10/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033228777	740850	MUNICIPIO DE GOIATINS - TO	195.000,00	9.856,33		195.000,00	28/09/2010	28/09/2012	Adimplente
2	033223874	740851	MUNICIPIO DE ANANAS - TO	321.750,00	10.000,00		321.750,00	13/12/2010	13/12/2012	Adimplente

2	033222411	740852	MUNICIPIO DE IVAIPORA - PR	341.250,00	15.750,00		341.250,00	20/10/2010	31/01/2012	Adimplente
2	033223760	740853	MUNICIPIO DE PAU D'ARCO - TO	195.000,00	9.600,00	195.000,00	195.000,00	23/12/2010	23/10/2012	Adimplente
2	033221501	740860	MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR	487.500,00	54.500,00		487.500,00	19/07/2010	13/10/2012	Adimplente
2	033221497	740863	MUNICIPIO DE GUARACI - PR	438.750,00	111.250,00		438.750,00	10/11/2010	10/05/2012	Adimplente
2	033222294	740864	MUNICIPIO DE ARAPONGAS - PR	390.000,00	159.000,00		390.000,00	16/09/2010	09/03/2012	Adimplente
2	033228559	740865	MUNICIPIO DE DESCALVADO - SP	100.000,88	6.052,12		100.000,88	09/08/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033222180	740867	MUNICIPIO DE CRUZ MALTINA - PR	243.750,00	7.350,00		243.750,00	21/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033222076	740870	MUNICIPIO DE JAGUAPITA - PR	292.500,00	6.500,00		292.500,00	28/10/2010	20/04/2012	Adimplente
2	033221383	740871	MUNICIPIO DE ASTORGA - PR	292.500,00	15.000,00		292.500,00	13/08/2010	16/04/2012	Adimplente
2	033221729	740874	MUNICIPIO DE ARAPUA - PR	243.750,00	9.950,00		243.750,00	15/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033229574	740875	MUNICIPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA - PA	292.500,00	16.500,00		292.500,00	22/11/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033228443	740878	MUNICIPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS - TO	409.500,00	12.664,94		409.500,00	27/09/2010	27/09/2012	Adimplente
2	033221165	740880	MUNICIPIO DE LIDIANOPOLIS - PR	243.750,00	81.202,28		243.750,00	26/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033228339	740882	MUNICIPIO DE JACANA - RN	97.500,00	2.500,00			22/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033223656	740884	MUNICIPIO DE BRAGANCA - PA	292.500,00	14.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033221833	740885	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	243.750,00	9.850,00		243.750,00	20/10/2010	20/04/2012	Adimplente
2	033228225	740886	MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS - RN	136.500,00	3.500,00		136.500,00	22/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033220368	740888	MUNICIPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE	97.500,00	2.500,00		97.500,00	13/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033221051	740892	MUNICIPIO DE CAMPO DO BRITO - SE	136.500,00	3.500,00			22/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033216386	740893	MUNICIPIO DE ANGELANDIA - MG	175.500,00	4.500,00		175.500,00	23/08/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033223541	740895	MUNICIPIO DE JANDUIS - RN	97.500,00	3.500,00		97.500,00	17/12/2010	20/08/2012	Adimplente
2	033216618	740898	MUNICIPIO DE CARMO DA MATA - MG	195.000,00	14.132,78		195.000,00	30/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033228111	740899	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	292.500,00	7.500,00		292.500,00	24/12/2010	17/12/2014	Adimplente
2	033222526	740900	MUNICIPIO DE CANHOBIA - SE	136.500,00	34.500,00		136.500,00	10/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033217183	740901	MUNICIPIO DE PARA DE MINAS - MG	487.500,00	68.372,88	243.750,00	243.750,00	28/12/2010	20/09/2013	Adimplente
2	033229355	740902	MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA - MG	146.250,00	2.984,70		146.250,00	04/11/2010	17/04/2012	Adimplente
2	033217297	740904	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DE MINAS - MG	97.500,00	7.500,00		97.500,00	12/08/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033228007	740905	MUNICIPIO DE SAO VICENTE FERRER - PE	390.000,00	18.500,00	390.000,00	390.000,00	21/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033227970	740908	MUNICIPIO DE SOORETAMA - ES	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	30/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033220691	740909	MUNICIPIO DE RITAPOLIS - MG	97.500,00	1.960,00		97.500,00	22/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033227866	740910	MUNICIPIO DE PESQUEIRA - PE	292.500,00	120.000,00	292.500,00	292.500,00	23/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033220472	740913	MUNICIPIO DE AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE	103.350,00	3.000,00		103.350,00	06/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033227752	740914	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033223218	740915	MUNICIPIO DE OURO FINO - MG	146.250,00	2.970,00		146.250,00	17/11/2010	30/12/2012	Adimplente

2	033227647	740916	MUNICIPIO DE ANGELIM - PE	487.500,00	10.000,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2010	07/12/2014	Adimplente
2	033223104	740917	MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR	195.000,00	3.979,59		195.000,00	23/12/2010	28/05/2012	Adimplente
2	033227428	740920	MUNICIPIO DE ITIRAPUA - SP	100.000,88	20.999,12		100.000,88	17/12/2010	16/07/2012	Adimplente
2	033223091	740921	MUNICIPIO DE SAO TOMAZ DE AQUINO - MG	146.250,00	2.984,70		146.250,00	13/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	033217300	740922	MUNICIPIO DE FELIZ DESERTO - AL	195.000,00	5.000,00		195.000,00	29/12/2010	03/12/2012	Adimplente
2	033227314	740923	MUNICIPIO DE PALMITAL - PR	390.000,00	10.000,00		390.000,00	19/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033227200	740924	MUNICIPIO DE PALMITAL - PR	390.000,00	10.000,00		390.000,00	02/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033227197	740926	MUNICIPIO DE IGUABA GRANDE - RJ	390.000,00	41.900,00		390.000,00	30/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	033217529	740927	MUNICIPIO DE OUREM - PA	487.500,00	12.500,00			16/11/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033217633	740929	MUNICIPIO DE PARAISOPOLIS - MG	97.500,00	15.990,00	72.169,50	72.169,50	20/10/2010	31/08/2013	Adimplente
2	033226840	740932	MUNICIPIO DE ITAI - SP	97.500,00	87.500,00	97.500,00	97.500,00	21/12/2010	20/05/2013	Adimplente
2	033219560	740933	MUNICIPIO DE MONTE FORMOSO - MG	468.000,00	57.000,00		468.000,00	27/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033226736	740934	MUNICIPIO DE PRATANIA - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	22/12/2010	20/11/2012	Adimplente
2	033217966	740935	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE DE MINAS - MG	175.500,00	3.582,00		175.500,00	24/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033219236	740937	MUNICIPIO DE TABAPORA - MT	292.500,00	7.500,00		292.500,00	27/08/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033222859	740938	MUNICIPIO DE CARMO DA CACHOEIRA - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	27/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033218094	740939	MUNICIPIO DE JAPARAIBA - MG	195.000,00	102.000,00		195.000,00	23/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033222744	740940	MUNICIPIO DE FRUTAL - MG	97.500,00	8.500,00		97.500,00	24/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033218107	740941	MUNICIPIO DE BREVES - PA	487.500,00	43.875,00		487.500,00	10/09/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033218981	740943	MUNICIPIO DE PRESIDENTE DUTRA - BA	195.000,00	5.000,00		195.000,00	23/12/2010	05/03/2012	Adimplente
2	033219122	740946	MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA - BA	585.000,00	27.000,00		585.000,00	05/11/2010	05/07/2012	Adimplente
2	033226403	740949	MUNICIPIO DE SOMBRIO - SC	146.250,00	77.000,00		146.250,00	22/10/2010	20/02/2012	Adimplente
2	033217852	740950	MUNICIPIO DE CONSOLACAO - MG	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033216490	740952	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	487.500,00	62.500,00		487.500,00	21/12/2010	21/05/2012	Adimplente
2	033218211	740955	MUNICIPIO DE CURVELO - MG	487.500,00	42.500,00		487.500,00	10/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033226172	740956	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	09/09/2010	06/06/2012	Adimplente
2	033220254	740957	MUNICIPIO DE BREJO GRANDE - SE	136.500,00	28.500,00		136.500,00	29/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033226068	740958	MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO - SC	97.500,00	22.189,00		97.500,00	09/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033220149	740960	MUNICIPIO DE ARAUA - SE	97.500,00	7.500,00		97.500,00	22/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033225939	740961	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	20/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033218659	740962	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	175.500,00	24.500,00		175.500,00	16/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033220035	740963	MUNICIPIO DE COLUNA - MG	195.000,00	3.979,59		195.000,00	25/08/2010	31/01/2012	Adimplente
2	033225825	740964	MUNICIPIO DE FORQUILHINHA - SC	97.500,00	90.500,00		97.500,00	25/10/2010	02/07/2012	Adimplente
2	033216836	740965	MUNICIPIO DE CARATINGA - MG	1.950.000,00	195.000,00			16/12/2010	30/06/2012	Adimplente

2	033219905	740967	MUNICIPIO DE TAQUARUCU DE MINAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033218544	740968	MUNICIPIO DE ITAGUARA - MG	195.000,00	3.979,60		195.000,00	20/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033225607	740969	MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC	97.500,00	21.290,00		97.500,00	07/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033216722	740971	MUNICIPIO DE CAMACHO - MG	195.000,00	15.858,43	24.940,50	24.940,50	15/12/2010	19/03/2013	Adimplente
2	033225594	740972	MUNICIPIO DE PALMEIRA - SC	97.500,00	7.500,00		97.500,00	15/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033219788	740974	MUNICIPIO DE FREI GASPAR - MG	97.500,00	10.500,00		97.500,00	16/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033225489	740975	MUNICIPIO UNIAO DO OESTE - SC	195.000,00	50.000,00		195.000,00	06/09/2010	03/02/2012	Adimplente
2	033218325	740976	MUNICIPIO DE CORREGO FUNDO - MG	390.000,00	7.959,19	195.000,00	195.000,00	29/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033219674	740978	MUNICIPIO DE POTE - MG	468.000,00	9.551,02		468.000,00	08/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033225375	740979	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO - SC	117.000,00	38.000,00		117.000,00	08/10/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033225261	740981	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP	97.500,00	1.916,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033218439	740982	MUNICIPIO DE POÇO FUNDO - MG	468.000,00	9.360,00		468.000,00	27/09/2010	14/12/2012	Adimplente
2	033225042	740985	MUNICIPIO DE VIDEIRA - SC	195.000,00	114.000,00		195.000,00	18/10/2010	18/12/2012	Adimplente
2	033224899	740987	MUNICIPIO DE CHAPECÓ - SC	146.250,00	12.717,39		146.250,00	13/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033224671	740989	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC	146.250,00	63.250,00		146.250,00	23/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033224567	740990	MUNICIPIO DE PAPANDUVA - SC	224.250,00	13.650,00		224.250,00	15/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033219455	741001	MUNICIPIO DE SETUBINHA - MG	468.000,00	19.000,00		468.000,00	30/11/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033194624	741002	MUNICIPIO DE TURVOLANDIA - MG	487.500,00	9.950,00	487.500,00	487.500,00	23/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033194510	741004	MUNICIPIO DE MINDURI - MG	487.500,00	9.948,98		487.500,00	02/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033219340	741009	MUNICIPIO DE NOVA GUARITA - MT	292.500,00	7.500,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033217079	741011	MUNICIPIO DE PAINEIRAS - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	22/10/2010	19/04/2012	Adimplente
2	033120907	741101	MUNICIPIO DE DIVISA NOVA - MG	126.750,00	3.250,00	126.750,00	126.750,00	24/11/2010	18/03/2013	Adimplente
2	033132400	741105	MUNICIPIO DE PERDOES - MG	97.500,00	26.300,00		97.500,00	14/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033102698	741107	MUNICIPIO DE CHA PRETA - AL	682.500,00	14.300,00	682.500,00	682.500,00	30/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033093029	741108	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	97.500,00	37.500,00	97.500,00	97.500,00	23/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033102584	741110	MUNICIPIO DE MAQUINIQUE - BA	292.500,00	5.969,40		292.500,00	20/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033104523	741112	MUNICIPIO DE BAIXA GRANDE - BA	292.500,00	27.500,00		292.500,00	17/12/2010	05/11/2012	Adimplente
2	033107936	741115	MUNICIPIO DE PAU DARCO - PA	1.365.000,00	37.442,67	294.157,50	294.157,50	02/08/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033104418	741116	MUNICIPIO DE BATALHA - PI	195.000,00	6.031,00			23/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	033106138	741117	MUNICIPIO DE BATALHA - PI	195.000,00	5.000,00	38.961,00	38.961,00	21/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	033091644	741122	MUNICIPIO DE SUMIDOURO - RJ	682.500,00	13.928,57		682.500,00	20/12/2010	28/01/2013	Adimplente
2	033091530	741125	MUNICIPIO DE CIDELANDIA - MA	117.000,00	2.387,76		117.000,00	29/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033105997	741126	MUNICIPIO DE JARU - RO	234.000,00	10.000,00		234.000,00	30/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033102479	741130	MUNICIPIO DE TAIÓBEIRAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	13/08/2010	31/01/2012	Adimplente
2	033102365	741133	MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ	682.500,00	176.900,00	682.500,00	682.500,00	24/12/2010	24/06/2013	Adimplente
2	033107718	741135	MUNICIPIO DE CARNAÍBA - PE	390.000,00	8.000,00			23/12/2010	01/04/2012	Adimplente
2	033102251	741136	MUNICIPIO DE PINHÃO - PR	97.500,00	12.500,00		97.500,00	22/10/2010	22/10/2012	Adimplente

2	033105883	741140	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC	146.250,00	8.750,00		146.250,00	29/10/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033105779	741143	MUNICIPIO DE QUEDAS DO IGUAU - PR	243.750,00	116.143,24	121.875,00	121.875,00	18/11/2010	18/10/2013	Adimplente
2	033104187	741144	MUNICIPIO DE SOBRADINHO - BA	682.500,00	17.500,00	12.421,50	12.421,50	31/12/2010	05/05/2014	Adimplente
2	033120894	741145	MUNICIPIO DE AURORA - SC	195.000,00	11.000,00		195.000,00	26/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033104073	741146	MUNICIPIO DE CALCOENE - AP	292.500,00	5.969,39			28/10/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033105009	741152	MUNICIPIO DE CANDIDO SALES - BA	146.250,00	3.750,00		146.250,00	21/12/2010	10/10/2012	Adimplente
2	033092336	741155	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	390.000,00	105.000,00		390.000,00	23/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033102032	741156	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	21/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033104960	741157	MUNICIPIO DE PIRES DO RIO - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	27/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033105551	741158	MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - PR	195.000,00	6.703,85		195.000,00	17/12/2010	10/12/2012	Adimplente
2	033120562	741160	MUNICIPIO DE SERITINGA - MG	195.000,00	5.144,79	2.613,00	2.613,00	28/07/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033105445	741161	MUNICIPIO DE JABORANDI - SP	100.000,88	66.999,12		100.000,88	15/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033092222	741163	MUNICIPIO DE TACURU - MS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	13/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033103380	741164	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SC	146.250,00	2.984,69		146.250,00	10/09/2010	10/01/2012	Adimplente
2	033092118	741166	MUNICIPIO DE SENADOR JOSE BENTO - MG	126.750,00	2.586,74	126.750,00	126.750,00	14/07/2010	21/12/2012	Adimplente
2	033137072	741167	MUNICIPIO DE BREJO - MA	390.000,00	10.000,00			16/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033103726	741168	MUNICIPIO DE AGUIAR - PB	117.000,00	21.500,00		117.000,00	10/11/2010	08/02/2013	Adimplente
2	033129111	741169	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO - RS	97.500,00	5.200,00		97.500,00	30/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033132397	741170	MUNICIPIO DE SALINAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	10/11/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033101891	741171	MUNICIPIO DE NOVO JARDIM - TO	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033103276	741174	MUNICIPIO DE COLONIA DO GURGUEIA - PI	97.500,00	2.500,00			01/09/2010	31/08/2013	Adimplente
2	033104856	741175	MUNICIPIO DE EWBANK DA CAMARA - MG	195.000,00	3.960,00		195.000,00	03/09/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033101787	741176	MUNICIPIO DE TRIUNFO - PB	117.000,00	3.000,00		117.000,00	06/12/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033135583	741177	MUNICIPIO DE JOSELANDIA - MA	292.500,00	5.970,00	292.500,00	292.500,00	23/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033105331	741178	MUNICIPIO DE GUARAI - TO	1.164.000,00	29.384,01			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033102929	741180	MUNICIPIO DE MONTES ALTOS - MA	121.875,00	2.525,00		121.875,00	14/12/2010	29/11/2013	Adimplente
2	033105227	741181	MUNICIPIO DE REGENERACAO - PI	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	14/12/2010	14/12/2012	Adimplente
2	033103612	741182	MUNICIPIO DE AGUA FRIA - BA	146.250,00	3.750,00		146.250,00	22/12/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033124988	741183	MUNICIPIO DE SAO BORJA - RS	97.500,00	12.500,00		97.500,00	28/09/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033092660	741185	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO - MA	770.250,00	87.764,24		770.250,00	22/12/2010	29/11/2013	Adimplente
2	033091977	741186	MUNICIPIO DE MAR DE ESPANHA - MG	195.000,00	27.145,00	195.000,00	195.000,00	28/09/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033103494	741187	MUNICIPIO DE BORBOREMA - PB	117.000,00	3.000,00		117.000,00	21/09/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033091863	741188	MUNICIPIO DE CRISTALIA - MG	117.000,00	3.541,00		117.000,00	23/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033092556	741189	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	146.250,00	25.828,15			22/12/2010	01/12/2013	Adimplente
2	033103162	741196	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE UBA - RJ	487.500,00	23.490,00		487.500,00	24/12/2010	26/10/2012	Adimplente
2	033120676	741199	MUNICIPIO DE FREI LAGONEGRO - MG	195.000,00	7.800,00		195.000,00	08/10/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033102701	741200	MUNICIPIO DE GRAVATA - PE	682.500,00	26.400,00	682.500,00	682.500,00	16/12/2010	11/12/2012	Adimplente
2	033092440	741201	MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ	682.500,00	67.510,77		640.253,25	21/12/2010	30/06/2012	Adimplente

2	033129339	741203	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO SUL - RS	97.500,00	30.571,16			13/09/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033103058	741205	CONSORCIO MUNICIPAL DA CANTUQUIRIGUACU	585.000,00	12.285,00		585.000,00	21/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033257902	741208	MUNICIPIO DE SILVEIRAS - SP	780.000,00	14.198,28		780.000,00	10/12/2010	01/06/2013	Adimplente
2	033257899	741212	MUNICIPIO DE GARCA - SP	117.000,00	2.084,00		117.000,00	12/11/2010	20/11/2012	Adimplente
2	033260856	741215	MUNICIPIO DE BUENO BRANDAO - MG	146.250,00	28.550,00	146.250,00	146.250,00	19/07/2010	07/07/2013	Adimplente
2	033260960	741217	MUNICIPIO DE ARGIRITA - MG	146.250,00	2.973,00	146.250,00	146.250,00	17/11/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033253460	741219	MUNICIPIO DE IVAIPORA - PR	175.500,00	3.600,00		175.500,00	22/10/2010	29/06/2013	Adimplente
2	033259724	741220	MUNICIPIO DE BOM JESUS DE GOIAS	146.250,00	4.060,96			29/12/2010	27/07/2012	Adimplente
2	033260741	741221	MUNICIPIO DE CRUCILANDIA - MG	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033258709	741224	MUNICIPIO DE MONTE SANTO DE MINAS - MG	146.250,00	13.750,00	146.250,00	146.250,00	05/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033258696	741225	MUNICIPIO DE ITAPEVA - MG	165.750,00	67.750,00	165.750,00	165.750,00	27/10/2010	20/07/2013	Adimplente
2	033250841	741228	MUNICIPIO DE MOIPORA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033257347	741229	MUNICIPIO DE SANTA TERESA - ES	195.000,00	23.000,00		195.000,00	21/10/2010	01/09/2012	Adimplente
2	033259506	741231	MUNICIPIO DE SOORETAMA - ES	243.750,00	6.250,00		243.750,00	01/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033259160	741233	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	117.000,00	3.600,00		117.000,00	30/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033230372	741236	MUNICIPIO DE CONCEICAO DAS ALAGOAS - MG	90.187,50	10.555,87		90.187,50	26/08/2010	31/07/2013	Adimplente
2	033257233	741237	MUNICIPIO DE ITAI - SP	146.250,00	2.984,70		146.250,00	23/12/2010	20/05/2013	Adimplente
2	033253356	741241	MUNICIPIO DE NATERCIA - MG	146.250,00	3.750,00		146.250,00	08/09/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033258582	741245	MUNICIPIO DE RIO MANSO - MG	146.250,00	3.750,00		146.250,00	24/11/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033262012	741246	MUNICIPIO DE CONSOLACAO - MG	146.250,00	68.750,00	146.250,00	146.250,00	27/10/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033230822	741247	MUNICIPIO DE AURORA - SC	146.250,00	6.300,00		146.250,00	26/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033257785	741249	MUNICIPIO DE MACEDONIA - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	16/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033253241	741250	MUNICIPIO DE PIRANGUINHO - MG	536.250,00	10.950,00		536.250,00	08/10/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033262126	741252	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS - GO	97.500,00	8.500,00		97.500,00	14/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033258363	741255	MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - MG	97.500,00	4.300,00		97.500,00	14/07/2010	29/02/2012	Adimplente
2	033261767	741256	MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES	243.750,00	11.647,48	2.315,63	2.315,63	24/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033255294	741258	MUNICIPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG	292.500,00	36.500,00		292.500,00	27/10/2010	17/01/2012	Adimplente
2	033257567	741262	MUNICIPIO DE MARABA - PA	487.500,00	26.500,00		487.500,00	16/09/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033257671	741264	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	243.750,00	10.000,00	124.141,88	124.141,88	30/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033250623	741265	MUNICIPIO DE RIALMA - GO	97.500,00	4.550,00			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033411318	741267	MUNICIPIO DE JACUI - MG	175.500,00	3.581,64	175.500,00	175.500,00	15/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033260523	741271	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO TUGURIO - MG	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	13/08/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033254048	741274	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU - GO	97.500,00	13.000,00			24/12/2010	17/10/2012	Adimplente

2	033258477	741277	MUNICIPIO DE TRES PONTAS - MG	146.250,00	10.753,28	146.250,00	146.250,00	29/07/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033250519	741278	MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS - SC	97.500,00	4.810,00	97.500,00	97.500,00	28/09/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033257452	741280	MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES	146.250,00	10.000,00		146.250,00	13/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033259492	741284	MUNICIPIO DE URUTAI - GO	97.500,00	3.500,00		97.500,00	17/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033259274	741285	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA - ES	243.750,00	146.250,00		243.750,00	29/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033261215	741286	MUNICIPIO DE SERRA DE SAO BENTO - RN	107.250,00	2.750,00		107.250,00	15/09/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033259388	741289	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DE CANAA - ES	146.250,00	38.250,00		146.250,00	28/10/2010	01/04/2012	Adimplente
2	033256091	741290	MUNICIPIO DE MARCELINO VIEIRA - RN	117.000,00	2.400,00		117.000,00	23/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033255963	741292	MUNICIPIO DE MARCELINO VIEIRA - RN	136.500,00	2.800,00		136.500,00	16/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033255859	741294	MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO - RN	136.500,00	3.500,00			28/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032863492	741295	MUNICIPIO DE SANTANA DO JACARE - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	13/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033230268	741296	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	214.500,00	31.243,49			24/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033253806	741298	MUNICIPIO DE OURO PRETO - MG	146.250,00	12.730,00		146.250,00	24/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033250404	741300	MUNICIPIO DE CANAPOLIS - MG	107.250,00	17.250,00		107.250,00	22/10/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033260304	741303	MUNICIPIO DE CORDISLANDIA - MG	146.250,00	6.750,00	146.250,00	146.250,00	14/07/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033250391	741304	MUNICIPIO DE NOVA UNIAO - MG EX-JOSE DE MELO	195.000,00	6.300,00		195.000,00	31/12/2010	31/01/2013	Adimplente
2	033253793	741307	MUNICIPIO DE BARROSO - MG	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033259056	741309	MUNICIPIO DE LAGOA DE DENTRO - PB	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/08/2010	27/02/2012	Adimplente
2	033253023	741313	MUNICIPIO DE SALGADO DE SAO FELIX - PB	146.250,00	3.750,00		146.250,00	30/12/2010	05/11/2013	Adimplente
2	033250287	741314	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO AVENTUREIRO - MG	146.250,00	2.921,00		146.250,00	25/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033254821	741315	MUNICIPIO DE LAURO MULLER - SC	97.500,00	132.500,00		97.500,00	12/08/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033255180	741316	MUNICIPIO DE JAUPACI - GO	97.500,00	2.500,00			24/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033253689	741317	MUNICIPIO DE RESSAQUINHA - MG	146.250,00	3.750,00	20.986,88	20.986,88	24/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033230154	741321	MUNICIPIO DE JACIARA - MT	253.500,00	72.292,50		253.500,00	25/10/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033261871	741322	MUNICIPIO DE PEDRO AVELINO - RN	97.500,00	5.900,00		97.500,00	16/12/2010	10/09/2012	Adimplente
2	033230049	741324	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	92.625,00	13.695,00		92.625,00	17/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033230591	741325	MUNICIPIO DE PIUMA - ES	195.000,00	31.000,00		195.000,00	23/12/2010	01/11/2013	Adimplente
2	033256760	741326	MUNICIPIO DE MIRIM DOCE - SC	97.500,00	4.010,00		97.500,00	06/09/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033255076	741327	MUNICIPIO DE ILICINEA - MG	195.000,00	25.800,00		195.000,00	16/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033778953	741328	MUNICIPIO DE DESCANSO - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	10/09/2010	18/08/2012	Adimplente
2	033250173	741329	MUNICIPIO DE NEPOMUCENO - MG	195.000,00	4.500,00		195.000,00	17/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033250069	741332	MUNICIPIO DE FRANCISCO SA - MG	195.000,00	15.000,00	84.591,00	84.591,00	24/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033411204	741335	MUNICIPIO DE PALMA SOLA - SC	97.500,00	7.450,00	97.500,00	97.500,00	10/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033262344	741336	MUNICIPIO DE CAICARA DO RIO DO VENTO - RN	190.000,00	8.948,98		190.000,00	17/12/2010	10/01/2013	Adimplente

2	033411191	741337	MUNICIPIO DE PENDENCIAS - RN	126.750,00	46.878,70	63.424,50	63.424,50	21/12/2010	20/08/2013	Adimplente
2	033257129	741339	MUNICIPIO DE QUARTO CENTENARIO - PR	126.750,00	3.250,00		126.750,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033260187	741341	MUNICIPIO DE MADRE DE DEUS DE MINAS - MG	448.500,00	49.300,00		448.500,00	30/08/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033232207	741342	MUNICIPIO DE CARLINDA - MT	126.750,00	3.250,00		126.750,00	30/08/2010	06/08/2013	Adimplente
2	033252996	741344	MUNICIPIO DE TURVELANDIA - GO	97.500,00	65.500,00		97.500,00	22/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033231629	741345	MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	126.750,00	3.250,00		126.750,00	28/07/2010	04/07/2012	Adimplente
2	033779081	741346	MUNICIPIO DE CARVALHOS - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	01/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033252664	741347	MUNICIPIO DE DOM VICOSO - MG	146.250,00	33.749,38	73.125,01	73.125,01	13/09/2010	29/03/2013	Adimplente
2	033257015	741348	MUNICIPIO DE GADO BRAVO - PB	390.000,00	12.062,00		390.000,00	24/12/2010	24/12/2013	Adimplente
2	033232194	741349	MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT	126.750,00	2.911,00		126.750,00	28/10/2010	07/10/2012	Adimplente
2	033252550	741350	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	16/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033230718	741351	MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES	97.500,00	3.000,00		97.500,00	09/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033261548	741352	MUNICIPIO DE GAMELEIRA DE GOIAS - GO	195.000,00	5.000,00		195.000,00	20/10/2010	28/04/2012	Adimplente
2	033232080	741353	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO CLARO - MT	126.750,00	4.180,00		126.750,00	31/08/2010	16/08/2012	Adimplente
2	033258259	741354	MUNICIPIO DE SAO TOMAZ DE AQUINO - MG	146.250,00	2.984,70	146.250,00	146.250,00	17/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	033262230	741358	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO - GO	97.500,00	7.500,00		97.500,00	09/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033256874	741359	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO NORTE - ES	390.000,00	110.000,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033249823	741360	MUNICIPIO DE DORES DE CAMPOS - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	23/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033256541	741361	MUNICIPIO DE ITABERA - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	16/08/2010	21/03/2012	Adimplente
2	033252882	741362	MUNICIPIO DE VILA PROPICIO - GO	97.500,00	30.680,00		97.500,00	15/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033256436	741363	MUNICIPIO DE MESSIAS - AL	195.000,00	15.000,00		195.000,00	30/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033231952	741364	MUNICIPIO DE NOVA LACERDA - MT	126.750,00	19.843,78			29/10/2010	31/10/2013	Adimplente
2	033261433	741365	MUNICIPIO DE PIRAPETINGA - MG	292.500,00	5.734,00		292.500,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033231847	741366	MUNICIPIO DE CONFRESA - MT	126.750,00	2.587,00		126.750,00	26/10/2010	06/10/2012	Adimplente
2	033231283	741368	MUNICIPIO DE CACAPAVA DO SUL - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	10/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033252444	741369	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	97.500,00	7.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033255744	741370	MUNICIPIO DE BAGE - RS	243.750,00	37.050,00			21/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033261329	741371	MUNICIPIO DE URUANA - GO	97.500,00	5.500,00		97.500,00	24/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033231733	741372	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - MT	126.750,00	2.600,00		126.750,00	05/11/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033252330	741374	MUNICIPIO DE IPORA - PR	136.500,00	4.400,00		136.500,00	26/08/2010	30/07/2013	Adimplente
2	033255630	741376	MUNICIPIO DE SOORETAMA - ES	195.000,00	25.000,00		195.000,00	01/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033229919	741378	MUNICIPIO DE CURVELANDIA - MT	126.750,00	3.250,00		126.750,00	15/09/2010	02/09/2013	Adimplente
2	033230604	741379	MUNICIPIO DE RITAPOLIS - MG	195.000,00	94.000,00		195.000,00	23/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033254371	741381	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - RN	136.500,00	3.500,00		136.500,00	14/12/2010	10/09/2012	Adimplente

2	033229792	741382	MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT	126.750,00	18.651,17		126.750,00	24/08/2010	07/12/2012	Adimplente
2	033252112	741383	MUNICIPIO DE BUENOPOLIS - MG	117.000,00	3.000,00		117.000,00	22/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033231179	741384	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR	144.750,00	3.000,00		144.750,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033255526	741386	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CALCADO - ES	195.000,00	4.600,00		195.000,00	31/12/2010	01/11/2013	Adimplente
2	033249719	741388	MUNICIPIO DE JERONIMO MONTEIRO - ES	146.250,00	4.387,50		146.250,00	28/12/2010	01/11/2013	Adimplente
2	033251971	741389	MUNICIPIO DE ITAUCU - GO	146.250,00	4.050,00		146.250,00	31/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033254267	741390	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS DE GOIAS - GO	97.500,00	11.900,00		97.500,00	24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033230486	741392	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	97.500,00	2.500,00	12.119,25	12.119,25	26/08/2010	30/01/2014	Adimplente
2	033251867	741393	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	97.500,00	19.500,00		97.500,00	10/11/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033251648	741395	MUNICIPIO DE ANGELINA - SC	97.500,00	5.640,00		97.500,00	07/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033251534	741398	MUNICIPIO DE INHUMAS - GO	436.500,00	20.925,02		436.500,00	31/12/2010	30/01/2013	Adimplente
2	033251315	741400	MUNICIPIO DE CLAUDIO - MG	243.750,00	4.975,00		243.750,00	23/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033251201	741406	MUNICIPIO DE JURAMENTO - MG	97.500,00	2.634,34			31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033251198	741408	MUNICIPIO DE ESTIVA - MG	146.250,00	3.009,49			08/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033251084	741410	MUNICIPIO DE IACIARA - GO	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033261653	741439	MUNICIPIO DE ITABERAI - GO	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	033133194	741534	MUNICIPIO DE PORCIUNCULA - RJ	487.500,00	12.500,00		487.500,00	15/12/2010	20/01/2014	Adimplente
2	033127068	741538	MUNICIPIO DE FORTALEZA DOS VALOS - RS	97.500,00	9.920,00		97.500,00	13/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033189731	741545	MUNICIPIO DE ESTRELA - RS	97.500,00	13.625,00		97.500,00	09/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033188716	741548	MUNICIPIO DE ITAJAI - SC	97.500,00	-			21/09/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033267571	741563	MUNICIPIO DE SANTA MONICA - PR	204.000,00	16.000,00		204.000,00	22/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033267466	741567	MUNICIPIO DE HERVAL - RS	292.500,00	70.500,00		292.500,00	18/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033267352	741569	MUNICIPIO DE CRISTAL - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/11/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033267247	741571	MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	12/08/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033269392	741573	MUNICIPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHAO - MA	243.750,00	4.975,00	243,75	243,75	16/12/2010	29/11/2013	Adimplente
2	033267133	741575	MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	12/08/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033267029	741576	MUNICIPIO DE SANTANA DA BOA VISTA - RS	97.500,00	14.595,00		97.500,00	01/10/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033267802	741579	MUNICIPIO DE ANAURILANDIA - MS	145.500,00	8.200,00		145.500,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033266992	741582	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	117.000,00	4.510,00	81.771,30	117.000,00	01/09/2010	01/09/2012	Adimplente
2	033266004	741583	MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033265977	741585	MUNICIPIO DE PALMEIRA - PR	175.500,00	4.500,00	175.500,00	175.500,00	26/11/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033127736	741587	MUNICIPIO DE CACEQUI - RS	97.500,00	5.500,00		97.500,00	29/09/2010	21/04/2013	Adimplente
2	033265863	741588	MUNICIPIO DE PAULA FREITAS - PR	117.000,00	3.000,00	117.000,00	117.000,00	01/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033266888	741590	MUNICIPIO DE NOVO XINGU - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	12/08/2010	30/12/2012	Adimplente

2	033265759	741591	MUNICIPIO DE PINHAO - PR	243.750,00	125.150,00	145.299,37	243.750,00	20/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033265644	741592	MUNICIPIO DE PALMITOS - SC	97.500,00	12.086,56	74.870,25	97.500,00	20/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033126157	741594	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL - RS	121.875,00	9.667,60		121.875,00	25/11/2010	21/01/2013	Adimplente
2	033268609	741596	MUNICIPIO DE PASSA SETE - RS	194.000,00	3.898,00		194.000,00	31/12/2010	08/06/2012	Adimplente
2	033265530	741598	MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	17/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033263474	741599	MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR	146.250,00	68.750,00	146.250,00	146.250,00	29/10/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033265425	741600	MUNICIPIO DE MONTE CARLO - SC	97.500,00	119.500,00		97.500,00	13/12/2010	02/02/2012	Adimplente
2	033267799	741601	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO SUL - RS	97.000,00	8.102,42		97.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033265311	741603	MUNICIPIO DE SALGADO FILHO - PR	145.500,00	3.400,00		145.500,00	31/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033266336	741604	MUNICIPIO DE FAXINAL DO SOTURNO - RS	97.500,00	102.800,00		97.500,00	30/08/2010	27/09/2012	Adimplente
2	033266222	741606	MUNICIPIO DE GOIO-ERE - PR	292.500,00	179.090,00		292.500,00	10/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033266660	741607	MUNICIPIO DE GALVAO - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	03/09/2010	13/02/2012	Adimplente
2	033263360	741609	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	243.750,00	4.974,49		243.750,00	24/09/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033263693	741612	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	243.750,00	76.250,00		243.750,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033264617	741613	MUNICIPIO DE PONTA GROSSA - PR	390.000,00	33.913,04		390.000,00	07/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033263589	741615	MUNICIPIO DE JANAUBA - MG	194.000,00	17.000,00		194.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033264503	741616	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO - PR	195.000,00	17.000,00		195.000,00	29/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033265207	741618	MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR	292.500,00	11.700,00	146.250,00	146.250,00	16/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033263256	741619	MUNICIPIO DE MALLETT - PR	195.000,00	5.000,00			17/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033264499	741621	MUNICIPIO DE ARAPOTI - PR	97.500,00	62.500,00			23/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033264385	741623	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	97.500,00	3.015,46		97.500,00	20/10/2010	20/04/2012	Adimplente
2	033263141	741625	MUNICIPIO DE MALLETT - PR	146.250,00	3.750,00			23/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033263037	741627	MUNICIPIO DE GUAMIRANGA - PR	97.500,00	2.500,00			17/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033264271	741629	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR	146.250,00	15.000,00		146.250,00	28/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	033269060	741631	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES - PR	195.000,00	33.000,00		195.000,00	17/12/2010	12/07/2013	Adimplente
2	033268931	741633	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	97.500,00	8.500,00		97.500,00	22/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033262909	741634	MUNICIPIO DE TRES BARRAS - SC	97.500,00	5.400,00		97.500,00	04/11/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033264167	741636	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	97.500,00	3.983,00		97.500,00	15/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033268827	741640	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	146.250,00	2.984,69		146.250,00	24/09/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033262896	741644	MUNICIPIO DE CURUCA - PA	334.000,00	12.000,00		334.000,00	16/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033262782	741645	MUNICIPIO DE CURUCA - PA	485.000,00	10.000,00			16/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033262678	741650	MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS - SC	97.500,00	8.100,00		97.500,00	17/09/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033263810	741651	MUNICIPIO DE DIVISOPOLIS - MG	97.500,00	2.900,00		97.500,00	17/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033411422	741652	MUNICIPIO DE CARAZINHO - RS	146.250,00	13.750,00		146.250,00	20/10/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033265194	741654	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	145.500,00	11.187,08	145.500,00	145.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033265080	741655	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO TRIUNFO - PR	97.500,00	2.106,00		97.500,00	23/12/2010	30/01/2013	Adimplente

2	033263706	741656	MUNICIPIO DE PARANAVAI - PR	195.000,00	19.500,00	195.000,00	195.000,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033267685	741658	MUNICIPIO DE SARANDI - RS	121.250,00	59.750,00		121.250,00	31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	033262564	741659	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	195.000,00	10.406,38	97.500,00	97.500,00	03/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033268596	741661	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE - SC	390.000,00	8.000,00		390.000,00	09/09/2010	06/06/2012	Adimplente
2	033269288	741662	MUNICIPIO DE BOCAIUVA - MG	97.500,00	3.377,51		97.500,00	23/12/2010	25/04/2012	Adimplente
2	033266440	741664	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO SUL - RS	97.500,00	2.502,00		97.500,00	09/09/2010	15/04/2012	Adimplente
2	033264949	741667	MUNICIPIO DA LAPA - PR	390.000,00	48.000,00	390.000,00	390.000,00	12/11/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033264835	741670	MUNICIPIO DE SANTO INACIO - PR	145.500,00	28.500,00		145.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033347462	742203	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA - MA	243.750,00	10.000,00	243.750,00	243.750,00	24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033347577	742204	MUNICIPIO DE ARINOS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033347681	742205	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - MA	996.384,00	46.866,00	98.542,38	98.542,38	23/12/2010	29/11/2013	Adimplente
2	033130680	742207	MUNICIPIO DE CASCA - RS	97.500,00	26.512,00		97.500,00	26/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033125797	742210	MUNICIPIO DE JAGUARAO - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033128533	742211	MUNICIPIO DE JOVIANIA - GO	97.500,00	11.896,26	97.500,00	97.500,00	04/03/2011	31/05/2013	Adimplente
2	033192029	742240	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS - RS	195.000,00	65.000,00		195.000,00	03/11/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033191774	742260	MUNICIPIO DE TUPANDI - RS	97.500,00	51.246,18			23/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033268044	742658	MUNICIPIO DE PASSA SETE - RS	146.250,00	14.650,00		146.250,00	16/12/2010	16/08/2012	Adimplente
2	033411537	742870	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	243.750,00	5.102,04	243.750,00	243.750,00	17/12/2010	24/06/2013	Adimplente
2	033779195	742875	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO	577.200,00	24.400,00	462.390,00	462.390,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033411860	742878	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS DO IGUACU - PR	97.500,00	11.070,00		97.500,00	21/12/2010	21/10/2012	Adimplente
2	033411974	742880	MUNICIPIO DE OURO VERDE DO OESTE - PR	97.500,00	1.959,00		97.500,00	16/12/2010	16/10/2012	Adimplente
2	033412001	742885	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO OESTE - PR	97.500,00	66.902,67	27.202,50	27.202,50	17/12/2010	17/04/2013	Adimplente
2	033411756	742887	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	97.500,00	6.460,00		97.500,00	17/12/2010	17/10/2012	Adimplente
2	033190644	743527	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	97.500,00	16.300,00		97.500,00	15/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033188152	743528	MUNICIPIO DE PIRATINI - RS	146.250,00	26.470,00		146.250,00	15/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033192352	743529	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	97.500,00	4.500,00		97.500,00	06/09/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033188047	743533	MUNICIPIO DE BAGE - RS	97.500,00	12.500,00		97.500,00	16/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033192133	743534	MUNICIPIO DE SAO VENDELINO - RS	97.500,00	41.590,69	97.500,00	97.500,00	08/10/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033191992	743535	MUNICIPIO DE MARATA - RS	97.500,00	4.000,00		97.500,00	23/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033187805	743541	MUNICIPIO DE HULHA NEGRA - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	11/08/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033126607	743545	MUNICIPIO DE BAGE - RS	97.500,00	12.600,00		97.500,00	17/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033187792	743546	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO - RS	97.500,00	47.224,35		97.500,00	30/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033129007	743547	MUNICIPIO DE VILA MARIA - RS	97.500,00	169.500,00		97.500,00	14/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033268263	743548	MUNICIPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA - RS	97.500,00	27.494,64		97.500,00	29/09/2010	30/05/2012	Adimplente

2	033412229	743759	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	1.911.000,00	216.580,00	1.911.000,00	1.911.000,00	22/12/2010	22/08/2013	Adimplente
2	033534214	743761	MUNICIPIO DE ICARA - SC	292.500,00	207.500,00		292.500,00	08/12/2010	27/02/2013	Adimplente
2	033534100	743762	MUNICIPIO DE SALETE - SC	146.250,00	57.900,00		146.250,00	21/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033534097	743765	MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL - SC	146.250,00	37.750,00		146.250,00	17/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033533969	743767	MUNICIPIO DE ITAIOPOLIS - SC	146.250,00	41.950,00		146.250,00	21/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033533855	743768	MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC	146.250,00	390.750,00		146.250,00	21/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033533740	743770	MUNICIPIO DE POUSO REDONDO - SC	146.250,00	32.650,00		146.250,00	29/11/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033412553	743772	MUNICIPIO DE APORE - GO	195.000,00	21.000,00	195.000,00	195.000,00	27/10/2010	18/10/2012	Adimplente
2	033533636	743774	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC	146.250,00	2.984,00		146.250,00	23/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033533522	743776	MUNICIPIO DE TRES BARRAS - SC	146.250,00	93.400,00		146.250,00	21/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033533417	743778	MUNICIPIO DE BRACO DO NORTE - SC	146.250,00	73.750,00		146.250,00	11/10/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033533303	743780	MUNICIPIO DE LONTRAS - SC	146.250,00	32.746,00		146.250,00	24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033533290	743783	MUNICIPIO DE IMARUI - SC	146.250,00	2.460,00		146.250,00	17/12/2010	01/06/2012	Adimplente
2	033533186	743786	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO - SC	146.250,00	51.750,00		146.250,00	08/10/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033529987	743788	MUNICIPIO DE VACARIA - RS	195.000,00	29.000,00		195.000,00	17/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033533072	743790	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO INHACORA - RS	97.500,00	4.711,00		97.500,00	22/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033532943	743792	MUNICIPIO DE AUGUSTO PESTANA - RS	97.500,00	3.500,00		97.500,00	23/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033779426	743796	MUNICIPIO DE JOINVILLE - SC	97.500,00	8.500,00		97.500,00	30/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033412667	743801	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	97.500,00	8.500,00		97.500,00	26/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033532725	743808	MUNICIPIO DE CAPELA DE SANTANA - RS	97.500,00	52.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033532611	743810	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	146.250,00	7.963,72		146.250,00	10/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033532507	743813	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	195.000,00	10.911,86		195.000,00	08/12/2010	06/06/2013	Adimplente
2	033532493	743814	MUNICIPIO DE NOVA SANTA ROSA - PR	195.000,00	5.070,02		195.000,00	21/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033532389	743815	MUNICIPIO DE RAMILANDIA - PR	146.250,00	4.000,00		146.250,00	08/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	033532275	743816	MUNICIPIO DE IPORA - PR	195.000,00	7.000,00		195.000,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033412333	743817	MUNICIPIO DE ARAGUAIANA - MT	126.750,00	3.000,00		126.750,00	28/10/2010	17/10/2012	Adimplente
2	033532161	743818	MUNICIPIO DE SAPUCAI MIRIM - MG	156.000,00	3.183,67		156.000,00	25/10/2010	29/02/2012	Adimplente
2	033532057	743819	MUNICIPIO DE CANINDE DO SAO FRANCISCO - SE	414.375,00	115.625,00		414.375,00	07/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033529540	743820	MUNICIPIO DE RODEIO BONITO - RS	195.000,00	35.735,00		195.000,00	27/09/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033531928	743821	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	146.250,00	3.050,00		146.250,00	26/11/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033531814	743823	MUNICIPIO DE MARAVILHAS - MG	195.000,00	4.080,00		195.000,00	14/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033531700	743828	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA - SE	146.250,00	3.750,00		146.250,00	22/09/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033531697	743829	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR	146.250,00	122.150,00		146.250,00	16/11/2010	16/03/2012	Adimplente
2	033531583	743830	MUNICIPIO DE UBAUBA - SE	414.375,00	94.625,00		414.375,00	22/12/2010	30/04/2013	Adimplente

2	033779208	743833	MUNICIPIO DE BARRA VELHA - SC	195.000,00	5.000,00			30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033531364	743836	MUNICIPIO DE CHA PRETA - AL	292.500,00	6.000,00		292.500,00	21/12/2010	18/06/2013	Adimplente
2	033531250	743837	MUNICIPIO DE FRANCISCO ALVES - PR	146.250,00	44.667,13		146.250,00	16/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033531145	743839	MUNICIPIO DE QUATIGUA - PR	292.500,00	7.250,00		292.500,00	31/12/2010	16/04/2012	Adimplente
2	033531031	743840	MUNICIPIO DE TERRA RICA - PR	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2010	15/10/2012	Adimplente
2	033530903	743842	MUNICIPIO DE SANTANA DO ITARARE - PR	97.500,00	4.000,00		97.500,00	31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033530890	743844	MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO PAVAO - PR	146.250,00	10.150,00		146.250,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033530786	743846	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	146.250,00	23.750,00		146.250,00	30/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033534328	743851	MUNICIPIO DE CRISSIUMAL - RS	97.500,00	9.100,00		97.500,00	23/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033530672	743853	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU - PR	97.500,00	19.920,48		97.500,00	17/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	033530568	743857	MUNICIPIO DE TOLEDO - PR	97.500,00	55.447,96		97.500,00	21/12/2010	21/10/2012	Adimplente
2	033530453	743858	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - PR	146.250,00	73.048,00		146.250,00	20/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033530348	743860	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	17/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033529769	743862	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	146.250,00	23.450,00		146.250,00	28/10/2010	01/09/2012	Adimplente
2	033779531	744116	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	341.250,00	11.000,00		341.250,00	09/12/2010	01/09/2013	Adimplente
2	033536048	744118	MUNICIPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	25/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033535910	744119	MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA - RO	146.250,00	5.000,00		146.250,00	25/11/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033535806	744121	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA - RO	97.500,00	2.535,00		97.500,00	29/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033535793	744122	MUNICIPIO DE COSTAS MARQUES - RO	97.500,00	3.762,45	97.500,00	97.500,00	30/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033535689	744123	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	146.250,00	3.950,00		146.250,00	25/11/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033535575	744125	MUNICIPIO DE BURITIS - RO	97.500,00	4.541,00		97.500,00	02/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033535460	744127	MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE - RO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033535356	744128	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	97.500,00	4.600,00		97.500,00	27/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033535241	744130	MUNICIPIO DE MINISTRO ANDREAZZA - RO	97.500,00	15.815,49		97.500,00	30/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033535137	744131	MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI - RO	195.000,00	14.960,00		195.000,00	21/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033535023	744133	MUNICIPIO DE ESPIGAO DO OESTE - RO	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	24/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033534984	744136	MUNICIPIO DE JARU - RO	146.250,00	8.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033534870	744137	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	146.250,00	3.750,00		146.250,00	30/11/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033534652	744139	MUNICIPIO DE INDAIABIRA - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	15/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033534766	744161	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO	195.000,00	8.168,00		195.000,00	21/09/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033781136	744789	MUNICIPIO DE ROCHEDO - MS	243.750,00	71.250,00		243.750,00	21/12/2010	30/05/2012	Adimplente

2	033780339	744814	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	26/08/2010	05/12/2012	Adimplente
2	033780225	744823	MUNICIPIO DE IGUARACU - PR	195.000,00	15.000,00		195.000,00	03/09/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033780777	744828	MUNICIPIO DE PEROBAL - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	25/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033780995	744837	MUNICIPIO DE PEROLA DO OESTE - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/08/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033780663	744849	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	97.500,00	5.570,00		97.500,00	26/10/2010	26/08/2012	Adimplente
2	033780881	744855	MUNICIPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR	97.500,00	2.110,00		97.500,00	28/07/2010	28/05/2012	Adimplente
2	033781355	744870	MUNICIPIO DE IPUMIRIM - SC	97.500,00	7.500,00		97.500,00	28/07/2010	05/05/2012	Adimplente
2	033780559	744875	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - PR	97.500,00	21.634,37		97.500,00	22/11/2010	22/11/2012	Adimplente
2	033781688	744880	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	97.500,00	47.283,90		97.500,00	10/12/2010	10/11/2012	Adimplente
2	033781240	744886	MUNICIPIO DE ORTIGUEIRA - PR	97.500,00	2.500,00		97.500,00	14/12/2010	14/06/2012	Adimplente
2	033780111	744892	MUNICIPIO DE SAO BORJA - RS	292.500,00	60.500,00		292.500,00	22/11/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033781574	744894	MUNICIPIO DE ANAPU - PA	97.500,00	13.600,00			21/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033780443	744899	MUNICIPIO DE PEDREGULHO - SP	195.000,00	81.000,00		195.000,00	22/12/2010	22/08/2012	Adimplente
2	033539221	744959	MUNICIPIO DE IBITURUNA - MG	585.000,00	41.500,00		585.000,00	17/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033537951	744964	MUNICIPIO DE QUIJINQUE - BA	585.000,00	42.000,00		585.000,00	31/12/2010	05/09/2012	Adimplente
2	033539117	744966	MUNICIPIO DE NOVORIZONTE - MG	438.750,00	40.250,00		438.750,00	29/11/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033539003	744967	MUNICIPIO DE LADAINHA - MG	438.750,00	61.250,00		438.750,00	11/11/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033779978	744968	MUNICIPIO DE ESTANCIA - SE	487.500,00	57.000,00		487.500,00	10/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033537846	744970	MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - SC	97.500,00	72.000,00		97.500,00	22/12/2010	25/07/2012	Adimplente
2	033779864	744976	MUNICIPIO DE ANTONIO OLINTO - PR	243.750,00	38.500,00	243.750,00	243.750,00	21/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033538976	744982	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	195.000,00	6.060,00		195.000,00	28/07/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033779750	744986	MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO - SP	136.500,00	4.100,00		136.500,00	17/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033779645	744989	MUNICIPIO DE JACUTINGA - MG	224.250,00	5.775,00		224.250,00	26/10/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033538089	744996	MUNICIPIO DE IBIRACI - MG	97.500,00	9.212,00		97.500,00	14/10/2010	14/01/2012	Adimplente
2	033536603	745000	MUNICIPIO DE PEDRALVA - MG	117.000,00	2.500,00		117.000,00	26/08/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033536590	745007	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	117.000,00	24.515,00		117.000,00	08/10/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033537178	745011	MUNICIPIO DE MURICI - AL	780.000,00	24.442,00		780.000,00	30/12/2010	01/06/2013	Adimplente
2	033539335	745013	MUNICIPIO DE RIBEIROPOLIS - SE	292.500,00	7.500,00		292.500,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033537064	745016	MUNICIPIO DE MURUTINGA DO SUL - SP	126.750,00	2.590,00		126.750,00	30/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033538539	745019	MUNICIPIO DE JURUAIA - MG	107.250,00	2.200,00		107.250,00	22/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033536153	745020	MUNICIPIO DE JARDIM DE PIRANHAS - RN	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	17/12/2010	20/06/2013	Adimplente
2	033537732	745022	MUNICIPIO DE BOM REPOUSO - MG	97.500,00	2.475,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033538424	745028	MUNICIPIO DE MUZAMBINHO - MG	273.000,00	46.000,00		273.000,00	28/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033536821	745030	MUNICIPIO DE CASTILHO - SP	175.500,00	3.596,00		175.500,00	31/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	033538310	745031	MUNICIPIO DE URUANA DE MINAS - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033536485	745033	MUNICIPIO DE NOVA RESENDE - MG	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033538206	745035	MUNICIPIO DE VAZANTE - MG	97.500,00	6.020,07	4.260,75	4.260,75	25/10/2010	20/06/2013	Adimplente

2	033536717	745038	MUNICIPIO DE SANTA JULIANA - MG	438.750,00	8.954,09		438.750,00	22/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033538193	745039	MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS - MG	117.000,00	2.387,76		117.000,00	28/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033537628	745043	MUNICIPIO DE LUIZIANIA - SP	117.000,00	29.000,00		117.000,00	17/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033780007	745045	MUNICIPIO DE SENADOR AMARAL - MG	195.000,00	5.000,00	19.422,00	19.422,00	27/10/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033536267	745049	MUNICIPIO DE GRAO MOGOL - MG	97.500,00	12.500,00		97.500,00	22/12/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033537409	745050	MUNICIPIO DE PAULO JACINTO - AL	243.750,00	5.000,00	4.338,75	4.338,75	29/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033537282	745055	MUNICIPIO DE ITABERA - SP	126.750,00	3.050,00		126.750,00	20/12/2010	20/05/2012	Adimplente
2	033229240	745302	MUNICIPIO DE ARRAIAS - TO	292.500,00	7.500,00	30.449,25	30.449,25	27/12/2010	27/04/2013	Adimplente
2	033126375	745608	MUNICIPIO DE SALTO DO JACUI - RS	97.500,00	6.500,00		97.500,00	28/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033719025	746618	MUNICIPIO DE GOIANAPOLIS - GO	146.250,00	4.500,00		146.250,00	21/10/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033718998	746622	MUNICIPIO DE NOVA VENEZA - GO	146.250,00	21.750,00		146.250,00	10/12/2010	30/01/2012	Adimplente
2	033704004	746627	MUNICIPIO DE NOVA AMERICA - GO	146.250,00	23.750,00		146.250,00	04/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033697376	746630	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL - GO	146.250,00	11.517,54	4.343,63	4.343,63	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033696915	746633	MUNICIPIO DE COROACI - MG	292.500,00	5.969,39		292.500,00	21/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033703977	746643	MUNICIPIO DE ITAGUARU - GO	146.250,00	3.250,00		146.250,00	14/12/2010	14/02/2012	Adimplente
2	033703207	746646	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PA	195.000,00	28.430,00		195.000,00	22/09/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033703194	746650	MUNICIPIO DE IPAMERI - GO	146.250,00	3.750,00			31/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033696798	746653	MUNICIPIO DE SUCUPIRA - TO	195.000,00	6.030,92		195.000,00	22/10/2010	22/01/2013	Adimplente
2	033703644	746656	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO - MG	195.000,00	3.979,60		195.000,00	30/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033719139	746660	MUNICIPIO DE IBIA - MG	438.750,00	11.250,00		438.750,00	21/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033703080	746663	MUNICIPIO DE OUREM - PA	242.500,00	10.250,00		242.500,00	30/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033703863	746667	MUNICIPIO DE PONTE SERRADA - SC	292.500,00	57.500,00	292.500,00	292.500,00	16/09/2010	23/10/2012	Adimplente
2	033718884	746670	MUNICIPIO DE PARAGOMINAS - PA	390.000,00	133.900,00	390.000,00	390.000,00	23/09/2010	23/09/2012	Adimplente
2	033703425	746673	MUNICIPIO DE IMARUI - SC	292.500,00	135.500,00	292.500,00	292.500,00	01/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033717421	746677	MUNICIPIO DE AGROLANDIA - SC	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	24/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033718770	746681	MUNICIPIO DE XAXIM - SC	146.250,00	85.550,00		146.250,00	17/09/2010	01/03/2012	Adimplente
2	033718666	746686	MUNICIPIO DE GAROPABA - SC	146.250,00	22.850,00		146.250,00	01/09/2010	05/06/2013	Adimplente
2	033702952	746689	MUNICIPIO DE ALMAS - TO	292.500,00	8.000,00			20/12/2010	20/06/2013	Adimplente
2	033702847	746691	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO	97.500,00	5.500,00	3.627,00	3.627,00	15/12/2010	15/06/2013	Adimplente
2	033703530	746695	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	292.500,00	26.500,00		292.500,00	20/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033703311	746698	MUNICIPIO DE CABO VERDE - MG	195.000,00	35.500,00		195.000,00	04/11/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033718332	746704	MUNICIPIO DE PORTO BELO - SC	243.750,00	4.974,49	243.725,63	243.725,63	09/09/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033702733	746709	MUNICIPIO DE TENENTE ANANIAS - RN	117.000,00	3.000,00		117.000,00	27/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033702629	746712	MUNICIPIO DE PORTO FERREIRA - SP	195.000,00	4.823,00		195.000,00	17/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033702515	746716	MUNICIPIO DE LAGOA SALGADA - RN	136.500,00	5.000,00		136.500,00	21/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033718228	746719	MUNICIPIO DE IPUEIRA - RN	117.000,00	3.205,71		117.000,00	17/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033702400	746774	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	580.125,00	11.845,00		580.125,00	23/11/2010	31/05/2012	Adimplente

2	033702397	746775	MUNICIPIO DE SERRANA - SP	195.000,00	15.000,00		195.000,00	16/12/2010	16/03/2012	Adimplente
2	033719358	746779	MUNICIPIO DE CORACAO DE JESUS - MG	195.000,00	34.000,00		195.000,00	29/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033717317	746780	MUNICIPIO DE RUBINEIA - SP	243.750,00	41.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033717086	746782	MUNICIPIO DE URANIA - SP	243.750,00	6.000,00	243.750,00	243.750,00	14/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033716958	746783	MUNICIPIO DE SANTA SALETE - SP	292.500,00	237.500,00	292.500,00	292.500,00	14/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033717973	746785	MUNICIPIO DE CRISTAIS PAULISTA - SP	195.000,00	11.540,00		195.000,00	14/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033717640	746786	MUNICIPIO DE SURUBIM - PE	536.250,00	23.750,00	536.250,00	536.250,00	09/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033717869	746787	MUNICIPIO DE SAO BENEDITO DO SUL - PE	195.000,00	3.960,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2010	10/12/2012	Adimplente
2	033702179	746788	MUNICIPIO DE BARRINHA - SP	195.000,00	10.150,00		195.000,00	30/11/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033716843	746789	MUNICIPIO DE QUIXABA - PE	292.500,00	51.242,00			29/12/2010	09/11/2013	Adimplente
2	033716739	746790	MUNICIPIO DE JUCATI - PE	419.250,00	120.750,00		419.250,00	20/08/2010	12/08/2012	Adimplente
2	033702065	746791	MUNICIPIO DE CHUVISCA - RS	243.750,00	11.090,63		243.750,00	08/10/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033717203	746792	MUNICIPIO DE ITAQUI - RS	643.500,00	13.464,00		643.500,00	23/12/2010	21/12/2012	Adimplente
2	033701936	746795	MUNICIPIO DE DUMONT - SP	195.000,00	15.000,00		195.000,00	29/11/2010	23/11/2012	Adimplente
2	033711490	746796	MUNICIPIO DE TAIUVA - SP	195.000,00	36.254,46	195.000,00	195.000,00	27/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033711386	746799	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL - BA	585.000,00	15.000,00		585.000,00	24/12/2010	05/05/2012	Adimplente
2	033701718	746800	MUNICIPIO DE SALGADINHO - PE	146.250,00	3.000,00			21/12/2010	09/10/2012	Adimplente
2	033719243	746802	MUNICIPIO DE FELIXLANDIA - MG	97.500,00	10.300,00		97.500,00	29/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033711272	746803	MUNICIPIO DE ILHA SOLTEIRA - SP	487.500,00	26.400,00	487.500,00	487.500,00	14/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033711168	746804	MUNICIPIO DE EMBU-GUACU - SP	585.000,00	50.869,56		585.000,00	23/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033716625	746806	MUNICIPIO DE ARAPEI - SP	117.000,00	20.500,00		117.000,00	31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	033701591	746807	MUNICIPIO DE LAGOA SECA - PB	292.500,00	13.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033715482	746810	MUNICIPIO DE CANDIDO RODRIGUES - SP	146.250,00	3.750,00		146.250,00	30/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033715378	746811	MUNICIPIO DE DOM PEDRITO - RS	643.500,00	160.052,00		643.500,00	05/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033716511	746817	MUNICIPIO DE RANCHARIA - SP	585.000,00	12.000,00		585.000,00	16/12/2010	05/03/2014	Adimplente
2	033716406	746820	MUNICIPIO DE CARDOSO - SP	195.000,00	6.173,68	1.267,50	1.267,50	30/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033701268	746827	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL - MS	292.500,00	108.839,11	146.250,00	146.250,00	23/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033715150	746829	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA - MG	341.250,00	10.500,00		341.250,00	09/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033715045	746834	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL - RS	643.500,00	255.500,00		643.500,00	17/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033716393	746835	MUNICIPIO DE CERRO LARGO - RS	97.500,00	6.500,00		97.500,00	01/11/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033701049	746837	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	97.500,00	25.149,00		97.500,00	20/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033700911	746839	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	97.500,00	9.700,00	97.500,00	97.500,00	14/09/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033700807	746841	MUNICIPIO DE TAPERA - RS	97.500,00	8.800,00		97.500,00	09/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033700794	746843	MUNICIPIO DE GIRUA - RS	97.500,00	8.700,00		97.500,00	28/09/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033700680	746845	MUNICIPIO DE NAO-ME-TOQUE - RS	97.500,00	65.000,00	97.500,00	97.500,00	14/09/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033716289	746849	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA - MG	438.750,00	106.250,00		438.750,00	10/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033700461	746852	MUNICIPIO DE ALEGRIA - RS	97.500,00	15.500,00	97.500,00	97.500,00	20/10/2010	30/06/2012	Adimplente

2	033700357	746854	MUNICIPIO DE CASCA - RS	97.500,00	162.500,00	97.500,00	97.500,00	21/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033716175	746857	MUNICIPIO DE INCONFIDENTES - MG	195.000,00	12.900,00		195.000,00	24/08/2010	11/01/2012	Adimplente
2	033714905	746865	MUNICIPIO DE CASSIA - MG	487.500,00	9.948,98		487.500,00	14/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033711054	746873	MUNICIPIO DE COROMANDEL - MG	195.000,00	10.000,00		195.000,00	01/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033710811	746879	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO ABAETE - MG	487.500,00	10.000,00		487.500,00	20/08/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033710707	746883	MUNICIPIO DE FORMIGA - MG	97.500,00	28.500,00		97.500,00	21/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033710694	746887	MUNICIPIO DE PARACATU - MG	487.500,00	77.500,00		487.500,00	30/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033710580	746892	MUNICIPIO DE SERRANIA - MG	195.000,00	2.984,00		195.000,00	10/08/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033710361	746901	MUNICIPIO DE BAGE - RS	643.500,00	156.500,00		643.500,00	17/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033710142	746908	MUNICIPIO DE CHIAPETTA - RS	97.500,00	1.860,00		97.500,00	10/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033713544	746917	MUNICIPIO DE ANICUNS - GO	975.000,00	26.500,00		975.000,00	18/10/2010	01/10/2012	Adimplente
2	033709908	746918	MUNICIPIO DE RIACHINHO - MG	97.500,00	7.300,00		97.500,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033700242	746922	MUNICIPIO DE IGUA TEMI - MS	292.500,00	5.969,39	274.014,00	274.014,00	22/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033713439	746925	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA - GO	97.500,00	2.500,00	1.950,00	1.950,00	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033709895	746927	MUNICIPIO DE URUANA DE MINAS - MG	195.000,00	35.000,00		195.000,00	13/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033709781	746933	MUNICIPIO DE CRISTINA - MG	292.500,00	27.500,00		292.500,00	19/10/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033709677	746936	MUNICIPIO DE MADRE DE DEUS DE MINAS - MG	97.500,00	1.896,00		97.500,00	30/08/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033706943	746941	MUNICIPIO DE URUTAI - GO	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	16/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033700138	746943	MUNICIPIO DE FAXINAL DO SOTURNO - RS	97.500,00	1.858,00		97.500,00	29/10/2010	12/06/2012	Adimplente
2	033709563	746948	MUNICIPIO DE POCOES - BA	585.000,00	15.000,00		585.000,00	03/01/2011	31/03/2012	Adimplente
2	033706839	746950	MUNICIPIO DE PORTEIRAO - GO	97.500,00	2.500,00			28/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033700024	746953	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	195.000,00	46.421,33		195.000,00	24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033713325	746956	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA BARRA - GO	97.500,00	8.500,00		97.500,00	25/11/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033709343	746962	MUNICIPIO DE ALEGRETE - RS	643.500,00	33.239,75		643.500,00	07/12/2010	27/12/2012	Adimplente
2	033713211	746966	MUNICIPIO DE URUANA - GO	97.500,00	25.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033709239	746970	MUNICIPIO DE CAMBUQUIRA - MG	292.500,00	6.000,00			16/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033709125	746972	MUNICIPIO DE IGARATA - SP	97.500,00	1.856,00		97.500,00	15/12/2010	04/04/2012	Adimplente
2	033713107	746975	MUNICIPIO DE AGUA LIMPA - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033709011	746979	MUNICIPIO DE ESTRELA D OESTE SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	15/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033708984	746984	MUNICIPIO DE CORREGO DANTA - MG	292.500,00	9.500,00		292.500,00	22/09/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033699971	746993	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	146.250,00	57.590,91		146.250,00	17/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033699867	746995	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - PR	146.250,00	32.750,00		146.250,00	11/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033706507	746997	MUNICIPIO DE MARZAGAO - GO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	03/11/2010	24/03/2013	Adimplente
2	033708766	746998	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUA CU - PR	146.250,00	13.750,00		146.250,00	24/09/2010	24/09/2012	Adimplente
2	033713094	747001	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	273.000,00	78.139,40		273.000,00	23/09/2010	31/12/2012	Adimplente

2	033708652	747002	MUNICIPIO DE CAMPINA VERDE - MG	390.000,00	20.999,00		390.000,00	27/08/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033699648	747008	MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA - MS	195.000,00	5.000,00	133.165,50	133.165,50	24/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033708547	747013	MUNICIPIO DE ROSARIO DO SUL - RS	643.500,00	6.600,00		643.500,00	17/11/2010	17/06/2012	Adimplente
2	033699534	747017	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE - PR	146.250,00	5.100,00		146.250,00	13/12/2010	26/12/2012	Adimplente
2	033708432	747020	MUNICIPIO DE PARACATU - MG	97.500,00	14.343,33		97.500,00	30/12/2010	28/09/2012	Adimplente
2	033697608	747021	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO - SP	2.437.500,00	211.956,52			16/12/2010	16/04/2013	Adimplente
2	033708328	747024	MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS - SP	243.750,00	32.010,52	243.750,00	243.750,00	15/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033708214	747028	MUNICIPIO DE CANDIOTA - RS	643.500,00	16.456,35		643.500,00	17/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033706493	747029	MUNICIPIO DE COCALZINHO DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033699429	747032	MUNICIPIO DE ANGICOS - RN	175.500,00	9.900,00		175.500,00	30/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033696684	747034	MUNICIPIO DE ABEL FIGUEIREDO - PA	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	29/11/2010	29/04/2013	Adimplente
2	033699315	747036	MUNICIPIO DE SERRINHA - RN	224.250,00	11.750,00			31/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033699201	747039	MUNICIPIO DE ALTINOPOLIS - SP	195.000,00	27.500,00		195.000,00	16/12/2010	16/04/2012	Adimplente
2	033696570	747040	MUNICIPIO DE GOVERNADOR DE DIX-SEPT ROSADO - RN	97.500,00	3.500,00			14/12/2010	20/01/2013	Adimplente
2	033699198	747041	MUNICIPIO DE SAO PAULO DO POTENGI - RN	175.500,00	4.500,00		175.500,00	30/11/2010	10/06/2012	Adimplente
2	033699084	747044	MUNICIPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO - RN	175.500,00	34.500,00		175.500,00	16/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	033698956	747048	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PARDO - SP	156.400,00	13.600,00		156.400,00	25/08/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033698841	747052	MUNICIPIO DE TAQUARITINGA - SP	195.000,00	17.500,00		195.000,00	21/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033697262	747055	MUNICIPIO DE CAICARA DO RIO DO VENTO - RN	136.500,00	5.500,00		136.500,00	17/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033698737	747057	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO - SP	195.000,00	25.000,00		195.000,00	16/12/2010	16/06/2012	Adimplente
2	033698623	747065	MUNICIPIO DE JANDAIRA - RN	224.250,00	23.750,00		224.250,00	02/12/2010	10/02/2013	Adimplente
2	033706389	747068	MUNICIPIO DE COTRIGUACU - MT	121.875,00	2.525,00		121.875,00	31/08/2010	05/08/2012	Adimplente
2	033708100	747070	MUNICIPIO DE SABOEIRO - CE	776.000,00	15.836,73		776.000,00	22/12/2010	22/12/2012	Adimplente
2	033698519	747073	MUNICIPIO DE CEDRAL - SP	195.000,00	3.960,00		195.000,00	18/11/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033697158	747074	MUNICIPIO DE DAVID CANABARRO - RS	97.500,00	2.570,97		97.500,00	25/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033698404	747077	MUNICIPIO DE UCHOA - SP	195.000,00	4.600,00		195.000,00	24/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033708097	747082	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO - GO	97.500,00	17.500,00		97.500,00	21/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033697043	747084	MUNICIPIO DE RIACHO DE SANTANA - RN	97.500,00	2.500,00		97.500,00	28/12/2010	20/06/2012	Adimplente
2	033698391	747088	MUNICIPIO DE PAULO FARIA - SP	195.000,00	130.315,00		195.000,00	27/10/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033696351	747091	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	97.500,00	1.880,00		97.500,00	09/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033707969	747092	MUNICIPIO DE CORUMBA DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00	1.950,00	1.950,00	31/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	033698287	747095	MUNICIPIO DE NOVA ALIANCA - SP	195.000,00	5.000,00		195.000,00	17/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033707855	747101	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA -	97.500,00	2.500,00			16/12/2010	30/11/2013	Adimplente

			GO							
2	033707740	747103	MUNICIPIO DE PANAMA - GO	97.500,00	12.700,00		97.500,00	04/11/2010	15/01/2013	Adimplente
2	033706275	747104	MUNICIPIO DE UBA - MG	97.500,00	7.532,80		97.500,00	03/11/2010	31/07/2012	Adimplente
2	033707636	747108	MUNICIPIO DE ALOANDIA - GO	97.500,00	5.000,00		97.500,00	22/12/2010	27/08/2012	Adimplente
2	033712747	747111	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT	121.875,00	3.000,00		121.875,00	30/11/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033707522	747112	MUNICIPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA - CE	679.000,00	23.000,00		679.000,00	22/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033715828	747115	MUNICIPIO DE LEOPOLDO BULHOES - GO	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033712633	747116	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAI - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	10/08/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033707417	747118	MUNICIPIO DE SAO PATRICIO - GO	97.500,00	30.000,00		97.500,00	09/11/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033714560	747121	MUNICIPIO DE PARANAIGUARA - GO	97.500,00	3.000,00		97.500,00	28/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033714892	747122	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	24/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033714788	747128	MUNICIPIO DE ABADIA DE GOIAS - GO	97.500,00	9.520,00		97.500,00	25/10/2010	30/04/2012	Adimplente
2	033698069	747129	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA - SP	195.000,00	125.000,00		195.000,00	23/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033697595	747131	MUNICIPIO DE ALECRIM - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	09/09/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033714674	747134	MUNICIPIO DE GOIATUBA - GO	487.500,00	10.000,00		487.500,00	29/12/2010	05/11/2012	Adimplente
2	033716061	747138	MUNICIPIO DE APARECIDA DO RIO DOCE - GO	97.500,00	31.500,00		97.500,00	22/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033712529	747139	MUNICIPIO DE SILVEIRAS - SP	195.000,00	4.000,00		195.000,00	10/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033715932	747141	MUNICIPIO DE PROFESSOR JAMIL - GO	97.500,00	2.500,00	48.750,00	48.750,00	27/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	033697930	747143	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA - SP	195.000,00	3.720,00		195.000,00	26/11/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033706161	747147	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	09/11/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033714340	747150	MUNICIPIO DE VICENTINOPOLIS - GO	97.500,00	4.300,00			30/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033715714	747156	MUNICIPIO DE INDIARA - GO	97.500,00	22.500,00		97.500,00	29/10/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033705928	747159	MUNICIPIO DE CACEQUI - RS	643.500,00	137.698,33		643.500,00	19/11/2010	14/03/2013	Adimplente
2	033715600	747160	MUNICIPIO DE GAMELEIRA DE GOIAS - GO	97.500,00	47.500,00		97.500,00	17/12/2010	08/06/2012	Adimplente
2	033712414	747164	MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES - MG	195.000,00	24.670,00		195.000,00	30/08/2011	30/10/2012	Adimplente
2	033715597	747165	MUNICIPIO DE MIMOSO DE GOIAS - GO	97.500,00	25.000,00		97.500,00	17/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	033712300	747166	MUNICIPIO DE PINDORAMA - SP	146.250,00	2.913,75		146.250,00	16/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033712079	747168	MUNICIPIO DE ARIRANHA - SP	146.250,00	8.750,00		146.250,00	15/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033711940	747170	MUNICIPIO DE CARDOSO - SP	146.250,00	8.750,00		146.250,00	29/11/2010	01/08/2012	Adimplente
2	033712297	747173	MUNICIPIO DE BURITAMA - SP	146.250,00	3.550,00		146.250,00	13/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033714122	747174	MUNICIPIO DE PALMINOPOLIS - GO	195.000,00	5.020,00		195.000,00	22/12/2010	30/01/2013	Adimplente
2	033705583	747175	MUNICIPIO DE TARUMA - SP	146.250,00	20.250,00		146.250,00	14/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033705478	747177	MUNICIPIO DE ESPERA FELIZ - MG	97.500,00	3.000,00		97.500,00	21/12/2010	30/12/2012	Adimplente

2	033705814	747179	MUNICIPIO DE MONTE ALTO - SP	146.250,00	8.750,00		146.250,00	15/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033697826	747187	MUNICIPIO DE LAVRINHAS - SP	195.000,00	15.000,00		195.000,00	27/09/2010	13/02/2012	Adimplente
2	033717190	747188	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	970.000,00	25.000,00		970.000,00	31/12/2010	30/04/2014	Adimplente
2	033705700	747189	MUNICIPIO DE MONTE APRAZIVEL - SP	146.250,00	8.750,00		146.250,00	29/12/2010	20/09/2013	Adimplente
2	033713981	747194	MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO	97.500,00	5.000,00			24/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033697480	747195	MUNICIPIO DE VALENTE - BA	487.500,00	12.500,00		487.500,00	24/12/2010	05/05/2012	Adimplente
2	033705697	747198	MUNICIPIO DE OLIMPIA - SP	146.250,00	16.700,00		146.250,00	15/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033711722	747199	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - GO	97.500,00	2.500,00			29/11/2010	11/09/2013	Adimplente
2	033713877	747201	MUNICIPIO DE PALMEIRAS DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00		97.500,00	22/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033712183	747202	MUNICIPIO DE VALENTIM GENTIL - SP	146.250,00	11.750,00		146.250,00	27/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033713763	747205	MUNICIPIO DE BOM JESUS DE GOIAS	97.500,00	123.102,95	11.641,50	11.641,50	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033705250	747206	MUNICIPIO DE PALMELO - GO	97.500,00	20.000,00		97.500,00	31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033705145	747210	MUNICIPIO DE ITARUNA - GO	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	17/12/2010	12/11/2013	Adimplente
2	033707303	747211	MUNICIPIO DE GUARAITA - GO	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033705031	747214	MUNICIPIO DE RIO QUENTE - GO	487.500,00	42.500,00		487.500,00	01/11/2010	30/03/2012	Adimplente
2	033704992	747215	MUNICIPIO DE SANTA FE DE GOIAS - GO	97.500,00	52.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033707290	747216	MUNICIPIO DE TURVELANDIA - GO	97.500,00	147.072,68			22/12/2010	02/09/2013	Adimplente
2	033704888	747217	MUNICIPIO DE PETROLANDIA - SC	195.000,00	34.750,00		195.000,00	07/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033697712	747218	MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA - SP	195.000,00	16.065,60		195.000,00	08/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033704774	747220	MUNICIPIO DE CROMINIA - GO	97.500,00	4.777,00			31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033704660	747221	MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO - SC	195.000,00	4.000,00		195.000,00	15/10/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033707186	747222	MUNICIPIO DE ARUANA - GO	195.000,00	15.980,00		195.000,00	18/10/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033704556	747223	MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - SC	195.000,00	16.300,00		195.000,00	29/09/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033704440	747226	MUNICIPIO DE DONA EMMA - SC	195.000,00	20.500,00		195.000,00	28/09/2010	14/08/2012	Adimplente
2	033713659	747227	MUNICIPIO DE ORIZONA - GO	97.500,00	2.500,00	48.750,00	48.750,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	033704336	747228	MUNICIPIO DE INDAIAL - SC	195.000,00	25.000,00		195.000,00	25/11/2010	13/12/2012	Adimplente
2	033717536	747233	MUNICIPIO DE BARRO ALTO - BA	585.000,00	15.000,00		585.000,00	29/12/2010	05/09/2012	Adimplente
2	033724136	747291	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	9.750.000,00	2.531.914,38	9.750.000,00	9.750.000,00	26/11/2010	26/11/2013	Adimplente
2	033724792	747295	MUNICIPIO DE PONTO CHIQUE - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	20/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033720261	747297	MUNICIPIO DE LONTRA - MG	97.500,00	3.400,00		97.500,00	21/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	033722866	747298	MUNICIPIO DE JALES - SP	555.750,00	116.532,47	555.750,00	555.750,00	21/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033722752	747303	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA - SP	555.750,00	15.580,00		555.750,00	15/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033724688	747309	MUNICIPIO DE MARIANO MORO - RS	97.500,00	5.856,28		97.500,00	15/09/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033722647	747310	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL - SP	555.750,00	11.650,00		555.750,00	07/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033723995	747314	MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO - SC	97.500,00	71.000,00		97.500,00	09/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033722533	747317	MUNICIPIO DE ORINDIUVA - SP	555.750,00	13.271,00		555.750,00	30/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033722428	747322	MUNICIPIO DE FERNANDOPOLIS - SP	702.000,00	81.000,00		702.000,00	29/12/2010	20/03/2013	Adimplente

2	033725728	747324	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS DE MINAS - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	23/12/2010	24/02/2012	Adimplente
2	033724469	747329	MUNICIPIO DE FRANCISCO DUMONT - MG	97.500,00	17.500,00		97.500,00	23/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033724355	747333	MUNICIPIO DE MIRABELA - MG	195.000,00	6.030,93		195.000,00	28/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033726306	747339	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL - PINHAIS	1.218.750,00	463.050,00		1.218.750,00	16/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033724240	747349	MUNICIPIO DE BOCAIUVA - MG	97.500,00	10.919,00		97.500,00	23/12/2010	10/05/2012	Adimplente
2	033726293	747352	CONSORCIO PUB INTERMUNIC DESENV RURAL REGIAO VALE DO IVAI	1.218.750,00	87.409,60		1.218.750,00	21/12/2010	29/06/2013	Adimplente
2	033726189	747355	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DESENV.RURAL REGIAO OESTE DO PR	1.218.750,00	24.872,45		1.218.750,00	23/12/2010	23/06/2013	Adimplente
2	033726075	747364	CONSORCIO MUNICIPAL DA CANTUQUIRIGUACU	1.218.750,00	38.250,00		1.218.750,00	21/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033723777	747369	MUNICIPIO DE PAULO BENTO - RS	97.500,00	137.400,00		97.500,00	15/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	033725500	747383	MUNICIPIO DE DOM BOSCO - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	04/11/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033723559	747385	MUNICIPIO DE OUROESTE - SP	555.750,00	11.342,00		555.750,00	31/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033725382	747387	MUNICIPIO DE PARACATU - MG	97.500,00	14.343,33		97.500,00	30/12/2010	28/09/2012	Adimplente
2	033725278	747389	MUNICIPIO DE BAMBUI - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033725164	747391	MUNICIPIO DE CRISTINA - MG	97.500,00	7.800,00		97.500,00	19/10/2010	28/02/2013	Adimplente
2	033723443	747393	MUNICIPIO DE INDIAPORA - SP	555.750,00	25.900,00		555.750,00	23/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033723339	747394	MUNICIPIO DE CARDOSO - SP	555.750,00	11.342,00	555.750,00	555.750,00	17/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033723225	747396	MUNICIPIO DE VALENTIM GENTIL - SP	555.750,00	22.108,28			27/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	033723111	747399	MUNICIPIO DE DOLCINOPOLIS - SP	555.750,00	11.342,00		555.750,00	20/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033723007	747402	MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA - SP	555.750,00	11.342,00	555.750,00	555.750,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033722970	747404	MUNICIPIO DE PEDRANOPOLIS - SP	555.750,00	12.000,00		555.750,00	30/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033722200	747411	MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA - SP	702.000,00	18.100,00		702.000,00	14/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033722197	747413	MUNICIPIO DE SANDOVALINA - SP	555.750,00	11.342,00		555.750,00	20/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033722083	747416	MUNICIPIO DE PARANAPUA - SP	555.750,00	13.890,28		555.750,00	30/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033721955	747423	MUNICIPIO DE POPULINA - SP	555.750,00	11.342,00		555.750,00	20/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033721736	747428	MUNICIPIO DE GUZOLANDIA - SP	702.000,00	14.327,00	702.000,00	702.000,00	21/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033720711	747431	MUNICIPIO DE CLARO DOS POCHOES - MG	487.500,00	104.500,00		487.500,00	23/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033725614	747432	MUNICIPIO DE ESTRELA DO NORTE - SP	555.750,00	10.882,00		555.750,00	16/12/2010	05/03/2014	Adimplente
2	033721622	747435	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL DE MS	14.550.000,00	6.120.000,00		14.550.000,00	03/11/2010	30/10/2013	Adimplente
2	033720607	747438	MUNICIPIO DE BRASILIA DE MINAS - MG	487.500,00	9.949,00		487.500,00	16/09/2010	30/09/2012	Adimplente
2	033721518	747439	MUNICIPIO DE MARABA PAULISTA - SP	628.875,00	12.835,00		628.875,00	29/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	033721403	747444	MUNICIPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA - SP	848.250,00	81.793,92		848.250,00	21/12/2010	05/04/2013	Adimplente

2	033720594	747445	MUNICIPIO DE AUGUSTO DE LIMA - MG	487.500,00	60.500,00		487.500,00	30/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	033720489	747452	MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS - MG	780.000,00	115.000,00		780.000,00	26/08/2010	13/04/2012	Adimplente
2	033721286	747457	MUNICIPIO DE CURVELO - MG	975.000,00	97.500,00	561.795,00	561.795,00	27/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033721172	747463	MUNICIPIO DE CHAPADA GAUCHA - MG	487.500,00	10.000,00		487.500,00	29/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033721068	747466	MUNICIPIO DE IBIRACATU - MG	487.500,00	12.500,00		487.500,00	21/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033185533	747816	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	97.500,00	1.700,00		97.500,00	22/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033781022	747819	MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA - PR	97.500,00	8.500,00		97.500,00	17/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	033722314	747822	MUNICIPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP	848.250,00	17.312,00		848.250,00	16/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033187574	747824	MUNICIPIO DE ITAQUI - RS	97.500,00	2.500,00			31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033129225	747827	MUNICIPIO DE MUITOS CAPOES - RS	97.500,00	28.500,00		97.500,00	30/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033125683	747829	MUNICIPIO DE ALTO FELIZ - RS	97.500,00	61.228,72		97.500,00	23/12/2010	30/01/2014	Adimplente
2	033126939	747830	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS	97.500,00	2.502,12	69.010,50	97.500,00	08/10/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033231065	749808	MUNICIPIO DE SAO VICENTE DO SUL - RS	97.500,00	2.500,00			24/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	034031475	749824	MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGARIO - MG	390.000,00	33.000,00		390.000,00	16/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034031580	749827	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MG	97.500,00	2.700,00		97.500,00	22/11/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034031361	749833	MUNICIPIO DE UNAI - MG	195.000,00	16.957,00			31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033127840	749858	MUNICIPIO DE CACEQUI - RS	97.500,00	2.500,00		97.500,00	16/12/2010	11/10/2013	Adimplente
2	033190194	749860	MUNICIPIO DE DOM FELICIANO - RS	195.000,00	25.000,00		195.000,00	09/11/2010	30/12/2013	Adimplente
2	033190080	749864	MUNICIPIO DE SINIMBU - RS	195.000,00	38.000,00		195.000,00	21/12/2010	16/02/2012	Adimplente
2	033126261	749865	MUNICIPIO DE SAO SEPE - RS	97.500,00	2.790,50		97.500,00	04/11/2010	27/06/2012	Adimplente
2	033192466	749866	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	97.500,00	50.100,00		97.500,00	13/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033185428	749870	MUNICIPIO DE MARCELINO RAMOS - RS	97.500,00	17.500,00		97.500,00	07/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033125914	749871	MUNICIPIO DE TORRES - RS	390.000,00	120.766,26	390.000,00	390.000,00	23/11/2010	30/12/2012	Adimplente
2	033927476	750851	MUNICIPIO DE UBIRATA - PR	292.500,00	40.500,00		292.500,00	02/12/2010	12/04/2012	Adimplente
2	034575410	751444	MUNICIPIO DE JAGUARI - RS	195.000,00	25.000,00		195.000,00	23/12/2010	18/05/2012	Adimplente
2	034577014	751445	MUNICIPIO DE VILA FLORES - RS	146.250,00	30.206,58		146.250,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034582011	751446	MUNICIPIO DE INHACORA - RS	97.500,00	34.000,06	858,00	858,00	22/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	034576987	751447	MUNICIPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL - RS	146.250,00	21.750,00		146.250,00	28/12/2010	28/09/2012	Adimplente
2	034582458	751449	MUNICIPIO DE AMETISTA DO SUL - RS	97.500,00	117.500,00		97.500,00	21/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034576873	751450	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	390.000,00	20.000,00		390.000,00	24/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034575293	751452	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	24/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	034582239	751453	MUNICIPIO DE ESTANCIA BRAGANCA PAULISTA - SP	195.000,00	37.640,99	195.000,00	195.000,00	29/12/2010	26/12/2014	Adimplente
2	034581984	751454	MUNICIPIO DE POPULINA - SP	195.000,00	5.000,00		195.000,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	034582343	751455	MUNICIPIO DE CROMINIA - GO	97.500,00	2.920,00		97.500,00	22/12/2010	30/12/2012	Adimplente

2	034580636	751464	MUNICIPIO DE QUEVEDOS - RS	150.000,00	68.000,00		150.000,00	23/12/2010	08/03/2012	Adimplente
2	034578926	751466	MUNICIPIO DE COTIPORA - RS	150.000,00	90.861,10		150.000,00	17/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	034578812	751468	MUNICIPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL - RS	200.000,00	18.000,00		200.000,00	23/12/2010	16/03/2012	Adimplente
2	034580290	751474	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO HORTENCIO - RS	150.000,00	55.200,00		150.000,00	23/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034578695	751476	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	150.000,00	30.700,00		150.000,00	22/12/2010	10/09/2012	Adimplente
2	034578581	751478	MUNICIPIO DE ROSARIO DO SUL - RS	150.000,00	20.000,00		150.000,00	23/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034580186	751479	MUNICIPIO DE ARROIO GRANDE - RS	200.000,00	4.081,63		200.000,00	23/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034579941	751482	MUNICIPIO DE SAO MARCOS - RS	150.000,00	75.600,00		150.000,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034579619	751489	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO - RS	150.000,00	10.000,00		150.000,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034578258	751490	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS	200.000,00	5.786,10		200.000,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034578143	751492	MUNICIPIO DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS	150.000,00	70.000,00		150.000,00	22/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	034579505	751494	MUNICIPIO DE SOBRADINHO - RS	150.000,00	15.000,00		150.000,00	23/12/2010	07/11/2012	Adimplente
2	034579491	751495	MUNICIPIO DE SAO NICOLAU - RS	150.000,00	10.000,00		150.000,00	22/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	034579387	751496	MUNICIPIO DE UNIAO DA SERRA - RS	150.000,00	47.000,00		150.000,00	21/12/2010	30/10/2012	Adimplente
2	034577901	751497	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	200.000,00	8.164,00		200.000,00	23/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	034577784	751500	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DAS MISSOES - RS	150.000,00	8.000,00		150.000,00	24/12/2010	30/01/2012	Adimplente
2	034579169	751501	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RS	150.000,00	13.750,00		150.000,00	28/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	034581766	751502	MUNICIPIO DE PIRAPO - RS	150.000,00	10.000,00		150.000,00	22/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	034579055	751503	MUNICIPIO DE CAMPINA DAS MISSOES - RS	150.000,00	67.800,00		150.000,00	22/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034577232	751504	MUNICIPIO DE BOSSOROCA - RS	150.000,00	76.700,00		150.000,00	22/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034576769	751512	MUNICIPIO DE SANTIAGO - RS	200.000,00	17.120,00		200.000,00	22/12/2010	30/01/2012	Adimplente
2	034576540	751514	MUNICIPIO DE SAO LUIS GONZAGA - RS	150.000,00	15.000,00		150.000,00	22/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	034576321	751516	MUNICIPIO VILA NOVA DO SUL - RS	150.000,00	69.000,00		150.000,00	23/12/2010	23/10/2012	Adimplente
2	034576217	751518	MUNICIPIO DE CAMAQUA - RS	150.000,00	33.000,00		150.000,00	24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034581328	751521	MUNICIPIO DE LINHA NOVA - RS	150.000,00	85.000,00		150.000,00	30/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	034575962	751524	MUNICIPIO DE ROQUE GONZALES - RS	150.000,00	15.000,00		150.000,00	23/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034577128	751525	MUNICIPIO DE PALMARES DO SUL - RS	150.000,00	49.667,00		150.000,00	21/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034575743	751527	MUNICIPIO DE SANTA MARGARIDA DO SUL - RS	150.000,00	3.016,00		150.000,00	23/12/2010	17/11/2012	Adimplente
2	034575639	751528	MUNICIPIO DE FORMIGUEIRO - RS	150.000,00	70.000,00		150.000,00	23/12/2010	27/06/2013	Adimplente
2	034575525	751529	MUNICIPIO DE TUPANCIRETA - RS	200.000,00	34.851,06		200.000,00	28/12/2010	21/09/2012	Adimplente
2	033126825	751719	MUNICIPIO DE JAGUARI - RS	195.000,00	22.712,45		195.000,00	14/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033126711	751720	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	97.500,00	8.500,00		97.500,00	22/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033258813	751722	MUNICIPIO DE ELDORADO DO SUL - RS	146.250,00	8.750,00		146.250,00	09/12/2010	30/12/2012	Adimplente

2	034610797	751861	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - AL	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	034629801	752128	MUNICIPIO DE SAO CAETANO - PE	585.000,00	22.000,00		585.000,00	16/12/2010	12/12/2012	Adimplente
2	034629570	752129	MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS - SC	243.750,00	35.250,00		243.750,00	31/12/2010	02/02/2012	Adimplente
2	034629465	752130	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034629798	752133	MUNICIPIO DE PAINEL - SC	292.500,00	82.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034665421	752553	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	146.250,00	16.258,70		146.250,00	24/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034665317	752554	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	536.250,00	37.760,00		536.250,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034642103	752555	MUNICIPIO DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES - PR	194.000,00	4.816,00		194.000,00	21/12/2010	21/09/2012	Adimplente
2	034642090	752556	MUNICIPIO DE BARRO ALTO - BA	388.000,00	8.000,00		388.000,00	30/12/2010	05/03/2012	Adimplente
2	034642655	752557	MUNICIPIO DE VICOSA - AL	727.500,00	37.500,00		727.500,00	21/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	034641962	752558	MUNICIPIO DE SANTANA DO PIRAPAMA - MG	1.108.613,00	66.338,00	1.041.905,57	1.041.905,57	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034641858	752559	MUNICIPIO DE MEDEIROS - MG	436.500,00	39.000,00		436.500,00	23/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	034641743	752560	MUNICIPIO DE NOVA GLORIA - GO	339.500,00	59.500,00		339.500,00	31/12/2010	20/07/2012	Adimplente
2	034641639	752561	MUNICIPIO DE TEIXEIRAS - MG	446.200,00	8.758,00		446.200,00	30/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034641525	752562	MUNICIPIO DE TEIXEIRAS - MG	782.887,00	17.000,00	6.419,67	6.419,67	31/12/2010	30/01/2014	Adimplente
2	034641306	752564	MUNICIPIO DE PEDRINHAS PAULISTA - SP	194.000,00	6.000,00		194.000,00	23/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	034642540	752565	MUNICIPIO DE JUQUIA - SP	97.000,00	3.000,00		97.000,00	29/12/2010	29/05/2013	Adimplente
2	034641293	752566	MUNICIPIO DE NOVO CRUZEIRO - MG	194.000,00	25.197,49	64.078,20	64.078,20	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034665203	752568	MUNICIPIO DE IARAS - SP	194.000,00	14.000,00		194.000,00	23/12/2010	20/02/2012	Adimplente
2	034642435	752570	MUNICIPIO DE PARIQUERA-ACU - SP	97.000,00	3.000,00		97.000,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034640946	752571	MUNICIPIO DE ARAPONGA - MG	291.000,00	5.498,00		291.000,00	24/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034640832	752573	MUNICIPIO DE AURIFLAMA - SP	552.900,00	22.521,00		552.900,00	31/12/2010	16/11/2012	Adimplente
2	034640728	752575	MUNICIPIO DE JABOTICATUBAS - MG	388.000,00	12.000,00	388.000,00	388.000,00	29/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034581652	752795	MUNICIPIO DE SAO MARTINHO DA SERRA - RS	150.000,00	120.000,00		150.000,00	24/12/2010	30/01/2013	Adimplente
2	034706739	752989	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	292.500,00	5.928,00		292.500,00	31/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	034706393	752990	MUNICIPIO DE MARTINHO CAMPOS - MG	292.500,00	21.500,00		292.500,00	29/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034706289	752991	MUNICIPIO DE CAMBUQUIRA - MG	292.500,00	7.500,00		292.500,00	31/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	034706175	752992	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS - MG	487.500,00	56.499,00		487.500,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034685669	752993	MUNICIPIO DE ARAPORA - MG	195.000,00	105.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034685555	752994	MUNICIPIO DE PRATA - MG	487.500,00	9.948,98		487.500,00	29/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034705828	752997	MUNICIPIO DE TIROS - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	30/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034702297	752998	MUNICIPIO DE ARINOS - MG	292.500,00	9.500,00	292.500,00	292.500,00	28/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034707421	752999	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	487.500,00	15.590,00		487.500,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034707317	753001	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO MONTE - MG	292.500,00	6.400,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente

2	034707203	753003	MUNICIPIO DE LAGAMAR - MG	195.000,00	69.875,00		195.000,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034706625	753004	MUNICIPIO DE ARAPUA - MG	195.000,00	6.000,00		195.000,00	30/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034706511	753005	MUNICIPIO DE GUARDA-MOR - MG	390.000,00	8.000,00		390.000,00	29/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034706406	753006	MUNICIPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG	195.000,00	23.000,00		195.000,00	28/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034705714	753007	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE SALES - MG	195.000,00	15.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034705378	753012	MUNICIPIO DE JAPARAIBA - MG	195.000,00	51.750,00		195.000,00	24/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034705150	753014	MUNICIPIO DE PATROCINIO - MG	487.500,00	82.499,00		487.500,00	30/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	034705045	753015	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA - MG	487.500,00	24.375,00		487.500,00	29/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034704892	753017	MUNICIPIO DE MONTE CARMELO - MG	292.500,00	7.500,00		292.500,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034704788	753018	MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - MG	487.500,00	42.400,00		487.500,00	29/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034704674	753019	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA UNIAO - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	29/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034704455	753021	MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGARIO - MG	390.000,00	47.800,00		390.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034704340	753023	MUNICIPIO DE DIAMANTINA - MG	292.500,00	22.560,00		292.500,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034704236	753024	MUNICIPIO DE CARMO DO PARANAIBA - MG	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034685449	753025	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	487.500,00	9.948,98		487.500,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034704122	753026	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS DE MINAS - MG	195.000,00	27.000,00		195.000,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	034703981	753028	MUNICIPIO DE BOM DESPACHO - MG	292.500,00	6.250,00		292.500,00	30/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034703877	753029	MUNICIPIO DE TRES MARIAS - MG	195.000,00	110.000,00		195.000,00	30/12/2010	15/10/2012	Adimplente
2	034703763	753030	MUNICIPIO DE URUANA DE MINAS - MG	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034703659	753032	MUNICIPIO DE CLAUDIO - MG	195.000,00	3.979,60		195.000,00	30/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034703439	753035	MUNICIPIO DE FELIXLANDIA - MG	195.000,00	4.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	034703325	753038	MUNICIPIO DE IRAI DE MINAS - MG	195.000,00	19.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	034703211	753039	MUNICIPIO DE AUGUSTO DE LIMA - MG	195.000,00	95.000,00		195.000,00	28/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034703107	753040	MUNICIPIO DE CORONEL MURTA - MG	117.000,00	2.450,00		117.000,00	31/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	034703094	753041	MUNICIPIO DE CURRAL DE DENTRO - MG	117.000,00	2.390,00		117.000,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034702966	753042	MUNICIPIO DE PEDRA DO INDAIA - MG	195.000,00	4.870,92		195.000,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034702747	753044	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO - MG	117.000,00	2.388,00		117.000,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034702633	753045	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MG	195.000,00	3.979,60		195.000,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034702529	753046	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO ABAETE - MG	146.250,00	3.100,00		146.250,00	30/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034702414	753047	MUNICIPIO DE MATUTINA - MG	146.250,00	89.979,04	18.281,25	18.281,25	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034762470	753590	MUNICIPIO DE TAMANDARE - PE	243.750,00	61.950,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	18/12/2012	Adimplente
2	034762366	753591	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	152.490,00	16.273,69		152.490,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034762252	753592	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	152.490,00	15.666,30		152.490,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034762585	753593	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	183.885,00	15.080,00		183.885,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente

2	034762147	753594	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	161.460,00	18.540,00		161.460,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034762033	753595	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	155.629,50	12.938,40		155.629,50	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034761905	753596	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	146.211,00	11.453,60		146.211,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034863188	753597	MUNICIPIO DE LAVRINHAS - SP	448.500,00	36.500,00		448.500,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034761892	753598	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	175.500,00	98.150,00	175.500,00	175.500,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034761788	753599	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	175.500,00	14.560,00	175.500,00	175.500,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034761674	753600	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	209.625,00	50.265,00	209.625,00	209.625,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034863074	753601	MUNICIPIO DE VERA MENDES - PI	292.500,00	6.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034761560	753602	MUNICIPIO DE ITAINOPOLIS - PI	780.000,00	16.000,00	116.688,00	116.688,00	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034761455	753603	MUNICIPIO DE ITAINOPOLIS - PI	292.500,00	6.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034761340	753604	MUNICIPIO DE ITAINOPOLIS - PI	585.000,00	12.000,00	1.872,00	1.872,00	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034810736	753649	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	242.500,00	6.250,00	242.500,00	242.500,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034810518	753650	MUNICIPIO DE GILBUES - PI	388.000,00	10.000,00	194.000,00	194.000,00	31/12/2010	30/08/2013	Adimplente
2	034810286	753651	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	152.490,00	12.680,00		152.490,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034810840	753652	MUNICIPIO DE ITAPURANGA - GO	97.000,00	-	97.000,00	97.000,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034810622	753653	MUNICIPIO DE CANAPOLIS - MG	388.000,00	14.000,00		388.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034810403	753654	MUNICIPIO DE APIACAS - MT	97.000,00	22.000,00		97.000,00	31/12/2010	20/12/2012	Adimplente
2	034809937	753656	MUNICIPIO DE BURITIS - MG	97.000,00	9.000,00		97.000,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	034809823	753657	MUNICIPIO DE JEQUIA DA PRAIA - AL	727.500,00	35.340,00		727.500,00	31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	034810172	753658	MUNICIPIO DE CURUCA - PA	485.000,00	9.900,00			31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	034863292	753751	MUNICIPIO DE VALE DO SOL - RS	292.500,00	177.500,00		292.500,00	30/12/2010	10/03/2013	Adimplente
2	034776581	753752	MUNICIPIO DE CARDOSO MOREIRA - RJ	487.500,00	24.150,00		487.500,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034776476	753753	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	117.000,00	153.000,00		117.000,00	30/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	034776362	753755	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS AUSENTES - RS	390.000,00	8.000,00		390.000,00	30/12/2010	28/02/2014	Adimplente
2	034776258	753756	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUAU - PR	126.750,00	8.250,00		126.750,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034776143	753757	MUNICIPIO DE PRANCHITA - PR	117.000,00	6.000,00		117.000,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034776039	753758	MUNICIPIO DE GUARANIACU - PR	126.750,00	2.109,75		126.750,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034775901	753760	MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS - PR	146.250,00	38.650,00		146.250,00	31/12/2010	04/09/2012	Adimplente
2	034775898	753761	MUNICIPIO DE ESPERANCA NOVA - PR	146.250,00	3.040,00		146.250,00	30/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034775670	753763	MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS - RN	141.375,00	8.500,00		141.375,00	31/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	034775566	753765	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RN	107.250,00	2.750,00		107.250,00	31/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	034775784	753766	MUNICIPIO DE MALLET - PR	126.750,00	3.250,00			31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034775451	753768	MUNICIPIO DE SAO FERNANDO - RN	141.375,00	3.000,00	141.375,00	141.375,00	31/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	034811197	753771	MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO - ES	386.000,00	91.900,00		386.000,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034775128	753778	MUNICIPIO DE GOVERNADOR DE DIX-SEPT ROSADO - RN	291.000,00	9.000,00			31/12/2010	10/12/2012	Adimplente
2	034774975	753780	MUNICIPIO DE RUBIATABA - GO	780.000,00	16.000,00		780.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente

2	034774861	753781	MUNICIPIO DE FLORES - GO	195.000,00	22.800,00		195.000,00	31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034775014	753783	MUNICIPIO DE ITAPURANGA - GO	487.500,00	10.000,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034918273	753884	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	208.550,00	10.000,00		208.550,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034864768	753885	MUNICIPIO DE IBIAI - MG	97.500,00	4.500,00		97.500,00	31/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	034863742	753886	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - PR	97.500,00	4.839,00		97.500,00	31/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	034918169	753887	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	194.000,00	19.129,50		194.000,00	31/12/2010	31/07/2013	Adimplente
2	034830973	753888	MUNICIPIO DE TUPARENDI - RS	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034918055	753889	MUNICIPIO DE SACRAMENTO - MG	97.000,00	6.000,00		97.000,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034917926	753890	MUNICIPIO DE CONCEICAO DAS ALAGOAS - MG	116.400,00	2.375,52		116.400,00	31/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	034917812	753891	MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - MG	392.850,00	34.161,00		392.850,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034864549	753892	MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGARIO - MG	116.400,00	3.800,00		116.400,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034864434	753894	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MG	135.800,00	3.500,00		135.800,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034864320	753895	MUNICIPIO DE FRUTAL - MG	116.400,00	10.175,00		116.400,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034863524	753897	MUNICIPIO DE COMERCINHO - MG	585.000,00	12.500,00		585.000,00	31/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	034830869	753898	MUNICIPIO DE BOM DESPACHO - MG	975.000,00	25.000,00			31/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	034863305	753904	MUNICIPIO DE SETUBINHA - MG	184.300,00	3.761,22		184.300,00	31/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	034831000	753909	MUNICIPIO DE PEDRINOPOLIS - MG	116.400,00	18.600,00		116.400,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034918387	753910	MUNICIPIO DE JARAGUA - GO	950.000,00	20.400,00		950.000,00	31/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	034872513	754099	MUNICIPIO DA LAPA - PR	97.500,00	5.924,98			31/12/2010	28/02/2012	Adimplente
2	034877853	754104	MUNICIPIO DE RIO AZUL - PR	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/05/2012	Adimplente
2	034872408	754114	MUNICIPIO DE SALETE - SC	390.000,00	20.000,00		390.000,00	30/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034877298	754128	MUNICIPIO DE PINHAO - PR	117.000,00	3.650,00		117.000,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034872395	754133	MUNICIPIO DE RIBEIRAO DO SUL - SP	97.500,00	14.900,00		97.500,00	31/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	034872281	754136	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DE CANAA - ES	195.000,00	28.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034871934	754144	MUNICIPIO DE PARIQUERA-ACU - SP	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034870574	754145	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAU - PR	97.500,00	5.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034877070	754147	MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	195.000,00	5.000,00			31/12/2010	04/12/2012	Adimplente
2	034870469	754148	MUNICIPIO DE TATUI - SP	292.500,00	27.600,00		292.500,00	31/12/2010	28/03/2012	Adimplente
2	034831446	754150	MUNICIPIO DE ALAGOINHAS - BA	341.250,00	14.218,75	170.625,01	170.625,01	31/12/2010	05/05/2014	Adimplente
2	034879341	754151	MUNICIPIO DE ILHA SOLTEIRA - SP	97.500,00	18.500,00		97.500,00	31/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	034873757	754153	MUNICIPIO DE COQUEIRO BAIXO - RS	97.500,00	4.100,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	034879237	754154	MUNICIPIO DE PIRACICABA - SP	195.000,00	15.360,00		195.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034878650	754157	MUNICIPIO DE AMARANTE - MA	195.000,00	8.125,00	135.993,00	135.993,00	31/12/2010	28/06/2013	Adimplente
2	034871820	754159	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	97.500,00	8.700,00		97.500,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034870355	754160	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IVAI - PR	97.500,00	62.350,00		97.500,00	31/12/2010	15/10/2012	Adimplente
2	034876941	754161	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAU - PR	165.750,00	14.250,00		165.750,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034873538	754163	MUNICIPIO DE BARROS CASSAL - RS	195.000,00	17.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente

2	034865139	754164	MUNICIPIO DE GUARARAPES - SP	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	034870240	754169	MUNICIPIO DE VICOSA - RN	195.000,00	10.000,00		195.000,00	31/12/2010	10/03/2012	Adimplente
2	034876723	754171	MUNICIPIO DE NOBRES - MT	146.250,00	18.412,15			31/12/2010	28/02/2014	Adimplente
2	034873423	754172	CONSORCIO PUB INTERMUN DESENV SUST REG DO SUDESTE DO PR	1.218.750,00	274.270,00		1.218.750,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034870136	754173	MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES - MG	97.500,00	31.073,80		97.500,00	31/12/2010	30/12/2014	Adimplente
2	034831332	754176	MUNICIPIO DE ITAVERAVA - MG	195.000,00	5.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034831228	754179	MUNICIPIO DE LAMIM - MG	195.000,00	18.000,00		195.000,00	31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034876491	754184	MUNICIPIO DE PANAMBI - RS	146.250,00	3.750,00		146.250,00	31/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	034873319	754189	MUNICIPIO DE SAO CARLOS DO IVAI - PR	195.000,00	45.000,00		195.000,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034876387	754190	MUNICIPIO DE VILA RICA - MT	146.250,00	4.387,50			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034869993	754193	MUNICIPIO DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIM - RJ	292.500,00	25.341,00		292.500,00	31/12/2010	25/04/2013	Adimplente
2	034869889	754195	MUNICIPIO DE APODI - RN	156.000,00	14.000,00		156.000,00	31/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	034876169	754197	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT	146.250,00	73.750,00			31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	034873205	754198	MUNICIPIO DE CORONEL MURTA - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034876055	754200	MUNICIPIO DE CORINTO - MG	97.500,00	2.500,00	92.352,00	92.352,00	31/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	034879906	754201	MUNICIPIO DE SALTO GRANDE - SP	195.000,00	55.000,00		195.000,00	31/12/2010	20/01/2013	Adimplente
2	034865025	754203	MUNICIPIO DE BARROSO - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034875926	754204	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034873192	754207	CONSORCIO MUNICIPAL DO PROCAXIAS	1.218.750,00	24.950,00		1.218.750,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034875812	754208	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO POVO - MT	146.250,00	2.985,00			31/12/2010	31/01/2014	Adimplente
2	034875708	754211	MUNICIPIO DE SANTA CARMEM - MT	195.000,00	54.297,78			31/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	034871602	754214	MUNICIPIO DE SERRA DO MEL - RN	136.500,00	6.000,00		136.500,00	31/12/2010	17/05/2012	Adimplente
2	034879123	754218	MUNICIPIO DE QUINTANA - SP	195.000,00	3.980,33		195.000,00	31/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	034875695	754223	MUNICIPIO DE TRES DE MAIO - RS	146.250,00	3.750,00			31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034875581	754224	MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR	487.500,00	127.890,00		487.500,00	31/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	034875476	754225	MUNICIPIO DE CANA VERDE - MG	146.250,00	2.984,70		146.250,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	034875362	754228	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUACU - PR	97.500,00	7.900,00		97.500,00	31/12/2010	30/03/2012	Adimplente
2	034865681	754231	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	146.250,00	88.750,00		146.250,00	30/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034919634	754237	MUNICIPIO DE PEDRA DOURADA - MG	195.000,00	41.740,00		195.000,00	31/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	034919520	754240	MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT	195.000,00	28.984,57			31/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	034919415	754242	MUNICIPIO DE REALEZA - PR	117.000,00	1.999,00		117.000,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034869775	754248	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS DE GOIAS - GO	97.500,00	11.342,00		97.500,00	31/12/2010	31/01/2013	Adimplente
2	034919184	754253	MUNICIPIO DE SANTA LUCIA - PR	146.250,00	6.250,00		146.250,00	31/12/2010	28/10/2012	Adimplente
2	034878430	754257	MUNICIPIO DE MANDURI - SP	97.500,00	12.500,00		97.500,00	31/12/2010	20/10/2012	Adimplente

2	034875143	754258	MUNICIPIO DE ALECRIM - RS	243.750,00	6.250,00		243.750,00	31/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	034869661	754261	MUNICIPIO DE ARAGUACEMA - TO	487.500,00	14.500,00		487.500,00	31/12/2010	15/11/2012	Adimplente
2	034919070	754262	MUNICIPIO DE VIRMOND - PR	146.250,00	14.350,00		146.250,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034869557	754265	MUNICIPIO DE HIDROLANDIA - GO	97.500,00	3.000,00	1.462,50	1.462,50	31/12/2010	31/10/2013	Adimplente
2	034918941	754270	MUNICIPIO DE UBIRETAMA - RS	97.500,00	11.885,00		97.500,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034872950	754275	MUNICIPIO DE CAPELINHA - MG	509.600,00	10.400,00		509.600,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034871599	754278	MUNICIPIO DE RIACHO DAS ALMAS - PE	487.500,00	12.500,00		487.500,00	31/12/2010	20/11/2012	Adimplente
2	034872845	754279	MUNICIPIO DE CARATINGA - MG	975.000,00	97.500,00			31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034869223	754282	MUNICIPIO DE DONA EUZEBIA - MG	97.500,00	2.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034879019	754284	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA - SP	195.000,00	36.222,93		195.000,00	31/12/2010	20/01/2014	Adimplente
2	034869119	754285	MUNICIPIO DE PINHEIRAL - RJ	292.500,00	6.000,00			31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034868978	754290	MUNICIPIO DE CARANGOLA - MG	234.000,00	10.061,00	234.000,00	234.000,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034831552	754295	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	146.250,00	21.365,00		146.250,00	31/12/2010	30/04/2012	Adimplente
2	034868750	754296	MUNICIPIO DE SANTAREM - PB	121.875,00	38.125,00		121.875,00	30/12/2010	13/09/2012	Adimplente
2	034871484	754297	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO	97.500,00	15.770,00		97.500,00	31/12/2010	26/02/2013	Adimplente
2	034868531	754301	MUNICIPIO DE SALGADO DE SAO FELIX - PB	121.875,00	3.125,00		121.875,00	30/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	034868426	754303	MUNICIPIO DE MOGEIRO - PB	121.875,00	2.495,00		121.875,00	30/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034871266	754304	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	243.750,00	51.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	034868208	754307	MUNICIPIO DE AROEIRAS - PB	121.875,00	3.770,00		121.875,00	30/12/2010	20/06/2013	Adimplente
2	034918619	754308	MUNICIPIO DE POCAO DAS PEDRAS - MA	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	28/12/2012	Adimplente
2	034880140	754309	MUNICIPIO DE MIRA ESTRELA - SP	195.000,00	44.000,00		195.000,00	31/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	034868195	754310	MUNICIPIO DE UIRAUNA - PB	121.875,00	3.125,00		121.875,00	31/12/2010	29/06/2012	Adimplente
2	034871152	754311	MUNICIPIO DE CUNHA - SP	195.000,00	15.000,00		195.000,00	31/12/2010	28/10/2012	Adimplente
2	034864986	754312	MUNICIPIO DE BARAUNA - RN	194.000,00	8.250,00	74.399,00	194.000,00	31/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	034865462	754314	MUNICIPIO DE BUENOPOLIS - MG	97.500,00	7.760,66			31/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	034868081	754316	MUNICIPIO DE CATOLE DO ROCHA - PB	121.875,00	2.495,00		121.875,00	30/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034867953	754319	MUNICIPIO DE SOBRALIA - MG	97.500,00	10.287,02	38.863,50	38.863,50	31/12/2010	30/07/2013	Adimplente
2	034874772	754320	MUNICIPIO DE PEQUIZEIRO - TO	97.500,00	3.015,46			31/12/2010	27/10/2012	Adimplente
2	034918505	754323	MUNICIPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES - MG	97.500,00	2.500,00	48.750,00	48.750,00	31/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	034878982	754326	MUNICIPIO DE ITAPETININGA - SP	195.000,00	17.100,00		195.000,00	31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	034867620	754327	MUNICIPIO DE NATUBA - PB	121.875,00	37.925,00		121.875,00	30/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034880036	754333	MUNICIPIO DE ITAJAH - RN	117.000,00	11.400,00		117.000,00	31/12/2010	10/06/2012	Adimplente
2	034874668	754337	MUNICIPIO DE TRES FORQUILHAS - RS	487.500,00	9.975,00		487.500,00	31/12/2010	30/12/2013	Adimplente
2	034872627	754339	MUNICIPIO DE FORTALEZA DO TABOCAO - TO	97.500,00	11.748,00		97.500,00	31/12/2010	28/06/2013	Adimplente

2	034878878	754340	MUNICIPIO DE BURITAMA - SP	195.000,00	6.000,00		195.000,00	31/12/2010	05/08/2012	Adimplente
2	034831114	754341	MUNICIPIO DE COLINAS - MA	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	21/03/2011	30/09/2013	Adimplente
2	034874554	754343	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	107.250,00	11.750,00		107.250,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034867401	754347	MUNICIPIO DE COLINAS - MA	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	04/05/2011	30/09/2013	Adimplente
2	034874448	754348	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	146.250,00	12.720,00		146.250,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034867398	754350	MUNICIPIO DE COLINAS - MA	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	04/05/2011	30/09/2013	Adimplente
2	034871047	754352	MUNICIPIO DE BOTUCATU - SP	292.500,00	25.500,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	20/12/2013	Adimplente
2	034867284	754353	MUNICIPIO DE COLINAS - MA	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	21/03/2011	30/09/2013	Adimplente
2	034870919	754355	MUNICIPIO DE PIRACANJUBA - GO	97.500,00	6.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034865358	754357	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	16.300,00		97.500,00	31/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	034867066	754360	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA - PE	243.750,00	26.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	034866823	754364	MUNICIPIO DE MUQUEM DE SAO FRANCISCO - BA	292.500,00	7.500,00		292.500,00	31/12/2010	04/05/2013	Adimplente
2	034866719	754365	MUNICIPIO DE POLONI - SP	97.500,00	8.750,00		97.500,00	31/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	034878764	754366	MUNICIPIO DE MONTE ALTO - SP	195.000,00	19.000,00		195.000,00	31/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	034874334	754367	MUNICIPIO DE MOSTARDA - RS	97.500,00	5.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034866605	754368	MUNICIPIO DE PIACATU - SP	165.750,00	6.250,00		165.750,00	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	034874220	754370	MUNICIPIO DE CAPIVARI DO SUL - RS	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034866487	754373	MUNICIPIO DE PILAR DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	034874116	754374	MUNICIPIO DE SAO PAULO DAS MISSOES - RS	97.500,00	4.985,00		97.500,00	31/12/2010	30/07/2013	Adimplente
2	034874002	754377	MUNICIPIO DE COLNIZA - MT	292.500,00	5.969,39			31/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	034866155	754384	MUNICIPIO DE DOUTOR SEVERIANO - RN	243.750,00	28.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	034870688	754388	MUNICIPIO DE ESPIGAO ALTO DO IGUAQU - PR	97.500,00	6.879,73	88.793,25	97.500,00	31/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	034865808	754392	MUNICIPIO DE QUARAI - RS	195.000,00	35.000,00		195.000,00	31/12/2010	31/08/2012	Adimplente
2	034610800	754677	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	97.500,00	16.500,00		97.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034884453	754783	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	292.500,00	7.500,02		292.500,00	31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	034880923	754789	MUNICIPIO DE JABOTI - PR	341.250,00	7.000,00	341.250,00	341.250,00	31/12/2010	05/08/2012	Adimplente
2	034882308	754790	MUNICIPIO DE IBIRUBA - RS	97.500,00	10.740,00		97.500,00	31/12/2010	30/09/2012	Adimplente
2	034883219	754793	MUNICIPIO DE IVORA - RS	97.500,00	2.387,50		97.500,00	31/12/2010	17/08/2012	Adimplente
2	034884348	754797	MUNICIPIO DE CARRANCAS - MG	146.250,00	7.200,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2010	31/07/2012	Adimplente
2	034919853	754803	MUNICIPIO DE GUAPORE - RS	97.500,00	36.372,55		97.500,00	31/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	034882181	754807	MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - RS	97.500,00	16.232,23		97.500,00	31/12/2010	28/02/2013	Adimplente
2	034884234	754808	MUNICIPIO DE ICARA - SC	487.500,00	162.500,00		487.500,00	31/12/2010	06/04/2013	Adimplente
2	034883105	754813	MUNICIPIO DE SALVADOR DAS MISSOES - RS	97.500,00	9.461,00		97.500,00	31/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	034884016	754822	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - MG	126.750,00	32.250,00	126.750,00	126.750,00	31/12/2010	30/06/2012	Adimplente

2	034919967	754831	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	214.500,00	17.419,90		214.500,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034884568	754832	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	536.250,00	27.893,92		536.250,00	31/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034883761	754837	MUNICIPIO DE NOVA PALMA - RS	97.500,00	1.850,00		97.500,00	31/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	034885608	755200	MUNICIPIO DE MOEMA - MG	292.500,00	5.969,39	167.193,00	167.193,00	31/12/2010	27/11/2013	Adimplente
2	036459915	756786	MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB	975.000,00	20.000,00	975.000,00	975.000,00	31/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036459801	756787	MUNICIPIO DE CAMPOS GERAIS - MG	1.267.500,00	26.000,00	1.267.500,00	1.267.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036459684	756789	MUNICIPIO DE JACUTINGA - RS	146.250,00	172.950,00	146.250,00	146.250,00	19/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036459570	756790	MUNICIPIO DE CORBELIA - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	23/12/2011	23/05/2013	Adimplente
2	036459465	756791	MUNICIPIO DE CHUVISCA - RS	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036459351	756792	MUNICIPIO DE SAO MARCOS - RS	195.000,00	15.000,00			21/12/2011	30/08/2014	Adimplente
2	036459246	756794	MUNICIPIO DE CATURAI - GO	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036459132	756795	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA	975.000,00	19.897,96			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036459028	756796	MUNICIPIO DE PALMITINHO - RS	97.500,00	11.180,00	97.500,00	97.500,00	20/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036458991	756797	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE - MG	487.500,00	22.500,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036458887	756798	MUNICIPIO DE HERVAL - RS	292.500,00	50.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036461739	756799	MUNICIPIO DE CERRITO - RS	195.000,00	3.979,60	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036500121	756800	MUNICIPIO DE MAMBAI - GO	195.000,00	15.000,00			30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	036458773	756801	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO SUL - PR	633.750,00	13.250,00	633.750,00	633.750,00	27/12/2011	27/03/2014	Adimplente
2	036458669	756802	MUNICIPIO DE ITACURUBI - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036458555	756805	MUNICIPIO DE OSORIO - RS	243.750,00	46.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036458449	756806	MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR	195.000,00	13.000,00	195.000,00	195.000,00	08/12/2011	08/03/2013	Adimplente
2	036458335	756807	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036458117	756809	MUNICIPIO DE ITAIOPOLIS - SC	195.000,00	55.000,00	195.000,00	195.000,00	19/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036458003	756810	MUNICIPIO DE BRACO DO NORTE - SC	292.500,00	152.500,00	292.500,00	292.500,00	06/12/2011	06/12/2012	Adimplente
2	036460482	756811	MUNICIPIO DE NOVA AURORA - GO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	04/01/2012	30/08/2013	Adimplente
2	036457976	756812	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR	97.500,00	2.520,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	27/09/2013	Adimplente
2	036457862	756813	MUNICIPIO DE ENTRE RIOS - SC	341.250,00	38.750,00	341.250,00	341.250,00	12/12/2011	12/12/2012	Adimplente
2	036457758	756814	MUNICIPIO DE URUANA - GO	195.000,00	23.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036457643	756815	MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO - SC	195.000,00	49.400,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	26/10/2012	Adimplente
2	036457539	756816	MUNICIPIO DE FREI ROGERIO - SC	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036457424	756817	MUNICIPIO DE IBIACA - RS	97.500,00	52.500,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	036457310	756818	MUNICIPIO DE PAVAO - MG	487.500,00	10.000,00			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036457206	756819	MUNICIPIO DE SERTA0 SANTANA - RS	292.500,00	51.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036461406	756820	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE	487.500,00	39.000,00	487.500,00	487.500,00	23/11/2011	30/12/2013	Adimplente

2	036457193	756821	MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC	97.500,00	18.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	17/10/2012	Adimplente
2	036457089	756822	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	341.250,00	8.750,00	341.250,00	341.250,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	036456951	756823	MUNICIPIO DE ANTONIO PRADO - RS	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	24/11/2011	19/11/2012	Adimplente
2	036456846	756824	MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE - RS	243.750,00	12.250,00	243.750,00	243.750,00	16/12/2011	11/06/2013	Adimplente
2	036461393	756825	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	292.500,00	47.500,00	292.500,00	292.500,00	14/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	036454563	756827	MUNICIPIO DE IGUABA GRANDE - RJ	146.250,00	3.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036460378	756828	MUNICIPIO DE RIO BRANCO - AC	975.000,00	151.489,27	975.000,00	975.000,00	19/12/2011	30/01/2014	Adimplente
2	036456732	756829	MUNICIPIO DE FELIZ - RS	195.000,00	15.000,00	195.000,00	195.000,00	16/11/2011	28/02/2013	Adimplente
2	036454458	756830	MUNICIPIO DE MACHADOS - PE	195.000,00	5.000,00			27/12/2011	06/03/2013	Adimplente
2	036453766	756831	MUNICIPIO DE PIRACAIA - SP	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/12/2015	Adimplente
2	036456628	756832	MUNICIPIO DE CANDELARIA - RS	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	11/11/2011	11/11/2013	Adimplente
2	036456514	756833	MUNICIPIO DE PONTE SERRADA - SC	195.000,00	64.000,00	195.000,00	195.000,00	30/11/2011	01/11/2012	Adimplente
2	036456409	756835	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036456282	756837	MUNICIPIO DE BOA VISTA DO CADEADO - RS	97.500,00	60.500,00	97.500,00	97.500,00	14/11/2011	08/12/2012	Adimplente
2	036456178	756838	MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA - SC	243.750,00	106.250,00	243.750,00	243.750,00	28/12/2011	28/12/2012	Adimplente
2	036456064	756839	MUNICIPIO DE SOBRADINHO - RS	195.000,00	165.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	07/05/2013	Adimplente
2	036460264	756840	MUNICIPIO DE CARAUBAS - PB	370.500,00	49.500,00	370.500,00	370.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036460150	756841	MUNICIPIO DE DONA INES - PB	370.500,00	7.600,00			31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036460045	756842	MUNICIPIO DE CONDE - PB	204.750,00	4.200,00	204.750,00	204.750,00	31/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	036455935	756843	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO ANTA - MG	487.500,00	11.500,00	487.500,00	487.500,00	01/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036453547	756844	MUNICIPIO DE JUPIA - SC	97.500,00	6.000,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	12/11/2012	Adimplente
2	036455821	756846	MUNICIPIO DE DIVINOLANDIA DE MINAS - MG	390.000,00	7.980,00			22/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036455717	756847	MUNICIPIO DE CAPITAO ANDRADE - MG	390.000,00	66.000,00	390.000,00	390.000,00	28/11/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036455603	756848	MUNICIPIO DE SANTA HELENA DE MINAS - MG	390.000,00	130.000,00	390.000,00	390.000,00	02/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036455590	756849	MUNICIPIO DE CENTRAL DE MINAS - MG	390.000,00	10.900,00	390.000,00	390.000,00	26/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036453432	756850	MUNICIPIO DE IGUAU - BA	487.500,00	12.500,00			30/08/2012	30/11/2013	Adimplente
2	036455485	756851	MUNICIPIO DE MORRO DA GARCA - MG	97.500,00	19.187,00	97.500,00	97.500,00	23/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036455371	756852	MUNICIPIO DE AURILANDIA - GO	146.250,00	7.683,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036453328	756853	MUNICIPIO DE ESTANCIA DE ATIBAIA - SP	292.500,00	48.350,00	292.500,00	292.500,00	26/12/2011	26/12/2015	Adimplente
2	036461289	756854	MUNICIPIO DE ARAGOMINAS - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036461175	756856	MUNICIPIO DE POÇO VERDE - SE	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	29/11/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036461061	756857	MUNICIPIO DE SOLEDADE - RS	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	28/11/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036455153	756868	MUNICIPIO DE CARDOSO MOREIRA - RJ	438.750,00	15.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036460600	756870	MUNICIPIO DE SUMIDOURO - RJ	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente

2	036455048	756871	MUNICIPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ	438.750,00	58.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036460597	756873	MUNICIPIO DE CONCHAS - SP	195.000,00	5.576,35	195.000,00	195.000,00	23/12/2011	20/12/2013	Adimplente
2	036454239	756874	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	97.500,00	2.500,00			31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036460932	756875	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	195.000,00	4.800,00			19/01/2012	17/01/2015	Adimplente
2	036454125	756876	MUNICIPIO DE ITATIAIA - RJ	390.000,00	90.000,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036521497	756877	MUNICIPIO DE QUEIROZ - SP	468.000,00	52.000,00	468.000,00	468.000,00	30/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	036500017	756878	MUNICIPIO DE MONTIVIDIU DO NORTE - GO	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	22/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036454908	756879	MUNICIPIO DE FORMOSA - GO	243.750,00	21.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036454895	756880	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	2.500,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036453984	756881	MUNICIPIO DE TAGUAI - SP	97.500,00	83.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036454781	756882	MUNICIPIO DE LIMOEIRO - PE	195.000,00	8.125,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	02/11/2014	Adimplente
2	036460828	756883	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	292.500,00	7.500,00			27/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	036454677	756884	MUNICIPIO DE APUÍ - AM	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036453870	756885	MUNICIPIO DE RIBEIRAO BRANCO - SP	341.250,00	28.439,19	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	28/08/2012	Adimplente
2	036454011	757098	MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO - SP	165.750,00	12.250,00	165.750,00	165.750,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036552008	757318	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	1.950.000,00	256.444,50	1.950.000,00	1.950.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036561215	757319	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUST	585.000,00	65.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036525594	757466	MUNICIPIO DE JABOTICATUBAS - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	20/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036525489	757467	MUNICIPIO DE TRES PONTAS - MG	390.000,00	37.500,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036525261	757469	MUNICIPIO DE GUIRICEMA - MG	390.000,00	20.000,00			29/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	036525157	757470	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	14/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036525042	757471	MUNICIPIO DE PEABIRU - PR	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	14/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036524902	757472	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	146.250,00	2.990,00	146.250,00	146.250,00	14/12/2011	14/12/2012	Adimplente
2	036524899	757473	MUNICIPIO DE LARANJAL - MG	390.000,00	5.840,00	390.000,00	390.000,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036524785	757474	MUNICIPIO DE IRAI - RS	97.500,00	10.800,00	97.500,00	97.500,00	06/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036524671	757475	MUNICIPIO DE AUREA - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	036524452	757478	MUNICIPIO DE NOVA SANTA ROSA - PR	195.000,00	13.900,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/11/2013	Adimplente
2	036524347	757479	MUNICIPIO DE RUBIM - MG	136.500,00	3.000,00	136.500,00	136.500,00	21/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036524233	757480	MUNICIPIO DE POCRANE - MG	136.500,00	16.000,00	136.500,00	136.500,00	25/11/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036524129	757481	MUNICIPIO DE ITACURUBI - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036523988	757483	MUNICIPIO DE ESPERANCA NOVA - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	02/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036523874	757484	MUNICIPIO DE IGARATINGA - MG	536.250,00	11.000,00	536.250,00	536.250,00	05/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036523760	757485	MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES - MG	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	27/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036523656	757486	MUNICIPIO DE JORDANIA - MG	487.500,00	10.000,00			28/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	036523541	757487	MUNICIPIO DE NOVA ERA - MG	487.500,00	60.500,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036523322	757489	MUNICIPIO DE BORDA DA MATA - MG	487.500,00	24.700,00	487.500,00	487.500,00	19/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036523218	757490	MUNICIPIO DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU - PR	97.500,00	5.300,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	27/08/2013	Adimplente
2	036523104	757491	MUNICIPIO DE BARAO DO TRIUNFO - RS	292.500,00	11.300,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036523091	757493	MUNICIPIO DE IMBE DE MINAS - MG	273.000,00	67.000,00	273.000,00	273.000,00	20/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036522963	757494	MUNICIPIO DE MURICI - AL	487.500,00	9.403,98	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	036522859	757495	MUNICIPIO DE DERRUBADAS - RS	97.500,00	77.707,15	97.500,00	97.500,00	19/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036522744	757496	MUNICIPIO DE NOVA ERA - MG	195.000,00	23.200,00	195.000,00	195.000,00	20/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036522526	757498	MUNICIPIO DE ENGENHEIRO CALDAS - MG	390.000,00	105.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036522411	757499	MUNICIPIO DE TRES PALMEIRAS - RS	97.500,00	11.500,00	97.500,00	97.500,00	16/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036522307	757500	MUNICIPIO DE LAGOA - RS	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	01/03/2013	Adimplente
2	036522294	757501	MUNICIPIO DE JESUITAS - PR	195.000,00	15.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	036522076	757504	MUNICIPIO DE PEDRINHAS PAULISTA - SP	292.500,00	67.500,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	036521947	757505	MUNICIPIO DE CAJATI - SP	292.500,00	9.455,00	292.500,00	292.500,00	23/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036522180	757506	MUNICIPIO DE ARACY - BA	292.500,00	27.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	05/07/2014	Adimplente
2	036521833	757507	MUNICIPIO DE LUTECIA - SP	224.250,00	13.287,82	224.250,00	224.250,00	29/12/2011	05/08/2013	Adimplente
2	036521729	757508	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - SP	146.250,00	28.278,00	146.250,00	146.250,00	23/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036527083	757526	MUNICIPIO DE PEABIRU - PR	146.250,00	73.750,00	146.250,00	146.250,00	14/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036528777	757529	MUNICIPIO DE LAPAO - BA	975.000,00	20.000,00	35.002,50	35.002,50	31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	036526955	757530	MUNICIPIO DE MARIPA - PR	97.500,00	67.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	14/08/2013	Adimplente
2	036529355	757532	MUNICIPIO DE CAMBUI - MG	195.000,00	4.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036526736	757534	MUNICIPIO DE URUGUAIANA - RS	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	16/05/2013	Adimplente
2	036528559	757535	MUNICIPIO DE ANGELIM - PE	682.500,00	14.000,00			29/12/2011	07/07/2013	Adimplente
2	036528443	757536	MUNICIPIO DE PALMITAL - SP	195.000,00	5.165,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	05/04/2014	Adimplente
2	036528339	757537	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR	97.500,00	30.159,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	26/10/2013	Adimplente
2	036529240	757539	MUNICIPIO DE PADRE CARVALHO - MG	126.750,00	3.250,00	126.750,00	126.750,00	29/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036526518	757540	MUNICIPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA - RS	97.500,00	5.000,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036529136	757541	MUNICIPIO DE JACINTO - MG	487.500,00	17.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036526403	757542	MUNICIPIO DE TOCANTINS - MG	195.000,00	7.500,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	036529022	757543	MUNICIPIO DE UBAI - MG	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	29/11/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036528225	757544	MUNICIPIO DE PRANCHITA - PR	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	16/12/2011	16/03/2013	Adimplente
2	036526390	757545	MUNICIPIO DE ORATORIOS - MG	136.500,00	2.411,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036528111	757548	MUNICIPIO DE LIMOEIRO - PE	390.000,00	172.600,00	390.000,00	390.000,00	28/12/2011	02/03/2013	Adimplente
2	036529469	757550	MUNICIPIO DE VILA MARIA - RS	97.500,00	34.000,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036526068	757551	MUNICIPIO DE PITANGUI - MG	487.500,00	9.948,98	487.500,00	487.500,00	14/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036528007	757552	MUNICIPIO DE IBIPEBA - BA	975.000,00	20.000,00	10.822,50	10.822,50	31/12/2011	05/07/2013	Adimplente

2	036525825	757554	MUNICIPIO DE SAO TOME - RN	146.250,00	22.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	14/08/2012	Adimplente
2	036525711	757555	MUNICIPIO DE FELICIO DOS SANTOS - MG	136.500,00	13.500,00	136.500,00	136.500,00	20/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036527866	757557	MUNICIPIO DE IVATE - PR	292.500,00	37.500,00	292.500,00	292.500,00	13/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036528881	757558	MUNICIPIO DE ITAIBE - MG	253.500,00	28.525,00	253.500,00	253.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036527752	757559	MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO - BA	390.000,00	8.200,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036527647	757560	MUNICIPIO DE UMUARAMA - PR	292.500,00	37.500,00	292.500,00	292.500,00	19/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036529919	757562	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	97.500,00	5.100,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2014	Adimplente
2	036527533	757563	MUNICIPIO DE MORMACO - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	28/11/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036527428	757564	MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	05/08/2013	Adimplente
2	036529805	757565	MUNICIPIO DE PORTO FIRME - MG	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036529792	757566	MUNICIPIO DE CATAS ALTAS DA NORUEGA - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036527314	757567	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DE POMBAL - PB	214.500,00	4.500,00	214.500,00	214.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036529688	757568	MUNICIPIO DE CAFELANDIA - SP	117.000,00	2.387,76	117.000,00	117.000,00	28/12/2011	20/02/2013	Adimplente
2	036527200	757569	MUNICIPIO DE MORRO DA FUMACA - SC	292.500,00	95.500,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	17/02/2013	Adimplente
2	036529574	757570	MUNICIPIO DE ATALANTA - SC	214.500,00	9.480,00	214.500,00	214.500,00	29/12/2011	30/01/2013	Adimplente
2	036527197	757571	MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ	195.000,00	20.000,00			30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036455267	757672	MUNICIPIO DE RIO DAS FLORES - RJ	390.000,00	8.200,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036597270	758081	MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT	146.250,00	8.389,17	146.250,00	146.250,00	20/12/2011	01/12/2013	Adimplente
2	036596036	758082	MUNICIPIO DE POTIRENDABA - SP	136.500,00	3.000,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036597166	758083	MUNICIPIO DE TAPEROA - PB	243.750,00	4.980,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036597948	758084	MUNICIPIO DE TAPURAH - MT	507.975,00	13.025,00	507.975,00	507.975,00	05/12/2011	05/12/2013	Adimplente
2	036595908	758085	MUNICIPIO DE CEDRAL - SP	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/05/2013	Adimplente
2	036593842	758086	MUNICIPIO DE SANTA CLARA D'OESTE - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036694445	758087	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - RS	578.565,00	66.435,00	578.565,00	578.565,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036592713	758088	MUNICIPIO DE CARAA - RS	487.500,00	37.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036694331	758089	MUNICIPIO DE NOVO TIRADENTES - RS	130.650,00	3.600,00	130.650,00	130.650,00	12/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036593738	758091	MUNICIPIO DE PARACATU - MG	390.000,00	61.400,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036594972	758092	MUNICIPIO DE RIACHO DAS ALMAS - PE	536.250,00	76.650,00	536.250,00	536.250,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036595895	758093	MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS - RS	126.750,00	34.020,00	126.750,00	126.750,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036594868	758094	MUNICIPIO DE VILA VALERIO - ES	195.000,00	30.000,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	036597502	758095	MUNICIPIO DE TURVO - SC	97.500,00	62.000,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	20/12/2012	Adimplente
2	036595781	758096	MUNICIPIO DE JERONIMO MONTEIRO - ES	292.500,00	57.500,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	036598181	758097	MUNICIPIO DE CORTES - PE	565.500,00	15.000,00			30/12/2011	02/02/2014	Adimplente
2	036593624	758100	MUNICIPIO DE SANTA CECILIA - PB	195.000,00	3.980,00	195.000,00	195.000,00	09/12/2011	31/12/2013	Adimplente

2	036596923	758101	MUNICIPIO DE RIACHO DOS CAVALOS - PB	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	23/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	036596819	758102	MUNICIPIO DE BELEM - PB	390.000,00	8.000,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036594649	758104	MUNICIPIO DE POÇO DANTAS - PB	136.500,00	10.500,00	136.500,00	136.500,00	01/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036596705	758106	MUNICIPIO DE LOGRADOURO - PB	136.500,00	7.000,00	136.500,00	136.500,00	02/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036593510	758107	MUNICIPIO DE RUBINEIA - SP	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036593405	758108	MUNICIPIO DE MIRASSOL - SP	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036595563	758109	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL - SP	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036598077	758110	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA - SP	146.250,00	50.000,00			30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036595458	758111	MUNICIPIO DE IBIARA - PB	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036595343	758112	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA - AL	292.500,00	15.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036597834	758113	MUNICIPIO DE PILAR - PB	438.750,00	27.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036593392	758114	MUNICIPIO DE PIACABUCU - AL	341.250,00	7.200,00	341.250,00	341.250,00	02/02/2012	15/02/2014	Adimplente
2	036593288	758115	MUNICIPIO DE REMÍGIO - PB	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036597720	758117	MUNICIPIO DE SUL BRASIL - SC	224.250,00	4.600,00	224.250,00	224.250,00	27/12/2011	27/12/2013	Adimplente
2	036597616	758118	MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES - SC	97.500,00	121.500,00	97.500,00	97.500,00	12/12/2011	12/12/2012	Adimplente
2	036593174	758119	MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036596692	758120	MUNICIPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC	97.500,00	147.500,00	97.500,00	97.500,00	08/12/2011	08/12/2013	Adimplente
2	036597498	758121	MUNICIPIO DE LAURO MULLER - SC	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	08/03/2013	Adimplente
2	036597384	758123	MUNICIPIO DE CAMPO LIMPO DE GOIAS - GO	97.500,00	28.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036595125	758124	MUNICIPIO DE IGARAPAVA - SP	146.250,00	6.250,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036593060	758125	MUNICIPIO DE LEME - SP	146.250,00	58.500,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	29/12/2013	Adimplente
2	036596588	758126	MUNICIPIO DE COQUEIRAL - MG	146.250,00	23.750,00	146.250,00	146.250,00	21/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036592931	758127	MUNICIPIO DE ARARANGUA - SC	97.500,00	10.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036594420	758128	MUNICIPIO DE VIRGINIA - MG	146.250,00	53.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036592827	758130	MUNICIPIO DE ITUVERAVA - SP	146.250,00	5.000,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036594316	758131	MUNICIPIO DE MOEMA - MG	97.500,00	14.700,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036594202	758132	MUNICIPIO DE POMPEU - MG	97.500,00	10.620,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036596369	758135	MUNICIPIO DE CONQUISTA - MG	292.500,00	57.500,00	292.500,00	292.500,00	19/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036596255	758136	MUNICIPIO DE JANAUBA - MG	97.500,00	8.611,20	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036594199	758137	MUNICIPIO DE MACUCO - RJ	195.000,00	55.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/03/2013	Adimplente
2	036594085	758138	MUNICIPIO DE PIRANGUCU - MG	487.500,00	22.500,00	487.500,00	487.500,00	22/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036593957	758139	MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO - MG	292.500,00	27.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036596140	758140	MUNICIPIO DE NAZARENO - MG	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	29/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036598850	758201	MUNICIPIO DE CAJARI - MA	292.500,00	5.969,39			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036598631	758202	MUNICIPIO DE GUARINOS - GO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	05/12/2012	Adimplente
2	036598527	758203	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	487.500,00	-	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036598295	758204	MUNICIPIO DE CHUI - RS	97.500,00	72.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente

2	036598412	758205	MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR	341.250,00	32.630,00	341.250,00	341.250,00	22/12/2011	22/12/2012	Adimplente
2	036598308	758206	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO - RJ	438.750,00	41.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	19/09/2012	Adimplente
2	036598745	758207	MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR	97.500,00	3.300,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036674532	758248	MUNICIPIO DE PICARRA - PA	487.500,00	-	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/09/2014	Adimplente
2	036674427	758249	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	146.250,00	8.350,00	146.250,00	146.250,00	30/11/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036674313	758250	MUNICIPIO DE ESPIGAO ALTO DO IGUACU - PR	136.500,00	8.915,00	136.500,00	136.500,00	21/12/2011	21/11/2012	Adimplente
2	036676470	758251	MUNICIPIO DE HIDROLINA - GO	487.500,00	9.950,00			28/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036674209	758252	MUNICIPIO DE CASEIROS - RS	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036674196	758253	MUNICIPIO DE IBIRAIARAS - RS	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	30/11/2011	08/11/2012	Adimplente
2	036674082	758254	MUNICIPIO DE BRAS PIRES - MG	487.500,00	22.500,00	487.500,00	487.500,00	26/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036677727	758255	MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PR	243.750,00	10.160,00	243.750,00	243.750,00	27/12/2011	27/09/2013	Adimplente
2	036680567	758256	MUNICIPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHAO - MA	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036680452	758257	MUNICIPIO DE MANFRINOPOLIS - PR	117.000,00	11.100,00	117.000,00	117.000,00	22/12/2011	22/12/2012	Adimplente
2	036680347	758258	MUNICIPIO DE ITABI - SE	448.500,00	51.500,00	448.500,00	448.500,00	24/11/2011	02/12/2013	Adimplente
2	036680233	758259	MUNICIPIO DE ACEGUA - RS	97.500,00	5.700,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036680129	758260	MUNICIPIO DE IPIRANGA DE GOIAS - GO	97.500,00	15.800,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036676366	758261	MUNICIPIO DE TAPIRA - MG	97.500,00	14.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036676252	758262	MUNICIPIO DE PANCAS - ES	390.000,00	123.333,00	390.000,00	390.000,00	27/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	036680015	758263	MUNICIPIO DE TIROS - MG	97.500,00	10.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036679986	758265	MUNICIPIO DE SALGADO FILHO - PR	165.750,00	54.150,00	165.750,00	165.750,00	28/12/2011	28/03/2013	Adimplente
2	036676033	758266	MUNICIPIO DE MONJOLOS - MG	292.500,00	5.970,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036677613	758267	MUNICIPIO DE ITAI - SP	195.000,00	10.500,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036677509	758268	MUNICIPIO DE QUATIGUA - PR	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	07/12/2011	28/08/2012	Adimplente
2	036677495	758270	MUNICIPIO DE MANFRINOPOLIS - PR	165.750,00	14.250,00	165.750,00	165.750,00	22/12/2011	22/12/2012	Adimplente
2	036674865	758272	MUNICIPIO DE BUTIA - RS	292.500,00	9.250,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036679768	758273	MUNICIPIO DE PIRANHAS - AL	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036675905	758275	MUNICIPIO DE POCO DAS TRINCHEIRAS - AL	341.250,00	8.750,00	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	31/08/2013	Adimplente
2	036679654	758276	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MG	97.500,00	4.358,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036679549	758277	MUNICIPIO DE COUTO DE MAGALHAES DE MINAS - MG	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	14/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036675892	758278	MUNICIPIO DE PARACATU - MG	97.500,00	15.350,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036679434	758279	MUNICIPIO DE PORTO UNIAO - SC	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	22/12/2012	Adimplente
2	036675788	758280	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA GRAMA - SP	487.500,00	47.500,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	18/12/2013	Adimplente
2	036675674	758281	MUNICIPIO DE RIO PARDO - RS	390.000,00	88.000,00	390.000,00	390.000,00	27/12/2011	12/11/2013	Adimplente

2	036679320	758282	MUNICIPIO DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG	195.000,00	6.000,00	195.000,00	195.000,00	12/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036675560	758283	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	390.000,00	60.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036679216	758284	MUNICIPIO DE NOVA CANDELARIA - RS	97.500,00	262.400,00	97.500,00	97.500,00	05/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036679102	758285	MUNICIPIO DE MARAU - RS	195.000,00	35.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036679099	758286	MUNICIPIO DE GENTIL - RS	97.500,00	17.645,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036678961	758287	MUNICIPIO DE PEROLANDIA - GO	97.500,00	92.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036675455	758288	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - AL	292.500,00	8.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036678857	758289	MUNICIPIO DE PIRAPORA - MG	487.500,00	57.500,00			26/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036675340	758290	MUNICIPIO DE PESCADOR - MG	487.500,00	9.948,98	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	30/09/2012	Adimplente
2	036677163	758291	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - PE	487.500,00	104.500,00			30/12/2011	15/06/2013	Adimplente
2	036675236	758292	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO - PE	195.000,00	5.000,00			29/12/2011	14/06/2013	Adimplente
2	036678742	758293	MUNICIPIO DE TIGRINHOS - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036677059	758294	MUNICIPIO DE JAGUARE - ES	390.000,00	110.000,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	036676920	758296	MUNICIPIO DE RIACHAO - MA	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036678638	758297	MUNICIPIO DE IBATIBA - ES	333.200,00	6.800,00	333.200,00	333.200,00	27/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	036678524	758298	MUNICIPIO DE ITAMOGI - MG	97.500,00	6.370,00	97.500,00	97.500,00	05/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	036675122	758299	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE - PR	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	27/04/2013	Adimplente
2	036678419	758300	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA GRANDE - AL	292.500,00	5.970,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036676816	758301	MUNICIPIO DE PEROLA DO OESTE - PR	292.500,00	67.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036675018	758302	MUNICIPIO DE ITAGUACU - ES	390.000,00	50.000,00	390.000,00	390.000,00	15/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	036678305	758304	MUNICIPIO DE JACUI - MG	97.500,00	23.000,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036678292	758305	MUNICIPIO DE IBITIRAMA - ES	253.500,00	53.100,00	253.500,00	253.500,00	14/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	036678188	758306	MUNICIPIO DE ANCHIETA - SC	146.250,00	2.984,69	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	10/10/2012	Adimplente
2	036678074	758307	MUNICIPIO DE UNAI - MG	292.500,00	25.434,78	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036677945	758308	MUNICIPIO DE PAVAO - MG	97.500,00	19.500,00			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036677831	758309	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR	97.500,00	6.000,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	26/06/2013	Adimplente
2	036676702	758310	MUNICIPIO DE IPORA - PR	136.500,00	4.558,85	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036676699	758311	MUNICIPIO DE INDEPENDENCIA - RS	97.500,00	21.600,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036674751	758312	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	195.000,00	32.540,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036676585	758313	MUNICIPIO DE SILVES - AM	146.250,00	7.312,50	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	27/03/2013	Adimplente
2	036677381	758321	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO - AL	243.750,00	86.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036674646	758717	MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR	146.250,00	48.140,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036680899	758737	MUNICIPIO DE CARDOSO MOREIRA - RJ	975.000,00	31.000,00	975.000,00	975.000,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036681363	758738	MUNICIPIO DE BARROS CASSAL - RS	146.250,00	17.250,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036680785	758739	MUNICIPIO DE IBICARAI - BA	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036681259	758740	MUNICIPIO DE SEGredo - RS	438.750,00	140.650,00	438.750,00	438.750,00	09/12/2011	09/10/2013	Adimplente

2	036681144	758742	MUNICIPIO DE DOUTOR RICARDO - RS	195.000,00	17.000,00	195.000,00	195.000,00	20/12/2011	13/12/2012	Adimplente
2	036680671	758743	MUNICIPIO DE SALTO DO JACUI - RS	195.000,00	11.000,00	195.000,00	195.000,00	20/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036680902	758745	MUNICIPIO DE CRICIUMA - SC	487.500,00	106.600,00	487.500,00	487.500,00	26/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036681477	758916	MUNICIPIO DE BITURUNA - PR	370.500,00	9.500,00			28/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	036682388	759121	MUNICIPIO DE IMBUIA - SC	146.250,00	121.850,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036682274	759122	MUNICIPIO DE MANDIRITUBA - PR	292.500,00	7.100,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036682160	759123	MUNICIPIO DE TIJUCAS DO SUL - PR	292.500,00	27.500,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036694665	759125	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	390.000,00	33.913,04			31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036681927	759126	MUNICIPIO DE LEOPOLDINA - MG	146.250,00	11.700,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036681709	759127	MUNICIPIO DE PINHEIROS - ES	195.000,00	40.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	036681696	759128	MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS - MG	780.000,00	40.427,89			22/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036681582	759129	MUNICIPIO DE TOURINHO - MG	380.249,80	7.760,20			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036681813	759130	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - PE	682.500,00	14.000,00			28/12/2011	18/06/2013	Adimplente
2	036695140	759177	MUNICIPIO DE TAO - SC	536.250,00	10.950,00	536.250,00	536.250,00	28/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036695036	759178	MUNICIPIO DE IRACEMA - RR	487.500,00	10.000,00	243.750,00	243.750,00	26/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036694779	759179	MUNICIPIO DE BURITICUPU - MA	146.250,00	6.094,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036694997	759180	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	682.500,00	32.164,61			26/12/2011	25/06/2013	Adimplente
2	036694883	759181	MUNICIPIO DE GUARACIABA - MG	243.750,00	6.250,00			30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	036734392	759389	MUNICIPIO DE ANANINDEUA - PA	2.437.500,00	212.000,17			27/12/2011	15/09/2014	Adimplente
2	036779900	759794	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	243.750,00	17.067,94	243.750,00	243.750,00	15/12/2011	15/05/2013	Adimplente
2	036778872	759796	MUNICIPIO DE PASSA SETE - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	08/11/2013	Adimplente
2	036779897	759797	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA	1.072.500,00	21.887,76			30/12/2011	30/09/2014	Adimplente
2	036779783	759798	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE GOIAS - GO	97.500,00	17.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036779565	759800	MUNICIPIO DE SANTA FE DE GOIAS - GO	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036779013	759801	MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS - PR	195.000,00	36.000,00	195.000,00	195.000,00	23/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036780030	759802	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUAQU - PR	97.500,00	4.486,05	48.750,00	48.750,00	31/12/2011	30/11/2014	Adimplente
2	036779450	759803	MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR	97.500,00	10.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036779345	759804	MUNICIPIO DE PINHEIROS - ES	487.500,00	189.052,00			29/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	036779231	759805	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	243.750,00	12.828,96	243.750,00	243.750,00	13/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036778768	759806	MUNICIPIO DE SERRA DO NAVIO - AP	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036779127	759807	MUNICIPIO DE CHOPINZINHO - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	21/12/2011	21/05/2013	Adimplente
2	036778986	759808	MUNICIPIO DE SERRINHA DOS PINTOS - RN	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	10/05/2013	Adimplente
2	036818613	760415	MUNICIPIO DE ACU - RN	487.500,00	44.000,00			30/12/2011	10/07/2013	Adimplente
2	036795498	760455	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	26/03/2013	Adimplente
2	036795384	760456	MUNICIPIO DE XAMBRE - PR	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036795270	760457	MUNICIPIO DE TIBAGI - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036795166	760458	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	146.250,00	10.650,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente

2	036795052	760459	MUNICIPIO DE TUNEIRAS DO OESTE - PR	195.000,00	17.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036866174	760610	MUNICIPIO DE SANTA MARIA D'OESTE - PR	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	16/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036866060	760612	MUNICIPIO DE GUARANIACU - PR	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	036865827	760615	MUNICIPIO DE GODOY MOREIRA - PR	292.500,00	10.500,00	292.500,00	292.500,00	12/12/2011	30/09/2012	Adimplente
2	036865713	760616	MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA - PR	487.500,00	127.500,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036866842	760617	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO JARDIM - SP	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	26/12/2013	Adimplente
2	036862746	760618	MUNICIPIO DE ITABAIANA - SE	975.000,00	135.000,00	975.000,00	975.000,00	13/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036864454	760619	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA GRAMA - SP	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	29/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036864349	760620	MUNICIPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA - SP	146.250,00	58.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	29/12/2015	Adimplente
2	036866624	760621	MUNICIPIO DE BRUMADO - BA	682.500,00	75.833,33	682.500,00	682.500,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036866510	760622	MUNICIPIO DE ESTANCIA BRAGANCA PAULISTA - SP	195.000,00	19.238,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/12/2015	Adimplente
2	036864235	760623	MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ - RN	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036865609	760624	MUNICIPIO DE IMARUI - SC	341.250,00	78.750,00	341.250,00	341.250,00	27/12/2011	01/02/2013	Adimplente
2	036866405	760625	MUNICIPIO DE PADRE BERNARDO - GO	156.000,00	3.500,00	156.000,00	156.000,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036865596	760627	MUNICIPIO DE MARIALVA - PR	292.500,00	127.500,00	292.500,00	292.500,00	15/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036865481	760628	MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL - PR	292.500,00	57.500,00	292.500,00	292.500,00	13/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036864121	760629	MUNICIPIO DE LAJE - BA	585.000,00	12.000,00			31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	036865377	760632	MUNICIPIO DE TAIUBEIRAS - MG	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	16/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036866288	760633	MUNICIPIO DE JAGUARA O - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036864017	760634	MUNICIPIO DE PINGO D'AGUA - MG	195.000,00	7.200,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036863980	760635	MUNICIPIO DE CARMO DO PARANAIBA - MG	263.250,00	76.750,00	263.250,00	263.250,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036866392	760636	MUNICIPIO DE ANDRADINA - SP	195.000,00	32.900,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	036865263	760637	MUNICIPIO DE CASCALHO RICO - MG	243.750,00	10.330,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036865159	760638	MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS - MG	292.500,00	149.200,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036861167	760639	MUNICIPIO DE ALTEROSA - MG	438.750,00	52.250,00	438.750,00	438.750,00	22/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036863876	760640	MUNICIPIO DE PAULICEIA - SP	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	036865044	760641	MUNICIPIO DE JESUITAS - PR	175.500,00	5.000,00	175.500,00	175.500,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036864904	760642	MUNICIPIO DE ARAPORA - MG	195.000,00	45.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036863762	760643	MUNICIPIO DE CASTILHO - SP	97.500,00	10.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	036863658	760644	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	195.000,00	32.800,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036861053	760645	MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO - MG	97.500,00	27.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036863543	760646	MUNICIPIO DE COSMOPOLIS - SP	97.500,00	22.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	28/12/2013	Adimplente

2	036861503	760648	MUNICIPIO DE INDAIAL - SC	487.500,00	105.000,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036863438	760649	MUNICIPIO DE RIO NEGRO - PR	243.750,00	5.102,04	243.750,00	243.750,00	28/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036864891	760650	MUNICIPIO DE BRACO DO NORTE - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	22/12/2012	Adimplente
2	036864787	760651	MUNICIPIO DE CAPIVARI DE BAIXO - SC	97.500,00	7.000,00	97.500,00	97.500,00	08/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036864673	760652	MUNICIPIO DE MONTES CLAROS DE GOIAS - GO	97.500,00	44.100,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036860924	760653	MUNICIPIO DE NOVA VENEZA - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036861499	760654	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE - PB	1.072.500,00	96.500,00	1.072.500,00	1.072.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036864569	760656	MUNICIPIO DE PRATA - MG	292.500,00	37.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036863324	760657	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	26/12/2011	26/06/2012	Adimplente
2	036866738	760658	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	19/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036863210	760659	MUNICIPIO DE JAIBA - MG	195.000,00	23.100,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036863106	760660	MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR	146.250,00	3.750,00			31/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	036863093	760661	MUNICIPIO DE SARAPUI - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036862632	760662	MUNICIPIO DE TIO HUGO - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036862528	760663	MUNICIPIO DE ALAMBARI - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	20/12/2013	Adimplente
2	036862296	760666	MUNICIPIO DE PINHALAO - PR	780.000,00	17.450,00	780.000,00	780.000,00	28/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036862182	760667	MUNICIPIO DE JARINU - SP	341.250,00	198.750,00			28/12/2011	28/12/2015	Adimplente
2	036862078	760668	MUNICIPIO DE JUNDIAI - SP	585.000,00	55.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/2011	30/12/2015	Adimplente
2	036861949	760670	MUNICIPIO DE CONDOR - RS	97.500,00	7.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036861835	760671	MUNICIPIO DE FARROUPILHA - RS	97.500,00	29.395,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	10/07/2012	Adimplente
2	036861721	760672	MUNICIPIO DE SARANDI - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/08/2013	Adimplente
2	036861617	760673	MUNICIPIO DE CANDIDO GODOI - RS	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036861385	760674	MUNICIPIO DE ITUPORANGA - SC	146.250,00	2.984,70	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036861271	760675	MUNICIPIO DE TURVO - SC	146.250,00	96.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	20/12/2012	Adimplente
2	036862965	760676	MUNICIPIO DE XAXIM - SC	146.250,00	17.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036852282	760742	MUNICIPIO DE ARAGUAPAZ - GO	390.000,00	20.000,00	390.000,00	390.000,00	26/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036850575	760743	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	204.750,00	5.250,00	204.750,00	204.750,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036850460	760744	MUNICIPIO DE ARIRANHA DO IVAI - PR	161.850,00	4.000,00	161.850,00	161.850,00	20/12/2011	30/07/2012	Adimplente
2	036852178	760745	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO GLORIA - MG	243.750,00	3.700,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036846823	760746	MUNICIPIO DE LIMEIRA - SP	2.437.500,00	272.500,00	2.437.500,00	2.437.500,00	29/12/2011	29/12/2013	Adimplente
2	036852064	760747	MUNICIPIO DE ICARAIMA - PR	341.250,00	8.750,00	341.250,00	341.250,00	16/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036854335	760748	MUNICIPIO DE MURIBECA - SE	175.500,00	4.500,00	175.500,00	175.500,00	09/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036853976	760749	MUNICIPIO DE XAMBRE - PR	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	15/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036850356	760750	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO IVAI - PR	199.631,25	9.748,75	199.631,25	199.631,25	26/12/2011	13/07/2012	Adimplente

2	036850241	760751	MUNICIPIO DE BORA - SP	195.000,00	7.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	05/05/2013	Adimplente
2	036848312	760752	MUNICIPIO DA LAPA - PR	186.322,50	8.677,50	186.322,50	186.322,50	29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036853862	760753	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO NORTE - RS	195.000,00	23.100,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036854003	760754	MUNICIPIO DE TRES RIOS - RJ	3.644.994,00	316.956,00	3.644.994,00	3.644.994,00	30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036848208	760755	MUNICIPIO DE FELIZ - RS	185.250,00	3.900,00	185.250,00	185.250,00	27/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	036854449	760757	MUNICIPIO DE ARCO IRIS - SP	146.250,00	7.312,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	05/08/2013	Adimplente
2	036851935	760758	MUNICIPIO DE ITAGUARI - GO	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036846719	760759	MUNICIPIO DE JOAO RAMALHO - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	05/05/2014	Adimplente
2	036851821	760760	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036851717	760761	MUNICIPIO DE ARAGUAPAZ - GO	292.500,00	17.500,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036853643	760762	MUNICIPIO DE VERA CRUZ DO OESTE - PR	97.500,00	16.000,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	28/11/2012	Adimplente
2	036853539	760763	MUNICIPIO DE PARAUNA - GO	146.250,00	133.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036848195	760764	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036850137	760765	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	209.625,00	4.300,00	209.625,00	209.625,00	31/12/2011	20/04/2013	Adimplente
2	036852514	760766	MUNICIPIO DE MONTEIRO LOBATO - SP	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	23/12/2011	28/02/2014	Adimplente
2	036846605	760769	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	97.500,00	12.500,00			27/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	036848645	760770	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR	195.000,00	7.985,00	195.000,00	195.000,00	22/12/2011	13/08/2013	Adimplente
2	036851590	760771	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - GO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036851485	760772	MUNICIPIO DE MONTE SANTO DE MINAS - MG	146.250,00	6.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036853424	760773	MUNICIPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA - PR	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036852409	760774	MUNICIPIO DE ITAI - SP	97.500,00	11.300,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	036853310	760775	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES - SE	390.000,00	15.930,00	390.000,00	390.000,00	08/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036849993	760776	MUNICIPIO DE AMERICO DE CAMPOS - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036848081	760777	MUNICIPIO DE MARAJA DO SENA - MA	536.250,00	33.750,00	536.250,00	536.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036847953	760778	MUNICIPIO DE BARRA DO CHOCA - BA	975.000,00	25.000,00	101.692,50	101.692,50	31/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036853206	760779	MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS - SC	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	22/12/2011	20/11/2012	Adimplente
2	036847848	760780	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036851371	760781	MUNICIPIO DE NOVA VENEZA - GO	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	22/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036851267	760782	MUNICIPIO DE JUSSARA - GO	390.000,00	44.423,11			23/12/2011	30/11/2014	Adimplente
2	036848531	760783	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES - BA	487.500,00	33.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	05/07/2013	Adimplente
2	036851153	760784	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	243.750,00	4.974,49	243.750,00	243.750,00	13/12/2011	14/12/2012	Adimplente
2	036853193	760786	MUNICIPIO DE MORRO DO CHAPEU DO	243.750,00	7.539,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente

			PIAUI - PI							
2	036852396	760788	MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC	146.250,00	9.190,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	036846592	760790	MUNICIPIO DE PIUM - TO	292.500,00	13.622,45	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	29/04/2013	Adimplente
2	036853089	760791	MUNICIPIO DE ABAETE - MG	117.000,00	2.387,76	117.000,00	117.000,00	27/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036846373	760793	MUNICIPIO DE ITAPORA DO TOCANTINS - TO	292.500,00	26.500,00	292.500,00	292.500,00	21/12/2011	15/10/2012	Adimplente
2	036849775	760794	MUNICIPIO DE ALVORADA DO OESTE - RO	195.000,00	3.979,59	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036849661	760795	MUNICIPIO DE MAQUINE - RS	195.000,00	35.900,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036852951	760796	MUNICIPIO DE CAETE - MG	126.750,00	73.500,00	126.750,00	126.750,00	20/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036851048	760797	MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	28/12/2012	Adimplente
2	036850910	760799	MUNICIPIO DE PORTO UNIAO - SC	195.000,00	7.500,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	036850806	760800	MUNICIPIO DE ITAPECERICA - MG	117.000,00	3.000,00	117.000,00	117.000,00	27/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036852846	760801	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM - SC	195.000,00	50.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	036847620	760802	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA - SP	195.000,00	22.500,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	036847516	760803	MUNICIPIO DE QUELUZ - SP	195.000,00	30.200,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	28/02/2014	Adimplente
2	036849441	760805	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	146.250,00	43.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	28/02/2014	Adimplente
2	036852732	760807	MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL - SC	97.500,00	4.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	11/12/2012	Adimplente
2	036847401	760808	MUNICIPIO DE SAPUCAIA DO SUL - RS	741.487,50	89.206,11	741.487,50	741.487,50	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036846269	760809	MUNICIPIO DE ARARUNA - PB	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036846155	760810	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA - PB	195.000,00	17.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036846040	760811	MUNICIPIO DE SOSSEGO - PB	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036852628	760812	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC	97.500,00	12.450,00	97.500,00	97.500,00	18/01/2012	28/02/2013	Adimplente
2	036850793	760813	MUNICIPIO DE ORLEANS - SC	195.000,00	24.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036845912	760814	MUNICIPIO DE MONTE CARMELO - MG	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036847398	760815	MUNICIPIO DE PARAMBU - CE	975.000,00	20.000,00	975.000,00	975.000,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036845808	760816	MUNICIPIO DE PIRANHAS - AL	487.500,00	52.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	06/04/2013	Adimplente
2	036854117	760817	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA - AL	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	036847284	760818	MUNICIPIO DE ITAJUBA - MG	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036849223	760819	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	237.656,25	9.902,34			19/12/2011	19/07/2013	Adimplente
2	036849119	760820	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036849005	760821	MUNICIPIO DE CAMACAN - BA	975.000,00	20.000,00			31/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	036847066	760823	MUNICIPIO DE PIRAPOZINHO - SP	146.250,00	12.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	05/05/2014	Adimplente
2	036846937	760824	MUNICIPIO DE LINS - SP	146.250,00	13.000,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	20/02/2013	Adimplente
2	036848978	760825	MUNICIPIO DE GUAPIACU - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036848864	760826	MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO	487.500,00	23.484,99	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036848750	760827	MUNICIPIO DE URUPA - RO	97.500,00	17.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036818277	761137	MUNICIPIO DE ALAGOA GRANDE - PB	243.750,00	4.980,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	26/12/2013	Adimplente
2	036818381	761138	MUNICIPIO DE TIRADENTES DO SUL - RS	142.593,75	137.406,25	142.593,75	142.593,75	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente

2	036817699	761139	MUNICIPIO DE PAPAGAIOS - MG	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	036818059	761140	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO PARA - MG	97.500,00	5.950,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036817920	761141	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO ERVAL - RS	97.500,00	5.998,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036817816	761142	MUNICIPIO DE SENTINELA DO SUL - RS	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036818509	761143	MUNICIPIO DE BARROS CASSAL - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036818495	761144	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	195.000,00	43.500,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	036818163	761145	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	195.000,00	35.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036817702	761146	MUNICIPIO DE GUAPORE - RS	195.000,00	11.789,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/07/2012	Adimplente
2	036832609	761147	MUNICIPIO DE DOM PEDRITO - RS	195.000,00	9.184,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036926152	761422	MUNICIPIO DE URUACU - GO	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036921709	761423	MUNICIPIO DE OURO FINO - MG	146.250,00	4.050,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036926602	761426	MUNICIPIO DE AMORINOPOLIS - GO	146.250,00	30.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	036925805	761427	MUNICIPIO DE MONTADAS - PB	487.500,00	10.000,00	487.500,00	487.500,00	14/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036925792	761428	MUNICIPIO DE CORBELIA - PR	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	26/09/2014	Adimplente
2	036925688	761429	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	97.500,00	11.143,23	97.500,00	97.500,00	20/12/2011	20/09/2013	Adimplente
2	036925469	761431	MUNICIPIO DE ASCURRA - SC	195.000,00	15.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	036921696	761432	MUNICIPIO DE CORINTO - MG	107.250,00	2.250,00			29/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036925355	761433	MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE - PR	243.750,00	124.250,00	243.750,00	243.750,00	16/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036921582	761435	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO OESTE - MG	117.000,00	3.000,00			30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036921477	761436	MUNICIPIO DE SACRAMENTO - MG	292.500,00	32.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036924651	761437	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE - RO	285.187,50	13.281,89	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036925240	761438	MUNICIPIO DE TRES CORACOES - MG	487.500,00	38.800,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036924546	761439	MUNICIPIO DE SAO FELIPE D'OESTE - RO	285.187,50	7.312,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036924431	761440	MUNICIPIO DE CHUPINGUAIA - RO	285.187,50	5.820,15	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036924327	761441	MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS - RO	142.593,75	2.920,00	142.593,75	142.593,75	29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036924213	761442	MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO - RO	142.593,75	10.968,75	142.593,75	142.593,75	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036924109	761443	MUNICIPIO DE MINISTRO ANDREAZZA - RO	142.593,75	3.406,25	142.593,75	142.593,75	29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036924096	761444	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO	285.187,50	14.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923968	761445	MUNICIPIO DE BURITIS - RO	285.187,50	14.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036921363	761446	MUNICIPIO DE PERDIZES - MG	292.500,00	9.500,00			30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036923854	761447	MUNICIPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO	142.593,75	3.406,25			30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923749	761448	MUNICIPIO DE URUPA - RO	285.187,50	14.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036921259	761449	MUNICIPIO DE PAIVA - MG	195.000,00	3.496,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036921144	761450	MUNICIPIO DE SENADOR CORTES - MG	341.250,00	48.750,00	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente

2	036923635	761451	MUNICIPIO DE PRIMAVERA DE RONDONIA - RO	142.593,75	157.406,25	142.593,75	142.593,75	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923521	761452	MUNICIPIO DE PARECIS - RO	142.593,75	3.000,00	142.593,75	142.593,75	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923416	761453	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA - PB	195.000,00	32.000,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036926484	761455	MUNICIPIO DE CAJAZEIRINHAS - PB	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	26/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036926370	761456	MUNICIPIO DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PB	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036923302	761457	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE - RO	142.593,75	2.916,25	142.593,75	142.593,75	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923299	761458	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	283.082,80	5.617,20	283.082,80	283.082,80	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923185	761459	MUNICIPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS - TO	104.325,00	5.775,00	104.325,00	104.325,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036923071	761460	MUNICIPIO DE CENTENARIO - TO	104.520,00	3.000,00	104.520,00	104.520,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036922838	761462	MUNICIPIO DE MATO GROSSO - PB	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	036925136	761463	MUNICIPIO DE BANANEIRAS - PB	292.500,00	5.969,39	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036925022	761464	MUNICIPIO DE BANANEIRAS - PB	146.250,00	5.850,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036922724	761465	MUNICIPIO DE NATIVIDADE - TO	104.520,00	3.500,00	104.520,00	104.520,00	23/12/2011	23/09/2012	Adimplente
2	036920902	761466	MUNICIPIO DE ALCANTIL - PB	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036922610	761467	MUNICIPIO DE CONGO - PB	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036920899	761468	MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE - SC	146.250,00	93.450,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	036924983	761469	MUNICIPIO DE PONTE SERRADA - SC	146.250,00	108.150,00	146.250,00	146.250,00	15/12/2011	13/07/2012	Adimplente
2	036924879	761470	MUNICIPIO DE SALTINHO - SC	146.250,00	103.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	036924765	761471	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	13/07/2013	Adimplente
2	036920785	761472	MUNICIPIO DE VARGEM BONITA - MG	146.250,00	11.827,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	036922506	761473	MUNICIPIO DE NOVA ALVORADA - RS	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036922492	761474	MUNICIPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA - RS	97.500,00	32.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036922388	761475	MUNICIPIO DE DOIS IRMÃOS DAS MISSOES - RS	97.500,00	100.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	036922274	761476	MUNICIPIO DE MUCUM - RS	97.500,00	120.300,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	18/07/2012	Adimplente
2	036922160	761477	MUNICIPIO DE TUPARENDI - RS	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036922056	761525	MUNICIPIO DE CORONEL BARROS - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036921927	761527	MUNICIPIO DE CRISTAL DO SUL - RS	97.500,00	40.300,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036921813	761528	MUNICIPIO DE DONA FRANCISCA - RS	97.500,00	102.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	21/09/2012	Adimplente
2	036967665	762021	ESTADO DO AMAPÁ	146.250,00	16.250,00			31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036967779	762022	ESTADO DO AMAPÁ	195.000,00	21.700,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037005249	762382	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	28/12/2011	28/09/2013	Adimplente
2	037005135	762383	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR	487.500,00	54.061,73	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	27/09/2014	Adimplente

2	036997928	762384	MUNICIPIO DE CAFELANDIA - PR	97.500,00	11.813,85			26/12/2011	26/09/2013	Adimplente
2	037005021	762385	MUNICIPIO DE PONTA GROSSA - PR	243.750,00	38.250,00			29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037003748	762386	MUNICIPIO DE PIEN - PR	146.250,00	63.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036995761	762387	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	390.000,00	10.000,00			19/01/2012	17/01/2015	Adimplente
2	037044259	762388	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036997814	762389	MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA - PR	97.500,00	31.222,85	97.500,00	97.500,00	19/12/2011	19/04/2013	Adimplente
2	037003634	762390	MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL - PR	97.500,00	2.500,00			28/12/2011	28/09/2014	Adimplente
2	037002505	762391	MUNICIPIO DE RIBEIRAO BRANCO - SP	97.500,00	13.085,14	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	10/09/2012	Adimplente
2	036999303	762392	MUNICIPIO DE INACIOLANDIA - GO	195.000,00	5.000,00			21/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	036995657	762393	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	97.500,00	19.969,87			30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037002491	762394	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE - RO	487.500,00	12.500,00			30/12/2011	30/04/2014	Adimplente
2	037003520	762395	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DE GOIAS - GO	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037004982	762396	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	195.000,00	24.592,35	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/06/2014	Adimplente
2	037002387	762397	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SERIDO - RN	146.250,00	27.550,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/07/2013	Adimplente
2	037004878	762398	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE GOIAS - GO	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036999290	762399	MUNICIPIO DE MOIPORA - GO	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	036995542	762401	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO UNA - PE	585.000,00	25.000,00	585.000,00	585.000,00	28/12/2011	02/10/2014	Adimplente
2	036997697	762402	MUNICIPIO DE VERE - PR	195.000,00	12.550,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	27/03/2013	Adimplente
2	037004764	762403	MUNICIPIO DE TURVO - PR	146.250,00	3.036,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	06/03/2013	Adimplente
2	036995437	762404	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	195.000,00	26.950,88			27/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	037003415	762405	MUNICIPIO DE PLANALTO - PR	136.500,00	4.016,00	136.500,00	136.500,00	28/12/2011	28/05/2014	Adimplente
2	037003301	762406	MUNICIPIO DE PARANACITY - PR	146.250,00	13.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037003298	762407	MUNICIPIO DE TAMBOARA - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037002055	762408	MUNICIPIO DE INDIAPORA - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	036997583	762410	MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA - PR	195.000,00	100.000,00	195.000,00	195.000,00	22/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037005468	762411	MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ - RN	195.000,00	13.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037001926	762412	MUNICIPIO DE MARTINS - RN	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037000670	762413	MUNICIPIO DE VERTENTES - PE	780.000,00	20.000,00			29/12/2011	18/09/2014	Adimplente
2	037005354	762415	MUNICIPIO DE CATANDUVAS - PR	126.750,00	7.618,08	126.750,00	126.750,00	28/12/2011	28/09/2013	Adimplente
2	037001812	762416	COMPANHIA DESENVOLVIMENTO E ACO REGIONAL	1.462.500,00	562.500,00	1.462.500,00	1.462.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037004545	762417	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO - MA	487.500,00	15.000,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037002273	762418	MUNICIPIO DE COLORADO DO OESTE - RO	487.500,00	52.225,86	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/04/2014	Adimplente
2	037003184	762420	MUNICIPIO DE JUSSARA - GO	146.250,00	38.953,32			23/12/2011	30/11/2014	Adimplente

2	036995323	762421	MUNICIPIO DE BARRA DE SANTANA - PB	243.750,00	4.975,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037003070	762423	MUNICIPIO DE ARIQUEMES - RO	828.750,00	73.000,00			28/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037000566	762424	MUNICIPIO DE NORTELANDIA - MT	975.000,00	19.898,00			08/03/2012	08/12/2013	Adimplente
2	036997145	762425	MUNICIPIO DE SUMIDOURO - RJ	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037002941	762426	MUNICIPIO DE PERDIGAO - MG	292.500,00	30.000,00			28/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037000128	762427	MUNICIPIO DE PILAR DO SUL - SP	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	17/09/2012	Adimplente
2	036995219	762428	MUNICIPIO DE SANTANA DO ITARARE - PR	243.750,00	36.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036997031	762429	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO ALTO - RJ	195.000,00	30.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036997478	762430	MUNICIPIO DE IPIRANGA - PR	243.750,00	12.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036999186	762431	MUNICIPIO DE SALESOPOLIS - SP	195.000,00	14.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036999072	762432	MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA - AL	390.000,00	48.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	037001695	762433	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	142.593,75	32.406,25	142.593,75	142.593,75	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036997364	762434	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	438.750,00	18.250,00	438.750,00	438.750,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	036998943	762435	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO RS	1.462.500,00	1.000.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037004430	762436	MUNICIPIO DE BANDEIRANTES - PR	477.750,00	144.750,00	477.750,00	477.750,00	22/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	036996890	762437	MUNICIPIO DE CANTAGALO - RJ	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	20/02/2014	Adimplente
2	037001581	762438	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	1.950.000,00	256.444,50	1.950.000,00	1.950.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036996786	762439	MUNICIPIO DE CONCEICAO DE MACABU - RJ	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	20/01/2014	Adimplente
2	037001476	762440	MUNICIPIO DE COLORADO DO OESTE - RO	142.593,75	12.356,25	142.593,75	142.593,75	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037004095	762441	MUNICIPIO DE QUEIMADAS - PB	136.500,00	10.500,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037003967	762443	MUNICIPIO DE SAO BENTO - PB	126.750,00	18.250,00	126.750,00	126.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036995105	762444	MUNICIPIO DE PIACABUCU - AL	243.750,00	10.000,00	243.750,00	243.750,00	02/02/2012	15/02/2014	Adimplente
2	037000346	762445	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	614.250,00	53.750,00	614.250,00	614.250,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037000232	762446	MUNICIPIO DE LEOPOLIS - PR	132.600,00	32.400,00	132.600,00	132.600,00	31/12/2011	23/07/2012	Adimplente
2	036998725	762448	MUNICIPIO DE XAMBIOA - TO	104.325,00	5.675,00	104.325,00	104.325,00	30/12/2011	15/10/2012	Adimplente
2	037000014	762449	MUNICIPIO DE ARAGUACU - TO	104.520,00	2.480,00	104.520,00	104.520,00	28/12/2011	28/10/2012	Adimplente
2	036998611	762450	MUNICIPIO DE BURITI DO TOCANTINS - TO	104.520,00	2.200,00	104.520,00	104.520,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036999969	762451	MUNICIPIO DE SANTO EXPEDITO - SP	146.250,00	42.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	036999855	762452	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DE ITARARE - SP	146.250,00	63.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	20/12/2013	Adimplente
2	036998389	762453	MUNICIPIO DE ALIANCA DO TOCANTINS - TO	104.520,00	9.480,00	104.520,00	104.520,00	27/12/2011	27/03/2013	Adimplente
2	037001362	762454	MUNICIPIO DE SENTINELA DO SUL - RS	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037044030	762455	MUNICIPIO DE AREIA BRANCA - SE	165.750,00	3.400,00	165.750,00	165.750,00	29/12/2011	30/12/2013	Adimplente

2	037043902	762457	MUNICIPIO DE ARAUA - SE	195.000,00	28.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037001258	762458	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RS	507.000,00	12.675,00	507.000,00	507.000,00	30/12/2011	01/12/2013	Adimplente
2	037043899	762459	MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB	224.250,00	30.000,00	224.250,00	224.250,00	31/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	036998507	762460	MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO - RS	97.500,00	20.627,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036996672	762461	MUNICIPIO DE CAPAO DO CIPÓ - RS	97.500,00	5.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037004326	762462	MUNICIPIO DE IGUA TEMI - MS	146.250,00	28.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037002837	762463	MUNICIPIO DE JUTI - MS	146.250,00	28.650,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037002723	762465	MUNICIPIO DE LAGUNA CARAPA - MS	146.250,00	23.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037002619	762466	MUNICIPIO DE PARANHOS - MS	243.750,00	78.250,00	243.750,00	243.750,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037004212	762467	MUNICIPIO DE JARDIM - MS	146.250,00	41.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	036996568	762468	MUNICIPIO DE JOIA - RS	97.500,00	24.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037043785	762469	MUNICIPIO DE IBIRUBA - RS	97.500,00	48.490,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036996453	762470	MUNICIPIO DE CONDOR - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037004108	762471	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - MS	195.000,00	10.400,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	036996348	762472	MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE - RS	97.500,00	9.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	13/09/2013	Adimplente
2	036997700	762473	MUNICIPIO DE POÇO DAS ANTAS - RS	97.500,00	112.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036997250	762474	MUNICIPIO DE CAMPINAS DO SUL - RS	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	036996234	762475	MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	036996120	762476	MUNICIPIO DE AUGUSTO PESTANA - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036996016	762477	MUNICIPIO DE AGUA SANTA - RS	97.500,00	145.250,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037043671	762478	MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036995989	762479	MUNICIPIO DE CANUDOS DO VALE - RS	97.500,00	92.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036999740	762480	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG	195.000,00	3.297,60	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	036995092	762481	MUNICIPIO DE MORRINHOS DO SUL - RS	97.500,00	6.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	036998057	762482	MUNICIPIO DE PROGRESSO - RS	97.500,00	4.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036998493	762483	MUNICIPIO DE BOZANO - RS	97.500,00	29.900,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036998275	762484	MUNICIPIO DE ALVORADA - TO	104.520,00	7.031,00	104.520,00	104.520,00	23/12/2011	23/10/2012	Adimplente
2	036994952	762485	MUNICIPIO DE RIACHÃO - MA	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036999636	762486	MUNICIPIO DE SERRA PRETA - BA	195.000,00	23.000,00			31/12/2011	05/03/2013	Adimplente
2	037043567	762489	MUNICIPIO DE FORTALEZA DOS VALOS - RS	97.500,00	10.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037000898	762491	MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BA	97.500,00	2.806,00			28/12/2011	05/03/2013	Adimplente
2	036999417	762492	MUNICIPIO DE MURITIBA - BA	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	06/07/2012	05/07/2014	Adimplente
2	037225759	762493	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	97.500,00	27.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037043452	762494	MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO BREJO - MA	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036998161	762495	MUNICIPIO DE FILADELFIA - TO	104.520,00	3.000,00	104.520,00	104.520,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente

2	036994847	762496	MUNICIPIO DE PENALVA - MA	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	036995875	762497	MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES - RS	97.500,00	4.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	036996903	762498	MUNICIPIO DE MORMACO - RS	97.500,00	114.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037089085	763644	MUNICIPIO DE ICARA - SC	97.500,00	6.296,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037107641	763645	MUNICIPIO DE PORCIUNCULA - RJ	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	20/01/2014	Adimplente
2	037109463	763646	MUNICIPIO DE QUINTANA - SP	97.500,00	102.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	20/04/2013	Adimplente
2	037107537	763647	MUNICIPIO DE CARMO - RJ	416.516,81	49.108,19	416.516,81	416.516,81	30/12/2011	31/10/2014	Adimplente
2	037083271	763651	MUNICIPIO DE CANDEIAS - MG	292.500,00	7.388,91	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037103545	763652	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	97.500,00	13.200,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037102967	763653	MUNICIPIO DE OCARA - CE	341.250,00	7.145,00			31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037095018	763655	MUNICIPIO DE ACU - RN	487.500,00	57.500,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037087481	763656	MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	10/10/2012	Adimplente
2	037107422	763658	MUNICIPIO DE ITAMBACURI - MG	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037087377	763659	MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO - RN	195.000,00	5.000,00			30/12/2011	10/06/2013	Adimplente
2	037103430	763660	MUNICIPIO DE RIO DOS INDIOS - RS	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037083167	763661	MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA - SC	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	14/09/2012	Adimplente
2	037100581	763662	MUNICIPIO DE TRES COROAS - RS	195.000,00	19.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037083053	763663	MUNICIPIO DE ARABUTA - SC	97.500,00	28.600,00	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	26/03/2013	Adimplente
2	037103326	763664	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA - RS	97.500,00	11.363,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	26/12/2012	Adimplente
2	037088957	763665	MUNICIPIO DE PEDRO DO ROSARIO - MA	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037102520	763666	MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO - RS	507.000,00	33.000,00	507.000,00	507.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037103212	763667	MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - PR	146.250,00	5.118,75	146.250,00	146.250,00	20/12/2011	20/09/2012	Adimplente
2	037107318	763668	MUNICIPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC	243.750,00	140.250,00	243.750,00	243.750,00	29/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037103108	763669	MUNICIPIO DE NOVO CABRAIS - RS	97.500,00	9.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	06/11/2013	Adimplente
2	037102415	763670	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS - TO	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	27/04/2013	Adimplente
2	037100143	763671	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	243.750,00	6.250,00			29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037107204	763672	MUNICIPIO DE ANCHIETA - ES	146.250,00	23.750,00			29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037100039	763673	MUNICIPIO DE JAGUARUNA - SC	487.500,00	62.500,00	487.500,00	487.500,00	12/01/2012	06/12/2012	Adimplente
2	037102301	763674	MUNICIPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO - RS	136.500,00	8.600,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037099986	763675	MUNICIPIO DE ENTRE IJUIS - RS	195.000,00	9.800,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037100476	763676	MUNICIPIO DE SIRIRI - SE	282.750,00	7.250,00	282.750,00	282.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037099872	763677	MUNICIPIO DE CANDELARIA - RS	195.000,00	9.863,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	05/11/2013	Adimplente
2	037088842	763678	MUNICIPIO DE JOAO DIAS - RN	585.000,00	15.000,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037094979	763679	MUNICIPIO DE INOCENCIA - MS	487.500,00	15.200,00	487.500,00	487.500,00	26/12/2011	10/12/2012	Adimplente
2	037087263	763680	MUNICIPIO DE JOAO PINHEIRO - MG	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/07/2013	Adimplente

2	037107191	763682	MUNICIPIO DE JURUAIA - MG	487.500,00	52.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037099768	763683	MUNICIPIO DE CRISTAL DO SUL - RS	195.000,00	17.700,00	195.000,00	195.000,00	23/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037100362	763685	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS - TO	104.325,00	2.129,08	104.325,00	104.325,00	27/12/2011	27/03/2013	Adimplente
2	037088738	763686	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RS	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	28/02/2013	Adimplente
2	037094865	763687	MUNICIPIO DE XAMBIOA - TO	487.500,00	10.000,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037099654	763689	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	146.250,00	52.278,37			27/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	037100258	763691	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037094751	763692	MUNICIPIO DE GIRUA - RS	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037101387	763693	MUNICIPIO DE CERRO GRANDE - RS	243.750,00	65.150,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037094646	763695	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	146.250,00	4.025,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037110712	763696	MUNICIPIO DE IRACEMA - RR	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	26/12/2011	18/06/2013	Adimplente
2	037109244	763697	MUNICIPIO DE GUAPE - MG	146.250,00	12.083,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	01/03/2013	Adimplente
2	037108333	763698	MUNICIPIO DE ITAPECERICA - MG	570.375,00	41.303,00	570.375,00	570.375,00	27/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037099549	763699	MUNICIPIO DE LEOPOLIS - PR	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037101273	763700	MUNICIPIO DE CHAPADA - RS	243.750,00	56.050,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037099434	763701	MUNICIPIO DE IBIRACI - MG	146.250,00	2.984,70	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037102298	763702	MUNICIPIO DE AQUIDAUANA - MS	146.250,00	5.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037082924	763703	MUNICIPIO DE HERVEIRAS - RS	195.000,00	168.800,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	14/11/2013	Adimplente
2	037099320	763704	MUNICIPIO DE TOLEDO - PR	97.500,00	70.048,67	97.500,00	97.500,00	26/12/2011	26/04/2013	Adimplente
2	037085222	763705	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL - MS	146.250,00	25.750,00	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037086916	763706	MUNICIPIO DE SAO VICENTE DO SUL - RS	195.000,00	40.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037110043	763707	MUNICIPIO DE CANTANHEDE - MA	243.750,00	10.000,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037099216	763708	MUNICIPIO DE CANDIDO GODOI - RS	97.500,00	7.200,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037082693	763709	MUNICIPIO DE DOURADINA - PR	97.500,00	27.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037094532	763710	MUNICIPIO DE PEQUIZEIRO - TO	292.500,00	13.622,45	292.500,00	292.500,00	26/12/2011	26/12/2013	Adimplente
2	037107087	763711	MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUACU - PR	146.250,00	43.750,00			23/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037083503	763713	MUNICIPIO DE SAO TOME - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037086802	763714	MUNICIPIO DE CUMARU - PE	1.462.500,00	83.000,00	1.462.500,00	1.462.500,00	29/12/2011	13/07/2013	Adimplente
2	037085118	763716	MUNICIPIO DE BAMBUI - MG	438.750,00	60.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037099099	763717	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037109913	763718	MUNICIPIO DE IGUATAMA - MG	570.375,00	14.625,00	570.375,00	570.375,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037098961	763719	MUNICIPIO DE ROQUE GONZALES - RS	97.500,00	12.900,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037085004	763720	MUNICIPIO DE SANDOLANDIA - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037092606	763721	MUNICIPIO DE JANDUIS - RN	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente

2	037108229	763722	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO HERVAL - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037098857	763723	MUNICIPIO DE IVAIPORA - PR	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037086799	763724	MUNICIPIO DE MANOEL VIANA - RS	97.500,00	22.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	03/05/2013	Adimplente
2	037109809	763725	MUNICIPIO DE LAGO VERDE - MA	487.500,00	20.000,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037102184	763726	MUNICIPIO DE DELFIM MOREIRA - MG	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037092593	763728	MUNICIPIO DE RIO PRETO DA EVA - AM	341.250,00	8.750,00	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037084296	763729	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IVAI - PR	190.125,00	9.085,00	190.125,00	190.125,00	22/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037109130	763730	MUNICIPIO DE POCONO - MT	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	17/12/2013	Adimplente
2	037098742	763732	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	975.000,00	108.333,33			28/12/2011	30/09/2013	Adimplente
2	037101169	763733	MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO SUL - RS	97.500,00	96.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037109026	763734	MUNICIPIO DE NOVO CABRAIS - RS	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	06/11/2013	Adimplente
2	037086685	763735	MUNICIPIO DE PEREIRAS - SP	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	23/12/2011	23/12/2013	Adimplente
2	037106959	763736	MUNICIPIO DE CAMPINA VERDE - MG	97.500,00	2.800,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037082810	763737	MUNICIPIO DE IGUA TEMI - MS	292.500,00	15.500,00	292.500,00	292.500,00	26/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037098638	763739	MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE - PR	128.700,00	2.700,00	128.700,00	128.700,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037106844	763740	MUNICIPIO DE MACHADO - MG	243.750,00	5.000,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037086571	763741	MUNICIPIO DE ARARANGUA - SC	487.500,00	42.727,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037106730	763743	MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE - RS	97.500,00	4.500,00	97.500,00	97.500,00	22/12/2011	13/12/2013	Adimplente
2	037098524	763744	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIBAMAR - MA	126.750,00	11.024,21	126.750,00	126.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037098419	763745	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIBAMAR - MA	214.500,00	18.652,17			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037092260	763746	MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - RN	292.500,00	13.000,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	10/06/2013	Adimplente
2	037088624	763747	MUNICIPIO DE LAGOA BONITA DO SUL - RS	146.250,00	6.750,00			30/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037098305	763748	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	243.750,00	21.195,65	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037108999	763749	MUNICIPIO DE IVAIPORA - PR	438.750,00	101.250,00	438.750,00	438.750,00	28/12/2011	30/08/2012	Adimplente
2	037106626	763750	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DOS CRENTES - MA	195.000,00	8.125,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037098292	763752	MUNICIPIO DE SETE DE SETEMBRO - RS	97.500,00	7.986,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037105601	763753	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	97.500,00	5.900,00			29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037086352	763754	MUNICIPIO DE SAPOPEMA - PR	341.250,00	7.000,00	341.250,00	341.250,00	31/12/2011	16/07/2012	Adimplente
2	037107974	763757	MUNICIPIO DE GARIBALDI - RS	97.500,00	7.691,55			29/12/2011	30/05/2014	Adimplente
2	037082706	763758	MUNICIPIO DE PONTO DOS VOLANTES - MG	243.750,00	6.850,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037086247	763761	MUNICIPIO DE IMBUIA - SC	190.125,00	77.975,00	190.125,00	190.125,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037108885	763762	MUNICIPIO DE TRES BARRAS - SC	332.718,75	27.281,25	332.718,75	332.718,75	28/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037102853	763763	MUNICIPIO DE BODO - RN	117.000,00	5.000,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037108771	763764	MUNICIPIO DE JARDINOPOLIS - SC	190.125,00	40.000,00	190.125,00	190.125,00	26/12/2011	14/09/2012	Adimplente
2	037108667	763765	MUNICIPIO DE TURVO - SC	487.500,00	21.000,00	487.500,00	487.500,00	28/12/2011	20/12/2012	Adimplente

2	037102748	763767	MUNICIPIO DE PORTO DO MANGUE - RN	117.000,00	13.000,00	117.000,00	117.000,00	29/12/2011	20/07/2013	Adimplente
2	037086029	763768	MUNICIPIO DE MAJOR GERCINO - SC	237.656,25	5.000,00	237.656,25	237.656,25	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037108553	763769	MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC	285.187,50	14.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037108447	763771	MUNICIPIO DE CANAPI - AL	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	24/01/2012	20/01/2014	Adimplente
2	037085888	763772	MUNICIPIO DE NOVA RESENDE - MG	195.000,00	105.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037102634	763773	MUNICIPIO DE PALMACIA - CE	682.500,00	31.800,00			31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037091913	763774	MUNICIPIO DE IBIPEBA - BA	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	05/07/2013	Adimplente
2	037091809	763775	MUNICIPIO DE PETROLINA - PE	487.500,00	72.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	13/06/2013	Adimplente
2	037098188	763776	MUNICIPIO DE CAMBE - PR	146.250,00	12.717,39	146.250,00	146.250,00	23/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037088510	763777	MUNICIPIO DE BARAUNA - RN	487.500,00	12.500,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037098074	763778	MUNICIPIO DE VERISSIMO - MG	97.500,00	6.490,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037097945	763779	MUNICIPIO DE PIEN - PR	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037085774	763780	MUNICIPIO DE CHAPECO - SC	487.500,00	116.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	27/11/2012	Adimplente
2	037097831	763781	MUNICIPIO DE BAMBUI - MG	195.000,00	83.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037091796	763782	MUNICIPIO DE ALAGOA NOVA - PB	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037091682	763785	MUNICIPIO DE CANHOTINHO - PE	224.250,00	15.750,00			27/01/2012	02/02/2014	Adimplente
2	037097727	763786	MUNICIPIO DE JATAIZINHO - PR	107.250,00	26.450,00	107.250,00	107.250,00	23/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037100926	763787	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GOSTOSO - RN	248.625,00	6.375,00	248.625,00	248.625,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037084309	763788	MUNICIPIO DE JABOTICABAL - SP	292.500,00	30.500,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	26/09/2013	Adimplente
2	037082474	763789	MUNICIPIO DE NOVA ALIANCA - SP	312.000,00	8.000,00			30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037085660	763790	MUNICIPIO DE MIMOSO DE GOIAS - GO	487.500,00	12.500,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037105483	763791	MUNICIPIO DE TUNAS - RS	146.250,00	61.550,00	146.250,00	146.250,00	22/12/2011	11/12/2012	Adimplente
2	037082256	763794	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL - SP	175.500,00	37.200,00	175.500,00	175.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037100812	763795	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - RN	141.375,00	4.230,19			30/12/2011	20/07/2013	Adimplente
2	037082141	763796	MUNICIPIO DE MONTE ALTO - SP	195.000,00	28.090,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037106512	763798	MUNICIPIO DE TAPEJARA - RS	195.000,00	7.870,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037084746	763799	MUNICIPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP	146.250,00	65.650,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	05/05/2013	Adimplente
2	037084632	763800	MUNICIPIO DE FLORINIA - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	037084528	763801	MUNICIPIO DE NEVES PAULISTA - SP	126.750,00	3.250,00	126.750,00	126.750,00	29/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037106407	763802	MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS - RS	97.500,00	27.330,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037091578	763803	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - MA	975.000,00	116.778,60	975.000,00	975.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037085440	763804	MUNICIPIO DE NOVO ACORDO - TO	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	27/04/2013	Adimplente
2	037106394	763805	MUNICIPIO DE GAROPABA - SC	243.750,00	106.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	06/12/2013	Adimplente
2	037100708	763806	MUNICIPIO DE AIRUOCA - MG	146.250,00	60.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037100695	763807	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	195.000,00	33.750,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037105379	763810	MUNICIPIO DE VISTA GAUCHA - RS	292.500,00	52.500,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037105265	763811	MUNICIPIO DE FAINA - GO	292.500,00	52.500,00	292.500,00	292.500,00	27/12/2011	31/12/2012	Adimplente

2	037105151	763812	MUNICIPIO DE CRISTAL DO SUL - RS	97.500,00	3.186,00	97.500,00	97.500,00	23/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037097613	763813	MUNICIPIO DE PILAR DO SUL - SP	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	17/09/2012	Adimplente
2	037106280	763814	MUNICIPIO DE ITAMARANDIBA - MG	487.500,00	17.500,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037088392	763815	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	4.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037097509	763817	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RN	146.250,00	3.250,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037097495	763820	MUNICIPIO DE ITAU - RN	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037106062	763821	MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC	146.250,00	93.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037097381	763823	MUNICIPIO DE BARAUNA - RN	292.500,00	17.500,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037097277	763824	MUNICIPIO DE ALTO DO RODRIGUES - RN	136.500,00	29.000,00	136.500,00	136.500,00	29/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037084078	763827	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	243.750,00	67.031,49			27/12/2011	01/11/2014	Adimplente
2	037104906	763828	MUNICIPIO DE SAUDADES - SC	487.500,00	77.500,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	29/03/2013	Adimplente
2	037088060	763830	MUNICIPIO DE GUAPIARA - SP	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	27/12/2011	21/11/2012	Adimplente
2	037109796	763831	MUNICIPIO DE POMPEIA - SP	146.250,00	28.400,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/07/2013	Adimplente
2	037087931	763832	MUNICIPIO DE LAGOA DE PEDRAS - RN	136.500,00	4.500,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	06/09/2012	Adimplente
2	037104893	763834	MUNICIPIO DE HELIODORA - MG	487.500,00	50.400,00	487.500,00	487.500,00	28/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037105933	763835	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAU - PR	146.250,00	4.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	037105829	763836	MUNICIPIO DE CASCAVEL - PR	195.000,00	195.000,00	195.000,00	195.000,00	26/12/2011	26/09/2013	Adimplente
2	037097163	763837	MUNICIPIO DE ARES - RN	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037109682	763839	MUNICIPIO DE PIRANGI - SP	146.250,00	2.984,69	146.250,00	146.250,00	26/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037105715	763840	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO ABAETE - MG	292.500,00	26.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037104789	763841	MUNICIPIO DE MARABA - PA	341.250,00	34.125,00			27/12/2011	09/04/2013	Adimplente
2	037104675	763843	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	195.000,00	12.130,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037104561	763844	MUNICIPIO DE MINADOR DO NEGRAO - AL	355.875,00	9.125,00	355.875,00	355.875,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037101941	763845	MUNICIPIO DE MARIBONDO/AL	390.000,00	19.500,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037083499	763846	MUNICIPIO DE VALE DO SOL - RS	195.000,00	100.000,00	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
2	037096816	763847	ESTADO DO AMAPA	195.000,00	21.700,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037101837	763848	MUNICIPIO DE PARIPUEIRA - AL	292.500,00	72.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037095560	763849	MUNICIPIO DE PARAZINHO - RN	136.500,00	8.800,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	01/08/2012	Adimplente
2	037101723	763850	MUNICIPIO DE SOBRALIA - MG	292.500,00	32.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037104456	763851	MUNICIPIO DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037104341	763852	MUNICIPIO DE FIGUEIRA - PR	195.000,00	24.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037095455	763853	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - RN	146.250,00	12.717,86			30/12/2011	20/07/2013	Adimplente
2	037101619	763855	MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS - RR	877.500,00	35.127,96	217.444,50	217.444,50	26/12/2011	15/06/2013	Adimplente
2	037095340	763856	MUNICIPIO DE AUTAZES - AM	390.000,00	19.500,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037102070	763857	MUNICIPIO DE ITANHANDU - MG	243.750,00	6.250,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	037110826	763858	MUNICIPIO DE PACARAIMA - RR	292.500,00	11.500,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037101505	763859	MUNICIPIO DE SILVEIRA MARTINS - RS	97.500,00	-	97.500,00	97.500,00	23/12/2011	15/07/2013	Adimplente
2	037094427	763860	MUNICIPIO DE PEDRALVA - MG	243.750,00	6.250,00			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037087713	763861	MUNICIPIO DE FREI LAGONEGRO - MG	487.500,00	52.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037082589	763862	MUNICIPIO DE NOVA SANTA ROSA - PR	117.000,00	103.000,00	117.000,00	117.000,00	29/12/2011	29/10/2013	Adimplente
2	037101491	763863	MUNICIPIO VILA NOVA DO SUL - RS	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	28/02/2013	Adimplente
2	037104237	763865	MUNICIPIO DE ITANHOMI - MG	585.000,00	12.000,00	585.000,00	585.000,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037094209	763866	SEC ESTADO AGRICULTURA PECUARIO E REGULARIZACAO FUNDIARIA	1.950.000,00	216.666,67	1.950.000,00	1.950.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037083385	763867	MUNICIPIO DE CERRO BRANCO - RS	438.750,00	78.250,00	438.750,00	438.750,00	23/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037110158	763868	MUNICIPIO DE IBIA - MG	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037104123	763870	MUNICIPIO DE AGUA SANTA - RS	97.500,00	52.260,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037084965	763871	MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA - CE	1.901.250,00	40.000,00	594.811,22	594.811,22	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037104019	763872	MUNICIPIO DE SENADOR SALGADO FILHO - RS	97.500,00	7.700,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037096702	763873	MUNICIPIO DE PARAISOPOLIS - MG	487.500,00	42.500,00	487.500,00	487.500,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037103982	763874	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO CAI - RS	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037096699	763877	MUNICIPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG	487.500,00	22.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037087596	763878	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	292.500,00	13.116,90	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	037096585	763879	MUNICIPIO DE IPUUNA - MG	487.500,00	22.500,00			31/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037107860	763880	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	117.000,00	6.743,41	117.000,00	117.000,00	22/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037109578	763881	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	1.950.000,00	220.000,00			29/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037084413	763883	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO - RS	195.000,00	55.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037094196	763884	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DE MINAS - MG	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037103878	763885	MUNICIPIO DE DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG	183.260,00	3.740,00	183.260,00	183.260,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037103095	763886	MUNICIPIO DE BORRAZOPOLIS - PR	107.250,00	17.550,00	107.250,00	107.250,00	23/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037094082	763888	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO ALEGRE - MG	243.750,00	45.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037110262	763889	MUNICIPIO DE BOFETE - SP	292.500,00	17.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037083835	763890	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA - SP	233.680,00	20.320,00	233.680,00	233.680,00	29/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037083617	763891	MUNICIPIO DE UMBURATIBA - MG	487.500,00	32.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037093954	763892	MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO	1.950.000,00	170.000,00	1.950.000,00	1.950.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037093849	763894	MUNICIPIO DE SENADOR AMARAL - MG	292.500,00	41.241,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037093735	763895	MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI - RO	292.500,00	12.780,66	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037093621	763896	MUNICIPIO DE AMAJARI - RR	292.500,00	7.500,00			29/12/2011	26/12/2013	Adimplente
2	037096470	763897	MUNICIPIO DE GONCALVES - MG	243.750,00	256.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	037096366	763898	MUNICIPIO DE MUNHOZ - MG	292.500,00	207.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037096252	763899	MUNICIPIO DE SANTANA DA VARGEM - MG	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037093517	763900	MUNICIPIO DE GRAO MOGOL - MG	487.500,00	42.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037093402	763901	MUNICIPIO DE TOCOS DO MOGI - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	037093399	763902	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	264.700,00	7.500,00	264.700,00	264.700,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037096147	763903	MUNICIPIO DE PIEDADE DE CARATINGA - MG	146.250,00	13.653,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037096033	763904	MUNICIPIO DE ARACAI - MG	146.250,00	3.500,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037095905	763905	MUNICIPIO DE MARIPA DE MINAS - MG	146.250,00	29.550,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037093285	763906	MUNICIPIO DE OLARIA - MG	146.250,00	2.116,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037093171	763907	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	292.500,00	18.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037093067	763908	MUNICIPIO DE JEQUERI - MG	146.250,00	40.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	037108115	763910	MUNICIPIO DE SERITINGA - MG	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037095788	763911	MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE - RO	195.000,00	13.500,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037092938	763913	MUNICIPIO DE MORRO AGUDO DE GOIAS - GO	292.500,00	42.500,00	292.500,00	292.500,00	28/12/2011	23/08/2012	Adimplente
2	037092824	763914	MUNICIPIO DE PARECIS - RO	97.500,00	9.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037092710	763915	MUNICIPIO DE ALENQUER - PA	292.500,00	29.250,00			30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037110608	763917	MUNICIPIO DE CONCORDIA DO PARA - PA	146.250,00	3.750,00			29/12/2011	12/04/2013	Adimplente
2	037110595	763918	MUNICIPIO DE DIVINESIA - MG	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	037110480	763919	MUNICIPIO DE NEVES PAULISTA - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037107756	763921	MUNICIPIO DE TOME ACU - PA	146.250,00	12.820,00			30/12/2011	17/04/2013	Adimplente
2	037091359	763922	MUNICIPIO DE VALE DO PARAISO - RO	97.500,00	12.500,00			30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037110930	763923	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO GUAPORE - RO	292.500,00	6.118,62	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037091244	763924	MUNICIPIO DE GUIMARANIA - MG	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037108001	763926	MUNICIPIO DE THEOBROMA - RO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037091026	763927	MUNICIPIO DE SENADOR GUIOMARD - AC	2.925.000,00	60.000,00	2.925.000,00	2.925.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037090885	763929	MUNICIPIO DE ROMARIA - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037090771	763930	MUNICIPIO DE TUPACIGUARA - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037090447	763933	MUNICIPIO DE ACREUNA - GO	292.500,00	17.500,00	292.500,00	292.500,00	06/02/2012	05/06/2013	Adimplente
2	037090333	763934	MUNICIPIO DE SANTA RITA D OESTE - SP	146.250,00	5.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037090229	763935	MUNICIPIO DE COLONIA DO GURGUEIA - PI	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037090115	763936	MUNICIPIO DE PEQUERI - MG	146.250,00	2.801,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037090001	763937	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	1.462.500,00	289.956,97	1.462.500,00	1.462.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	037089868	763939	MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA - BA	292.500,00	29.250,00			31/12/2011	05/09/2014	Adimplente
2	037089754	763940	MUNICIPIO DE AMERICO DE CAMPOS - SP	117.000,00	3.000,00	117.000,00	117.000,00	28/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037089649	763941	MUNICIPIO DE FLORIDA PAULISTA - SP	117.000,00	20.000,00	117.000,00	117.000,00	27/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037083721	763942	MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA - SP	136.500,00	11.300,00	136.500,00	136.500,00	29/12/2011	05/05/2013	Adimplente
2	037089535	763943	MUNICIPIO DE GUZOLANDIA - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037089420	763944	MUNICIPIO DE JOSE BONIFACIO - SP	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037089316	763945	MUNICIPIO DE GUAPIACU - SP	185.250,00	4.750,00	185.250,00	185.250,00	26/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037089202	763946	MUNICIPIO DE ESPERANTINA - PI	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	037089199	763947	MUNICIPIO DE BURITAMA - SP	117.000,00	3.000,00	117.000,00	117.000,00	28/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	037045286	764062	MUNICIPIO DE DESCANSO - SC	199.875,00	45.125,00	199.875,00	199.875,00	30/12/2011	17/08/2012	Adimplente
2	037044813	764065	MUNICIPIO DE VAZANTE - MG	146.250,00	306.279,17			30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037045172	764066	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE	199.875,00	10.125,00	199.875,00	199.875,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037045390	764067	MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS - SC	594.750,00	12.140,00	594.750,00	594.750,00	27/12/2011	12/10/2012	Adimplente
2	037193313	764068	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - SC	146.250,00	83.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	20/07/2012	Adimplente
2	037045068	764070	MUNICIPIO DE POTIM - SP	135.259,60	2.760,40	135.259,60	135.259,60	27/12/2011	28/02/2014	Adimplente
2	037044927	764071	MUNICIPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA - SP	146.250,00	13.000,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	29/12/2015	Adimplente
2	037044582	764072	MUNICIPIO DE THEOBROMA - RO	142.545,00	7.305,00	142.545,00	142.545,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037044709	764073	MUNICIPIO DE SAO GOTARDO - MG	796.084,57	16.246,62	796.084,57	796.084,57	22/03/2012	30/07/2013	Adimplente
2	037044696	764074	MUNICIPIO DE TOCANTINOPOLIS - TO	104.520,00	4.480,00	104.520,00	104.520,00	26/12/2011	26/03/2013	Adimplente
2	037044363	764075	MUNICIPIO DE MINAS DO LEAO - RS	97.200,00	10.800,00	97.200,00	97.200,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037111173	764847	MUNICIPIO DE PROGRESSO - RS	171.112,50	58.587,50	171.112,50	171.112,50	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037111069	764849	MUNICIPIO DE PALMA SOLA - SC	665.437,50	13.580,36	665.437,50	665.437,50	30/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037198216	765514	MUNICIPIO DE BOA VISTA DAS MISSOES - RS	97.500,00	2.550,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037195702	765515	MUNICIPIO DE CANTAGALO - RJ	438.750,00	91.750,00	438.750,00	438.750,00	29/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	037243610	765517	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO ALTO - RJ	438.750,00	60.000,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037195699	765518	MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI - RJ	438.750,00	160.950,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037243506	765519	MUNICIPIO DE DUAS BARRAS - RJ	438.750,00	56.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037231229	765520	MUNICIPIO DE SAO CRISTOVAO DO SUL - SC	97.500,00	148.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037229624	765521	MUNICIPIO DE TANGUA - RJ	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037195585	765522	MUNICIPIO DE VASSOURAS - RJ	416.990,00	8.510,00			30/12/2011	28/06/2013	Adimplente
2	037200505	765523	MUNICIPIO DE ITAPERUNA - RJ	146.250,00	12.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	037229510	765524	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS - RJ	438.750,00	57.268,75	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	27/02/2013	Adimplente
2	037229405	765525	MUNICIPIO DE RIO CLARO - RJ	382.200,00	7.800,00	382.200,00	382.200,00	30/12/2011	28/06/2013	Adimplente

2	037200491	765526	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE PRINCESA - PB	243.750,00	4.980,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	05/02/2014	Adimplente
2	037200837	765527	MUNICIPIO DE PONTAO - RS	285.187,50	14.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037231115	765528	MUNICIPIO DE ZORTEA - SC	97.500,00	5.390,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	037195470	765530	MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ	438.750,00	56.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	24/04/2013	Adimplente
2	037200387	765531	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE CAIANA - PB	136.500,00	5.750,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037231001	765532	MUNICIPIO DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES - PR	165.750,00	63.745,38	165.750,00	165.750,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037242709	765534	MUNICIPIO DE JARDIM DO SERIDO - RN	136.500,00	8.500,00			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037230974	765536	MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	292.500,00	5.969,39	292.500,00	292.500,00	17/02/2012	16/12/2013	Adimplente
2	037200169	765537	MUNICIPIO DE BARRA MANSA - RJ	390.000,00	63.990,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	11/06/2013	Adimplente
2	037195366	765538	MUNICIPIO DE CONSTANTINA - RS	438.750,00	11.250,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037230860	765539	MUNICIPIO DE JARDINOPOLIS - SC	97.500,00	14.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	14/09/2012	Adimplente
2	037230756	765540	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037242696	765542	MUNICIPIO DE RUY BARBOSA - RN	136.500,00	8.500,00	68.250,00	68.250,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037226774	765544	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - ES	3.656.250,00	510.417,00			31/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	037230641	765545	MUNICIPIO DE IPIRANGA DE GOIAS - GO	97.500,00	18.783,97	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037231885	765546	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO SUL - RS	494.325,00	56.761,96	494.325,00	494.325,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037200055	765550	MUNICIPIO DE QUIXABA - PE	146.250,00	10.750,00			30/12/2011	09/09/2014	Adimplente
2	037231771	765552	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	95.062,50	9.837,50	95.062,50	95.062,50	30/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	037202095	765556	MUNICIPIO DE UNAI - MG	97.500,00	27.699,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037199900	765557	MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL - RS	97.500,00	142.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037230422	765558	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR	243.750,00	21.200,00	243.750,00	243.750,00	28/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037200723	765560	MUNICIPIO DE PIRAI DO SUL - PR	146.250,00	3.750,00			30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037201967	765561	MUNICIPIO DE PATOS - PB	536.250,00	48.000,00	536.250,00	536.250,00	29/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037199783	765563	MUNICIPIO DE CARATINGA - MG	975.000,00	191.617,86			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037226660	765564	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO SABUGI - RN	146.250,00	3.000,00	73.125,00	73.125,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037199679	765566	MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI - MS	97.500,00	26.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037230318	765572	MUNICIPIO DE ANGULO - PR	107.250,00	2.640,00	107.250,00	107.250,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037201853	765573	MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - RS	195.000,00	34.113,49	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	11/11/2013	Adimplente
2	037201748	765575	MUNICIPIO DE SEBERI - RS	146.250,00	4.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037202326	765576	MUNICIPIO DE VITORIA DAS MISSOES - RS	146.191,50	7.348,50			30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037231667	765577	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	135.224,70	15.527,30	135.224,70	135.224,70	29/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037230204	765580	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	292.500,00	237.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037195033	765581	MUNICIPIO DE IBIRUBA - RS	97.500,00	6.144,08	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037230191	765582	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MG	195.000,00	68.560,23			30/12/2011	30/07/2013	Adimplente

2	037230087	765583	MUNICIPIO DE CAMPINA DA LAGOA - PR	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037226556	765584	MUNICIPIO DE CACAPAVA DO SUL - RS	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	19/09/2013	Adimplente
2	037229288	765585	MUNICIPIO DE AREIA BRANCA - RN	585.000,00	35.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/2011	10/07/2013	Adimplente
2	037199565	765588	MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/11/2014	Adimplente
2	037226440	765591	MUNICIPIO DE ARROIO DOS RATOS - RS	97.500,00	10.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037194994	765592	MUNICIPIO DE BARRACAO - RS	146.250,00	3.750,00	73.125,00	73.125,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037194880	765594	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO - MG	1.121.250,00	280.500,00	1.121.250,00	1.121.250,00	30/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	037201634	765596	MUNICIPIO DE SITIO NOVO DO TOCANTINS - TO	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037194776	765598	MUNICIPIO DE ANANAS - TO	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037229957	765600	MUNICIPIO DE SANTIAGO - RS	195.000,00	72.500,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/11/2013	Adimplente
2	037202212	765604	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO - PI	126.750,00	14.500,00	126.750,00	126.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037202108	765606	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO - PI	165.750,00	18.500,00	165.750,00	165.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037229842	765609	MUNICIPIO DE RIBEIRAO CLARO - PR	390.000,00	11.700,00	390.000,00	390.000,00	26/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037231447	765611	MUNICIPIO DE SERRA CAIADA - RN EX-PRES.JUSCELINO	195.000,00	3.990,00			31/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037201520	765613	MUNICIPIO DE AGUA COMPRIDA - MG	97.500,00	14.670,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037201415	765615	MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS - RN	195.000,00	37.415,31			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037194558	765616	MUNICIPIO DE ERECHIM - RS	97.500,00	48.923,35			30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037201301	765618	MUNICIPIO DE TAMANDARE - PE	273.000,00	27.000,00			31/12/2011	18/12/2014	Adimplente
2	037194442	765620	MUNICIPIO DE SAO PAULO DO POTENGI - RN	195.000,00	9.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037200619	765622	MUNICIPIO DE SANGAO - SC	285.187,50	34.812,50	285.187,50	285.187,50	30/12/2011	11/12/2012	Adimplente
2	037194224	765626	MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA - SP	195.000,00	16.956,52	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037229738	765628	MUNICIPIO DE FLORIANO - PI	146.250,00	12.720,00			30/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	037243838	765630	MUNICIPIO DE CAFEARA - PR	195.000,00	3.979,60	195.000,00	195.000,00	27/12/2011	03/12/2012	Adimplente
2	037243724	765631	MUNICIPIO DE CAMBARA - PR	292.500,00	27.300,00	292.500,00	292.500,00	28/12/2011	20/08/2012	Adimplente
2	037194110	765634	MUNICIPIO DE RESSAQUINHA - MG	146.250,00	3.750,00			30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037199450	765636	GERENCIA DE ESTADO DA AGRIC.PEC.DESENVOLVIMENTO RURAL - MA	438.750,00	48.750,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037199345	765638	MUNICIPIO DE SUME - PB	136.500,00	3.000,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037226336	765640	MUNICIPIO DE BURITI DO TOCANTINS - TO	950.625,00	24.375,00	950.625,00	950.625,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037199013	765648	MUNICIPIO DE DIANOPOLIS - TO	202.020,00	5.180,00	202.020,00	202.020,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037201298	765650	MUNICIPIO DE AUGUSTINOPOLIS - TO	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037226222	765654	MUNICIPIO DE NOVA SANTA BARBARA - PR	146.250,00	15.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	23/08/2012	Adimplente

2	037194006	765657	MUNICIPIO DE PINDORAMA - TO	191.587,50	7.412,50	191.587,50	191.587,50	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037228263	765661	MUNICIPIO DE CHA DA ALEGRIA - PE	146.250,00	53.750,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	16/12/2013	Adimplente
2	037193979	765662	MUNICIPIO DE ALVORADA - TO	873.600,00	75.680,00	873.600,00	873.600,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037228159	765668	MUNICIPIO DE FENIX - PR	107.250,00	42.750,00	107.250,00	107.250,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037227916	765672	MUNICIPIO DE BONFIM - RR	97.500,00	6.500,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037198654	765676	MUNICIPIO DE COLORADO - PR	107.250,00	2.750,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037193865	765677	MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE - PR	107.250,00	2.640,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037198549	765680	MUNICIPIO DE CIANORTE - PR	107.250,00	12.750,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037227802	765682	MUNICIPIO DE UNIFLOR - PR	107.250,00	32.750,00	107.250,00	107.250,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037198434	765685	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA - PR	107.250,00	3.000,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037229174	765686	MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA - PR	107.250,00	67.750,00	107.250,00	107.250,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037227799	765687	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO ANAUA - RR	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037227685	765688	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	117.000,00	103.000,00	117.000,00	117.000,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037229060	765689	MUNICIPIO DE GUARAI - TO	97.500,00	9.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	15/10/2012	Adimplente
2	037201070	765690	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - PE	341.250,00	7.000,00	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	15/06/2013	Adimplente
2	037193751	765691	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037227571	765692	MUNICIPIO DE MARINGA - PR	107.250,00	22.550,00	107.250,00	107.250,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037193646	765693	MUNICIPIO DE AUGUSTINOPOLIS - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037228931	765694	MUNICIPIO DE ARARA - PB	126.750,00	15.350,00	126.750,00	126.750,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037193532	765695	MUNICIPIO DE IBIA - MG	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037200941	765696	MUNICIPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE - PE	780.000,00	16.000,00			30/12/2011	14/12/2014	Adimplente
2	037228827	765698	MUNICIPIO DE DOM FELICIANO - RS	195.000,00	30.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037228713	765699	MUNICIPIO DE ANDRADINA - SP	146.250,00	25.050,00	146.250,00	146.250,00	28/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	037228609	765700	MUNICIPIO DE LINS - SP	146.250,00	13.000,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	20/11/2013	Adimplente
2	037228596	765701	MUNICIPIO DE TENENTE PORTELA - RS	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037243492	765702	MUNICIPIO DE ABAETE - MG	365.625,00	133.375,00	365.625,00	365.625,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037228481	765703	MUNICIPIO DE BARAUNA - PB	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037243388	765704	MUNICIPIO DE MORADA NOVA DE MINAS - MG	365.625,00	7.461,73	365.625,00	365.625,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037243274	765705	MUNICIPIO DE MURICI - AL	424.125,00	155.875,00	424.125,00	424.125,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	037193427	765706	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	487.500,00	32.500,00	487.500,00	487.500,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037228377	765707	MUNICIPIO DE ANDRELANDIA - MG	292.500,00	42.896,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037243160	765709	MUNICIPIO DE ITAPORANGA - PB	243.750,00	6.250,00			31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037243056	765710	MUNICIPIO DE CHARQUEADAS - RS	146.250,00	9.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037226118	765712	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037198102	765713	MUNICIPIO DE POMBAL - PB	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente

2	037227352	765714	MUNICIPIO DE SAO FELIPE D'OESTE - RO	112.125,00	3.375,00	112.125,00	112.125,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037242813	765715	MUNICIPIO DE QUARTO CENTENARIO - PR	146.250,00	4.750,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037198099	765716	MUNICIPIO DE AUREA - RS	146.250,00	22.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037197857	765745	MUNICIPIO DE LAGOAO - RS	146.250,00	67.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037197742	765746	MUNICIPIO DE POMPEU - MG	365.625,00	136.462,27	365.625,00	365.625,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037226004	765747	MUNICIPIO DE ARAPUA - MG	121.875,00	3.125,00	121.875,00	121.875,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037197638	765748	MUNICIPIO DE CAJATI - SP	136.500,00	17.500,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037197524	765749	MUNICIPIO DE SERTAO - RS	146.250,00	203.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037197419	765750	MUNICIPIO DE CACOAL - RO	112.125,00	9.752,00	112.125,00	112.125,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037197292	765753	MUNICIPIO DE PEDRO REGIS (EX-PM RETIRO) - PB	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037197188	765754	MUNICIPIO DE THEOBROMA - RO	117.000,00	4.000,00	117.000,00	117.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037197074	765755	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - SP	136.500,00	8.800,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037227247	765756	MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO SUL - RS	146.250,00	83.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037196945	765758	MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - MG	121.875,00	10.600,00	121.875,00	121.875,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037196831	765760	MUNICIPIO DE GUARDA-MOR - MG	121.875,00	3.125,00	121.875,00	121.875,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037225977	765761	MUNICIPIO DE MONTE DO CARMO - TO	202.020,00	5.000,00	202.020,00	202.020,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037196727	765762	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES - BA	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037196613	765763	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	312.000,00	20.000,00	312.000,00	312.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037196381	765766	MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	117.000,00	29.250,00	117.000,00	117.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037225863	765767	MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO	243.750,00	21.200,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037196277	765768	MUNICIPIO DE FILADELFIA - TO	243.750,00	4.975,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037227029	765769	MUNICIPIO DE ACREUNA - GO	146.250,00	13.012,00	146.250,00	146.250,00	06/02/2012	05/06/2013	Adimplente
2	037231333	765771	MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO	117.000,00	17.950,00	117.000,00	117.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037196163	765772	MUNICIPIO DE MARATA - RS	97.500,00	14.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037196059	765773	MUNICIPIO DE BARAUNA - PB	146.250,00	13.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037195920	765774	MUNICIPIO DE GUARDA-MOR - MG	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037195816	765775	MUNICIPIO DE LAJEADO NOVO - MA	487.500,00	10.100,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	037232244	765963	MUNICIPIO DE CABACEIRAS - PB	146.250,00	6.600,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037243942	766263	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	292.500,00	32.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037309399	766805	MUNICIPIO DE SUL BRASIL - SC	146.250,00	9.850,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037304832	766806	MUNICIPIO DE DUARTINA - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	20/04/2013	Adimplente
2	037310201	766807	MUNICIPIO DE BURITINOPOLIS - GO	487.500,00	27.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037309285	766808	MUNICIPIO DE GUARACIABA - SC	97.500,00	5.099,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	17/09/2012	Adimplente
2	037310198	766809	MUNICIPIO DE GUAPIARA - SP	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	20/12/2013	Adimplente

2	037309171	766810	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - MG	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037309067	766811	MUNICIPIO DE POMPEU - MG	195.000,00	19.559,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037308938	766812	MUNICIPIO DE CAMPINORTE - GO	146.250,00	11.250,00	146.250,00	146.250,00	27/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037308824	766813	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE - SC	97.500,00	4.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	30/11/2012	Adimplente
2	037308710	766814	MUNICIPIO DE SUL BRASIL - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037308606	766815	MUNICIPIO DE PASSA TEMPO - MG	146.250,00	16.250,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037305537	766817	MUNICIPIO DE VALENCA - RJ	368.000,00	32.000,00			30/12/2011	27/02/2013	Adimplente
2	037310084	766819	MUNICIPIO DE ITAPOLIS - SP	117.000,00	3.000,00	117.000,00	117.000,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037308488	766821	MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO	438.750,00	50.000,00	438.750,00	438.750,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037304728	766823	MUNICIPIO DE TAVARES - RS	95.062,50	4.937,50	95.062,50	95.062,50	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037309954	766824	MUNICIPIO DE ALTINOPOLIS - SP	243.750,00	12.619,97	121.875,00	121.875,00	29/12/2011	29/03/2013	Adimplente
2	037304614	766826	MUNICIPIO DE COSMORAMA - SP	165.750,00	44.250,00	165.750,00	165.750,00	29/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037309849	766829	MUNICIPIO DE RIO DE BANANAL - ES	195.000,00	5.000,00			31/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	037309735	766831	MUNICIPIO DE MERIDIANO - SP	195.000,00	45.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037308156	766835	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUAU - PR	97.500,00	27.569,66	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	28/09/2013	Adimplente
2	037308041	766839	MUNICIPIO DE AMERICANO DO BRASIL - GO	438.750,00	8.955,00	438.750,00	438.750,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037307913	766840	MUNICIPIO DE IPIRA - SC	195.000,00	9.002,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	28/08/2013	Adimplente
2	037307809	766841	MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL - SC	146.250,00	48.050,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	07/11/2012	Adimplente
2	037307796	766842	MUNICIPIO DE CASTELO - ES	195.000,00	4.030,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037307682	766843	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	195.000,00	25.000,00			29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037307578	766844	MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO - SC	146.250,00	2.987,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037307463	766845	MUNICIPIO DE MUCURICI - ES	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037307359	766846	MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA - SC	97.500,00	3.000,00	97.500,00	97.500,00	28/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037307244	766847	MUNICIPIO DE SUL BRASIL - SC	97.500,00	132.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037305422	766848	MUNICIPIO DE IPUIARA - BA	243.750,00	9.750,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	05/07/2013	Adimplente
2	037307130	766850	MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL - SC	97.500,00	96.800,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037306999	766852	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - SC	97.500,00	9.900,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	17/07/2012	Adimplente
2	037306885	766854	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037306771	766856	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	487.500,00	162.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037306667	766858	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	585.000,00	165.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037309621	766859	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS - GO	97.500,00	25.966,54			04/01/2012	30/08/2013	Adimplente
2	037306553	766860	MUNICIPIO DE IPIRA - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	28/08/2013	Adimplente
2	037306447	766862	MUNICIPIO DE ITARANA - ES	243.750,00	4.975,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	01/04/2013	Adimplente

2	037306333	766863	MUNICIPIO DE CANDIDO DE ABREU - PR	146.250,00	6.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037304382	766867	MUNICIPIO DE MANDAGUACU - PR	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037309517	766868	MUNICIPIO DE LUORDES - SP	97.500,00	13.434,25	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037306115	766870	MUNICIPIO DE GUAMIRANGA - PR	97.500,00	4.500,00			30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037306001	766871	MUNICIPIO DE VARGEM - SC	312.000,00	8.000,00	156.000,00	156.000,00	29/12/2011	29/12/2013	Adimplente
2	037304278	766872	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO - PB	438.750,00	11.250,00			31/12/2011	31/12/2014	Adimplente
2	037305974	766874	MUNICIPIO DE SALGADO DE SAO FELIX - PB	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	037305318	766875	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - RN	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	10/06/2013	Adimplente
2	037304164	766877	MUNICIPIO DE UNIAO DE MINAS - MG	97.500,00	2.500,00			31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037305860	766880	MUNICIPIO DE SAO BENTO - PB	370.500,00	9.500,00			31/12/2011	05/11/2013	Adimplente
2	037305756	766884	MUNICIPIO DE TAMARANA - PR	243.750,00	6.250,00			29/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037305641	766886	MUNICIPIO DE MIRASELVA - PR	195.000,00	4.081,64	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	15/02/2013	Adimplente
2	037304050	766887	MUNICIPIO DE IBITURUNA - MG	243.750,00	28.223,85			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037305204	766888	MUNICIPIO DE BOA VISTA - PB	165.750,00	50.250,00	165.750,00	165.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037305191	766893	MUNICIPIO DE MANAIRA - PB	146.250,00	27.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037305087	766894	MUNICIPIO DE TEIXEIRA - PB	195.000,00	15.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037304946	766896	MUNICIPIO DE CONGO - PB	146.250,00	32.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037386972	767404	MUNICIPIO DE JATAIZINHO - PR	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	30/09/2012	Adimplente
2	037376968	767406	MUNICIPIO DE TEJUCUOCA - CE	292.500,00	5.970,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037379368	767407	MUNICIPIO DE SERRARIA - PB	195.000,00	7.200,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037388242	767408	MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ - SC	243.750,00	4.975,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	17/07/2012	Adimplente
2	037376854	767409	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI - PI	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037380499	767411	MUNICIPIO DE OCAUCU - SP	191.100,00	4.000,00	191.100,00	191.100,00	30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037376749	767413	MUNICIPIO DE LAGOA VERMELHA - RS	195.000,00	6.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037373117	767414	MUNICIPIO DE SANTAREM - PB	292.500,00	67.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	037380385	767415	MUNICIPIO DE IGUAATEMI - MS	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037379254	767416	MUNICIPIO DE WESTFALIA - RS	195.000,00	16.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037376635	767417	MUNICIPIO DE TUPANATINGA - PE	682.500,00	17.500,00			31/12/2011	17/06/2014	Adimplente
2	037386868	767418	MUNICIPIO DE SAO CARLOS DO IVAI - PR	390.000,00	11.700,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037373003	767419	MUNICIPIO DE IGARACY - PB	121.875,00	3.000,00	121.875,00	121.875,00	31/12/2011	01/01/2014	Adimplente
2	037372976	767420	MUNICIPIO DE CATURITE - PB	121.875,00	26.225,00	121.875,00	121.875,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037386754	767422	MUNICIPIO DE PARINTINS - AM	975.000,00	125.000,00	975.000,00	975.000,00	01/03/2012	01/03/2013	Adimplente
2	037386649	767423	MUNICIPIO DE GUAIRACA - PR	146.250,00	3.750,00			22/06/2012	30/07/2014	Adimplente
2	037388461	767424	MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI - SP	165.750,00	10.000,00	165.750,00	165.750,00	31/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	037379149	767426	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO - RS	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente

2	037388138	767427	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO IVAI - PR	487.500,00	68.500,00			29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037388024	767428	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037387997	767429	MUNICIPIO DE PINHEIROS - ES	195.000,00	44.973,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037380271	767431	MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	292.500,00	46.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037386535	767432	MUNICIPIO DE ITABAIANA - SE	438.750,00	69.250,00	438.750,00	438.750,00	29/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037372862	767433	MUNICIPIO DE ALAGOA NOVA - PB	292.500,00	257.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037386420	767434	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS AUSENTES - RS	195.000,00	55.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037372758	767435	MUNICIPIO DE MARANHAOZINHO - MA	585.000,00	17.092,92			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037387883	767436	MUNICIPIO DE PROTASIO ALVES - RS	97.500,00	123.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037387779	767437	MUNICIPIO DE PLANALTO - RS	97.500,00	15.300,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037379035	767438	MUNICIPIO DE SANTA LUCIA - SP	146.250,00	3.020,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/09/2014	Adimplente
2	037372643	767439	MUNICIPIO DE ITAUNA - MG	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037387551	767442	MUNICIPIO DE IUNA - ES	386.120,00	7.880,00	386.120,00	386.120,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037386316	767443	MUNICIPIO DE RONDINHA - RS	292.500,00	15.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037378907	767444	MUNICIPIO DE SAO LUIS DE MONTES BELOS - GO	95.062,50	4.937,50	95.062,50	95.062,50	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037386202	767445	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	585.000,00	15.000,00			29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037379472	767446	MUNICIPIO DE ARAMINA - SP	100.215,38	2.569,62	100.215,38	100.215,38	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037387445	767447	MUNICIPIO DE SAO MARTINHO - RS	146.250,00	4.250,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037380167	767449	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAQU - PR	204.750,00	24.750,00			31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037382762	767450	MUNICIPIO DE ALEGRE - ES	97.500,00	5.086,48	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037378894	767451	MUNICIPIO DE IPIRANGA - PR	285.187,50	94.812,50	285.187,50	285.187,50	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037386199	767452	MUNICIPIO DE ALTO RIO NOVO - ES	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037381078	767453	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	146.250,00	6.140,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	037386085	767454	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA TAPERA - AL	487.500,00	196.724,84			24/01/2012	30/01/2014	Adimplente
2	037385957	767455	MUNICIPIO DE AGUA SANTA - RS	97.500,00	39.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037385842	767456	MUNICIPIO DE CAPAO BONITO DO SUL - RS	97.500,00	21.900,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	12/11/2012	Adimplente
2	037376521	767457	MUNICIPIO DE AMARAL FERRADOR - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037382658	767458	MUNICIPIO DE POUSO NOVO - RS	97.500,00	34.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037378780	767459	MUNICIPIO DE IRATI - PR	448.500,00	51.500,00	448.500,00	448.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037382543	767460	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO SUL - RS	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037382438	767461	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA URTIGA - RS	97.500,00	132.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037385738	767462	MUNICIPIO DE IBIPORA - PR	146.250,00	43.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/10/2012	Adimplente
2	037385624	767464	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037385510	767465	MUNICIPIO DE CONTENDA - PR	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037382210	767466	MUNICIPIO DE ANASTACIO - MS	292.500,00	45.000,00			27/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037382106	767467	MUNICIPIO DE ITAGUACU - ES	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente

2	037385405	767468	MUNICIPIO DE BARRA DO RIO AZUL - RS	195.000,00	13.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037382093	767469	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO BUTIA - RS	97.500,00	14.950,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037385392	767482	MUNICIPIO DE FORTALEZA DO TABOCAO - TO	97.500,00	2.630,58			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037381965	767483	MUNICIPIO DE FLORIANO PEIXOTO - RS	146.250,00	11.850,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037376416	767484	MUNICIPIO DE CENTENARIO - RS	146.250,00	85.250,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037385288	767486	MUNICIPIO DE IBATEGUARA - AL	390.000,00	150.000,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037385174	767487	MUNICIPIO DE COLORADO - RS	97.500,00	9.240,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037385060	767488	MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO - PR	146.250,00	4.382,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037372310	767490	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - MA	975.000,00	30.000,00	975.000,00	975.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037372206	767491	MUNICIPIO DE PASSOS - MG	195.000,00	17.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037376302	767492	MUNICIPIO DE JACUIZINHO - RS	97.500,00	74.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037376299	767493	MUNICIPIO DE VILA LANGARO - RS	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037384929	767494	MUNICIPIO DE ITAPUCA - RS	97.500,00	21.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037376185	767495	MUNICIPIO DE MIRANTE - BA	292.500,00	5.969,40	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037376071	767496	MUNICIPIO DE MAZAGAO - AP	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037375942	767497	MUNICIPIO DE BARAO DE COTEGIPE - RS	97.500,00	122.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037384815	767498	MUNICIPIO DE ITAMBE - PR	243.750,00	63.250,00	243.750,00	243.750,00	28/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037375838	767499	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO - RS	195.000,00	45.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037384701	767500	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO PIAUI - PI	2.437.500,00	280.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037378676	767501	MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA - PR	237.900,00	21.600,00	237.900,00	237.900,00	31/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037384698	767502	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO - SC	219.375,00	4.625,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037384584	767503	MUNICIPIO DE AGRONOMICA - SC	219.375,00	31.625,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	01/03/2013	Adimplente
2	037384479	767504	MUNICIPIO DE AGROLANDIA - SC	219.375,00	5.625,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037384365	767505	MUNICIPIO DE AURORA - SC	219.375,00	25.877,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037384251	767506	MUNICIPIO DE LAURENTINO - SC	219.375,00	40.125,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037384146	767507	MUNICIPIO DE LONTRAS - SC	219.375,00	4.500,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	30/05/2013	Adimplente
2	037384032	767509	MUNICIPIO DE TAI0 - SC	219.375,00	21.125,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037383904	767510	MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO - SC	219.375,00	25.625,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	05/10/2012	Adimplente
2	037383891	767512	MUNICIPIO DE RIO DO OESTE - SC	219.375,00	10.125,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	10/10/2012	Adimplente
2	037383787	767513	MUNICIPIO DE ITUPORANGA - SC	219.375,00	4.478,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037383673	767514	MUNICIPIO DE MARUMBI - PR	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037381851	767515	MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - SC	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037383569	767516	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO - PR	243.750,00	43.050,00			30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037383454	767517	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR	243.750,00	66.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037383349	767518	MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA - PR	243.750,00	22.000,00			30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037383235	767520	MUNICIPIO DA LAPA - PR	243.750,00	10.000,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente

2	037372193	767521	MUNICIPIO DE PUTINGA - RS	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/09/2013	Adimplente
2	037383121	767523	MUNICIPIO DE TOBIAS BARRETO - SE	292.500,00	60.100,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037375610	767524	MUNICIPIO DE ALTO PARNAIBA - MA	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037372089	767525	MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ	243.750,00	37.661,30	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037375506	767526	MUNICIPIO DE LORETO - MA	243.750,00	46.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	06/06/2013	Adimplente
2	037371951	767527	MUNICIPIO DE NOVA MAMORE - RO	97.500,00	14.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037387331	767529	MUNICIPIO DE ENCANTADO - RS	468.000,00	56.000,00	468.000,00	468.000,00	30/12/2011	20/07/2012	Adimplente
2	037379922	767531	MUNICIPIO DE CANTAGALO - PR	195.000,00	8.500,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037387227	767533	MUNICIPIO DE FELIZ DESERTO - AL	390.000,00	8.000,00			30/12/2011	31/03/2014	Adimplente
2	037379818	767535	MUNICIPIO DE NOVA SANTA BARBARA - PR	195.000,00	111.980,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	24/10/2012	Adimplente
2	037371846	767540	MUNICIPIO DE SUME - PB	312.000,00	6.500,00			31/12/2011	31/12/2014	Adimplente
2	037383017	767542	MUNICIPIO DE LUNARDELLI - PR	243.750,00	4.974,49	243.750,00	243.750,00	28/12/2011	30/07/2012	Adimplente
2	037382980	767544	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS - PR	146.250,00	40.000,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037382876	767546	MUNICIPIO DE IVAIPORA - PR	107.250,00	2.250,00	107.250,00	107.250,00	28/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037378562	767548	MUNICIPIO DE NOVA TEBAS - PR	107.250,00	12.750,00			29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037381746	767550	MUNICIPIO DE PAICANDU - PR	107.250,00	150.000,00	107.250,00	107.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037381632	767551	MUNICIPIO DE JATEI - MS	341.250,00	146.550,00	341.250,00	341.250,00	27/12/2011	05/12/2012	Adimplente
2	037375492	767552	MUNICIPIO DE VIRGOLANDIA - MG	487.500,00	9.950,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	22/08/2012	Adimplente
2	037378457	767553	MUNICIPIO DE LOANDA - PR	156.000,00	29.000,00	156.000,00	156.000,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037375388	767554	MUNICIPIO DE NACIP RAYDAN - MG	474.810,00	9.690,00	474.810,00	474.810,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037375274	767555	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR	243.750,00	26.800,00			31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037375160	767556	MUNICIPIO DE PIQUET CARNEIRO - CE	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037375056	767557	MUNICIPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA - CE	146.250,00	2.984,70	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037374915	767558	MUNICIPIO DE IPAUMIRIM - CE	146.250,00	53.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037374801	767559	MUNICIPIO DE BANABUIU - CE	146.250,00	5.250,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037378342	767560	MUNICIPIO DE SITIO NOVO DO TOCANTINS - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037374798	767561	MUNICIPIO DE MARILAC - MG	487.500,00	20.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037378238	767562	MUNICIPIO DE DOURADINA - PR	238.875,00	18.125,00	238.875,00	238.875,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037374684	767563	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA SAFIRA - MG	487.500,00	10.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037378124	767564	MUNICIPIO DE MARIALVA - PR	107.250,00	62.750,00	107.250,00	107.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037378010	767565	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	126.750,00	8.250,00	126.750,00	126.750,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037377983	767566	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	292.500,00	47.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037371732	767567	MUNICIPIO DE MANDAGUACU - PR	107.250,00	32.750,00	107.250,00	107.250,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037518663	767568	MUNICIPIO DE RIO CASCA - MG	487.500,00	10.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	31/10/2013	Adimplente

2	037374570	767569	MUNICIPIO DE COLORADO DO OESTE - RO	97.500,00	31.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037381528	767570	MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS - PA	2.925.000,00	75.000,00			30/12/2011	30/09/2013	Adimplente
2	037371628	767572	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS - TO	292.500,00	9.046,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037377879	767574	MUNICIPIO DE PATO BRAGADO - PR	97.500,00	122.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	29/03/2013	Adimplente
2	037377765	767576	MUNICIPIO DE GUARANTA DO NORTE - MT	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	17/12/2013	Adimplente
2	037377651	767578	MUNICIPIO DE RAMILANDIA - PR	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037387113	767580	MUNICIPIO DE ITAPOLIS - SP	136.500,00	7.394,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	20/03/2013	Adimplente
2	037379691	767582	MUNICIPIO DE ARAGUACU - TO	97.500,00	2.827,50	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037377546	767583	MUNICIPIO DE PIEN - PR	292.500,00	5.969,39	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037374465	767584	MUNICIPIO DE SEGREDO - RS	97.500,00	9.050,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	09/05/2013	Adimplente
2	037380949	767585	MUNICIPIO DE GETULIO VARGAS - RS	97.500,00	156.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037374351	767586	MUNICIPIO DE COXILHA - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037377431	767587	MUNICIPIO DE MOREIRA SALES - PR	292.500,00	43.300,00	292.500,00	292.500,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037377327	767588	MUNICIPIO DE MANOEL RIBAS - PR	146.250,00	84.750,00	146.250,00	146.250,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037379587	767589	MUNICIPIO DE PALMAS - TO	487.500,00	54.167,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037387009	767590	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	136.500,00	2.800,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037381413	767591	MUNICIPIO DE ALIANCA DO TOCANTINS - TO	97.500,00	2.925,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037374246	767592	MUNICIPIO DE SEBERI - RS	195.000,00	18.500,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037380835	767594	MUNICIPIO DE ITAPORA - MS	292.500,00	23.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037380721	767595	MUNICIPIO DE ITUIUTABA - MG	97.500,00	9.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037381309	767596	MUNICIPIO DE BALNEARIO GAIVOTA - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037374028	767597	MUNICIPIO DE AMAMBAI - MS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037373991	767598	MUNICIPIO DE ANASTACIO - MS	97.500,00	26.500,00			27/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037373773	767600	MUNICIPIO DE PILAR - PB	975.000,00	20.000,00	975.000,00	975.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037373669	767601	MUNICIPIO DE MACHADINHO D'OESTE - RO	112.700,00	2.300,00	112.700,00	112.700,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037388357	767602	MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO - MG	146.250,00	73.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037377213	767603	MUNICIPIO DE ROCHEDO - MS	97.500,00	2.500,00			31/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037381296	767604	MUNICIPIO DE NIOAQUE - MS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	27/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037381182	767605	MUNICIPIO DE JAGUARUNA - SC	243.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	12/01/2012	06/12/2012	Adimplente
2	037373555	767608	MUNICIPIO DE LAGOA REAL - BA	292.500,00	6.450,00	292.500,00	292.500,00	30/08/2012	30/11/2013	Adimplente
2	037371514	767609	MUNICIPIO DE NOVA VENECIA - ES	487.500,00	10.000,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037380617	767610	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	146.250,00	12.717,39	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037373449	767614	MUNICIPIO DE TUPANATINGA - PE	292.500,00	7.500,00			31/12/2011	17/03/2014	Adimplente
2	037377096	767615	MUNICIPIO DE GODOY MOREIRA - PR	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	23/07/2012	Adimplente
2	037380503	767616	MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA	284.886,00	5.814,00	284.886,00	284.886,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente

			D'OESTE - RO							
2	037373335	767617	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	1.365.000,00	151.666,68	1.365.000,00	1.365.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037371178	767619	MUNICIPIO DE CARATUPERA - MA	146.250,00	3.900,00			30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037373221	767620	MUNICIPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA - CE	487.500,00	9.948,98	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037441388	767697	MUNICIPIO DE LAGOAO - RS	97.500,00	2.925,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	01/10/2013	Adimplente
2	037439127	767698	MUNICIPIO DE INHACORA - RS	97.500,00	6.700,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037439231	767699	MUNICIPIO DE BALNEARIO PINHAL - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	29/05/2013	Adimplente
2	037442071	767701	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - GO	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/08/2012	Adimplente
2	037441274	767702	MUNICIPIO DE LARANJAL - PR	97.500,00	5.400,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037443327	767703	MUNICIPIO DE PALMARES DO SUL - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037439450	767705	MUNICIPIO DE CONDOR - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037440144	767706	MUNICIPIO DE TUNAS - RS	97.500,00	1.911,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2011	11/04/2013	Adimplente
2	037442635	767707	MUNICIPIO DE CHARRUA - RS	97.500,00	3.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037442302	767708	MUNICIPIO DE ERVAL GRANDE - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037440927	767710	MUNICIPIO DE CHUPINGUAIA - RO	112.125,00	16.875,00	112.125,00	112.125,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037443546	767711	MUNICIPIO DE SAO LUIS DE MONTES BELOS - GO	114.075,00	5.925,00	114.075,00	114.075,00	30/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037442749	767712	MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO - PR	117.000,00	7.000,00	117.000,00	117.000,00	30/12/2011	30/01/2013	Adimplente
2	037441506	767713	MUNICIPIO DE CHOPINZINHO - PR	126.750,00	3.750,00	126.750,00	126.750,00	30/12/2011	30/10/2014	Adimplente
2	037441724	767717	MUNICIPIO DE PAINEIRAS - MG	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037442299	767719	MUNICIPIO DE ITAPIRAPUA - GO	146.250,00	9.250,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	07/12/2012	Adimplente
2	037443213	767721	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	193.689,60	51.310,40	193.689,60	193.689,60	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037440259	767722	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO - PR	195.000,00	72.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	29/03/2013	Adimplente
2	037441492	767723	MUNICIPIO DE LAGOAO - RS	195.000,00	5.850,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	01/10/2013	Adimplente
2	037439013	767724	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037441942	767725	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	195.000,00	50.000,00			30/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	037440709	767726	MUNICIPIO DE GALILEIA - MG	195.000,00	9.750,00			31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037440813	767728	MUNICIPIO DE DIVINOLANDIA DE MINAS - MG	195.000,00	23.800,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037438654	767729	MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA - RO	186.200,00	3.800,00	186.200,00	186.200,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037442968	767730	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - SC	219.375,00	5.125,00	219.375,00	219.375,00	30/12/2011	17/07/2012	Adimplente
2	037443096	767731	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - SC	234.000,00	27.000,00	234.000,00	234.000,00	30/12/2011	18/07/2012	Adimplente
2	037441838	767733	MUNICIPIO DE ICARA - SC	243.750,00	19.192,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037443431	767734	MUNICIPIO DE JUCURUTU - RN	292.500,00	9.500,00			30/12/2011	20/07/2013	Adimplente

2	037439900	767735	MUNICIPIO DE PIRANHAS - AL	292.500,00	101.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	19/03/2013	Adimplente
2	037443651	767738	MUNICIPIO DE TANGARA - SC	487.500,00	112.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/07/2012	Adimplente
2	037442185	767739	MUNICIPIO DE PORTEIRINHA - MG	292.500,00	6.274,93			30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037440582	767740	MUNICIPIO DE CAICARA DO RIO DO VENTO - RN	292.500,00	7.500,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037439565	767741	MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS - RR	298.525,50	6.180,00	298.525,50	298.525,50	30/12/2011	25/07/2013	Adimplente
2	037440696	767742	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMERIM - ES	341.250,00	29.750,00			31/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	037438768	767743	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DOS BORGES - RN	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	10/07/2013	Adimplente
2	037443765	767744	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	390.000,00	158.020,98	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037441056	767745	MUNICIPIO DE LAJES - RN	390.000,00	35.000,00			31/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037440030	767746	MUNICIPIO DE UBERLANDIA - MG	487.500,00	62.500,00			30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037442854	767747	MUNICIPIO DE POCONÉ - MT	487.500,00	25.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	17/12/2013	Adimplente
2	037441610	767748	MUNICIPIO DE BABACULANDIA - TO	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037442416	767750	MUNICIPIO DE SENADOR GUIOMARD - AC	1.045.687,50	48.762,50	1.045.687,50	1.045.687,50	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037438872	767847	MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	18/12/2013	Adimplente
2	037484830	768289	MUNICIPIO DE CACADOR - SC	95.062,50	16.500,00	95.062,50	95.062,50	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037483479	768290	MUNICIPIO DE MORRINHOS DO SUL - RS	97.500,00	6.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037481980	768294	MUNICIPIO DE TRAVESSEIRO - RS	97.500,00	122.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037483251	768297	MUNICIPIO DE TANGARA - SC	97.500,00	8.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/07/2012	Adimplente
2	037482454	768304	MUNICIPIO DE FAXINAL - PR	97.500,00	49.900,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/08/2012	Adimplente
2	037481876	768307	MUNICIPIO DE MARQUES DE SOUZA - RS	97.500,00	13.100,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037483365	768311	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM - SC	97.500,00	4.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037484380	768315	MUNICIPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC	97.500,00	17.450,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037484612	768320	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	97.500,00	4.240,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037482904	768322	MUNICIPIO DE IRANI - SC	97.500,00	13.636,15	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037483032	768325	MUNICIPIO DE SALVADOR DAS MISSOES - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037483146	768326	MUNICIPIO DE ARVOREDO - SC	97.500,00	6.000,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	12/10/2012	Adimplente
2	037481658	768329	MUNICIPIO DE JARI - RS	97.500,00	14.170,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037480528	768333	MUNICIPIO DE AGUA SANTA - RS	117.000,00	8.000,00	117.000,00	117.000,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037482891	768336	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO - PB	126.750,00	10.250,00	126.750,00	126.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037480078	768340	MUNICIPIO DE SALGADINHO - PB	136.500,00	2.800,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037479165	768343	MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO - RS	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037484276	768345	MUNICIPIO DE COLINAS - RS	146.250,00	33.310,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037482569	768347	MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SAO	146.250,00	3.750,00			30/12/2011	30/06/2014	Adimplente

			ROQUE - PR							
2	037481324	768349	MUNICIPIO DE ROLADOR - RS	146.250,00	83.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037481210	768351	MUNICIPIO DE URANDI - BA	146.250,00	2.984,76	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037478704	768353	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO COITE - BA	146.250,00	13.000,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	01/07/2013	Adimplente
2	037484494	768355	MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS - SC	146.250,00	3.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037480413	768358	MUNICIPIO DE ITAPORANGA - PB	146.250,00	3.050,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037482673	768359	MUNICIPIO DE QUITANDINHA - PR	146.250,00	5.000,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037480182	768361	MUNICIPIO DE CONDOR - RS	165.750,00	14.250,00	165.750,00	165.750,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037480309	768363	MUNICIPIO DE SUSSUAPARA - PI	175.500,00	3.680,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037483584	768365	MUNICIPIO DE ANTONIO JOAO - MS	195.000,00	8.068,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037481762	768366	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	195.000,00	17.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037483698	768367	MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES	195.000,00	25.000,00	195.000,00	195.000,00	29/12/2011	01/11/2013	Adimplente
2	037483815	768368	MUNICIPIO DE SEARA - SC	195.000,00	23.650,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	10/09/2012	Adimplente
2	037484162	768369	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	195.000,00	12.300,00	195.000,00	195.000,00	28/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037484508	768370	MUNICIPIO DE ROSARIO DO SUL - RS	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	09/08/2013	Adimplente
2	037482017	768372	MUNICIPIO DE ALVORADA DO GURGUEIA - PI	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037478922	768374	MUNICIPIO DE SERRA PRETA - BA	208.299,00	5.000,00	208.299,00	208.299,00	31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037484944	768376	MUNICIPIO DE ARATIBA - RS	243.750,00	80.212,81	121.875,00	121.875,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037482121	768379	MUNICIPIO DE GUARANIACU - PR	243.750,00	6.000,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	13/10/2013	Adimplente
2	037479615	768380	MUNICIPIO DE CUNHATAI - SC	292.500,00	317.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037479051	768382	MUNICIPIO DE ITAPERUNA - RJ	243.750,00	21.200,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	29/06/2013	Adimplente
2	037485085	768383	MUNICIPIO DE MIRANORTE - TO	268.125,00	11.875,00	268.125,00	268.125,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037479501	768384	MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS - SC	351.000,00	9.000,00	351.000,00	351.000,00	30/12/2011	20/11/2012	Adimplente
2	037479383	768385	MUNICIPIO DE SAO BENTO - PB	273.000,00	5.600,00	273.000,00	273.000,00	31/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	037483701	768386	MUNICIPIO DE SANTA TERESA - ES	390.000,00	160.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	01/11/2012	Adimplente
2	037479833	768387	MUNICIPIO DE CACIMBA DE DENTRO - PB	292.500,00	10.204,50	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	01/05/2013	Adimplente
2	037484058	768388	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO CASTELO - ES	390.000,00	120.000,00	390.000,00	390.000,00	29/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037480746	768389	MUNICIPIO DE ALAGOA NOVA - PB	292.500,00	36.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037480851	768390	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	390.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	30/05/2012	30/11/2013	Adimplente
2	037481093	768391	MUNICIPIO DE IATI - PE	292.500,00	14.625,00			13/01/2012	19/11/2013	Adimplente
2	037479279	768393	MUNICIPIO DE BREJINHO DE NAZARE - TO	487.500,00	12.500,00			30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037480296	768394	MUNICIPIO DE AVELINO LOPES - PI	292.500,00	7.000,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037480632	768395	MUNICIPIO DE ORIZONA - GO	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037481106	768396	MUNICIPIO DE RIACHO DE SANTANA - BA	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/11/2013	Adimplente

2	037482235	768397	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO IVAI - PR	292.500,00	163.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037481438	768398	MUNICIPIO DE SANTANA DO MANHUACU - MG	480.200,00	9.800,00	480.200,00	480.200,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037482349	768400	MUNICIPIO DE ICARAIMA - PR	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037479729	768401	MUNICIPIO DE CIANORTE - PR	487.500,00	65.400,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037484726	768402	MUNICIPIO DE BARROCAS - BA	487.500,00	50.000,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037483929	768404	MUNICIPIO DE LAJE - BA	585.000,00	12.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/2011	19/12/2012	Adimplente
2	037479497	768405	SEC ESTADO AGRICULTURA PECUARIO E REGULARIZACAO FUNDIARIA	975.000,00	155.700,00	975.000,00	975.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037478818	768406	MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO	975.000,00	85.000,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037480965	768407	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - MA	1.755.000,00	360.930,00	1.755.000,00	1.755.000,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037485202	768445	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO RS	560.000,00	140.000,00	560.000,00	560.000,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037485199	768446	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	975.000,00	25.000,00	975.000,00	975.000,00	30/05/2012	30/11/2013	Adimplente
2	037486331	768519	MUNICIPIO DE NIOAQUE - MS	243.750,00	14.597,10	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037486009	768520	MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIAO - MT	485.769,38	10.199,16			30/12/2011	01/12/2013	Adimplente
2	037486227	768521	MUNICIPIO DE MARACAJU - MS	860.694,33	18.015,58			30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037485972	768522	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO CAI - RS	292.500,00	5.970,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037486551	768523	MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO - RS	146.250,00	63.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037485868	768524	MUNICIPIO DE TRES COROAS - RS	243.750,00	4.974,49	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037485754	768525	MUNICIPIO DE PEDRO GOMES - MS	360.750,00	8.000,00	360.750,00	360.750,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037485649	768526	MUNICIPIO DE NAVIRAI - MS	195.000,00	85.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037486779	768527	MUNICIPIO DE IPORA - PR	292.500,00	57.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037486445	768529	MUNICIPIO DE BROCHIER - RS	292.500,00	13.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037485420	768530	MUNICIPIO DE VERA - MT	487.500,00	21.900,00	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	07/12/2013	Adimplente
2	037486113	768531	MUNICIPIO DE GLORINHA - RS	195.000,00	4.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037486665	768532	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - SC	341.250,00	18.750,00	341.250,00	341.250,00	30/12/2011	20/07/2012	Adimplente
2	037518777	768643	MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES - BA	1.462.500,00	40.000,00	1.462.500,00	1.462.500,00	30/05/2012	30/11/2013	Adimplente
2	037522863	768646	MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT	146.250,00	2.985,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	07/12/2013	Adimplente
2	037520154	768648	MUNICIPIO DE COLINAS - RS	195.000,00	41.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037522759	768649	MUNICIPIO DE COLINAS - RS	390.000,00	59.900,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037522644	768650	MUNICIPIO DE ALIANCA DO TOCANTINS - TO	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037522530	768651	MUNICIPIO DE COQUEIROS DO SUL - RS	292.500,00	116.670,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037522425	768653	MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO - RS	195.000,00	20.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037522311	768657	MUNICIPIO DE JAGUARARI - BA	117.000,00	2.397,00			31/12/2011	05/09/2013	Adimplente

2	037522207	768659	MUNICIPIO DE JAGUARARI - BA	121.875,00	2.500,00			31/12/2011	05/07/2013	Adimplente
2	037521515	768662	MUNICIPIO DE POUSO NOVO - RS	146.250,00	48.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037521400	768665	MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC	195.000,00	62.500,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	20/11/2012	Adimplente
2	037521397	768667	MUNICIPIO DE MARATA - RS	390.000,00	30.000,00	390.000,00	390.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037522194	768669	MUNICIPIO DE BIRITIBA-MIRIM - SP	146.250,00	3.750,00			30/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037521283	768670	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037521179	768671	MUNICIPIO DE NATUBA - PB	370.500,00	109.500,00	370.500,00	370.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037521065	768672	MUNICIPIO DE LAJEADO DO BUGRE - RS	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037520049	768673	MUNICIPIO DE TIMBAUBA DOS BATISTAS - RN	195.000,00	5.000,00			30/12/2011	20/06/2013	Adimplente
2	037522080	768675	MUNICIPIO DE HUGO NAPOLEAO - PI	97.500,00	2.500,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037520936	768676	MUNICIPIO DE LONTRA - MG	97.500,00	2.500,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037520718	768678	MUNICIPIO DE CASEIROS - RS	97.500,00	6.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	037520604	768679	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO BUTIA - RS	97.500,00	136.300,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	037519919	768680	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - TO	195.000,00	10.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	01/05/2013	Adimplente
2	037521952	768681	MUNICIPIO DE BURITI DO TOCANTINS - TO	292.500,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037520591	768682	MUNICIPIO DE CALIFORNIA - PR	97.500,00	17.280,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037521847	768683	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	214.500,00	33.327,06			30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037519022	768684	MUNICIPIO DE MARIPA - PR	214.500,00	10.500,00			30/12/2011	14/04/2014	Adimplente
2	037521733	768685	MUNICIPIO DE FENIX - PR	136.500,00	3.500,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037519805	768686	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO - SC	146.250,00	98.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	17/08/2012	Adimplente
2	037518995	768687	MUNICIPIO DE GLAUCILANDIA - MG	97.500,00	2.500,00			31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037519792	768688	MUNICIPIO DE TIMBAUBA DOS BATISTAS - RN	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037519688	768689	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO GOIABAL - MG	105.967,40	2.162,60	105.967,40	105.967,40	31/12/2011	30/09/2012	Adimplente
2	037519574	768690	MUNICIPIO DE CAMPINA VERDE - MG	156.000,00	49.000,00	156.000,00	156.000,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037519469	768691	MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGARIO - MG	117.000,00	6.590,00	117.000,00	117.000,00	31/12/2011	30/07/2013	Adimplente
2	037520486	768692	MUNICIPIO DE CATANDUVAS - PR	185.250,00	57.034,00	185.250,00	185.250,00	30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037520372	768693	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS DE MINAS - MG	243.750,00	11.500,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	31/10/2012	Adimplente
2	037518881	768695	MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	975.000,00	20.085,00	407.355,00	407.355,00	30/12/2011	31/10/2013	Adimplente
2	037523118	768697	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RS	249.600,00	39.087,50	249.600,00	249.600,00	30/12/2011	07/06/2013	Adimplente
2	037519355	768698	MUNICIPIO DE PADRE PARAISO - MG	136.500,00	63.000,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037522977	768700	MUNICIPIO DE ITARANA - ES	195.000,00	30.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	037521629	768701	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA - ES	487.500,00	230.500,00			30/12/2011	01/04/2013	Adimplente
2	037519240	768702	SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	1.267.500,00	140.834,00	1.267.500,00	1.267.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente

2	037523336	768776	MUNICIPIO DE HARMONIA - RS	102.500,00	2.120,00	102.500,00	102.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036946848	768788	ESTADO DO AMAPA	146.250,00	16.250,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036947081	768790	ESTADO DO AMAPA	195.000,00	21.700,00			30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	036946953	768791	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	292.500,00	32.500,00			30/12/2011	30/10/2013	Adimplente
2	037523440	768876	MUNICIPIO DE MURIBECA - SE	448.500,00	64.500,00	448.500,00	448.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037544599	768947	MUNICIPIO DE ANCHIETA - SC	95.062,50	4.937,50	95.062,50	95.062,50	30/12/2011	05/09/2012	Adimplente
2	037542007	768948	MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI - RO	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037540286	768949	MUNICIPIO DE UNAI - MG	97.500,00	27.699,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037542777	768951	MUNICIPIO DE LUZERNA - SC	97.500,00	137.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	22/08/2012	Adimplente
2	037540403	768952	MUNICIPIO DE CACAULANDIA - RO	97.500,00	5.700,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037540068	768953	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037539937	768954	MUNICIPIO DE MINISTRO ANDREAZZA - RO	97.500,00	7.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037540736	768955	MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF - RS	97.500,00	72.400,00	97.500,00	97.500,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037541428	768956	MUNICIPIO DE SOLEDADE - PB	121.875,00	2.495,00	121.875,00	121.875,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037543805	768957	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	126.500,00	2.842,00	126.500,00	126.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037542559	768958	MUNICIPIO DE ASSUNCAO - PB	126.750,00	25.750,00	126.750,00	126.750,00	31/12/2011	05/05/2013	Adimplente
2	037541083	768960	MUNICIPIO DE TAQUARUCU DO SUL - RS	126.750,00	73.250,00	126.750,00	126.750,00	30/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037544152	768961	MUNICIPIO DE FAXINALZINHO - RS	132.600,00	95.400,00	132.600,00	132.600,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037539269	768962	MUNICIPIO DE LAFAIETE COUTINHO - BA	133.420,95	5.156,05	133.420,95	133.420,95	31/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037544484	768963	MUNICIPIO DE MULUNGU - PB	136.500,00	3.400,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	037539605	768964	MUNICIPIO DE IRACEMA - RR	136.500,00	3.750,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	18/06/2013	Adimplente
2	037545293	768965	MUNICIPIO DE CAMALAU - PB	136.500,00	9.950,00	136.500,00	136.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037538577	768966	MUNICIPIO DE CARACARAI - RR	136.500,00	3.750,00			30/12/2011	25/07/2013	Adimplente
2	037541970	768967	MUNICIPIO DE FEIRA NOVA - SE	136.500,00	38.500,00	136.500,00	136.500,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037541752	768968	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - AL	146.250,00	18.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037544820	768969	MUNICIPIO DE IBICARE - SC	146.250,00	55.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	20/08/2013	Adimplente
2	037544934	768970	MUNICIPIO DE ATALANTA - SC	146.250,00	14.500,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	28/02/2013	Adimplente
2	037539373	768971	MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL - SC	146.250,00	23.120,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	10/06/2013	Adimplente
2	037541647	768972	MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA GRANDE - AL	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	27/12/2013	Adimplente
2	037538795	768973	MUNICIPIO DE PIRAI DO SUL - PR	146.250,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037543919	768974	MUNICIPIO DE OSORIO - RS	146.250,00	14.350,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037545075	768975	MUNICIPIO DE CELSO RAMOS - SC	146.250,00	23.750,00	146.250,00	146.250,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037545189	768976	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DE POMBAL - PB	156.000,00	4.980,00	156.000,00	156.000,00	31/12/2011	05/10/2013	Adimplente
2	037541866	768977	MUNICIPIO DE CUMBE - SE	156.000,00	19.000,00	156.000,00	156.000,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037544602	768979	MUNICIPIO DE CUNHA PORA - SC	195.000,00	49.650,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037543022	768980	MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS - PR	195.000,00	11.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente

2	037542881	768981	MUNICIPIO DE BONFINOPOLIS DE MINAS - MG	195.000,00	125.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037539592	768982	MUNICIPIO DE CATENDE - PE	195.000,00	4.000,00			13/04/2012	20/04/2014	Adimplente
2	037538681	768983	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	195.000,00	29.500,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037539040	768984	MUNICIPIO DE PRIMAVERA - PE	195.000,00	40.000,00			30/12/2011	09/04/2014	Adimplente
2	037544047	768985	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE - RO	214.500,00	5.000,00	214.500,00	214.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037545306	768986	MUNICIPIO DE NIOAQUE - MS	243.750,00	12.742,13	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037543240	768987	MUNICIPIO DE IGUARACU - PR	243.750,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037543792	768988	MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS	243.750,00	66.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/2011	23/07/2012	Adimplente
2	037543136	768989	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	253.500,00	5.200,00	253.500,00	253.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037539719	768990	MUNICIPIO DE FLORIDA - PR	253.500,00	6.500,00	253.500,00	253.500,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037541200	768991	MUNICIPIO DE NOVA BASSANO - RS	257.400,00	12.600,00	257.400,00	257.400,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037543469	768992	MUNICIPIO DE IBARETAMA - CE	292.500,00	6.500,00			31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037539487	768994	MUNICIPIO DE IRACEMA - RR	292.500,00	7.000,00			31/12/2011	18/06/2013	Adimplente
2	037538808	768995	MUNICIPIO DE TUPANATINGA - PE	292.500,00	7.500,00			31/12/2011	17/06/2014	Adimplente
2	037540622	768996	MUNICIPIO DE VALE DO PARAISO - RO	292.500,00	6.000,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037539155	768997	MUNICIPIO DE CURACA - BA	292.500,00	6.122,45	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	05/05/2013	Adimplente
2	037540518	768999	MUNICIPIO DE JARU - RO	292.500,00	77.598,00	292.500,00	292.500,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037540172	769000	MUNICIPIO DE NOVO PROGRESSO - PA	292.500,00	29.250,00	292.500,00	292.500,00	30/12/2011	30/09/2013	Adimplente
2	037542663	769001	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	332.718,75	60.000,00	332.718,75	332.718,75	30/12/2011	30/08/2013	Adimplente
2	037544370	769002	MUNICIPIO DE POCO DANTAS - PB	360.750,00	21.250,00	360.750,00	360.750,00	30/12/2011	05/06/2013	Adimplente
2	037544716	769003	MUNICIPIO DE CHOROZINHO - CE	390.000,00	8.200,00			31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037539823	769004	MUNICIPIO DE RIO CRESPO - RO	382.886,00	7.814,00	382.886,00	382.886,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037544266	769005	MUNICIPIO DE SERRINHA - BA	448.500,00	40.000,00	448.500,00	448.500,00	31/12/2011	05/07/2013	Adimplente
2	037540840	769006	MUNICIPIO DE GUIMARAES - MA	487.500,00	10.204,08	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037540955	769007	MUNICIPIO DE SAO BENTO - MA	487.500,00	10.204,08	487.500,00	487.500,00	30/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037541533	769008	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	487.500,00	43.000,00	487.500,00	487.500,00	05/01/2012	13/04/2013	Adimplente
2	037542339	769009	MUNICIPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037542225	769010	MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE	487.500,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037542111	769011	MUNICIPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA - SE	487.500,00	105.060,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	30/12/2013	Adimplente
2	037542995	769012	MUNICIPIO DE GRAJAU - MA	585.000,00	50.869,56	585.000,00	585.000,00	01/03/2012	30/09/2013	Adimplente
2	037545410	769013	MUNICIPIO DE JATEI - MS	585.000,00	30.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/2011	30/04/2015	Adimplente
2	037538912	769014	MUNICIPIO DE RUY BARBOSA - BA	621.075,00	13.000,00	621.075,00	621.075,00	28/03/2012	05/09/2013	Adimplente
2	037543574	769015	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - ES	9.750.000,00	1.573.800,00	9.750.000,00	9.750.000,00	31/12/2011	01/09/2013	Adimplente
2	037543355	769021	MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PR	538.629,00	22.450,00	538.629,00	538.629,00	30/12/2011	30/11/2013	Adimplente
2	037546655	769023	SECRETARIA DE PRODUCAO RURAL E	97.500,00	12.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	31/12/2014	Adimplente

			REFORMA AGRARIA - PE							
2	037546103	769024	MUNICIPIO DE RODEIO BONITO - RS	97.500,00	5.000,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	31/07/2013	Adimplente
2	037546090	769026	MUNICIPIO DE NOVO BARREIRO - RS	146.250,00	8.750,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	31/05/2013	Adimplente
2	037546217	769027	MUNICIPIO DE BARRA DO JACARE - PR	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	20/09/2012	Adimplente
2	037545962	769028	MUNICIPIO DE LOBATO - PR	199.875,00	11.000,00	199.875,00	199.875,00	31/12/2011	30/06/2014	Adimplente
2	037546435	769029	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	203.840,00	4.160,00	243.750,00	243.750,00	31/12/2011	30/04/2013	Adimplente
2	037545525	769030	MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC	382.200,00	7.800,00	382.200,00	382.200,00	31/12/2011	30/06/2012	Adimplente
2	037545858	769032	MUNICIPIO DE AMARAL FERRADOR - RS	390.000,00	79.000,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037545743	769033	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO - SC	438.750,00	111.250,00	438.750,00	438.750,00	31/12/2011	28/02/2013	Adimplente
2	037545639	769034	MUNICIPIO DE AURORA - CE	487.500,00	46.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/2011	31/12/2013	Adimplente
2	037546540	769035	MUNICIPIO DE LAJE - BA	682.500,00	14.500,00			31/12/2011	05/09/2013	Adimplente
2	037547014	769189	MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS - MG	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/06/2013	Adimplente
2	037546987	769190	MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA - SC	97.500,00	5.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	31/12/2012	Adimplente
2	037547128	769191	MUNICIPIO DE SOBRADO - PB	146.250,00	3.250,00	146.250,00	146.250,00	31/12/2011	05/04/2013	Adimplente
2	037546769	769192	MUNICIPIO DE MARQUINHOS - PR	195.000,00	40.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2011	31/03/2013	Adimplente
2	037546873	769193	MUNICIPIO DE QUEIMADOS - RJ	2.925.000,00	270.448,86	2.925.000,00	2.925.000,00	31/12/2011	28/12/2012	Adimplente
2	037574416	769203	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO HORTENCIO - RS	97.500,00	131.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2011	30/12/2012	Adimplente
2	037574302	769204	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	255.450,00	28.000,00	255.450,00	255.450,00	30/12/2011	30/03/2013	Adimplente
2	038551115	769583	MUNICIPIO DE CUMBE - SE	165.750,00	4.250,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038545193	769584	MUNICIPIO DE LAGOA FORMOSA - MG	624.000,00	16.000,00			20/06/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038540969	769585	MUNICIPIO DE CAMPO DO MEIO - MG	487.500,00	72.500,00			24/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038545089	769586	MUNICIPIO DE ESPUMOSO - RS	487.500,00	122.500,00			15/08/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038541328	769588	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS - AC	195.000,00	4.000,00			31/12/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038557585	769592	MUNICIPIO DE RIO CASCA - MG	438.750,00	47.950,00			20/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038557366	769594	MUNICIPIO DE CORONEL BICACO - RS	487.500,00	32.500,00			12/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038557252	769595	MUNICIPIO DE PROPRIA - SE	390.000,00	10.000,00			24/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038544948	769596	MUNICIPIO DE BOM RETIRO DO SUL - RS	341.250,00	24.750,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038544834	769597	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BONFIM - PB	487.500,00	10.000,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038544720	769599	MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA - MG	195.000,00	5.000,00			06/02/2013	06/02/2014	Adimplente
2	038557147	769600	MUNICIPIO DE LAGUNA CARAPA - MS	251.550,00	7.250,00			05/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038547801	769601	MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL - TO	585.000,00	125.802,75			28/12/2012	28/12/2014	Adimplente
2	038550974	769602	MUNICIPIO DE NOVO TIRADENTES - RS	97.500,00	8.000,00			15/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038557033	769603	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	251.550,00	5.133,67			05/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038550860	769604	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	146.250,00	3.750,00			13/09/2012	13/12/2013	Adimplente
2	038556905	769605	MUNICIPIO DE VALENCA DO PIAUI - PI	165.750,00	3.750,00			27/12/2012	27/12/2014	Adimplente

2	038544616	769606	MUNICIPIO DE CARLOS CHAGAS - MG	487.500,00	12.500,00			27/11/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038556892	769607	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG	487.500,00	9.950,00			21/06/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038544502	769609	MUNICIPIO DE VIEIRAS - MG	117.000,00	23.400,00			07/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038544498	769610	MUNICIPIO DE PAVERAMA - RS	487.500,00	66.500,00			10/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038556674	769611	MUNICIPIO DE LARANJAL - MG	487.500,00	48.750,00			29/06/2012	03/12/2013	Adimplente
2	038557816	769612	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	251.550,00	42.450,00			05/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038556560	769613	MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - SC	292.500,00	17.500,00			16/07/2012	16/07/2013	Adimplente
2	038544384	769614	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - SC	341.250,00	100.000,00			27/12/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038669554	769615	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA	585.000,00	12.000,00			19/11/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038547798	769616	MUNICIPIO DE DUERE - TO	585.000,00	15.000,00			18/12/2012	02/12/2013	Adimplente
2	038550756	769617	MUNICIPIO DE GRAMADO XAVIER - RS	243.750,00	51.250,00			20/12/2012	15/06/2014	Adimplente
2	038556455	769618	MUNICIPIO DE CARLOS BARBOSA - RS	438.750,00	81.250,00			27/07/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038550641	769620	MUNICIPIO DE CARLOS GOMES - RS	97.500,00	7.500,00			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038558381	769622	MUNICIPIO DE CORONEL PILAR - RS	97.500,00	137.500,00			31/10/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038546887	769624	MUNICIPIO DE IMBUIA - SC	243.750,00	64.250,00			07/12/2012	31/07/2013	Adimplente
2	038547684	769625	MUNICIPIO DE NOVO ALEGRE - TO	243.750,00	6.250,00			26/11/2012	16/11/2014	Adimplente
2	038558277	769626	MUNICIPIO DE MARIA HELENA - PR	195.000,00	15.600,00			20/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038558163	769627	MUNICIPIO DE IBARAMA - RS	195.000,00	25.000,00			04/07/2012	03/12/2013	Adimplente
2	038670029	769628	MUNICIPIO DE RIO DO PRADO - MG	292.500,00	6.000,00			27/07/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038556340	769629	MUNICIPIO DE RIOZINHO - RS	487.500,00	12.500,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038556122	769631	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI - PI	156.000,00	4.000,00			28/12/2012	28/12/2014	Adimplente
2	038546773	769632	MUNICIPIO DE IBARAMA - RS	487.500,00	32.500,00			04/07/2012	03/12/2013	Adimplente
2	038551447	769633	MUNICIPIO DE ANANAS - TO	975.000,00	25.000,00			17/10/2012	16/10/2014	Adimplente
2	038669448	769635	MUNICIPIO DE CORACAO DE JESUS - MG	97.500,00	-			24/07/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038544270	769637	MUNICIPIO DE TUNAS - RS	487.500,00	12.500,00			27/06/2012	11/12/2013	Adimplente
2	038552682	769638	MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA - MS	251.550,00	6.450,00			19/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038544166	769640	MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES - MG	390.000,00	10.000,00			08/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038552578	769641	MUNICIPIO DE TRES CACHOEIRAS - RS	507.000,00	13.000,00			05/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038556018	769642	MUNICIPIO DE SANTA CLARA DO SUL - RS	390.000,00	50.000,00			31/07/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038552463	769643	MUNICIPIO DE PARAISO DO SUL - RS	390.000,00	60.000,00			20/07/2012	02/07/2014	Adimplente
2	038555981	769644	MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC	146.250,00	28.750,00			14/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038559074	769645	MUNICIPIO DE ERVAL VELHO - SC	97.500,00	27.000,00			15/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038558945	769647	MUNICIPIO DE PALMITOS - SC	97.500,00	6.800,00			14/09/2012	14/12/2013	Adimplente
2	038558831	769648	MUNICIPIO DE MAREMA - SC	97.500,00	20.000,00			17/08/2012	17/12/2013	Adimplente
2	038558727	769649	MUNICIPIO DE SERRA ALTA - SC	97.500,00	10.500,00			20/08/2012	20/11/2013	Adimplente

2	038555763	769650	MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR	292.500,00	7.500,00			13/09/2012	13/10/2013	Adimplente
2	038550422	769651	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	97.500,00	7.500,00			04/07/2012	04/07/2014	Adimplente
2	038550318	769652	MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE - SC	97.500,00	38.500,00			24/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038550204	769653	MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS - SC	487.500,00	102.500,00			30/08/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038558613	769655	MUNICIPIO UNIAO DO OESTE - SC	97.500,00	2.500,00			13/08/2012	13/05/2014	Adimplente
2	038550191	769656	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO - RS	487.500,00	32.500,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038550087	769657	MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR	146.250,00	6.150,00			04/07/2012	04/07/2014	Adimplente
2	038555659	769658	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	97.500,00	7.500,00			04/07/2012	04/07/2014	Adimplente
2	038540855	769660	MUNICIPIO DE NOVA ROSALANDIA - TO	195.000,00	4.000,00			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038558509	769662	MUNICIPIO DE ARVOREDO - SC	97.500,00	12.500,00			13/08/2012	13/05/2014	Adimplente
2	038545310	769663	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS - TO	243.750,00	6.250,00			26/12/2012	26/12/2014	Adimplente
2	038670247	769664	MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO - PR	195.000,00	90.000,00			18/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038549956	769665	MUNICIPIO DE DOURADINA - PR	146.250,00	4.750,00			17/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038558495	769666	MUNICIPIO DE AGUA DOCE - SC	97.500,00	22.500,00			31/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038555544	769667	MUNICIPIO DE BALNEARIO ARROIO DO SILVA - SC	146.250,00	3.750,00			14/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038549841	769668	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO - PR	195.000,00	25.100,00			25/06/2012	25/12/2013	Adimplente
2	038555439	769669	MUNICIPIO DE ENEAS MARQUES - PR	243.750,00	54.250,00			25/06/2012	25/12/2013	Adimplente
2	038558059	769670	MUNICIPIO DE FELIZ - RS	97.500,00	122.500,00			02/07/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038555325	769672	MUNICIPIO DE FLORES DA CUNHA - RS	341.250,00	278.750,00			11/12/2012	30/10/2015	Adimplente
2	038547351	769673	MUNICIPIO DE IPIRA - SC	97.500,00	97.500,00			31/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038549737	769674	MUNICIPIO DE ITAPUCA - RS	97.500,00	22.500,00			26/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038549623	769675	MUNICIPIO DE OTACILIO COSTA - SC	487.500,00	92.500,00			05/09/2012	05/09/2013	Adimplente
2	038547246	769676	MUNICIPIO DE PRESIDENTE LUCENA - RS	243.750,00	36.250,00			11/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038546555	769677	MUNICIPIO DE CAMPO ERE - SC	97.500,00	2.500,00			14/08/2012	14/12/2013	Adimplente
2	038546449	769678	MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE - SC	97.500,00	2.500,00			13/08/2012	13/12/2013	Adimplente
2	038555211	769679	MUNICIPIO DE CANDIDO GODOI - RS	292.500,00	35.400,00			25/09/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038547132	769680	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUAU - PR	97.500,00	102.500,00			27/06/2012	27/12/2013	Adimplente
2	038555107	769681	MUNICIPIO DE PIRACEMA - MG	156.000,00	3.200,00			23/08/2012	23/08/2014	Adimplente
2	038544052	769682	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE - PR	97.500,00	20.300,00			31/07/2012	31/07/2013	Adimplente
2	038543923	769683	MUNICIPIO DE MUNHOZ DE MELLO - PR	195.000,00	5.000,00			11/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038555094	769684	MUNICIPIO DE CASEIROS - RS	292.500,00	232.500,00			27/09/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038554954	769685	MUNICIPIO DE AMAJARI - RR	1.365.000,00	27.860,00			11/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038554849	769686	MUNICIPIO DE POÇO REDONDO - SE	390.000,00	10.000,00			03/09/2012	30/12/2013	Adimplente

2	038554735	769687	MUNICIPIO DE PIRAUBA - MG	156.000,00	24.000,00			16/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038543819	769689	MUNICIPIO DE JABOTI - PR	195.000,00	4.000,00			12/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038549519	769690	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO - RS	292.500,00	27.500,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038552359	769691	MUNICIPIO DE AGRONOMICA - SC	97.500,00	7.130,00			10/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038552244	769693	MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC	97.500,00	2.500,00			31/10/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038547028	769694	MUNICIPIO DE CHAPADA DA NATIVIDADE - TO	585.000,00	15.000,00			07/12/2012	07/12/2014	Adimplente
2	038552130	769695	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - SC	97.500,00	135.000,00			27/12/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038554621	769696	MUNICIPIO DE SILVANIA - GO	487.500,00	12.500,00			19/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038543705	769697	MUNICIPIO DE CHOPINZINHO - PR	195.000,00	9.000,00			25/06/2012	25/12/2013	Adimplente
2	038549404	769698	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	97.500,00	6.600,00			14/08/2012	31/07/2013	Adimplente
2	038549391	769701	MUNICIPIO DE PRIMEIRO DE MAIO - PR	195.000,00	25.000,00			20/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038547915	769702	MUNICIPIO DE GUARANI D OESTE SP	146.250,00	11.280,00			28/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038543692	769703	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO SUL - RS	487.500,00	52.500,00			25/06/2012	09/12/2013	Adimplente
2	038546221	769704	MUNICIPIO DE CAMPINA DAS MISSOES - RS	195.000,00	15.000,00			17/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038540740	769705	MUNICIPIO DE TAQUARANA - AL	292.500,00	6.000,00			26/07/2012	26/07/2014	Adimplente
2	038554402	769706	MUNICIPIO DE GOIANAPOLIS - GO	97.500,00	2.500,00			13/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038546117	769708	MUNICIPIO DE COROMANDEL - MG	97.500,00	2.500,00			04/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038546003	769709	MUNICIPIO DE GUAPORE - RS	487.500,00	72.500,00			16/08/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038554285	769710	MUNICIPIO DE CIRIACO - RS	97.500,00	4.500,00			02/07/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038669772	769711	MUNICIPIO DE COUTO DE MAGALHAES DE MINAS - MG	195.000,00	4.000,00			22/06/2012	30/06/2013	Adimplente
2	038552026	769712	MUNICIPIO DE CUNHATAI - SC	97.500,00	5.500,00			31/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038557920	769713	MUNICIPIO DE PRATANIA - SP	214.500,00	5.500,00			31/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038549287	769714	MUNICIPIO DE LAGAMAR - MG	97.500,00	2.500,00			29/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038543588	769715	MUNICIPIO DE RODEIO BONITO - RS	97.500,00	7.800,00			22/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038543473	769716	MUNICIPIO DE IPE - RS	146.250,00	3.750,00			26/06/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038549173	769717	MUNICIPIO DE ERVAL GRANDE - RS	97.500,00	102.500,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038543369	769719	MUNICIPIO DE AMPERE - PR	146.250,00	7.414,00			26/06/2012	26/12/2013	Adimplente
2	038543255	769720	MUNICIPIO DE IVATE - PR	195.000,00	7.000,00			19/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038551999	769721	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	251.550,00	8.450,00			10/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038554171	769722	MUNICIPIO DE MERCEDES - PR	146.250,00	163.750,00			25/06/2012	25/12/2013	Adimplente
2	038545976	769723	MUNICIPIO DE BRUNOPOLIS - SC	97.500,00	8.349,00			29/08/2012	29/11/2013	Adimplente
2	038554067	769725	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	195.000,00	5.000,00			13/09/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038545862	769726	MUNICIPIO DE IBATEGUARA - AL	487.500,00	10.600,00	487.500,00	487.500,00	14/06/2012	14/06/2014	Adimplente
2	038543140	769727	MUNICIPIO DE VISEU - PA	975.000,00	85.000,00			29/06/2012	30/06/2013	Adimplente
2	038553938	769730	MUNICIPIO DE TRES PALMEIRAS - RS	97.500,00	2.900,00			25/10/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038545758	769731	MUNICIPIO DE HUMAITA - RS	97.500,00	6.500,00			20/08/2012	31/12/2013	Adimplente

2	038669990	769732	MUNICIPIO DE URUCUIA - MG	97.500,00	2.500,00			10/07/2012	20/07/2013	Adimplente
2	038548930	769734	MUNICIPIO DE IPUACU - SC	97.500,00	2.500,00			27/08/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038543036	769735	MUNICIPIO DE URUBICI - SC	146.250,00	4.400,00			07/12/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038542908	769736	MUNICIPIO DE SENADOR SALGADO FILHO - RS	97.500,00	8.800,00			03/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038542895	769737	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	487.500,00	62.500,00			10/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038553824	769738	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR	292.500,00	56.150,00			25/06/2012	25/12/2013	Adimplente
2	038542781	769739	MUNICIPIO DE PAVERAMA - RS	146.250,00	113.750,00			10/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038553710	769740	MUNICIPIO DE CARAA - RS	341.250,00	7.000,00			03/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038553606	769742	MUNICIPIO DE SERTAO SANTANA - RS	97.500,00	82.500,00			29/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038542563	769743	MUNICIPIO DE SERTAO SANTANA - RS	292.500,00	257.500,00			29/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038669334	769744	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO IVAI - PR	243.750,00	56.250,00			02/08/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038553593	769745	MUNICIPIO DE IBATIBA - ES	487.500,00	40.500,00			21/08/2012	01/11/2013	Adimplente
2	038548826	769747	MUNICIPIO DE CHIAPETTA - RS	146.250,00	4.387,50			20/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038542343	769750	MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC	97.500,00	42.500,00			16/10/2012	18/12/2013	Adimplente
2	038553488	769751	MUNICIPIO DE TIROS - MG	97.500,00	10.500,00			25/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038548712	769752	MUNICIPIO DE TIROS - MG	487.500,00	12.500,00			25/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038551885	769753	MUNICIPIO DE FRANCISCOPOLIS - MG	146.250,00	43.250,00			11/10/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038551771	769754	MUNICIPIO DE CANA VERDE - MG	146.250,00	6.050,00			30/08/2012	30/08/2014	Adimplente
2	038548608	769755	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	292.500,00	19.680,00			18/10/2012	01/04/2014	Adimplente
2	038548595	769756	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - SC	292.500,00	87.500,00			10/08/2012	10/11/2013	Adimplente
2	038545206	769757	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IVAI - PR	146.250,00	153.750,00			08/08/2012	14/09/2014	Adimplente
2	038548480	769758	MUNICIPIO DE FELIZ DESERTO - AL	292.500,00	6.000,00			06/08/2012	06/08/2014	Adimplente
2	038553260	769760	MUNICIPIO DE ALVORADA DO NORTE - GO	292.500,00	25.000,00			26/10/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038553156	769761	MUNICIPIO DE OSORIO - RS	97.500,00	8.900,00			19/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038542239	769762	MUNICIPIO DE TUPARENDI - RS	97.500,00	13.100,00			20/12/2012	30/03/2014	Adimplente
2	038551667	769763	MUNICIPIO DE JUPIA - SC	97.500,00	37.500,00			27/08/2012	27/12/2013	Adimplente
2	038548376	769764	MUNICIPIO DE ORLEANS - SC	585.000,00	120.000,00			30/01/2013	28/02/2014	Adimplente
2	038542125	769765	MUNICIPIO DE TENENTE PORTELA - RS	97.500,00	12.500,00			20/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038669668	769766	MUNICIPIO DE PRESIDENTE KUBITSCHKE - MG	195.000,00	-			10/07/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038548262	769769	MUNICIPIO DE AGRONOMICA - SC	195.000,00	30.000,00			10/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038553041	769772	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	170.647,06	22.752,94			24/12/2012	01/06/2014	Adimplente
2	038552796	769773	MUNICIPIO DE PEDRO AFONSO - TO	341.250,00	8.750,00			21/12/2012	21/12/2013	Adimplente
2	038548158	769774	MUNICIPIO DE AJURICABA - RS	97.500,00	2.500,00			17/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038541984	769775	MUNICIPIO DE SARANDI - RS	146.250,00	43.750,00			23/10/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038541870	769776	MUNICIPIO DE CENTRALINA - MG	195.000,00	15.000,00			17/10/2012	30/07/2013	Adimplente

2	038545424	769854	MUNICIPIO DE BOM PROGRESSO - RS	292.500,00	7.500,00			06/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038557702	769855	MUNICIPIO DE SANTA FE DE GOIAS - GO	97.500,00	7.500,00			25/10/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038540522	769856	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	3.500,00			21/12/2012	23/10/2013	Adimplente
2	038541766	769895	MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO - MG	97.500,00	3.000,00			22/11/2012	30/01/2014	Adimplente
2	038540417	769897	MUNICIPIO DE GUARINOS - GO	243.750,00	6.250,00			21/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038541652	769899	MUNICIPIO DE GOIANDIRA - GO	165.750,00	9.250,00			21/12/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038541547	769901	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DA PALHA - ES	292.500,00	170.833,00			07/11/2012	01/05/2014	Adimplente
2	038551553	769905	MUNICIPIO DE INCONFIDENTES - MG	97.500,00	26.000,00			29/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038674779	770470	MUNICIPIO DE TOLEDO - PR	97.500,00	9.459,00			22/08/2012	22/10/2013	Adimplente
2	038674665	770471	MUNICIPIO DE FARIA LEMOS - MG	321.750,00	6.600,00			27/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038674445	770473	MUNICIPIO DE PARECI NOVO - RS	97.500,00	4.500,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038674331	770474	MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI - PR	195.000,00	6.500,00			19/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038674227	770475	MUNICIPIO DE PRIMEIRO DE MAIO - PR	97.500,00	4.300,00			20/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038674113	770476	MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR	107.250,00	32.250,00			27/06/2012	27/12/2013	Adimplente
2	038674009	770477	MUNICIPIO DE DONA FRANCISCA - RS	390.000,00	140.000,00			22/06/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038673972	770478	MUNICIPIO DE SANTA MARIA D'OESTE - PR	146.250,00	3.750,00			26/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038673868	770479	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO IVAI - PR	97.500,00	2.500,00			08/10/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038673649	770482	MUNICIPIO DE ANTONIO PRADO - RS	243.750,00	176.250,00			27/07/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038673535	770483	MUNICIPIO DE IGUAÇU - PR	195.000,00	60.000,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038675923	770484	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RS	292.500,00	67.500,00			13/08/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038675692	770485	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA	975.000,00	108.333,52			31/12/2012	13/12/2014	Adimplente
2	038673420	770486	MUNICIPIO DE GRAO PARA - SC	243.750,00	6.250,00			13/08/2012	13/08/2013	Adimplente
2	038673316	770487	MUNICIPIO DE GUARANIACU - PR	117.000,00	3.500,00			08/11/2012	08/12/2013	Adimplente
2	038673202	770488	MUNICIPIO DE DIAMANTE DO OESTE - PR	146.250,00	3.250,00			31/12/2012	31/08/2014	Adimplente
2	038673199	770489	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	243.750,00	6.250,00			28/08/2012	28/10/2013	Adimplente
2	038675255	770490	MUNICIPIO DE AMAJARI - RR	975.000,00	20.000,00			11/07/2012	30/06/2013	Adimplente
2	038675140	770491	MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO - SP	146.250,00	12.315,00			13/09/2012	13/09/2014	Adimplente
2	038676052	770492	MUNICIPIO DE ANHEMBI - SP	195.000,00	5.000,00			26/11/2012	20/01/2014	Adimplente
2	038673085	770493	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM - SC	97.500,00	3.069,00			28/12/2012	18/03/2015	Adimplente
2	038672957	770494	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA	487.500,00	9.948,98			23/10/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038672738	770496	MUNICIPIO DE ANITAPOLIS - SC	195.000,00	30.000,00			30/01/2013	31/01/2014	Adimplente
2	038672624	770497	MUNICIPIO DE IBAITI - PR	292.500,00	7.500,00			19/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038672510	770498	MUNICIPIO DE LAURO MULLER - SC	292.500,00	7.500,00			07/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038672405	770499	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	97.500,00	15.000,00			11/12/2012	11/12/2013	Adimplente

2	038675588	770500	MUNICIPIO DE INHUMAS - GO	243.750,00	6.250,00			04/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038672392	770501	MUNICIPIO DE PLANALTO - PR	97.500,00	7.500,00			27/06/2012	27/12/2013	Adimplente
2	038672174	770504	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	146.250,00	17.500,00			27/12/2012	01/06/2014	Adimplente
2	038672060	770505	MUNICIPIO DE ARABUTA - SC	97.500,00	91.500,00			19/08/2012	19/05/2014	Adimplente
2	038671827	770507	MUNICIPIO DE ROSARIO DO IVAI - PR	146.250,00	3.750,00			06/09/2012	30/03/2014	Adimplente
2	038671713	770508	MUNICIPIO DE MOITA BONITA - SE	273.000,00	7.000,00			28/12/2012	28/12/2014	Adimplente
2	038675036	770509	MUNICIPIO DE SENADOR GUIOMARD - AC	877.500,00	18.500,00			26/12/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038671596	770511	MUNICIPIO DE ALECRIM - RS	292.500,00	7.500,00			03/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038671263	770515	MUNICIPIO DE SAPUCAI MIRIM - MG	438.750,00	9.250,00			17/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038675369	770516	MUNICIPIO DE ANGUERA - BA	487.500,00	42.500,00			04/10/2012	05/09/2013	Adimplente
2	038671044	770518	MUNICIPIO DE GUAIRA - PR	97.500,00	4.500,00			29/06/2012	29/12/2013	Adimplente
2	038670916	770519	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	195.000,00	40.000,00			10/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038670802	770520	MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO - RS	292.500,00	61.500,00			12/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038670799	770521	MUNICIPIO DE FLORIANO PEIXOTO - RS	146.250,00	113.750,00			19/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038670685	770522	MUNICIPIO DE JACUTINGA - RS	146.250,00	53.750,00			28/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	038670571	770523	MUNICIPIO DE ASSUNCAO - PB	195.000,00	12.000,00			06/09/2012	30/05/2013	Adimplente
2	038670466	770524	MUNICIPIO DE ERVAL GRANDE - RS	101.400,00	10.600,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038670352	770525	MUNICIPIO DE ITATIBA DO SUL - RS	146.250,00	10.550,00			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038675819	770526	MUNICIPIO DE TUCUNDUVA - RS	97.500,00	21.600,00			03/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038675705	770527	MUNICIPIO DE IRANI - SC	97.500,00	2.500,00			19/08/2012	19/05/2014	Adimplente
2	038815239	770624	MUNICIPIO DE TUPASSI - PR	146.250,00	103.750,00			24/08/2012	24/10/2013	Adimplente
2	038815125	770625	MUNICIPIO DE TUNEIRAS DO OESTE - PR	97.500,00	2.500,00			23/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038815011	770626	MUNICIPIO DE CRATEUS - CE	477.750,00	46.000,00			30/11/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038814972	770627	MUNICIPIO DE ESTANCIA - SE	438.750,00	175.583,33			16/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038812827	770628	MUNICIPIO DE LAPAO - BA	487.500,00	17.500,00			31/12/2012	05/05/2015	Adimplente
2	038814868	770629	MUNICIPIO DE TERRA BOA - PR	97.500,00	2.500,00			07/08/2012	30/03/2014	Adimplente
2	038814754	770630	MUNICIPIO DE TERRA ROXA - PR	97.500,00	11.300,00			26/11/2012	26/03/2014	Adimplente
2	038814649	770631	MUNICIPIO DE PINHAL DA SERRA	195.000,00	45.000,00			13/12/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038814535	770632	MUNICIPIO DE PARAMBU - CE	926.250,00	19.000,00			12/12/2012	02/12/2015	Adimplente
2	038814420	770634	MUNICIPIO DE ARAPUA - PR	97.500,00	22.000,00			28/09/2012	28/03/2014	Adimplente
2	038812713	770636	MUNICIPIO DE RIO DO PIRES - BA	292.500,00	7.500,00			31/12/2012	10/02/2015	Adimplente
2	038814316	770638	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	390.000,00	34.000,00			07/11/2012	12/06/2014	Adimplente
2	038814199	770642	MUNICIPIO DE ALEGRETE - RS	146.250,00	12.750,00			10/07/2012	19/07/2014	Adimplente
2	038814085	770643	MUNICIPIO DE LOGRADOURO - PB	136.500,00	10.000,00			28/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038813957	770644	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	97.500,00	6.100,00			18/12/2012	20/08/2014	Adimplente
2	038813842	770645	MUNICIPIO DE REBOUCAS - PR	195.000,00	5.000,00			18/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038813738	770646	MUNICIPIO DE CENTENARIO - RS	146.250,00	8.250,00			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038813624	770647	MUNICIPIO DE CENTENARIO DO SUL - PR	97.500,00	13.890,22			05/09/2012	31/12/2013	Adimplente

2	038813510	770648	MUNICIPIO DE CAMAQUA - RS	487.500,00	42.391,30			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038813405	770649	MUNICIPIO DE MATUREIA - PB	390.000,00	5.000,00			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038813288	770651	MUNICIPIO DE ITACURUBI - RS	132.843,75	3.406,25			21/12/2012	07/01/2014	Adimplente
2	038813060	770654	MUNICIPIO DE VALE DO SOL - RS	97.500,00	32.500,00			24/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038812159	770655	MUNICIPIO DE RIO TINTO - PB	390.000,00	7.960,00			27/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038741692	770679	MUNICIPIO DE BARRA DO OURO - TO	250.575,00	5.166,49			27/12/2012	27/12/2014	Adimplente
2	038741819	770755	MUNICIPIO DE PETROLINA - PE	975.000,00	40.625,00			31/12/2012	13/12/2014	Adimplente
2	038743964	770757	MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO	431.925,00	38.000,00			31/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038743527	770758	MUNICIPIO DE RAMILANDIA - PR	97.500,00	3.500,00			18/12/2012	18/03/2014	Adimplente
2	038743308	770761	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO - MA	487.500,00	12.500,00			08/08/2012	30/01/2014	Adimplente
2	038743850	770762	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - ES	585.000,00	43.000,00			27/12/2012	01/06/2014	Adimplente
2	038743745	770763	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	97.500,00	4.000,00			22/08/2012	22/10/2013	Adimplente
2	038743631	770764	MUNICIPIO DE PEROLA - PR	146.250,00	6.750,00			06/09/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038743295	770765	MUNICIPIO DE ITATI - RS	243.750,00	20.000,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038743181	770766	MUNICIPIO DE IBIRAPUITA - RS	146.250,00	7.750,00			12/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038743077	770767	MUNICIPIO DE PONTO DOS VOLANTES - MG	292.500,00	213.833,33			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038742834	770768	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - SC	97.500,00	15.045,00			27/12/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038742720	770769	MUNICIPIO DE UMUARAMA - PR	97.500,00	8.500,00			18/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038742616	770770	MUNICIPIO DE GUARACIABA - SC	97.500,00	29.940,00			24/08/2012	31/03/2014	Adimplente
2	038742502	770771	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	253.500,00	56.500,00			17/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038742498	770772	MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR	97.500,00	63.500,00			24/08/2012	24/09/2013	Adimplente
2	038742384	770774	MUNICIPIO DE MARIANO MORO - RS	101.400,00	13.600,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038742166	770776	MUNICIPIO DE BITURUNA - PR	97.500,00	102.500,00			17/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038742052	770777	MUNICIPIO DE RESERVA - PR	146.250,00	15.150,00			31/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038741705	770778	SEC ESTADO AGRICULTURA PECUARIO E REGULARIZACAO FUNDIARIA	487.500,00	92.000,00			22/08/2012	30/06/2013	Adimplente
2	038822163	771154	MUNICIPIO DE NOVA PRATA - RS	243.750,00	30.000,00			05/09/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038822059	771155	MUNICIPIO DE IRAUCUBA - CE	341.250,00	6.964,29			31/12/2012	30/12/2015	Adimplente
2	038821816	771157	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - SC	146.250,00	33.850,00			24/08/2012	24/05/2014	Adimplente
2	038821702	771158	MUNICIPIO DE ESPERANCA NOVA - PR	97.500,00	2.500,00			08/08/2012	01/09/2014	Adimplente
2	038821699	771159	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAU - PR	107.250,00	6.750,00			16/08/2012	16/09/2013	Adimplente
2	038821585	771160	MUNICIPIO DE REBOUCAS - PR	136.500,00	60.950,00			18/12/2012	20/08/2014	Adimplente
2	038820340	771162	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA - SP	195.000,00	16.956,52			31/12/2012	30/06/2015	Adimplente
2	038821366	771163	MUNICIPIO DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES - PR	97.500,00	11.073,66			05/09/2012	05/09/2013	Adimplente
2	038821252	771164	MUNICIPIO DE NOVA PADUA - RS	126.750,00	153.250,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente

2	038820455	771165	MUNICIPIO DE TUNEIRAS DO OESTE - PR	390.000,00	160.000,00			28/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038821147	771166	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAQU - PR	195.000,00	17.432,00			17/12/2012	17/05/2014	Adimplente
2	038820905	771168	MUNICIPIO DE PRACINHA - SP	97.500,00	11.500,00			20/11/2012	05/10/2015	Adimplente
2	038822381	771170	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR	292.500,00	7.500,00			28/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038820892	771171	MUNICIPIO DE HELIODORA - MG	97.500,00	25.700,00			27/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038820788	771172	MUNICIPIO DE ALVORADA - RS	97.500,00	23.770,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038820674	771173	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO CARIRI - PB	195.000,00	4.500,00			05/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038820560	771176	MUNICIPIO DE CONTENDA - PR	146.250,00	5.000,00			29/11/2012	30/01/2014	Adimplente
2	038819657	771261	MUNICIPIO DE CATENDE - PE	390.000,00	10.000,00			28/12/2012	20/10/2015	Adimplente
2	038819542	771263	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO MARANHAO - MA	487.500,00	12.500,00			30/10/2012	23/04/2014	Adimplente
2	038819437	771266	MUNICIPIO DE RIO DOS INDIOS - RS	97.500,00	2.500,00			26/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038819323	771268	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	243.750,00	19.024,99			30/08/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038819219	771269	MUNICIPIO DE TRES DE MAIO - RS	97.500,00	2.500,00			26/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038815895	771270	MUNICIPIO DE SAO BORJA - RS	243.750,00	26.250,00			07/12/2012	17/06/2014	Adimplente
2	038815781	771271	MUNICIPIO DE MATELANDIA - PR	243.750,00	54.844,27			13/09/2012	13/08/2014	Adimplente
2	038816473	771290	MUNICIPIO DE JURUENA - MT	195.000,00	3.980,00			15/08/2012	01/08/2014	Adimplente
2	038819105	771292	MUNICIPIO DE CORONEL BICACO - RS	195.000,00	12.000,00			12/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038816369	771294	MUNICIPIO DE PARANAITA - MT	195.000,00	3.980,00			08/08/2012	14/08/2014	Adimplente
2	038823524	771296	MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI - PR	243.750,00	7.000,00			19/07/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038819092	771299	MUNICIPIO DE XAMBRE - PR	146.250,00	23.750,00			14/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038818964	771301	MUNICIPIO DE VIRMOND - PR	146.250,00	16.050,00			11/12/2012	11/05/2014	Adimplente
2	038816255	771305	MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA - MT	195.000,00	20.000,00			03/08/2012	12/08/2014	Adimplente
2	038818745	771307	MUNICIPIO DE TOMAZINA - PR	146.250,00	13.950,00			31/12/2012	20/08/2014	Adimplente
2	038815677	771308	MUNICIPIO DE IBIRUBA - RS	243.750,00	6.307,18			18/12/2012	30/03/2014	Adimplente
2	038820236	771309	MUNICIPIO DE CORTES - PE	250.087,50	6.250,00			31/12/2012	02/10/2015	Adimplente
2	038818631	771311	MUNICIPIO DE QUATRO PONTES - PR	146.250,00	14.250,00			17/09/2012	17/03/2014	Adimplente
2	038822831	771312	MUNICIPIO DE NORMANDIA - RR	975.000,00	25.000,00			13/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038818527	771313	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS AUSENTES - RS	243.750,00	156.250,00			16/08/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038820122	771314	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	156.000,00	13.600,00			11/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038816140	771315	MUNICIPIO DE COTRIGUACU - MT	195.000,00	4.000,00			10/08/2012	05/08/2014	Adimplente
2	038818412	771316	MUNICIPIO DE CAXIAS - MA	585.000,00	30.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038818308	771317	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	117.000,00	35.500,00			11/12/2012	11/12/2013	Adimplente
2	038824986	771318	MUNICIPIO DE GRAO PARA - SC	195.000,00	35.000,00			13/08/2012	13/08/2013	Adimplente
2	038818181	771320	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	97.500,00	2.500,00			28/12/2012	01/07/2014	Adimplente
2	038816036	771322	MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	195.000,00	3.979,59			08/08/2012	16/08/2014	Adimplente

2	038818077	771323	MUNICIPIO DE FORQUETINHA - RS	146.250,00	53.750,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038824654	771326	MUNICIPIO DE MARMELEIRO - PR	292.500,00	20.717,19			03/09/2012	03/09/2014	Adimplente
2	038817948	771328	MUNICIPIO DE GIRUA - RS	97.500,00	3.320,00			14/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038820018	771331	MUNICIPIO DE CASTRO ALVES - BA	487.500,00	12.500,00			31/12/2012	05/09/2014	Adimplente
2	038817720	771332	MUNICIPIO DE PONTO BELO - ES	146.250,00	3.750,00			30/11/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038817616	771334	MUNICIPIO DE PERDIZES - MG	585.000,00	43.000,00			24/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038817502	771335	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	97.500,00	10.000,00			24/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038819761	771336	MUNICIPIO DE SIDEROPOLIS - SC	487.500,00	12.500,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038817498	771337	MUNICIPIO DE VILA LANGARO - RS	97.500,00	132.500,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038817384	771338	MUNICIPIO DE CAMPINAS DO SUL - RS	146.250,00	14.450,00			27/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038824320	771340	MUNICIPIO DE PORTO UNIAO - SC	292.500,00	37.500,00			20/11/2012	20/11/2013	Adimplente
2	038817166	771341	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	195.000,00	5.000,00			28/12/2012	01/07/2014	Adimplente
2	038817052	771342	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ - PB	195.000,00	5.000,00			31/08/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038825577	771343	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA - CE	253.500,00	38.000,00			31/12/2012	19/06/2015	Adimplente
2	038822727	771344	MUNICIPIO DE BOM JARDIM DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00			06/11/2012	06/11/2013	Adimplente
2	038824216	771346	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	97.500,00	6.500,00			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038824102	771347	MUNICIPIO DE ORTIGUEIRA - PR	146.250,00	38.750,00			18/12/2012	20/12/2013	Adimplente
2	038816923	771349	MUNICIPIO DE BARRA DO JACARE - PR	682.500,00	17.500,00			26/07/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038816819	771350	MUNICIPIO DE SALTO DO ITARARE - PR	780.000,00	16.000,00			13/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038824099	771351	MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - PR	146.250,00	3.750,00			20/07/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038816705	771352	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	390.000,00	40.000,00			31/12/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038815908	771353	MUNICIPIO DE LAPAO - BA	1.462.500,00	30.500,00			31/12/2012	05/05/2015	Adimplente
2	038823961	771354	MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS	146.250,00	4.255,00			17/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038823857	771355	MUNICIPIO DE ARARANGUA - SC	370.500,00	33.027,00			06/09/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038823188	771361	MUNICIPIO DE GOIATINS - TO	487.500,00	10.000,00			22/01/2013	22/01/2015	Adimplente
2	038823638	771362	MUNICIPIO DE ALEGRE - ES	341.250,00	7.750,00			31/12/2012	01/07/2014	Adimplente
2	038825358	771363	MUNICIPIO DE ARARAS - SP	487.500,00	50.000,00			29/10/2012	29/10/2014	Adimplente
2	038823074	771364	MUNICIPIO DE CABIXI - RO	1.072.500,00	27.500,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038914883	771455	MUNICIPIO DE CORDEIRO - RJ	438.750,00	35.316,00			06/02/2013	06/08/2014	Adimplente
2	038912510	771458	MUNICIPIO DE AMARAL FERRADOR - RS	97.500,00	2.500,00			29/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038912405	771459	MUNICIPIO DE AMARAL FERRADOR - RS	390.000,00	10.000,00			29/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038910916	771461	MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR	146.250,00	3.750,00			13/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038910802	771462	MUNICIPIO DE AMAPORA - PR	195.000,00	5.000,00			10/09/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038912392	771464	MUNICIPIO DE RIO PARDO - RS	243.750,00	7.870,00			30/07/2012	12/12/2013	Adimplente
2	038911159	771465	MUNICIPIO DE BREJO SANTO - CE	745.875,00	-			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038910799	771466	SECRETARIA DE	1.950.000,00	388.000,00			17/01/2013	13/10/2015	Adimplente

			AGRICULTURA,ABASTECIMENTO E PESCA - AL							
2	038917527	771467	MUNICIPIO DE VARZEA - RN	487.500,00	23.500,00			28/11/2012	28/05/2014	Adimplente
2	038914665	771468	MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - MG	2.925.000,00	254.348,00			20/12/2012	28/11/2014	Adimplente
2	038910685	771470	MUNICIPIO DE TABAPORA - MT	195.000,00	25.000,00			31/07/2012	04/08/2014	Adimplente
2	038914551	771472	MUNICIPIO DE ALFENAS - MG	975.000,00	90.000,00			20/11/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038910571	771473	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE - PR	195.000,00	8.800,00			03/09/2012	03/09/2013	Adimplente
2	038922857	771474	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO RS	2.632.500,00	667.500,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038914445	771478	MUNICIPIO DE NOVA ODESSA - SP	97.500,00	8.478,26			28/12/2012	28/01/2014	Adimplente
2	038912174	771479	MUNICIPIO DE BOM JESUS - RS	97.500,00	2.500,00			13/08/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038916498	771480	MUNICIPIO DE ITAQUI - RS	97.500,00	2.500,00			24/10/2012	04/04/2014	Adimplente
2	038915705	771483	MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA - PR	292.500,00	13.641,52			25/07/2012	25/04/2015	Adimplente
2	038914331	771485	MUNICIPIO DE ELDORADO DO SUL - RS	292.500,00	43.875,00			28/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038912060	771488	MUNICIPIO DE ITABAIANA - SE	897.000,00	79.278,84			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038922419	771490	MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN - RS	335.400,00	7.000,00			14/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	038914227	771491	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA - RJ	438.750,00	9.000,00			31/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038922638	771492	MUNICIPIO DE CENTENARIO - RS	292.500,00	60.000,00			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038922524	771493	MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF - RS	243.750,00	56.250,00			07/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038920366	771494	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO PLANALTO - RS	243.750,00	56.250,00			05/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038920252	771495	MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO SUL - RS	243.750,00	50.000,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038920147	771497	MUNICIPIO DE ITA - SC	243.750,00	6.250,00			03/09/2012	03/05/2014	Adimplente
2	038922305	771498	MUNICIPIO DE NICOLAU VERGUEIRO - RS	243.750,00	52.000,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038914113	771501	MUNICIPIO DE MARIANO MORO - RS	243.750,00	12.246,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038911827	771503	MUNICIPIO DE IVOTI - RS	487.500,00	70.000,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038923216	771504	MUNICIPIO DE JARDIM DO SERIDO - RN	243.750,00	6.250,00			23/10/2012	23/04/2014	Adimplente
2	038911713	771505	MUNICIPIO DE BARRA DO RIO AZUL - RS	101.400,00	16.600,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038922292	771565	MUNICIPIO DE IBAITI - PR	292.500,00	7.500,00			14/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038916720	771567	MUNICIPIO DE CRISTINA - MG	146.250,00	3.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038920033	771573	MUNICIPIO DE CARLOS BARBOSA - RS	243.750,00	51.250,00			27/07/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038919903	771575	MUNICIPIO DE QUARAI - RS	243.750,00	46.250,00			29/08/2012	16/12/2013	Adimplente
2	038919890	771577	MUNICIPIO DE GENTIL - RS	146.250,00	145.750,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038922188	771581	MUNICIPIO DE DERRUBADAS - RS	195.000,00	100.000,00			11/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038922074	771583	MUNICIPIO DE PANTANO GRANDE - RS	195.000,00	25.000,00			30/07/2012	09/12/2013	Adimplente

2	038916384	771588	MUNICIPIO DE HORIZONTINA - RS	682.500,00	439.917,46			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038921945	771590	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO CAI - RS	195.000,00	45.000,00			18/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038909990	771592	MUNICIPIO DE NISIA FLORESTA - RN	243.750,00	7.312,50			20/11/2012	20/05/2014	Adimplente
2	038919786	771594	MUNICIPIO DE COLINAS - RS	243.750,00	36.250,00			31/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038919672	771618	MUNICIPIO DE PROTASIO ALVES - RS	195.000,00	101.200,00			21/12/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038919568	771620	MUNICIPIO DE VISTA GAUCHA - RS	195.000,00	3.980,00			20/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038921831	771622	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO HERVAL - RS	243.750,00	5.250,00			24/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038916616	771624	MUNICIPIO DE CONSOLACAO - MG	97.500,00	7.802,00			27/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038921727	771626	MUNICIPIO DE RELVADO - RS	243.750,00	116.250,00			20/07/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038921613	771629	MUNICIPIO DE DOUTOR RICARDO - RS	243.750,00	16.250,00			18/07/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038919453	771631	MUNICIPIO DE TRES PASSOS - RS	195.000,00	45.000,00			06/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038919348	771633	MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS - SC	487.500,00	10.000,00			25/07/2012	25/11/2013	Adimplente
2	038919234	771635	MUNICIPIO DE WESTFALIA - RS	243.750,00	51.250,00			10/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038921509	771637	MUNICIPIO DE NOVA ARACA - RS	243.750,00	53.000,00			28/08/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038921495	771639	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	341.250,00	168.750,00			19/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038921381	771641	MUNICIPIO DE MARIOPOLIS - PR	390.000,00	8.000,00			24/10/2012	24/10/2013	Adimplente
2	038916270	771643	MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA - RJ	438.750,00	41.250,00			28/12/2012	28/12/2013	Adimplente
2	038919016	771647	MUNICIPIO DE BARAO - RS	243.750,00	40.000,00			05/11/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038918989	771649	MUNICIPIO DE ALVORADA - RS	243.750,00	46.250,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038923102	771653	SECRETARIA DE PRODUCAO RURAL E REFORMA AGRARIA - PE	243.750,00	52.250,00			28/12/2012	28/12/2015	Adimplente
2	038921163	771655	MUNICIPIO DE AMPERE - PR	341.250,00	7.750,00			01/10/2012	01/11/2013	Adimplente
2	038921059	771657	MUNICIPIO DE TRES COROAS - RS	243.750,00	6.250,00			13/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038918875	771659	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUACU - PR	341.250,00	8.750,00			14/12/2012	14/06/2014	Adimplente
2	038918761	771661	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	438.750,00	11.250,00			28/08/2012	28/10/2013	Adimplente
2	038918657	771665	MUNICIPIO DE QUEDAS DO IGUACU - PR	341.250,00	11.140,00			27/12/2012	27/06/2014	Adimplente
2	038920920	771667	MUNICIPIO DE NAO-ME-TOQUE - RS	195.000,00	25.000,00			06/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038920816	771669	MUNICIPIO DE ALTO FELIZ - RS	243.750,00	36.250,00			09/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038920702	771671	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO SUL - RS	195.000,00	85.000,00			24/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038910133	771673	MUNICIPIO DE HULHA NEGRA - RS	97.500,00	4.500,00			30/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038911609	771675	MUNICIPIO DE FORTUNA DE MINAS - MG	195.000,00	11.813,33			12/11/2012	17/12/2013	Adimplente
2	038918542	771677	MUNICIPIO DE VERA CRUZ - RS	243.750,00	6.250,00			24/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038918437	771679	MUNICIPIO DE SETE DE SETEMBRO - RS	243.750,00	16.250,00			11/10/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038920699	771681	MUNICIPIO DE TANGARA - SC	585.000,00	15.000,00			16/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038920585	771682	MUNICIPIO DE LAGOAO - RS	243.750,00	8.250,00			14/09/2012	01/12/2013	Adimplente
2	038911596	771684	MUNICIPIO DE CABIXI - RO	390.000,00	10.000,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente

2	038924231	771685	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	537.685,32	59.742,82			26/09/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038924127	771686	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	481.570,19	53.507,81			26/09/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038918219	771687	MUNICIPIO DE CRUCILANDIA - MG	341.250,00	7.000,00			24/09/2012	24/09/2014	Adimplente
2	038918105	771688	MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ - SC	438.750,00	31.250,00			04/09/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038918092	771691	MUNICIPIO UNIAO DO OESTE - SC	243.750,00	6.500,00			13/08/2012	13/05/2014	Adimplente
2	038924013	771692	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	315.634,50	35.070,50			26/09/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038916166	771693	MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO - RS	195.000,00	11.000,00			12/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038917964	771694	MUNICIPIO DE AURORA - SC	243.750,00	6.250,00			28/12/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038917850	771695	MUNICIPIO DE CORURIBE - AL	195.000,00	18.000,00			05/09/2012	05/09/2014	Adimplente
2	038915923	771697	MUNICIPIO DE VERA - MT	487.500,00	10.000,00			03/08/2012	07/08/2014	Adimplente
2	038915473	771698	MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	243.750,00	4.974,49			29/08/2012	16/08/2014	Adimplente
2	038913420	771700	MUNICIPIO DE NINA RODRIGUES - MA	243.750,00	6.250,00			14/11/2012	09/11/2013	Adimplente
2	038917308	771701	MUNICIPIO DE MISSAL - PR	341.250,00	16.250,00			11/12/2012	11/12/2013	Adimplente
2	038915369	771702	MUNICIPIO DE JATAI - GO	487.500,00	72.500,00			09/10/2012	31/10/2014	Adimplente
2	038915255	771703	MUNICIPIO DE COTRIGUACU - MT	243.750,00	4.975,00			29/08/2012	05/08/2014	Adimplente
2	038917295	771704	MUNICIPIO DE CORURIBE - AL	292.500,00	26.516,00			05/09/2012	05/09/2014	Adimplente
2	038917181	771705	MUNICIPIO DE LAGUNA CARAPA - MS	243.750,00	6.250,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038915140	771706	MUNICIPIO DE TANGARA DA SERRA - MT	243.750,00	27.083,33			13/08/2012	01/08/2014	Adimplente
2	038916052	771707	MUNICIPIO DE CARMOPOLIS DE MINAS - MG	243.750,00	6.250,00			17/09/2012	17/09/2014	Adimplente
2	038913316	771711	MUNICIPIO DE ALTEROSA - MG	243.750,00	83.250,00			18/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038915036	771713	MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA - MT	487.500,00	9.950,00			09/08/2012	10/08/2014	Adimplente
2	038912624	771714	MUNICIPIO DE DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG	438.750,00	41.250,00			19/11/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038917631	771717	MUNICIPIO DE VICENTINA - MS	243.750,00	4.974,49			09/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038915819	771719	MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO - RS	243.750,00	16.250,00			28/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038912957	771722	MUNICIPIO DE MONTEIRO - PB	243.750,00	5.000,00			31/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038923872	771723	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	179.010,00	19.890,00			26/09/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038923768	771724	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF	179.010,00	19.890,00			26/09/2012	30/10/2013	Adimplente
2	038916502	771762	MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN - RS	1.205.100,00	39.142,34			07/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038939367	772182	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DAS MISSOES - RS	97.500,00	2.500,00			25/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038939253	772184	MUNICIPIO DE FORQUETINHA - RS	97.500,00	22.500,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente

2	038939148	772185	MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR	97.500,00	12.500,00			15/08/2012	15/08/2013	Adimplente
2	038939034	772186	MUNICIPIO DE ESTRELA VELHA - RS	97.500,00	14.000,00			12/11/2012	05/05/2014	Adimplente
2	038938906	772187	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUAU - PR	243.750,00	16.250,00			25/09/2012	25/01/2014	Adimplente
2	038924900	772188	MUNICIPIO DE CACIMBINHAS - AL	292.500,00	9.000,00			05/09/2012	05/09/2014	Adimplente
2	038929248	772189	MUNICIPIO DE SITIO NOVO DO TOCANTINS - TO	390.000,00	10.000,00			08/11/2012	08/11/2014	Adimplente
2	038938893	772190	MUNICIPIO DE NOVA BRESCIA - RS	243.750,00	13.250,00			29/08/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038938789	772191	MUNICIPIO DE CANDOI - PR	195.000,00	7.400,00			18/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038938675	772192	MUNICIPIO DE DONA FRANCISCA - RS	341.250,00	33.750,00			25/07/2012	05/07/2014	Adimplente
2	038924897	772193	MUNICIPIO DE OURO BRANCO - AL	390.000,00	8.000,00			31/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038938561	772194	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO - SC	146.250,00	68.750,00			31/12/2012	31/07/2014	Adimplente
2	038939921	772196	MUNICIPIO DE XAVANTINA - SC	97.500,00	2.500,00			23/08/2012	23/05/2014	Adimplente
2	038938456	772197	MUNICIPIO DE TIMBO - SC	390.000,00	10.000,00			18/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	038930152	772199	MUNICIPIO DE PERITIBA - SC	97.500,00	2.500,00			03/09/2012	03/05/2014	Adimplente
2	038930484	772200	MUNICIPIO DE LADAINHA - MG	195.000,00	4.000,00			11/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038938341	772203	MUNICIPIO DE CAMPO BOM - RS	195.000,00	25.000,00			04/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038938237	772206	MUNICIPIO DE EREBANGO - RS	97.500,00	152.500,00			29/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038929917	772208	MUNICIPIO DE LUZERNA - SC	97.500,00	17.500,00			13/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038938019	772210	MUNICIPIO DE CAMBIRA - PR	146.250,00	13.750,00			04/10/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038940270	772211	MUNICIPIO DE SIMOLANDIA - GO	214.500,00	10.500,00			06/11/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038937982	772213	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAU - PR	107.250,00	3.750,00			13/09/2012	13/12/2013	Adimplente
2	038928993	772214	MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO	165.750,00	44.250,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038926284	772215	MUNICIPIO DE SETUBINHA - MG	146.250,00	3.750,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038929803	772217	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	97.500,00	6.000,00			26/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038928889	772220	MUNICIPIO DE PARANAIGUARA - GO	175.500,00	20.000,00			31/12/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038928775	772221	MUNICIPIO DE LIZARDA - TO	292.500,00	6.000,00			16/01/2013	16/01/2015	Adimplente
2	038928661	772223	MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS - TO	292.500,00	7.500,00			28/01/2013	28/01/2014	Adimplente
2	038937878	772224	MUNICIPIO DE PINHAL DE SAO BENTO - PR	243.750,00	15.534,00			11/10/2012	11/05/2014	Adimplente
2	038932975	772226	MUNICIPIO DE SAO LUIS DE MONTES BELOS - GO	146.250,00	58.750,00			07/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038932861	772228	MUNICIPIO DE NOVA IGUAU DE GOIAS - GO	97.500,00	2.500,00			27/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038937764	772230	MUNICIPIO DE PRANCHITA - PR	107.250,00	2.750,00			05/09/2012	05/10/2013	Adimplente
2	038937650	772231	MUNICIPIO DE CATANDUVAS - PR	195.000,00	6.000,00			18/10/2012	18/03/2014	Adimplente
2	038924783	772233	MUNICIPIO DE CORURIBE - AL	292.500,00	47.500,00			05/09/2012	05/09/2014	Adimplente
2	038937545	772234	MUNICIPIO DE MANFRINOPOLIS - PR	97.500,00	12.500,00			24/09/2012	24/01/2014	Adimplente
2	038937430	772236	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	97.500,00	42.500,00			26/12/2012	30/09/2014	Adimplente

2	038932757	772238	MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT	195.000,00	6.500,00			10/08/2012	06/08/2014	Adimplente
2	038937326	772239	MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU - PR	146.250,00	15.750,00			26/11/2012	26/05/2014	Adimplente
2	038937212	772241	MUNICIPIO DE MATUREIA - PB	195.000,00	16.000,00			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038929790	772243	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	146.250,00	4.365,00			26/11/2012	26/02/2014	Adimplente
2	038924679	772249	MUNICIPIO DE MURICI - AL	390.000,00	72.300,00			20/12/2012	20/12/2014	Adimplente
2	038926170	772250	MUNICIPIO DE DONA EUZEBIA - MG	292.500,00	5.970,00			24/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038936967	772255	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PA	487.500,00	54.200,00			28/12/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038936853	772256	MUNICIPIO DE TURVO - PR	97.500,00	5.100,00			12/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038940166	772261	MUNICIPIO DE JARDIM DO SERIDO - RN	243.750,00	6.250,00			23/10/2012	23/04/2014	Adimplente
2	038924565	772263	MUNICIPIO DE QUEBRANGULO - AL	292.500,00	15.500,00			31/12/2012	28/02/2016	Adimplente
2	038928223	772264	MUNICIPIO DE IRATI - PR	390.000,00	196.000,00			20/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038925937	772267	MUNICIPIO DE PRESIDENTE DUTRA - BA	487.500,00	12.500,00			26/12/2012	05/11/2013	Adimplente
2	038936748	772268	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR	97.500,00	4.500,00			27/12/2012	27/02/2014	Adimplente
2	038928005	772271	MUNICIPIO DE PEDRO AVELINO - RN	292.500,00	18.353,34			30/10/2012	30/04/2014	Adimplente
2	038925823	772272	MUNICIPIO DE PIRAJUBA - MG	487.500,00	42.500,00			05/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038932642	772274	MUNICIPIO DE JATAI - GO	136.500,00	54.000,00			14/11/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038936415	772277	MUNICIPIO DE ROLANTE - RS	390.000,00	10.000,00			13/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038929686	772278	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	292.500,00	22.500,00			20/12/2012	01/06/2014	Adimplente
2	038927978	772279	MUNICIPIO DE DONA EUZEBIA - MG	97.500,00	2.500,00			24/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038936301	772280	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM - SC	438.750,00	-			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038936298	772281	MUNICIPIO DE NOVO ITACOLOMI - PR	97.500,00	8.500,00			20/12/2012	19/12/2013	Adimplente
2	038927864	772282	MUNICIPIO DE CANDEIAS - MG	97.500,00	2.500,00			18/12/2012	18/12/2014	Adimplente
2	038936184	772283	MUNICIPIO DE MARUMBI - PR	195.000,00	4.000,00			14/09/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038936070	772284	MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS - SC	146.250,00	88.250,00			12/11/2012	12/11/2013	Adimplente
2	038935941	772285	MUNICIPIO DE IPE - RS	243.750,00	56.250,00			13/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038935837	772288	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC	243.750,00	11.250,00			12/09/2012	12/12/2013	Adimplente
2	038935723	772289	SECR.T.DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA	9.750.000,00	1.157.000,00			30/08/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038935619	772290	MUNICIPIO DE GUAPOREMA - PR	146.250,00	3.000,00			09/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038935505	772291	MUNICIPIO DE TIGRINHOS - SC	243.750,00	256.250,00			30/08/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038935491	772293	MUNICIPIO DE ARARANGUA - SC	146.250,00	72.750,00			06/09/2012	30/09/2013	Adimplente
2	038925719	772294	MUNICIPIO DE EXTREMOZ - RN	243.750,00	6.250,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038926848	772296	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PESCA E COOPERATIVISMO	195.000,00	48.750,00			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038935387	772297	MUNICIPIO DE TUPANDI - RS	195.000,00	40.000,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente

2	038935273	772299	MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PR	548.750,00	51.250,00			13/09/2012	13/12/2013	Adimplente
2	038926734	772300	MUNICIPIO DE ARARAQUARA - SP	146.250,00	12.717,39			27/12/2012	27/12/2013	Adimplente
2	038927531	772301	MUNICIPIO DE GUAIBA - RS	195.000,00	18.000,00			18/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038935169	772302	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO ERVAL - RS	243.750,00	30.000,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038927426	772303	MUNICIPIO DE SAO JORGE DO OESTE - PR	332.718,00	9.750,00			31/12/2012	30/05/2014	Adimplente
2	038926620	772304	MUNICIPIO DE GRAVATAI - RS	195.000,00	17.000,00			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038940384	772305	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUAU - PR	341.250,00	18.250,00			26/12/2012	26/05/2014	Adimplente
2	038935055	772306	MUNICIPIO DE ENTRE IJUIS - RS	195.000,00	4.400,00			26/09/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038934914	772307	MUNICIPIO DE SALTO DO LONTRA - PR	337.561,00	6.889,00			13/09/2012	13/11/2013	Adimplente
2	038934800	772308	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO OESTE - SC	487.500,00	107.500,00			14/08/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038934797	772309	MUNICIPIO DE TANGARA - SC	243.750,00	4.974,49			16/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038934683	772310	MUNICIPIO DE LINDOLFO COLLOR - RS	243.750,00	6.250,00			31/08/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038932423	772311	MUNICIPIO DE ACREUNA - GO	165.750,00	130.050,00			31/12/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038934579	772313	MUNICIPIO DE SEBERI - RS	243.750,00	6.250,00			22/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038934464	772314	MUNICIPIO DE CAICARA - RS	243.750,00	136.250,00			12/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	038934350	772315	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	585.000,00	51.000,00			23/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038934245	772316	MUNICIPIO DE CACIQUE DOBLE - RS	243.750,00	91.000,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038926516	772320	MUNICIPIO DE ITAPEVA - SP	146.250,00	13.000,00			14/11/2012	20/11/2014	Adimplente
2	038934027	772321	MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC	243.750,00	14.250,00			31/10/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038927312	772322	MUNICIPIO DE NAZARENO - MG	146.250,00	42.050,00			09/11/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038927208	772324	MUNICIPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO	97.500,00	2.500,00			29/11/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038939703	772325	MUNICIPIO DE PATO BRANCO - PR	567.410,00	60.000,00			13/09/2012	13/12/2013	Adimplente
2	038929353	772326	MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE - PR	243.750,00	9.250,00			27/11/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038939471	772328	MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - RS	243.750,00	36.250,00			12/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038930934	772329	MUNICIPIO DE GUANAMBI - BA	243.750,00	21.195,65			31/12/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038933886	772331	MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC	390.000,00	104.500,00			06/08/2012	01/11/2013	Adimplente
2	038930716	772332	MUNICIPIO DE PIRAUBA - MG	487.500,00	12.500,00			16/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038933772	772333	MUNICIPIO DE VISTA SERRANA - PB	146.250,00	3.000,00			21/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038933668	772334	MUNICIPIO DE SAO JOSE DE PRINCESA - PB	146.250,00	3.000,00			31/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038933448	772336	MUNICIPIO DE ITAQUIRAI - MS	243.750,00	8.250,00			22/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038930602	772337	MUNICIPIO DE ERERE - CE	243.750,00	5.000,00			31/12/2012	10/06/2015	Adimplente
2	038930599	772339	MUNICIPIO DE PEDRO GOMES - MS	243.750,00	6.250,00			18/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038932205	772340	MUNICIPIO DE ALTO ARAGUAIA - MT	243.750,00	19.250,00			20/12/2012	05/12/2014	Adimplente
2	038933220	772341	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUL - RS	243.750,00	5.250,00			12/12/2012	14/12/2013	Adimplente
2	038932192	772342	INST.DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO	2.910.000,00	327.000,00			28/12/2012	28/12/2014	Adimplente

			ESTADO DE TOCANTINS - TO							
2	038926401	772344	MUNICIPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP	146.250,00	3.750,00			30/10/2012	05/10/2015	Adimplente
2	038931950	772345	MUNICIPIO DE ITAUBA - MT	243.750,00	6.250,00			31/12/2012	19/12/2014	Adimplente
2	038926398	772346	MUNICIPIO DE SUZANOPOLIS - SP	146.250,00	7.750,00			20/11/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038940052	772347	MUNICIPIO DE BAGE - RS	243.750,00	21.250,00			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038925605	772348	MUNICIPIO DE CARAMBEI - PR	243.750,00	59.022,00			26/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038925592	772349	MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS	243.750,00	21.250,00			18/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038939817	772351	MUNICIPIO DE BARROSO - MG	243.750,00	11.250,00			07/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038933116	772353	MUNICIPIO DE PERDIZES - MG	243.750,00	36.250,00			24/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038925269	772354	MUNICIPIO DE CORGUINHO - MS	243.750,00	6.250,00			27/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038931731	772356	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO TIGRE - PB	243.750,00	5.000,00			31/07/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038925155	772358	MUNICIPIO DE PARAMIRIM - BA	243.750,00	5.000,00			21/12/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038925040	772359	MUNICIPIO DE PARAMBU - CE	487.500,00	9.949,00			13/12/2012	01/06/2015	Adimplente
2	038927081	772366	MUNICIPIO DE SILVERANIA - MG	146.250,00	33.750,00			28/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038927750	772367	MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO	975.000,00	20.000,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038940498	772591	SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUDESTE	253.500,00	10.562,50			17/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038940502	772592	SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	253.500,00	10.562,50			17/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038944478	772702	MUNICIPIO DE VESPASIANO CORREA - RS	97.500,00	137.500,00			17/09/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038944364	772703	MUNICIPIO DE VANINI - RS	97.500,00	17.500,00			19/10/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038949821	772704	MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO - RS	195.000,00	65.000,00			12/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038949717	772705	MUNICIPIO DE MUNHOZ DE MELLO - PR	570.375,00	29.625,00			27/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038944250	772706	MUNICIPIO DE QUEVEDOS - RS	97.500,00	14.500,00			26/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038949603	772707	MUNICIPIO DE LUZERNA - SC	195.000,00	265.000,00			13/09/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038949590	772708	MUNICIPIO DE IBICARE - SC	107.250,00	2.400,00			31/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038949485	772709	MUNICIPIO DE MARAVILHA - SC	146.250,00	29.075,00			13/09/2012	13/11/2013	Adimplente
2	038949371	772710	MUNICIPIO DE MIRANDA - MS	146.250,00	3.750,00			27/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038949267	772711	MUNICIPIO DE AGROLANDIA - SC	292.500,00	57.500,00			17/12/2012	30/01/2014	Adimplente
2	038944145	772712	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO SUL - RS	243.750,00	6.250,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038949153	772714	MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO - SC	107.250,00	7.750,00			30/08/2012	30/08/2013	Adimplente
2	038949048	772715	MUNICIPIO DE ANGELICA - MS	195.000,00	4.000,00			31/12/2012	02/12/2014	Adimplente
2	038950849	772718	MUNICIPIO DE MAMPITUBA - RS	341.250,00	7.160,94			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038948910	772719	MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE - SC	117.000,00	7.980,00			09/08/2012	01/12/2013	Adimplente
2	038948806	772720	MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES - SC	97.500,00	4.000,00			08/10/2012	08/10/2013	Adimplente
2	038941745	772721	MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECO - SC	97.500,00	121.400,00			31/08/2012	31/08/2013	Adimplente
2	038948793	772722	MUNICIPIO DE XAMBRE - PR	475.312,50	74.687,50			14/08/2012	30/09/2014	Adimplente

2	038941631	772725	MUNICIPIO DE TORRES - RS	711.750,00	25.779,45			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038948460	772726	MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC	117.000,00	8.400,00			31/08/2012	31/07/2013	Adimplente
2	038944031	772727	MUNICIPIO DE PEDRAS ALTAS - RS	97.500,00	12.000,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038948356	772730	MUNICIPIO DE IVINHEMA - MS	195.000,00	9.600,00			14/11/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038941527	772734	MUNICIPIO DE PEDRA DOURADA - MG	195.000,00	35.000,00			23/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038948241	772736	MUNICIPIO DE RIO AZUL - PR	146.250,00	68.750,00			12/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038943903	772767	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	438.750,00	31.250,00			17/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038950735	772772	MUNICIPIO DE JABOTICABAL - SP	380.250,00	39.750,00			28/12/2012	28/12/2013	Adimplente
2	038950621	772776	MUNICIPIO DE BREJO SANTO - CE	794.625,00	40.375,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038950517	772779	MUNICIPIO DE BREJO SANTO - CE	604.500,00	-			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038948137	772791	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	237.656,25	13.093,75			17/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038947996	772800	MUNICIPIO DE SAO GABRIEL - MS	146.250,00	12.250,00			19/12/2012	30/05/2015	Adimplente
2	038950402	772804	MUNICIPIO DE PARAIBUNA - SP	285.187,50	309.812,50			07/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038947778	772818	MUNICIPIO DE ALTONIA - PR	97.500,00	8.500,00			07/08/2012	30/03/2014	Adimplente
2	038950399	772823	MUNICIPIO DE MACAUBAL - SP	285.187,50	31.146,50			31/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038947664	772831	MUNICIPIO DE SAO TOME - PR	97.500,00	2.500,00			27/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038943348	772872	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE GOIAS - GO	146.250,00	3.750,00			24/10/2012	24/10/2013	Adimplente
2	038947444	772876	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL - PINHAIS	487.500,00	92.500,00			14/09/2012	14/12/2013	Adimplente
2	038947330	772879	MUNICIPIO DE LUPIONOPOLIS - PR	195.000,00	24.000,00			03/08/2012	30/07/2013	Adimplente
2	038947226	772883	MUNICIPIO DE AFONSO CUNHA - MA	292.500,00	7.500,00			16/01/2013	30/07/2014	Adimplente
2	038943120	772887	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU - GO	146.250,00	13.750,00			20/11/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038947112	772889	MUNICIPIO DE GLORIA DE DOURADOS - MS	146.250,00	8.350,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038947008	772892	MUNICIPIO DE ARAL MOREIRA - MS	146.250,00	18.750,00			31/12/2012	30/12/2014	Adimplente
2	038946971	772895	MUNICIPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL - MS	146.250,00	20.750,00			19/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038943016	772899	MUNICIPIO DE AMARALINA - GO	146.250,00	3.750,00			07/11/2012	30/11/2013	Adimplente
2	038946867	772902	MUNICIPIO DE JAPIRA - PR	97.500,00	5.000,00			18/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	038946753	772905	MUNICIPIO DE CORONEL SAPUCAIA - MS	195.000,00	30.000,00			16/11/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038946648	772908	MUNICIPIO DE PARANACITY - PR	97.500,00	8.500,00			27/11/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038946534	772914	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO IGUAU - PR	97.500,00	5.150,00			25/09/2012	25/01/2014	Adimplente
2	038942875	772917	MUNICIPIO DE RODEIO BONITO - RS	97.500,00	7.500,00			31/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	038946429	772920	MUNICIPIO DE IGUARACU - PR	142.837,50	2.950,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038946315	772924	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	142.837,50	7.162,50			17/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038946198	772931	MUNICIPIO DE INACIO MARTINS - PR	146.250,00	4.150,00			18/12/2012	20/08/2014	Adimplente
2	038946084	772933	MUNICIPIO UNIAO DO OESTE - SC	195.000,00	5.000,00			13/08/2012	13/05/2014	Adimplente
2	038945956	772937	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR	250.575,00	5.473,66			24/07/2012	24/09/2014	Adimplente

2	038945841	772939	MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC	195.000,00	5.850,00			06/09/2012	06/09/2013	Adimplente
2	038945737	772942	MUNICIPIO DE CALMON - SC	195.000,00	5.000,00			24/10/2012	24/11/2013	Adimplente
2	038941308	772950	MUNICIPIO DE CORREGO DO BOM JESUS - MG	97.500,00	2.500,00			28/12/2012	28/02/2014	Adimplente
2	038941295	772952	MUNICIPIO DE ROCA SALES - RS	97.500,00	137.500,00			04/09/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038942657	772955	MUNICIPIO DE NONOAI - RS	97.500,00	2.500,00			20/11/2012	02/12/2013	Adimplente
2	038945519	772958	MUNICIPIO DE RIO BOM - PR	146.250,00	3.750,00			27/07/2012	30/01/2014	Adimplente
2	038945404	772960	MUNICIPIO DE SALGADO FILHO - PR	146.250,00	36.680,00			04/10/2012	04/11/2013	Adimplente
2	038941181	772963	MUNICIPIO DE IGARATA - SP	146.250,00	39.250,00			19/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038949935	772965	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR	97.500,00	7.500,00			31/12/2012	31/10/2014	Adimplente
2	038945391	772967	MUNICIPIO DE IJUI - RS	146.250,00	13.625,00			21/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038945287	772970	MUNICIPIO DE MARMELEIRO - PR	97.500,00	3.000,00			30/07/2012	30/05/2013	Adimplente
2	038941077	772973	MUNICIPIO DE AMPARO - SP	146.250,00	45.230,00			07/12/2012	07/12/2013	Adimplente
2	038945173	772975	MUNICIPIO DE NOVA LONDRINA - PR	97.500,00	2.500,00			27/12/2012	02/09/2014	Adimplente
2	038945069	772977	MUNICIPIO DE GRANDES RIOS - PR	97.500,00	62.500,00			16/07/2012	30/07/2014	Adimplente
2	038940948	772980	MUNICIPIO DE TAGUAI - SP	146.250,00	103.750,00			26/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038944928	772982	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR	146.250,00	31.816,50			14/09/2012	14/11/2013	Adimplente
2	038942542	772985	MUNICIPIO DE FORMIGUEIRO - RS	97.500,00	152.500,00			12/11/2012	06/05/2014	Adimplente
2	038944814	772987	MUNICIPIO DE OURO VERDE DO OESTE - PR	142.837,50	16.662,50			04/09/2012	04/09/2013	Adimplente
2	038944700	772992	MUNICIPIO DE BOM JESUS - SC	195.000,00	155.000,00			31/10/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038944697	772995	MUNICIPIO DE ITARANA - ES	390.000,00	15.900,00			29/11/2012	01/06/2014	Adimplente
2	038940834	772997	MUNICIPIO DE MONTE CASTELO - SP	146.250,00	12.750,00			19/12/2012	05/04/2014	Adimplente
2	038942437	773000	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RS	97.500,00	9.000,00			26/12/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038942323	773001	MUNICIPIO DE LAGOA SANTA - GO	146.250,00	6.250,00			31/10/2012	31/10/2013	Adimplente
2	038942219	773002	MUNICIPIO DE RIO PARDO - RS	243.750,00	7.870,00			01/11/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038942105	773003	MUNICIPIO DE URUANA - GO	146.250,00	3.750,00			12/09/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038944583	773004	MUNICIPIO DE CONSTANTINA - RS	243.750,00	6.250,00			31/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038940616	773006	MUNICIPIO DE ILHA SOLTEIRA - SP	146.250,00	3.750,00			13/12/2012	20/03/2014	Adimplente
2	038942092	773007	MUNICIPIO DE MONSENHOR GIL - PI	146.250,00	3.750,00			31/12/2012	31/12/2014	Adimplente
2	038952994	773010	MUNICIPIO DE BARRACAO - RS	97.500,00	2.500,00			17/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038952880	773012	MUNICIPIO DE CHAPADA - RS	97.500,00	4.500,00			26/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038952776	773013	MUNICIPIO DE NOVA ROMA DO SUL - RS	97.500,00	7.500,00			26/10/2012	30/11/2014	Adimplente
2	038952662	773014	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	146.250,00	3.750,00			25/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038952442	773016	MUNICIPIO DE TIRADENTES DO SUL - RS	132.843,75	57.000,00			09/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038951313	773017	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	438.750,00	211.250,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	038952338	773018	MUNICIPIO DE BARAO DO TRIUNFO - RS	97.500,00	3.330,00			28/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038952224	773019	MUNICIPIO DE CHAPADA - RS	195.000,00	55.000,00			26/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038952110	773020	MUNICIPIO DE BOA VISTA DAS MISSOES -	146.250,00	6.750,00			12/11/2012	30/12/2013	Adimplente

			RS							
2	038952006	773021	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO BUTIA - RS	101.400,00	28.600,00			26/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038951979	773022	MUNICIPIO DE SAGRADA FAMILIA - RS	146.250,00	43.750,00			31/10/2012	31/12/2013	Adimplente
2	038951532	773026	MUNICIPIO DE CAMAQUA - RS	132.843,75	11.551,63			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	038951209	773027	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO GOIABAL - MG	351.000,00	12.000,00			17/10/2012	30/06/2014	Adimplente
2	038951196	773028	MUNICIPIO DE COLORADO DO OESTE - RO	390.000,00	92.317,11			31/12/2012	30/10/2014	Adimplente
2	038951427	773029	MUNICIPIO DE LUMINARIAS - MG	97.500,00	12.500,00			01/11/2012	01/11/2014	Adimplente
2	039055541	773193	MUNICIPIO DE TARUMA - SP	146.250,00	4.950,00			30/10/2012	05/10/2015	Adimplente
2	039055436	773194	MUNICIPIO DE VICOSA - MG	195.000,00	16.956,52			06/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039054282	773195	MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL - SC	97.500,00	3.000,00			22/08/2012	22/08/2013	Adimplente
2	039052137	773196	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO PRATA - MG	195.000,00	5.000,00			26/11/2012	30/06/2014	Adimplente
2	039052023	773197	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS AUSENTES - RS	292.500,00	167.500,00			31/10/2012	30/10/2014	Adimplente
2	039051996	773198	MUNICIPIO DE TOMAZINA - PR	243.750,00	16.250,00			31/12/2012	20/08/2014	Adimplente
2	039051882	773200	MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR	97.500,00	20.500,00			31/12/2012	31/07/2014	Adimplente
2	039054178	773202	SECR.T.DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA	1.560.000,00	390.000,00			29/10/2012	29/07/2013	Adimplente
2	039051664	773203	MUNICIPIO DE DERRUBADAS - RS	146.250,00	16.650,00			24/08/2012	31/12/2013	Adimplente
2	039051550	773204	MUNICIPIO DE ENTRE IJUIS - RS	97.500,00	8.400,00			04/10/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039052806	773205	SECR.T.DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA	1.413.750,00	360.000,00			29/10/2012	29/07/2013	Adimplente
2	039054409	773206	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ASSIS - RS	195.000,00	3.980,00			26/12/2012	06/02/2014	Adimplente
2	039051444	773207	MUNICIPIO DE GUAPIRAMA - PR	195.000,00	15.000,00			20/12/2012	20/12/2015	Adimplente
2	039052689	773209	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO IVAI - PR	146.250,00	5.750,00			04/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	039051330	773210	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - MG	438.750,00	51.250,00			26/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	039054396	773211	MUNICIPIO DE CATARINA - CE	487.500,00	14.625,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	039055091	773212	MUNICIPIO DE ANHEMBI - SP	341.250,00	8.750,00			26/11/2012	20/01/2014	Adimplente
2	039051226	773213	MUNICIPIO DE CARLOS GOMES - RS	390.000,00	22.000,00			19/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039051112	773214	MUNICIPIO DE JULIO DE CASTILHOS - RS	341.250,00	110.000,00			28/11/2012	28/11/2014	Adimplente
2	039051008	773215	MUNICIPIO DE SAPOPEMA - PR	97.500,00	2.500,00			19/12/2012	31/12/2015	Adimplente
2	039050971	773216	MUNICIPIO DE ATALAIA - PR	332.718,75	17.281,25			22/08/2012	30/09/2014	Adimplente
2	039050867	773217	MUNICIPIO DE TRES ARROIOS - RS	202.800,00	72.200,00			10/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039052575	773218	MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR	97.500,00	8.500,00			24/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	039052460	773220	MUNICIPIO DE GRAO PARA - SC	487.500,00	13.900,00			13/08/2012	13/08/2013	Adimplente
2	039054064	773222	MUNICIPIO DE RIO GRANDE - RS	132.843,75	13.284,37			16/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039054951	773223	MUNICIPIO DE ANTA GORDA - RS	146.250,00	243.750,00			27/12/2012	30/08/2014	Adimplente
2	039053935	773225	MUNICIPIO DE SAO VALENTIM - RS	101.400,00	10.000,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente

2	039053717	773227	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	243.750,00	21.200,00			27/11/2012	10/12/2013	Adimplente
2	039050534	773229	MUNICIPIO DE PARELHAS - RN	243.750,00	11.250,00			27/12/2012	27/06/2014	Adimplente
2	039052241	773230	MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES - SC	97.500,00	132.500,00			29/11/2012	29/11/2013	Adimplente
2	039050429	773231	MUNICIPIO DE CANGUCU - RS	97.500,00	8.500,00			22/11/2012	30/12/2013	Adimplente
2	039053590	773232	MUNICIPIO DE LAGOA DOURADA - MG	341.250,00	8.750,00			07/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	039053371	773234	MUNICIPIO DE NOVA INDEPENDENCIA - SP	146.250,00	11.008,00			31/12/2012	05/12/2014	Adimplente
2	039053267	773235	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA MATA - MG	341.250,00	158.750,00			31/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	039050198	773240	MUNICIPIO DE ACU - RN	243.750,00	25.000,00			13/12/2012	13/06/2014	Adimplente
2	039050084	773241	MUNICIPIO DE PORTO DO MANGUE - RN	243.750,00	6.250,00			18/12/2012	07/06/2014	Adimplente
2	039049848	773244	MUNICIPIO DE COTIPORA - RS	243.750,00	186.250,00			26/10/2012	30/04/2014	Adimplente
2	039054846	773247	MUNICIPIO DE IPUIARA - BA	1.950.000,00	50.000,00			31/12/2012	01/02/2015	Adimplente
2	039054732	773248	MUNICIPIO DE LIMA DUARTE - MG	195.000,00	15.000,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	039095692	773447	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	633.750,00	55.500,00			07/11/2012	12/06/2014	Adimplente
2	039095369	773448	MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA - SP	243.750,00	42.500,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	039131336	773459	EMPRESA DE ASSIST.TECNICA E EXTENSAO RURAL	536.250,00	112.750,00			28/12/2012	30/10/2013	Adimplente
2	040111232	776641	MUNICIPIO DE CAFEZAL DO SUL - PR	146.250,00	3.750,00			05/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040111128	776642	MUNICIPIO DE IBIACA - RS	243.750,00	206.250,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	040111014	776643	MUNICIPIO DE JUSSARA - PR	146.250,00	93.750,00			10/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040110987	776645	MUNICIPIO DE DOUTOR CAMARGO - PR	136.500,00	67.795,00			17/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040110873	776646	MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE - PR	146.250,00	6.730,00			31/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040110769	776647	MUNICIPIO DE PAICANDU - PR	136.500,00	218.500,00			20/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040110655	776649	MUNICIPIO DE MARIALVA - PR	136.500,00	3.500,00			14/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040111901	776651	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	292.500,00	6.000,00			31/12/2012	17/12/2015	Adimplente
2	040110435	776652	MUNICIPIO DE VENTANIA - PR	438.750,00	71.250,00			14/12/2012	20/11/2013	Adimplente
2	040111898	776653	MUNICIPIO DE SALES OLIVEIRA - SP	195.000,00	5.000,00			28/12/2012	28/06/2014	Adimplente
2	040110321	776655	SECRET DE ESTADO DA PROD AGROPEC PESCA E DESENV RURAL INTEGR	1.365.000,00	151.890,00			28/12/2012	28/12/2013	Adimplente
2	040110103	776657	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	136.500,00	5.000,00			26/12/2012	20/04/2014	Adimplente
2	040111346	776658	MUNICIPIO DE FELICIO DOS SANTOS - MG	195.000,00	17.000,00			20/12/2012	30/03/2014	Adimplente
2	040110090	776659	GERENCIA DE ESTADO DA AGRIC.PEC.DESENVOLVIMENTO RURAL - MA	243.750,00	28.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040109960	776660	MUNICIPIO DE URUGUAIANA - RS	243.750,00	21.250,00			20/12/2012	16/04/2014	Adimplente
2	040109856	776661	MUNICIPIO DE CORBELIA - PR	243.750,00	10.263,60			11/12/2012	11/11/2015	Adimplente
2	040109741	776662	MUNICIPIO DE SAO RAFAEL - RN	243.750,00	6.250,00			26/12/2012	26/06/2014	Adimplente
2	040109637	776663	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	195.000,00	15.000,00			26/12/2012	20/04/2014	Adimplente

2	040109523	776664	MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO - PR	146.250,00	13.750,00			14/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040109418	776665	MUNICIPIO DE IUNA - ES	292.500,00	17.500,00			24/12/2012	01/07/2014	Adimplente
2	040109291	776667	MUNICIPIO DE ITAGUACU - ES	390.000,00	50.000,00			21/12/2012	01/06/2014	Adimplente
2	040109187	776668	MUNICIPIO DE PARANAVAI - PR	97.500,00	9.000,00			10/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040109073	776670	MUNICIPIO DE IBERTIOGA - MG	195.000,00	5.000,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040108944	776671	MUNICIPIO DE SIMONESIA - MG	485.000,00	10.000,00			27/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040111670	776673	MUNICIPIO DE SIMONESIA - MG	397.700,00	9.000,00			27/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040108830	776674	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	145.500,00	3.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040131251	776690	MUNICIPIO DE TALISMA - TO	214.500,00	5.500,00			26/12/2012	26/12/2013	Adimplente
2	040133187	776691	MUNICIPIO DE BARROLANDIA - TO	195.000,00	4.000,00			20/12/2012	20/12/2013	Adimplente
2	040132612	776692	MUNICIPIO DE MORRO REUTER - RS	195.000,00	55.000,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	040130569	776694	MUNICIPIO DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS - TO	204.750,00	5.250,00			26/12/2012	26/12/2014	Adimplente
2	040132508	776695	MUNICIPIO DE FATIMA - TO	204.750,00	4.200,00			28/12/2012	28/12/2014	Adimplente
2	040129988	776697	MUNICIPIO DE TOURINHO - MG	487.500,00	25.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040133073	776698	MUNICIPIO DE ALTO PARANA - PR	97.500,00	4.000,00			19/12/2012	30/09/2014	Adimplente
2	040132944	776700	MUNICIPIO DE IELMO MARINHO - RN	1.755.000,00	195.011,00			28/12/2012	28/06/2014	Adimplente
2	040129874	776702	MUNICIPIO DE CORREGO DANTA - MG	97.500,00	11.400,00			27/12/2012	27/12/2014	Adimplente
2	040132380	776703	MUNICIPIO DE JAGUAPITA - PR	97.500,00	2.500,00			20/12/2012	30/12/2015	Adimplente
2	040131146	776705	MUNICIPIO DE REDENTORA - RS	146.250,00	5.750,00			26/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040131365	776706	MUNICIPIO DE ALTEROSA - MG	292.500,00	66.500,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040131032	776707	MUNICIPIO DE RODEIO BONITO - RS	146.250,00	3.750,00			31/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	040130349	776709	MUNICIPIO DE SEBERI - RS	132.843,75	4.156,25			31/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	040130235	776711	MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO - RS	101.400,00	4.000,00			26/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040130121	776712	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	101.400,00	15.000,00			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	040132276	776713	MUNICIPIO DE SALTO DO ITARARE - PR	97.500,00	2.500,00			17/12/2012	17/12/2015	Adimplente
2	040130904	776716	MUNICIPIO DE CACIQUE DOUBLE - RS	101.400,00	2.600,00			05/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	040132830	776717	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - ES	1.550.757,00	227.743,00			28/12/2012	01/03/2015	Adimplente
2	040129760	776720	MUNICIPIO DE SANTO EXPEDITO DO SUL - RS	132.843,75	3.156,25			31/12/2012	30/12/2013	Adimplente
2	040130891	776722	MUNICIPIO DE RIO DOS INDIOS - RS	146.250,00	3.750,00			26/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040130787	776723	MUNICIPIO DE PALMEIRA DAS MISSOES - RS	101.400,00	13.700,00			28/12/2012	30/11/2013	Adimplente
2	040132726	776724	MUNICIPIO DE TUMIRITINGA - MG	139.503,46	4.000,00			31/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040132058	776725	MUNICIPIO DE SIMONESIA - MG	727.500,00	15.000,00			27/12/2012	30/06/2014	Adimplente
2	040131929	776731	MUNICIPIO DE RIO DO OESTE - SC	285.000,00	65.000,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040131698	776735	MUNICIPIO DE LUZ - MG	291.000,00	6.000,00			18/12/2012	18/12/2014	Adimplente

2	040130017	776738	MUNICIPIO DE PALMITINHO - RS	242.500,00	5.500,00			31/12/2012	31/01/2014	Adimplente
2	040133291	776740	MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO	292.500,00	9.000,00			28/12/2012	31/12/2013	Adimplente
2	040131479	776741	MUNICIPIO DE CUMARU - PE	487.500,00	12.500,00			31/12/2012	13/08/2014	Adimplente
2	040130673	776742	MUNICIPIO DE CUMARU - PE	292.500,00	7.500,00			31/12/2012	13/07/2014	Adimplente
2	031557733	900023	MUNICIPIO DE BOTUVERA - SC	97.500,00	119.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031671859	900037	MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO - SC	97.500,00	19.690,29		97.500,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	031634877	900038	MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO - SC	97.500,00	9.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031641261	900039	MUNICIPIO DE RIO RUFINO - SC	97.500,00	86.800,00	8.463,00	97.500,00	31/12/2009	28/06/2012	Adimplente
2	031640027	900040	MUNICIPIO DE SALETE - SC	97.500,00	17.400,00		97.500,00	31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031671076	900045	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CERRITO - SC	97.500,00	12.800,00		97.500,00	31/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031670383	900048	MUNICIPIO DE URUPEMA - SC	97.500,00	31.765,24		97.500,00	31/12/2009	29/06/2013	Adimplente
2	031649128	900076	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA - MA	1.033.849,05	46.150,95	588.983,80	715.216,77	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	031634763	900079	MUNICIPIO DE SITIO NOVO - MA	506.650,95	21.110,45		506.650,95	31/12/2009	30/11/2012	Adimplente
2	030778470	900106	MUNICIPIO DE CUMARU - PE	377.182,40	7.304,40	89.165,92	377.182,40	30/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	031649670	900107	MUNICIPIO DE LIMOEIRO - PE	682.500,00	609.198,64	546.682,50	682.500,00	31/12/2009	28/02/2014	Adimplente
2	031649901	900125	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA	497.250,00	55.500,00		497.250,00	31/12/2009	31/03/2013	Adimplente
2	030894649	900131	MUNICIPIO DE PAU D'ARCO - TO	97.500,00	17.400,00		97.500,00	30/12/2009	18/05/2012	Adimplente
2	030892263	900133	MUNICIPIO DE RIO DOS BOIS - TO	156.000,00	4.824,74		156.000,00	30/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	030896588	900136	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC	97.500,00	112.500,00		97.500,00	31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	031646614	900138	MUNICIPIO DE VITOR MEIRELLES - SC	97.500,00	13.000,00		97.500,00	31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	031789964	900139	MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS MISSOES - RS	146.250,00	153.250,00		146.250,00	31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030896369	900140	MUNICIPIO DE CURVELO - MG	1.170.000,00	257.700,00		1.170.000,00	30/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031640800	900142	MUNICIPIO DE GUARACIAMA - MG	292.500,00	29.941,57			31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030892044	900150	MUNICIPIO DE TAILANDIA - PA	292.500,00	12.187,50		292.500,00	30/12/2009	30/09/2013	Adimplente

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Fonte: SIAPF